

Corregedoria-Geral
da Justiça Federal

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA

Tribunal Regional Federal da
3ª REGIÃO



2020

Realizado durante a gestão da Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

**Aprovado na gestão do Ministro JORGE MUSSI
Corregedor-Geral da Justiça Federal**

ELABORAÇÃO

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL

REVISÃO

CENTRO DE REVISÃO DE DOCUMENTOS E PUBLICAÇÕES DA SECRETARIA-GERAL

SUMÁRIO

A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO	0006
B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO	0008
C. OBSERVAÇÕES GERAIS	0011
D. UNIDADES JURISDICIONAIS	0035
I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO	0035
Presidência: Des. Federal MAIRAN MAIA	0035
Vice-Presidência: Des. Federal CONSUELO YOSHIDA	0048
Corregedoria Regional: Des. Federal MARISA SANTOS	0065
II. GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS	0078
GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA	0078
Desembargador Federal WILSON ZAUHY	0078
Desembargador Federal HÉLIO NOGUEIRA	0099
Desembargador Federal VALDECI DOS SANTOS	0121
GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA	0140
Desembargador Federal COTRIM GUIMARÃES	0140
Desembargador Federal PEIXOTO JÚNIOR	0159
Desembargador Federal CARLOS FRANCISCO	0184
GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA	0208
Desembargador Federal ANTONIO CEDENHO	0208
Desembargador Federal NERY JUNIOR	0231
Desembargador Federal CARLOS MUTA	0250
Desembargador Federal NELTON DOS SANTOS	0278
GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA	0300
Desembargador Federal MARCELO SARAIVA	0300
Desembargador Federal ANDRÉ NABARRETE	0323
Desembargadora Federal MARLI FERREIRA	0349
Desembargadora Federal MÔNICA NOBRE	0371
GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA	0393
Desembargador Federal ANDRÉ NEKATSCHALOW	0393
Desembargador Federal PAULO FONTES	0411
Desembargador Federal MAURICIO KATO	0433
GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA	0458
Desembargador Federal FÁBIO PRIETO	0458
Desembargadora Federal DIVA MALERBI	0482
Desembargador Federal JOHONSOM DI SALVO	0506

Desembargador Federal SOUZA RIBEIRO -----	0527
GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA -----	0554
Desembargador Federal PAULO DOMINGUES -----	0554
Desembargador Federal TORU YAMAMOTO -----	0584
Desembargador Federal CARLOS DELGADO -----	0613
Desembargadora Federal INÊS VIRGINIA -----	0650
GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA -----	0679
Desembargador Federal DAVID DANTAS -----	0679
Desembargador Federal NEWTON DE LUCCA -----	0706
Desembargadora Federal THEREZINHA CAZERTA -----	0736
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI -----	0766
GABINETES INTEGRANTES DA 9ª TURMA -----	0796
Desembargadora Federal DALDICE SANTANA -----	0796
Desembargador Federal GILBERTO JORDAN -----	0815
Desembargador Federal BATISTA GONÇALVES -----	0833
Juíza Federal Convocada LEILA PAIVA -----	0854
GABINETES INTEGRANTES DA 10ª TURMA -----	0877
Desembargador Federal BAPTISTA PEREIRA -----	0877
Desembargador Federal SÉRGIO NASCIMENTO -----	0897
Desembargadora Federal LÚCIA URSAIA -----	0924
Desembargador Federal NELSON PORFÍRIO -----	0945
GABINETES INTEGRANTES DA 11ª TURMA -----	0970
Desembargador Federal NINO TOLDO -----	0970
Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI -----	0994
Desembargador Federal FAUSTO DE SANCTIS -----	1011
E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO -----	1033
Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência -----	1033
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes -----	1051
Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário -----	1055
Subsecretaria das Seções -----	1067
Subsecretaria da 1ª Turma -----	1077
Subsecretaria da 2ª Turma -----	1090
Subsecretaria da 3ª Turma -----	1103
Subsecretaria da 4ª Turma -----	1115
Subsecretaria da 5ª Turma -----	1127
Subsecretaria da 6ª Turma -----	1137
Subsecretaria da 7ª Turma -----	1154
Subsecretaria da 8ª Turma -----	1164
Subsecretaria da 9ª Turma -----	1178
Subsecretaria da 10ª Turma -----	1196
Subsecretaria da 11ª Turma -----	1207

F. UNIDADES ESPECIAIS -----	1221
Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região -----	1221
Gabinete da Conciliação -----	1229
Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região -----	1239
Subsecretaria dos Feitos da Presidência (Precatórios) -----	1249
Estatística -----	1255
Sistemas Judiciais Eletrônicos -----	1260
G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO -----	1274

A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

Nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008, do art. 3º, inciso III, do Provimento 1/2009 e da Portaria CJF n. 206, de 13 de maio de 2020, ambos da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, a Ministra Maria Thereza de Assis Moura, então Corregedora-Geral, determinou a realização de inspeção no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, abrangendo as seguintes áreas: unidades jurisdicionais, unidades processantes e órgãos de apoio jurisdicional.

Ressalto que, em observância às ações de prevenção ao contágio pela Covid-19 tomadas tanto pelo Conselho da Justiça Federal quanto pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, os trabalhos da inspeção foram realizados remotamente e por videoconferência, tendo o TRF3 disponibilizado acesso remoto ao sistema eletrônico - PJe para as equipes da inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

A inspeção foi realizada no período de 15 de junho a 10 de julho de 2020, e foram designados para conduzir os trabalhos – conforme o inciso III do art. 21 do Provimento da Corregedoria 1/2009 – os Desembargadores Federais Marcos Augusto de Sousa (TRF da 1ª Região); Aluísio Gonçalves de Castro Mendes e Guilherme Couto de Castro (TRF da 2ª Região); Ricardo Teixeira do Valle Pereira e Salise Monteiro Sanchotene (TRF da 4ª Região); e Élio Wanderley de Siqueira Filho (TRF da 5ª Região); e os Juízes Federais Auxiliares desta Corregedoria-Geral, Daniel Marchionatti Barbosa e Evaldo de Oliveira Fernandes, filho.

Para auxiliá-los na inspeção, foram nomeados os seguintes servidores: Andrea Viana Ferreira Becker, Antônio Carlos Guimarães Júnior, Bruno Rocha Vivas, Carlos Alberto Lamb Carosio, Clarissa Braga Jorge Pinto da Silva, Dayse Alencar Rodrigues, Eduardo Tavares Cordeiro, Evilane Prata Antunes Ribeiro Martins, Felipe Feijó Rubim, Glaucio Southier, Graziela Fernanda Seibel Rodriguez, Igor Lacet Reis Fernandes, Juliana Dowsley Gitirana Maciel, Kleb Amancio e Silva da Gama, Luciana de Medeiros Fernandes, Luciana Felício Rublescki, Luigi Frusciante Filho, Maria Augusta Costa Bacelar Carneiro Leão, Maria Eduarda Almeida Villaça, Maria Eduarda de Mendonça Barros, Maria Teresa Costa de Montoya, Paula Monteiro Russo, Renato de Oliveira Paes, Rosa Miriam Farias Prysthon, Sandra Mara Cornelius da Rocha e Simone Katsuren Nakasato.

Preliminarmente, foram solicitadas estatísticas processuais aos gabinetes dos desembargadores federais e às unidades processantes, bem como a listagem dos processos do Tribunal para a seleção de amostra.

Na realização dos trabalhos de inspeção, utilizou-se sistema de controle com acesso pela internet para apresentar e reunir informações consideradas relevantes, armazenando-se, num único ambiente *web*, os questionários e a lista de processos previamente enviados pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, que foram

preenchidos pelos gabinetes e unidades inspecionadas. Nesse sistema foram agregadas as informações dos processos inspecionados, bem como as impressões gerais sobre as unidades.

Para a abertura e o acompanhamento da inspeção, foram feitas as devidas comunicações ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, ao Ministério Público Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e à Ordem dos Advogados do Brasil, nas Seccionais do Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Determinou-se que, durante a inspeção, as atividades jurisdicionais e administrativas do TRF 3ª da Região prosseguissem normalmente.

B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

As inspeções nos Tribunais Regionais Federais sofreram evolução desde a edição da Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008. A Corregedoria-Geral da Justiça Federal empenhou esforços no sentido de aprimorar, continuamente, a coleta de informações e as técnicas de acompanhamento e controle da gestão administrativa e processual das Cortes federais, assim como a elaboração de diagnóstico real, capaz de contribuir para disseminar boas práticas administrativas e judiciárias e para corrigir eventuais deficiências de organização ou funcionamento das unidades inspecionadas.

Pautadas pelo propósito de coletar objetivamente dados e informações, eliminando, ao máximo, os riscos de uma avaliação meramente subjetiva, as inspeções foram idealizadas e concretizadas como práticas rotineiras, feitas a cada dois anos nos Tribunais Regionais Federais, com continuidade nas autoinspeções. Destinam-se a orientar a salutar prática do autoconhecimento, visando à transparência, eficiência e celeridade na prestação jurisdicional.

Os critérios adotados para selecionar os processos, por amostragem, e os dados solicitados em questionários, entrevistas nas inspeções propriamente ditas têm como objetivo fornecer retrato real e atualizado da gestão administrativo-processual de cada órgão jurisdicional, que contribua para uma visão nacional da instituição, permitindo formular políticas gerais de planejamento e desenvolvimento para a Justiça Federal, de forma a nivelar e democratizar o acesso e a prestação jurisdicional para todos os cidadãos brasileiros, de qualquer localidade ou região do território nacional.

Os preparativos da inspeção bienal iniciam-se com a autoinspeção, gerando relatórios com uma gama de informações das unidades jurisdicionais, que são analisados pela Corregedoria-Geral, servindo de instrumento para o acompanhamento permanente da situação processual e administrativa, além de base para a definição do escopo da inspeção.

Em seguida, o trabalho de campo é diretamente realizado no tribunal, a partir da análise, um a um, de processos de listagem elaborada por determinadas fases críticas, considerando importantes fatores como tempo de tramitação, de conclusão e de julgamento; nível de atendimento das prioridades estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça; perfil quantitativo e qualitativo do acervo processual em tramitação; quadro histórico e evolução da gestão processual e administrativa; comportamento da unidade na curva geral de desempenho médio no tribunal.

A partir da análise de processos da amostragem, as equipes de inspeção, quando não for necessário ampliar o foco da análise para outras situações e feitos, identificam as boas práticas e eventuais deficiências, inclusive por meio de entrevistas com magistrados e servidores, para registro nos relatórios prévios elaborados com liberdade

de atuação analítica, mas sempre dentro de parâmetros mínimos de objetividade e equidade.

Os relatórios prévios das equipes são conferidos e sistematizados para formação do relatório final da inspeção, abrangendo unidades jurisdicionais e processantes. Importante ressaltar que a maior ou a menor complexidade de cada inspeção e do relatório sempre dependem da situação de funcionamento e organização de cada órgão e tribunal, no tocante especialmente à qualidade, consistência, acessibilidade e confiabilidade das informações, bem como dos mecanismos internos para o respectivo controle e consolidação.

Destaque para a análise preliminar do Tribunal, a título de “Observações Gerais”, informando acerca de dados estatísticos, processuais e organizacionais, com a respectiva análise destinada a traçar um perfil médio das unidades jurisdicionais, o que, no caso do TRF da 3ª Região, foi feito principalmente com base nas respectivas seções especializadas.

A propósito, são coletadas e fornecidas informações importantes, que devem ser consideradas no exame do relatório das unidades específicas, porque servem de apoio para estudos comparativos, bem como para a adoção de política geral de gestão processual e administrativa da Corte, na medida em que indicam tendências de comportamento ou desempenho geral das unidades inspecionadas.

O relatório trata da inspeção de unidades jurisdicionais e processantes diretamente vinculadas à prestação jurisdicional. Nas jurisdicionais, separam-se os gabinetes do corpo diretivo, com atribuições muito específicas, dos demais gabinetes vinculados às seções e turmas.

O relatório das unidades jurisdicionais é feito por gabinete, dentro da respectiva seção e turma, para permitir análise baseada em condições semelhantes de trabalho, com eventuais ressalvas cabíveis (por exemplo, em relação a tempo de atuação junto à unidade), viabilizando um exame fundado em critérios homogêneos de aferição.

São levantados os dados funcionais do magistrado, com objetivo de historiar a respectiva atuação no gabinete/turma e seção; os dados administrativos da unidade, em particular os atinentes ao quadro funcional; bem como os relativos à atividade-fim, analisados sob a perspectiva estatística, organizacional e processual.

As boas práticas e a metodologia de trabalho de cada unidade são registradas para estudo e divulgação. Toda a lista de feitos da amostragem é examinada, identificando, processo a processo, os pontos positivos ou críticos da tramitação processual, com o intuito de arrolar as principais ocorrências e definir qual a tendência predominante na gestão da unidade, para efeito de reconhecimento de boa prática ou apontamento de eventual recomendação de medida de gestão. Do mesmo modo ocorre na inspeção das unidades processantes.

O relatório seguiu um padrão objetivo de análise. Eventual reiteração de termos ou expressões é proposital porque decorre da constatação de situações concretas realmente idênticas nas diferentes unidades inspecionadas, demonstrando, inclusive, a existência de situações sistêmicas, estruturais, persistentes e comuns à Corte como um todo.

A apresentação deste relatório não poderia deixar de mencionar que ainda existe espaço para evolução na inspeção dos Tribunais Regionais Federais. Nesse espaço de atuação, a Corregedoria-Geral da Justiça Federal tem trabalhado constantemente objetivando o aprimoramento de metodologias e técnicas aplicáveis, não apenas no momento da inspeção, mas, especialmente, nas fases de pré-inspeção e pós-inspeção.

O resultado que ora se apresenta retrata as informações e os dados colhidos na verificação de 2.757 processos, trabalhados segundo padrões objetivos de controle por fases e situações processuais, buscando fornecer diagnóstico atualizado da situação da gestão processual e administrativa nas várias unidades do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

C. OBSERVAÇÕES GERAIS

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sediado em São Paulo - SP, foi inspecionado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal no período de 15 de junho a 10 de julho de 2020. A Corte é composta por quarenta e três desembargadores federais.

Seguem-se os detalhes da composição, no período da inspeção:

Mesa Diretora

Desembargador Federal MAIRAN MAIA, Presidente
Desembargadora Federal CONSUELO YOSHIDA, Vice-Presidente
Desembargadora Federal MARISA SANTOS, Corregedora Regional

Órgão Especial

Titulares

Desembargador Federal MAIRAN MAIA - Presidente
Desembargadora Federal CONSUELO YOSHIDA - Vice-Presidente
Desembargadora Federal MARISA SANTOS - Corregedor-Regional
Desembargadora Federal DIVA PRESTES MARCONDES MALERBI
Desembargador Federal PAULO OCTAVIO BAPTISTA PEREIRA
Desembargador Federal ANDRÉ NABARRETE NETO
Desembargadora Federal MARLI MARQUES FERREIRA
Desembargador Federal NEWTON DE LUCCA
Desembargador Federal OTÁVIO PEIXOTO JÚNIOR
Desembargador Federal FÁBIO PRIETO DE SOUZA
Desembargadora Federal THEREZINHA ASTOLPHI CAZERTA
Desembargador Federal NERY DA COSTA JÚNIOR
Desembargador Federal ANDRÉ CUSTÓDIO NEKATSCHALOW
Desembargador Federal HÉLIO EGYDIO DE MATOS NOGUEIRA
Desembargador Federal LUIZ ALBERTO DE SOUZA RIBEIRO
Desembargador Federal WILSON ZAUHY FILHO
Desembargador Federal NINO OLIVEIRA TOLDO
Desembargador Federal PAULO SÉRGIO DOMINGUES

1ª Seção: Contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); matéria de direito privado, dentre outras: domínio e posse; locação de imóveis; família e sucessões; direitos reais e coisa alheia; constituição, dissolução e liquidação de sociedades; matéria trabalhista de competência residual; propriedade industrial; registros públicos; servidores civis e militares; desapropriações e apossamentos administrativos.

Desembargador Federal WILSON ZAUHY
Desembargador Federal HÉLIO NOGUEIRA
Desembargador Federal VALDECI DOS SANTOS
Desembargador Federal COTRIM GUIMARÃES

Desembargador Federal PEIXOTO JÚNIOR
Desembargador Federal CARLOS FRANCISCO

2ª Seção: Direito público, ressalvados os que se incluem na competência da Primeira e Terceira Seções, dentre outros; matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, executadas as competências do Órgão Especial, da Primeira e Terceira Seções – licitações; nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da Primeira e Terceira Seções; ensino superior; inscrição e exercício profissional; tributos em geral e preços públicos; contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção.

Desembargador Federal ANTONIO CEDENHO
Desembargador Federal NERY JUNIOR
Desembargador Federal CARLOS MUTA
Desembargador Federal NELTON DOS SANTOS
Desembargador Federal MARCELO SARAIVA
Desembargador Federal ANDRÉ NABARRETE
Desembargadora Federal MARLI FERREIRA
Desembargadora Federal MÔNICA NOBRE
Desembargador Federal FÁBIO PRIETO
Desembargadora Federal DIVA MALERBI
Desembargador Federal JOHONSOM DI SALVO
Desembargador Federal SOUZA RIBEIRO

3ª Seção: Previdência e assistência social, excetuada a competência da Primeira Seção.

Desembargador Federal PAULO DOMINGUES
Desembargador Federal TORU YAMAMOTO
Desembargador Federal CARLOS DELGADO
Desembargadora Federal INÊS VIRGÍNIA PRADO SOARES
Desembargador Federal DAVID DANTAS
Desembargador Federal NEWTON DE LUCCA
Desembargadora Federal THEREZINHA CAZERTA
Desembargador Federal LUIZ STEFANINI
Desembargador Federal GILBERTO JORDAN
Desembargador Federal BATISTA GONÇALVES
Desembargadora Federal DALDICE SANTANA
Juíza Federal Convocada LEILA PAIVA
Desembargador Federal BAPTISTA PEREIRA
Desembargador Federal SÉRGIO NASCIMENTO
Desembargadora Federal LUCIA URSAIA
Desembargador Federal NELSON PORFIRIO

4ª Seção: Matéria criminal, ressalvada a competência do Órgão Especial.

Desembargador Federal ANDRÉ NEKATSCHALOW
Desembargador Federal PAULO FONTES

Desembargador Federal MAURICIO KATO
Desembargador Federal NINO TOLDO
Desembargador Federal JOSÉ LUNARDELLI
Desembargador Federal FAUSTO DE SANCTIS

Além dos gabinetes dos desembargadores federais, foram inspecionadas as seguintes unidades: Subsecretaria dos Feitos da Presidência (Precatórios), Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência, Núcleo de Gerenciamento de Precedentes; Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário, Subsecretaria de Seções, Subsecretaria das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª Turmas, Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais, Gabinete da Conciliação, Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região, os setores de estatísticas e sistemas judiciais eletrônicos.

Para a avaliação da prestação jurisdicional do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, foram inicialmente levantados os dados estatísticos, processuais e administrativos das seções especializadas da Corte e de suas respectivas Turmas.

A análise processual foi feita por meio de amostragem no âmbito de cada unidade inspecionada, tendo sido previamente selecionados 2.757 processos, nas mais diferentes classes e fases processuais, com identificação de situações eventualmente críticas, e cujo exame físico ou eletrônico coube às equipes formadas por magistrados e servidores.

Os resultados das avaliações concretas de cada acervo constam dos relatórios individuais das respectivas unidades, nos quais se registram, ainda, metodologia de trabalho, gestão de pessoal e processual, boas práticas, observações gerais e recomendações.

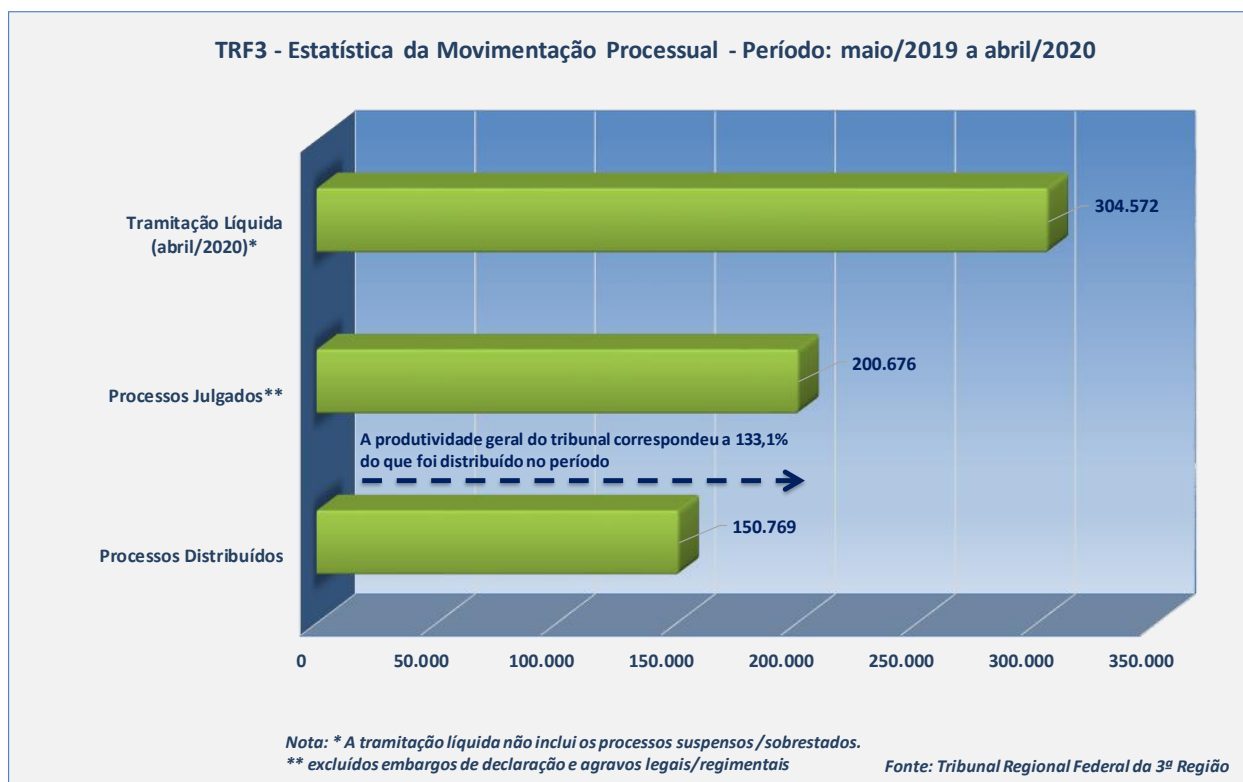
A avaliação conjunta entre equipes da Corregedoria-Geral e unidades inspecionadas, por meio de reuniões e troca de experiências durante e após a inspeção, buscou identificar o perfil médio do Tribunal pelas respectivas Turmas, gabinetes e demais órgãos inspecionados, mediante a sistematização dos relatórios prévios das unidades.

Numa primeira vertente, o trabalho de inspeção consistiu em diagnosticar os indicadores de distribuição, produtividade, tramitação ajustada e conclusão dos feitos junto à Corte e das metas processuais do CNJ. Para isso, nos termos do glossário da Resolução n. 398/2004, do Conselho da Justiça Federal, compreende-se como distribuição o total de processos protocolados no tribunal, por meio automatizado ou manual, de forma ordinária ou por dependência, em determinado período. Por produtividade, define-se a quantidade de processos julgados na Corte, excluindo-se os embargos de declaração e os agravos internos ou regimentais. Por tramitação ajustada, considera-se o número de processos em estoque, descontados os processos

suspensos/ sobrestados. Finalmente, por conclusão, o total de processos estocados em gabinete prontos para julgamento.

Nesses termos, para a aferição dos indicadores das unidades inspecionadas, adotou-se como referencial o período de maio/2019 a abril/2020, ou seja, os doze meses imediatamente anteriores à inspeção, sendo os dados examinados fornecidos pela Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos, vinculado à Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica, constituindo seus números oficiais. Isso considerado, registrou-se que o Tribunal recebeu 150.769 ações judiciais, as quais restaram distribuídas entre as onze turmas da Corte e as quatro seções especializadas. A divisão da distribuição processual entre os gabinetes que tratam das mesmas matérias foi equânime para a 1ª e 4ª Seções, com remessa média de 3.126 e 915 feitos respectivamente. A 2ª e 3ª Seções apresentaram dois gabinetes que, em outubro de 2019, receberam um volume expressivo de processos a mais que as demais unidades, provocando forte desvio em relação aos outros gabinetes, que entre si apresentaram distribuição equânime com remessa média de 2.618 processos para a 2ª Seção e 5.944 para a 3ª Seção.

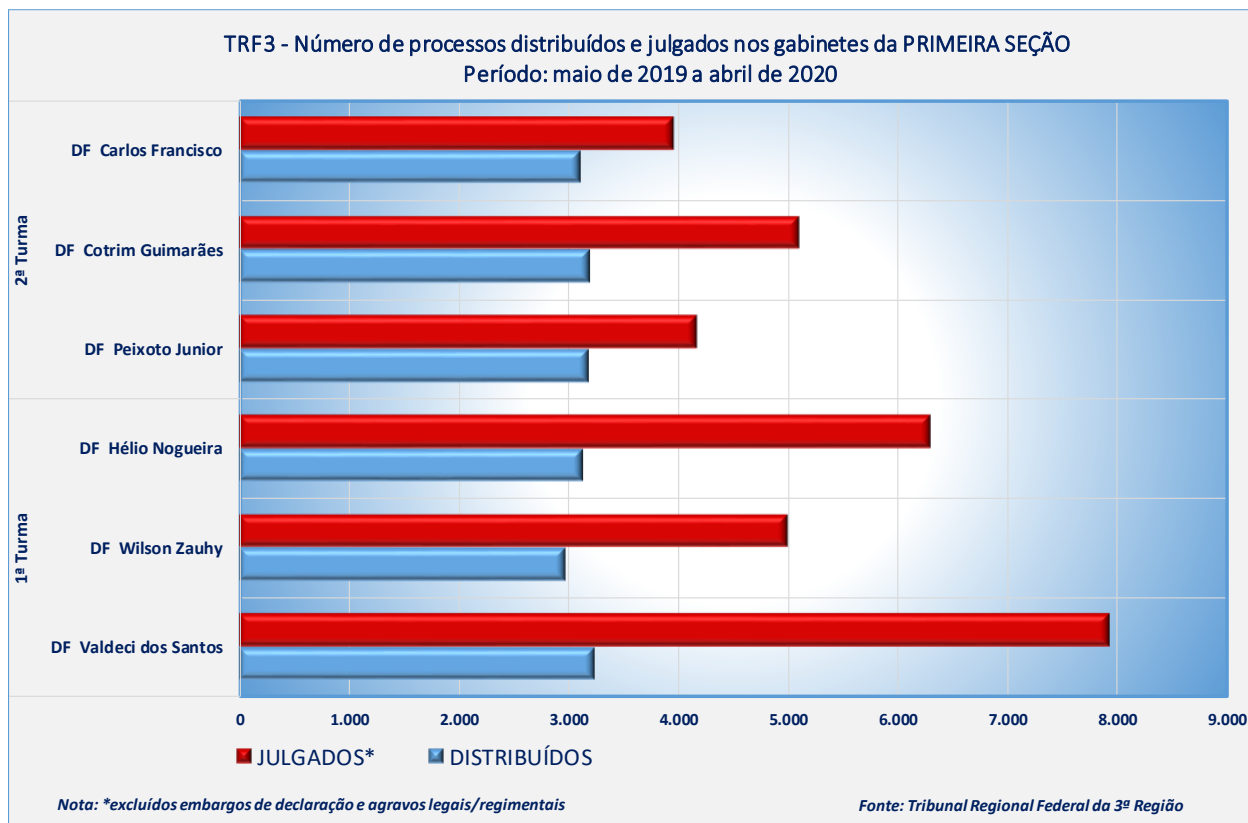
Quanto à produtividade, no mesmo período, o TRF da 3ª Região julgou globalmente o total de 200.676 processos, o que resulta em um percentual de produtividade média de 133,1%. Vale dizer, a Corte julgou uma quantidade de feitos maior que os distribuídos no mesmo período, como graficamente descrito na forma a seguir:

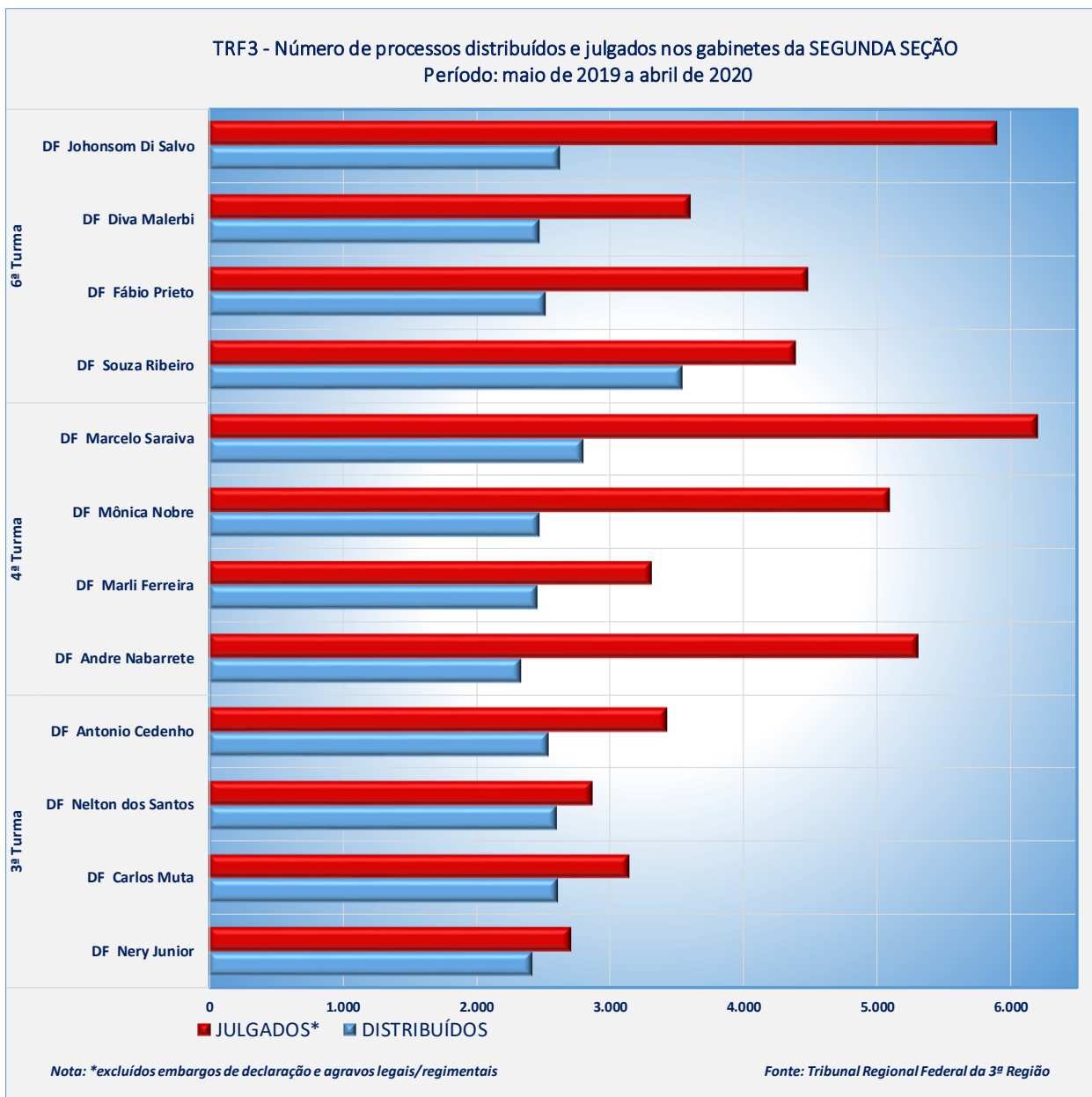


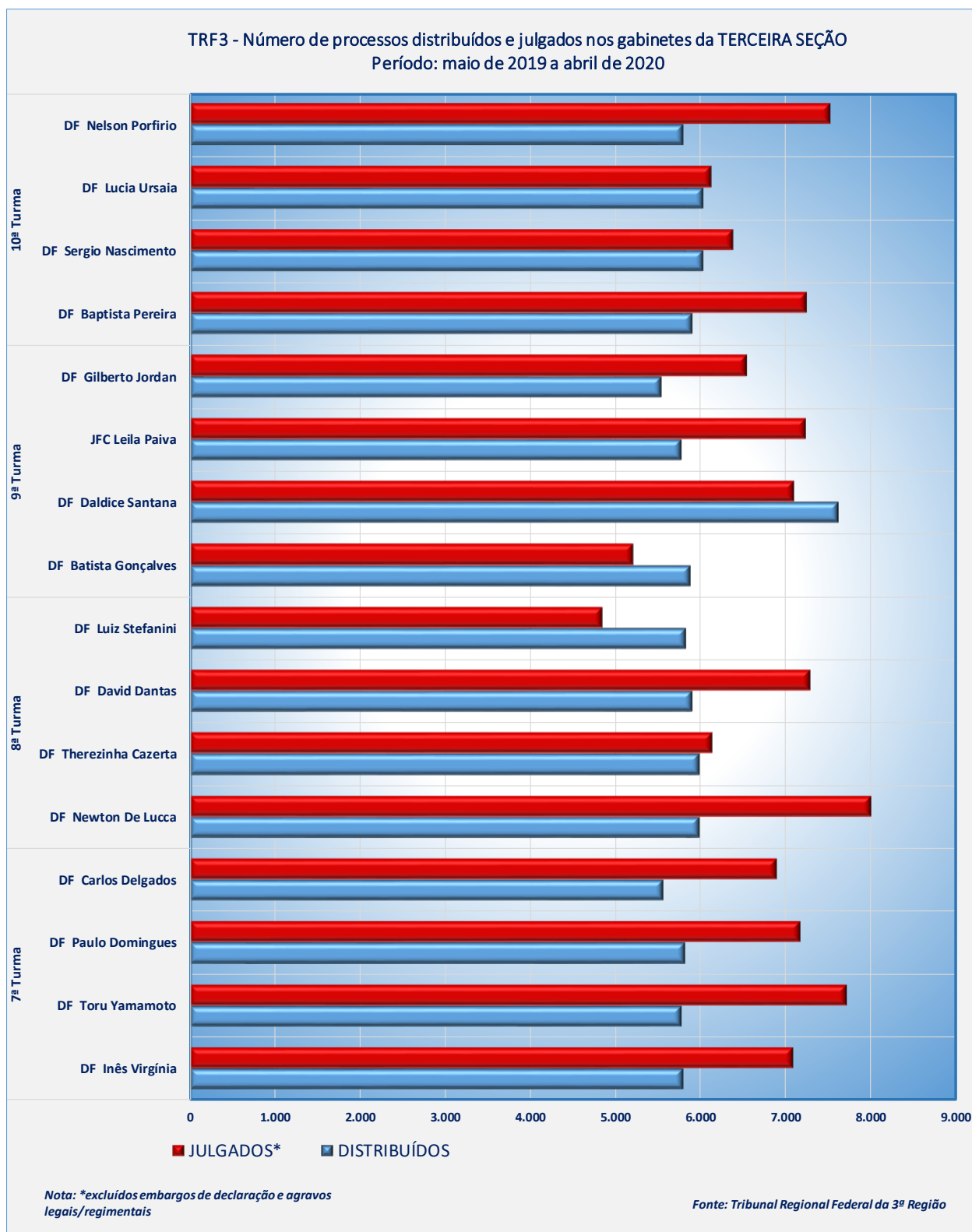
O detalhamento desses números permite a obtenção também da produtividade setorial do Tribunal, ou seja, razão entre o número de processos julgados e distribuídos por turma especializada, nos seguintes percentuais:

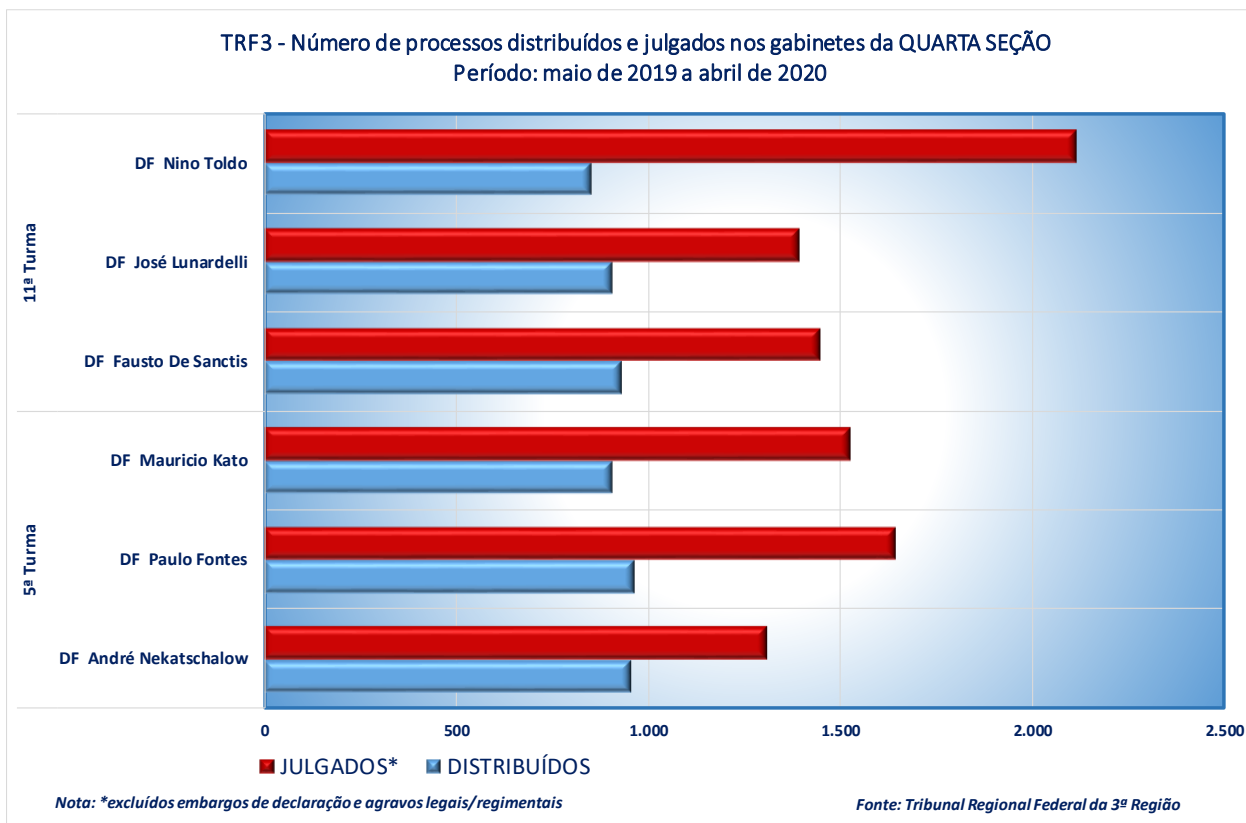
- 1ª Turma: produtividade de 206%, com 9.305 distribuídos e 19.186 julgados;
- 2ª Turma: produtividade de 140%, com 9.452 distribuídos e 13.211 julgados;
- 3ª Turma: produtividade de 119%, com 10.175 distribuídos e 12.154 julgados;
- 4ª Turma: produtividade de 198%, com 10.076 distribuídos e 19.919 julgados;
- 5ª Turma: produtividade de 159%, com 2.813 distribuídos e 4.483 julgados;
- 6ª Turma: produtividade de 165%, com 11.164 distribuídos e 18.381 julgados;
- 7ª Turma: produtividade de 126%, com 22.928 distribuídos e 28.839 julgados;
- 8ª Turma: produtividade de 111%, com 23.674 distribuídos e 26.242 julgados;
- 9ª Turma: produtividade de 105%, com 24.779 distribuídos e 26.058 julgados;
- 10ª Turma: produtividade de 115%, com 23.724 distribuídos e 27.242 julgados;
- 11ª Turma: produtividade de 185%, com 2.679 distribuídos e 4.961 julgados.

A relação entre a distribuição e o julgamento nas quatro turmas do Tribunal está visualmente representada por meio dos gráficos abaixo:







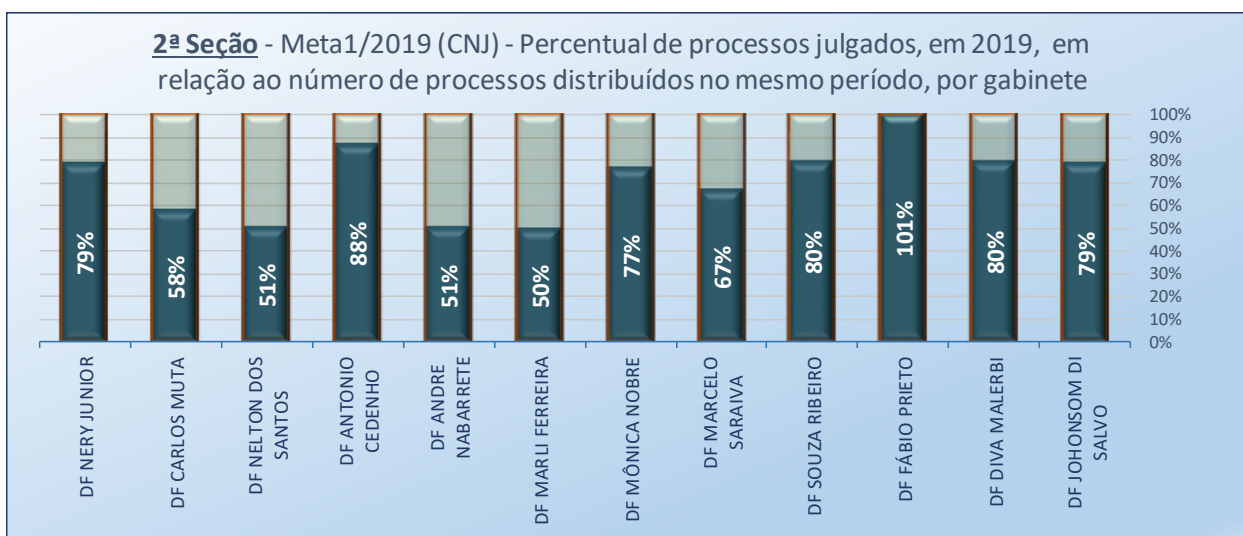
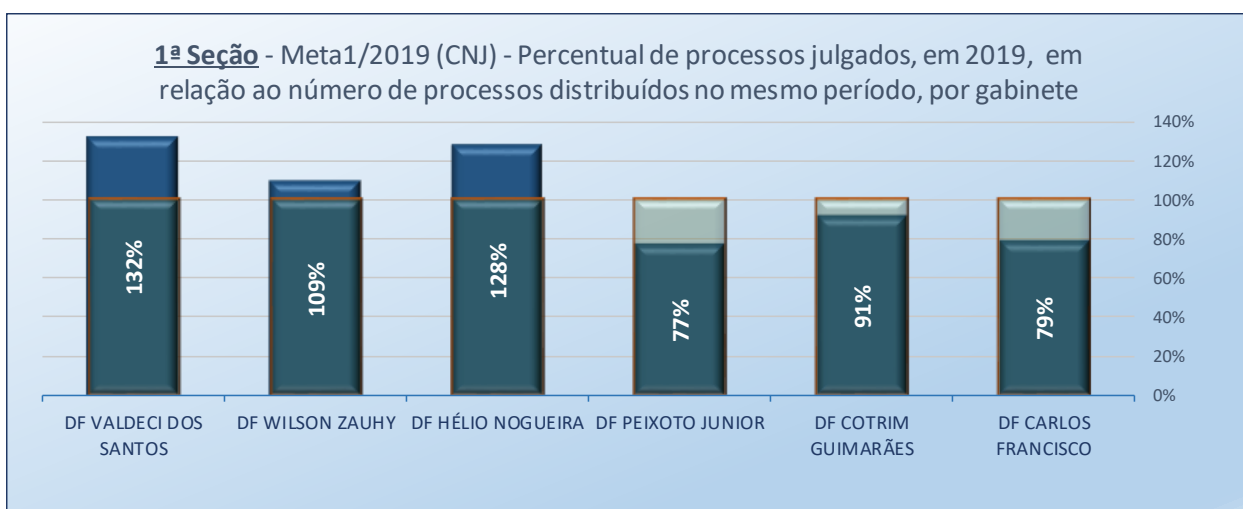
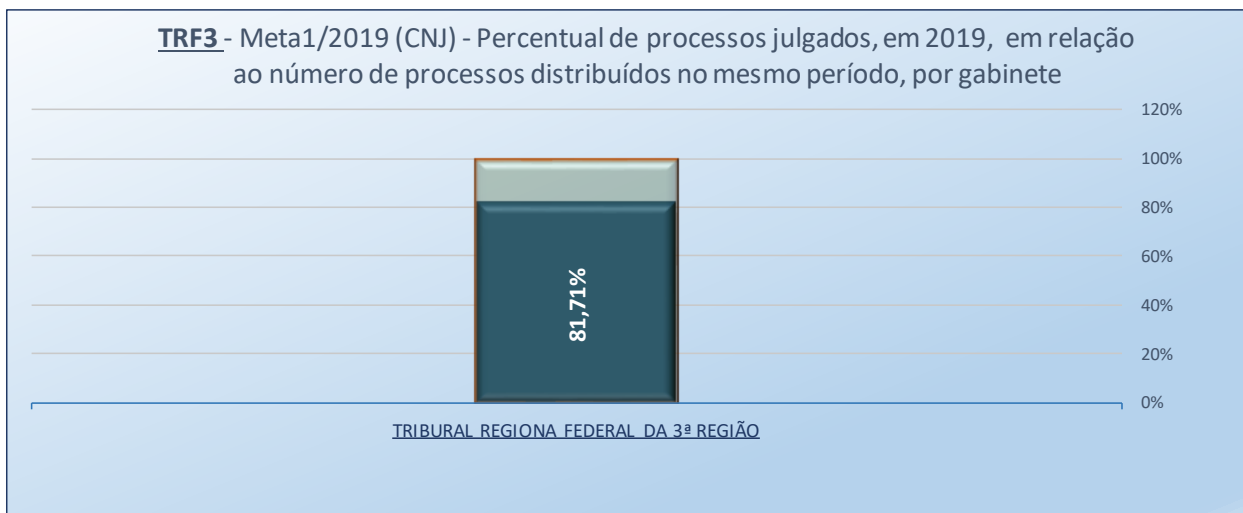


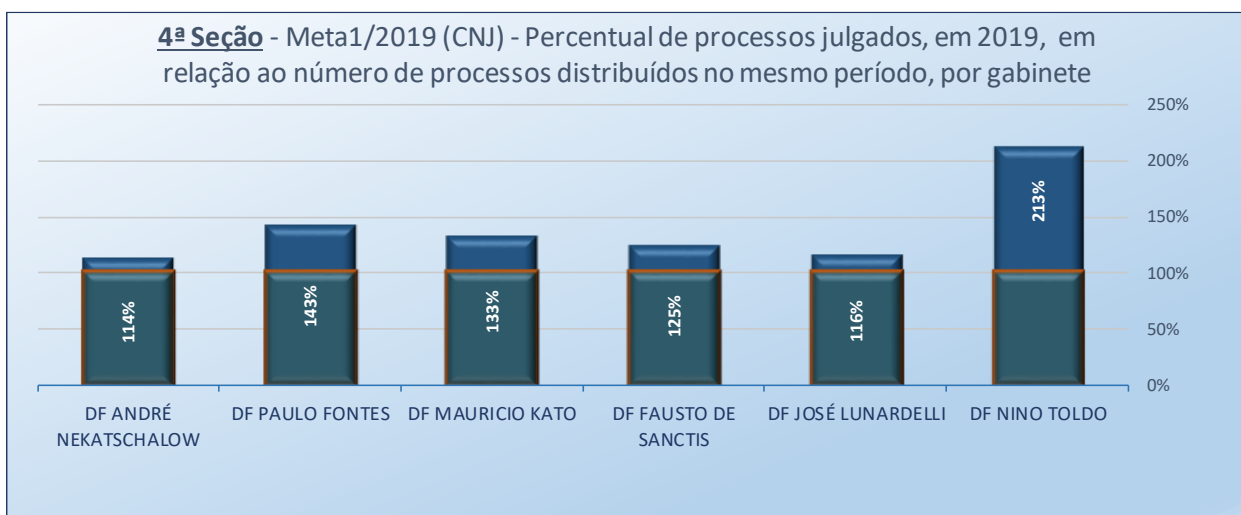
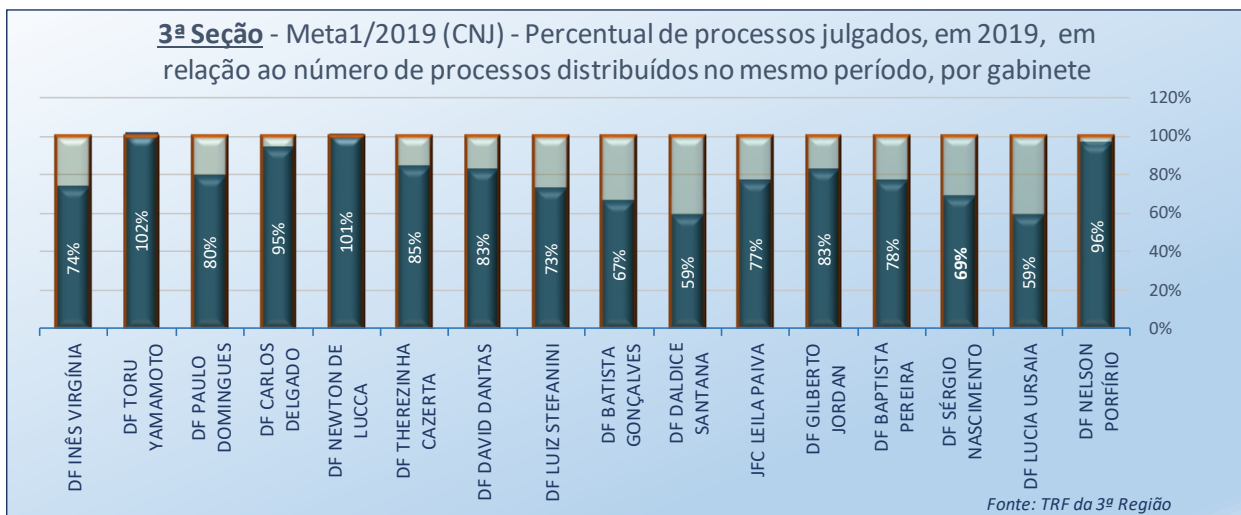
Ainda quanto à produtividade, se comparados com os números verificados na inspeção anterior, em 2018, quando a produção do Tribunal era inferior ao número de processos distribuídos em 9.595 feitos¹, verifica-se que o TRF da 3ª Região inverteu o seu desempenho, passando a julgar mais do que receber no período de maio/2019 a abril de 2020 (últimos dozes meses). No entanto, quando analisado a partir da Meta 1/2019 do CNJ, que compreende os meses de janeiro a dezembro de 2019, percebe-se que o Tribunal julgou apenas 81,71% dos feitos recebidos.

A publicação mais atual da Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, do ano de 2019, é o melhor indicador para avaliar esse contexto, e pode ser analisada nos gráficos a seguir, que demonstram o percentual, por unidade, de processos julgados em relação aos que foram distribuídos em 2019.

Os resultados demonstram que, de janeiro a dezembro de 2019, o Tribunal julgou apenas 81,71% do volume distribuído, o que representa um valor muito inferior ao encontrado para o período de inspeção (maio a abril de 2020), quando a produtividade média foi de 133%.

¹ Ou seja, ingressaram naquele período avaliado (2017/2018) 113.020 processos e foram julgados 103.425 processos.





O terceiro indicador inspecionado, para a obtenção de um diagnóstico adequado da gestão processual no Tribunal, refere-se à análise do volume de feitos em tramitação, excluídos os suspensos e sobrestados, em seus distintos órgãos jurisdicionais, ou seja, em cada uma de suas Turmas e na Vice-Presidência, tendo em vista a competência desta última para encaminhar os feitos a tribunais superiores, devolvê-los à origem após o trânsito em julgado, ou sobrestá-los.

Nesses termos, apurou-se a existência de 304.572 processos em tramitação no TRF da 3ª Região, conforme se verifica no quadro a seguir:

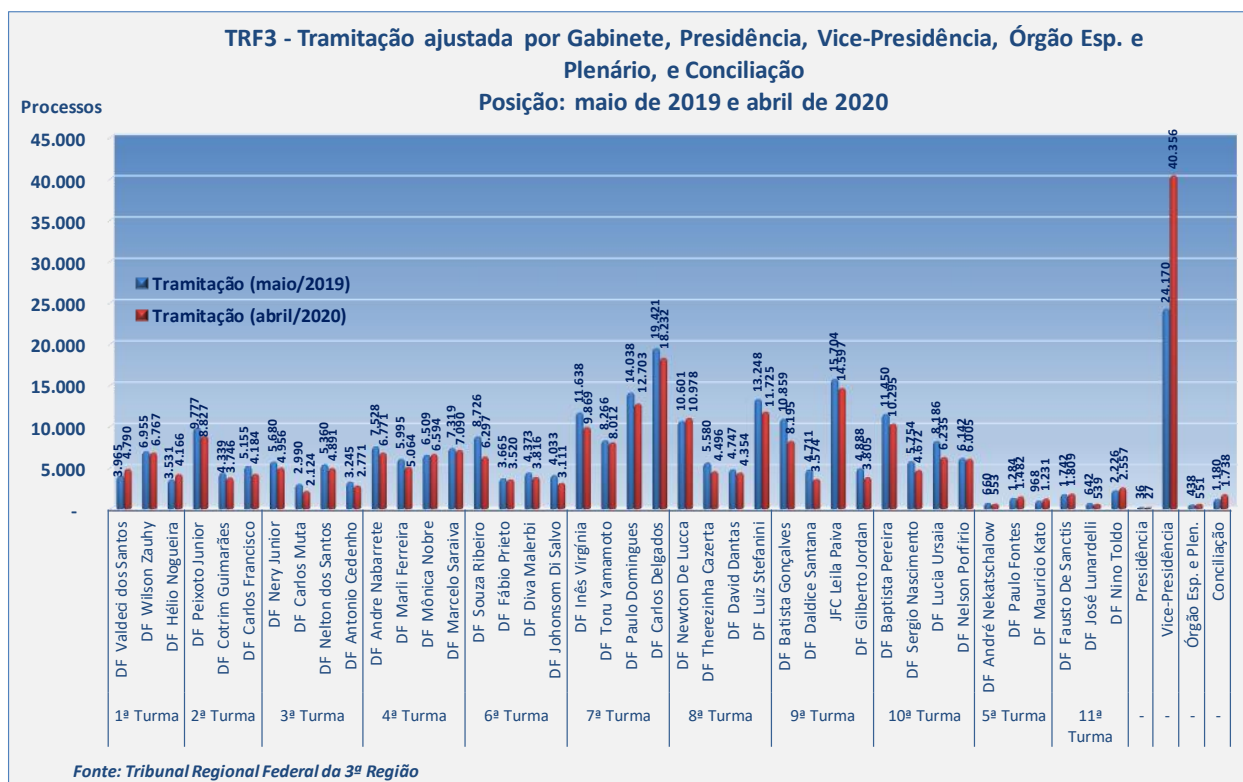
Processos em tramitação ajustada, por turma, no TRF da 3ª Região
Posição: Abril/2020

Órgãos		Tramitação Ajustada	% de processos em relação ao total
Presidência		27	0,01%
Vice-Presidência		40.356	13,25%
1ª Seção	1ª Turma	14.451	4,74%
	2ª Turma	19.271	6,33%
2ª Seção	3ª Turma	17.275	5,67%
	4ª Turma	27.351	8,98%
	6ª Turma	20.797	6,83%
3ª Seção	7ª Turma	53.363	17,52%
	8ª Turma	34.176	11,22%
	9ª Turma	36.162	11,87%
	10ª Turma	31.532	10,35%
4ª Seção	5ª Turma	2.912	0,96%
	11ª Turma	4.610	1,51%
Órgão Especial e Plenário		551	0,18%
Conciliação		1.738	0,57%
Total no TRF da 3ª Região		304.572	-

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

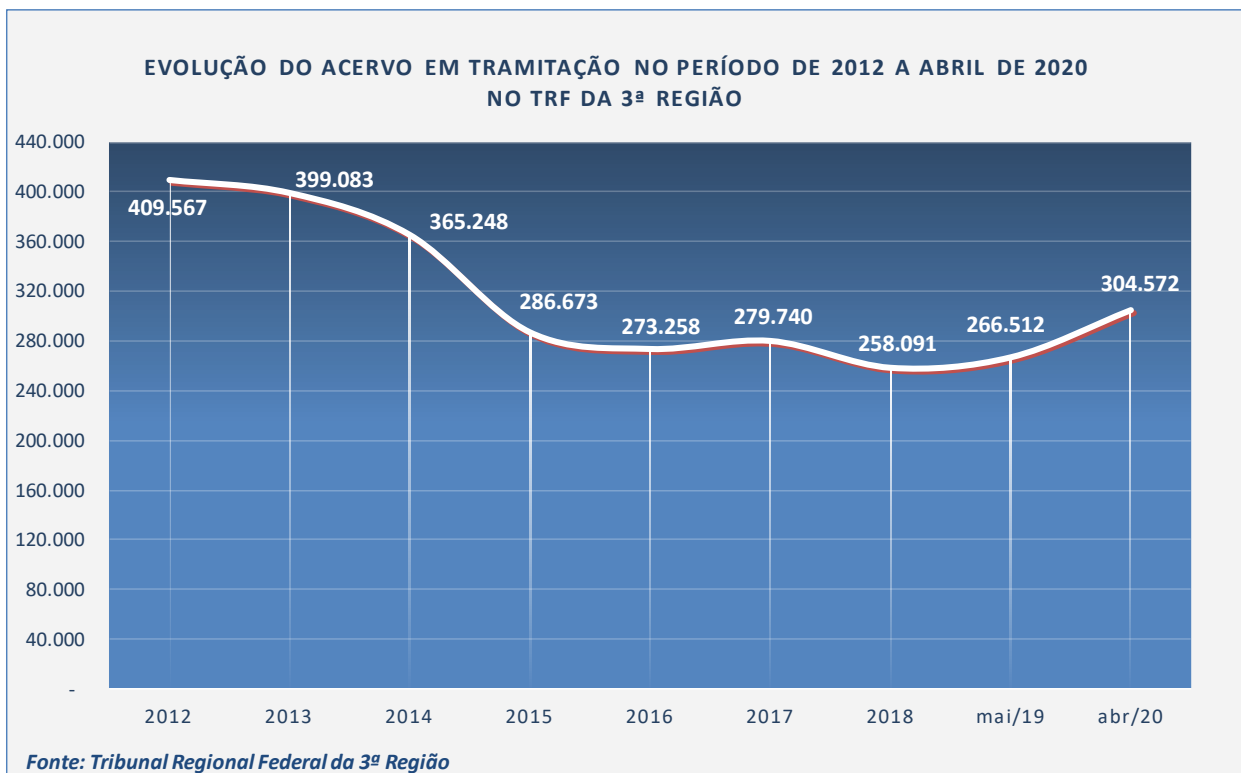
Ao analisar a tramitação ajustada do Tribunal de maneira mais detalhada, percebe-se, conforme resultado apresentado no gráfico a seguir, que o Tribunal registrou, em relação à maioria dos órgãos julgadores, no período de maio/2019 a abril/2020, pequena redução do acervo.

Apesar da redução da tramitação nos gabinetes, o Tribunal apresentou, no período de maio/2019 a abril/2020, aumento de 16,59% em seu volume de processos em estoque. Isso se deve a resultados negativos de outras unidades.



Obtidos os índices de distribuição, produtividade e tramitação relativos ao período de maio de 2019 a abril de 2020, passa-se a cotejá-los com a série histórica iniciada na inspeção de 2012 a fim de se constatar a evolução ou involução da Corte em relação à sua eficiência.

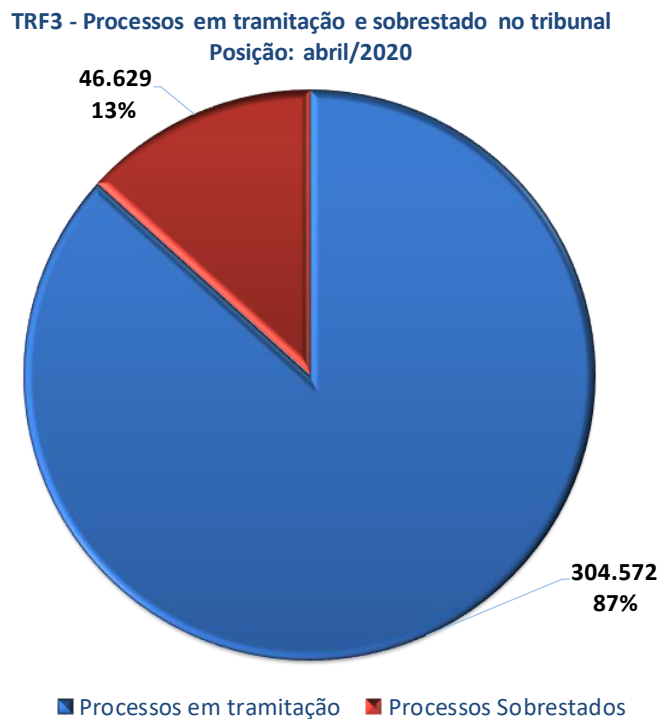
Nesse contexto, observa-se que o acervo do TRF da 3ª Região é predominantemente decrescente até 2018, quando ocorre a inversão da curva de tramitação para uma tendência de crescimento. Em 2012 tinha um acervo de 409.567 processos em tramitação, reduzindo, no início de 2014, para 286.673 feitos. No período posterior, de 2015 a maio/2018, o estoque também apresentou leve decréscimo oscilando para 258.091, e atualmente possui acervo de 304.572 feitos, conforme pode ser visto no gráfico a seguir:



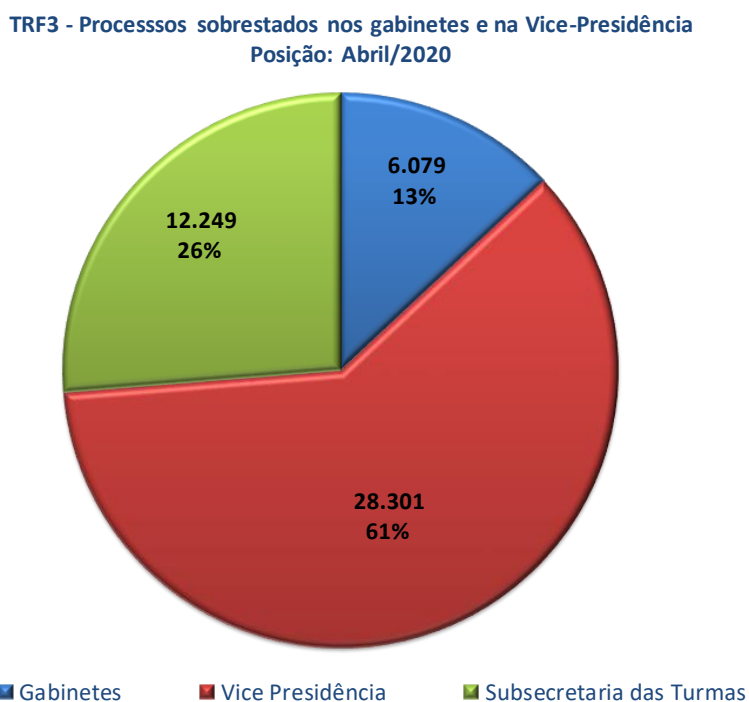
A análise da curva em referência demonstra que o Tribunal apresentou dificuldades com os indicadores de produtividade a partir de 2019. Os resultados apresentados da Meta 1/2019 do CNJ, demonstram essa realidade, pois o Tribunal julgou em média 81,71% dos processos distribuídos. Tal situação contribuiu para uma importante elevação do número de processos em andamento na Corte que, em abril 2020, subiu para 304.572 feitos.

Ressalte-se que, para esses dados de tramitação ajustada, objeto de análise em todos os relatórios individualizados por unidade, não se incluem os feitos suspensos ou sobrestados.

O Tribunal possui, globalmente, 351.201 processos em tramitação, dos quais 46.629 (13,28%) estão suspensos/sobrestados.

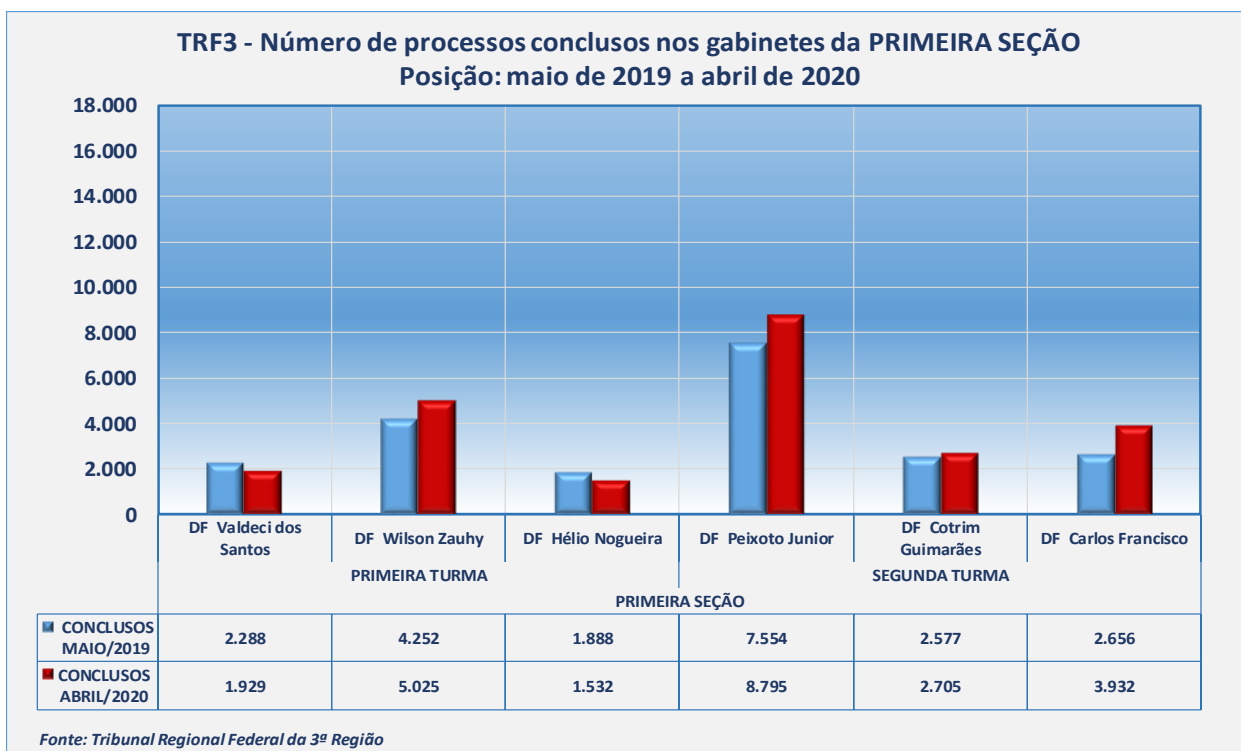


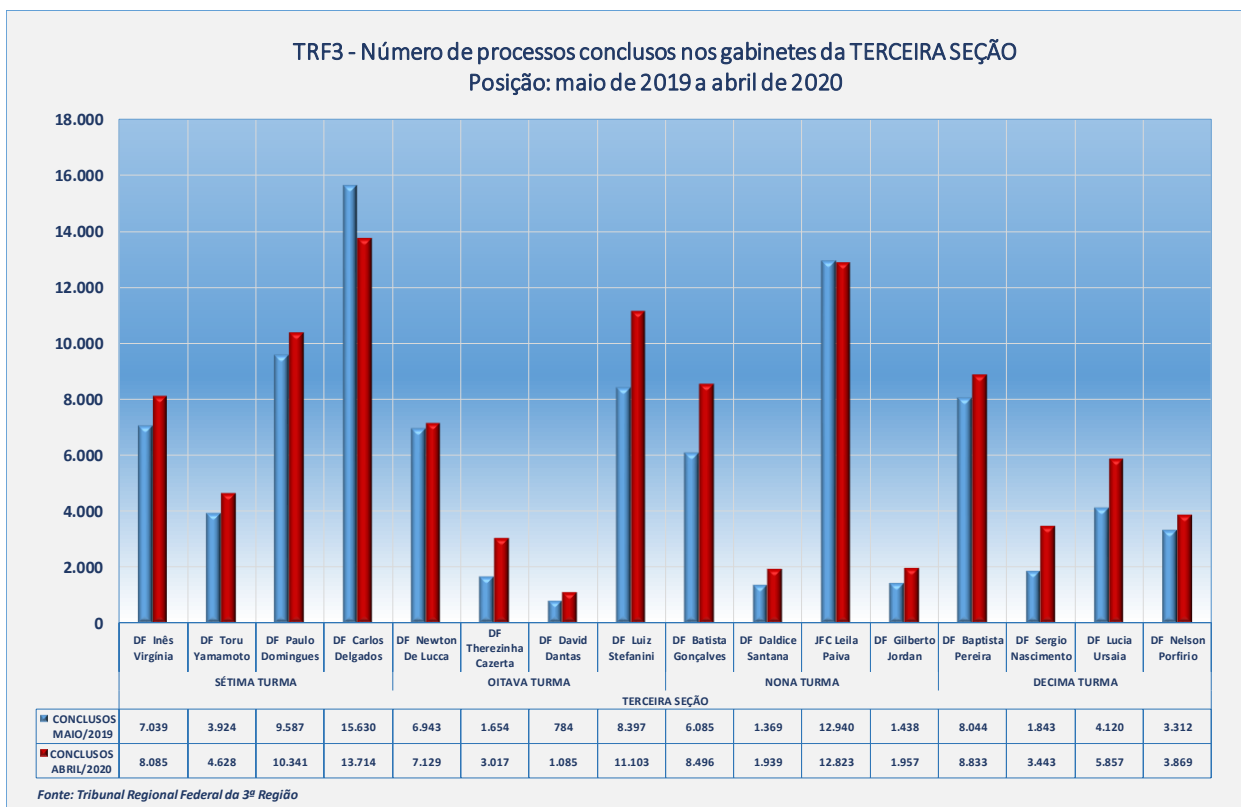
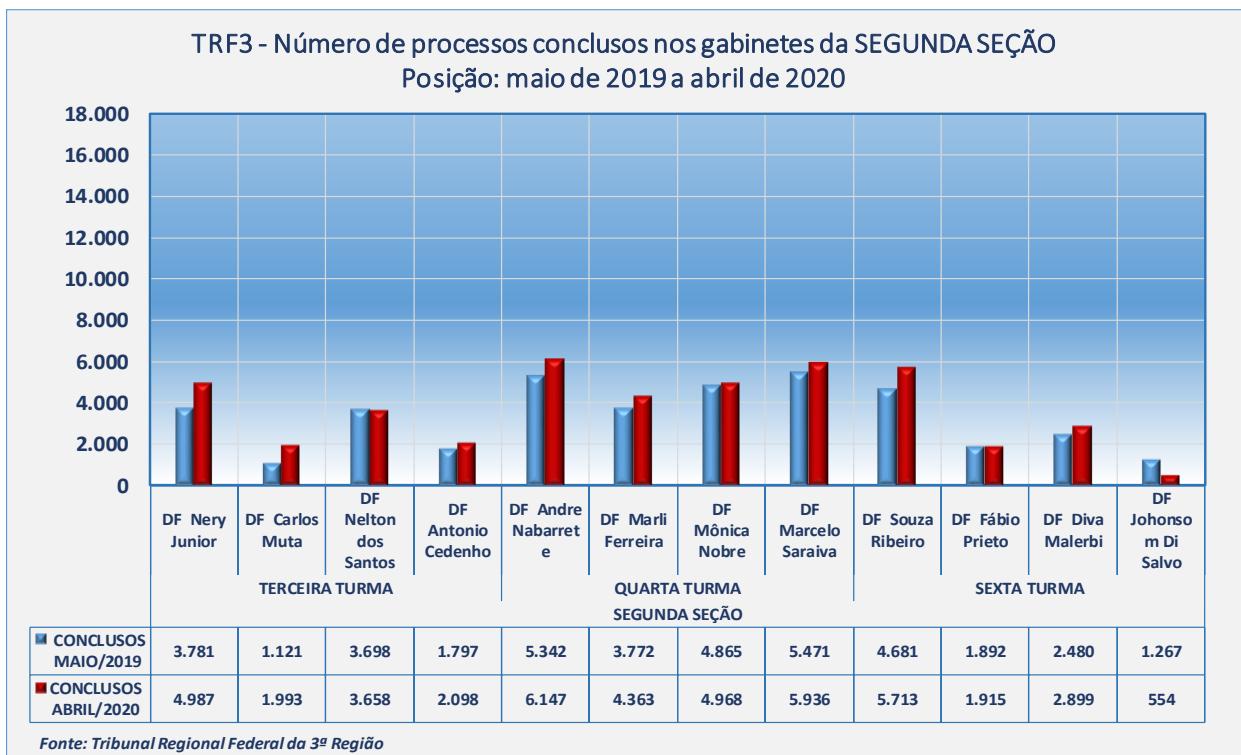
Dentre os processos que se encontram suspensos ou sobrestados, verifica-se que 26% (12.249) estão localizados nas subsecretarias das Turmas, 13% nos gabinetes dos desembargadores (6.079), e 61% na Vice-Presidência (28.301).

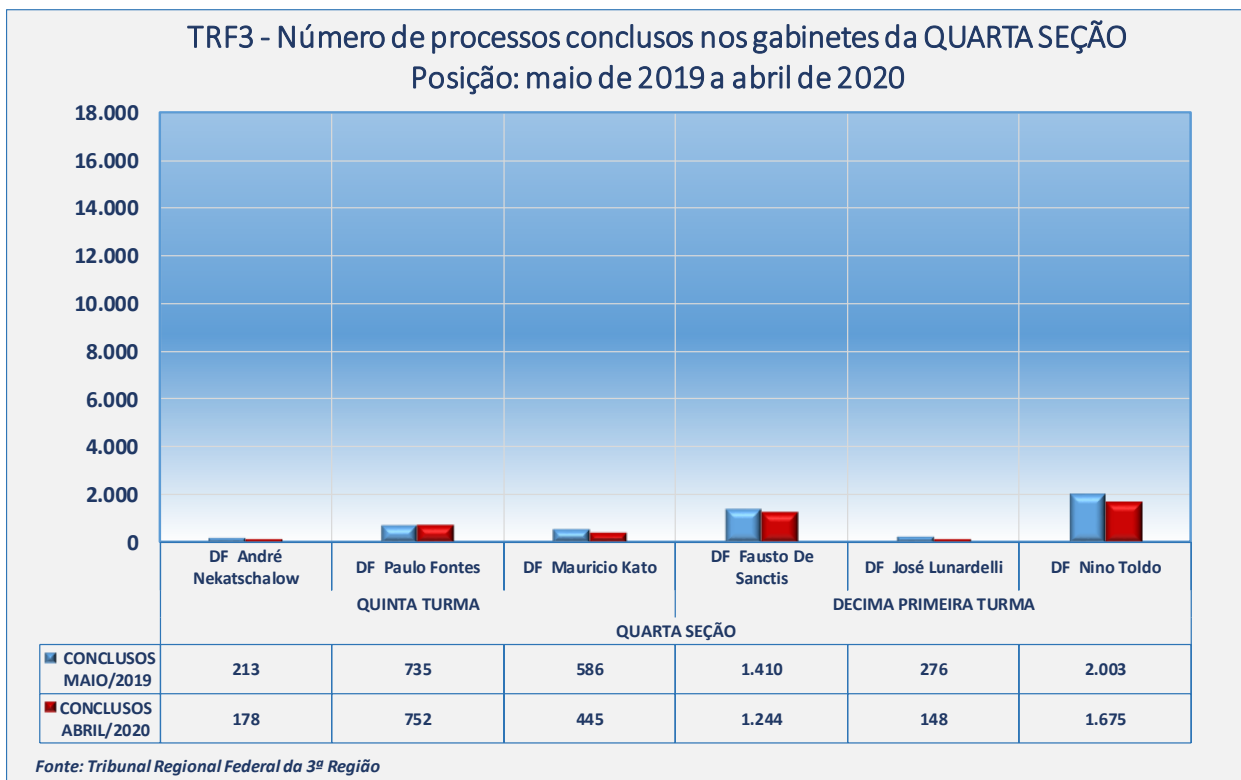


O quarto indicador trata da análise comparada dos processos conclusos para julgamento nos gabinetes dos desembargadores federais.

Como já registrado na inspeção levada a efeito em 2016 e 2018, ainda hoje persiste uma importante variação do número de feitos conclusos em cada uma das unidades inspecionadas que julgam a mesma matéria. Numa comparação entre extremos nos gabinetes com a mesma especialização, observa-se que no mais crítico, da 3ª Seção, constam 13.714 processos conclusos, contra apenas 1.085 feitos naquele que revelou melhor resultado. Ou seja, 12,6 vezes maior que o mais enxuto.

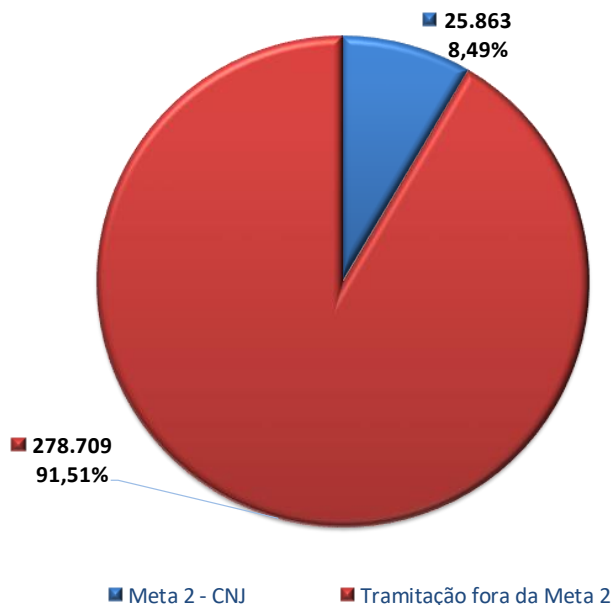




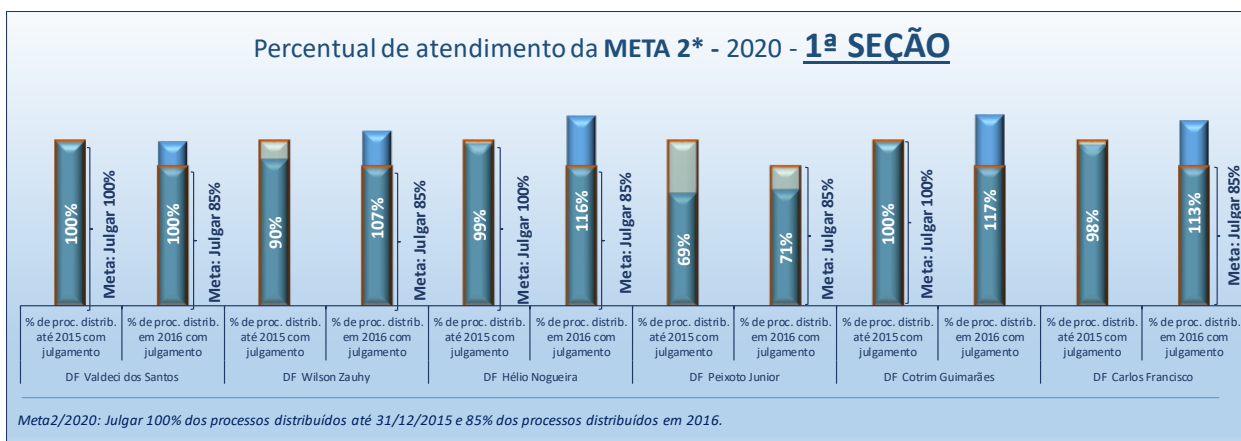


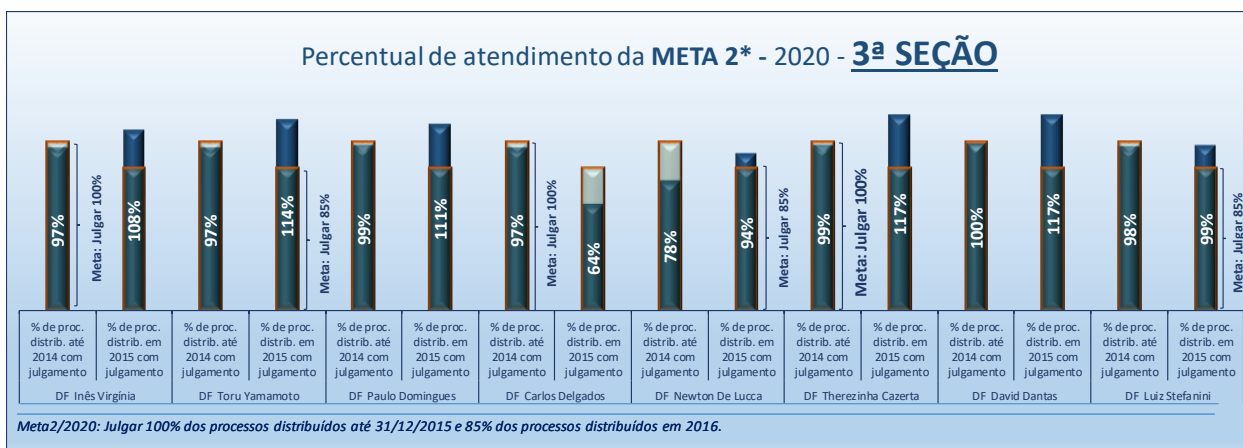
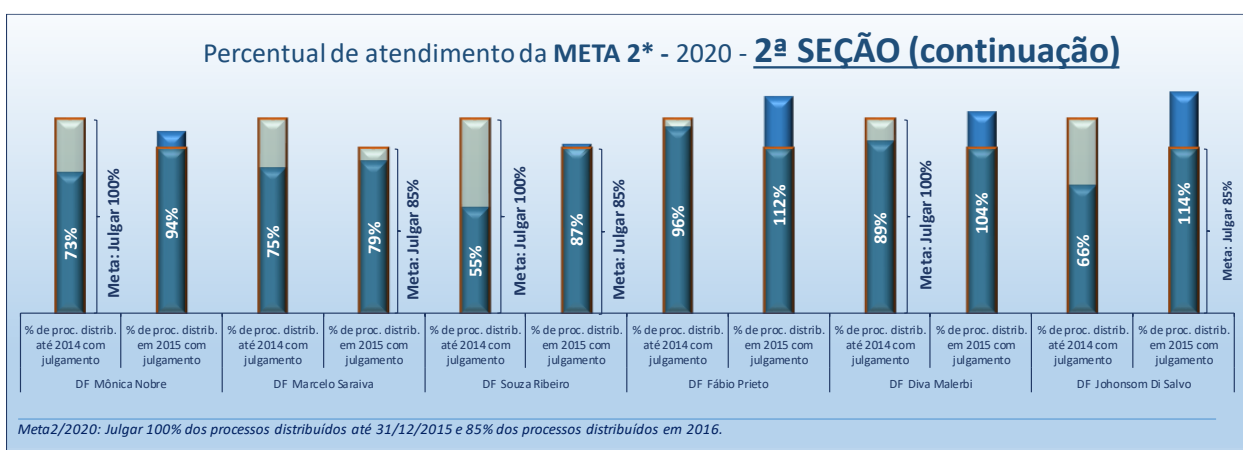
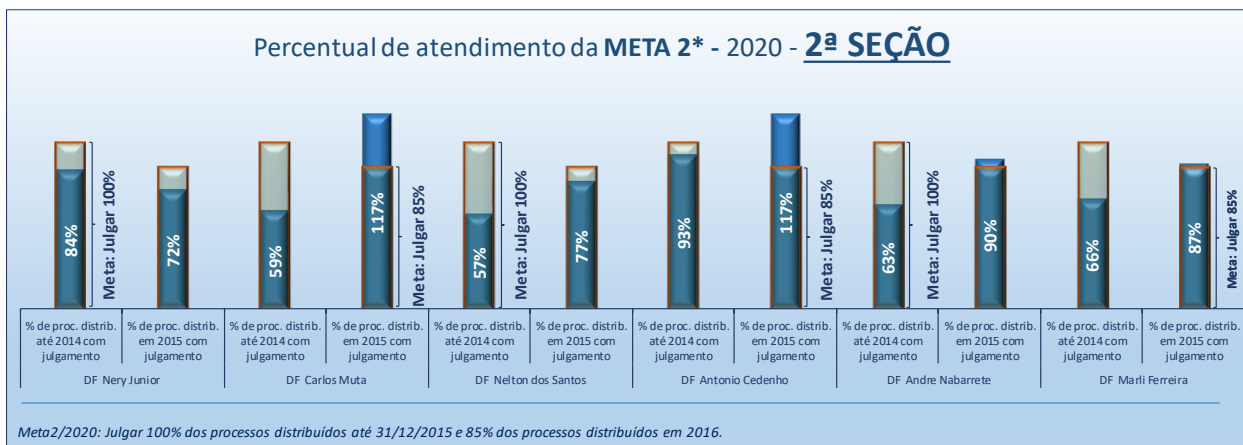
Oportuno mencionar, para fins de acompanhamento da gestão processual dos gabinetes, o perfil geral do acervo de processos sem primeiro julgamento, e seu tempo de tramitação, a partir da data da primeira distribuição no Tribunal. O dado mais importante diz respeito a feitos da Meta 2/2020 do CNJ (julgar os processos em tramitação, distribuídos até 31/12/2015 e em 2016, sem primeiro julgamento), que, em abril de 2020, somavam 25.863 em tramitação, o que corresponde a 8,49% do acervo total, excluídos os suspensos/sobrestados.

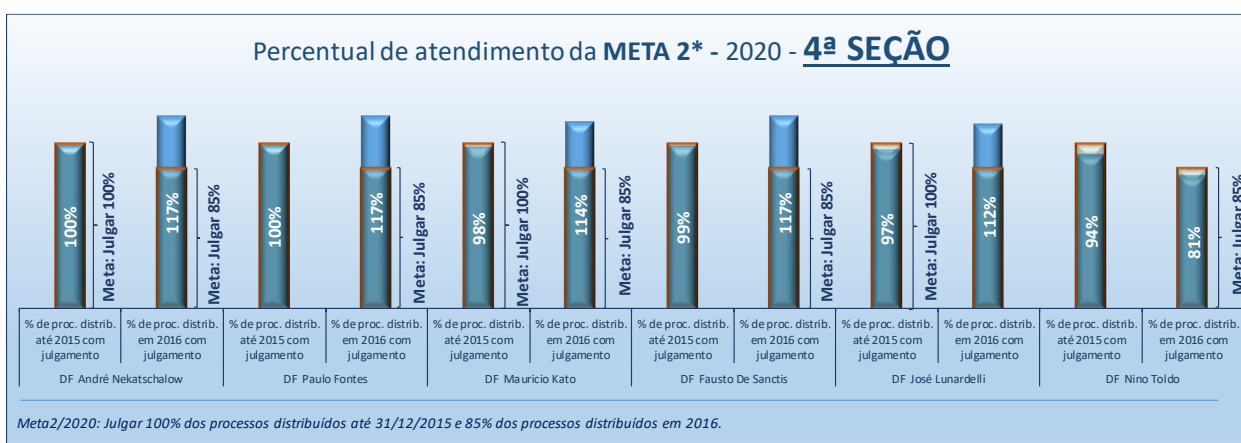
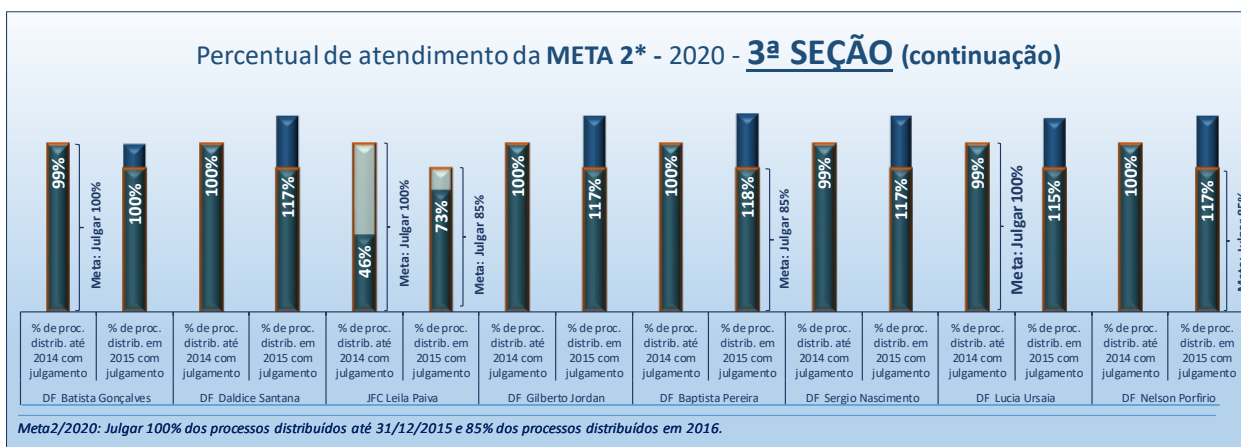
TRF3 - Número de Processos de Meta 2/2020 em Tramitação
 Excluídos os processos suspensos/sobrestados



Os gráficos abaixo demonstram o nível de cumprimento da Meta 2/2020, por gabinete, nos quais a primeira coluna, do respectivo gabinete, apresenta a meta a ser cumprida, e o percentual de processos com distribuição até 2015 que foram julgados até a presente data (Meta: julgar 100%), e a segunda coluna o percentual de processos com distribuição em 2015 (Meta: julgar 85%) e que já receberam o primeiro julgamento.







Por fim, ainda sobre os indicadores de produção, deve-se mencionar que, em relação à Meta 3/2020 do CNJ, cujo objetivo para o Judiciário é fomentar o alcance do percentual mínimo de 6% na proporção dos processos conciliados em relação aos feitos distribuídos, a Corte Regional fomentou 2,34% dos processos do Tribunal.

A inspeção, contudo, não se destina simplesmente a apontar indicadores estatísticos de produção, dificuldades ou problemas. Busca, igualmente, elaborar um diagnóstico amplo de cada Corte regional.

Assim, além do diagnóstico da eficiência do Tribunal, medida por números e gráficos evolutivos, a equipe de trabalho da inspeção procura também identificar as mais variadas experiências na obtenção de boas práticas para uma gestão adequada dos processos com sua posterior disseminação para os demais órgãos da Justiça Federal.

Nesse sentido, é de se registrar o esforço e o esmero do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Trago aqui, a título de exemplo iniciativas gerais observadas nos Gabinetes da Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria-Geral, sem deixar de olvidar

as iniciativas das demais unidades inspecionadas, cujas boas práticas encontram-se destacadas nos relatórios específicos.

No âmbito da Presidência, cuja gestão teve início em 2/3/2020 e teve como foco a implementação de práticas que conduzissem à melhoria das diversas áreas do TRF3, especialmente no que tange à prestação dos serviços, ferramentas utilizadas, metodologias adotadas; e ainda, sobre as condições gerais de trabalho e de segurança oferecidas aos magistrados e servidores.

Destaca-se a atuação primorosa do Tribunal no enfrentamento das questões advindas com a decretação da pandemia do coronavírus, oportunidade em que foram editados atos normativos visando preservar a saúde de magistrados, servidores, colaboradores e público externo, e bem assim manter a produtividade do TRF elevada, meta atingida conforme últimos dados estatísticos.

Destaque, também, para o aprimoramento, criação e estudos de alguns normativos, como o plano institucional de segurança; o projeto unificado de destinação de bens apreendidos em processos criminais; o projeto visando à melhoria e ao desenvolvimento de interoperabilidade entre os sistemas de gestão de pessoas utilizados pela Secretaria dos Conselhos de Administração e Justiça; o remanejamento de vagas, além das diretrizes específicas para cada setor.

No campo estatístico, identificou-se que o TRF3, ao contrário das inspeções de 2014, 2016 e 2018, implementou uma nova ferramenta de *Data Discovery*, para a produção de relatórios estruturados com interface própria e de fácil manuseio. Registre-se a importante evolução na coleta e apresentação das informações, tendo os gabinetes e unidades processantes papel fundamental na validação e no feedback do conjunto de indicadores ao setor de estatística.

Para isso, louvável a iniciativa do Tribunal que reformulou a estrutura orgânica da unidade, vinculando a Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos - DEGE à Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica – ADEG -, da Presidência do Tribunal, para que, a partir dos recursos tecnológicos disponíveis e do histórico dos diversos dados armazenados na rede interna do Tribunal desenvolvessem a nova solução para controle e gerenciamento do acervo. Diversas etapas do projeto já estão em ambiente de produção e atualmente disponíveis para validação e correções.

A iniciativa da Presidência do Tribunal em constituir grupo de trabalho para desenvolvimento do sistema, conforme Portaria da Pres. n. 1.306, de 5/11/2018 foi determinante para encerrar a antiga sistemática de disponibilização em pastas, na rede interna, de todos os dados brutos, sem filtros ou mecanismos para busca.

No âmbito da Vice-Presidência, buscou-se consolidar as boas práticas adotadas nas anteriores e sucessivas gestões da unidade, com o propósito de preservar a qualidade, elevar a produtividade e aprimorar a estatística.

Foi incentivado o uso do SIGMA, sistema de inteligência artificial de busca de modelos de decisões; elaboração de banco de modelos por matéria; uniformização redacional das decisões; força-tarefa para eliminar acervos volumosos de processos sobrestados quando sobrevém julgamento do recurso paradigma pelo STJ e STF.

Deve-se registrar, ainda, que foi estipulada como meta a ser alcançada a curto prazo, o convênio a ser firmado entre o TRF3 e o STJ para acesso ao programa de admissibilidade dos recursos pela Corte Especial; digitalização dos processos físicos, com prioridade para processos criminais; maior atuação intersetorial com a unidade de estatística, laboratório de inovação e informática.

Na unidade de precatórios destaque para o sistema operacional utilizado, desenvolvido por um ex-Diretor, que é a base das atividades do setor. Tal sistema possibilita a importação de dados processuais, possui rotinas indispensáveis à conferência, consultas de requisitórios e análise de CPFs. Foi reconhecido, em auditoria, como importante ferramenta, e desse modo será incorporado ao sistema do TRF, medida que já se encontra em desenvolvimento pela área de TI do Tribunal.

Realce no âmbito da Corregedoria Regional a iniciativa que visa desburocratizar procedimentos, de modo a prestigiar a inserção de magistrados, servidores e partes no processo de resolução de conflitos, prescindindo do excessivo rigor formal em prol de uma comunicação mais eficiente. Relevante também a elaboração, na gestão do então Corregedor, Desembargador Federal Carlos Muta, do Provimento 1/2020-CORE, resultado de construção coletiva, troca de ideias e sugestões com setores do 1º grau de forma solidária.

Ante o exposto, considerando-se os resultados alcançados pelo Tribunal e as conhecidas restrições orçamentárias atuais, com imediatos reflexos limitadores nas diversas áreas da administração pública, conclui-se que o TRF3 acha-se bem administrado e vem prestando adequadamente a jurisdição, cabendo, contudo, buscar o aprimoramento dos serviços públicos ali prestados mediante a adoção das recomendações gerais a seguir indicadas, as quais deverão ser respondidas pelo Presidente do Tribunal no prazo de 60 dias.

Registro todo o empenho do Tribunal no sentido de implementar o sistema PJe, em tempo exíguo e ainda sob o manto das adversidades trazidas pela pandemia. Contudo, como frequentemente ocorre quando da utilização de novos sistemas, o manuseio das ferramentas serão determinantes para a indicação das necessidades de correções e melhorias.

Assim, as recomendações gerais aqui consignadas estão todas voltadas para o aprimoramento do sistema PJe:

a) acerca da operação no processo eletrônico PJe, identificamos que, sob o ponto de vista do operador, a consulta sem possibilidade de colar a integralidade do número e exigindo prévio conhecimento do órgão julgador, torna mesmo muito onerosa a pesquisa e a movimentação dos processos, desperdiçando tempo e enfraquecendo o ritmo de produção;

b) a necessidade de rolagem de tela para a visualização dos resultados é um esforço repetitivo desnecessário, cujos custos de correção podem ser menores que os custos de produção e de despesas com saúde;

c) relato de dificuldades com o editor de texto - que leva os servidores a utilizarem outros softwares -;

d) inexistência de versões anteriores salvas de um mesmo documento e a possibilidade de o desembargador relator assinar os votos proferidos por outros, tornando de difícil compreensão para os usuários qual o magistrado proferiu o voto, aspectos esses relevantes no processo eletrônico e que atingem todo o público-alvo; e

e) Buscar e compartilhar as experiências de outros tribunais, que já operaram com classificação de documentos e não com a digitalização de volumes inteiros em um único arquivo pdf.

Não obstante as recomendações gerais indicadas, cada gabinete/unidade inspecionado deverá responder às RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS, constantes dos relatórios individualizados anexos a este relatório, observando o prazo consignado.

D. UNIDADES JURISDICIONAIS

I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA Desembargador Federal MAIRAN MAIA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Presidência (GABP) e Secretaria da Presidência (SEPE).

2.2 Competência

São atribuições da Presidência, de acordo com o art. 21 do Regimento Interno do Tribunal: I - representar o Tribunal perante quaisquer tribunais, poderes e autoridades; II - velar pelas prerrogativas do Tribunal; III - dirigir os trabalhos do Tribunal, presidindo as sessões plenárias, nas quais terá direito de voto nas hipóteses especificadas no art. 158; IV - convocar as sessões extraordinárias do Plenário; V - manter a ordem nas sessões; VI - submeter questões de ordem ao Tribunal; VII - executar e fazer executar ordens e decisões do Tribunal, ressalvadas as atribuições dos Presidentes das Seções e das Turmas e as atribuições dos Relatores; VIII - proferir, nos julgamentos do Plenário, o voto de qualidade; IX - relatar, sem voto, o agravo interposto do seu despacho; X - assinar as cartas rogatórias; XI - presidir a audiência de publicação de acórdãos; XII - designar dia para julgamento dos processos da competência do Plenário; XIII - proferir os despachos de expediente; XIV - dar posse aos Desembargadores Federais do Tribunal durante o recesso, além de lhes conceder transferência de Seção ou Turma; XV - criar comissões permanentes ou temporárias, designando seus membros; XVI - expedir atos convocatórios de juízes federais para substituição ou auxílio, observado o disposto no art. 51 deste Regimento; XVII - decidir: (a) antes da distribuição, os pedidos de assistência judiciária; (b) as reclamações por erro da ata do Plenário e por erro na publicação de acórdãos; (c) os pedidos de suspensão da execução de medida liminar ou de sentença, em mandado de segurança; (d) durante o recesso no Tribunal, os pedidos de liminar em mandado de segurança, podendo, ainda, determinar liberdade provisória ou sustação de ordem de prisão, além de medidas urgentes de caráter jurisdicional ou administrativo, sujeitas estas últimas ao referendo do órgão competente; (e) sobre pedidos de livramento condicional,

incidentes em processos de indulto, de anistia e de graça; (f) sobre deserções de recursos não preparados no Tribunal; e (g) os pedidos relativos a matérias administrativas e de servidores do Tribunal.

Internamente, ao gabinete da Presidência incumbe o processamento das demandas originárias e recebidas, física ou eletronicamente, bem como a decisão das questões que lhe são submetidas, valendo-se do apoio prestado pelas áreas técnicas. A Secretaria da Presidência é responsável por coordenar os serviços afetos ao processamento de suspensões, avocatórias e pedidos de providência distribuídos à Presidência, bem como gerenciar os procedimentos de requisições de pagamento processados por subsecretaria vinculada.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrados lotados no órgão (início da inspeção)

O Desembargador Federal Mairan Gonçalves Maia Júnior tomou posse no cargo de Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em 2/3/2020. Há dois magistrados em auxílio à Presidência, a Juíza Federal Raecler Baldresca e o Juiz Federal Eurico Zecchin Maiolino, convocados por meio do Ato Pres n. 2.541, de 2 de março de 2020.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

O Desembargador Federal Mairan Maia integrou a 3ª Turma do Tribunal no período de 1º/3/2018 a 2/3/2020, data em que assumiu a Presidência da Corte.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Sim. A Desembargadora Federal Therezinha Astolphi Cazerta tomou posse no cargo de Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em 1º/3/2018 e deixou o cargo em 2/3/2020.

3.4 Servidora responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Luciane Pires de Camargo, assessora do Desembargador Federal Mairan Maia.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	7 servidores do gabinete da Presidência (incluídos dois agentes de segurança); seis servidores do Gabinete Mairan Maia (incluídos dois agentes de segurança) e 24 servidores da SEPE.
---------------------	---

Estagiários de nível superior	2 (um no Gabinete da Presidência e um na SEPE)
-------------------------------	--

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim. Foram feitas as seguintes recomendações: a) implantação imediata do PJ-e nos Juizados Especiais Federais, Turmas Recursais e Varas Criminais; b) aprimoramento dos meios de divulgação e precisão dos dados estatísticos dos órgãos judiciários deste Tribunal e da Justiça Federal da 3ª Região, para garantir melhor acesso aos usuários e melhor controle do acervo pelos órgãos do TRF3 e do CJF; c) reestruturação de alguns órgãos do Tribunal, visando à otimização e simplificação de procedimentos, destacando-se a ASAG, o Setor de Digitalização e o Setor de Estatística; e d) movimentação do Processo n. 5000229-88.2016.4.03.0000.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) A Resolução PRES n. 258/2019 disponibilizou fluxo de tramitação de feitos criminais em 1º grau, reajustando-se os de 2º grau; quanto aos JEFs ver alínea “a” do item 4.3; b) Programa de Estatística da JF-3R para Gestão dos Dados Judiciais e Administrativos em Business Intelligence: em execução. Iniciaram-se trabalhos para criação de indicadores (Prov. n. 3/19 CG - CJF). Os dados da autoinspeção foram disponibilizados aos gabinetes para validação, gerando ajustes em parâmetros e novas extrações. Contratou-se curso de capacitação de servidores para formar Grupo de Trabalho de desenvolvimento de painéis do Power BI. Elaborou-se relatório para apresentação ao Juiz Coordenador do Comitê de Estatística da 3ª Região (Port. PRES n. 1865/20); c) A Resolução CA n. 68/2018 desvinculou o setor de Estatística da AGES. Reestruturou-se a SEJU, readequando-se os trabalhos de digitalização, validação e envio eletrônico de processos às Cortes Superiores (Res. CA n. 80/2019). A Resolução CA n. 83/2019 alterou a estrutura administrativa e extinguiu a ASAG; d) Cumprida.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

a) Implantado o sistema PJe na área criminal em jun/2019, iniciou-se o desenvolvimento de melhorias junto ao CNJ, para possibilitar a migração do sistema eletrônico dos JEFs para o PJe. A Portaria PRES n. 1909/2020 instituiu grupo de trabalho para definir os fluxos de tramitação processual necessários; b) os indicadores da Justiça em Números estão em reanálise com base nos novos parâmetros publicados pelo CNJ. As recomendações "c" e "d" (item 4.1) foram integralmente cumpridas.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

O início da nova gestão ocorreu em março e focou na implementação de práticas que conduzissem à melhoria das diversas áreas do TRF3, no que tange à prestação dos serviços, às ferramentas utilizadas, às metodologias adotadas e às condições gerais de trabalho e de segurança oferecidas aos magistrados e servidores. Considerada a pandemia do novo coronavírus, principal dificuldade enfrentada no período, foram editados atos normativos visando a preservar a saúde de colaboradores e público externo, e bem assim a manter a produtividade do TRF elevada, meta atingida conforme últimos dados estatísticos. O gabinete cita, ainda, como boas práticas: estudo e revisão de atos normativos; plano institucional de segurança; projeto unificado de destinação de bens apreendidos em processos criminais; projeto visando à melhoria e ao desenvolvimento de interoperabilidade entre os sistemas de gestão de pessoas utilizados pela Secretaria dos Conselhos de Administração e Justiça; remanejamento de vagas e diretrizes específicas para cada setor.

6. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
00038441120154030000	25/2/2015	258 - Carta de Ordem Cível
Observação/Providência: A carta de ordem foi devidamente cumprida em 26/2/2015 e a fase processual regularizada no SIAPRO.		

7. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

O início da atual gestão ocorreu em 2/3/2020, quando o Desembargador Federal Mairan Gonçalves Maia Júnior assumiu a Presidência do Tribunal Federal Regional da 3ª Região.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi muito cordialmente recebida, por videoconferência, pelo Desembargador Federal Presidente e pela assessora Luciane Pires de Camargo.

A atual gestão conta com 37 servidores efetivos e dois estagiários, distribuídos no Gabinete da Presidência (GABP), no Gabinete do Desembargador Federal Mairan Maia e na Secretaria da Presidência (SEPE).

Foram convocados a Juíza Federal Raecler Baldresca e o Juiz Federal Eurico Zecchin Maiolino, por meio do Ato da Presidência n. 2541, de 2/3/2020. A atuação dos juízes federais em auxílio à Presidência engloba: (I) o assessoramento direto ao Presidente; (II) a coordenação dos trabalhos da Secretaria dos Conselhos de

Administração e Justiça (SCAJ); (III) a interlocução direta com outros órgãos e autoridades; (IV) o desenvolvimento de estudos e de projetos nas áreas administrativa e judicial; e (V) a participação em comissões e em comitês.

No Gabinete da Presidência (GABP), o quadro é composto pela Assessora do Desembargador Federal Mairan Maia (GABMMA – Luciane Pires de Camargo), pelo Assessor Judiciário da Presidência (Adriano Turri Carolino), pela Assessora Administrativa do Gabinete da Presidência (Tatiani de Castro Limeira Maluli Mendes), pelo Assessor Administrativo II da Presidência (Felipe de Proença Cury) e pela Chefe de Gabinete da Presidência (Andreia Hamada).

À assessora do Desembargador Federal Mairan Maia (GABMMA), juntamente com a chefe de gabinete da Presidência, incumbe a gestão dos recursos materiais e humanos da unidade (GABPRES), bem como os atendimentos do público interno e externo. Compete à assessora do Desembargador Federal Mairan Maia, ainda, a análise das demandas que se originam diretamente no gabinete da Presidência e daquelas oriundas das diversas áreas técnicas vinculadas à Presidência. Ela também acompanha as pautas de julgamento dos Conselhos de Administração e Justiça da 3ª Região, com o apoio de uma servidora do gabinete (Márcia Pannunzio). Ao assessor judiciário da Presidência e ao assessor administrativo II da Presidência cabem (I) a análise das questões relacionadas ao Conselho da Justiça Federal, do Órgão Especial e do Plenário da Corte; (II) a conferência e o controle do expediente diário submetido à Presidência; (III) a coordenação das interlocuções com as áreas técnicas do Tribunal e a atuação nos procedimentos de natureza sigilosa; e (IV) a análise dos feitos e a elaboração de minutas correspondentes aos pedidos de suspensão distribuídos à relatoria do Presidente. A assessora Administrativa do Gabinete da Presidência, auxiliada por uma servidora do gabinete (Cleide Bittencourt), possui a atribuição de organizar e controlar a agenda institucional do desembargador federal presidente, e auxiliar, quando possível, as diversas demandas do gabinete. A chefe de gabinete da Presidência, com o auxílio de dois servidores do gabinete (Viviane Cristina Ferreira Fiorini Barbosa e Rafael Arruti Aragão Vieira) e de uma estagiária do curso de Direito (Juliana de Menezes Reco), é responsável por processar e dar cumprimento aos expedientes dirigidos ao Presidente, via correio, correspondência eletrônica, malote digital e demais sistemas de processamento de feitos administrativos.

O acervo judicial é reduzido, em razão da própria competência estrita da Presidência (item 2.2). Não há atraso. A atuação jurisdicional da Presidência restringe-se à análise de pleitos de suspensão de decisões jurisdicionais, de avocatórias e de outras questões relativas a feitos que tramitam no Órgão Especial. São priorizados os pedidos de suspensão de segurança e de liminar e são observadas as metas do CNJ e as prioridades legais.

Atualmente, existem quatro processos disciplinares em andamento contra magistrados: (I) 0029224-53.2019.4.03.8000 - Relatora: Des. Fed. Marisa Santos - Data

de distribuição: 13/4/2020; (II) 0012929-72.2018.4.03.8000 - Relator: Des. Fed. Newton De Lucca - Data de distribuição: 28/2/2020 (distribuído primeiramente para a Des. Fed. Cecília Marcondes em 10/12/2019); (III) 0019452-08.2015.4.03.8000 - Relator: Des. Fed. André Nabarrete - Data de distribuição: 7/10/2019 (distribuído primeiramente para a Des. Fed. Cecília Marcondes em 27/9/2019); e (IV) 0012932-27.2018.4.03.8000 - Relatora: Des. Fed. Marli Ferreira - Data de distribuição: 1º/10/2019. A comunicação ao Conselho da Justiça Federal e ao Conselho Nacional de Justiça é feita por meio da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região, no tocante à abertura ou ao arquivamento dos processos administrativos disciplinares, e por meio da Presidência, quanto ao julgamento de mérito dos referidos processos.

A Presidência realiza controle interno, por meio de planilhas no excel. No tocante aos processos administrativos, utiliza-se ainda a ferramenta "retorno programado" do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, plataforma na qual tramitam feitos dessa natureza. Os processos judiciais tramitam no SIAPRO – Sistema Processual dos Feitos Físicos – e, em sua maioria, no PJe – Sistema Processual dos Processos Eletrônicos. Em ambos os sistemas, é possível a extração de relatórios gerenciais.

A Resolução do Conselho de Administração n. 68, de 26/9/2018, alterou a estrutura organizacional do Gabinete da Presidência (GABP) e a Resolução do Conselho de Administração n. 83, de 6/5/2019, extinguiu a Assessoria de Apoio aos Gabinetes – ASAG (objeto de crítica de alguns gabinetes, na última inspeção). Merecem destaque dois órgãos integrantes da Presidência: (A) a Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação – AGES que possui a atribuição de: (I) assessorar a Presidência no planejamento estratégico da implantação de sistemas informatizados judiciais e administrativos, que serão executados pela área de Tecnologia da Informação; (II) propor normatização a respeito de procedimentos atinentes aos sistemas de informação; (III) coordenar os comitês gestores de sistemas de informação; (IV) propor o treinamento de usuários em sistemas novos e de cursos de reciclagem na área de Tecnologia da Informação, bem como coordenar sua execução; (V) coordenar a implantação, o suporte, a manutenção e o aprimoramento do sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe, no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região; (VI) fornecer dados gerenciais do sistema PJe; (VII) acompanhar as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho da Justiça Federal em relação aos sistemas informatizados judiciais e administrativos novos ou em vigor; (VIII) gerir o Sistema Eletrônico de Informações – SEI no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região; e (IX) coordenar os serviços de editoração e divulgação de informações ao público interno e externo do Tribunal; e (B) a Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica – ADEG que atua: (I) no atendimento às demandas relacionadas à estatística da 3ª Região, recebidas por e-mail, *call center* ou expediente SEI; (II) na disponibilização de dados do PJe para subsidiar a estatística da Corregedoria Regional, varas federais e Administração, até que seja concluída a unificação da base de dados dos processos físicos e eletrônicos no repositório unificado de dados do *Business Intelligence* - BI; (III) definição das regras de negócio para a Secretaria de

Tecnologia da Informação (SETI) extrair os dados para o repositório unificado de dados do BI; (IV) validação dos dados estatísticos extraídos pela SETI para o repositório unificado de dados do BI; (V) construção de painéis de BI, com dados processuais a fim de possibilitar o gerenciamento das unidades judiciais e administrativas da 3ª Região; e (VI) envio de dados ao CNJ e CJF relativos às Metas do Poder Judiciário, ao Módulo de Produtividade Mensal, Justiça em Números e ao Sistema de Mapeamento da Justiça Federal – SISMAPA. Estão subordinadas à AGES a Divisão de Parametrização de Fluxo, a Divisão de Apoio em Gerenciamento de Sistemas Administrativos, a Divisão do Processo Judicial Eletrônico e a Divisão de Editoração e Divulgação.

O início da atual gestão, em 2/3/2020, basicamente coincidiu com o problema da pandemia (com o fechamento físico do TRF, em 17/3/2020). Foco imediato da Presidência, no momento da posse, foi a implementação de práticas que conduzissem à melhoria da distribuição das diversas áreas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Assim, a equipe da Presidência empreendeu esforços para vistoriar as dependências do Tribunal, de modo a estudar e projetar reestruturação física do Tribunal, com o fim de diminuir despesas com aluguéis de prédios vizinhos, evitar deslocamentos desnecessários e melhorar as condições gerais de trabalho e de segurança oferecidas aos magistrados e servidores.

Após as vistorias e reuniões de equipes, a Presidência diagnosticou as principais questões a serem enfrentadas, dentre as quais merecem destaque: (I) redução do número de servidores do gabinete da Presidência, com o subsequente remanejamento de vagas para áreas com deficiência nos quadros funcionais; (II) necessidade de readequação do espaço físico ocupado no edifício sede do Tribunal, de modo a otimizar e racionalizar sua ocupação, assegurando, ainda, a liberação da ocupação de espaço no edifício Torre Norte, atualmente utilizado por algumas áreas técnicas, o que assegurará a redução de custos. Para tanto, foi criada uma comissão destinada a proceder estudo de reengenharia do prédio, estudo que já se encontra concluído, com previsão do início dos trabalhos em meados de julho deste ano; (III) fortalecimento e aprimoramento de aspectos relacionados à proteção e segurança para a Justiça Federal da 3ª Região. Neste ponto, foram elaborados Planos de Segurança Pessoal e de Segurança Orgânica, já finalizados e aprovados tanto pelo Conselho de Administração como pelo Conselho da Justiça Federal, o que resultou na edição das Resoluções PRES n. 351/2020 e 360/2020; (IV) revisão da distribuição das funções e cargos comissionados, de modo a viabilizar, oportunamente, a criação de mais quatro gabinetes no TRF3; (V) enfrentamento de dificuldades pertinentes ao contrato de plano de saúde vigente, com a necessidade do estabelecimento de plano de ação voltado à prevenção de doenças e conseqüentemente à diminuição da sinistralidade; e (VI) necessidade de elaboração de projeto visando à melhoria e ao desenvolvimento de interoperabilidade entre os sistemas de gestão de pessoas utilizados pela Secretaria dos Conselhos de Administração e Justiça, de forma a tornar mais segura a inserção de informações e otimizar o trabalho dos servidores. A Presidência tem promovido reuniões periódicas

com diversos órgãos e diretores das Subsecretarias para debater a reestruturação administrativa.

Poucos dias após o início da gestão, diante da pandemia, foram editados os atos indicados no parágrafo seguinte e foi necessária nova frente de atuação mediante a adoção de práticas para o enfrentamento da emergência de saúde decorrente do coronavírus (Covid-19), no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e das Seções Judiciárias da Justiça Federal de São Paulo e de Mato Grosso do Sul.

Assim, o Desembargador Federal Presidente e a Corregedora-Regional da Justiça Federal da 3ª Região, Desembargadora Federal Marisa Santos, editaram as Portarias Conjuntas PRES/CORE n. 01/2020, 02/2020, 03/2020, 05/2020, 06/2020, 07/2020 e 09/2020 que implementaram e regulamentaram o trabalho remoto extraordinário. Diante das necessidades trazidas pelo novo cenário, foi instituído Comitê de Gerenciamento de Crise, com o objetivo de: (I) conter a propagação de infecção e transmissão local; (II) preservar a saúde de magistrados, servidores, estagiários, terceirizados e jurisdicionados em geral; e (III) manter, tanto quanto possível, a prestação do serviço jurisdicional e da administração de modo a causar o mínimo impacto ao jurisdicionado e padronizar os procedimentos de prevenção no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região.

O foco maior da gestão passou a ser o de adequar todo o Tribunal e as Seções Judiciárias da Justiça Federal de São Paulo e de Mato Grosso do Sul ao trabalho remoto. Antes, a internet tinha capacidade restrita e dava suporte apenas aos servidores em teletrabalho. Foi implementada estratégia de “guerra” para a transição do trabalho presencial em remoto com a ampliação da capacidade da internet. Desde 20/3/2020, todos os órgãos estão em regime de trabalho remoto. Foi celebrado acordo com a plataforma Microsoft Teams, por seis meses, a fim de possibilitar sessões e atendimentos por meio da videoconferência.

A Portaria Conjunta PRES/CORE n. 9/2020 suspendeu os prazos dos processos judiciais e administrativos físicos em tramitação no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região até 26/7/2020. Os prazos dos processos eletrônicos, suspensos desde 17/3/2020, voltaram a fluir em 4/5/2020, conforme Portaria Conjunta PRES/CORE n. 5/2020.

Desde então, surgem questões várias, merecendo destaque: (I) disponibilização dos canais de comunicação com a Divisão de Assistência à Saúde, por meio de atendimentos telefônicos e pelo *Microsoft Teams*, realizados por médicos, enfermeiros, psicólogas e assistentes sociais do quadro, de modo a serem atendidas demandas relacionadas à saúde dos magistrados e servidores; (II) realização de estudo voltado à redução do impacto da judicialização na área da saúde, especialmente no tocante aos temas relacionados à pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Foi identificada a necessidade de unificar os canais de comunicação entre as diversas instituições envolvidas, consolidar a troca rápida de informações e desenvolver estratégia comum, sobretudo para as demandas que envolvam o fornecimento de medicamentos,

equipamentos e materiais destinados ao combate da pandemia. Para isso, foram realizadas reuniões com diversas instituições (federais, estaduais e municipais) – como TJSP, MP-SP, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Defensoria Pública da União, MPF, Procuradoria da União, Procuradoria do Estado de São Paulo, Procuradoria do Município de SP – e com as áreas técnicas e administrativas de saúde do Executivo do Estado e do Município de São Paulo. O gabinete da conciliação passou a atuar como o órgão responsável por receber os representantes das instituições e hospedar a troca de informações entre todos. Foi também elaborado fluxo específico para as demandas relacionadas à pandemia, tanto para a fase processual quanto para a pré-processual, a fim de solucionar as demandas de forma rápida, uniforme e consensual.

Em curto período de tempo, a equipe da Presidência assegurou que todas as áreas (jurisdicionais e administrativas) passassem a realizar o trabalho remoto extraordinário. Foi relatado que a administração a distância tem sido desafio a ser superado dia após dia, em razão da necessidade de resposta rápida ao contexto sanitário.

A Presidência apontou que o retorno às atividades presenciais também exigirá muitos esforços, que já estão sendo realizados. Haverá diversas demandas como o auxílio de várias áreas técnicas distintas, em especial de órgãos externos relacionados à saúde. A Secretaria de Gestão de Pessoas já realizou pesquisa com a finalidade de reunir dados que subsidiem o direcionamento de ações efetivas e eficazes para a manutenção, no que for proveitoso, do trabalho não presencial no período pós-quarentena. E o Comitê de Gerenciamento de Crise concentra-se, atualmente, na elaboração de plano para a retomada das atividades presenciais.

Por outro lado, continuam os esforços ao aperfeiçoamento do sistema PJe. A Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação – AGES é responsável pela implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe em toda a Justiça Federal da 3ª Região. A Presidência informou que já ocorreu a implantação do PJe nos feitos de natureza criminal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, nos termos das Resoluções PRES n. 258/2019 e 265/2019. Após a expansão do PJe na seara criminal, o Tribunal empenha-se na implantação do sistema no Juizado Especial Federal, em substituição ao atual sistema, o SisJEF. A expansão do PJe no JEF possui impacto maior do que as demais implantações ante o maior volume de processos que tramitam ou tramitaram em seu atual sistema, além da quantidade elevada de usuários. Desde o início da gestão até o presente momento, as etapas de implantação se mantiveram ativas e houve a instituição de grupo de trabalho para definição dos fluxos de tramitação processual dos Juizados Especiais Federais. Foi iniciado o mapeamento do fluxo de tramitação dos processos dos Juizados Especiais Federais, conforme Portaria PRES n. 1909/2020. Encontram-se em desenvolvimento as seguintes demandas: (I) módulo de RPV/Precatório – em homologação técnica; (II) formulário de perícia – em homologação técnica e negocial; (III) painel do secretário na sessão – em desenvolvimento; (IV) atermação *on-line* – em desenvolvimento; e (V) integração com tribunais superiores –

em desenvolvimento. Por outro lado, já foram desenvolvidos para auxiliar a implantação do PJe no JEF: (I) novo painel do magistrado em sessão; (II) designação de audiências e perícias em lote; (III) automação de intimações; e (IV) aplicação de inteligência artificial no sistema para facilitar a usabilidade.

A equipe da AGES apontou que novos ciclos de desenvolvimento colaborativo entre o Tribunal e o Conselho Nacional de Justiça serão necessários a fim de operacionalizar, com agilidade, a implantação do sistema PJe nos Juizados Especiais da 3ª Região. Quanto à integração com tribunais superiores, a equipe da Presidência informou que as tratativas com o STF e com o STJ encontram-se adiantadas e com previsão de entrega para agosto/setembro de 2020.

Quanto à eventual integração com a Turma Nacional de Uniformização, ressaltou-se ser de responsabilidade da TNU as integrações com os tribunais e seus respectivos sistemas em utilização.

A Presidência informou que, em maio de 2020, 99,88% da distribuição se deu por meio eletrônico, assim divididos: 42,74% distribuído no âmbito do JEF e das Turmas Recursais e 57,14% distribuído no PJe. Há, atualmente, 1.082.198 processos em tramitação no PJe (1º e 2º graus).

Na entrevista, o Desembargador Presidente mostrou seu foco em manter a interlocução com os diversos setores do Tribunal, de modo a identificar carências, buscar melhorias e viabilizar o aprimoramento do sistema processual.

A Presidência empenha-se, também, no aprimoramento e na consolidação da estatística de toda a Justiça Federal da 3ª Região, objeto de crítica na última inspeção, com medidas como: (I) prosseguir a evolução da ferramenta de BI – *Business Intelligence – Microsoft Power BI Desktop*; (II) dar prosseguimento à implantação do Portal de Estatísticas da 3ª Região; e (III) estabelecer os procedimentos para uso do sistema, com a padronização das informações.

Como já apontado, a Resolução do Conselho de Administração n. 68, de 26/9/2018, alterou a estrutura organizacional da Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação – AGES, bem como criou a Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos – DEGE, subordinada à Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica – ADEG. Houve, assim, a transferência das atividades de gerenciamento e de fornecimento de dados estatísticos para a Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica – ADEG que atua no aprimoramento da gestão administrativa, por meio do desenvolvimento, integração e dinamização de práticas afetas à consolidação do modelo de governance corporativa da Justiça Federal da 3ª Região e da gestão da estratégia.

Em 2018, foi iniciado o projeto de implantação da ferramenta *Microsoft Power BI*, que está na etapa de construção da base de dados e evoluindo na criação de painéis a partir dos dados extraídos dos sistemas processuais, com expectativa de

acompanhamento dos dados das metas nacionais do CNJ, bem como das metas específicas da Justiça Federal, via ferramenta de BI.

Considerando o fato de as informações processuais da 3ª Região constarem em quatro sistemas processuais distintos que não se comunicam, o Setor de Estatística prioriza a definição de parâmetros para extração das bases de dados dos sistemas processuais Mumps-Caché de 1º grau, SisJEF, SIAPRO, PJe 1G e PJe 2G, de forma a agrupá-los em um banco de dados unificado. Em razão da complexidade do projeto, foi definido o desenvolvimento por etapas utilizando metodologia conhecida como PDCA (planeja, executa, avalia, e toma novas ações reiniciando o ciclo). Não há uniformização das informações registradas em cada sistema processual nem todas as informações podem ser obtidas dos registros de movimentação processual.

No 2º semestre de 2018, a extração de dados foi iniciada pelos indicadores do relatório Justiça em Números do 2º grau, que posteriormente foram agregados com outros dados para atender à inspeção do CJF e às Metas Nacionais. A extração foi iniciada pelos dados do 2º grau, em razão da ausência de relatórios de acompanhamento processual tanto no PJe, quanto no SIAPRO, e também se considerou a estatística do 1º grau em relação aos dados do MUMPS-CACHÉ e dos Juizados e Turmas Recursais em relação ao SISJEF. Porém, ante o cenário de virtualização do 1º grau, mostrou-se urgente que se tenham dados no repositório unificado do BI, a fim de serem prestadas informações estatísticas consistentes.

Assim, tem-se adotado os seguintes procedimentos de construção da base unificada de dados do BI: (I) definição dos parâmetros a serem observados pela Divisão de Estatística, em conjunto com o Comitê de Estatística, quando necessário; (II) extração dos dados e criação de indicadores pela Secretaria de Tecnologia da Informação – SETI; (III) validação dos dados extraídos pela SETI; (IV) encaminhamento das inconsistências identificadas na validação, para ajuste e nova extração da SETI; (V) nova validação que busca o maior nível de consistência possível dos parâmetros definidos; e (VI) criação de painel de BI para a disponibilização de dados às unidades judiciais e administrativas.

A fim de auxiliar os trabalhos de validação dos dados estatísticos foram criados grupos de trabalho no 1º e 2º grau, constituídos por servidores das varas federais, dos núcleos de apoio judiciário, da Corregedoria, dos gabinetes e das secretarias de Turmas. O novo Comitê de Estatística da Justiça Federal da 3ª Região foi criado por meio da Portaria n. 1.382, de 23/1/2019. A partir de então, o referido comitê passou a ser coordenado por magistrado federal e integrado por servidores das áreas de gestão estratégica, da estatística, da área de Tecnologia da Informação, da Corregedoria e das áreas que atuam na regra de negócio dos sistemas processuais (Núcleo de Apoio Judiciário e Coordenadoria dos Juizados Especiais).

8. OBSERVAÇÕES

Das entrevistas e do exame geral, foram ainda apuradas as seguintes observações sobre a unidade inspecionada:

a) O Desembargador Federal Mairan Gonçalves Maia Júnior, além dos diplomas jurídicos (mestre, doutor e pós-doutor), é bacharel em Administração de Empresas, com habilitação em Administração Pública. Isso talvez explique o entusiasmo com que assumiu a tarefa administrativa que ora lhe incumbe, em março de 2020, e em meio à crise gerada pela pandemia da Covid-19. É muito elogiável a transparência e o ânimo de todos para a superação dos problemas anteriores e dos novos;

b) A equipe está ciente da necessidade de esforços para o cumprimento das recomendações estabelecidas na inspeção de 2018, como é o caso da implantação do PJe em toda a 3ª Região. Na seara criminal, houve a expansão do sistema PJe e a substituição e desativação dos sistemas antigos, coadunando-se com recomendação da inspeção de 2018 de diminuição da quantidade e da complexidade dos sistemas deste Tribunal. Atualmente, a equipe se concentra na implantação do PJe no âmbito dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais;

c) No que tange à divulgação, uniformização e controle de dados estatísticos das atividades dos órgãos judiciários do Tribunal e da Justiça Federal da 3ª Região, não foram cumpridas, na íntegra, as recomendações estabelecidas pela inspeção anterior. Porém, a recém-empossada gestão justificou, com razoabilidade, a impossibilidade de cumprimento diante da existência de quatro sistemas processuais e da complexidade na uniformização dos dados estatísticos. Mas o processo está em andamento e prossegue a implantação da ferramenta *Microsoft Power BI* de modo que se verifica empenho da Presidência em aprimorar a estatística de toda a 3ª Região;

d) No que tange à reestruturação administrativa, o Presidente do TRF3 mostra-se zeloso com equacionamento dos problemas, especialmente aqueles vinculados à contenção orçamentária. A reorganização administrativa está sendo realizada sem obras e sem realização de qualquer despesa vultosa. Observa-se a preocupação da Presidência em aprimorar a organização interna do Tribunal relacionada à estrutura física e ao seu quadro de pessoal, inclusive para contemplar o eventual aumento de quatro gabinetes no TRF3; e

e) O único processo destacado para ser inspecionado foi devidamente regularizado, com baixa no sistema (item 6).

9. RECOMENDAÇÕES

a) Realizar a implantação do PJe nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais;

b) aprimorar os meios de divulgação e precisão dos dados estatísticos dos órgãos judiciais do Tribunal e da Justiça Federal da 3ª Região (ainda objeto de crítica de vários gabinetes), para garantir o melhor acesso aos usuários e melhor controle do acervo pelos órgãos do TRF3 e do CJF;

c) implementar o plano de trabalho pretendido pelo Desembargador Federal Mairan Maia, com a ideia de reestruturação de espaços administrativos e de funções, atento ao eventual aumento do TRF e à existência de teto de gastos; e

d) manter o método de trabalho e boas práticas, especialmente atentos à prestação de serviços na situação de pandemia da Covid-19 e às lições para a fase pós-pandemia. O TRF3 aferirá se é o caso de contratação, posterior à pandemia, de plataforma própria (ou em conjunto com o CJF) para manter, no que couber, atendimento remoto e por videoconferência.

GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA Desembargadora Federal CONSUELO YOSHIDA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Vice-Presidência.

2.2 Competência

A principal atividade jurisdicional é a de exercer os juízos de admissibilidade de recursos especiais e extraordinários endereçados aos tribunais superiores. Correlatamente, em casos de interposição de tais recursos, é exercido o juízo preliminar de conformação das decisões colegiadas do TRF3 para com os precedentes qualificados dos tribunais superiores. A Vice-Presidência integra o Órgão Especial e exerce a presidência das sessões do Tribunal Regional da 3ª Região (Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Seções). Compõe o Conselho de Administração e o Conselho da Justiça Federal da 3ª Região. Executa julgados de feitos de competência das seções do Tribunal. Outras atribuições, destacadamente administrativas, previstas no art. 22 do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrada lotada no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

A Desembargadora Federal Consuelo Yoshida tomou posse na Vice-Presidência deste Tribunal em 2/3/2020, vinda da Sexta Turma, na qual assumira com um acervo de 12.000 processos e deixou o gabinete com acervo total (conclusos e sobrestados) de 4.142 processos. Ao tomar posse na Vice-Presidência, assumiu um acervo total de 69.527 processos.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Nery Junior, Vice-Presidente no biênio anterior (2018/2020), até 1º de março de 2020.

3.4 Servidora responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Kathia Maria Olbrich dos Santos Mandaliti (RF2028), assessora.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	37
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	7
Outros	1

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo	
Processos conclusos	20.768
Processos conclusos com réu preso	16
Processos conclusos com prioridades legais	918
Processos em tramitação	40.356
Processos suspensos/sobrestados	28.031

4.2 Evolução do acervo* no último ano	
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	20.768
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	7.619
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	28.301
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	57.951

4.3 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	11
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidos ao exame do Colegiado	7

4.4 Processos conclusos por última conclusão	
Ano atual	10.995
Ano anterior	9.705
2º ano anterior	23
3º ano anterior	2
4º ano anterior	1
5º ano anterior ou mais antigo	3

4.5 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Acervo em tramitação (início do 12º mês anterior à inspeção)	24.170
Acervo em tramitação (ao final do mês anterior)	38.934
Total de processos despachados	4.035

4.6 Fluxo processual RE/RESP nos últimos 12 meses	
Admitidos - art. 1.030, inciso V, CPC	1.853
Negado seguimento - art. 1.030, inciso I, CPC	32.540
Encaminhados para retratação - art. 1.030, inciso II, CPC	632
Sobrestados - art. 1.030, inciso III, CPC	66.272

4.7 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	86
Total de feitos verificados na inspeção anterior	54
Total de feitos não regularizados	0

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?
Sim. As recomendações constam do relatório da inspeção ordinária de 2018, à fl. 63. São, em síntese, as seguintes: a) aprimorar a ordem de conclusão dos processos em estoque e os recebidos em novas conclusões; b) proceder à baixa no sistema de processos já ultimados; c) examinar a possibilidade de se proceder à análise dos processos suspensos imediatamente após a publicação do acórdão do recurso representativo da controvérsia; d) transformar em autos eletrônicos a serem enviados aos tribunais superiores, uma vez digitalizados para o envio, dando baixa nos autos em papel; e) aferir as condições ambientais de trabalho e de segurança no prédio administrativo do Tribunal (Av. Presidente Wilson) e no Fórum da República; f) deslocar parte do acervo de sobrestados, ou os novos sobrestamentos para o Fórum da República; e g) restaurar os processos destruídos no incêndio em eletrônicos.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

a) Dinamizada a triagem de feitos no ato de conclusão, de modo a agrupá-los quando em situação semelhante; b) determinada a baixa dos processos findos e reforçada a orientação à Secretaria para certificação célere do trânsito em julgado e para baixa; c) realizado juízo de conformação em todos os processos do Tema 503/STF (desaposentação). Os processos sobrestados estão sendo analisados logo após a publicação do acórdão do recurso representativo da controvérsia, na forma do art. 1.040 do CPC; d) virtualização dos processos físicos suspensos/sobrestados do Tema 810; e) realizada substituição do forro, modernização da fiação elétrica, substituição das lâmpadas por led e instalada saída de emergência. Foram alocados dois bombeiros civis e instalados equipamentos modernos de combate a incêndios; f) deslocada parte do acervo de sobrestados e novos sobrestamentos para o prédio da República; e g) operacionalizada diretamente no PJe a restauração dos autos atingidos pelo incêndio noticiado.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

O gabinete aponta ter ocorrido integral atendimento às recomendações da última inspeção.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A ideia é consolidar boas práticas adotadas nas sucessivas gestões da Vice-Presidência, com o propósito de preservar a qualidade, elevar a produtividade e aprimorar a estatística. Uso do SIGMA, sistema de inteligência artificial de busca de modelos de decisões; elaboração de banco de modelos por matéria; uniformização redacional das decisões; força-tarefa para eliminar acervos volumosos de processos sobrestados quando sobrevém julgamento do recurso paradigma pelo STJ e STF. Próximas metas: convênio do TRF3 com o STJ para acesso ao programa de admissibilidade dos recursos pela Corte Especial; digitalização dos processos físicos, com prioridade para processos criminais; maior atuação intersetorial com setor de estatística, laboratório de inovação e informática. Os dados estatísticos informados neste relatório foram fornecidos pelo setor de estatística deste Tribunal.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data da Distribuição	Classe do Processo
50276591020194030000	23/10/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo localizado no gabinete do Des. Fed. Nery Junior.		

50268017620194030000	15/10/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo concluso para análise de pedido de reconsideração de decisão que deferiu efeito suspensivo ao recurso(s) excepcional(is).		
50186303320194030000	23/7/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Realizado juízo de admissibilidade de recurso(s) excepcional(is).		
00091856220084030000	12/3/2008	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Processo sobrestado, apenso ao principal n. 2004.61.26.00.003479-0, em que foram interpostos embargos de declaração e agravo interno.		
00312702719984036100	3/1/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Juntada de petição que será analisada oportunamente.		
00018854120114036112	5/6/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O agravo interno será julgado tão logo retorne o expediente presencial, por se tratar de processo físico.		
00112512320094036000	17/9/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O agravo interno será julgado tão logo retorne o expediente presencial.		
00112520820094036000	1º/6/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O agravo interno será julgado tão logo retorne o expediente presencial.		
00237470220144036100	15/12/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O agravo interno será julgado tão logo retorne o expediente presencial.		
5002866-44.2018.4.03.6110	5/2/2019	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Os embargos de declaração serão oportunamente julgados.		
0004005-87.2011.4.03.6102	14/3/2014	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Realizado juízo de admissibilidade de recurso(s) excepcional(is).		
0004662-57.2010.4.03.6104	5/6/2012	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Em elaboração de minuta de decisão de juízo de admissibilidade de recurso(s) excepcional(is).		
0012788-79.2008.4.03.6100	21/3/2017	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Em elaboração de minuta de decisão em juízo de admissibilidade.		
0005819-73.2007.4.03.6103	22/2/2012	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Realizado juízo de admissibilidade/conformação de recurso(s) excepcional(is).		
0000174-65.2006.4.03.6115	30/3/2012	65 - Ação Civil Pública

Observação/Providência: Realizado juízo de admissibilidade/conformação do(s) recurso(s) excepcional(is) em 29/4/2020.		
0001544-44.2013.4.03.6112	12/12/2016	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: O agravo interno será julgado tão logo retorne o expediente presencial, por se tratar de processo físico.		
50206529820184030000	24/8/2018	244 - Reclamação
Observação/Providência: Processo localizado no gabinete do Desembargador Federal Nery Junior.		
00352947920094030000	3/8/2018	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Cautelar em que foi concedido efeito suspensivo até o juízo de admissibilidade dos recursos excepcionais na AC 2000.61.00.008249-2, apensa àquela. Os autos principais foram devolvidos para Turma julgadora para eventual retratação.		
50134417420194030000	28/5/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo localizado no gabinete do Desembargador Federal Nery Junior.		
00000616920194030000	11/4/2019	241 - Petição Cível
Observação/Providência: O pedido de efeito suspensivo ao REsp foi indeferido e o agravo de instrumento no qual o REsp foi interposto encontra-se sobrestado.		
50176707720194030000	12/7/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo localizado no gabinete do Desembargador Federal Nery Junior.		
50181583220194030000	17/7/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo localizado no gabinete do Desembargador Federal Nery Junior.		
00000607020134036119	4/2/2020	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Autos conclusos no gabinete do relator em razão do provimento do agravo interposto contra decisão que negou admissibilidade ao Recurso Especial.		
00271171920154030000	19/11/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Os embargos de declaração foram julgados prejudicados. Processo sobrestado, segundo informação colhida dos sistemas eletrônicos do TRF3, devido à suspensão do expediente presencial.		
00308078620054036182	19/11/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os embargos de declaração serão julgados tão logo retorne o expediente presencial.		
00323685220144030000	19/12/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado. Informação colhida dos sistemas eletrônicos do TRF3, devido à suspensão do expediente processual.		
00028636720054036002	29/7/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os embargos de declaração serão julgados tão logo retorne o expediente presencial, por se tratar de processo físico.		

00028619720054036002	16/8/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os embargos de declaração serão julgados tão logo retorne o expediente presencial, por se tratar de processo físico.		
00159409120154036100	23/8/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os embargos de declaração serão julgados tão logo retorne o expediente processual.		
0309737-40.1992.4.03.6102	24/5/1999	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Providenciar regularização de fase.		
0021478-88.1994.4.03.6100	22/2/1996	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Providenciar regularização de fase.		
0015155-19.2003.4.03.0000	28/3/2003	AÇÃO RECISÓRIA (47)
Observação/Providência: O processo foi digitalizado. Em elaboração de minuta de decisão em juízo de admissibilidade.		
0030688-66.1994.4.03.6100	26/2/1998	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Providenciar regularização de fase.		
0002850-42.1999.4.03.0000	28/1/1999	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Fase regularizada (autos findos).		
0104052-96.1998.4.03.0000	9/12/1998	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Certidão de autos findos.		
0012348-74.1994.4.03.6100	4/2/1997	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Providenciar regularização de fase.		
0061642-23.1998.4.03.0000	16/7/1998	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Providenciar regularização de fase.		
0000800-38.2002.4.03.0000	14/1/2002	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Certidão de autos findos.		
0939780-87.1987.4.03.6100	8/11/1993	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Providenciar regularização de fase.		
0014182-48.2004.4.03.6105	21/5/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Certidão de autos findos.		
0037650-52.2006.4.03.0000	11/6/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Providenciar regularização de fase.		
0035454-41.2008.4.03.0000	12/9/2008	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Certidão de autos findos.		
0012239-96.2004.4.03.6104	3/4/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Certidão de autos findos.		
0035780-60.2000.4.03.6182	20/10/2010	198 - Apelação Cível

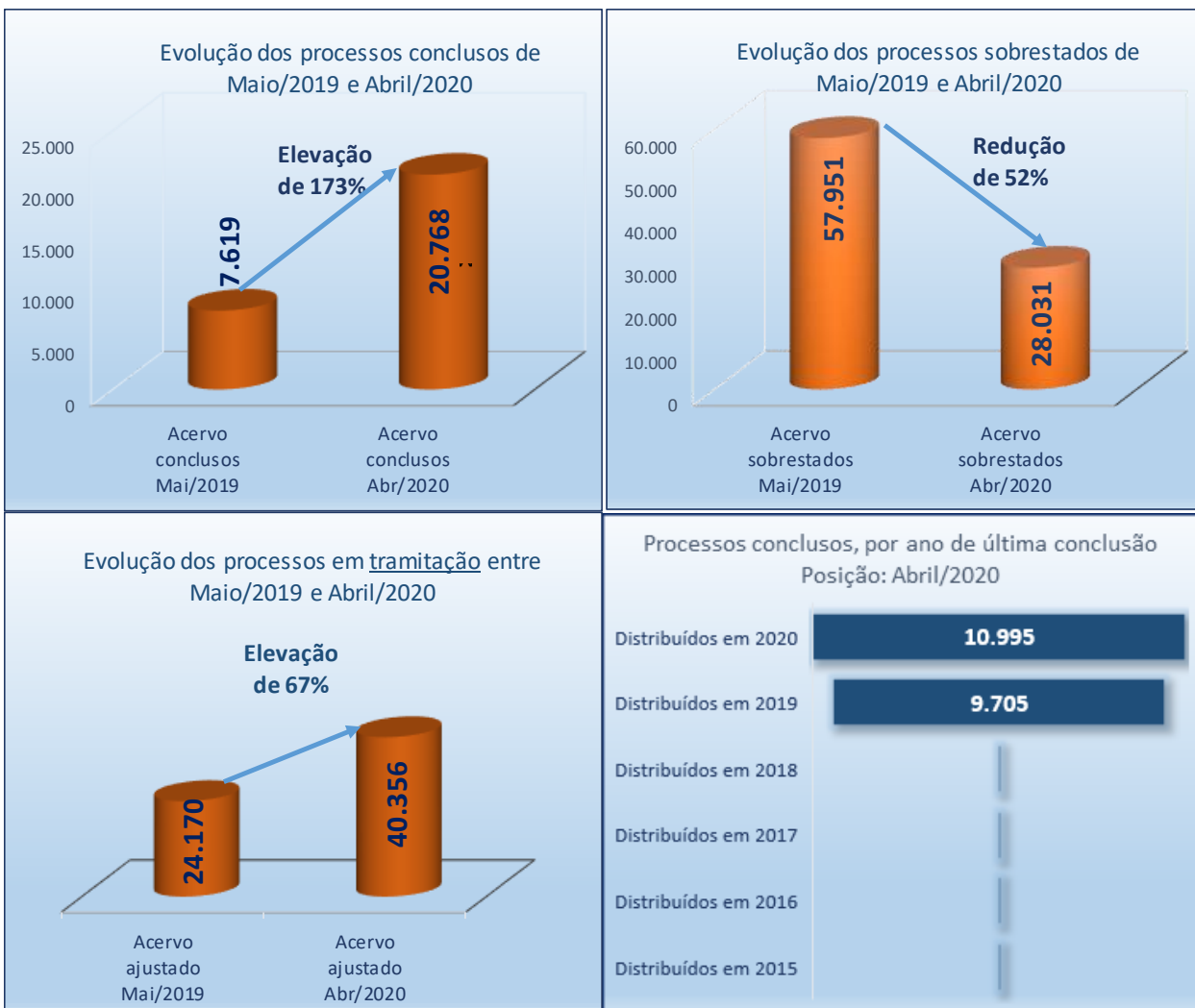
Observação/Providência: Processo subiu ao STJ por força de agravo contra decisão denegatória do REsp. Os autos retornaram do STJ e atualmente encontram-se localizados no juízo federal da 3ª vara das execuções fiscais, conforme informação extraída do sítio eletrônico desta Corte.		
0009943-65.1994.4.03.6100	20/8/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Certidão de autos findos.		
0017440-62.1996.4.03.6100	24/5/2004	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Para elaboração de minuta de decisão em juízo de admissibilidade.		
0044366-95.2006.4.03.0000	1º/2/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Providenciar regularização de fase.		
0002857-23.2006.4.03.6100	9/9/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Fase regularizada (autos findos).		
0001730-75.2010.4.03.0000	27/1/2010	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Fase regularizada (autos findos).		
0006922-46.2005.4.03.6181	2/3/2011	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Autos findos.		
0006426-67.2004.4.03.0000	12/2/2004	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Certidão de autos findos.		
0016892-12.2011.4.03.6100	13/4/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com pedido de tutela de evidência para ser apreciado.		
0020745-78.2001.4.03.6100	13/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Providenciar regularização de fase.		
0011892-21.2003.4.03.6000	24/7/2009	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo localizado na vara de origem, apenso ao 2003.60.00.010109-6 (sobrestado - Resolução CJF-237).		
0027130-23.2012.4.03.0000	12/9/2012	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Certidão de autos findos.		
0003311-78.2012.4.03.6104	13/6/2012	1727 - Petição Criminal
Observação/Providência: Fase regularizada (autos findos).		
0094328-53.2007.4.03.0000	8/10/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Certidão de autos findos.		
0001880-17.2014.4.03.0000	30/1/2014	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: O processo será julgado oportunamente. A cautelar está apensa ao processo principal (2010.03.00.023883-4), que se encontra localizado na Procuradoria da Fazenda Nacional.		
0001078-71.2013.4.03.6105	30/9/2013	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo findo apenso ao 2011.61.05.014171-4, com recursos excepcionais não admitidos, sobrestado conforme Resolução CJF n. 237.		

0020926-40.2005.4.03.6100	15/8/2007	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Certidão de autos findos.		
0023747-02.2014.4.03.6100	15/12/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: o agravo interno será julgado tão logo retorne o expediente presencial.		
5020652-98.2018.4.03.0000	24/8/2018	244 - Reclamação
Observação/Providência: Processo localizado no gabinete do Des. Fed. Nery Junior.		
0027443-90.2007.4.03.6100	3/5/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O agravo interno será julgado tão logo retorne o expediente presencial.		
0014062-10.2010.4.03.6100	7/4/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O agravo interno será julgado tão logo retorne o expediente processual.		
5018301-55.2018.4.03.0000	2/8/2018	110 - Habeas Data
Observação/Providência: Processo localizado no gabinete do Des. Fed. Nery Junior.		
0009500-14.2008.4.03.6104	4/7/2013	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Aguardando cumprimento de carta de ordem.		
0011396-90.2016.4.03.0000	21/6/2016	12357 - Pedido de efeito suspensivo à apelação
Observação/Providência: Pedido de efeito suspensivo à apelação. Processo principal digitalizado. Regularizar o andamento do pedido.		
5013441-74.2019.4.03.0000	28/5/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo localizado no gabinete do Des. Fed. Nery Junior.		
0007938-65.2016.4.03.0000	26/4/2016	46 - Restauração de autos
Observação/Providência: Restauração de autos. Após o cumprimento do § 1º do art. 717 do CPC, pelo relator do processo a ser restaurado, os autos foram conclusos à Vice-Presidência em junho/2019. Dar andamento ao processo.		
0008337-09.2002.4.03.6104	14/9/2007	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Aguardando cumprimento de carta de ordem.		
0000414-85.2014.4.03.0000	13/1/2014	230 - Impugnação ao Pedido de Assistência Litisconsorcial ou Simples
Observação/Providência: Processo apenso ao 2006.61.00.009403-4 que se encontra localizado na Procuradoria Regional Federal para apresentação de contrarrazões ao agravo interposto de decisão de inadmissibilidade de recurso(s) excepcional(is).		
5028799-16.2018.4.03.0000	13/11/2018	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: Processo localizado no gabinete do Des. Fed. Nery Junior.		
0002962-48.2016.4.03.6003	4/9/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Aguardando cumprimento de carta de ordem expedida em fevereiro/2020.		

0010279-37.2006.4.03.6104	24/3/2008	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O processo foi digitalizado. Em elaboração de minuta de decisão em juízo de admissibilidade.		
0015745-16.2014.4.03.6303	24/6/2015	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado. Em elaboração de minuta de decisão em juízo de admissibilidade.		
0003648-98.2012.4.03.6126	13/11/2013	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O processo foi digitalizado. Em elaboração de minuta de decisão em juízo de admissibilidade.		
0043972-20.2008.4.03.0000	31/3/2009	204 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
Observação/Providência: Processo sobrestado. Informação colhida dos sistemas eletrônicos do TRF3 devido à suspensão do expediente processual.		
0020944-72.2003.4.03.9999	6/8/2003	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Elaborada a minuta de decisão em juízo de admissibilidade de recurso(s) excepcional(is).		
5001511-93.2018.4.03.0000	3/2/2018	144 - Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela
Observação/Providência: Realizado juízo de admissibilidade de recurso(s) excepcional(is).		
0009750-82.2010.4.03.6102	2/4/2013	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Remessa do feito ao INSS em 12/2/2020.		
5026562-09.2018.4.03.0000	22/10/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Processo com prazo em curso.		
0005020-24.2006.4.03.6181	20/6/2012	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Autos encaminhados ao MPF em 12/2/2020, para parecer a respeito do pedido de extinção da punibilidade do agente. Retornou em 19/2/2020. O pedido de extinção de punibilidade será analisado o mais breve possível.		
0006228-72.2008.4.03.6181	25/4/2013	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Voto-vista levado ao Órgão Especial em dezembro/2019.		
0010705-96.2004.4.03.0000	10/11/2015	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Processo localizado na subsecretaria dos feitos da Vice-Presidência para juntada de contrarrazões do MPF. Aguardando a conclusão.		
0023117-39.2016.4.03.0000	21/12/2016	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Aguardando cumprimento de carta de ordem.		
0103988-71.1993.4.03.6108	12/6/2009	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Em elaboração de minuta de decisão em juízo de admissibilidade.		

0004039-51.2014.4.03.6104	4/3/2015	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providências: O processo não está concluso. Juntada de contrarrazões.		

8. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 85 processos selecionados para aferição, todos foram inspecionados.

Os autos físicos não foram inspecionados *in loco*, sendo feita a análise por meio dos respectivos extratos processuais, em razão de a inspeção ter sido realizada de modo virtual.

Em relação aos processos aferidos, recomenda-se:

a) apreciar (ou, quando for o caso de levar ao Colegiado, incluir em pauta) em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias): 5026801-76.2019.4.03.0000, 0031270-27.1998.4.03.6100, 0001885-41.2011.4.03.6112, 0011251-23.2009.4.03.6000, 0011252-08.2009.4.03.6000, 5002866-44.2018.4.03.6110, 0004662-57.2010.4.03.6104, 0012788-79.2008.4.03.6100, 0001544-44.2013.4.03.6112, 0035780-60.2000.4.03.6182, 0017440-62.1996.4.03.6100, 0016892-12.2011.4.03.6100, 0001880-17.2014.4.03.0000, 0023747-02.2014.4.03.6100, 0027443-90.2007.4.03.6100, 0014062-10.2010.4.03.6100, 0011396-90.2016.4.03.0000, 0009750-82.2010.4.03.6102, 5026562-09.2018.4.03.0000, 0005020-24.2006.4.03.6181 e 0103988-71.1993.4.03.6108;

b) incluir os embargos de declaração em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias): 00308078620054036182, 00028636720054036002, 00028619720054036002 e 00159409120154036100;

c) regularizar a fase processual no sistema e promover o andamento: 0061642-23.1998.4.03.0000 e 0020745-78.2001.4.03.6100;

d) promover o andamento do Processo n. 0000414-85.2014.4.03.0000, após a apresentação de contrarrazões ao agravo interposto pela parte recorrente, nos autos do apenso n. 2006.61.00.009403-4;

e) promover o andamento do Processo n. 0020944-72.2003.4.03.9999, tendo em vista que o feito foi remetido ao Órgão Julgador para fins de restauração;

f) promover o andamento do Processo n. 0010705-96.2004.4.03.0000, após a juntada de contrarrazões pelo MPF; e

g) promover o andamento do processo n. 00084749520104036108, tendo em vista que o feito se encontra na subsecretaria da Vice-Presidência para processamento.

No que tange aos Processos n. 50276591020194030000, 50181583220194030000, 5018301-55.2018.4.03.0000, 5013441-74.2019.4.03.0000, 5028799-16.2018.4.03.0000, constatou-se que os autos estão conclusos no gabinete do Desembargador Federal Nery Júnior, já que foram distribuídos a este como integrante do Órgão Especial. Foi verificado que o Processo n. 00000607020134036119 está concluso no gabinete do Desembargador Federal Maurício Kato e o Processo n. 0006228-72.2008.4.03.6181 no gabinete do Desembargador Federal Newton de Lucca.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi cordialmente recebida, via videoconferência, pela desembargadora federal vice-presidente e pelos assessores Káthia Maria Olbrich dos Santos Mandaliti e José Carlos de Menezes.

A assunção da Vice-Presidência pela Desembargadora Federal Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida deu-se em 2/3/2020 e, duas semanas após, sobreveio o

fechamento físico do TRF3, diante da pandemia da Covid-19 e, portanto, a equipe ainda está em período de adaptação ao trabalho remoto.

A equipe conta com 37 servidores, dentre os quais muitos provenientes do gabinete da Desembargadora Federal Cecília Marcondes, aposentada desde abril de 2020.

É elogiável a organização do gabinete e a disposição da equipe, que se divide internamente em núcleos por matéria (previdenciária, cível, tributária e penal). Foram convocados os Juizes Federais Fabiano Lopes Carraro e Louise Vilela Leite Filgueiras Borer, por meio do Ato da Presidência n. 2.563, de 6/3/2020. Cada um deles é responsável por dois núcleos, um pelo núcleo tributário e núcleo penal, e o outro pelos núcleos previdenciário e cível. Cada núcleo possui um coordenador assessor, com um chefe de gabinete para cada dois núcleos. O núcleo previdenciário possui oito servidores; o núcleo cível, quatro servidores; o núcleo tributário, 8 servidores; e o núcleo penal conta com três servidores. Os coordenadores fazem a gestão do núcleo e são responsáveis pela (I) revisão de minutas; (II) triagem de processos e sua distribuição; (III) solução de dúvidas; (IV) análise em face de juízo de admissibilidade de recurso especial e recurso extraordinário e sobrestamento pela sistemática dos recursos repetitivos e repercussão geral; e (V) elaboração de minutas de agravos internos, embargos de declaração e petições intercorrentes.

Os chefes de gabinete respondem pelas questões administrativas, como frequência dos servidores e estagiários, férias, supervisão dos estagiários, correção e elaboração de minutas.

O gabinete realiza, de imediato, triagem inicial dos processos recebidos da distribuição, de acordo com a matéria para a análise da admissibilidade recursal. Após, o processo é encaminhado para o coordenador para revisão e também para o controle de produtividade. Uma vez finalizada a revisão, o processo é encaminhado para assinatura da Vice-Presidente e, após, para os órgãos processantes (Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – NUGE, Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência e Subsecretarias de outros órgãos do Tribunal).

Grande parte do gabinete minuta decisões de admissibilidade dos recursos extraordinários e dos recursos especiais, e dois servidores examinam os processos de competência do Órgão Especial e do Conselho de Administração e Justiça. A maior demanda concentra-se no núcleo previdenciário e, diante da implementação do trabalho remoto, o setor penal é o mais delicado ante a grande quantidade de processo físicos ainda não digitalizados.

O controle do acervo inicia-se já no ato da conclusão, quando é feita a triagem dos processos e, de acordo com a matéria, a distribuição aos servidores responsáveis para análise e elaboração de minuta de decisão. Todas as movimentações processuais são registradas para o acompanhamento do processo.

Verificada a existência de processos com prioridades legais ou que fazem parte das metas do CNJ, o gabinete aponta que o processamento é célere. Nos processos físicos, são observadas anotações eletrônicas no sistema Siapro e os feitos são remetidos com urgência para a assessoria (hipótese de conclusão para admissibilidade recursal) e para o setor de digitalização (após decisão). No sistema eletrônico PJe, anota-se como fator positivo a preferência na disposição dos processos nas tarefas a serem executadas, sendo relacionados logo na página inicial, destacando-se em relação aos demais processos. No núcleo penal, é atribuída prioridade aos processos com réu preso e réu idoso.

O controle dos processos físicos remetidos a outros setores é feito por meio de guias de remessa. No sistema PJe, há pastas de entrada dos processos eletrônicos que permitem o controle da movimentação.

Os embargos de declaração e os agravos internos são classificados assim que chegam na Vice-Presidência e dependem do calendário das sessões de julgamento do Órgão Especial para serem incluídos em pauta. Sempre é dada prioridade na análise das urgências, havendo controle direto pelos coordenadores de cada núcleo.

O controle de processos sem movimentação é efetuado diretamente no sistema PJe, verificando-se as tarefas e etiquetas de identificação apostas nos processos, controles de entrada, saída e produtividade individuais. Além disso, utilizam-se relatórios gerenciais, desenvolvidos pela equipe do PJe do TRF3, os quais permitem filtrar os processos sem movimentação dentro da Vice-Presidência por mais de 60 dias. O sistema PJe permite adotar outra periodicidade, a critério da conveniência ou necessidade do gestor. A equipe busca administrar o acervo tendo por parâmetros os critérios de antiguidade, matérias e urgência, com a finalidade de melhorar a prestação jurisdicional, ressaltando a alta volatividade do acervo em sede de juízo de admissibilidade no TRF3.

No que tange aos dados estatísticos, durante a entrevista a equipe da Vice-Presidência apontou que, mesmo com a implementação da ferramenta de BI, os números apresentados pelo relatório estatístico oficial do Tribunal não batem com os números reais do gabinete.

Desde a gestão da Desembargadora Federal Therezinha Cazerta, foram restaurados mais de 1.200 processos destruídos no incêndio ocorrido, em 2017, no prédio administrativo localizado na Av. Presidente Wilson. Todos esses feitos já tramitam no sistema eletrônico PJe. Atualmente, em razão da pandemia da Covid-19, houve a suspensão da digitalização dos feitos em todo o Tribunal.

São fixadas metas individuais de produtividade e de resultados a partir da observância do princípio da equidade e da análise da meritocracia. A função comissionada e o incentivo às ações de treinamento, capacitação e desenvolvimento dos servidores são instrumentos de atração e retenção de talentos. Destacam-se as

seguintes metas coletivas: (I) reduzir drasticamente o acervo de processos conclusos para trabalhar com a distribuição em todos os núcleos de admissibilidade, diminuindo o tempo de tramitação do processo; (II) realizar imediatamente o juízo de conformidade dos processos sobrestados/suspensos à medida em que as Cortes Superiores vão decidindo as questões submetidas à sistemática dos recursos repetitivos e da repercussão geral, com a reativação desses processos, submetendo-os à análise e decisão, envidando, assim, todos os esforços no sentido de que tudo seja feito com a máxima brevidade possível; e (III) buscar uma interoperabilidade entre os gabinetes da Vice-Presidência e da Conciliação, para fomentar o acordo em processos sobrestados e possibilitar a desistência de recursos.

No que tange à Meta 3, a Vice-Presidência figura como grande cliente dos programas realizados pelo gabinete da conciliação. São encaminhados à conciliação os processos em que há pedido efetuado pelas partes e aqueles em que se verifica a possibilidade de acordo. Durante o biênio 2018/2020, foi implementado o Projeto TR visando à aplicação do art. 5º da Lei n. 11.960/2009 (Tema 810/STF).

Diante da implementação do trabalho remoto devido à pandemia da Covid-19, está sendo priorizada a tramitação dos processos eletrônicos e daqueles digitalizados cujo sobrestamento tenha sido levantado. Os pedidos urgentes, encaminhados por correio eletrônico, também são priorizados e é verificada a possibilidade de atendimento ao advogado por videoconferência, quando solicitado. Por ora, todas as sessões de julgamento são virtuais, sendo possível a ocorrência de sustentações orais, por meio de videoconferência.

Consoante relatado na entrevista, o gabinete relacionou as seguintes dificuldades: (I) inexistência de quadro permanente de servidores da Vice-Presidência para que, independentemente da mudança do corpo diretivo do Tribunal e da assessoria, permaneça atuando no acervo de processos da unidade, evitando, por vezes, inadequações transitórias da força de trabalho; (II) existência de grande acervo de autos de processos físicos suspensos/sobrestados nos prédios da Presidente Wilson e da República, que ensejam grandes operações logísticas quando do levantamento da suspensão/sobrestamento para análise e processamento; (III) ausência de controle estatístico fidedigno que produza melhores indicadores com o objetivo de amparar com mais eficiência o gerenciamento do acervo processual sob a responsabilidade da Vice-Presidência e o direcionamento mais objetivo da análise e juízo de admissibilidade; e (IV) elevada quantidade de processos distribuídos diariamente à Vice-Presidência.

A desembargadora vice-presidente participa do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal, em reuniões semestrais que visam identificar demandas repetitivas ou com potencial de repetitividade e aperfeiçoar o gerenciamento de precedentes.

Há grande quantidade de processos sobrestados (conforme quadro estatístico) os quais são derivados de decisões proferidas no rito dos recursos repetitivos e na sistemática da repercussão geral, sendo as principais: (I) Tema 285 do STF (*Diferenças*

de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor II); (II) Tema 846 do STF (constitucionalidade da manutenção de contribuição social após atingida a finalidade que motivou a sua instituição); (III) Tema 985 do STF (Natureza jurídica do terço constitucional de férias, indenizadas ou gozadas, para fins de incidência da contribuição previdenciária patronal); (IV) Tema 769 do STJ (Definição a respeito: I) da necessidade de esgotamento das diligências como pré-requisito para a penhora do faturamento; II) da equiparação da penhora de faturamento à constrição preferencial sobre dinheiro, constituindo ou não medida excepcional no âmbito dos processos regidos pela Lei 6.830/1980; e III) da caracterização da penhora do faturamento como medida que implica violação do princípio da menor onerosidade); e (IV) Tema 981 do STJ (À luz do art. 135, III, do CTN, o pedido de redirecionamento da execução fiscal, quando fundado na hipótese de dissolução irregular da sociedade empresária executada ou de presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), pode ser autorizado contra: (I) o sócio com poderes de administração da sociedade, na data em que configurada a sua dissolução irregular ou a presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), e que, concomitantemente, tenha exercido poderes de gerência, na data em que ocorrido o fato gerador da obrigação tributária não adimplida; ou (II) o sócio com poderes de administração da sociedade, na data em que configurada a sua dissolução irregular ou a presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), ainda que não tenha exercido poderes de gerência, na data em que ocorrido o fato gerador do tributo não adimplido).

11. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve expressivo aumento do montante de processos conclusos (de 7.619 a 20.768). Constata-se, também, que no início do 12º mês anterior eram 57.951 feitos sobrestados, e no mês anterior à inspeção eram 28.301. Ou seja, houve significativo levantamento e retomada de processos cujo sobrestamento havia sido levantado, especialmente quanto aos Temas 69 (inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS), 503 (conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral por meio do instituto da desaposentação) e 810 (validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com a redação dada pela Lei n. 11.960/2009) do STF.

O aumento de processos conclusos é, naturalmente, anterior à posse da atual vice-presidente, que se mostra preocupada e atenta ao assunto. De qualquer modo, foi necessário destacar recomendação (item seguinte), para evitar que eventual continuidade do aumento gere gargalo e problema de fluxo de feitos.

No tocante à dinâmica da unidade, observa-se o esforço do gabinete em reduzir o acervo e aumentar a produtividade, especialmente diante da implementação do trabalho remoto com a priorização dos processos eletrônicos.

No que tange à recomendação da Inspeção CJF/2018, ela foi cumprida e não há pendência.

12. RECOMENDAÇÕES

a) Cumprir as recomendações constantes no item 9;

b) eventualmente, sugerir alteração regimental que suprima a competência atribuída à Vice-Presidência no inciso V do art. 22 (*Presidir as Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Seções*). Talvez seja recomendável a retirada de tais funções da Vice-Presidente, caso o TRF3 assim entenda pertinente, de modo a poupar tempo para os pesados afazeres de admissibilidade e conformação relativos aos recursos especiais e extraordinários;

c) dar atenção para planejamento que reduza ou, no mínimo, interrompa o crescimento do número de processos conclusos, problema anterior à posse da atual Vice-Presidência, mas que pode gerar gargalo;

d) diante da pandemia e da necessidade do trabalho remoto, manter plano de trabalho voltado para a análise dos processos criminais, especialmente os físicos e com réu preso; e

e) manter o espírito colaborativo demonstrado, o bom método de trabalho e as boas práticas.

**GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL
Desembargadora Federal MARISA SANTOS**

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região.

2.2 Competência

Coordenação e fiscalização dos serviços judiciários e aferir a padronização e uniformização das atividades forenses da Justiça Federal de Primeira Instância, promovendo o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. A Corregedoria Regional promove as correições gerais ordinárias e extraordinárias na Justiça Federal de 1º grau, bem como determina a abertura e realização de inspeções e sindicâncias, além de atuar na edição de atos normativos e responder a consultas com a finalidade de normatizar os procedimentos judiciários. As atribuições da Corregedoria Regional estão previstas no art. 23 do RI-TRF3. O corregedor é membro do Conselho da Justiça Federal e do Órgão Especial da 3ª Região.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrada lotada no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Marisa Santos. A posse como corregedora regional foi em 2 de março de 2020. Estão convocados em auxílio os Juízes Federais Marisa Cláudia Gonçalves Cucio e Paulo Ricardo Arena Filho (resposta no item 3.3).

3.2 Houve remoção de magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Remoção de juízes federais titulares. Foram removidos 13 juízes pela Resolução n. 3 da Presidência deste TRF 3ª Região, assinada na data de 1º/10/2019 (SEI 0034127-34. Documento SEI 5142581). Remoção de juízes federais substitutos. Foram removidos 13 magistrados substitutos pela Resolução n. 4 da Presidência deste TRF

3ª Região, assinada na data de 17/12/2018 (SEI 0057860-63. Documento SEI 4358325). Remoção de juízes federais substitutos. Foram removidos cinco magistrados substitutos pela Resolução n. 2 da Presidência deste TRF - 3ª Região, assinada na data de 29/4/2020 (SEI 0041813-77. Documento SEI 5719095). Neste último SEI: 1 - da 6ª Vara Prev. SP para 5ª Vara Gabinete JEF SP; 2 - da 9ª V. Ex. Fisc. SP para 2ª V. Cível SP; 3 - 6ª V. Guarulhos para 9ª V. Cível SP; 4 - 1ª V. Guarulhos para 6ª V. Prev. SP; 5 - 3ª V. Ex. Fisc. Guarulhos para 1ª V. Guarulhos. Pela falta de espaço na resposta informaremos os demais dados no período da inspeção. Dados já solicitados à Estatística e à Divisão de Magistratura.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Foram convocados: a partir de 5 de março de 2020, a Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, e, a partir de 6 de março de 2020, o Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho. Ambos sem prejuízo de suas atribuições.

3.4 Servidoras responsáveis pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Chefe de gabinete - Ana Paula Britto Hori Simões. Assessora Judiciária - Adriana Camilli Dias Matos. Assessora - Rosa Noriko Nishimodo Inada.

3.5 Quadro de pessoal	
Servidores efetivos	10 - CORE / 18 - gabinete da Desembargadora Federal Marisa Santos
Servidores sem vínculo	1
Servidores requisitados	0
Servidores prestando serviços em outros setores	0
Terceirizados	0
Vagas não ocupadas	1 - O servidor se aposentou em abril de 2020
Estagiários	1 -1 - CORE / 1 - gabinete da Desembargadora Federal Marisa Santos. Há quatro vagas que foram solicitadas mas ainda não preenchidas (teletrabalho).
Servidores em área-fim	9 - CORE/ 16 - gabinete da Des. Federal Marisa Santos

3.6 Quadro de cargos e funções:	
CJ-3	3 - CORE / 1 - gabinete da Desembargadora Federal Marisa Santos

CJ-2	1 - CORE / 1 - gabinete da Desembargadora Federal Marisa Santos
CJ-1	0
FC-6	1 - Gabinete da Desembargadora Federal Marisa Santos
FC-5	0
FC-4	3 - CORE / 3 - gabinete da Desembargadora Federal Marisa Santos
FC-3	1 - CORE / 6 - gabinete da Desembargadora Federal Marisa Santos
FC-2	1 - CORE
FC-1	0

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Não houve recomendação para a Corregedoria Regional. Foram elogiadas as boas práticas do setor.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

Não houve recomendação para a Corregedoria Regional. Foram elogiadas as boas práticas do setor.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não houve recomendação para a Corregedoria Regional. Foram elogiadas as boas práticas do setor.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

Podemos citar resumidamente: todos os requerimentos são apreciados com celeridade sem embargo de diligências/esclarecimentos, salvo poucos que demandam complementação de dados. O acesso à CORE é amplo, eletrônico, telefônico e presencial. Busca-se inserir magistrados, servidores e partes no processo de resolução de conflitos, prescindindo do excessivo rigor formal em prol de uma comunicação mais eficiente. Foi elaborado na gestão anterior (Dr. Carlos Muta) o Provimento 1/2020-CORE, com 460 artigos, resultado de construção coletiva, troca de ideias e sugestões

com setores do 1º grau de forma solidária. Editaram-se, inclusive, atos normativos e comunicados para esclarecimentos. Os relatórios das CGOs são tornados públicos. As unidades são acompanhadas permanentemente, reavaliadas após a correção e sujeitas, por fim, ao relatório geral das atividades. Atividade correcional para adequação e aprimoramento das suas atividades. Gestão como instrumento de eficiência para a prestação jurisdicional.

6. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral da Justiça Federal entrevistou, mediante videoconferência, a Desembargadora Federal Marisa Santos, bem como a chefe de gabinete Ana Paula Britto Hori Simoes, segundo a qual se obteve a informação de que a magistrada recebe distribuição de feitos do órgão especial, além dos específicos da Corregedoria.

Foi dito que a divisão de trabalho na unidade é realizada respeitando-se a divisão e atribuição das unidades, de acordo com a orientação estabelecida, conforme explicação pormenorizada das atribuições executadas a seguir.

Secretaria

A chefe de gabinete da Corregedoria Regional é responsável pela Secretaria, com a coordenação de atividades administrativas, tais como controle de patrimônio, solicitação de material, controle de frequência, contratação ou desligamento de estagiários.

São também atribuições da chefia de gabinete: prestar assessoria direta à Corregedora Regional e aos dois juízes auxiliares da CORE – Marisa Cláudia Gonçalves Cúcio e Paulo Ricardo Arena Filho; organizar a agenda diária da corregedora (reuniões, sessões de julgamento, compromissos externos); preparar e despachar documentos e expedientes com a corregedora; executar todas as atividades referentes ao controle orçamentário da unidade, com participação regular em reuniões com a Diretoria-Geral e Presidência do TRF, coordenando todas as emissões de formulários específicos para pagamentos e prestações de contas de diárias e passagens; realizar publicações de portarias; atender juízes, advogados e público em geral; executar todas as atividades referentes às pautas das sessões de julgamentos do CJF3R; acessar o PJe para atividades/necessidades referentes ao acervo de processos do Órgão Especial; e realizar/participar de reuniões com a Corregedora, demais gestores da CORE e do Tribunal.

A Secretaria possui como atividades principais a gestão de expedientes e documentos em geral, de pessoas (servidores e estagiários), da pauta do CJF3R, do orçamento (diárias e passagens) e do patrimônio.

As entradas de documentos, expedientes e demandas ocorrem por meio de e-mail, malote digital, malote físico, Sistema SEI, balcão de atendimento ao público externo, CNJ (PJe) e processos físicos.

Consoante já previsto no Provimento CORE 1/2020 (art. 184), as comunicações administrativas e judiciais são preferencialmente realizadas por mensagem direcionada ao endereço eletrônico institucional da Corregedoria Regional. Na atualidade, mais da metade das entradas ocorre por e-mail ou diretamente pelo SEI.

Todas as formas de entrada são monitoradas diariamente, priorizando-se, no processamento, os pedidos mais urgentes, sempre que houver.

As saídas de documentos e demandas ocorrem por meio de e-mail, malote digital, malote físico, SEI e CNJ (PJe).

Quando há necessidade de manifestação formal da Corregedora Regional, por despacho, decisão ou ofício, o documento recebido é inserido no sistema SEI (se físico, após a digitalização, atendendo-se às normas de gestão documental para a guarda de documento).

Nas hipóteses em que a Corregedoria Regional pode se manifestar sem necessidade de despacho ou decisão, o processamento ocorre exclusivamente por correio eletrônico.

Há, ainda, comunicações efetuadas por malote digital (especialmente órgãos externos) e PJe-CNJ.

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ efetua todas as comunicações de processos administrativos pelo PJe, cujo acesso e controle são de responsabilidade da Secretaria.

Atualmente há planilha no Excel para controle de prazos fixados pelo Conselho Nacional de Justiça. A maioria dos processos refere-se a representações por excesso de prazo, com lapso médio fixado de 30 dias para manifestação da Corregedoria Regional.

São atribuições da Secretaria: emissão de certidões no sistema SEI; procedimentos referentes às diárias e passagens decorrentes das viagens para realização das correições e inspeções em todas as unidades judiciárias da 3ª Região (controle orçamentário da Corregedoria, emissão de requisições e elaboração de prestação de contas de diárias e passagens).

Ademais, compete à Secretaria os procedimentos atinentes às sessões de julgamento do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, com a preparação, conferência, e formatação de expedientes no sistema SEI-JULGAR/CJ-CORE; encaminhamento para distribuição, classificação/autuação e inclusão em pauta/mesa dos processos; acompanhamento das alterações de cada sessão (inclusões e retiradas de pauta); comunicação direta com a subsecretaria dos conselhos para assistência à corregedora. Após as sessões de julgamento, são verificados os decursos de prazos

com devolução dos processos para o encerramento de cada expediente ou designação de usuário para o devido acompanhamento ou processamento de pedidos de reconsideração e/ou recursos.

Assessoria Jurídica

Responsável pelo apoio à corregedora regional e aos juízes auxiliares no que se refere à elaboração de minutas de despachos, decisões monocráticas, relatórios/votos/acórdãos, votos-vista, declarações de voto, além da realização das pesquisas necessárias ao bom desenvolvimento do trabalho. Cabe ao setor o acompanhamento dos processos judiciais e administrativos de competência da corregedora regional no âmbito do Órgão Especial e do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região. Os processos de natureza disciplinar são tratados de forma individual, com o apoio da assessoria jurídica. O setor é responsável pelo encaminhamento e acompanhamento dos concursos de promoção, remoção e vitaliciamento dos magistrados; o atendimento às consultas formuladas pelas unidades judiciárias e administrativas de 1º grau e a elaboração de minutas relativas à uniformização de procedimentos em 1º grau (normatização), além de representações por excesso de prazo, correições parciais, reclamações sobre morosidade e expedientes administrativos de natureza diversa.

Os expedientes de responsabilidade da assessoria jurídica são: representação por excesso de prazo, pedidos de providência, representação disciplinar/investigação preliminar, sindicância investigativa, formulação de acusação e oportunidade de defesa prévia. Também é de sua competência a preparação de minutas para o julgamento perante o Órgão Especial.

Assessoria COGEAUTORIZA

Responsável pelos pedidos de afastamento e de férias dos juízes federais e juízes federais substitutos, previstos, respectivamente, nos arts. 129 a 152 e 153 a 160 do Provimento CORE 1/2020.

O pedido de afastamento é feito pelo próprio magistrado, utilizando o acesso ao sistema eletrônico de gestão de pessoas (e-GP), com login e senha pessoal, no ícone Central de Requisição, selecionando o formulário adequado para cada tipo de ausência (participação em cursos e atividades de aperfeiçoamento profissional, incluindo mestrado e doutorado, e o desenvolvimento de atividades de pesquisa; interesse da Administração; folgas compensatórias, e consultas ou exames médicos ou outra emergência devidamente justificada). Após preencher o formulário, o magistrado anexa os documentos pertinentes e, ao final, clica em “enviar”. Esse formulário, automaticamente, gera um expediente SEI na plataforma *Cogeaautoriza*. Os pedidos são

instruídos e analisados, observadas as resoluções dos conselhos superiores e o Provimento CORE 1/2020. Deferido o pedido, é efetuado o cadastramento da ausência no sistema WEmul/RHM3R, que alimenta o sistema e-GP, atualizando as informações no assento do magistrado. Na sequência, é encaminhada cópia da decisão proferida para o requerente e para a DMAG e, no caso de cursos, para a EMAG, pelo Sistema Eletrônico de Informação do *Cogeeautoriza*. Indeferido o pedido, a cópia da decisão é encaminhada apenas para o requerente. Para as hipóteses de participação em cursos e atividades de aperfeiçoamento profissional e no desenvolvimento de atividades de pesquisa são observados os requisitos aplicáveis quando da decisão (atualmente, arts. 136 e 139 do Provimento CORE 1/2020, além da disposição do art. 135, que prevê que compete ao corregedor regional julgar os pedidos de afastamento de curta duração, e relatar os pedidos de eventos de média e longa duração e submetê-los a julgamento perante o Órgão Especial desta Corte). Concluído o curso, o magistrado, no prazo de 30 dias, apresenta resumo ou relatório dos estudos e certificado de participação.

O requerimento de **férias** é encaminhado via e-GP pelo magistrado, sendo, porém, processado na Divisão de Assuntos da Magistratura – DMAG, e, após, enviado para a Corregedoria Regional na plataforma do SEI, onde são apreciados pelo corregedor regional. Após proferida decisão, o expediente SEI é devolvido para a DMAG, que providencia o registro no sistema e a comunicação ao magistrado. Processamento da escala de férias é realizado pelo sistema eletrônico de gestão de pessoas, observando as etapas dispostas no art. 156, § 2º, do Provimento CORE 1/2020. Após aprovada pelo Corregedor Regional, a escala de férias é publicada e encaminhada à diretoria do foro de cada seção judiciária. A escala de férias do ano de 2020 encontra-se no SEI 0042399-17.2019.4.03.8000.

Cabe ao setor abrir os e-mails dos juízes relativos aos pedidos de compensações de plantão, cursos e demais ausências, solicitar esclarecimentos quando necessário, bem como elucidar as dúvidas dos magistrados; analisar e processar todos os pedidos realizados pelos juízes federais no Sistema e-GP, e preparar as minutas dos despachos e decisões no sistema SEI / COGEAUTORIZA.

Correições/inspeções nas unidades judiciárias e controle estatístico

A corregedora regional relatou a pretensão de participar, pessoalmente, de todas as correições marcadas para este ano. O setor de correição é formado por servidores que desempenham atividades de pré-correição, correição e pós-correição.

Os gestores e servidores verificam questões relativas à gestão das unidades judiciárias, auxiliando no planejamento e coordenação de projetos, bem como sugerindo propostas para: a) melhoria dos processos de trabalho; b) equalização das cargas de trabalho dos servidores; e c) melhoria dos sistemas informatizados, se necessário.

Devem também acompanhar a execução dos projetos e ações implantadas e planejar o calendário das correições presenciais nas unidades das sessões judiciárias.

A atividade de pré-correição compreende a elaboração de relatório prévio sobre a unidade judiciária a ser correicionada sob os seguintes aspectos: (1) dados administrativos da unidade; (2) quantidade de processos físicos e eletrônicos por classe processual (ativos e suspensos/sobrestados); (3) perfil etário do acervo; (4) dados estatísticos de desempenho dos magistrados atuantes (análise de cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ/CJF, números de sentenças, audiências e liminares/tutelas); (5) fluxo processual (quantitativo de entrada e saída); (6) taxa de congestionamento (calculada de acordo com o total de processos baixados, casos novos e pendentes); e (7) situação do acervo no período da última até a correição atual.

Nos trinta dias que antecedem a correição, solicita-se à unidade judiciária o envio dos documentos constantes de arquivo denominado “Lista de documentos CGO com tutorial”, devendo a unidade responder em até sete dias úteis antes do início das correições; essas informações devem compor o relatório final.

Ainda previamente à correição, para melhor análise da unidade, também são verificados todos os processos que apresentam fases consideradas críticas, ou seja, que mereçam monitoramento constante para controle do prazo de tramitação processual, tanto na fase de conhecimento quanto na fase de execução.

Durante o período da correição propriamente dita, são analisados os processos previamente selecionados (de vista obrigatória – art. 48 do Provimento CORE 64/2005, e 74 do Provimento CORE 1/2020) os processos eletrônicos (PJe) e amostra de tipos processuais existentes em processamento na unidade de acordo com a área de especialização, além dos feitos mais antigos e que estejam em conclusão para sentença e/ou despacho/decisão), cuja listagem é remetida à unidade com três dias de antecedência.

Após conferência dos processos, forma-se base consistente e segura para a formulação de conclusões acerca da gestão processual, a fim de orientar e dar suporte à solução dos problemas detectados. As atividades do período pós-correição compreendem o acompanhamento evolutivo da situação do acervo, mediante nova consulta das plataformas previamente citadas, fiscalização de eventual plano de trabalho estabelecido, orientação e saneamento de dúvidas para o aprimoramento das atividades administrativas e jurisdicionais da unidade, bem como sintetização e análise dos dados colhidos para a elaboração do relatório de correição geral ordinária a ser apresentado para julgamento pelo Conselho da Justiça Federal da 3ª Região.

Desconsiderando a situação excepcional da pandemia da Covid-19, não há servidores no setor que executem suas tarefas em regime de teletrabalho.

Pela natureza de atividade da Corregedoria foi relatada dificuldade em impor metas de produção, mas é verificado se não há atraso no andamento dos trabalhos pelas

planilhas internas da unidade. A aferição de produtividade dos servidores é realizada pelos gestores das áreas de atuação, sob a supervisão da corregedora, com o auxílio dos juízes auxiliares.

A Corregedoria está funcionando com a realização de todas as suas atividades, inclusive na Secretaria, com atendimento diário das demandas — consultas, reclamações, reivindicações, dúvidas, e pedidos de orientações para solução de problemas, tanto para os juízes federais, como para os advogados e público em geral, por e-mail. Há contato permanente com as unidades judiciárias durante o período.

Os procedimentos administrativos de natureza disciplinar (incluindo-se a sindicância), bem como os demais procedimentos administrativos de competência desta Corregedoria têm sido processados normalmente durante a pandemia do novo coronavírus, tendo em vista que o processamento de todos esses expedientes se dá de modo eletrônico, por meio do chamado SEI.

Os feitos são autuados pela Secretaria e encaminhados à assessoria jurídica e de normatização, setor responsável pelo apoio à corregedora regional e aos juízes auxiliares no que se refere à elaboração de minutas de despachos, decisões monocráticas, relatórios/votos/acórdãos, votos-vista, declarações de voto, além da realização das pesquisas necessárias ao bom desenvolvimento do trabalho. Os processos de natureza disciplinar (representação disciplinar/investigação preliminar, sindicância investigativa) são tratados de forma individual pela Corregedora Regional, com o apoio da assessoria jurídica e de normatização.

Todas as comunicações necessárias à regular instrução dos feitos, como a requisição de informações a magistrados, solicitação de informações/providências a setores internos, solicitação de informações/providências a órgãos externos, bem como a intimação dos interessados, é feita eletronicamente, não havendo, assim, qualquer prejuízo em decorrência da situação emergencial provocada pela pandemia.

Quanto às inspeções, as unidades judiciárias estão realizando as ordinárias em duas etapas, conforme disciplinado nas Portarias CORE 2022, de 14/4/2020 e 2046, de 27/4/2020, concentrando os trabalhos na primeira etapa, apenas quanto aos processos eletrônicos, que tramitam no Sistema do PJe e no SISJEF.

Alguns juizados especiais federais que já haviam feito a conferência do material patrimoniado têm conseguido encerrar os trabalhos de inspeção, considerando que possuem apenas processos eletrônicos em tramitação.

As outras unidades judiciárias apenas certificam a conclusão da primeira etapa da inspeção realizada nos processos eletrônicos e encaminham, quando há irregularidade ou atraso, o plano de trabalho dos respectivos processos, cujo cumprimento é acompanhado pela Corregedoria Regional.

Quanto às correições, do mesmo modo que nas inspeções, apenas em relação aos processos eletrônicos, foram realizados os trabalhos correcionais nas varas previdenciárias da Subseção Judiciária de São Paulo, no período de 11 a 21 de maio de 2020, e está sendo realizada a correição nas Subseções de Tupã, Marília e Itapeva no período de 22 a 26/6/2020.

Já há um cronograma aprovado de realização de correições no período de 29/6 a 28/8/2020, em onze subseções, abrangendo 31 unidades judiciárias.

A organização do acervo é realizada no SEI, com marcadores, tipo “post it”, com a movimentação dos processos também anotada em planilhas internas da unidade. A movimentação interna é feita por atribuição aos gestores (atribuição por logins, no SEI).

O controle de processos sem movimentação é feito por pesquisas no SEI, com marcadores, tipo “post it”, sendo também anotados em planilhas internas da unidade.

Os procedimentos administrativos relativos às atividades correcionais em curso são cadastrados no SEI.

No expediente SEI 0003649-09.2020.4.03.8000, são inseridas todas as portarias constando os calendários das correições gerais ordinárias a serem realizadas no biênio de 2020-2022, bem como os procedimentos preliminares às correições e inspeções administrativas de avaliação, e também as portarias de constituição das equipes de trabalho.

No expediente SEI 0048253-89.2019.4.03.8000, estão os cronogramas das inspeções gerais ordinárias de 2020 e as alterações de datas que são solicitadas pelas unidades judiciárias.

Cada unidade judiciária encaminha um expediente SEI próprio contendo o relatório de inspeção geral ordinária, além dos documentos previstos no art. 115 do Provimento CORE 1/2020 e outros que se fazem necessários para a avaliação dos dados informados.

Quanto às correições, para cada unidade judiciária, é criado um processo no SEI, no qual são inseridos dados prévios estatísticos e dados de movimentação processual informados pela própria unidade, e ao final, o relatório dos trabalhos correcionais realizados.

Não há processos físicos em andamento. Houve o arquivamento e conclusão dos existentes no setor.

Os Processos (00090740520134030000; 00090775720134030000; 00090472220134030000; 00090541420134030000; 00090559620134030000; 00090576620134030000; 00090585120134030000; 00090593620134030000) que constavam como enviados à corregedoria, estão todos findos e arquivados, desde 25/10/2013, todavia, por uma falha de parametrização a fase “remessa de autos findos” não tornava findo o processo. Por tal razão, foi aberto o chamado 10317494 para

inserção da fase “certidão de autos findos”, para regularização dos feitos no sistema processual, e os processos foram efetivamente finalizados.

No momento, existe apenas uma sindicância em andamento – Processo SEI 0007886-86.2020.4.03.8000 – instaurada em 13 de maio de 2020 pela Portaria CORE n. 2.

O controle estatístico do setor é feito mediante pesquisas e relatórios do SEI e planilhas internas da unidade.

O procedimento correcional é realizado mediante inspeções administrativas de avaliação, correções gerais e inspeções gerais (art. 60 do Provimento 1/2020, de 21/1/2020, da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região).

As inspeções gerais ordinárias são realizadas pelos juízes federais, com o auxílio dos magistrados substitutos, em suas respectivas unidades, e consistem em atividades fiscalizatórias para a detecção e correção de eventuais irregularidades administrativas e processuais.

Conforme previsto no art. 65 do Provimento COGE 64/2005, deverão ser realizadas anualmente até 30 de julho, em períodos definidos pelos magistrados das respectivas unidades. A partir do ano de 2021, deverão ser feitas durante o mês de maio, conforme o art. 103 do Provimento CORE 1/2020.

Quanto às inspeções gerais ordinárias, a questão do critério para a escolha das unidades resta prejudicada.

A correção geral ordinária e a inspeção administrativa de avaliação são realizadas em conjunto, salvo impossibilidade justificada.

Com relação a tais procedimentos correcionais, em princípio, ressaltando algumas adequações necessárias por questões orçamentárias ou de logística, a Corregedora Regional adota o critério da ordem cronológica de realização da gestão anterior, com observância do prazo máximo de 30 meses entre uma e outra correção.

Quanto à existência de formulários padronizados, no caso do relatório de inspeção geral ordinária, há modelo disponibilizado para padronização das informações colhidas no âmbito da Justiça Federal de 1ª Instância da 3ª Região.

No formulário do relatório de inspeção geral ordinária que as unidades judiciárias preenchem, há o item 3.34 que questiona se a unidade judiciária efetua a alienação antecipada de bens. Caso a resposta seja positiva, a unidade deve responder o número de alienações antecipadas realizadas nos últimos doze meses. Não há formulário padronizado para o relatório de correções. Os marcadores constantes do SEI são utilizados para indicar se são processos relacionados a metas do CNJ e do CJF.

Não foram realizadas inspeções/correções extraordinárias desde 24/8/2018, no entanto houve dois trabalhos complementares à correção geral ordinária, nas subseções

de Ponta Porã (SEI 0003271-24.2018.4.03.8000 – doc. 5036441), no período de 14 a 18/10/2019, e Jales (SEI 0003271-24.2018.4.03.8000 – doc. 5168768), no período de 28/11 a 6/12/2019.

Em razão da pandemia, houve modificação no calendário das inspeções gerais ordinárias, com a alteração das datas previamente fixadas por diversas unidades judiciárias e foi necessário estabelecer que os trabalhos seriam realizados em duas etapas nos casos em que existem processos físicos em tramitação, situações que foram disciplinadas nas Portarias CORE 2022, de 14/4/2020 e 2046, de 27/4/2020.

Quanto às correições gerais ordinárias, foi necessário estabelecer novo calendário de correições a distância (Portaria CORE 2078, de 12/5/2020). Inicialmente, os trabalhos correicionais serão realizados nos processos eletrônicos, em trâmite no PJe e no SISJEF. As correições nos processos físicos e as inspeções de avaliações administrativas serão realizadas oportunamente, quando superadas as circunstâncias que justificam as medidas temporárias de cisão dos trabalhos.

Nas inspeções gerais ordinárias as ocorrências mais comuns apresentadas referem-se às deficiências nos quadros de servidores, ao sistema do Processo Judicial Eletrônico e também quanto à falta de juiz federal substituto na unidade.

No momento, as comunicações sobre os julgamentos dos processos administrativos disciplinares são feitas ao Conselho Nacional de Justiça por força da Resolução n. 135/2011.

Sobre o SEI (sistema administrativo utilizado na Corregedoria), é certo de que o sistema vem sendo continuamente aprimorado, e as queixas das unidades judiciárias são relacionadas a rotinas de expedição de alvarás de levantamento e ofícios requisitórios, além de dificuldades na obtenção de relatórios gerenciais.

Quanto ao PJeCor, será implantado em breve, assim ainda não foi possível a unidade informar sobre eventuais queixas por ainda não conhecer completamente o sistema. Nos termos do Provimento CNJ n. 102, de 8 de junho de 2020, foi elaborado projeto para implantação do PJeCor na Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região, contendo as diretrizes básicas e datas para a devida implementação até 31 de dezembro de 2020.

As boas práticas apontadas pela unidade foram:

- Todos os requerimentos são apreciados com celeridade sem embargo de diligências/esclarecimentos, salvo poucos que demandam complementação de dados.
- O acesso à CORE é amplo, eletrônico, telefônico e presencial.
- Inserção de magistrados, servidores e partes no processo de resolução de conflitos, prescindindo do excessivo rigor formal em prol de uma comunicação mais eficiente.

- Elaboração, na gestão anterior (do Desembargador Federal Carlos Muta), do Provimento 1/2020-CORE, com 460 artigos, resultado de construção coletiva, troca de ideias e sugestões com setores do 1º grau de forma solidária.

- Edição de atos normativos e comunicados para esclarecimentos. Os relatórios das CGOs são tornados públicos.

- Acompanhamento permanente das unidades judiciárias, sendo reavaliadas após a correição e sujeitas, por fim, ao relatório geral das atividades.

- Considerar a gestão como instrumento de eficiência para a prestação jurisdicional.

Quanto às dificuldades enfrentadas, foi relatado enfrentamento à Covid-19 para a implantação de novos sistemas. No início, a comunicação com os outros setores do Tribunal não foi muito fácil. Atualmente os setores já estão se habituando às reuniões por vídeoconferência. Acredita-se que o setor de Tecnologia de Informação será ainda muito demandado por conta do teletrabalho. Assim, foi ressaltada a importância de que os chamados sejam atendidos e complementados por e-mails, pelo Microsoft Teams e demais plataformas eletrônicas.

Em tópico aberto, foi apresentada pela unidade a sugestão de que a gestão do PJe COR deva ser ampla e abranger as necessidades de todos os tribunais, inclusive para incentivar a sua utilização.

Antes de findos os trabalhos da inspeção, foi instaurada correição extraordinária na 21ª Vara Cível da Seção Judiciária de São Paulo em virtude de atos suspeitos praticados pelo seu juiz titular e pelo diretor da secretaria. A Corregedoria-Geral acompanhará, por vídeoconferência, a abertura dos trabalhos, agendada para 15/7/2020.

7. RECOMENDAÇÕES

Manutenção do método de trabalho, digno de elogios.

II - GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS

GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL WILSON ZAUHY

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Wilson Zauhy

2.2 Turma

Primeira Turma

2.3 Competência:

Julgar os feitos relativos: I - às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); II - à matéria de direito privado, dentre outras: a) domínio e posse; b) locação de imóveis; c) família e sucessões; d) direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; III - à matéria trabalhista de competência residual; IV - à propriedade industrial; V - aos registros públicos; VI - aos servidores civis e militares; VII - às desapropriações e apossamentos administrativos. VIII - os feitos criminais remanescentes.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Wilson Zauhy

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não.

3.4 Servidoras responsáveis pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Carla Maria Bosi Ferraz - assessora; Juliana Reis Caliolo - chefe de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):	
Servidores efetivos	18
Estagiários de nível superior	4
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	6.955
Processos suspensos/sobrestados	56
Processos conclusos	5.025
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete -excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	6.955
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	6.767
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	5.025
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	4.252
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	56
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	24

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do

gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Prejudicado
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Prejudicado
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: informar n. na data anterior e n. na data posterior.	Prejudicado
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	147
Mandados de segurança	17
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	29
Reclamações	2
Ações rescisórias	54
Outros	45

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	6.804
Recursos em mandados de segurança coletivos	22
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	4
Recursos em ações civis públicas	23

Recursos em ações de desapropriação	38
Recursos em ações com preferência legal	571
Outros	6.133

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	6.804
Apelações cíveis	5.173
Agravos de instrumento	1.515
Outros	114

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	1
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	1
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	3
Apelações	3
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	3
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	1
Apelações	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Outros	1
Ações penais	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por arguição de inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	500
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	407
Agravos legais/regimentais	58
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	52
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado.	895
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado.	78

4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos conclusos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos até 2013	1.706	939	495
Distribuídos em 2014	382	196	103
Distribuídos em 2015	617	340	183
Distribuídos em 2016	690	372	187
Distribuídos em 2017	1.339	608	348
Distribuídos em 2018	321	1.391	930
Distribuídos em 2019	-	406	2.228
Distribuídos em 2020	-	-	551
Total	5.055	4.252	5.025

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes:	
Processos concluídos para voto-vista	81
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	23

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	156
Total como relator para o acórdão	26

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	2.959
Total de processos julgados	4.985
Total de processos baixados	2.728
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-2.026
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	231

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	86
Total de feitos verificados na inspeção anterior	105
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos não regularizados	10

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano corrente	713
Processos julgados no ano corrente	972
Processos distribuídos no ano anterior	3.135
Processos julgados no ano anterior	3.370

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014)	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	6.360

Pendentes em 31/12/2019	580
Porcentagem de atendimento da meta	90,86%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.961
Pendentes em 31/12/2019	196
Porcentagem de atendimento da meta	102,50%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	6.858
Pendentes no último dia do mês anterior	656
Porcentagem de atendimento da meta	90,47%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.830
Pendentes no último dia do mês anterior	152
Porcentagem de atendimento da meta	107,50%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	2
Porcentagem de atendimento da meta	160,02%

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	15
Pendentes no último dia do mês anterior	1
Porcentagem de atendimento da meta	83,33%

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	0
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	0
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	0
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	0

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	9
Pendentes em 31/12/2019	4
Porcentagem de atendimento da meta	79,37%

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	10
Pendentes no último dia do mês anterior	5
Porcentagem de atendimento da meta	71,43%

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes em 31/12/2019	Não se aplica

Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica
------------------------------------	---------------

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019

Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	1
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	1

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Priorização do julgamento dos processos relacionados.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

Inclusão dos processos relacionados em pauta de julgamento.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Inclusão em pauta de julgamento com urgência. Não atendimento devido a tratar-se de tema complexo que demandou estudos para deslinde do julgamento.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

A unidade atingiu índices significativos de atendimento da maior parte das metas, com patamares superiores a 80%, e alguns deles até mesmo 100%, o que demonstra o comprometimento do gabinete. O gabinete tem engendrado esforços para o adequado atendimento ao público e advogados em geral, bem como para a agilização do

juízo dos recursos, mobilizando-se continuamente para a redução do acervo de processos conclusos para julgamento, priorizando os processos mais antigos em atendimento às metas do Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de alcançar rápida e eficiente resolução das demandas. Apesar de constar alguns criminais nos dados fornecidos pelo TRF3, não há qualquer processo de relatoria do desembargador de matéria criminal. Assim, deixamos de responder as metas específicas 1 e 2.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A unidade vem continuamente empenhando esforços para integração da equipe de trabalho por meio de reuniões frequentes e sistematização dos fluxos de trabalho. É de se destacar a fixação de metas individuais para atingimento por servidor, as quais vem sendo alcançadas, o que promove renovado estímulo para superação pessoal/profissional e institucional. O enfrentamento da nova realidade trazida pelo PJe vem sendo feito mediante constante treinamento ofertado pela instituição (TRF - 3ª Região), alavancado pelos esforços envidados pelos servidores para ambientação nesse novo sistema de trabalho.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
50020121320194030000	5/2/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo concluso para realização de questão de ordem. Problema apresentado na certidão de julgamento.		
00257775920044036100	26/10/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 3/9/2019. O julgamento dos embargos de declaração será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
00026859820134036112	10/2/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Após a digitalização, foi verificado erro no procedimento. Assim que retornarmos às atividades presenciais o erro será corrigido.		
50012960920164036105	17/3/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado, aguardando decurso de prazo.		
50002522520164036114	15/12/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas		
50004681920164036103	3/5/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Apesar de constar como motivo a conclusão para apreciação de decisão liminar ou antecipação de tutela, não há tal pedido na apelação. O julgamento da apelação será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
50028234120174030000	28/3/2017	202 - Agravo de Instrumento

Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas		
50003298920164036128	17/7/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Apesar de constar como motivo a conclusão para apreciação de decisão liminar ou antecipação de tutela, não há tal pedido na apelação. O julgamento da apelação será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
50031459520164030000	13/12/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado por determinação do C. STJ (RESP 1799288/PR e 1803225/PR).		
00137263820134036120	31/10/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo de relatoria de outra desembargadora. Está sobrestado.		
50056546220174030000	4/5/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
50059179420174030000	8/5/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
50142702620174030000	10/8/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
50189549120174030000	5/10/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
5014812-43.2018.4.03.6100	5/7/2018	63 - Ação Civil Coletiva
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
5017517-14.2018.4.03.6100	19/9/2018	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo sobrestado em virtude da ADI 5090/DF.		
5004552-78.2017.4.03.6119	10/8/2018	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
5004764-02.2017.4.03.6119	21/11/2018	63 - Ação Civil Coletiva
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
5006517-18.2017.4.03.0000	16/5/2017	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo com prazo em curso para resposta aos embargos de declaração opostos.		
50093974620184030000	7/5/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo duplicado na lista.		
50112620720184030000	24/5/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo duplicado na lista.		
50053148420184030000	19/3/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo duplicado na lista.		

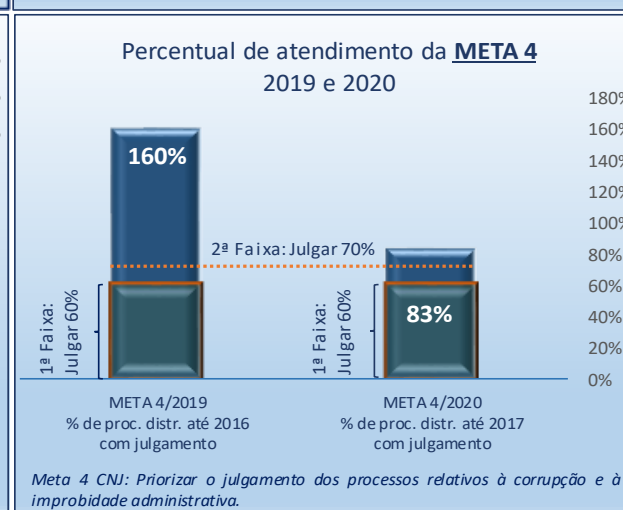
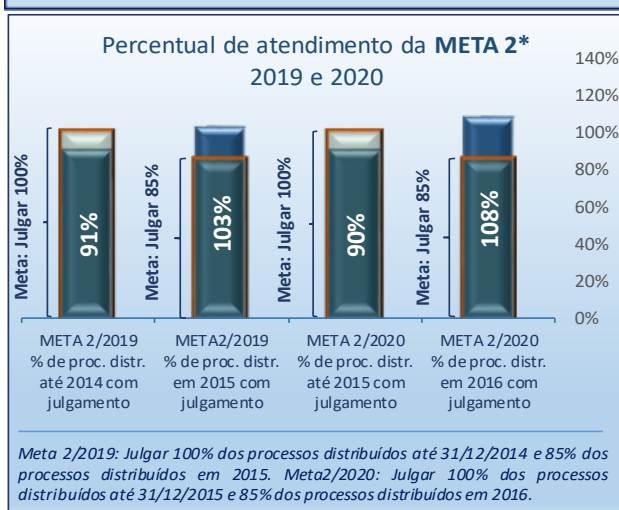
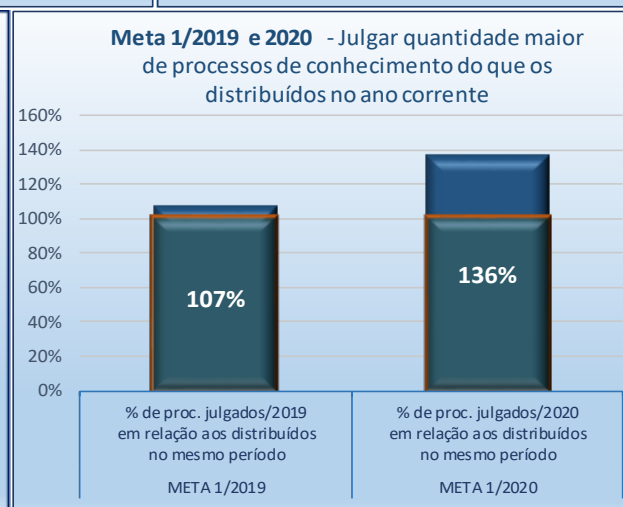
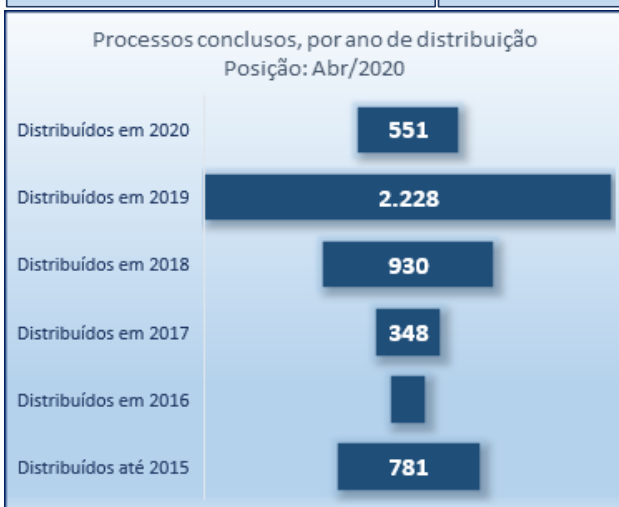
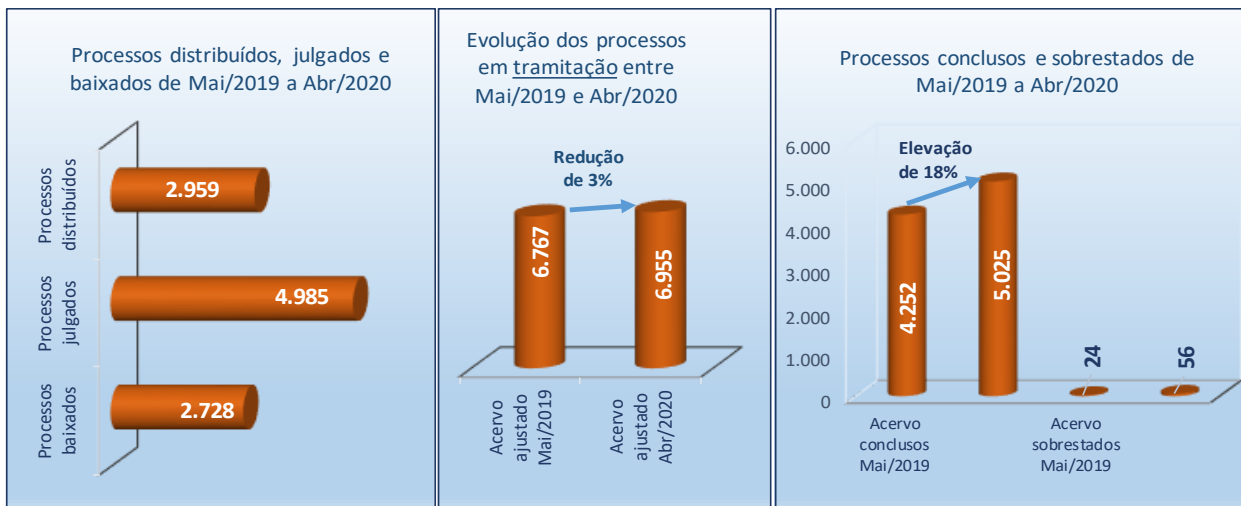
50189522420174030000	5/10/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas		
00006222920064036118	6/9/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo já julgado. Aguardando lavratura de acórdão. É processo físico. Será priorizado tão logo se retorne às atividades presenciais.		
50020293820174036105	2/11/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado, aguardando decurso de prazo.		
50069529720184036000	12/9/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado, aguardando decurso de prazo.		
50005753920164030000	22/6/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado, aguardando prazo para recurso.		
50010122120184036108	22/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado, aguardando o prazo para recurso.		
50010148820184036108	27/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com problemas técnicos na realização da assinatura no sistema do PJe. Aberto chamado e aguardando a resolução.		
00018271720154036106	8/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo já julgado. Aguardando lavratura de acórdão. É processo físico. Será priorizado tão logo se retorne às atividades presenciais.		
50000065620164036105	13/1/2017	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo já julgado. Aguarda a regularização técnica do PJE.		
00136738420134030000	12/6/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado nos termos do art. 1.036, § 1º, do CPC (processos n. 2015.03.00.023609-4, 2015.03.00.026570-7 e 2015.03.00.027759-0).		
00013252620124036125	11/6/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
00226713620164030000	16/12/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo suspenso por determinação do IRDR n. 0017610-97.4.03.0000/SP.		
00218358220054036100	7/10/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado, aguardando decurso de prazo.		
0012776-60.2011.4.03.6100	30/10/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
0010014-53.2007.4.03.6119	18/1/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
0018220-79.2008.4.03.6100	24/8/2011	198 - Apelação Cível

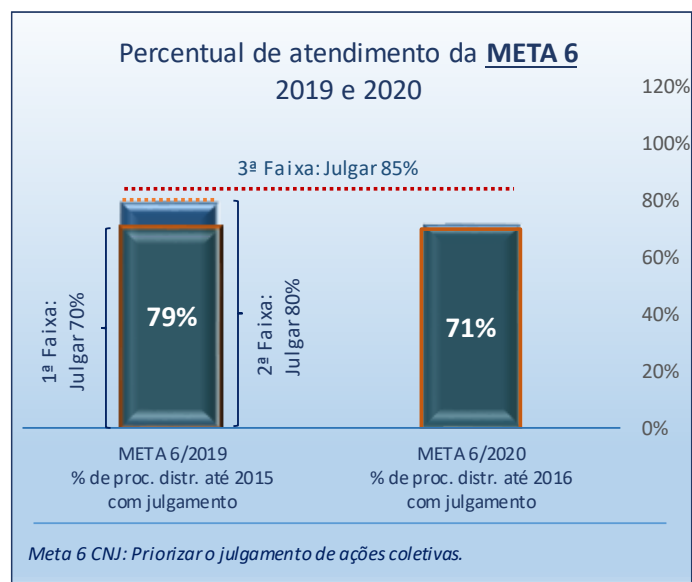
Observação/Providência: Declarada a suspeição do Desembargador Federal Wilson Zauhy.		
0001447-48.2003.4.03.6127	24/9/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
0032174-37.2004.4.03.6100	2/12/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
0693444-67.1991.4.03.6100	19/12/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta do dia 9/6/2020.		
0004221-02.2008.4.03.9999	1º/2/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
0004326-39.1999.4.03.6104	3/4/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
0004292-58.1999.4.03.6106	16/3/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
0004319-15.2006.4.03.6100	22/11/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
0006956-19.2009.4.03.6104	27/9/2012	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
0021986-19.1994.4.03.6105	24/1/2007	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
0014462-68.2003.4.03.6100	2/4/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta do dia 9/6/2020.		
0010453-78.2013.4.03.0000	9/5/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta do dia 9/6/2020.		
5004338-14.2017.4.03.0000	18/4/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta do dia 26/5/2020.		
0004341-25.2015.4.03.0000	9/3/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo já julgado pelo TRF. Tem Recurso Especial. Determinado apensamento a outros autos pela Vice Presidência.		
5018952-24.2017.4.03.0000	5/10/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo duplicado na lista.		
5023171-80.2017.4.03.0000	30/11/2017	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta do dia 26/5/2020.		
5009397-46.2018.4.03.0000	7/5/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo com problemas técnicos. Não há acesso ao processo pelo sistema. Aberto chamado para resolução do problema.		

5011262-07.2018.4.03.0000	24/5/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
5004847-75.2017.4.03.6100	18/5/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 12/5/2020. Aguardando assinatura de acórdão.		
0007149-21.2010.4.03.6000	14/10/2016	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
5005314-84.2018.4.03.0000	19/3/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
5013897-58.2018.4.03.0000	20/6/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas		
0001752-87.2011.4.03.6115	25/5/2012	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
5004747-86.2018.4.03.6100	18/4/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo julgado, aguardando decurso de prazo.		
5028953-34.2018.4.03.0000	14/11/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo julgado, aguardando decurso de prazo.		
5000614-31.2019.4.03.0000	18/1/2019	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas		
5031812-23.2018.4.03.0000	17/12/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
0002716-82.2017.4.03.0000	3/4/2017	1298 - Processo Administrativo
Observação/Providência: Processo de relatoria de outro desembargador.		
0015375-46.2005.4.03.0000	12/4/2005	1298 - Processo Administrativo
Observação/Providência: Processo pertencente ao órgão especial. Não é de relatoria do Desembargador Federal Wilson Zauhy.		
5003145-90.2019.4.03.0000	13/2/2019	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
5016205-67.2018.4.03.0000	13/7/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
5004437-13.2019.4.03.0000	25/2/2019	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
5019771-87.2019.4.03.0000	5/8/2019	244 - Reclamação

Observação/Providência: O julgamento será priorizado, com inclusão nas próximas pautas.		
0018300-29.2016.4.03.0000	10/10/2016	230 - Impugnação ao Pedido de Assistência Litisconsorcial ou Simples
Observação/Providência: Processo não é de relatoria do Desembargador Federal Wilson Zauhy.		
5021892-25.2018.4.03.0000	6/9/2018	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo julgado, aguardando o decurso de prazo.		
0005900-78.2001.4.03.6120	18/8/2004	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo já julgado. Não é de relatoria do Desembargador Federal Wilson Zauhy.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 71 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, cinco são físicos e 66 eletrônicos. Os autos físicos foram inspecionados com base nos extratos de movimentação processual.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema:

50218922520184030000	00059007820014036120
----------------------	----------------------

b) incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

50020121320194030000	00257775920044036100	50002522520164036114
50004681920164036103	50028234120174030000	50003298920164036128
50056546220174030000	50059179420174030000	50142702620174030000
50189549120174030000	50148124320184036100	50045527820174036119
50047640220174036119	0013252620124036125	00127766020114036100
00100145320074036119	00014474820034036127	00321743720044036100
00042210220084039999	00043263919994036104	00042925819994036106
00043191520064036100	00069561920094036104	00219861919944036105
50189522420174030000	00071492120104036000	50053148420184030000
50138975820184030000	00017528720114036115	50006143120194030000
50318122320184030000	50162056720184030000	50044371320194030000
50197718720194030000	00015521820174036100	50156132320184030000

c) providenciar a correção do cadastro processual, do qual consta apelação/remessa necessária, em 20 dias: 00043412520154030000;

d) aguarda exame de liminar/cautelar/antecipação de tutela desde maio/2018. Providenciar a análise em 10 dias: 50112620720184030000;

e) deferida antecipação de tutela recursal em maio/2019. Protocoladas duas petições em julho e dezembro de 2019 noticiando o descumprimento da decisão judicial, pendentes de apreciação. Providenciar a análise em 20 dias: 50031459020194030000;

f) processo julgado em 1º/10/2019. Providenciar a publicação do acórdão em 20 dias: 00026859820134036112;

g) processos julgados, mas aguardam juntada de declaração de voto desde 2019. Juntar os votos e lavrar os acórdãos em 20 dias:

00006222920064036118	50010148820184036108	0018271720154036106
----------------------	----------------------	---------------------

h) processos inspecionados que atualmente tramitam em outras unidades:

00137263820134036120	00027168220174030000	00153754620054030000
----------------------	----------------------	----------------------

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Foram entrevistados o Desembargador Federal Wilson Zauhy, a chefe do gabinete, Juliana Reis Caliolo, e a sssessora, Carla Maria Bosi Ferraz.

Atualmente o acervo do gabinete é todo digitalizado e a organização do trabalho foi adequada a esse novo formato. A equipe está orientada a movimentar os feitos no PJe de forma padronizada. O gabinete faz uso de etiquetas para identificar o servidor, eventual prioridade legal, metas e assuntos relevantes. As atividades são distribuídas de acordo com a afinidade de cada servidor com a matéria. O grupo é composto por 18 servidores, dentre eles, dois agentes de segurança, dois servidores que trabalham na atividade-meio e os demais, na atividade-fim.

Antes da pandemia da Covid-19, não havia servidores em regime de teletrabalho.

No tocante à triagem de processos, os feitos chegam na tarefa “triagem de gabinete” e são triados por servidor designado para essa atividade, que coloca as etiquetas de acordo com as matérias. Nessa primeira análise são identificados os feitos que necessitam de algum despacho específico, como exame de efeito suspensivo, no caso de agravos de instrumento, ou análise de pedido de liminar. Os processos prontos para julgamento são direcionados para a tarefa “preparar relatório e voto”. Essa tarefa funciona como um armário físico, onde os feitos aguardam julgamento. Os processos são minutados levando-se em conta a data de chegada no gabinete, com vistas ao cumprimento das metas do CNJ. Elaborada a minuta da decisão monocrática ou do relatório/voto/acórdão, o feito é colocado nas tarefas “revisar ato minutado” ou “aptos para julgamento”. Em seguida, são os processos direcionados à assessoria, com etiquetas próprias, para uma primeira revisão, antes de serem encaminhados ao desembargador para correção definitiva, com a assinatura da decisão elaborada ou a inclusão do feito em pauta de julgamento, se for o caso.

Os processos são organizados dentro das tarefas do PJe, por meio de etiquetas criadas para essa finalidade. Há etiquetas com identificação das matérias, dos nomes dos servidores que elaborarão as minutas, pedidos de preferência, metas do CNJ etc. Além das etiquetas, o gabinete faz uso de outra ferramenta fornecida pelo Sistema, que é o “lembrete”, que permite anotações dentro do processo, com visibilidade para todos do gabinete, o que facilita muito a comunicação entre os servidores e o próprio desembargador.

O controle é feito por meio de etiquetas e de filtros das informações anteriormente lançadas no sistema, como, por exemplo, as matérias dos processos. Os pedidos de prioridade/urgência são analisados rotineiramente. As diversas tarefas existentes no PJe permitem que os servidores tenham uma visão geral dos feitos que estão aguardando julgamento. As prioridades legais são separadas pelo próprio sistema. No tocante aos pedidos de preferência, os feitos são separados com lembretes e com etiquetas. Os servidores são informados de que determinados processos que lhe foram atribuídos contém pedidos de preferência. Os servidores são sempre orientados a selecionarem os feitos por ordem de antiguidade no gabinete, a fim de atender as metas estabelecidas pelo CNJ. Com relação aos embargos de declaração, estes são imediatamente repassados aos servidores que minutaram as decisões embargadas. Os servidores são orientados a mesclarem suas atividades rotineiras com a elaboração de minutas de embargos de declaração, evitando acúmulos. Quanto aos agravos internos, a sistemática é a mesma. Na triagem, recebem a etiqueta de agravo interno e são repassados aos servidores que minutaram a decisão agravada. O gabinete ressaltou, neste tópico, que o tempo transcorrido entre a oposição/interposição de embargos de declaração/agravo interno pelas partes e a data da conclusão no gabinete, às vezes, é superior a 30 dias, o que gera uma informação pelo Sistema da Estatística de atraso do gabinete na análise dos recursos que não corresponde à realidade. Os processos pendentes de decisão ou despacho são monitorados diariamente para que sejam rapidamente analisados.

O controle dos processos aguardando julgamento é feito seguindo as metas estabelecidas pelo CNJ.

No gabinete há metas individuais e uma meta coletiva para as pautas. Não há política de recompensas vinculadas às metas.

Há tratamento específico para feitos com prioridades legais ou incluídos em metas do CNJ. Esses processos são identificados e direcionados para os servidores elaborarem as minutas, com prioridade de julgamento.

O gabinete faz uso de decisões terminativas, de acordo com as hipóteses legais. Há, no gabinete, utilização de modelos para decisões e votos.

O Tribunal, com frequência, oferece cursos para capacitação dos servidores.

Há processos sobrestados das seguintes matérias: revisão de saldo de conta de FGTS, com aplicação do IPCA ou do INPC em substituição à Taxa Referencial; redirecionamento de execução fiscal a sócios de pessoa jurídica executada na data do fato gerador ou da dissolução irregular; reconhecimento da prescrição do direito de postular indenização securitária em contratos de financiamento imobiliário; condenação em honorários advocatícios por ocasião da exclusão de sócio de pessoa jurídica executada em exceção de pré-executividade; necessidade de esgotamento das diligências como pré-requisito para a penhora do faturamento e sua equiparação à constrição preferencial sobre dinheiro, constituindo ou não medida excepcional no âmbito dos processos regidos pela Lei n. 6.830/1980; caracterização da penhora do faturamento como medida que implica violação ao princípio da menor onerosidade; possibilidade de manutenção de penhora de valores via Sistema BACENJUD no caso de parcelamento do crédito fiscal executado (art. 151, inciso VI, do CTN); possibilidade, ou não, à luz do artigo 3º da Lei n. 10.259/2001, de a parte renunciar ao valor excedente a 60 salários mínimos, aí incluídas prestações vincendas, para poder demandar no âmbito dos juizados especiais federais.

O gabinete de conciliação do TRF3, periodicamente, envia pedidos de conciliação à unidade, que encaminha prontamente os processos respectivos àquele setor. Além disso, o gabinete envia ao setor os pedidos de conciliação formulados pelas partes.

O gabinete não recebeu nenhum auxílio entre maio/2019 a abril/2020.

Conforme narrado pelo gabinete, os pedidos de vista são levados a julgamento com a maior brevidade possível, normalmente, em até duas a quatro sessões.

Foi relatado que, antes do início do isolamento social por conta da pandemia da Covid-19, o gabinete nunca havia funcionado em regime de trabalho remoto, situação que tem exigido da unidade grande esforço de adaptação. Foi narrado, também, que a equipe tem se empenhado para atingir as metas propostas pelo desembargador.

As principais dificuldades relatadas pela unidade foram em relação à adaptação ao PJe, que, conforme apontado, apesar dos constantes aperfeiçoamentos, ainda não contempla todas as necessidades do gabinete para a agilidade dos trabalhos. Indicou-se dificuldade na busca de decisões e votos já proferidos para servirem de modelos para futuras minutas. Além disso, foi destacada a inexistência de um sistema de alerta quanto às novas petições protocoladas nos processos que se encontram prontos para julgamento. Esses pedidos somente são apreciados por provocação das partes ou por ocasião da elaboração das minutas de votos, o que pode gerar atraso na apreciação dessas petições. Frisou-se, também, que a formatação dos textos apresenta problemas, exigindo mais tempo para ajustar as minutas ao padrão desejado para publicação. Foi noticiado que a instabilidade do sistema muitas vezes gera retrabalho. Por fim, relatou-se que, com a recente digitalização dos processos, o gabinete está excessivamente onerado em virtude da necessidade de conferência da exatidão das peças processuais digitalizadas.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de maio/2019 e abril/2020), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 4.252 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 5.025.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 415, na última inspeção, para 500, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente. O tempo médio entre a distribuição e o primeiro julgamento do processo, no gabinete, é de 34 meses, enquanto que, na 1ª Seção, esse tempo equivale a 25 meses. Trata-se de indicador que pode ser aperfeiçoado.

Embora tenha havido um aumento do percentual de processos conclusos e do número de embargos de declaração no período de um ano, observa-se que a produtividade do gabinete aumentou em relação à inspeção realizada no ano de 2018.

Por fim, vê-se que a Meta 1 do CNJ foi cumprida no último ano.

Vários processos já estavam incluídos em pauta de julgamento e/ou já haviam sido julgados por ocasião da inspeção.

Há dado estatístico colhido durante a autoinspeção apontando a existência de um processo criminal no gabinete com réu preso. Entretanto, conforme informado pela unidade naquela oportunidade, não existe ali mais nenhum processo criminal em tramitação.

Da inspeção dos processos selecionados e do exame dos dados estatísticos, constata-se que se trata de gabinete que necessita de alguns ajustes na gestão do acervo processual.

14. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 11;
- b) providenciar plano de julgamentos para redução do número de processos (primeiro julgamento) e de embargos de declaração conclusos; e
- c) adotar um plano de gestão para o cumprimento das metas do CNJ que ainda não foram alcançadas.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL HÉLIO NOGUEIRA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Hélio Nogueira

2.2 Turma

Primeira

2.3 Competência

Nos termos do Regimento Interno: I - às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); II - à matéria de direito privado, dentre outras: a) domínio e posse; b) locação de imóveis; c) família e sucessões; d) direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; III - à matéria trabalhista de competência residual; IV - à propriedade industrial; V - aos registros públicos; VI - aos servidores civis e militares; VII - às desapropriações e apossamentos administrativos. Além de competência residual criminal, relativa aos feitos distribuídos até junho de 2014.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Hélio Nogueira

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não.

3.4 Servidores responsáveis pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Chefe de gabinete: Sandra Aparecida dos Santos Vieira; assessor: Fábio Decimoni.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	18
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	1
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	3.531
Processos suspensos/sobrestados	344
Processos conclusos	1.532
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma suplementar	0

Notas: * Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete - excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	3.531
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	4.166
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	1.532
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.888
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	344
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	38

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao

magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio: informar número na data anterior e número na data posterior.	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	103
Mandados de segurança	7
IRDR	1
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	43
Reclamações	0
Ações rescisórias	28
Outros	24

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	3.404
Recursos em mandados de segurança coletivos	10
Recursos em ações populares	1
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	23
Recursos em ações de desapropriação	22
Recursos em ações com preferência legal	221

Outros	3.121
--------	-------

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	3.404
Apelações cíveis	2.353
Agravos de instrumento	964
Outros	88

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	3
Ações penais	0
Inquéritos	1
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	2

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	16
Apelações	16
Recursos em Sentido Estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	344

Por IRDR	2
Por IAC	0
Por arguição de inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	109
Por Recurso Extraordinário	233

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	104
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	90
Agravos legais/regimentais	51
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	45
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado.	11
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado.	2

4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos concluídos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	119	15	6
Distribuídos em 2014	141	14	4
Distribuídos em 2015	187	15	12
Distribuídos em 2016	279	47	13
Distribuídos em 2017	957	294	41
Distribuídos em 2018	251	1.115	121
Distribuídos em 2019	-	353	755
Distribuídos em 2020	-	-	551
Total	1.934	1.853	1.503

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	4
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	4

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	178, sendo 166 julgados na sessão de 28/4/2020 e publicados em maio. 11 não remetidos para assinatura. um com problema no PJe pendente de regularização.
Total como relator para o acórdão	Dois, ambos aguardando remessa ao gabinete para que seja lavrado o acórdão.

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	3.122
Total de processos julgados	6.285
Total de processos baixados	2.764
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-3.163
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	358

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	85
Total de feitos não regularizados	1
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	90
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	3.171
Processos julgados no ano anterior	3.875
Processos distribuídos no ano corrente	833
Processos julgados no ano corrente	878

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	9.433
Pendentes em 31/12/2019	29

Porcentagem de atendimento da meta	99,82
------------------------------------	-------

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.461
Pendentes em 31/12/2019	8
Porcentagem de atendimento da meta	117,31

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	6.205
Pendentes no último dia do mês anterior	35
Porcentagem de atendimento da meta	99,47

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.506
Pendentes no último dia do mês anterior	17
Porcentagem de atendimento da meta	116,26

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	139
Pendentes em 31/12/2019	1
Porcentagem de atendimento da meta	156,72

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	38
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução

Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica
--	---------------

Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	7
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	8
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	4
Processos baixados no ano anterior	16
Processos julgados no ano anterior	38
Processos distribuídos no ano corrente	2
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	5

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e Impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	0
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim. a) Incluir em pauta e julgar processos em 90 dias; b) incluir processos em pauta, no prazo de 30 dias, para apresentação de voto-vista; c) incluir em pauta, no prazo de 60 dias, processos para conclusão de julgamento nos termos do art. 942 do CPC; d) registrar fase de sobrestamento em processos; e) certificar trânsito em julgado e registrar baixa no sistema; f) remeter processo à Vice-Presidência para admissibilidade de recurso especial.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

a, b e c) foram concentrados esforços na preparação dos processos e inclusão em pauta (todos já se encontram julgados); d, e, e f) solicitada providência à subsecretaria.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Resta pendente apenas o item “f”, uma vez que a providência dependeu da digitalização do processo físico e sua inserção no processo judicial eletrônico (PJe). A digitalização foi realizada por empresa contratada pelo Tribunal para o serviço de todo o acervo físico. Está pendente em subsecretaria a conferência da correta digitalização. Será solicitada priorização na conferência para que o feito seja com a máxima brevidade remetido à Vice-Presidência.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim. Meta 2/2019 - 99,82% (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014): dos 29 identificados nessa situação, 11 foram julgados no corrente ano de 2020; cinco tiveram o julgamento iniciado e foram suspensos para prosseguimento na sistemática do art. 942 do CPC; dois foram sobrestados; dois encontram-se incluídos em pauta de julgamento; um foi adiado a pedido da parte para que seja incluído em sessão que possibilite a realização de sustentação oral. Em relação aos oito feitos restantes, estão sendo concentrado esforços no sentido de prepará-los e levá-los a julgamento com a máxima brevidade. Alguns estão pendentes de regularização de digitalização, visto que foram convertidos de processo físico para eletrônico, de modo que será solicitada, aos órgãos auxiliares responsáveis pelo procedimento, a priorização, a fim de que sejam liberados, possibilitando ao gabinete incluí-los em pauta de julgamento.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Com o avanço e consolidação do PJe, o gabinete tem passado por estruturação para adaptar-se a essa nova forma de trabalho. Nesse aspecto, o sistema de teletrabalho tem se revelado bastante eficaz, apresentando resultados satisfatórios, elevando a produtividade. Contudo, o sistema PJe tem apresentado algumas inconsistências, o que tem prejudicado o processamento e julgamento de um maior número de recursos. Alguns procedimentos adotados no âmbito da Subsecretaria da Turma, por ordem do desembargador presidente, também têm acarretado atraso no julgamento dos recursos, como, por exemplo, a determinação para que os embargos de declaração somente possam ser julgados pela mesma composição do órgão colegiado que apreciou o mérito do recurso. Além disso, a ausência de uma base estatística sólida e que reflita a real situação da unidade prejudica a adoção de medidas visando, por exemplo, ao cumprimento das metas do CNJ. No geral, os trabalhos estão se desenvolvendo de forma satisfatória.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
00006067120024036100	20/1/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O Desembargador Federal Hélio Nogueira declarou suspeição para julgamento do recurso em agosto/2019. Processo distribuído à relatoria do Desembargador Federal Valdeci dos Santos.		

00007819320124036139	26/3/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento iniciado e suspenso em razão de divergência de votos para posterior prosseguimento nos termos do art. 942 CPC. Incluído na pauta de 7/5/2020 para conclusão do julgamento. Aguardar conclusão para publicar o acórdão.		
50203538720194030000	9/8/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado na sessão de 28/4/2020. Acórdão publicado. Aguardar manifestação das partes ou decurso do prazo.		
50287304720194030000	5/11/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado na sessão de 31/3/2020. Acórdão publicado. Aguardando manifestação das partes ou decurso de prazo.		
50292431520194030000	11/11/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado na sessão de 28/4/2020. Acórdão publicado. Aguardando manifestação das partes ou decurso de prazo.		
50292345320194030000	11/11/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado na sessão de 28/4/2020. Acórdão publicado. Aguardando manifestação das partes ou decurso de prazo.		
50051298020174030000	27/4/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta de julgamentos da sessão de 26.5.2020. Aguardar julgamento.		
50012337520174036128	31/1/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Recurso sobrestado por determinação de tribunais superiores. Ausente pedido de liminar nas razões recursais. Aguardar julgamento do recurso repetitivo.		
50056320320184036100	25/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamentos de 9/6/2020. Ausente pedido de liminar nas razões recursais. Aguardando julgamento.		
50005644820184036108	26/6/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso aguardando julgamento. Ausente pedido de liminar nas razões recursais. Incluir em pauta para julgamento.		
50278973320174036100	6/7/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento de 26/5/2020. Aguardando julgamento.		
50029662920184036100	28/9/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso julgado em sessão de 12/5/2020. Ausente pedido de liminar ou antecipação de tutela. Publicar acórdão.		
50000838320184036141	23/10/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso aguardando julgamento. Incluído na pauta da sessão de julgamento de 12/5/2020. Aguardar julgamento.		
50002651120174036107	30/10/2018	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Ausente pedido de antecipação de tutela nas razões recursais. Recurso julgado na sessão de 14/4/2020. Acórdão publicado. Aguardar manifestação das partes ou decurso do prazo.		
00185682520124030000	26/6/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Determinado o sobrestamento do processo nos termos do REsp representativo de controvérsia 1.377.019/SP. Aguardar julgamento do REsp. Processo físico digitalizado e inserido no PJe. Anotar sobrestamento no PJe.		
00032289020124036127	7/11/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Declinada a competência para a 3ª Seção, em junho de 2017. Atualmente sob a relatoria da Desembargadora Federal Inês Virgínia, 7ª Turma.		
00027808020124036107	26/12/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído à 3ª Seção, em julho de 2017, por incompetência da 1ª Turma, 1ª Seção. Atualmente sob a relatoria da Juíza Federal convocada Leila Paiva.		
50086884520174030000	9/6/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento do recurso iniciado com apresentação de voto pelo relator. Suspenso por pedido de vista.		
50149969720174030000	18/8/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado na sessão de 31/3/2020. Acórdão publicado. Aguardar manifestação das partes ou decurso de prazo.		
50085495920184030000	25/4/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento do recurso iniciado com apresentação de voto do relator. Suspenso por pedido de vista.		
50037593220184030000	1º/3/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento iniciado na sessão de 14/4/2020 e suspenso por pedido de vista. Aguardar apresentação de voto-vista.		
50250612020184030000	5/10/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento do recurso iniciado com apresentação de voto pelo relator. Suspenso por pedido de vista. Aguardando apresentação do voto-vista.		
50252457320184030000	8/10/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento do recurso iniciado com apresentação de voto pelo relator. Suspenso por pedido de vista. Aguardando apresentação de voto-vista.		
50233377820184030000	20/9/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão eletrônica de julgamento de 31/3/2020. Retirado a pedido da parte agravada em razão de pedido de realização de sustentação oral. Aguardando inclusão em nova sessão com possibilidade de realização de sustentação oral.		
5029509-69.2018.4.03.6100	11/3/2019	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Aguardando julgamento. Incluir em pauta para julgamento.		
5015777-51.2019.4.03.0000	19/6/2019	65 - Ação Civil Pública

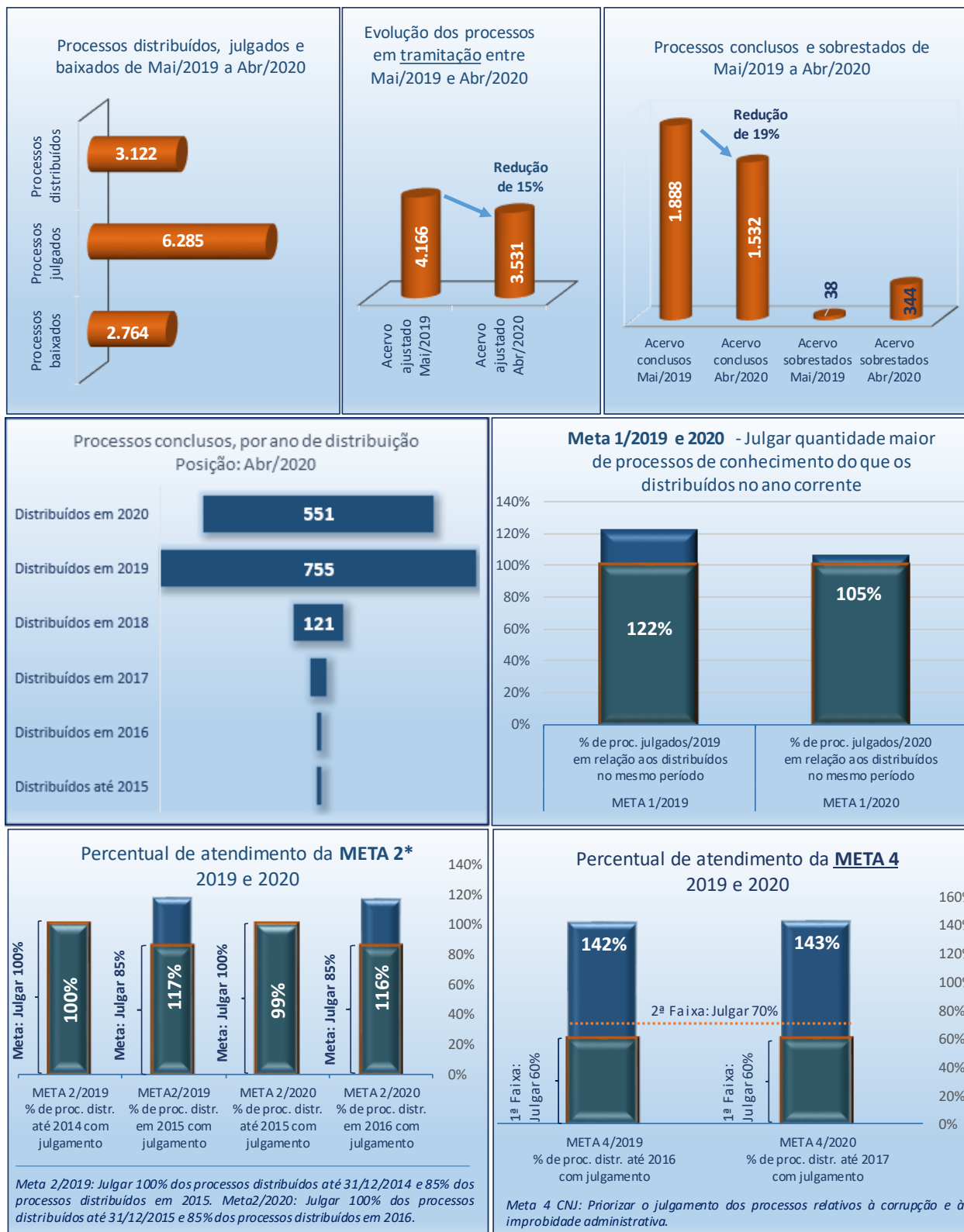
Observação/Providência: Recurso de Agravo de Instrumento referente à ação de origem n. 50015273420194036104. Voto minutado. Aguardando julgamento. Incluir em pauta de julgamento.		
5015734-17.2019.4.03.0000	19/6/2019	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Recurso de Agravo de Instrumento referente à ação de origem n. 50067587620184036104. Voto minutado. Aguardando julgamento. Incluir em pauta de julgamento.		
5015751-53.2019.4.03.0000	19/6/2019	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Recurso de Agravo de Instrumento referente à ação de origem n. 50086338120184036104. Voto minutado. Aguardando julgamento. Incluir em pauta de julgamento.		
5010901-53.2019.4.03.0000	2/5/2019	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Recurso de Agravo de Instrumento de relatoria do Desembargador Federal Valdeci dos Santos. Relator para o acórdão: Desembargador Federal Hélio Nogueira. Autos no gabinete do relator originário. Aguardando remessa ao relator para acórdão para lavratura e publicação.		
50105164220184030000	17/5/2018	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Autos recebidos do MPF com manifestação. Aguardando inclusão em pauta. Incluir em pauta para julgamento.		
50112655920184030000	24/5/2018	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Autos recebidos do MPF com manifestação. Aguardando inclusão em pauta. Incluir em pauta para julgamento.		
50222193320194030000	30/8/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Determinada a requisição ao juízo suscitante o complemento de documentos para instrução do conflito. Decorrido o prazo sem remessa de documentação. Reiterar a requisição.		
50004444520174036106	28/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento iniciado e suspenso em razão de divergência de votos para posterior prosseguimento nos termos do art. 942 CPC. Incluído na pauta de 7/5/2020 para conclusão do julgamento.		
50109015320194030000	2/5/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso de Agravo de Instrumento de relatoria do Desembargador Federal Valdeci dos Santos. Relator para o acórdão: Desembargador Federal Hélio Nogueira. Autos no gabinete do relator originário. Aguardando remessa ao relator para acórdão para lavratura e publicação.		
00104687620154030000	15/5/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Determinado o sobrestamento do processo nos termos do REsp representativo de controvérsia n. 1.377.019/SP. Aguardar julgamento do REsp.		
50048708520174030000	25/4/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso de relatoria do Desembargador Federal Wilson Zauhy.		
50093301820174030000	20/6/2017	202 - Agravo de Instrumento

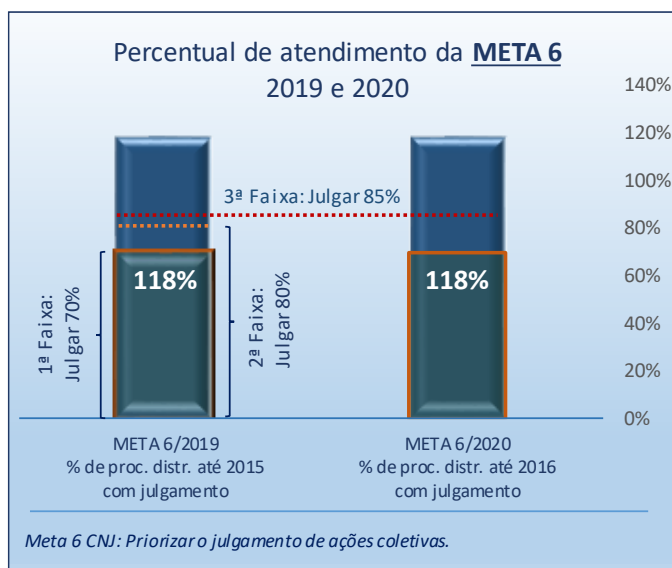
Observação/Providência: Recurso de embargos de declaração julgados na sessão de 28/4/2020. Acórdão publicado. Aguardar manifestação das partes ou decurso de prazo.		
00147157120134030000	24/6/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso redistribuído em maio de 2019 à Relatoria do Desembargador Federal Wilson Zauhy.		
50025315620174030000	24/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso de embargos de declaração julgado na sessão de 28/4/2020. Acórdão publicado. Aguardar manifestação das partes ou decurso de prazo.		
50042763720184030000	8/3/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso de embargos de declaração julgado na sessão de 14/4/2020. Acórdão publicado. Aguardar manifestação das partes ou decurso de prazo.		
5000933-67.2017.4.03.0000	22/2/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado na sessão de 28/4/2020. Acórdão publicado. Aguardar manifestação das partes ou decurso de prazo.		
5001035-89.2017.4.03.0000	23/2/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado na sessão de 28/4/2020. Acórdão publicado. Aguardar manifestação das partes ou decurso de prazo.		
5000429-95.2016.4.03.0000	6/6/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento do recurso iniciado na sessão de 28/4/2020. Suspenso por pedido de vista formulado pelo Des. Fed. Wilson Zauhy. Aguardar apresentação de voto-vista.		
5000599-67.2016.4.03.0000	24/6/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado na sessão de 28/4/2020. Acórdão publicado. Aguardar manifestação das partes ou decurso de prazo.		
0009282-41.2011.4.03.6181	11/10/2011	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Apensado a ApCrim n. 018489420104036181 para julgamento conjunto, tendo sido referido recurso incluído na pauta da sessão virtual de 3/3/2020, porém, adiado em razão de pedido de sustentação oral. Incluir em pauta na qual seja possível a realização da sustentação oral.		
5001233-75.2017.4.03.6128	31/1/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Recurso suspenso/sobrestado em razão de Resp representativo de controvérsia.		
5001625-57.2017.4.03.6114	16/2/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso sobrestado por determinação de tribunais superiores. Aguardar julgamento do recurso paradigma.		
5000483-87.2018.4.03.6112	7/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso aguardando julgamento. Incluir em pauta para julgamento.		
5005632-03.2018.4.03.6100	25/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso incluído na pauta da sessão de julgamento de 9/6/2020. Aguardando julgamento.		

5003486-71.2018.4.03.6105	28/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso julgado em sessão de 14/4/2020. Acórdão publicado. Aguardar manifestação das partes ou decurso de prazo.		
5008244-11.2018.4.03.6100	29/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso julgado na sessão de 12/5/2020. Publicar acórdão.		
5014506-74.2018.4.03.6100	15/8/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Recurso aguardando julgamento. Incluir em pauta para julgamento.		
5001588-66.2017.4.03.6102	5/12/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Recurso com julgamento iniciado e suspenso por pedido de vista. Aguardar apresentação de voto-vista.		
0010276-78.2003.4.03.6107	19/9/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo retirado de pauta a pedido da parte, que suscitou perda do objeto. Intimada a parte contrária para manifestação. Processo físico inserido no projeto 100% PJe. Aguardando conferência da digitalização pela subsecretaria da Turma. Solicitar priorização na conferência.		
0000430-03.2004.4.03.6107	19/9/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo retirado de pauta a pedido da parte, que suscitou perda do objeto. Intimada a parte contrária para manifestação. Processo físico inserido no projeto 100% PJe. Aguardando conferência da digitalização pela subsecretaria da Turma. Solicitar priorização na conferência.		
5001118-83.2017.4.03.6183	8/3/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Recurso julgado na sessão de 14/4/2020. Acórdão publicado. Aguardar manifestação das partes ou decurso de prazo.		
5010516-42.2018.4.03.0000	17/5/2018	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Autos recebidos com MPF com manifestação. Aguardando inclusão em pauta. Incluir em pauta para julgamento.		
5011265-59.2018.4.03.0000	24/5/2018	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Autos recebidos com MPF com manifestação. Aguardando inclusão em pauta. Incluir em pauta para julgamento.		
5025062-68.2019.4.03.0000	27/9/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Agravo interno julgado na sessão de 14/4/2020. Aguardando manifestação das partes.		
5023637-06.2019.4.03.0000	13/9/2019	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Incidente decidido monocraticamente e sobrestado para aguardar o julgamento do recurso de apelação.		
0009167-90.2007.4.03.6106	19/3/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Agravo interno, interposto em face da decisão monocrática que apreciou o recurso de apelação, julgado na sessão de 14/4/2020. Acórdão publicado. Aguardar manifestação das partes ou decurso de prazo.		
0007727-73.2004.4.03.6103	10/12/2010	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Processo aguardando inclusão em pauta, estando na tarefa: "apto para julgamento". Incluir em pauta.		
0013820-57.1987.4.03.6100	7/2/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgamento iniciado e suspenso em razão de divergência de votos para posterior prosseguimento nos termos do art. 942 do CPC. Incluído na pauta de 7/5/2020 para conclusão do julgamento. Aguardar conclusão para publicar o acórdão.		
0425670-53.1981.4.03.6100	18/9/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso de apelação julgado. Opostos embargos de declaração. Incluído na pauta da sessão de julgamento de 9/6/2020 para julgamento dos declaratórios. Aguardar julgamento.		
0019329-31.2008.4.03.6100	3/11/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso aguardando julgamento. Priorizar inclusão em pauta.		
0034880-91.2008.4.03.9999	18/6/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Recurso aguardando julgamento. Incluído na pauta de 9/6/2020. Aguardar sessão.		
0011848-94.2010.4.03.6181	25/4/2013	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Incluído na pauta da sessão virtual de 3/3/2020, porém, adiado em razão de pedido de sustentação oral, que restou inviabilizado até o momento em razão da suspensão do expediente em função da pandemia. Incluir em sessão que comporte a realização da sustentação oral.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 62 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, três são físicos e 59 são eletrônicos. Os físicos foram inspecionados pelo exame dos extratos de movimentações processuais.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema:

50002651120174036107	50236370620194030000
----------------------	----------------------

b) incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

50005644820184036108	50278973320174036100	5023377820184030000
50295096920184036100	50157775120194030000	50157341720194030000
50157515320194030000	50222193320194030000	50004444520174036106
00147157120134030000	00092824120114036181	50012337520174036128
50016255720174036114	5004838720184036112	50056320320184036100
50145067420184036100	00102767820034036107	00004300320044036107
50105164220184030000	50112655920184030000	00077277320044036103
04256705319814036100	00193293120084036100	00348809120084039999

c) processo julgado, mas aguarda a lavratura de acórdão desde novembro/2019. Providenciar a lavratura do acórdão em 20 dias: 50109015320194030000;

d) processos inspecionados que atualmente tramitam em outras unidades:

000060677120024036100	00032289020124036127	00027808020124036107
-----------------------	----------------------	----------------------

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Foram entrevistados o Desembargador Federal Hélio Nogueira, o assessor, Fábio Decimoni, e a chefe de gabinete, Sandra Aparecida dos Santos Vieira.

Em relação à organização do trabalho, as atividades são distribuídas aos servidores preponderantemente por especificação de matérias, de modo a otimizar os trabalhos e possibilitar maior produtividade. Há uma servidora responsável pela preparação dos processos de competência da 1ª Seção, tendo em vista que estes feitos são em menor quantidade no acervo, comparados aos recursos e feitos originários de competência da 1ª Turma. Os demais servidores trabalham na preparação de minutas nos feitos de competência da 1ª Turma, de acordo com as matérias, sendo que dois servidores atuam precipuamente na preparação de agravos de instrumento. Do quadro de servidores, composto por 18, um é agente de segurança, um auxilia na atividade-meio, enquanto os demais 16 atuam na atividade-fim.

Há seis servidores que executam suas atividades em regime integral de teletrabalho, com comparecimento semanal ao gabinete. A fixação de cotas é feita de acordo com a natureza das ações e recursos sob a responsabilidade do servidor. A meta de produtividade é ajustada de acordo com a complexidade da matéria. O desempenho dos servidores é acompanhado pela assessoria, mediante a aferição de produtividade em intervalos mensais. Na hipótese de não atingimento das metas, é realizada reunião de acompanhamento com o servidor, com o objetivo de identificar as dificuldades e adotar medidas para que elas sejam superadas e as metas alcançadas. Persistindo o não atingimento da cota de produtividade, o passo seguinte é a exclusão do servidor do regime de teletrabalho. Foi ressaltado pelo gabinete que a experiência tem sido bastante salutar, com o incremento da produtividade pelos servidores.

Em relação à triagem de processos, atualmente, só há distribuição de processos eletrônicos no PJe. A triagem é feita pela assessoria. Contudo, os servidores são orientados a, também, quando não há processos de suas matérias de especialização disponíveis em outras tarefas para preparação de minutas, verificarem a triagem.

Considerando que o acervo atual está integralmente digitalizado e inserido no PJe, os processos encontram-se nas respectivas tarefas do referido sistema.

Pelo fato de o PJe estabelecer as tarefas relacionadas aos andamentos dos feitos, tais como triagem, minutar ato, analisar tipo de decisão a proferir, preparar relatório e voto, dentre outras, impossibilitando a criação de outras pelo gabinete, de modo a adotar critérios específicos para organização do acervo de processos conclusos, são feitas anotações nos processos, mediante a colocação de etiquetas eletrônicas, com especificação do servidor responsável pela minuta, dados sobre as matérias, bem como especificidades do feito, como urgência, reconsideração, agravos etc. Os processos distribuídos que se enquadram nos perfis de prioridades legais recebem uma

identificação específica na própria distribuição, de modo que sempre aparecem dentre os primeiros feitos constantes das tarefas, independentemente da data de sua movimentação.

Periodicamente são analisados os processos nas tarefas do PJe, com vistas a aferir aqueles que estão aguardando providências. Os servidores são orientados a movimentarem os processos pendentes de movimentação há mais tempo. Como os processos entram em cada tarefa de acordo com a data de sua movimentação, à exceção dos processos com prioridades, a aferição é facilitada, possibilitando que os servidores dêem andamento aos feitos.

São estabelecidas metas individuais. Para servidores designados para o trabalho com agravos de instrumento, ao menos 20 minutas semanais; servidores designados para trabalhar com apelações, ao menos 10 minutas semanais. Considerando a natureza da matéria a ser trabalhada, assim como o maior ou menor grau de complexidade dos processos, as metas são ajustadas. Nos casos de teletrabalho, há ainda o incremento das metas individuais, na ordem de 15%, sofrendo variação a depender da natureza e complexidade do feito. Não há política de recompensas vinculadas às metas.

No que tange aos feitos com prioridades legais ou inseridos em metas do CNJ, estes são identificados, e os servidores são orientados a prepará-los para julgamento preferencial. São utilizadas decisões terminativas, quando verificadas as hipóteses previstas no art. 932 do CPC/2015.

Utilizam-se modelos para decisões e votos para as matérias e teses repetitivas.

O Tribunal desenvolve, por meio da Escola de Magistrados, diversas atividades de capacitação dos servidores, que são incentivados a delas participarem.

Há processos sobrestados, das matérias a seguir indicadas: índice de correção das contas do FGTS (ADI 5090); fixação de honorários advocatícios em exceção de pré-executividade, quando o sócio da pessoa jurídica executada é excluído do polo passivo da execução fiscal, sem extinção do feito executivo (REsp 1.358.837/SP); questão prejudicial pendente de julgamento no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, na Ação Rescisória n. 6.436/DF, referente à execução individual de ação coletiva relacionada à Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária (GAT); redirecionamento da execução fiscal ao sócio que, apesar de exercer a gerência da pessoa jurídica executada à época do fato gerador da obrigação tributária, dela regularmente se afastou, sem dar causa, a posterior dissolução irregular da sociedade empresária (REsp 1.377.019/SP); termo inicial da prescrição para o redirecionamento da Execução Fiscal para o sócio-gerente (REsp 1.201.993/SP); concessão de licença-prêmio a magistrados com base na isonomia em relação aos membros do Ministério Público (RE 1059466); limitação de valor por ato infralegal para a concessão do parcelamento simplificado previsto na Lei n. 10.522/2002, em relação aos débitos administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (REsp. 1.724.834/SC e 1.728.239/RS); taxa de juros compensatórios aplicável

às ações de desapropriação (REsp 1.328.993/CE); devolução ao erário de valores recebidos de boa-fé pelo servidor público quando pagos indevidamente por erro operacional da Administração Pública (REsp 1.769.306/AL); e termo inicial da prescrição da pretensão indenizatória em face de seguradora nos contratos, ativos ou extintos, do Sistema Financeiro de Habitação (REsp 1.799.288/PR).

Há, no Tribunal, a central de conciliação, que indica os temas e as partes com possibilidade de conciliação, sendo que, a partir da indicação, os processos são remetidos para o referido setor para tentativa de acordo. O setor não recebeu nenhum tipo de auxílio entre maio/2019 a abril/2020.

Conforme relatado, o gabinete busca apresentar os votos-vista na sessão subsequente ao pedido. Contudo, situações excepcionais, como o atraso na remessa do processo ao gabinete, bem como a complexidade de determinados feitos, acabam adiando a apresentação desses votos. por algumas sessões de julgamento. Há também situações em que, por limitação do sistema PJe, não é possível levar o feito na sessão subsequente.

Em relação aos trabalhos no período da pandemia da Covid-19, o Gabinete está seguindo o quanto determinado pela Portaria Conjunta PRES/CORE 3, de 19 de março de 2020, do TRF3, que estabeleceu o regime de teletrabalho, com a utilização dos sistemas eletrônicos para o julgamento dos recursos em sessões virtuais.

A maior dificuldade relatada pela Unidade diz com o funcionamento do Sistema PJe, que muitas vezes, apresenta falhas e prejudica o desenvolvimento das atividades. Conforme narrado, não raras vezes, o mencionado sistema apresenta erro na assinatura de votos e acórdãos, demandando a necessidade de abertura de chamados técnicos, o que atrasa a publicação de acórdãos. Destacou-se também a existência de situações em que o PJe indica estar o processo em determinada tarefa equivocadamente, o que demanda a abertura de chamado técnico para correção. Outro fator prejudicial apontado é a ausência de base estatística segura com dados que espelhem a real situação dos feitos em tramitação. Nesse aspecto, frisou-se o fato de que o desenvolvimento do sistema *Business Intelligence* tem melhorado a base de dados, porém ainda demanda maior desenvolvimento. No mais, relatou-se que o gabinete tem buscado cumprir as metas, especialmente o julgamento de recursos em montante superior à quantidade de novos feitos distribuídos, com vistas a reduzir cada vez mais o acervo de processos em tramitação.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de maio/2019 a abril/2020), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 1.888 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.532.

Verifica-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 237, na última inspeção, para 104, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente. O tempo médio que o gabinete utiliza, entre a distribuição e o primeiro julgamento, são 12 meses, enquanto o tempo médio na 1ª Seção equivale a 25 meses. Trata-se de indicador que merece destaque.

Observa-se que houve diminuição do percentual de processos conclusos no período de um ano, fruto do aumento da produtividade do gabinete em relação à inspeção realizada no ano de 2018. De outra parte, como visto, verifica-se redução do número de embargos de declaração.

Ademais, constata-se que, no gabinete, a média de tempo entre a distribuição dos feitos e o primeiro julgamento é inferior à média da seção.

Por fim, vê-se que as metas do CNJ vêm sendo cumpridas.

Vários processos já estavam incluídos em pauta de julgamento e/ou já haviam sido julgados por ocasião da inspeção. Da inspeção dos processos selecionados e do exame dos dados estatísticos, constata-se que se trata de gabinete que tem ótima gestão do acervo processual.

14. RECOMENDAÇÕES

Como medida que pode ser adotada para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 11.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL VALDECI DOS SANTOS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Valdeci dos Santos

2.2 Turma

1ª Turma

2.3 Competência

Nos termos do art. 10 do Regimento Interno do TRF da 3ª Região, a competência da 1ª Turma é relacionada às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); à matéria de direito privado, dentre outras, a) domínio e posse; b) locação de imóveis; c) família e sucessões; d) direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; à matéria trabalhista de competência residual; à propriedade industrial; aos registros públicos; aos servidores civis e militares e às desapropriações e apossamentos administrativos.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Valdeci dos Santos

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Juíza Federal convocada Denise Avelar - 3/12/2019 a 4/2/2020 e 4/3/2020 a 15/5/2020.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Tadeu Pereira de Almeida - chefe de gabinete em substituição, 4/5/2020.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	3.965
Processos suspensos/sobrestados	210
Processos conclusos	1.929
Processos em mutirão, Turma suplementar	0
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete - excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	3.965
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	4.790
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	1.929
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	2.288
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	210
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	28

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao

magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio: informar n. na data anterior e n. na data posterior.	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	186
Mandados de segurança	3
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	104
Reclamações	2
Ações rescisórias	56
Outros	21

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	3.769
Recursos em mandados de segurança coletivos	10
Recursos em ações populares	1
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	12
Recursos em ações de desapropriação	18
Recursos em ações com preferência legal	253

Outros	3.426
--------	-------

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	3.769
Apelações cíveis	2.411
Agravos de instrumento	1.200
Outros	133

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	2
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	1
Revisões criminais	0
Outros	1

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	8
Apelações	8
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	2
Apelações	1
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Outros	1

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	210

Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	59
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	301
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	265
Agravos legais/regimentais	91
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	83
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Conclusos há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado.	423
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado.	24

4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos conclusos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos até 2013	1.517	85	72
Distribuídos em 2014	258	16	8
Distribuídos em 2015	408	12	15
Distribuídos em 2016	452	59	21
Distribuídos em 2017	1.058	412	41
Distribuídos em 2018	393	1.253	176
Distribuídos em 2019	-	451	914
Distribuídos em 2020	-	-	682
Total	4.086	2.288	1.929

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	4
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	4

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como relator para o acórdão	20
Total como redator	174

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	3.224
Total de processos julgados	7.916
Total de processos baixados	2.904
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-4.692
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	320

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	64
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	150
Total de feitos não regularizados	5

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	3.248
Processos julgados no ano anterior	4.119
Processos distribuídos no ano corrente	907
Processos julgados no ano corrente	1.421

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	7.835
Pendentes em 31/12/2019	18
Porcentagem de atendimento da meta	99,77%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.641
Pendentes em 31/12/2019	2
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	7.433
Pendentes no último dia do mês anterior	36
Porcentagem de atendimento da meta	99,65%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.362
Pendentes no último dia do mês anterior	12
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	0
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	0

Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	0
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	0

5.9. META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	11
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	5
Processos distribuídos no ano corrente	2
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0
Processos baixados no ano anterior	4

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	0
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Determinou-se a tramitação célere de processos físicos específicos pendentes de apreciação de voto-vista, agravo regimental, embargos de declaração, bem como de primeira apreciação pelo relator. Ademais, determinou-se maior celeridade no julgamento dos processos eletrônicos, além de maior controle na triagem. Por fim, recomendou-se maior periodicidade na realização de sessões destinadas ao julgamento dos processos nos moldes do art. 942 do CPC/2015.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

Não há mais processos físicos pendentes de apreciação no gabinete. Outrossim, findos os processos físicos pendentes de julgamento no gabinete, a força de trabalho foi totalmente concentrada nos processos eletrônicos, sendo certo que, nos primeiros três meses de 2020, houve baixa considerável no acervo, com mais de 1.000 processos pendentes de primeiro julgamento. A triagem é realizada pelo chefe de gabinete, que busca o maior rigor a fim de que a prestação jurisdicional seja atendida de acordo com os ditames legais. Por fim, não há processos nos moldes do art. 942 do CPC pendentes de apreciação (todos os feitos estão incluídos em pauta).

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Após a apreciação de todos os processos físicos, o plano de trabalho atual do gabinete é atender na totalidade as recomendações pendentes no tocante aos processos

eletrônicos. Foram minutados mais de 1.700 processos nos primeiros três meses de 2020, com prioridade no julgamento dos agravos de instrumento, bem como dos processos em que há pedido de tutela de urgência.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Não.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Com a implantação do PJe, este gabinete concentrou a sua força de trabalho em duas equipes: uma atua no próprio gabinete, composta de 11 servidores, para o enfrentamento das decisões que exigem celeridade, como é o caso das tutelas provisórias e de evidência; a outra, composta por 4 servidores, atua em *home office*. Referida organização tem apresentado bons resultados, mormente em razão do treino e qualidade técnica dos colaboradores.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
50010188220194030000	23/1/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo julgado com acórdão publicado.		
50151083220184030000	2/7/2018	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo julgado com acórdão publicado.		
50277370420194030000	24/10/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado.		
50282272620194030000	29/10/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado.		
50203674220174030000	24/10/2017	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo julgado.		
50019711720174036111	12/1/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo minutado, aguardando pauta de julgamento.		
50014469820184030000	2/2/2018	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo julgado.		

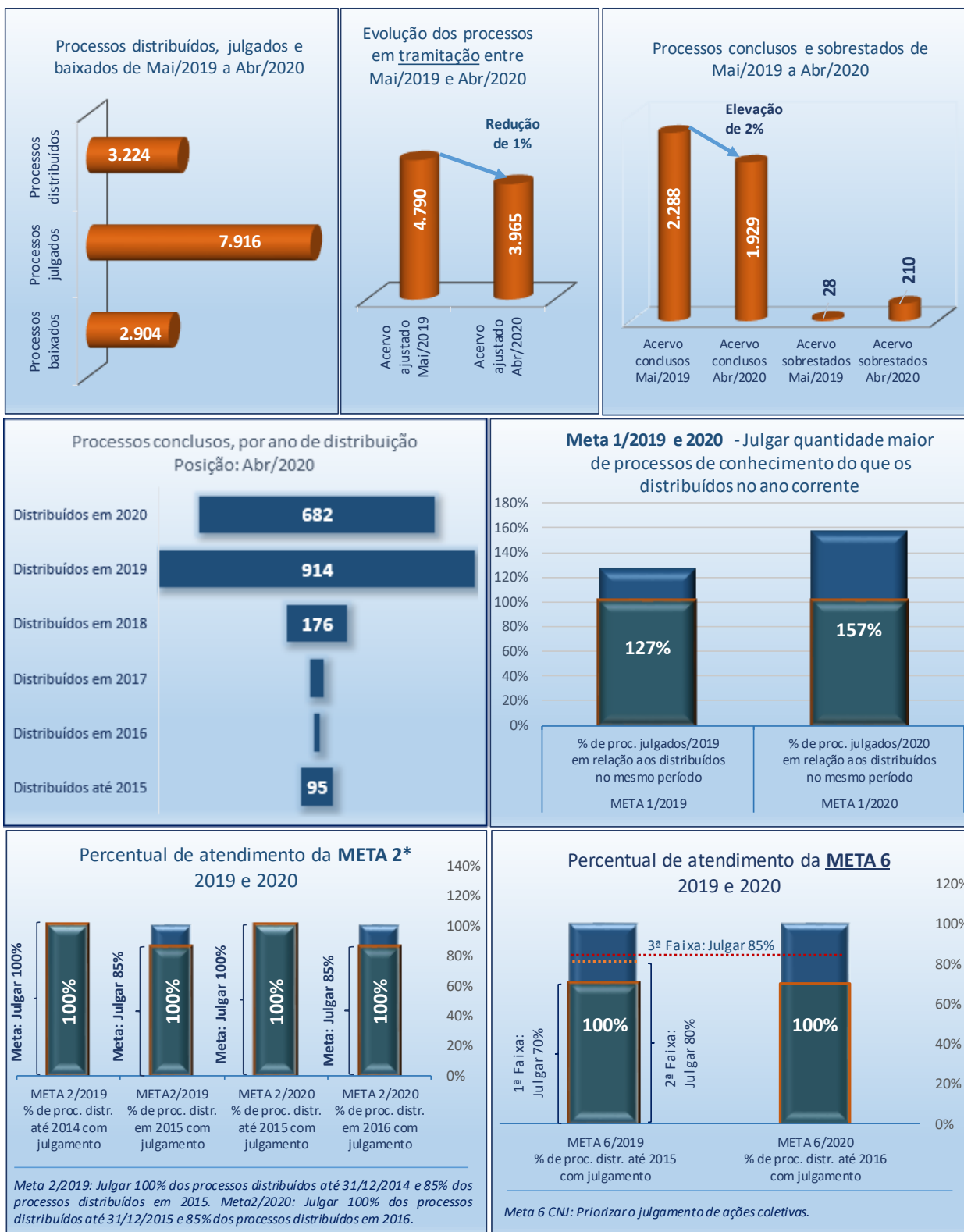
50001721120184036108	21/2/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por determinação do STJ.		
50036842620184036100	20/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo minutado, aguardando pauta de julgamento.		
50007156420164036114	22/9/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Apelação julgada. Processo com prazo em curso.		
50108160420184030000	21/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado.		
50148545920184030000	28/6/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado.		
50236986520174036100	18/6/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Declinada a competência para a 2ª Seção.		
50005139520184036121	9/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será apreciado em até 30 dias.		
00070495820144036119	23/7/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: redistribuído à 3ª Seção em 5/8/2016.		
00082521120164030000	10/5/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado por determinação do STJ até 12/12/2019. Processo minutado, aguardando pauta de julgamento.		
00124701920154030000	9/6/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado por determinação do STJ.		
00033754420114036130	11/5/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo em julgamento pelo art. 942 CPC. Sessão de julgamento presencial de 2/4/2020 adiada, nos termos do Comunicado 4/2020 da Presidência da Primeira Turma (Covid-19). Aguardando nova sessão de julgamento.		
00061695020104036105	2/9/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em julgamento pelo art. 942 CPC. Sessão de julgamento presencial de 2/4/2020 adiada, nos termos do Comunicado 04/2020 da Presidência da Primeira Turma (Covid-19). Aguardando nova sessão de julgamento.		
50246986720174030000	19/12/2017	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo minutado, aguardando pauta de julgamento.		
5000513-95.2018.4.03.6121	9/8/2018	63 - Ação Civil Coletiva
Observação/Providência: Processo será apreciado em até 30 dias.		
5009332-51.2018.4.03.0000	7/5/2018	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo pautado.		
50013432820174030000	7/3/2017	12084 - Tutela Cautelar Antecedente

Observação/Providência: Processo julgado.		
50275924520194030000	23/10/2019	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo com prazo em curso.		
50312675020184030000	12/12/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguardando retorno do desembargador federal (licença médica).		
50007209520164030000	5/7/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguardando retorno do desembargador federal (licença médica).		
00038193120154036100	12/4/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado por determinação do STJ.		
50224153720184030000	12/9/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado.		
50254292920184030000	9/10/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo conclusos para vista do Dr. Wilson Zauhy.		
50013095320174030000	7/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo minutado, aguardando pauta de julgamento.		
50283298220184030000	8/11/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processos conclusos para vista do Dr. Wilson Zauhy		
0034679-26.2008.4.03.0000	2/9/2011	204 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
Observação/Providência: Baixado à origem em 7/7/2015.		
5001343-28.2017.4.03.0000	7/3/2017	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo julgado.		
5018613-65.2017.4.03.0000	2/10/2017	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo julgado.		
5016086-43.2017.4.03.0000	31/8/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado com prazo em curso.		
5021874-38.2017.4.03.0000	14/11/2017	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo julgado.		
5020367-42.2017.4.03.0000	24/10/2017	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo julgado.		
5001971-17.2017.4.03.6111	12/1/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo minutado, aguardando pauta de julgamento.		
5002037-60.2018.4.03.0000	8/2/2018	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo julgado.		
5023161-36.2017.4.03.0000	30/11/2017	202 - Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Processo julgado com prazo em curso.		
5000287-94.2016.4.03.6110	22/1/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo minutado, aguardando pauta de julgamento.		
5000172-11.2018.4.03.6108	21/2/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por determinação do STJ.		
5002018-79.2017.4.03.6114	8/2/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado.		
5000133-14.2018.4.03.6108	13/4/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por determinação do STJ.		
5003684-26.2018.4.03.6100	20/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo minutado, aguardando pauta de julgamento.		
5000231-45.2017.4.03.6104	29/1/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo minutado, aguardando pauta de julgamento.		
5000301-68.2017.4.03.6102	13/4/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado por determinação do STF.		
5005874-93.2017.4.03.6100	13/9/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado.		
0013507-71.2002.4.03.6100	26/2/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta.		
0001431-92.2014.4.03.6100	18/9/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído em pauta.		
0004400-98.2010.4.03.6301	30/4/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado, com recurso especial interposto.		
0008212-29.1997.4.03.6100	31/7/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta.		
0009219-13.2003.4.03.0000	28/2/2003	47 - Ação Rescisória
Observação/Providência: Processo julgado.		
0080604-31.1978.4.03.6100	9/1/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado.		
0010245-89.1997.4.03.6100	19/8/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado.		
5024698-67.2017.4.03.0000	19/12/2017	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo minutado, aguardando pauta de julgamento.		

0033883-10.2004.4.03.6100	22/9/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo minutado, aguardando pauta de julgamento.		
0066928-69.2004.4.03.0000	25/11/2004	47 - Ação Rescisória
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados em sessão de 7/5/2020.		
0006061-51.2001.4.03.6100	26/1/2009	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo minutado, aguardando pauta de julgamento.		
5003357-14.2019.4.03.0000	14/2/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo pautado.		
0032771-17.1997.4.03.0000	4/6/1997	47 - Ação Rescisória
Observação/Providência: Processo julgado.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 68 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, quatro são físicos e 64 são eletrônicos. Os físicos foram inspecionados pelo exame dos extratos de movimentações processuais.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema:

50010188220194030000	50151083220184030000	50282272620194030000
50014469820184030000	50108160420184030000	50148545920184030000
50224153720184030000	50013432820174030000	50186136520174030000
50218743820174030000	50203674220174030000	50020376020184030000
50020187920174036114	50033571420194030000	

b) incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

00082521120164030000	00033754420114036130	00061695020104036105
50005139520184036121	50013095320174030000	50019711720174036111
50002879420164036110	50036842620184030000	50002314520174036104
00135077120024036100	00014319220144036100	00082122919974036100
00806043119784036100	00102458919974036100	50246986720174030000
00060615120014036100	00011795520154036100	00094156920104036100
00271037820094036100	00161067020084036100	00010432420034036118
00007531820084036123	00217411819974036100	

c) incluir em pauta em 30 dias, para julgamento em até 60 dias (processos com pedido de vista há mais de 180 dias): 00338831020044036100;

d) processos julgados, mas aguardam lavratura de acórdão. Providenciar a lavratura em 20 dias:

50312675020184030000	50007209520164030000
----------------------	----------------------

e) despacho proferido em março/2020 determinando o encaminhamento dos autos à Vice-Presidência para processar execução de julgado proferido em ação rescisória. Processo com tramitação ainda atrasada, especificamente quanto à remessa dos autos à VIPRE. Providenciar a remessa em 20 dias: 00327711719974030000;

f) processos inspecionados que atualmente tramitam em outras unidades:

50236986520174036100	00070497820144036119	00346792620084030000
00044009820104036301	00092191320034030000	00669286920044030000
00173079720084036100	00204181320034036182	00158229720064030000

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Foram entrevistados a Juíza Federal convocada Giselle França e o assessor do Desembargador Federal, Caram Tannus.

Em relação à organização do trabalho, o gabinete possui duas equipes: uma atua na atividade administrativa (duas servidoras) e outra na atividade-fim (14 servidores). A equipe responsável pela elaboração de minutas de decisões e de votos encontra-se assim dividida: agravo de instrumento (quatro servidores); desapropriação, apossamento administrativo, domínio e posse (uma servidora); contratos e Direito Civil (dois servidores); Direito Administrativo (dois servidores); Direito Tributário (quatro servidores); ação rescisória e conflito de competência (um servidor).

O gabinete tem quatro servidores em regime de teletrabalho, que se apresentam no Tribunal uma vez na semana. A cota desses servidores é acrescida de até 30% da meta das atividades dos servidores em regime presencial (art. 8º, § 2º, da Res/Pres 29/2016). O acompanhamento da produção é feito pelo chefe de gabinete e pelos assessores, considerando as peculiaridades das matérias. Caso não haja o cumprimento da cota, busca-se, por meio de reunião, entender os motivos a fim de que seja adequada a meta ou orientado o servidor. Ao final de cada mês, há uma avaliação geral com a finalidade de otimização dos trabalhos.

Em relação à triagem, considerando que não há mais no gabinete processos físicos em tramitação, com exceção de um processo criminal, a triagem dos processos eletrônicos é feita pelo chefe de gabinete de acordo com as matérias e prioridades.

Tendo em vista que os processos são eletrônicos, a organização é feita por meio das tarefas existentes no próprio PJe, bem como pelas etiquetas correspondentes às matérias.

O controle do acervo do gabinete é realizado por meio dos relatórios fornecidos pelo Tribunal, bem assim por meio das ferramentas existentes no PJe, como marcação de prioridades, colocação de etiquetas correspondentes às matérias e pedidos de urgências e pelas tarefas relativas às movimentações, embargos de declaração e agravos internos. Ademais, a equipe responsável pelo processamento dos feitos controla os processos adiados e/ou retirados de pauta nas sessões de julgamento. A produção do gabinete é controlada semanalmente pelo chefe de gabinete, pelos assessores e também pelo próprio desembargador federal por meio das citadas ferramentas e dos mencionados relatórios estatísticos.

O controle dos processos sem movimentação é feito, em regra, pelo chefe de gabinete e pelos assessores, levando-se em conta a data da última movimentação em cada tarefa no PJe. Também é realizado pelos próprios servidores responsáveis pelos feitos, por meio das etiquetas. O gabinete normalmente promove esse controle imediatamente após a conclusão dos feitos.

Há meta individual de três processos por dia para os servidores em regime presencial e de quatro processos por dia para os servidores em regime de teletrabalho. Não há a fixação de metas coletivas.

São concedidos dias de folga para os servidores como recompensa pelo cumprimento das metas estabelecidas. Os feitos com prioridades legais ou incluídos em metas do CNJ são destacados e julgados com prioridade.

As decisões terminativas são utilizadas nas hipóteses de não conhecimento dos recursos, extinção de ações originárias, sem resolução de mérito, bem como nas demais situações autorizadas pelo art. 932 do CPC.

O gabinete utiliza diversos modelos de despachos, decisões e votos.

O Tribunal disponibiliza diversos cursos de capacitação para os servidores, os quais são incentivados a participar. Ademais, a própria unidade incentiva o aprimoramento por parte de seus servidores, permitindo a compatibilização de horários de cursos com o do trabalho.

Há processos sobrestados, em razão de decisão proferida pelo STJ em processos submetidos ao regime de recursos repetitivos (Temas 769, 961, 962, 981, 987, 997, 1.012 e 1.039), bem como por determinação do STF em feitos submetidos à sistemática de repercussão geral, como, por exemplo, na ADI 5090 (rentabilidade do FGTS).

Os processos com potencial para conciliação são remetidos ao gabinete de conciliação.

O gabinete não recebeu nenhum tipo de auxílio entre maio/2019 a abril/2020.

Em regra, os pedidos de vista são levados a julgamento na sessão subsequente, salvo em situações excepcionais como, por exemplo, por ocasião da digitalização dos feitos no interregno entre o pedido de vista e a análise ou em razão do afastamento do desembargador federal por motivo de licença médica.

Durante a pandemia da Covid-19, foi relatado que, conquanto o funcionamento remoto do gabinete represente verdadeiro desafio a todos, a unidade vem mantendo sua produtividade. Todos os servidores encontram-se em regime de teletrabalho, com comunicação regular por meio das ferramentas disponíveis (e-mail, *WhatsApp* etc.). As sessões de julgamento estão sendo realizadas em ambiente virtual, com sustentação oral por videoconferência. Os advogados e as partes são atendidos por e-mail. Conforme apontado, não há prejuízo ao andamento das atividades do gabinete.

A unidade indicou, como dificuldade enfrentada, o aumento do número de feitos distribuídos nos últimos 12 meses. Em relação ao teletrabalho, constatou-se aumento dos pedidos de informações e providências formulados via e-mail, com sobrecarga para os servidores em razão das tarefas já existentes. Ademais, citou-se a existência de dificuldade inicial para assimilação das novas ferramentas eletrônicas necessárias à realização do trabalho remoto.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de maio/2019 a abril/2020). Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 2.288 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 1.929.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 263, na última inspeção, para 301, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio entre a distribuição e o primeiro julgamento praticado pelo gabinete é 13 meses, enquanto na 1ª Seção esse tempo equivale a 25 meses. Trata-se de indicador que merece destaque.

Observa-se que houve diminuição do percentual de processos conclusos no período de um ano, fruto do aumento da produtividade do gabinete em relação à inspeção realizada no ano de 2018. De outra parte, como visto, verifica-se um pequeno aumento do número de embargos de declaração.

Ademais, constata-se, então, que, no gabinete, a média de tempo entre a distribuição dos feitos e o primeiro julgamento é inferior à média praticada na seção.

Por fim, vê-se que as metas do CNJ vêm sendo cumpridas.

Vários processos já estavam incluídos em pauta de julgamento e/ou já haviam sido julgados por ocasião da inspeção. Da inspeção dos processos selecionados e do exame dos dados estatísticos, constata-se que se trata de gabinete que tem ótima gestão do acervo processual.

14. RECOMENDAÇÕES

Como medida que pode ser adotada para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 11.

GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL COTRIM GUIMARÃES

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Cotrim Guimarães

2.2 Turma

O desembargador faz parte da 2ª Turma e da 1ª Seção

2.3 Competência

Julgar feitos relativos: I - às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); II - à matéria de direito privado, dentre outras: a) domínio e posse; b) locação de imóveis; c) família e sucessões; d) direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; III - à matéria trabalhista de competência residual; IV - à propriedade industrial; V - aos registros públicos; VI - aos servidores civis e militares; VII - às desapropriações e apossamentos administrativos. Por fim, é competente para julgar o acervo remanescente em matéria penal. (existente no gabinete em 1º/6/2014.)

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Magistrado lotado no órgão desde outubro de 2003.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não houve remoção.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não houve.

3.4 Servidora responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Maria Elisa Pennesi Gouvea, técnica judiciária. Início da inspeção: 4/5/2020.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	18
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	1
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*

Total em tramitação**	4.339
Processos suspensos/sobrestados	244
Processos conclusos	2.705
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	-
Processos em mutirão, Turma suplementar	-

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete - excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	4.339
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	3.746
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	2.705
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	2.577
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	244
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	32

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao

magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	-
Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao Gabinete: informar número de processos julgados por desembargador e juiz.	-
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio: informar n. na data anterior e n. na data posterior.	-
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não houve.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não houve.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	87
Mandados de segurança	6
IRDR	EM BRANCO
IAC	EM BRANCO
Arguição de inconstitucionalidade	EM BRANCO
Conflitos de competência	32
Reclamações	1
Ações rescisórias	26
Outros	22

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	4.241
Recursos em mandados de segurança coletivos	15
Recursos em ações populares	EM BRANCO
Recursos em ações de improbidade administrativa	EM BRANCO
Recursos em ações civis públicas	26
Recursos em ações de desapropriação	17
Recursos em ações com preferência legal	273

Outros	3.912
--------	-------

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	4.241
Apelações cíveis	2.603
Agravos de instrument	1.526
Outros	112

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	2
Ações penais	EM BRANCO
Inquéritos	EM BRANCO
Habeas corpus	1
Revisões criminais	EM BRANCO
Outros	1

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	8
Apelações	7
Recursos em sentido estrito	EM BRANCO
Recursos em habeas corpus	EM BRANCO
Recursos em mandado de segurança	EM BRANCO
Embargos infringentes e de nulidade	1
Outros	EM BRANCO

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	2
Apelações	EM BRANCO
Ações penais	EM BRANCO
Inquéritos	EM BRANCO
Habeas corpus	1
Outros	EM BRANCO

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	EM BRANCO

Por IRDR	EM BRANCO
Por IAC	EM BRANCO
Por Arguição de Inconstitucionalidade	EM BRANCO
Por Recurso Especial	EM BRANCO
Por Recurso Extraordinário	EM BRANCO

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	352
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	333
Agravos legais/regimentais	133
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	126
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	EM BRANCO
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	EM BRANCO

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado.	701
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado.	55

4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos concluídos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	235	15	13
Distribuídos em 2014	384	21	11
Distribuídos em 2015	1.424	56	17
Distribuídos em 2016	445	544	27
Distribuídos em 2017	NI	1.428	127
Distribuídos em 2018	NI	497	461
Distribuídos em 2019	-	NI	1.399
Distribuídos em 2020	-	-	650
Total	2.488	2.561	2.705

Nota: NI - Não informado.

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	2

Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	2
--	---

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	1
Total como relator para o acórdão	1

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	3.182
Total de processos julgados	5.093
Total de processos baixados	2.214
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-1.911
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	968

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	83
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	84
Total de feitos não regularizados	14

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	3.191
Processos julgados no ano anterior	2.755
Processos distribuídos no ano corrente	872
Processos julgados no ano corrente	826

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.893
Pendentes em 31/12/2019	23
Porcentagem de atendimento da meta	99,20%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.262
Pendentes em 31/12/2019	19
Porcentagem de atendimento da meta	99,41%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.262
Pendentes no último dia do mês anterior	12
Porcentagem de atendimento da meta	99,66%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.547
Pendentes no último dia do mês anterior	14
Porcentagem de atendimento da meta	116,71%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	7
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	EM BRANCO
Pendentes no último dia do mês anterior	EM BRANCO
Porcentagem de atendimento da meta	EM BRANCO

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	0
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	0

Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	0
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	0

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	27
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	EM BRANCO
Processos baixados no ano anterior	EM BRANCO
Processos julgados no ano anterior	EM BRANCO
Processos distribuídos no ano corrente	EM BRANCO
Processos baixados no ano corrente	EM BRANCO
Processos julgados no ano corrente	EM BRANCO

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	EM BRANCO
Pendentes em 31/12/2019	EM BRANCO
Porcentagem de atendimento da meta	EM BRANCO

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	EM BRANCO
Pendentes no último dia do mês anterior	EM BRANCO
Porcentagem de atendimento da meta	EM BRANCO

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	EM BRANCO
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	EM BRANCO

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

a) Julgar, no prazo de 90 dias, 57 processos; b) juntar declaração de voto, em 30 dias, de três processos;

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Em relação ao item "a", houve mutirão entre os servidores para julgar no prazo determinado os processos pendentes. as declarações de voto foram de pronto juntadas aos autos.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Todas as recomendações foram atendidas.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

A meta 1/CNJ foi cumprida 90,37%, de sua exigência de 100%. Para mudarmos esse cenário, alteramos os nossos modelos para que ficassem mais enxutos e com isso acelerar a análise dos processos. Estamos dando preferência para pautá-los ao invés

de julgá-los monocraticamente, quando possível, para que o tempo de processamento dos feitos seja menor. Meta 2/2019 e 2/2020 do CNJ falta menos de 1% para o seu cumprimento. Será dada prioridade a todos os processos pendentes. Serão separados; etiquetados e novamente e julgados.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

1. Sessões de julgamentos virtuais desde maio/2016. A produtividade duplicou em relação à metodologia anterior já ultrapassada em termos de resultados ao jurisdicionado. Idêntico procedimento é adotado no que tange ao prosseguimento do julgamento (art. 942 do CPC). 2. Acervo Criminal. Finalização, em Out/2015. 3. Organização interna para elaboração de decisões/votos a partir da classificação pontual das matérias existentes no gabinete, com atribuições específicas para cada servidor em relação às respectivas matérias, gerando perfeita radiografia/controlado do acervo existente e programação dos votos. As frentes de trabalho são planejadas há cada três meses. 4. Servidores despachando com desembargador. Prática regular e frequente, que enriquece, incentiva e valoriza o trabalho em equipe. 5. Neste gabinete, há a prática de teletrabalho desde 2008. Mesmo com a pandemia, nossa produtividade continuou alta e mostrou o sucesso de uma organização do gabinete para o trabalho virtual já de tempos.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50311011820184030000	11/12/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Acórdão não publicado devido a um problema no sistema. Chamado na Informática aberto (10286295).		
50009377420164036100	18/4/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Analisar a liminar.		
50007366720174036126	5/12/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Analisar o pedido de liminar e julgar o processo.		
50018829120174036111	12/1/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 12.5.2020		
50001120520184036119	6/2/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 23.6.2020.		
50001652720164036128	10/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo despachado, com prazo em curso. Julgar o processo.		
00034155420144036119	27/7/2015	198 - Apelação Cível

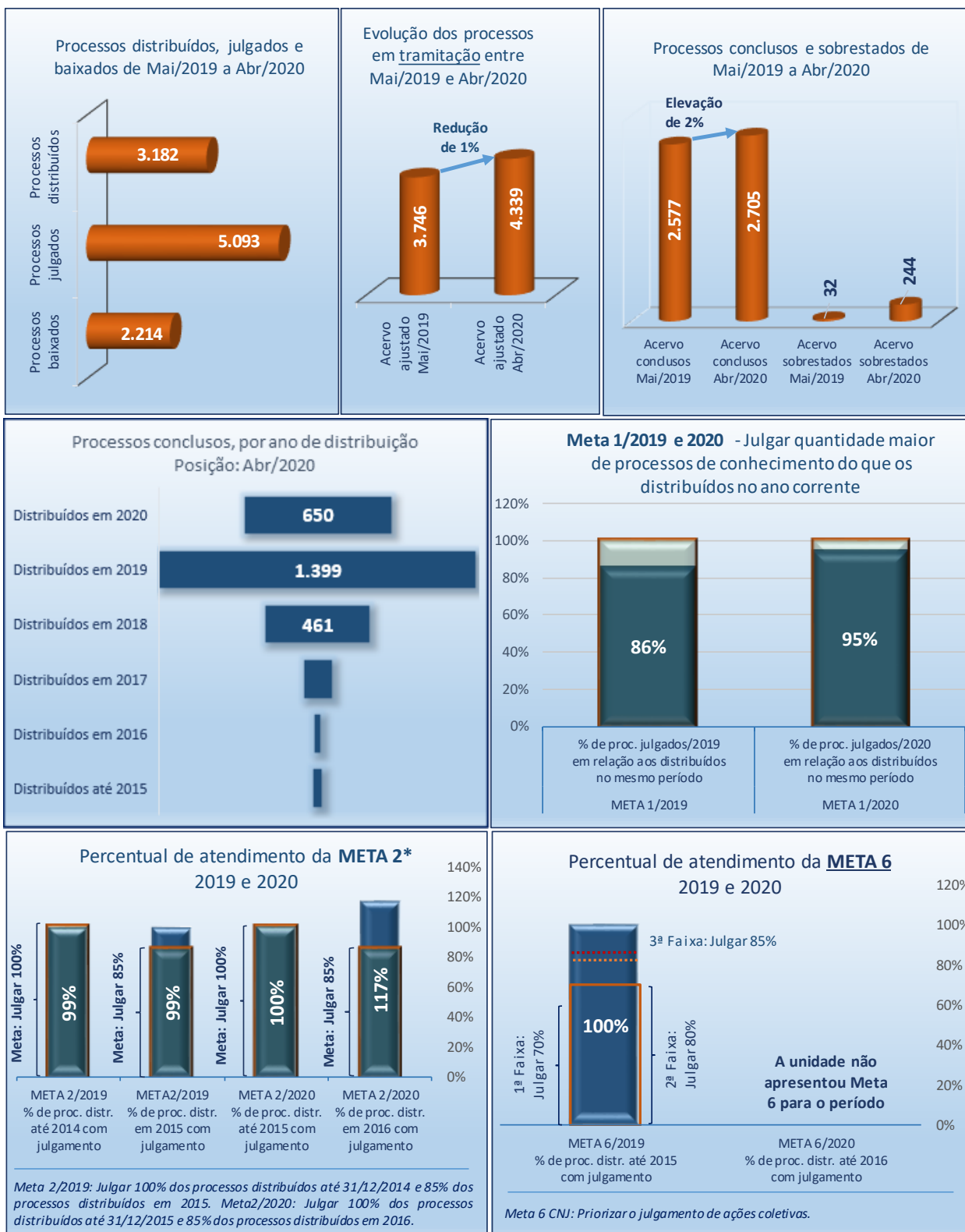
Observação/Providência: Processo redistribuído para a 3ª Seção.		
50003701020164030000	31/5/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgar o processo.		
50093925820174030000	20/6/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo decidido monocraticamente, com prazo em curso.		
50216301220174030000	10/11/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgar o agravo legal.		
50003387620184036000	12/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar o processo.		
50005623320174036102	14/12/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 7/7/2020. Julgar o processo.		
5014690-60.2019.4.03.0000	10/6/2019	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Julgar o processo.		
5017820-92.2018.4.03.0000	28/7/2018	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Julgar o processo.		
5004447-21.2018.4.03.6102	2/8/2019	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Processo redistribuído a este relator em novembro/2019. Processo pautado para 7/7/2020. Julgar o processo.		
0008396-06.2016.4.03.6104	21/5/2019	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Em 23/8/2019 foi reconhecida a prevenção deste relator. Em 25/10/2019, foi despachado. Julgar o processo.		
0014996-89.2006.4.03.6105	2/7/2014	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Julgar o processo.		
50240712920184030000	28/9/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Julgar o processo.		
50256787720184030000	11/10/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Analisar o pedido de efeito suspensivo à apelação.		
50054057720184030000	20/3/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Proferida decisão, processo com prazo em curso.		
50196941520184030000	16/8/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo arquivado definitivamente.		
50000923820184030000	8/1/2018	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 23/6/2020.		
50222923920184030000	12/9/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo decidido monocraticamente, com prazo em curso.		

50171502020194030000	4/7/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo decidido monocraticamente, com prazo em curso.		
50007043920194030000	21/1/2019	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processar o mandado de segurança.		
00247461920144030000	1º/10/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgar o processo.		
00041798820144036103	27/5/2015	1728 - Apelação / Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo redistribuído para a 3ª Seção.		
50013444720164030000	26/8/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo decidido monocraticamente.		
50028323720164030000	30/11/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgar os embargos de declaração.		
50032238920164030000	15/12/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de 7/7/2020. Julgar o processo.		
5000937-74.2016.4.03.6100	18/4/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar o processo.		
5001120-75.2017.4.03.0000	1º/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgar o processo.		
5002832-37.2016.4.03.0000	30/11/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgar os embargos de declaração.		
5000044-75.2015.4.03.6114	11/4/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo despachado, com prazo em curso. Julgar os embargos de declaração		
5000229-61.2017.4.03.6141	30/10/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 30/4/2020.		
5000736-67.2017.4.03.6126	5/12/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar o processo.		
5000112-05.2018.4.03.6119	6/2/2018	1728 Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 23/6/2020.		
5000547-76.2018.4.03.6119	12/3/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 9/6/2020.		
5016947-62.2017.4.03.6100	9/3/2018	1728 - Apelação Remessa Necessária
Observação/Providência: Decisão proferida no processo, que está com prazo em curso.		
5024071-29.2018.4.03.0000	28/9/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Processo redistribuído para a Vice-Presidência.		

5025678-77.2018.4.03.0000	11/10/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Analisar o pedido de efeito suspensivo à apelação.		
5019694-15.2018.4.03.0000	16/8/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo arquivado definitivamente.		
5001061-57.2016.4.03.6100	9/8/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Julgar o processo.		
5011460-77.2018.4.03.6100	10/10/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo redistribuição ao Órgão Especial.		
5005405-77.2018.4.03.0000	20/3/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Proferida decisão em 7/4/2020. Processo em duplicidade, foi dado baixa na distribuição.		
5000704-39.2019.4.03.0000	21/1/2019	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Julgar o processo.		
5000092-38.2018.4.03.0000	8/1/2018	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo pautado para 23/6/2020.		
5022292-39.2018.4.03.0000	12/9/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo decidido monocraticamente, com prazo em curso.		
5011309-78.2018.4.03.0000	24/5/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo decidido, com prazo em curso.		
5014892-07.2018.4.03.6100	18/3/2019	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 26/5/2020.		
5017150-20.2019.4.03.0000	4/7/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo decidido monocraticamente, com prazo em curso.		
0000864-11.2008.4.03.6120	6/10/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído a este relator em 17/9/2019, digitalizado no final de 2019. Chegou a este gabinete em novembro de 2019. Julgar o processo.		
0025702-49.2006.4.03.6100	18/10/2007	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
5033185-55.2019.4.03.0000	20/12/2019	1269 - Habeas Corpus Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído a este relator em janeiro/2020. decisão proferida, processo com prazo em curso.		
0004257-47.2011.4.03.6181	26/4/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo julgado em 19/12/2019, pendente de julgamento de ED. julgar o processo.		

0005324-34.2004.4.03.6103	13/5/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo baixado para juízo de origem em 15/4/2020.		
0010499-23.2001.4.03.6100	14/10/2010	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado, com prazo em curso. Observação/Providência: Em 29/8/2019 decidiu o conflito declarando a competência da 1ª seção. Processo julgado com prazo em curso.		
0056979-30.1999.4.03.6100	27/3/2006	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgar o processo.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 44 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, quatro são físicos e 40 são eletrônicos.

Os autos físicos foram inspecionados pelo exame dos extratos de movimentações processuais.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema:

50054057720184030000	50196941520184030000	50113097820184030000
0053243420044036103		

b) incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

50007366720174036126	50001120520184036119	50003701020164030000
50216301220174030000	50003387620184036000	50005623320174036102
50178209220184030000	50044472120184036102	00083960620164036104
00149968920064036105	00247461920144030000	50028323720164030000
50032238920164030000	50011207520174030000	50000447520154036114
50002296120174036141	50005477620184036119	50010615720164036100
50000923820184030000	00008641120084036120	00257024920064036100
00042574720114036181	00569793019994036100	

c) processo julgado em 28/1/2020. Aguarda a publicação de acórdão. Publicar em 20 dias: 50311011820184030000;

d) aguarda exame de liminar/cautelar/antecipação de tutela desde outubro/2018. Proferir decisão em 10 dias: 50256787720184030000;

e) aguarda exame do próprio feito (ação ou recurso), com última conclusão em maio/2018. Analisar petição alegando perda de objeto do processo. Examinar em 20 dias: 50169476220174036100;

f) processos inspecionados que atualmente tramitam em outras unidades:

00034155420144036119	50240712920184030000	50222923920184030000
00041798820144036103	50114607720184036100	

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Foram entrevistados o Desembargador Federal Cotrim Guimarães e a chefe de gabinete, Maria Elisa Pennesi Gouvea.

Em relação à organização do trabalho, o critério utilizado para a distribuição das atividades entre os servidores é o da separação em grupos responsáveis por determinadas matérias: FGTS, Contribuições, Execução Fiscal, Servidor, Contratos,

Imobiliário e Diversos. Ao todo, há 13 servidores na atividade-fim e um servidor na atividade-meio. Além disso, há dois agentes de segurança, além da chefe de gabinete e do assessor.

Há servidores do gabinete em teletrabalho desde 2008. Antes da paralisação em razão da pandemia da Covid-19, 50% dos servidores do gabinete trabalhavam dessa forma. O teletrabalho é parcial. As cotas são fixadas dependendo da complexidade das matérias ou dos recursos. Os servidores encaminham e-mail com a produção semanal para a chefia de gabinete. Em poucas oportunidades, as cotas fixadas previamente não foram cumpridas, tendo o gabinete, entretanto, realizado a compensação respectiva dentro do próprio mês ou, no mais tardar, no mês seguinte.

O gabinete possui um servidor responsável pela triagem de processos de acordo com os critérios de organização adotados. Assim que chegam no gabinete, os autos são etiquetados, conforme as classificações por assunto, e encaminhados para a tarefa “analisar tipo de decisão a proferir”, onde serão examinados pelos responsáveis.

O acervo do gabinete é composto quase totalmente por processos eletrônicos, organizados por etiquetas, com a identificação das matérias e dos servidores responsáveis. Há apenas cinco processos físicos que retornaram da Vice-Presidência, os quais, quando chegaram ao gabinete, foram encaminhados imediatamente para o servidor responsável.

O controle do acervo, das movimentações, das metas do CNJ, das prioridades legais, dos processos remetidos a outros setores, dos embargos de declaração e agravos internos e dos processos urgentes é feito periodicamente dentro do próprio Sistema do PJe, por meio de etiquetas e relatórios gerenciais.

Há controle mensal de processos sem movimentação. O gabinete verifica os relatórios gerenciais e encaminha uma lista com os processos mais antigos para serem trabalhados pelos servidores responsáveis pelas matérias.

Há metas individuais e coletivas. Cada servidor possui uma meta de dois a três processos para examinar, por dia, e, a cada três meses, há reuniões com a participação de todos os servidores e do desembargador federal, para traçar/rever as metas, que são alteradas de acordo com os resultados. O cumprimento de tais metas é controlado pela chefia e os resultados informados regularmente ao desembargador.

Há uma política de recompensa vinculada ao cumprimento das metas: a concessão de um dia de folga para o servidor, a ser gozado no mês seguinte.

Há tratamento específico para feitos com prioridades legais e/ou integrantes de metas do CNJ. Os processos respectivos são etiquetados e há acompanhamento mensal do andamento desses feitos.

Em regra, não são proferidas decisões terminativas. Com a redução do acervo, os temas discutidos nos processos que restaram ainda são controversos na jurisprudência,

o que impossibilita a utilização de decisões monocráticas ou as torna contraproducentes, em função da interposição de sucessivos recursos.

Há utilização de modelos para votos e decisões, previamente aprovados pelo desembargador.

Periodicamente, o Tribunal oferece cursos de capacitação para os servidores e, além disso, alguns servidores os fazem por conta própria.

Há processos sobrestados sobre os seguintes temas: possibilidade de fixação de honorários advocatícios, em exceção de pré-executividade, quando o sócio da pessoa jurídica executada é excluído do polo passivo da execução fiscal, que não é extinta; afastamento da TR como índice de correção monetária dos saldos das contas do FGTS; redirecionamento da execução fiscal para os sócios-gerentes em caso de dissolução irregular da pessoa jurídica executada, com controvérsia acerca do redirecionamento em face do responsável à época do fato gerador ou do encerramento irregular das atividades empresariais; possibilidade da prática de atos constrictivos, em decorrência de sociedade empresária em recuperação judicial, no bojo de execução fiscal; legalidade do estabelecimento, por atos infralegais, de limites máximos para a concessão do parcelamento simplificado instituído pela Lei n. 10.522/2002; diferenças de diárias de magistrada do trabalho, a fim de que atinjam os mesmos valores previstos para os membros do Ministério Público da União, de um 1/30 dos vencimentos (art. 227, inciso II, da Lei Complementar 75/1993); direito à fruição de licenças-prêmio de três meses para cada quinquênio de efetivo exercício da carreira de magistrado (art. 222, inciso III, § 3º, da Lei Complementar 75/1993).

No tocante à Meta 3 do CNJ, algumas liminares foram deferidas para a realização de audiências de conciliação, em casos referentes ao SFH. Havendo solicitação de qualquer das partes, a unidade envia e-mail ao gabinete da conciliação do TRF3, que providencia o agendamento de audiência.

O setor não recebeu nenhum tipo de auxílio entre maio/2019 e abril/2020.

Os pedidos de vista são levados a julgamento em, no máximo, duas sessões, não havendo, atualmente, processos com pedidos de vista pendentes.

O gabinete está funcionando normalmente durante a pandemia da Covid-19. Conforme relatado, houve aumento da produtividade do gabinete nesse período, uma vez que, além de os servidores já estarem adaptados ao teletrabalho, a adoção integral desse regime reduziu a perda de tempo com o deslocamento para o trabalho.

A principal dificuldade relatada pela unidade foi a oscilação da quantidade de processos distribuídos e redistribuídos, o que implica a necessidade de revisão periódica do planejamento do gabinete. Além disso, o gabinete pontuou a necessidade de aquisição, pelo Tribunal, de equipamentos mais adequados ao teletrabalho.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve um pequeno aumento do montante de processos conclusos (de maio/2019 a abril/2020), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior eram 2.577 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 2.755.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 397, na última inspeção, para 352, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio praticado no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 12 meses, enquanto que esse mesmo tempo, na 1ª Seção, equivale a 25 meses. Trata-se de indicador que merece destaque.

Embora tenha havido um pequeno aumento do percentual de processos conclusos no período de um ano, observa-se que a produtividade aumentou em relação à inspeção realizada no ano de 2018. De outra parte, verificou-se redução do número de embargos de declaração.

Ademais, constata-se que a média de tempo entre a distribuição dos feitos e o primeiro julgamento é inferior à média da Seção, o que merece destaque positivo.

Por fim, percebe-se evolução do percentual de cumprimento da Meta 1 do CNJ no último ano.

Vários processos já estavam incluídos em pauta de julgamento e/ou já haviam sido julgados por ocasião da inspeção.

Da inspeção dos processos selecionados e do exame dos dados estatísticos, constata-se que se trata de gabinete com boa gestão do acervo processual.

14. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) cumprir as recomendações do item 11; e

b) manter o atual ritmo de julgamentos com vistas à cessação da tendência de crescimento do número de processos conclusos e ao cumprimento integral da Meta 1 do CNJ.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL PEIXOTO JÚNIOR

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Peixoto Junior

2.2 Turma

Segunda Turma

2.3 Competência

Cível e Criminal (Órgão Especial)

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Otávio Peixoto Junior

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não houve.

3.4 Servidora responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Helen de Oliveira Biajone, chefe de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	12
Servidores sem vínculo	Zero
Estagiários de nível médio	Zero
Estagiários de nível superior	4

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação	9.777
Processos suspensos/sobrestados	59
Processos conclusos	8.795

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete - excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2. Evolução do acervo nos últimos doze meses:	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	9.777
Acervo ajustado no TRF** (ao início do 12º mês anterior)	8.827
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	8.795
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	7.554
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	59
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	38

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Não se aplica.
Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Não se aplica.

Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio: informar n. na data anterior e n. na data posterior.	Não se aplica.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não.

4.4. Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	196
Mandados de segurança	12
IRDR	1
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	97
Reclamações	1
Ações rescisórias	46
Outros	39

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	9.578
Recursos em mandados de segurança coletivos	18
Recursos em ações populares	1
Recursos em ações de improbidade administrativa	2
Recursos em ações civis públicas	30
Recursos em ações de desapropriação	42
Recursos em ações com preferência legal	689
Outros	8.642

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	9.578
Apelações cíveis	6.577
Agravos de instrumento	2.782
Outros	220

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	3
Ações penais	1
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	2

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	4
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Outros	4

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	237
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	220
Agravos legais/regimentais	132
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	131
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	3
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	3

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	1.150
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	13

4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos conclusos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos até 2013	1.388	1.002	735
Distribuídos em 2014	699	524	376
Distribuídos em 2015	1.282	904	775
Distribuídos em 2016	1.472	991	848
Distribuídos em 2017	1.877	1.396	1.052
Distribuídos em 2018	456	2.134	1.516
Distribuídos em 2019	-	603	2.753
Distribuídos em 2020	-	-	740
Total	7.174	7.554	8.795

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	0
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	88
Total como relator para o acórdão	6

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	3.175
Total de processos julgados	4.164
Total de processos baixados	1.871
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-989
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	1.304

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	200
Total de feitos não regularizados	9
Total de feitos verificados na inspeção anterior	192
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	3.168
Processos julgados no ano anterior	2.405
Processos distribuídos no ano corrente	879
Processos julgados no ano corrente	474

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.512
Pendentes em 31/12/2019	1.094
Porcentagem de atendimento da meta	75,61%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.272
Pendentes em 31/12/2019	791
Porcentagem de atendimento da meta	75,63%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5.685
Pendentes no último dia do mês anterior	1.781
Porcentagem de atendimento da meta	68,68%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.998
Pendentes no último dia do mês anterior	777
Porcentagem de atendimento da meta	70,94%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	41
Pendentes em 31/12/2019	1
Porcentagem de atendimento da meta	166,67% (Ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública) e 166,67% (Ações de improbidade administrativa)

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	14
Pendentes no último dia do mês anterior	2
Porcentagem de atendimento da meta	142,86% (Ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública) e 83,33% (Ações de improbidade administrativa)

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica.
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica.
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica.

Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica.
--	----------------

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	7
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	6
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	2
Processos baixados no ano anterior	8
Processos julgados no ano anterior	4
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.
Pendentes em 31/12/2019	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e Impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	Não se aplica.
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica.

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

No relatório da última inspeção (2018) constaram como recomendações: a) cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3; b) solucionar, no prazo de 90 dias, os processos inspecionados em 2016 pendentes; c) solucionar, no prazo de 90 dias, os processos autoinspecionados em 2017 pendentes; d) julgar, no prazo de 90 dias, os embargos de declaração e os agravos legais/regimentais pendentes de julgamento; e) levar para exame do colegiado, no prazo de 90 dias, os processos com tutela provisória, há mais de 90 dias; f) priorizar os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade; g) priorizar os feitos das matérias objeto das Metas 4/2018 e 06/2018 do CNJ; e h) além das recomendações citadas, o magistrado deverá elaborar, no prazo de 60 dias, estratégia de trabalho voltado à priorização dos feitos de maior antiguidade e redução do acervo, tendo em vista a quantidade existente aguardando julgamento. O resultado dessa ação deverá ser apresentado à Corregedoria a cada 6 meses, durante o período de dois anos.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

Foram adotadas as seguintes medidas: a) Lançada declaração de voto e lavrado acórdão em todos os processos pendentes (item 2). Feita a regularização no sistema de todos os feitos indicados (item 3). Quanto aos feitos relacionados para julgamento, foi proferida decisão (monocrática ou colegiada) em todos (item 3). b e c) Não há pendências nos processos de inspeção de 2016 e 2017. d) Dos 314 embargos de declaração e 182 agravos legais/regimentais indicados, todos foram julgados, com exceção de dois feitos, nos quais foi determinado o sobrestamento em vista do quanto

decidido pelo STJ nos autos do REsp 1.358.837/SP (Tema 961). e) Dos 92 processos com tutela concedida, todos foram levados a julgamento. Quanto às alíneas f, g e h, serão prestadas informações no item a seguir em razão da limitação de caracteres.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Em vista da recomendação de priorização da Meta 2 do CNJ, foi elaborada estratégia de trabalho mais diretamente voltada para essa finalidade, tendo sido feito o levantamento da relação de processos junto ao Setor de Estatística do Tribunal para fins de triagem, bem como a designação de equipe de servidores para trabalhar de forma exclusiva em tais feitos. Tomando por base a quantidade de feitos conclusos, com distribuição até 2014, indicada à fl. 133 do relatório e os dados de estatística fornecidos pelo Tribunal em abril de 2020, houve uma redução de 734 processos. Em 2020, o gabinete está dando continuidade aos trabalhos a fim de pôr termo ao acervo de processos distribuídos até 2014. O gabinete também elaborou similar estratégia para priorização das ações coletivas. Em atendimento à determinação de apresentação dos resultados à Corregedoria a cada 6 meses, foram encaminhados ofícios em 10/7/2019 e 7/1/2020.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Em virtude das recomendações, foi reorganizada a estratégia de trabalho, de modo que parte dos servidores trabalha de forma exclusiva em processos de Metas do CNJ, e o restante da equipe trabalha nos demais feitos, com o objetivo de aumentar o número de processos julgados e, conseqüentemente, reduzir o acervo e atender às metas. Informa-se que, segundo dados dos relatórios estatísticos BI da 3ª Região, em 2019 foram realizados 4.413 julgamentos, o que representa um aumento de 738 em produtividade em comparação com 2018, quando foram realizados 3.675 julgamentos. Quanto aos processos mais antigos por ano de distribuição, eram 1.388 em abril de 2018, e 735 em abril de 2020, ou seja, houve uma redução de quase metade do respectivo acervo. Destaca-se que há quatro vagas sem preenchimento e o número de processos distribuídos vem crescendo de forma cada vez mais acelerada. Não obstante, o gabinete trabalha envidando esforços para que o aumento da produtividade supere o da distribuição.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O gabinete tem buscado manter trabalho equilibrado entre os processos das metas do CNJ e os feitos cujas matérias possuem maior volume de distribuição, com o escopo de dar a necessária atenção às prioridades e metas e, concomitantemente, garantir a produtividade para fins de redução do acervo. Nos últimos anos, tem trabalhado, a maior parte do tempo, sem o quadro de servidores completo, com atualmente quatro vagas sem preenchimento. Ademais, no 2º semestre de 2019, o gabinete teve de alocar parte dos servidores para desempenhar tarefas para envio de autos físicos para digitalização. Não obstante a importância da medida, há impacto na atividade-fim. Também é gasto muito tempo com problemas de ordem técnica em sistemas eletrônicos. Destaca-se, por fim, que o gabinete envida esforços para que a atividade jurisdicional seja prestada com a maior qualidade possível, com todos os servidores recebendo constante orientação da assessorial e contando com participação integral do desembargador.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
50012104320184036113	27/7/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso de apelação de relatoria do Des. Fed Cotrim Guimarães. A Segunda Turma, decidiu, por maioria, rejeitar arguição de incidente de inconstitucionalidade proposta pelo relator, nos termos do voto do Desembargador Federal Peixoto Junior. Acórdão fora lavrado e autos retornaram ao gabinete do relator.		
50017211820164030000	23/9/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo inspecionado. Em 27/4/2020, foi proferida decisão não conhecendo do recurso. Os autos encontram-se na secretaria.		
50011894420164030000	15/8/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo inspecionado. Foi proferida decisão em 18/11/2016 indeferindo pedido de antecipação da tutela recursal formulado pela parte agravante e os autos encontram-se conclusos para julgamento do agravo de instrumento.		
50000029720174036100	24/2/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos conclusos para julgamento do recurso de apelação.		
50000473220164036102	2/6/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Considerando que não há pedido de antecipação da tutela recursal pendente de apreciação, foi retificada a autuação no PJe. Os autos encontram-se conclusos para julgamento do recurso de apelação.		
50000320520174036110	8/5/2017	199 - Remessa Necessária Cível

Observação/Providência: Processo inspecionado. Tendo em vista a juntada de ofício encaminhado pelo juízo de primeiro grau informando que os autos foram equivocadamente remetidos ao Tribunal, foi proferido despacho determinando a devolução dos autos à vara de origem e a baixa no sistema PJe 2º grau. Autos na vara de origem.		
00064683320154030000	26/3/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo inspecionado. Embora conste no indicador pendência de agravo legal/regimental, não há tal recurso nos autos, que se encontram conclusos para julgamento do agravo de instrumento. Proferido despacho determinando que a secretaria proceda à retificação no sistema de acompanhamento processual.		
00255488020154030000	5/11/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferida decisão indeferindo pedido de efeito suspensivo. Embora conste no indicador pendência de agravo legal/regimental, não há tal recurso nos autos. Proferido despacho determinando que a secretaria proceda à retificação no sistema de acompanhamento processual.		
00098214720164030000	31/5/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferida decisão monocrática negando seguimento ao recurso. Em juízo de retratação, foi reconsiderado o primeiro "decisum", julgando prejudicado o agravo interno e indeferindo pedido de efeito suspensivo ao recurso. Autos conclusos para julgamento do agravo de instrumento.		
5019153-16.2017.4.03.0000	6/10/2017	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferida decisão em 10/1/2018 indeferindo pedido de antecipação da tutela recursal, contra a qual foi interposto agravo interno. Posteriormente, foi proferida decisão não conhecendo do agravo de instrumento e julgando prejudicado o agravo interno. Autos na Secretaria.		
5024022-22.2017.4.03.0000	11/12/2017	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo inspecionado. Foi proferida decisão em 18/5/2018 indeferindo pedido de efeito suspensivo. Os autos encontram-se conclusos para julgamento do agravo de instrumento.		
5002948-61.2017.4.03.6126	24/9/2018	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos conclusos para julgamento do recurso de apelação.		
5008720-49.2018.4.03.6100	31/1/2019	66 - Ação Popular
Observação/Providência: Processo inspecionado. Tendo em vista a matéria debatida nos autos, foi proferida decisão declinando da competência e determinando a redistribuição do feito a uma das Turmas da Segunda Seção.		
5000622-78.2018.4.03.6002	23/5/2019	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos conclusos para julgamento do recurso de apelação.		
50219384820174030000	16/11/2017	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo inspecionado. Foi proferido despacho em 11/12/2017 designando o juízo suscitante para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes, e		

determinando a abertura de vista ao Ministério Público Federal. Os autos encontram-se conclusos para julgamento do conflito de competência.		
50162111120174030000	1º/9/2017	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo inspecionado. Foi proferido despacho em 11/12/2017 designando o juízo suscitante para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes, e determinando a abertura de vista ao Ministério Público Federal. Os autos encontram-se conclusos para julgamento do conflito de competência.		
50138753420174030000	6/8/2017	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferida decisão em 19/9/2017 indeferindo o pedido de atribuição de efeito suspensivo à apelação. A secretaria devolveu os autos ao gabinete. Sem interposição de recurso contra a decisão, foi proferido despacho determinando à secretaria que proceda à baixa no sistema.		
50246458620174030000	18/12/2017	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo inspecionado. O conflito de competência foi julgado pela Primeira Seção em sessão realizada em 7/5/2020.		
00155477020144030000	26/6/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferida decisão negando seguimento ao agravo de instrumento pelo Desembargador Federal Souza Ribeiro. Agravo legal julgado em 4/4/2017, vencido o relator. Embargos de declaração julgados em 22/1/2019. Autos devolvidos pela Vice-Presidência para juízo de retratação em 14/5/2019.		
00772614620054030000	30/9/2005	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferida decisão negando seguimento ao agravo de instrumento pela Des. Fed. Cecília Mello em 4/12/2009. Agravo legal julgado pela Segunda Turma em 23/2/2010, vencida a relatora. Autos devolvidos pela Vice-Presidência para juízo de retratação em 27/6/2017.		
00000091420074036105	15/2/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Foi proferida decisão indeferindo pedido da parte apelada de remessa dos autos à vara de origem para apreciação de petição que indica. Opostos embargos de declaração, foram rejeitados. Os autos encontram-se conclusos para julgamento do recurso de apelação.		
50015208920174030000	9/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo inspecionado. O agravo de instrumento foi julgado pela Segunda Turma em 14/4/2020. Os autos encontram-se na secretaria.		
00078071220104036108	26/9/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Apelação julgada em 20/6/2017. Embargos de declaração opostos pela parte apelante contra o acórdão rejeitados. Embargos de declaração opostos pela parte apelada não conhecidos. Determinada a remessa dos autos à Vice-Presidência em razão da interposição de recurso especial.		
50174813620184030000	25/7/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo inspecionado. Foi proferida decisão em 30/7/2018 indeferindo pedido de antecipação da tutela recursal. Opostos embargos de declaração, foram rejeitados. Os autos encontram-se na secretaria.		

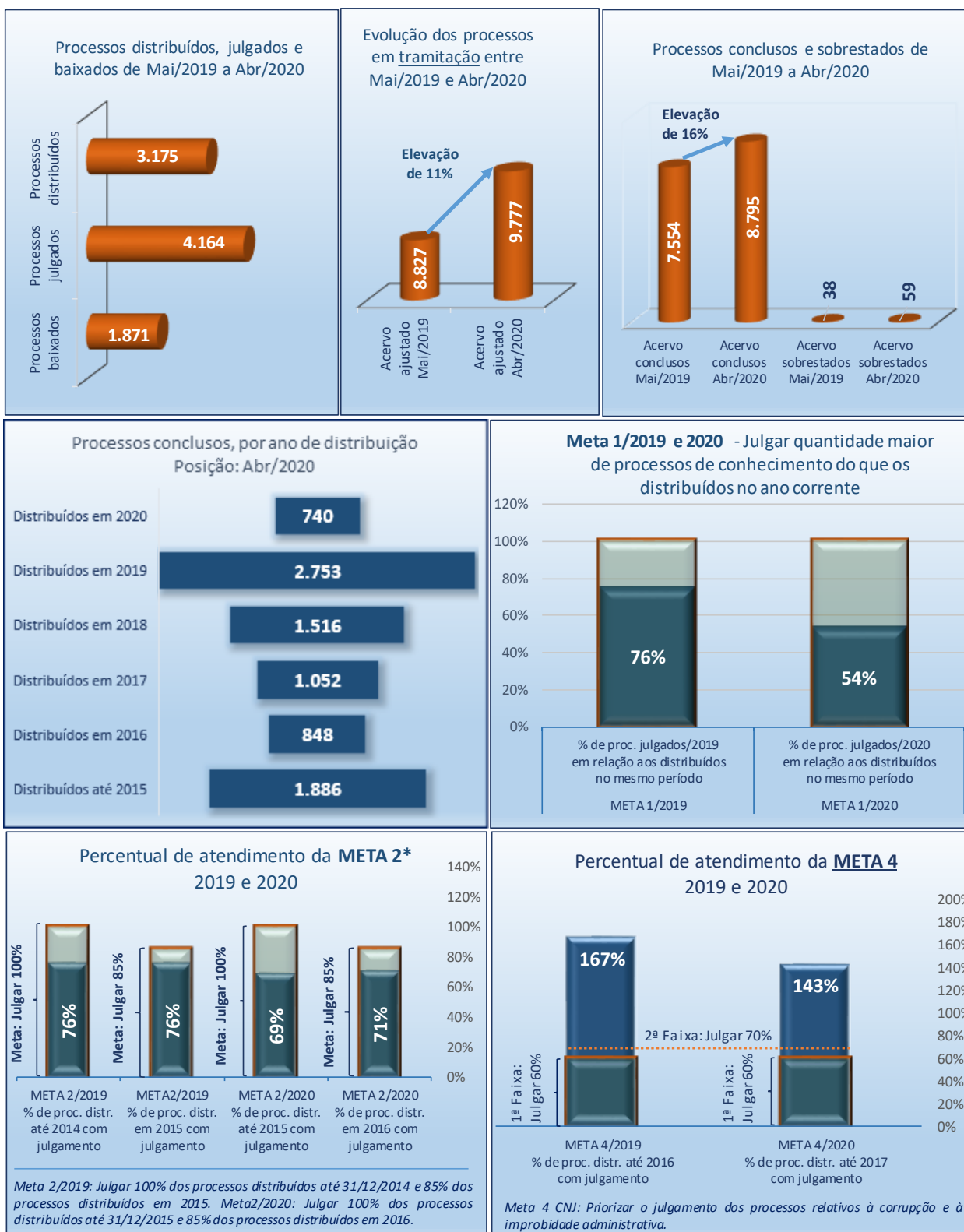
50163286520184030000	13/7/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo inspecionado. Foi proferida decisão em 25/7/2018 indeferindo pedido de antecipação da tutela recursal. Opostos embargos de declaração, foram rejeitados. Os autos encontram-se na secretaria.		
0014736-22.2009.4.03.6100	4/4/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos conclusos para julgamento de recurso de apelação e de agravo retido.		
0008429-03.2010.4.03.6105	6/4/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos conclusos para julgamento do recurso de apelação.		
0002115-04.2007.4.03.6119	31/3/2011	198 –A pelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos conclusos para julgamento dos recursos de apelação.		
0001321-52.2008.4.03.6117	25/4/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos conclusos para julgamento do recurso de apelação.		
0000362-80.2000.4.03.6111	19/4/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos conclusos para julgamento do recurso de apelação e da remessa oficial.		
0002141-18.2006.4.03.6125	26/4/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos conclusos para julgamento dos recurso de apelação.		
0013580-17.2005.4.03.6107	25/4/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos conclusos para julgamento do recurso de apelação.		
0023054-73.2008.4.03.6182	10/5/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos conclusos para julgamento do recurso de apelação.		
0000529-86.2007.4.03.6100	29/11/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos conclusos para julgamento dos recursos de apelação e da remessa oficial.		
0003344-13.2008.4.03.6103	4/1/2012	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos conclusos para julgamento do recurso de apelação e da remessa oficial.		
0019500-85.2008.4.03.6100	3/5/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos conclusos para julgamento do recurso de apelação e da remessa oficial.		

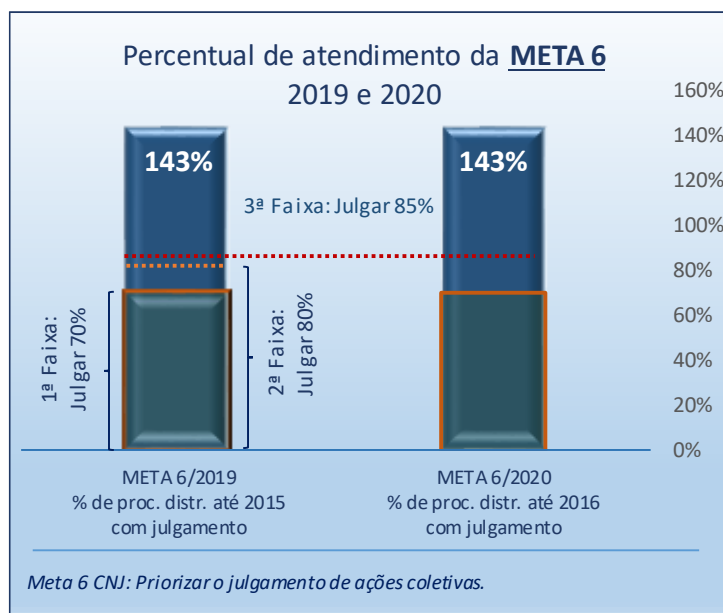
0020779-34.2012.4.03.0000	20/7/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos conclusos para julgamento do agravo de instrumento.		
0010232-70.2009.4.03.6100	27/2/2013	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos conclusos para julgamento da remessa oficial.		
0001396-63.2009.4.03.6115	19/9/2013	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos conclusos para julgamento da remessa oficial.		
0002856-03.2000.4.03.6115	19/9/2013	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Autos conclusos para julgamento da remessa oficial.		
0015149-31.2011.4.03.0000	6/6/2011	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo inspecionado. O agravo de instrumento foi julgado pela Segunda Turma em 27/3/2012. Os autos foram devolvidos pela Vice-Presidência em 5/2/2014 para juízo de retratação e encontram-se conclusos para julgamento.		
0017985-06.2013.4.03.0000	31/7/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo inspecionado. Foi proferida decisão indeferindo o pedido de efeito suspensivo formulado pela parte agravante e os autos encontram-se conclusos para julgamento do agravo de instrumento.		
5006292-95.2017.4.03.0000	12/5/2017	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Processo inspecionado. Em 27/4/2020 foi proferida decisão julgando prejudicado o incidente. Os autos encontram-se na Secretaria.		
5010874-41.2017.4.03.0000	4/7/2017	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Processo inspecionado. Tendo em vista tratar-se de reclamação referindo decisão da Primeira Turma, foi proferida decisão declinando da competência ao referido órgão e determinando a retificação da classe processual no sistema PJe.		
5020181-19.2017.4.03.0000	20/10/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo inspecionado. Foi proferida decisão apreciando o pedido formulado pela parte requerente nos autos do incidente de atribuição de efeito suspensivo à apelação. Os autos encontram-se na Secretaria.		
5020809-08.2017.4.03.0000	27/10/2017	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Processo inspecionado. Em 27/4/2020 foi proferido despacho determinando o encaminhamento dos autos à vara de origem para as providências cabíveis, tendo em vista que irregularmente subiram ao Tribunal. Os autos foram, então, baixados à primeira instância.		
5013875-34.2017.4.03.0000	6/8/2017	12083 - Tutela Antecipada Antecedente

Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferida decisão em 19/9/2017 indeferindo o pedido de atribuição de efeito suspensivo à apelação. A secretaria devolveu os autos ao gabinete. Sem interposição de recurso contra a decisão, foi proferido despacho determinando à Secretaria que proceda à baixa no sistema.		
5021116-59.2017.4.03.0000	1º/11/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo inspecionado. Foi proferida decisão apreciando o pedido formulado pela parte requerente nos autos do incidente de atribuição de efeito suspensivo à apelação. Os autos encontram-se na secretaria.		
5023539-89.2017.4.03.0000	5/12/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo inspecionado. Foi proferido despacho determinando o encaminhamento dos autos à vara de origem para as providências cabíveis, tendo em vista que irregularmente subiram ao Tribunal. Os autos encontram-se na secretaria.		
5024106-23.2017.4.03.0000	12/12/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferida decisão em 7/2/2018 indeferindo o pedido de atribuição de efeito suspensivo à apelação. A secretaria devolveu os autos ao gabinete. Sem interposição de recurso contra a decisão, foi proferido despacho determinando à secretaria que proceda à baixa no sistema.		
5007604-72.2018.4.03.0000	13/4/2018	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo inspecionado. Foi proferida decisão homologando pedido de desistência. Os autos encontram-se na secretaria.		
5017039-07.2017.4.03.0000	13/9/2017	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Foi proferida decisão indeferindo a inicial e julgando extinto o processo sem resolução do mérito. Os autos encontram-se na secretaria.		
5009370-63.2018.4.03.0000	7/5/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Foi proferida decisão julgando extinto o feito sem exame do mérito. Opostos embargos de declaração, foram rejeitados. Os autos encontram-se na secretaria.		
5007210-65.2018.4.03.0000	10/4/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferida decisão indeferindo pedido formulado nos autos do incidente, contra a qual foram opostos embargos de declaração. Foi, então, proferida decisão julgando prejudicados o incidente e os embargos de declaração por perda de objeto. Autos encontram-se na secretaria.		
5026554-32.2018.4.03.0000	22/10/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Processo inspecionado. Em 27/4/2020 foi proferida decisão indeferindo o pedido formulado nos autos do incidente. Os autos encontram-se na secretaria.		
5025757-56.2018.4.03.0000	11/10/2018	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo inspecionado. Foi proferida decisão em 27/4/2020 não conhecendo do pedido formulado nos autos do incidente. Os autos encontram-se na secretaria.		

5012872-10.2018.4.03.0000	12/6/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Proferida decisão indeferindo pedido de liminar formulado pela parte impetrante, determinando a notificação da autoridade impetrada e a abertura de vista ao Ministério Público Federal. Tendo em vista que a União peticionou nos autos, foi proferido despacho. Autos na secretaria.		
5027416-03.2018.4.03.0000	29/10/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Foi proferida decisão indeferindo pedido de liminar, determinando a notificação da autoridade impetrada e a abertura de vista ao Ministério Público Federal. Os autos encontram-se na secretaria.		
5000781-48.2019.4.03.0000	21/1/2019	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo inspecionado. Foi proferida decisão indeferindo a inicial e julgando extinto o feito sem exame do mérito. Os autos encontram-se na secretaria.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 77 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, dois são físicos e 75 são eletrônicos.

Os autos físicos foram inspecionados pelo exame dos extratos de movimentações processuais.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema:

50062929520174030000	50017211820164030000	50191531620174030000
50015208920174030000	50201811920174030000	50208090820174030000
50138753420174030000	50211165920174030000	50235398920174030000
50241062320174030000	50170390720174030000	50072106520184030000
50265543220184030000	50257575620184030000	

b) incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

50011894420164030000	50029486120174036126	50000029720174036100
50000473220164036102	00064683320154030000	00255488020154030000
00098214720164030000	50240222220174030000	50006227820184036002
50219384820174030000	50162111120174030000	00155477020144030000
00000091420074036105	00147362220094036100	00084290320104036105
00021150420074036119	00013215220084036117	00003628020004036111
00021411820064036125	00135801720054036107	00230547320084036182
00005298620074036100	00033441320084036103	00195008520084036100
00207793420124030000	00102327020094036100	00013966320094036115
00028560320004036115	00151493120114030000	00179850620134030000

50128721020184030000	00016068220164030000	50047081320194036114
00034246920164030000	00129812120134036100	00277068820084036100
00296113620054036100	00117103120004036100	00198708020034039999
00303682520084036100	00126348320074036104	00007384119964036100
06013086019964036105	00043334319994036100	

c) aguarda despacho de pedido de desistência do feito, já contrarrazoado, desde abril/2018. Despachar em 20 dias: 00029393420004036110;

d) processos inspecionados que atualmente tramitam em outras unidades:

50012104320184036113	50108744120174030000
----------------------	----------------------

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Foi entrevistado o Desembargador Federal Peixoto Junior.

Em relação à organização do trabalho, no gabinete há, atualmente, 12 servidores e quatro vagas desocupadas. Devido ao grande volume de feitos recebidos diariamente, foram designados dois servidores para cuidar do fluxo de entrada de processos pelo PJe e elaborar minutas de despacho e decisões monocráticas, sendo que um deles trabalha exclusivamente nessas atribuições e o outro servidor, em parte do expediente, dedica-se, também, à elaboração de minutas de votos. Há oito servidores designados exclusivamente para a elaboração de minutas de votos. A chefe de gabinete e a assessora são responsáveis, entre outras atividades de rotina do gabinete, pela organização das pautas de julgamento, análise das solicitações recebidas por e-mail, auxílio ao desembargador na correção das minutas preparadas pelos demais servidores e elaboração de minutas de decisões em agravo de instrumento e de votos em processos de maior complexidade.

No período anterior à pandemia da Covid-19, o gabinete possuía quatro servidores em regime de teletrabalho parcial. As metas eram fixadas individualmente, com base na complexidade da matéria, e o acompanhamento do seu cumprimento era feito a cada duas semanas. Quando verificado descumprimento, a chefia de gabinete buscava orientar o servidor com o intuito de aprimoramento dos resultados. Atualmente, em razão da pandemia, 11 servidores, inclusive a assessora e a chefe de gabinete, encontram-se em regime de teletrabalho em tempo integral. As metas foram fixadas também considerando o trabalho a ser realizado e o acompanhamento é feito semanalmente.

Os processos do acervo do gabinete tramitam de forma eletrônica no PJe, com exceção de alguns feitos de competência do Órgão Especial. Os processos passam por triagem no momento da entrada no gabinete e são organizados por tipo de ação ou recurso e por matéria, por meio de ferramentas do PJe, especialmente as etiquetas, que permitem a realização de filtros de pesquisa para a organização dos trabalhos. Em relação às apelações, a equipe responsável pelo fluxo processual verifica se os autos estão em termos para julgamento. Em caso positivo, é feita anotação identificando a

matéria e o processo é alocado em tarefa própria para oportuna elaboração de minuta. Quando os autos não estão em termos, é preparada minuta de despacho para regularização. Quanto aos agravos de instrumento, é feita uma prévia análise dos requisitos de admissibilidade. Nos casos em que não há pedido de natureza liminar, é preparada minuta de despacho para impulso processual. Nos feitos com pedido de tal natureza, primeiramente é analisado se há risco de perecimento de direito, para que as providências cabíveis sejam tomadas em tempo hábil. Além disso, após a identificação, por matéria, os processos são encaminhados para o desembargador para exame e decisão. O gabinete tem se dedicado à análise de pedidos de natureza liminar em agravos de instrumento com o objetivo de trabalhar com a distribuição. Para tanto, a chefe de gabinete e a assessora têm trabalhado nesses processos, junto com o desembargador, que continuamente destaca para a equipe a importância de priorizar tais feitos. Já os processos de competência originária, tais como ações rescisórias e mandados de segurança contra ato judicial, são analisados previamente pelo assessor II, que, então, os encaminha para o desembargador. Os processos físicos de competência do Órgão Especial, quando chegam no gabinete, são triados pela assessora.

Os processos eletrônicos são organizados por tipo de ação ou recurso e por matéria, sendo que, para tanto, o gabinete utiliza as etiquetas do PJe, as quais permitem a realização de filtros de pesquisa para localização de processos. Tendo em vista que, no segundo semestre de 2019, a Presidência do Tribunal determinou a digitalização do acervo físico da Corte e, hoje, a quase totalidade de processos do acervo do gabinete tramita eletronicamente no PJe, com exceção de alguns processos de competência do Órgão Especial. Estes processos, que tramitam em autos físicos, são triados pela assessora e alocados em armário próprio para posterior análise.

Há controle do acervo, atualmente realizado por meio de planilhas internas, bem como por meio de relatórios gerenciais emitidos pelo PJe e relatórios estatísticos do Tribunal, os quais retratam a quantidade de processos distribuídos, julgados e baixados em cada mês, bem como a quantidade de processos conclusos. Para algumas informações, o gabinete precisa solicitar os dados diretamente ao Setor de Estatísticas do Tribunal. Quanto às metas do CNJ, periodicamente, o gabinete apura a quantidade de processos incluídos, por meio dos citados relatórios, de modo a manter constante o julgamento de tais feitos. Quanto aos processos com prioridades legais, o gabinete utiliza as ferramentas do PJe, no qual os processos com anotação de prioridades legais aparecem para visualização em primeiro lugar (antes dos processos sem prioridades legais). Também é possível utilizar filtros para selecionar processos com prioridades legais. No que diz respeito ao controle de urgências, por ocasião da triagem é verificado se há pedido envolvendo perecimento de direito, os quais são registrados em planilha de controle e imediatamente comunicados à chefia ou à assessoria do gabinete. Os processos recebidos com embargos de declaração ou agravos internos são identificados e há um servidor designado para a elaboração das minutas. Quanto aos processos

remetidos para outros setores, o gabinete realiza controle, por meio de planilha dos feitos que são encaminhados a outros desembargadores em razão de pedido de vista. Relatou-se, ainda, que, nos sistemas disponíveis, não há ferramentas para verificação da situação de cada um dos processos a partir do momento em que saem do gabinete, de modo que, para levantamento de tais informações, faz-se necessário solicitá-las ao Setor de Estatística do Tribunal.

A equipe que cuida da triagem é também responsável por verificar as petições juntadas nos processos do gabinete, de forma que, nos casos que demandam despachos meramente ordinatórios, já é elaborada minuta. Quanto são situações em que é necessária mais aprofundada análise, a equipe comunica à chefia ou à assessoria para prévio exame dos autos, antes de encaminhá-los ao desembargador. Em relação aos processos em termos para julgamento, a unidade informou que possui estratégia de trabalho para priorizar os mais antigos (Meta 2).

Há metas individuais de produtividade, relacionadas ao grau de complexidade dos processos. Não há metas coletivas.

Não há política de recompensas vinculadas ao cumprimento das metas.

Há tratamento específico para feitos com prioridades legais ou incluídos nas metas do CNJ. A título ilustrativo, destaca-se que, para os processos de maior antiguidade do acervo (Meta 2), elaborou-se estratégia de trabalho diretamente voltada para essa finalidade, tendo sido designada equipe de servidores para trabalhar exclusivamente em tais feitos. Outros servidores foram designados para elaboração de minutas em processos versando matéria repetitiva, com maior volume de distribuição, com o objetivo de aumentar a produtividade e, assim, também atender à Meta 1. No que diz respeito às ações coletivas (Meta 6), periodicamente o gabinete realiza o levantamento da quantidade de ações dessa natureza, por meio dos relatórios emitidos eletronicamente ou obtidos junto ao Setor de Estatísticas do Tribunal. Atualmente o assessor II está trabalhando nessas ações.

São utilizadas decisões terminativas, precipuamente nas situações em que é possível aplicar o disposto no artigo 932, inciso III, do CPC. Nos casos em que há análise do mérito, geralmente os feitos são levados a julgamento perante o Colegiado.

Há utilização de modelos para decisões e votos, previamente aprovados pelo desembargador, nos casos que versam questões repetitivas.

O Tribunal fornece e divulga cursos e palestras presenciais e on-line para os servidores.

Há processos sobrestados das seguintes matérias: Temas 961 (possibilidade de fixação de honorários advocatícios, em exceção de pré-executividade, quando o sócio da pessoa jurídica executada é excluído do polo passivo da execução fiscal, que não é extinta); 962 (possibilidade de redirecionamento da execução fiscal contra o sócio da

pessoa jurídica executada, que, apesar de exercer a gerência da sociedade empresária devedora à época do fato gerador, dela regularmente se afastou, sem dar causa, portanto, à posterior dissolução irregular da pessoa jurídica executada); 981 (hipóteses de redirecionamento de execução fiscal, quando fundado na ocorrência de dissolução irregular da sociedade empresária executada ou de sua presunção); 987 (possibilidade da prática de atos constitutivos, em face de pessoa jurídica em recuperação judicial, em sede de execução fiscal de dívida tributária e não tributária); e 1012 (possibilidade de manutenção de penhora de valores via Sistema BACENJUD no caso de parcelamento do crédito fiscal executado); todos do STJ; e ADI 5090 (correção de saldo do FGTS pela TR), do STF.

Os processos que comportam conciliação são enviados ao gabinete de conciliação, quando por ele solicitado ou quando há pedido das partes.

O gabinete não recebeu nenhum auxílio entre maio/2019 e abril/2020.

O gabinete busca levar os pedidos de vista na sessão subsequente, ressalvadas situações que demandem mais tempo para análise em razão da complexidade dos feitos.

Durante o período da pandemia da Covid-19, o desembargador e os servidores estão trabalhando de forma remota (teletrabalho), com exceção de um servidor que optou por continuar realizando trabalho presencial. O atendimento ao público externo é realizado pelo e-mail institucional do gabinete, em observância ao disposto no art. 1º, § 2º, da Portaria Conjunta PRES/CORE 3/2020. A comunicação entre os setores internos do Tribunal também é realizada por e-mail institucional das unidades judiciárias, bem como por meio da plataforma *Microsoft Teams*, fornecida pela Corte.

Foram apontadas pela unidade as seguintes dificuldades: nos últimos anos, o gabinete tem trabalhado na maior parte do tempo sem o quadro de servidores completo, com, atualmente, quatro vagas não preenchidas. Destacou-se, ainda, que enfrenta dificuldades por ocasião da correção das minutas. Depois da inclusão em pauta dos processos, estes são encaminhados para o desembargador, que analisa cada minuta. Relatou-se que, em cada pauta, são identificados, na maioria das minutas, inconsistências e imprecisões corrigidas pelo desembargador com o auxílio da assessoria e da chefia de gabinete. Ressaltou-se que, nessa etapa, são envidados grandes esforços e empregado bastante tempo para se obter uma versão definitiva das minutas, algumas vezes sendo necessário reformulá-las por completo. Também gastou-se muito tempo com problemas de ordem técnica em sistemas eletrônicos, havendo quase sempre a necessidade de abertura de chamado junto ao setor competente para regularização. Narrou-se, também, que são frequentes as falhas no PJe durante a execução dos trabalhos nos processos. O gabinete relatou, ainda, que enfrenta dificuldades com as inconsistências de dados de estatística. A título ilustrativo, destacou-se que, nos feitos de competência originária e recursos interpostos diretamente no Tribunal, o próprio advogado faz o preenchimento dos dados da autuação no PJe, os quais nem sempre correspondem à realidade dos autos. Por fim, também foi apontado o

fato de que os recursos remetidos ao Tribunal permanecem com os dados de autuação da primeira instância.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de maio/2019 a abril/2020). Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 7.554 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 8.795.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 398, na última inspeção, para 237, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio gasto, entre a distribuição e o primeiro julgamento, são 32 meses, no gabinete, enquanto que o mesmo tempo, na 1ª Seção, equivale a 25 meses. Trata-se de indicador a ser aperfeiçoado.

Embora tenha havido um aumento do percentual de processos conclusos, observa-se que a produtividade do gabinete aumentou em relação à inspeção realizada no ano de 2018. Além disso, houve diminuição do número de embargos de declaração, o que constitui ponto positivo.

Ademais, constata-se, consoante os dados relacionados, que, no gabinete, a média de tempo entre a distribuição dos feitos e o primeiro julgamento é superior à média da Seção.

De outra parte, vê-se que as Metas 1 e 2 do CNJ não foram cumpridas no último ano, o que merece atenção.

Vários processos já estavam incluídos em pauta de julgamento e/ou já haviam sido julgados por ocasião da inspeção.

Da inspeção dos processos selecionados e do exame dos dados estatísticos, constata-se que se trata de gabinete que necessita de alguns ajustes na gestão do acervo processual.

14. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 11;
- b) providenciar plano de julgamentos para redução do número de processos conclusos; e
- c) adotar plano de gestão para o cumprimento das metas do CNJ.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FRANCISCO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal José Carlos Francisco

2.2 Turma

Segunda Turma que integra a Primeira Seção do Tribunal.

2.3 Competência

A competência da Primeira Seção abarca as seguintes matérias: (I) - contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); (II) - direito privado, dentre outras: a) domínio e posse; b) locação de imóveis; c) família e sucessões; d) direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; (III) - trabalhista de competência residual; (IV) - propriedade industrial; (V) - registros públicos; (VI) - servidores civis e militares; e (VII) - desapropriações e apossamentos administrativos.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal José Carlos Francisco.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

O Desembargador Federal José Carlos Francisco foi nomeado como desembargador pelo Decreto de 14/1/2020, publicado no DOU de 15/1/2020, com posse no TRF3 em 6/2/2020, tendo sido designado para integrar a 2ª Turma, gabinete n. 1025, a partir de

7/2/2020. Até a sua nomeação como desembargador, o Dr. Carlos Francisco foi titular da 14ª Vara Cível da Subseção Judiciária de São Paulo.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

O Desembargador Souza Ribeiro foi responsável pelo acervo no período de 22/12/2015 a 27/10/2019, quando então foi removido para a Sexta Turma. A partir de 28/10/2019, o Juiz Federal Erik Frederico Gramstrup foi convocado para ocupar o cargo vago, até 7/2/2020.

3.4 Servidores responsáveis pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Claudia de Amorim Lupo (chefe de gabinete) e Júlio Neves da Silva (assessor).

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	16
Estagiários de nível superior	2
Servidores sem vínculo	nenhum
Estagiários de nível médio	nenhum
Outros	nenhum

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	5.160
Processos suspensos/sobrestados	231
Processos conclusos	3.932
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	Levantamento da área de estatística não reportou nenhum processo.
Processos em mutirão, Turma suplementar	Levantamento da área de estatística não reportou nenhum processo.

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete - excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	5.160
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	4.184

Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	3.932
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	2.656
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	231
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	49

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: informar n. na data anterior e n. na data posterior.	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	82
IRDR	2
IAC	A área de Estatística não reportou nenhum processo.
Conflitos de competência	30
Reclamações	3
Ações rescisórias	18
Outros	21
Mandados de segurança	8
Arguição de inconstitucionalidade	A área de Estatística não reportou nenhum processo.

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	5.074
Recursos em mandados de segurança coletivos	16
Recursos em ações populares	4
Recursos em ações de improbidade administrativa	2
Recursos em ações civis públicas	14
Recursos em ações de desapropriação	32
Recursos em ações com preferência legal	372
Outros	4.634

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	5.074
Apelações cíveis	3.485
Agravos de instrument	1.478
Outros	109

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	A área de Estatística não reportou nenhum processo.
Ações penais	A área de Estatística não reportou nenhum processo.
Inquéritos	A área de Estatística não reportou nenhum processo.
Habeas corpus	A área de Estatística não reportou nenhum processo.
Revisões criminais	A área de Estatística não reportou nenhum processo.
Outros	A área de Estatística não reportou nenhum processo.

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	4
Apelações	4
Recursos em sentido estrito	A área de Estatística não reportou nenhum processo.

Recursos em habeas corpus	A área de Estatística não reportou nenhum processo.
Recursos em mandado de segurança	A área de Estatística não reportou nenhum processo.
Embargos infringentes e de nulidade	A área de Estatística não reportou nenhum processo..
Outros	A área de Estatística não reportou nenhum processo.

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	não há
Apelações	A área de Estatística não reportou nenhum processo.
Ações penais	A área de Estatística não reportou nenhum processo.
Inquéritos	A área de Estatística não reportou nenhum processo.
Habeas corpus	A área de Estatística não reportou nenhum processo.
Outros	A área de Estatística não reportou nenhum processo.

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	A área de Estatística não reportou nenhum processo.
Por IRDR	A área de Estatística não reportou nenhum processo.
Por IAC	A área de Estatística não reportou nenhum processo.
Por Arguição de Inconstitucionalidade	A área de Estatística não reportou nenhum processo.
Por Recurso Especial	A área de Estatística não reportou nenhum processo.
Por Recurso Extraordinário	A área de Estatística não reportou nenhum processo.

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	465

Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	430
Agravos legais/regimentais	320
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	308
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	A área de Estatística não reportou nenhum processo.
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	A área de Estatística não reportou nenhum processo.

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Conclusos há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	942
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	27

4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos conclusos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	899	297	220
Distribuídos em 2014	199	80	60
Distribuídos em 2015	380	170	134
Distribuídos em 2016	376	147	131
Distribuídos em 2017	718	308	222
Distribuídos em 2018	352	1.246	739
Distribuídos em 2019	-	408	1.901
Distribuídos em 2020	-	-	525
Total	2.924	2.656	3.932

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	10
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	3

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	3
Total como relator para o acórdão	A área de Estatística não reportou nenhum processo.

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	3.095
Total de processos julgados	3.954
Total de processos baixados	2.040
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-859
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	1.055

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	100
Total de feitos não regularizados	51
Total de feitos verificados na inspeção anterior	54
Total de feitos não regularizados	Quatro feitos ainda se encontram em tramitação

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	3.192
Processos julgados no ano anterior	2.421
Processos distribuídos no ano corrente	791
Processos julgados no ano corrente	338

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	115
Porcentagem de atendimento da meta	98,13%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-

Pendentes em 31/12/2019	56
Porcentagem de atendimento da meta	113,39%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	6.620
Pendentes no último dia do mês anterior	160
Porcentagem de atendimento da meta	97,58%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.504
Pendentes no último dia do mês anterior	55
Porcentagem de atendimento da meta	113,19%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não há processos, segundo informação da estatística
Pendentes em 31/12/2019	Não há processos, segundo informação da estatística
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não há processos, segundo informação da estatística
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	Não há processos, segundo informação da estatística

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica ao 2º grau
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica ao 2º grau
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica ao 2º grau

Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica ao 2º grau
--	--------------------------

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	4
Processos julgados no ano anterior	1
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e Impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	Não há processos
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	Não há processos

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Foram determinadas as seguintes providências: a) cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3, em que se estipulou prazo para julgamento de feitos relacionados pela douta Corregedoria. b) solucionar, no prazo de 90 dias, todos os processos inspecionados em 2016, pendentes; c) julgar, no prazo de 90 dias, os embargos de declaração e os agravos legais/regimentais pendentes; d) levar para exame do Colegiado, no prazo de 90 dias, os processos com tutela provisória, há mais de 90 dias.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Inicialmente cumpre esclarecer que o Desembargador Federal Carlos Francisco assumiu o acervo, que ora se inspeciona, em 7/2/2020, de modo que as informações a respeito das medidas adotadas para o atendimento das recomendações serão prestadas, em parte, com base em dados disponibilizados no relatório da autoinspeção de 2019. Seguem as medidas adotadas: a) De acordo com pesquisa no sistema de acompanhamento processual, dos feitos relacionados, apenas quatro ainda se encontravam em tramitação no gabinete: 5008172-25.2017.4000000; 5000327-73.2016.4000000; 0018284-16.2013.4036000; 0011523-13.2006.4036100 Alíneas "b", "c" e "d": Constaram do relatório da autoinspeção de 2019 as seguintes informações, prestadas pela equipe responsável pelo acervo à época: "[...] b) Foram solucionadas todas as pendências relativas aos processos inspecionados em 2016; c) Foi designada equipe para examinar os EDs e Aglnts pendentes, o que tem ensejado latente redução no número de tais feitos[...]".

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Os últimos quatro feitos, ainda em tramitação no gabinete, tiveram o devido impulso processual, a saber: 1) 5008172-25.2017.4000000 foi pautado para a sessão da Segunda Turma de 7/7/2020; 2) 5000327-73.2016.4000000 foi pautado para a sessão da Segunda Turma de 7/7/2020; 3) 0018284-16.2013.4036000 foi proferida decisão monocrática, em 14/5/2020, apreciando os embargos de declaração; 4) 0011523-13.2006.4036100 - em 20/8/2019, foi submetido a julgamento o agravo legal interposto pela União. Após a oposição de aclaratórios, foi aberta vista para contrarrazões, em 13/5/2020.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Esclareço que o Desembargador Federal Carlos Francisco assumiu o acervo inspecionado em 7/2/2020. O grande volume de distribuição do ano de 2019, bem como a transição no gabinete (do então desembargador federal para o juiz federal convocado), também com alterações nas competências até então trabalhadas pela equipe de servidores, prejudicaram o cumprimento da Meta 1 e da Meta 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014). Foi implantado plano de ação para atingimento das referidas metas.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões

Implantação de nova metodologia de trabalho. Realização de mutirão para identificação dos feitos por assunto, mês e ano de distribuição, mediante colocação de etiquetas catalogadas e posterior designação de servidor que mantém em dia a triagem dos feitos. Adotou-se forma de trabalho por especialidade, ficando o servidor responsável pela análise do feito relacionado à matéria que lhe foi atribuída, independentemente da classe processual. As dúvidas dos servidores são dirimidas pelo próprio desembargador, que confere pessoalmente as minutas, alinhando-as ao seu entendimento. Implantou-se controle de produtividade, estabelecendo-se metas individuais diferenciadas para o regime presencial e remoto. Realização de reuniões frequentes do desembargador com o servidor, individualmente, para orientação, bem como reuniões periódicas com a equipe, para revisão das metas. Criação de pasta de modelos, os quais são imediatamente atualizados à medida que sofrem mudanças, ficando disponíveis em arquivos de fácil acesso.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
00013844620134036006	12/12/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Foi proferido despacho, em 8/5/2020, abrindo prazo para esclarecimentos sobre composição das partes, tendo em vista o decurso de prazo requerido pelo INCRA com a finalidade de tentativa de acordo.		
00001895820014036002	26/8/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo está sobrestado desde 2018, nos termos do art. 1.037 do CPC (determinação STJ - Pet 12.344). Foi proferido despacho de mero expediente em 8/5/2020, dando ciência às partes sobre manifestação dos advogados acostada aos autos.		
00039795820144036143	10/11/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O feito foi adiado, tendo em vista pedido de sustentação oral feito pelo advogado. O processo será incluído em pauta de julgamento no prazo de 30 dias.		
50178714020174030000	22/9/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: o processo foi incluído na pauta de julgamento da sessão da Segunda Turma de 7/7/2020.		
50243877620174030000	14/12/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Foi proferida decisão, em 8/5/2020, indeferindo a antecipação de tutela recursal.		
50009971320174036100	29/11/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho, em 11/5/2020, intimando a parte autora para juntar aos autos documentos que comprovem insuficiência financeira, para análise do pedido de revogação da justiça gratuita feito pela apelante.		
50005809020184030000	22/1/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão apreciando o pedido de antecipação de tutela, publicada em 4/5/2020.		
50040506320174036112	10/1/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho de mero expediente, em 14/5/2020, determinando que o apelante regularize a digitalização dos autos.		
00109929220044036100	21/3/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Encontra-se pendente para julgamento de agravo interno. Ao feito será dado o devido impulso processual, em 30 dias.		
00046513520134036100	15/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Encontra-se pendente para julgamento de agravo interno. Ao feito será dado o devido impulso processual, em 30 dias.		
00003583120154036139	27/10/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho, em 8/5/2020, intimando a parte para se manifestar sobre agravo interno apresentado.		

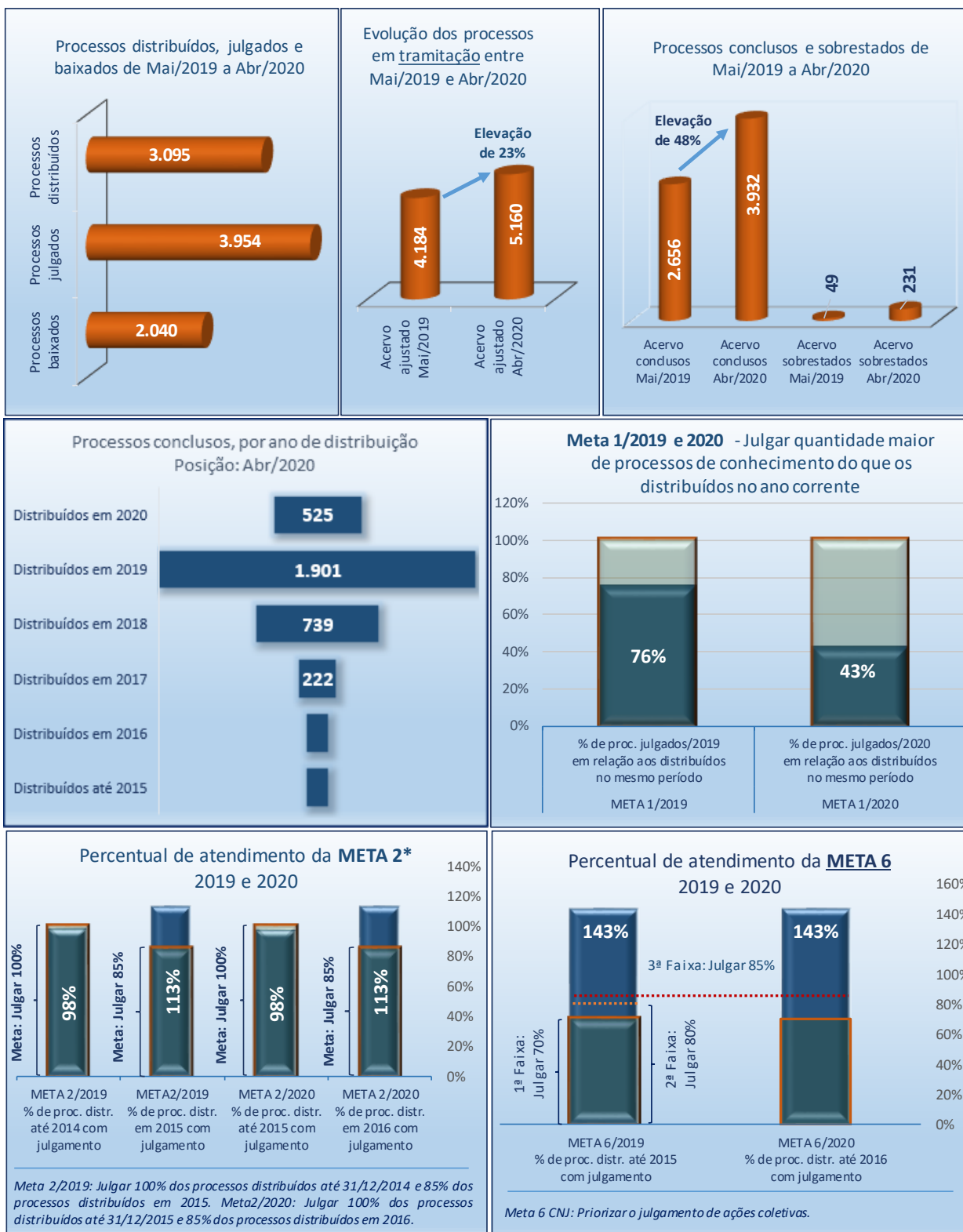
00140470820154039999	10/4/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Encontra-se pendente para julgamento de agravo interno. Ao feito será dado o devido impulso processual, em 30 dias.		
08050454719974036107	11/3/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Encontra-se pendente para julgamento de agravo interno. Ao feito será dado o devido impulso processual, em 30 dias.		
00045789220014036000	5/8/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo foi incluído na pauta de julgamento da sessão de 7/7/2020 da Segunda Turma.		
00000075420014036105	13/10/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho, em 14/5/2020, abrindo vista para contrarrazões.		
5003146-03.2018.4.03.6114	7/1/2019	66 - Ação Popular
Observação/Providência: Proferido despacho, em 11/5/2020, abrindo vista ao MPF.		
5004351-42.2019.4.03.0000	25/2/2019	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Proferida decisão em 10/5/2020, negando provimento aos embargos de declaração.		
5004358-34.2019.4.03.0000	25/2/2019	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Proferida decisão em 10/5/2020, negando provimento aos embargos de declaração.		
5005893-02.2017.4.03.6100	13/12/2017	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento da sessão de 7/7/2020 da Segunda Turma.		
0004330-29.2015.4.03.6100	22/11/2018	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: No prazo de 30 dias, ao feito será dado o devido impulso processual.		
0018595-07.2013.4.03.6100	11/7/2014	63 - Ação Civil Coletiva
Observação/Providência: Encontra-se pendente para julgamento de embargos de declaração. Ao feito será dado o devido impulso processual, em 30 dias.		
50008086520184030000	24/1/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: O processo foi incluído na pauta de julgamento da sessão de 7/7/2020 da Segunda Turma.		
50233767520184030000	20/9/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: O processo foi incluído na pauta de julgamento da sessão da Segunda Turma de 7/7/2020.		
50216434020194030000	23/8/2019	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa, em 8/5/2020, indeferindo a inicial, com a extinção do feito sem resolução do mérito (art. 10 da Lei n. 12.016/2009, e art. 485, inciso I, do CPC).		
50050096620194030000	1º/3/2019	12083 - Tutela Antecipada Antecedente

Observação/Providência: No prazo de 15 dias, ao feito será dado o devido impulso processual.		
50132737220194030000	27/5/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: O processo será incluído em pauta para julgamento na sessão de 2/7/2020 da 1ª Seção,.		
50096685520184030000	9/5/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: está paralisado aguardando solução da Assessoria de Gestão de Sistemas, tendo em vista erro no acórdão. Nos documentos aparecem caracteres estranhos. Foram abertos os chamados: 10274284, encerrado indevidamente; 10275335, há 163 dias; 10297493, há 59 dias; 10308731, há 5 dias.		
50218706420184030000	6/9/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Está paralisado aguardando solução da Assessoria de Gestão de Sistemas, tendo em vista erro no acórdão. Nos documentos aparecem caracteres estranhos. Foram abertos os chamados: n. 10274284, encerrado indevidamente; n. 10275335, há 163 dias; n. 10297493, há 59 dias; e n. 10308731, há cinco dias.		
00075478020154036100	7/10/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento da sessão de 7/7/2020 da Segunda Turma.		
00037057320074036100	3/8/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento da sessão de 7/7/2020 da Segunda Turma.		
50002927920174030000	30/1/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento da sessão de 7/7/2020 da Segunda Turma.		
00013424120164039999	22/1/2016	1728 - Apelação / Remessa Necessária
Observação/Providência: Encontra-se pendente para julgamento de embargos de declaração. Ao feito será dado o devido impulso processual, em 30 dias.		
5000204-66.2016.4.03.6114	20/9/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo foi incluído na pauta de julgamento da sessão de 7/7/2020 da Segunda Turma.		
5007610-16.2017.4.03.0000	29/5/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Não houve pedido de tutela antecipada. Ao feito será dado o devido impulso processual, em 30 dias.		
5000639-67.2016.4.03.6105	12/6/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: No prazo de 30 dias, ao feito será dado o devido impulso processual.		
5000168-79.2016.4.03.6128	10/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: No prazo de 30 dias, ao feito será dado o devido impulso processual.		
5013813-91.2017.4.03.0000	4/8/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão, em 13/5/2020, indeferindo o pedido de efeito suspensivo.		

5000568-20.2017.4.03.6141	13/11/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 26/5/2020.		
5000270-70.2017.4.03.6127	13/11/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: No prazo de 30 dias, ao feito será dado o devido impulso processual.		
5000136-18.2017.4.03.6103	17/11/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento da sessão de 7/7/2020 da Segunda Turma.		
5002649-74.2017.4.03.6000	7/12/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo foi incluído na pauta de julgamento da sessão de 7/7/2020 da Segunda Turma.		
5000275-31.2017.4.03.6115	9/1/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: no prazo de 30 dias, ao feito será dado o devido impulso processual.		
5017486-28.2017.4.03.6100	26/1/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: no prazo de 30 dias, ao feito será dado o devido impulso processual.		
5000075-02.2018.4.03.0000	8/1/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo julgado em 12/5/2020.		
5000014-44.2018.4.03.0000	3/1/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Julgada a medida em 30/4/2020.		
5000005-18.2018.4.03.6100	26/9/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta para julgamento na sessão de 7/7/2020 da Segunda Turma.		
5000097-92.2017.4.03.6144	5/10/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: No prazo de 30 dias, ao feito será dado o devido impulso processual.		
5000808-65.2018.4.03.0000	24/1/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo já informado. Duplicado na lista.		
5023376-75.2018.4.03.0000	20/9/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento da sessão de 7/7/2020 da Segunda Turma.		
5021955-50.2018.4.03.0000	6/9/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo julgado em 12/5/2020.		
5009316-63.2019.4.03.0000	15/4/2019	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: No prazo de 30 dias, ao feito será dado o devido impulso processual.		
5025150-09.2019.4.03.0000	30/9/2019	432 - Desaforamento de Julgamento

Observação/Providência: Processo da relatoria do Desembargador Federal Souza Ribeiro, tramitando no Órgão Especial.		
0029204-35.2002.4.03.6100	18/12/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento da sessão de 7/7/2020 da Segunda Turma.		
0023454-47.2005.4.03.6100	29/10/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento da sessão de 7/7/2020 da Segunda Turma.		
0003533-10.2002.4.03.6100	29/8/2007	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Encontra-se pendente de julgamento de agravo interno. Ao feito será dado o devido impulso processual em 30 dias.		
0075688-51.1992.4.03.6103	23/1/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho em 8/5/2020, indeferindo o pedido de correção de digitalização e determinando que se esclareça pedido de guarda de documentos originais.		
5011293-90.2019.4.03.0000	7/5/2019	244 - Reclamação
Observação/Providência: Proferido despacho, em 8/5/2020, intimando a parte contrária para se manifestar sobre embargos de declaração apresentado.		
1005520-70.1998.4.03.6111	23/4/2003	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo retornou da Vice-Presidência para fins de retratação. Ao feito será dado o devido impulso processual, em 30 dias.		
0000516-85.2015.4.03.6107	1º/9/2017	37 - Embargos de Terceiro
Observação/Providência: No prazo de 30 dias, ao feito será dado o devido impulso processual.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 56 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, todos são eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema:

50132737220194030000	00005168520154036107
----------------------	----------------------

b) incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

00039795820144036143	50178714020174030000	00109929220044036100
00046513520134036100	00003583120154036139	00140470820154039999
08050454719974036107	00045789220014036000	00000075420014036105
50058930220174036100	00185950720134036100	50008086520184030000
00075478020154036100	00037057320074036100	50002927920174030000
00013424120164039999	50002046620164036114	50076101620174030000
50006396720164036105	50001687920164036128	50002707020174036127
50001361820174036103	50026497420174036000	50002753120174036115
50174862820174036100	50000051820184036100	50000979220174036144
50233767520184030000	50251500920194030000	00292043520024036100
00234544720054036100	00035331020024036100	00756885119924036103
10055207019984036111		

c) ato ordinatório/despacho/decisão/acórdão pendentes de publicação. Publicar em 20 dias:

50005809020184030000	50000144420184030000
----------------------	----------------------

d) deferida tutela de urgência em 10/5/2019. A parte beneficiária noticia o descumprimento da decisão. Petição pendente de análise desde dezembro/2019. Proferir decisão em 10 dias: 50050096620194030000;

e) processos julgados, mas aguardam juntada de relatório e voto do relator desde novembro/2019. Regularizar em 20 dias:

50096685520184030000	50218706420184030000
----------------------	----------------------

f) mandado de segurança originário distribuído em abril/2019. Proferir decisão em **10 dias**: 50093166320194030000.

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Foram entrevistados o Desembargador Federal Carlos Francisco, o assessor, Júlio Neves da Silva, e a chefe de gabinete, Cláudia de Amorim Lupo.

Em relação à organização do trabalho, há 16 servidores lotados no gabinete. Todos os servidores, com exceção do agente de segurança, dedicam-se à atividade-fim (12 analistas judiciários e três técnicos judiciários). O gabinete conta, ainda, com duas

estagiárias, que auxiliam na triagem e confecção de minutas de menor complexidade. A assessoria está dividida em grupos em razão das matérias; um cuida dos temas remanescentes e diversificados. Há arquivos com pastas de modelos, organizadas por temas, que são sistematicamente ampliados e atualizados e de fácil acesso à equipe. O desembargador elabora os modelos (alguns minutados pelos servidores), após o que são disponibilizados na referida pasta, com comunicação a toda a equipe. As dúvidas dos servidores são dirimidas diretamente pelo próprio desembargador, que confere pessoalmente as minutas de decisões e votos. Há reuniões frequentes do desembargador com cada servidor para orientação e esclarecimento de dúvidas pertinentes à solução das demandas. Também são realizadas reuniões periódicas com toda a equipe, com o propósito de uniformização de procedimentos, orientações gerais, bem como fixação de metas. No período da pandemia da Covid-19, têm sido utilizadas ferramentas como: *Microsoft Teams*, *WhatsApp* e *drives* para reuniões e compartilhamento de minutas.

Considerando que a equipe do gabinete foi formada recentemente, tendo o desembargador tomado posse em 6/2/2020, antes da pandemia da Covid-19, não havia servidor em regime integral de teletrabalho, embora houvesse projeto de implantação desse regime. Na atualidade, em razão da situação extraordinária provocada pela pandemia, todos os servidores estão em regime integral de teletrabalho, de acordo com as orientações fixadas pelo CNJ, CJF e TRF3. A totalidade da equipe que foi formada não tinha experiência recente nas matérias de competência da 1ª Seção do TRF, o que exigiu maior esforço de todos os servidores. Por isso, a partir do exame de dados estatísticos (notadamente o quantitativo de distribuição mensal de feitos), considerado também o número de servidores, bem como o grau de dificuldade e de complexidade das matérias, fixou-se a meta de confecção de sete minutas semanais de primeiro julgamento (excluídos, assim, embargos de declaração e agravos internos), buscando-se obter o equilíbrio do acervo (entradas e saídas) com a qualidade do trabalho. No caso do teletrabalho, conforme relatado, incrementou-se em 15% a produtividade, sem prejuízo de revisão da meta, passando-se a exigir oito minutas por semana. O incremento no caso do teletrabalho foi calculado com base nas regras que disciplinam essa modalidade, as quais estabelecem que a meta de desempenho estipulada aos servidores sob esse regime será superior à dos servidores que executam a mesma atividade nas dependências do órgão, não devendo ultrapassar 30%, nos termos do art. 8º, § 2º, da Resolução/TRF3 29, de 18/7/2016, alterada pela Resolução/TRF3 189, de 24/5/2018. A verificação da produtividade é feita quinzenalmente pela chefia de gabinete, por ocasião do encaminhamento dos autos à subsecretaria para inclusão em pauta, bem como pelo próprio desembargador na ocasião de análise das minutas para assinatura. Também é elaborado quadro de produtividade por servidor, para verificar o cumprimento individual das metas, especialmente para dar suporte àqueles com dificuldades. Quando constatado que o servidor não atinge as metas, a abordagem inicial é o diálogo, buscando soluções para otimizar a produtividade, daí se evoluindo para a mudança de

matéria e treinamento específico em face da dificuldade apresentada. Não houve casos (mesmo porque o gabinete ainda está em fase inicial de trabalho), mas, persistindo o descumprimento das metas por eventual falta de adaptação do servidor às necessidades da unidade, a comprometer o desempenho da produtividade, será buscada, consoante salientado, solução mediada pela Secretaria de Recursos Humanos, a fim de promover a realocação do servidor em área adequada ao seu perfil.

Os feitos distribuídos são imediatamente triados por dois servidores designados para essa atribuição, sendo um responsável pelos agravos de instrumento e o outro, pelas apelações e demais classes processuais. Após a análise dos autos, os feitos recebem etiquetas com informações sobre data de distribuição, assunto e suas especificidades, servidor designado para exame da matéria e, se for o caso, indicação da meta em que se insere. As etiquetas utilizadas no gabinete foram uniformizadas e constam de catálogo à disposição de toda a equipe. Após a etiquetagem, o feito é encaminhado para a tarefa “analisar tipo de decisão a proferir”, a partir de onde cada servidor faz a análise inicial e impulsiona o processo para as tarefas seguintes (minutar ato judicial ou preparar relatório e voto), observadas as prioridades legais, Metas e urgências. Minutados relatório/voto/acórdão a partir de modelos ou orientações, o processo segue para a tarefa “aptos para julgamento”, fase em que as minutas são conferidas pelo desembargador. Em seguida, os feitos são incluídos em pauta de julgamento. As minutas de decisões monocráticas são encaminhadas para assinatura do desembargador. Há servidor destacado para analisar os processos encaminhados para exame de prevenção, bem como os autos recebidos da unidade processante. Em relação aos agravos de instrumento, há etiquetas específicas que informam se existe pedido de antecipação de tutela, a fim de melhor controlar o fluxo dos processos e urgência quanto ao exame e, posteriormente, a depender do fluxo, a colocação de etiqueta que identifica se a tutela foi ou não apreciada. A cada andamento processual, os processos recebem etiquetas, a fim de identificar a fase em que se encontram e quais as próximas medidas a serem adotadas para impulsioná-lo. Em relação aos feitos de competência da Primeira Seção, há servidor designado para acompanhá-los em todas as fases.

O acervo é composto, em quase a sua totalidade, por feitos eletrônicos, com exceção de três processos criminais que se encontram em subsecretaria (duas apelações sobrestadas e um habeas corpus), cuja tramitação se dá em autos físicos. Como já mencionado, após a triagem, os processos são encaminhados à tarefa “analisar tipo de decisão a proferir”. Nessa tarefa está localizada a maior parte do acervo atualmente. Mediante etiquetagem, são organizados por matéria, servidor responsável e fase processual. A localização dos feitos é realizada mediante filtros de etiquetas. A partir dessa tarefa, o servidor faz a análise inicial e impulsiona o processo para as tarefas seguintes. Os filtros de etiquetas permitem busca por assunto, servidor responsável e fase processual, viabilizando a gestão do gabinete. Os feitos com petições juntadas são recepcionados na tarefa “recebidos da unidade processante”, cujo acompanhamento se dá frequentemente para verificação de urgências. Os feitos adiados, assim como os

pedidos de vista, aguardam em tarefa específica, sendo prioridade do desembargador elaborar os votos correspondentes, superando os entraves que provocaram os adiamentos e pedidos de vista. Os processos de competência da 1ª Seção têm fluxo semelhante e localizam-se em ambiente específico, diverso do da 2ª Turma.

O controle é feito, no mínimo, mensalmente, de modo a se identificar entradas e saídas de processos e feitos prioritários, buscando manter o equilíbrio do acervo nas perspectivas de quantidade e qualidade de decisões, respeitadas as metas do CNJ e as individuais. A verificação das condições do acervo é realizada mediante análise dos dados estatísticos do Sistema Relatórios Estatísticos em *Business Intelligence* (BI) da 3ª Região, relatórios gerenciais do PJe e por controles feitos pelo próprio gabinete. Cientes de algumas possíveis inconsistências de dados do BI, o gabinete está analisando a possibilidade de inclusão de outras ferramentas de monitoramento de dados do acervo, para aprimoramento da qualidade gerencial. Com a técnica implantada de etiquetagem dos processos por data de distribuição, tem-se controle bastante facilitado dos processos inseridos na Meta 2. Recorre-se, também, aos dados estatísticos fornecidos pelo próprio Tribunal para identificar os feitos inseridos nas metas do CNJ. A análise de dados relacionados à distribuição dos feitos permite adequar a estratégia para manter equilibrado o número de entradas e saídas dos feitos, com vistas ao cumprimento da Meta 1. Os feitos com prioridades legais são identificados mediante utilização de ferramenta de destaque de feitos prioritários, oriunda do próprio PJe. O controle de feitos que se encontram em outros setores, seja por pedido de vista ou baixa em diligência, é feito pela subsecretaria. Em relação a esse fluxo, o gabinete não dispõe ainda de controle eletrônico via PJe ou BI. Os quantitativos de embargos de declaração e de agravos internos são controlados mediante a etiquetagem dos feitos. Além disso, em relação aos embargos de declaração, há tarefas específicas no PJe para tramitação, sendo facilmente identificada a classe processual. Outros recursos para controle do fluxo são disponibilizados no BI e nos relatórios gerenciais do PJe. As urgências são prontamente analisadas, uma vez que na triagem se identificam os processos que merecem imediato exame. A etiqueta permite o posterior rastreamento desses autos, de acordo com sua fase processual. Buscando evitar que o feito seja processado sem a análise de tutela requerida, frequentemente são filtrados os processos por meio da etiqueta “tutela não apreciada”, providenciando-se o exame do pleito. Quando há tutela apreciada, o feito recebe etiqueta com essa informação, o que permite o controle de tempo decorrido desde a decisão precária até a submissão do feito ao julgamento colegiado.

O controle de processos sem movimentação é feito mediante exame em cada tarefa, onde pode ser verificada a ordem cronológica de entrada. Recorre-se, também, à etiqueta que identifica a data de distribuição para a verificação dos feitos com a tramitação mais atrasada. A equipe de servidores está ciente de que, dentre as medidas prioritárias, está o andamento de feitos processuais paralisados injustificadamente. A mensuração do tempo máximo de paralisação aceitável está diretamente relacionada com o volume de trabalho e com o treinamento da equipe.

Como visto, fixou-se meta individual de confecção de sete minutas semanais. De outro lado, a meta coletiva mínima é a produção de 170 minutas de primeira decisão por quinzena. Em um segundo momento, as metas individuais e coletivas serão ampliadas, com vistas à redução do acervo.

Não há recompensas individuais pelo alcance de metas.

As metas do CNJ e prioridades legais são observadas e monitoradas a partir da avaliação da produtividade individual e global do gabinete. Periodicamente, verifica-se o andamento dos feitos inseridos em metas do CNJ. Em relação à Meta 1, o acredita-se que ela passará a ser atendida até o final deste exercício, dado que, superadas as dificuldades iniciais, na ocasião da assunção do acervo, a tendência é o crescimento da produtividade, de modo a alcançar o objetivo estipulado. No que diz respeito à Meta 2, busca-se impulsionar os feitos pela ordem cronológica de distribuição e, adicionalmente, pelo tempo de tramitação na Justiça Federal. Foi relatado que dados do último mês indicam a existência de 215 feitos inseridos na referida meta, sendo 160 distribuídos até 31/12/2015 e 55 distribuídos até 31/12/2016. Destacou-se que há o compromisso de envidar esforços no sentido de promover o julgamento de todos os feitos incluídos nessa meta, ou ao menos percentual elevado deles, até o final deste ano, eliminando-se a totalidade dos feitos com distribuição até 2015. Quanto aos feitos prioritários, tem-se como critério o julgamento no prazo de seis meses. Frisou-se que, em 17/6/2020, encontravam-se conclusos 333 processos incluídos nessa meta, com 49 minutados e prontos para o julgamento colegiado, já incluídos em pauta ou aguardando inserção na relação de julgamento. Dos 284 restantes, 215 estão em tarefas aguardando minutas. Os demais têm ainda pendências ou estão aguardando mudança de tarefa.

A quantidade de decisões terminativas é reduzida, adotando-se tal julgamento somente nas estritas hipóteses do art. 932 do CPC. É entendimento do desembargador o uso restrito dessa espécie de provimento judicial para evitar retrabalhos atinentes ao julgamento de agravos internos.

Conforme informado, utiliza-se pasta de modelos, organizados por temas, os quais são sistematicamente ampliados e atualizados, ficando disponíveis em arquivos de fácil acesso à equipe. Esses modelos são elaborados pelo desembargador, exclusivamente, ou a partir de minutas elaboradas pelos servidores das áreas respectivas. Quando o desembargador elabora o modelo, são feitas reuniões com a equipe para explicação do conteúdo e o apontamento de possíveis variáveis que possam vir a demandar ajustes.

Além de cursos sistematicamente oferecidos pelas escolas judiciárias, há um contínuo e permanente diálogo entre os servidores e o desembargador, não só para a solução de problemas específicos, mas para a compreensão global das matérias e orientação sobre métodos de elaboração de minutas.

O acervo tem 266 feitos sobrestados. Os temas que comportam sobrestamento, no âmbito da 1ª Seção, constam de planilha à disposição dos servidores, aos quais se

recomenda consulta periódica. Além disso, há o compartilhamento de informações, com a equipe, a respeito dos julgados que aguardam definição de tese por parte dos tribunais superiores. A título de exemplo, foram citadas as seguintes matérias de processos sobrestados: possibilidade de fixação de honorários advocatícios com fundamento em juízo de equidade, nos termos do art. 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil de 2015; definição acerca da obrigatoriedade, ou não, de a fazenda pública exequente, no âmbito das execuções fiscais, promover o adiantamento das custas relativas às despesas postais referentes ao ato citatório, à luz do art. 39 da Lei n. 6.830/1980; constitucionalidade, ou não, da cobrança de contribuição previdenciária sobre pensões e proventos de militares inativos entre a Emenda Constitucional 20/1998 e a Emenda Constitucional 41/2003; e convocação, para o serviço militar, de estudante de medicina dispensado por excesso de contingente.

A Meta 3 do CNJ é observada em relação aos processos de competência da 1ª Seção, notadamente os feitos envolvendo a Caixa Econômica Federal, havendo ações coordenadas pela Central de Conciliação para a celebração de acordos entre as partes.

O gabinete não recebeu nenhum auxílio entre maio/2019 e abril/2020.

Como mencionado, feitos adiados nas sessões, assim como pedidos de vista, aguardam em tarefa específica, sendo prioridade do desembargador elaborar os votos correspondentes. Desde a posse do desembargador, em 6/2/2020, há 16 pedidos de vista pendentes.

Durante a pandemia, o gabinete está em regime de trabalho remoto. As reuniões com os servidores são feitas por meio da ferramenta *Microsoft Teams* ou, muitas vezes, por meio do aplicativo *WhatsApp*. O atendimento aos advogados é feito, frequentemente, por meio do correio eletrônico institucional, bem como pela ferramenta *Microsoft Teams* ou outras.

O gabinete informou as seguintes dificuldades enfrentadas pela unidade: inexperiência da equipe com as matérias a serem enfrentadas nos processos; grande volume de distribuição de processos no ano anterior (2019) ao da assunção do acervo pelo atual desembargador, tendo sido relatada a existência de 901 tutelas pendentes de análise, conforme dados extraídos do BI; necessidade de organização do acervo para atendimento da nova metodologia de trabalho implementada pelo atual desembargador, inclusive com triagem de processos que estavam sem classificação; a existência de inconsistências e falhas no Sistema PJe quanto à gravação de arquivos, bem como em relação ao fluxo de processos; e, por fim, foi narrado que o setor de informática apresenta dificuldades na solução dos problemas, com inúmeros chamados para atendimento sem solução até o momento.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de maio/2019 a abril/2020). Uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 2.656 feitos, e, no mês anterior à inspeção, eram 3.932.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 398, na última inspeção, para 465, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio gasto pelo gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é 22 meses, enquanto que este mesmo tempo, na 1ª Seção, equivale a 25 meses. Trata-se de indicador que merece destaque.

Como visto, houve aumento do percentual de processos conclusos no período de um ano e do número de embargos de declaração, mas, por outro lado, houve também aumento da produtividade do gabinete em relação à inspeção realizada no ano de 2018.

Ademais, constata-se que, no gabinete, a média de tempo entre a distribuição dos feitos e o primeiro julgamento é inferior à média da Seção.

Por fim, vê-se que a Meta 1 do CNJ não vem sendo cumprida.

Vários processos já estavam incluídos em pauta de julgamento e/ou já haviam sido julgados por ocasião da inspeção.

Da inspeção dos processos selecionados e do exame dos dados estatísticos, constata-se que se trata de gabinete que necessita de alguns ajustes na gestão do acervo processual, não se podendo olvidar, entretanto, de que o Desembargador Federal José Carlos Francisco tomou posse apenas no início de 2020.

14. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) cumprir as recomendações do item 11;
- b) providenciar plano de julgamento para redução do número de processos (primeiro julgamento) e de embargos de declaração conclusos; e
- c) adotar plano com vistas ao cumprimento da Meta 1 do CNJ.

GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ANTONIO CEDENHO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade:

Gabinete do Desembargador Federal Antonio Cedenho

2.2 Turma

Membro da 2ª Seção e da 3ª Turma do TRF - 3ª Região

2.3 Competência

Nos termos do art. 10, § 2º, do Regimento Interno do TRF3, cabe à 2ª Seção processar e julgar os feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da Primeira e Terceira Seções, dentre outros: I - matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da Primeira e Terceira Seções; II - licitações; III - nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da Primeira e Terceira Seções; IV - ensino superior; V - inscrição e exercício profissional; VI - tributos em geral e preços públicos; VII - contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Antonio Cedenho - desde 27/7/2015.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não.

3.4 Servidora responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Maria Cristina de Almeida Moraes, assessora, RF 3044.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	14 - Adriano Gonçalves Souza Scanferla (3550), Andreia Leal Rodrigues (3795), Elisabete Pereira Palhares de Carvalho (437), Iago Imasato Kenj (3956), Jose Carlos Marino (439), Karen Yumi Itabashi (3605), Luiza Arias Bagno (3955), Sylvia Regina Anderson Missagia (3421), Debora Cristina Cardoso Campos (3746), Andre Filipe Szalontai (3007), Luiz Eduardo Mazelli (1523), Felipe Cardoso Amado (4128), Priscila Elchemer Santiago (1545), Gislaine Silva Dalmarco Faro (2070)
Servidores sem vínculo	2 - Maria Cristina de Almeida Moraes (3044) e Marcelo Gatto Rosa (3059)
Estagiários de nível superior	3 - Raphael Thierryr Silva, Alinayara dos Santos, Gustavo Matos de Almeida

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	3.245
Processos suspensos/sobrestados	1.654
Processos conclusos	2.098
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete - excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	3.245

Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	2.771
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	2.098
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.797
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	1.654
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.748

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Não
Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao gabinete - informar número de processos julgados por desembargador e juiz.	Não
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: informar n. na data anterior e n. na data posterior.	Não
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	52
Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	16
Reclamações	1
Ações rescisórias	14
Outros	20

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	3.193

Recursos em mandados de segurança coletivos	21
Recursos em ações populares	8
Recursos em ações de improbidade administrativa	46
Recursos em ações civis públicas	78
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	159
Outros	2.881

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	3.193
Apelações cíveis	1.981
Agravos de instrumento	1.033
Outros	174

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0

Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	1.529
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	23
Por Recurso Extraordinário	1.264

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	171
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	150
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	11
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado.	847
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado.	13

4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos

	Processos concluídos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	12	9	1
Distribuídos em 2014	97	16	11
Distribuídos em 2015	290	53	12
Distribuídos em 2016	338	182	24
Distribuídos em 2017	721	265	57
Distribuídos em 2018	379	912	173
Distribuídos em 2019	-	343	1.231
Distribuídos em 2020	-	-	574
Total	1.837	1.780	2.083

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	0
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de Processos distribuídos	2.542
Total de Processos julgados	3.428
Total de Processos baixados	1.706
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	- 886
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	836

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	117
Total de feitos não regularizados	1
Total de feitos verificados na inspeção anterior	74
Total de feitos não regularizados	1

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	2.405
Processos julgados no ano anterior	2.186
Processos distribuídos no ano corrente	830
Processos julgados no ano corrente	748

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.261
Pendentes em 31/12/2019	4
Porcentagem de atendimento da meta	99,87

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.246
Pendentes em 31/12/2019	3
Porcentagem de atendimento da meta	114,46

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.344
Pendentes no último dia do mês anterior	221
Porcentagem de atendimento da meta	93,41

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.229
Pendentes no último dia do mês anterior	8
Porcentagem de atendimento da meta	116,86

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	75
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	100

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	61
Pendentes no último dia do mês anterior	3
Porcentagem de atendimento da meta	166,67

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	0
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	0
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	0
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	0

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	10
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e Impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	0
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim, são elas: a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 - Análise Estatística Organizacional e Processual e 3 - Análise de processos da amostra (em relação aos

processos listados recomendou-se julgar, no prazo de 90 dias); b) priorizar o julgamento dos processos sem movimentação desde a distribuição; e c) manter o método de trabalho que mereceu elogio.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) Recomendações cumpridas com o julgamento dos processos de meta e processos inspecionados; e b) cumprido com a inclusão em pauta de julgamento.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

O gabinete busca priorizar os processos de meta e os mais antigos.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Com relação às metas/CNJ, os processos pendentes de julgamento foram incluídos em pauta. Alguns aguardam o decurso de prazo para certificação de trânsito em julgado ou cumprimento de diligências para inclusão em pauta com prioridade. No tocante à Meta 3/2018 do CNJ, os processos, quando solicitados pelo gabinete de conciliação, são encaminhados para tentativa de acordo. As demais metas são identificadas e têm controle interno visando prioridade na inclusão em pautas de julgamento.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Processos triados por matéria e distribuídos aos servidores responsáveis, bem como com prioridade por força legal, medidas urgentes, repercussão geral ou recursos repetitivos já julgados pelo STF e STJ. O gabinete adota o disposto no art. 12 do CPC, priorizando os mais antigos na autuação. Como boa prática foi instituído o sistema de *home office*, com metas para apreciação de agravos de instrumento, embargos de declaração, agravos legais/regimentais, e exame de feitos mais antigos e processos de meta. O servidor comparece um dia por semana para entrega dos trabalhos. Como sugestão, cumpre-nos propor procedimentos internos nos gabinetes padronizados a fim de viabilizar o julgamento por pautas temáticas. Propõe-se que os entendimentos de Turmas e Seções sejam uniformizados em consonância com os tribunais superiores; e que os desembargadores federais realizem reuniões para o intercâmbio de boas práticas, além de servidores especializados nas áreas relacionadas com assuntos pautados.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50005704120164036103	5/9/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 1º/7/2020		
50215074720174036100	13/12/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 1º/7/2020		
50272495320174036100	9/4/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 1º/7/2020		
50022112720174036104	9/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 1º/7/2020		
50180085520174036100	26/4/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 1º/7/2020		
50081540320184036100	8/5/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 1/7/2020		
50182330820184030000	1º/8/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 17/6/2020		
50154219020184030000	4/7/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 1º/7/2020		
50162151420184030000	13/7/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 17/6/2020		
50000127820164036100	3/7/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 1º/7/2020		
00467064120084030000	2/12/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguarda apresentação de voto vista o Des. Federal Nelton dos Santos. (Em 11/10/2018)		
00109044920074036100	6/2/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado - 4/10/2010 - planos econômicos - expurgos inflacionários		
50011787620174036144	23/11/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Retirado de pauta - sessão de 18/3/2020. Pedido de sustentação oral. Aguarda designação de sessão presencial. Covid-19.		
50029492320194030000	12/2/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 6/5/2020		
00204427920164039999	21/6/2016	198 - Apelação Cível

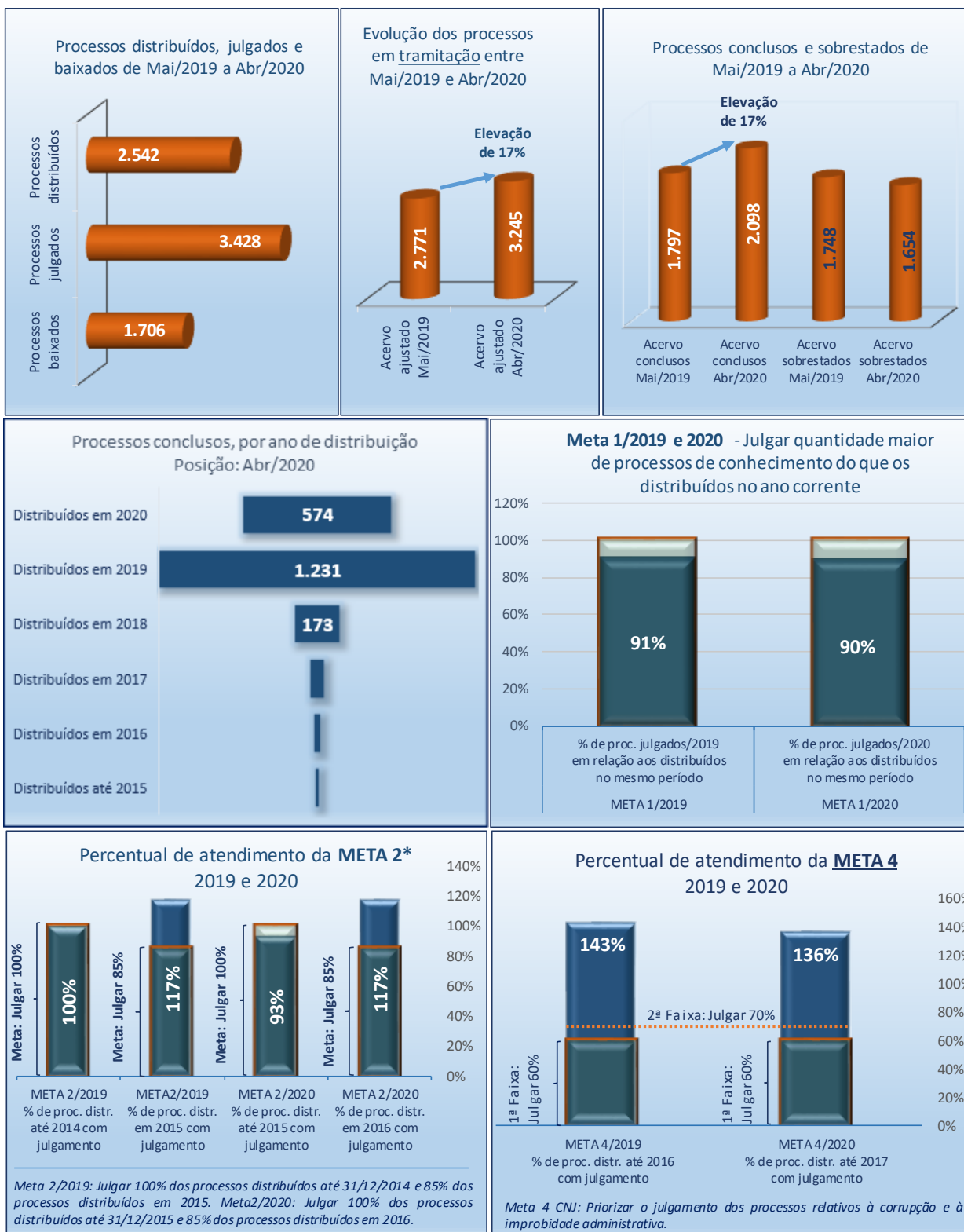
Observação/Providência: Autos remetidos à digitalização em 11/10/2019. Retornaram conclusos em 6/2/2020. Prazo em curso para contraminuta. Após será incluído em pauta com prioridade.		
0013451-18.2014.4.03.6100	16/5/2019	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Transitou em julgado em 1º/9/2016 com baixa definitiva.		
0002607-43.1999.4.03.6000	2/5/2019	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Julgado definitivamente (STJ-24/04/17). Baixa definitiva.		
5029480-83.2018.4.03.0000	22/11/2018	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Esse numero é um agravo de instrumento - aguarda cumprimento de diligencias para inclusão em pauta – prioridade.		
5016555-21.2019.4.03.0000	28/6/2019	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Esse numero é um agravo de instrumento. Aguarda cumprimento de diligências para inclusão em pauta. Tem outro agravo da mesma ação originaria - 5006435-79.2020.4.03.0000 – prioridade.		
5000862-64.2019.4.03.6121	8/5/2019	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 1º/7/2020		
00977997720074030000	7/11/2007	231 - Impugnação ao Valor da Causa
Observação/Providência: Transitou em julgado a decisão em 30/7/2015 -		
50077700720184030000	17/4/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 17/6/2020 - prejudicado - recurso principal julgado - remetido UVIP		
00256650720154036100	24/5/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguarda-se apresentação do voto-vista do Dr. Nelton dos Santos (19/6/2019)		
50023344320184036119	21/08/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguarda apresentação do voto-vista Dr. Nelton dos Santos (23/10/2019)		
00119497620074036104	26/10/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado - 4/10/2010. Planos econômicos - Expurgos Inflacionários		
00113141020074036100	26/10/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado - 4/10/2010. Planos econômicos - Expurgos Inflacionários		
00058349620084036106	6/7/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado - 4/10/2010. Planos econômicos - Expurgos Inflacionários		

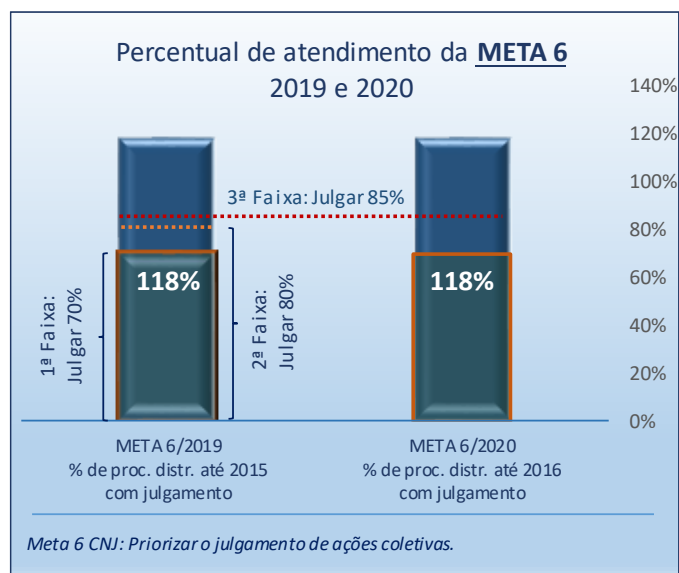
00053499320084036107	26/10/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado - 4/10/2010. Planos econômicos - Expurgos Inflacionários		
00029681820084036106	22/7/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado - 4/10/2010. Planos planos econômicos - Expurgos Inflacionários		
00027265620084036107	27/8/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado - 4/10/2010. Planos econômicos - Expurgos Inflacionários		
00015001620084036107	5/3/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado - 4/10/2010. Planos econômicos - Expurgos Inflacionários		
00014976120084036107	26/10/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado - 4/10/2010. Planos econômicos - Expurgos Inflacionários		
0000315-36.2010.4.03.6118	10/2/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado - 14/2/2014. Planos econômicos - Expurgos Inflacionários		
5000357-32.2016.4.03.6104	13/9/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado - 1º/4/2020 - aguarda-se decurso de prazo		
5002201-59.2017.4.03.0000	21/3/2017	202-Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Sobrestado - Tema 981 STJ - 16/5/2019		
5000139-86.2016.4.03.6109	8/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: inclusão em pauta 1º/7/2020		
0000583-18.2009.4.03.6121	22/10/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado - 16/11/2010 - Planos econômicos - Expurgos Inflacionários		
5000570-41.2016.4.03.6103	5/9/2017	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 1º/7/2020		
5003525-60.2017.4.03.6119	29/01/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 1º/7/2020		
0008348-06.2009.4.03.6100	3/11/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado - 28/9/2010 - Planos econômicos - Expurgos Inflacionários		
0001318-31.2012.4.03.6126	10/2/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado - 15/3/2018 - Tema 962 STJ		
5021322-09.2017.4.03.6100	22/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 1º/7/2020		

5006073-81.2018.4.03.6100	10/4/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 1º/7/2020		
5027249-53.2017.4.03.6100	9/4/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 1º/7/2020		
5002211-27.2017.4.03.6104	9/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 1º/7/2020		
5000692-35.2018.4.03.6119	9/5/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 17/6/2020		
5001951-59.2017.4.03.6100	5/4/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Retirado de pauta - sessão de 11/5/2020 - Pedido de sustentação oral aguarda designação de sessão presencial - Covid-19		
5008154-03.2018.4.03.6100	8/5/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 1º/7/2020		
5008869-45.2018.4.03.6100	20/05/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 1º/7/2020		
0004534-45.2012.4.03.6111	1º/3/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Prioridade para inclusão em pauta - aguarda diligências		
5000041-19.2016.4.03.6104	29/7/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 1º/7/2020		
0037616-38.2010.4.03.0000	13/12/2010	47 - Ação Rescisória
Observação/Providência: Aguarda cumprimento de diligências para inclusão em pauta		
0097799-77.2007.4.03.0000	7/11/2007	231 - Impugnação ao Valor da Causa
Observação/Providência: Transitou em julgado a decisão em 30/7/2015		
0024462-74.2015.4.03.0000	15/6/2018	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: - Apenso ao Processo 0000817-53.2015.4.03.6100 - trânsito em julgado - aguarda remessa ao arquivo		
5007770-07.2018.4.03.0000	17/4/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Inclusão em pauta 17/6/2020 - Prejudicado recurso principal julgado		
0007198-06.2007.4.03.6182	22/5/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado recurso - Remetido UVIP para processamento de Recurso Especial e Extraordinário		
0002757-71.2011.4.03.6107	6/2/2015	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Trânsito em julgado 23/9/209 - Apenso 0002862-48.2011.4.03.6107 - Julgado aguarda o decurso de prazo		
0036594-47.2007.4.03.0000	23/4/2007	47 - Ação Rescisória

Observação/Providência: Transitou em julgado em 26/10/2018 - aguarda-se expedição de guias e conversão em renda dos valores depositados em decorrência da condenação em honorários sucumbenciais.		
0046706-41.2008.4.03.0000	2/12/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguarda apresentação de voto-vista do Des. Federal Nelton dos Santos. (Em 11/10/2018)		
0005157-03.2003.4.03.6119	6/2/2006	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 1º/7/2020		
0049672-88.2000.4.03.6100	15/12/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos recebidos para fins de juízo de retratação (art. 1.040, inciso II, do CPC/15) considerando a decisão proferida pelo STF Tema 136 - submetido ao rito do art. 543-B do CPC/73 - incluído em pauta - 17/6/2020		
0003365-43.2005.4.03.6119	18/10/2007	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta - 1º/7/2020		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 55 processos selecionados para aferição, todos foram inspecionados.

Os autos físicos não foram inspecionados *in loco*, sendo feita a análise por meio dos respectivos extratos processuais, em razão de a inspeção ter sido realizada de modo virtual.

Em relação aos processos aferidos, recomenda-se:

a) Incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias): 5018233-08.2018.4.03.0000 (feito incluído na pauta de 5/8/20), 5029480-83.2018.4.03.0000, 0004534-45.2012.4.03.6111, 5016555-21.2019.4.03.0000; 0037616-38.2010.4.03.0000, 5021507-47.2017.4.03.6100, 5008869-45.2018.4.03.6100;

b) Tendo em vista a oposição ao julgamento virtual, julgar em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias), após a implementação das sessões por videoconferência: 5001178-76.2017.4.03.6144 (oposição à pauta virtual de 18/3/2019), 5001951-59.2017.4.03.6100 (oposição à pauta virtual de 11/5/2019); e

c) No que tange ao Processo n. 0002607-43.1999.4.03.6000, apreciar a petição apresentada pelo Ministério Público Federal em 21/8/2019.

Em relação aos Processos n. 0025665-07.2015.4.03.6100, n. 5002334-43.2018.4.03.6119 e n. 0046706-41.2008.4.03.0000, constatou-se que se encontram no gabinete do Desembargador Federal Nelton dos Santos, em razão de pedido de vista, pelo que consta recomendação específica ao vistor para apresentar seu voto no prazo de 60 dias. Foi verificado que o Processo n. 0007198-06.2007.4.03.6182 está localizado

na Subsecretaria do Órgão Especial, após a negativa de seguimento ao agravo interno em 13/11/2019, sob relatoria do Vice-Presidente.

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida, via videoconferência, pelo Desembargador Federal Antonio Cedenho e pela assessora Maria Cristina de Almeida Moraes.

O gabinete realiza, de imediato, triagem inicial dos processos recebidos da distribuição. Há separação dos feitos por assunto, com uso de etiquetas, e posterior entrega aos servidores responsáveis pela matéria.

A divisão de atividades é coerente. Dos 16 servidores que compõem a equipe, apenas um deles não exerce atividade-fim, sendo responsável pelo recebimento e remessa de processos físicos (sobrestados por decisão dos tribunais superiores e que ainda não foram digitalizados integralmente), pelo atendimento dos advogados e demais procedimentos administrativos.

O sistema de teletrabalho, de caráter facultativo, foi instituído em momento anterior à pandemia do novo coronavírus, porém com a condição de que o servidor elaborasse 15% a mais de minutas que a média dos que realizavam trabalho presencial, e incluindo a apreciação de agravos de instrumento, embargos de declaração e agravos legais/regimentais, além do exame dos feitos mais antigos e de metas. Atualmente a média é de três processos por dia, sem prejuízo dos agravos legais e embargos de declaração.

As metas e propostas de trabalho são revistas mensalmente e consideram a natureza e complexidade dos feitos. Há critérios estabelecidos para substituição de funções comissionadas, as quais são distribuídas em forma de rodízio ao corpo funcional, principalmente levando em conta o desempenho e o nível de comprometimento. A produtividade da equipe e a produtividade individual dos servidores é aferida por meio de dados prestados pelo Setor de Estatística. A estatística geral é acompanhada pela assessoria e pela chefia de gabinete e repassada a todos os integrantes da unidade, além de levada ao conhecimento do desembargador.

Quanto à capacitação dos servidores, a gestão de pessoal é empregada com intuito de qualificar, valorizar e motivar os servidores. Frequentemente a equipe é incentivada à realização de cursos que propiciam o desenvolvimento de suas habilidades e capacidades.

Há determinação para que os servidores priorizem os processos incluídos nas metas do CNJ, sem descurar das demais preferências legais, incluindo cronograma de julgamento com as respectivas pautas de julgamento, observando-se todos os processos com prioridade legal, independentemente do assunto a ser tratado, sem prejuízo

daqueles correspondentes à concessão de liminar e deferimento de tutela antecipada (OFÍCIO CIRCULAR N. 14/2010-GABP/ASOM). A unidade sempre procurou observar o disposto no art. 12 do atual CPC.

Assim, os feitos com prioridade e provenientes de metas são identificados com etiquetas próprias criadas pela assessoria, e monitorados visando ao pronto julgamento. O controle do acervo é feito periodicamente com a preocupação de que os feitos julgados superem aqueles distribuídos no mesmo período (Meta 1).

Sempre que possível o gabinete faz uso de decisões terminativas, em observância ao posicionamento dos tribunais superiores. O uso de modelos de votos e decisões não é comum, em razão da diversidade de assuntos recebidos, sendo reservado para os casos de processos temáticos.

Quanto aos pedidos de vista, o gabinete informa que os feitos são prontamente entregues ao desembargador para redação do voto e inclusão na sessão subsequente, observando-se o prazo para intimação das partes e a composição do quórum originário, em respeito aos desembargadores votantes.

Todos os processos encontram-se digitalizados e inseridos no PJe, exceto os sobrestados, localizados em armário próprio com identificação, os quais derivam, fundamentalmente, de decisões proferidas no rito dos recursos repetitivos e na sistemática da repercussão geral, sendo as principais: (I) Tema 264 do STF (Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão); (II) Tema 265 do STF (Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor I); (III) Tema 285 do STF (Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor II); (IV) Tema 736 do STF (Constitucionalidade da multa prevista no art. 74, §§ 15 e 17, da Lei 9.430/1996 para os casos de indeferimento dos pedidos de ressarcimento e de não homologação das declarações de compensação de créditos perante a Receita Federal); (V) Tema 808 do STF (Incidência de imposto de renda sobre juros de mora recebidos por pessoa física); (VI) Tema 769 do STJ (Definição a respeito: I) da necessidade de esgotamento das diligências como pré-requisito para a penhora do faturamento; II) da equiparação da penhora de faturamento à constrição preferencial sobre dinheiro, constituindo ou não medida excepcional no âmbito dos processos regidos pela Lei 6.830/1980; e III) da caracterização da penhora do faturamento como medida que implica violação do princípio da menor onerosidade.); (VII) Tema 961 do STJ (Discute-se a possibilidade de fixação de honorários advocatícios, em exceção de pré-executividade, quando o sócio é excluído do polo passivo da execução fiscal, que não é extinta); (v) Tema 962 do STJ (Discute-se a possibilidade de redirecionamento da execução fiscal contra o sócio que, apesar de exercer a gerência da empresa devedora à época do fato tributário, dela regularmente se afastou, sem dar

causa, portanto, à posterior dissolução irregular da sociedade empresária); (VIII) Tema 981 do STJ (À luz do art. 135, III, do CTN, o pedido de redirecionamento da Execução Fiscal, quando fundado na hipótese de dissolução irregular da sociedade empresária executada ou de presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), pode ser autorizado contra: (I) o sócio com poderes de administração da sociedade, na data em que configurada a sua dissolução irregular ou a presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), e que, concomitantemente, tenha exercido poderes de gerência, na data em que ocorrido o fato gerador da obrigação tributária não adimplida; ou (II) o sócio com poderes de administração da sociedade, na data em que configurada a sua dissolução irregular ou a presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), ainda que não tenha exercido poderes de gerência, na data em que ocorrido o fato gerador do tributo não adimplido); (VIII) Tema 987 do STJ (Possibilidade da prática de atos constritivos, em face de empresa em recuperação judicial, em sede de execução fiscal de dívida tributária e não tributária); (IX) Tema 997 do STJ (Legalidade do estabelecimento, por atos infralegais, de limite máximo para a concessão do parcelamento simplificado, instituído pela Lei 10.522/2002); (XI) Tema 1.008 do STJ (Possibilidade de inclusão de valores de ICMS nas bases de cálculo do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, quando apurados pela sistemática do lucro presumido); (XII) Tema 1.008 do STJ (Possibilidade de inclusão de valores de ICMS nas bases de cálculo do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, quando apurados pela sistemática do lucro presumido); (XIII) Tema 1010 do STJ (Extensão da faixa não edificável a partir das margens de cursos d'água naturais em trechos caracterizados como área urbana consolidada: se corresponde à área de preservação permanente prevista no art. 4º, I, da Lei n. 12.651/2012 (equivalente ao art. 2º, alínea 'a', da revogada Lei n. 4.771/1965), cuja largura varia de 30 (trinta) a 500 (quinhentos) metros, ou ao recuo de 15 (quinze) metros determinado no art. 4º, caput, III, da Lei n. 6.766/1979.); (XIV) Tema do 1.012 do STJ (Possibilidade de manutenção de penhora de valores via sistema BACENJUD no caso de parcelamento do crédito fiscal executado (art. 151, VI, do CTN).); (XV) Tema 1.026 do STJ (Possibilidade ou não de inscrição em cadastros de inadimplentes, por decisão judicial, do devedor que figura no polo passivo de execução fiscal); (XVI) Tema 1.041 do STJ (Definir se o transportador (proprietário ou possuidor) está sujeito à pena de perdimento de veículo de transporte de passageiros ou de carga em razão de ilícitos praticados por cidadãos que transportam mercadorias sujeitas à pena de perdimento, nos termos dos Decretos-leis 37/66 e 1.455/76. Definir se o transportador, de passageiros ou de carga, em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita a pena de perdimento sem identificação do proprietário ou possuidor; ou ainda que identificado o proprietário ou possuidor, as características ou a quantidade dos volumes transportados evidenciarem tratar-se de mercadoria sujeita à referida pena, está sujeito à multa de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) prevista no art. 75 da Lei 10.833/2003, ou à retenção do veículo até o recolhimento da multa, nos termos do

parágrafo 1º do mesmo artigo); e (XVII) Tema 1.042 do STJ (Definir se há aplicação da figura do reexame necessário nas ações típicas de improbidade administrativa, ajuizadas com esteio na alegada prática de condutas previstas na Lei 8.429/1992, cuja pretensão é julgada improcedente em primeiro grau. Discutir se há remessa de ofício nas referidas ações típicas, ou se deve ser reservado ao autor da ação, na postura de órgão acusador – frequentemente o Ministério Público – exercer a prerrogativa de recorrer ou não do desfecho de improcedência da pretensão sancionadora).

No que tange à Meta 3, a unidade informou que os processos são encaminhados ao gabinete de conciliação quando solicitados, sendo a hipótese mais comum de acordo os processos sobrestados que envolvem expurgos inflacionários. A equipe também apontou que, para os feitos de matéria tributária, a probabilidade de acordo é pequena, em razão da participação do poder público em um dos polos, mas considerou que a existência de um gabinete de conciliação no âmbito do Tribunal pode estimular a criação de mecanismos capazes de incentivar o poder público nesse sentido.

Em razão da pandemia do novo coronavírus, a equipe está integralmente sob regime de teletrabalho e o atendimento aos advogados tem sido feito exclusivamente por meio do e-mail institucional da unidade (conforme art. 1º, § 2º, da Portaria Conjunta PRES/CORE n. 3/2020). Assim, de acordo com a instrução do desembargador, os atendimentos são realizados mediante memoriais ou por meio de “despacho virtual”, com a remessa de gravação de vídeo ao e-mail do gabinete, o que é respondido, sempre que possível, pela assessoria e chefia de gabinete e repassado ao desembargador, de acordo com cada solicitação, a fim de permitir as providências pertinentes.

O gabinete destacou que as estatísticas revelam o decréscimo acentuado do acervo existente no gabinete com o trabalho remoto dos servidores e magistrado: nos últimos meses os gabinetes que compõem a 3ª Turma julgaram, em sessões virtuais, o número total de 2.535 processos, e as próximas pautas revelam um total aproximado de 2.420 feitos, a serem julgados nas sessões de 1º/7/2020, 22/7/2020 e 5/8/2020 até o momento.

A unidade levou a julgamento, nos meses de abril a junho, 815 processos e, nas próximas pautas (1º/7, 22/7 e 5/8) levará 610 feitos, além de decisões monocráticas.

Quanto às dificuldades enfrentadas, a unidade aponta que nem sempre as metas de prestação jurisdicional conseguem ser atingidas, quer pelas características e complexidade dos processos propostos para julgamento, quer pelo fato de o corpo funcional jamais se encontrar completo (em razão de licenças médicas, férias ou remoções de funcionários, caso em que a reposição é tardia ou inexistente sob a alegação de que o Tribunal não dispõe de funcionários para atender aos gabinetes). Outra dificuldade apontada é a falta de uniformização dos dados estatísticos a fim de viabilizar o planejamento estratégico interno do gabinete. O fato de a estatística mostrar-se em descompasso com a realidade do gabinete dificulta a atividade de gerenciamento e controle dos feitos, o que, por vezes, revela o desconhecimento das várias fases de

desenvolvimento do processo judicial. Muitas informações prestadas pelo Setor de Estatística, colocadas à disposição do gabinete minutos antes do prazo fatal para remessa do Questionário da Inspeção CJF/2020, divergiram daquelas anotadas pela unidade e não houve tempo hábil para averiguar, razão pela qual tais informações acabaram constando do relatório.

O gabinete aponta que, com a implantação no PROJETO TRF3 – 100% PJe - Fase II, que teve “como objetivo alcançar a redução e a virtualização do acervo de feitos físicos ainda em tramitação na Justiça Federal da 3ª Região, a fim de que as unidades judiciárias possam aproximar-se da realização de atividades exclusivamente na plataforma do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, no âmbito tanto deste Tribunal quanto das Seções Judiciárias de São Paulo e de Mato Grosso do Sul”, os dados estáticos sofreram drástica alteração. Isso porque, com a movimentação dos processos encaminhados à digitalização, inclusive os distribuídos a partir de julho de 2019 (quando implantada a FASE II do Projeto), entre a data da remessa ao setor de digitalização e a remessa de conclusão ao gabinete do relator, os processos ficaram sem movimentação processual por mais de 4 meses, o que influenciou para o aumento significativo de pendências de julgamento, como embargos de declaração dos feitos julgados no período, ou o próprio julgamento dos feitos distribuídos ao relator, mas remetidos à conclusão meses depois.

A unidade informa ter questionado o procedimento, mas não obteve resultado satisfatório. Um exemplo de que a movimentação processual, após julho/2019, ficou prejudicada em razão da digitalização é o Processo n. 0004319-98.2019.4.03.9999, distribuído em 15/7/2019, apenas remetido à conclusão em 23/1/2020, o que acaba por afetar o resultado da Meta 1/2019 do CNJ. Outro exemplo é o Processo n. 0000487-06.2014.4.03.6128 em que foram opostos embargos de declaração em 7/10/2019, mas somente remetido à conclusão em meados de março/2020.

O gabinete esclareceu que, em rápida pesquisa quanto aos feitos não julgados da Meta 1/2019, aproximadamente 90% deles tiveram por óbice a demora no período de digitalização e diligências na distribuição (UFOR), sendo os autos remetidos ao gabinete com data de distribuição bem anterior (meses de diferença) àquela correspondente à conclusão para decisão.

O Desembargador Antonio Cedenho reforçou a questão, ao pontuar que nem sempre as informações do Setor de Estatística do Tribunal condizem com a realidade do gabinete, e citou como exemplo os casos de expurgos inflacionários que, quando encaminhados para conciliação, não têm a sua fase alterada no sistema processual.

Por outro lado, o desembargador elogiou o uso das sessões virtuais, por agilizarem o processamento dos feitos e considerou que a prática deva ser mantida independentemente do fim da pandemia.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de 1.527 em julho/2018 para 2.098 em abril/2020). Considerado o período de doze meses retroativo à atual Inspeção CJF/2020, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 1.797 feitos, e, no mês imediatamente anterior, eram 2.098.

Em comparação à Inspeção CJF/2018, o número total de embargos de declaração aguardando julgamento não apresentou variação significativa (de 187 para 171).

É possível que o acréscimo se deva à retenção de pouco mais de um mês, posterior ao fechamento físico e adaptação total ao trabalho remoto. De qualquer modo, a Meta 1 não foi atingida no ano anterior (91%). Caso ela agora o seja, o quadro voltará ao bom padrão.

É elogiável a organização do gabinete, bem como o comprometimento da equipe com o trabalho. Os gráficos constantes no item 10 demonstram o esforço do gabinete na redução do acervo e no cumprimento das metas do CNJ. O tempo médio entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 14 meses, no gabinete, enquanto o mesmo tempo na 3ª Turma é de 17 meses e o da 2ª Seção é de 21 meses. O número de feitos conclusos, no momento da apuração, era de 2.204 contra média de 3.681 da Turma e de 3.924 dos gabinetes de igual competência. São bons indicadores.

No que tange às recomendações da Inspeção CJF/2018, não há pendência, pois elas foram cumpridas.

14. RECOMENDAÇÕES

a) Cumprir as recomendações do item 11; e

b) manter e enfatizar as metas voltadas à diminuição do acervo e ao julgamento dos processos mais antigos e os com prioridade legal. Apesar de não cumprida a Meta 1 no ano anterior, como dito (item 13), o gabinete deve atingi-la neste ano. Assim, o ritmo de trabalho deve ser mantido e de tal modo ocorrerá a diminuição do acervo.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL NERY JUNIOR

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Nery Júnior – GABNJ.

2.2 Turma

Membro do Órgão Especial, da 2ª Seção e da 3ª Turma do TRF/3ª Região.

2.3 Competência

Nos termos do art. 10, § 2º, do Regimento Interno do TRF3, cabe à 2ª Seção processar e julgar os feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da Primeira e Terceira Seções, dentre outros: I – matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da Primeira e Terceira Seções; II - licitações; III - nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da Primeira e Terceira Seções; IV - ensino superior; V - inscrição e exercício profissional; VI – tributos em geral e preços públicos; VII - contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Nery Júnior

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos 2 anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

O Desembargador Federal Nery Júnior assumiu a Vice Presidência do TRF3 de 1/2/2018 a 29/2/2020 e voltou, após tal período, ao atual gabinete do qual era originário.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Durante o período de 1/2/2018 a 29/2/2020, o Desembargador Federal Mairan Maia assumiu este gabinete e o deixou ao assumir a Presidência do TRF3.

3.4 Servidores responsáveis pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

André Costa Ferraz - assessor e João José Montezino - chefe de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível superior	4

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	5.680
Processos suspensos/sobrestados	1.508
Processos conclusos	4.987
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	1

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete - excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	5.680
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	4.956
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	4.987
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	3.781
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	1.508
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.588

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	154
Mandados de segurança	12
IRDR	2
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	16
Reclamações	2
Ações rescisórias	31
Outros	91

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	5.526
Recursos em mandados de segurança coletivos	16
Recursos em ações populares	9
Recursos em ações de improbidade administrativa	45
Recursos em ações civis públicas	112
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	172
Outros	5.166

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	5.526
Apelações cíveis	3.430
Agravos de instrumento	1.886
Outros	209

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0

Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Outros	1

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	1.508
Por Recurso Especial	11
Por Recurso Extraordinário	1.494

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	325
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	301
Agravos legais/regimentais	171
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	163
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	1
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	1

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	1.188
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	182

4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos

	Processos concluídos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos até 2013	131	53	44
Distribuídos em 2014	416	202	172
Distribuídos em 2015	690	390	326
Distribuídos em 2016	857	525	443
Distribuídos em 2017	1.247	801	577
Distribuídos em 2018	417	1.319	759
Distribuídos em 2019	-	359	1.920
Distribuídos em 2020	-	-	626
Total	3.758	3.649	4.867

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	2
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	2

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de processos distribuídos	2.423
Total de processos julgados	2.710
Total de processos baixados	1.761
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-287
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	662

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	Não informado pela equipe do Desembargador Federal Mairan Maia, que possuía jurisdição sobre o acervo de março/2018 a fevereiro/2020.
Total de feitos verificados na inspeção anterior	147

Total de feitos não regularizados	14
-----------------------------------	----

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	2.402
Processos julgados no ano anterior	1.969
Processos distribuídos no ano corrente	435
Processos julgados no ano corrente	302

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.473
Pendentes em 31/12/2019	385
Porcentagem de atendimento da meta	91,39%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.440
Pendentes em 31/12/2019	326
Porcentagem de atendimento da meta	77,36%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.452
Pendentes no último dia do mês anterior	703
Porcentagem de atendimento da meta	84,21%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.587
Pendentes no último dia do mês anterior	440
Porcentagem de atendimento da meta	72,27%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	54
Pendentes em 31/12/2019	17
Porcentagem de atendimento da meta	68,51%

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	46
Pendentes no último dia do mês anterior	25
Porcentagem de atendimento da meta	45,65%

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	0
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	0
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	0
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	0

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	13
Pendentes em 31/12/2019	2
Porcentagem de atendimento da meta	84,61%

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	12
Pendentes no último dia do mês anterior	2
Porcentagem de atendimento da meta	83,33%

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	3
Processos julgados no ano anterior	2
Processos distribuídos no ano corrente	1
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e Impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	0
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Qual?

Sim. Julgar os processos inspecionados em 60 dias.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

A inspeção ocorreu quando o Desembargador Federal Mairan Maia, hoje Presidente do Tribunal, era o titular do acervo. De todo modo, quase todos os processos inspecionados foram julgados.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Serão imediatamente minutados e pautados os processos pendentes.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS**7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.**

O Desembargador Federal Nery Júnior e sua equipe acabaram de assumir a gestão deste gabinete. O atendimento das metas aplicáveis a partir de agora devem ser atendidas com presteza e celeridade, mediante trabalho do conjunto da equipe. Salienta-se a importância, para as metas sejam cumpridas, da triagem meticulosa dos processos, divisão de tarefas e treinamento dos servidores.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE**8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.**

O processo de trabalho do gabinete centraliza-se na triagem meticulosa dos processos realizada pelo chefe de gabinete, que os encaminha a servidores treinados especializados em matérias específicas. Os servidores aplicam os modelos já aprovados pelo assessor por meio de ferramenta de centralização dos modelos: o SIGMA.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
00121255320154030000	1º/6/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Voto minutado e incluído na pauta de 22/7/2020.		
00152243120154030000	7/7/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Voto minutado e incluído na pauta de 3/6/2020.		
00172397020154030000	29/7/2015	202 - Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Voto minutado e incluído na pauta de 22/7/2020.		
50000507820164036104	29/9/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Voto minutado e incluído na pauta de 22/7/2020.		
50027050220164030000	23/11/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Será incluído na próxima pauta.		
50007379720174030000	15/2/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Voto minutado e incluído na pauta de 22/7/2020.		
50004007820164036100	23/5/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Voto minutado e incluído na pauta de 22/7/2020.		
50125320320174030000	20/7/2017	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Em duplicidade. Voto minutado e incluído na pauta de 22/7/2020.		
50192553820174030000	9/10/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferido despacho intimando o agravante para manifestar-se acerca da possível perda do objeto do recurso.		
00209851419944036100	21/5/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado em razão de decisão nos REs 626307 (Tema 264) e 591797 (Tema 265). Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança/expurgos inflacionários.		
12009379619954036100	9/4/2003	1728 - Apelação Remessa Necessária
Observação/Providência: Sobrestado em razão de decisão nos REs 626307 (Tema 264) e 591797 (Tema 265). Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança/expurgos inflacionários.		
00045574520084036106	18/2/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado em razão de decisão nos REs 626307 (Tema 264) e 591797 (Tema 265). Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança/expurgos inflacionários.		
00886351620004036182	17/7/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Voto minutado e incluído na pauta de 22/7/2020.		
5025658-86.2018.4.03.0000	11/10/2018	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Voto minutado e incluído na pauta de 22/7/2020.		
5003834-08.2017.4.03.0000	10/4/2017	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Julgado em 5/5/2020.		
5000209-64.2017.4.03.6143	8/6/2018	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Voto minutado e incluído na pauta de 22/7/2020.		
5000315-29.2017.4.03.6142	21/5/2018	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Voto minutado e incluído na pauta de 22/7/2020.		
5004952-27.2018.4.03.6000	28/8/2018	65 - Ação Civil Pública

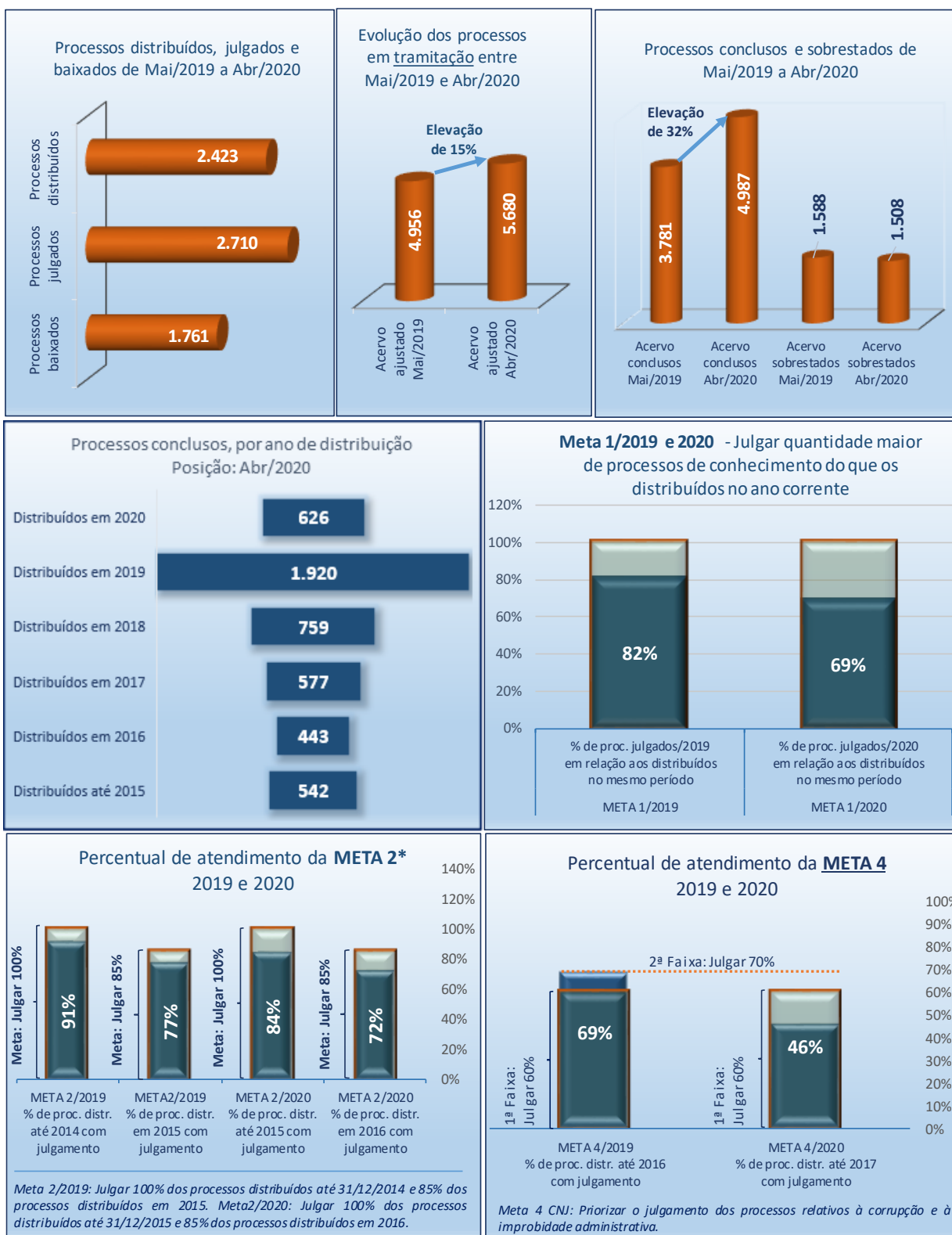
Observação/Providência: Será incluído na próxima pauta.		
5003198-42.2017.4.03.0000	3/4/2017	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Determinada intimação do embargado nos termos do art. 1.023, § 2º do CPC. Quando do retorno, serão incluídos em pauta.		
50070480720174030000	23/5/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Em duplicidade. Processo decidido em 13/5/2020. Ao arquivo.		
50216108420184030000	4/9/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Em duplicidade. Prazo em curso para autoridade coatora prestar informações.		
50059216320194030000	13/3/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo decidido em 15/5/2020. Extinto.		
50056667620174030000	4/5/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Em duplicidade. Processo decidido em 13/5/2020. Ao arquivo.		
50225972320184030000	13/9/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Determinada intimação do embargado nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC. Quando do retorno, serão incluídos em pauta.		
00115455719954036100	31/3/1998	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado em razão de decisão nos REs 626307 (Tema 264) e 591797 (Tema 265). Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança/expurgos inflacionários.		
02056687719944036104	11/9/1996	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado em razão de decisão nos REs 626307 (Tema 264) e 591797 (Tema 265). Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança/expurgos inflacionários.		
00065698420074036100	19/11/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado em razão de decisão nos REs 626307 (Tema 264) e 591797 (Tema 265). Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança/expurgos inflacionários.		
00040197420074036114	2/7/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado em razão de decisão nos REs 626307 (Tema 264) e 591797 (Tema 265). Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança/expurgos inflacionários.		
0002822-93.2007.4.03.6111	21/7/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 29/4/2020, foi proferido despacho dando ciência às partes acerca da digitalização dos autos e conferindo prazo para manifestação de eventuais equívocos ou ilegibilidades.		

0006051-89.2010.4.03.6100	27/5/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado em razão de decisão nos REs 626307 (Tema 264) e 591797 (Tema 265). Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança/expurgos inflacionários.		
0007430-81.2009.4.03.6106	7/4/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho instando as partes a manifestarem-se acerca da correção dos equívocos/ilegibilidades apontados na digitalização dos autos. Na sequência o feito será incluído em pauta.		
0022201-77.2012.4.03.6100	5/6/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho determinando à subsecretaria a correção dos equívocos/ilegibilidades apontados pela parte acerca da recente digitalização dos autos. Após a correção, ouvem-se as partes e o o feito será incluído em pauta.		
0049175-07.2009.4.03.6182	6/2/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferido despacho determinando à subsecretaria a correção dos equívocos/ilegibilidades apontados pela parte acerca da recente digitalização dos autos. Após a correção, ouvem-se as partes e o o feito será incluído em pauta.		
0045141-57.2007.4.03.6182	25/2/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho determinando à subsecretaria a correção dos equívocos/ilegibilidades apontados pela parte acerca da recente digitalização dos autos. Após a correção, ouvem-se as partes e o o feito será incluído em pauta.		
0006659-19.2012.4.03.6100	10/8/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferido despacho determinando à subsecretaria a correção dos equívocos/ilegibilidades apontados pela parte acerca da recente digitalização dos autos. Após a correção, ouvem-se as partes e o o feito será incluído em pauta.		
0002404-05.2008.4.03.6182	19/10/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Em 15/5/2020, foi determinada à subsecretaria a correção de equívoco/ilegibilidade na digitalização dos autos, apontada pela parte. Na mesma decisão, foi convertido o julgamento em diligência para que a União esclareça a data da notificação da não homologação da compensação.		
5005666-76.2017.4.03.0000	4/5/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo decidido em 13/5/2020. Ao arquivo.		
5012532-03.2017.4.03.0000	20/7/2017	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Voto minutado e incluído na pauta de 22/7/2020.		
0003261-88.2008.4.03.6105	30/8/2012	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferido despacho determinando à subsecretaria a correção dos equívocos/ilegibilidades apontados pela parte acerca da recente digitalização dos autos. Após a correção, ouvem-se as partes e o o feito será incluído em pauta.		
5007048-07.2017.4.03.0000	23/5/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo decidido em 13/5/2020. Ao arquivo.		

5000940-25.2018.4.03.0000	26/1/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo decidido em 13/5/2020. Ao arquivo.		
5002453-60.2017.4.03.6144	10/5/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Voto minutado e incluído na pauta de 22/7/2020.		
5002264-87.2017.4.03.6110	16/5/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Voto minutado e incluído na pauta de 22/7/2020.		
0031966-68.2014.4.03.0000	26/1/2015	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Proferido despacho determinando à subsecretaria a correção dos equívocos/ilegibilidades apontados pela parte acerca da recente digitalização dos autos. Após a correção, ouvem-se as partes e o o feito será incluído em pauta.		
5005631-82.2018.4.03.0000	22/3/2018	244 - Reclamação
Observação/Providência: Requisitadas informações ao juízo reclamado.		
5021610-84.2018.4.03.0000	4/9/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Prazo em curso para autoridade coatora prestar informações.		
5019964-72.2018.4.03.6100	20/9/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Voto minutado e incluído na pauta de 22/7/2020.		
5024982-41.2018.4.03.0000	5/10/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Processo decidido em 13/5/2020. Ao arquivo.		
5029169-92.2018.4.03.0000	19/11/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Processo decidido em 15/5/2020. Ao arquivo.		
5015149-62.2019.4.03.0000	13/6/2019	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo decidido em 13/5/2020. Ao arquivo.		
5020390-17.2019.4.03.0000	12/8/2019	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Decisão proferida em 22/4/2020. Prazo para as partes em curso.		
5016575-12.2019.4.03.0000	28/6/2019	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Será incluído na próxima pauta.		
5016812-17.2017.4.03.0000	12/9/2017	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Será incluído na próxima pauta.		
5017301-83.2019.4.03.0000	8/7/2019	12375 - Reclamação
Observação/Providência: Proferida decisão em 15/5/2020 indeferindo a petição inicial.		
0034209-82.1995.4.03.6100	3/8/1998	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Será incluído na próxima pauta.		
0035040-04.2012.4.03.0000	10/12/2012	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Será incluído na próxima pauta.		
0207152-59.1996.4.03.6104	9/4/2012	208 - Embargos Infringentes

Observação/Providência: Será incluído na próxima pauta.		
0035924-67.2011.4.03.0000	17/11/2011	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Voto minutado e incluído na pauta de 7/7/2020.		
0006350-48.2006.4.03.6119	13/3/2009	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Será incluído na próxima pauta.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 58 processos selecionados para aferição, todos foram inspecionados.

Os autos físicos não foram inspecionados *in loco*, sendo feita a análise por meio dos respectivos extratos processuais, em razão de a inspeção ter sido realizada de modo virtual.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias): 0012125-53.2015.4.03.0000, 0017239-70.2015.4.03.0000, 5000050-78.2016.4.03.6104, 5000737-97.2017.4.03.0000, 5000400-78.2016.4.03.6100, 0088635-16.2000.4.03.6182, 5025658-86.2018.4.03.0000, 5000209-64.2017.4.03.6143, 5000315-29.2017.4.03.6142, 5004952-27.2018.4.03.6000, 5003198-42.2017.4.03.0000, 0007430-81.2009.4.03.6106, 5012532-03.2017.4.03.0000, 5002453-60.2017.4.03.6144, 5002264-87.2017.4.03.6110, 5019964-72.2018.4.03.6100, 5016575-12.2019.4.03.0000, 0035040-04.2012.4.03.0000, 0207152-59.1996.4.03.6104, 0035924-67.2011.4.03.0000, 00114600320164030000, 00188990220154030000 e 00280031820154030000;

b) incluir os embargos de declaração em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias): 50225972320184030000; e

c) promover o andamento dos Processos n. 0022201-77.2012.4.03.6100, 0049175-07.2009.4.03.6182, 0045141-57.2007.4.03.6182, 0006659-19.2012.4.03.6100, 0002404-05.2008.4.03.6182, 0003261-88.2008.4.03.6105, 0003261-88.2008.4.03.6105, 0031966-68.2014.4.03.0000, após serem sanados os equívocos na digitalização. Os autos encontram-se na Subsecretaria da 3ª Turma.

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida, via videoconferência, pelo Desembargador Federal Nery Júnior e pelo assessor André Costa Ferraz.

Como informado em entrevista, o Desembargador Federal Nery Júnior assumiu a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região durante biênio iniciado em fevereiro de 2018 e terminado ao fim de fevereiro de 2020. Durante esse período, o acervo da unidade inspecionada era titularizado pelo Desembargador Federal Mairan Maia. Com a reassunção da atividade no atual gabinete em 2/3/2020, a equipe passa por período de adaptação ao novo acervo.

No que tange ao quadro de pessoal, o gabinete conta com 17 servidores em atividade-fim e quatro estagiários. Não há servidores na atividade-meio na unidade. Desde a reassunção, em março de 2020, o setor não recebeu qualquer auxílio.

O gabinete possui apenas processos eletrônicos em tramitação. O chefe de gabinete realiza a triagem dos processos e insere etiqueta com o assunto e o nome do servidor especializado na matéria. Os servidores aplicam os modelos já aprovados pelo assessor por meio de ferramenta de centralização dos modelos: o SIGMA. A ferramenta foi desenvolvida por servidor do próprio gabinete e utiliza inteligência artificial para gestão dos modelos. O sistema está inscrito no SINAPSES do CNJ e atualmente encontra-se em fase de testes também na Vice-Presidência e em mais um gabinete, integrado ao PJe.

Os processos são organizados com etiquetas virtuais no PJe indicando as matérias, prioridades legais, metas do CNJ e o servidor responsável pela minuta.

Os controles do acervo, das movimentações, de metas, de prioridades legais, de processos remetidos a outros setores, de embargos de declaração, de agravos internos e de urgências são realizados com as ferramentas do PJe, como filtros e etiquetas. O controle periódico de processos sem movimentação é feito semanalmente pelo chefe de gabinete através de filtros constantes no PJe, sendo os processos encaminhados ao servidor responsável para elaboração de minuta.

Os processos com prioridade legal ou meta do CNJ, sempre que possível, são encaminhados aos servidores responsáveis pela elaboração das minutas, fixando-se prazo razoável para sua execução, com monitoramento constante dos gestores.

São poucas decisões terminativas, já que o atual CPC restringiu as hipóteses de cabimento de decisões monocráticas.

A equipe utiliza modelos para votos/decisões e eles são gerenciados pela ferramenta de centralização dos modelos, com uso de inteligência artificial desenvolvida pelo gabinete: o SIGMA.

Existem metas individuais, fixadas por servidor, levando em consideração a complexidade das matérias e o tempo estimado para executá-las. Atualmente, não há recompensas vinculadas às metas. Constantemente os servidores são estimulados a participarem de cursos, palestras e outras ações de capacitação.

No que tange à Meta 3, detectada a possibilidade de acordo, os processos são imediatamente encaminhados ao gabinete da conciliação.

Os processos com determinação de sobrestamento, localizados na Subsecretaria da Turma derivam, em sua maior parte, de decisões proferidas no rito dos recursos repetitivos e na sistemática da repercussão geral, sendo as principais: (I) Tema 264 do STF (*Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão*); e (II) Tema 265 do STF (*Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor I*).

Tendo em vista a retomada do acervo do gabinete em março de 2020, não há pedido de vista pendente.

Em razão da pandemia, toda a equipe está atuando em teletrabalho. O público externo tem sido atendido majoritariamente por e-mail. As sessões são apenas virtuais, sem sustentação, mas há previsão para que a primeira sessão da 3ª Turma por videoconferência ocorra em 30/7/2020.

Por fim, as maiores dificuldades relacionadas pela equipe são: (I) os dados estatísticos oficiais dificilmente correspondem à realidade; e (II) o PJe oferece pouca dinâmica para movimentação de grande volume de processos.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de 3.831 em julho/2018 para 4.987 em abril/2020). Considerado o período de doze meses retroativo à atual Inspeção CJF/2020, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 3.781 feitos, e no mês imediatamente anterior eram 4.987.

Em comparação à Inspeção CJF/2018, o número total de embargos de declaração aguardando julgamento não apresentou variação significativa (de 351 para 325).

Conforme dados da estatística, o acervo do gabinete aumentou (item 4.2.) e as Metas 1, 2 e 4 não foram atingidas no ano anterior (itens 5.1, 5.2 e 5.6). Os dados referem-se ao período anterior à assunção da equipe no gabinete.

Por outro lado, aferiu-se também que o tempo médio entre a distribuição e o primeiro julgamento, no gabinete, é de 19 meses, enquanto este mesmo tempo, na 3ª Turma, é de 17 meses, e o da 2ª Seção é de 21 meses. O número de feitos conclusos no gabinete, no momento apurado durante a inspeção, era de 5.045, contra a média de 3.681 da Turma e de 3.924 dos gabinetes de igual competência. A média do gabinete, portanto, pode ser melhorada.

Com a recente assunção do gabinete, não é possível aferir se houve evolução em relação à produtividade, pois a equipe o reassumiu em março de 2020. Porém, é elogiável a iniciativa da equipe em desenvolver ferramenta de centralização dos modelos com uso de inteligência artificial chamada de SIGMA.

Por fim, no que tange à recomendação da Inspeção CJF/2018, a equipe informou que os processos pendentes serão imediatamente minutados e pautados.

14. RECOMENDAÇÕES

a) Cumprir as recomendações do item 11; e

b) cumprir as metas do CNJ (não atingidas pelo gabinete anterior). Procurar ritmo mais forte, dentro do possível, em relação à diminuição do acervo, ao julgamento dos processos mais antigos, e à inversão do fluxo processual. O ritmo de julgamento deve procurar se aproximar das médias dos demais gabinetes de igual competência (listadas no item anterior).

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MUTA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Carlos Muta.

2.2 Turma

Membro da 2ª Seção e da 3ª Turma do TRF/3ª Região.

2.3 Competência

Nos termos do art. 10, § 2º, do Regimento Interno do TRF3, cabe à 2ª Seção processar e julgar os feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da Primeira e Terceira Seções, dentre outros: I - matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da Primeira e Terceira Seções; II - licitações; III - nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da Primeira e Terceira Seções; IV - ensino superior; V - inscrição e exercício profissional; VI - tributos em geral e preços públicos; VII - contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

O magistrado lotado no órgão é o Desembargador Federal Carlos Muta.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

O Desembargador Federal Carlos Muta retorna para o gabinete de origem, após exercer o cargo de Corregedor Regional da Justiça Federal da 3ª Região durante o biênio 2018/2020. Antes do retorno ao atual gabinete, ele assumiu, em 2/3/2020, o

gabinete 20 (6ª Turma e 2ª Seção) com acervo bruto de 5.355 processos e acervo líquido de 4.142 processos (mês ref. fevereiro/2020), tendo sido julgados 164 processos. Pelo Ato PRES n. 2.615, de 13/4/2020, publicado no DJe de 15/4/2020, o Desembargador Federal Carlos Muta foi removido em 24/4/2020, deixando o gabinete 20 com o acervo bruto de 5.543 processos e acervo líquido de 4.357 (mês ref. abril/2020) processos, e assim reassumindo o gabinete 08 da 3ª Turma com acervo bruto de 4.012 processos e acervo líquido de 2.989 processos (mês ref. abril/2020). Por impossibilidade de aferição de dados por dia do mês, os valores mencionados representam a posição do acervo no último dia do mês de referência.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

A magistrada responsável pelo órgão, de 1º/3/2018 a 16/3/2020, quando se aposentou, foi a Desembargadora Federal Cecília Marcondes.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Paulo José Saffioti Junior - rf. 3856 – assessor; Marta Fernandes Marinho Curia - rf. 816 - chefe de gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	10 (quadro de pessoal altamente defasado, lotação prevista de 18 servidores)
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	4
Outros	Dois agentes de segurança

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	2.990
Processos suspensos/sobrestados	1.023
Processos conclusos	1.993
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete - excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	2.990
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	2.124
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	1.993
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.121
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	1.023
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.058

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar se sim ou não.	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio: informar n. na data anterior e n. na data posterior.	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	82
Mandados de segurança	3
IRDR	zero
IAC	zero
Arguição de inconstitucionalidade	zero
Conflitos de competência	14
Reclamações	2

Ações rescisórias	6
Outros	57

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	2.898
Recursos em mandados de segurança coletivos	15
Recursos em ações populares	4
Recursos em ações de improbidade administrativa	40
Recursos em ações civis públicas	33
Recursos em ações de desapropriação	zero
Recursos em ações com preferência legal	135
Outros	2.678

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	2.898
Apelações cíveis	1.901
Agravos de instrumento	794
Outros	203 - classe: remessa necessária cível

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Zero - acervo ajustado pelo gabinete. Os processos constantes da base estatística disponibilizada são de competência do Órgão Especial e vinculados no sistema ao gabinete 08, porém o Desembargador Federal Carlos Muta não mais é membro deste Colegiado, que integrou por ser o Corregedor. Atualmente, também não responde como substituto regimental para tais feitos. A informação colhida junto à secretaria processante é a de que os autos serão redistribuídos após eleição. Todos os processos listados são apensos à APN 128 (0065344-98.2003.4.03.0000) e ao INQ 533 (0048044-26.2003.4.03.0000), atualmente no STJ.
Ações penais	Zero
Inquéritos	Zero
Habeas corpus	Zero

Revisões criminais	Zero
Outros	Zero - acervo ajustado pelo gabinete. Os processos constantes da base estatística disponibilizada são de competência do Órgão Especial e vinculados no sistema ao gabinete 08, porém o Desembargador Federal Carlos Muta não mais é membro deste colegiado, que integrou por ser o Corregedor. Atualmente, também não responde como substituto regimental para tais feitos. A informação colhida junto à secretaria processante é a de que os autos serão redistribuídos após eleição. Todos os processos listados são apensos à APN 128 (0065344-98.2003.4.03.0000) e ao INQ 533 (0048044-26.2003.4.03.0000), atualmente no STJ

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Apelações	Zero
Recursos em sentido estrito	Zero
Recursos em habeas corpus	Zero
Recursos em mandado de segurança	Zero
Embargos infringentes e de nulidade	Zero
Outros	Zero
Total de feitos recursais criminais	Zero

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Zero - acervo ajustado pelo gabinete. Os processos constantes da base estatística disponibilizada são de competência do Órgão Especial e vinculados no sistema ao gabinete 08, porém o Desembargador Federal Carlos Muta não mais é membro deste Colegiado, que integrou por ser o Corregedor. Atualmente, também não responde como substituto regimental para tais feitos. A informação colhida junto à secretaria processante é a de que os autos serão redistribuídos após eleição. Todos os processos listados são apensos à APN 128 (0065344-98.2003.4.03.0000) e ao INQ

	533 (0048044-26.2003.4.03.0000), atualmente no STJ.
Ações penais	Zero
Inquéritos	Zero
Habeas corpus	Zero
Outros	Zero - acervo ajustado pelo gabinete. Os processos constantes da base estatística disponibilizada são de competência do Órgão Especial e vinculados no sistema ao gabinete 08, porém o Desembargador Federal Carlos Muta não mais é membro deste Colegiado, que integrou por ser o Corregedor. Atualmente, também não responde como substituto regimental para tais feitos. A informação colhida junto à secretaria processante é a de que os autos serão redistribuídos após eleição. Todos os processos listados são apenas à APN 128 (0065344-98.2003.4.03.0000) e ao INQ 533 (0048044-26.2003.4.03.0000), atualmente no STJ.
Apelações	Zero

4.10 Processos sobrestados no gabinete

Total de feitos	1.023. Acervo ajustado pelo gabinete. Ao total informado pela Divisão de Estatística (zero) foram somados 1.023 processos sobrestados, ainda pendentes de regularização de fase no sistema (aguarda-se desenvolvimento de protocolo para regularização em lote), em decorrência de procedimento de digitalização em massa - Resolução PRES 278/219 - TRF3.
Por IRDR	Dado indisponível (vide observação inicial)
Por IAC	Dado indisponível (vide observação inicial)
Por Arguição de Inconstitucionalidade	Dado indisponível (vide observação inicial)
Por Recurso Especial	Dado indisponível (vide observação inicial)
Por Recurso Extraordinário	Dado indisponível (vide observação inicial)

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	130
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	101 (prazo excedido em virtude de intimação do embargado para contrarrazões, com prazo em dobro no caso da Fazenda Pública, e tempo de próximo ou superior a 30 dias entre a inclusão em pauta e realização da sessão).
Agravos legais/regimentais	8
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	4
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, II, do CPC)	Zero
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	Zero

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado.	660
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado.	28 (prazo excedido em agravos de instrumento dada a necessidade de intimação para contraminuta, com prazo em dobro no caso da Fazenda Pública, oitiva do Ministério Público Federal nos casos previstos em lei, e tempo próximo ou superior a 30 dias entre a inclusão em pauta e realização da sessão).

4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos concluídos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	378	-	182
Distribuídos em 2014	12	233	6
Distribuídos em 2015	8	-	10
Distribuídos em 2016	12	3	6
Distribuídos em 2017	361	25	5
Distribuídos em 2018	364	532	89
Distribuídos em 2019	-	325	1.039
Distribuídos em 2020	-	-	656
Total	1.135	1.118	1.993

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	Zero
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	Zero - acervo ajustado pelo gabinete. A base estatística aponta 14 feitos, sem listá-los, porém a mesma base registra que não existe processo concluído para voto-vista (item anterior), revelando, pois, incongruência no gerenciamento de dados.

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	- Acervo ajustado pelo gabinete. O único processo apontado na base estatística (5001898-78.2017.403.6100) teve acórdão publicado no DJe de 30/4/2020.
Total como relator para o acórdão	Zero

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	2.608
Total de processos julgados	3.148
Total de processos baixados	1.514
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	(-) 540
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	1.094

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	78 (81 menos 3 duplicações constantes da listagem disponibilizada para a autoinspeção de 2019).
Total de feitos não regularizados	1 - Feito 5002711-77.2019.403.6119
Total de feitos verificados na inspeção anterior	20
Total de feitos não regularizados	Os Feitos 0000082-44.2016.4.03.6113, 0002204-02.2017.4.03.0000 e 0005018-61.2015.403.6109 não foram julgados. Constatado o fato pela nova equipe foram prontamente incluídos na pauta de julgamento do dia 22/7/2020.

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano corrente	938
Processos julgados no ano corrente	519
Processos distribuídos no ano anterior	2.357
Processos julgados no ano anterior	1.916

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.227
Pendentes em 31/12/2019	1.049
Porcentagem de atendimento da meta	52,31%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	270
Pendentes em 31/12/2019	25
Porcentagem de atendimento da meta	108,37%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.506

Pendentes no último dia do mês anterior	264
Porcentagem de atendimento da meta	59,46%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	599
Pendentes no último dia do mês anterior	3
Porcentagem de atendimento da meta	117,04%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	14
Pendentes em 31/12/2019	2
Porcentagem de atendimento da meta	166,67%

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	19
Pendentes no último dia do mês anterior	Zero
Porcentagem de atendimento da meta	166,67%

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução

Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2
Pendentes em 31/12/2019	zero
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3
Pendentes no último dia do mês anterior	zero
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2016:	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes em 31/12/2019	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e Impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	Não se aplica
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1. Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim. Segundo o relatório da inspeção ordinária do TRF3 de 2018 (Processo n. CJF-PCO-2018/00020, SEI n. 0001048-36.2019.4.90.8000), foram efetuadas as seguintes recomendações ao gabinete da Desembargadora Federal Cecília Marcondes (fl. 172 e seguintes): Cumprir todas as recomendações dos itens 2 ("manter atenção ao aumento de acervo" e "adotar providências para reverter o crescimento de processos conclusos") e 3 (julgar quatro processos: 0000778-90.2016.4.03.6142, 0003399-61.2013.4.03.6111, 0001129-64.2008.4.03.6006 e 0000695-46.2006.4.03.6006).

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

A equipe da Desembargadora Federal Cecília Marcondes informou que foram buscadas medidas de organização de trabalho para atenção às observações referentes ao item 2 do relatório da inspeção. Em relação ao item 3, foi informado que todos os processos listados foram julgados.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Tendo em vista que o acervo foi assumido em 24/4/2020, vale ressaltar a diretriz do Desembargador Federal Carlos Muta quanto à gestão permanentemente ativa do estoque processual, a partir de relatórios estatísticos e gerenciais, para controle de atrasos, destaque de prioridades, atendimento a metas e redução paulatina do acervo.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

- Meta 1. O planejamento para 2020 é o incremento dos processos julgados por sessão, objetivando vencer a distribuição. Para tanto, serão priorizados feitos mais antigos, com entendimento pacificado e agrupamento de feitos similares, para julgamento em bloco a partir de modelos aprovados pelo desembargador federal. - Meta 2. Conquanto

indicado descumprimento expressivo, o resultado é proveniente do gabinete anterior e deve-se majoritariamente ao fato de que, em razão da digitalização do acervo de 2º grau, em 2019, os processos sobrestados ou suspensos foram reativados em 12/2019 para migração de sistema de processamento, o que foi concluído apenas em 02/2020. Assim, todos passaram a integrar a Meta 2 como "incluídos" (M2-P04), dias antes do fechamento dos cálculos. Segundo dados da Divisão de Estatística, no gabinete 08 constaram como "incluídos" 1.006 processos, do saldo final de 1.049 feitos, pelo que o déficit real é sensivelmente menor. De toda a sorte, o objetivo é de atendimento integral da meta em 2020, conforme mencionado método.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A assunção do acervo do gabinete ocorreu há menos de um mês. As primeiras medidas de gestão em curso consistiram na triagem e organização do acervo para definição de estratégias e planejamento de ações de curto e médio prazo, com o incremento dos feitos que já haviam sido pautados, além de medidas de gestão para otimização do tempo de tramitação, sem prejuízo das preferências legais e urgências. Estima-se fechar 2020 com ganhos de escala na produtividade, tempo de tramitação processual e saldo do acervo, inclusive com gestão mais ativa dos feitos sobrestados. A avaliação de resultados é feita quinzenal e mensalmente e todos os processos levados a julgamento são revistos pelo próprio desembargador, como metodologia de controle qualitativo dos julgamentos. Também são adotados processos de trabalho gerais e setoriais para organizar e racionalizar a capacidade de resposta às demandas crescentes (inclusive planos de ação para influxos anormais), mesmo com quadro deficitário de servidores.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50088345220184030000	27/4/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo foi pautado na sessão de 5/9/2018, com julgamento suspenso por pedido de vista do Des. Fed. Nelton dos Santos. Aguarda o Des. Fed. Antonio Cedenho. Em sessão realizada em 11/10/2018, foi acolhida questão de ordem para anular o acórdão e remeter autos para voto-vista. Pendência externa.		
50003763020194036105	3/10/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Apelação distribuída em 3/10/2019, decisão de antecipação de tutela requerida em 24/10/2019 e remessa à conclusão em 2/12/2019. Processo incluído na pauta de 22/7/2020.		
50014367920174036114	18/4/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo distribuído em 18/4/2018, remetido à conclusão em 15/5/2018 e pautado para sessão de 22/7/2020.		

50019275020174036126	16/4/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo distribuído em 16/4/2018 e, após parecer do MPF, remetido à conclusão em 21/5/2019. Pautado para a sessão de 24/7/2019, tendo sido retirado de pauta. Novamente pautado para sessão de julgamento de 22/7/2020.		
50026631520184036100	22/6/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo redistribuído, em razão da competência, em 2/8/2018 e, após manifestação do MPF e juntada de petições pelas partes (11/4/2019 e 5/8/2019), foi remetido à conclusão e pautado para a sessão de 22/7/2020.		
50077481620174036100	5/7/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído, por prevenção, em 9/8/2018, e, após parecer do MPF, remetido à conclusão em 23/8/2018. Pautado para a sessão de julgamentos de 22/7/2020.		
50145275020184036100	22/8/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo distribuído em 1º/10/2018 e pautado para sessão de julgamentos de 22/7/2020.		
50238155220194030000	17/9/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo distribuído em 17/9/2019 e julgado na sessão de 20/5/2020.		
50246807520194030000	25/9/2019	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Pedido de tutela antecipada antecedente redistribuído, por prevenção, em 25/9/2019, com decisão de indeferimento da tutela assinada em 23/10/2019. Pautado para a sessão de julgamentos de 22/7/2020 conjuntamente com o processo principal (MS 5009171-40.2019.403.6100).		
50007718720174036106	12/9/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 6/5/2020 com acórdão enviado, pelo sistema PJ-e, em 11/5/2020.		
5005007-54.2018.4.03.6104	18/12/2018	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Processo distribuído em 18/12/2018 e, após parecer do MPF, remetido à conclusão em 28/2/2019. Pautado para a sessão de 22/7/2020.		
5002711-77.2019.4.03.6119	30/4/2019	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo distribuído em 30/4/2019 e, após parecer do MPF, remetido à conclusão em 17/6/2019. Pautado para a sessão de 22/7/2020.		
5000832-31.2017.4.03.6143	8/8/2019	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Processo redistribuído, por prevenção, em 21/10/2019, remetido à conclusão em 25/10/2019. Pautado para julgamento na sessão de 22/7/2020.		
5002973-88.2018.4.03.6110	5/10/2018	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Processo com embargos de declaração julgados na sessão de 11/5/2020.		
0002599-42.2008.4.03.6100	15/1/2015	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa

Observação/Providência: Ação de improbidade julgada em 19/6/2019 com acórdão publicado em 27/6/2019. Embargos de declaração opostos em 16/8/2019 e julgado na sessão de 17/6/2020.		
50307452320184030000	6/12/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Pedido de suspensão à apelação distribuído, por prevenção, em 6/12/2018 com decisão de concessão do efeito suspensivo assinada em 17/12/2018. Processo pautado para a sessão de julgamentos de 1º/7/2020 (item 545).		
50042110820194030000	22/2/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo remetido à conclusão em 25/2/2019, com efeito suspensivo indeferido em 27/2/2019. Pautado para sessão de 1º/7/2020.		
50063044120194030000	15/3/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Pedido de efeito suspensivo à apelação redistribuído em 19/3/2019. Decisão concessiva do efeito suspensivo em 5/4/2019 e remetido à conclusão em 10/4/2019. Processo principal (MS 5014610-66.2018.403.6100) julgado na sessão de 3/6/2020. Em seguida, foi reconhecida a perda de objeto.		
50071436620194030000	25/3/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Pedido de efeito suspensivo à apelação distribuída em 25/3/2019. Decisão concessiva de efeito suspensivo assinada em 5/4/2019 e remetido à conclusão em 14/5/2019. Processo pautado para a sessão de 1º/7/2020.		
50312779420184030000	12/12/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Pedido de tutela antecipada antecedente distribuído em 12/12/2018 com decisão de indeferimento da tutela assinada em 28/3/2019. Pautado para a sessão de julgamentos de 22/7/2020 conjuntamente com o processo principal (MS 5027415-85.2017.403.6100).		
50002947820194030000	11/1/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Pedido de efeito suspensivo à apelação em conclusão desde 7/5/2019 e pautado para a sessão de 1º/7/2020.		
50291837620184030000	19/11/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 20/3/2019 em que o julgamento foi suspenso por pedido de vista do Desembargador Federal Nelton dos Santos. Já proferiram voto a Desembargadora Federal Cecília Marcondes (relatora) e o Desembargador Federal Mairan Maia. Pendência externa.		
50124925020194030000	20/5/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 7/8/2019 com julgamento suspenso por pedido de vista do Desembargador Federal Nelton dos Santos. Aguarda o Desembargador Federal Antonio Cedenho. Pendência externa.		
50316757420184036100	24/1/2019	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 7/8/2019 com julgamento suspenso por pedido de vista do Desembargador Federal Nelton dos Santos. Aguarda para votar o Desembargador Federal Antonio Cedenho. Pendência externa.		
50057102720194030000	11/3/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 19/6/2019, com julgamento suspenso por pedido de vista do Desembargador Federal Mairan Maia. Em 19/9/2019, o julgamento foi retomado e após apresentação de voto-vista, foi suspenso novamente com pedido de vista pelo Desembargador Federal Nelton dos Santos. Pendência externa.		
50008888120174036105	17/7/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 18/12/2018 em que, após o voto da relatora (Desembargadora Federal Cecília Marcondes), o julgamento restou suspenso com pedido de vista do Desembargador Federal Nelton dos Santos. Aguarda para votar o Desembargador Federal Antonio Cedenho. Pendência externa.		
00100335820084036108	22/4/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado. Em 19/2/2020, petição protocolizada pela CEF, em que as partes no presente litígio, devidamente representadas, celebram transação quanto ao objeto da ação. Decisão homologatória do acordo assinada em 27/4/2020 com publicação ocorrida em 4/5/2020.		
00050203320074036102	29/3/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração opostos contra decisão que negou provimento ao agravo legal. Processo sobrestado em 1º/9/2010 por determinação de tribunal superior. Levantamento do sobrestamento em 10/10/2019 e pautados para a sessão de 20/5/2020.		
50157218620174030000	28/8/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo, após certidão de decurso de prazo, não seguiu para o fluxo de tarefa correto, o que ocasionou sua invisibilidade para o gabinete. Foi aberto chamado para correção, o que já foi regularizado. O processo foi incluído na pauta de 22/7/2020.		
50003373220174036128	27/11/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado em 27/5/2019, por decisão de tribunal superior (STJ: Recursos Especiais ns. 1.767.631/SC, 1.771.470/RS e 1.772.634/SC - Tema 1008). Embargos de declaração opostos em 6/6/2019, com conclusão em 16/7/2019. Pendência externa.		
0075251-63.2004.4.03.0000	27/12/2004	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído por sucessão, para Desembargadora Federal Cecília Marcondes e apenso à APN 128 (2003.03.00056344-4) atualmente no STJ. Autos físicos localizados no núcleo de remessa aos tribunais superiores (NURT). Aguarda-se eleição no Órgão Especial para nova relatoria. Pendência externa.		
0075163-25.2004.4.03.0000	21/12/2004	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído por sucessão, para Des. Fed. Cecília Marcondes e apenso à APN 128 (2003.03.00056344-4) atualmente no STJ. Autos físicos localizados no núcleo de remessa aos tribunais superiores (NURT). Aguarda-se eleição no Órgão Especial para nova relatoria. Pendência externa.		
0075250-78.2004.4.03.0000	27/12/2004	241 - Petição Cível

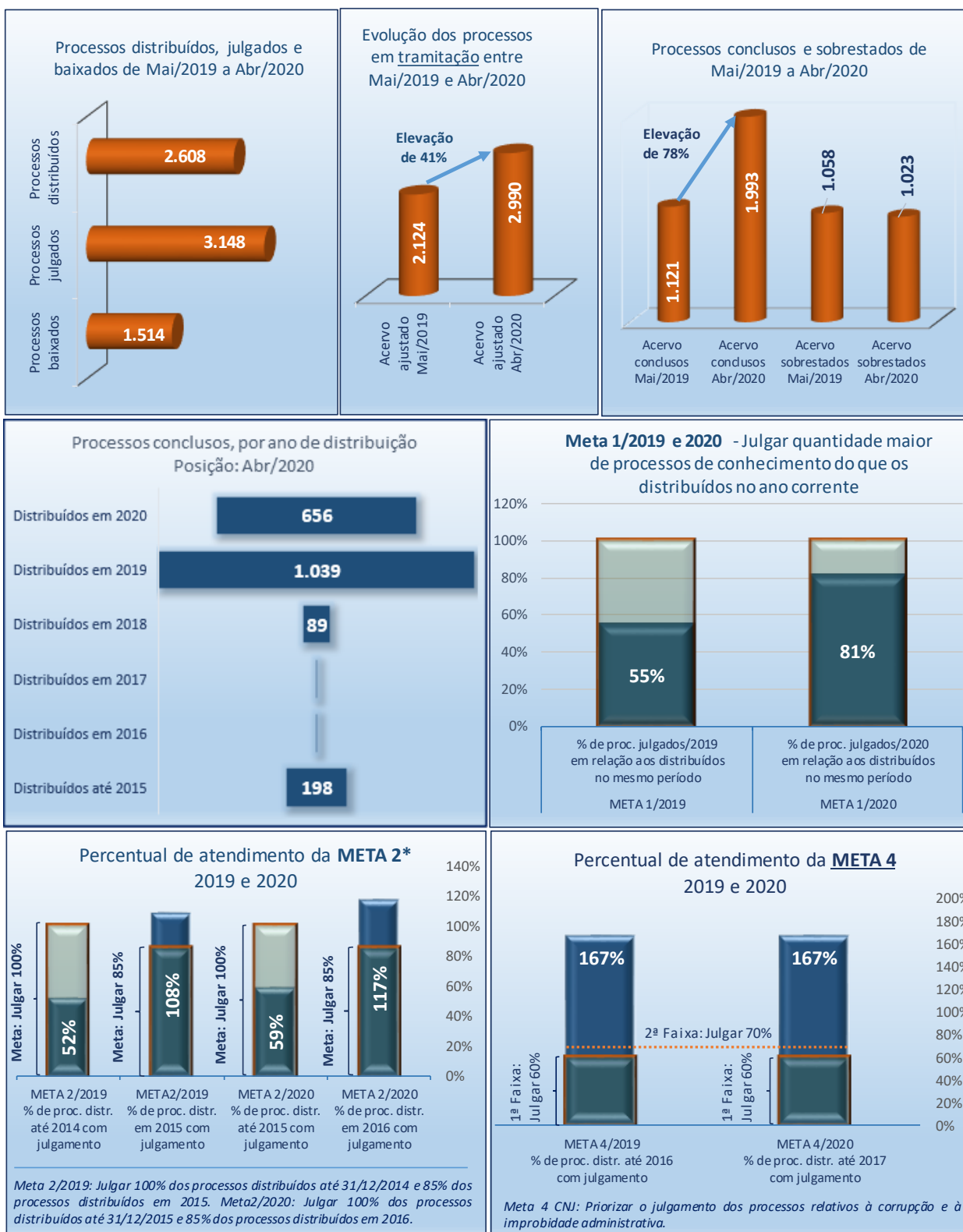
Observação/Providência: Processo redistribuído por sucessão, para Desembargadora Federal Cecília Marcondes e apenso à APN 128 (2003.03.00056344-4) atualmente no STJ. Autos físicos localizados no núcleo de remessa aos tribunais superiores (NURT). Aguarda-se eleição no Órgão Especial para nova relatoria. Pendência externa.		
0075162-40.2004.4.03.0000	21/12/2004	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído por sucessão, para Desembargadora Federal Cecília Marcondes e apenso à APN 128 (2003.03.00056344-4) atualmente no STJ. Autos físicos localizados no núcleo de remessa aos tribunais superiores (NURT). Aguarda-se eleição no Órgão Especial para nova relatoria. Pendência externa.		
0075159-85.2004.4.03.0000	21/12/2004	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído por sucessão, para a Desembargadora Federal Cecília Marcondes e apenso à APN 128 (2003.03.00056344-4) atualmente no STJ. Autos físicos localizados no núcleo de remessa aos tribunais superiores (NURT). Aguarda-se eleição no Órgão Especial para nova relatoria. Pendência externa.		
0075161-55.2004.4.03.0000	21/12/2004	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído por sucessão, para a Desembargadora Federal Cecília Marcondes e apenso à APn 128 (2003.03.00056344-4) atualmente no STJ. Autos físicos localizados no núcleo de remessa aos tribunais superiores (NURT). Aguarda-se eleição no Órgão Especial para nova relatoria. Pendência externa.		
0015158-03.2005.4.03.0000	4/4/2005	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído por sucessão, para a Desembargadora Federal. Cecília Marcondes e apenso à APn 128 (2003.03.00056344-4) atualmente no STJ. Autos físicos localizados no núcleo de remessa aos tribunais superiores (NURT). Aguarda-se eleição no Órgão Especial para nova relatoria. Pendência externa.		
0003934-05.2004.4.03.0000	28/1/2004	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído por sucessão, para a Desembargadora Federal. Cecília Marcondes e apenso à APn 128 (2003.03.00056344-4) atualmente no STJ. Autos físicos localizados no núcleo de remessa aos tribunais superiores (NURT). Aguarda-se eleição no Órgão Especial para nova relatoria. Pendência externa.		
0070672-09.2003.4.03.0000	11/11/2003	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído por sucessão, para a Desembargadora Federal. Cecília Marcondes e apenso ao INQ 533 (2003.03.0048044-6) atualmente no STJ. Autos físicos localizados no núcleo de remessa aos tribunais superiores (NURT). Aguarda-se eleição no Órgão Especial para nova relatoria. Pendência externa.		
0065343-16.2003.4.03.0000	20/10/2003	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído por sucessão, para a Desembargadora Federal. Cecília Marcondes e apenso à APn 128 (2003.03.00056344-4) atualmente no STJ. Autos físicos localizados no núcleo de remessa aos tribunais superiores (NURT). Aguarda-se eleição no Órgão Especial para nova relatoria. Pendência externa.		
0079731-21.2003.4.03.0000	29/12/2003	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído por sucessão, para a Desembargadora Federal. Cecília Marcondes e apenso à APn 128 (2003.03.00056344-4) atualmente no STJ. Autos físicos localizados no núcleo de remessa aos tribunais superiores (NURT). Aguarda-se eleição no Órgão Especial para nova relatoria. Pendência externa.		

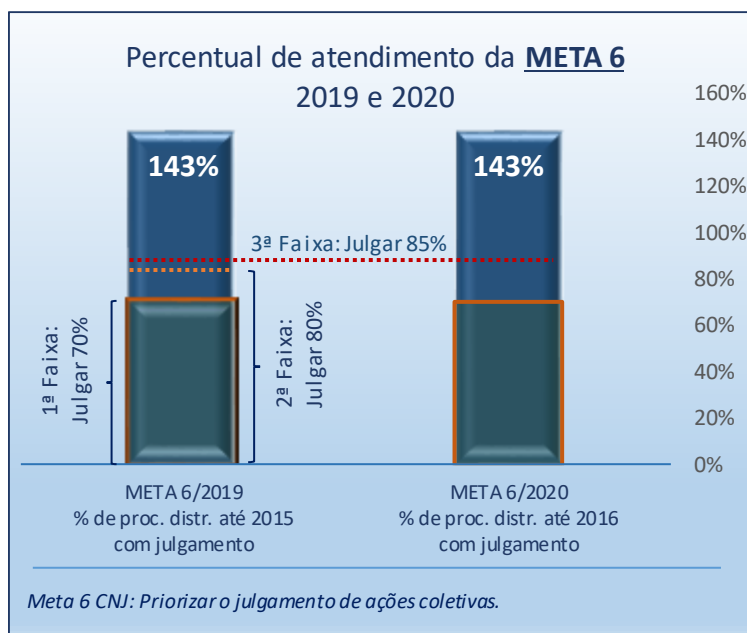
0000944-41.2004.4.03.0000	16/1/2004	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído por sucessão, para Desembargadora Federal Cecília Marcondes e apenso à APN 128 (2003.03.00056344-4) atualmente no STJ. Autos físicos localizados no núcleo de remessa aos tribunais superiores (NURT). Aguarda-se eleição no Órgão Especial para nova relatoria. Pendência externa.		
0009241-27.2010.4.03.0000	29/3/2010	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo apensado à Apelação Cível 2008.61.04.012825-8, remetido para a vara de origem em 26/11/2012. Embora conste digitalização, não houve a conversão em metadados e o processo continua físico. Solicitada a correção de fase lançada no sistema processual. Pendência externa.		
5001004-96.2017.4.03.6102	25/01/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 1º/4/2020 com acórdão publicado no DJe em 4/5/2020. Juntada de petição de embargos de declaração em 11/5/2020 e remessa à conclusão em 12/5/2020. Julgamento em mesa na sessão de 20/5/2020.		
5001436-79.2017.4.03.6114	18/4/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo distribuído em 18/4/2018, remetido à conclusão em 15/5/2018 e pautado para julgamento em 22/7/2020.		
5001927-50.2017.4.03.6126	16/4/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo distribuído em 16/4/2018 e, após parecer do MPF, remetido à conclusão em 21/5/2019. Pautado para a sessão de 24/7/2019, tendo sido retirado de pauta. Novamente pautado para sessão de julgamento de 22/7/2020.		
5025939-12.2017.4.03.6100	10/4/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído em 8/5/2018 e pautado para a sessão virtual de julgamentos de 15/4/2020, em que foi retirado de pauta por oposição, pelo apelante, ao julgamento virtual. Aguarda sessão de julgamento presencial em razão de portaria do TRF e CNJ suspendendo atividades presenciais. Pendência externa.		
5002663-15.2018.4.03.6100	22/6/2018	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo redistribuído, em razão da competência, em 2/8/2018 e, após manifestação do MPF e juntada de petições pelas partes (11/4/2019 e 5/8/2019), foi remetido à conclusão e pautado para a sessão de 22/7/2020.		
5007748-16.2017.4.03.6100	5/7/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído, por prevenção, em 9/8/2018, e, após parecer do MPF, remetido à conclusão em 23/8/2018. Pautado para a sessão de 22/7/2020.		
5000055-96.2018.4.03.6115	9/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Apelação distribuída em 9/8/2018, remetida à conclusão em 13/09/2018 e pautada para a sessão de 22/7/2020.		
5014527-50.2018.4.03.6100	22/8/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo distribuído em 1º/10/2018 e pautado para a sessão de 22/7/2020.		
5022617-47.2018.4.03.6100	18/10/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo redistribuído, por prevenção, em 7/11/2018 e pautado para a sessão de 22/7/2020.		

5027840-45.2018.4.03.0000	1º/11/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Pedido de suspensão à apelação distribuído em 6/11/2018, com decisão de indeferimento do efeito suspensivo assinada em 21/11/2018 e pautado para a sessão de 1º/7/2020.		
5003870-79.2019.4.03.0000	20/2/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo remetido à conclusão em 21/2/2019 e julgado na sessão de 20/5/2020.		
5030745-23.2018.4.03.0000	6/12/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Pedido de suspensão à apelação distribuído, por prevenção, em 6/12/2018 com decisão de concessão do efeito suspensivo assinada em 17/12/2018. Processo pautado para a sessão de 1º/7/2020.		
0003278-36.2017.4.03.6000	11/2/2019	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Apelação distribuída em 11/2/19, remetida ao MPF para parecer e, após, conclusão aberta em 29/3/2019. Processo incluído na pauta de 22/7/2020.		
5007685-88.2017.4.03.6100	13/2/2019	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo distribuído em 13/2/2019 e, após parecer do MPF, remetido à conclusão em 1º/4/2019. Pautado para a sessão de julgamentos de 22/7/2020.		
5004211-08.2019.4.03.0000	22/2/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo remetido à conclusão em 25/2/2019, com efeito suspensivo indeferido em 27/2/2019. Pautado para sessão de 1º/7/2020.		
5006304-41.2019.4.03.0000	15/3/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Pedido de efeito suspensivo à apelação redistribuído em 19/3/2019. Decisão concessiva do efeito suspensivo em 5/4/2019 e remetido à conclusão em 10/4/2019. Processo principal (MS 5014610-66.2018.403.6100) julgado na sessão de 3/6/2020, e, em seguida, reconheceu-se a perda de objeto.		
5014651-97.2018.4.03.0000	27/6/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo com interposição de agravo interno em face de decisão monocrática e pautado para a sessão de julgamentos de 1º/7/2020.		
5031277-94.2018.4.03.0000	12/12/2018	12083-Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Pedido de tutela antecipada antecedente distribuído em 12/12/2018 com decisão de indeferimento da tutela assinada em 28/3/2019. Pautado para a sessão de julgamentos de 22/7/2020 conjuntamente com o processo principal (MS 5027415-85.2017.403.6100).		
5000965-71.2018.4.03.6100	28/2/2019	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído, em razão da competência, em 6/5/2019, e pautado para sessão de 22/7/2020.		
5008187-23.2019.4.03.0000	4/4/2019	12375 - Reclamação

Observação/Providência: Processo redistribuído, em razão da competência, em 20/5/2019. Decisão de concessão parcial da liminar em 22/5/2019. Pautado para a sessão de 1º/7/2020.		
0007296-93.2001.4.03.9999	13/2/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado desde 27/5/2011, por determinação de tribunal superior (STF RREE ns 591.797 e 626.307). Pendência externa.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 55 processos selecionados para aferição, todos foram inspecionados.

Os autos físicos não foram inspecionados *in loco*, sendo feita a análise por meio dos respectivos extratos processuais, em razão de a inspeção ter sido realizada de modo virtual.

Em relação aos processos aferidos, recomenda-se:

a) Incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias): 5000376-30.2019.4.03.6105, 5005007-54.2018.4.03.6104, 5002711-77.2019.4.03.6119, 5000832-31.2017.4.03.6143, 5000294-78.2019.4.03.0000, 5015721-86.2017.4.03.0000, 5001436-79.2017.4.03.6114, 5001927-50.2017.4.03.6126, 5007748-16.2017.4.03.6100, 5000055-96.2018.4.03.6115, 5014527-50.2018.4.03.6100, 5022617-47.2018.4.03.6100, 5027840-45.2018.4.03.0000, 0003278-36.2017.4.03.6000, 5007685-88.2017.4.03.6100, 5004211-08.2019.4.03.0000, 5031277-94.2018.4.03.0000 e 5000965-71.2018.4.03.6100; e

b) Tendo em vista a oposição ao julgamento virtual, julgar em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias), após a implementação das sessões por videoconferência: 50246807520194030000, 5025939-12.2017.4.03.6100, 5002663-15.2018.4.03.6100, 5030745-23.2018.4.03.0000, 5014651-97.2018.4.03.0000 e 5008187-23.2019.4.03.0000.

Os processos n. 50088345220184030000, 50291837620184030000, 50124925020194030000, 50316757420184036100, 50057102720194030000 e 50008888120174036105 foram levados a julgamento e houve pedido de vista pelo

Desembargador Federal Nelton dos Santos, o que impediu a sua conclusão. Consta recomendação específica ao vistor para apresentar seu voto no prazo de 60 dias.

Os Processos n. 0075251-63.2004.4.03.0000, 0075250-78.2004.4.03.0000, 0075162-40.2004.4.03.0000, 0075159-85.2004.4.03.0000, 0075161-55.2004.4.03.0000, 0015158-03.2005.4.03.0000, 0003934-05.2004.4.03.0000, 0070672-09.2003.4.03.0000, 0065343-16.2003.4.03.0000, 0079731-21.2003.4.03.0000, 0000944-41.2004.4.03.0000 são autos físicos de competência do Órgão Especial. O Desembargador Federal Carlos Muta não é membro deste colegiado e tampouco responde como substituto regimental para tais feitos. A informação colhida junto à Secretaria processante é a de que os autos serão redistribuídos após eleição para o Órgão.

No que tange ao Processo n. 0009241-27.2010.4.03.0000, constatou-se que os autos estão em trâmite perante a Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência.

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi cordialmente recebida, por videoconferência, pelo Desembargador Federal Carlos Muta e pelo Assessor Paulo Jose Saffioti Junior.

Como informado em entrevista, o Desembargador Federal Carlos Muta assumiu a Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região para o biênio 2018/2020. Em 2/3/2020, ele assumiu o gabinete 20 (6ª Turma e 2ª Seção). No entanto, em decorrência da aposentadoria da Desembargadora Federal Cecília Marcondes, o Desembargador Federal Carlos Muta foi removido em 24/4/2020 para o gabinete 08 (3ª Turma e 2ª Seção), ora inspecionado e o gabinete de origem.

Com a assunção da atividade no atual gabinete, a equipe passa por natural readaptação ao novo acervo e já se observa o resultado na melhoria do perfil de tramitação.

No que tange ao quadro de pessoal, é composto por apenas 10 servidores (9 na atividade-fim e um na atividade-meio) e quatro estagiários, além de dois agentes de segurança. Há oito vagas para servidores efetivos na unidade. Desde a reassunção, em abril de 2020, o setor não recebeu qualquer auxílio.

É elogiável a distribuição de trabalho no gabinete, e, antes da ida para a Corregedoria, a produtividade comparativa sempre foi destacada, em relação a gabinetes com igual competência. A distribuição busca conjugar as potencialidades de cada servidor com a especialização de matérias. De regra, o servidor que possui afinidade e interesse em determinado assunto concentrará o trabalho naquele tema, de modo a otimizar o tempo e padronizar a produção de documentos. Casos com maior complexidade, fática ou jurídica, são concentrados, preferencialmente, na assessoria, que também atua no esclarecimento de dúvidas mais cotidianas dos servidores e na

produção de minutas de decisões. Procura-se, igualmente, que o mesmo servidor produza os documentos relativos ao mesmo processo, de modo a manter maior coesão de análise e otimizar o trabalho. Evita-se que mais de um servidor despenda tempo tomando conhecimento e adquirindo familiaridade com o processo e eventuais pesquisas. Havendo necessidade, os servidores são remanejados temporariamente para socorrer demandas expressivas, em breves forças-tarefa, como se deu com o influxo anormal de processos no começo da pandemia (Covid-19), por exemplo.

A chefia de gabinete, em contato com a assessoria e sob orientação do desembargador federal, organiza a distribuição de tarefas. Há designação de responsáveis por serviços administrativos e triagem de entrada. A chefia de gabinete também é encarregada (I) de selecionar processos para inclusão em cada pauta de julgamento colegiado, repartindo a carga de trabalho respectiva entre a equipe; (II) de produzir minutas de documentos; e (III) de cuidar prioritariamente da comunicação institucional do gabinete com advogados e demais órgãos do Tribunal.

Todos os documentos produzidos são revistos pessoalmente pelo desembargador federal que determina ou, desde logo, realiza as modificações necessárias. A equipe é instruída a rever o documento após a correção para tomar notas das alterações. O desembargador federal, a chefia de gabinete ou a assessoria fornecem feedback do trabalho realizado.

Não há entrada de processos físicos no gabinete, em razão da regulamentação da Presidência de que os feitos físicos sejam digitalizados antes de ingressarem ao Tribunal, bem como da expansão do PJe como sistema de protocolo para todas as matérias. O acervo inteiro do gabinete é digital. O mínimo estoque de feitos físicos existentes foi digitalizado no fim do ano de 2019.

A triagem de processos consiste, essencialmente, de quatro etapas de conferência, na entrada: (I) competência para processamento; (II) preenchimento de requisitos formais (procuração, recolhimento de custas etc.); (III) existência de pedido de antecipação de tutela, a ensejar provimento acautelatório; e (IV) subsunção a tema repetitivo que impeça o processamento ulterior. A depender do resultado, são tomadas as medidas ordinatórias e jurisdicionais necessárias.

Em relação ao estoque processual recém-assumido, foi realizada triagem por tempo de processamento em segundo grau (em linha com as metas CJF/CNJ), conjugada com a identificação de casos de julgamentos não encerrados (processos com decisões monocráticas liminares sem inclusão em pauta de julgamento colegiado, bem como agravos internos e embargos de declaração pendentes) e, paralelamente, identificação de eventuais urgências a serem atendidas de pronto.

O estoque processual tem sido triado para separação por matéria e complexidade para distribuição aos servidores, com vistas ao estabelecimento de dinâmica que permita

saldo mensal negativo de acervo (mais saídas que entradas), bem como melhora qualitativa, observando as metas fixadas pelo CJF/CNJ.

Os processos físicos migrados para o PJe são mantidos no gabinete até o trânsito em julgado ou exaurimento da competência, conforme regulamentação da Presidência. Os autos são organizados, globalmente, por ano de distribuição e número. O acervo eletrônico, após triagem prévia, é devidamente etiquetado por matéria e mantido em tarefa específica “analisar tipo de decisão a proferir” para futura inclusão em pauta ou decisão monocrática. Os processos pautados em que o julgamento não foi encerrado (art. 942 do CPC, oposição ao julgamento virtual, pedido de vista) são remetidos, sempre com a devida identificação da modalidade, para a tarefa “processos retirados/adiados”. Os feitos retirados/adiados por motivação diversa da mencionada são incluídos na próxima pauta disponível.

O controle de processos remetido para outros setores para cumprimento de determinações é realizado de forma individualizada, mediante tabela que contém número do processo, providência e setor, tendo como parâmetro a necessidade do retorno dos autos, no menor tempo possível, para o imediato julgamento. Em periodicidade fixa, as caixas de tarefa do sistema PJe são examinadas para identificar os processos há mais tempo sem movimentação, para, se for o caso, promover a regularização do andamento. De regra, utiliza-se marco temporal máximo de referência de 30 dias, salvo quanto às tarefas com processos pendentes de providências urgentes, por exemplo: “minutar decisão órgão diverso”; “minutar decisão intercorrente”; “triagem gabinete”; “recebidos da unidade processante”; “assinar ato judicial” e “recebidos com embargos de declaração”, que são examinadas diariamente ou semanalmente, conforme o caso.

Os feitos com prioridade legal são marcados pelo próprio sistema, ao passo que aqueles referentes a metas do CNJ são etiquetados pela equipe. Na etapa da seleção de processos para inclusão em pauta de julgamento, o acervo é filtrado por tais parâmetros para indicação destes feitos, de modo a atender a urgência legal e/ou gerencial de processamento. São utilizadas decisões terminativas exclusivamente nas hipóteses permitidas pelo art. 932 do CPC, com intuito de agilizar a prestação jurisdicional.

A diretriz do desembargador federal é a de que os pedidos de vista sejam levados em julgamento na primeira sessão disponível. Dependendo da complexidade da matéria, em até duas sessões.

No que tange à Meta 3, considerada a natureza de direito público indisponível de boa parte da competência afeta à 2ª Seção, ainda não houve oportunidade de conciliação desde a reassunção do gabinete em abril de 2020.

Os processos com determinação de sobrestamento, localizados na subsecretaria da Turma derivam, em sua maior parte, de decisões proferidas no rito dos recursos repetitivos e na sistemática da repercussão geral, sendo as principais: (I) Tema 264 do

STF (Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão); (II) Tema 265 do STF (Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor I); (III) Tema 769 do STJ (Definição a respeito: I) da necessidade de esgotamento das diligências como pré-requisito para a penhora do faturamento; II) da equiparação da penhora de faturamento à constrição preferencial sobre dinheiro, constituindo ou não medida excepcional no âmbito dos processos regidos pela Lei 6.830/1980; e III) da caracterização da penhora do faturamento como medida que implica violação do princípio da menor onerosidade); (IV) Tema 1.008 do STJ (Possibilidade de inclusão de valores de ICMS nas bases de cálculo do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, quando apurados pela sistemática do lucro presumido); (V) Tema do 1.012 do STJ (Possibilidade de manutenção de penhora de valores via sistema BACENJUD no caso de parcelamento do crédito fiscal executado (art. 151, VI, do CTN).); (VI) Tema 1.026 do STJ (Possibilidade ou não de inscrição em cadastros de inadimplentes, por decisão judicial, do devedor que figura no polo passivo de execução fiscal); e (VII) Tema 1.037 do STJ (Incidência ou não da isenção do imposto de renda prevista no inciso XIV do artigo 6º da Lei n. 7.713/1998 sobre os rendimentos de portador de moléstia grave que se encontra no exercício de sua atividade laboral).

O objetivo da equipe é a redução de acervo, conjugada ao atendimento das metas temporais e qualitativas do CJF/CNJ. As metas individuais consistem, de regra, na produção de documentos para cada cenário (sessão de julgamento, força-tarefa etc.), sem prejuízo de demandas imediatas (notadamente decisões liminares), cujo impacto é equilibrado na distribuição periódica de trabalho. O desembargador federal corrige todos os casos levados para julgamento, inclusive os repetitivos. Essa correção sempre é organizada para que cada servidor tenha a possibilidade de interagir com o desembargador federal e, em conjunto, proceder análise do material produzido, proporcionando ao servidor a percepção do resultado desenvolvido. A equipe recebe constantes orientações de escrita, bem como da seleção de julgados e documentos como modelos para casos futuros. A assessoria mantém tabulação unificada para consulta. A política gerencial da unidade tem como base a necessidade de capacitação para a melhoria da produtividade e qualidade do trabalho desenvolvido e para incentivo aos servidores. A reassunção do acervo ocorreu em abril de 2020, já no regime de teletrabalho o que tem dificultado esse quesito, principalmente porque a equipe retornou, recentemente, das atividades da Corregedoria Regional. Cursos disponibilizados pela plataforma de ensino a distância têm sido utilizados pelos servidores.

Em razão da pandemia, toda a equipe está atuando em teletrabalho. Há grupo virtual para comunicação geral dos servidores, sem prejuízo da utilização de meios de contato pessoal utilizados pelo desembargador federal, chefia de gabinete e assessoria para tratar de assuntos individuais. O público externo tem sido atendido majoritariamente

por e-mail. Dado que o acervo é integralmente digital, não têm sido verificadas dificuldades de processamento e peticionamento, neste tocante. Há previsão para que a primeira sessão da 3ª Turma, por videoconferência, ocorra em 30/7/2020.

Foi relatado que há, como natural, alguma dificuldade com a adaptação da equipe à mudança qualitativa do trabalho, decorrente da saída do desembargador federal do corpo diretivo e assunção de estoque e distribuição processual expressiva. Apontou-se a distribuição anômala de 100 processos a mais a este gabinete, se comparado aos demais que compõem a 3ª Turma. Alguns servidores jamais haviam trabalhado com processos judiciais no Tribunal, e estão em processo de aprendizado, com boa perspectiva. Outra dificuldade apontada refere-se ao PJe e sugere que o sistema poderia ser melhorado quanto à pesquisa de jurisprudência, tabulação de textos, juntada de documentos etc.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de 423 em julho/2018 para 1.993 em abril/2020). Considerado o período de doze meses retroativo à atual Inspeção CJF/2020, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 1.121 feitos, e, no mês imediatamente anterior, eram 1.993.

Em comparação à Inspeção CJF/2018, o número total de embargos de declaração aguardando julgamento apresentou melhora significativa (de 306 para 130).

Conforme dados da estatística, o acervo do gabinete aumentou (item 4.2.) e as Metas 1 e 2 não foram atingidas no ano anterior (itens 5.1 e 5.2).

Todos os dados acima referem-se ao período anterior à reassunção do Desembargador Muta e sua equipe na unidade.

É preciso destacar que anteriormente, antes de assumir a Corregedoria, a produtividade do desembargador e de sua equipe sempre se destacaram, fazendo com que a média do número de feitos conclusos e em tramitação ainda seja bem melhor do que a média dos gabinetes de igual competência (atual tramitação líquida do gabinete é de 3.036 processos, contra a média de 4.869 da Turma e de 5.667 processos, considerados todos os gabinetes de igual competência).

No mesmo sentido, o tempo médio gasto pelo gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de quase 9 meses, enquanto que o tempo médio, na 3ª Turma, é de 17 meses e o da 2ª Seção, de 21 meses. Trata-se de indicador positivo, que merece destaque.

Com a recente assunção do gabinete, a unidade voltou suas atenções para reduzir o acervo e priorizar o julgamento dos processos de metas do CNJ e os com prioridades legais.

Por fim, no que tange à recomendação da Inspeção CJF/2018, ela foi cumprida e não há pendência.

14. RECOMENDAÇÕES

a) Cumprir as recomendações constantes no item 11, acima; e

b) manter e enfatizar as metas voltadas à diminuição do acervo e ao julgamento dos processos mais antigos (Meta 2) e os com prioridade legal. O gabinete sempre se destacou pela produtividade e espera-se que retome o ritmo com a reassunção da atividade após o retorno da Corregedoria, de modo que ele reapareça nas estatísticas recentes. A julgar pelo histórico da equipe, a diminuição ocorrerá de modo satisfatório.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL NELTON DOS SANTOS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Nelton dos Santos.

2.2 Turma

Membro da 2ª Seção e da 3ª Turma do TRF/3ª Região; Membro Suplente do Conselho de Administração do TRF3; Membro Efetivo do TRE/SP, para o biênio 2019/2021; e Membro da comissão de reforma do regimento interno do TRF3.

2.3 Competência

Nos termos do art. 10, § 2º, do Regimento Interno do TRF3, cabe à 2ª Seção processar e julgar os feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da Primeira e da Terceira Seções, dentre outros: I - matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da Primeira e da Terceira Seções; II - licitações; III - nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da Primeira e da Terceira Seções; IV - ensino superior; V - inscrição e exercício profissional; VI - tributos em geral e preços públicos; VII - contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Nelton dos Santos.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não. No entanto, a Juíza Federal Denise Aparecida Avelar foi convocada para atuar no gabinete a partir de 1º/6/20 (ATO PRES N. 2656/2020), em decorrência do afastamento do Desembargador Federal Nelton dos Santos junto à Turma e à 2ª Seção, a pedido da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo em razão do volume de serviços decorrente das eleições municipais.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Antonio Ramirez Lopes (chefe de gabinete) - técnico judiciário

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):	
Servidores efetivos	16
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*:

Total em tramitação**	7.141 (conforme Setor de Estatística) 5.360 (acervo ajustado pelo gabinete com a dedução de 1.785 feitos sobrestados, os quais ainda pendem de regularização de fase, por conta da digitalização - Resolução Pres. n. 278/2019 do TRF3)
Processos suspensos/sobrestados	36 (conforme Setor de Estatística) 1.821 (acervo ajustado pelo gabinete com a inclusão de 1.785 feitos sobrestados, os quais ainda pendem de regularização de fase, por conta da digitalização - Resolução Pres. n. 278/2019 do TRF3)
Processos conclusos	5.443 (conforme Setor de Estatística) 3.658 (acervo ajustado pelo gabinete com a dedução de 1.785 feitos sobrestados, os quais ainda pendem de regularização de fase, por conta da digitalização - Resolução Pres. n. 278/2019 do TRF3)

Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete - excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	7.141 (conforme Setor de Estatística) 5.360 (acervo ajustado pelo gabinete com a dedução de 1.785 feitos sobrestados, os quais ainda pendem de regularização de fase, por conta da digitalização - Resolução Pres. n. 278/2019 do TRF3)
Acervo ajustado no TRF* (ao início do 12º mês anterior)	4.891
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	5.443 (conforme Setor de Estatística) 3.658 (acervo ajustado pelo gabinete com a dedução de 1.785 feitos sobrestados, os quais ainda pendem de regularização de fase, por conta da digitalização - Resolução Pres. n. 278/2019 do TRF3)
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	3.698
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	36 (conforme Setor de Estatística) 1.821 (acervo ajustado pelo gabinete com a inclusão de 1.785 feitos sobrestados, os quais ainda pendem de regularização de fase, por conta da digitalização - Resolução Pres. n. 278/2019 do TRF3)
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.756

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não

Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Não
Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Não
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio: informar n. na data anterior e n. na data posterior	Não
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	109
Mandados de segurança	6
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	32
Reclamações	1
Ações rescisórias	29
Outros	41

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	7.035
Recursos em mandados de segurança coletivos	24
Recursos em ações populares	15
Recursos em ações de improbidade administrativa	62
Recursos em ações civis públicas	84
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	396
Outros	6.457

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	7.035
Apelações cíveis	5.405
Agravos de instrumento	1.423

Outros	207
--------	-----

4.7 Feitos originários criminais em tramitação:	
Total de feitos originários criminais	1
Ações penais	1
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe:	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	3
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	1

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	291
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	269
Agravos legais/regimentais	93
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	92
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	1.292
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	35

4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos conclusos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	1.142	752	517
Distribuídos em 2014	295	213	184
Distribuídos em 2015	546	341	291
Distribuídos em 2016	627	395	315
Distribuídos em 2017	997	571	444
Distribuídos em 2018	360	1.080	686
Distribuídos em 2019	-	346	1.667
Distribuídos em 2020	-	-	626
Total	3.967	3.698	4.730

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	19
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	2

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	2.602
Total de processos julgados	2.868
Total de processos baixados	1.689
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-266
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	913

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	86
Total de feitos não regularizados	2
Total de feitos verificados na inspeção anterior	120
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	2.419
Processos julgados no ano anterior	2.057
Processos distribuídos no ano corrente	871
Processos julgados no ano corrente	572

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.845
Pendentes em 31/12/2019	2.165
Porcentagem de atendimento da meta	43,69

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.185
Pendentes em 31/12/2019	312
Porcentagem de atendimento da meta	73,67

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5.534
Pendentes no último dia do mês anterior	2.390
Porcentagem de atendimento da meta	56,71

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.302
Pendentes no último dia do mês anterior	299
Porcentagem de atendimento da meta	77,04

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	56
Pendentes em 31/12/2019	13
Porcentagem de atendimento da meta	128,65

5.7. META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	40
Pendentes no último dia do mês anterior	16
Porcentagem de atendimento da meta	95,83

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	13

Pendentes em 31/12/2019	7
Porcentagem de atendimento da meta	46,15

5.10. META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	13
Pendentes no último dia do mês anterior	7
Porcentagem de atendimento da meta	46,15

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016:

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes em 31/12/2019	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	0
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim. As recomendações foram as seguintes: a) julgamento em 90 dias de 94 feitos inspecionados; b) julgamento em 60 dias de seis feitos inspecionados; c) julgamento em 30 dias de dois feitos inspecionados; d) apreciação das liminares em 30 dias de 14 feitos inspecionados; e) envio ao MPF do Feito 0001864-97.2009.4.03.6124; f) incluir três feitos que não se encontravam fisicamente na unidade na próxima inspeção.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

Dentre os 120 feitos constantes da listagem de recomendações da Inspeção CJF/2018 (1.2 processos com recomendações do relatório individualizado), 116 encontram-se julgados e quatro estão com seus processamentos sobrestados por determinação em Recursos Extraordinários ou Recursos Especiais.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há medidas a serem adotadas, tendo em vista que todas as recomendações foram cumpridas à exceção dos quatro feitos sobrestados por determinação em Recursos Extraordinários ou Recursos Especiais, que, por ora, não podem ser processados.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim. A) Meta 1/2019: com ajuste do acervo (feitos sobrestados), o cumprimento da unidade foi de 82,47%. Demais órgãos que a unidade integra foi de: 66,21% - Terceira Turma; 69,49% - Segunda Seção; e 81,72% - TRF3. Observação: o item 4.18 do relatório de inspeção: nos últimos 12 meses foram julgados 2.868 feitos pela unidade; e 2.602 feitos foram distribuídos. B) Meta 2/2019: Não cumprimento apenas em relação ao ano de 2014. Vale ressaltar que, em relação ao ano de 2015, a unidade cumpriu a meta, atingindo o percentual de 87,27%. São adotadas iniciativas para a evolução

positiva das citadas metas, destacando-se o esforço e empenho do gabinete na busca de seu cumprimento, não obstante inúmeras dificuldades enfrentadas, tais como: 1) implantação do PJe; 2) digitalização de todo acervo o durante segundo semestre de 2019; e 3) falta de dois servidores.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Como boa prática pode-se destacar a iniciativa do desembargador, com expressiva adesão dos servidores, de realizar encontros quinzenais na Escola de Magistrados, fora do horário de expediente, nos quais ele ministra aulas de Direito Processual Civil. Como dificuldades podemos indicar: (I) a dificuldade no preenchimento de vagas no gabinete, o qual conta com duas vagas em aberto; e (II) em observância à Resolução Pres. n. 278/2019, todos feitos físicos foram encaminhados para Setor de Digitalização. Ainda no momento em que se realiza esta inspeção, não foi possível regularizar todas as fases dos processos recebidos do Setor de Digitalização. Vale apontar que, no acervo atual do gabinete, constam aproximadamente 1.785 processos ativos que deveriam estar sobrestados.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50120542420194030000	15/5/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Acórdão publicado em 29 de agosto 2019. Feito aguarda julgamento dos embargos de declaração.		
50007526620174030000	15/2/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito julgado.		
50013285920174030000	7/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
50013571220174030000	7/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
50021678420174030000	20/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
50025506220174030000	24/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
00003435420084036124	17/8/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito sobrestado em cumprimento às decisões proferidas nos Recursos Extraordinários n. 591.797 e 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745 - expurgos inflacionários.		

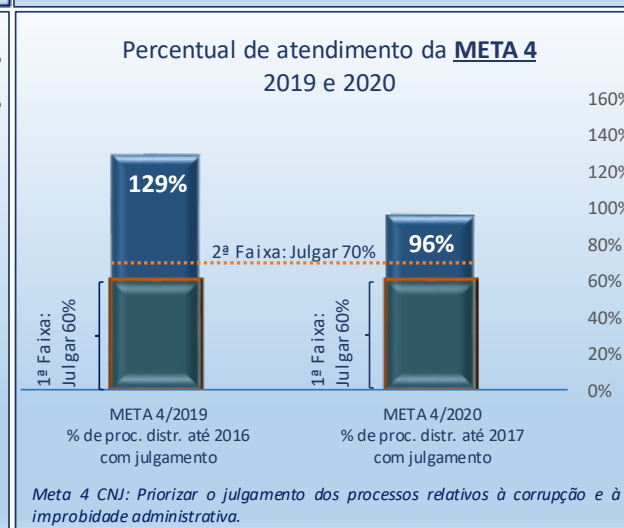
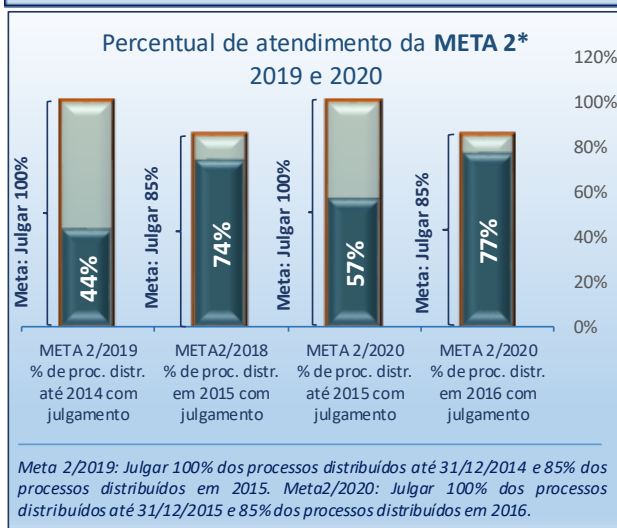
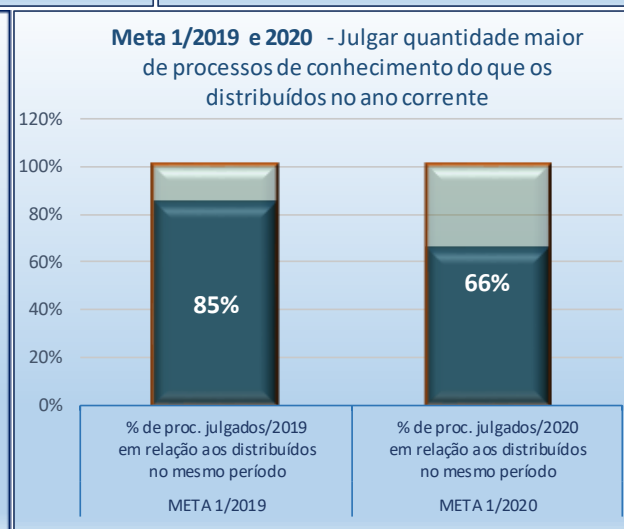
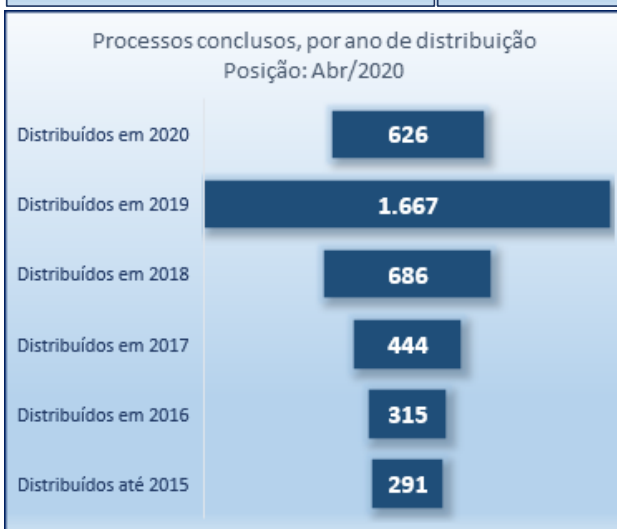
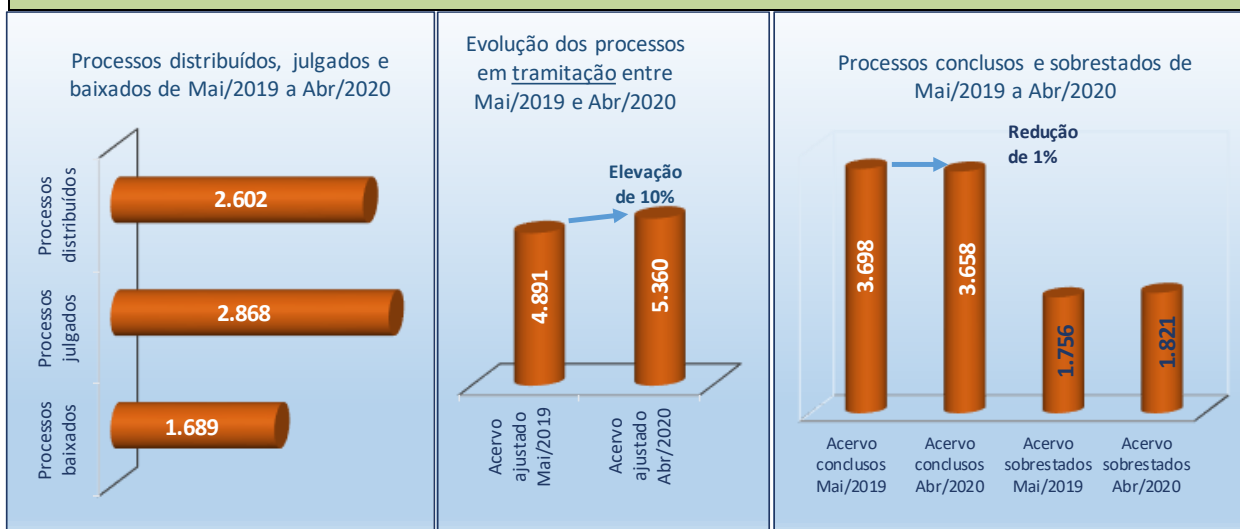
00123736920084036109	26/10/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito sobrestado em cumprimento às decisões proferidas nos Recursos Extraordinários ns 591.797 e 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745 - expurgos inflacionários.		
00102592720084036120	23/2/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito sobrestado em cumprimento às decisões proferidas nos Recursos Extraordinários ns 591.797 e 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745 - expurgos inflacionários.		
00012807020084036122	21/1/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito sobrestado em cumprimento às decisões proferidas nos Recursos Extraordinários ns 591.797 e 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745 - expurgos inflacionários.		
00026981520094036120	23/2/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito sobrestado em cumprimento às decisões proferidas nos Recursos Extraordinários ns 591.797 e 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745 - expurgos inflacionários.		
00093386120094030000	24/3/2009	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito sobrestado em cumprimento à decisão proferida no Recurso Especial n. 1358337/SP.		
5017988-31.2017.4.03.0000	25/9/2017	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
5018550-40.2017.4.03.0000	28/9/2017	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
5019288-28.2017.4.03.0000	9/10/2017	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
5001381-06.2018.4.03.0000	1º/2/2018	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
5003406-89.2018.4.03.0000	26/2/2018	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Feito julgado.		
5000524-57.2018.4.03.0000	19/1/2018	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
50145534920174030000	14/8/2017	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
50095152220184030000	8/5/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação

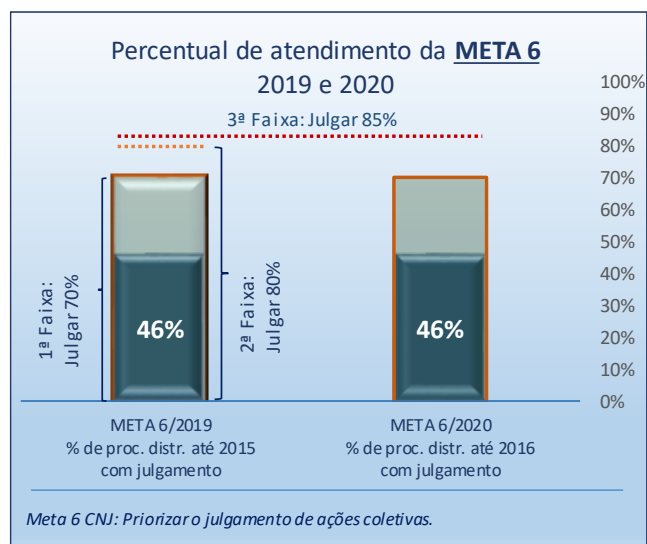
Observação/Providência: Feito julgado.		
50034281620194030000	15/2/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
50088324820194030000	10/4/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Feito julgado.		
50144013020194030000	6/6/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Feito julgado.		
50006090920194030000	18/1/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
00382436619964036100	7/11/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
00401610819964036100	7/11/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
00042433520044036108	31/7/2006	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito sobrestado em cumprimento às decisões proferidas nos Recursos Extraordinários ns 591.797 e 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745 - expurgos inflacionários.		
00013870720054036127	12/7/2006	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito sobrestado em cumprimento às decisões proferidas nos Recursos Extraordinários n. 591.797 e 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745 - expurgos inflacionários.		
00001113220044036108	26/9/2006	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito sobrestado em cumprimento às decisões proferidas nos Recursos Extraordinários ns 591.797 e 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745 - expurgos inflacionários.		
0002157-28.2008.4.03.6116	28/10/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
0005741-34.2012.4.03.6126	20/8/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
0003496-28.2014.4.03.6143	5/11/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
0602602-02.1995.4.03.6100	28/8/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito sobrestado em cumprimento às decisões proferidas nos Recursos Extraordinários n. 591.797 e 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745 - expurgos inflacionários.		
0001695-55.2013.4.03.6000	18/5/2016	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
0002707-82.2015.4.03.6114	21/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
5000414-29.2016.4.03.0000	2/6/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
5000661-10.2016.4.03.0000	30/6/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
5003260-19.2016.4.03.0000	16/12/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
0009851-18.2016.4.03.6100	6/12/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
5014553-49.2017.4.03.0000	14/8/2017	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
5009515-22.2018.4.03.0000	8/5/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Feito julgado.		
5000561-57.2018.4.03.6120	16/5/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
5013702-43.2017.4.03.6100	14/5/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
5000068-83.2018.4.03.6119	10/5/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
5002962-89.2018.4.03.6100	5/6/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
5000682-64.2017.4.03.6106	2/8/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Feito julgado.		
5027273-81.2017.4.03.6100	17/9/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
5021086-23.2018.4.03.6100	7/12/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
5003428-16.2019.4.03.0000	15/2/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
0000465-91.2017.4.03.0000	23/1/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Feito julgado.		

5008832-48.2019.4.03.0000	10/4/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Feito julgado.		
5015550-95.2018.4.03.0000	5/7/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
0403019-27.1995.4.03.6103	13/12/2004	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito julgado.		
0044394-73.2000.4.03.0000	17/8/2000	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito julgado.		
5002999-83.2018.4.03.0000	21/2/2018	244 - Reclamação
Observação/Providência: Feito pautado para sessão de 17 de junho de 2020.		
0038243-66.1996.4.03.6100	7/11/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
0040161-08.1996.4.03.6100	7/11/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
0023121-85.2011.4.03.6100	25/9/2012	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Feito sobrestado - Tema 808/STF.		
0004227-35.2000.4.03.6104	13/3/2002	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito sobrestado em cumprimento às decisões proferidas nos Recursos Extraordinários n. 591.797 e 626.307 e no Agravo de Instrumento n. 754.745 - expurgos inflacionários.		
0017688-86.2000.4.03.6100	17/9/2002	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgar em 120 dias.		
0018818-53.1996.4.03.6100	12/11/1998	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito julgado.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 69 processos selecionados para aferição, todos foram inspecionados.

Os autos físicos não foram inspecionados *in loco*, sendo feita a análise por meio dos respectivos extratos processuais, em razão de a inspeção ter sido realizada de modo virtual.

Em relação aos processos aferidos, recomenda-se:

a) No que tange ao Processo n. 0000465-91.2017.4.03.0000 proceder à baixa no sistema;

b) incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias): 5001357-12.2017.4.03.0000, 5002550-62.2017.4.03.0000, 5017988-31.2017.4.03.0000, 5018550-40.2017.4.03.0000, 5019288-28.2017.4.03.0000, 5001381-06.2018.4.03.0000, 5000524-57.2018.4.03.0000, 5000609-09.2019.4.03.0000, 0005741-34.2012.4.03.6126, 0003496-28.2014.4.03.6143, 0001695-55.2013.4.03.6000, 0002707-82.2015.4.03.6114, 5000414-29.2016.4.03.0000, 5000661-10.2016.4.03.0000, 5003260-19.2016.4.03.0000, 5000561-57.2018.4.03.6120, 5013702-43.2017.4.03.6100, 5000068-83.2018.4.03.6119, 5027273-81.2017.4.03.6100, 5021086-23.2018.4.03.6100, 0002645-76.2009.4.03.6106, 5021546-11.2017.4.03.0000, 0004750-73.2011.4.03.6100, 0001692-75.2016.4.03.6136, 0000007-48.2010.4.03.6102, 0025152-54.2006.4.03.6100, 0012705-48.2008.4.03.6105, 0003248-06.2014.4.03.6000, 0010811-37.2008.4.03.6105, 0012642-91.2015.4.03.6100, 0000526-35.2002.4.03.6124, 0001184-76.2013.4.03.6123, 5002962-89.2018.4.03.6100 (feito incluído na pauta de 5/8/20), 0023591-92.2006.4.03.6100 (feito incluído na pauta de 19/8/2020), 0000644-49.2003.4.03.6003 (feito incluído na pauta de 19/8/2020);

c) incluir os embargos de declaração em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias): 0017688-86.2000.4.03.6100;

d) incluir em pauta em 30 dias, para julgamento em até 60 dias (processos com pedido de vista há mais de 180 dias): 5008834-52.2018.4.03.0000, 5029183-76.2018.4.03.0000, 5012492-50.2019.4.03.0000, 5031675-74.2018.4.03.6100, 5005710-27.2019.4.03.0000, 5000888-81.2017.4.03.6105, 0025665-07.2015.4.03.6100, 5002334-43.2018.4.03.6119, 0046706-41.2008.4.03.0000; e

e) no que tange ao Processo n. 5014553-49.2017.4.03.0000, apreciar em 10 dias o pedido de efeito suspensivo ao apelo.

No que tange ao Processo n. 5014401-30.2019.4.03.0000, constatou-se que o feito, de competência do Órgão Especial, sob relatoria do Desembargador Federal Wilson Zauhy, foi arquivado em 12/5/20. Foi verificado, ainda, que os Processos n. 0403019-27.1995.4.03.6103 e n. 0044394-73.2000.4.03.0000 estão localizados na Subsecretaria do Órgão Especial, após a negativa de seguimento aos agravos internos em 24/4/2019 e em 30/10/2019, respectivamente, sob relatoria do Vice-Presidente.

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida, por videoconferência, pelo Desembargador Federal Nelton dos Santos e pelo chefe de gabinete Antonio Ramirez Lopes.

Como informado no item 3.3, em 1º/6/2020, o desembargador, que exerce mandato junto ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (biênio 2019/2021), afastou-se de suas funções judicantes junto à Turma e à 2ª Seção, em razão do volume de serviços decorrentes das eleições municipais (Ofício TRE/SP n. 382). Desde então, atua junto ao gabinete a Juíza Federal convocada Denise Aparecida Avelar (ATO PRES n. 2656/2020).

No que tange ao quadro de pessoal, a equipe é composta por 16 servidores, dos quais 14 atuam em atividade-fim e dois, em atividade-meio (sendo um agente de segurança). Há duas vagas disponíveis na unidade (confirmando a dificuldade relatada no item 8.1) e, como informado em entrevista, recentemente tentou-se preencher os postos, mas as solicitações não foram deferidas. Assim, por ora, não há previsão de lotação de novos servidores.

A capacitação dos servidores é estimulada e o Desembargador Nelton busca repassar informações sobre cursos e eventos de interesse da equipe, incentivando a participação.

A unidade encontra-se dividida em três setores: (I) apelação e remessas oficiais (3ª Turma); (II) agravos de instrumento (3ª Turma); e (III) feitos da 2ª Seção. De imediato, realiza-se triagem inicial dos processos recebidos da distribuição. Há separação dos feitos por assunto e ordem cronológica, com observância das preferências e prioridades

legais. Após, os feitos são entregues aos servidores responsáveis pela matéria, sendo as medidas urgentes encaminhadas à chefia do gabinete ou aos assessores.

De acordo com o informado na entrevista, todo o acervo do gabinete encontra-se digitalizado e, portanto, incluído no PJe (há 1.785 feitos em digitalização, conforme item 4.1). Após a passagem dos processos pelas tarefas de processamento, tais como “triagem de gabinete”, “recebidos da unidade processante”, “minutar ato”, aqueles que se encontram prontos para julgamento pelo Colegiado são movimentados para a tarefa “analisar tipo de decisão a proferir”. Os feitos são, então, divididos, predominantemente, em dois grupos, agravo de instrumento e apelação, e organizados por assunto, com etiquetas específicas e identificação dos servidores responsáveis. Os processos que serão objeto de inspeção, os que possuem prioridade para julgamento e os sobrestados também são etiquetados.

Com o intuito de evitar o acúmulo de processos sem movimentação, o gabinete adota os seguintes métodos: a) uso mensal de listagens com indicação de preferência ou prioridade no processamento; b) uso de listagem fornecida periodicamente pelo Setor de Estatística do Tribunal, a fim de cumprir o previsto no art. 12 do Código de Processo Civil; e c) uso de mural em que fixadas mensalmente planilhas referentes a Meta 1/CNJ (saldo acumulado no ano corrente), Metas 2, 4 e 6/CNJ (acompanhamento do cumprimento mês a mês) e embargos de declaração e agravos internos (saldo acumulado no gabinete).

A unidade, por conta da diversidade e complexidade das matérias abrangidas pela Seção, optou por não fixar metas individuais de produtividade, tendo estipulado um controle coletivo. Mensalmente, são compilados todos os dados extraídos do sistema SIAPRO e os recebidos do Setor de Estatística do Tribunal. Após a análise de dados, buscam-se propostas e medidas para sanar eventuais falhas ocorridas durante o mês, relativamente ao resultado apresentado.

Quantos aos feitos com prioridade legal e metas do CNJ, utilizam-se as etiquetas do PJe para identificá-los e, com base nas listagens fornecidas pelo Setor de Estatística, são etiquetados também os processos incluídos nas Metas 4 e 6 do CNJ. O controle das Metas 1 e 2 é feito apenas pelas listagens fornecidas pelo Setor de Estatística do Tribunal.

No que tange à Meta 3, a unidade informou que, além dos casos em que as partes manifestem interesse pela conciliação, o Desembargador Nelton procura incentivar a composição mediante o envio de casos ao gabinete de conciliação em que entenda ser possível a solução consensual.

Quanto à apontada demora com os pedidos de vista, o gabinete informou que, sempre que possível e ressalvados casos de maior complexidade, os votos são levados na primeira sessão subsequente àquela em que feito o pedido. Destacou, ainda, que,

desde a implantação do sistema PJe, os pedidos de vista diminuíram sensivelmente, dada a facilidade de se resolver a questão na própria sessão em que pautado o feito.

Há processos sobrestados no gabinete e eles derivam, fundamentalmente, de decisões proferidas no rito dos recursos repetitivos e na sistemática da repercussão geral, sendo as principais: (I) Tema 264 do STF (Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão); (II) Tema 265 do STF (Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor I); (III) Tema 285 do STF (Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor II); (IV) Tema 939 do STF (Possibilidade de as alíquotas da contribuição ao PIS e da COFINS serem reduzidas e restabelecidas por regulamento infralegal, nos termos do art. 27, § 2º, da Lei n. 10.865/2004); (V) Tema 961 do STJ (Discute-se a possibilidade de fixação de honorários advocatícios, em exceção de pré-executividade, quando o sócio é excluído do polo passivo da execução fiscal, que não é extinta); (VI) Tema 962 do STJ (Discute-se a possibilidade de redirecionamento da execução fiscal contra o sócio que, apesar de exercer a gerência da empresa devedora à época do fato tributário, dela regularmente se afastou, sem dar causa, portanto, à posterior dissolução irregular da sociedade empresária); (VII) Tema 981 do STJ (À luz do art. 135, III, do CTN, o pedido de redirecionamento da Execução Fiscal, quando fundado na hipótese de dissolução irregular da sociedade empresária executada ou de presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), pode ser autorizado contra: (I) o sócio com poderes de administração da sociedade, na data em que configurada a sua dissolução irregular ou a presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), e que, concomitantemente, tenha exercido poderes de gerência, na data em que ocorrido o fato gerador da obrigação tributária não adimplida; ou (II) o sócio com poderes de administração da sociedade, na data em que configurada a sua dissolução irregular ou a presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), ainda que não tenha exercido poderes de gerência, na data em que ocorrido o fato gerador do tributo não adimplido); (VIII) Tema 987 do STJ (Possibilidade da prática de atos constritivos, em face de empresa em recuperação judicial, em sede de execução fiscal de dívida tributária e não tributária); (IX) Tema 1.008 do STJ (Possibilidade de inclusão de valores de ICMS nas bases de cálculo do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, quando apurados pela sistemática do lucro presumido); (X) Tema 1.026 do STJ (Possibilidade ou não de inscrição em cadastros de inadimplentes, por decisão judicial, do devedor que figura no polo passivo de execução fiscal); (XI) Tema 1.037 do STJ (Incidência ou não da isenção do imposto de renda prevista no inciso XIV do artigo 6º da Lei n. 7.713/1998 sobre os rendimentos de portador de moléstia grave que se encontra no exercício de sua atividade laboral); e (XII) Tema 1.041 do STJ (Definir se o transportador (proprietário ou possuidor) está sujeito à pena de perdimento de veículo de transporte de passageiros ou de carga

em razão de ilícitos praticados por cidadãos que transportam mercadorias sujeitas à pena de perdimento, nos termos dos Decretos-leis 37/66 e 1.455/76. Definir se o transportador, de passageiros ou de carga, em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita a pena de perdimento sem identificação do proprietário ou possuidor; ou ainda que identificado o proprietário ou possuidor, as características ou a quantidade dos volumes transportados evidenciarem tratar-se de mercadoria sujeita à referida pena, está sujeito à multa de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) prevista no art. 75 da Lei 10.833/03, ou à retenção do veículo até o recolhimento da multa, nos termos do parágrafo 1º do mesmo artigo).

Na ocasião da chegada da pandemia (Covid-19), o gabinete já acumulava quase quatro anos de experiência com o teletrabalho, pois contava com seis de seus 16 servidores trabalhando remotamente desde 2016. A equipe informa que, atualmente, trabalha em sua plenitude, tendo como principal contribuição o fato de possuir 100% do seu acervo virtualizado.

A unidade considera também que o empenho da Presidência do TRF3 em aprimorar, modernizar e disponibilizar os diversos sistemas de informática judiciais e administrativos facilitou a adaptação aos novos tempos de pandemia, sem comprometimento do ritmo de produção.

O gabinete montou uma rede de comunicação por meio de chamadas de vídeo (Skype e Teams) e mensagens de texto e áudio via e-mail e WhatsApp, o que possibilitou plena interação entre os servidores e o desembargador. Algumas adaptações foram necessárias para o atendimento das partes, advogados e procuradores, antes atendidos pessoalmente no gabinete ou por telefone. Com as restrições trazidas pela pandemia, o atendimento é feito via e-mail e chamadas de vídeo. Da mesma forma, o desembargador tem atendido os advogados, por meio chamadas de vídeo (Skype e Teams) com hora marcada (antes o atendimento era feito pessoalmente).

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de 3.738, em julho/2018, para 5.443, em abril/2020). E, considerado o período de doze meses retroativo à atual Inspeção CJF/2020, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 3.698 feitos, e no mês imediatamente anterior já eram 5.443.

Em comparação à Inspeção CJF/2018, o número total de embargos de declaração aguardando julgamento não apresentou variação significativa (de 270 para 291).

Assim, considerados os dados oficiais fornecidos pelo Setor de Estatística do Tribunal, percebe-se que não houve evolução positiva em relação à produtividade do gabinete no período entre as inspeções. Conforme dados da Estatística, o acervo do gabinete aumentou (item 4.2.) e a Meta 1 não foi atingida no ano anterior (item 5.1).

Como informado pela unidade no item 4.1, é provável que o encaminhamento de 1.785 feitos sobrestados para digitalização e pendentes de regularização de fase no sistema processual tenha afetado os dados estatísticos anteriormente mencionados, o que enseja recomendação específica (item 13). Ademais, o Desembargador Nelton dos Santos, há 5 anos membro da 3ª Turma, sempre desempenha outras importantes atividades junto ao Tribunal (compôs a comissão de reforma do regimento interno do TRF3, com a necessária adaptação ao CPC e foi membro da Diretoria da Escola de Magistratura do Tribunal no biênio 2016/2018), além de atualmente compor o TRE o que pode afetar, em parte, os resultados do gabinete.

Por outro lado, aferiu-se, também, que o tempo médio gasto no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 27 meses, enquanto o tempo médio, na 3ª Turma, é de 17 meses e o dos gabinetes da 2ª Seção é de 21 meses. Trata-se de média que pode ser melhorada. Assim, com base nas informações oficiais fornecidas pelo Setor de Estatística do TRF3, o gabinete deve buscar aprimorar os resultados de produtividade.

Por fim, no que tange à recomendação da Inspeção CJF/2018, ela foi cumprida e não há pendência.

14. RECOMENDAÇÕES

a) Cumprir as recomendações do item 11;

b) priorizar o julgamento dos processos relativos à improbidade administrativa. Apesar dos bons resultados da Meta 4 para 2019 e 2020, 18 feitos constantes das recomendações listadas no item 11 são de improbidade administrativa;

c) diante das pendências constatadas, priorizar o julgamento de processos de outros gabinetes em que há ou venha a existir pedido de vista requerido pelo desembargador (atendimento ao art. 940 do CPC);

d) adotar metas mais fortes em relação à diminuição do acervo, ao julgamento dos processos mais antigos e à inversão do fluxo processual. Deve ser adotado plano para cumprimento das Metas 1, 2 e 6 do CNJ. O ritmo deve ser melhorado. O gabinete do Desembargador Nelton dos Santos tem tempo médio da distribuição ao primeiro julgamento de 2,28 anos, enquanto a média dos gabinetes de igual competência (2ª Seção) é de 1,79, e a da Turma é ainda menor. A meta deve ser melhorar a média; e

e) regularizar, imediatamente após finda a digitalização, a fase processual dos 1.785 processos sobrestados apontados pelo gabinete no item 4.1.

GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO SARAIVA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Marcelo Saraiva

2.2 Turma

4ª Turma, 2ª Seção

2.3 Competência

À Segunda Seção cabe processar e julgar os feitos relativos ao Direito público, ressalvados os que se incluem na competência da Primeira e Terceira Seções, dentre outros: I - matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da Primeira e Terceira Seções; II - licitações; III - nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da Primeira e Terceira Seções; IV - ensino superior; V - inscrição e exercício profissional; VI - tributos em geral e preços públicos; VII - contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Marcelo Saraiva

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não.

3.4 Servidora responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Ana Cristina de Rezende Bellinello Chbane, chefe de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	16
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível superior	3
Estagiários de nível médio	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	7.319
Processos suspensos/sobrestados	98
Processos conclusos	5.936
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete - excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	7.319
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	7.090
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	5.936
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	5.471
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	98
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.202

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao

magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Não
Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Não
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior).	Não
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	88
Mandados de segurança	2
IRDR	1
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	10
Reclamações	0
Ações rescisórias	9
Outros	66

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	7.231
Recursos em mandados de segurança coletivos	26
Recursos em ações populares	10
Recursos em ações de improbidade administrativa	84
Recursos em ações civis públicas	103
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	234
Outros	6.755

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	7.231
Apelações cíveis	5.298
Agravos de instrumento	1.705
Outros	226

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0

Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	192
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	169
Agravos legais/regimentais	225
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	220
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	906
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	112

4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos conclusos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	2.512	1.845	-
Distribuídos em 2014	365	514	222
Distribuídos em 2015	548	389	299
Distribuídos em 2016	734	514	436
Distribuídos em 2017	960	798	552
Distribuídos em 2018	309	1.337	741
Distribuídos em 2019	-	333	1.675
Distribuídos em 2020	-	-	683
Total	5.428	5.730	4.608

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	18
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	3

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	1
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	2.802
Total de processos julgados*	6.205
Total de processos baixados	1.776
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-3.403
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	1.026

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	104
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	101
Total de feitos não regularizados	3

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	2.657
Processos distribuídos no ano corrente	880
Processos julgados no ano corrente	356
Processos julgados no ano anterior	2.454

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	6.420
Pendentes em 31/12/2019	1.653
Porcentagem de atendimento da meta	65,49%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.496
Pendentes em 31/12/2019	272
Porcentagem de atendimento da meta	94,40%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	6.448
Pendentes no último dia do mês anterior	1.606
Porcentagem de atendimento da meta	71,54%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.670
Pendentes no último dia do mês anterior	357
Porcentagem de atendimento da meta	92,46%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	60
Pendentes em 31/12/2019	23
Porcentagem de atendimento da meta	107,53%

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	84
Pendentes no último dia do mês anterior	40
Porcentagem de atendimento da meta	77,63%

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	0
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	0

Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	0
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	0

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	9
Pendentes em 31/12/2019	1
Porcentagem de atendimento da meta	126,98%

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	6
Pendentes no último dia do mês anterior	2
Porcentagem de atendimento da meta	95,24%

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	0
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim. Cumprir as recomendações dos itens 2 e 3 e incrementar a produtividade, para que o número de julgamentos seja superior da distribuição, observando-se a ordem de antiguidade, nos termos da Meta 1 do CNJ. a) proceder à baixa no sistema dos Processos 00026571720054030000 e 00275121620124030000; b) julgar, no prazo de 90 dias, 30 processos listados; c) julgar, no prazo de 60 dias, 15 processos listados; d) apreciar liminar/cautelar, no prazo de 30 dias, do processo 5000356-89.2017.403.0000; e) priorizar o andamento de quatro processos, que aguardam o julgamento dos embargos de declaração: 50085091420174030000, 00063042520074036119, 00225800420014036100 e 00186408920054036100; f) julgar, no prazo de 60 dias, seis ações civis públicas listadas.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

a) os processos foram baixados do sistema; b) dos 30 processos listados, apenas um não foi julgado por encontrar-se sobrestado por força do RESP n. 1.770.760 (00078425720104036112) c) dos 15 processos listados, dois não foram julgados. O de n. 00026946520104036112 encontra-se sobrestado por força do RESP 1.770.760; O de n. 00013817220104036111 foi retirado de pauta de julgamento. d) a liminar foi apreciada. e) os embargos de declaração foram julgados. f) as apelações nas ações civis públicas listadas foram julgadas.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Os dois processos que se encontram sobrestados ficarão aguardando o julgamento do RESP 1.770.760. A Apelação Cível n. 00013817220104036111 será incluída em pauta de julgamento no prazo de 60 dias.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim. Meta 1/2019 - ficamos há, apenas, 203 processos para alcançar a meta, destacando que o nosso fluxo processual nos últimos 12 meses (total de processos distribuídos - total de processos julgados) foi de -3.403. Meta 2/2019 - cumprimos a de 2015 e não integralmente a de 2014. O elevado acervo e a complexidade da matéria tratada neste gabinete nem sempre possibilita o pronto atendimento de todas as metas fixadas pelo CNJ. Os processos incluídos nas metas fixadas do CNJ tem prioridade no julgamento e são separados com etiquetas específicas. Temos metas fixas de julgamento de pelo menos um processo da Meta 2 por semana por servidor e também de julgar mais processos dos que são distribuídos.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Das boas práticas: A triagem dos processos é feita tão logo chegam no gabinete. Os processos são etiquetados por matéria específica. Todas as minutas são conferidas pela assessora e chefe de gabinete. Os processos com pedido de liminar e recursos internos são separados e encaminhados a funcionários específicos. Dificuldades: Entre os meses de agosto a dezembro fizemos o processo de digitalização do acervo, ocasião em que todos os funcionários do gabinete trabalharam para inserção dos dados de todos os processos físicos no digitalizador e no sistema do PJe, com a elaboração de guias de remessa de aproximadamente cinco mil volumes. Ambos os sistemas saíram do ar por diversas vezes, acarretando retrabalho e atrasos. O sistema PJe tem bastante instabilidade. Dois servidores ficaram de licença médica por quase um ano (2019) e duas vagas que só vieram a ser preenchidas em fevereiro. A ausência de relatórios gerenciais fidedignos acarreta dificuldade no controle do acervo do gabinete.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

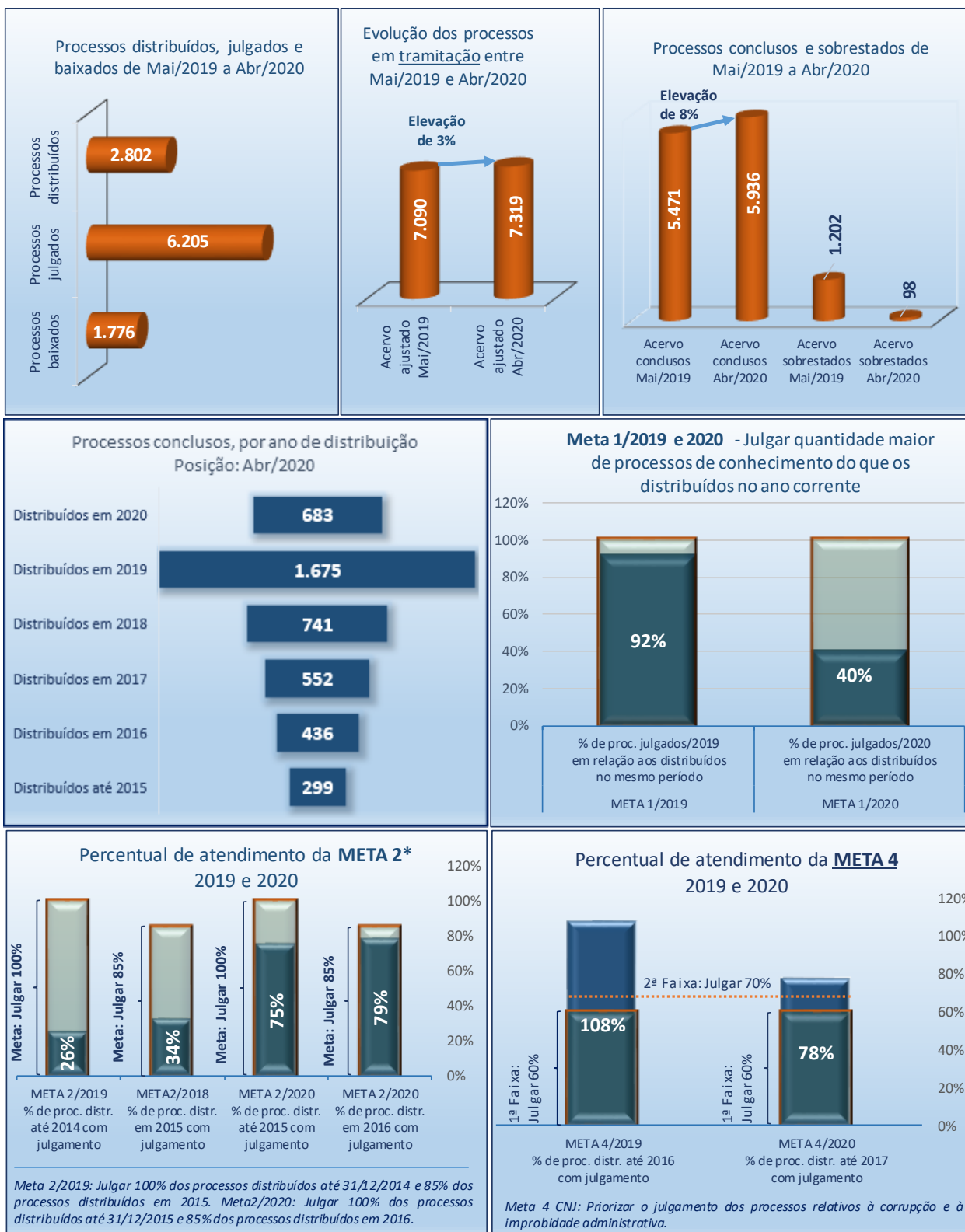
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
00203685320144036100	29/12/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento - processo ainda não foi julgado.		
00218751620144030000	2/9/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
00234141720144030000	2/10/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
00312910820144030000	12/12/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
50039086220174030000	11/04/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
50110571220174030000	5/7/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Analisar pedido de liminar.		
50013086820174030000	7/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
50179684020174030000	25/9/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
50089872220174030000	14/6/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
00031256220074036126	22/8/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído em razão de impedimento do Dr. Marcelo.		
00069246520054036100	22/3/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído por impedimento do Dr. Marcelo		
00372909719994036100	18/7/2005	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
00451753120004036100	21/11/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
00229730219964036100	12/12/2002	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
00034423220124030000	10/2/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5010609-05.2018.4.03.0000	18/5/2018	66 - Ação Popular
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		

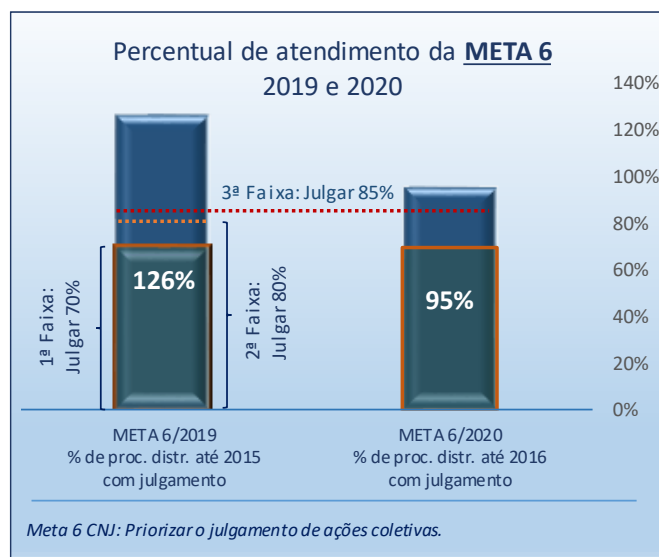
5016344-53.2017.4.03.0000	4/9/2017	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5000259-19.2018.4.03.6123	17/5/2018	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5014138-66.2017.4.03.0000	9/8/2017	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
50169062820184030000	19/7/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Repetido.		
50301078720184030000	29/11/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
50264487020184030000	19/10/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
50042729720184030000	8/3/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Repetido		
50077265120194030000	1º/4/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
00007090220084036122	11/9/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído por impedimento do Dr. Marcelo.		
00046200720084036127	12/8/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído por impedimento do Dr. Marcelo.		
00038935219964036100	27/11/2001	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo repetido.		
0000223-31.2005.4.03.6119	31/8/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0001497-47.2006.4.03.6102	16/10/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0028943-07.2001.4.03.6100	8/10/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0702951-52.1991.4.03.6100	12/12/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0129924-16.1979.4.03.6100	26/11/2007	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0000990-51.2004.4.03.6104	16/1/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0000693-76.2006.4.03.6006	7/2/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0033452-68.2007.4.03.6100	16/10/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0030307-09.2004.4.03.6100	10/12/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento.		
0014395-35.2005.4.03.6100	13/11/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0025739-18.2002.4.03.6100	19/2/2009	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0012224-32.2010.4.03.6100	17/3/2011	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0032976-35.2004.4.03.6100	25/4/2011	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0000002-95.2011.4.03.6100	19/8/2011	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento.		
0005635-87.2011.4.03.6100	14/10/2011	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0007673-66.2011.4.03.6102	9/8/2012	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento		
0007718-42.2012.4.03.6100	7/11/2012	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: incluir em pauta de julgamento.		
0017711-13.2011.4.03.0000	4/7/2011	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0015827-79.2011.4.03.6100	2/2/2012	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0024301-54.2002.4.03.6100	19/6/2008	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0000482-30.2017.4.03.0000	23/1/2017	12357 -.Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5015754-42.2018.4.03.0000	10/7/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação

Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5016906-28.2018.4.03.0000	19/7/2018	12357 -.Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0001983-24.2014.4.03.0000	31/1/2014	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5019033-36.2018.4.03.0000	9/8/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5004272-97.2018.4.03.0000	8/3/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0557946-97.1998.4.03.6182	15/1/2003	1728 -. Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5003339-90.2019.4.03.0000	14/2/2019	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0012232-34.1995.4.03.6100	24/10/2000	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado – poupança.		
0003893-52.1996.4.03.6100	27/11/2001	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado – poupança.		
0204360-81.1995.4.03.6100	14/4/2004	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado – poupança.		
0022973-02.1996.4.03.6100	12/12/2002	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5009214-75.2018.4.03.0000	4/5/2018	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Julgamento adiado em razão do pedido do advogado que se opôs ao julgamento virtual.		
0008405-44.2016.4.03.0000	2/5/2016	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 57 processos selecionados, 57 foram inspecionados. A unidade não possui processos físicos, tendo em vista que já concluiu o processo de digitalização.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

00218751620144030000	00234141720144030000	00312910820144030000
50013086820174030000	50106090520184030000	50002591920184036123
50141386620174030000	00002233120054036119	00014974720064036102
00006937620064036006	00334526820074036100	00303070920044036100
00143953520054036100	00257391820024036100	00122243220104036100
00329763520044036100	00000029520114036100	00056358720114036100
00177111320114030000	50190333620184030000	50042729720184030000
05579469719984036182	50033399020194030000	

b) apreciar pedido de renúncia em 20 dias: 00243015420024036100;

c) apreciar pedido de efeito suspensivo à apelação em 10 dias:

50157544220184030000	50169062820184030000
----------------------	----------------------

d) promover o andamento em 20 dias: 00004823020174030000.

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista esclareceu a forma de planejamento e a metodologia utilizada pela unidade na gestão de pessoas e processos, facilitando a análise dos dados pela equipe.

Foram abordados, a partir da análise das respostas apresentadas no questionário, bem como do exame da amostra de processos inspecionados, pontos principais

referentes ao gerenciamento da unidade, que podem ser sintetizados nos tópicos a seguir elencados:

a) Gestão pessoal

A unidade possui 16 servidores efetivos e um servidor sem vínculo, sendo dois agentes de segurança. A unidade ainda conta com três estagiários de nível superior.

Com exceção dos agentes de segurança, que não trabalham com processos, todos os outros 15 servidores trabalham na atividade-fim.

Há três servidores que atuam em regime parcial de teletrabalho, que é realizado duas vezes na semana, sendo que o critério de fixação de cotas é 30% maior do que os que realizam trabalho presencial.

O controle de produtividade é realizado por e-mail e, caso não haja cumprimento da meta semanal, serão avaliadas as razões e as justificativas do servidor, ressaltando-se que ainda não houve descumprimento da meta, mas que os servidores estão cientes de que a autorização de teletrabalho será revista se não houver cumprimento das metas estabelecidas.

Os servidores são incentivados a participar dos cursos de capacitação disponibilizados pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

b) Triagem inicial de processos

A unidade não possui mais processos físicos, de modo que a triagem é realizada no sistema PJe, tão logo chegam ao gabinete, com dois servidores envolvidos nessa tarefa, realizando o recebimento dos feitos da Subsecretaria da Turma e de outros gabinetes. Referidos servidores fazem, também, os despachos de mero expediente, recebimento de apelações e decisões interlocutórias/terminativas.

Os autos são analisados, coloca-se a etiqueta por matéria, tipo de procedimento e são encaminhados para a pasta correspondente.

No caso dos processos em que haja pedido de liminar/antecipação de tutela, os autos são encaminhados para minutar o ato, e os funcionários responsáveis pela matéria e/ou ato, buscam os processos na referida pasta (sempre dando prioridade aos mais antigos e/ou mais urgentes).

Após o despacho inicial dos autos (recebimento da apelação, análise de antecipação de tutela/liminar), com o retorno dos autos ao gabinete, estes são encaminhados para proferir relatório e voto, e cada funcionário, de acordo com a matéria, fica encarregado de elaborar a minuta.

c) Classificação e separação de processos

Considerando que os processos físicos foram digitalizados, a separação e controle de processos é feita pelo sistema PJe, organizados com etiquetas com a indicação do procedimento, assunto (matéria) e nome do servidor responsável (quando é possível a identificação de plano).

Todo acompanhamento do acervo é feito pelo próprio sistema PJe, por meio da análise do número de cada pasta, bem como com a fixação de etiquetas próprias de cada fase.

Os demais controles são feitos por dados fornecidos pela Estatística do próprio Tribunal, onde é possível extrair a listagem da movimentação, metas, embargos de declaração e agravos internos.

As urgências e prioridades legais são marcadas com etiquetas próprias e nome do funcionário responsável.

Embora não exista uma periodicidade fixa para análise dos feitos mais antigos pendentes de despacho, liminar/antecipação de tutela, inclusão em pauta de julgamento, a unidade busca sempre olhar as pastas de triagem do gabinete, minutar ato judicial e preparar relatório e voto para dar andamento aos referidos processos.

d) Forma de distribuição dos processos

A divisão dos processos se dá por matéria, com exceção de dois servidores que cuidam exclusivamente de embargos de declaração e agravo legal (de todas as matérias) e de apreciação de medida liminar em agravo (de todas as matérias).

A unidade possui também um servidor que cuida exclusivamente de ações civis públicas, ações de improbidade, ações populares, coletivas e afins.

e) Tratamento dos feitos com prioridade legal ou metas do CNJ

A identificação por etiquetas dos processos prioritários, bem como dos mais antigos, permite o controle e a remessa dos feitos para julgamento.

Cada servidor deve priorizar os processos mais antigos e com prioridade legal, e fazer pelo menos um processo da Meta 2 por semana.

A unidade possui um servidor que cuida exclusivamente dos processos relativos a ações civis públicas, ações de improbidade administrativa, ações populares e ações coletivas (Metas 4 e 6).

f) Produtividade e metas

A unidade não adota metas individuais fixas, já que dependem da complexidade da matéria e da capacidade individual de cada servidor, que entende que deve ser sempre respeitada.

Existe, no entanto, a meta coletiva de que cada servidor deve fazer pelo menos um processo da Meta 2 por semana e dar prioridade aos processos mais antigos e com preferência legal. Outra meta coletiva é julgar sempre mais processos do que são distribuídos.

A unidade não adota política de recompensas vinculadas às metas, porém sempre busca parabenizar o servidor quanto à sua produtividade e qualidade de seus votos.

g) Práticas processuais

São utilizadas decisões monocráticas, sempre que possível, com observância dos critérios dos arts. 557 (CPC/1973) e 932 (CPC/2015), sendo que os processos que chegam ao gabinete, que se encaixam nesses critérios, são marcados com etiquetas indicando o assunto, para que sejam examinados com a maior brevidade possível.

A unidade também trabalha com alguns modelos como base para votos e decisões que envolvam demandas em que já exista posicionamento consolidado do desembargador federal, observadas as particularidades.

Os processos sobrestados na unidade são referentes aos seguintes temas: STJ - Tema 987 - onde se discute a possibilidade de prática de atos constritivos, em face de empresa em recuperação judicial, em sede de execução fiscal; STJ – Tema 1008 – Possibilidade de inclusão dos valores de ICMS nas bases de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, quando apurados pela sistemática do lucro presumido; STJ – Tema 1010, no qual se discute a extensão da faixa não edificável a partir das margens de cursos d'água naturais em trechos caracterizados como área urbana consolidada: se corresponde à área de preservação permanente prevista no art. 4º, inciso I, da Lei n. 12.651/2012; STJ – Tema 961 – possibilidade de fixação de honorários advocatícios, em exceção de pré-executividade, quando o sócio é excluído do polo passivo da execução fiscal, que não é extinta; STJ – Tema 962 – questão relativa à possibilidade de redirecionamento da execução fiscal contra o sócio que, apesar de exercer a gerência da empresa devedora à época do fato tributário, se afastou antes da dissolução irregular da sociedade empresária; STJ – Tema 981 - À luz do art. 135, inciso III, do CTN, o pedido de redirecionamento da execução fiscal, quando fundado na hipótese de dissolução irregular da sociedade empresária executada ou de presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), pode ser autorizado contra: (I) o sócio com poderes de administração

da sociedade, na data em que configurada a sua dissolução irregular ou a presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), e que, concomitantemente, tenha exercido poderes de gerência, na data em que ocorrido o fato gerador da obrigação tributária não adimplida; ou (II) o sócio com poderes de administração da sociedade, na data em que configurada a sua dissolução irregular ou a presunção de sua ocorrência (Súmula 435/STJ), ainda que não tenha exercido poderes de gerência, na data em que ocorrido o fato gerador do tributo não adimplido; STF – Recursos Extraordinários n. 591.797 e 626.307 e Agravo de Instrumento n. 754.745 - pagamento da diferença de correção monetária sobre valores depositados em cadernetas de poupança, em decorrência dos Planos Bresser, Verão, Collor I (saldos não bloqueados) e Collor II; STF – REXT 946.648 – incidência de IPI na saída do estabelecimento importador de mercadoria para revenda, no mercado interno, considerando a ausência de novo beneficiamento no campo industrial; STF – REXT 599658 - Tema 630 - Inclusão da receita decorrente da locação de bens imóveis na base de cálculo da Contribuição ao PIS, tanto para as empresas que tenham por atividade econômica preponderante esse tipo de operação, como para as empresas em que a locação é eventual e subsidiária ao objeto social principal; STF – REXT 855091 – Tema 808 – incidência de imposto de renda pessoa física sobre juros de mora. A unidade destacou que faz um constante acompanhamento dos processos sobrestados.

Quanto ao estímulo à conciliação, destacaram que, considerando que a matéria da unidade é eminentemente de direito público, não teriam muita margem para conciliação. No entanto, sempre que a matéria permite, tentam estimular a solução consensual, mediante o encaminhamento dos autos ao gabinete de conciliação.

Não foi possível precisar em quanto tempo os pedidos de vista são levados em julgamento, tendo a unidade esclarecido que há casos levados já na sessão subsequente e outros que demandaram maior tempo para análise. Salientou-se que, no momento, contam com apenas um pedido de vista pendente de apreciação, da sessão realizada em 9/6/2020.

A unidade não recebeu auxílio no período de maio/2019 a abril/2020.

h) Funcionamento do gabinete durante a pandemia (Covid-19)

Durante a pandemia, o desembargador federal e todos os servidores do gabinete estão atuando em regime de teletrabalho, com exceção dos agentes de segurança.

A assessoria mantém uma rotina de contato diário com os servidores por e-mail, utilizado para encaminhamento da produtividade, WhatsApp e Microsoft Teams, para a solução de dúvidas e contato social.

i) Dificuldades enfrentadas pela unidade

A unidade destacou que, no ano de 2019, dois servidores permaneceram de licença médica durante praticamente o ano inteiro e que também possuíam duas vagas não preenchidas, o que teria sobrecarregado os demais integrantes da equipe e dificultado o atendimento das metas. Salientou-se que o procedimento de digitalização dos processos também tomou grande parte do tempo da equipe, no segundo semestre de 2019, o que também teria impactado na produtividade.

Mencionou que o PJe teria muita instabilidade e que faltariam recursos para otimização do trabalho, citando como exemplo o fato de não ser possível verificar o quantitativo de processos vinculados às etiquetas, bem como a inexistência de um resumo da pauta de julgamento, sendo necessário entrar em todos os processos para verificar a existência de divergências.

Apontou que, em relação aos embargos de declaração e agravos legais, considerando que a remessa dos autos para inclusão em pauta se dá com 45 dias de antecedência, todos os incidentes, eventualmente, estarão conclusos com prazo superior a 30 dias.

Realçou a ausência de relatórios gerenciais fidedignos, o que dificultaria o controle do acervo do gabinete, citando como exemplo o fato de constar na listagem de processos pendentes de apreciação de antecipação de tutela/liminar dezenas de remessas necessárias que, obviamente, não teriam pedido de tutela/liminar pendente de apreciação pelo gabinete, bem como a suposta inconsistência entre fluxo negativo de processos dos últimos 12 meses e a indicação de descumprimento da Meta 1 no período em referência.

Por fim, acrescentou que a utilização do PJe em tempo integral estaria causando alguns transtornos, citando, como exemplo, a perda de visão, dores musculares em razão da excessiva utilização do mouse, dor de cabeça, entre outros. Realçou, ainda, que os processos com maior número de páginas também seriam muito difíceis de manusear pelo PJe.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve pequeno aumento do montante de processos conclusos (de maio de 2019 a abril de 2020), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 5.471 feitos, e no mês anterior à inspeção eram 5.936.

Verifica-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu substancialmente de 315, na última inspeção, para 192, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente, conforme explicitado a seguir.

O tempo médio gasto pelo gabinete entre a distribuição e o primeiro julgamento é de 38 meses, enquanto este mesmo tempo, na 2ª Seção, equivale a 21 meses. Trata-se de indicador que pode ser aperfeiçoado.

A equipe, analisando os dados disponibilizados no relatório e considerando as metas do CNJ e do CJF, que primam pela demonstração da obtenção de resultado efetivo em decorrência do trabalho desenvolvido no período estabelecido, aferiu a evolução da produtividade a partir do exame da Meta 1 do CNJ, bem como do número de processos conclusos e do acervo ajustado de cada unidade.

Nessa linha, a unidade pode aperfeiçoar o cumprimento da Meta 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente²), tendo em vista que no ano anterior, foram distribuídos **2.657** processos e julgados **2.454**, enquanto no ano corrente foram distribuídos **880** processos e julgados **356**, o que representa o atendimento da meta em **92%** e **40%**, respectivamente.

O número de processos conclusos, conforme já consignado, sofreu pequeno aumento no período de doze meses anteriores à inspeção. O acervo ajustado no TRF, da mesma forma, teve ligeiro aumento, eis que, ao início do 12º mês anterior à inspeção, era de **7.090**, enquanto, ao final do mês anterior, era de **7.319**.

Há de se destacar que, conforme apurado nas entrevistas e verificado nos processos inspecionados, durante o trabalho concentrado de digitalização, os processos suspensos tiveram o sobrestamento levantado e retornaram para a conclusão, além de terem sido transformados para o formato digital processos já julgados, inclusive com o trânsito em julgado certificado, o que pode ter impactado diretamente na redução dos processos conclusos e no acervo.

A análise do cumprimento das Metas 2, 4 e 6 foi realizado, unicamente, com base nos percentuais informados pelo setor de estatísticas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, eis que os números absolutos informados pelos gabinetes apresentaram inconsistências, de forma que, consonante orientação da Corregedoria da Justiça Federal, devem ser desconsiderados.

Nesse diapasão, o julgamento dos processos mais antigos (Meta 2 do CNJ) **merece ser incrementado**, uma vez que a unidade atendeu **65,49%** da Meta 2/2019 (julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014), **94,40%** da Meta 2/2019 (julgar 85% dos processos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015), **71,54%** da Meta 2/2020

² A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%. <file:///C:/Users/zeca/Downloads/Gloss%C3%A1rio-Metas-Nacionais-do-Poder-Judici%C3%A1rio-2020-Justi%C3%A7a-Federal-1.pdf>. Acesso em 30/06/2020.

(julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015) e **92,46%** da Meta 2/2020 (julgar 85% dos processos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016).

A unidade **priorizou de forma parcial** os processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (Meta 4 do CNJ), tendo atingido o percentual de **107,53%** da Meta 4/2019 (julgar 60% dos processos distribuídos até 31/12/2016) e **77,63%** da Meta 4/2020 (julgar 60% dos processos distribuídos até 31/12/2017).

O cumprimento da Meta 6 do CNJ (priorizar o julgamento das ações coletivas) **merece elogio**, considerando o atendimento do percentual de **126,98%** da Meta 6/2019 (julgar 70% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015) e o de **95,24%** da Meta 6/2020 (julgar 70% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016).

Verificou-se, ainda, um elevado número de tutelas provisórias pendentes, que demandam prioridade na apreciação.

Ressalte-se, por fim, que, de acordo com a certidão CEINSP 0063911, a unidade vem implementando o cumprimento integral das recomendações da Inspeção/2018, o que foi confirmado pela unidade, a qual assinalou que, dos três processos que apareceram como pendentes no questionário, dois encontravam-se sobrestados aguardando o julgamento do REsp 1.770.760 e o outro processo foi incluído na pauta de 30/7/2020.

14. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 11, que serão verificadas na próxima autoinspeção;
- b) incrementar a produtividade para julgar mais processos do que os distribuídos (Meta 1 do CNJ);
- c) ampliar o julgamento dos processos mais antigos (Meta 2 do CNJ);
- d) aperfeiçoar as ações para o julgamento das demandas coletivas e de improbidade administrativa (Metas 4 e 6 do CNJ). Verificar a possibilidade de empenhar mais um servidor, em razão da complexidade desses processos.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ NABARRETE

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal André Nabarrete

2.2 Turma

4ª Turma, integrante da 2ª Sessão

2.3 Competência

A teor do art. 10, § 2º, do Regimento interno do TRF - 3ª Região, a competência dos gabinetes que compõem a 2ª Sessão é: constitucional, licitações, nulidade e anulabilidade de atos administrativos, ensino superior, inscrição nos conselhos de exercício profissional, tributos em geral e preços públicos, contribuições não previdenciárias, execução fiscal e embargos à execução.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal André Nabarrete Neto

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Daniel Kiyoshi Hatanaka, RF 3055 - chefe de gabinete (CJ-2) desde 4/2/2020 (Ato n. 2.402, de 27 de janeiro de 2020 - DOU de 4/2/2020)

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	17 (dois são agentes de segurança)
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*

Total em tramitação**	7.528
Processos suspensos/sobrestados	2.570
Processos conclusos	6.147
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	Não se aplica
Processos em mutirão, Turma suplementar	Não se aplica

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete - excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	7.528
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	6.771
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	6.147
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	5.342
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	2.570
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.876

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior).	Não se aplica

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	116
Mandados de segurança	10
Conflitos de competência	17
Ações rescisórias	45
Outros	44
IRDR	Não se aplica
IAC	Não se aplica
Arguição de inconstitucionalidade	Não se aplica
Reclamações	Não se aplica

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	7.411
Recursos em mandados de segurança coletivos	29
Recursos em ações populares	11
Recursos em ações de improbidade administrativa	86
Recursos em ações civis públicas	130
Recursos em ações com preferência legal	205
Outros	6.953
Recursos em ações de desapropriação	Não se aplica

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	7.411
Apelações cíveis	5.631
Agravos de instrumento	1.609
Outros	171

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	1
Outros	1
Ações penais	Não se aplica
Inquéritos	Não se aplica
Habeas corpus	Não se aplica
Revisões criminais	Não se aplica

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Não se aplica
Apelações	Não se aplica
Recursos em sentido estrito	Não se aplica
Recursos em habeas corpus	Não se aplica
Recursos em mandado de segurança	Não se aplica
Embargos infringentes e de nulidade	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Não se aplica
Apelações	Não se aplica
Ações penais	Não se aplica
Inquéritos	Não se aplica
Habeas corpus	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	2
Por Recurso Extraordinário	2

Por IRDR	Não se aplica
Por IAC	Não se aplica
Por Arguição de Inconstitucionalidade	Não se aplica
Por Recurso Especial	Não se aplica

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	214
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	173
Agravos legais/regimentais	150
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	138
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	Não se aplica
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	Não se aplica

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	219
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	34

4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos conclusos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	538	430	398
Distribuídos em 2014	442	334	310
Distribuídos em 2015	533	380	358
Distribuídos em 2016	513	367	334
Distribuídos em 2017	1.035	733	538
Distribuídos em 2018	237	1.019	677
Distribuídos em 2019	-	292	1.543
Distribuídos em 2020	-	-	250
Total	3.298	3.555	4.408

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	4
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	5

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	267
Total como relator para o acórdão	6

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	2.340
Total de processos julgados	5.307
Total de processos baixados	1.531
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-2.967
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	809

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	100
Total de feitos verificados na inspeção anterior	107
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos não regularizados	3

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	2.373
Processos julgados no ano anterior	1.749
Processos distribuídos no ano corrente	672
Processos julgados no ano corrente	384

5.2 META 2/2019 – CNJ Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	-
Porcentagem de atendimento da meta	53,66%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	-
Porcentagem de atendimento da meta	89,94%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	9.285
Pendentes no último dia do mês anterior	2.808
Porcentagem de atendimento da meta	62,99%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.351
Pendentes no último dia do mês anterior	307
Porcentagem de atendimento da meta	89,78%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	21
Pendentes em 31/12/2019	18
Porcentagem de atendimento da meta	107,64%

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	66
Pendentes no último dia do mês anterior	34
Porcentagem de atendimento da meta	73,77%

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica

Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	5
Porcentagem de atendimento da meta	71,43%

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016):

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	10
Pendentes no último dia do mês anterior	9
Porcentagem de atendimento da meta	67,23%

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes em 31/12/2019	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	Não se aplica
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Em relação aos processos listados na Inspeção 2018, foram feitas as seguintes recomendações: a) baixa no sistema; b) julgamento, no prazo de 90 dias; c) julgamento no prazo de 60 dias; d) examinar liminar/cautelares, no prazo de 30 dias; e) regularizar a fase processual no sistema e nos autos físicos e promover seu andamento; f) priorizar o andamento dos seguintes processos, que aguardam o julgamento dos embargos de declaração desde 2017; g) acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores feitas pela chefia de gabinete.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

Quanto às recomendações, foram cumpridas na totalidade (alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”), à vista da priorização do exame dos feitos inspecionados. Destaque-se a concentração de esforços para julgamento de feitos antigos, com a fixação de metas de produtividade, bem como o destacamento de uma servidora do gabinete para atuar somente com ações civis públicas e de improbidade administrativa, a fim de incrementar os números de feitos julgados relativos à Meta 6.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Há tratamento diferenciado para as metas do CNJ e as prioridades, sempre com o objetivo de julgar os feitos mais antigos e dar andamento aos feitos de maior complexidade, como as ações civis públicas, improbidades administrativas e rescisórias. Pretendemos fazer novos mutirões para o cumprimento de tais metas e

seguimos a lista de antiguidade para, aos poucos, julgarmos os processos mais antigos. Contudo, a competência da 2ª Seção do TRF3 inclui matérias complexas, dificilmente repetitivas e feitos quase sempre volumosos e com muitos documentos, que demandam estudo pormenorizado e individual e que dificultam o avanço na solução dos feitos incluídos nas Metas do CNJ.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim, ainda não foi possível atender: Meta 1/CNJ (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) - vide item 5.1 deste questionário; Meta 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014) - vide item 5.2 deste questionário; Meta 2/2020 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015) - vide item 5.4 deste questionário; Meta 6/2020 CNJ (Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016) - vide item 5.10. Cumpre ressaltar que os anos de 2019 e 2020 têm sido particularmente difíceis, à vista de circunstâncias pessoais (ausências por licenças médicas/maternidade, bem como a falta de um servidor no quadro e de estagiários de nível superior) e da digitalização dos feitos físicos que tomou muito tempo (agosto de 2019 a janeiro 2020) e organização, com o envolvimento de todos os servidores.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A competência da 2ª Seção do TRF3 inclui matérias complexas, dificilmente repetitivas e feitos quase sempre volumosos e com muitos documentos, que demandam estudo pormenorizado e individual, fatos que exigem muito comprometimento da equipe e que não nos permitem trabalhar com produção em massa. Outro aspecto que dificulta a produção é que o gabinete está há um ano com uma vaga aberta por aposentadoria de um servidor e, nesse mesmo período, sem uma servidora que estava em licença-saúde e que se encontra de licença-maternidade até agosto 2020. Igualmente, estamos sem estagiários de nível universitário, o que faz muita falta. Passamos pela digitalização dos feitos físicos, o que demandou muito tempo (agosto de 2019 a janeiro 2020) e organização, com o envolvimento de todos os servidores. Registre-se, todavia, a alta qualidade intelectual do gabinete, cuja equipe trabalha conforme as orientações do desembargador, que prima pela qualidade e profundidade do trabalho desenvolvido.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
00017436620134036112	9/3/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Na sessão de julgamento em 30/5/2019, houve suspensão até ulterior decisão do STJ (Relator p/ acórdão: Desembargador Federal André Nabarrete) - Autos conclusos em 8/10/2019. Providência: Lavar acórdão e sobrestar o processo até o julgamento do recurso especial representativo da controvérsia.		
50001324520174036114	18/5/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Distribuição automática em 18/5/2017 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Despacho para regularização das contrarrazões da União e manifestação do MPF em 7/5/2020. Providência: Após regularização, analisar para julgamento.		
50000332420164036110	15/2/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Distribuição automática em 15/2/2017 ao Des. Fed. André Nabarrete. - Parecer do MPF em 16/3/2017. Apelação recebida em 1º/6/2017. - Autos conclusos em 6/7/2017. Providência: Julgamento.		
50158067220174030000	29/8/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Redistribuição por prevenção e conclusos em 12/9/2017 ao Desembargador Federal André Nabarrete. - Determinada a retificação do polo passivo e a intimação dos agravados em 7.5.2020. Providência: Após contraminuta, remeter a julgamento.		
50004852920164036144	28/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Distribuição automática em 28/8/2017 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Manifestação do MPF em 28/9/2017. Autos conclusos em 2/10/2017. Providência: Julgamento.		
50002955520174036104	28/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Distribuição automática em 28/8/2017 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Manifestação do MPF em 2/10/2017. Pedido de preferência no julgamento em 17/4/2018. Autos conclusos em 17/4/2018. Providência: Julgamento.		
00054651920104030000	18/3/2010	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Redistribuído por sucessão em 22/2/2012 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Feito físico levado à digitalização em 29/11/2019, com retorno sem a juntada dos documentos digitalizados em 16/12/2019. Autos conclusos em 3/1/2020. Providência: Já cobrada a juntada docs. digitalizados/julgamento.		
00075479720084036109	5/3/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência:- Processo sobrestado por repercussão geral planos econômicos em 5.11.2010. Feito físico levado à digitalização em 28/11/2019, com juntada dos documentos digitalizados em 9/1/2020. Autos conclusos em 26/3/2020 e sobrestado. Providência: Aguardar julgamento da repercussão geral.		
00008115620094036100	8/3/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito sobrestado em 22/10/2010. Redistribuição sucessão em 5/6/2012 ao Des. Fed. André Nabarrete. - Petição CEF para acordo em 23/9/2019. Pedido de		

habilitação da sucessora da autora em 24/10/2019. Autos conclusos em 20/3/2020. Providência: Analisar habilitação/submissão a acordo.		
00153130420084036110	2/6/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Petição informando acordo entre as partes, com pedido de homologação em 28/10/2019. Feito físico levado à digitalização em 29/11/2019, com juntada dos documentos digitalizados em 6/1/2020. Autos conclusos em 6/5/2020. Providência: Verificar regularidade para homologação do acordo.		
00014964920174030000	9/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Suspensão do feito em 14/3/2017 (IRDR n. 0017610.97-2016.4.03.0000). - Agravo interno em 11/4/2017. Autos conclusos em 25/9/2017. Feito físico levado à digitalização, com juntada dos documentos digitalizados em 21/1/2020. - Conclusos em 16/3/2020. Providência: Levar a julgamento.		
50035319120174030000	6/4/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Tutela recursal antecipada indeferida em 26/5/2017. Agravo interno em 6/6/2017. Contraminuta ao agravo de instrumento em 6/6/2017. Contraminuta ao agravo interno em 26/7/2017. Autos conclusos em 27/7/2017. Ação: Julgamento.		
5021131-28.2017.4.03.0000	1º/11/2017	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Redistribuição por prevenção em razão de incompetência em 8/11/2017 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Antecipação da tutela recursal indeferida em 14/12/2017. Contraminuta do MPF em 31/7/2018. Manifestação do MPF em 13/9/2018 Autos conclusos em 17/9/2018. Providência: Julgamento.		
5017234-55.2018.4.03.0000	23/7/2018	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Redistribuição por dependência em 26/7/2018 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Decisão que indeferiu o efeito suspensivo em 2/8/2018. - Contraminuta do MPF em 10/8/2018. Manifestação do MPF em 24/9/2018. Autos conclusos em 24/9/2018. Providência: Julgamento.		
5013831-15.2017.4.03.0000	4/8/2017	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Distribuição por sorteio em 4/8/2017 ao Desembargador Federal André Nabarrete. - Contraminutas em 16/11/2017 e 27/11/2017. Decisão que indeferiu o efeito suspensivo em 3/7/2018. Manifestação do MPF em 3/10/2018. Autos conclusos em 3/10/2018. Providência: Julgamento.		
5000205-87.2016.4.03.6102	17/5/2017	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Redistribuição por prevenção em 10/8/2017 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Apelação recebida em 10/8/2017. Autos conclusos em 29/11/2018. Providência: Julgamento.		
5006753-33.2018.4.03.0000	4/4/2018	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: -Redistribuído por incompetência em 31/7/2018 ao Desembargador Federal André Nabarrete. - Tutela recursal antecipada indeferida em 23/8/2018. - Sem contraminuta. Manifestação do MPF em 9/11/2018. Autos conclusos em 9/11/2018. Providência: Julgamento.		
5008700-25.2018.4.03.0000	26/4/2018	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa

Observação/Providência: Redistribuído por prevenção em 7/5/2018 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Contraminuta do MPF em 26/9/2018. Manifestação do MPF em 13/11/2018. Autos conclusos em 23/11/2018. Providência: Julgamento.		
5004245-17.2018.4.03.0000	7/3/2018	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Redistribuído por prevenção em 9/3/2018 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Tutela recursal antecipada indeferida em 16/3/2018. - Contraminutas do MPF em 27/6/2018 e em 30/8/2018. Autos conclusos em 26/2/2019. Providência: Julgamento.		
50103519220184030000	16/5/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Redistribuído por sorteio em razão de incompetência em 6/6/2018 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Pedido liminar indeferido em 29/6/2018. Contraminuta em 6/7/2018. Autos conclusos em 19/9/2018. Providência: Julgamento.		
50209104520174030000	30/10/2017	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Redistribuição por prevenção em 6/9/2017 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Decisão que indeferiu a liminar em 19/12/2017. - Informações juntadas em 17/1/2018. Manifestação do MPF em 2/2/2018. Autos conclusos em 27/2/2018. Providência: Julgamento.		
50029370920194030000	12/2/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Distribuição automática em 28/8/2017 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Manifestação do MPF em 28/9/2017. Autos conclusos em 2/10/2017. Providência: Julgamento.		
00038565420174030000	29/9/2017	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por repercussão geral em 8/5/2018. Feito físico levado à digitalização em 25/9/2019, porém documentos digitalizados ainda não juntados. Providência: Chamado para a juntada dos docs. digitalizados já aberto. Anotar e aguardar julgamento da repercussão geral.		
00346862820104036182	31/8/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento realizado em 1º/8/2018. Digitalização em 13/8/2019. Aguardando lavratura de acórdão (voto-vencedor). Providência: Chamado aberto na informática (n. 10309375), para a correção do fluxo no PJe, para inserção da ementa e do acórdão.		
00002672620134036004	24/9/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgamento realizado em 12/9/2019. Autos remetidos para digitalização, com retorno ao gabinete em 14/10/2019. Aguardando lavratura de acórdão (voto-vencedor). Providência: Chamado aberto na informática (n. 10309375), para a correção do fluxo no PJe, para inserção da ementa e do acórdão.		
50042218620184030000	7/3/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluído na sessão de julgamento de 9/6/2020. Providência: Aguardar julgamento.		
50110112320174030000	5/7/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento em 1º/8/2018. Aguardando voto vencido. Providência: Regularização de eventual equívoco, dado que o julgamento se deu por unanimidade.		

00044156620074036109	11/3/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado por repercussão geral em 18/10/2010. Feito físico levado à digitalização em 29/11/2019, com juntada dos documentos digitalizados em 16/12/2019. Autos conclusos em 3/1/2020. Providência: Aguardar julgamento da repercussão geral.		
00015517920084036122	8/7/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito sobrestado por repercussão geral. Planos econômicos em 7/1/2011. Levantamento do sobrestamento em 29/11/2019. Petição CEF acordo, com pedido de homologação e extinção do processo em 19/9/2019. Vista à parte adversa 12/5/2020. Providência: Homologar acordo e extinguir o processo.		
0024526-11.2001.4.03.6100	31/7/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Digitalização em em 26/9/2019. Petição da apelante apontado erro na digitalização em 20/1/2020. Autos conclusos em 30/4/2020. Regularização da digitalização solicitada. Providência: Aguardar regularização da digitalização e, após, julgamento.		
0000116-77.2006.4.03.6110	11/9/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito redistribuído por sucessão em 22/2/2012 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Feito físico levado à digitalização, com retorno à conclusão em 9/9/2019. Manifestação das partes sobre a digitalização em 29/11/2019. Autos conclusos em 30/4/2020. Providência: Julgamento.		
0006566-62.2003.4.03.6103	25/6/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por repercussão geral planos econômicos em 22.9.2010. Feito físico levado à digitalização em 1º/10/2019, com juntada dos documentos digitalizados em 18/10/2019. Autos conclusos em 30/4/2020 e sobrestados. Providência: Aguardar julgamento da repercussão geral.		
0012383-19.2003.4.03.6100	20/9/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Redistribuído por sucessão em 22/2/2012 e conclusos ao Desembargador Federal André Nabarrete em 18/5/2012. Feito físico levado à digitalização em 10/9/2019, com juntada dos documentos digitalizados em 30/9/2019. Autos conclusos em 3/1/2020. Providência: Julgamento.		
0025282-15.2004.4.03.6100	23/8/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Redistribuído por sucessão em 22/2/2012 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Feito físico levado à digitalização em 29/8/2019, com juntada dos documentos digitalizados em 13/9/2019. Autos conclusos em 30/4/2020. Providência: Julgamento.		
0047010-25.1998.4.03.6100	6/2/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo apensado aos autos n. 0043567-66.1998.4.03.6100 e digitalizado como anexo deste. Providência: Chamado aberto na informática (n. 10309708) para solucionar a separação dos processos. Após, analisar, processar e levar ambos a julgamento.		
0000326-12.2007.4.03.6105	22/8/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Redistribuído por sucessão em 22/2/2012 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Feito remetido para digitalização, com retorno à conclusão em 26/9/2019. Autos conclusos em 30/4/2020. Providência: Julgamento.		
0000872-18.2008.4.03.6110	19/9/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária

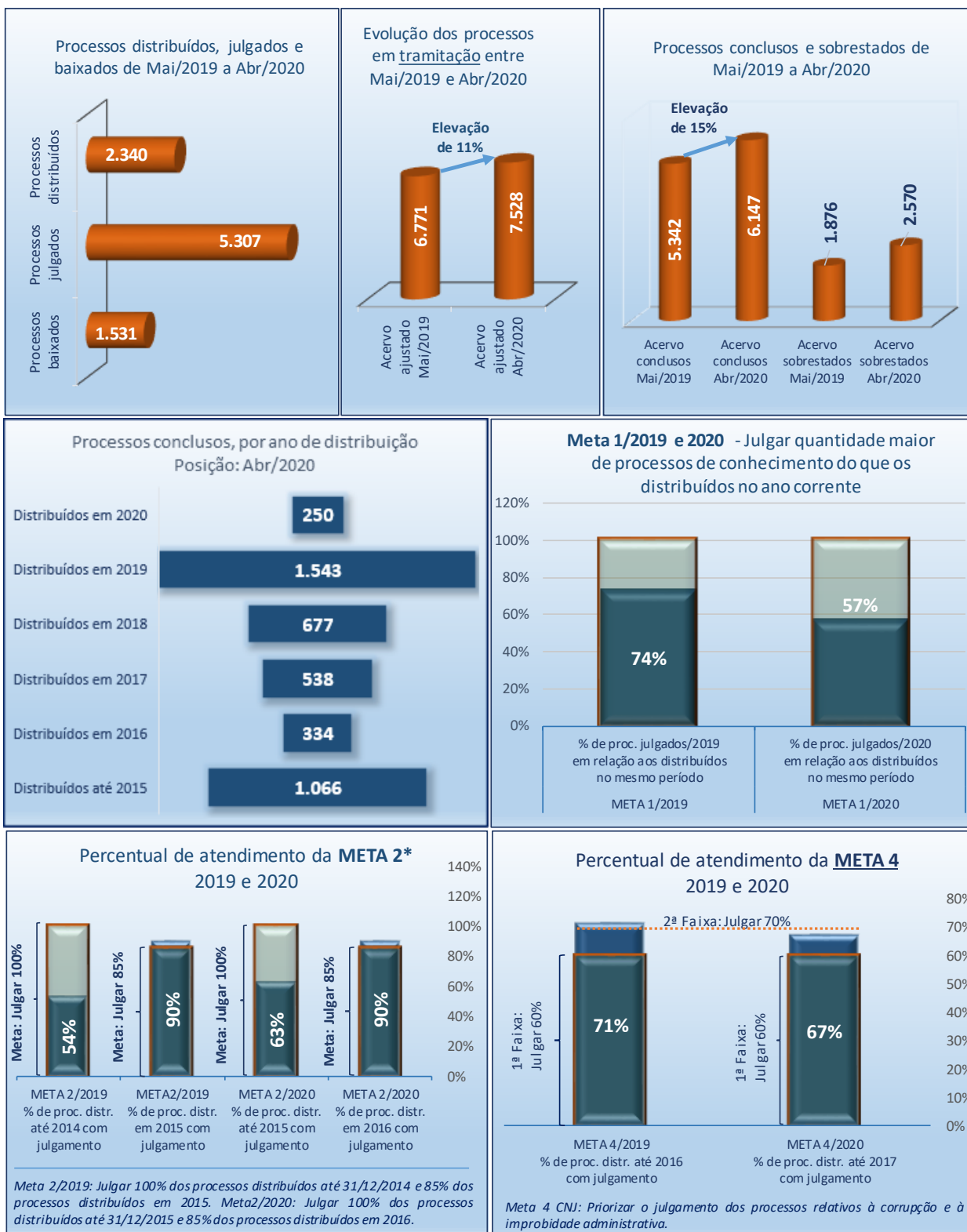
Observação/Providência: Redistribuído por sucessão em 22/2/2012 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Feito físico levado à digitalização, com juntada dos documentos digitalizados em 26/9/2019. Autos conclusos em 30/4/2020. Providência: Levar a julgamento.		
0027755-37.2005.4.03.6100	12/9/2008	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Redistribuído por sucessão em 22/2/2012 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Feito físico levado à digitalização em 19/9/2019, com juntada dos documentos digitalizados em 25/9/2019. Autos conclusos em 30/4/2020. Providência: Julgamento.		
0005567-27.2004.4.03.6119	8/10/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Redistribuído por sucessão ao Desembargador Federal André Nabarrete em 22/2/2012. Feito físico levado à digitalização em 10/9/2019, com juntada dos documentos digitalizados em 27/9/2019. Autos conclusos em 30/4/2020. Providência: Julgamento.		
0022570-04.1994.4.03.6100	1º/8/1997	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito apensado aos autos n. 0029030-07.1994.4.03.6100, aos quais foi dada baixa definitiva à seção judiciária de origem (17ª VF em São Paulo), em 17/12/2012. Providência: Abrir chamado para regularizar a baixa definitiva/arquivamento.		
0001980-83.1992.4.03.6000	19/7/2011	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Feito apensado aos autos n. 0002806-36.1997.4.03.6000, ao qual foi dada baixa definitiva à seção judiciária de origem (1ª VF em Campo Grande), em 13/12/2011. Providência: Abrir chamado para regularizar a baixa definitiva/arquivamento.		
0040572-95.2008.4.03.0000	27/9/2011	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Apensado aos autos 0023353-05.2008.4.03.6100 (ApCiv MS) em 27.9.2011, aos quais foi dada baixa definitiva à origem (2ª VF em São Paulo) em 20/5/2013. Providência: Abrir chamado para regularizar a fase de baixa definitiva/arquivamento.		
0002270-87.2009.4.03.6102	10/2/2012	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Redistribuído por sucessão em 22/2/2012 e conclusos ao Des. Fed. André Nabarrete em 13/2/2012. Feito físico levado à digitalização em 9/10/2019, com juntada dos documentos digitalizados em 14/10/2019. Autos conclusos em 30/4/2020. Providência: Julgamento.		
0002182-30.2010.4.03.6000	16/9/2011	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Redistribuição por sucessão em 21/2/2012 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Feito apensado aos autos n. 0002076-68.2010.4.03.6000, do qual é dependente e está em termos para julgamento. Providência: Julgamento.		
0002076-68.2010.4.03.6000	16/9/2011	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Redistribuição por sucessão em 22/2/2012 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Feito físico levado à digitalização em 9/10/2019, com juntada dos documentos digitalizados em 14/10/2019. Autos conclusos em 30/4/2020. Providência: Julgamento.		
0012817-18.2016.4.03.0000	8/7/2016	12135 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Distribuição por dependência em 8/7/2016 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Feito apensado aos autos n. 0023795-24.2015.4.03.6100, que está em curso na Vice-Presidência do TRF - 3ª Região (contrarrazões ao recurso		

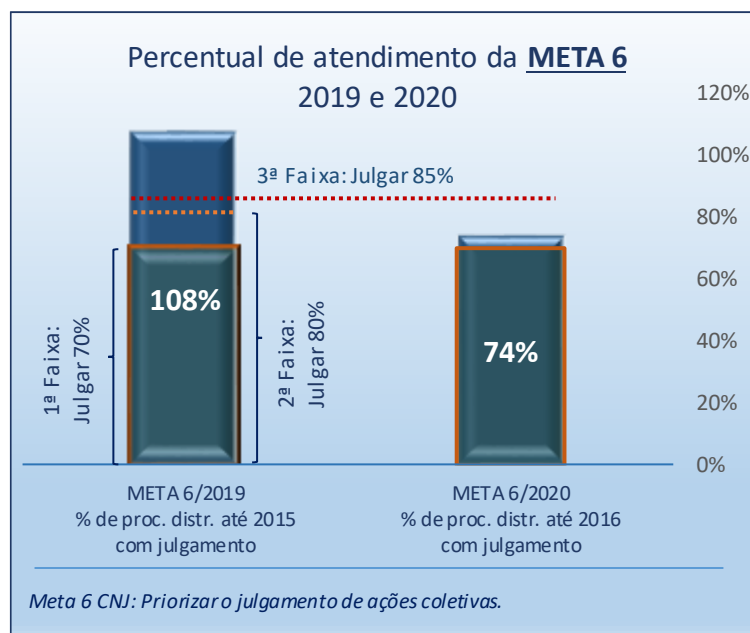
especial/extraordinário). Providência: Aguardar processamento/julgamento na Vice-Presidência.		
5020910-45.2017.4.03.0000	30/10/2017	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Redistribuição por prevenção em 6/9/2017 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Decisão que indeferiu a liminar em 19/12/2017. Informações juntadas em 17/1/2018. Manifestação do MPF em 2/2/2018. Autos conclusos em 27/2/2018. Providência: Julgamento.		
5007739-84.2018.4.03.0000	17/4/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Distribuído em 17/4/2018 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Autos conclusos em 17/8/2018. Pedido de efeito suspensivo apreciado em 8/5/2020. Providência: Aguardar manifestação acerca da decisão e, após, levar a julgamento.		
5009242-43.2018.4.03.0000	4/5/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Redistribuído por prevenção em 7/5/2018 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Autos conclusos em 8/5/2018. Providência: Analisar pedido de efeito suspensivo.		
0003856-54.2017.4.03.0000	29/9/2017	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por repercussão geral em 8/5/2018. Feito físico levado à digitalização em 25/9/2019, porém documentos digitalizados ainda não juntados. Providência: Chamado para a juntada dos docs. digitalizados já aberto. Anotar e aguardar julgamento da repercussão geral.		
5020988-05.2018.4.03.0000	29/8/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Distribuição e conclusão em 29/8/2018 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Tutela recursal antecipada indeferida em 4/5/2020. Providência: Após contraminuta, remeter os autos a julgamento.		
5010351-92.2018.4.03.0000	16/5/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Redistribuído por sorteio em razão de incompetência em 6/6/2018 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Pedido liminar indeferido em 29/6/2018. Contraminuta em 6/7/2018. Autos conclusos em 19/9/2018. Providência: Julgamento.		
5025060-35.2018.4.03.0000	5/10/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Inicial do mandado de segurança indeferida em 15/10/2018. Agravo interno em 7/11/2018. Pedido de desistência do agravo interno pela perda do objeto em 11/2/2019. Homologação da desistência do recurso em 8/5/2020. Providência: Após intimação das partes, promover arquivamento/baixa.		
0013423-46.2016.4.03.0000	18/7/2016	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Julgado agravo interno em 21/2/2018. Apensamento dos autos à apelação cível 0001920-74.2015.4.03.6107 em 16/4/2019. Digitalização do feito em 3/10/2019. Autos conclusos em 30/4/2020. Providência: Certificar o trânsito em julgado do acórdão e julgar o apelo apensado.		
5011024-85.2018.4.03.0000	23/5/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação

Observação/Providência: Distribuição por sorteio em 22/5/2018 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Indeferimento do efeito suspensivo em 7/3/2019. Agravo interno em 13/3/2019. Contraminuta em 30/4/2019. Autos conclusos em 5/3/2020. Minuta de rel/voto em 11/5/2020. Providência: Feito apto para julgamento.		
0700560-67.1995.4.03.6106	29/2/2000	1728 - Apelação / Remessa Necessária
Observação/Providência: Redistribuição em 16/10/2017 ao Desembargador Federal André Nabarrete por impedimento do Desembargador Federal Marcelo Saraiva. Feito físico levado à digitalização em 14/10/2019, com juntada dos documentos digitalizados em 22/10/2019. Providência: Feito incluído na sessão de julgamento de 25/6/2020.		
5013895-54.2019.4.03.0000	31/5/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Redistribuído por prevenção em 4/6/2019 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Indeferimento do efeito suspensivo em 4/7/2019. Agravo interno em 2/8/2019. Autos conclusos em 3/9/2019. Minuta de rel/voto em 12/5/2020. Providência: Feito apto para julgamento.		
5031224-79.2019.4.03.0000	2/12/2019	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Redistribuição por prevenção em razão da modificação da competência e conclusos em 4/12/2019 ao Desembargador Federal André Nabarrete. Tutela recursal antecipada indeferida em 12/4/2020. Providência: Após contraminuta, levar a julgamento.		
0029874-83.2015.4.03.0000	14/12/2015	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Julgamento do recurso em 7/12/2016 (Disp. acórdão D.E. 30/1/2017). Sobrestamento em 30/6/2017 (RE 1.043.313). Digitalização do feito em 11/2/2020. Petição parte em 7/5/2020. Providência: Analisar petição e aguardar sobrestado.		
0030493-47.1995.4.03.6100	17/11/2003	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Sobrestado por repercussão geral planos econômicos em 7/1/2011. Feito físico levado à digitalização em 1º/8/2019, com juntada dos documentos digitalizados em 13/8/2019. Autos conclusos em 30/1/2020 e sobrestados. Providência: Aguardar julgamento da repercussão geral.		
0011279-21.2005.4.03.6100	11/9/2007	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Feito devolvido da vice-presidência, para análise sobrestamento em razão do REsp 977.058/RS, representativo da controvérsia/retratação RE 566.621/RS. Digitalização em 14/10/2019. Autos conclusos em 18/2/2020. Providência: Analisar sobrestamento/retratação.		
0003843-64.1998.4.03.6000	31/7/2002	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado em 29/9/2010. Repercussão geral planos econômicos. Feito físico levado à digitalização em 29/11/2019, com juntada dos documentos digitalizados em 26/12/2019. Autos conclusos em 27/2/2020 e sobrestados. Providência: Aguardar julgamento da repercussão geral.		
0002739-96.1996.4.03.6100	9/5/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado por repercussão geral planos econômicos em 22/9/2010. Feito físico levado à digitalização em 29/11/2019, com juntada dos documentos digitalizados em 26/12/2019. Autos conclusos em 27/2/2020 e sobrestados. Providência: Aguardar julgamento da repercussão geral.		

0007225-61.1995.4.03.6100	26/9/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por repercussão geral planos econômicos em 22/9/2010. - Feito físico levado à digitalização em 29/11/2019, com juntada dos documentos digitalizados em 6/12/2019. Autos conclusos em 28/2/2020 e sobrestados. Providência: Aguardar julgamento da repercussão geral.		
0728613-18.1991.4.03.6100	16/4/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado por repercussão geral planos econômicos em 7/1/2011. Feito físico levado à digitalização em 1º/8/2019, com juntada dos documentos digitalizados em 13/8/2019. Autos conclusos em 30/1/2020 e sobrestados. Providência: Aguardar julgamento da repercussão geral.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 62 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, seis físicos e 56 eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

50004852920164036144	50002955520174036104	00014964920174030000
50035319120174030000	50211312820174030000	50172345520184030000
50138311520174030000	50002058720164036102	50067533320184030000
00245261120014036100	00001167720064036110	00065666220034036103
00123831920034036100	00003261220074036105	00008721820084036110
00277553720054036100	00055672720044036119	00022708720094036102
00021823020104036000	00020766820104036000	50209104520174030000
00298748320154030000	00112792120054036100	

b) lavrar acórdão:

00002672620134036004	50110112320174030000	00017436620134036112
----------------------	----------------------	----------------------

c) apreciar pedido de habilitação em 20 dias: 00008115620094036100;

d) citar por Oficial de Justiça: 50103519220184030000;

e) decidir sobre a homologação de acordo extrajudicial em 20 dias: 00153130420084036110.

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista esclareceu a forma de planejamento e, ainda, a metodologia utilizada pela unidade na gestão de pessoas e processos, facilitando a análise dos dados pela equipe.

Foram abordados, a partir da análise das respostas apresentadas no questionário, bem como do exame da amostra de processos inspecionados, pontos principais referentes ao gerenciamento da unidade, que podem ser sintetizados nos tópicos a seguir elencados:

a) Gestão pessoal

A unidade possui 17 servidores, sendo dois agentes de segurança. Não há estagiários de nível superior.

Dos 15 servidores que atuam na atividade-fim, uma servidora está de licença-saúde/maternidade desde novembro de 2019 e há um cargo vago desde junho de 2019, em razão da aposentadoria de um servidor, de forma que, atualmente, a unidade conta com 13 servidores atuantes.

Há três servidores que atuam em regime parcial de teletrabalho, realizado duas vezes na semana.

Os servidores, sempre que interessados, são autorizados a participar dos cursos de capacitação disponibilizados pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

b) Triagem inicial de processos

A unidade não possui mais processos físicos, de modo que a triagem é toda realizada no sistema PJe, inicialmente por meio da pasta denominada “triagem do gabinete”.

Após a distribuição, inexistindo providências a serem sanadas, o processo é encaminhado para a pasta denominada “análise de decisão a proferir” ou para a pasta designada “preparar relatório e voto”, de onde os servidores retiram os processos para a elaboração das minutas.

c) Classificação e separação de processos

A unidade está, desde a conclusão da digitalização de todos os processos em janeiro de 2020, em processo de organização para o aperfeiçoamento da produção.

Os processos são localizados no sistema PJe, principalmente nas pastas designadas “análise de decisão a proferir” e “preparar relatório e voto”, onde são identificados com etiquetas que indicam o assunto, bem como o tipo de recurso.

Há, ainda, etiquetas que indicam os feitos mais antigos, os prioritários, os embargos de declaração, os agravos internos e os pedidos de urgência.

Os processos remetidos de outros setores são controlados por meio de tarefa específica no PJe.

d) Forma de distribuição dos processos

A unidade possui um servidor destacado para trabalhar na parte administrativa, uma para a elaboração das minutas referentes às ações coletivas – incluídas as de improbidade administrativa – um para ações de competência da Seção e do Órgão Especial e uma responsável pela análise das liminares.

Os demais servidores não são especializados por matéria e nem por fase processual, de modo que têm acesso a todos os processos que tramitam no gabinete.

e) Tratamento dos feitos com prioridade legal ou metas do CNJ

A identificação por etiquetas dos processos prioritários, bem como dos mais antigos, permite o controle e a remessa dos feitos para julgamento.

A unidade informou que a distribuição dos processos para cada servidor foi elaborada com o objetivo de alcançar o cumprimento da Meta 1 do CNJ.

No que tange à Meta 2 do CNJ, a unidade esclareceu que é dada atenção aos processos pela antiguidade e, por fim, no que se refere às Metas 4 e 6 do CNJ, conforme anteriormente abordado, a unidade possui uma servidora destacada exclusivamente para atuar nos processos de ações coletivas, incluídas as de improbidades administrativas.

f) Produtividade e metas

Excetuados os dois servidores responsáveis pela elaboração das minutas referentes às ações civis públicas, improbidades administrativas e as de competência da Seção e do Órgão Especial, que não possuem meta definida, em razão da complexidade da matéria, a unidade estabelece metas individuais e semanais de produtividade.

Para os servidores em regime de trabalho presencial, a meta individual é de 10 minutas por semana de processos a serem pautados (relatório/voto/ementa). No regime de teletrabalho, há um acréscimo, a meta é de 12 processos por semana por servidor.

No final da semana, os servidores enviam ao chefe de gabinete as informações necessárias para aferir o seu desempenho, computando-se o saldo na semana seguinte, caso a meta não seja cumprida.

A unidade vem tentando compatibilizar uma política de recompensas vinculada às metas com a adoção, pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, do ponto eletrônico no início de 2020.

g) Práticas processuais

São utilizadas decisões monocráticas, em geral padronizadas, para casos específicos, a exemplo, de recursos prejudicados, desistências e matérias julgadas pelas Cortes superiores em recursos repetitivos.

A unidade também trabalha com alguns modelos como base para votos que envolvam demandas em que já exista posicionamento consolidado do desembargador federal, observadas as particularidades.

Os processos sobrestados, em sua grande maioria (mais de 2.000 feitos), são relativos aos expurgos inflacionários. No entanto, há também processos sobrestados em outras matérias, a exemplo dos relativos ao ICMS na base de cálculo IRPJ e CSLL; da fixação de honorários em exceção de pré-executividade nas questões de redirecionamento de sócios; do redirecionamento da execução contra sócios nos casos de dissolução irregular. A unidade destacou que faz um constante acompanhamento dos processos sobrestados.

Não foi possível precisar em quanto tempo os pedidos de vista são levados em julgamento, tendo a unidade esclarecido que há casos levados já na sessão subsequente e outros que demandaram maior tempo para análise. Salientou-se que o desembargador federal, preocupado com a pronta prestação jurisdicional, procura encaminhar os feitos para julgamento o mais brevemente possível.

A unidade não recebeu auxílio no período de maio/2019 a abril/2020 e, sempre que a parte manifesta proposta de acordo, o processo é encaminhado ao setor de conciliação.

h) Funcionamento do gabinete durante a pandemia (Covid - 19)

Durante a pandemia, o desembargador federal e todos os gabinetes estão atuando em regime de teletrabalho. O assessor e o chefe de gabinete comparecem no gabinete uma a duas vezes por semana (segundas e terças-feiras) para organizar a sessão de julgamento e disponibilizar a produção de votos e decisões ao desembargador federal.

i) Dificuldades enfrentadas pela unidade

A unidade destacou a complexidade da matéria de competência da 2ª Seção, que não permite, na maioria das vezes, uma produção em massa. Foi salientada, também, a dificuldade de preenchimento de uma vaga aberta em decorrência da aposentadoria de

um servidor, bem como das vagas para estagiários de nível superior e, ainda, a ausência de uma servidora que está em licença, primeiramente de saúde, e, após, de maternidade.

Realçou-se, ademais, o processo de digitalização, que envolveu o trabalho de todos os servidores da unidade durante um grande lapso temporal (de agosto de 2019 a janeiro de 2020).

Apesar das dificuldades elencadas, a unidade registrou a alta qualidade intelectual dos servidores, pontuando que trabalham conforme as orientações do desembargador federal, que prima pela qualidade e profundidade do trabalho desenvolvido.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de maio de 2019 a abril de 2020). Uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 5.342 feitos, e, no mês anterior, à inspeção eram 6.147.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu substancialmente de 427, na última inspeção, para 214, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente, conforme explicado a seguir.

Por outro lado, o tempo gasto pelo gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 28 meses, enquanto que este mesmo tempo, na 2ª Seção, equivale a 21 meses. Trata-se de indicador que pode ser aperfeiçoado.

A equipe, analisando os dados disponibilizados no relatório e considerando as metas do CNJ e do CJF, que primam pela demonstração da obtenção de resultado efetivo em decorrência do trabalho desenvolvido no período estabelecido, aferiu a evolução da produtividade a partir do exame da Meta 1 do CNJ, bem como do número de processos conclusos e do acervo ajustado de cada unidade.

Nesse sentido, verificou-se que a unidade pode aperfeiçoar o cumprimento da Meta 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente³), tendo em vista que no ano anterior, foram distribuídos 2.373 processos e julgados 1.749, enquanto, no ano de 2020, foram distribuídos 672 processos e julgados 384, o que representa o atendimento da meta em 73,70% e 57,14%, respectivamente.

³ A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%. <file:///C:/Users/zeca/Downloads/Gloss%C3%A1rio-Metas-Nacionais-do-Poder-Judici%C3%A1rio-2020-Justi%C3%A7a-Federal-1.pdf>. Acesso em 30/06/2020.

Além disso, conforme já consignado, o número de processos conclusos aumentou no período de doze meses anteriores à inspeção. Em consequência, houve acúmulo de processos no acervo, eis que ao início do 12º mês anterior à inspeção era de 6.771, enquanto ao final do mês anterior era de 7.528.

A análise do cumprimento das Metas 2, 4 e 6 foi realizado, unicamente, com base nos percentuais informados pelo setor de estatísticas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, eis que os números absolutos informados pelos gabinetes apresentaram inconsistências, de forma que, consonante orientação da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, devem ser desconsiderados.

Nesse diapasão, o julgamento dos processos mais antigos (Meta 2 do CNJ) **merece ser incrementado**, uma vez que a unidade atendeu 53,66% da Meta 2/2019 (julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014), 89,94% da Meta 2/2019 (julgar 85% dos processos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015), 62,99% da Meta 2/2020 (julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015) e 89,78% da Meta 2/2020 (julgar 85% dos processos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016).

A unidade **priorizou de forma parcial** os processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (Meta 4 do CNJ), tendo atingido o percentual de 107,64% da Meta 4/2019 (julgar 60% dos processos distribuídos até 31/12/2016) e 73,77% da Meta 4/2020 (julgar 60% dos processos distribuídos até 31/12/2017).

O cumprimento da Meta 6 do CNJ (priorizar o julgamento das ações coletivas) **merece ser aprimorado**, considerando o atendimento do percentual de 71,43% da Meta 6/2019 (julgar 70% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015) e o de 67,23% da Meta 6/2020 (julgar 70% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016).

Quanto aos processos selecionados para inspeção, foram observados casos em que não há nada mais a ser providenciado, que constam com registro de baixa anterior, mas que foram apensados a outros processos em curso (0001980-83.1992.4.03.6000 e 0040572 95.2008.4.03.0000; 0012817-18.2016.4.03.0000 e 0013423-46.2016.4.03.0000). A unidade estava ciente da situação e esclareceu que a questão se resolverá por meio do sistema (lançamento de fases), sendo necessário contato com a primeira instância para realizar a baixa definitiva.

Também foi salientado o grande número de processos pendentes de acórdão (a exemplo dos de número 0000267-26.2013.4.03.6004 e 50110112320174030000). A unidade informou que o atraso é decorrente da digitalização dos processos, eis que, em razão de uma limitação do sistema, não era possível lançar o acórdão nos processos digitalizados, criando-se uma espécie de processo híbrido. Foi esclarecido pela unidade, no entanto, que o setor da informática já deu solução para os processos que se encontravam nessa situação.

Verificou-se um elevado número de tutelas provisórias pendentes, que demandam prioridade na apreciação.

Ressalte-se, por fim, que, de acordo com a Certidão CEINSP 0069398, a unidade vem implementando o cumprimento integral das recomendações da Inspeção/2018, o que foi confirmado pela unidade e também analisado pela equipe que verificou o andamento dos três processos que constam como pendentes no questionário:

1. 5000170-91.2016.4.03.6114 – foi proferida decisão declinando da competência. O feito foi redistribuído para o Desembargador Federal Hélio Nogueira, integrante da 1ª Turma. O processo já foi julgado e o acórdão foi publicado em 4/5/2020. Embargos de declaração apresentados em 17/6/2020, pendentes de julgamento;

2. 0013617-02.2004.4.03.6100 – o gabinete informou que o feito foi digitalizado no final do ano passado e que irá providenciar o julgamento com prioridade;

3. 0017123-49.2005.4.03.6100 – foi proferida decisão declinando da competência. O processo foi redistribuído e, atualmente, se encontra no gabinete do Desembargador Federal Nery Júnior, onde aguarda julgamento.

14. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 11, que serão verificadas na próxima autoinspeção;

b) incrementar a produtividade para julgar mais processos do que os distribuídos (Meta 1 do CNJ);

c) ampliar o julgamento dos processos mais antigos (Meta 2 do CNJ);

d) aperfeiçoar as ações para o julgamento das demandas coletivas e de improbidade administrativa (Metas 4 e 6 do CNJ). Verificar a possibilidade de empenhar mais um servidor, em razão da complexidade desses processos.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL - 4ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL MARLI FERREIRA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Desembargadora Federal Marli Ferreira

2.2 Turma

4ª Turma

2.3 Competência

Órgão Especial e Segunda Seção - Direito Público

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Marli Ferreira

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Fabiano Pereira Kobal - RF 2715 - chefe de gabinete - 3/5/2020

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	18
Estagiários de nível superior	3

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	5.995
Processos suspensos/sobrestados	1.657
Processos conclusos	4.363

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete - excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	5.995
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	5.064
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	4.363
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	3.772
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	1.657
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	2.162

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	63
Mandados de segurança	6
Ações rescisórias	9
Outros	36

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	5.930
Recursos em mandados de segurança coletivos	31
Recursos em ações populares	9
Recursos em ações de improbidade administrativa	48
Recursos em ações civis públicas	93
Recursos em ações com preferência legal	285
Outros	5.404

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	5.930
Apelações cíveis	4.764
Agravos de instrumento	953
Outros	207

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Inquéritos	1

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0

Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	5
Por Recurso Extraordinário	5
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	293
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	267
Agravos legais/regimentais	35
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	31
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	860
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	7

4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos

	Processos concluídos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	1.275	835	699
Distribuídos em 2014	280	213	162
Distribuídos em 2015	444	337	272
Distribuídos em 2016	561	395	297
Distribuídos em 2017	1.083	678	473
Distribuídos em 2018	359	1.009	606
Distribuídos em 2019	-	305	1.384
Distribuídos em 2020	-	-	470
Total	4.002	3.772	4.363

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	6
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	7

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	95
Total como relator para o acórdão	7

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de processos distribuídos	2.458
Total de processos julgados	3.313
Total de processos baixados	1.678
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-855
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	780

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	100
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	95

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	2.366
Processos julgados no ano anterior	2.143
Processos distribuídos no ano corrente	748
Processos julgados no ano corrente	556

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.353
Pendentes em 31/12/2019	2.651
Porcentagem de atendimento da meta	58,53

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.339
Pendentes em 31/12/2019	317
Porcentagem de atendimento da meta	91,69

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	6.108
Pendentes no último dia do mês anterior	1.731
Porcentagem de atendimento da meta	65,75

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.171
Pendentes no último dia do mês anterior	290
Porcentagem de atendimento da meta	86,89

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	33
Pendentes em 31/12/2019	11
Porcentagem de atendimento da meta	106,06

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	43
Pendentes no último dia do mês anterior	17
Porcentagem de atendimento da meta	101,63

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	0
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	0
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	0
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	0

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	8
Pendentes em 31/12/2019	2
Porcentagem de atendimento da meta	111,11

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	6
Pendentes no último dia do mês anterior	2
Porcentagem de atendimento da meta	102,04

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	0
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim. Cumprir todas recomendações dos itens 2 e 3; e incrementar a produtividade para que o número de julgamentos seja superior a da distribuição, observando-se a antiguidade, nos termos da Meta 1 do CNJ.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Todos os feitos relacionados no item 3 foram julgados dentro do prazo assinalado. Priorizamos os embargos de declaração e os agravos internos. Por fim, com reuniões pudemos sistematizar melhor o trabalho, julgando no último ano 855 processos, além dos processos distribuídos, conforme se verifica do item 4.18, atentando-se para os processos mais antigos e com prioridades legais.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim. Meta 2. A partir do relatório fornecido pela estatística, os servidores que atuam na área-fim serão informados individualmente e especificamente sobre os processos que precisam ser analisados, cobrando-se relatórios semanais de produtividade, fixada em dois processos/dia.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

No ano de 2019, tivemos de participar da digitalização dos processos físicos, o que comprometeu quase um mês de produtividade. Ainda estamos nos familiarizando com o PJe, que possui inúmeras deficiências, sobretudo na busca de modelos que precisam ser alimentados individualmente e nominados. Os processos estão sendo protocolizados pelos advogados com irregularidades diversas, desde a juntada de documentos ilegíveis ou invertidos, o que aumenta significativamente o tempo de manuseio dos autos virtuais, até anotações indevidas de prioridade ou réu preso, como ocorreu em processo listado pela estatística, já corrigido.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
00088129320104036100	27/4/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 24/10/2019: julgado pela 4ª Turma. Disponibilizado acórdão no DJ Eletrônico em 9/5/2020.		
00020265320174030000	16/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em 17/7/2019: Sobrestamento por força da decisão proferida no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas n. 0017610.97-2016.403.0000 (Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica).		
50256212520194030000	3/10/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em 21/11/2019: Foi proferida decisão monocrática deferindo a tutela de urgência. Em 16/4/2020: Julgado pela 4ª Turma.		
50029264820174030000	29/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em 7/6/2017: sobrestamento por força da decisão proferida no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas n. 0017610.97-2016.403.0000 (Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica).		
50006910220174036114	6/9/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Previsão para inclusão em pauta para julgamento na sessão de 30/7/2020.		
50001552120174036104	31/8/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Previsão para inclusão em pauta para julgamento na sessão de 30/7/2020.		
50084571820174030000	7/6/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Previsão para inclusão em pauta para julgamento na sessão de 30/7/2020.		
50011691020174036114	19/10/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Previsão para inclusão em pauta para julgamento na sessão de 30/7/2020.		
00035302420044036120	25/7/2006	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 16/6/2010: proferida decisão monocrática rejeitando a preliminar, negando seguimento à apelação da CEF e dando parcial provimento à apelação da autora. Em 2/7/2010: Agravo regimental interposto pela CEF. Em 14/10/2010: Sobrestamento Repercussão Geral - expurgos inflacionários (RE 591.797 e 626.307/SP).		
00055305320064036111	13/7/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 10/8/2010: Proferida decisão monocrática dando parcial provimento à apelação. Em 13/9/2010: Agravo regimental interposto pela CEF. Em 14/10/2010: Sobrestamento por Repercussão Geral - expurgos inflacionários (RE 591.797 e 626.307/SP).		
00009234120094036127	8/3/2010	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Em 10/8/2010: Proferida decisão monocrática negando seguimento à apelação. Em 13/9/2010: Agravo regimental interposto pela CEF. Em 14/10/2010: Sobrestamento por Repercussão Geral - expurgos inflacionários (RE 591.797 e 626.307/SP).		
00117338420134030000	22/5/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Previsão para inclusão em pauta para julgamento na sessão de 30/7/2020.		
5014558-71.2017.4.03.0000	14/8/2017	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Previsão para inclusão em pauta para julgamento na sessão de 30/7/2020.		
5006472-13.2018.4.03.6100	18/5/2018	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Previsão para inclusão em pauta para julgamento na sessão de 30/7/2020.		
5009567-85.2017.4.03.6100	1º/8/2018	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Previsão para inclusão em pauta para julgamento na sessão de 30/7/2020.		
5000726-32.2017.4.03.6123	26/3/2018	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Previsão para inclusão em pauta para julgamento na sessão de 30/7/2020.		
5002158-37.2018.4.03.6128	29/10/2018	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Previsão para inclusão em pauta para julgamento na sessão de 30/7/2020.		
50027316320174030000	28/3/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Ação originária 0000394-72.2016.4.03.6128 Vide observação/providência descrita no Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação n. 5002731-63.2017.4.03.0000		
50089603920174030000	13/6/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Ação originária 0007557-90.2016.4.03.6100 Vide observação/providência descrita no Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação n. 5008960-39.2017.4.03.0000		
50222563120174030000	21/11/2017	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Vide observação/providência descrita no Mandado de Segurança 5022256-31.2017.4.03.0000.		
50150973720174030000	21/8/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Ação originária 0003404-14.2016.4.03.6100 Vide observação/providência descrita no pedido de efeito suspensivo à Apelação n. 5015097-37.2017.4.03.0000.		
50229627720184030000	18/9/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação

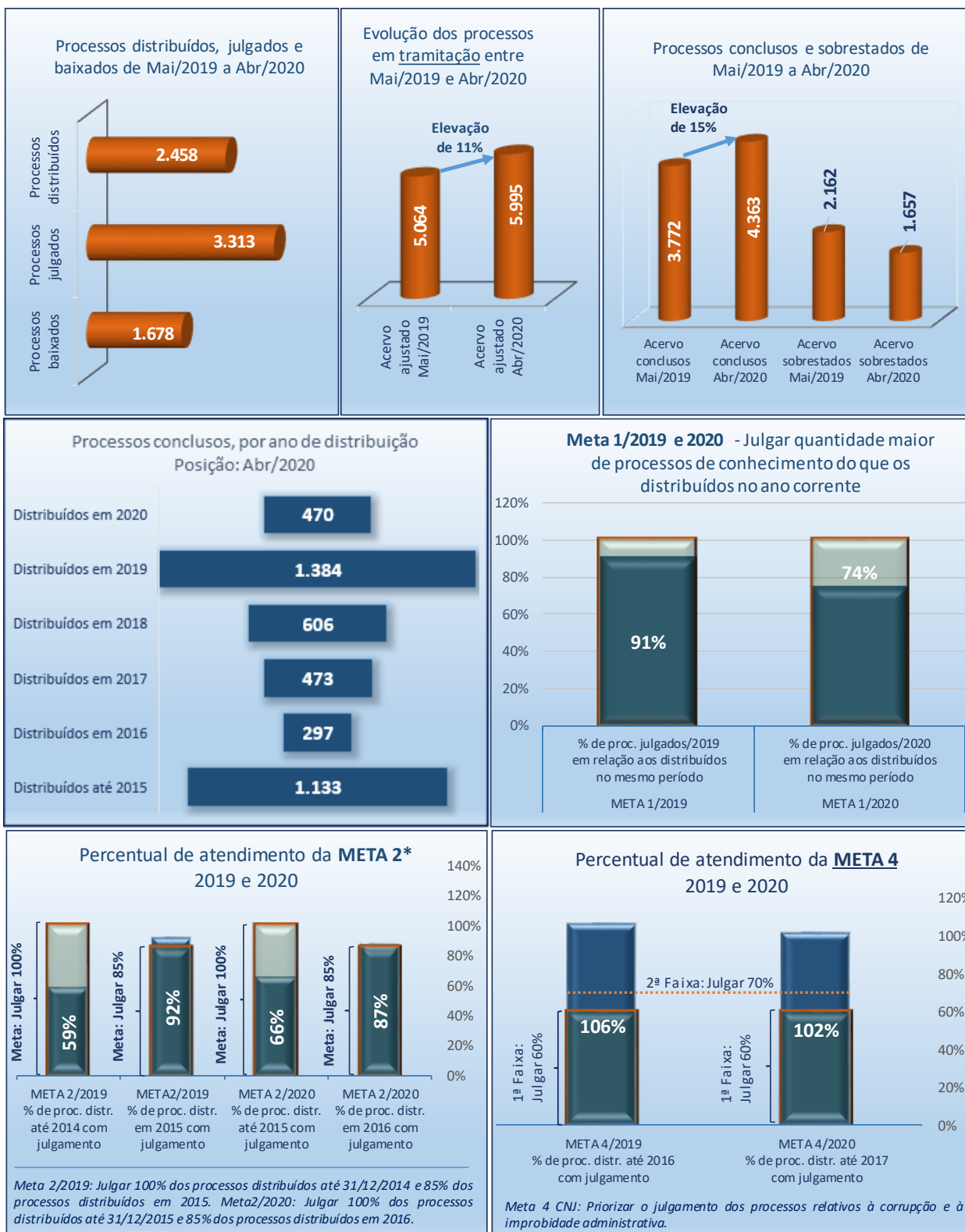
Observação/Providência: Em 26/9/2018: Foi proferida decisão monocrática indeferindo o pedido de atribuição de efeito suspensivo à apelação. Em 15/10/2018: agravo regimental. Em 5/5/2020: Foi proferida decisão monocrática julgando prejudicado o pedido de efeito suspensivo à apelação, por perda de objeto.		
50220801820184030000	10/9/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Em 14/9/2018: Proferida decisão monocrática indeferindo o pedido de atribuição de efeito suspensivo à apelação. Em 1º/10/2018: Agravo interno. Previsão para inclusão em pauta para julgamento na sessão de 25/6/2020.		
50009697520184030000	27/1/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em 5/12/2019: a Desembargadora Federal Marli Ferreira apresentou seu voto no sentido de negar provimento ao agravo de instrumento, quando ficou suspenso o julgamento por pedido de vista da Desembargadora Federal Mônica Nobre.		
00002939520174036129	15/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão (voto-vencedor) disponibilizado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 3ª Região em 22/8/2018. Em 12/4/2019: Foram opostos embargos de declaração pelo embargante. Previsão para inclusão em pauta para julgamento dos embargos de declaração na sessão de 25/6/2020.		
00154658520144036128	28/7/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Previsão para inclusão em pauta para julgamento na sessão de 30/7/2020.		
00045854720034036119	30/4/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Previsão para inclusão em pauta para julgamento dos embargos de declaração na sessão de 25/6/2020.		
50038401520174030000	10/4/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em 12/2/2019: Embargos de declaração julgados prejudicados por decisão monocrática.		
00028445120164036107	5/5/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo estava sobrestado em razão do Tema 1003. - Previsão para inclusão em pauta para julgamento na sessão de 16/7/2020, em razão do julgamento de mérito do recurso repetitivo.		
0074339-56.1991.4.03.6100	28/5/1993	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 8/6/15: Foi determinada a restauração dos autos, que recebeu o n. 2013.03.00.018483-8. Em 15/9/2016, foi proferida decisão monocrática terminativa determinando o arquivamento da restauração de autos. Em 23/1/2017, os autos restaurados baixaram definitivamente à origem.		
0030893-86.1999.4.03.0000	2/7/1999	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo indevidamente reativado no sistema processual em razão do recebimento da vara de origem do processo principal, julgado em 22/10/2010 e baixado à origem em 21/1/2011. Solicitaremos à Subsecretaria da 4ª Turma a regularização.		
0011004-88.2004.4.03.6106	13/10/2009	1728 - Apelação/Remessa Necessária

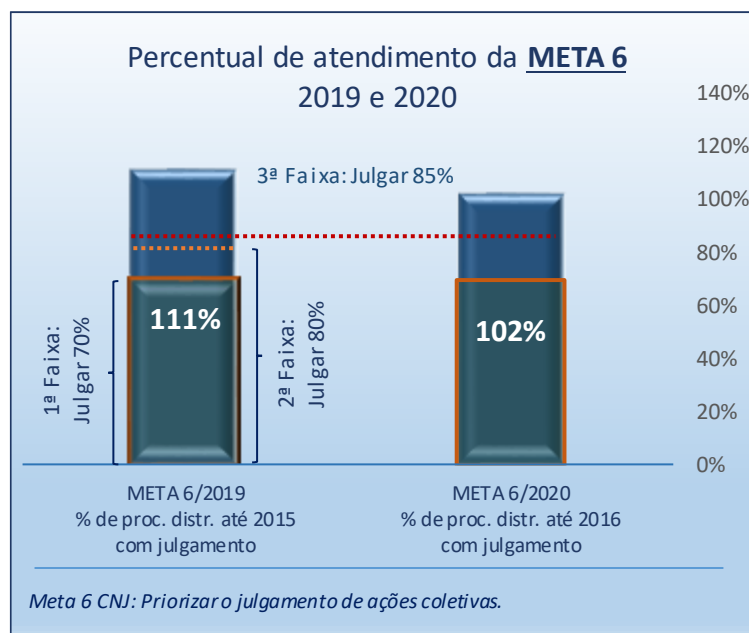
Observação/Providência: Previsão para inclusão em pauta para julgamento na sessão de 30/7/2020.		
0002184-45.1997.4.03.6100	23/5/2000	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo indevidamente reativado por redistribuição feita pela SEJU. Solicitação de regularização junto à Subsecretaria da 4ª Turma.		
0001365-36.2006.4.03.6119	7/12/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Previsão para inclusão em pauta para julgamento na sessão de 25/6/2020.		
0013040-87.2005.4.03.6100	8/3/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Previsão para inclusão em pauta para julgamento na sessão de 30/7/2020.		
0003476-12.2009.4.03.0000	16/3/2010	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo indevidamente reativado no sistema processual em razão do recebimento da vara de origem do processo principal, julgado em 15/3/2012 e baixado à origem em 26/7/2012. Solicitaremos à Subsecretaria da 4ª Turma a regularização.		
0009164-91.2010.4.03.9999	22/3/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Previsão para inclusão em pauta para julgamento na sessão de 30/7/2020.		
0027190-68.2008.4.03.6100	22/4/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Previsão para inclusão em pauta para julgamento na sessão de 30/7/2020.		
0007396-76.2004.4.03.6108	4/5/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Previsão para inclusão em pauta para julgamento na sessão de 16.7.2020.		
0008992-46.2009.4.03.6100	26/4/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Previsão para inclusão em pauta para julgamento na sessão de 30/7/2020.		
0003318-43.2016.4.03.6100	14/6/2016	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Em 11/5/2020: Proferida decisão monocrática negando seguimento à remessa oficial.		
0053112-35.2003.4.03.6182	24/6/2016	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Previsão para inclusão em pauta para julgamento na sessão de 30/7/2020.		
0020887-96.2012.4.03.6100	26/8/2015	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Previsão para inclusão em pauta para julgamento na sessão de 30/7/2020.		
5002731-63.2017.4.03.0000	28/3/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Em 8/5/2017: Foi indeferido o pedido de efeito suspensivo. Em 1º/6/2017: Foi interposto agravo regimental. Previsão para inclusão em pauta para julgamento do agravo interno na sessão de 25/6/2020.		

5022256-31.2017.4.03.0000	21/11/2017	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Em 24/11/2017: Foi proferida decisão indeferindo liminarmente a petição inicial, extinguindo o mandado de segurança sem julgamento de mérito. Em 6/12/2017: agravo regimental pela impetrante. Previsão para inclusão em pauta para julgamento do agravo interno na sessão de 25/6/2020.		
5008960-39.2017.4.03.0000	13/6/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Em 5/5/2020: Foi proferida decisão monocrática determinando o arquivamento dos autos.		
5015097-37.2017.4.03.0000	21/8/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Em 28/9/2017: Proferida decisão monocrática deferindo parcialmente a tutela tão somente para reconhecer a legalidade da representação processual quanto à impugnação administrativa apresentada no PA n. 10882.723370/2014-06. Em 5/5/2020: Proferida decisão monocrática rejeitando os embargos de declaração.		
0027977-54.1995.4.03.6100	11/3/1999	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 4/3/2010: Após a apresentação de voto-vista, foi julgado pela 4ª Turma. Em 14/1/2011: Opostos embargos de declaração pelo autor. Em 24/7/2017: Sobrestamento por Repercussão Geral - expurgos inflacionários (RE 591.797 e 626.307/SP).		
0025950-59.1999.4.03.6100	25/7/2001	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: - Relator originário: Desembargador Federal André Nabarrete. Em 16/5/2019: Após o voto-vista pela Desembargadora Federal Marli Ferreira, a 4ª Turma decidiu retratar-se do acórdão, nos termos da Desembargadora Federal Marli Ferreira, vencido o relator - incluído em pauta para julgamento dos embargos de declaração na sessão de 14/5/2020.		
0027355-38.1996.4.03.6100	9/11/2000	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 24/10/2018: Sobrestamento por Repercussão Geral - expurgos inflacionários (RE 591.797 e 626.307/SP).		
0024247-06.1993.4.03.6100	13/2/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 22/10/2010: Sobrestamento por Repercussão Geral - expurgos inflacionários (RE 591.797 e 626.307/SP).		
0058791-49.1995.4.03.6100	21/11/2000	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: - Em 22/10/2010: Sobrestamento por Repercussão Geral - expurgos inflacionários (RE626.307/SP).		
0017908-06.2008.4.03.6100	17/8/2010	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Em 3/11/2015: Proferida decisão monocrática negando seguimento aos Embargos infringentes - Em 2/5/2017: a 2ª Seção deu provimento ao agravo interno (pelo cabimento dos Embargos infringentes). Em 3/9/2019: a 2ª Seção negou provimento aos Embargos infringentes. Em 7/4/2020: após o voto da relatora acolhendo em parte os Embargos de declaração, pediu vista o Desembargador Federal Nery Junior.		
0012825-63.1995.4.03.6100	27/8/1999	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 22/10/2010: Sobrestamento por Repercussão Geral - expurgos inflacionários (RE 626.307/SP).		

0007280-12.1995.4.03.6100	14/11/2001	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Em 12/8/2014: Sobrestamento por Repercussão Geral - expurgos inflacionários (RE 591.797 e 626.307/SP).		
0009153-47.1995.4.03.6100	5/11/1998	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Em julgamento proferido em 16/12/1998, o relator, sucedido pela Des. Fed. Marli Ferreira, ficou vencido conforme voto condutor do Desembargador Federal Newton de Lucca, sucedido pela Desembargadora Federal Mônica Nobre, a quem caberá aclarar os termos do acórdão proferido.		
0033669-68.1994.4.03.6100	14/3/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 30/9/2010: Sobrestamento por Repercussão Geral - expurgos inflacionários (RE 626.307/SP).		
0029308-71.1995.4.03.6100	5/3/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Previsão para inclusão em pauta para julgamento na sessão de 30/7/2020.		
0013575-33.2007.4.03.6104	12/1/2010	216 - Incidente De Arguição de Inconstitucionalidade
Observação/Providência: Em 25/4/2019: A 4ª Turma decidiu encaminhar ao Órgão Especial ante a arguição de inconstitucionalidade da Lei Estadual n. 12.248/2006. Em 24/10/2019: A 4ª Turma negou provimento ao agravo retido e às apelações, dando por prejudicada a arguição de inconstitucionalidade, em razão do decidido pelo Plenário do STF na ADI 3713.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 55 processos selecionados, 54 foram inspecionados. Destes, quatro físicos e 50 eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

50006910220174036114	50001552120174036104	50011691020174036114
00117338420134030000	50064721320184036100	50095678520174036100
50007263220174036123	50021583720184036128	00271906820084036100
00089924620094036100		

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista esclareceu a forma de planejamento e a metodologia utilizada pela unidade na gestão de pessoas e processos, facilitando a análise dos dados pela equipe.

Foram abordados, a partir da análise das respostas apresentadas no questionário, bem como do exame da amostra de processos inspecionados, pontos principais referentes ao gerenciamento da unidade, que podem ser sintetizados nos tópicos a seguir elencados:

a) Gestão pessoal

A unidade possui, atualmente, 15 servidores, sendo dois agentes de segurança. Há três estagiários de nível superior.

Dos 15 servidores, 12 atuam na atividade-fim e um na atividade-meio.

Há sete servidores que atuam em regime parcial de teletrabalho, comparecendo semanalmente na unidade de trabalho.

Toda a organização administrativa da unidade, incluindo a elaboração das pautas da Turma, são de atribuição do chefe de gabinete, que conta com o auxílio do servidor que atua na atividade-meio.

A unidade salientou que o Tribunal Regional Federal da 3ª Região sempre disponibiliza cursos de capacitação aos servidores.

b) Triagem inicial de processos

Há dois servidores responsáveis por realizar a triagem inicial dos processos e, depois, distribuí-los aos servidores por meio de “tarefas”, ferramenta disponibilizada pelo PJe.

c) Classificação e separação de processos

Os processos da unidade estão praticamente todos digitalizados. Há acervo inferior a 1% de processos físicos que estavam em tramitação e não puderam, ainda, ser digitalizados.

A classificação é realizada, preferencialmente, por ordem cronológica e, depois, é feita a separação por matéria.

O controle do acervo é feito mensalmente pela unidade, enquanto o controle de processos remetidos a outros setores, de embargos de declaração, de agravo interno e de urgências é realizado, diariamente, para a atribuição de “tarefas” aos respectivos servidores por meio do PJe.

É realizado controle periódico dos processos sem movimentação, através do PJe e pelas estatísticas elaboradas pelo próprio Tribunal, quando disponível.

d) Forma de distribuição dos processos

A distribuição dos processos é realizada, de forma geral, por matéria e também por fase processual. Há, por exemplo, servidores que trabalham somente com recursos de apelação e, entre eles, há uma divisão por matéria. São destacados três servidores para cuidar especificamente de agravo de instrumento.

Destacou-se que todos os servidores em atividade-fim trabalham na elaboração das minutas de votos e decisões de competência da Turma, em relação às matérias já decididas pela desembargadora.

Os processos de competência da Seção e do Órgão Especial são atribuídos à assessora para análise e confecção da minuta que conta, sempre que necessário, com o auxílio da assessora II.

e) Tratamento dos feitos com prioridade legal ou metas do CNJ

A unidade informou que realiza o controle mensal das metas do CNJ, pontuando que o PJe indica os processos prioritários.

Salientou-se que, assim que ingressam na unidade, os processos relativos às metas do CNJ são imediatamente distribuídos ao servidor designado para a matéria. Os feitos com prioridade legal são imediatamente decididos, quando a matéria é recorrente, ou encaminhados à desembargadora, quando necessário.

Os processos de improbidade administrativa são feitos diretamente pela desembargadora federal, com o auxílio de uma servidora.

f) Produtividade e metas

A unidade estabelece como meta individual a elaboração de dois processos por dia.

No regime de teletrabalho, há um acréscimo, de modo que a meta é de três processos por dia, sempre que possível. O acompanhamento é feito pelo chefe de gabinete, por meio do PJe. As metas vêm sendo cumpridas.

Foi informado que, assim que a unidade atingir a meta de 5.000 processos no acervo, incluídos os sobrestados, será autorizado um dia de folga a cada dois meses, por tempo determinado.

g) Práticas processuais

São utilizadas decisões monocráticas, no entanto, diante das modificações trazidas pelo Código de Processo Civil, com menor frequência.

A unidade trabalha com modelos como base para votos e decisões e esclareceu que prioriza, como regra geral, o julgamento do mérito nos agravos de instrumento, observada sempre a urgência dos casos.

Os processos sobrestados, em sua grande maioria, são relativos aos expurgos inflacionários. A unidade destacou que faz um constante acompanhamento destes processos, pelo PJe e pela estatística fornecida pelo setor competente do TRF3, quando

disponível. Há também uma revisão do sobrestamento durante o período de recesso do Poder Judiciário.

Os pedidos de vista são levados, via de regra, na sessão seguinte.

A unidade não recebeu auxílio no período de maio/2019 a abril/2020 e as propostas de acordo são, normalmente, resolvidas na própria unidade, que remete pouquíssimos casos para o setor de conciliação.

Salientou-se, também, que a desembargadora trabalha sempre de forma bastante integrada com a equipe, o que facilita muito o trabalho da unidade.

h) Funcionamento do gabinete durante a pandemia (Covid - 19)

Durante a pandemia, a desembargadora federal e todos os servidores da unidade estão atuando em regime de teletrabalho. Foi criado um grupo no aplicativo *WhatsApp* para a comunicação entre os servidores e a desembargadora. As sessões vêm ocorrendo em ambiente virtual e as sustentações orais por meio de videoconferência.

i) Dificuldades enfrentadas pela unidade

A unidade informou que a dificuldade atual é, basicamente, com o PJe, aduzindo que, por ser relativamente novo, possui algumas limitações e problemas técnicos, ainda não dirimidos.

Destacou o processo de digitalização, que, no ano de 2019, comprometeu quase um mês de produtividade.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de maio de 2019 a abril de 2020). Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 3.772 feitos, e, no mês anterior à inspeção, eram 4.363.

Verifica-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu substancialmente de 538, na última inspeção, para 293, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente, conforme explicado a seguir.

Por outro lado, o tempo médio gasto pelo gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 26 meses, enquanto que o tempo médio, na 2ª Seção, equivale a 21 meses. Trata-se de indicador que poder ser aperfeiçoado.

A equipe, analisando os dados disponibilizados no relatório e considerando as metas do CNJ e do CJF, que primam pela demonstração da obtenção de resultado efetivo em decorrência do trabalho desenvolvido no período estabelecido, aferiu a evolução da produtividade a partir do exame da Meta 1 do CNJ, bem como do número de processos conclusos e do acervo ajustado de cada unidade.

Nesse sentido, verificou-se que a unidade merece aperfeiçoar o cumprimento da Meta 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente⁴), tendo em vista que no ano anterior, foram distribuídos 2.366 processos e julgados 2.143, enquanto no ano corrente foram distribuídos 748 processos e julgados 556, o que representa o atendimento da meta em 90,57% e 74,33%, respectivamente.

Além disso, conforme já consignado, o número de processos conclusos aumentou no período de doze meses anteriores à inspeção. Em consequência, houve acúmulo de processos no acervo, eis que ao início do 12º mês anterior à inspeção era de 5.064, enquanto ao final do mês anterior era de 5.995.

A análise do cumprimento das Metas 2, 4 e 6 foi realizado, unicamente, com base nos percentuais informados pelo setor de estatísticas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, eis que os números absolutos informados pelos gabinetes apresentaram inconsistências, de forma que, consonante orientação da Corregedoria da Justiça Federal, devem ser desconsiderados.

Nesse diapasão, o julgamento dos processos mais antigos (Meta 2 do CNJ) merece ser incrementado, uma vez que a unidade atendeu 58,53% da Meta 2/2019 (julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014), 91,69% da Meta 2/2019 (julgar 85% dos processos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015), 65,75% da Meta 2/2020 (julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015) e 86,89% da Meta 2/2020 (julgar 85% dos processos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016).

A unidade priorizou os processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (Meta 4 do CNJ), tendo atingido o percentual de 106,06% da Meta 4/2019 (julgar 60% dos processos distribuídos até 31/12/2016) e 101,63% da Meta 4/2020 (julgar 60% dos processos distribuídos até 31/12/2017).

O cumprimento da Meta 6 do CNJ (priorizar o julgamento das ações coletivas) **merece destaque**, considerando o atendimento do percentual de 111,11% da Meta 6/2019 (julgar 70% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015) e o de 102,04% da Meta 6/2020 (julgar 70% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016).

⁴ A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%. <file:///C:/Users/zeca/Downloads/Gloss%C3%A1rio-Metas-Nacionais-do-Poder-Judici%C3%A1rio-2020-Justi%C3%A7a-Federal-1.pdf>. Acesso em 30/06/2020.

Verificou-se, ainda, um elevado número de tutelas provisórias pendentes, que demandam prioridade na apreciação.

Ressalte-se, por fim, que, de acordo com a Certidão CEINSP 0046314, em relação à Inspeção/2018, ficou pendente a verificação quanto ao recomendado incremento da produtividade relacionada à Meta 1, que naquela ocasião estava no patamar de 56,25%. Na comparação com o cenário atual, observa-se que a Meta 1 foi priorizada e perto de ser atendida integralmente.

14. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 11, que serão verificadas na próxima autoinspeção;
- b) incrementar a produtividade para julgar mais processos do que os distribuídos (Meta 1 do CNJ); e
- c) aprimorar as medidas para o julgamento dos processos mais antigos (Meta 2 do CNJ).

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA NOBRE

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Desembargadora Federal Mônica Nobre

2.2. Turma

4ª Turma

2.3 Competência

Processos relativos ao Direito Público, ressalvados os que se incluem na competência da 1ª e 3ª Seções, dentre outros: matéria constitucional, incluindo naturalização, licitações, nulidade e anulabilidade de atos administrativos, ensino superior, inscrição e exercício profissional, tributos em geral e preços públicos e contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção (art. 10, § 2º, do RITRF3).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrada lotada no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Mônica Nobre

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não.

3.4 Servidora responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Sandra Marinho Bueno - chefe de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17
Servidores sem vínculo	zero
Estagiários de nível médio	zero
Estagiários de nível superior	5
Outros	zero

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*

Total em tramitação**	6.508
Processos suspensos/sobrestados	1.620
Processos conclusos	4.968
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	zero
Processos em mutirão, Turma suplementar	zero

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete - excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	6.509
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	6.594
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	4.968
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	4.865
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	1.620
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.681

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado, atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Não se aplica.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Não se aplica.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior).	Não se aplica.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	84
Mandados de segurança	5
IRDR	zero
IAC	zero
Arguição de inconstitucionalidade	zero
Conflitos de competência	17
Reclamações	2
Ações rescisórias	20
Outros	40

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	6.425
Recursos em mandados de segurança coletivos	24
Recursos em ações populares	5
Recursos em ações de improbidade administrativa	57
Recursos em ações civis públicas	72
Recursos em ações de desapropriação	zero
Recursos em ações com preferência legal	158
Outros	6.114

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	6.425
Apelações cíveis	4.914
Agravos de instrumento	1.336
Outros	175

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	zero
Ações penais	zero
Inquéritos	zero
Habeas corpus	zero
Revisões criminais	zero
Outros	zero

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	zero
Apelações	zero
Recursos em sentido estrito	zero
Recursos em habeas corpus	zero
Recursos em mandado de segurança	zero
Embargos infringentes e de nulidade	zero
Outros	zero

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	zero
Apelações	zero
Ações penais	zero
Inquéritos	zero
Habeas corpus	zero
Outros	zero

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	zero
Por IRDR	zero

Por IAC	zero
Por Arguição de Inconstitucionalidade	zero
Por Recurso Especial	zero
Por Recurso Extraordinário	zero

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	310
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	276
Agravos legais/regimentais	143
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	135
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	zero
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	zero

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	507
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	103

4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos conclusos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	635	444	-
Distribuídos em 2014	415	279	225
Distribuídos em 2015	508	367	319
Distribuídos em 2016	583	384	318
Distribuídos em 2017	774	525	336
Distribuídos em 2018	164	1.033	450
Distribuídos em 2019	-	297	1.261
Distribuídos em 2020	-	-	409
Total	3.079	3.329	3.318

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	2
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	14

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	148
Total como relator para o acórdão	9

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	2.476
Total de processos julgados	5.094
Total de processos baixados	2.164
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-2.618
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	312

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	108
Total de feitos verificados na inspeção anterior	117
Total de feitos não regularizados	1
Total de feitos não regularizados	1

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	2.485
Processos julgados no ano anterior	2.859
Processos distribuídos no ano corrente	723
Processos julgados no ano corrente	768

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	7.137
Pendentes em 31/12/2019	2.841
Porcentagem de atendimento da meta	66,53

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	8.590
Pendentes em 31/12/2019	3.196
Porcentagem de atendimento da meta	89,36

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	8.433
Pendentes no último dia do mês anterior	1.982
Porcentagem de atendimento da meta	73,43

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.407
Pendentes no último dia do mês anterior	277
Porcentagem de atendimento da meta	93,53

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	82
Pendentes em 31/12/2019	17
Porcentagem de atendimento da meta	131,69

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	84
Pendentes no último dia do mês anterior	15
Porcentagem de atendimento da meta	136,55

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução

Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica.
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica.

Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica.
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica.

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	15
Pendentes em 31/12/2019	4
Porcentagem de atendimento da meta	111,11

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	19
Pendentes no último dia do mês anterior	5
Porcentagem de atendimento da meta	107,14

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016:

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes em 31/12/2019	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	2
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	zero

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Houve recomendação para julgamento de processos indicados no item 3 do Relatório, no prazo de 30, 60 e 90 dias.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

Os processos foram julgados.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Há pendência de julgamento apenas dos embargos de declaração no Processo n. 001908-21.2006.4.03.0000, os quais já foram incluídos na pauta de 9/6/2020.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

A Meta 2 foi única ainda não totalmente atendida. Conforme já relatado, o acervo recebido pela desembargadora em 2013 era um dos maiores e mais antigos da 2ª Seção. Após a diminuição expressiva do acervo, inclusive no que diz respeito ao grande número de ações civis públicas existentes, foi destacado um grupo com os servidores mais experientes do gabinete para auxiliarem a magistrada com as decisões

dos processos da Meta 2, que são caracteristicamente mais complexos, priorizando os processos com ano de distribuição mais antigo.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O planejamento das atividades é realizado a partir de reunião com a desembargadora, quando são definidas estratégias de trabalho. A partir desta reunião é feito o planejamento das atividades, com o envolvimento de todo o gabinete e com as sugestões dos funcionários, visando sempre aprimorar e otimizar as tarefas e aproveitar o máximo da equipe, de acordo com as características e aptidões de cada servidor. Há várias frentes de trabalho atuando simultaneamente no gabinete, objetivando manter em dia os pedidos de liminar e de tutela bem como as ações civis públicas e de improbidade, diminuir o acervo e reduzir o número de processos antigos. Atualmente, foi destacada equipe para identificar e minutar decisões, conforme orientação da desembargadora, nos processos com distribuição mais antiga, a fim de cumprir a Meta 2. Paralelamente, outros servidores identificam e minutam votos dos recursos sobre temas já decididos pela Desembargadora, objetivando o cumprimento da Meta 1.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50005382420174036128	20/10/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão publicado. Incluir os embargos de declaração em pauta de julgamento.		
00345423419954036100	18/5/1999	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Mesmo número do processo anterior da lista, no qual foi feito o seguinte comentário: "Processo julgado na Segunda Seção, ocasião em que a relatora ficou vencida e, portanto, não lavrará o acórdão".		
00166915019934036100	3/10/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
00202573620144030000	19/8/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado: Resp n. 1377019		
00227127120144030000	10/9/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado: Resp n. 1377019.		
00157734120154030000	13/7/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
00157717120154030000	13/7/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		

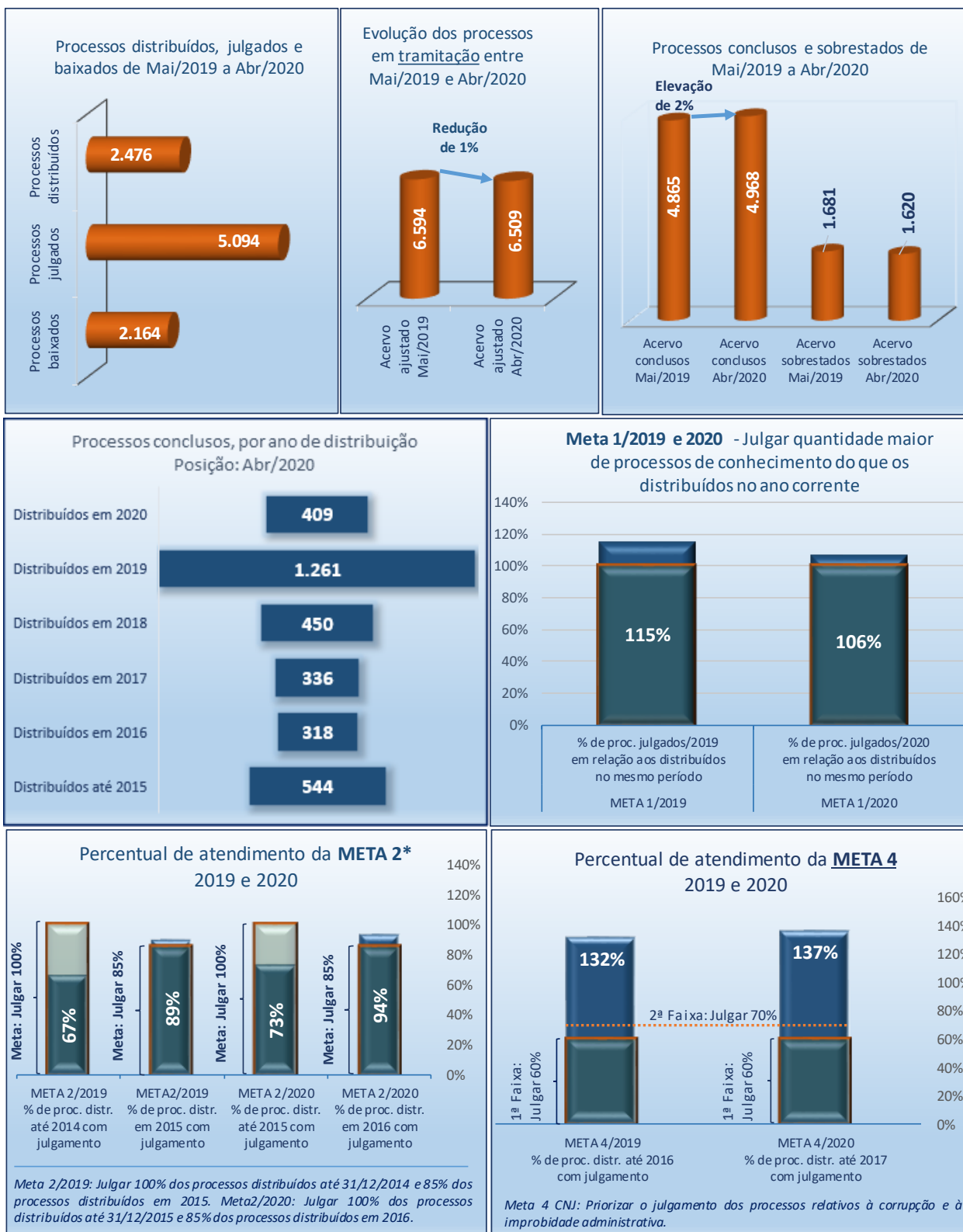
50011447920174036119	19/9/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
50087387120174030000	12/6/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
50083775420174030000	7/6/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
50002765520174036102	6/12/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
00155685520094036100	6/1/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
00062666120124030000	7/3/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
00186757320104036100	29/11/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
00308985420124030000	30/10/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
00337115420124030000	28/11/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
00243517520054036100	19/11/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento realizado em 30/4/2020.		
00179969820144030000	22/7/2014	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 7/4/2020.		
5000587-79.2018.4.03.6112	15/6/2018	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5006658-37.2017.4.03.0000	17/5/2017	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
50224352820184030000	12/9/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo em duplicidade, no qual constou a seguinte providência: " Incluir em pauta de julgamento".		
50272783620184030000	26/10/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo em duplicidade, no qual contou como providência: " Incluir em pauta de julgamento".		
50240920520184030000	28/9/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação

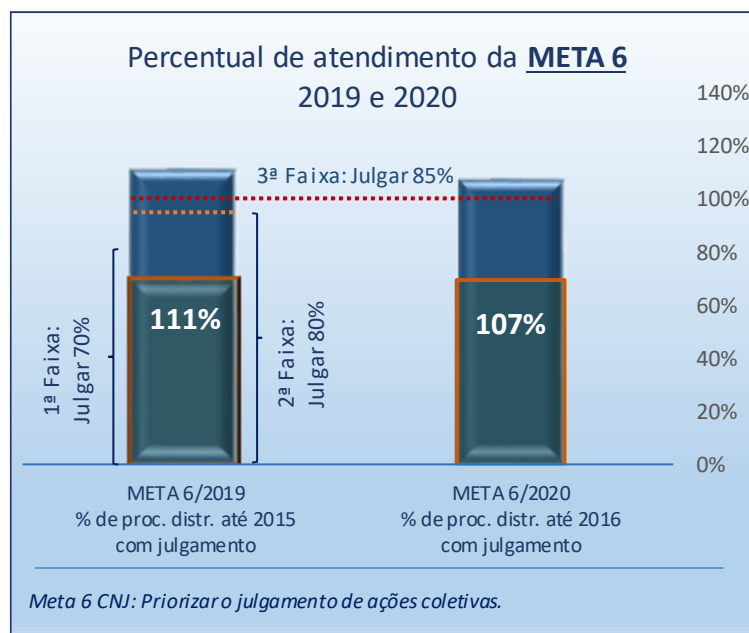
Observação/Providência: Processo em duplicidade, no qual constou a seguinte providência: "Incluir em pauta de julgamento".		
50303815120184030000	4/12/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
50000773520194030000	7/1/2019	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Processo em duplicidade, no qual constou a seguinte providência: "Incluir em pauta de julgamento".		
50049611720184036120	11/4/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Remetido à subsecretaria para publicação do acórdão em 8/5/2020.		
50123995720184036100	6/5/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Remetido à subsecretaria para publicação do acórdão em 8/5/2020.		
00306635820104030000	8/10/2010	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
00311367320124030000	6/11/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
00027331720104036127	28/3/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
00415676020064036182	18/1/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído para pauta de julgamento de 14/5/2020.		
0010490-86.2010.4.03.9999	29/3/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0027437-94.2005.4.03.9999	21/6/2005	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Oficiar à vara de origem para que informe a respeito do feito, baixado em diligência em 2011, em cumprimento ao despacho proferido pelo então relator do Processo n. 0027435-12.2005.4.03.9999, ao qual o feito inspecionado está apensado.		
0006829-38.2001.4.03.6112	10/5/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0031180-05.2011.4.03.9999	2/8/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0007071-68.2007.4.03.6182	25/5/2012	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0044366-32.2010.4.03.9999	30/11/2010	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0017978-81.2012.4.03.6100	12/2/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		

5005113-29.2017.4.03.0000	27/4/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Recurso julgado prejudicado em 4/5/2020.		
5007477-89.2017.4.03.6105	18/2/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5001379-25.2016.4.03.6105	26/3/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5007708-64.2018.4.03.0000	16/4/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5022435-28.2018.4.03.0000	12/9/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5027278-36.2018.4.03.0000	26/10/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5024092-05.2018.4.03.0000	28/9/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5000077-35.2019.4.03.0000	7/1/2019	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5000135-60.2019.4.03.6136	3/4/2019	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5002225-92.2019.4.03.6119	10/6/2019	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5015060-39.2019.4.03.0000	12/6/2019	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5026128-83.2019.4.03.0000	9/10/2019	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0020954-86.2016.4.03.0000	22/11/2016	244 - Reclamação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0037313-78.2002.4.03.9999	16/10/2002	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0034542-34.1995.4.03.6100	18/5/1999	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo julgado na Segunda Seção, ocasião em que a relatora ficou vencida e, portanto, não lavrará o acórdão.		
0007248-12.2011.4.03.0000	23/3/2011	208 - Embargos Infringentes

Observação/Providência: Processo com trânsito em julgado, aguardando remessa ao primeiro grau.		
0009905-88.2001.4.03.6106	5/7/2004	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado: atualização dos depósitos de caderneta de poupança (Recursos Extraordinários ns. 591.797 e 626.307, Agravo de Instrumento n. 754.745 (RE n. 632.212).		
0007047-15.1995.4.03.6100	3/9/1996	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado: atualização de depósitos de caderneta de poupança (RE 591.797 e 626.307)		
0025844-39.1995.4.03.6100	22/6/1999	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado: atualização dos depósitos de caderneta de poupança (Recursos Extraordinários ns. 591.797 e 626.307, Agravo de Instrumento n. 754.745 (RE n. 632.212).		
0008604-08.2012.4.03.0000	20/3/2012	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento (embargos de declaração recebidos em fevereiro de 2020).		
0015241-17.2003.4.03.6102	15/9/2004	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0042869-22.2006.4.03.9999	7/11/2006	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0015005-81.2016.4.03.0000	15/8/2016	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Proferido despacho em 8/5/2020 determinando à subsecretaria a regularização da digitalização e a posterior intimação da União Federal da decisão que extinguiu o feito, sem resolução de mérito.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 57 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, dois físicos e 55 eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

50005877920184036112	00306635820104030000	00274379420054039999
00068293820014036112	00070716820074036182	50022259220194036119

b) aguardando arquivamento: 50000773520194030000.

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista esclareceu a forma de planejamento e, ainda, a metodologia utilizada pela unidade na gestão de pessoas e processos, facilitando a análise dos dados pela equipe.

Foram abordados, a partir da análise das respostas apresentadas no questionário, bem como do exame da amostra de processos inspecionados, pontos principais referentes ao gerenciamento da unidade, que podem ser sintetizados nos tópicos a seguir elencados:

a) Gestão pessoal

A unidade possui 17 servidores, dentre os quais, dois atuam na atividade-meio, sendo um agente de segurança e um técnico em função estritamente administrativa.

Antes da aplicação das medidas de enfrentamento à pandemia, havia seis servidores em regime de teletrabalho, que, em atendimento às limitações regulamentares, realizavam trabalho presencial um dia por semana. Quanto às metas de produtividade, exigia-se dos servidores em teletrabalho meta 30% superior àqueles que trabalhavam em regime exclusivamente presencial.

O desempenho de todos os servidores é monitorado pela Desembargadora Federal Mônica Nobre e sua assessoria.

Os servidores são autorizados a participar dos programas periódicos de capacitação oferecidos pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

b) Triagem inicial de processos

A unidade não possui mais processos físicos, de modo que a triagem é toda realizada no sistema PJe.

Na triagem inicial é verificada a regularidade das custas, tempestividade e eventual existência de prevenção. Após, os processos são identificados com etiquetas relativas à matéria e encaminhados para despacho/decisão ou para tarefa “Analisar tipo de decisão a proferir”.

Há também a identificação dos processos que envolvem matéria acerca da qual exista posicionamento definido pela desembargadora, otimizando a elaboração da minuta.

c) Classificação e separação de processos

Os processos são identificados, em regra, pela matéria.

Contudo, nos agravos internos e embargos de declaração, os processos recebem a identificação do incidente e do servidor responsável pela minuta da decisão recorrida.

Após a confecção da minuta, o processo recebe a identificação própria e é remetido para correção/aprovação da desembargadora.

d) Forma de distribuição dos processos

A unidade aloca o servidor em atividades compatíveis com o seu perfil, buscando imprimir maior eficiência no desempenho das atividades.

Numa visão geral, a equipe é composta de dois seguimentos. Há servidores que trabalham de maneira mais célere e objetiva. Estes são destacados para lidar com processos de menor complexidade e maior volume. De outro lado, o acervo de maior complexidade é distribuído para servidores mais experientes.

A divisão de trabalho apresentada acima concorre com a designação específica de determinadas tarefas: a) um servidor cuida dos processos de competência da 2ª Seção; b) um servidor realiza a análise inicial dos agravos de instrumento e dos pedidos liminares; c) um servidor se encarrega da análise das ações de improbidade administrativa (Meta 4) e demais ações coletivas (Meta 6).

e) Tratamento dos feitos com prioridade legal ou metas do CNJ

Há a busca permanente pelo atendimento das prioridades legais e apreciação das medidas de urgência, ambas as situações são sinalizadas nos processos. Para estas últimas há, inclusive, servidor especificamente designado para atendê-las.

Em relação às metas do CNJ, a equipe equilibra o trabalho focando no cumprimento constante da meta 1 e estabelecendo cotas diárias para todos os servidores para análise de processos da meta 2. Dessa maneira, torna-se possível equilibrar a produtividade, evitando o acúmulo de processos e impulsionando os mais antigos.

Para o cumprimento das metas 4 e 6, foi designado um servidor com experiência nos temas. Os índices de cumprimento dessas metas têm superado 100%.

f) Produtividade e metas

Não há uma cota fixa de processos a serem analisados por servidor. Fica a cargo da assessoria monitorar a produtividade, aplicando os ajustes que entender necessários.

Dessa maneira, a definição diária da quantidade de processos a cargo de cada servidor é dinâmica, variando de acordo com alguns aspectos dos processos recebidos pelo gabinete: complexidade, existência ou não de minuta modelo, estar a matéria já consolidada em tribunais superiores etc.

g) Práticas processuais

São utilizadas decisões monocráticas, sempre que possível, dentro do que preconiza o art. 932 do Código de Processo Civil.

A unidade também utiliza modelos como base para votos que envolvam demandas em que já exista posicionamento consolidado pela desembargadora federal, observadas as particularidades.

Os processos sobrestados, em sua grande maioria, são relativos aos expurgos inflacionários. No entanto, há também processos sobrestados em outras matérias, a

exemplo dos relativos ao ICMS na base de cálculo IRPJ e CSLL; questões de redirecionamento de sócios e penhora sobre faturamento. A unidade destacou que faz um constante acompanhamento dos processos sobrestados.

Os processos nos quais se vislumbra a possibilidade de conciliação são submetidos a um fluxo específico e encaminhados para o gabinete de conciliação.

A unidade não recebeu auxílio no período de maio/2019 a abril/2020.

Os pedidos de vista, em regra, são levados a julgamento na sessão seguinte, salvo os casos em que a complexidade demanda um tempo maior de análise. Contudo, a apresentação dos votos-vista ocorre, no máximo, na 3ª sessão posterior ao pedido de vista.

h) Funcionamento do gabinete durante a pandemia (Covid - 19)

Durante a pandemia, todos os gabinetes estão atuando em regime de teletrabalho.

Apesar das dificuldades iniciais, os servidores rapidamente se adaptaram à nova realidade. O contato da desembargadora e de toda a equipe é constante, por meio de aplicativos de conversas, além de outras ferramentas como os programas de videoconferência.

O atendimento aos advogados é realizado, prioritariamente, pelo e-mail institucional.

Foi ressaltada a percepção do aumento na produtividade dos servidores em regime de teletrabalho.

i) Dificuldades enfrentadas pela unidade

O acervo recebido em 2013 era um dos mais antigos e volumosos da 2ª Seção.

Não obstante, o esforço despendido pela equipe resultou em significativa redução do acervo, conforme constatado pela inspeção de 2018. Essa tendência, no entanto, ficou comprometida pelo afastamento temporário de duas servidoras – licença-maternidade – e pela operação de digitalização de todo o acervo, ocorrida no final de 2019 e início de 2020.

As dificuldades, porém, não impediram a equipe de manter praticamente inalterado o volume de processos no acervo.

A previsão é de que, com o quadro de servidores completo e os processos digitalizados, a eficiência do gabinete retome o patamar revelado na inspeção anterior.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve pequeno aumento do montante de processos conclusos (de maio de 2019 a abril de 2020), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 4.865 feitos, e, no mês anterior à inspeção, 4.968.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu substancialmente de 675, na última inspeção, para 310, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente, conforme explicitado a seguir.

O tempo médio gasto no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 33 meses, enquanto que o tempo médio na 2ª Seção equivale a 21 meses. Trata-se de indicador que pode ser aperfeiçoado.

A equipe, analisando os dados disponibilizados no relatório e considerando as metas do CNJ e do CJF, que primam pela demonstração da obtenção de resultado efetivo em decorrência do trabalho desenvolvido no período estabelecido, aferiu a evolução da produtividade a partir do exame da Meta 1 do CNJ, bem como do número de processos conclusos e do acervo ajustado de cada unidade.

Nessa linha, a unidade **merece destaque** no cumprimento da Meta 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente⁵), tendo em vista que, no ano anterior, foram distribuídos **2.485** processos e julgados **2.859**, enquanto, no ano corrente, foram distribuídos **723** processos e julgados **768**, o que representa o atendimento da meta em **115%** e **106%**, respectivamente.

Embora a unidade tenha cumprido a Meta 1 do CNJ, o número de processos conclusos, conforme já consignado, sofreu pequeno aumento no período de doze meses anteriores à inspeção. O acervo ajustado no TRF, por sua vez, teve ligeira redução, eis que, ao início do 12º mês anterior à inspeção, era de **6.594**, enquanto, ao final do mês anterior, **6.509**.

Importante ressaltar que a maior produtividade pode não ter refletido de forma imediata e substancial no número de processos conclusos e no acervo ajustado, em razão da rotina de digitalização adotada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, realizada no ano de 2019.

⁵ A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%. <file:///C:/Users/zeca/Downloads/Gloss%C3%A1rio-Metas-Nacionais-do-Poder-Judici%C3%A1rio-2020-Justi%C3%A7a-Federal-1.pdf>. Acesso em 30/06/2020.

Conforme foi apurado nas entrevistas e verificado nos processos inspecionados, durante o trabalho concentrado de digitalização, os processos suspensos tiveram o sobrestamento levantado e retornaram para a conclusão, além de terem sido transformados para o formato digital processos já julgados, inclusive com o trânsito em julgado certificado, o que pode ter impactado diretamente na redução dos processos conclusos e no acervo.

Não se encontrou outro elemento que justificasse a falta de reflexo substancial da maior produtividade no número de processos conclusos e no acervo ajustado, a não ser o impacto gerado pela digitalização.

A análise do cumprimento das Metas 2, 4 e 6 foi realizado, unicamente, com base nos percentuais informados pelo setor de estatística do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, eis que os números absolutos informados pelos gabinetes apresentaram inconsistências, de forma que, consonante orientação da Corregedoria da Justiça Federal, devem ser desconsiderados.

Nesse diapasão, o julgamento dos processos mais antigos (Meta 2 do CNJ) **merece ser incrementado**, uma vez que a unidade atendeu **66,53%** da Meta 2/2019 (julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014), **89,36%** da Meta 2/2019 (julgar 85% dos processos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015), **73,43%** da Meta 2/2020 (julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015) e **93,53%** da Meta 2/2020 (julgar 85% dos processos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016).

A unidade **priorizou** os processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (Meta 4 do CNJ), tendo atingido o notável percentual de **131,69%** da Meta 4/2019 (julgar 60% dos processos distribuídos até 31/12/2016) e **136,55%** da Meta 4/2020 (julgar 60% dos processos distribuídos até 31/12/2017).

O cumprimento da Meta 6 do CNJ (priorizar o julgamento das ações coletivas) **merece elogio**, considerando o atendimento do percentual de **111,11%** da Meta 6/2019 (julgar 70% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015) e o de **107,14%** da Meta 6/2020 (julgar 70% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016).

O cumprimento das Metas 1, 4 e 6 do CNJ demonstra integração, organização e comprometimento de toda a unidade, conforme restou evidenciado na entrevista, notadamente quando considerados o grau de complexidade, o volume dos processos e a idade do acervo com os quais a atual equipe se deparou ao assumir o gabinete.

Em entrevista, a unidade esclareceu que o feito não regularizado apontado no item 4.17 se tratava de recurso de embargos de declaração (001908-21.2006.4.03.0000) que foram julgados em 10/6/2020 (acórdão publicado em 17/6/2020).

Verificou-se, ainda, um elevado número de tutelas provisórias pendentes, que demandam prioridade na apreciação.

Ressalte-se, por fim, que, de acordo com a certidão CEINSP 0065324, foram cumpridas todas as recomendações da Inspeção/2018, o que foi confirmado pela unidade.

14. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 11, que serão verificadas na próxima autoinspeção; e
- b) priorizar o julgamento dos processos por ordem de antiguidade, notadamente os da Meta 2 do CNJ.

GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ NEKATSCHALOW

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal André Nekatschalow

2.2 Turma

5ª Turma

2.3 Competência

Matérias penal e cível (residual)

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal André Custódio Nekatschalow

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3. Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Rui César Nakai, chefe de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	18
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	5
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	660
Processos suspensos/sobrestados	1
Processos conclusos	178
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete - excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	660
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	553
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	178
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	213
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	1
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Sim.

Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Sim. Foram selecionados feitos sobre execução fiscal e servidor público.
Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Entre maio de 2016 e setembro de 2016, foram encaminhados 170 feitos, os quais foram julgados pela juíza convocada.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior).	Antes, o acervo era de 1.216 processos. Após, o acervo era de 1.133 processos.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Em julho de 2014, houve a criação da 4ª Seção criminal e a especialização da 5ª Turma nessa matéria.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não houve redistribuição de acervo.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	11
Mandados de segurança	2
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	1
Conflitos de competência	8
Reclamações	0
Ações rescisórias	0
Outros	0

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	15
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	3
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	1

Outros	11
--------	----

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	15
Apelações cíveis	11
Agravos de instrumento	4
Outros	0

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	162
Ações penais	0
Inquéritos	5
Habeas corpus	112
Revisões criminais	11
Outros	34

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	466
Apelações	416
Recursos em sentido estrito	27
Recursos em habeas corpus	290
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	6
Outros	6

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	149
Apelações	48
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	70
Outros	31

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	1

Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	9
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	8
Agravos legais/regimentais	3
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	1
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	Não disponibilizado pela estatística.
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	Não disponibilizado pela estatística.

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado.	2
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado.	2

4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos conclusos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	2	-	-
Distribuídos em 2014	3	1	-
Distribuídos em 2015	-	1	-
Distribuídos em 2016	1	3	-
Distribuídos em 2017	31	7	-
Distribuídos em 2018	48	67	-
Distribuídos em 2019	-	126	49
Distribuídos em 2020	-	-	128
Total	85	205	177

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	10
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	10

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como relator para o acórdão	1
Total como redator	11

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	952
Total de processos julgados	1.310
Total de processos baixados	707
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-358
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	245

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	80
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	38
Total de feitos não regularizados	0 (2 recursos foram julgados e retornaram após interposição de recursos extraordinários)

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	895
Processos julgados no ano anterior	996
Processos distribuídos no ano corrente	263
Processos julgados no ano corrente	189

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	2
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	3
Porcentagem de atendimento da meta	117,96%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	854
Pendentes no último dia do mês anterior	6
Porcentagem de atendimento da meta	99,30%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.111
Pendentes no último dia do mês anterior	11
Porcentagem de atendimento da meta	115,29%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	dado não disponibilizado pela estatística.
Pendentes em 31/12/2019	dado não disponibilizado pela estatística.
Porcentagem de atendimento da meta	dado não disponibilizado pela estatística.

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	15
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	a estatística informou que o gabinete não tem processos nesta meta.
Pendentes em 31/12/2019	a estatística informou que o gabinete não tem processos nesta meta.
Porcentagem de atendimento da meta	-

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	a estatística informou que o gabinete não tem processos nesta meta.
Pendentes no último dia do mês anterior	a estatística informou que o gabinete não tem processos nesta meta.
Porcentagem de atendimento da meta	-

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	892
Processos baixados no ano anterior	665
Processos julgados no ano anterior	996

Processos distribuídos no ano corrente	263
Processos baixados no ano corrente	98
Processos julgados no ano corrente	189

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	Em branco (dado fornecido)
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019

Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	Dado não disponível.
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	Dado não disponível.

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim. Houve três recomendações: "a) Determinar o arquivamento do Recurso Administrativo 0008255-10.2009.4.03.0000; b) priorizar os prazos em revisão; e c) manter o método de trabalho, que merece elogio."

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

Foram adotadas as seguintes medidas: a) o Recurso Administrativo 0008255-10.2009.4.03.0000 foi arquivado; b) os processos para revisão são despachados em

média no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; e c) o método de trabalho continua sendo aperfeiçoado conforme as experiências e dificuldades apresentadas pelos servidores.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Não.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A organização do trabalho foi estruturado conforme as demandas dos processos. Constatado o fluxo quantitativo e qualitativo dos feitos, houve a formação de equipes e distribuição de tarefas, conforme as aptidões, facilidades e experiências individuais dos servidores e estagiários. Dessa forma, foi reduzido o acervo antigo e passou-se a trabalhar com os processos conclusos no mês. As constantes mudanças, como a digitalização dos feitos (PJe), o teletrabalho (até 50% do quadro antes da pandemia) e o aumento dos processos para julgamento (revisão da pauta, voto-vista, voto condutor) exigiram modificações na estrutura fixada. A rápida adaptação a essas situações contribuíram para a manutenção da produtividade e a célere prestação jurisdicional. A principal dificuldade enfrentada diz respeito ao PJe. Apesar das atualizações diárias e do suporte do setor de informática, a sua falta de operabilidade dificulta a atividade administrativa e jurisdicional realizada pela área-fim.

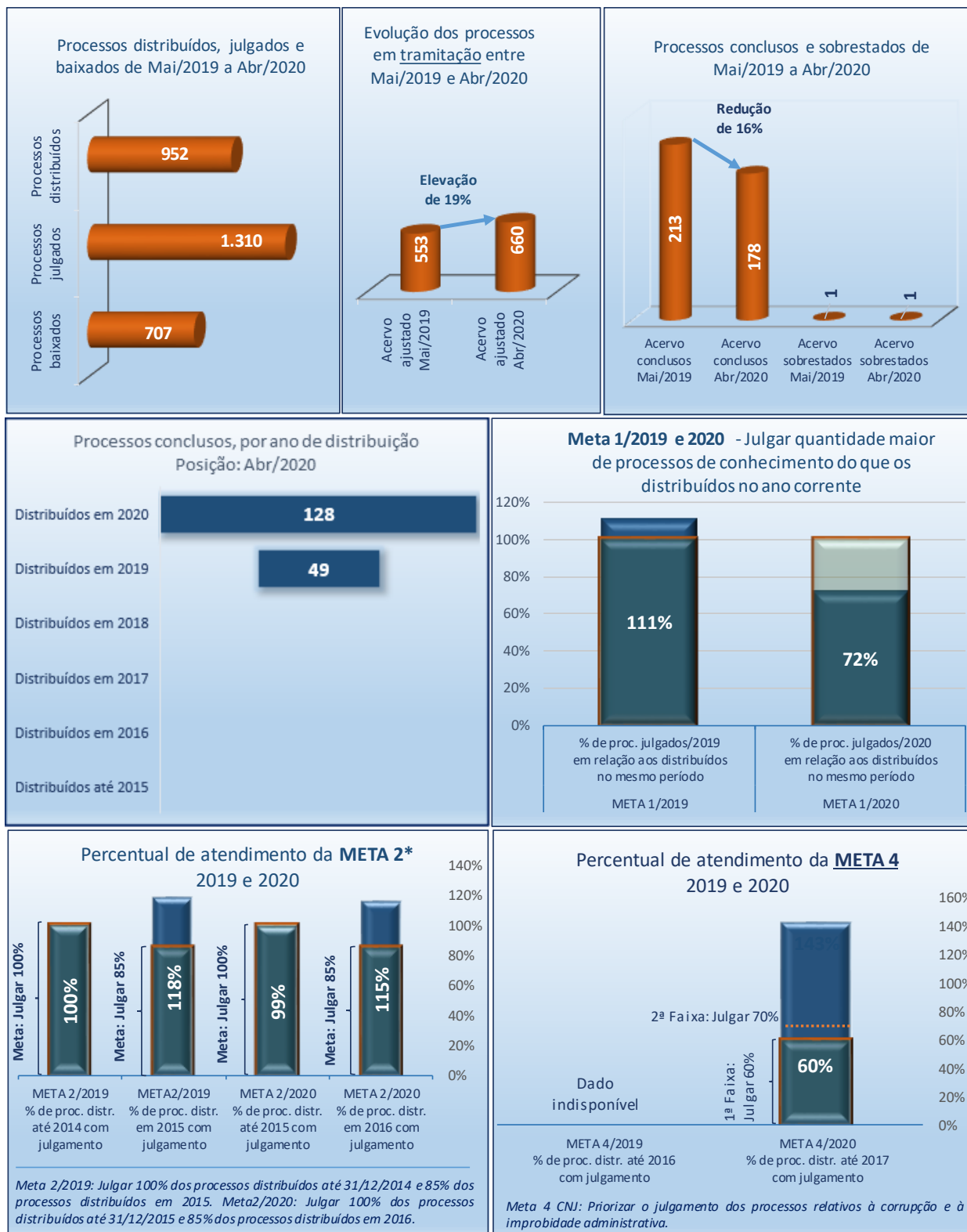
9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

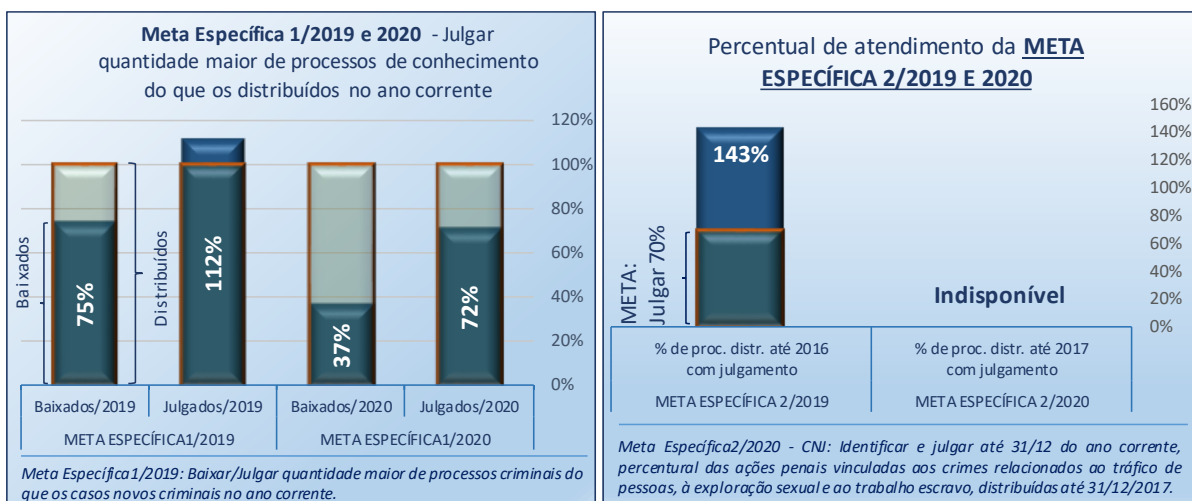
Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
50244763120194030000	23/9/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Julgado pela 5ª Turma na sessão de 4/5/2020.		
50015078520204030000	28/1/2020	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Julgado pela 5ª Turma na sessão de 4/5/2020.		
50176066720194030000	11/7/2019	1710 - Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 18/5/2020.		

50259443020194030000	7/10/2019	1710 - Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 18/5/2020.		
00115571620184036181	3/7/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Minuta do recurso concluída, aguardando retorno para encaminhar para revisão e inclusão em pauta.		
00029417120184036110	21/8/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Conclusos para o Desembargador Federal Paulo Fontes para voto-vista em 20/2/2020.		
00000423920194036119	6/9/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Julgado em 4/5/2020.		
0010730-49.2011.4.03.6181	24/8/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Aguardando o relator apresentar o recurso em sessão de julgamento para prolação de voto (processo sigiloso).		
00001488020184036007	18/2/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Julgados os embargos de declaração em 4/5/2020.		
00002016220184036136	30/11/2018	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: O relator dos embargos de declaração é o Desembargador Federal Paulo Fontes.		
00051873320064036119	23/8/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Conclusos para o Desembargador Federal Paulo Fontes para colher o voto vencido em 24/9/2019, o que prejudicará os embargos de declaração.		
00094425320144036119	26/7/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Conclusos para o Desembargador Federal Nino Toldo para colher o voto vencido em 3/12/2019.		
00014674220124036121	8/8/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Julgados os embargos de declaração em 4/5/2020.		
00032324620154036120	12/11/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Conclusos para o Desembargador Federal Maurício Kato para colher o voto vencido em 10/2/2002, o que prejudicará os embargos de declaração.		
5017606-67.2019.4.03.0000	11/7/2019	1710 - Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 18/5/2020.		
0011557-16.2018.4.03.6181	3/7/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Minuta do recurso concluída, aguardando o retorno do trabalho presencial para encaminhar para revisão e inclusão em pauta de julgamento.		
5027240-87.2019.4.03.0000	18/10/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 13/5/2020.		

5025914-92.2019.4.03.0000	7/10/2019	1710 - Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Julgado pela 5ª Turma na sessão de 4/5/2020.		
0014207-36.2018.4.03.6181	28/11/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Minuta do recurso concluída, aguardando o retorno do trabalho presencial para encaminhar para revisão e inclusão em pauta.		
5030115-30.2019.4.03.0000	19/11/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Incluído na pauta de julgamento do dia 13/5/2020.		
5030446-12.2019.4.03.0000	22/11/2019	1710 - Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Julgado pela 5ª Turma na sessão de 6/4/2020.		
5027886-97.2019.4.03.0000	25/10/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Adiado o julgamento por falta de quórum em 4/5/2020, o feito será novamente apresentado após convocação de desembargador de outra Turma para compor o quórum.		
5029988-92.2019.4.03.0000	18/11/2019	325 - Conflito de Jurisdição
Observação/Providência: Julgado em 30/4/2020.		
5001012-59.2019.4.03.6181	7/10/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Ministério Público Federal ofereceu parecer em 22/4/2020, aguarda-se o retorno a conclusão para julgamento.		
5033074-71.2019.4.03.0000	19/12/2019	325 - Conflito de Jurisdição
Observação/Providência: Julgado em 30/4/2020.		
5031199-66.2019.4.03.0000	2/12/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Adiado o julgamento por falta de quórum em 4/5/2020, o feito será novamente apresentado após convocação de desembargador de outra Turma para compor o quórum.		
5030694-75.2019.4.03.0000	26/11/2019	325 - Conflito de Jurisdição
Observação/Providência: Julgado em 30/4/2020.		
0086476-75.2007.4.03.0000	20/8/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Acolhida questão de ordem para determinar o retorno deste agravo de instrumento à Vice-Presidência do Tribunal em 13/5/2019, em razão de estar apensada, aguarda o julgamento da Apelação n. 2004.61.00.007784-2, na qual foi determinada a inclusão em pauta em 13/3/2020.		
5032230-24.2019.4.03.0000	12/12/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo julgado pela 5ª Turma no dia 4/5/2020.		
5021879-89.2019.4.03.0000	27/8/2019	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento do dia 21/5/2020.		
0002501-36.2013.4.03.6115	29/11/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Julgado em 4/5/2020.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 31 processos selecionados, 23 foram inspecionados. Destes, sete físicos e 16 eletrônicos.

Em relação aos demais processos da listagem, dois processos constaram em duplicidade, os de n. 0011557-16.2018.4.03.6181 e 5017606-67.2019.4.03.0000. Outros seis processos não foram inspecionados, porque não se encontravam na unidade, os quais serão listados ao final deste tópico.

Os autos físicos foram inspecionados exclusivamente por meio de consulta à movimentação processual, sendo que, em relação ao Processo n. 0001467-42.2012.4.03.6121, que tramita com sigilo, a inspeção foi realizada por meio do extrato processual fornecido à equipe inspecionadora pela unidade.

A fim de viabilizar o registro uniforme dos trabalhos, foram considerados todos os movimentos processuais realizados e registrados no sistema processual até o dia 1º/7/2020, bem como os julgamentos ocorridos até o dia 10/7/2020.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Proceder à baixa no sistema: 0086476-75.2007.4.03.0000;

b) incluir em pauta em 10 dias, ou apresentar em mesa, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

5027886-97.2019.4.03.0000	5031199-66.2019.4.03.0000
---------------------------	---------------------------

Os seis processos não inspecionados por não se encontrarem na unidade são os seguintes:

0000201-62.2018.4.03.6136	Processo concluso no gabinete do relator para o acórdão, que será relator dos embargos de declaração.
0000256-91.2018.4.03.6110	Processo concluso no gabinete do desembargador que pediu vista.

0003232-46.2015.4.03.6120	Processo com embargos de declaração, concluso no gabinete de outro desembargador para juntar voto vencido.
0005187-33.2006.4.03.6119	Processo com embargos de declaração, concluso no gabinete de outro desembargador para juntar voto vencido.
0009442-53.2014.4.03.6119	Processo concluso no gabinete de outro desembargador.
0010730-49.2011.4.03.6181	Processo de outro relator e concluso no gabinete do relator

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Foram entrevistados o Desembargador Federal André Nekatschalow e sua assessoria, Wanderlei (assessor), Rui César (chefe de gabinete), em 15/6/2020.

O gabinete tem competência criminal, mas, como os demais integrantes do Colegiado (5ª Turma), também acumula competência cível para feitos remanescentes, que não foram redistribuídos quando instituída a especialização em matéria penal e criada a 4ª Seção do Tribunal. Conta com 18 servidores e quatro estagiários (uma vaga em aberto), sendo que os dois agentes de segurança não exercem atividades no gabinete.

Em 2016 conseguiram zerar o acervo remanescente cível e, desde então, só recebem processos cíveis que retornam para retratação; as metas de priorização de réus presos e prescrição iminente foram atingidas, e o gabinete está em dia não apenas quanto às medidas de urgência e aos embargos de declaração e agravos internos, mas também de um modo geral, havendo de quatro a cinco servidores “aguardando processos”.

A organização do gabinete começa com a triagem dos processos, feita pela assessora 02, com o auxílio dos estagiários, com a verificação de prevenção, despachos de instrução e identificação da matéria, tipo de processo e prioridades legais na capa dos autos físicos (utilizando a classificação do SIAPRO) ou por etiquetas e planilha do excell para prescrição no PJe, distribuindo os feitos em armários ou localizadores eletrônicos, conforme o assunto, mas, como o gabinete está em dia, depois da triagem, o processo é repassado diretamente ao servidor responsável.

Os feitos cíveis são analisados pela assessora 2; os habeas corpus são distribuídos a um grupo de três servidores, alternados em sistema de rodízio semanal, mas os relativos às grandes operações são todos analisados pelo servidor que recebeu o primeiro caso; os processos repetitivos e com entendimento firmado (moeda falsa, tráfico, estelionato, agravo em execução, prescrição) são feitos pelos estagiários com o auxílio do chefe de gabinete e da assessora 2; os processos de média e alta complexidade são distribuídos entre os demais servidores, que trabalham nos feitos pela

ordem de chegada; os embargos de declaração e agravos internos são repassados diretamente a quem minutou o voto ou decisão.

O chefe de gabinete cuida da parte administrativa da unidade (e-mails, documentos, frequência, pedidos de material etc.), faz controle semestral do acervo com base nas planilhas da triagem, e também é responsável pela orientação inicial de cada novo servidor ou estagiário, passando as instruções e modelos, auxiliando na elaboração das primeiras minutas e esclarecendo dúvidas, até que o trabalho final possa ser examinado pelo desembargador federal, que faz questão de interagir com a equipe. Os estagiários iniciam sempre pela triagem, evoluindo para a elaboração de minutas mais fáceis (embargos de declaração, agravos regimentais, prescrição da pretensão executória) e, para todos, essa adaptação inicial se dá com as matérias de menor complexidade; o assessor cuida da orientação jurídica à equipe, faz o acompanhamento de pautas e sessões, e também a revisão de processos de outros gabinetes, atividade que demanda muito tempo da assessoria, seja pela quantidade de feitos cíveis levados a julgamento, seja pela frequência com que o desembargador federal é o relator para o acórdão; e a assessora 02 é responsável pelos feitos cíveis, triagem e despachos de instrução, além de trabalhar em qualquer feito criminal.

A atividade-fim é executada pelos servidores de acordo com a organização dos processos, conforme a matéria, especialização ou tipo de processo, pela ordem de chegada e observados os critérios prioritários definidos (processos com réus presos, prescrição e metas do CNJ); todo o trabalho é desenvolvido em Word, a conferência das minutas – previamente alinhadas quanto à forma e conteúdo – é feita pelo desembargador federal, e, após aprovação, são “coladas” no PJe. Como o gabinete está em dia, não há metas individuais a serem atingidas e a produtividade média é de cinco processos mensais por servidor, mas já tiveram metas coletivas muito exitosas, como zerar os feitos cíveis, o que se repete, eventualmente, nos casos de grandes operações policiais. A unidade evita o uso de decisões terminativas monocráticas, priorizando a análise pelo Colegiado; faz uso de modelos organizados em um fichário pelo desembargador federal e pelo assessor, que avisa a equipe quando há novidade ou alteração de entendimento; e adota como prioridade a apresentação de votos-vista na sessão seguinte, ressalvados os casos de grande complexidade, que tem votos-vista apresentados preferencialmente no mesmo semestre.

A unidade já utilizava o sistema de teletrabalho, instituído como prêmio e reconhecimento após expressiva redução do acervo cível. Antes da pandemia, eram seis servidores nessa modalidade (os mais experientes, com comparecimento presencial uma vez por semana, em horário integral), e, mesmo nessa modalidade, não há metas individuais, pois o gabinete está em dia, mas eventuais demandas específicas são monitoradas, eventualmente flexibilizadas e resolvidas pela assessoria. A partir da suspensão das atividades ordinárias presenciais, todos estão trabalhando remotamente,

mesmo em autos físicos, pois consideram “mais fácil e rápido julgar processos físicos do que digitalizar”.

Não há demanda processual para conciliação nem processos sobrestados; a unidade não adota política de recompensas, e a capacitação dos servidores na unidade é estimulada pelo desembargador federal, com rodas de estudos e discussões, com liberdade para todos, o que poderia ser ampliado para todo o Tribunal.

Mesmo durante a suspensão das atividades presenciais em razão da pandemia, a unidade vem mantendo o trabalho e a comunicação normalmente, utilizando todas as ferramentas disponíveis para a interação da equipe, elucidação de dúvidas e continuidade das atividades do gabinete, tais como o acesso remoto à máquina virtual, e-mails, aplicativos de mensagens em grupo (*WhatsApp*), telefonemas e vídeochamadas, quando necessário. Como novidade, em razão da pandemia, foi relatada a criação de grupo de *WhatsApp* para comunicação entre os assessores dos gabinetes e os servidores da Turma.

As principais dificuldades enfrentadas pela unidade são: a) dificuldades do PJe, já destacadas na última inspeção do CNJ como maior problema da unidade, que apresenta uma série de problemas e inconsistências: duplicidade de ementas; duplicação de feitos; problemas nos casos de voto-vista, quando o relator é vencido e quando há relator para o acórdão; reclamação de advogados, dentre outros; b) limitações do editor de textos do PJe, razão pela qual todos os documentos são criados no word ou no GEDPRO, quando possível, inclusive mediante impressão de peças – o que acaba “criando um volume físico para feitos eletrônicos” – ou por acesso remoto à máquina virtual, para posterior “colagem” no PJe; c) composição do Colegiado com apenas três magistrados, o que compromete o andamento dos feitos nos casos de suspeição, impedimento ou ausência justificada.

Todos os processos listados pelo CJF foram inspecionados – com exceção dos que se encontravam em unidade diversa, enumerados no relatório final – e as pendências existentes foram apontadas na ficha de inspeção, recomendando-se a análise dos apontamentos lançados, mas também a manutenção dos métodos de trabalho, merecendo destaque o espírito de colaboração e extremo comprometimento da equipe, cuja dedicação e empenho foram fortemente sublinhados pelo desembargador federal e cujos resultados, gestão responsável do acervo e planejamento com metas factíveis para o gabinete, merecem elogios.

A título de colaboração, sugere-se que os problemas relativos ao PJe sejam discutidos entre os órgãos do Colegiado, compilados e reportados à Presidência e ao setor de TI para aprimoramento e correções.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 269 a 178), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 213 feitos (210 em relação à inspeção anterior), e, no mês anterior à inspeção, 178 (269 em relação à inspeção anterior).

Verifica-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 69, na última inspeção, para nove, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio gasto pelo gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de cinco meses, enquanto o tempo médio, na 4ª Seção, equivale a 22 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, sendo o gabinete com o melhor tempo médio na Seção.

14. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 11; e
- b) manter os métodos de trabalho de sucesso, como já constatado no relatório do item 12.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO FONTES

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Paulo Fontes

2.2 Turma

5ª Turma/ 4ª Seção

2.3 Competência

Gabinete criminal

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Paulo Fontes

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Sim, Juíza Federal Convocada Louise Filgueiras. Portaria PRES 1554/2019, Ato PRES 2365/2019 e Ato PRES 2400/2020.

3.4 Servidora responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Fernanda Colombini Lima de Castro - técnica judiciária - chefe de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	17
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	2

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*

Total em tramitação**	1.284
Processos suspensos/sobrestados	6
Processos conclusos	752
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma Suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	1.284
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	1.482
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	752
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	735
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	6
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	4

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	O gabinete contou com auxílio do setor da Assessoria de Apoio aos Gabinetes – ASAG para formular decisões em processos cíveis mais antigos.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Foram separados 65 processos cíveis mais antigos, em decorrência da especialização do gabinete na matéria criminal.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Todos os 65 processos enviados foram julgados.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior).	Dados não fornecidos pelo TRF3.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	18
Mandados de segurança	3
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	9
Reclamações	0
Ações rescisórias	3
Outros	3

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	121
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0

Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	2
Recursos em ações de desapropriação	3
Recursos em ações com preferência legal	9
Outros	108

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	121
Apelações cíveis	105
Agravos de instrumento	10
Outros	6

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	148
Ações penais	0
Inquéritos	10
Habeas corpus	93
Revisões criminais	14
Outros	31

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	997
Apelações	922
Recursos em sentido estrito	28
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	19
Outros	13

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	138
Apelações	61
Ações penais	0
Inquéritos	0

Habeas corpus	52
Outros	25

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	47
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	46
Agravos legais/regimentais	5
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	3
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado.	6
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado.	1

4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos

	Processos concluídos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos até 2013	119	19	2
Distribuídos em 2014	60	20	13
Distribuídos em 2015	67	32	23
Distribuídos em 2016	126	56	36
Distribuídos em 2017	256	114	65
Distribuídos em 2018	127	246	133
Distribuídos em 2019	-	183	309
Distribuídos em 2020	-	-	155
Total	755	670	736

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	7
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	3

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	4

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de processos distribuídos	960
Total de processos julgados	1.645
Total de processos baixados	982
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-685
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-22

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	100
Total de feitos não regularizados	3 - Processos de grande complexidade, com diversos réus e provenientes de operações da Polícia Federal.

Total de feitos verificados na inspeção anterior	72
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	871
Processos distribuídos no ano corrente	300
Processos julgados no ano corrente	194
Processos julgados no ano anterior	1.182

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5.320
Pendentes em 31/12/2019	16
Porcentagem de atendimento da meta	99,89%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	402
Pendentes em 31/12/2019	15
Porcentagem de atendimento da meta	113%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.215
Pendentes no último dia do mês anterior	40
Porcentagem de atendimento da meta	99,05%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	431
Pendentes no último dia do mês anterior	30

Porcentagem de atendimento da meta	109,04%
------------------------------------	---------

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016	30
Pendentes em 31/12/2019 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	266
Porcentagem de atendimento da meta	150,42%

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	176
Pendentes no último dia do mês anterior	65
Porcentagem de atendimento da meta	90,61%

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica a esse gabinete criminal.
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica a esse gabinete criminal.
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica a esse gabinete criminal.
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica a esse gabinete criminal.

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2
Pendentes no último dia do mês anterior	0

Porcentagem de atendimento da meta	142,86%
------------------------------------	---------

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	867
Processos baixados no ano anterior	792
Processos julgados no ano anterior	Dados não informados
Processos distribuídos no ano corrente	296
Processos baixados no ano corrente	144
Processos julgados no ano corrente	Dados não informados

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3
Pendentes no último dia do mês anterior	1
Porcentagem de atendimento da meta	95,24%

5.14. META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019

Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	Dados não fornecidos pelo TRF3.
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	Dados não fornecidos pelo TRF3.

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim, cumprir todas as recomendações de julgamento de feitos selecionados e indicados nos itens 2 e 3 do Relatório de Inspeção de 2018 nos prazos de 30, 60 e 90 dias, e de manter o método de trabalho já realizado. No ano de 2019, em que foi realizada a autoinspeção, o gabinete ressaltou que adota a prioridade no julgamento dos processos de réus presos e com prescrição próxima, estabelecendo internamente a recomendação de que fossem julgados os processos com mais de cinco anos no Tribunal e com réus presos autoinspecionados preferencialmente naquele ano.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

Todos os processos citados nas recomendações dos itens 2 e 3 do Relatório de Inspeção de 2018 já foram julgados, tendo sido dada a devida prioridade para o julgamento. Para o cumprimento das recomendações internas da autoinspeção, foi estabelecida distribuição prioritária dos processos para os servidores, juntamente com processos de réus presos e com prescrição próxima. Apenas três processos que eram de prioridade de julgamento naquele ano não tiveram o andamento apontado no formulário, em razão da complexidade dos casos, envolvendo organização criminosa e com fatos apurados no âmbito de operações deflagradas, o que requer cuidadosa análise pormenorizada das provas. Os demais processos que ainda não foram julgados se encontram prontos para inclusão de julgamento, bem como processos com distribuição de até 180 dias, ainda estão pendentes em decorrência dos critérios utilizados pelo gabinete como prioridade, destacando que de qualquer modo serão oportunamente julgados.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Todas as recomendações feitas na inspeção do ano de 2018 foram atendidas, inexistindo pendências e medidas a serem adotadas em relação aos feitos indicados e com prazo sugerido. Na autoinspeção de 2019, como mencionado no tópico anterior, com relação aos três processos pendentes, ressalta-se que já estão sendo analisados para serem julgados ainda no ano de 2020, com a máxima prioridade exigida para o cumprimento da recomendação. Ressalva-se, quanto aos tópicos 4.13 a 4.15, que, no ano de 2019, foram fornecidas tabelas pelo TRF3 com a possibilidade de utilização de filtro para seleção de apenas processos em gabinete. No ano de 2020, foi elaborado painel com dados sem a possibilidade de filtragem, de modo que os números indicados englobam processos não só em gabinete como em outros setores, havendo por essa razão diferença nos números apresentados sobre as respostas do questionário.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

A unidade atendeu as metas do CNJ recomendadas no ano anterior. O gabinete vem conseguindo julgar mais processos do que são distribuídos, conseguindo atingir a meta 1 do CNJ. Da mesma forma, vem mantendo a organização de trabalho de sempre priorizar o julgamento de processos com réus presos e formular tabela de prescrição para controle e ordem de distribuição de trabalho. Conforme item 4.19, dos 100 processos autoinspecionados, apenas três processos que se enquadram na prioridade do gabinete estão ainda em análise e sendo minutados para serem oportunamente julgados, dada a complexidade dos casos, envolvendo vários réus. As metas 2 e 4 também vem sendo observadas pelo gabinete, conforme recomendado, sendo mantida, nesse ano, a prioridade ao cumprimento, bem como às metas 1 e específica 1 do CNJ.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O gabinete mantém método de trabalho de priorizar julgamento de processos de réus presos e com prescrição próxima, bem como realiza mutirões internos para cumprimento das metas; Nos últimos 12 meses, foram distribuídos 960 processos e julgados 1.645 processos, o que demonstra o comprometimento com a Meta 1 do CNJ; Houve redução do acervo de 1.402 para 1.027 nos últimos meses; Redução dos processos cíveis; Os pedidos de vista são analisados rapidamente, sendo dada total prioridade para a retomada do julgamento; O Desembargador Federal Paulo Fontes realiza atendimento pessoalmente aos advogados que assim desejam, reservando períodos para despacho e apresentação de memoriais, inclusive, mantendo a referida prática por meio virtual no atual período; São realizadas reuniões periódicas entre o desembargador federal, assessoria e chefia de gabinete para avaliar cumprimento das metas e produtividade, e com os servidores, para dirimir dúvidas e estabelecer método de trabalho.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
00001659520184030000	14/3/2018	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Julgado em 12 de fevereiro de 2020.		
00081337820094036181	26/9/2018	417 - Apelação Criminal

Observação/Providência: O referido processo será oportunamente analisado e julgado ainda no ano de 2020.		
00003582620184036139	27/2/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Serão tomadas as providências para o agravo regimental ser julgado ainda no ano de 2020.		
00056334820104036102	2/5/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O referido processo está na Vice-Presidência deste Tribunal.		
50320908720194030000	10/12/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Aguardando defesa se manifestar acerca do interesse na manutenção do agravo regimental, tendo em vista a conversão da prisão preventiva do réu em domiciliar.		
00000573220144036103	9/5/2019	324 - Exceção da Verdade
Observação/Providência: Já minutado. Aguardando oportuna inclusão em pauta de julgamento.		
50075922420194030000	29/3/2019	1710 - Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Julgados os embargos de declaração em decisão de 4 de maio de 2020.		
50279241220194030000	25/10/2019	1733 - Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)
Observação/Providência: Será dado andamento aos autos ainda neste mês de maio de 2020.		
50152449220194030000	14/6/2019	1710 - Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Já julgado. Embargos de declaração serão julgados na sessão de 18 de maio de 2020.		
50198462920194030000	5/8/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Julgado em 28 de outubro de 2019. Envio dos autos ao Ministério Público Federal para manifestação acerca dos embargos de declaração.		
50281747920184030000	6/11/2018	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Serão tomadas as providências para o julgamento do feito ainda no ano de 2020.		
50241957520194030000	19/9/2019	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Autos enviados para revisor para oportuna inclusão em sessão de julgamento no ano de 2020.		
50326988520194030000	17/12/2019	1733 - Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)
Observação/Providência: Serão tomadas as providências para dar andamento aos autos em maio de 2020.		
00000108220154036116	12/9/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Com servidor para minuta para julgamento no ano de 2020.		

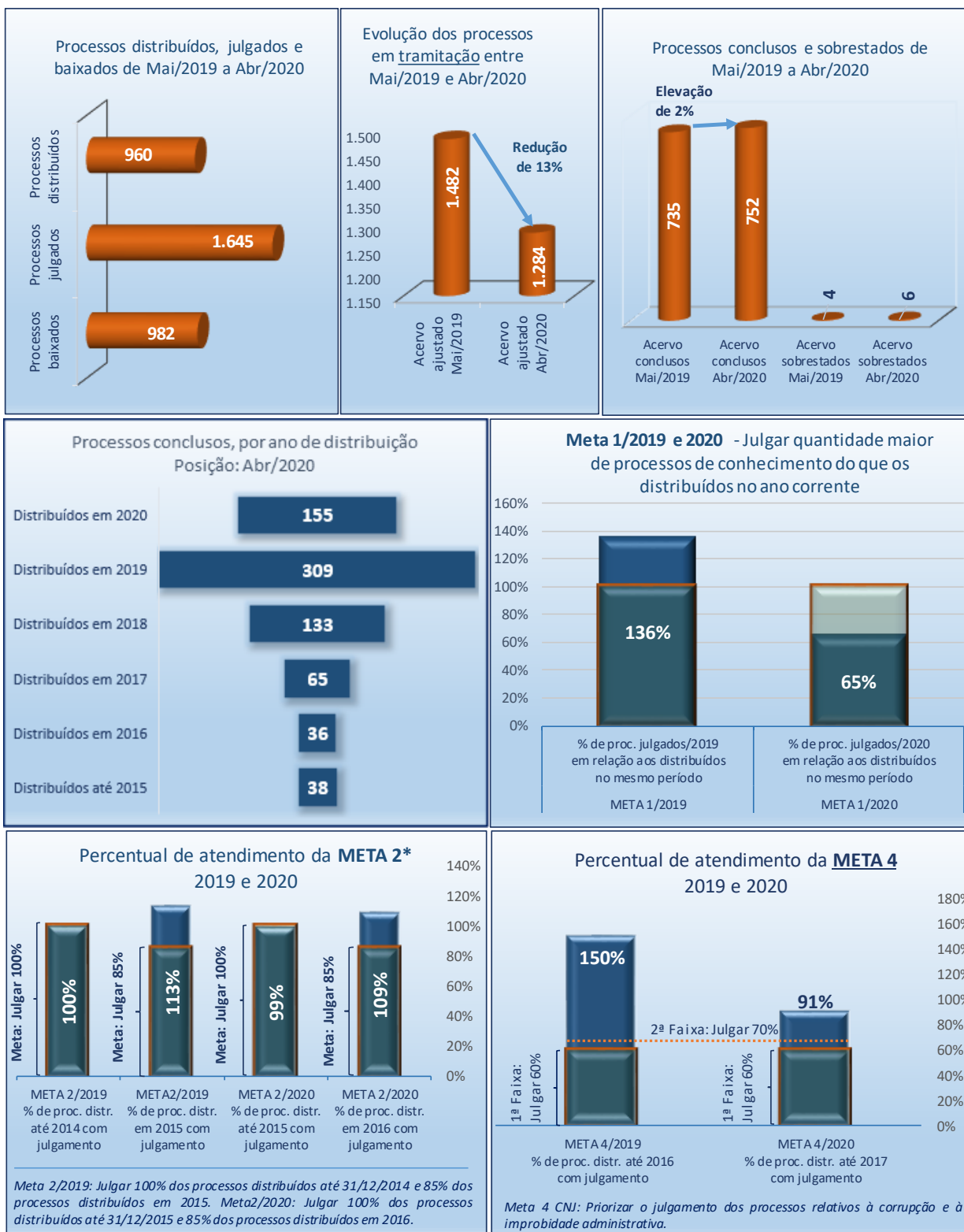
00016820320104036181	21/5/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Já minutado. Aguardando oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
00021709320184036110	2/8/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Já minutado. Aguardando inclusão em sessão de julgamento.		
00004788320184036005	25/2/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Já julgado. Estão pendentes de julgamento os embargos de declaração. Estão minutado, aguardando oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
00022384320184036110	1º/10/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Já minutado. Aguardando inclusão em sessão de julgamento.		
00022635620184036110	1º/10/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Já minutado. Aguardando inclusão em sessão de julgamento.		
00025031820184036119	26/7/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Foi revogada a prisão preventiva do réu. Já se encontra minutado e aguardando inclusão em sessão de julgamento.		
00023074520174036002	11/9/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Serão tomadas todas providências necessárias para que o referido processo seja julgado ainda no ano de 2020.		
00058393820184036181	12/11/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Serão tomadas as providências necessárias para julgamento ainda no ano de 2020.		
00002616020194036181	8/11/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Já minutado. Aguarda oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0000042-39.2019.4.03.6119	6/9/2019	417-Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo julgado em 4 de maio de 2020, após apresentação de voto-vista.		
00000571620174036139	2/8/2018	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Será providenciada a lavratura de acórdão. Voto vencedor proferido.		
00038650520154036105	11/12/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Já minutado. Aguardando inclusão em sessão de julgamento.		
00042232820184036181	13/9/2018	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Oposição de embargos de declaração em face de acórdão que julgou embargos de declaração. Será oportunamente incluído em mesa em sessão de julgamento.		
00052774020164036103	9/5/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Será oportunamente incluído em mesa em sessão de julgamento no ano de 2020.		
0013943-34.2010.4.03.6105	9/9/2014	417-Apelação Criminal

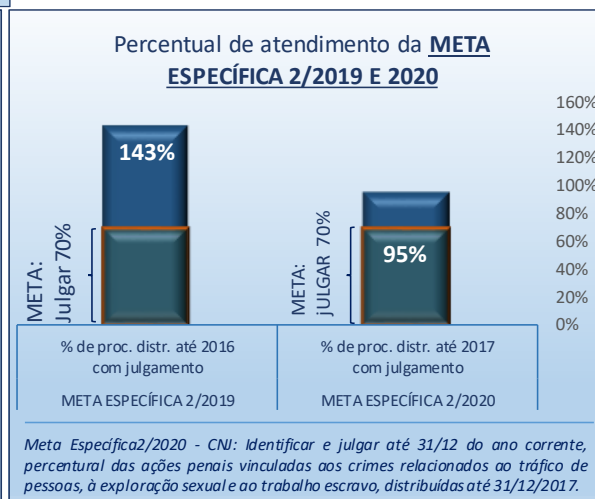
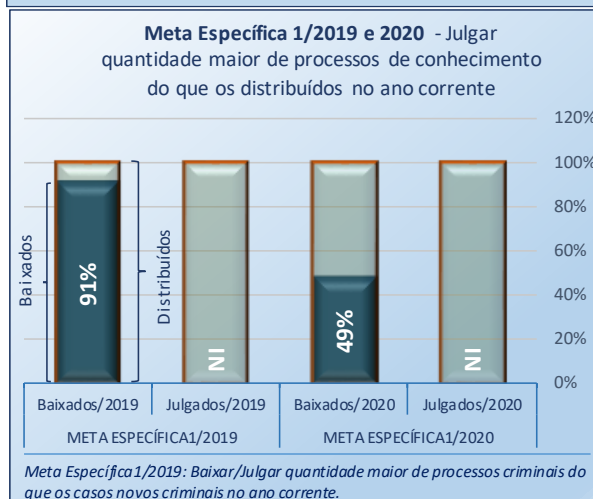
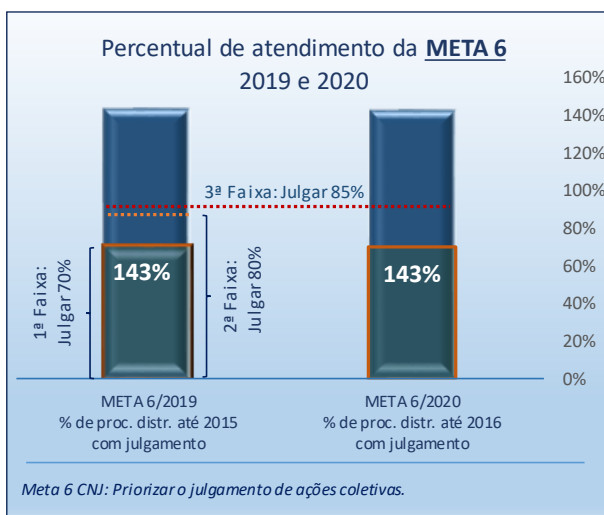
Observação/Providência: O gabinete adota critério de julgar prioritariamente processos com réus presos e com prescrição próxima. De todo modo, serão tomadas as providências necessárias para priorizar o seu julgamento.		
0004323-61.2011.4.03.6105	28/10/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: O gabinete adota critério de julgar prioritariamente processos com réus presos e com prescrição próxima. De todo modo, serão tomadas as providências necessárias para seu julgamento oportuno.		
0006316-66.2011.4.03.6000	4/5/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Já minutado. Aguardando inclusão em sessão de julgamento.		
0000911-86.2011.4.03.6117	19/1/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: O gabinete adota critério de julgar prioritariamente processos com réus presos e com prescrição mais próxima. No entanto, serão tomadas as providências para que o referido processo seja julgado ainda no ano de 2020.		
0013174-21.2008.4.03.6000	5/1/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: O gabinete adota critério de julgar prioritariamente processos com réus presos e com prescrição próxima. De todo modo, serão tomadas as providências necessárias para julgar ainda no ano de 2020.		
0001165-31.2007.4.03.6107	8/4/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: O gabinete adota critério de julgar preferencialmente processos com réus presos e com prescrição próxima. De todo modo, serão tomadas as providências necessárias para o julgamento oportuno.		
0002282-67.2010.4.03.6102	3/6/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: O gabinete adota critério de julgar prioritariamente processos com réus presos e com prescrição próxima. De todo modo, serão tomadas as providências necessárias para julgar o referido processo ainda no ano de 2020.		
0012705-14.2008.4.03.6181	8/7/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: O gabinete adota critério de julgar prioritariamente processos com réus presos e com prescrição próxima. De todo modo, serão tomadas as providências necessárias para priorizar o seu julgamento.		
0006915-54.2005.4.03.6181	13/10/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Já minutado. Aguardando inclusão em sessão de julgamento.		
0001427-81.2007.4.03.6106	23/9/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: O gabinete estabelece ordem de julgar prioritariamente processos com réus presos e com prescrição próxima. De todo modo, serão tomadas providências necessárias para priorizar o julgamento do feito.		
0000336-19.2017.4.03.6004	26/12/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Já minutado. Aguardando oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
1300166-68.1996.4.03.6108	29/1/2014	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Desistência do agravo interno homologada. Serão tomadas as providências necessárias para regular processamento e julgamento.		
1303969-93.1995.4.03.6108	12/5/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Já minutado. Desistência do agravo interno homologada. Serão tomadas as providências necessárias para regular processamento e julgamento.		
0010512-56.2000.4.03.6100	28/10/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Já minutado. Serão tomadas as providências necessárias para dar o regular andamento.		
0720841-04.1991.4.03.6100	28/10/2009	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Já minutado. Serão tomadas as providências necessárias para regular processamento e julgamento.		
0000057-32.2014.4.03.6103	9/5/2019	324 - Exceção da Verdade
Observação/Providência: Já minutado. Aguardando oportuna inclusão em sessão de julgamento.		
0008423-84.2005.4.03.6100	26/5/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Minutado. Aguardando decisão em conflito de competência.		
0008422-02.2005.4.03.6100	26/5/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Já minutado. Aguardando decisão em conflito de competência.		
0021818-17.2003.4.03.6100	29/8/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Minutado. Aguardando julgamento de conflito de competência.		
0005431-18.2016.4.03.6181	17/8/2016	326 - Restituição de Coisas Apreendidas
Observação/Providência: Serão tomadas as providências necessárias para julgamento ainda no ano de 2020.		
0000201-62.2018.4.03.6136	30/11/2018	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Julgado em 24 de junho de 2019.		
0006837-51.2006.4.03.6108	28/9/2017	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Julgado em 18 de julho de 2019. Pendentes embargos de declaração que serão oportunamente analisados e incluídos em mesa em sessão de julgamento.		
5021142-86.2019.4.03.0000	19/8/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Julgado em 7 de maio de 2020.		
5007592-24.2019.4.03.0000	29/3/2019	1710 - Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Julgados os embargos de declaração em 4 de maio de 2020.		
5028174-79.2018.4.03.0000	6/11/2018	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Serão tomadas as providências para o julgamento do feito ainda no ano de 2020.		

5024925-86.2019.4.03.0000	26/9/2019	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Já minutado. Aguardando para inclusão em sessão de julgamento ainda no ano de 2020.		
0043553-14.2000.4.03.6100	16/4/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Já minutado. Serão tomadas as providências para dar regular andamento.		
0011809-05.2007.4.03.6181	21/3/2014	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Já minutado. Aguardando inclusão em sessão de julgamento.		
5019846-29.2019.4.03.0000	5/8/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Julgado em 28 de outubro de 2019. Envio dos autos ao Ministério Público Federal para manifestação acerca dos embargos de declaração.		
5027924-12.2019.4.03.0000	25/10/2019	1733 - Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)
Observação/Providência: Será dado andamento aos autos ainda neste mês de maio de 2020.		
0001854-06.2011.4.03.6117	7/3/2012	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Já minutado. Aguardando inclusão em sessão de julgamento.		
5015244-92.2019.4.03.0000	14/6/2019	1710 - Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Julgado em sessão de 9 de setembro de 2019. Embargos de declaração serão julgados em 18 de maio de 2020.		
5024195-75.2019.4.03.0000	19/9/2019	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Autos enviados para revisor para oportuna inclusão em sessão de julgamento no ano de 2020.		
0010090-60.2009.4.03.6102	22/6/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Já minutado. Aguardando inclusão em sessão de julgamento.		
0006339-96.1994.4.03.6100	3/8/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Já minutado. Aguardando inclusão em sessão de julgamento.		
0000248-14.2018.4.03.0000	14/6/2018	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Julgamento convertido em diligência em 25 de junho de 2018. Os autos retornaram ao gabinete em março e foram remetidos para apresentação de parecer. No momento, está para minuta no gabinete. Será dada prioridade em seu julgamento ainda este ano.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 64 processos selecionados, 56 foram inspecionados. Destes, 46 físicos e 10 eletrônicos.

Em relação aos demais processos da listagem, sete processos constaram em duplicidade, os de n. 0000057-32.2014.4.03.6103, 5007592-24.2019.4.03.0000, 5015244-92.2019.4.03.0000, 5019846-29.2019.4.03.0000, 5024195-75.2019.4.03.0000, 5027924-12.2019.4.03.0000 e 5028174-79.2018.4.03.0000. O processo n. 0005633-48.2010.4.03.6102 não foi inspecionado, porque não se encontrava na unidade, estando na Vice-Presidência desde 6/3/2020.

Os autos físicos foram inspecionados exclusivamente por meio de consulta à movimentação processual, sendo que, em relação aos Processos n. 0000010-82.2015.4.03.6116, 0000358-26.2018.4.03.6139, 0000911-86.2011.4.03.6117, 0001165-31.2007.4.03.6107, 0001682-03.2010.4.03.6181, 0002170-93.2018.4.03.6110, 0002238-43.2018.4.03.6110, 0002263-56.2018.4.03.6110, 0002282-67.2010.4.03.6102,

0002307-45.2017.4.03.6002, 0002503-18.2018.4.03.6119, 0005277-40.2016.4.03.6103, 0006915-54.2005.4.03.6181, 0008133-78.2009.4.03.6181, 0011809-05.2007.4.03.618 e 012705-14.2008.4.03.6181, que tramitam com sigilo, a inspeção foi realizada por meio do extrato processual fornecido à equipe inspecionadora pela unidade.

A fim de viabilizar o registro uniforme dos trabalhos, foram considerados todos os movimentos processuais realizados e registrados no sistema processual até o dia 1º/7/2020, bem como os julgamentos ocorridos até 10/7/2020.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em pauta em 10 dias, ou apresentar em mesa, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

0000057-32.2014.4.03.6103	0000201-62.2018.4.03.6136	0000336-19.2017.4.03.6004
0000358-26.2018.4.03.6139	0000478-83.2018.4.03.6005	0003865-05.2015.4.03.6105
0005277-40.2016.4.03.6103	0005431-18.2016.4.03.6181	0006339-96.1994.4.03.6100
0006837-51.2006.4.03.6108	0008133-78.2009.4.03.6181	0010090-60.2009.4.03.6102
0010512-56.2000.4.03.6100	0043553-14.2000.4.03.6100	1300166-68.1996.4.03.6108
1303969-93.1995.4.03.6108		

b) remeter ao revisor para inclusão prioritária em pauta (processos conclusos há mais de 180 dias):

0000911-86.2011.4.03.6117	0001165-31.2007.4.03.6107	0001427-81.2007.4.03.6106
0002170-93.2018.4.03.6110	0002238-43.2018.4.03.6110	0002263-56.2018.4.03.6110
0002282-67.2010.4.03.6102	0002307-45.2017.4.03.6002	0004323-61.2011.4.03.6105
0005839-38.2018.4.03.6181	0006316-66.2011.4.03.6000	0012705-14.2008.4.03.6181
0013174-21.2008.4.03.6000	0013943-34.2010.4.03.6105	0720841-04.1991.4.03.6100

c) publicar o acórdão **em 10 dias**: 0000165-95.2018.4.03.0000.

d) monitorar periodicamente o conflito de competência n. 0004267-97.2017.4.03.0000, para posterior inclusão em pauta e julgamento no prazo de 60 dias:

0008422-02.2005.4.03.6100	0008423-84.2005.4.03.6100	0021818-17.2003.4.03.6100
---------------------------	---------------------------	---------------------------

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Foram entrevistados o Desembargador Federal Paulo Fontes e as assessoras Fernanda (chefe de gabinete) e Michele (assessora), em 15/6/2020.

O gabinete tem competência criminal, mas, como os demais integrantes do Colegiado (5ª Turma), também acumula competência cível para feitos remanescentes, que não foram redistribuídos quando instituída a especialização em matéria penal e criada a 4ª Seção do Tribunal. Conta com 17 servidores e três estagiários (uma vaga de

servidor e duas de estagiários em aberto), e os dois agentes de segurança, que não atuam nas atividades do gabinete.

A unidade só recebe processos cíveis que retornam para retratação ou por decisão de instâncias superiores, e os processos criminais, seguindo o critério prioritário de evitar a prescrição, mas também observados os réus presos, prioridades legais e Metas do CNJ, são distribuídos mensalmente à equipe pela chefe de gabinete e assessora, divididos por quinzena: na primeira, os servidores trabalham individualmente, e, na segunda, fazem mutirões, para Metas do CNJ (atualmente Meta 2) ou determinada matéria, conforme a distribuição.

A organização do gabinete começa com a triagem dos processos feita por dois servidores, que identificam a matéria, o tipo de processo e critérios prioritários, verificam eventual prevenção, fazem a análise da prescrição e despachos de instrução; colocam essas informações na capa dos autos físicos ou etiquetas no PJe, e organizam os autos em armários ou localizadores eletrônicos. Esses dois servidores, quando possível, também fazem minutas de votos.

A assessora elabora todos os habeas corpus e medidas urgentes; a chefe de gabinete cuida da seção criminal e da parte administrativa da unidade (e-mails, documentos, frequência, pedidos de material etc.), contando com o auxílio de um servidor, que também elabora e atualiza planilhas e tabelas para controle do acervo, e um estagiário de nível médio. Ambas fazem a revisão das pautas e intenso controle mensal de produtividade e acervo, com análise de tabelas e planilhas, verificação do tempo gasto pelos servidores em cada processo (respeitada a variada complexidade), exame de eventuais problemas de produtividade para fins de controle de metas e reuniões mensais com o desembargador federal (e com a equipe, quando necessário), atividade que demanda bastante tempo, a fim de obter maior produtividade; um servidor cuida dos processos cíveis; os feitos criminais são distribuídos à equipe conforme critério da assessoria; e os embargos de declaração são repassados diretamente a quem minudou o voto.

A atividade-fim é executada pelos servidores seguindo a organização do gabinete, a distribuição pela assessoria, e os critérios de prioridade preestabelecidos (prescrição, réus presos e Metas do CNJ); todo o trabalho é desenvolvido no GEDPRO, onde o desembargador federal confere as minutas; há metas individuais fixadas com base na distribuição do mês anterior, e acrescidas de 30% para cumprir a Meta 1; a unidade faz pouco uso de decisões terminativas monocráticas, priorizando a análise pelo Colegiado; e já usava modelos do GEDPRO, mas os servidores estão criando um sistema de fichas por matéria, com indicação dos textos do GEDPRO e PJe para consulta; adotando como prioridade a apresentação de votos-vista na sessão seguinte ao pedido.

A unidade já utilizava o sistema de teletrabalho. Antes da pandemia, eram três servidores nessa modalidade. A partir da suspensão das atividades ordinárias presenciais, todos estão trabalhando remotamente; a digitalização do acervo físico da

unidade (613 processos) está prevista para o mês de julho, mas terão de formar uma equipe – porque a digitalização começa no gabinete, para posterior remessa à empresa contratada –, e ainda não sabem como se dará essa atividade presencial durante a pandemia.

Não há demanda processual para conciliação; o gabinete tem poucas matérias para sobrestamento, em razão de repercussão geral e recursos repetitivos; a unidade não adota política de recompensas; e a capacitação dos servidores é estimulada pelo Tribunal, por reuniões e troca de materiais de estudo, e pelo desembargador federal que, recentemente, organizou um curso sobre tráfico de entorpecentes.

Durante a suspensão das atividades presenciais em razão da pandemia, a unidade vem mantendo o trabalho e a comunicação normalmente, utilizando o acesso remoto à máquina virtual, e-mails e vários grupos em aplicativo de mensagens (*WhatsApp*) para a elucidação de dúvidas e continuidade das atividades do gabinete.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas pela unidade, foram destacadas: a) as dificuldades do PJe, que apresenta uma série de problemas e inconsistências, seja pela ferramenta em si, seja pela falta de suporte, inclusive ao desembargador, que em caso de algum problema, terá que abrir um chamado e esperar; b) as dificuldades na geração de estatísticas e obtenção de dados, e a falta de um sistema mais estável e atualizado de controle.

Todos os processos listados pelo CJF foram inspecionados – com exceção de um que se encontrava em unidade diversa, listado no relatório final – e as pendências existentes foram apontadas na ficha de inspeção, recomendando-se a análise dos apontamentos lançados e a manutenção das metas prioritárias (prescrição, réus presos, prioridades legais e Metas do CNJ) e dos métodos de trabalho positivos, cujos resultados merecem elogios.

A título de colaboração, sugere-se que os problemas relativos ao PJe sejam discutidos entre os órgãos do Colegiado, compilados e reportados à Presidência e ao setor de TI para aprimoramento e correções, o mesmo ocorrendo no tocante aos sistemas de estatística e levantamento de dados.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve expressiva diminuição do montante de processos conclusos (de 2.014 a 752). Uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 735 (2.030 em relação à inspeção anterior), e no mês anterior à inspeção eram 752 (2.014 em relação à inspeção anterior).

Verifica-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 249, na última inspeção, para 47, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio gasto no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 20 meses, enquanto o tempo médio na 4ª Seção equivale a 22 meses. Trata-se de indicador que pode ser aperfeiçoado.

A unidade possui minutas de voto concluídas para processos que constam da lista da inspeção, os quais não podem ainda ser incluídos em pauta em virtude de decisão da Presidência da Turma de que o julgamento de processos físicos, neste período das medidas de saúde pública adotadas para o combate à Covid-19, está restrito àqueles com prescrição iminente ou de réus presos.

14. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 11, dando preferência aos processos de réu preso e identificados com a Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça;

b) Tendo em vista os resultados positivos atingidos com a redução do acervo e do controle de prescrição e de réus presos, recomenda-se que essas estratégias de tratamento prioritário sejam mantidas e acrescentadas as de priorização dos processos antigos – especialmente os processos distribuídos antes da modificação da competência do gabinete, ocorrida há seis anos (2014) –, relativos às Metas do CNJ, notadamente à Meta 2, e incidentes que impactam na jurisdição de 1º grau;

c) Observar os termos da Resolução n. 88/2017, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, para os processos físicos que aportarem no Tribunal, tendo em vista que o referido ato normativo, alterado pela Resolução n. 265/2019, estabeleceu a data de 5/8/2019 como limite para o seu cumprimento quanto a ações e recursos de competência criminal; e

d) Manter os métodos de trabalho que se mostraram convergentes com as necessidades, como já constatado no relatório do item 12, sempre objetivando a redução e a qualificação do acervo, alcançando maior celeridade na resolução das demandas.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL MAURICIO KATO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Mauricio Kato

2.2 Turma

5ª Turma integrante da 4ª Seção

2.3 Competência

Criminal desde a Emenda Regimental n.13/2014 (Diário Eletrônico da Justiça Federal da 3ª Região de 24/6/2014, edição 11/04, p. 2)

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Mauricio Yukikazu Kato

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não se aplica.

3.4 Servidora responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Luciana de Paula Santos - chefe de gabinete (CJ - 2). Início da inspeção em 4/5/2020.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	18
Servidores sem vínculo	zero
Estagiários de nível médio	zero
Estagiários de nível superior	5
Outros	zero

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	968
Processos suspensos/sobrestados	6
Processos conclusos	445
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	zero
Processos em mutirão, Turma suplementar	zero

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete - excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	968
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	1.231
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	445
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	586
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	6
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	5

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior).	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	6
Mandados de segurança	zero
IRDR	zero
IAC	zero
Arguição de inconstitucionalidade	zero
Conflitos de competência	zero
Reclamações	zero
Ações rescisórias	5
Outros	1

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	62
Recursos em mandados de segurança coletivos	zero
Recursos em ações populares	zero
Recursos em ações de improbidade administrativa	zero
Recursos em ações civis públicas	1
Recursos em ações de desapropriação	zero
Recursos em ações com preferência legal	6
Outros	55

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	62
Apelações cíveis	52
Agravos de instrumento	9
Outros	1

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	207
Ações penais	1
Inquéritos	16
Habeas corpus	119
Revisões criminais	37
Outros	34

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	693
Apelações	610
Recursos em sentido estrito	28
Recursos em habeas corpus	444
Recursos em mandado de segurança	zero
Embargos infringentes e de nulidade	21
Outros	3

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	186
Apelações	59
Ações penais	zero
Inquéritos	zero
Habeas corpus	86
Outros	41

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	1
Por IRDR	zero

Por IAC	zero
Por Arguição de Inconstitucionalidade	zero
Por Recurso Especial	zero
Por Recurso Extraordinário	zero

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	40
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	34
Agravos legais/regimentais	7
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	6
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	zero
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	zero

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	2
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	1

4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos conclusos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	76	23	4
Distribuídos em 2014	73	19	1
Distribuídos em 2015	115	27	4
Distribuídos em 2016	302	76	6
Distribuídos em 2017	128	213	18
Distribuídos em 2018	-	157	50
Distribuídos em 2019	-	-	205
Distribuídos em 2020	-	-	135
Total	694	515	423

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	5
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	5

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	10
Total como relator para o acórdão	zero

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	901
Total de processos julgados	1.528
Total de processos baixados	921
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	- 627
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	- 20

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	82
Total de feitos verificados na inspeção anterior	64
Total de feitos não regularizados	6
Total de feitos não regularizados	zero

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	863
Processos julgados no ano anterior	1.121
Processos distribuídos no ano corrente	257
Processos julgados no ano corrente	255

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	7.879
Pendentes em 31/12/2019	9
Porcentagem de atendimento da meta	99,9%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	526
Pendentes em 31/12/2019	2
Porcentagem de atendimento da meta	116,69%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	6.709
Pendentes no último dia do mês anterior	11
Porcentagem de atendimento da meta	99,84%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	467
Pendentes no último dia do mês anterior	5
Porcentagem de atendimento da meta	116,29%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2019 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes em 31/12/2019	567
Porcentagem de atendimento da meta	163,93% - crimes contra administração pública e 166,67% - improbidade administrativa

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes no último dia do mês anterior	200
Porcentagem de atendimento da meta	140,78% - crimes contra administração pública e 166,67% - improbidade administrativa

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	nada consta
Pendentes em 31/12/2019	nada consta
Porcentagem de atendimento da meta	nada consta

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	nada consta
Pendentes no último dia do mês anterior	nada consta
Porcentagem de atendimento da meta	nada consta

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	861
Processos baixados no ano anterior	911
Processos julgados no ano anterior	1.068
Processos distribuídos no ano corrente	257
Processos baixados no ano corrente	118
Processos julgados no ano corrente	253

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	1

Porcentagem de atendimento da meta	126,98%
------------------------------------	---------

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5
Pendentes no último dia do mês anterior	1
Porcentagem de atendimento da meta	114,29%

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019

Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	nada consta
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	nada consta

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim. 1) Cumprir todas as recomendações, a saber: a) julgamento em 90 dias (16 apelações criminais com réus presos); b) julgar em 90 dias (quatro processos da Meta 2/CNJ); c) julgar em 90 dias (julgar quatro embargos declaratórios); e, julgar em 90 dias (17 processos destacados); 2) dar especial atenção a 96 processos criminais com réus presos conclusos; 3) manter método de trabalho que foi elogiado.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

1) Processos foram identificados com etiquetas próprias e divididos entre os servidores para minuta com prioridade, sendo que todos foram julgados, exceto Apelação Criminal n. 0000487-36.2013.403.6000 que baixou ao juízo de origem em 23/10/2019 (5ª Vara Federal de Campo Grande - MS) para cumprir diligência indispensável ao julgamento, sendo que os autos ainda não retornaram à conclusão; 2) Processos foram relacionados em controle específico e, após reorganização das metas e controle rigoroso dos feitos com réu(s) preso(s), o julgamento foi priorizado, de forma que atualmente, uma vez conclusos e em termos, os autos são atribuídos ao servidor responsável (consoante divisão interna de tarefas) para minuta com preferência.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

As pendências constatadas referem-se à autoinspeção realizada no período de 2 a 6 de setembro de 2019: 1) processos com minuta preferencial no prazo de 60 dias (ApCiv 0001612-69.2010.403.6121; ApCrim 0002499-85.2016.403.6107; RvC 5027873-35.2018.403.0000; RvC 5015092-78.2018.403.0000; RvC 5023454-69.2018.403.0000; RvC 5000897-54.2018.403.0000); 2) em razão das contingências trazidas pela pandemia da Covid-19, relacionam-se processos que aguardam disponibilidade de inclusão em pauta de julgamento (ApCrim 0000842-45.2015.403.6107; ApCrim 0005943-87.2016.403.6120; ApCrim 0000266-11.2018.403.6119; ApCrim 0013303-16.2018.403.6181; ApCrim 0009015-85.2016.403.6119; ApCrim 0001417-25.2016.403.6105).

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Diante dos percentuais informados no item 5 (Metas CNJ), a unidade atingiu as metas determinadas. Destaca-se que, no caso da Meta 2, os percentuais apontados (Meta 2/2019 - referência 2014 - 99,9% e referência 2015 - 99,84%) indicam frações decimais inferior a 100% que demandam validação dos dados estatísticos, especialmente após exame da lista analítica dos processos em conjunto com a divisão responsável pelas informações estatísticas desta Corte Regional. Além da manutenção dos métodos até aqui praticados, entende-se importante o ajuste e a validação dos dados estatísticos, aliados ao controle rigoroso e nominal de entrada, movimentação e saída dos processos, com periodicidade máxima trimestral, sem descuidar da prioridade a réus presos e outras prioridades legais.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Registre-se mais uma vez que a equipe, os processos de trabalho e os resultados obtidos são dignos de excelente nota, especialmente quanto à sistemática redução de acervo, sem prejuízo da atenção especial aos feitos com réus presos, prioridades legais e processos das metas do CNJ, o que também demonstra que sua gestão é dinâmica e adaptável às diversas intercorrências de ordem prática e jurídica. Observe-se, ainda, que o gabinete contém acervo em meio físico e eletrônico, o que impõe maior dificuldade, sendo certo que, em alguma medida, a infraestrutura disponível não atende às necessidades, o que ficou muito aparente na conjectura trazida pela pandemia. Isso não obstante, a expectativa é que em curto espaço de tempo o acervo seja exaurido e o gabinete opere mensalmente no objetivo descrito na Meta 1/CNJ, bem como seja

capaz de mapear todos os processos de trabalho em conjunto com o aperfeiçoamento das teses jurídicas, já que também se projeta a elaboração de banco de teses interno.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50327680520194030000	17/12/2019	1710 - Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: O feito foi julgado pelo Colegiado da 5ª Turma na sessão ordinária realizada em 4/5/2020.		
50150927820184030000	2/7/2018	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo repetido. Anotada a prioridade, o processo será remetido para inclusão em pauta de julgamento no prazo de 90 dias.		
00157629320154036181	19/2/2016	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo repetido. O feito tramita em conjunto e com relação de prejudicialidade com o processo 0012754-74.2016.403.6181, o qual não se encontra em termos para julgamento. Isso não obstante, está sob acompanhamento especial e prioritário.		
00079055920164036181	8/9/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: O feito tramita em conjunto e com relação de prejudicialidade com o Processo 0012754-74.2016.403.6181 que não se encontra em termos para julgamento. Isso não obstante, está sob acompanhamento especial e prioritário.		
00083616820104036100	15/10/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo tramita em autos físicos e, diante das medidas restritivas decorrentes da pandemia, por ora, sua movimentação está prejudicada. Isso não obstante, tão logo surja solução institucional para inclusão em pauta de julgamento, o feito será relacionado com prioridade.		
00270037519994036100	30/8/2006	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo repetido. Trata-se de autos físicos prontos para julgamento prioritário em 60 dias. Contudo, aguarda-se solução institucional para inclusão em pauta de julgamento, pois, diante das medidas restritivas decorrentes da pandemia, a movimentação dos autos está prejudicada.		
0008774-23.2006.4.03.6100	8/1/2013	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: A relatoria do feito é do Desembargador Federal Paulo Fontes. O processo está em termos para remessa ao seu gabinete, contudo, em razão da pandemia COVID-19, a movimentação de feitos físicos está prejudicada.		
00001356020184030000	2/3/2018	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo repetido que tramita em autos físicos e, diante das medidas restritivas decorrentes da pandemia COVID-19, por ora, sua movimentação está prejudicada. Isso não obstante, tão logo surja solução institucional para inclusão em pauta de julgamento, o feito será relacionado com prioridade.		
00034579820124030000	8/11/2018	183 - Cautelar Inominada

Observação/Providência: Processo repetido. De qualquer forma, consta trânsito em julgado em 15/4/2019 (apenso ApCiv 0001599-12.2010.403.6108 - em termos para julgamento de embargos declaratórios com inclusão na próxima pauta disponível).		
50006870320194030000	19/1/2019	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: O processo está relacionado para julgamento na sessão ordinária (4ª Seção) designada para 18/6/2020.		
50234546920184030000	21/9/2018	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo repetido. Anotada a prioridade, o processo será remetido para inclusão em pauta de julgamento no prazo de 90 dias.		
50157068320184030000	7/7/2018	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo repetido. O feito está relacionado para julgamento na sessão ordinária (4ª Seção) designada para 18/6/2020.		
00059438720164036120	26/1/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: O feito tramita em autos físicos e encontra-se em termos para julgamento prioritário em 60 dias. Contudo, aguarda-se solução institucional para inclusão em pauta de julgamento, pois, diante das medidas restritivas decorrentes da pandemia COVID-19, a movimentação dos autos está prejudicada.		
00021194420104036181	23/4/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: O feito tramita em autos físicos e encontra-se em termos para julgamento prioritário em 60 dias. Contudo, aguarda-se solução institucional para inclusão em pauta de julgamento, pois, diante das medidas restritivas decorrentes da pandemia COVID-19, a movimentação dos autos está prejudicada.		
00133031620184036181	17/7/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: O feito tramita em autos físicos e encontra-se em termos para julgamento prioritário em 60 dias. Contudo, aguarda-se solução institucional para inclusão em pauta de julgamento, pois, diante das medidas restritivas decorrentes da pandemia COVID-19, a movimentação dos autos está prejudicada.		
00002661120184036119	19/8/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: O feito tramita em autos físicos e encontra-se em termos para julgamento prioritário em 60 dias. Contudo, aguarda-se solução institucional para inclusão em pauta de julgamento, pois, diante das medidas restritivas decorrentes da pandemia COVID-19, a movimentação dos autos está prejudicada.		
00009541820144036117	17/10/2019	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Processo relacionado na Operação Paiva Luz que, dentre outros, envolve a prática do delito de homicídio, o que demanda maior experiência e cuidado no julgamento. Isso não obstante, o feito está incluído nas metas internas da unidade para inclusão em pauta de julgamento, no máximo, em 180 dias.		
0003874-44.2018.4.03.6110	17/10/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: O processo é de relatoria do Desembargador Federal Paulo Fontes, com julgamento adiado por sua indicação na sessão ordinária realizada em 3/2/2020, sendo certo que os autos estão conclusos no gabinete do próprio relator.		
0000227-50.2019.4.03.6128	14/10/2019	417 - Apelação Criminal

Observação/Providência: O processo é de relatoria do Desembargador Federal Paulo Fontes, com julgamento adiado por sua indicação na sessão ordinária realizada em 3/2/2020, sendo certo que os autos estão conclusos no gabinete do próprio relator.		
0002052-42.2012.4.03.6106	4/9/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: O processo é de relatoria do Desembargador Federal Paulo Fontes, com julgamento adiado por sua indicação na sessão ordinária realizada em 3/2/2020, sendo certo que os autos estão conclusos no gabinete do próprio relator.		
0000256-91.2018.4.03.6110	12/9/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: O processo é de relatoria do Desembargador Federal Paulo Fontes, com julgamento adiado por sua indicação na sessão ordinária realizada em 3/2/2020, sendo certo que os autos estão conclusos no gabinete do próprio relator.		
0006982-18.2017.4.03.6110	12/8/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: O processo é de relatoria do Desembargador Federal Paulo Fontes, com julgamento adiado por sua indicação na sessão ordinária realizada em 3/2/2020, sendo certo que os autos estão conclusos no gabinete do próprio relator.		
00123222120174036181	27/6/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: O feito tramita em autos físicos e encontra-se em termos para julgamento prioritário em 60 dias. Contudo, aguarda-se solução institucional para inclusão em pauta de julgamento, pois diante das medidas restritivas decorrentes da pandemia COVID-19, a movimentação dos autos está prejudicada.		
00152868420174036181	26/10/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: O feito tramita em autos físicos e encontra-se em termos para julgamento prioritário em 60 dias. Contudo, aguarda-se solução institucional para inclusão em pauta de julgamento, pois, diante das medidas restritivas decorrentes da pandemia COVID-19, a movimentação dos autos está prejudicada.		
00001672020124036000	30/10/2012	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo está em termos para manifestação da ré-apelante sobre embargos declaratórios opostos pelo MPF. Contudo, os prazos processuais em feitos físicos estão suspensos, por ora até 31/5/2020, em razão das medidas de enfrentamento à emergência de saúde pública decorrentes da pandemia COVID-19.		
00000404020084036124	20/6/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O feito tramita em autos físicos e encontra-se em termos para julgamento prioritário em 60 dias. Contudo, aguarda-se solução institucional para inclusão em pauta de julgamento, pois, diante das medidas restritivas decorrentes da pandemia COVID-19, a movimentação dos autos está prejudicada.		
0052902-42.1999.4.03.0000	6/7/2004	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Inconsistência/Regularização do Sistema Processual: processo baixado ao juízo de origem em 29/11/2011 (antes da assunção do Desembargador Federal Mauricio Kato) em conjunto com processo principal (Processo 0008415-65.1999.403.6182) e reincluídos no sistema processual para fins estatísticos em 27/11/2019 (motivo 307000).		
0003085-57.2004.4.03.6103	18/5/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inconsistência/Regularização do Sistema Processual: Processo remetido ao setor de passagem de autos - TDEA em 24/6/2013 para baixa definitiva (antes da		

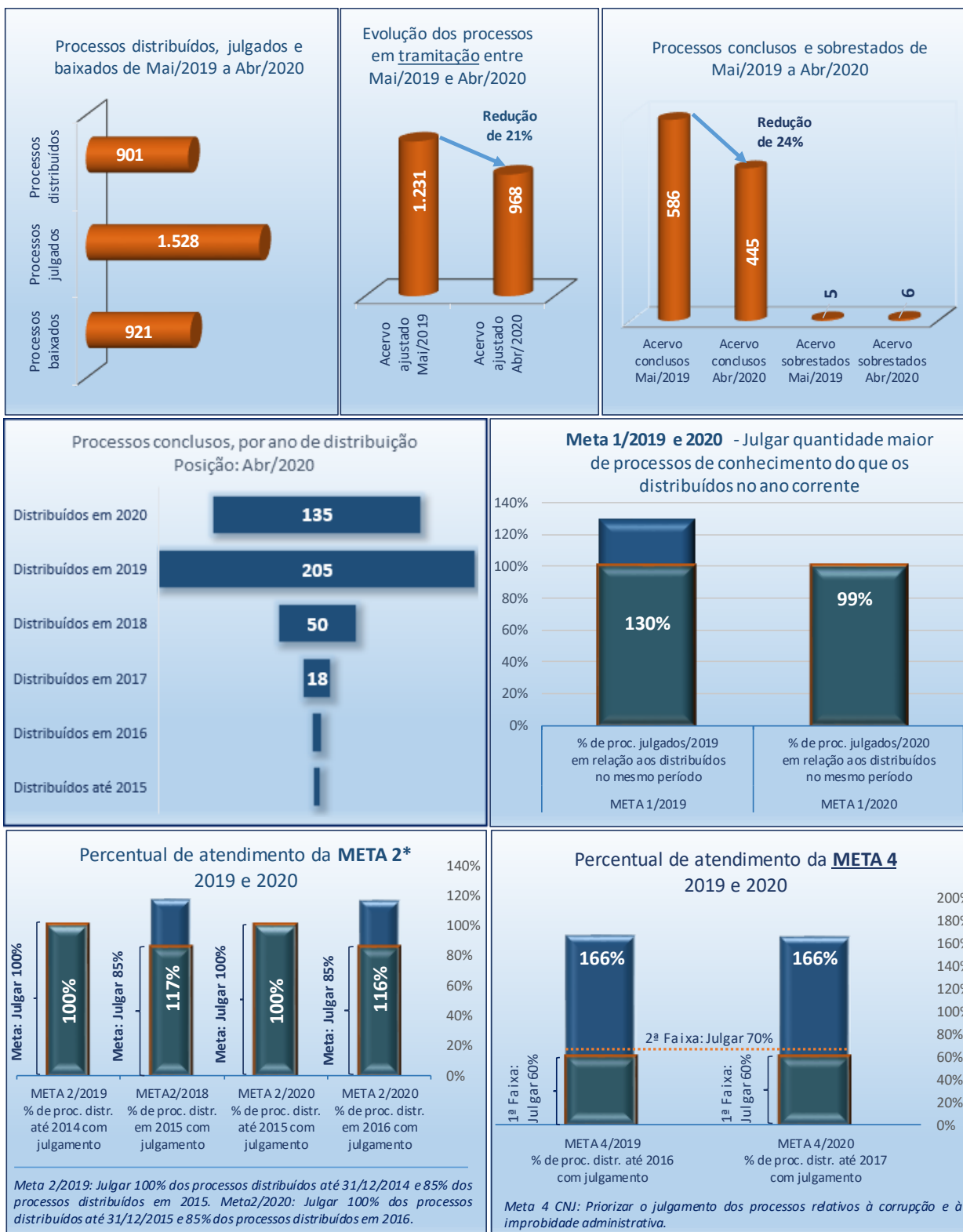
assunção do Desembargador Federal Mauricio Kato) e sob o processamento da subsecretaria da 1ª Turma, de forma que os autos não estão conclusos e pendentes de julgamento.		
0046806-40.2009.4.03.6182	7/5/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgamento sobrestado - Tema 962/STJ		
0019687-41.2008.4.03.6182	23/12/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento sobrestado - Tema 962/STJ		
0031263-36.2005.4.03.6182	3/2/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgamento sobrestado - Tema 962/STJ		
0003565-84.2008.4.03.6106	5/10/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo relacionado na Operação Grandes Lagos, que demanda maior experiência e cuidado no julgamento. Isso não obstante, o feito está incluído nas metas internas da unidade para inclusão em pauta de julgamento, no máximo, em 120 dias.		
0005335-29.2015.4.03.6119	17/2/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: O processo tramita em autos físicos e, diante das medidas restritivas decorrentes da pandemia COVID-19, por ora, sua movimentação está prejudicada. Isso não obstante, tão logo surja solução institucional para inclusão em pauta de julgamento, o feito será relacionado com prioridade.		
0005182-37.2007.4.03.6002	26/6/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: O feito tramita em autos físicos e encontra-se em termos para julgamento prioritário em 60 dias. Contudo, aguarda-se solução institucional para inclusão em pauta de julgamento, pois, diante das medidas restritivas decorrentes da pandemia COVID-19, a movimentação dos autos está prejudicada.		
0012687-80.2010.4.03.6000	4/9/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: O processo tramita em autos físicos e, diante das medidas restritivas decorrentes da pandemia COVID-19, por ora, sua movimentação está prejudicada. Isso não obstante, tão logo surja solução institucional para inclusão em pauta de julgamento, o feito será relacionado com prioridade.		
0013625-70.2013.4.03.6000	4/12/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: O processo tramita em autos físicos e, diante das medidas restritivas decorrentes da pandemia COVID-19, por ora, sua movimentação está prejudicada. Isso não obstante, tão logo surja solução institucional para inclusão em pauta de julgamento, o feito será relacionado com prioridade.		
0001648-88.2008.4.03.9999	15/1/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgamento sobrestado - Tema 962/STJ		
0000135-60.2018.4.03.0000	2/3/2018	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: O processo tramita em autos físicos e, diante das medidas restritivas decorrentes da pandemia COVID-19, por ora, sua movimentação está prejudicada. Isso não obstante, tão logo surja solução institucional para inclusão em pauta de julgamento, o feito será relacionado com prioridade.		
5015706-83.2018.4.03.0000	7/7/2018	428 - Revisão Criminal

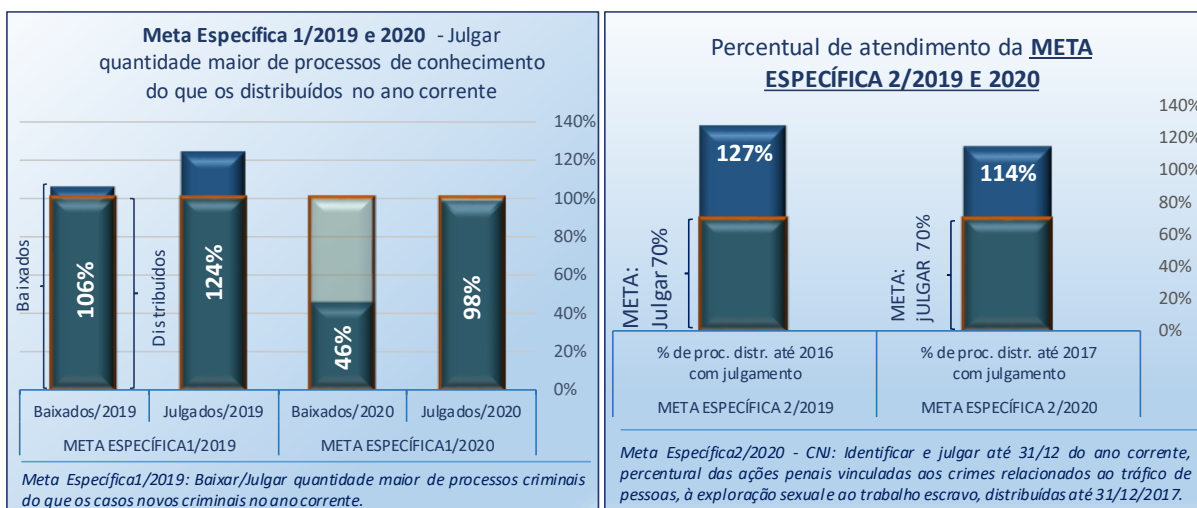
Observação/Providência: O processo está relacionado para julgamento na sessão ordinária (4ª Seção) designada para 18/6/2020.		
0023088-62.2011.4.03.0000	11/9/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo está em termos para manifestação em embargos declaratórios (art.1.023, § 2º, do CPC). Contudo, os prazos processuais em feitos físicos estão suspensos, por ora até 31/5/2020, em razão das medidas de enfrentamento à emergência de saúde pública decorrentes da pandemia COVID-19.		
0029372-33.2004.4.03.0000	11/9/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo está em termos para manifestação em embargos declaratórios (art.1.023, § 2º, do CPC). Contudo, os prazos processuais em feitos físicos estão suspensos, por ora até 31/5/2020, em razão das medidas de enfrentamento à emergência de saúde pública decorrentes da pandemia COVID-19.		
5023454-69.2018.4.03.0000	21/9/2018	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Anotada a prioridade, o processo será remetido para inclusão em pauta de julgamento no prazo de 90 dias.		
0023363-70.2000.4.03.6119	23/10/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo tramita em autos físicos e, diante das medidas restritivas decorrentes da pandemia COVID-19, por ora, sua movimentação está prejudicada. Isso não obstante, tão logo surja solução institucional para inclusão em pauta de julgamento, o feito será relacionado com prioridade.		
0014446-74.2017.4.03.6181	29/1/2018	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: O feito tramita em conjunto e com relação de prejudicialidade com o Processo 0012754-74.2016.403.6181 que não se encontra em termos para julgamento. Isso não obstante, está sob acompanhamento especial e prioritário.		
5000897-54.2019.4.03.0000	22/1/2019	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Anotada a prioridade, o processo será remetido para inclusão em pauta de julgamento no prazo de 90 dias.		
5006747-89.2019.4.03.0000	21/3/2019	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Anotada a prioridade, o processo será remetido para inclusão em pauta de julgamento no prazo de 90 dias.		
5000687-03.2019.4.03.0000	19/1/2019	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo repetido. O feito está relacionado para julgamento na sessão ordinária (4ª Seção) designada para 18/6/2020.		
0001612-69.2010.4.03.6121	3/12/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo tramita em autos físicos e, diante das medidas restritivas decorrentes da pandemia COVID-19, por ora, sua movimentação está prejudicada. Isso não obstante, tão logo surja solução institucional para inclusão em pauta de julgamento, o feito será relacionado com prioridade.		
5025063-87.2018.4.03.0000	5/10/2018	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: O processo está pautado para julgamento na sessão ordinária (4ª Seção) designada para 21/5/2020.		

0004283-51.2017.4.03.0000	7/12/2017	309 - Pedido de Busca e Apreensão Criminal
Observação/Providência: O feito está relacionado no bojo da Operação Prato Feito que envolve diversos outros procedimentos em tramitação conjunta, de modo que não está em termos para julgamento. Isso não obstante, submete-se a acompanhamento especial e prioritário.		
0003457-98.2012.4.03.0000	8/11/2018	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Processo com trânsito em julgado em 15/4/2019 (apenso ApCiv 0001599-12.2010.403.6108 - em termos para julgamento de embargos declaratórios com inclusão na próxima pauta disponível).		
0000142-18.2019.4.03.0000	16/8/2019	307-Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: O feito tramitou originalmente em meio físico e, convertido em processo judicial eletrônico - PJe (Processo 5021365-39.2019.403.0000), recebeu decisão monocrática que homologou pedido de desistência da parte impetrante (id. 90408744), com trânsito em julgado em 27/11/2019 (id. 90785925).		
0031404-54.1998.4.03.6100	23/3/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O feito tramita em autos físicos e encontra-se em termos para julgamento prioritário em 60 dias. Contudo, aguarda-se solução institucional para inclusão em pauta de julgamento, pois, diante das medidas restritivas decorrentes da pandemia COVID-19, a movimentação dos autos está prejudicada.		
0059086-47.1999.4.03.6100	16/4/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O feito tramita em autos físicos e encontra-se em termos para julgamento prioritário em 60 dias. Contudo, aguarda-se solução institucional para inclusão em pauta de julgamento, pois, diante das medidas restritivas decorrentes da pandemia COVID-19, a movimentação dos autos está prejudicada.		
5015092-78.2018.4.03.0000	2/7/2018	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Anotada a prioridade, o processo será remetido para inclusão em pauta de julgamento no prazo de 90 dias.		
0005281-32.2019.4.03.6181	1º/10/2019	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: O processo tramita em autos físicos e, diante das medidas restritivas decorrentes da pandemia COVID-19, por ora, sua movimentação está prejudicada. Isso não obstante, tão logo surja solução institucional para inclusão em pauta de julgamento, o feito será relacionado com prioridade.		
5000332-90.2019.4.03.0000	11/1/2019	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Anotada a prioridade, o processo será remetido para inclusão em pauta de julgamento no prazo de 90 dias.		
0038281-59.2012.4.03.9999	25/9/2012	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo está em termos para manifestação em embargos declaratórios (art.1023, § 2º, do CPC). Contudo, os prazos processuais em feitos físicos estão suspensos, por ora até 31/5/2020, em razão das medidas de enfrentamento à emergência de saúde pública decorrentes da pandemia COVID-19.		
0008166-50.2015.4.03.6119	29/12/2017	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade

Observação/Providência: O processo tramita em autos físicos e, diante das medidas restritivas decorrentes da pandemia COVID-19, por ora, sua movimentação está prejudicada. Isso não obstante, tão logo surja solução institucional para inclusão em pauta de julgamento, o feito será relacionado com prioridade.		
0004721-13.2003.4.03.6000	14/11/2012	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: O processo está relacionado para julgamento na sessão ordinária (4ª Seção) designada para 18/6/2020 (autos com revisor).		
0027003-75.1999.4.03.6100	30/8/2006	1728 - Apelação Remessa Necessária
Observação/Providência: O feito tramita em autos físicos e encontra-se em termos para julgamento prioritário em 60 dias. Contudo, aguarda-se solução institucional para inclusão em pauta de julgamento, pois, diante das medidas restritivas decorrentes da pandemia COVID-19, a movimentação dos autos está prejudicada.		
0064289-35.1999.4.03.6182	14/6/2004	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O feito tramita em autos físicos e encontra-se em termos para julgamento prioritário em 60 dias. Contudo, aguarda-se solução institucional para inclusão em pauta de julgamento, pois, diante das medidas restritivas decorrentes da pandemia COVID-19, a movimentação dos autos está prejudicada.		
0015762-93.2015.4.03.6181	19/2/2016	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: O feito tramita em conjunto e com relação de prejudicialidade com o Processo 0012754-74.2016.403.6181 que não se encontra em termos para julgamento. Isso não obstante, está sob acompanhamento especial e prioritário.		
5029368-80.2019.4.03.0000	12/11/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: O feito foi julgado pelo Colegiado da 5ª Turma na sessão ordinária realizada em 4/5/2020 (embargos declaratórios).		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 64 processos selecionados, 50 foram inspecionados. Destes, 41 físicos e nove eletrônicos.

Em relação aos demais processos da listagem, oito processos constaram em duplicidade, os de n. 0000135-60.2018.4.03.0000, 0003457-98.2012.4.03.0000, 0015762-93.2015.4.03.6181, 0027003-75.1999.4.03.6100, 5000687-03.2019.4.03.0000, 5015092-78.2018.4.03.0000, 5015706-83.2018.4.03.0000 e 5023454-69.2018.4.03.0000. Outros sete processos não foram inspecionados, sendo que seis deles porque não se encontravam na unidade, os quais serão listados ao final deste tópico, e um porque não foi possível aferir a sua regularidade por meio do extrato de informação processual.

Os autos físicos foram inspecionados exclusivamente por meio de consulta à movimentação processual, sendo que, em relação aos Processos n. 0000256-91.2018.4.03.6110, 0000954-18.2014.4.03.6117, 0003565-84.2008.4.03.6106, 0004283-51.2017.4.03.0000, 0006982-18.2017.4.03.6110, 0007905-59.2016.4.03.6181, 0013303-16.2018.4.03.6181, 0013625-70.2013.4.03.6000, 0014446-74.2017.4.03.6181 e 5032768-05.2019.4.03.0000, que tramitam com sigilo, a inspeção foi realizada por meio do extrato processual fornecido à equipe inspecionadora pela unidade.

A fim de viabilizar o registro uniforme dos trabalhos, foram considerados todos os movimentos processuais realizados e registrados no sistema processual até 1º/7/2020, bem como os julgamentos ocorridos até 10/7/2020.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema:

0003085-57.2004.4.03.6103	0052902-42.1999.4.03.0000
---------------------------	---------------------------

b) incluir em pauta em 10 dias, ou apresentar em mesa, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

0000040-40.2008.4.03.6124	0000954-18.2014.4.03.6117	0001612-69.2010.4.03.6121
0005281-32.2019.4.03.6181	0007905-59.2016.4.03.6181	0008361-68.2010.4.03.6100
0012322-21.2017.4.03.6181	0014446-74.2017.4.03.6181	0015286-84.2017.4.03.6181
0015762-93.2015.4.03.6181	0023363-70.2000.4.03.6119	0027003-75.1999.4.03.6100
0031404-54.1998.4.03.6100	0059086-47.1999.4.03.6100	0064289-35.1999.4.03.6182
5000332-90.2019.4.03.0000		

c) incluir em pauta, ou apresentar em mesa, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias), assim que esgotado o prazo da intimação para contrarrazões:

0000167-20.2012.4.03.6000	0023088-62.2011.4.03.0000	0029372-33.2004.4.03.0000
0038281-59.2012.4.03.9999		

d) remeter ao revisor para inclusão prioritária em pauta quando do retorno oficial às atividades presenciais, priorizando as ações penais com réus presos:

0000135-60.2018.4.03.0000	0000266-11.2018.4.03.6119	0002119-44.2010.4.03.6181
0003565-84.2008.4.03.6106	0005182-37.2007.4.03.6002	0005335-29.2015.4.03.6119
0005943-87.2016.4.03.6120	0008166-50.2015.4.03.6119	0012687-80.2010.4.03.6000
0013303-16.2018.4.03.6181	0013625-70.2013.4.03.6000	

e) remeter ao relator do acórdão, no prazo de **20 dias**: 0008774-23.2006.4.03.6100.

f) regularizar a fase processual no sistema e promover o andamento:

0001648-88.2008.4.03.9999	0003457-98.2012.4.03.0000	0019687-41.2008.4.03.6182
0031263-36.2005.4.03.6182	0046806-40.2009.4.03.6182	

Os sete processos que não foram inspecionados por não se encontrarem na unidade são os seguintes:

0000227-50.2019.4.03.6128	Processo de outro gabinete e no qual o Desembargador Kato é revisor, sendo que a revisão foi finalizada no mês de janeiro de 2020, com julgamento adiado na sessão de 3/2/2020 pelo relator.
0000256-91.2018.4.03.6110	Processo de outro gabinete e no qual o Desembargador Kato é revisor, com julgamento adiado na sessão de 3/2/2020 pelo relator.
0002052-42.2012.4.03.6106	Processo de outro gabinete e no qual o Desembargador Kato é revisor sendo que a revisão foi finalizada no mês de janeiro de 2020, com julgamento adiado na sessão de 3/2/2020 pelo relator.

0003874-44.2018.4.03.6110	Processo de outro gabinete e no qual o Desembargador Kato é revisor, com julgamento adiado na sessão de 3/2/2020 pelo relator.
0006982-18.2017.4.03.6110	Processo de outro gabinete e no qual o Desembargador Kato é revisor, com julgamento adiado na sessão de 3/2/2020 pelo relator.
0003085-57.2004.4.03.6103	Processo baixado ao juízo de origem.
0004283-51.2017.4.03.0000	Pedido de busca e apreensão em relação ao qual não foi possível, por meio do extrato do SIAPRO, constatar a necessidade ou não de o procedimento ser mantido ativo.

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Foram entrevistados o Desembargador Federal Maurício Kato e a assessoria, Luciana (chefe de gabinete) e Leica (assessora), em 24/6/2020.

O gabinete tem competência criminal, mas, como os demais integrantes do Colegiado (5ª Turma), também acumula competência cível para feitos remanescentes, que não foram redistribuídos quando instituída a especialização em matéria penal e criada a 4ª Seção do Tribunal. Conta com 18 servidores e cinco estagiários, sendo que uma vaga será aberta em breve, por aposentadoria, tem apenas um agente de segurança, que não atua nas atividades do gabinete, e a segunda vaga de agente de segurança é ocupada por servidor concursado requisitado que não é do quadro do Tribunal.

A unidade só recebe processos cíveis que retornam para retratação ou por decisão de instâncias superiores, e a distribuição criminal, observados os critérios prioritários (data de prescrição, réus presos, metas do CNJ e a antiguidade), é dividida em grupos de especialistas, de acordo com a matéria, e a experiência dos servidores com determinados processos. Sempre que necessário, conforme a dinâmica do gabinete e a distribuição, há remanejamentos, a fim de evitar a sobrecarga de servidor.

A organização do gabinete começa com a triagem dos processos, feita pela chefe de gabinete, com identificação da matéria, tipo de processo e planilha de prioridades, inclusive a prescrição, na capa dos autos físicos, e a localização dos autos em armários organizados da mesma forma (com a mesma planilha na porta e prateleiras identificadas) ou distribuição imediata ao servidor responsável nos casos urgentes. Os processos eletrônicos, ainda em quantidade reduzida, são triados e distribuídos da mesma forma, com utilização de etiquetas, pela servidora que trabalha com o PJe.

A assessora elabora todas as liminares, votos e revisão de pauta dos habeas corpus, mandados de segurança e agravos internos; a chefe de gabinete cuida da parte administrativa da unidade (e-mails, documentos, frequência, pedidos de material, processos SEI etc.), faz a revisão de pauta dos demais feitos e todos os despachos de instrução e, com a ajuda de uma servidora, encarrega-se da padronização (formato e conteúdo) e organização dos modelos do gabinete, pelo sistema GEDPRO e em arquivo

próprio (banco de teses) – a ser usado como principal ferramenta de padronização e rápida localização dos posicionamentos do desembargador federal quando for desativado o GEDPRO. Além disso, realiza o controle da produtividade e do acervo; os demais feitos criminais são distribuídos à equipe de acordo com a especialização; os embargos de declaração são repassados diretamente a quem minutou o voto.

A atividade-fim é executada pelos servidores de acordo com a especialização em cada matéria, seguindo os critérios de prioridade preestabelecidos (prescrição, réus presos, metas do CNJ e antiguidade). O trabalho é desenvolvido no Word; a conferência das minutas – as quais são previamente alinhadas quanto à forma e ao conteúdo – é feita pelo desembargador federal, e, após aprovação, são passadas para o PJe. Não há metas individuais, em razão da variada complexidade dos feitos; cada servidor administra seus processos seguindo a lista de prioridades preestabelecida. O gabinete mantém metas coletivas (200 processos no mês, por exemplo, divididos entre os servidores), baseando-se no comprometimento da equipe, que é coesa e responsável. A unidade evita decisões terminativas monocráticas, priorizando a análise pelo Colegiado, faz uso de modelos, organizados no GEDPRO e no banco de teses, cujas alterações são sempre avisadas à equipe pela chefe de gabinete e adota como prioridade a apresentação de votos-vista em duas sessões, mas isso nem sempre é possível.

Não havia servidores em teletrabalho antes da pandemia, com exceção de uma servidora, em caráter experimental, que residia em outro Estado e só trabalhava com o PJe. A partir da suspensão das atividades ordinárias presenciais, todos estão trabalhando remotamente e, com autorização do desembargador federal, os próprios servidores deslocam-se até o Tribunal, de quinze em quinze dias, para buscar ou fotografar autos físicos e devolver os já concluídos. A chefe de gabinete, com a mesma frequência, tem ido ao gabinete para organizar as pautas provisórias, pois estavam pautando apenas feitos eletrônicos. O gabinete pretende organizar uma equipe para digitalização presencial de autos físicos no próprio gabinete, mas a iniciativa ainda está em estudo.

Atualmente, não há demanda processual para conciliação, embora muito estimulada quando o acervo cível era consideravelmente maior. O gabinete tem três processos sobrestados por Repercussão Geral (Tema 962). A unidade adota política de recompensas (folga no aniversário e sistema de rodízio de folgas, com “pontes” em feriados, sempre que atingida meta coletiva específica). A capacitação dos servidores é fortemente estimulada pelo desembargador federal, mas pelo Tribunal poderia ser melhorada.

Mesmo com os obstáculos iniciais – dificuldades tecnológicas, falta de suporte técnico, falta de equipamentos (alguns foram adquiridos pelos próprios servidores) e dificuldades para a retirada de autos físicos pelos servidores (especialmente os que não contam com o estacionamento do Tribunal e os que dependem do transporte coletivo) –

, durante a suspensão das atividades presenciais em razão da pandemia, a unidade vem mantendo o trabalho e a comunicação normalmente, utilizando todas as ferramentas disponíveis para a interação da equipe, elucidação de dúvidas e continuidade das atividades, tais como: o acesso remoto à máquina virtual, e-mails e aplicativos de mensagens em grupo (*WhatsApp*).

Dentre as principais dificuldades enfrentadas, foram destacadas: a) obstáculos iniciais em razão da pandemia, que acarretaram atraso nas atividades; b) impossibilidade de criação de textos pelo GEDPRO a distância (possível somente na sede do Tribunal); c) dificuldades na geração de estatísticas e obtenção de dados, e ausência de um sistema mais estável de controle; d) pouca oferta de cursos específicos em matéria criminal, bem como de formação na área de gestão de pessoas com apoio institucional; e) dificuldades do PJe, que apresenta uma série de problemas e inconsistências – duplicidade de ementas; injustificada duplicação de feitos; problemas com a assinatura de documentos; insuficiência do sistema de etiquetas; ausência de nomenclatura técnica; arquitetura inapropriada, inexistência de padronização única de formato e critérios básicos na digitalização do 1º e 2º graus; problemas na identificação de possível prevenção; precário sistema de pesquisa de documentos, que praticamente inviabiliza a atividade no PJe; limitações do editor de textos; dentre outros –, além da dificuldade e demora para as respectivas soluções, apesar da colaboração da equipe de TI do Tribunal e dos avanços já obtidos, conforme citado no item “c”.

Todos os processos listados pelo CJF foram inspecionados – com exceção dos que se encontravam em unidade diversa e daqueles em que não foi possível aferir a regularidade a partir do extrato de movimentação processual, listados no relatório final – e as pendências existentes foram apontadas na ficha de inspeção, recomendando-se a análise dos apontamentos lançados, mas também a manutenção dos métodos de trabalho, merecendo especial destaque a organização da unidade e a preocupação com a gestão da equipe, no sentido de manter um ambiente de confiança mútua e dedicação e comprometimento dos servidores, cujos resultados, gestão responsável do acervo e planejamento com metas factíveis para o gabinete, merecem elogios.

A título de colaboração, sugere-se: a) que os problemas relativos ao PJe sejam discutidos entre os órgãos do Colegiado, compilados e reportados à Presidência e ao setor de TI para aprimoramento e correções, o mesmo ocorrendo no tocante aos sistemas de estatística e levantamento de dados; b) examinar a possibilidade de eventual pedido de empréstimo dos equipamentos usados no gabinete pelos servidores que estão trabalhando remotamente por conta das medidas de saúde pública, a fim de otimizar as atividades durante a suspensão das atividades presenciais.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 1.026 a 445), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que no início do 12º mês anterior eram 586 (2.490 em relação à inspeção anterior), e no mês anterior à inspeção eram 445 (1.026 em relação à inspeção anterior).

Verifica-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 352, na última inspeção, para 40, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio gasto no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 13 meses, enquanto que o tempo médio, na 4ª Seção, equivale a 22 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, por ser bastante inferior à referida média.

Em relação às pendências de julgamento, importa ressaltar que a unidade inspecionada informou, em relatório, que aguarda solução institucional, durante as medidas de saúde de combate à Covid-19, para a inclusão em pauta de processos físicos, sendo este o tipo de processo que restou com pendências ao final da inspeção, estando regularizados os processos eletrônicos selecionados inicialmente.

Outrossim, as medidas adotadas pela unidade, a par de diminuir o número de processos conclusos e de embargos de declaração não julgados, também refletiram na redução do acervo total que, de 1.231 processos na última inspeção, passou a 968 nesta.

14. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 11, dando preferência aos processos referentes a réu preso e identificados com a Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça;

b) oficiar o juízo de 1º grau a fim de que seja solicitada prioridade na realização da perícia relativa ao Processo n. 0000487-36.2013.403.0000, diante do tempo decorrido, considerando que a baixa em diligência não interrompe nem suspende o curso da prescrição e a apelação foi distribuída ao Tribunal em 3/4/2017;

c) observar os termos da Resolução n. 88/2017, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, para os processos físicos que aportarem no Tribunal, tendo em vista que o referido ato normativo, alterado pela Resolução n. 265/2019, estabeleceu a data de 5/8/2019 como limite para o seu cumprimento quanto a ações e recursos de competência criminal; e

d) manter os métodos de trabalho que se mostraram acertados e consistentes, como já constatado no item 12, sempre objetivando a redução e qualificação do acervo, com os parâmetros já adotados de controle de prescrição e prioridade os referentes a réus presos, processos identificados como metas do CNJ, incidentes que impactam na jurisdição de 1º grau, processos antigos e recursos internos de julgamentos do Tribunal.

GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL FÁBIO PRIETO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Fábio Prieto

2.2 Turma

6ª Turma

2.3 Competência

2ª Seção: Direito Público

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Fábio Prieto.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

O Juiz Federal Leonel Ferreira, no período de 6 de maio a 18 de junho de 2019, e a Juíza Federal Leila Paiva, no período de 7 de janeiro a 21 de fevereiro de 2020.

3.4 Servidoras responsáveis pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Patrícia Avallone - assessora e Deborah Zalc - chefe de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	16
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	3.665
Processos suspensos/sobrestados	1.887
Processos conclusos	1.915
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete - excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	3.665
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	3.520
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	1.915
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.892
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	1.887
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.744

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Prejudicada
Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Prejudicada
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior).	Prejudicada
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	91
Mandados de segurança	2
IRDR	1
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	30
Reclamações	0
Ações rescisórias	17
Outros	41

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	3.571
Recursos em mandados de segurança coletivos	23
Recursos em ações populares	8
Recursos em ações de improbidade administrativa	88
Recursos em ações civis públicas	112
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	175
Outros	3.151

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	3.571
Apelações cíveis	2.515
Agravos de instrumento	915
Outros	139

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	3
Ações penais	0
Inquéritos	3
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	1.583
Por IRDR	0

Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	1.359

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	232
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	180
Agravos legais/regimentais	187
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	166
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	1
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	1

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	421
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	90

4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos concluídos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	333	117	40
Distribuídos em 2014	288	108	42
Distribuídos em 2015	449	187	58
Distribuídos em 2016	698	259	80
Distribuídos em 2017	846	273	90
Distribuídos em 2018	330	505	164
Distribuídos em 2019	-	269	947
Distribuídos em 2020	-	-	460
Total	2.944	1.718	1.881

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	4
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	4

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	1
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	2.522
Total de processos julgados	4.487
Total de processos baixados	2.147
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos – total de processos julgados)	-1.965
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos – total de processos baixados)	375

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	101
Total de feitos não regularizados	11
Total de feitos verificados na inspeção anterior	123
Total de feitos não regularizados	10

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	2.459
Processos julgados no ano anterior	2.234
Processos distribuídos no ano corrente	768
Processos julgados no ano corrente	881

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.654
Pendentes em 31/12/2019	164
Porcentagem de atendimento da meta	95,02%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.249
Pendentes em 31/12/2019	52
Porcentagem de atendimento da meta	112,85%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.992
Pendentes no último dia do mês anterior	177
Porcentagem de atendimento da meta	95,51%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.377
Pendentes no último dia do mês anterior	66
Porcentagem de atendimento da meta	111,74%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	65
Pendentes em 31/12/2019	22
Porcentagem de atendimento da meta	112,82%

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	65
Pendentes no último dia do mês anterior	29
Porcentagem de atendimento da meta	92,31%

5.8 META 5/CNJ– Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	0
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	0

Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	0
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	0

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	11
Pendentes em 31/12/2019	4
Porcentagem de atendimento da meta	63,49%

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	11
Pendentes no último dia do mês anterior	5
Porcentagem de atendimento da meta	77,92%

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e Impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	1
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	1

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Prioridade ao julgamento das ações coletivas, cumprimento das metas do CNJ e julgar os processos com pedido de vista.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

Tramitação célere do acervo em geral, tanto dos processos antigos quanto dos mais recentes.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Prioridade no julgamento das ações coletivas. Apesar da alta complexidade das ações civis públicas, as metas estão sendo cumpridas.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Julgar mais processos do que os distribuídos. Priorizar os mais antigos e as ações coletivas.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

As metas fixas do gabinete são o julgamento dos processos mais antigos e a redução do acervo. A maior dificuldade refere-se à própria natureza da matéria da 2ª Seção, bastante complexa e diversificada. Nesse contexto, foram formadas equipes de trabalho com objetivos específicos, constantemente avaliadas, para melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis e cumprimento das metas de trabalho previamente estabelecidas.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
50018696220164036100	8/5/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
50042137920174036100	19/7/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Despacho de mero expediente. Após, incluir em pauta de julgamento.		
50069652420174036100	6/7/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
50218590520174036100	13/12/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
00022116420084036125	6/4/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
00020022520084036116	27/7/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
00019890820084036122	26/4/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
00016808420084036122	9/3/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
00016427220084036122	12/4/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
00013105020084036108	28/8/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
00046008320164030000	30/3/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
00194521520164030000	27/10/2016	202 - Agravo de Instrumento

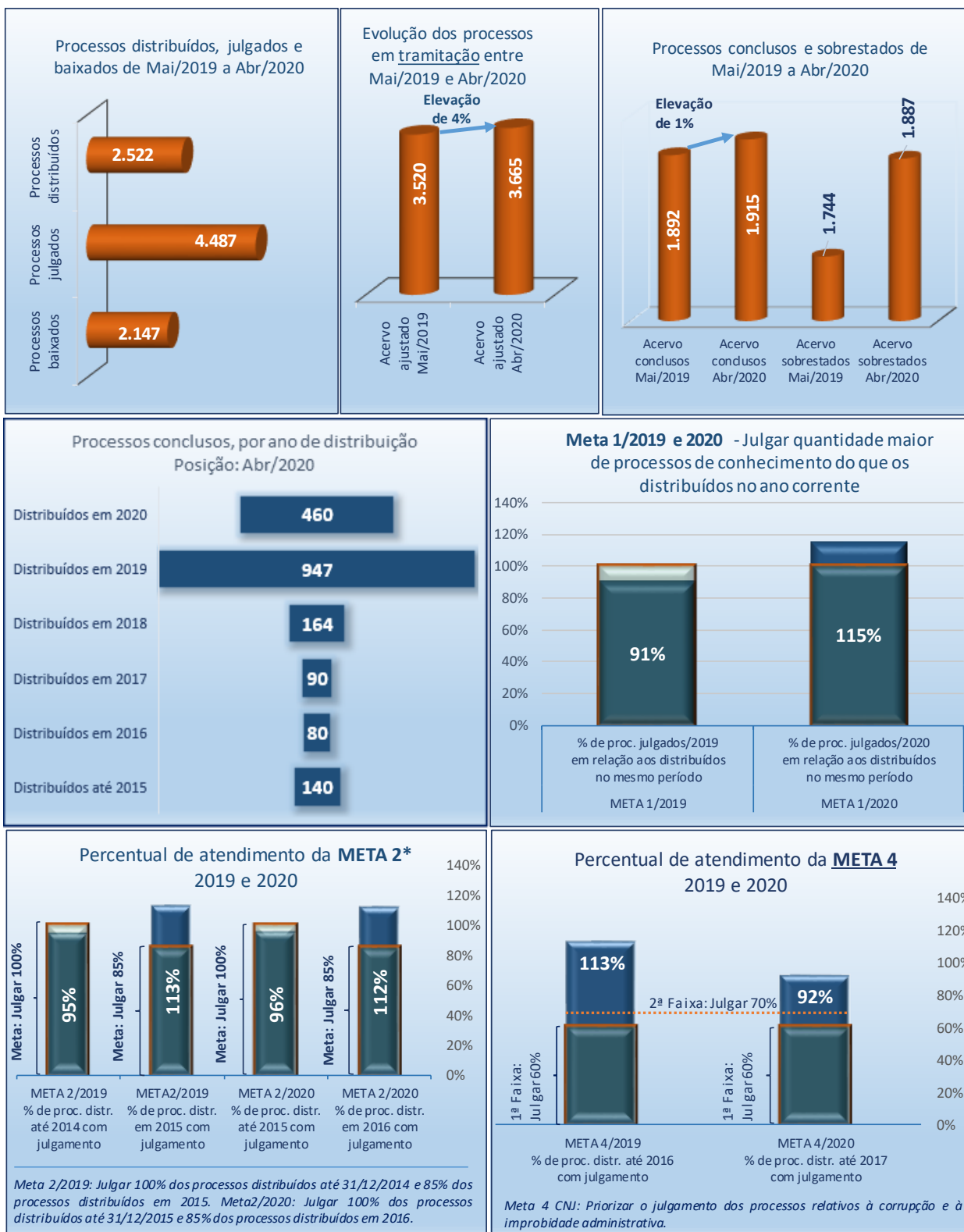
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5004213-79.2017.4.03.6100	19/7/2017	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Despacho de mero expediente. Após, incluir em pauta de julgamento.		
5020937-28.2017.4.03.0000	30/10/2017	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5002003-15.2018.4.03.6102	18/6/2018	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5000362-75.2018.4.03.6139	29/8/2018	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5002653-68.2018.4.03.6100	9/5/2018	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Despacho de mero expediente. Após, incluir em pauta de julgamento.		
50015659320174030000	10/3/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Decisão terminativa julgando prejudicado o incidente.		
50123508020184030000	6/6/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Decisão terminativa.		
50182651320184030000	1º/8/2018	12357 – Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Decisão terminativa julgando prejudicado o incidente.		
50188766320184030000	8/8/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Apensada ao processo principal.		
50237214120184030000	25/9/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Despacho de mero expediente. Após, incluir em pauta de julgamento.		
50080830220174030000	2/6/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
50077903220174030000	31/5/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
50258528620184030000	15/10/2018	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
00106012620124030000	16/4/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Sobrestado.		
00330187020124030000	10/1/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		

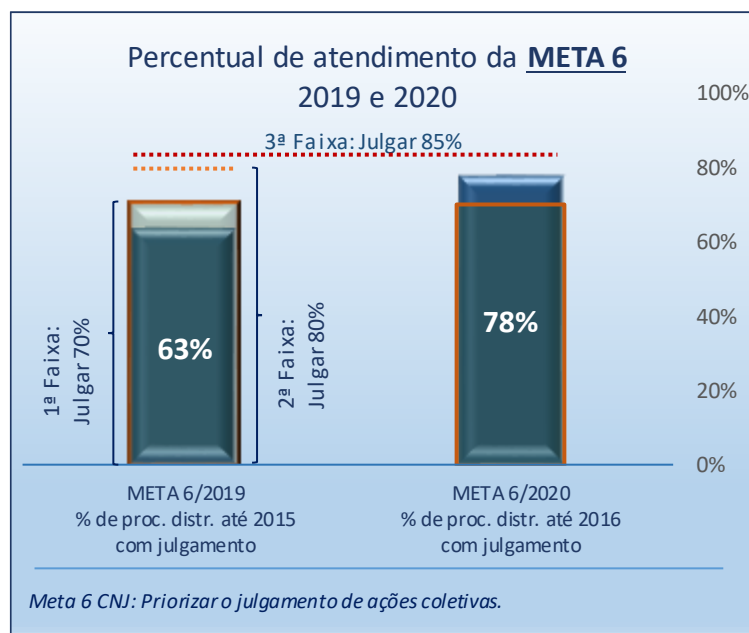
00009316220104036004	1º/10/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
50006204320164030000	28/6/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
50217660920174030000	13/11/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo está com prazo em curso na subsecretaria. Após, incluir em pauta de julgamento.		
00128519020164030000	13/7/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Sobrestado.		
0014697-39.2011.4.03.6105	5/9/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0001188-28.2013.4.03.9999	1º/3/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo está na subsecretaria, para verificação da digitalização. Após a conclusão, será incluído em pauta.		
0001467-14.2013.4.03.9999	1º/3/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo está na subsecretaria, para verificação da digitalização. Após a conclusão, será incluído em pauta.		
0009331-73.2007.4.03.6100	17/8/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo está na subsecretaria, para verificação da digitalização. Após a conclusão, será incluído em pauta.		
5000620-43.2016.4.03.0000	28/6/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5001748-98.2016.4.03.0000	26/9/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão terminativa.		
5008083-02.2017.4.03.0000	2/6/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5007790-32.2017.4.03.0000	31/5/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5001565-93.2017.4.03.0000	10/3/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Decisão terminativa, julgando prejudicado o incidente.		
5000560-12.2017.4.03.6119	19/7/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5002287-76.2017.4.03.6128	11/4/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5000448-24.2018.4.03.6114	10/5/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0023310-25.1995.4.03.6100	9/3/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
0741163-45.1991.4.03.6100	19/6/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
0021478-58.2012.4.03.6100	6/2/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
5012350-80.2018.4.03.0000	6/6/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Decisão terminativa.		
5012870-40.2018.4.03.0000	12/6/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Decisão terminativa julgando prejudicado o incidente.		
5018265-13.2018.4.03.0000	1º/8/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Decisão terminativa julgando prejudicado o incidente.		
5018876-63.2018.4.03.0000	8/8/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Apensada ao processo principal.		
5023721-41.2018.4.03.0000	25/9/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Despacho de mero expediente. Após, incluir em pauta de julgamento.		
0001505-48.2007.4.03.6115	26/10/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Despacho de mero expediente. Após regularização, incluir em pauta de julgamento.		
0002139-45.2014.4.03.6100	22/10/2015	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0011031-06.2015.4.03.6100	15/2/2017	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0021847-38.2001.4.03.6100	3/3/2009	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0000305-43.2006.4.03.6114	11/3/2010	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0056934-90.1999.4.03.0000	16/11/1999	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0008657-77.2007.4.03.6106	9/4/2012	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		
0077362-73.1992.4.03.6100	27/6/1995	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluir em pauta de julgamento.		

0015012-09.2007.4.03.6105	29/9/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Após a apresentação do voto-vista pelo Desembargador Federal Fábio Prieto na sessão de 5/3/2020, o julgamento foi suspenso, nos termos do art. 942, do Código de Processo Civil.		
0005305-89.2008.4.03.6102	31/10/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Voto-vista. Incluir em pauta de julgamento.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 52 processos selecionados, 52 foram inspecionados. Destes, 12 físicos e 40 eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

50018696220164036100	50069652420174036100	50218590520174036100
00046008320164030000	00194521520164030000	50209372820174030000
50020031520184036102	50003627520184036139	50258528620184030000
00330187020124030000	00146973920114036105	50006204320164030000
50022877620174036128	50004482420184036114	00021394520144036100
00110310620154036100	00218473820014036100	00003054320064036114
00569349019994030000	00086577720074036106	

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista esclareceu a forma de planejamento e, ainda, a metodologia utilizada pela unidade na gestão de pessoas e processos, facilitando a análise dos dados pela equipe.

Foram abordados, a partir da análise das respostas apresentadas no questionário, bem como do exame da amostra de processos inspecionados, pontos principais referentes ao gerenciamento da unidade, que podem ser sintetizados nos tópicos a seguir elencados:

a) Gestão pessoal

A unidade possui 16 servidores efetivos, sendo dois agentes de segurança. A unidade não conta com estagiários de nível superior.

Com exceção dos agentes de segurança, que não trabalham com processos, e de um servidor que desenvolve atividade-meio (controle de processos físicos – sobrestados), todos os outros 13 servidores trabalham na atividade-fim.

Em decorrência da digitalização dos processos e da colocação em regime de teletrabalho, o servidor designado para atividade-meio tem recebido treinamento para triagem e elaboração de minutas em casos simples, sempre com o acompanhamento da assessoria.

Os processos com pedido de vista e as ações coletivas (Meta 6) são analisados diretamente pelo desembargador, que recebe os autos dos feitos coletivos com um resumo do processo elaborado pela assessoria, denominado pela equipe de “relatório prévio”.

Antes da pandemia havia uma servidora em teletrabalho, realizando, uma vez por semana, atividade presencial (regime parcial). tendo sido ressaltado que a referida servidora sempre cumpre as metas estabelecidas, variadas conforme o grau de complexidade do processo objeto de análise.

O controle de produtividade é realizado por e-mail, telefone e *WhatsApp*, toda sexta-feira, ocasião em que é analisada a produção da semana.

Além da estatística mensal, há o acompanhamento do número de decisões terminativas e de processos incluídos em pauta de julgamento, tendo sido ressaltado que o acompanhamento é necessário, também, para a fixação/revisão da cota de processos, uma vez que a matéria tributária seria complexa, e que os resultados são constantemente avaliados, não só em termos de produtividade, mas de adequação dos servidores às atividades a eles destinadas.

Os servidores são incentivados a participar dos cursos de capacitação disponibilizados pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

b) Triagem inicial de processos

A unidade não possui mais processos físicos, exceto os sobrestados. A triagem é toda realizada no sistema PJe, tão logo chegam ao gabinete, ocasião em que é verificada a regularidade de custas e a tempestividade, sendo, em seguida, encaminhado ao servidor especializado na matéria com a utilização de etiqueta disponibilizada pelo sistema.

Os processos de interesse coletivo, como, por exemplo, ação civil pública, ação de improbidade e ação popular, são objeto de relatório prévio, para controle do desembargador.

No caso dos processos em que haja pedido de liminar/antecipação de tutela, os autos são encaminhados para a assessoria, responsável pela análise do pedido no mesmo dia em que ocorre a distribuição.

c) Classificação e separação de processos

Considerando que os processos físicos foram digitalizados, com exceção dos sobrestados, que permanecem guardados em armários com localização física, a separação e o controle de processos é feita pelo sistema PJe, os quais são organizados com etiquetas com a indicação do procedimento, assunto (matéria) e nome do servidor responsável pela elaboração da minuta.

Além disso, as etiquetas também são utilizadas para identificação de processos com julgamento suspenso por pedido de vista ou nos termos do art. 942, do Código de Processo Civil.

Todo acompanhamento do acervo é feito pelo próprio sistema PJe e pelo SIAPRO, além da estatística fornecida pelo Tribunal, havendo controle específico das ações civis públicas, ações de improbidade, ações populares, agravos de instrumento e os processos relacionados à Meta 2.

Os agravos internos e embargos de declaração são encaminhados imediatamente para o servidor responsável pela elaboração da minuta e as liminares e tutelas de urgência são analisadas pela assessoria assim que chegam ao gabinete.

Além disso, a assessoria realiza controle manual de processos pautados e aptos para inclusão em pauta, através de planilha do excel, constando também, nessa planilha, processos suspensos para julgamento pelo art. 942, do Código de Processo Civil.

O controle de processos sem movimentação é feito a partir dos dados estatísticos oficiais do Tribunal.

d) Forma de distribuição dos processos

A coordenação dos trabalhos é feita pela assessora e pela chefe de gabinete, que cuidam tanto da parte administrativa quanto da correção dos votos, conferência das pautas e organização do Gabinete em geral.

A distribuição das atividades é feita de acordo com a experiência, a aptidão e o perfil de cada servidor.

Os servidores são especializados por matéria, exceto os agravos de instrumento e os de competência da 2ª Seção (estes últimos organizados por classe processual: conflito de competência, rescisória etc.).

Foram formadas equipes para agravo de instrumento, Meta 2 e execução fiscal.

O acervo do Tribunal foi digitalizado no fim de 2019. Há, contudo, alguns processos físicos ativos, porque sobrestados em decorrência de determinação do STF ou do STJ, em sua grande maioria relativos aos planos econômicos. Com isso, um servidor continua responsável pelas atividades administrativas de recebimento e remessa a pedido, localização física e organização nos armários.

A partir da digitalização do acervo, as atividades de triagem e distribuição de processos foram concentradas na assessoria (assessora e chefe de gabinete).

Os processos distribuídos passam por verificação prévia (custas, competência da Turma/Seção, pendência de requerimento de urgência). Após, a assessoria distribui entre os servidores.

Processos de interesse coletivo, como, por exemplo, ação civil pública, ação de improbidade e ação popular, são separados para relatório prévio, de controle do desembargador.

A assessoria também faz o encaminhamento dos processos em movimento. Os embargos de declaração e os agravos legais são encaminhados para os servidores que elaboraram a decisão recorrida.

e) Tratamento dos feitos com prioridade legal ou metas do CNJ

Todos os servidores têm orientação geral de priorizar os processos de Meta do CNJ, havendo, ainda, o controle da assessoria sobre o cumprimento desta priorização.

A identificação por etiquetas dos processos prioritários e dos mais antigos permite o controle e a remessa dos feitos para julgamento.

No início de cada ano, é feita a separação e a distribuição dos processos de Meta do CNJ, adotando-se a estratégia de manter um núcleo de produção constante, que analisa os processos que chegam no gabinete, bem como uma equipe que fica responsável pelos processos relacionados às metas do CNJ.

Ressaltou-se que, em relação aos processos relativos à Meta 1, a especialização por matéria e a realização de pautas temáticas, onde ocorre o julgamento em bloco dos assuntos repetitivos, permitiram a obtenção de resultados bem interessantes ao Gabinete.

f) Produtividade e metas

A unidade não adota metas individuais fixas, já que dependem da complexidade da matéria e da capacidade individual de cada servidor.

Possuem, no entanto, a meta coletiva mensal de produtividade maior do que a distribuição e o julgamento dos processos mais antigos.

A unidade não adota política de recompensas vinculadas às metas, porém sempre busca reconhecer o servidor quanto a sua produtividade e qualidade de seus votos.

g) Práticas processuais

São utilizadas decisões monocráticas, sempre que possível, com observância dos critérios dos arts. 557 (CPC/1973) e 932 (CPC/2015). Ressalta-se que a unidade encontra-se avaliando o índice de recorribilidade.

Os servidores são orientados a observar modelos já assinados pelo desembargador, não apenas na questão de mérito, mas também quanto às preliminares e questões processuais.

Os processos sobrestados na unidade são referentes aos seguintes temas: STJ – Tema 1008 – possibilidade de inclusão dos valores de ICMS nas bases de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, quando apurados pela sistemática do lucro presumido; STJ – Tema 961 – possibilidade de fixação de honorários advocatícios, em exceção de pré-executividade, quando o sócio é excluído do polo passivo da execução fiscal, que não é extinta; STJ – Tema 769 - definição a respeito: I) da necessidade de esgotamento das diligências como pré-requisito para a penhora do faturamento; II) da equiparação da penhora de faturamento à constrição preferencial sobre dinheiro, constituindo ou não medida excepcional no âmbito dos processos regidos pela Lei n. 6.830/1980; e III) da caracterização da penhora do faturamento como medida que implica violação do princípio da menor onerosidade; STJ – Tema 962 – questão relativa à possibilidade de redirecionamento da execução fiscal contra o sócio que, apesar de exercer a gerência da empresa devedora à época do fato tributário, se afastou antes da dissolução irregular da sociedade empresária; STJ – Tema 997 – legalidade do estabelecimento, por atos infralegais, de limite máximo para a concessão do parcelamento simplificado, instituído pela Lei 10.522/2002; STJ – Tema 1041 – definir se o transportador (proprietário ou possuidor) está sujeito à pena de perdimento de veículo de transporte de passageiros ou de carga em razão de ilícitos praticados por cidadãos que transportam mercadorias sujeitas à pena de perdimento, nos termos dos Decretos-leis 37/1966 e 1.455/1976; definir se o transportador, de passageiros ou de carga, em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita a pena de perdimento sem identificação

do proprietário ou possuidor; ou ainda que, identificado o proprietário ou possuidor, as características ou a quantidade dos volumes transportados evidenciarem tratar-se de mercadoria sujeita à referida pena, está sujeito à multa de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) prevista no art. 75 da Lei n. 10.833/2003, ou à retenção do veículo até o recolhimento da multa, nos termos do § 1º do mesmo artigo; STF – Tema 736 – constitucionalidade da multa prevista no art. 74, §§ 15 e 17, da Lei n. 9.430/1996 para os casos de indeferimento dos pedidos de ressarcimento e de não homologação das declarações de compensação de créditos perante a Receita Federal; STF – Recursos Extraordinários n. 591.797 e 626.307 e Agravo de Instrumento n. 754.745 – pagamento da diferença de correção monetária sobre valores depositados em cadernetas de poupança, em decorrência dos Planos Bresser, Verão, Collor I (saldos não bloqueados) e Collor II. A unidade destacou que faz um constante acompanhamento dos processos sobrestados e que aguarda a publicação do acórdão repetitivo e, por cautela, a ocorrência do trânsito em julgado.

Quanto ao estímulo à conciliação, destacaram que os processos sobrestados sobre expurgos inflacionários em poupança têm sido solicitados e encaminhados para conciliação, ressaltando que, considerando ser a matéria da unidade eminentemente de Direito Público, não teriam muita margem para conciliação.

Não foi possível precisar em quanto tempo os pedidos de vista são levados a julgamento, tendo a unidade esclarecido que são analisados diretamente pelo desembargador e pautados com a maior brevidade possível.

A unidade não recebeu auxílio no período de maio/2019 a abril/2020.

h) Funcionamento do gabinete durante a pandemia (Covid - 19)

Durante a pandemia, o desembargador federal e todos os servidores do gabinete estão atuando em regime de teletrabalho. A assessoria mantém contato com os servidores por e-mail, utilizado para encaminhamento da produtividade, WhatsApp e telefone, para a solução de dúvidas.

i) Dificuldades enfrentadas pela unidade

A unidade destacou que a maior dificuldade enfrentada refere-se à própria natureza da matéria da 2ª Seção, complexa e diversificada, com a interposição de sucessivos recursos no mesmo processo.

Pontuou que o PJe apresenta muito problema em relação ao fluxo processual, o que atrapalha o bom andamento do trabalho, tendo em vista o tempo perdido para encontrar a solução, de forma que o processo fica, por longo período, sem poder ser movimentado.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve pequeno aumento do montante de processos conclusos (de maio de 2019 a abril de 2020). Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 1.892 feitos, e, no mês anterior à inspeção, eram 1.915.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu substancialmente de 584, na última inspeção, para 232, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que não houve evolução em relação à produtividade no período recente.

Por outro lado, o tempo médio gasto no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 18 meses, enquanto o tempo médio, na 2ª Seção, equivale a 21 meses. Trata-se de indicador que merece destaque.

A equipe, analisando os dados disponibilizados no relatório e levando em consideração as metas do CNJ e do CJF, que primam pela demonstração da obtenção de resultado efetivo em decorrência do trabalho desenvolvido no período estabelecido, aferiu a evolução da produtividade a partir do exame da Meta 1 do CNJ, bem como do número de processos conclusos e do acervo ajustado de cada unidade.

Nessa linha, a unidade vem aperfeiçoando o cumprimento da Meta 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente⁶), tendo em vista que no ano anterior, foram distribuídos **2.459** processos e julgados **2.234**, enquanto no ano corrente foram distribuídos **768** processos e julgados **881**, o que representa o atendimento da meta em **91%** e **115%**, respectivamente.

O número de processos conclusos, conforme já consignado, sofreu pequeno aumento no período de doze meses anteriores à inspeção. O acervo ajustado no TRF, da mesma forma, teve ligeiro aumento, eis que, ao início do 12º mês anterior à inspeção, era de **3.520**, enquanto que, ao final do mês anterior, era de **3.665**.

Conforme apurado nas entrevistas e verificado nos processos inspecionados, destaca-se que, durante o trabalho concentrado de digitalização, os processos suspensos tiveram o sobrestamento levantado e retornaram para a conclusão, além de terem sido transformados para o formato digital processos já julgados, inclusive com o trânsito em julgado certificado, o que pode ter impactado diretamente na redução dos processos conclusos e no acervo.

⁶ A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%. <file:///C:/Users/zeca/Downloads/Gloss%C3%A1rio-Metas-Nacionais-do-Poder-Judici%C3%A1rio-2020-Justi%C3%A7a-Federal-1.pdf>. Acesso em 30/06/2020.

A análise do cumprimento das Metas 2, 4 e 6 foi realizado, unicamente, com base nos percentuais informados pelo setor de estatísticas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, eis que os números absolutos informados pelos gabinetes apresentaram inconsistências, de forma que, consonante orientação da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, devem ser desconsiderados.

Nessa linha, o julgamento dos processos mais antigos (Meta 2 do CNJ) **merece ser incrementado**, uma vez que a unidade atendeu **95,02%** da Meta 2/2019 (julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014), **112,85%** da Meta 2/2019 (julgar 85% dos processos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015), **95,51%** da Meta 2/2020 (julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015) e **111,74%** da Meta 2/2020 (julgar 85% dos processos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016).

A unidade **priorizou de forma parcial** os processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (Meta 4 do CNJ), tendo atingido o percentual de **112,82%** da Meta 4/2019 (julgar 60% dos processos distribuídos até 31/12/2016) e **92,31%** da Meta 4/2020 (julgar 60% dos processos distribuídos até 31/12/2017).

O cumprimento da Meta 6 do CNJ (priorizar o julgamento das ações coletivas) **merece ser aprimorado**, considerando o atendimento do percentual de **63,49%** da Meta 6/2019 (julgar 70% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015) e o de **77,92%** da Meta 6/2020 (julgar 70% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016).

O aperfeiçoamento da Meta 1 e o bom desempenho nas Metas 2 e 4, demonstram integração, organização e comprometimento de toda a equipe, conforme restou evidenciado na entrevista.

Verificou-se, ainda, um elevado número de tutelas provisórias pendentes, que demandam prioridade na apreciação.

Ressalte-se, por fim, que, de acordo com a certidão CEINSP 0069483, a unidade vem implementando o cumprimento integral das recomendações da Inspeção/2018. Nessa linha, verificou-se que, dos 29 processos que tiveram recomendação, 14 foram julgados pela unidade, dois estão na secretaria em processo de digitalização e 13 estão aguardando julgamento. A equipe recomendou que os processos n. 00569349019994030000 e 00086577720074036106 fossem pautados em 10 dias e julgados no prazo de 60 dias.

14. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 11, que serão verificadas na próxima autoinspeção;
- b) ampliar o julgamento dos processos mais antigos (Meta 2 do CNJ); e
- c) aperfeiçoar as ações para o julgamento das demandas coletivas e de improbidade administrativa (Metas 4 e 6 do CNJ). Verificar a possibilidade de empenhar mais um servidor, em razão da complexidade desses processos.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL DIVA MALERBI

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Desembargadora Federal Diva Prestes Marcondes Malerbi

2.2 Turma

A desembargadora federal tem assento na 6ª Turma, na 2ª Seção, no Plenário, no Órgão Especial e no Conselho de Administração.

2.3 Competência

- Sexta Turma: Direito Público, matéria constitucional, licitações, nulidade e anulabilidade de atos administrativos, ensino superior, inscrição e exercício profissional, tributos em geral, preços públicos, contribuições, MS originário; - Segunda Seção: Processar e julgar ação rescisória, embargos infringentes ou embargos de divergência, incidentes de uniformização de jurisprudência, embargos infringentes em ações rescisórias de sua competência, questões incidentes em processos de competência das Turmas; Órgão Especial (art. 11, inciso II, alíneas "a" a "i" do RI-TRF3: julgar e processar os incidentes de uniformização da jurisprudência, em caso de divergência na interpretação do direito, entre as Seções, aprovando a respectiva súmula; e Conselho de Administração (art. 37, incisos I a VI, do RI-TRF3) exercer as atribuições administrativas não previstas na competência do Plenário ou do Presidente, bem como as que lhe hajam sido delegadas pelo Plenário.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Gabinete 20 - 2ª Seção, 6ª Turma desde 24/4/2020.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Em 2/10/2019, remoção da 6ª Turma (acervo de origem 5.991 processos) para a 8ª Turma (acervo assumido: 4.398). Em 24/4/2020, remoção da 8ª Turma (5.447 processos deixados) para a 6ª Turma (acervo assumido 5.399 processos – dados de março de 2020).

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Até 29/2/2020, a magistrada responsável pelo órgão foi a Desembargadora Federal Consuelo Yoshida em razão de sua posse como Vice-Presidente em 2/3/2020. No período de 2/3/2020 a 23/4/2020, o magistrado responsável pelo órgão foi o Desembargador Federal Carlos Muta até sua remoção para a Terceira Turma em 24/4/2020.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

- Ricardo Odakura Costa Silva - chefe de gabinete, 4/5/2020.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	- DÉBORA ANTUNES DA SILVA RF 1071 Analista Judiciário Assessora de Juiz; RICARDO ODAKURA COSTA SILVA RF 1149 - Técnico Judiciário Chefe de Gabinete; ANA PAULA LOPES SAMAAN RF 2000 - Técnico Judiciário; ANA ISABEL CRISTIANO MACHADO DE ANDRADE RF 3373 - Analista Judiciário; FERNANDA LEMOS FERNANDES RF 2061 - Técnico Judiciário; JOÃO PEDRO WAMOSY RIBEIRO DE SOUZA SOARES RF 3906 Analista Judiciário; JORGE MANUEL PEREIRA NUNES RF 1460 - Técnico Judiciário; LEANDRO DO AMARAL RF 3830 - Técnico Judiciário; LETÍCIA NEVES DA SILVA RF 3785 Analista Judiciário LUIZ GUSTAVO ABIDO ZAGO RF 4063 - Analista Judiciário lotado a partir de 24/4/2017; MARCELO COLEN NAZELLO RF 2292 Técnico Judiciário; MARIA TEREZA DE SOUZA MENDES RF 3742 - Técnico Judiciário; OLAVO ADRIANO MORETT RF 2255 - Técnico Judiciário; OSVALDO MARCOLINO ALVES FILHO

	RF 4087 Analista Judiciário; PATRICIA SILVA MARTINS RF 2195 - Técnico Judiciário; SILVIA TRIGO DE MOURA RF 2439 Analista Judiciário e WILLIAN TADEU ZAMARIOLA RF 2133 - Técnico Judiciário Total: 17 servidores.
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	4.373
Processos suspensos/sobrestados	1.216
Processos conclusos	2.899
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete - excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	4.373
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	3.816
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	2.899
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	2.480
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	1.216
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.337

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do Gabinete? Informar se sim ou não.	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Não se aplica a este gabinete.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Não se aplica a este gabinete.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não se aplica a este gabinete.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não houve modificação de competência.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Em 3/2/2020 houve remoção do Des. Federal CARLOS MUTA em razão da eleição da Des. Federal CONSUELO YOSHIDA para a Vice-Presidência desta Corte, e em 24/4/2020 houve a redistribuição do acervo a Des. Federal DIVA MALERBI em razão da remoção do Des. Federal CARLOS MUTA para a 3ª Turma.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	85
Mandados de segurança	7
IRDR	1
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	18
Reclamações	0
Ações rescisórias	17

Outros	42
--------	----

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	4.287
Recursos em mandados de segurança coletivos	20
Recursos em ações populares	10
Recursos em ações de improbidade administrativa	40
Recursos em ações civis públicas	87
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	183
Outros	3.911

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	4.287
Apelações cíveis	2.743
Agravos de instrumento	1.366
Outros	176

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	1
Ações penais	0
Inquéritos	1
Habeas Corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	1.169
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	18
Por Recurso Extraordinário	37

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	93
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	73
Agravos legais/regimentais	255
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	233
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	928
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	28

4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos concluídos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	143	57	-
Distribuídos em 2014	184	85	57
Distribuídos em 2015	365	128	85
Distribuídos em 2016	480	238	128
Distribuídos em 2017	1.002	535	238
Distribuídos em 2018	266	991	535
Distribuídos em 2019	-	301	991
Distribuídos em 2020	-	-	301
Total	2.440	2.335	2.335

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	6
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	2

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão:	
Total como redator	12
Total como relator para o acórdão	7

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	2.473
Total de processos julgados	3.604
Total de processos baixados	1.892
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-1.131
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	581

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	Não disponibilizado
Total de feitos não regularizados	Não disponibilizado
Total de feitos verificados na inspeção anterior	121
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	2.394
Processos julgados no ano anterior	1.954
Processos distribuídos no ano corrente	795
Processos julgados no ano corrente	641

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.394
Pendentes em 31/12/2019	488
Porcentagem de atendimento da meta	79,98%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.538
Pendentes em 31/12/2019	243
Porcentagem de atendimento da meta	105,97%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.723
Pendentes no último dia do mês anterior	293
Porcentagem de atendimento da meta	89,24%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	969
Pendentes no último dia do mês anterior	110
Porcentagem de atendimento da meta	104,33%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	22
Pendentes em 31/12/2019	4
Porcentagem de atendimento da meta	156,57%

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.445
Pendentes no último dia do mês anterior	677
Porcentagem de atendimento da meta	116,74%

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica a este gabinete
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica a este gabinete
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica a este gabinete
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica a este gabinete

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	7
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	16
Pendentes no último dia do mês anterior	6
Porcentagem de atendimento da meta	89,29%

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica a este gabinete
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica a este gabinete
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica a este gabinete
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica a este gabinete
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica a este gabinete
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica a este gabinete

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica a este gabinete
Pendentes em 31/12/2019	Não se aplica a este gabinete
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica a este gabinete

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica a este gabinete
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica a este gabinete
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica a este gabinete

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	0
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim. a) Cumprir as recomendações 2, 3 e 5 (que tratam do cumprimento das Metas 2, 3 e 4 e relação de feitos com casos pontuais de atraso); e b) Observar as Metas do CNJ

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

O gabinete da Desembargadora Federal Consuelo Yoshida cumpriu as recomendações da última inspeção, levando a julgamento todos os processos com casos pontuais de atraso, exceto os processos sobrestados.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Foi determinado pela Desembargadora Federal Diva Malerbi o levantamento das pendências relativas às metas do CNJ, bem como o julgamento em regime de preferência dos processos mais antigos, das ações civis públicas, ações de improbidade, ações populares e ações coletivas.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Gabinete recém-assumido pela Desembargadora Federal Diva Malerbi, em 24/4/2020. Estão sendo envidados esforços no sentido de levantamento do acervo e verificação das pendências relativas às metas do CNJ, processos com preferência legal e exames de pedidos de tutela, bem como questões relacionadas a votos e acórdãos pendentes de julgamento dos Desembargadores Federais Consuelo Yoshida e Carlos Muta, junto à informática desta Corte.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data da Distribuição	Classe do Processo
00205059520054036182	11/2/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão publicado em 17/10/2016, processo apenso a ação principal Apel n. 0049029-09.1995.4.03.6100 e encontra-se na subsecretaria da 2ª Seção em processo de digitalização.		
50077159020174030000	30/5/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em 7/4/2020 foi proferida decisão terminativa julgando prejudicado o agravo de instrumento por ter sido proferida sentença nos autos originários.		
50083637020174030000	6/6/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em 14/5/2020 foi proferida decisão terminativa negando provimento ao agravo de instrumento.		
50070281620174030000	23/5/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em 7/5/2020 foi proferida decisão terminativa negando provimento ao agravo de instrumento.		
50110770320174030000	6/7/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em 13/5/2020 foi proferida decisão terminativa dando provimento ao agravo de instrumento.		
00019416420084036117	15/10/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado - Expurgos - RE 591.797 e 626.307		
00062419420074036120	10/11/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado - Expurgos - RE 591.797 e 626.307		
00000654020094036117	20/4/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo Sobrestado RE 591.797 e 626.307		
00013212220084036127	9/2/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado - Expurgos - RE 591.797 e 626.307		
00008249220094036120	7/12/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado - Expurgos RE 591.797 e 626.307		
5014571-70.2017.4.03.0000	14/8/2017	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Em 14/5/2020 foi proferida decisão terminativa dando provimento ao agravo de instrumento do Ministério Público Federal e negando provimento ao agravo de instrumento de Aroldo José Washington, com fundamento nos arts. 1.019 e 932 do CPC		
5012879-36.2017.4.03.0000	25/7/2017	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Em 14/5/2020 foi proferida decisão terminativa dando provimento ao agravo de instrumento do Ministério Público Federal e negando provimento ao agravo de Instrumento de Aroldo José Washington, com fundamento nos arts. 1.019 e 932 do CPC		

5000380-72.2017.4.03.6126	4/7/2017	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Em 13/5/2020 foi proferida decisão terminativa negando provimento à apelação da impetrante		
5007746-46.2017.4.03.6100	31/7/2018	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Em 15/5/2020 foi proferida decisão terminativa, negando provimento à apelação, com fulcro no art. 932 do CPC.		
5018826-37.2018.4.03.0000	8/8/2018	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Em 12/5/2020 foi proferida decisão terminativa julgando prejudicado o feito por perda de objeto, tendo em vista decisão proferida após audiência de conciliação em que houve composição das partes.		
50246172120174030000	18/12/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Em 14/5/2020 foi proferida decisão terminativa julgando prejudicado o agravo interno e não conhecendo do pedido de efeito suspensivo à apelação, com fulcro no art. 1.019, caput, c.c. o art. 932, inciso III, ambos do CPC, tendo em vista o julgamento da AC 5000465-27.2017.4036104.		
50156479520184030000	6/7/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Em 12/5/2020 foi proferida decisão terminativa, concedendo a segurança.		
50272333220184030000	25/10/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: A Desembargadora Federal Diva Malerbi determinou a imediata apreciação do feito para o seu efetivo julgamento.		
50250075420184030000	5/10/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: A Desembargadora Federal Diva Malerbi determinou a imediata apreciação do feito para o seu efetivo julgamento.		
50262928220184030000	18/10/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Em 12/5/2020 foi proferida decisão terminativa julgando prejudicado o feito por perda de objeto tendo em vista o julgamento na mesma da ação principal n. 5000585-64.2018.4.03.6127.		
50299371820184030000	28/11/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Em 14/5/2020 foi proferida decisão terminativa, julgando prejudicado o feito por perda de objeto, em razão do julgamento, na mesma data, da ação principal 5004595-08.2018.4.03.6110.		
50051923720194030000	6/3/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Em 5/5/2020 julgado, por maioria, procedente o conflito de competência em sessão de julgamento da 2ª Sessão.		
00013656720144036115	12/2/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aberto chamado no Setor de Informática, tendo em vista erro de processamento na fase atual do processo no PJe.		

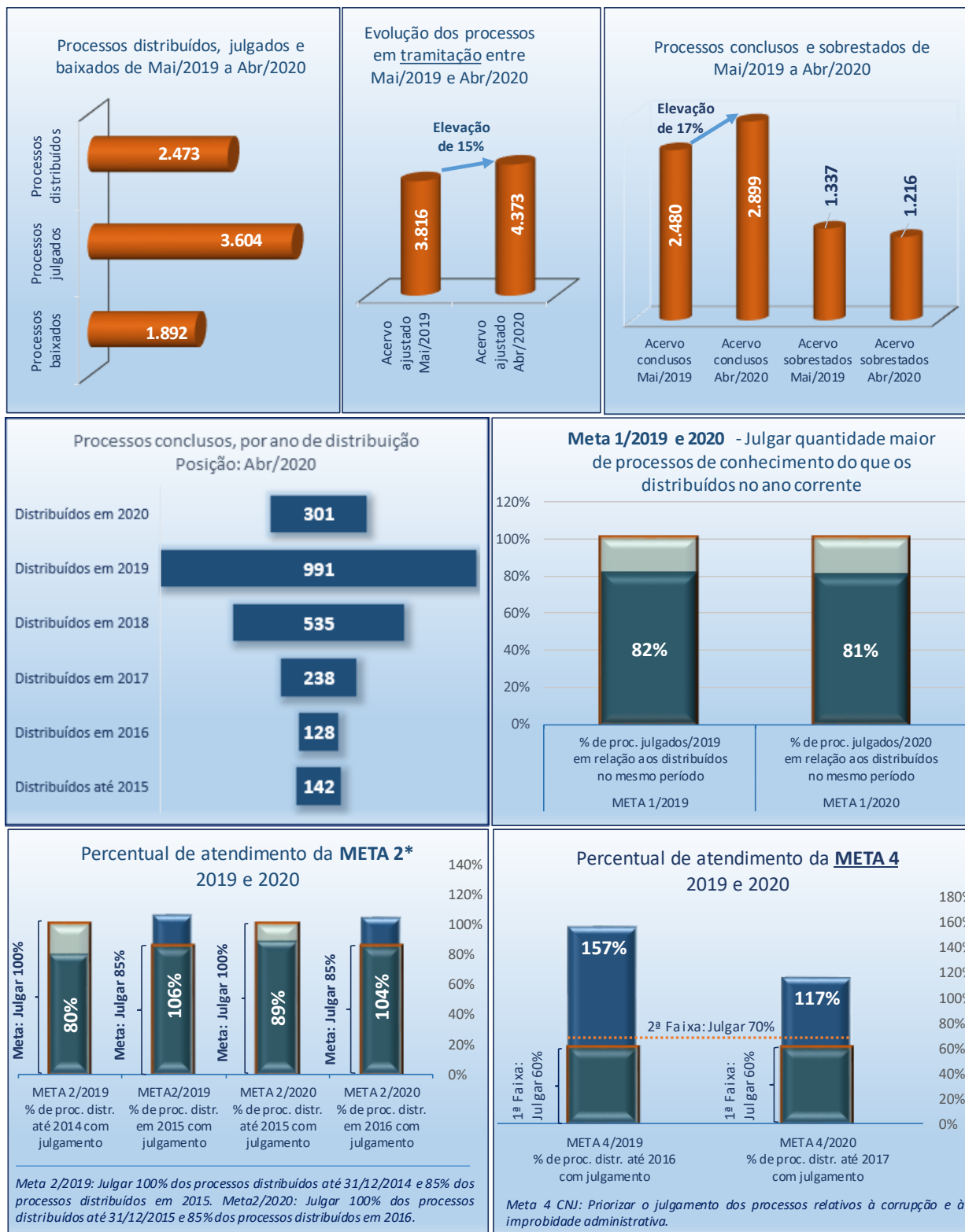
50021640520184036141	14/9/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aberto chamado no Setor de Informática, tendo em vista erro de processamento na fase atual do processo no PJe.		
50297406320184030000	26/11/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aberto chamado no Setor de Informática, tendo em vista erro de processamento na fase atual do processo no PJe.		
50017569220184036115	3/12/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aberto chamado no Setor de Informática, tendo em vista erro de processamento na fase atual do processo no PJe.		
00013527820084036115	21/6/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado - Expurgos - RE 591.797 e 626.307		
00393119020114030000	21/12/2011	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado - Tema 961		
00147659220164030000	15/8/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado - Tema 961		
00047150720164030000	10/3/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado - Tema 987		
0000875-77.2011.4.03.6106	22/2/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 14/5/2020 foi proferida decisão determinando o sobrestamento do feito - Expurgos RE 591.797 e 626.307.		
0000924-21.2011.4.03.6106	23/2/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 14/5/2020 foi proferida decisão determinando o sobrestamento do feito - Expurgos RE 591.797 e 626.307.		
0000504-20.2010.4.03.6116	27/2/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 14/5/2020 foi proferida decisão determinando o sobrestamento do feito - Expurgos RE 591.797 e 626.307.		
0000798-08.2011.4.03.6126	28/2/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 14/5/2020 foi proferida decisão terminativa, negando seguimento à apelação, nos termos do art. 557, caput, do CPC/1973.		
0000457-63.2011.4.03.6002	30/5/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 14/5/2020 foi proferida decisão terminativa, negando seguimento à apelação do embargante, nos termos do art. 557, caput, do CPC/1973.		
0001528-55.2011.4.03.6114	1º/8/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Preparado relatório, voto e acórdão. O feito será levado a julgamento na Pauta de 18/6/2020 da 6ª Turma		
0000165-23.2012.4.03.6106	20/2/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Em 13/5/2020 - decisão terminativa negando provimento à remessa oficial e às apelações da União Federal e da parte autora, nos termos do art. 932, inciso IV, do CPC.		

0011677-54.2008.4.03.6102	22/2/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa, negando seguimento à remessa oficial e à apelação da União, nos termos do art. 557, caput, do CPC/1973		
0017750-64.2006.4.03.6182	9/5/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Preparado relatório, voto e acórdão. O feito será levado a julgamento na pauta de 18/6/2020 da 6ª Turma.		
0000418-23.2012.4.03.6102	4/6/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: A Desembargadora Federal Diva Malerbi determinou a imediata apreciação do feito para o seu efetivo julgamento.		
0007384-19.2010.4.03.6119	7/10/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: A Desembargadora Federal Diva Malerbi determinou a imediata apreciação do feito para o seu efetivo julgamento.		
0001198-62.2014.4.03.0000	28/1/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em 15/5/2020 foi proferida decisão terminativa, nos termos do art. 932 do CPC, dando provimento ao agravo de instrumento da União e determinando o sobrestamento do feito no tocante ao redirecionamento do sócio Wagner Cláudio Gobbo.		
0007761-72.2014.4.03.0000	7/4/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado - Tema 961		
0012588-38.2009.4.03.6100	13/9/2016	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Em 13/5/2020 foi proferida decisão terminativa, julgando extinto, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso VI, do CPC (art. 267, inciso VI, CPC/1973), em face do julgamento da ação anulatória n. 0014803-84.2009.4.03.6100.		
0020945-66.2012.4.03.0000	12/7/2012	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Processo localizado na subsecretaria da 2ª Seção (DIGIT9) em processo de digitalização		
5023642-32.2017.4.03.6100	17/5/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Em 12/5/2020 foi proferida decisão terminativa, dando parcial provimento à remessa oficial.		
5024617-21.2017.4.03.0000	18/12/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Em 14/5/2020 proferida decisão terminativa julgando prejudicado o agravo interno e não conhecendo do pedido de efeito suspensivo à apelação, com fulcro no art. 1.019, caput, c.c. o art. 932, inciso III, ambos do CPC, tendo em vista o julgamento da AC 5000465-27.2017.4036104.		
5001930-49.2018.4.03.6100	18/4/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Em 12/5/2020 foi proferida decisão terminativa, dando parcial provimento à remessa oficial, apenas para excluir a condenação por litigância de má-fé, mantendo-se no mais, os termos da sentença.		
5000437-31.2018.4.03.6102	28/5/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Em 29/4/2020 foi proferida decisão terminativa, negando provimento à remessa oficial, nos termos do art. 932, inciso IV, do CPC		

5015647-95.2018.4.03.0000	6/7/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Em 12/5/2020 foi proferida decisão terminativa, concedendo a segurança.		
5027233-32.2018.4.03.0000	25/10/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: A Desembargadora Federal Diva Malerbi determinou a imediata apreciação do feito para o seu efetivo julgamento.		
5025007-54.2018.4.03.0000	5/10/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: A Desembargadora Federal Diva Malerbi determinou a imediata apreciação do feito para o seu efetivo julgamento.		
5026292-82.2018.4.03.0000	18/10/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Em 12/5/2020 foi proferida decisão terminativa, julgando prejudicado o feito por perda de objeto, tendo em vista o julgamento na mesma data da ação principal n. 5000585-64.2018.4.03.6127.		
5029937-18.2018.4.03.0000	28/11/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Em 14/5/2020 foi proferida decisão terminativa, julgando prejudicado o feito por perda de objeto, em razão do julgamento, na mesma data, da ação principal 5004595-08.2018.4.03.6110.		
5004554-04.2019.4.03.0000	26/2/2019	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Em 12/5/2020 foi proferida decisão terminativa, julgando prejudicado o feito, por perda de objeto, tendo em vista o julgamento no mesmo dia da ação principal 5000370-23.2019.4.03.6105.		
5015016-20.2019.4.03.0000	12/6/2019	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Em 11/5/2020 foi proferida decisão terminativa, indeferindo a petição inicial, com fulcro no art. 5º, incisos II e III e art. 10º da Lei n. 12.016/2009.		
0037483-74.2007.4.03.9999	3/9/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 15/5/2020 foi proferida decisão terminativa, negando provimento à apelação.		
0018598-17.2004.4.03.9999	23/4/2004	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 12/5/2020 foi proferida decisão terminativa, julgando extinto o processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 485, inciso VI, do CPC, e prejudicada a apreciação do recurso de apelação.		
5026646-10.2018.4.03.0000	22/10/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Em 13/5/2020 foi proferida decisão terminativa indeferindo a petição inicial, nos termos do art. 5º e 10º da Lei n. 12.016/2009.		
0015322-70.2007.4.03.9999	8/6/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Preparado relatório, voto e acórdão. O feito será levado a julgamento na pauta de 18/06/2020 da 6ª Turma.		
0006099-57.2001.4.03.6102	27/11/2002	208 - Embargos Infringentes

Observação/Providência: Julgado, por maioria, rejeitando os embargos de declaração na Sessão de Julgamento da 6ª Turma de 3/12/2019 - autos encaminhados para digitalização em 6/3/2020.

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 55 processos selecionados, 54 foram inspecionados. Destes, 15 físicos e 40 eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos localizados com o revisor há mais de 30 dias):

00073841920104036119	50272333220184030000
----------------------	----------------------

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista esclareceu a forma de planejamento e, ainda, a metodologia utilizada pela unidade na gestão de pessoas e processos, facilitando a análise dos dados pela equipe.

Foram abordados, a partir da análise das respostas apresentadas no questionário, bem como do exame da amostra de processos inspecionados, pontos principais referentes ao gerenciamento da unidade, que podem ser sintetizados nos tópicos a seguir elencados:

a) Gestão pessoal

A unidade possui 17 servidores, dos quais 13 trabalham na atividade-fim e quatro na atividade-meio (dois técnicos e dois agentes de segurança). Não há estagiários de nível superior.

Do total descrito, anteriormente à situação extraordinária imposta pela pandemia, quatro servidores atuavam em regime de teletrabalho. Cabia-lhes, no mínimo, a análise de cinco processos por dia. Ademais, exigia-se a presença no Tribunal uma vez por semana, nos termos das resoluções que regem a matéria.

Em relação à capacitação, o Tribunal disponibiliza cursos voltados à área-fim, por meio da Secretaria de Gestão de Pessoas e da Escola de Magistrados, que são divulgados por e-mail, além de cursos oferecidos por outros órgãos públicos voltados ao Direito.

b) Triagem inicial de processos

Os processos eletrônicos distribuídos são disponibilizados nas pastas “Triagem” e “Recebidos da Turma Processante”. Inicialmente são verificadas as petições iniciais, as sentenças e as apelações, para se determinar a matéria e se a apelação se reporta ao mérito ou é de questão processual.

Concluída a filtragem preliminar, os processos recebem etiquetas referentes às matérias e ao assunto. Aqueles que estão aptos a julgamento, são colocados na pasta “Analisar Decisão a Proferir”.

Os processos físicos ainda não digitalizados são separados – por classe (agravo de instrumento, mandado de segurança e apelação cível), por matéria/assunto, processos com recurso (agravo legal, embargos de declaração, art. 942 do CPC, retorno dos tribunais superiores e sobrestados) – e alocados em armários em ordem cronológica, sendo localizados pelo número do armário e por prateleira.

c) Classificação e separação de processos

Os processos eletrônicos recebem etiquetas que identificam matéria/assunto, pauta de julgamento, voto-vista, sobrestamento, Tema (repercussão geral e repetitivos), entre outras. Isso possibilita a localização e a movimentação em lote dos processos.

Os processos físicos não digitalizados são organizados em armários por matéria, classe processual (AI, AC, AMS), por órgão julgador (2ª Seção, 6ª Turma e Órgão Especial) e recursos (agravo legal, embargos de declaração, retorno dos tribunais superiores, retorno da Vice-Presidência para retratação, adiados em razão do art. 942 do CPC e processos sobrestados). Nas prateleiras, os processos são organizados por ano de distribuição e número do processo. A localização é feita pelo sistema SIAPRO, no qual consta o armário e a prateleira onde cada processo se encontra.

d) Forma de distribuição dos processos

A distribuição das atividades dos servidores na área-fim dá-se por especialização da matéria, classe processual e órgão julgador.

Os processos de competência do Órgão Especial, Segunda Seção e Conselho de Administração são atribuídos a servidor experiente na matéria e à assessora.

Ação civil pública, improbidade administrativa e dano ambiental ficam a cargo de servidor diretamente treinado e orientado pela desembargadora.

Pedidos de efeito suspensivo em agravo de instrumento, medidas cautelares, tutelas antecipadas e de urgência são atribuídos à servidora específica, sob a supervisão da assessoria.

Os demais servidores realizam a triagem dos processos, pesquisam jurisprudência, elaboram minutas e aplicam modelos nos processos, previamente etiquetados no PJe e/ou separados por matéria.

São realizados mutirões, com a participação de todos os servidores, para julgamento de matéria/assunto com tese fixada (repercussão geral, representativo de controvérsia, repetitivos) ou incidentes (agravo legal e embargos de declaração).

Por fim, processos de maior complexidade são relatados e minutados pela assessora sob a orientação da desembargadora.

e) Tratamento dos feitos com prioridade legal ou metas do CNJ

Os processos referentes à prioridade legal são identificados pela distribuição como processo prioritário e ficam dispostos antes dos demais processos. Aqueles eventualmente não identificados como prioritários na distribuição recebem a etiqueta após a etapa de triagem preliminar no gabinete, a fim de que haja o trâmite de forma mais célere.

Em relação aos processos relativos à meta do CNJ, no PJe, são dispostos de forma que o processo mais antigo fique no começo da lista, para julgamento preferencial.

Os processos físicos são separados de acordo com listas fornecidas pelo Setor de Estatística e são julgados em regime de preferência, para atendimento das Meta 2, 4 e 6.

f) Produtividade e metas

Ordinariamente, a unidade estabelece metas individuais e semanais de produtividade. As metas são dinâmicas e podem variar de acordo com a complexidade dos processos. Para os servidores em regime de trabalho presencial, a meta individual é de cinco processos por dia.

No entanto, desde 19 de março de 2020, o gabinete encontra-se com todos os servidores em regime de teletrabalho em razão da Covid-19 (Portarias conjuntas PRES/CORE n. 1 a 8/2020).

Tendo em vista não ter havido tempo hábil para os servidores que trabalhavam de forma presencial se planejarem e se adequarem às necessidades do teletrabalho, bem como a mudança de Turma e Seção especializada (da previdenciária para a tributária), realizada em 24/4/2020, foi estabelecida pela desembargadora uma cota semanal entre 10 e 20 processos, a depender da complexidade. Há uma meta coletiva de aproximadamente 100 processos por pauta.

Os servidores enviam diariamente mensagem para o e-mail institucional do gabinete, discriminando as minutas das decisões, dos votos e dos despachos de mero expediente executados, tendo sido cumpridas satisfatoriamente as cotas estabelecidas.

Não há previsão normativa de política de recompensas, embora fosse saudável e desejável sua previsão nas futuras regulamentações.

g) Práticas processuais

São priorizadas e utilizadas decisões terminativas nas hipóteses do art. 932, incisos IV e V, do Código de Processo Civil.

A unidade trabalha com modelos de minuta, previamente aprovados pela magistrada, cabendo aos servidores adaptá-las ao caso concreto, sob orientação da assessoria.

Os processos sobrestados referem-se, principalmente, às seguintes matérias: expurgos inflacionários, redirecionamento da execução, termo inicial da incidência de correção monetária no ressarcimento de créditos tributários escriturais e possibilidade de inclusão de valores de ICMS nas bases de cálculo do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, apurados pela sistemática do lucro presumido.

Como estímulo à solução negociada, é feita a remessa de processos de execução fiscal com valor da causa inferior a R\$ 10.000,00, processos referentes a expurgos inflacionários e aqueles em que as partes venham requerer a tentativa de acordo para o gabinete de conciliação.

Os processos com pedido de vista, em regra, têm sido levados a julgamento na sessão subsequente.

A unidade não recebeu auxílio no período de maio/2019 a abril/2020.

h) Funcionamento do gabinete durante a pandemia

Todos os servidores encontram-se em regime de teletrabalho, com metas diárias/semanais preestabelecidas.

Os atendimentos a advogados e procuradores são realizados pelo e-mail institucional.

i) Dificuldades enfrentadas pela unidade

No presente momento, as dificuldades enfrentadas relacionam-se às adaptações decorrentes das medidas de enfrentamento à pandemia, aliadas à recente remoção da magistrada, que assumiu o atual gabinete no final do mês de abril de 2020.

Em relação aos sistemas judiciários, o acesso externo está comprometido em razão de falta de acesso a VPN do Tribunal, tais como Malote Digital, GEDPRO, SIAPRO.

Além disso, há servidores que ainda não dispõem de equipamentos adequados para a realização do teletrabalho.

13. OBSERVAÇÕES

De início, impende destacar que a Desembargadora Federal Diva Malerbi assumiu o gabinete ora inspecionado em 24/4/2020.

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de maio de 2019 a abril de 2020). Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 2.480 feitos, e, no mês anterior à inspeção, eram 2.899.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu substancialmente de 272, na última inspeção, para 93, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

Por outro lado, o tempo médio gasto pelo gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 13 meses, enquanto que o tempo médio, na 2ª Seção, equivale a 21 meses. Trata-se de indicador que merece destaque.

A equipe, ao efetuar a análise dos dados disponibilizados no relatório e ao considerar as metas do CNJ e do CJF, que primam pela demonstração da obtenção de resultado efetivo em decorrência do trabalho desenvolvido no período estabelecido, aferiu a evolução da produtividade a partir do exame da Meta 1 do CNJ, bem como do número de processos conclusos e do acervo ajustado de cada unidade.

Nesse sentido, verificou-se que a unidade pode aperfeiçoar o cumprimento da Meta 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente⁷), tendo em vista que no ano anterior, foram distribuídos **2.394** processos e julgados **1.954**, enquanto, no ano de 2020, foram distribuídos **795** processos e julgados **641**, o que representa o atendimento da meta em **81,62%** e **80,62%**, respectivamente.

Além disso, conforme já consignado, o número de processos conclusos aumentou no período de doze meses anteriores à inspeção. Em consequência, houve acúmulo de processos no acervo, eis que ao início do 12º mês anterior à inspeção era de **3.816**, enquanto ao final do mês anterior era de **4.373**.

A análise do cumprimento das Metas 2, 4 e 6 foi realizado, unicamente, com base nos percentuais informados pelo setor de estatísticas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, eis que os números absolutos informados pelos gabinetes apresentaram inconsistências, de forma que, consonante orientação da Corregedoria da Justiça Federal, devem ser desconsiderados.

⁷ A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%. <file:///C:/Users/zeca/Downloads/Gloss%C3%A1rio-Metas-Nacionais-do-Poder-Judici%C3%A1rio-2020-Justi%C3%A7a-Federal-1.pdf>. Acesso em 30/06/2020.

Nesse diapasão, o julgamento dos processos mais antigos (Meta 2 do CNJ) **merece ser incrementado**, uma vez que a unidade atendeu **79,98%** da Meta 2/2019 (julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014), **105,97%** da Meta 2/2019 (julgar 85% dos processos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015), **89,24%** da Meta 2/2020 (julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015) e **104,33%** da Meta 2/2020 (julgar 85% dos processos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016).

A unidade **priorizou** os processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (Meta 4 do CNJ), tendo atingido o notável percentual de **156,57%** da Meta 4/2019 (julgar 60% dos processos distribuídos até 31/12/2016) e **116,74%** da Meta 4/2020 (julgar 60% dos processos distribuídos até 31/12/2017).

O cumprimento da Meta 6 do CNJ (priorizar o julgamento das ações coletivas) **merece atenção**, considerando o atendimento do percentual de **142,86%** da Meta 6/2019 (julgar 70% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015) e o de **89,29%** da Meta 6/2020 (julgar 70% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016).

Verificou-se, ainda, um elevado número de tutelas provisórias pendentes, que demandam prioridade na apreciação.

Ressalte-se, por fim, que, de acordo com a certidão CEINSP 0069398, as recomendações da Inspeção/2018 foram devidamente cumpridas.

14. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 11, que serão verificadas na próxima autoinspeção;
- b) priorizar o atendimento das Metas 1 e 2, a fim de equilibrar com os índices alcançados nas Metas 4 e 6; e
- c) incrementar o julgamento das ações coletivas (Meta 6) distribuídas até 31/12/2016.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JOHONSOM DI SALVO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Johansom Di Salvo- GABJDS

2.2 Turma

6ª Turma - 2ª Seção Membro do Conselho de Justiça para o biênio 2020/2022.

2.3 Competência

Art. 10, § 2º, e incisos do Regimento Interno - § 2º à Segunda Seção cabe processar e julgar os feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da Primeira e Terceira Seções, dentre outros: I - matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da Primeira e Terceira Seções; II - licitações; III - nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da Primeira e Terceira Seções; IV - ensino superior; V - inscrição e exercício profissional; VI - tributos em geral e preços públicos; VII - contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Luís Antonio Johansom Di Salvo.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não houve remoção.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não houve.

3.4 Servidora responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Wilma Ap. Nascimento do Carmo - chefe de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	18 = (Analista Judiciário 9 - Técnico Judiciário 7 - Técnico Judiciário Segurança e Transporte 2)
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	4.033
Processos suspensos/sobrestados	132
Processos conclusos	554
Processos em mutirão, Turma suplementar	0
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete - excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	4.033
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	3.111
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	554
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.267
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	132
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.680

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Não houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio.
Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Não houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior).	Não houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	47
Mandados de segurança	5
IAC	1
Conflitos de competência	9
Ações rescisórias	9
Outros	23
IRDR	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Reclamações	0

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	3.986
Recursos em mandados de segurança coletivos	9
Recursos em ações populares	5
Recursos em ações de improbidade administrativa	31
Recursos em ações civis públicas	27
Recursos em ações com preferência legal	413
Outros	3.488
Recursos em ações de desapropriação	0

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	3.986
Apelações cíveis	3.178
Agravos de instrumento	698
Outros	108

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Não se aplica a este gabinete.
Ações penais	Não se aplica a este gabinete.
Inquéritos	Não se aplica a este gabinete.
Habeas corpus	Não se aplica a este gabinete.
Revisões criminais	Não se aplica a este gabinete.
Outros	Não se aplica a este gabinete.

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Não se aplica a este gabinete.
Apelações	Não se aplica a este gabinete.
Recursos em sentido estrito	Não se aplica a este gabinete.
Recursos em habeas corpus	Não se aplica a este gabinete.
Recursos em mandado de segurança	Não se aplica a este gabinete.
Embargos infringentes e de nulidade	Não se aplica a este gabinete.
Outros	Não se aplica a este gabinete.

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Não se aplica a este gabinete.
Apelações	Não se aplica a este gabinete.
Ações penais	Não se aplica a este gabinete.
Inquéritos	Não se aplica a este gabinete.
Habeas corpus	Não se aplica a este gabinete.
Outros	Não se aplica a este gabinete.

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0 (não constam processos sobrestados porque foi feito o levantamento do sobrestamento para digitalização).
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	127
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	96
Agravos legais/regimentais	98
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	53
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado.	26
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado.	6

4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos

	Processos concluídos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	216	107	221
Distribuídos em 2014	113	2	6
Distribuídos em 2015	288	13	1
Distribuídos em 2016	450	61	22
Distribuídos em 2017	880	157	20
Distribuídos em 2018	281	684	22
Distribuídos em 2019	-	243	148
Distribuídos em 2020	-	-	114
Total	2.228	1.267	554

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	3 (existem dois processos que constam da listagem, mas não estão com vista neste gabinete).
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	1

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	2
Total como relator para o acórdão	1

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de processos distribuídos	2.624
Total de processos julgados	5.900
Total de processos baixados	2.753
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-3.276
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-129

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	84
Total de feitos não regularizados	0

Total de feitos verificados na inspeção anterior	65
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	2.551
Processos julgados no ano anterior	3.118
Processos distribuídos no ano corrente	832
Processos julgados no ano corrente	1.224

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.079
Pendentes em 31/12/2019	1.535 (processos sobrestados que tiveram o sobrestamento retirado para digitalização).
Porcentagem de atendimento da meta	62,37%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.032
Pendentes em 31/12/2019	18
Porcentagem de atendimento da meta	115,93%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.872
Pendentes no último dia do mês anterior	1.651 (processos sobrestados que tiveram o sobrestamento retirado para digitalização).
Porcentagem de atendimento da meta	66,15%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.117
Pendentes no último dia do mês anterior	36
Porcentagem de atendimento da meta	113,97%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	28
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	172,62%

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	29
Pendentes no último dia do mês anterior	1
Porcentagem de atendimento da meta	166,67%

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica ao tribunal.
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica ao tribunal.
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica ao tribunal.
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica ao tribunal.

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica a este gabinete.
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica a este gabinete.
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica a este gabinete.
Processos distribuídos no ano corrente	2 (processos onde foi declinada a competência para a 4ª seção). Não se aplica a este gabinete.
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica a este gabinete.
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica a este gabinete.

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica a este gabinete.
Pendentes em 31/12/2019	Não se aplica a este gabinete.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica a este gabinete.

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica a este gabinete.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica a este gabinete.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica a este gabinete.

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	0
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

A - Cumprir as recomendações dos itens 2 e 3: Item 2: Identificar nos processos sobrestados os casos em que se deve restaurar a tramitação. Item 3: a - proceder a baixa nos sistema: seis processos, b - julgar no prazo de 90 dias: sete processos. B - Providenciar o julgamento de Meta 2/CNJ; C - Manter método de trabalho que merece elogio.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

Item 2: Em fase de atendimento. Item 3: a - acompanhamento do feito e regularização no sistema. b - processos julgados. B - Todas as metas do CNJ são observadas com prioridade pelo gabinete. C - Mantido o método de trabalho que foi elogiado.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Triagem dos processos sobrestados em andamento.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Não. Apesar de constar, nas informações estatísticas, que o gabinete não cumpriu 100% a Meta 2 nos anos de 2019 e 2020 - itens 5.2 e 5.4 deste questionário, isso não reflete a realidade do gabinete, uma vez que os processos que constam como pendentes de julgamento são feitos sobrestados que devido a digitalização tiveram o sobrestamento levantado.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O desembargador federal declara-se satisfeito com os trabalhos desenvolvidos na unidade. O ambiente de trabalho é cordial e o relacionamento pessoal é ótimo, consequência de longos anos de convivência entre todos e da postura democrática que o desembargador estabelece no cenário de trabalho. Os entendimentos pessoais são abertos, todos podem fazer sugestões, o acesso ao desembargador e às chefias é fácil e franco. Os recursos materiais são satisfatórios. Boa prática utilizada pelo gabinete é a distribuição de processos ao servidor conforme a matéria, tornando-se uma forma de "especialização", o que facilita o alcance das metas. Mesmo neste momento, com toda a equipe trabalhando remotamente, a produtividade e o bom relacionamento da equipe estão mantidos, além do e-mail e outras ferramentas, criamos um grupo no *WhatsApp*. Os dados deste relatório que foram fornecidos pelo setor de estatística do Tribunal podem não corresponder à realidade desta unidade, pelo que o gabinete não tem como ratificá-los.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

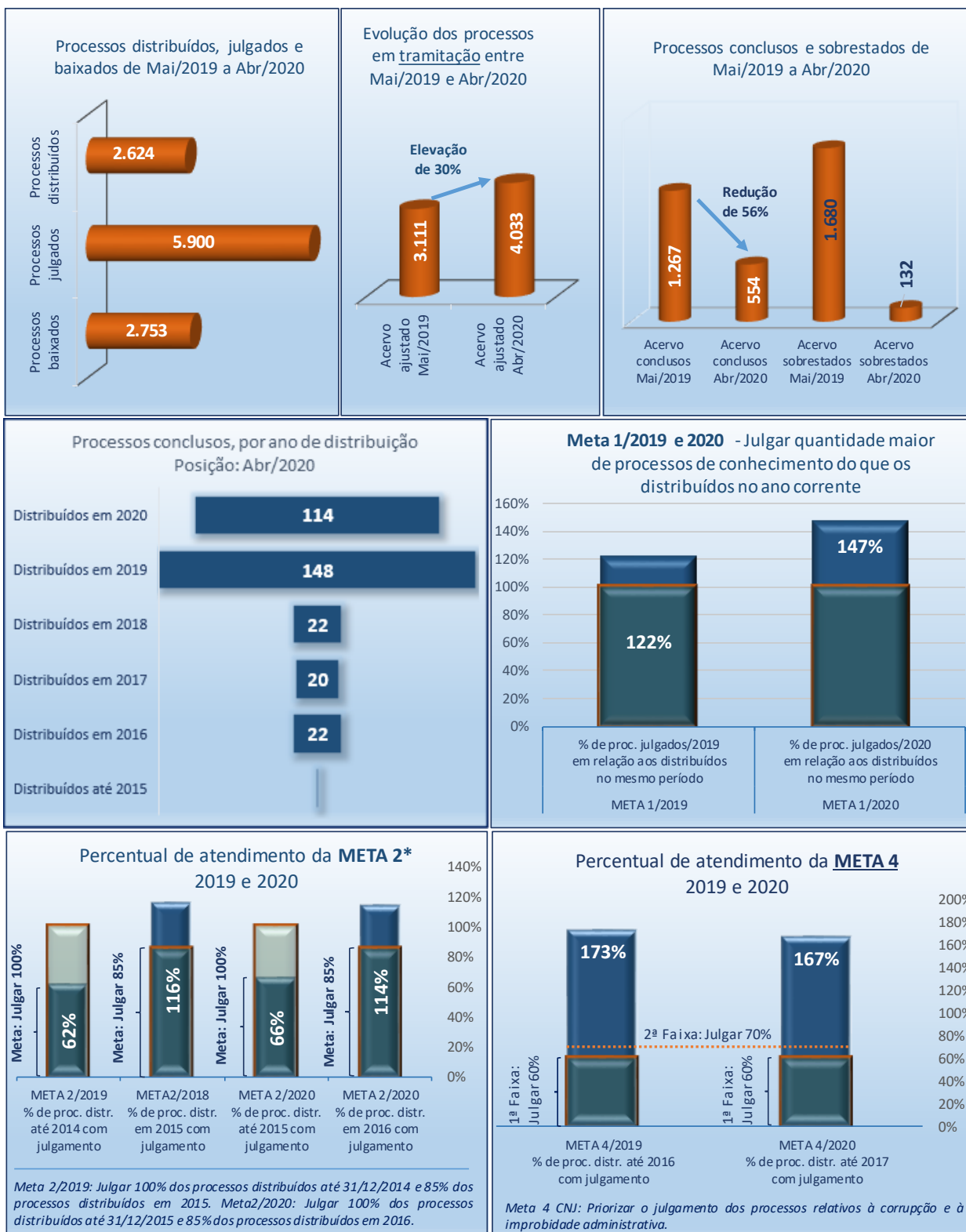
Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
50305261020184030000	5/12/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão monocrática proferida em 4/4/2020, disponibilizada em 8/4/2020, com juntada de agravo interno em 22/4/2020 e embargos de declaração em 8/5/2020, autos encontram-se na subsecretaria da 6ª Turma.		
50308150620194030000	27/11/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 23/4/2020, disponibilizado no diário eletrônico de 30.4.2020, com prazo em curso.		
50022128820174030000	21/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
50008378620164030000	14/7/2016	12087 - Incidente de Assunção de Competência
Observação/Providência: Processo que este gabinete só teve ciência por constar na inspeção. No PJe consta que foi redistribuído por prevenção em 18/6/2018 e que se encontra na pasta "Analisar tipo de decisão a proferir", porém esta pasta não consta no PJe deste gabinete.		
50002045020174036108	27/2/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 23/4/2020, disponibilizado no diário eletrônico de 1º/5/2020, com prazo em curso.		
50206587120194030000	14/8/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 4/6/2020.		

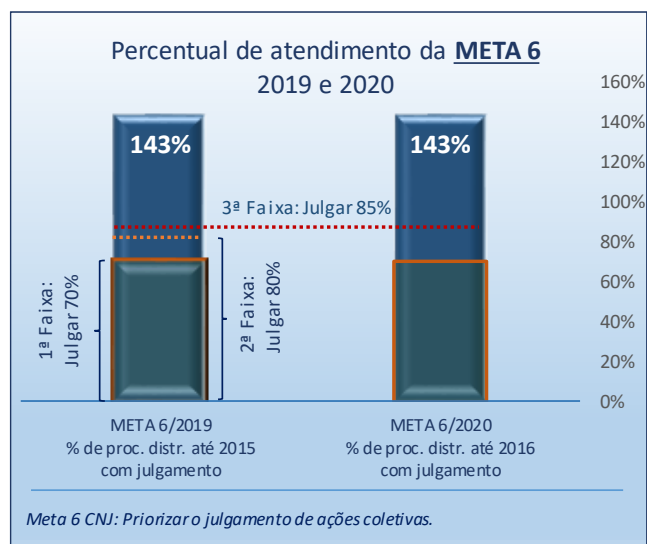
00222078019954036100	25/8/2004	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Minuta de despacho pronta aguardando o retorno do desembargador federal que se encontra em férias.		
50191043820184030000	10/8/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Despacho proferido em 30/4/2020, disponibilizado no diário eletrônico em 7/5/2020, com prazo em curso.		
50191477220184030000	10/8/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 23/4/2020, disponibilizado no diário eletrônico em 30/4/2020, com prazo em curso.		
00042118620114036107	3/12/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 4/6/2020.		
50075590420184036100	9/11/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 23/4/2020, disponibilizado no diário eletrônico de 30/4/2020, com prazo em curso.		
00040481020144036105	2/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico julgado monocraticamente. Embargos de declaração foram rejeitados. Aguardando inclusão em pauta para julgamento do agravo interno.		
00052318820154036102	11/12/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
00102624620164036105	1º/12/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta para julgamento em 19/3/2020. Adiado a pedido da parte para sessão presencial.		
50225456120174030000	23/11/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 4/6/2020.		
00019218120194039999	27/2/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta para julgamento em 19/3/2020. Adiado a pedido da parte para sessão presencial.		
0002533-21.2015.4.03.6002	4/5/2017	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Processo físico, julgamento dos embargos de declaração iniciado em 5/9/2019, com pedido de vista do Desembargador Federal Fábio Prieto. Voto-vista apresentado em 5/3/2020, julgamento suspenso. Em 11/3/2020, retorno dos autos ao gabinete do relator aguardando análise.		
5020041-48.2018.4.03.0000	20/8/2018	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 4/6/2020.		
11018471819954036100	9/5/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Minuta de decisão de impedimento pronta aguardando o retorno do desembargador federal que se encontra em férias.		
00037822020054036111	2/8/2006	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Minuta de despacho pronta aguardando o retorno do desembargador federal que se encontra em férias.		
00038645120054036111	18/4/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
03036913619954036100	12/11/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
00019798120054036117	16/11/2006	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Voto pronto na pasta aptos para julgamento. Aguardando Inclusão em pauta.		
00126371420074036112	10/10/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Voto pronto na pasta aptos para julgamento. Aguardando inclusão em pauta.		
0053883-37.2000.4.03.0000	4/10/2000	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com erro no sistema de informações processuais a ser regularizado, pois se trata de processo já julgado, apensado aos autos do processo 2002.03.99.046832-5 com baixa ao juízo de origem.		
0025830-55.1995.4.03.6100	6/8/2003	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Minuta de despacho pronta aguardando o retorno do desembargador federal que se encontra em férias.		
0707094-45.1995.4.03.6100	29/10/2003	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Minuta de despacho pronta aguardando o retorno do desembargador federal que se encontra em férias.		
0006073-12.2008.4.03.6103	9/1/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
0004385-49.2007.4.03.6103	1º/3/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
0001454-03.2012.4.03.6005	28/2/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
0002596-78.2008.4.03.6103	1º/3/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
0020323-45.2016.4.03.0000	11/11/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
0017301-76.2016.4.03.0000	23/9/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
0001957-41.2010.4.03.6119	16/5/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
0004594-12.2008.4.03.6126	17/2/2010	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Minuta de decisão monocrática pronta aguardando o retorno do desembargador federal que se encontra em férias.		
0007349-45.2008.4.03.6114	17/5/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
0007150-86.2009.4.03.6114	10/8/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
0000679-68.2011.4.03.6119	22/7/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
0001311-65.2009.4.03.6119	26/1/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
0001751-42.2010.4.03.6114	27/6/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
0008692-19.2002.4.03.6104	2/2/2005	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado.		
5000837-86.2016.4.03.0000	14/7/2016	12087 - Incidente de Assunção de Competência
Observação/Providência: Processo que o gabinete só teve ciência por constar na inspeção. No PJe consta que foi redistribuído por prevenção em 18/6/2018 e que se encontra na pasta "Analisar tipo de decisão a proferir", porém esta pasta não consta no PJe deste gabinete. Chamado PJE.		
5020634-77.2018.4.03.0000	24/8/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 4/6/2020.		
5005995-20.2019.4.03.0000	13/3/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 4/6/2020.		
0054385-77.1998.4.03.6100	11/12/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo físico retirado de pauta a pedido da parte por motivo de falecimento de um dos apelados. Após, encaminhado pela Subsecretaria da 6ª Turma para digitalização dos autos. Aguardando conferência.		
0003132-93.2011.4.03.6100	2/9/2011	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo com trânsito em julgado. Aguardando remessa ao juízo de origem.		
0023633-26.2002.4.03.9999	7/8/2002	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 2/4/2020, disponibilizado no diário eletrônico em 16/4/2020, com prazo em curso.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 46 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, quatro físicos e 42 eletrônicos.

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista esclareceu a forma de planejamento e a metodologia utilizada pela unidade na gestão de pessoas e processos, facilitando a análise dos dados pela equipe.

Foram abordados, a partir da análise das respostas apresentadas no questionário, bem como do exame da amostra de processos inspecionados, pontos principais referentes ao gerenciamento da unidade, que podem ser sintetizados nos tópicos a seguir elencados:

a) Gestão pessoal

A unidade possui 18 servidores, sendo dois agentes de segurança. Não há estagiários de nível superior.

Dos 18 servidores, 16 atuam na atividade-fim. A unidade esclareceu que, com a digitalização de todos os processos, as atribuições do servidor encarregado da atividade-meio ficaram reduzidas, possibilitando que este fosse aproveitado no âmbito das tarefas jurisdicionais de minutas de despachos e decisões.

Desde fevereiro de 2019, há cinco servidores que atuam em regime parcial de teletrabalho, comparecendo ao gabinete uma ou duas vezes por semana.

A unidade informou que o Tribunal Regional Federal da 3ª Região disponibiliza vários cursos de capacitação para os servidores, que são muito aproveitados.

b) Triagem inicial de processos

Em razão de uma “força tarefa” realizada pela unidade, não há mais processos físicos. A triagem dos processos eletrônicos é realizada logo que o processo é recebido no gabinete, pelo assessor ou pela chefe de gabinete, observadas as regras de competência vigentes na Corte e relativas ao desembargador, como membro da 2ª Seção e do Conselho de Justiça.

São destacados os processos urgentes e com prioridade legal. Os processos mais urgentes são sempre acompanhados pela chefe de gabinete e pelo assessor.

Realizada essa triagem, os feitos são encaminhados ao desembargador, principalmente os que abordam temas inéditos e tutela urgentes, e, ao mesmo tempo, são também repassados aos servidores, de acordo com a matéria e a existência de modelos para a adaptação. O desembargador encaminha o entendimento firmado para a assessoria, que o disponibiliza por e-mail para todos os demais servidores.

c) Classificação e separação de processos

Os processos eletrônicos são organizados pelo próprio sistema, dentro de cada “tarefa” e de acordo com as etiquetas criadas pelo desembargador e pelos servidores para facilitar eventual pesquisa.

Conforme já mencionado, a unidade realizou uma “força-tarefa” para julgar todos os processos físicos, de forma que o acervo atual é composto por processos sobrestados, os quais também já foram digitalizados. A unidade possui armários com os referidos feitos separados por número e prateleiras, tudo anotado no Sistema de Informações Processuais.

A unidade classifica os processos de acordo com o tipo de ação e/ou recurso.

O controle do acervo é realizado diariamente, dentro de cada “tarefa”, selecionando-se aquelas que estão pendentes em relação a cada servidor. O controle da movimentação/fluxo dos processos é feito automaticamente dentro do sistema eletrônico, de acordo com algumas anotações estabelecidas pela unidade, tais como, “sem nenhuma decisão”, “agravo interno”, “para conferência do Dr. Johansom”, “com dúvidas”.

Mensalmente, a unidade realiza a verificação dos processos ainda sem minutas de decisão, priorizando os mais antigos.

A unidade destacou que os processos com pedido de vista formulado por outro desembargador são controlados pela Subsecretaria da Sexta Turma, que envia aos gabinetes um relatório ao término de cada sessão.

d) Forma de distribuição dos processos

A distribuição dos processos é realizada por matéria, buscando a especialização dos servidores, com intuito de facilitar o alcance das metas. Há uma equipe que trabalha especificamente com agravos de instrumento.

As minutas disponibilizadas pelos servidores são examinadas pessoalmente pelo desembargador, que, se não as aprovar, indica as alterações necessárias ou refaz o trabalho, para, em seguida, orientar o servidor diretamente.

e) Tratamento dos feitos com prioridade legal ou metas do CNJ

A identificação por etiquetas dos processos prioritários, bem como dos mais urgentes, permite o controle e a remessa dos feitos para julgamento.

A unidade informou que sempre foi prioridade o atendimento das metas do CNJ, bem como o julgamento dos processos com prioridade legal, de forma que acompanha e impõe celeridade no andamento dos referidos feitos.

f) Produtividade e metas

As metas são estabelecidas de acordo com a matéria atribuída ao servidor. A definição diária da quantidade de processos a cargo de cada servidor é dinâmica, variando de acordo com a complexidade do processo.

No regime de teletrabalho, as metas foram fixadas com um aumento no percentual do que antes era produzido no gabinete, levando-se em consideração a matéria do servidor. O acompanhamento do teletrabalho é realizado mediante relatório encaminhado semanalmente pelos servidores à chefe de gabinete. Não atingida a meta estabelecida, a chefe de gabinete e o assessor conversam com o servidor para entender os motivos que o impediram de cumpri-la.

Não há políticas de recompensas, tendo a unidade esclarecido que todos se empenham para o cumprimento das metas estabelecidas, para que o objetivo comum seja alcançado. Pontuou-se que a equipe da unidade é coesa e motivada, além de trabalhar há muitos anos com o desembargador, estabelecendo uma relação de confiança recíproca.

g) Práticas processuais

São utilizadas decisões monocráticas, bem como modelos que são produzidos e atualizados pelo desembargador.

O desembargador confere, diariamente, toda a produção da unidade até às 19 horas.

Os processos sobrestados, em sua grande maioria, são relativos aos expurgos inflacionários dos planos econômicos. No entanto, há também processos sobrestados por força do IRDR n. 0017610-97.2016.4.03.0000, bem como em razão de decisões em temas repetitivos do Superior Tribunal de Justiça. Na “força-tarefa”, realizada para o julgamento dos processos físicos, a unidade acabou por realizar uma detalhada triagem dos processos que estão sobrestados.

O desembargador não pede vista em julgamento, uma vez que tem acesso direto ao inteiro teor dos autos antes da realização da sessão pelo PJe, o que é suficiente para a elaboração dos seus votos, divergentes ou não, com antecedência.

A unidade não recebeu auxílio no período de maio/2019 a abril/2020 e, sempre que a parte manifesta proposta de acordo, o processo é encaminhado ao setor de conciliação.

h) Funcionamento do gabinete durante a pandemia (Covid-19)

O gabinete afirmou estar completamente adaptado às orientações da Presidência do Tribunal e do CNJ.

Durante a pandemia, o desembargador federal e todos os servidores estão atuando em regime de teletrabalho. Foi criado grupo de *WhatsApp* para integração entre todos e, periodicamente, há encontros virtuais por meio da plataforma *Teams*, também utilizada pelo desembargador para o atendimento dos advogados.

A unidade também se comunica pelo e-mail institucional e por telefone com os demais setores do Tribunal.

i) Dificuldades enfrentadas pela unidade

A unidade não destacou dificuldades no desempenho de suas tarefas. Salientou que se adaptou completamente ao PJe, bem como ao regime de teletrabalho, que espera, inclusive, permanecer ampliado.

Ressaltou, ainda, a cordialidade existente na unidade, bem como a inexistência de cargos vagos, destacando que os servidores são antigos e trabalham muito bem.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve relevante diminuição do montante de processos conclusos (de maio de 2019 a abril de 2020). Considerando o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 1.267 feitos, e, no mês anterior à inspeção, eram 554.

Verifica-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu substancialmente de 249, na última inspeção, para 127, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente, conforme explicitado no item a seguir.

O tempo médio gasto pelo gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 7 meses, enquanto que o tempo médio, na 2ª Seção, equivale a 21 meses. Trata-se de indicador que merece destaque.

A equipe, analisando os dados disponibilizados no relatório e levando em consideração as metas do CNJ e do CJF, que primam pela demonstração da obtenção de resultado efetivo em decorrência do trabalho desenvolvido no período estabelecido, aferiu a evolução da produtividade a partir do exame da Meta 1 do CNJ, bem como do número de processos conclusos e do acervo ajustado de cada unidade.

Nessa linha, a unidade **merece destaque** no cumprimento da Meta 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente⁸), tendo em vista que, no ano anterior, foram distribuídos **2.551** processos e julgados **3.118**, enquanto, no ano de 2020, foram distribuídos **832** processos e julgados **1.224**, o que representa o atendimento da meta em **122%** e **147%**, respectivamente.

O incremento na produtividade refletiu diretamente no número de processos conclusos que, conforme já consignado, sofreu relevante redução no período de doze meses anteriores à inspeção. O acervo ajustado no TRF, por sua vez, aumentou de **3.111** ao início do 12º mês anterior à inspeção para **4.033** ao final do mês anterior.

Importante salientar que o aumento do acervo ajustado no TRF nos últimos doze meses é plenamente justificado pela triagem dos processos sobrestados, impulsionada pela rotina de digitalização adotada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, realizada no ano de 2019. A unidade, conforme já assinalado, já havia julgado todos os processos físicos, quando iniciada a digitalização. No entanto, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região optou posteriormente em digitalizar também os processos sobrestados, tendo a unidade, então, realizado uma minuciosa triagem. Com isso, houve o levantamento do sobrestamento que refletiu no aumento do acervo.

A análise do cumprimento das Metas 2, 4 e 6 foi realizado, unicamente, com base nos percentuais informados pelo setor de estatísticas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, eis que os números absolutos informados pelos gabinetes apresentaram inconsistências, de forma que, consonante orientação da Corregedoria da Justiça Federal, devem ser desconsiderados.

⁸ A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%. <file:///C:/Users/zeca/Downloads/Gloss%C3%A1rio-Metas-Nacionais-do-Poder-Judici%C3%A1rio-2020-Justi%C3%A7a-Federal-1.pdf>. Acesso em 30/06/2020.

Nesse diapasão, o julgamento dos processos mais antigos (Meta 2 do CNJ) **está parcialmente adequado**, uma vez que a unidade atendeu **62,37%** da Meta 2/2019 (julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014), **115,93%** da Meta 2/2019 (julgar 85% dos processos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015), **66,15%** da Meta 2/2020 (julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015) e **113,97%** da Meta 2/2020 (julgar 85% dos processos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016). O integral cumprimento da Meta 2 do CNJ ficou comprometido pela quantidade de processos suspensos, os quais, conforme visto, devido à digitalização e à triagem realizadas, tiveram o sobrestamento levantado.

A unidade **priorizou** os processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (Meta 4 do CNJ), tendo atingido o notável percentual de **172,62%** da Meta 4/2019 (julgar 60% dos processos distribuídos até 31/12/2016) e **166,67%** da Meta 4/2020 (julgar 60% dos processos distribuídos até 31/12/2017).

O cumprimento da Meta 6 do CNJ (priorizar o julgamento das ações coletivas) **merece elogio**, considerando o atendimento do percentual de **142,86%** da Meta 6/2019 (julgar 70% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015) e da Meta 6/2020 (julgar 70% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016).

Ressalte-se, ainda, que, de acordo com a certidão CEINSP 0067544, a unidade vem promovendo o inteiro cumprimento das recomendações formuladas no relatório de inspeção/2018.

Diante de todos os dados anteriormente detalhados, há de se elogiar os resultados obtidos, que refletem a integração, organização e comprometimento dos servidores, capitaneados pelo desembargador.

14. RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações para o aprimoramento da unidade, a qual deve manter o método de trabalho que, conforme já assinalado, merece elogio.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA RIBEIRO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Souza Ribeiro

2.2 Turma

Sexta Turma, Segunda Seção

2.3 Competência

Art. 10, § 2º, do Regimento Interno do TRF3: "§ 2º À Segunda Seção cabe processar e julgar os feitos relativos ao direito público, ressalvados os que se incluem na competência da Primeira e Terceira Seções, dentre outros: I - matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da Primeira e Terceira Seções; II - licitações; III - nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da Primeira e Terceira Seções; IV - ensino superior; V - inscrição e exercício profissional; VI - tributos em geral e preços públicos; VII - contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção".

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Luiz Alberto de Souza Ribeiro

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Sim: o desembargador removeu-se, aos 28 de outubro de 2019, da Segunda Turma, inserida na competência da Primeira Seção, para a Sexta Turma, inserida na Competência da Segunda Seção. O desembargador assumiu um acervo de 8.059 processos no gabinete da Segunda Turma, em 22/12/2015, deixando-o, em 28/10/2019, com 4.772 processos. O gabinete assumido na Sexta Turma tinha, na data da assunção, 6.738 processos.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Desembargadora Federal Diva Malerbi, do início do período indicado até 27 de outubro de 2019.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Luís Felipe Vicente Pires, assessor, RF 4123.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17 (dezesete).
Servidores sem vínculo	1 (um).
Estagiários de nível médio	Nenhum.
Estagiários de nível superior	2 (dois).
Outros	Nenhum.

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	8.726
Processos suspensos/sobrestados	72
Processos conclusos	5.713
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	N/h
Processos em mutirão, Turma suplementar	N/h

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	8.726
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	6.297
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	5.713
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	4.681
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	72
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.480

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	N/h
Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	N/h
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior).	N/h
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	146
Mandados de segurança	10
IRDR	1
IAC	Zero
Arguição de inconstitucionalidade	Zero
Conflitos de competência	46
Reclamações	Zero
Ações rescisórias	34
Outros	55

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	8.558
Recursos em mandados de segurança coletivos	35
Recursos em ações populares	8
Recursos em ações de improbidade administrativa	43
Recursos em ações civis públicas	73
Recursos em ações de desapropriação	Zero
Recursos em ações com preferência legal	249
Outros	8.140

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	8.558
Apelações cíveis	6.452
Agravos de instrumento	1.907
Outros	198

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	3
Ações penais	Zero
Inquéritos	2
Habeas corpus	Zero
Revisões criminais	Zero
Outros	1

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Zero
Apelações	Zero
Recursos em sentido estrito	Zero
Recursos em habeas corpus	Zero
Recursos em mandado de segurança	Zero
Embargos infringentes e de nulidade	Zero
Outros	Zero

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Zero
Apelações	Zero
Ações penais	Zero
Inquéritos	Zero
Habeas corpus	Zero
Outros	Zero

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	Zero
Por IRDR	Zero
Por IAC	Zero
Por Arguição de Inconstitucionalidade	Zero
Por Recurso Especial	Zero
Por Recurso Extraordinário	Zero

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	298
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	287
Agravos legais/regimentais	267
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	249
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	Zero
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	Zero

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	1.322
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado.	30

4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos

	Processos concluídos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos até 2013	2.220	1.476	1.385
Distribuídos em 2014	429	307	236
Distribuídos em 2015	644	428	344
Distribuídos em 2016	723	426	378
Distribuídos em 2017	1.091	702	471
Distribuídos em 2018	278	1.061	648
Distribuídos em 2019	-	281	1.718
Distribuídos em 2020	-	-	533
Total	5.385	4.681	5.713

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	1
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	5

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	Zero
Total como relator para o acórdão	8

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de processos distribuídos	3.545
Total de processos julgados	4.390
Total de processos baixados	2.245
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-845
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	1.300

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	Não possuímos essa informação, haja vista que outra desembargadora ocupava o gabinete ao tempo da última autoinspeção, e as referidas informações não são publicizadas nem foram a nós disponibilizadas.
--	--

Total de feitos não regularizados	Não possuímos essa informação, haja vista que outra desembargadora ocupava o gabinete ao tempo da última autoinspeção, e as referidas informações não são publicizadas nem foram a nós disponibilizadas.
Total de feitos verificados na inspeção anterior	Neste gabinete, conforme relatório da inspeção de 2018, p. 297, foram inspecionados 128 processos físicos e 14 processos eletrônicos (ao todo, portanto, 142).
Total de feitos não regularizados	Conforme apuramos, apenas 1 (um) feito dessa lista, 0081153-89.2007.4.03.0000, ainda não foi regularizado.

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	3.212
Processos julgados no ano anterior	2.577
Processos distribuídos no ano corrente	976
Processos julgados no ano corrente	1.197

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.590
Pendentes em 31/12/2019	1.203
Porcentagem de atendimento da meta	72,90%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.241
Pendentes em 31/12/2019	319
Porcentagem de atendimento da meta	85,97%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.966
Pendentes no último dia do mês anterior	2.783
Porcentagem de atendimento da meta	55,04%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.287
Pendentes no último dia do mês anterior	339
Porcentagem de atendimento da meta	86,65%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	86
Pendentes em 31/12/2019	Zero
Porcentagem de atendimento da meta	164,73%

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	63
Pendentes no último dia do mês anterior	2
Porcentagem de atendimento da meta	161,38%

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	N/h
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	N/h
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	N/h
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	N/h

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	10

Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	157,14%

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	14
Pendentes no último dia do mês anterior	3
Porcentagem de atendimento da meta	117,65%

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	N/h
Processos baixados no ano anterior	N/h
Processos julgados no ano anterior	N/h
Processos distribuídos no ano corrente	N/h
Processos baixados no ano corrente	N/h
Processos julgados no ano corrente	N/h

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	N/h
Pendentes em 31/12/2019	N/h
Porcentagem de atendimento da meta	N/h

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	N/h
Pendentes no último dia do mês anterior	N/h
Porcentagem de atendimento da meta	N/h

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	N/h
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	N/h

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim. O item 6 da p. 300 do relatório da última inspeção, realizada em 2018, quando o gabinete ainda era titularizado pela Des. Fed. Diva Malerbi, trouxe a recomendação das seguintes práticas: "a) cumprir as recomendações dos itens 2, 3 e 5; e b) conferir tratamento prioritário aos feitos da Meta 2 do CNJ". (A limitação do número de caracteres deste campo impede maiores detalhamentos.)

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

Conforme já relatado, o desembargador assumiu o referido acervo em 28/10/2019, e portanto no período pretérito envidamos esforços em atender às recomendações da inspeção do CJF para o gabinete da 2ª Turma, onde até então a equipe se encontrava. A propósito, naquele gabinete foi conduzido árduo trabalho de adequação do acervo, tendo a equipe recebido elogios nas inspeções por que passou ali (cf., nesse sentido, o elogio feito no relatório da última inspeção [2018], p. 155). De toda forma, desde que assumimos o acervo atual, percebemos a sua delicada situação, e nos debruçamos, nos primeiros meses, no sentido de organizá-lo fisicamente, dado o grande acúmulo de processos, principalmente mais antigos (Meta 2). Também direcionamos esforços no sentido de concluir a digitalização dos feitos físicos, conforme determinado pela então Presidência. Nos últimos meses, temos conseguido levar adiante nossa metodologia de trabalho, e temos observado redução do acervo.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Conforme se observa do relatório da última inspeção, o acervo atual se encontra com severo acúmulo de processos mais antigos (Meta 2). O gabinete irá organizar esforços para atacar e

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim. O acervo tem problemas com as Metas 1 e 2. No ano passado o acervo teve problemas em julgar mais processos do que lhe era distribuído, bem como em eliminar os processos mais antigos. As demais metas estão em dia. Vale ressaltar que o Des. Fed. Souza Ribeiro assumiu o acervo tão somente no final de outubro de 2019, conforme já relatado acima. No que diz respeito a iniciativas para cumprir as metas, ratifica-se o que se pontuou acima: o gabinete irá organizar esforços para atacar o acervo de processos da Meta 2, buscando replicar experiência semelhante que tivemos na Segunda Turma, cujo gabinete que então ocupávamos também se encontrava com bastantes feitos antigos pendentes de julgamento; após intenso trabalho da equipe, percebeu-se sensível redução no número de feitos de Meta 2. Buscar-se-á repetir neste gabinete a mesma metodologia ali efetuada.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

É evidente que o acervo ora inspecionado possui desarranjos. Pede-se, inobstante, para se levar em consideração três contingências, bem como, ao final, uma perspectiva futura tendo em vista constatações pretéritas quanto à metodologia de trabalho desta equipe: (1) a equipe assumiu o gabinete apenas em 28/10/2019, tendo, portanto, pouco mais de 6 meses de trabalho no acervo; (2) desde a referida data até meados de fevereiro deste ano, boa parte da equipe esteve afetada à digitalização dos feitos físicos (que também são os mais antigos, de Meta 2), conforme campanha de digitalização conduzida pela então Presidência; e (3) a partir de março, com a pandemia, que colocou todos os servidores em teletrabalho, impossibilitou-se o trabalho nos feitos físicos remanescentes. (4) Inobstante tais contingências, nos últimos dois meses o gabinete já vem observando o resultado positivo da novel metodologia de trabalho, com redução de mais de duas centenas de processos em cada mês.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
00060729520114030000	15/3/2011	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: AI julgado em 6/5/2019. ED do agravante recebido como agravo incluído em pauta virtual, tendo havido oposição pelo agravante, que não foi objeto de apreciação, e julgado o AI em 19/9/2019. O agravante pede nulidade do julgamento, a ser apreciado. AI em secretaria para correção da digitalização.		

00030998020104036119	20/9/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Expurgos inflacionários. Processo não julgado. Sobrestado desde 4/11/2011.		
00009848020104036121	6/8/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Expurgos inflacionários. Feito sobrestado em 15/8/2014.		
00098252120154030000	8/5/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado em 6/7/2018. Tema 987 - Possibilidade da prática de atos constritivos, em face de empresa em recuperação judicial, em sede de execução fiscal.		
50030044220174030000	30/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recebido o processo em 10/4/2017, intimada a parte contrária para resposta, conclusos os autos para julgamento, com prioridade.		
50039909320174030000	11/4/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recebido o processo em 17/4/2017, revistos os autos, foi encaminhado o feito para elaboração de despacho de redistribuição à Primeira Seção, competente para o processo e julgamento.		
50039259820174030000	11/4/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recebido o processo em 2/5/2017, intimada a parte contrária para resposta, conclusos os autos para julgamento, com prioridade.		
50013201820174036100	5/6/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recebido o processo em 5/6/2017, conclusos os autos para julgamento, com prioridade.		
50052978220174030000	28/4/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recebido o processo em 17/5/2017, decorrido o prazo legal para manifestação da parte agravada, conclusos os autos para julgamento, com prioridade.		
50000713920164036109	1º/6/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Não há pedido liminar pendente de apreciação. Antecipação da tutela deferida em sentença. Redistribuído por sorteio em razão de incompetência em 28/6/2017. Conclusos para julgamento prioritariamente.		
00467355719904036100	23/5/1994	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Expurgos inflacionários. Julgamento monocrático em 6/3/2003, interposto Agravo por Euclides Bertoni em 27/3/2003, pendente de julgamento. Sobrestamento do processo em 16/6/2015.		
10008794419954036111	3/5/1996	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Expurgos inflacionários. Julgamento monocrático em 6/3/2003, interposto agravo por Paulo Marques em 31/3/2003, pendente de julgamento. Sobrestamento do processo em 16/6/2015.		
10008728519954036100	15/2/2008	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Expurgos inflacionários. Julgamento monocrático em 1º/9/2009, interposto agravo por pelo apelante em 18/9/2009, pendente de julgamento. Sobrestamento do processo em 7/10/2010.		
00256703019954036100	17/12/1999	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Expurgos inflacionários. Feito julgado monocraticamente em 18/9/2009, interposto Agravo por Armando Pedro em 5/10/2009, pendente de julgamento. Sobrestamento do processo em 7/10/2010.		
06600004319914036100	17/6/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Expurgos inflacionários. Julgamento monocrático em 13/10/2009, interposto agravo por Vanessa Maria em 25/10/2009, pendente de julgamento. Sobrestamento do processo em 7/10/2010.		
5004767-86.2018.4.03.6000	2/8/2018	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Redistribuído o processo em 2/8/2018, tendo o Ministério Público Federal se manifestado, conclusos os autos para julgamento, com prioridade.		
5001533-88.2017.4.03.0000	9/3/2017	66 - Ação Popular
Observação/Providência: Remetido o processo para o gabinete em 2/5/2017, intimados os agravados, conclusos os autos para julgamento, com prioridade.		
5000592-81.2017.4.03.6130	23/7/2018	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: O MPF apresentou parecer em 21/8/2018. Redistribuído o feito em razão de incompetência em 17/10/2019, os autos aguardam julgamento prioritariamente.		
00004490620184030000	7/12/2018	1727 - Petição Criminal
Observação/Providência: Redistribuído, por sucessão, ao Desembargador Federal Souza Ribeiro em 26/6/2019, conclusos desde 1º/7/2019.		
50269333620194030000	16/10/2019	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Recebido o processo em redistribuição em 31/10/2019, conclusos os autos para julgamento dos pedidos de liminar e de gratuidade, com prioridade.		
50286378420194030000	4/11/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Distribuído o incidente em 5/11/2019, minutado despacho inicial, designando o juízo suscitante para resolver, provisoriamente, as medidas urgentes no processo originário.		
50190702920194030000	27/7/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Recebido o processo em 29/7/2019, intimada a parte contrária e após a resposta negativa sobre consulta acerca de eventual prevenção, conclusos os autos para julgamento com prioridade.		
50204571620184030000	23/8/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Recebido o processo em 23/8/2018, intimada a parte contrária, conclusos os autos para julgamento, com prioridade.		
50057232620194030000	11/3/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação

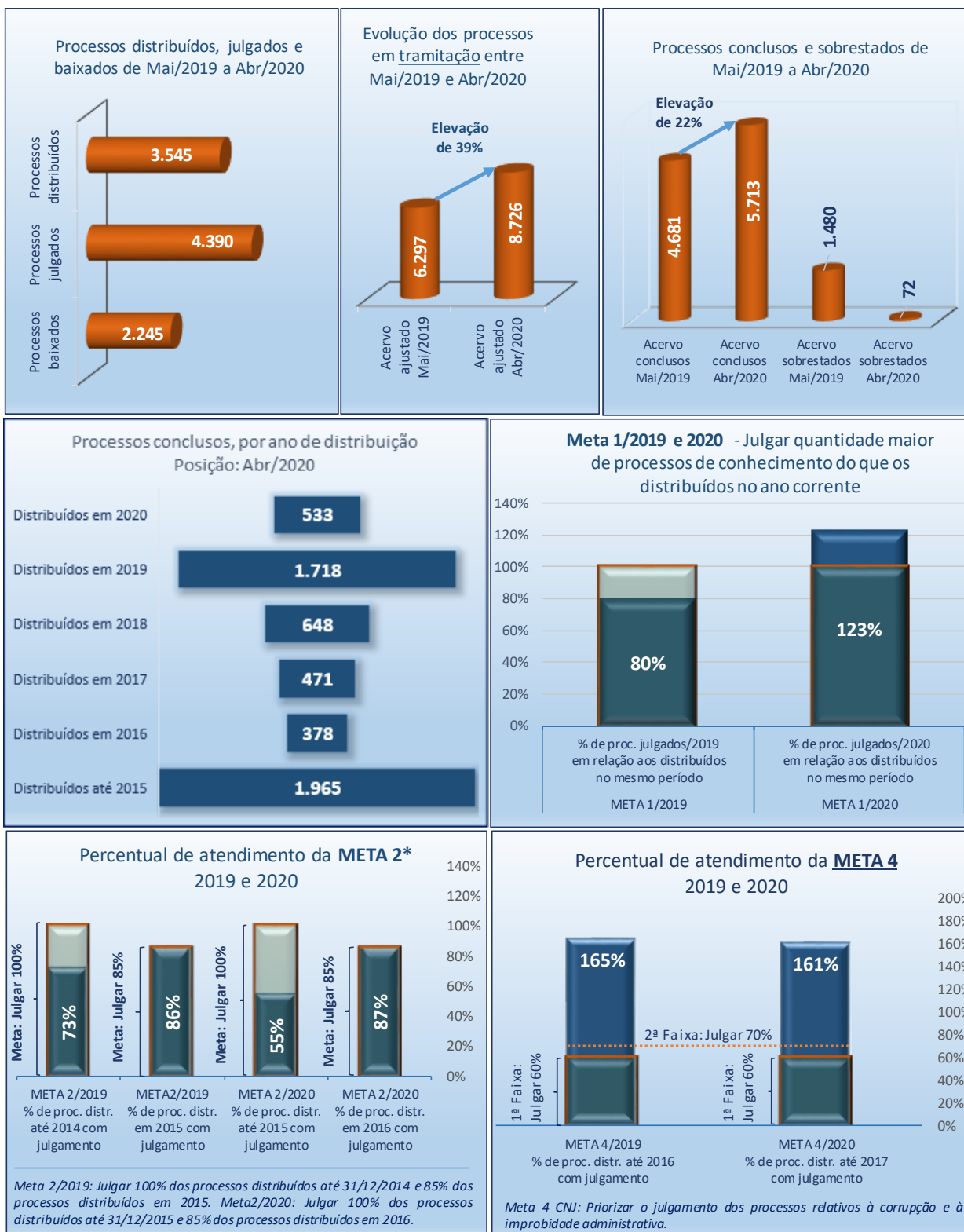
Observação/Providência: Redistribuído o processo em 14/3/2019, intimada a parte contrária, conclusos os autos para julgamento, com prioridade.		
00353974219974036100	31/10/2000	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Expurgos inflacionários. Julgado o recurso em 26/9/2001, opostos embargos declaratórios por Jose Carlos Salata, pendentes de julgamento. Sobrestado o processo em 28/2/2011.		
00251922219954036100	22/6/1999	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Expurgos Inflacionários. Julgado em 10/10/2001, opostos embargos declaratórios pelo Bradesco em 18/1/2002. Sobrestamento do feito em 21/2/2011.		
00205518819954036100	12/7/1999	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Expurgos inflacionários. Julgado em 26/9/2001. ED opostos em 30/1/2002, sem julgamento. Sobrestamento do processo em 21/2/2011.		
00286747519954036100	16/4/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Expurgos inflacionários. Julgamento em 4/9/2002, opostos ED em 11/11/2002, pendente de julgamento. Sobrestamento do feito em 19/3/2011.		
00096938919954036102	18/2/2000	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Expurgos Inflacionários. Julgamento do feito. ED juntado em 12/12/2002. Sobrestamento do feito em 19/3/2011.		
00165809519954036100	27/11/2000	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Expurgos inflacionários. Julgado o feito. Apresentado ED em face do julgamento pela parte apelada, em data de 27/1/2003. Processo sobrestado em 28/2/2011.		
0013765-81.2002.4.03.6100	11/2/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Conclusos para julgamento desde 11/2/2008.		
0002226-62.2005.4.03.6117	26/2/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Conclusos para julgamento.		
0014641-31.2005.4.03.6100	26/2/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Conclusos para julgamento desde 26/4/2008.		
0019442-19.2007.4.03.6100	26/2/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Conclusos para julgamento desde 26/2/2008.		
0025010-21.2004.4.03.6100	14/4/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Conclusos para julgamento desde 14/4/2008.		
0019218-18.2006.4.03.6100	28/4/2008	198 - Apelação Cível

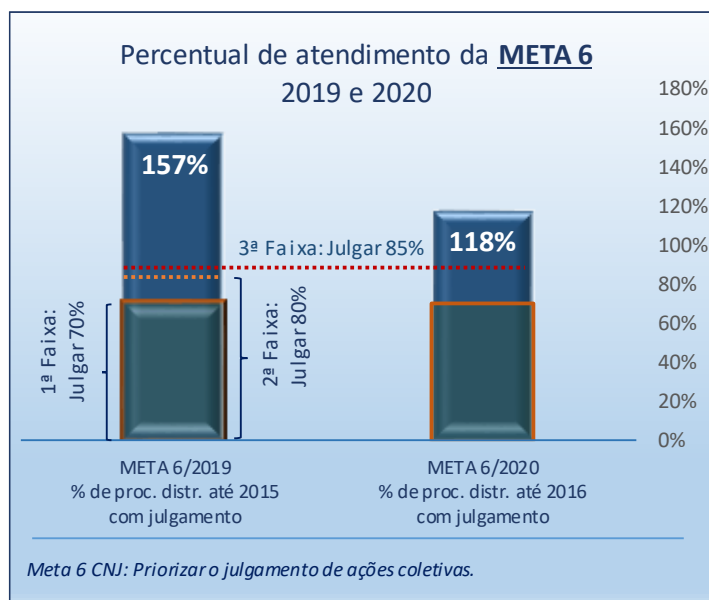
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Conclusos para julgamento desde 28/4/2008.		
0010376-93.2004.4.03.6108	30/7/2009	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Conclusos para julgamento desde 30/7/2009.		
0033777-49.2008.4.03.9999	13/6/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Conclusos para julgamento desde 23/10/2009.		
0007791-13.2009.4.03.6102	16/12/2009	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Conclusos para julgamento desde 24/2/2010.		
0009528-72.2000.4.03.6100	27/10/2009	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Conclusos para julgamento desde 25/7/2011.		
0002898-26.2016.4.03.6104	17/11/2016	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Conclusos para julgamento desde 14/12/2016.		
0003401-05.2015.4.03.6000	22/12/2016	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Conclusos para julgamento desde 1º/3/2017.		
5001356-27.2017.4.03.0000	7/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recebido o processo em 9/3/2017, intimada a parte contrária para resposta, conclusos os autos para julgamento, com prioridade.		
5003004-42.2017.4.03.0000	30/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recebido o processo em 10/4/2017, intimada a parte contrária para resposta, conclusos os autos para julgamento, com prioridade.		
5002956-83.2017.4.03.0000	30/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recebido o processo em 5/4/2017, intimada a parte contrária para resposta, conclusos os autos para julgamento, com prioridade.		
0011657-94.2012.4.03.0000	18/4/2012	1199 - Pedido de Providências
Observação/Providência: Processo Sigiloso. O feito encontra-se na Secretaria da Presidência. Relator designado o Desembargador Federal Presidente.		
0003086-30.2015.4.03.6144	3/11/2016	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Conclusos para julgamento desde 9/3/2017.		
5020457-16.2018.4.03.0000	23/8/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Recebido o processo em 23/8/2018, intimada a parte contrária, conclusos os autos para julgamento, com prioridade.		

5005723-26.2019.4.03.0000	11/3/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Redistribuído o processo em 14/3/2019, intimada a parte contrária, conclusos os autos para julgamento, com prioridade.		
5008977-07.2019.4.03.0000	11/4/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo incluído para a sessão de julgamento em 2/6/2020.		
5000679-26.2019.4.03.0000	18/1/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo incluído para a sessão de julgamento de 2/6/2020.		
5022848-41.2018.4.03.0000	17/9/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Remetido para o gabinete o processo em 18/9/2018, conclusos os autos para julgamento, com prioridade, dos embargos de declaração recebidos como agravo interno interposto contra a decisão, que apreciou o pedido de tutela antecipada.		
5026933-36.2019.4.03.0000	16/10/2019	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/providência: Recebido o processo em redistribuição em 31/10/2019, conclusos os autos para julgamento dos pedidos de liminar e de gratuidade, com prioridade.		
5026973-18.2019.4.03.0000	16/10/2019	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Recebido o processo em redistribuição em 22/10/2019, já apreciado o pedido de liminar, encontram-se os autos conclusos para julgamento da Turma, com prioridade.		
5026166-32.2018.4.03.0000	17/10/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Recebido o processo em redistribuição em 17/10/2018, conclusos para julgamento, com prioridade, dos embargos de declaração de agravo interno interposto contra a decisão, que apreciou o pedido de tutela antecipada.		
0023783-11.1995.4.03.6100	19/6/1998	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Triagem após digitalização. Expurgos inflacionários. Sobrestamento do feito em 13/10/2010.		
0001106-60.1990.4.03.6100	1º/8/1994	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguardando inserção de peças. Expurgos inflacionários. Feito sobrestado em 15/8/2014.		
0664446-89.1991.4.03.6100	30/7/1993	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Expurgos inflacionários. Sobrestamento do processo em 24/7/2013.		
0003080-59.1995.4.03.6100	29/4/1998	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Embargos Infringentes. Expurgos inflacionários. Sobrestamento em 14/10/2010.		
1200917-69.1995.4.03.6112	8/3/1996	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Expurgos inflacionários. Sobrestamento do processo em 2/8/2012.		
0690723-45.1991.4.03.6100	19/12/1996	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Expurgos inflacionários. Julgamento monocrático em 10/3/2010, interposto agravo por Dirce Palermo em 29/3/2010, pendente de julgamento. Sobrestamento do processo em 7/10/2010.		
0021645-46.2010.4.03.6100	17/12/2012	208-Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo com prazo em subsecretaria. O processo estava pautado para sessão de julgamento de 5/11/2019. Entretanto o MPF requereu a retirada de pauta, com abertura de vista para manifestação deferida. Com o retorno dos autos, o feito será preferencialmente julgado.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 58 processos selecionados, 58 foram inspecionados. Destes, um físico e 57 eletrônicos.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

00060729520114030000	50039259820174030000	50013201820174036100
50000713920164036109	50015338820174030000	00137658120024036100
00022266220054036117	00146413120054036100	00194421920074036100
00250102120044036100	00192181820064036100	00103769320044036108
00337774920084039999	00077911320094036102	00095287220004036100
00028982620164036104	00034010520154036000	50030044220174030000
50029568320174030000	00030863020154036144	50228484120184030000
50261663220184030000	00011066019904036100	00004490620184030000

b) apreciar pedido de efeito suspensivo à apelação em 10 dias:

50190702920194030000	50204571620184030000	50057232620194030000
----------------------	----------------------	----------------------

c) apreciar liminar em mandado de segurança em **10 dias**:
 50269333620194030000.

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista esclareceu a forma de planejamento e a metodologia utilizada pela unidade na gestão de pessoas e processos, facilitando a análise dos dados pela equipe.

Foram abordados, a partir da análise das respostas apresentadas no questionário, bem como do exame da amostra de processos inspecionados, pontos principais referentes ao gerenciamento da unidade, que podem ser sintetizados nos tópicos a seguir elencados:

a) Gestão pessoal

A unidade possui 17 servidores efetivos e um servidor sem vínculo, sendo dois agentes de segurança. A unidade conta com dois estagiários de nível superior.

Com exceção dos agentes de segurança, que não trabalham com processos, e de um servidor que, possuindo função administrativa, efetua o levantamento de dados relativos aos processos e aos servidores para racionalização dos trabalhos, todos os outros 14 servidores trabalham na atividade-fim.

Há sete servidores em teletrabalho integral e, atualmente, com a pandemia, todos os servidores encontram-se nesse regime. A cota é estabelecida de acordo com a maior ou menor complexidade da matéria objeto do recurso. Em regra, é exigida a confecção de dois processos por dia e, encontrando-se o servidor em regime de teletrabalho, a meta é acrescida de 30% (trinta por cento).

O controle da produtividade é feito pelo servidor responsável pelo setor administrativo, que obtém os dados individualizados por servidor semanalmente, os quais, posteriormente, são cotejados com as metas estabelecidas pelo desembargador.

Não havendo motivo excepcional justificado, caso não haja o cumprimento da cota, o servidor é orientado mais de perto na realização de sua tarefa, sendo deslocado para o regime presencial se exercido o teletrabalho. Entendendo necessário, a assessoria propõe ao servidor a mudança da matéria por ele escolhida.

Os servidores recebem capacitação por meio dos cursos oficiais do Tribunal, bem como por acesso livre e ininterrupto aos assessores para tirar dúvidas quanto a soluções a serem adotadas nos processos e para aprender temas novos de interesse ou aspectos específicos dos temas em que já trabalham. Além disso, o gabinete mantém canais no *WhatsApp* em que encaminha instruções aos servidores. O desembargador também atende todos os servidores que o procuram para fins administrativos ou de capacitação.

b) Triagem inicial de processos

A unidade não possui mais processos físicos, de modo que a triagem é toda realizada no PJe.

Recebidos os autos eletrônicos no gabinete, a assessora II separa os processos de acordo com o trabalho a ser executado (despacho/minuta/voto) e distribui os feitos em pastas próprias, já organizadas no sistema, conforme classes cadastradas pela matéria a ser julgada, redirecionando, em certos casos, o processo à assessoria ou a determinado servidor, em função da existência de situação de urgência e/ou devido à necessidade de observar às metas do CNJ e internas do gabinete.

c) Classificação e separação de processos

Considerando que os processos físicos foram digitalizados, a separação e o controle destes são realizados pelo sistema PJe, havendo triagem diária de processos e redirecionamento para suas tarefas próprias, após devidamente identificados por matéria com o uso de etiquetas disponíveis no sistema.

O gabinete destaca que o Desembargador Federal Souza Ribeiro removeu-se da Segunda Turma, assumindo o atual acervo em 28 de outubro de 2019, o qual se encontrava sem qualquer organização. Antes mesmo da possibilidade de estruturação desse acervo, a unidade viu-se obrigada a preparar e encaminhar os processos à digitalização, de forma a cumprir o cronograma estabelecido no projeto “100% PJe”. Com o retorno dos autos ao gabinete, foram iniciados os trabalhos de conferência da digitalização e triagem de processos, tarefa que teria sido prejudicada com a suspensão temporária das atividades presenciais no Tribunal por conta da pandemia.

Há no gabinete servidor destacado para a triagem e identificação diária dos processos no PJe, permitindo o controle constante de toda a movimentação do acervo.

Mensalmente, são analisados os relatórios disponibilizados pelo Setor de Estatística do Tribunal, além da utilização diária de planilhas internas de controle de produtividade, objetivando, sempre, atingir as metas estabelecidas pelo CNJ, bem como as metas individuais e coletivas definidas pelo desembargador federal.

A unidade destaca que tem buscado encaminhar o processamento de todas as matérias e classes processuais, com vistas a desenvolver um trabalho coordenado e direcionado ao controle global do acervo. Todavia, os maiores esforços têm se concentrado na organização do acervo herdado do período anterior à remoção do desembargador para o atual gabinete, em 28/10/2019, bem como no atendimento das metas definidas pelo CNJ, inexistindo, no momento, um controle específico de processos sem movimentação, excetuados os processos constantes na Meta 2, cujo monitoramento é realizado mensalmente.

d) Forma de distribuição dos processos

O assessor e a chefe de gabinete são responsáveis pelas minutas relativas aos processos de competência do Órgão Especial e da Segunda Seção, respectivamente.

À assessora II cabe a elaboração dos despachos de processamento dos feitos e os demais membros da equipe trabalham na elaboração de minutas atinentes aos processos de competência da Turma, com liberdade de escolha daqueles dentro da área de maior interesse/afinidade, excluídos os casos que exijam apreciação imediata, que são elaborados diretamente pelo assessor ou por servidor por ele orientado.

As minutas dos embargos de declaração e agravos internos são elaboradas por dois estagiários, após triagem e análise do servidor, que elaborou a decisão objeto desses recursos.

e) Tratamento dos feitos com prioridade legal ou metas do CNJ

O gabinete destaca que, desde que o desembargador assumiu o acervo, ao final de outubro de 2019, a estratégia tem sido priorizar o julgamento de processos mais antigos, que se enquadrem nas Metas do CNJ.

Não obstante, a iniciativa de digitalização de todos os feitos físicos, empreendida pela presidência anterior, impossibilitou o trabalho nos referidos processos com maior prioridade, tendo em vista que os autos eram encaminhados para a digitalização e lá ficavam por meses. Apenas mais recentemente, começaram a retornar, tendo ocorrido novo impacto decorrente da pandemia.

f) Produtividade e metas

A meta coletiva do gabinete, atualmente, é de redução de 150 processos do acervo todos os meses. As metas individuais são estabelecidas para cada servidor, de maneira particular, tendo em vista as habilidades e matéria de trabalho de cada um.

A unidade adota política de recompensas vinculadas às metas, ou seja, sempre que o gabinete cumpre a meta mensal, todos os servidores ganham um dia de bonificação.

g) Práticas processuais

São utilizadas decisões monocráticas, sempre que possível, com observância dos critérios do art. 932 do Código de Processo Civil.

O gabinete tem um acervo de modelos aprovados pelo desembargador, aos quais os servidores têm acesso e utilizam para composição de minutas. De outro giro, sempre que é redigida minuta nova, de assunto para o qual o gabinete ainda não tem modelo, tão logo aprovada, ela é lançada no banco de dados do gabinete, para fins de ulterior uso pela equipe.

Os processos sobrestados na unidade são referentes aos seguintes temas do STJ: 961 - possibilidade de fixação de honorários pelo acolhimento da exceção de pré-executividade para a exclusão do sócio, sem extinção da execução fiscal; 962 e 981 - possibilidade de redirecionamento da execução fiscal para o sócio gerente da empresa em caso de dissolução irregular da empresa; 987 - possibilidade da prática de atos constitutivos, em face de empresa em recuperação judicial, em sede de execução fiscal de dívida tributária e não tributária; 997 - legalidade do estabelecimento, por atos infralégais, de limite máximo para a concessão do parcelamento simplificado, instituído pela Lei n. 10.522/2002; 1008 - possibilidade de inclusão de valores de ICMS nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, quando apurados pela sistemática do lucro presumido; 1012 - possibilidade de manutenção de penhora de valores via sistema BACENJUD no caso de parcelamento do crédito fiscal executado; 1014 - Inclusão de serviços de capatazia na composição do valor aduaneiro.

Há suspensão dos feitos cujo objeto seja relativo à matéria do IRDR 0017610-97.2016.4.03.0000 do Órgão Especial do TRF - 3ª Região; a expurgos inflacionários em caderneta de poupança, em razão dos Recursos Extraordinários 591.797, 626.307 e 754.745, reatuados como RE 632.212 e pertinentes à prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas, em razão do RE 636.886.

Quanto ao estímulo à conciliação, destacam que os encaminhamentos para conciliações seguem o padrão estratégico do TRF3 para a medida. Ressaltam, porém, que na Segunda Seção, seria mais difícil a possibilidade de expandir a estratégia, tendo em vista que atuam na competência do Direito Público.

Salientou-se que todos os pedidos de vista são levados a julgamento na sessão imediatamente seguinte.

O Desembargador Federal Souza Ribeiro, no período de maio/2019 a abril/2020, tendo atuado na Primeira Seção/Segunda Turma até sua remoção interna para a Segunda Seção/Sexta Turma, em 28/10/2019, não recebeu auxílio para julgamento de processos do gabinete de mutirão ou força tarefa assemelhada. Registra, porém, a convocação do Juiz Federal José Francisco da Silva Neto nos dias em que o desembargador esteve de férias, no período de 21 de maio até 6 de junho de 2019.

h) Funcionamento do gabinete durante a pandemia

Durante a pandemia, o desembargador federal e todos os servidores do gabinete estão atuando em regime de teletrabalho.

O gabinete relata que estaria obtendo surpreendente desempenho nesta época da pandemia com aumento substancial na produtividade da equipe. Esclarece que, segundo os dados oficiais de estatística do Tribunal, nos últimos três meses, todos já em período de pandemia, o gabinete teria alcançado uma média mensal de produtividade de 448 julgamentos, superando em 24% a média histórica (que era de 362 julgamentos/mês, contabilizada para o período a partir de janeiro/2019).

i) Dificuldades enfrentadas pela unidade

A unidade destacou que, no que tange à boa vontade da equipe e à identificação dos servidores e desembargador entre si, é possível dizer que o trabalho no gabinete flui com perfeição.

Inobstante, afirmou haver dificuldades conjunturais, externas ao aspecto humano dos agentes públicos lotados na unidade, ressaltando que, nos últimos meses, três dificuldades têm se apresentado como desafios à equipe, os quais a unidade tem enfrentado diariamente com destacado engajamento.

Em primeiro lugar, menciona a remoção do Desembargador Federal Souza Ribeiro, que trocou de gabinete no final de outubro de 2019, tendo saído da 2ª Turma, na 1ª Seção (direito privado) para a 6ª Turma, na 2ª Seção (direito público). A remoção do desembargador deu-se por razões de afinidade com a matéria. Inobstante, após quatro anos de trabalho no gabinete anterior, a equipe deixou um acervo muito controlado, eliminando quase todos os processos físicos e ficando apenas com os eletrônicos, na expectativa de zerar o acervo em um ano. De outro giro, o desembargador e sua equipe assumiram um acervo muito grande e com diversos problemas, dos quais ressaltam dois: (1) um acúmulo desproporcional de pedidos de urgência, principalmente em agravos de instrumento e (2) um acervo muito grande de processos antigos, principalmente os de Meta 2 do CNJ. Desde o fim de outubro de 2019, portanto, a equipe menciona que vem se esforçando para lidar com os desafios proporcionados pela nova alçada, de modo que estariam começando a colher, nos últimos meses, os frutos positivos do trabalho de organização e planejamento de ataque ao acervo recém empossado.

A segunda dificuldade é relacionada à iniciativa de digitalização dos feitos físicos, empreendida pela gestão que ocupou a Presidência até o início deste ano. Conquanto louvável, a estratégia de virtualização teria implicado dificuldades no cotidiano da unidade. A principal delas teria sido a impossibilidade de se trabalhar nos feitos físicos, haja vista que eles eram encaminhados para digitalização e voltavam apenas meses

depois e, ainda assim, sem ser plenamente possível o trabalho nos respectivos autos, por falta de inclusão de peças no sistema, que aguardava sua realização numa fila de trabalho que seguia ordem cronológica. Os feitos físicos teriam começado a voltar apenas em meados do primeiro semestre de 2020, momento a partir do qual, finalmente, a equipe teria começado a poder trabalhar neles.

Por fim, o terceiro e último percalço teria sido a pandemia. Embora destacarem a obtenção de surpreendente produtividade no período, mencionam que seria inegável que o trabalho remoto universalizado teria apresentado uma série de desafios, que os fizeram ter de adaptar várias práticas e hábitos que, antes das normas de isolamento, corriam naturalmente, sem que se exigisse abordagem detida na sua operacionalização. Citam, entre tantos outros embaraços causados pela pandemia, o atendimento a advogados, a discussão de pautas com o desembargador, a comunicação com outras unidades do Tribunal (como secretarias, outros gabinetes, órgãos administrativos etc.), sem contar questões de adaptação ao home office por servidores que tinham dificuldades pessoais e de estrutura com a referida modalidade.

Concluem que, apesar de todas as adversidades observadas nos últimos meses, seria mister dizer que o gabinete viria observando bom andamento de trabalho, e que pretendem seguir com o bom desempenho de seu ofício, a fim de que possam continuar sendo reconhecidos internamente e externamente (como tem sido nas inspeções do CJF) como uma unidade bem gerida e prestadora de serviço público de qualidade.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos (de maio de 2019 a abril de 2020). Uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 4.681 feitos, e, no mês anterior à inspeção, eram 5.713.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento apresentou pequeno aumento de 272, na última inspeção, para 298, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente, conforme explicitado a seguir.

O tempo médio gasto no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 25 meses, enquanto o tempo médio na 2ª Seção equivale a 21 meses. Trata-se de indicador que pode ser aperfeiçoado.

A equipe, analisando os dados disponibilizados no relatório e levando em consideração as metas do CNJ e do CJF, que primam pela demonstração da obtenção de resultado efetivo em decorrência do trabalho desenvolvido no período estabelecido,

aferiu a evolução da produtividade a partir do exame da Meta 1 do CNJ, bem como do número de processos conclusos e do acervo ajustado de cada unidade.

Nessa linha, a unidade **merece destaque** no cumprimento parcial da Meta 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente⁹), tendo em vista que no ano anterior, foram distribuídos **3.212** processos e julgados **2.577**, enquanto no ano corrente foram distribuídos **976** processos e julgados **1.197**, o que representa o atendimento da meta em **80%** e **123%**, respectivamente, considerando que o desembargador assumiu o gabinete em 28/10/2019.

Embora a unidade tenha cumprido parcialmente a Meta 1 do CNJ, o número de processos conclusos, conforme já consignado, sofreu aumento no período de doze meses anteriores à inspeção. O acervo ajustado no TRF, da mesma forma, também experimentou aumento, eis que ao início do 12º mês anterior à inspeção era de **6.297**, enquanto ao final do mês anterior era de **8.726**.

Restou evidenciado, no caso específico deste gabinete, que o aparente aumento do número de processos conclusos e do acervo ajustado no TRF decorre do fato de que, no final de janeiro de 2020, foi realizado o levantamento do sobrestamento de todos os processos para que fossem encaminhados para digitalização, passando de 1.480 para apenas 72 processos sobrestados, de forma que atualmente estão sendo triados um a um, para fins de identificação daqueles que podem voltar a tramitar, e sejam novamente sobrestados aqueles cujo motivo de suspensão ainda permanece.

A análise do cumprimento das Metas 2, 4 e 6 foi realizado, unicamente, com base nos percentuais informados pelo setor de estatísticas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, eis que os números absolutos informados pelos gabinetes apresentaram inconsistências, de forma que, consonante orientação da Corregedoria da Justiça Federal, devem ser desconsiderados.

Nesse diapasão, o julgamento dos processos mais antigos (Meta 2 do CNJ) **merece ser incrementado**, uma vez que a unidade atendeu **72,90%** da Meta 2/2019 (julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014), **85,97%** da Meta 2/2019 (julgar 85% dos processos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015), **55,04%** da Meta 2/2020 (julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015) e **86,65%** da Meta 2/2020 (julgar 85% dos processos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016).

Ressalte-se, no entanto, que o trabalho da equipe, em relação aos processos de Meta 2, restou prejudicado, em grande parte, pelo fato de que o gabinete foi assumido pelo desembargador em 28/10/2019, ou seja, bem próximo do início do processo de

⁹ A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%. <file:///C:/Users/zeca/Downloads/Gloss%C3%A1rio-Metas-Nacionais-do-Poder-Judici%C3%A1rio-2020-Justi%C3%A7a-Federal-1.pdf>. Acesso em 30/06/2020.

digitalização, ocorrido em novembro de 2020, que afeta diretamente os processos mais antigos.

A unidade **priorizou** os processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (Meta 4 do CNJ), tendo atingido o notável percentual de **164,73%** da Meta 4/2019 (julgar 60% dos processos distribuídos até 31/12/2016) e **161,38%** da Meta 4/2020 (julgar 60% dos processos distribuídos até 31/12/2017).

O cumprimento da Meta 6 do CNJ (priorizar o julgamento das ações coletivas) **merece elogio**, considerando o atendimento do percentual de **157,14%** da Meta 6/2019 (julgar 70% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015) e o de **117,65%** da Meta 6/2020 (julgar 70% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016).

Levando-se em consideração a idade, o grau de complexidade e o volume dos processos com os quais a atual equipe se deparou ao assumir o gabinete, em 28/10/2019, o cumprimento, até o momento da inspeção, da Meta 1/2020 e a manutenção do integral cumprimento das Metas 4 e 6, demonstram integração, organização e comprometimento de toda a equipe, conforme restou evidenciado na entrevista.

Verificou-se, ainda, um elevado número de tutelas provisórias pendentes, que demandam prioridade na apreciação.

Ressalte-se, por fim, que, de acordo com a certidão CEINSP 0058632, restaram devidamente cumpridas as recomendações da Inspeção/2018, o que foi confirmado pela unidade, que assinalou que o Processo n. 0035155-34.2007.4.03.6100 foi julgado na sessão de 5/9/2019, estando em processo final de digitalização, para que sejam julgados os embargos de declaração interpostos pelo Ministério Público Federal.

14. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 11, que serão verificadas na próxima autoinspeção; e
- b) ampliar o julgamento dos processos mais antigos (Meta 2 do CNJ).

GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO DOMINGUES

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete Desembargador Federal Paulo Domingues

2.2 Turma

7ª Turma

2.3 Competência

Competência Previdenciária

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Paulo Domingues

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não, o Desembargador Federal Paulo Domingues tomou posse e assumiu o acervo do atual gabinete em 11/12/2014.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não houve designação de outros magistrados no período.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Eduardo Rabelo Custódio, RF 119, técnico judiciário, assessor.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	3

Outros	não há
--------	--------

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*

Total em tramitação**	14.038
Processos suspensos/sobrestados	93
Processos conclusos	10.341
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	14.038
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	12.703
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	10.341
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	9.587
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	93
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	324

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não houve.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Prejudicado em razão da resposta anterior.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Prejudicado em razão da resposta anterior.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado em razão da resposta anterior.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	140
------------------------------------	-----

Mandados de segurança	3
IRDR	0
IAC	1
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	20
Reclamações	3
Ações rescisórias	105
Outros	8

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	13.898
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	1 (autos de relatoria da Des. Inês Virgínia, informações constantes da relação de processos desta inspeção)
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	1.727
Outros	12.143

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	13.898
Apelações cíveis	12.523
Agravos de instrumento	1.234
Outros	135 (Remessa Oficial)

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0

Outros	0
--------	---

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

Total de feitos com réus presos	1 (informação inconsistente, trata-se de conflito de competência de natureza previdenciária - proc 5001544-23.2017.403.6110)
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete

Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento

Embargos de declaração	614
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	372
Agravos legais/regimentais	43
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	31
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	7 (devolvidos pela Vice-Presidência para juízo de retratação)
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	7 (devolvidos pela Vice-Presidência para juízo de retratação)

4.12 Processos com tutela provisória pendente

Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	953 (dados inconsistentes, conforme verificação feita por amostragem na listagem dos processos constantes do painel BI TRF)
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	53

4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos

	Processos concluídos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos até 2013	626	174	80
Distribuídos em 2014	845	101	29
Distribuídos em 2015	1.789	248	101
Distribuídos em 2016	2.196	1.412	280
Distribuídos em 2017	3.101	2.522	970
Distribuídos em 2018	992	3.800	2.656
Distribuídos em 2019	-	1.330	4.829
Distribuídos em 2020	-	-	1.396
Total	9.549	9.587	10.341

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	7 (no mês de referência, pende apenas o processo n. 5006707-62.2018.403.0000, com pedido de vista em 23/3/2020)
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	3 (no mês de referência, pende apenas o processo n. 5006707-62.2018.403.0000, com pedido de vista em 23/3/2020)

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	1 (dado inconsistente, Processo 0001259-65.2015.403.6311 na pauta de julgamento de 22/6/2020, não há pendência de lavratura de acórdão)
Total como relator para o acórdão	1 (voto-vista proferido, em 23/4/2020, nos autos 5024139-76.2018.403.0000, com posterior remessa para lavratura do acórdão)

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de processos distribuídos	5.815
Total de processos julgados	7.167
Total de processos baixados	3.627
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-1.352
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	2.188

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	122
--	-----

Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	116
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	5.985
Processos julgados no ano anterior	4.936
Processos distribuídos no ano corrente	1.795
Processos julgados no ano corrente	1.971

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	117 (foram reativados alguns feitos físicos sobrestados, para viabilizar a digitalização e inserção dos metadados no Pje)
Porcentagem de atendimento da meta	98,68%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	119 (foram reativados alguns feitos físicos sobrestados, para viabilizar a digitalização e inserção dos metadados no Pje)
Porcentagem de atendimento da meta	112,38%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	10.172
Pendentes no último dia do mês anterior	143 (foram reativados alguns feitos físicos sobrestados, para viabilizar a digitalização e inserção dos metadados no Pje)
Porcentagem de atendimento da meta	98,59%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.417
Pendentes no último dia do mês anterior	198 (foram reativados alguns feitos físicos sobrestados, para viabilizar a digitalização e inserção dos metadados no PJe)
Porcentagem de atendimento da meta	110,54%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica ao segundo grau.
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica ao segundo grau.
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica ao segundo grau.
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica ao segundo grau.

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	0
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim, no sentido de priorizar e julgar os feitos constantes da listagem mencionada no item 3, alíneas a, b, c, d, e, f, g e h, do relatório da Corregedoria (casos de embargos infringentes, embargos de declaração, remanescentes da autoinspeção, casos com antecipação de tutela concedida há mais de 90 dias, feitos sem movimentação desde a conclusão, liberação de voto vista e declarações de voto). Também houve recomendação no sentido melhorar o controle e minimizar os casos com tutela concedida e pendentes de julgamento há mais de 90 dias e, por último, adotar metas mais fortes em relação à diminuição do acervo, principalmente em relação aos processos sem movimentação desde a distribuição e ao julgamento dos feitos mais antigos.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

Em atenção à ordem cronológica, continuam priorizando o julgamento dos feitos que aguardam o primeiro julgamento há mais tempo, situação na qual enquadrada a maioria dos casos inspecionados em 2018. Assim, dos 116 processos vistoriados na última inspeção, não restaram processos pendentes de cumprimento ou regularização e, tomando como referência as alíneas contidas na recomendação do relatório, foram adotadas as seguintes providências: a) regularizada a baixa de um processo no sistema PJe; processos com julgamentos concluídos e baixados definitivamente ao juízo de origem, e alguns casos sobrestados em razão de temas repetitivos; b) os casos de tutelas concedidas com mais de 90 dias são identificados por meio de listagens e planilhas, com dados extraídos dos relatórios gerenciais do Pje e, c) aumento de servidores em trabalho remoto, com a perspectiva do incremento nas metas individuais, além de reuniões com o grupo para compartilhar ideias e sugestões para melhoria da produtividade.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

O maior desafio consiste na redução do acervo de processos conclusos no gabinete. Desde que assumimos, direcionamos esforços para a redução do acervo dos feitos que aguardavam o primeiro julgamento há mais tempo (o mais antigo com mais de 18 anos de atraso, na época). Com esta questão resolvida e atendendo a recomendação para incremento na produtividade, aumentamos a quantidade de servidores em trabalho remoto com o respectivo incremento na meta individual, implementamos um novo modelo de trabalho, aproveitando as facilidades e funcionalidades do Pje, além de reuniões com o servidores, buscando simplificação no fluxo e na análise dos feitos para otimização dos julgamentos. Porém, a implantação do Projeto TRF3 100% Pje (Res. Pres.278/2019) impactou o planejado, exigindo o deslocamento de servidores para os trabalhos de inserção dos metadados no Pje, remessa/recebimento dos feitos físicos, conferência das digitalizações e correção de inconsistências, exigindo tempo demasiado nestas tarefas.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Conforme respostas lançadas neste questionário, esta unidade cumpriu as metas do CNJ, ressaltando que a Meta 1 de 2019 foi cumprida parcialmente e a de 2020 cumprida em mais de 100% até o momento. A Meta 2 foi cumprida em todos os anos, consignando que houve necessidade de reativar, no final de 2019, todos os processos físicos que estavam sobrestados por força de temas repetitivos, para possibilitar a inserção dos metadados no PJe, restando muitos ainda sem o registro de sobrestamento no sistema eletrônico, gerando pequenas inconsistências nestas informações. As medidas adotadas para atingimento das metas foram abordadas na

questão anterior. As conclusões mais antigas dos recursos internos datam do início do mês de março de 2020. Os dados referentes aos feitos pendentes de análise de pedidos de tutela antecipada e voto vista são inconsistentes, conforme verificação feita por amostragem em alguns processos constantes da relação, situações já reportadas à área de Estatística.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

É possível concluir que, apesar do aumento na quantidade de processos conclusos no gabinete e em tramitação do TRF, no mês de abril, houve cumprimento das metas do CNJ e melhora no fluxo processual, conforme informações constantes deste relatório (4.18, 5.1 a 5.6). Imprescindível a virtualização ocorrida a partir de junho de 2019, por força da Res. PresTRF3 n. 278, de 2019 (Projeto TRF3 100% PJe), com o apoio institucional do CNJ. No entanto, os impactos na movimentação processual e na produtividade, mesmo que transitoriamente, repercutiram nos resultados dos últimos meses, exigindo esforços e sacrifícios de todos os envolvidos nesses trabalhos (triagem, cadastramento, inserção de metadados no sistema PJe, remessa/recebimento dos autos físicos, conferências e correção das inconsistências), além do impedimento momentâneo na movimentação dos processos entre os órgãos internos e externos até finalização dos trabalhos, ocorridos no início deste ano, com reflexos nos fluxos dos prazos.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
00056615420164036183	20/10/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos baixados pela Vice-Presidência para juízo de retratação. Antes do envio à conclusão, a subsecretaria processante, em 29/8/2019, providenciou a digitalização e inserção dos autos no PJe, remetendo os à conclusão em 17/10/2019. Previsão de julgamento para este ano. Não há pendência de publicação de acórdão.		
00000464920174036183	24/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os autos foram devolvidos pela Vice-Presidência para realização de juízo de retratação. Após virtualização e inserção dos dados no sistema PJe, os autos foram remetidos à conclusão do gabinete, em 18/10/2019, e aguardam julgamento, com previsão para este ano. Não há acórdão pendente de publicação.		
00011737620144036005	2/3/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Conforme consulta no sistema processual, os autos em suporte físico tiveram o julgamento concluído na sessão de 21/10/2019 e, em 14/11/2019, foram remetidos ao gabinete da Desembargadora Federal Inês Virgínia, designada para relatoria do acórdão.		
00214892020184039999	4/9/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Conforme consulta no sistema processual SIAPRO, os autos em suporte físico tiveram o julgamento concluído na sessão de 21/10/2019 e, em 14/11/2019, foram remetidos ao gabinete da Desembargadora Federal Inês Virgínia, designada para relatoria do acórdão.		

50005769720164039999	21/3/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os autos foram levados a julgamento na pauta de 9/12/2019 e, após o voto do relator, foi sobrestado o julgamento, nos termos dos arts. 942 do CPC e 260 do Regimento Interno do TRF3.		
50016517420164039999	28/6/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os autos foram julgados na sessão da pauta de 13/4/2020.		
50020890320164039999	6/9/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os autos foram julgados na sessão da pauta de 13/4/2020.		
50007056820174039999	1º/3/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Os autos foram levados a julgamento na pauta de 4/11/2019 e, após o voto do relator, foi sobrestado o julgamento, nos termos dos arts. 942 do CPC e 260 do Regimento Interno do TRF3.		
50021217120174039999	6/6/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os autos incluídos na pauta de julgamento na pauta de 25/5/2020.		
50004392020164036183	6/9/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Foi proferido despacho em 8/5/2020, determinando providências do INSS quanto aos critérios utilizados para cálculo da RMI do beneficiário e está na fluência de prazo para manifestação. Não há pedido de antecipação de tutela pendente de apreciação nestes autos.		
50000754820174036107	21/9/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Os autos incluídos na pauta de julgamento de 8/6/2020.		
50016386520174030000	13/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Os autos foram julgados na sessão da pauta de 27/4/2020.		
50066713620174030000	17/5/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O agravo interno foi julgado na sessão da pauta de 27/4/2020.		
50180922320174030000	26/9/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O recurso de agravo foi julgado na sessão da pauta de 27/4/2020.		
00122532220134036183	17/6/2015	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O agravo interno foi julgado na sessão da pauta de 27/4/2020.		
5006707-62.2018.4.03.6105	26/9/2018	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Autos de relatoria da Desembargadora Inês Virgínia, levados a julgamento na sessão de 23/3/2020 e que, após apresentação do seu voto, pediu vista o Desembargador Paulo Domingues. Autos remetidos ao gabinete em 30/3/2020, para confecção do voto-vista. Serão apresentados nas próximas sessões.		
00006633120174030000	27/1/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Autos apensados à AC 00004689220154036183, está com julgamento iniciado em 24/9/2019 e sobrestado, na forma do art. 942 do CPC. Conclusos à Desembargadora Federal Inês Virgínia em 14/5/2019, ocasião em que os autos foram virtualizados e inseridos no sistema PJe - fevereiro de 2020.		
50161277320184030000	12/7/2018	244 - Reclamação
Observação/Providência: Os autos serão apreciados até o final do mês de maio de 2020.		
50001111020194030000	8/1/2019	244 - Reclamação
Observação/Providência: Autos serão apreciados até o final do mês de maio do corrente.		
50099315320194030000	23/4/2019	12083 - Tutela Antecipada Antecedente

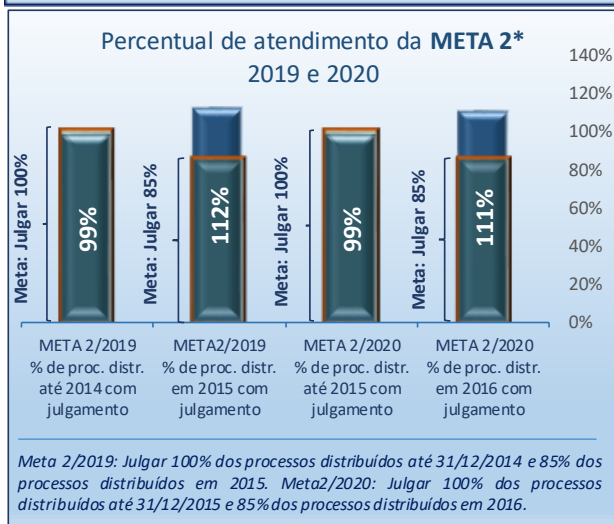
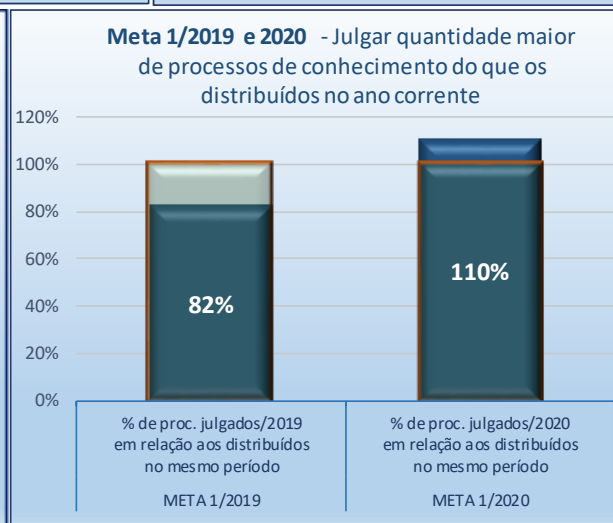
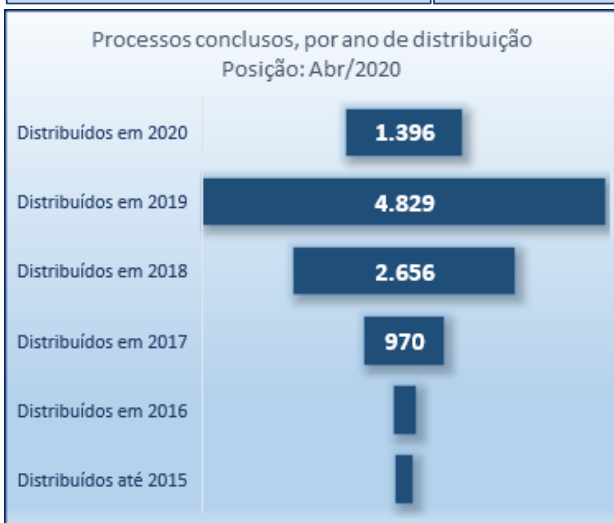
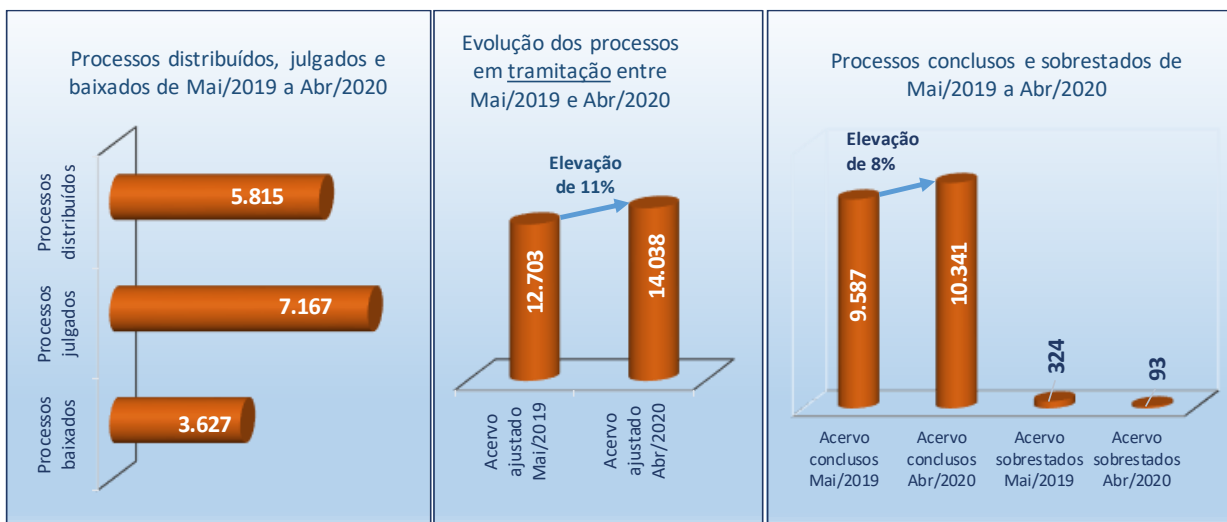
Observação/Providência: Autos redistribuídos e remetidos à conclusão em 29/5/2019, porém não constam na tarefa de gabinete do PJe. Abrimos callcenter n. 10309478 em 13/5/20 e, tão logo a Divisão do PJe regularize a situação, os autos serão apreciados.		
50101734620184030000	15/5/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Em 29/3/2019 foi proferida decisão indeferindo o pedido de antecipação de tutela e, após processamento na Subsecretaria da Turma, retornaram à conclusão em 30/5/2019. Previsão de julgamento para 2020.		
50022619520184030000	12/2/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Em 29/4/2020 foi proferida decisão homologatória do pedido de desistência, julgando prejudicado o recurso.		
50126547920184030000	8/6/2018	244 - Reclamação
Observação/Providência: Proferido despacho determinando a remessa dos autos à Desembargadora Federal Lúcia Ursaia, para verificação de eventual prevenção com a AC 0009258-77.2007.403.9999, encaminhados em 29/4/2020.		
00032190620174030000	6/6/2017	46 - Restauração de Autos
Observação/Providência: Restauração de autos distribuída em 6/6/2017. Após processamento, os autos foram remetidos à conclusão em 6/9/2018. Em 17/10/2019 os autos em suporte físico foram virtualizados e inseridos no PJe, retornando à conclusão em 24/10/2019. Previsão de julgamento para 2020.		
00012596520154036311	13/7/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em consulta ao sistema SIAPRO (quando os autos tramitavam ainda em suporte físico), constatou-se equívoco da fase processual lançada em 18/7/2018, de conclusão ao desembargador designado para o acórdão, visto que não iniciado o julgamento à época. Os autos serão julgados na sessão de 22/6/2020.		
00203531720154030000	21/9/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Os embargos de declaração foram apregoados para julgamento em 27/4/2020, porém adiados para a sessão subsequente, a pedido do relator.		
00101077620114036183	20/8/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O julgamento dos embargos de declaração estavam suspensos desde 18/10/2017, por força do Tema repetitivo 966. Houve levantamento do sobrestamento em 3/12/2019 e os autos foram remetidos para a pauta de julgamento de 22/6/2020.		
00176282120164030000	27/9/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os embargos de declaração foram julgados na pauta de 27/4/2020.		
00330398520134039999	1º/10/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os embargos de declaração incluídos no julgamento na pauta de 11/5/2020.		
0026919-65.2004.4.03.0000	3/6/2004	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Conforme consulta no sistema processual, em 14/5/2007, este AI foi apensado aos autos da ação principal n. 0000587-32.2007.4.03.9999, esta julgada e baixada definitivamente ao juízo de origem em 1º/9/2011. Será aberto callcenter para regularização deste agravo no sistema processual SIAPRO.		
5000478-15.2016.4.03.9999	15/3/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os autos foram julgados na sessão da pauta de julgamento de 13/4/2020.		
5000576-97.2016.4.03.9999	21/3/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os autos foram levados a julgamento na pauta de 9/12/2019 e, após o voto do relator, foi sobrestado o julgamento, nos termos dos arts. 942 do CPC e 260 do Regimento Interno do TRF3.		

5000646-17.2016.4.03.9999	29/3/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Os autos foram levados a julgamento na pauta de 9/9/2019 e, após o voto do relator, foi sobrestado o julgamento, nos termos dos arts. 942 do CPC e 260 do Regimento Interno do TRF3. Foi apregoado novamente em 9/12/2019, mas o julgamento foi adiado.		
5000972-74.2016.4.03.9999	11/4/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os autos foram julgados na sessão da pauta de julgamento de 13/4/2020.		
5001330-39.2016.4.03.9999	2/5/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Os autos foram julgados na sessão da pauta de julgamento de 13/4/2020.		
5001651-74.2016.4.03.9999	28/6/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os autos foram julgados na sessão da pauta de 13/4/2020.		
5002089-03.2016.4.03.9999	6/9/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os autos foram julgados na sessão da pauta de julgamento de 13/4/2020.		
5002210-31.2016.4.03.9999	27/9/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Os autos foram apregoados para julgamento na sessão de 13/4/2020 e retirados de pauta, por indicação do relator. Em 7/5/2020 foi proferido despacho determinando vista dos autos ao Ministério Público Federal.		
5002501-31.2016.4.03.9999	19/10/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Os autos foram julgados na sessão da pauta de 13/4/2020.		
5000052-66.2017.4.03.9999	1º/2/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos foram remetidos para julgamento na pauta da sessão de 22/6/2020.		
5000209-39.2017.4.03.9999	9/2/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os autos remetidos para a pauta de julgamento da sessão de 22/6/2020.		
5000288-18.2017.4.03.9999	13/2/2017	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Os autos incluídos na pauta de julgamento da sessão de 11/5/2020.		
5001638-65.2017.4.03.0000	13/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Os autos foram julgados na sessão da pauta de julgamento de 27/4/2020.		
0000663-31.2017.4.03.0000	27/1/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Autos apensados à AC 00004689220154036183, está com julgamento iniciado em 24/9/2019 e sobrestado, na forma do art. 942 do CPC. Conclusos à Desembargadora Federal Inês Virgínia em 14/5/2019, ocasião em que os autos foram virtualizados e inseridos no sistema PJe - em fevereiro de 2020.		
5021624-05.2017.4.03.0000	10/11/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Os autos serão apreciados até o final do mês de maio de 2020.		
5021840-63.2017.4.03.0000	14/11/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Autos serão apreciados até o final do mês de maio do corrente.		
5001598-32.2017.4.03.6128	16/4/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Os autos incluídos na pauta de julgamento da sessão de 8/6/2020.		
5011933-97.2017.4.03.6100	1º/5/2018	199 - Remessa Necessária Cível

Observação/Providência: Os autos incluídos na pauta de julgamento da sessão do dia 8/6/2020.		
5002498-93.2017.4.03.6102	12/4/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Os autos foram remetidos para julgamento na pauta da sessão de 8/6/2020.		
5012654-79.2018.4.03.0000	8/6/2018	244 - Reclamação
Observação/Providência: Proferido despacho em 29/4/2020, determinando a remessa dos autos à Desembargadora Federal Lúcia Ursuaia, para verificação de eventual prevenção com a AC 0009258-77.2007.403.9999, onde atualmente se encontram.		
5002261-95.2018.4.03.0000	12/2/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Em 29/4/2020 foi proferida decisão homologatória do pedido de desistência, julgando prejudicado o recurso.		
5016127-73.2018.4.03.0000	12/7/2018	244 - Reclamação
Observação/Providência: Os autos serão apreciados até o final do mês de maio de 2020.		
5000111-10.2019.4.03.0000	8/1/2019	244 - Reclamação
Observação/Providência: Autos serão apreciados até o final do mês de maio de 2020.		
5009931-53.2019.4.03.0000	23/4/2019	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Autos redistribuídos e remetidos à conclusão em 29/5/2019, porém não constam na tarefa de gabinete do PJe. Abrimos callcenter n. 10309478 em 13/5/20 e, tão logo a Divisão do PJe regularize a situação, os autos serão apreciados.		
5010173-46.2018.4.03.0000	15/5/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Em 29/3/2019 foi proferida decisão indeferindo o pedido de antecipação de tutela e, após processamento na Subsecretaria da Turma, retornaram à conclusão em 30/5/2019. Previsão de julgamento para 2020.		
0004523-80.2016.4.03.6109	18/10/2017	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Os embargos de declaração foram julgados na sessão da pauta de julgamento de 27/4/2020.		
0003219-06.2017.4.03.0000	6/6/2017	46 - Restauração de Autos
Observação/Providência: Restauração de autos distribuída em 6/6/2017. Após processamento, os autos foram remetidos à conclusão em 6/9/2018. Em 17/10/2019 os autos em suporte físico foram virtualizados e inseridos no PJe, retornando à conclusão em 24/10/2019. Previsão de julgamento para 2020.		
0009174-45.1999.4.03.6112	23/5/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos baixados pela Vice-Presidência para realização de juízo de retratação. Antes do envio à conclusão, a Subsecretaria processante, em 13/9/2019, providenciou a digitalização e inserção dos autos no PJe, remetendo-os à conclusão em 24/1/2020. Previsão de julgamento para este ano.		
0001176-29.2004.4.03.9999	13/1/2004	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Autos baixados pela Vice-Presidência para realização de juízo de retratação. Antes do envio à conclusão, a Subsecretaria processante, em 10/9/2019, providenciou a digitalização e inserção dos autos no PJe, remetendo-os à conclusão em 31/1/2020. Previsão de julgamento para 2020.		
0001285-39.2001.4.03.6122	5/6/2002	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos baixados pela Vice-Presidência para realização de juízo de retratação. Antes do envio à conclusão, a Subsecretaria processante, em 16/9/2019,		

providenciou a digitalização e inserção dos autos no PJe, remetendo os à conclusão em 20/2/2020. Previsão de julgamento para 2020.

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 48 processos selecionados, todos eram eletrônicos e foram inspecionados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) regularizar o andamento e as fases processuais em até 10 dias:

0026919-65.2004.4.03.0000	5010173-46.2018.4.03.0000
---------------------------	---------------------------

b) julgar o processo em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

00056615420164036183	00000464920174036183	50004392020164036183
00203531720154030000	5000646-17.2016.4.03.9999	5002210-31.2016.4.03.9999
0009174-45.1999.4.03.6112	0001176-29.2004.4.03.9999	0001285-39.2001.4.03.6122

c) concluir o julgamento em até 60 dias:

5000576-97.2016.4.03.9999	50007056820174039999
---------------------------	----------------------

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

De se registrar inicialmente que a equipe da Corregedoria realizou entrevistas por meios eletrônicos com o Desembargador Federal Paulo Domingues, com o assessor Eduardo Rabelo Custódio e com a chefe de gabinete Miriam Terezinha Doutel Pastore, que se mostraram solícitos em relação a todos os questionamentos efetuados.

Apurou-se que a organização do gabinete é feita em grupos de trabalho. Há divisão interna de tarefas entre os 17 servidores do quadro, dos quais: três dedicados ao assessoramento direto ao desembargador, doze dedicados à análise processual, preparação de minutas de despachos, decisões, relatórios, votos e acórdãos; e dois servidores (um técnico e um agente de segurança) que dão suporte ao trabalho administrativo do gabinete, particularmente quanto à movimentação dos processos no PJe. Também conta com o auxílio de três estagiários.

A distribuição das tarefas é feita conforme a experiência dos servidores (perfil, habilidade e características individuais), com acesso e orientação direta do desembargador e assessoria, para dirimir eventuais dúvidas conforme a peculiaridade de cada processo. Para racionalizar o serviço foram criados grupos de trabalho no gabinete, divididos por assuntos/matérias/Turma e Seção, nos quais são alocados servidores conforme o acervo e disponibilidade de pessoal e, quando necessário, realiza-se mutirões em alguns setores.

Em razão de algumas dificuldades iniciais para trabalhar no sistema eletrônico e da necessidade de padronização de alguns procedimentos, foi desenvolvido em complemento ao manual já disponibilizado pela área de sistemas, um guia com orientações e passo a passo para trabalhar no PJe, disponibilizado para consulta na pasta de rede e que sofre constantes atualizações, conforme sugestões apresentadas pelos servidores.

O planejamento e a avaliação dos resultados da unidade são tratados e discutidos com toda a equipe em reuniões (informativas, motivacionais ou estratégicas) realizadas mensalmente com o Desembargador Paulo Domingues, nas quais são analisados procedimentos, estipuladas ou revisadas as metas, feitas as avaliações de produtividade (individual e/ou coletiva) e esclarecidas dúvidas sobre questões previdenciárias e processuais. Também são apresentados os dados estatísticos e feitas projeções para o período seguinte, sempre com foco e atenção para os feitos mais antigos do acervo, os casos de prioridade legal e as matérias com maior volume de processos, deslocando-se a força de trabalho conforme a necessidade. Os resultados dessas reuniões são sintetizados, arquivados na pasta de rede do gabinete, disponível para consulta de todos.

Ordinariamente (até o início da pandemia), a unidade autoriza sete servidores a exercerem suas funções em regime de teletrabalho parcial, assim distribuídos: quatro servidores em quatro dias na semana, um servidor em três dias na semana e duas servidoras em um dia na semana.

Na unidade, as metas para os servidores em trabalho remoto têm o incremento de 30% da exigidas no trabalho presencial. O acompanhamento é feito por intermédio de planilha de produtividade individual, preenchida pelo próprio servidor e entregue no final do mês para aferição.

Os servidores em trabalho remoto, além de preencherem a planilha de produtividade, semanalmente também prestam contas pessoalmente sobre a evolução dos trabalhos e das metas. Caso a justificativa apresentada para o não cumprimento da meta não seja plausível e o fato reincidente, o trabalho remoto é suspenso.

No que concerne à triagem dos feitos, foi informado que atualmente o acervo de conclusos está totalmente virtualizado e a sua organização ocorre assim que chegam nas tarefas de entrada do gabinete (recebidos da distribuição e das subsecretarias). Nessa oportunidade, são submetidos a uma triagem detalhada (verificação de competência, de prevenção, necessidade de vista obrigatória ao MPF, necessidade de regularizações etc.), são afixadas etiquetas informativas e específicas para cada situação, sendo separados por assunto e fase (conhecimento, execução, com embargos de declaração ou agravo interno, juízo de retratação, petições de prioridade, tutela, representação processual, nome do funcionário, casos de meta 2 do CNJ etc.) e, conforme o caso, já são despachados (casos de incompetência, prevenção, vista obrigatória etc.) ou encaminhados às tarefas existentes no sistema e nas quais os servidores responsáveis trabalharão, para decisão liminar (nos feitos submetidos a tratamento de urgência, como ocorre nas medidas cautelares, liminares em mandado de segurança, em ações rescisórias, em agravos de instrumento e em conflitos de competência, sempre analisados e despachados com prioridade), ou encaminhados à tarefa para julgamento oportuno, como ocorre nas apelações. E isso sempre atentos às prioridades legais e à ordem cronológica de antiguidade.

A organização do acervo é feita dentro da respectiva competência (Turma ou Seção), com localização específica após a triagem. As subcaixas/etiquetas foram criadas conforme o sistema de trabalho do próprio gabinete, ou seja, os números à frente das subcaixas identificam os setores e são desdobrados conforme as variáveis existentes dentro do mesmo assunto. Exemplo dos feitos de competência da Turma e quantidade de servidores que atuam na matéria:

0 – Agravos de Instrumento/Reclamações e Mandados Segurança Originários (três servidores para os agravos e um para os Originários);

1 – Aposentadoria Idade Rural, Urbana e Híbrida (um servidor);

2 – Aposentadoria por Invalidez/Auxílio Doença e Auxílio Acidente (dois servidores de modo fixo e um servidor que atua nestes feitos mais LOAS e salário-maternidade privativamente);

3 – Auxílio-reclusão (1 servidor, agente de segurança), LOAS, Pensão por Morte (um servidor) e Salário-Maternidade;

4 – Revisões Diversas e Assuntos Diversos (cobrança, suspensão, inexigibilidade etc) – um servidor;

5 – Aposentadoria Tempo de Contribuição, Averbção e Revisão Tempo de Contribuição (quatro servidores, tanto para as concessões quanto revisões); e

6 – Embargos à Execução/Cumprimento de Sentença e Desaposentação (um servidor).

Três servidores trabalham na análise de iniciais, sendo dois, nos processos de conhecimento, e um, nas execuções. Os estagiários auxiliam nos processos de incapacidade, LOAS e auxílio-reclusão.

O controle do acervo é feito a partir da utilização de mapas, tabelas, listagens, planilhas e gráficos, criados especificamente para o acompanhamento dos trabalhos e para aferir a produtividade do gabinete. Os dados para alimentação são extraídos dos relatórios gerenciais do PJe e do Power BI (ferramenta recentemente disponibilizada pelo TRF e ainda em desenvolvimento).

Os gráficos permitem o acompanhamento da evolução mensal do acervo total, dos feitos conclusos no gabinete e dos feitos constantes da Meta 2 do CNJ (ano a ano), bem como da quantidade de entradas e saídas no respectivo mês.

As tabelas e planilhas são utilizadas para fazer comparativos de produtividade de outros órgãos julgadores, para acompanhamento mensal da distribuição e da produtividade individual e coletiva da equipe, e para identificação da quantidade de processos por assunto e setor.

As listagens são utilizadas para emitir relatórios do acervo conforme ordem cronológica e que mereçam prioridade (em razão da idade das partes, processos da

meta 2 CNJ, embargos de declaração, agravo interno, tutelas etc.), as quais são entregues mensalmente aos servidores responsáveis, com identificação do processo, situação e respectiva localização.

Os processos sem movimentação são periodicamente controlados por meio de listagens extraídas dos relatórios gerenciais do PJe, posteriormente convertidas em arquivos Excel. Com a utilização de filtros é possível localizar os feitos sem movimentação dentro das tarefas, também pela data da distribuição e etiquetas identificadoras afixadas pelo gabinete (assunto, petição, funcionário, existência de recurso interno, Meta 2 e outros).

A fim de alcançar seus objetivos, o gabinete instituiu metas individuais, previamente analisadas e estabelecidas em reuniões, objetivando buscar o comprometimento do grupo com os resultados. As metas de produtividade são mensais e projetadas conforme as peculiaridades dos processos e assuntos (grau de complexidade da questão e o tempo para elaboração da minuta). São computadas as minutas de decisões monocráticas e de Colegiado, excluídas as de embargos de declaração e despachos de mero expediente. Atualmente, as metas individuais para o trabalho presencial são as seguintes (mês com 20 dias úteis): a) feitos da 3ª Seção: 40 minutas/mês; b) aposentadoria por tempo de contribuição: 60 minutas/mês; e c) demais assuntos e setores: 100 minutas/mês. Para o trabalho remoto, é exigido acréscimo de 30%.

Foi pontuado que atualmente a unidade não conta com política de recompensas vinculada ao atingimento dessas metas.

A política de recompensas não está vinculada diretamente às metas individuais, mas sim à redução do acervo total de feitos conclusos para julgamento, meta ainda não atingida pela equipe. Trata-se de meta coletiva. A ideia seria a compensação de um dia, facilidades para servidores com filhos em idade escolar, como sair para reuniões, levar em médicos etc.

Os feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ possuem tratamento específico, ou seja, são julgados prioritariamente, segundo a ordem cronológica de distribuição e a natureza da urgência. Os feitos são identificados no sistema e também mediante listagens extraídas nos relatórios gerenciais do PJe e dados do Power BI (identificados por etiquetas informativas e/ou data de distribuição).

Há previsão de realizarem um mutirão para reduzir o número de agravos de instrumento em início de julho.

A unidade se socorre de decisões terminativas nos casos previstos no art. 932 do CPC.

Com fins à otimização e racionalização do tempo e trabalho e para manter a uniformidade das decisões, o gabinete utiliza modelos de despachos, votos e decisões (por assunto/matéria/tese), criados e disponibilizados nas pastas de rede e dentro do

PJe para consulta de todos os servidores. Também utilizam a tabela Excel para contagem de tempo de serviço para aposentadoria, de acordo com evolução legislativa, facilitando análise de casos concretos.

Em relação à capacitação para servidores, foi pontuado que a área de treinamento do TRF tem promovido cursos de treinamento, com ênfase no ensino a distância e voltados para o desenvolvimento pessoal. Ademais, os servidores são orientados para participação em cursos de aperfeiçoamento técnico e de desenvolvimento pessoal.

Atualmente, há diversas matérias que vêm sendo objeto de sobrestamento. A propósito, foi esclarecido que as decisões de sobrestamento são proferidas nos processos que são localizados conforme avança no enfrentamento do acervo, sempre seguindo a ordem cronológica. Conforme dados do Power BI, fecharam o mês de maio com 193 processos sobrestados. Os principais temas de sobrestamento são os seguintes: STJ – Temas Repetitivos ns. 692, 862, 982, 975 (tese firmada/aguardando trânsito em julgado), 979, 995 (tese firmada/aguardando julgamento de Embargos de Declaração), 951, 998 (tese firmada/aguardando julgamento de Embargos de Declaração), 999, 1.005, 1.007 (tese firmada/aguardando julgamento de Embargos de Declaração), 1.011, 1.013, 1.018, 1.031 e 1.050; STF – Tema de Repercussão Geral n. 1066, e TRF3 – IRDR (readequação tetos).

A propósito da Meta 3, foi informado que, se possível e havendo interesse das partes, são homologados os acordos. No último biênio, não houve, por parte do gabinete da conciliação da Corte, estímulo à conciliação em feitos que tramitam no gabinete. Foi pontuado que o desembargador tem feito alguns movimentos para conciliação em reuniões com a procuradoria do INSS.

O gabinete não recebeu qualquer tipo de auxílio entre maio/2019 a abril/2020.

Sobre os processos com pedido de vista, de regra são priorizados e, quando não levados a julgamento na sessão seguinte, apresentados para julgamento em até 30 dias.

Neste momento excepcional e transitório enfrentado por conta da pandemia, todos os servidores lotados no gabinete estão trabalhando remotamente, em conformidade com os atos normativos editados pela Presidência do TRF3.

Durante o expediente ou conforme disponibilidade de horário de alguns servidores, todos se mantêm conectados pelos canais de comunicação do e-mail corporativo, do grupo no *WhatsApp* e, principalmente, por meio do aplicativo Microsoft Teams (ferramenta disponibilizado no mês de março), por meio do qual há reuniões quinzenais (informativas e motivacionais), por videoconferência, com a participação do desembargador e todos os servidores. Grupos de trabalho foram criados para o compartilhamento de informações, modelos de minutas, esclarecimentos de dúvidas, envio de documentos e demais funcionalidades que o aplicativo proporciona para o trabalho de equipes realizados a distância.

Apesar da dificuldade inicial para adaptação de todos (compartilhamento de equipamentos, problemas de configuração e acessos, além da adaptação da nova configuração e rotina doméstica, com a presença de todos os membros da família em casa por todo o tempo (com crianças de colo, crianças em idade escolar e estudando remotamente), não houve interrupção dos trabalhos e o espírito de colaboração foi reforçado. O monitoramento da evolução do acervo e da produtividade continuam sendo realizados e a equipe segue comprometida com a busca dos resultados.

A principal dificuldade enfrentada pela unidade, segundo informado, é o enfrentamento do volumoso acervo existente no gabinete e a grande quantidade de processos novos distribuídos diariamente. Embora o resultado positivo na eliminação dos feitos mais antigos do acervo (Meta 2 de 2020 já cumprida, inclusive), ainda não alcançaram redução na quantidade total dos processos.

A unidade sempre se preocupou com a redução do tempo médio de atraso para o primeiro julgamento, lembrando que, na assunção do gabinete, havia processo aguardando primeiro julgamento há mais de 18 anos. Atualmente, o tempo médio de atraso para o primeiro julgamento é de três anos, aproximadamente. Hoje em dia trabalham com os remanescentes até 2017 (aproximadamente 170 processos) e os distribuídos em 2018, 2019 e 2020, conforme ordem cronológica e obedecidas as prioridades legais.

Foi pontuado que houve aumento do acervo nos últimos meses, em parte justificado pelos trabalhos de digitalização realizados no Tribunal, ocorridos a partir de julho de 2019 e que perduraram até o início de 2020 (exigindo deslocamento de servidores para os serviços de triagem e identificação do acervo físico, inserção dos metadados no PJe, correções e ajustes nas autuações de vários processos, trabalhos de retirada, identificação e guarda das mídias de audiências, remessa e recebimento dos processos à central de digitalização, bem como a conferência e correção de inconsistências de digitalização), com sensível impacto na produtividade e no fluxo processual do gabinete e das subsecretarias de Turma, Seção e Vice-Presidência.

Por fim, para o melhor desempenho das suas atividades, o gabinete sugeriu, em razão da ampla reforma ocorrida na legislação previdenciária, a intensificação de cursos nessa área, para aprimoramento e desenvolvimento dos servidores.

13. OBSERVAÇÕES

No que concerne à dinâmica processual, comparativamente à inspeção anterior, apurou-se que o acervo de processos conclusos no gabinete passou de 9.170 a 10.341, o que importou um aumento do seu número. Considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 9.587 feitos, e, no mês anterior à inspeção, eram 10.341.

Verificou-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 1.329, na última inspeção, para 614, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção. Destes, há 372 embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias. O mesmo se diga quanto aos agravos legais/regimentais, que reduziram de 117 para 43 em comparação à inspeção anterior, sendo 31 com conclusão superior a 30 dias. Quanto a esses incidentes, percebe-se que houve um melhor monitoramento por parte da unidade, mas que pode ser aprimorado.

Na inspeção anterior, existiam 187 processos com tutela provisória proferida há mais de 90 dias sem que tivessem sido levados para o exame do Colegiado. Esse número foi reduzido para 53 na inspeção atual.

Além disso, a unidade possui 1.234 agravos de instrumento, 1.727 recursos em ações com preferência legal, três Mandados de Segurança, 20 Conflitos de Competência, um IAC, três reclamações e sete pedidos de vista, sendo três conclusos há mais de 30 dias.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente. Nesse sentido, foram julgados 7.167 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 5.815, ou seja, o número de julgados superou o número de distribuídos (Meta 1 CNJ) em 1.293 feitos.

No tocante à Meta 3, o registro de conciliações é pouco expressivo.

Do quanto recomendado na inspeção anterior, com acompanhamento em processo SEI próprio da Corregedoria, sob n. 0002671-15.2019.4.90.8000, constatou-se que não remanescem pendências.

No exame dos processos objeto desta inspeção, constatou-se demora de lançamento de fases processuais na subsecretaria, além de inconsistências estatísticas.

Pertinente situar o gabinete no contexto das demais unidades da 3ª Seção:

TABELA 1: ESTATÍSTICAS DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E BAIXADOS NO PERÍODO DE MAIO/2019 a ABRIL/2020 (12 MESES)

ÓRGÃO		MAGISTRADOS	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	PROCESSOS JULGADOS	PROCESSOS BAIXADOS
TERCEIRA SEÇÃO	SÉTIMA TURMA	Gab. 22 - DF Inês Virgínia	5.787	7.080	2.956
		Gab. 23 - DF Toru Yamamoto	5.768	7.704	3.949
		Gab. 24 - DF Paulo Domingues	5.815	7.167	3.627
		Gab. 25 - DF Carlos Delgados	5.558	6.888	2.952
	OITAVA TURMA	Gab. 26 - DF Newton de Lucca	5.979	8.000	5.349
		Gab. 27 - DF Therezinha Cazerta	5.980	6.128	3.975
		Gab. 28 - DF David Dantas	5.896	7.277	4.948
		Gab. 29 - DF Luiz Stefanini	5.819	4.837	3.827
	NONA TURMA	Gab. 30 - DF Batista Gonçalves	5.870	5.205	3.538
		Gab. 31 - DF Daldice Santana	7.614	7.090	3.951
		Gab. 32 - Juiza Conv. Leila Paiva	5.765	7.227	4.031
		Gab. 33 - DF Gilberto Jordan	5.530	6.536	3.988
	DÉCIMA TURMA	Gab. 34 - DF Baptista Pereira	5.894	7.235	3.429
		Gab. 35 - DF Sergio Nascimento	6.022	6.374	4.022
		Gab. 36 - DF Lucia Ursala	6.018	6.117	3.404
		Gab. 37 - DF Nelson Porfirio	5.790	7.516	4.122
	TOTAL GERAL			95.105	108.381

TABELA 2: ESTATÍSTICAS DE PROCESSOS CONCLUSOS, E EM TRAMITAÇÃO
 Nas inspeções de 2018 e 2020

ÓRGÃO		MAGISTRADOS	TRAMITAÇÃO Inspeção 2018	TRAMITAÇÃO Inspeção 2020	CONCLUSOS Inspeção 2018	CONCLUSOS Inspeção 2020
TERCEIRA SEÇÃO	SETIMA TURMA	Gab. 22 - DF Inês Virgínia	9.226	11.638	6.152	8.085
		Gab. 23 - DF Toru Yamamoto	8.266	8.266	4.117	4.628
		Gab. 24 - DF Paulo Domingues	12.298	14.038	9.170	10.341
		Gab. 25 - DF Carlos Delgado	17.972	19.421	14.477	13.714
	OITAVA TURMA	Gab. 26 - DF Newton de Lucca	10.554	10.601	7.479	7.129
		Gab. 27 - DF Therezinha Cazerta (Na Insp. 2018 era a DF Tânia M.)	3.221	5.580	303	3.017
		Gab. 28 - DF David Dantas	2.920	4.747	269	1.085
		Gab. 29 - DF Luiz Stefanini	10.972	13.248	8.516	11.103
		Gab. 30 - DF Batista Gonçalves (Na Insp. 2018 era a DF Mariza Santos)	7.280	10.859	4.964	8.496
	NONA TURMA	Gab. 31 - DF Daldice Santana	3.572	4.711	606	1.939
		Gab. 32 - Juiza Conv. Leila Paiva (Na Insp. 2018 era a DF Ana Pesarini)	12.817	15.704	10.267	12.823
		Gab. 33 - DF Gilberto Jordan	2.997	4.888	366	1.957
	DÉCIMA TURMA	Gab. 34 - DF Baptista Pereira	10.078	11.450	6.758	8.833
		Gab. 35 - DF Sergio Nascimento	2.990	5.754	478	3.443
		Gab. 36 - DF Lucia Ursaia	5.170	8.186	2.528	5.857
		Gab. 37 - DF Nelson Porfírio	6.396	6.142	3.437	3.869
	TOTAL GERAL			126.729	155.233	79.887

- Dados elaborados pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

Do exame da tabela acima, verifica-se que, em comparação às Turmas que integram a 3ª Seção do Tribunal, é o gabinete que possui o 3º maior acervo em tramitação, com 14.038 processos, situação que merece adequada atenção.

Tempo médio entre a distribuição e o 1º julgamento no TRF3 por gabinete da 3ª Seção

Seção	Unidade	Média em meses	Média em anos
3 Seção	GAB. 22 - DES.FED. INÊS VIRGÍNIA	17	1,39
	GAB. 23 - DES.FED. TORU YAMAMOTO	11	0,93
	GAB. 24 - DES.FED. PAULO DOMINGUES	25	2,09
	GAB. 25 - DES.FED. CARLOS DELGADO	43	3,59
	GAB. 26 - DES.FED. NEWTON DE LUCCA	22	1,87
	GAB. 27 - DES.FED. THEREZINHA CAZERTA	5	0,43
	GAB. 28 - DES.FED. DAVID DANTAS	4	0,34
	GAB. 29 - DES.FED. LUIZ STEFANINI	23	1,92
	GAB. 30 - DES.FED. BATISTA GONÇALVES	15	1,23
	GAB. 31 - DES.FED. DALDICE SANTANA	5	0,42
	GAB. 32 - JUIZA CONV. LEILA PAIVA	20	1,66
	GAB. 33 - DES.FED. GILBERTO JORDAN	5	0,41
	GAB. 34 - DES.FED. BAPTISTA PEREIRA	21	1,72
	GAB. 35 - DES.FED. SERGIO NASCIMENTO	6	0,52
	GAB. 36 - DES.FED. LUCIA URSAIA	12	0,96
	GAB. 37 - DES.FED. NELSON PORFIRIO	9	0,75
	Média da 3ª Seção		15

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região - BI

Junto ao sistema B.I., pode-se verificar que o tempo gasto no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 25 meses, enquanto que o tempo médio na 3ª Seção equivale a 15 meses (tabela imediatamente anterior). Trata-se de indicador que pode ser aprimorado.

Frente às inconsistências constatadas ao longo da inspeção e a fim de melhor compreender a complexidade do acervo, a equipe da Corregedoria-Geral da Justiça Federal extraiu novos dados estatísticos junto ao sistema B.I., verificando que, em 28/5/2020, a base de dados do repositório unificado foi reprocessada para aplicação de correções relativas à atualização das fases processuais, retroativamente a janeiro de 2018.

Solicitou-se, ainda, à Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos do Tribunal, o glossário do B.I, cumprindo transcrever sua versão resumida:

I. Aba Distribuídos:

Distribuídos:

Processos Distribuídos Originários e Recursais:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento de distribuição ou recebimento da denúncia no período e que tenham sido classificados pelo Justiça em Números como processos originários criminais, originários não criminais, recursais criminais, recursais não criminais, cartas ou procedimentos investigatórios.

II. Aba Acervo:

Tramitação Líquida:

Casos Pendentes Originários e Recursais:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento de distribuição ou recebimento da denúncia ou foram reativados e até o final do período de referência não tenha recebido o movimento de sobrestamento ou baixa definitiva.

Sobrestado:

Total de suspensos e sobrestados:

– Seleciona os processos que tiveram o movimento de Arquivamento Provisório, Suspensão ou Sobrestamento e que posteriormente não receberam movimento de Levantamento do sobrestamento ou movimento que indique a ativação do processo (conclusão, decisão, julgamento, baixa definitiva, lavratura de acórdão, remessa em grau de recurso ou por incompetência e publicação).

Conclusos – Pendentes:

Processos com conclusão pendente e não sobrestados (Conclusão em aberto):

– Seleciona os processos em que foi incluído o movimento de conclusão ou de remessa da distribuição ao gabinete e que não receberam movimento de despacho, decisão ou julgamento ou outra que indique o julgamento (baixa definitiva, cancelamento de distribuição, convertido em diligência, julgamento em diligência, deliberado em sessão, publicação, intimação eletrônica, intimação em secretaria,

lavratura de acórdão, trânsito em julgado ou Remessa em grau de recurso, em diligência, por devolução ao deprecante e por incompetência).

Tutela não apreciada – Conclusos há mais de 10 dias:

Processos com pedido de tutela não apreciado, conclusos há mais de 10 dias:

- Seleciona os processos em que consta registro de pedido de tutela nos dados do processo e não consta movimento que indique a apreciação da tutela;
- não estão sobrestados e que estão conclusos há mais de 10 dias.

Pendentes 1º Julgamento – Sem Sobrestados:

Processos ativos, pendentes de 1º julgamento:

- Seleciona os processos que receberam movimento de distribuição ou reativação, sem sobrestamento ou baixa posterior, em que não consta movimento processual que indique decisão terminativa ou julgamento;
- Desconsidera os processos que receberam movimento de cancelamento da distribuição, ou remessa em grau de recurso, por incompetência ou em diligência à origem.

Recursos Internos Pendentes – Conclusos:

Recursos internos conclusos:

- Processos que receberam o movimento de juntada de petição (tipos 41-agravo (inominado/legal), 49-embargos de declaração, 50-embargos infringentes, 66-recurso especial, 67-recurso extraordinário, 115-incidente de uniformização de jurisprudência, 200011-agravo); ou
- Receberam movimento de distribuição das classes (206-Agravo Regimental Cível, 208-Embargos infringentes, 216-Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade Cível, 233-Incidente de Uniformização de Jurisprudência, 421-Embargos infringentes e de Nulidade, 1208-Agravo Interno Cível, 1689-Embargo de Declaração Cível, 1729-Agravo Regimental Criminal);
- Tiveram o movimento de conclusão após o protocolo ou distribuição, sem identificação posterior de movimento de julgamento do recurso, baixa definitiva, cancelamento da distribuição ou conversão em diligência ou de sobrestamento.

Tutela Concedida – Conclusos há mais de 60 dias:

Processos com pedido de tutela deferido, sem julgamento posterior e conclusos há mais de 60 dias:

- Processos que tiveram o lançamento de movimento que indique o deferimento de tutela ou liminar e não tiveram movimento posterior que indique o julgamento ou não foram baixados e estão conclusos há mais de 60 dias.

Tutela Concedida – Conclusos há mais de 90 dias:

Processos com pedido de tutela deferido, sem julgamento posterior e conclusos há mais de 60 dias:

– Processos que tiveram o lançamento de movimento que indique o deferimento de tutela ou liminar e não tiveram movimento posterior que indique o julgamento ou não foram baixados e estão conclusos há mais de 90 dias.

Aba Baixados:

Baixados:

Total de baixados no período:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento baixa definitiva, cancelamento da distribuição, Remessas em grau de recurso, por devolução ao deprecante e por incompetência.

– São contabilizadas todas as baixas, independentemente de ser a 1ª e inclui todas as classes.

Aba Produtividade:

Total de Julgamentos:

– Apresentada o total de processos que receberam os movimentos de decisão ou julgamento, incluindo os recursos internos.

– No PJe, se o movimento estiver vinculado a um documento, considera apenas 1 movimento por documento. Se não estiver vinculado a documento, considera apenas 1 movimento por dia, a fim de evitar duplicidade, em razão dos procedimentos adotados pelos usuários.

– No SIAPRO, considera apenas 1 movimento por dia, em razão dos procedimentos adotados pelos usuários.

Recursos Internos Julgados:

– Contabiliza o total de julgamentos de Recursos Internos (Agravo (inominado/legal), Embargos de declaração, Embargos Infringentes, Incidente de uniformização de jurisprudência).

Julgamento Colegiado terminativo: são computadas as decisões proferidas em sessão colegiada;

Monocrático terminativo: são computadas as decisões proferidas pelo Desembargador Federal relator, de maneira monocrática, que extinguem o processo, com ou sem resolução do mérito, na forma da legislação processual;

Monocrática não terminativa: são computadas as decisões proferidas pelo Desembargador Federal relator, de maneira monocrática, que não extinguem o processo. (interlocutórias: tutela, liminar, prisão, incompetência)”.

A partir dessas informações, quanto aos novos dados apurados, na aba “Produtividade do sistema B.I.”, no período de maio a dezembro de 2019, são computados 3.849 julgamentos junto ao Colegiado e 143 decisões monocráticas terminativas, enquanto, no período de janeiro a abril de 2020, são 2.179 julgamentos junto ao Colegiado, uma decisão monocrática terminativa, totalizando 6.172 julgamentos de ordem terminativa.

Para o mesmo período, consta distribuição de 5.815 processos no referido sistema.

Já na aba “Acervo”, utilizando-se o filtro “pendente 1º julgamento, sem sobrestado”, parte-se de 10.380, em abril de 2019, e chega-se, em abril de 2020, com 10.870.

Porém, somando-se 10.380 aos 5.815 distribuídos, obtêm-se 16.195, dos quais, deduzindo-se os 6.172 julgados, chega-se a 10.023 feitos pendentes de primeiro julgamento, e não 10.870 como consta na coluna de Abril/2020 da referida aba.

Aparentemente, há inconsistência interna no sistema, ou de ordem conceitual, a ser solvida pelo Tribunal, no sentido de conferir aos usuários uma ferramenta que lhes permita aferir, com segurança, os diversos nichos de trabalho para distribuição da sua força de trabalho.

Sob outro enfoque, mas ainda na aba “Produtividade do sistema B.I.”, no período de janeiro/2019 a maio/2020, o gabinete produziu 8.418 decisões colegiadas terminativas e 330 decisões monocráticas terminativas, ou seja, julgou 8.748 feitos. No mesmo período, foram distribuídos 8.404 processos, o que retrata o esforço que vem sendo empenhado no sentido de controlar o acervo.

Vale mencionar que para o aludido período consta, na aba “Produtividade”, um “total de julgamentos” de 9.983, número que abrange embargos de declaração e agravos internos, como explicitado (glossário).

Do quanto apurado pela equipe da Corregedoria, impõe-se registrar que não há filtro de dados em relação aos processos remetidos para juízo de retratação, a despeito de já criado indicador na base de dados, o que também torna mais complexo o controle do acervo.

Outra questão que causa estranheza é o fato de o gabinete possuir, no mês de maio de 2020, um total de 11.094 processos pendentes de 1º julgamento, sem sobrestados, e 10.278 conclusos pendentes, o que só pode ser explicado a partir da demora de conclusão ao relator, fato que inviabiliza não só o controle do acervo por parte do gabinete como o próprio cumprimento da Meta 1.

A propósito, na inspeção anterior, no que concerne ao fluxo processual, apurou-se 4.345 processos distribuídos e 4.974 julgados, revelando que houve progresso do gabinete na redução do acervo nesta inspeção.

Impõe-se registrar que, durante a entrevista, foi apontada a existência de inconsistência de dados em razão da digitalização dos feitos.

Finalmente, foi constatada pela equipe a existência de uma restauração de autos (00032190620174030000), com previsão para inclusão na pauta de 3/8/2020, consoante informações prestadas pela assessoria da unidade.

14. RECOMENDAÇÕES

Do quanto recomendado na inspeção anterior, não remanesce qualquer pendência.

O gabinete vem se esforçando no sentido de reduzir tempo médio para o primeiro julgamento, que é o segundo maior da 3ª Seção, no que vem logrando êxito e merece reconhecimento e elogios.

Da mesma forma, o acervo de processos em tramitação (3º maior) e conclusos (4º maior).

Oportuno, pois, que sejam tomadas medidas para continuar e acelerar o processo de regularização do acervo, com o incremento do número de julgamentos e baixas, sem prejuízo de outras que os gestores e a equipe reputarem recomendáveis.

Seguem medidas que podem ser adotadas para a continuidade do processo de evolução:

a) Promoção de estudos para a instituição de política de recompensas, vinculada ao atingimento de metas e alinhada ao planejamento estratégico da Justiça Federal. Nesse sentido, a busca pela efetiva redução do acervo (qualitativa e quantitativamente) pode contemplar recompensas atrativas que promovam a integração, adesão e comprometimento da equipe, à semelhança do que ocorre em outras unidades do Tribunal, com comprovado êxito. As políticas de recompensa prestam-se exatamente como estímulo à produtividade, de extrema importância para a redução de acervos.

b) Já tendo o gabinete atingido um bom patamar em termos de antiguidade dos feitos, seria recomendável, neste momento, estabelecer metas individuais mistas, que contemplem um número de processos antigos e, outro, de processos de menor complexidade. Tratando-se de processos simples/repetitivos, é possível aumentar significativamente a produtividade, inclusive sem ofensa ao art. 12 do CPC, já que a maior quantidade de feitos possui algum critério de preferência legal. De se ressaltar que não constituindo desafio, as metas acabam por não se prestar ao objetivo a ser atingido.

c) Necessário, por outro lado, envidar esforços no sentido de manter reduzido o número de processos conclusos para o julgamento de embargos de declaração e agravo

legal/regimental, sobretudo aqueles com prazo excedido. No caso dos embargos de declaração, como se trata de processo já julgado, e como em muitas situações a oposição se faz, mais para fins de prequestionamento, o auxílio de estagiários, sob supervisão de um servidor detentor de CJ, permite ganho de escala. A preparação de minutas nos casos de embargos de declaração pode consistir nas metas dos estagiários, sob orientação de servidor, ocupando-se os servidores dos casos mais complexos.

No ponto, a coordenação do processo de triagem, pelo assessor, ou sob responsabilidade dele, é essencial. Adequado, pois, o estabelecimento de rotina para a permanente triagem, em especial dos embargos de declaração que ingressam no gabinete, destacando aqueles que visam apenas prequestionamento, de baixa complexidade por demandarem apenas a utilização de modelo pré-definido, para pronto julgamento.

Igualmente importante continuar priorizando o julgamento das ações originárias, especialmente mandados de segurança e conflitos de competência e reclamações, bem como a apresentação dos pedidos de vista em prazo razoável.

d) Pertinente checar a regularidade do acervo tanto quanto possível, especialmente no que concerne às suas fases e situação processual (em movimento/sobrestado), que possam ocasionar a distorção de dados estatísticos, solicitando a sua imediata correção pelos órgãos de apoio.

e) No que se refere à capacitação, oportuno formalizar expediente para submissão à EMAG e ao RH, solicitando a intensificação de cursos na área previdenciária para aprimoramento e desenvolvimento dos servidores, a partir do quanto apurado nesta inspeção.

f) Caberá à unidade cumprir as recomendações do item 11 deste relatório.

Cumpra-se recomendar a busca de constante aperfeiçoamento, bem como elogiar a dedicação da equipe, que vem se esforçando para prestar jurisdição de qualidade. O gabinete tem um bom controle do cumprimento das metas do Poder Judiciário e, bem assim, adequada gestão dos processos antigos e com preferências. O desafio que se apresenta diz com a procura de meios para reduzir o tempo médio e a quantidade de processos em tramitação e conclusos, pois, mantido o atual cenário, há poucas perspectivas de regularização a curto ou médio prazo.

Por fim, impõe-se registrar que as recomendações objeto deste relatório serão verificadas na próxima autoinspeção.

Unidade a ser incluída no Programa de Acompanhamento Permanente da Corregedoria-Geral.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL TORU YAMAMOTO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Toru Yamamoto.

2.2 Turma

7ª Turma

2.3 Competência

Previdenciária

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargado Federal Toru Yamamoto.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não houve outro magistrado responsável pelo órgão nos últimos 12 meses.

3.4 Servidora responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Yolanda de Oliveira Silva, chefe de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	18
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

584

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	8.266
Processos suspensos/sobrestados	246
Processos conclusos	4.628
Processos em mutirão, Turma suplementar	0
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	8.266
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	8.012
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	4.628
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	3.924
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	246
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	192

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Não se aplica.
Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Não se aplica.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior).	Não se aplica.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não se aplica.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não se aplica.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	76
Mandados de segurança	8
IRDR	0

IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	11
Reclamações	0
Ações rescisórias	52
Outros	5

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

Total de feitos recursais cíveis	8.190
Recursos em mandados de segurança coletivos	1
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	1.139
Outros	6.963

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

Total de feitos	8.190
Apelações cíveis	7.121
Agravos de instrumento	897
Outros	163

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0

Habeas corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	509
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	302
Agravos legais/regimentais	25
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	17
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	1
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	408
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado.	9

4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos conclusos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	73	7	28
Distribuídos em 2014	135	12	37
Distribuídos em 2015	722	35	27
Distribuídos em 2016	1.430	157	74
Distribuídos em 2017	2.027	189	175
Distribuídos em 2018	761	2.313	345
Distribuídos em 2019	-	1.193	2.572
Distribuídos em 2020	-	-	1.352
Total	5.148	3.906	4.610

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	3
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	3

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	229
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	5.768
Total de processos julgados	7.704
Total de processos baixados	3.949
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	- 1.936
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	1.819

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	81
Total de feitos verificados na inspeção anterior	78
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos não regularizados	6

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano corrente	1.682
Processos julgados no ano corrente	2.093
Processos distribuídos no ano anterior	6.055
Processos julgados no ano anterior	5.932

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	9.460
Pendentes em 31/12/2019	7 (esse dado será retificado pelo setor responsável, com futura comunicação ao C. CJF, porque 1 (um) desses feitos é da relatoria do Exmo. Desembargador Federal Carlos Delgado)
Porcentagem de atendimento da meta	99,12%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.767

Pendentes em 31/12/2019	8 (esse dado será retificado pelo setor responsável, com futura comunicação ao C. CJF, porque 1 (um) desses feitos é da relatoria do Exmo. Desembargador Federal Carlos Delgado e 1 (um) outro é da relatoria do Exmo. Desembargador Federal Paulo Domingues)
Porcentagem de atendimento da meta	117,34%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	11.963
Pendentes no último dia do mês anterior	333
Porcentagem de atendimento da meta	97,23%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.656
Pendentes no último dia do mês anterior	116
Porcentagem de atendimento da meta	113,83%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes no último dia do mês anterior	5
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução

Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	0
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	0
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	0
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	0

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0
Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Pendentes em 31/12/2019	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim. a) Proceder à baixa no sistema dos feitos 5000534-48.2016.4.03.9999, 5000264-87.2017.4.03.9999, 5000563-64.2017.4.03.9999 e 5001427-05.2017.4.03.9999; b) julgar, em 90 dias, os feitos 00222097920164030000, 5001546-63.2017.4.03.6119, 5000107-81.2016.4.03.6109 e 5000958-83.2017.4.03.6110; c) priorizar o andamento dos feitos 00380076919904036183, 00094967220164030000, 5007944-50.2017.4.03.0000, 5000175-25.2016.4.03.0000, 5002393-02.2016.4.03.9999, que aguardam o julgamento dos embargos de declaração/agravo legal ou regimental; d) julgar, em 90 dias, os feitos 5000068-84.2016.4.03.6109, 00044992720134039999, 00036104920134036127, 00037623120104036183, 00072039720094036104, 00046232620114036104, 00015448820144036183, 00004401720144036133 e 00005277020144036133, sem movimentação desde a conclusão; e) julgar, em 90 dias, os embargos infringentes opostos nos autos do processo n. 00043948420074036; f) publicar, em 60 dias, o acórdão proferido no feito n. 50031730520174039999.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Alínea "a" - houve lançamento de baixa definitiva em todos os feitos; Alínea "b" - todos os feitos encontram-se julgados e arquivados/baixados; Alínea "c" - todos os feitos foram julgados; Alínea "d" - todos os feitos foram julgados; Alínea "e" - os embargos infringentes opostos nos autos do feito n. 00043948420074036111 foram julgados na sessão de julgamento da 7ª Turma de 8/11/2018; Alínea "f" - foi proferido despacho tornando sem efeito o lançamento da ementa e do acórdão nos autos do processo eletrônico, posto ter sido verificada falha quanto aos referidos lançamentos, uma vez que o feito havia sido sobrestado, nos termos do art. 942 do CPC, na sessão de julgamento de 23/4/2018.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não se aplica.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim. Meta 2/2019 CNJ (Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014) - Percentual de cumprimento: 99,12% - Iniciativa planejada: identificados os seis feitos pendentes (no relatório estatístico, constaram sete feitos, sendo um é de Relatoria do Desembargador Federal Carlos Delgado. O Setor de Estatística informou que procederá à devida retificação). Dentre esses seis feitos, constatou-se que um baixou ao juízo de origem sem que tenha sido dada baixa definitiva no sistema Siapro, medida que se encontra na iniciativa de planejamento para cumprimento da meta; verificou-se que um deles já se encontra julgado; e que os demais quatro feitos encontram-se pendentes de julgamento, tendo sido determinada pelo Desembargador Federal Toru Yamamoto a prioridade na inclusão em pauta de julgamento.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A metodologia de trabalho aplicada nos últimos seis anos permitiu uma redução considerável do acervo e tem buscado alcançar a meta de minutar todos os processos dentro do próprio ano de distribuição. Meta ainda não alcançada, mas, próxima de se concretizar. As constantes falhas no PJe, mormente relacionadas à assinatura de documentos, têm causado atrasos nas movimentações dos autos e na publicação dos acórdãos. Há vários chamados junto ao setor do PJe (Callcenter), relativos à assinatura de acórdãos, que se encontram pendentes de solução há um tempo considerável, o mais antigo, aberto há 564 dias nesta data (15/5/2020). A rotina de lançamento de movimentação de julgamento, em que são necessários, no mínimo, nove cliques para cada processo julgado, além de demandar um grande tempo dos gestores da unidade, pode, eventualmente gerar problemas de saúde e afastamentos em razão de lesão por movimentos repetitivos.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
00009437620114036316	8/9/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito suspenso por determinação de tribunal superior, com lançamento no sistema Siapro e que, após a suspensão, foi encaminhado para a digitalização dos autos. Efetuar a conferência dos documentos digitalizados e o lançamento da situação "sobrestado" no PJe.		
50003213920194036183	12/4/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Chamar os autos à conclusão e determinar sua inclusão em pauta para julgamento dos embargos de declaração opostos.		
50248799720194030000	26/9/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito pautado para a sessão de julgamento da 7ª Turma desta Corte designada para 25/5/2020.		

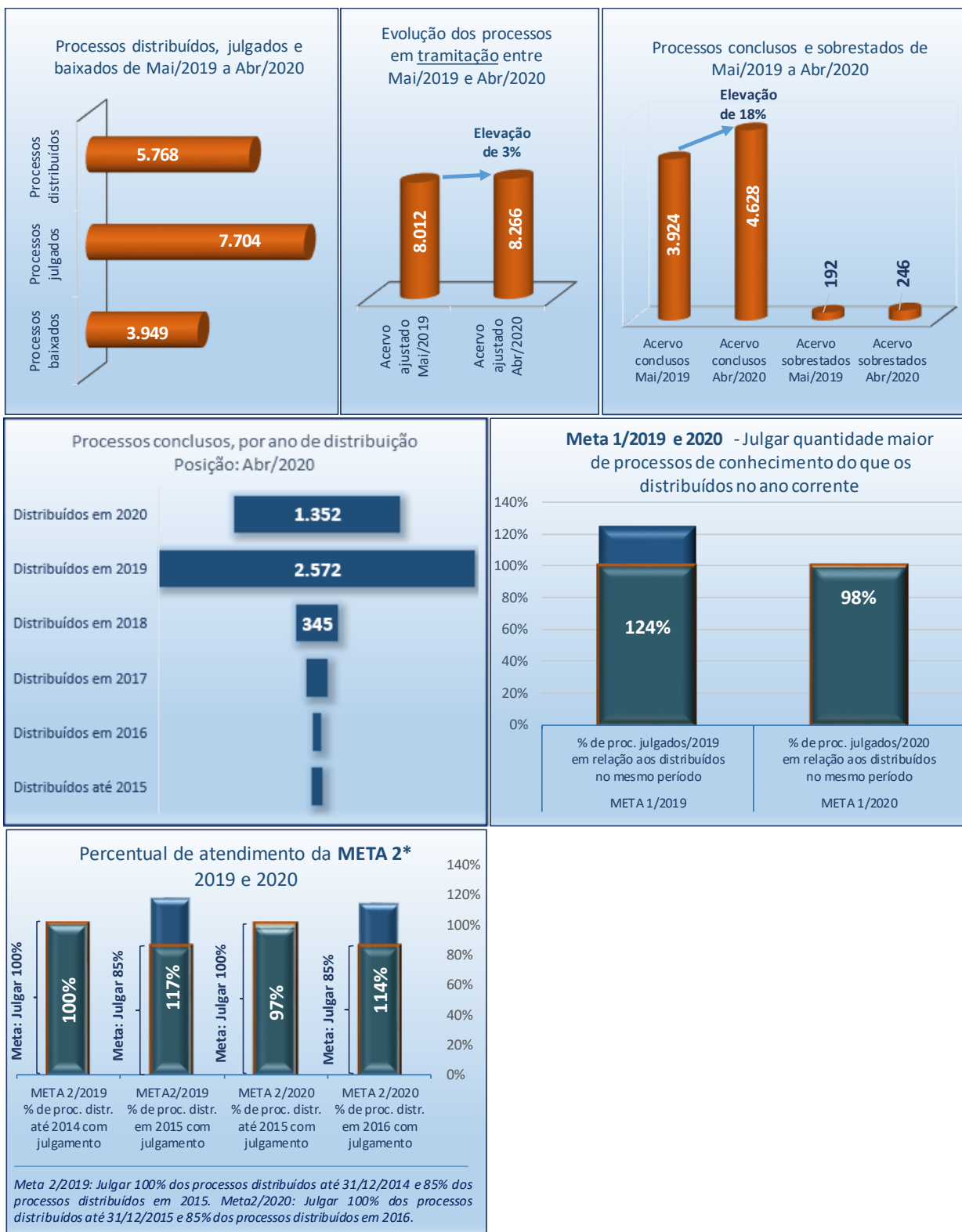
50175760320174030000	19/9/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito pautado para a sessão de julgamento da 7ª Turma desta Corte designada para 25/5/2020.		
50064067320184039999	20/12/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito com julgamento convertido em diligência. Determinar a reiteração do ofício expedido.		
50140151220184036183	12/12/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito com julgamento convertido em diligência. Determinar a reiteração do ofício expedido.		
50058973520194030000	13/3/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Feito julgado na sessão de julgamento da 7ª Turma desta Corte designada para 13/4/2020.		
50009370620184036100	14/1/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Determinar a inclusão do feito em pauta para julgamento da apelação interposta.		
50116524020194030000	10/5/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Determinar a inclusão do feito em pauta para julgamento do recurso interposto.		
50163413020194030000	26/06/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Determinar a inclusão do feito em pauta para julgamento do recurso interposto.		
50044917620194030000	26/2/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Feito redistribuído à relatoria do Desembargador Federal Souza Ribeiro em 5/7/2019 em razão do término do mandado do Desembargador Federal Toru Yamamoto como membro eleito do Órgão Especial desta Corte.		
50187975020194030000	25/7/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Chamar o feito à conclusão e determinar a inclusão do feito em pauta para julgamento do recurso interposto.		
50195301620194030000	1º/8/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Determinar a inclusão do feito em pauta para julgamento do recurso interposto.		
00090296020114036114	4/5/2012	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito suspenso por determinação de tribunal superior, com lançamento no sistema SIAPRO e que, após a suspensão, foi encaminhado para a digitalização dos autos. Efetuar a conferência dos documentos digitalizados e o lançamento da situação "sobrestado" no PJe.		
00037171720164036183	23/12/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito julgado na sessão de julgamento da 7ª Turma desta Corte designada para 27/4/2020.		
00136092320114036183	12/8/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito suspenso por determinação de tribunal superior, com lançamento no sistema SIAPRO e que, após a suspensão, foi encaminhado para a digitalização dos autos. Efetuar a conferência dos documentos digitalizados e o lançamento da situação "sobrestado" no PJe.		
00082786520084036183	15/2/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito suspenso por determinação de tribunal superior, com lançamento no sistema SIAPRO e que, após a suspensão, foi encaminhado para a		

digitalização dos autos. Efetuar a conferência dos documentos digitalizados e o lançamento da situação "sobrestado" no PJe.		
00274203820174039999	6/9/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito suspenso por determinação de tribunal superior, com lançamento no sistema SIAPRO e que, após a suspensão, foi encaminhado para a digitalização dos autos. Efetuar a conferência dos documentos digitalizados e o lançamento da situação "sobrestado" no PJe.		
50203523920184030000	23/8/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Determinar a inclusão do feito em pauta para julgamento do recurso interposto.		
50101393720194030000	24/4/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Feito redistribuído à relatoria do Desembargador Federal Souza Ribeiro em 5/7/2019 em razão do término do mandato do Desembargador Federal Toru Yamamoto como membro eleito do Órgão Especial desta Corte.		
50416896020184039999	7/9/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito sobrestado nos termos do art. 942 do Código de Processo Civil e do art. 260 do Regimento Interno desta Corte. Aguardando inclusão em pauta pelo Desembargador Federal Presidente da 7ª Turma.		
00171702620094036183	20/8/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito suspenso por determinação de tribunal superior, com lançamento no sistema SIAPRO e que, após a suspensão, foi encaminhado para a digitalização dos autos. Efetuar a conferência dos documentos digitalizados e o lançamento da situação "sobrestado" no PJe.		
00461045520104039999	10/12/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito suspenso por determinação de tribunal superior, com lançamento no sistema SIAPRO e que, após a suspensão, foi encaminhado para a digitalização dos autos. Efetuar a conferência dos documentos digitalizados e o lançamento da situação "sobrestado" no PJe.		
00256274520094039999	21/7/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito suspenso por determinação de tribunal superior, com lançamento no sistema SIAPRO e que, após a suspensão, foi encaminhado para a digitalização dos autos. Efetuar a conferência dos documentos digitalizados e o lançamento da situação "sobrestado" no PJe.		
00001906020084036111	11/3/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito suspenso por determinação de tribunal superior, com lançamento no sistema SIAPRO e que, após a suspensão, foi encaminhado para a digitalização dos autos. Efetuar a conferência dos documentos digitalizados e o lançamento da situação "sobrestado" no PJe.		
00012885420104036000	23/10/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito suspenso por determinação de tribunal superior, com lançamento no sistema SIAPRO e que, após a suspensão, foi encaminhado para a digitalização dos autos. Efetuar a conferência dos documentos digitalizados e o lançamento da situação "sobrestado" no PJe.		
00003911320124036111	22/10/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito suspenso por determinação de tribunal superior, com lançamento no sistema SIAPRO e que, após a suspensão, foi encaminhado para a digitalização dos autos. Efetuar a conferência dos documentos digitalizados e o lançamento da situação "sobrestado" no PJe.		

0001431-98.2015.4.03.9999	27/2/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito apensado à Apelação Cível n. 0001228-39.2015.4.03.9999, que se encontra com baixa ao juízo de origem. Determinar a regularização da baixa dos autos no sistema.		
5000355-32.2016.4.03.6114	25/4/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Determinar a inclusão do feito em pauta para julgamento da apelação interposta.		
5000750-38.2018.4.03.9999	7/2/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Determinar a inclusão do feito em pauta para julgamento da apelação interposta.		
5017576-03.2017.4.03.0000	19/9/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito pautado para a sessão de julgamento da 7ª Turma desta Corte designada para 25/5/2020.		
5009378-18.2018.4.03.6183	19/7/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Determinar a inclusão do feito em pauta para julgamento da apelação interposta.		
5001631-85.2018.4.03.6128	23/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Determinar a inclusão do feito em pauta para julgamento da apelação interposta.		
5038629-79.2018.4.03.9999	2/9/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Determinar a inclusão do feito em pauta para julgamento do recurso interposto.		
5000066-71.2017.4.03.6112	3/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito suspenso por determinação de tribunal superior.		
5006406-73.2018.4.03.9999	20/12/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito com julgamento convertido em diligência. Determinar a reiteração do ofício expedido.		
5020352-39.2018.4.03.0000	23/8/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Determinar a inclusão do feito em pauta para julgamento do recurso interposto.		
5006495-44.2018.4.03.6104	11/10/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito suspenso por determinação de tribunal superior.		
5004474-47.2018.4.03.6120	28/9/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Determinar a inclusão do feito em pauta para julgamento da apelação interposta.		
5014015-12.2018.4.03.6183	12/12/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito com julgamento convertido em diligência. Determinar a reiteração do ofício expedido.		
5005897-35.2019.4.03.0000	13/3/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Feito julgado na sessão de julgamento da 7ª Turma desta Corte designada para 13/4/2020.		
5032281-69.2018.4.03.0000	21/12/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito julgado na sessão de julgamento da 7ª Turma desta Corte designada para 27/4/2020.		
5016187-46.2018.4.03.0000	12/7/2018	202 - Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Feito julgado na sessão de julgamento da 7ª Turma desta Corte designada para 13/4/2020.		
5000376-85.2019.4.03.9999	30/1/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito sobrestado nos termos do art. 942 do Código de Processo Civil e do art. 260 do Regimento Interno desta Corte. Aguardando inclusão em pauta pelo Desembargador Federal Presidente da 7ª Turma.		
0000616-04.2015.4.03.9999	13/1/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito suspenso por determinação de tribunal superior, com lançamento no sistema SIAPRO e que, após a suspensão, foi encaminhado para a digitalização dos autos. Efetuar a conferência dos documentos digitalizados e o lançamento da situação "sobrestado" no PJe.		
5024769-35.2018.4.03.0000	4/10/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Determinar o cancelamento da distribuição e arquivamento do feito.		
0031605-32.2011.4.03.9999	5/8/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito julgado na sessão de julgamento da 7ª Turma desta Corte designada para 13/4/2020.		
0017960-13.2001.4.03.0000	13/6/2001	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Determinar a inclusão do feito em pauta para julgamento dos embargos de declaração opostos.		
0039514-33.2008.4.03.9999	16/7/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito com julgamento convertido em diligência. Aguardar, por 30 dias, a remessa dos documentos requisitados.		
0003302-93.2000.4.03.6183	11/12/2006	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Determinar a inclusão do feito em pauta para julgamento dos embargos de declaração opostos.		
0004760-04.2007.4.03.6183	16/12/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Determinar a inclusão do feito em pauta para julgamento dos embargos de declaração opostos.		
0005865-55.2003.4.03.6183	24/9/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Determinar a inclusão do feito em pauta para julgamento dos embargos de declaração opostos.		
5020339-40.2018.4.03.0000	22/8/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Determinar a inclusão do feito em pauta para julgamento do recurso interposto.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 48 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, um físico e 47 eletrônicos.

O processo físico foi inspecionado a partir do extrato de movimentações processuais mediante consulta ao site do TRF3.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) publicar o acórdão em 10 dias: 00009437620114036316.

b) julgar o processo em 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

50044917620194030000	50416896020184039999	0001431-98.2015.4.03.9999
5000355-32.2016.4.03.6114	5009378-18.2018.4.03.6183	5001631-85.2018.4.03.6128
5010055-40.2017.4.03.6100	5004474-47.2018.4.03.6120	5000376-85.2019.4.03.9999
0017960-13.2001.4.03.0000	0004760-04.2007.4.03.6183	0039514-33.2008.4.03.9999
0005865-55.2003.4.03.6183		

c) analisar pedido de efeito suspensivo em 30 dias: 50195301620194030000.

d) dar andamento ao pedido de orientação em 10 dias: 5024769-35.2018.4.03.0000.

e) regularizar a fase processual no sistema e dar andamento em 10 dias:

00090296020114036114	00136092320114036183	00082786520084036183
00274203820174039999	00171702620094036183	00461045520104039999
00256274520094039999	00001906020084036111	00012885420104036000
00003911320124036111	5000066-71.2017.4.03.6112	5020352-39.2018.4.03.0000
5006495-44.2018.4.03.6104	0000616-04.2015.4.03.9999	

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

De se registrar inicialmente que a equipe da Corregedoria realizou entrevistas por meios eletrônicos com o Desembargador Federal Toru Yamamoto, a assessora Eliane Dias da Cruz Oliveira e a chefe de gabinete Yolanda de Oliveira Silva, que se mostraram solícitos em relação a todos os questionamentos efetuados.

Apurou-se que o gabinete é composto por dezoito servidores, sendo dois técnicos judiciários – especialidade segurança e transporte. Todos os demais dezesseis servidores trabalham na atividade-fim (oito técnicos judiciários e oito analistas judiciários).

A fim de desenvolver suas atividades, o gabinete está dividido em grupos de servidores por matérias ou tipos de ações:

(I) a assessora de desembargador, dentre outras atividades, minuta os feitos do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região;

(II) a chefe de gabinete, além de outras atribuições, minuta os feitos na fase de triagem, de redistribuição e de verificação de prevenção, assim como distribui as tarefas/feitos entre os servidores;

(III) o assessor II minuta os feitos de conflitos de competência e de ação rescisória;

(IV) um servidor minuta os feitos relativos a agravos de instrumento;

(V) um servidor minuta os feitos de impugnação ao cumprimento de sentença e de embargos à execução;

(VI) cinco servidores minutam os feitos de aposentadoria por tempo de serviço/tempo de contribuição e de aposentadoria especial;

(VII) uma servidora minuta os feitos de revisão de benefício;

(VIII) duas servidoras minutam os feitos de auxílio-doença, de auxílio-acidente e de aposentadoria por invalidez;

(IX) uma servidora minuta os feitos de benefício assistencial, pensão por morte e auxílio-reclusão;

(X) um servidor minuta os feitos de aposentadoria por idade rural; e

(XI) um servidor minuta os feitos de aposentadoria por idade urbana e por idade híbrida, assim como os de salário-maternidade.

Ordinariamente, a unidade autoriza seis servidores a exercerem suas funções em regime de teletrabalho. Atualmente, há seis servidores nessa modalidade de trabalho. Até o ano de 2019, eram sete servidores. Dentre esses, cinco comparecem ao gabinete apenas uma vez por semana, um comparece duas vezes por semana e um comparece quatro vezes por semana. Os servidores em regime de teletrabalho têm uma meta de produtividade 20% maior que a dos servidores que trabalham presencialmente. Essa meta superior somente é aplicada nos dias de realização de teletrabalho. Na ocasião do comparecimento ao gabinete, a produtividade é igual a dos demais servidores responsáveis pela mesma matéria. Os servidores, tanto os que trabalham presencialmente, quanto os que realizam teletrabalho, enviam, semanalmente, e-mail informando os números dos feitos minutados e, eventualmente, os motivos pelos quais a meta não foi cumprida (exemplo: complexidade de um caso, indisponibilidade do sistema etc.). Esses dados são conferidos pela chefe de gabinete. Em caso de não cumprimento da meta, sem justificativa plausível, é dado ao servidor um prazo (geralmente entre uma a duas semanas) para o cumprimento do que faltou. Em caso de reincidência, verificam-se o contexto e as dificuldades, bem como a possibilidade de

alteração da matéria. Felizmente, segundo informado, isso nunca ocorreu, com exceção de uma servidora, a qual, posteriormente, pretendia pedir exoneração e realmente o fez. Então, se eventualmente, após concedido prazo complementar e alterada a matéria, não haja o cumprimento das metas, o regime de teletrabalho para aquele servidor será revogado. Porque, como sempre esclarecido, o teletrabalho não é um direito nem uma obrigação do servidor. Realiza quem tem interesse, mas o interesse da administração também tem que ser atendido.

No que concerne à triagem dos feitos, foi informado que, desde outubro de 2019 (digitalização integral do acervo), a unidade não recebe mais processos físicos. Os feitos eletrônicos são triados pela chefe de gabinete, etiquetados (são apostas etiquetas das matérias, mês e ano de distribuição e da sigla do servidor para quem será atribuído) e encaminhados para a tarefa de análise do tipo de decisão a proferir.

Os únicos feitos físicos existentes no gabinete são os suspensos por repetitivo ou repercussão geral, mas também já foram todos digitalizados e aguardam determinação quanto ao local para onde devem ser remetidos.

No PJe, os feitos são divididos em tarefas (antigamente denominadas “pastas”). As principais tarefas utilizadas pela unidade são:

- (I) Triagem: feitos recebidos do setor de distribuição;
- (II) “Analisar tipo de decisão a proferir”: feitos já triados, etiquetados e aguardando que os servidores iniciem a minuta dos documentos (decisões, relatórios/votos);
- (III) “Recebidos da unidade processante”: feitos recebidos da subsecretaria da Turma, que para lá foram remetidos para cumprimento de despachos ou decisões;
- (IV) “Recebidos com embargos de declaração”: feitos com apelações julgadas pelo Colegiado. Os feitos com embargos de declaração opostos em face de decisões monocráticas retornam pela tarefa “Recebidos da unidade processante”;
- (V) “Aptos para julgamento”: feitos com relatórios e votos minutados e conferidos, aguardando a inclusão em pauta de julgamento;
- (VI) “Aguardando a sessão”: feitos já incluídos em pauta, aguardando a sessão de julgamento;
- (VII) “Assinatura”: feitos e decisões com documentos enviados para assinatura pelo desembargador federal;
- (VIII) “Confirmar inteiro teor”: feitos julgados pelo Colegiado, remetidos para nova conferência dos relatórios, votos, ementas e acórdãos antes de serem enviados para assinatura do desembargador federal;
- (IX) “Lançar movimentação de julgamento”: feitos com acórdãos já assinados, aguardando o lançamento dos tipos de decisões proferidas, segundo a tabela de movimentações processuais.

A localização do processo numa determinada atividade depende da rotina utilizada pelo setor que o encaminhou ou da movimentação interna no gabinete.

Em relação ao controle do acervo, é feito a partir de diversos instrumentos, a seguir enumerados:

- das movimentações, é efetuado pela consulta diária das tarefas do PJe;
- do acervo, das metas de produtividade (global) e das prioridades legais: ocorre pela verificação dos dados fornecidos pelo setor de Estatística do Tribunal;
- das prioridades legais, é feito pela verificação dentro de cada tarefa dos processos com prioridades legais, identificados com um símbolo pelo próprio sistema e colocados nas primeiras posições na tarefa;
- dos embargos de declaração e dos agravos internos, é realizado pela verificação mensal das tarefas “Recebidos com embargos de declaração” e “Recebidos da unidade processante”;
- dos processos remetidos a outros setores, é efetuado pela subsecretaria da Turma;
- das urgências, é realizado pela aposição de etiquetas com a identificação da situação.

Os processos sem movimentação são periodicamente controlados pelo próprio sistema, que lança, dentro de cada tarefa, a data da respectiva entrada naquela atividade. Assim, os feitos, há mais tempo dentro da tarefa, aparecem nas primeiras posições, sendo de fácil identificação. Dessa forma, é realizado o controle pela chefe de gabinete, que, verificando a demora, avisa ao servidor responsável.

A fim de alcançar seus objetivos, o gabinete instituiu metas individuais de trabalho, fixadas com base em três critérios:

(I) grau de complexidade da matéria ou tipo de recurso:

- quanto aos agravos de instrumento e às matérias aposentadoria por idade (rural, híbrida e urbana), auxílio-acidente, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-maternidade, benefício assistencial, a meta de produtividade é de 25 (vinte e cinco) minutos/semana;

- quanto às matérias como revisão de benefício, aposentadoria por tempo de serviço/contribuição, aposentadoria especial, embargos à execução e impugnação ao cumprimento de sentença, têm meta de produtividade de 10 (dez) minutos/semana;

(II) função comissionada recebida pelo servidor (todos os servidores do gabinete recebem uma função comissionada: servidores que recebem FC-4 (assistente I) têm meta de produtividade 20% (vinte por cento) maior do que a dos servidores que recebem FC-3 (assistente técnico);

(III) local de realização do trabalho (presencial ou teletrabalho): servidores que efetuam teletrabalho possuem meta de produtividade 20% maior do que a dos servidores que trabalham presencialmente no Tribunal.

O Gabinete também conta com metas coletivas, estabelecidas de acordo com a quantidade de distribuição anual de cada matéria ou tipo de recurso, sempre objetivando serem julgados entre 30% a 50% mais processos que os distribuídos.

Foi pontuado que atualmente a unidade não conta com política de recompensas vinculada ao atingimento dessas metas. Isso porque algumas recompensas, como flexibilização de horário, já entraram na rotina do próprio gabinete, a partir da dedicação de todos.

Os feitos com prioridade legal ou relacionados à meta do CNJ possuem tratamento específico. As prioridades legais são identificadas pelo próprio sistema e os relativos à meta do CNJ, a partir dos dados fornecidos pelo setor de estatística do Tribunal. Esses processos são minutados com prioridade dentro de cada matéria.

A unidade se socorre de decisões terminativas nos casos de feitos envolvendo apenas questões já julgadas em sede de repetitivo ou repercussão geral.

Com fins ao aumento da produtividade, o gabinete utiliza modelos para votos/decisões. Foi esclarecido que, logo após o início dos trabalhos pelo PJe, os modelos existentes no sistema Gedpro eram copiados para o novo programa. Após treinamentos, os servidores passaram a criar e utilizar modelos dentro do próprio PJe.

Em relação à capacitação para servidores, foi pontuado que, ao longo do ano, o Tribunal disponibiliza vários cursos e palestras, principalmente a distância.

Atualmente, há diversas matérias sendo objeto de sobrestamento, a saber:

(I) as relacionadas a Temas Repetitivos:

951 – (a) Análise da sistemática de cálculo da renda mensal inicial no período de vigência da Consolidação das Leis da Previdência Social de 1984; e (b) A incidência dos critérios elencados no art. 144 da Lei n. 8.213/1991 e, conseqüentemente, a possibilidade de mesclarem as regras de cálculos ínsitas na legislação revogada com a nova aos benefícios concedidos no denominado período “Buraco Negro”;

979 – Devolução ou não de valores recebidos de boa-fé, a título de benefício previdenciário, por força de interpretação errônea, má aplicação da lei ou erro da Administração da Previdência Social;

999 – Possibilidade de aplicação da regra definitiva prevista no art. 29, incisos I e II, da Lei 8.213/1991, na apuração do salário de benefício, quando mais favorável que a regra de transição contida no art. 3º da Lei n. 9.876/1999, aos segurados que ingressaram no sistema antes de 26/11/1999 (data de edição da Lei n. 9.876/1999). Decisão da Vice-Presidência do STJ, publicada no DJe de 2/6/2020: "presentes os

pressupostos de admissibilidade, nos termos do art. 1.036, § 1º, do Código de Processo Civil, admito o recurso extraordinário como representativo de controvérsia, determinando a suspensão de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a mesma controvérsia em trâmite em todo o território nacional.";

1005 – Fixação do termo inicial da prescrição quinquenal, para recebimento de parcelas de benefício previdenciário reconhecidas judicialmente, em ação individual ajuizada para adequação da renda mensal aos tetos fixados pelas Emendas Constitucionais n. 20/98 e 41/2003, cujo pedido coincide com aquele anteriormente formulado em ação civil pública;

1011 – Incidência ou não do fator previdenciário no cálculo da renda mensal inicial da aposentadoria por tempo de contribuição de professor, quando a implementação dos requisitos necessários à obtenção do benefício for após a edição da Lei n. 9.876/1999;

1031 – Possibilidade de reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante, exercida após a edição da Lei n. 9.032/1995 e do Decreto n. 2.172/1997, com ou sem o uso de arma de fogo;

(II) STF – Pet 8002 – decisão: suspensão de todos os processos, individuais ou coletivos, em qualquer fase e em todo o território nacional, que versem sobre a extensão do auxílio para acompanhante, previsto no art. 45 da Lei n. 8.213/1991 para os segurados aposentados por invalidez, e demais espécies de aposentadoria do Regime Geral da Previdência Social.

A propósito da Meta 3, foi informado que as propostas de acordo, como regra, partem do INSS, em questões bem pontuais.

O gabinete não recebeu qualquer tipo de auxílio entre maio/2019 a abril/2020, não se mostrando necessário.

Relativamente aos processos com pedido de vista, de regra são apresentados em até três sessões.

Atualmente, durante a pandemia, o gabinete está funcionando normalmente, com poucas limitações. Todos os feitos já estão digitalizados e todos os servidores já tinham, ao menos eventualmente, acessado os programas remotamente. Assim, têm experiência na utilização da extranet, bem como no acesso externo ao PJe e ao CNIS. Desse modo, não houve dificuldades. No que se refere a equipamentos, apenas uma servidora precisou adquirir um novo computador.

Para fins de atendimento às partes e aos advogados, o Tribunal disponibilizou o e-mail do gabinete para prestar informações processuais, no prazo médio de 24h. Em caso de necessidade de o advogado ter de tratar diretamente com o desembargador, utilizam-se da plataforma *Teams*.

As principais dificuldades enfrentadas pela unidade referem-se ao sistema, a saber:

(I) as constantes atualizações do PJe que, ao mesmo tempo em que apresentam novas funcionalidades, geram novas falhas, principalmente quanto às fases de julgamento, assinatura e lançamento de resultados de julgamento, o que têm causado atrasos nas publicações dos acórdãos;

(II) a rotina de lançamento de resultado de julgamento, na qual são necessários, no mínimo, nove cliques para cada processo julgado, demanda um grande tempo dos gestores da unidade e, eventualmente, podem causar lesões por esforços repetitivos; e

(III) a impossibilidade de lançamento do conteúdo (áudio e vídeo) das audiências realizadas pelos juízos das varas com competência previdenciária (estaduais e federais) no sistema PJe dificulta os trabalhos de minuta de documentos, mormente, pelos servidores em teletrabalho e, nesse período de combate à pandemia, por quase todos os servidores.

Por fim, de modo a obter um melhor desempenho das suas atividades, a unidade apresentou duas sugestões:

(I) que os resultados dos julgamentos dos processos sejam atrelados ao lançamento dos acórdãos; e

(II) que o sistema PJe passe a permitir a inserção dos vídeos e áudios das audiências realizadas pelos juízos de 1º grau.

13. OBSERVAÇÕES

No que concerne à dinâmica processual, em comparação à inspeção anterior, apurou-se que o acervo de processos conclusos do gabinete passou de 4.117 a 4.628, o que importou um pequeno acréscimo do seu número. Considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 3.924 feitos, e, no mês anterior à inspeção, eram 4.628.

Verificou-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 731, na última inspeção, para 509, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção. Destes, há 302 embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias. O mesmo se diga quanto aos agravos legais/regimentais, que reduziram de 153 para 25, sendo 17 com conclusão superior a 30 dias. Quanto a esses incidentes, percebe-se que houve um melhor monitoramento por parte da unidade.

Na inspeção anterior, existiam 39 processos com tutela provisória proferida há mais de 90 dias sem que tivessem sido levados para o exame do Colegiado. Esse número foi reduzido para nove.

Além disso, a unidade possui um mandado de segurança coletivo, 897 agravos de instrumento, 1.139 recursos em ações com preferência legal, oito mandados de segurança, 11 conflitos de competência e três pedidos de vista.

No item 5.7. deste relatório, relativo à Meta 4/2020 CNJ, o sistema de dados apontou cinco feitos, o que causa estranheza diante da competência da seção.

Houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente. Nesse sentido, foram julgados 7.704 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 5.768, ou seja, o número de julgados superou o número de distribuídos (Meta 1 CNJ) em 1.936 feitos.

No tocante à Meta 3, o registro de conciliações é inexpressivo.

Do quanto recomendado na inspeção anterior, com acompanhamento em processo SEI próprio da Corregedoria, sob n. 0002670-34.2019.4.90.8000, constatou-se que não remanescem pendências.

No exame dos processos objeto desta inspeção, constatou-se demora de lançamento de fases processuais na subsecretaria, além de inconsistências estatísticas.

Pertinente, ainda, situar o gabinete no contexto das demais unidades da 3ª Seção:

TABELA 1: ESTATÍSTICAS DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E BAIXADOS NO PERÍODO DE MAIO/2019 a ABRIL/2020 (12 MESES)

ÓRGÃO		MAGISTRADOS	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	PROCESSOS JULGADOS	PROCESSOS BAIXADOS
TERCEIRA SEÇÃO	SÉTIMA TURMA	Gab. 22 - DF Inês Virginia	5.787	7.080	2.956
		Gab. 23 - DF Toru Yamamoto	5.768	7.704	3.949
		Gab. 24 - DF Paulo Domingues	5.815	7.167	3.627
		Gab. 25 - DF Carlos Delgados	5.558	6.888	2.952
	OITAVA TURMA	Gab. 26 - DF Newton de Lucca	5.979	8.000	5.349
		Gab. 27 - DF Therezinha Cazerta	5.980	6.128	3.975
		Gab. 28 - DF David Dantas	5.896	7.277	4.948
		Gab. 29 - DF Luiz Stefanini	5.819	4.837	3.827
	NONA TURMA	Gab. 30 - DF Batista Gonçalves	5.870	5.205	3.538
		Gab. 31 - DF Daldice Santana	7.614	7.090	3.951
		Gab. 32 - Juiza Conv. Leila Paiva	5.765	7.227	4.031
		Gab. 33 - DF Gilberto Jordan	5.530	6.536	3.988
	DÉCIMA TURMA	Gab. 34 - DF Baptista Pereira	5.894	7.235	3.429
		Gab. 35 - DF Sergio Nascimento	6.022	6.374	4.022
		Gab. 36 - DF Lucia Ursala	6.018	6.117	3.404
		Gab. 37 - DF Nelson Porfirio	5.790	7.516	4.122
	TOTAL GERAL			95.105	108.381

TABELA 2: ESTATÍSTICAS DE PROCESSOS CONCLUSOS, E EM TRAMITAÇÃO
Nas inspeções de 2018 e 2020

ÓRGÃO		MAGISTRADOS	TRAMITAÇÃO Inspeção 2018	TRAMITAÇÃO Inspeção 2020	CONCLUSOS Inspeção 2018	CONCLUSOS Inspeção 2020
TERCEIRA SEÇÃO	SETIMA TURMA	Gab. 22 - DF Inês Virgínia	9.226	11.638	6.152	8.085
		Gab. 23 - DF Toru Yamamoto	8.266	8.266	4.117	4.628
		Gab. 24 - DF Paulo Domingues	12.298	14.038	9.170	10.341
		Gab. 25 - DF Carlos Delgado	17.972	19.421	14.477	13.714
	OITAVA TURMA	Gab. 26 - DF Newton de Lucca	10.554	10.601	7.479	7.129
		Gab. 27 - DF Therezinha Cazerta (Na Insp. 2018 era a DF Tânia M.)	3.221	5.580	303	3.017
		Gab. 28 - DF David Dantas	2.920	4.747	269	1.085
		Gab. 29 - DF Luiz Stefanini	10.972	13.248	8.516	11.103
	NONA TURMA	Gab. 30 - DF Batista Gonçalves (Na Insp. 2018 era a DF Mariza Santos)	7.280	10.859	4.964	8.496
		Gab. 31 - DF Daldice Santana	3.572	4.711	606	1.939
		Gab. 32 - Juiza Conv. Leila Paiva (Na Insp. 2018 era a DF Ana Pesarini)	12.817	15.704	10.267	12.823
		Gab. 33 - DF Gilberto Jordan	2.997	4.888	366	1.957
	DÉCIMA TURMA	Gab. 34 - DF Baptista Pereira	10.078	11.450	6.758	8.833
		Gab. 35 - DF Sergio Nascimento	2.990	5.754	478	3.443
		Gab. 36 - DF Lucia Ursala	5.170	8.186	2.528	5.857
		Gab. 37 - DF Nelson Porfírio	6.396	6.142	3.437	3.869
	TOTAL GERAL			126.729	155.233	79.887

- Dados elaborados pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal

Do exame da tabela acima, verifica-se que, em comparação às Turmas que integram a 3ª Seção do Tribunal, é o gabinete que possui o 9º maior acervo em tramitação, com 8.266 processos, situação que se tem mantido estável.

Tempo médio entre a distribuição e o 1º julgamento no TRF3 por gabinete da 3ª Seção

Seção	Unidade	Média em meses	Média em anos
3 Seção	GAB. 22 - DES.FED. INÊS VIRGÍNIA	17	1,39
	GAB. 23 - DES.FED. TORU YAMAMOTO	11	0,93
	GAB. 24 - DES.FED. PAULO DOMINGUES	25	2,09
	GAB. 25 - DES.FED. CARLOS DELGADO	43	3,59
	GAB. 26 - DES.FED. NEWTON DE LUCCA	22	1,87
	GAB. 27 - DES.FED. THEREZINHA CAZERTA	5	0,43
	GAB. 28 - DES.FED. DAVID DANTAS	4	0,34
	GAB. 29 - DES.FED. LUIZ STEFANINI	23	1,92
	GAB. 30 - DES.FED. BATISTA GONÇALVES	15	1,23
	GAB. 31 - DES.FED. DALDICE SANTANA	5	0,42
	GAB. 32 - JUIZA CONV. LEILA PAIVA	20	1,66
	GAB. 33 - DES.FED. GILBERTO JORDAN	5	0,41
	GAB. 34 - DES.FED. BAPTISTA PEREIRA	21	1,72
	GAB. 35 - DES.FED. SERGIO NASCIMENTO	6	0,52
	GAB. 36 - DES.FED. LUCIA URSAIA	12	0,96
	GAB. 37 - DES.FED. NELSON PORFÍRIO	9	0,75
	Média da 3ª Seção		15

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região - BI

Junto ao sistema B.I., pode-se verificar, ainda, que o tempo médio no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 11 meses, enquanto o tempo médio na 3ª Seção equivale a 15 meses (tabela imediatamente anterior). Trata-se de indicador que merece destaque.

Frente às inconsistências constatadas ao longo da inspeção e a fim de melhor compreender a complexidade do acervo, a equipe da Corregedoria-Geral extraiu novos dados estatísticos junto ao sistema B.I., onde se verificou que, em 28/5/2020, a base de dados do repositório unificado foi reprocessada para aplicação de correções relativas à atualização das fases processuais, retroativamente a janeiro de 2018.

Solicitou-se à Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos do Tribunal, o glossário do B.I, cumprindo transcrever sua versão resumida:

I. Aba Distribuídos:

Distribuídos:

Processos Distribuídos Originários e Recursais:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento de distribuição ou recebimento da denúncia no período e que tenham sido classificados pelo Justiça em Números como processos originários criminais, originários não criminais, recursais criminais, recursais não criminais, cartas ou procedimentos investigatórios.

II. Aba Acervo:

Tramitação Líquida:

Casos Pendentes Originários e Recursais:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento de distribuição ou recebimento da denúncia ou foram reativados e até o final do período de referência não tenha recebido o movimento de sobrestamento ou baixa definitiva.

Sobrestado:

Total de suspensos e sobrestados:

– Seleciona os processos que tiveram o movimento de Arquivamento Provisório, Suspensão ou Sobrestamento e que posteriormente não receberam movimento de Levantamento do sobrestamento ou movimento que indique a ativação do processo (conclusão, decisão, julgamento, baixa definitiva, lavratura de acórdão, remessa em grau de recurso ou por incompetência e publicação).

Conclusos – Pendentes:

Processos com conclusão pendente e não sobrestados (Conclusão em aberto):

– Seleciona os processos em que foi incluído o movimento de conclusão ou de remessa da distribuição ao gabinete e que não receberam movimento de despacho, decisão ou julgamento ou outra que indique o julgamento (baixa definitiva, cancelamento de distribuição, convertido em diligência, julgamento em diligência, deliberado em sessão, publicação, intimação eletrônica, intimação em secretaria,

lavratura de acórdão, trânsito em julgado ou Remessa em grau de recurso, em diligência, por devolução ao deprecante e por incompetência).

Tutela não apreciada – Conclusos há mais de 10 dias:

Processos com pedido de tutela não apreciado, conclusos há mais de 10 dias:

- Seleciona os processos em que consta registro de pedido de tutela nos dados do processo e não consta movimento que indique a apreciação da tutela;
- não estão sobrestados e que estão conclusos há mais de 10 dias.

Pendentes 1º Julgamento – Sem Sobrestados:

Processos ativos, pendentes de 1º julgamento:

- Seleciona os processos que receberam movimento de distribuição ou reativação, sem sobrestamento ou baixa posterior, em que não consta movimento processual que indique decisão terminativa ou julgamento;
- Desconsidera os processos que receberam movimento de cancelamento da distribuição, ou remessa em grau de recurso, por incompetência ou em diligência à origem.

Recursos Internos Pendentes – Conclusos:

Recursos internos conclusos:

- Processos que receberam o movimento de juntada de petição (tipos 41-agravo (inominado/legal), 49-embargos de declaração, 50-embargos infringentes, 66-recurso especial, 67-recurso extraordinário, 115-incidente de uniformização de jurisprudência, 200011-agravo); ou
- Receberam movimento de distribuição das classes (206-Agravo Regimental Cível, 208-Embargos infringentes, 216-Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade Cível, 233-Incidente de Uniformização de Jurisprudência, 421-Embargos infringentes e de Nulidade, 1208-Agravo Interno Cível, 1689-Embargo de Declaração Cível, 1729-Agravo Regimental Criminal);
- Tiveram o movimento de conclusão após o protocolo ou distribuição, sem identificação posterior de movimento de julgamento do recurso, baixa definitiva, cancelamento da distribuição ou conversão em diligência ou de sobrestamento.

Tutela Concedida – Conclusos há mais de 60 dias:

Processos com pedido de tutela deferido, sem julgamento posterior e conclusos há mais de 60 dias:

- Processos que tiveram o lançamento de movimento que indique o deferimento de tutela ou liminar e não tiveram movimento posterior que indique o julgamento ou não foram baixados e estão conclusos há mais de 60 dias.

Tutela Concedida – Conclusos há mais de 90 dias:

Processos com pedido de tutela deferido, sem julgamento posterior e conclusos há mais de 60 dias:

– Processos que tiveram o lançamento de movimento que indique o deferimento de tutela ou liminar e não tiveram movimento posterior que indique o julgamento ou não foram baixados e estão conclusos há mais de 90 dias.

Aba Baixados:

Baixados:

Total de baixados no período:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento baixa definitiva, cancelamento da distribuição, Remessas em grau de recurso, por devolução ao deprecante e por incompetência.

– São contabilizadas todas as baixas, independentemente de ser a 1ª e inclui todas as classes.

Aba Produtividade:

Total de Julgamentos:

– Apresentada o total de processos que receberam os movimentos de decisão ou julgamento, incluindo os recursos internos.

– No PJe, se o movimento estiver vinculado a um documento, considera apenas 1 movimento por documento. Se não estiver vinculado a documento, considera apenas 1 movimento por dia, a fim de evitar duplicidade, em razão dos procedimentos adotados pelos usuários.

– No SIAPRO, considera apenas 1 movimento por dia, em razão dos procedimentos adotados pelos usuários.

Recursos Internos Julgados:

– Contabiliza o total de julgamentos de Recursos Internos (Agravo (inominado/legal), Embargos de declaração, Embargos Infringentes, Incidente de uniformização de jurisprudência).

Julgamento Colegiado terminativo: são computadas as decisões proferidas em sessão colegiada;

Monocrático terminativo: são computadas as decisões proferidas pelo Desembargador Federal relator, de maneira monocrática, que extinguem o processo, com ou sem resolução do mérito, na forma da legislação processual;

Monocrática não terminativa: são computadas as decisões proferidas pelo Desembargador Federal relator, de maneira monocrática, que não extinguem o processo. (interlocutórias: tutela, liminar, prisão, incompetência)”.

A partir dessas informações, quanto aos novos dados apurados, na aba “Produtividade” do sistema B.I., no período de maio a dezembro de 2019, são computados 4.766 julgamentos junto ao Colegiado e 82 decisões monocráticas terminativas, enquanto, no período de janeiro a abril de 2020, são 2.300 julgamentos junto ao Colegiado e uma decisão monocrática terminativa, totalizando 7.149 julgamentos de ordem terminativa.

Para o mesmo período, consta distribuição de 5.769 processos no referido sistema.

Já na aba “Acervo”, utilizando-se o filtro “Pendente 1º Julgamento, Sem Sobrestado”, parte-se de 777 em maio de 2019 e chega-se em abril de 2020 com 851.

Porém, somando-se 777 aos 5.769 distribuídos, obtêm-se 6.546, dos quais, deduzindo-se os 7.149 julgados, chega-se a um resultado negativo de 603 feitos pendentes de primeiro julgamento, e não 851 como consta na coluna de abril/2020 da referida aba.

Aparentemente, há inconsistência interna no sistema, ou de ordem conceitual, a ser solvida pelo Tribunal, no sentido de conferir aos usuários uma ferramenta que lhes permita aferir, com segurança, os diversos nichos de trabalho para distribuição da sua força de trabalho.

Sob outro enfoque, mas ainda na aba “Produtividade” do sistema B.I., no período de janeiro/2019 a maio/2020, o gabinete produziu 10.440 decisões colegiadas terminativas e 292 decisões monocráticas terminativas, ou seja, julgou 10.732 feitos. No mesmo período, foram distribuídos 8.336 processos, o que inequivocamente retrata o esforço que vem sendo empenhado no sentido de reduzir o acervo, com êxito, que merece reconhecimento.

Vale mencionar que, para o aludido período, consta, na aba “Produtividade”, um “Total de Julgamentos” de 11.612, número que abrange embargos de declaração e agravos internos, como explicitado no glossário.

Do quanto apurado pela equipe da Corregedoria, impõe-se registrar que não há filtro de dados em relação aos processos remetidos para juízo de retratação, a despeito de já criado indicador na base de dados, o que também torna mais complexo o controle do acervo.

Outra questão que causa estranheza é o fato de o gabinete possuir, no mês de maio de 2020, um total de 4.910 processos pendentes de 1º julgamento, sem sobrestados, e 4.318 conclusos pendentes, o que só pode ser explicado a partir da demora de conclusão ao relator, fato que inviabiliza não só o controle do acervo por parte do gabinete como o próprio cumprimento da Meta 1 - CNJ.

A propósito, na inspeção anterior, no que concerne ao fluxo processual, apurou-se 4.215 processos distribuídos e 5.707 julgados, também retratando os contínuos e elevados esforços do gabinete na redução do acervo.

Finalmente, impõe-se registrar que, durante a entrevista, foi apontada significativa dificuldade na utilização do novo sistema eletrônico, que ainda demanda inúmeros melhoramentos, bem ainda do sistema *B.I.*, cuja confiabilidade de dados e filtragem são essenciais ao controle e monitoramento do acervo, além de ser fundamental ao incentivo da equipe, refletindo o trabalho que vem sendo desenvolvido.

14. RECOMENDAÇÕES

Do quanto recomendado na inspeção anterior, não remanesce qualquer pendência.

Restou claro que o gabinete vem fazendo esforço no sentido de reduzir estoque, tanto em termos de antiguidade quanto quantidade, com excelente prazo médio de tramitação.

Seguem medidas que podem ser adotadas para a continuidade do processo de evolução:

a) Recomendável continuar priorizando o julgamento das ações originárias, especialmente mandados de segurança e conflitos de competência, bem como o julgamento de embargos de declaração e agravos internos com prazo excedido.

b) Importante seguir envidando esforços no sentido de reduzir o acervo, especialmente daqueles processos mais antigos, prática de resto já adotada pela unidade.

c) Pertinente checar a regularidade do acervo tanto quanto possível, especialmente no que concerne às suas fases e situação processual (em movimento/sobrestado), que possam ocasionar a distorção de dados estatísticos, solicitando a sua imediata correção pelos órgãos de apoio.

Nesse sentido, cabível promover a checagem dos cinco feitos inclusos na Meta 4/2020 CNJ como sendo titularizados pelo órgão, pois há possibilidade de se tratar de inconsistência.

d) No que se refere aos dados estatísticos, principal ferramenta de organização e controle do acervo, revela-se oportuno:

d1) formalizar expediente para submissão à Presidência, relatando as inconsistências estatísticas apuradas e encaminhando cópia dos pedidos de correção formulados junto à Secretaria de T.I, inclusive daqueles porventura sem resposta, para análise e consulta junto ao CNJ, com fins a um alinhamento nacional de critérios de apuração de dados; e

d2) formalizar expediente para submissão à Comissão Permanente de Informática do TRF3, com cópia ao CJF, relatando as inconsistências estatísticas apuradas e encaminhando cópia dos eventuais pedidos de correção formulados junto ao setor de Tecnologia da Informação, inclusive daqueles sem resposta, para análise e eventual consulta ao CNJ. No referido expediente, deverá, também, noticiar os achados desta inspeção e enviar as dificuldades e sugestões apresentadas no item 12 para fins de aprimoramento dos sistemas processuais com fins à obtenção de melhores resultados, sem prejuízo a um alinhamento nacional de critérios de apuração de dados.

De fato, não existe gestão sem informação. O planejamento do trabalho pressupõe o conhecimento do acervo que, por sua vez, deve vir espelhado de forma fidedigna nos dados estatísticos.

Nesse sentido, o lançamento correto e tempestivo de fases e informações processuais, o uso correto das tabelas processuais unificadas e a ampla publicidade de seus conceitos (até para viabilizar a detecção de problemas para imediatas correções) são indispensáveis ao gestor.

Necessária, ainda, a disponibilização de dados que permitam ao usuário verificar com clareza os totais de entradas (distribuídos, redistribuídos, reativados, para juízo de retratação, levantamento de baixa, retorno de sobrestados) e os totais de saídas (julgados, redistribuídos, baixados, sobrestados etc.). A disponibilização de tais dados aos usuários não se contrapõe ao alinhamento ao glossário de movimentos do CNJ.

e) Caberá à unidade, ainda, cumprir as recomendações contidas no item 11.

Cumprir recomendar a busca de constante aperfeiçoamento, para fins de incremento no cumprimento da Meta 1, haja vista o discreto aumento do número de processos, bem como elogiar os esforços da equipe, que vem procurando prestar jurisdição de qualidade.

Por fim, registre-se que as recomendações objeto deste relatório serão verificadas na próxima autoinspeção.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS DELGADO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Carlos Delgado

2.2 Turma

7ª Turma

2.3 Competência

Processar e julgar os feitos relativos à assistência social e à previdência social, excetuadas as contribuições destinadas ao custeio desta última.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Carlos Delgado.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não.

3.4 Servidora responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Débora Bragante Martins, assessora.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	18
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	5

Outros	0
--------	---

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*

Total em tramitação**	19.421
Processos suspensos/sobrestados	197
Processos conclusos	13.713
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	19.421
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	18.232
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	13.714
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	15.630
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	197 - Obs.: Atualmente, com o PJe, os processos ficam sobrestados na subsecretaria.
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	90

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

Houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Não se aplica.
Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Não se aplica.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior).	Não se aplica.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não.

Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não.
--	------

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	74
Mandados de segurança	9
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	8
Reclamações	1
Ações rescisórias	51
Outros	5

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	19.347
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	4
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	4.136
Outros	15.187

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	19.347
Apelações cíveis	18.378
Agravos de instrumento	841
Outros	123

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0

Outros	0
--------	---

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0 Obs.: Com o PJe, os processos ficam sobrestados na subsecretaria.
Por IRDR	0 Obs.: Com o PJe, os processos ficam sobrestados na subsecretaria.
Por IAC	0 Obs.: Com o PJe, os processos ficam sobrestados na Subsecretaria.
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0 Obs.: Com o PJe, os processos ficam sobrestados na subsecretaria.
Por Recurso Especial	0 Obs.: Com o PJe, os processos ficam sobrestados na subsecretaria.
Por Recurso Extraordinário	0 Obs.: Com o PJe, os processos ficam sobrestados na subsecretaria.

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	318
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	58
Agravos legais/regimentais	13
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	8
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado.	660
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado.	23

4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos

	Processos concluídos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	3.294	505	120
Distribuídos em 2014	1.799	1.103	242
Distribuídos em 2015	2.444	2.091	858
Distribuídos em 2016	3.522	3.200	2.132
Distribuídos em 2017	3.322	3.300	2.774
Distribuídos em 2018	605	4.133	1.700
Distribuídos em 2019	-	1.298	4.623
Distribuídos em 2020	-	-	1.265
Total	14.986	15.630	13.714

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	3
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	3

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de processos distribuídos	5.558
Total de processos julgados	6.888
Total de processos baixados	2.952
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-1.330
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	2.606

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	327
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	153
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	5.951
Processos julgados no ano anterior	6.100

Processos distribuídos no ano corrente	1.577
Processos julgados no ano corrente	2.176

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	10.923
Pendentes em 31/12/2019	101
Porcentagem de atendimento da meta	99,18%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.235
Pendentes em 31/12/2019	807
Porcentagem de atendimento da meta	86,83%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	12.226
Pendentes no último dia do mês anterior	354
Porcentagem de atendimento da meta	97,10%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.608
Pendentes no último dia do mês anterior	2.069
Porcentagem de atendimento da meta	63,94%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Dados não fornecidos pela Estatística, por não se aplicar ao 2º grau de jurisdição.
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Dados não fornecidos pela Estatística, por não se aplicar ao 2º grau de jurisdição.
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Dados não fornecidos pela Estatística, por não se aplicar ao 2º grau de jurisdição.
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Dados não fornecidos pela Estatística, por não se aplicar ao 2º grau de jurisdição.

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.

Pendentes em 31/12/2019	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019

Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica, em razão da competência desta unidade jurisdicional.

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim, na Inspeção 2018, a saber: a) cumprir todas as recomendações referentes aos itens 2 e 3; b) adotar, em caráter permanente, mecanismos que impeçam, ao máximo, a possibilidade de ocorrência de processos com tutela antecipada sem que sejam julgados em até 90 dias; c) adotar metas mais fortes em relação à diminuição do acervo e ao julgamento dos processos mais antigos; e d) instalar, com apoio da Presidência, mutirão para redução do estoque, de preferência com juiz auxiliar.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Quanto à alínea “a”, todos os processos foram regularizados ou levados a julgamento. O único cujo julgamento foi iniciado em 22/5/2017, mas sobrestado, é o n. 0001045-29.2010.4.03.6124. Após a apresentação do voto-vista em 21/8/2018, o julgamento restou suspenso pelo art. 942 do CPC, sendo que na sessão de 5/10/2018, o julgamento foi sobrestado até decisão final do Órgão Especial nos autos de n. 0000663-18.2005.4.03.6122, em razão do acolhimento da arguição de inconstitucionalidade pela maioria da 8ª Turma, em 27/8/2018. Quanto à alínea “b”, criamos uma etiqueta, “Tutela concedida”, a fim de facilitar a identificação desses feitos quando retornam da Turma. Em relação à “c”, houve a implantação do teletrabalho em setembro de 2018, com acréscimo de produtividade em relação à

meta presencial, bem como a elaboração de Plano de Trabalho para 2019 e 2020, ambos voltados à análise e ao julgamento dos casos mais antigos, para fins de cumprimento das Metas 1 e 2 do CNJ.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Quanto à instalação de mutirão, conforme recomendado na alínea "d", informo que não foi efetivada até o presente momento. Como já mencionado no Questionário da Autoinspeção de 2019, tal providência refoge à competência deste magistrado, que, com sua equipe, vem empreendendo esforços para vencer o atraso do acervo assumido em 2016 e atingir as metas estabelecidas pelo CNJ. No tocante à alínea "b" das recomendações, esclareço que, dos 23 processos informados no item 4.12 deste questionário, pendentes de ser submetidos ao Colegiado no prazo assinalado, todos estão incluídos em pauta ou já foram julgados, exceto os de n. 5000415-72.2020.4.03.0000, n. 5001040-09.2020.4.03.0000 e n. 5001280-95.2020.4.03.0000, que se encontram na subsecretaria da Turma. Assim, eventual não cumprimento do prazo de 90 dias tende a estar relacionado à própria tramitação do feito em secretaria, aliado ao tempo entre a data de inclusão em pauta e a da sessão de julgamento, que supera os 30 dias.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim, a Meta 2/2019, envolvendo o julgamento de todos os processos distribuídos até 31/12/2014. Cumprimos 99,18% da referida meta, conforme informado no item 5.2 deste questionário. O não cumprimento está associado, em sua maioria, a julgamentos sobrestados pelo art. 942 do CPC, na ordem de 24, além de 51 processos com sobrestamento levantado para possibilitar a digitalização, com posterior suspensão. Doze acórdãos já foram publicados, dois processos estão pautados e dois sob análise. Há três processos em habilitação de sucessor e um com despacho requisitando mídia. Para cumprir as metas estabelecidas pelo CNJ, elaboro, todo o início de ano, um plano de trabalho voltado para o julgamento dos feitos mais antigos, excetuadas as situações preestabelecidas, como, por exemplo, os feitos com prioridade especial.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Considerando que o espaço disponibilizado neste item (1.000 caracteres) é insuficiente para expor o trabalho executado nesta unidade jurisdicional, as considerações deste magistrado serão encaminhadas à Corregedoria-Geral por meio de ofício, a ser remetido via malote digital.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
00047683620124036108	15/4/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 11/5/2020. Registro que, em 26/11/2018, fora determinado o sobrestamento do feito por versar sobre matéria em discussão perante o STJ (Tema n. 995), decidida recentemente, o que possibilitou o julgamento do feito no mês corrente.		
50010341720164039999	14/4/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020. Obs.: Processo em duplicidade (mesmo número do anterior). Não há, nos autos, pedido de liminar ou de antecipação da tutela pendente de análise. Sentença de procedência para invalidez, com tutela deferida e implantação do benefício.		
50006748220164039999	30/3/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020. Obs.: Não há nos autos pedido de liminar ou de antecipação da tutela pendente de análise. Sentença de procedência para API rural, com tutela deferida e implantação do benefício.		
50008497620164039999	6/4/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020. Obs.: Não há nos autos pedido de liminar ou de antecipação da tutela pendente de análise. Sentença de procedência para API rural, com tutela deferida e implantação do benefício.		
50016699520164039999	29/6/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
50019618020164039999	17/8/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
50028702520164039999	16/12/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020. Obs.: Não há nos autos pedido de liminar ou de antecipação da tutela pendente de análise. Sentença de procedência para API urbana, com tutela deferida e implantação do benefício.		
50005506520174039999	21/2/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020. Obs.: Não há nos autos pedido de liminar ou de antecipação da tutela pendente de análise. Sentença de procedência para invalidez, com tutela deferida e implantação do benefício.		
50145355720194030000	7/6/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
50213965920194030000	21/8/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
50020338620194030000	5/2/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo de instrumento e agravo interno julgados na sessão de 11/5/2020.		
57704217320194039999	19/6/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020. Obs.: Agravo interno e recurso especial referentes a outro feito (0003009-91.2018.4.03.9999), sendo que as peças já estão no processo correspondente. Voto determinando a desconsideração de tais peças, eis que estranhas aos autos.		
00104738620094036183	18/7/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso julgado monocraticamente em 30/4/2020, no sentido de não conhecer do agravo, eis que interposto contra acórdão. Atualmente, os autos se encontram na subsecretaria da Turma, na tarefa "Processo com prazo em curso".		

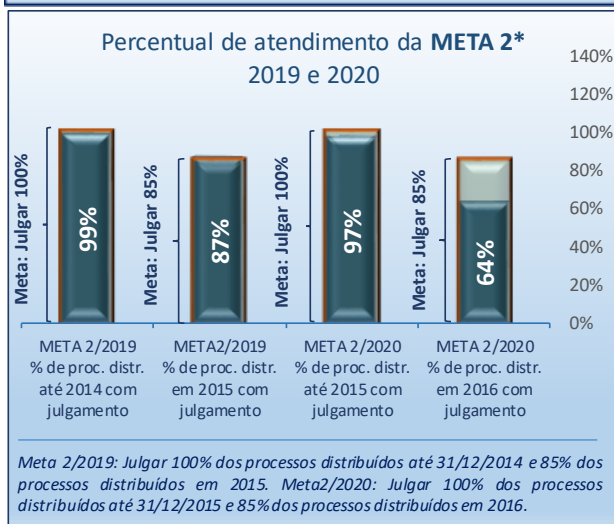
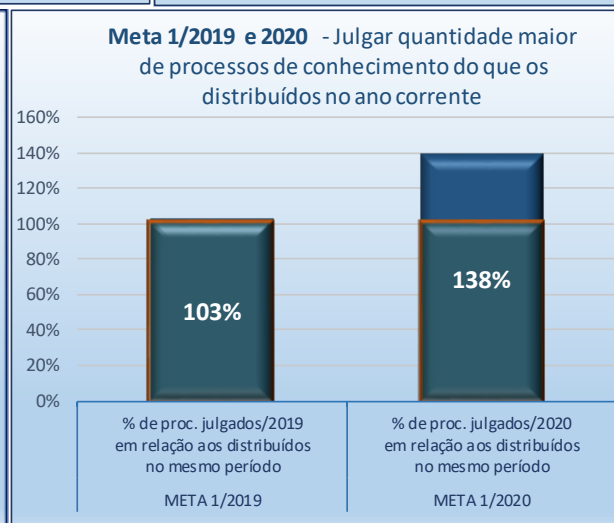
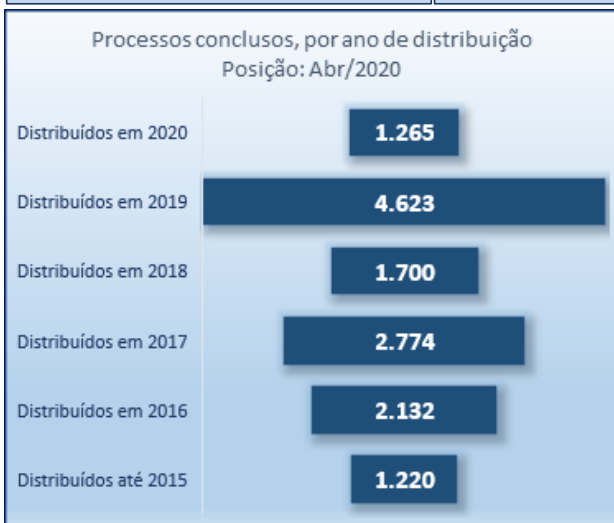
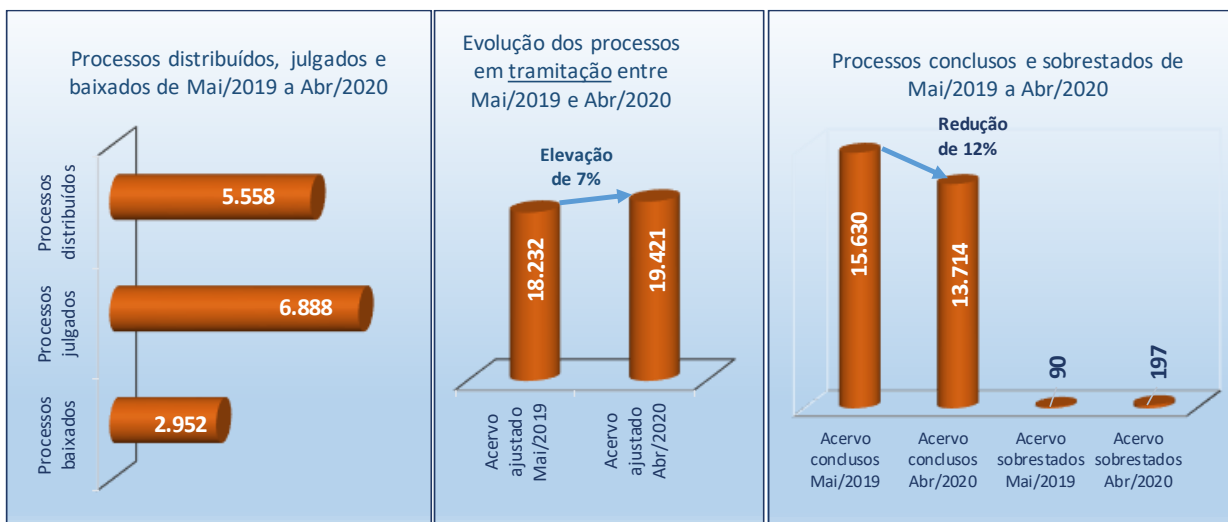
5001523-22.2017.4.03.6183	4/7/2019	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Despacho proferido em 11/5/2020, no sentido de reencaminhar os autos ao Ministério Público Federal para oferecimento de parecer quanto ao mérito, haja vista a conclusão do julgamento do Tema n. 999 pelo STJ. Obs.: autos na Turma, na tarefa "Processo com prazo em curso".		
5007994-42.2018.4.03.0000	18/4/2018	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
50246605520174030000	18/12/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo em duplicidade (mesmo número do anterior). Decisão de retificação da classe processual para "Apelação Cível", proferida em 3/5/2020, com recebimento do recurso de apelação em ambos os efeitos. Os autos se encontram na Turma, na tarefa "Processo com prazo em curso".		
50046631820194030000	27/2/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo em duplicidade (mesmo número do anterior). Decisão monocrática de cancelamento da distribuição proferida em 28/4/2020. Atualmente, o feito se encontra na subsecretaria da Turma, na tarefa "Analisar manifestação parcial".		
50090905820194030000	12/4/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo com pedido de vista na sessão de 25/7/2019, pela Desembargadora Federal Inês Virgínia.		
50124942020194030000	20/5/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo com pedido de vista na sessão de 25/7/2019, pela Desembargadora Federal Inês Virgínia.		
50034143220194030000	15/2/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo com pedido de vista na sessão de 25/7/2019, pela Desembargadora Federal Inês Virgínia.		
00080505120124036183	22/1/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com pedido de vista na sessão de 27/5/2019, pela Desembargadora Federal Inês Virgínia.		
00112492320084036183	3/2/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com pedido de vista na sessão de 27/5/2019, pela Desembargadora Federal Inês Virgínia.		
00034383119994036117	30/12/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em duplicidade (mesmo número do anterior). Apelação julgada em 4/6/2018. Decisão de sobrestamento dos embargos de declaração proferida em 23/8/2019. Incidente julgado em 13/4/2020, com acórdão disponibilizado no DE em 30/4/2020.		
00052483720094036102	4/6/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados na sessão de 13/4/2020. Atualmente os autos se encontram na subsecretaria da Turma, na tarefa [SESSÃO] Processo com prazo em curso "acórdão".		
00043423720054036183	909/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo atribuído a outro magistrado. Apelação levada a julgamento em 8/10/2018 que, em razão de divergência, foi concluído em 27/5/2019, com o Desembargador Federal Toru Yamamoto indicado para lavrar o acórdão. ED sobrestados por Sua Excelência em 8/8/2019 e levantados em 24/1/2020		
50278932620184030000	2/11/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com tramitação suspensa, conforme decisão proferida em 12/4/2020, em razão de o feito versar sobre matéria em discussão perante o STJ (Tema n.		

1.013). Atualmente, os autos se encontram na subsecretaria da Turma, na tarefa “Analisar manifestação parcial”.		
0007468-39.2018.4.03.9999	19/3/2018	Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
0023801-71.2015.4.03.9999	16/6/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
0001695-63.2011.4.03.6311	12/8/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
0028837-02.2012.4.03.9999	19/8/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
0002524-98.2015.4.03.6183	25/8/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
0002850-27.2014.4.03.6140	6/10/2015	1728 - Apelação/ Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
0038347-34.2015.4.03.9999	8/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
0007572-70.2014.4.03.9999	19/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
0040552-36.2015.4.03.9999	27/10/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
0000828-07.2014.4.03.6007	3/11/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Devido à pandemia e à adoção excepcional do trabalho remoto, que restringe o acesso aos arquivos digitais físicos, este processo será imediatamente julgado assim que o acesso ao Tribunal for novamente permitido.		
0043156-43.2010.4.03.9999	10/11/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Devido à pandemia e à adoção excepcional do trabalho remoto, que restringe o acesso aos arquivos digitais físicos, este processo será imediatamente julgado assim que o acesso ao Tribunal for novamente permitido.		
0035311-81.2015.4.03.9999	5/10/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
0038426-13.2015.4.03.9999	9/10/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
0040713-46.2015.4.03.9999	27/10/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
0040651-06.2015.4.03.9999	27/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Devido à pandemia e à adoção excepcional do trabalho remoto, que restringe o acesso aos arquivos digitais físicos, este processo será imediatamente julgado assim que o acesso ao Tribunal for novamente permitido.		
0036491-35.2015.4.03.9999	7/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
0039643-91.2015.4.03.9999	20/10/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Devido à pandemia e à adoção excepcional do trabalho remoto, que restringe o acesso aos arquivos digitais físicos, este processo será imediatamente julgado assim que o acesso ao Tribunal for novamente permitido.		
0039451-61.2015.4.03.9999	21/10/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
0042982-58.2015.4.03.9999	24/11/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
0007925-42.2016.4.03.9999	8/3/2016	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Devido à pandemia e à adoção excepcional do trabalho remoto, que restringe o acesso aos arquivos digitais físicos, este processo será imediatamente julgado assim que o acesso ao Tribunal for novamente permitido.		
0009406-40.2016.4.03.9999	16/3/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
0045979-14.2015.4.03.9999	23/12/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
5001034-17.2016.4.03.9999	14/4/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
5024660-55.2017.4.03.0000	18/12/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Decisão de retificação da classe processual para “Apelação Cível”, proferida em 3/5/2020, com recebimento do recurso de apelação em ambos os efeitos. Os autos se encontram na subsecretaria da Turma, na tarefa “Processo com prazo em curso”.		
5015002-70.2018.4.03.0000	29/6/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Decisão monocrática proferida em 5/5/2020, no sentido de vincular o expediente ao processo de origem, com o cancelamento da distribuição. Atualmente, os autos se encontram na subsecretaria da Turma, na tarefa “Avaliar determinações”.		
5006255-34.2018.4.03.0000	28/3/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
5023205-21.2018.4.03.0000	19/9/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Decisão monocrática de perda do objeto proferida em 1º/5/2020. Atualmente, os autos se encontram na subsecretaria da Turma, na tarefa “Processo com prazo em curso”.		
0025431-12.2008.4.03.9999	8/5/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo levado a julgamento na sessão de 18/6/2018, ficando sobrestado pela regra do art. 942 do CPC. Na sessão de 8/10/2018, o julgamento fora suspenso, em razão de a matéria estar em discussão perante o STJ (reafirmação da DER). Os autos se encontram na Turma.		
5004663-18.2019.4.03.0000	27/2/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Decisão monocrática de cancelamento da distribuição proferida em 28/4/2020. Atualmente, o feito se encontra na subsecretaria da Turma, na tarefa “Analisar manifestação parcial”.		
5014432-21.2017.4.03.0000	14/8/2017	156 - Cumprimento de sentença
Observação/Providência: Processo sobrestado, nos termos do art. 921, § 1º, do CPC, em decorrência da decisão proferida em 28/6/2019. Os autos se encontram na subsecretaria da Seção, na tarefa “Sobrestado por Motivos Diversos”.		
5006138-19.2018.4.03.9999	10/12/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Decisão monocrática proferida em 5/5/2020, no sentido de não conhecer da remessa necessária. Autos na subsecretaria da Turma, na tarefa “Processo com prazo em curso”.		
0004866-73.2001.4.03.6183	14/12/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito atribuído a outro magistrado. Apelação levada a julgamento em 27/ 8/2018 que, em razão de divergência, findou-se em 27/5/2019, com o Desembargador Federal Toru Yamamoto indicado para o acórdão. ED julgados por Sua Excelência em 12/8/2019. Opostos novos embargos. Processo na Turma.		
5003019-08.2018.4.03.6133	5/9/2019	199 - Remessa Necessária Cível

Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 8/6/2020.		
0003438-31.1999.4.03.6117	30/12/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Apelação julgada em 4/6/2018. Decisão de sobrestamento dos embargos de declaração, até o trânsito em julgado do REsp 1.690.425/SP, proferida em 23/8/2019. Incidente julgado em 13/4/2020, com acórdão disponibilizado no DE em 30/4/2020.		
0000479-50.2014.4.03.6121	26/5/2015	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 7/10/2019, com acórdão disponibilizado no DE em 16/10/2019. Processo físico encaminhado pela Turma para digitalização, em 13/11/2019, e restituído em 11/12/2019. Ato ordinatório intimando o INSS do acórdão, datado de 4/2/2020. Com prazo em curso no PJe		
0031767-95.2009.4.03.9999	3/9/2009	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 7/10/2019 (juízo de retratação), com acórdão disponibilizado no DE em 17/10/2019. Processo físico encaminhado pela Turma para digitalização, em 13/11/2019, e restituído em 5/12/2019. Ato ordinatório intimando o INSS do acórdão, datado de 5/2/2020.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 59 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, um físico e 58 eletrônicos. O processo físico foi inspecionado a partir do extrato de movimentação processual junto ao site do TRF3.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) entrar em contato com o gabinete que pediu vista, dando-se-lhe ciência de que o processo foi selecionado na inspeção:

00080505120124036183	00112492320084036183
----------------------	----------------------

b) dar andamento ao feito em 10 dias: 5015002-70.2018.4.03.0000.

c) julgar o processo em 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

0043156-43.2010.4.03.9999	5024660-55.2017.4.03.0000	0007925-42.2016.4.03.9999
0039643-91.2015.4.03.9999	0040651-06.2015.4.03.9999	0000828-07.2014.4.03.6007
0032552-81.2014.4.03.9999		

d) encaminhar para regularizar a digitalização em 10 dias: 0004866-73.2001.4.03.6183

e) regularizar a fase processual no sistema e promover o andamento em 10 dias:

0031767-95.2009.4.03.9999	0000479-50.2014.4.03.6121
---------------------------	---------------------------

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Registre-se, inicialmente, que a equipe da Corregedoria-Geral realizou entrevistas por meios eletrônicos com o Desembargador Federal Carlos Delgado, com a Assessora Débora Bragante Martins e com a Chefe de Gabinete Vanessa Domingues Esteves, que se mostraram solícitas em relação a todos os questionamentos efetuados.

Apurou-se que o gabinete é composto por 18 servidores e cinco estagiários cursando Direito. Dos 18 servidores, quinze trabalham na atividade-fim e três na atividade-meio, sendo dois agentes de segurança e uma servidora não formada em Direito que ajuda na parte administrativa, com a organização do acervo, exemplificativamente. A chefia de gabinete e a assessoria cuidam da gestão da unidade, das atividades afetas às pautas de julgamento, bem como na elaboração e conferência inicial de minutas.

A fim de desenvolver suas atividades, o gabinete é dividido em núcleos de trabalho, formados de acordo com o número de servidores necessários para cumprir o Plano de Trabalho estabelecido pelo titular da unidade para o ano em curso, a saber:

- Aposentadoria por tempo de serviço/contribuição e especial: com cinco servidores;
- Aposentadoria por idade: com uma servidora;
- Benefício por incapacidade e benefício assistencial: com três servidores;
- Revisão, auxílio-reclusão e salário-maternidade: com duas servidoras;
- Pensão por morte, cumprimento de sentença/execução, seguro-desemprego e matéria residual: com um servidor;
- Agravo de instrumento, pedido de efeito suspensivo ou de tutela antecipada antecedente e ação civil pública: com um servidor;
- Processos de competência da 3ª Seção e mandado de segurança originário: com uma servidora; e
- Triagem: realizada pelos estagiários, sob a supervisão da assessoria e/ou da chefia de gabinete.

Ordinariamente, a unidade autoriza seis servidores a exercerem suas funções em regime de teletrabalho, com comparecimento presencial uma vez por semana, preferencialmente, às quartas-feiras, dia em que aproveitam para fazer reuniões e confraternizações, já que todos estão presentes.

Foi informado que o trabalho remoto foi implantado na unidade em setembro de 2018, com duas servidoras e acréscimo de produtividade na ordem de 30% em relação à meta presencial. No final de outubro do mesmo ano foi estendido para mais uma servidora, com aumento de 10% em relação à meta presencial, devido à necessidade de pausas para descanso, em razão de cirurgia em ambos os olhos, com pequena seqüela em um deles. Em junho de 2019, foi ampliado para mais duas servidoras e, a partir de setembro de 2019, para mais um servidor, todos com produtividade majorada em 30% em comparação à meta diária presencial. Foi esclarecido que o TRF tem regramento sobre o teletrabalho, autorizando o aumento da meta em até 30% para quem está em teletrabalho. Durante a pandemia, estão todos com a mesma meta, à exceção da servidora acima mencionada.

O acompanhamento do cumprimento da meta é mensal. No entanto, a produtividade é aferida sempre quando há a inclusão dos processos em pauta de julgamento, o que ocorre, via de regra, quinzenalmente.

Os servidores sempre cumpriram a meta estabelecida. Na eventualidade de não cumprimento, devem apresentar justificativa, a qual será avaliada pelo gestor. Em princípio, os processos faltantes devem ser compensados no mês seguinte, a fim de não

prejudicar o planejamento da unidade, mas tudo depende da análise da situação concreta.

No que concerne à triagem dos feitos físicos, por ocasião da sua remessa para a central de digitalização, estavam todos triados e despachados. Atualmente não há mais processos físicos no gabinete.

Quanto aos processos eletrônicos, ao serem distribuídos entram na tarefa “Triagem de Gabinete”, na qual há a triagem por classe processual, sendo que os agravos de instrumento são consultados e retirados diariamente para análise. Nessa ocasião, também são verificados os processos que subiram apenas para o reexame necessário. Nesse caso, é proferida decisão terminativa de não conhecimento. Com relação às apelações cíveis, há uma análise individual do caso, com inclusão de etiqueta de ano/mês de distribuição e de outras que auxiliam na identificação do processo, tais como: matéria em discussão, resultado da sentença, concessão de tutela, idade da parte autora (maior de 60 anos ou maior de 80 anos), intervenção do MPF, caso de sobrestamento etc. Na sequência, é feita a admissibilidade recursal, com proferimento de decisão segundo as hipóteses legais previstas.

Assim que retornam da subsecretaria como “Recebidos da unidade processante”, os processos são reanalisados e, não havendo providência a ser tomada, são encaminhados para a “Sessão – Preparar Relatório e Voto”. Havendo necessidade de decisão judicial, são encaminhados para “Minutar ato judicial”. Tanto a tarefa “Recebidos da unidade processante” quanto a “Minutar ato judicial” estão em dia.

Os processos físicos, após digitalizados, permanecem acondicionados no gabinete, em armários, devidamente identificados pelo número do lote que foi encaminhado para a central de digitalização, podendo ser localizados mediante consulta no SIAPRO ou pela verificação da etiqueta inserida no PJe “lote X”.

Os processos eletrônicos estão inseridos nas tarefas correspondentes à fase em que se encontram, sempre identificados por etiquetas, em especial pela de ano/mês de distribuição, uma vez que o trabalho do gabinete está voltado para o julgamento dos feitos mais antigos, com exceção dos casos excepcionais.

O controle do acervo ocorre por meio das etiquetas lançadas nos processos eletrônicos, que podem ser filtradas e especificam cada situação.

Os processos separados no início do mês para a elaboração de minutas de voto ganham a etiqueta com o nome do servidor e a da meta do mês em referência. Isso facilita na identificação de quem analisou os autos, bem como na apuração da produtividade, realizada no último dia do mês ou no primeiro dia do mês subsequente.

As prioridades em razão da idade também são identificadas por etiquetas. Os processos referentes a maior de 80 anos são incluídos em pauta de plano, se estiverem em termos para julgamento.

Com relação aos embargos de declaração, assim que recebidos no gabinete, são direcionados para o servidor que elaborou a minuta da decisão ou do acórdão embargado. Até outubro, a análise dos incidentes estava em dia. Com a digitalização do acervo que estava na subsecretaria da Turma, o envio desses processos para análise acabou atrasando um pouco, mas voltou à normalidade nos últimos três meses. O objetivo da unidade é encerrar o mês de junho com todos os incidentes analisados e encaminhados para inclusão em pauta.

Quanto aos agravos internos, foi informado que não possuem muitos casos, já que são poucas as decisões monocráticas terminativas proferidas. De todo modo, são analisados e incluídos em pauta de julgamento assim que possível. Evitam, ao máximo, ficar com incidentes pendentes de julgamento.

A análise dos agravos de instrumento, mandados de segurança originários e ações rescisórias encontra-se em dia.

O controle dos processos sem movimentação é realizado pelos próprios filtros disponibilizados pelo sistema, sendo que observam a ordem cronológica de distribuição no Tribunal.

O gabinete possui metas individuais de produtividade, as quais são estabelecidas de acordo com a matéria em análise. Além das metas diárias que já vinham adotando – de 1 a 3 processos, acrescidas de 30% para quem realiza teletrabalho –, para aumentar a produtividade e cumprir o Plano de Trabalho estabelecido para 2020, foram estabelecidas metas semanais – de 2 a 3 processos –, a depender do núcleo envolvido.

Com isso, cada integrante dos núcleos de “Aposentadoria por tempo de serviço/contribuição e especial” e “Revisão, auxílio-reclusão e salário-maternidade” passou a ter meta semanal de 12 processos, sem contar a majoração da meta diária em 30% quando em teletrabalho.

Os servidores do núcleo de “Benefício por incapacidade e benefício assistencial” têm meta semanal de 18 processos, com acréscimo de 30% nos dias de trabalho remoto.

O servidor do núcleo de “Pensão por morte, cumprimento de sentença/execução, seguro-desemprego e matéria residual” tem meta variável, a depender da matéria sob análise. Dessa forma, são 18 processos semanais de pensão por morte e seguro-desemprego ou, então, 12 processos semanais de cumprimento de sentença/execução e matéria residual, todos acrescidos do adicional estabelecido quando em teletrabalho.

O servidor do núcleo de “Agravo de instrumento, pedido de efeito suspensivo ou de tutela antecipada antecedente e ação civil pública” tem as seguintes metas: distribuição diária, exceto ação civil pública, além de, no mínimo, 15 minutas de voto por semana. Ele substitui e auxilia a chefia e a assessoria, quando necessário.

Já o núcleo de “Processos de competência da 3ª Seção e mandado de segurança originário”, sob a responsabilidade da chefe de gabinete, cuida da distribuição diária

desses feitos, além da elaboração das minutas de voto à medida que forem retornando à unidade.

Desde fevereiro, o núcleo de “Aposentadoria por idade” vem trabalhando com meta de quatro processos por dia, com acréscimo de 30% nos dias de trabalho remoto.

Foi pontuado que a unidade conta com política de recompensas vinculada ao atingimento dessas metas. Nesse sentido, o servidor que ultrapassar a meta mensal em 10% tem direito a um dia de folga; quem fizer 20% além, faz jus a dois dias de descanso e quem superar em 30% a meta, pode usufruir três dias, sendo este o número máximo. A meta é revista anualmente, de forma a estimular a produtividade e a recompensa.

Os feitos com prioridade legal ou inseridos em meta do CNJ possuem tratamento específico. Os processos relativos à Meta 2 do CNJ são identificados pelo ano/mês de distribuição e estão abrangidos pelo Plano de Trabalho estabelecido pelo Desembargador Federal Carlos Delgado para o ano de 2020. São a prioridade, por serem voltados para o julgamento dos feitos mais antigos do acervo. Já os processos com prioridade legal deferida recebem anotação no sistema, além de serem identificados com etiqueta específica. No entanto, considerando que grande parte do acervo é composta por processos nessa situação, é inviável um pronto julgamento de todos os casos, com exceção daqueles abarcados pela Lei n. 13.466/2017, que trata da prioridade especial concedida aos maiores de 80 anos de idade. Para estes, a solução é dada de pronto, mediante inclusão do feito na primeira pauta de julgamento.

A unidade se socorre de decisões terminativas em casos pontuais, tais como: não conhecimento de remessa necessária submetida já na vigência do CPC/2015, perda de objeto do agravo de instrumento, homologação de desistência do recurso e não conhecimento do agravo interno interposto contra acórdão. Nos casos de processos de competência originária, extinção do processo sem resolução do mérito e, nas hipóteses autorizadas pelo CPC, julgamento liminar de mérito.

Nos casos vinculados à Turma, as questões de mérito são sempre levadas ao Colegiado, mesmo que já decididas em repercussão geral ou em recurso representativo da controvérsia, por ser mais célere o julgamento, já que evita a interposição de agravo interno por quaisquer das partes, sem mencionar a oposição de embargos de declaração contra a decisão monocrática terminativa antes da interposição do próprio agravo interno. Esse procedimento foi sedimentado após a tentativa de ser proferida decisão monocrática nos processos que versavam sobre a incidência de juros de mora entre a data da conta e a expedição do precatório. Contra a decisão terminativa foram opostos embargos de declaração pelo INSS. Apreciados em decisão monocrática, houve interposição de agravo interno, levado a julgamento perante a Turma. Contra o acórdão, o INSS opôs novos embargos de declaração. Com isso, passou um ano entre a primeira decisão e última. Diversamente, ao ser levado o recurso de apelação para o julgamento colegiado, o tempo máximo de tramitação mediaria entre o acórdão e a oposição de embargos de declaração.

Com fins ao aumento da produtividade, o gabinete possui vários modelos de despachos e de decisões, que agilizam especialmente a execução das atividades que demandam um volume maior. Embora trabalhem também com modelos de votos, estes já são utilizados como texto-base, uma vez que a análise do caso concreto varia de processo a processo.

Em relação à capacitação para servidores, foi pontuado estar diretamente relacionada à troca de experiências entre os membros da equipe. Paralelamente a isso, o gabinete conta com obras atualizadas para consulta, bem como é incentivada a participação dos servidores em cursos promovidos pelo Tribunal, em especial, naqueles voltados para a matéria previdenciária ou processual. O Tribunal possui duas frentes de capacitação: uma da EMAG, que oferece cursos a magistrados e alguns também a servidores, outra do Recursos Humanos, que oferece cursos voltados à gestão e de outras naturezas em EAD.

Atualmente, há diversas matérias que vêm sendo objeto de sobrestamento, a saber:

Tema 692/STJ: Proposta de Revisão de Entendimento firmado em tese repetitiva firmada pela Primeira Seção relativa ao Tema 692/STJ, quanto à devolução dos valores recebidos pelo litigante beneficiário do Regime Geral da Previdência Social – RGPS em virtude de decisão judicial precária, que venha a ser posteriormente revogada;

Tema 862/STJ: Fixação do termo inicial do auxílio-acidente, decorrente da cessação do auxílio-doença, na forma dos arts. 23 e 86, § 2º, da Lei n. 8.213/1991;

Tema 951/STJ: (a) Análise da sistemática de cálculo da renda mensal inicial no período de vigência da Consolidação das Leis da Previdência Social de 1984; e (b) A incidência dos critérios elencados no art. 144 da Lei 8.213/1991 e, conseqüentemente, a possibilidade de se mesclar as regras de cálculos ínsitas na legislação revogada com a nova aos benefícios concedidos no denominado período “Buraco Negro”;

Tema 975/STJ: Questão atinente à incidência do prazo decadencial sobre o direito de revisão do ato de concessão de benefício previdenciário do regime geral (art. 103 da Lei n. 8.213/1991) nas hipóteses em que o ato administrativo da autarquia previdenciária não apreciou o mérito do objeto da revisão. Obs.: Não está sendo mais sobrestada. No entanto, estão aguardando a publicação do acórdão para levantar a suspensão;

Tema 979/STJ: Devolução ou não de valores recebidos de boa-fé, a título de benefício previdenciário, por força de interpretação errônea, má aplicação da lei ou erro da Administração da Previdência Social;

Tema 1.005/STJ: Fixação do termo inicial da prescrição quinquenal, para recebimento de parcelas de benefício previdenciário reconhecidas judicialmente, em ação individual ajuizada para adequação da renda mensal aos tetos fixados pelas

Emendas Constitucionais 20/98 e 41/2003, cujo pedido coincide com aquele anteriormente formulado em ação civil pública;

Tema 1.011/STJ: Incidência ou não do fator previdenciário no cálculo da renda mensal inicial da aposentadoria por tempo de contribuição de professor, quando a implementação dos requisitos necessários à obtenção do benefício se der após a edição da Lei n. 9.876/1999;

Tema 1.013/STJ: Possibilidade de recebimento de benefício por incapacidade do Regime Geral de Previdência Social de caráter substitutivo da renda (auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez) concedido judicialmente em período de abrangência concomitante ao que o segurado estava trabalhando e aguardando o deferimento do benefício;

Tema 1.018/STJ: Possibilidade de, em fase de Cumprimento de Sentença, o segurado do Regime Geral de Previdência Social receber parcelas pretéritas de aposentadoria concedida judicialmente até a data inicial de aposentadoria concedida administrativamente pelo INSS enquanto pendente a mesma ação judicial, com implantação administrativa definitiva dessa última por ser mais vantajosa, sob o enfoque do art. 18, § 2º, da Lei 8.213/1991;

Tema 1.031/STJ: Possibilidade de reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante, exercida após a edição da Lei n. 9.032/1995 e do Decreto n. 2.172/1997, com ou sem o uso de arma de fogo;

Tema 1.050/STJ: Possibilidade de computar as parcelas pagas a título de benefício previdenciário na via administrativa no curso da ação na base de cálculo para fixação de honorários advocatícios, além dos valores decorrentes de condenação judicial;

Tema 999/STJ já julgado, com recurso extraordinário admitido como representativo da controvérsia: Possibilidade de aplicação da regra definitiva prevista no art. 29, incisos I e II da Lei n. 8.213/1991, na apuração do salário de benefício, quando mais favorável do que a regra de transição contida no art. 3º da Lei n. 9.876/1999, aos segurados que ingressaram no sistema antes de 26/11/1999 (data de edição da Lei n. 9.876/1999);

Ag. Reg. na Petição n. 8.002/STF: Extensão do auxílio acompanhante, previsto no art. 45 da Lei n. 8.213/1991 para os segurados aposentados por invalidez, às demais espécies de aposentadoria do Regime Geral da Previdência Social; e

IRDR n. 5022820-39.2019.4.3.0000/TRF da 3ª Região: Readequação dos benefícios previdenciários concedidos antes da CF/88 aos tetos instituídos pelas Emendas 20/1998 e 41/2003.

A propósito da Meta 3, foi informado que, havendo proposta de acordo apresentada nos autos, a parte contrária é intimada para se manifestar e, se esta anuir, o acordo é homologado de plano. Quando ocorre pedido de remessa do processo ao gabinete da conciliação, este é deferido. Foi referido, ainda, que, em 2017, tiveram a oportunidade

de enviar para a conciliação vários processos cujos recursos versavam sobre a Lei n. 11.960/2009. Em alguns casos houve acordo e, em outros, não.

O gabinete não recebeu qualquer tipo de auxílio entre maio/2019 a abril/2020.

Em relação aos processos com pedido de vista, de regra são incluídos no próximo “Peço dia”, observada a presença do relator na sessão. O prazo é de, aproximadamente, 30 dias. Às vezes, acaba sendo um pouco mais, em razão do cronograma das sessões. No momento, a unidade possui apenas dois processos com pedido de vista da sessão de 11/5/2020, que serão apresentados na sessão de 20/7/2020, cujo “Peço dia” ocorreu no dia 8 de junho.

Atualmente, durante a pandemia (Covid-19), o gabinete está funcionando normalmente, sem qualquer prejuízo para a prestação jurisdicional. Houve duas sessões de julgamento por videoconferência, possibilitando as sustentações orais por parte dos advogados interessados.

O atendimento aos advogados e às partes está sendo feito pelo e-mail institucional. A comunicação entre os servidores e estagiários do gabinete, assim como com outras unidades do Tribunal se mantém e ocorre mediante ligações telefônicas, aplicativos de mensagens, SMS ou e-mail.

As principais dificuldades enfrentadas pela unidade ainda estão relacionadas ao recebimento, em 2016, do maior acervo do Tribunal, com muitos processos antigos, o que fez com que todo o trabalho fosse voltado para o julgamento desses casos, no intuito de dar uma resposta àqueles que estavam aguardando uma decisão há mais de 10 anos, por exemplo. Mesmo diante desse quadro, a unidade encontra-se confiante de que, ainda no ano de 2020, conseguirá, enfim, cumprir a Meta 2 do CNJ e até mesmo ultrapassá-la.

O número elevado de distribuição dos processos de matéria previdenciária e assistencial é outro ponto importante, pois dificulta a redução do acervo em números significativos, já que trabalham observando a ordem cronológica, com exceções pontuais: maiores de 80 anos, hipóteses de reexame necessário, doenças muito graves, agravos de instrumento, processos originários (ex. conflitos de competência e mandados de segurança). O maior foco da unidade são as Metas 1 e 2.

A implantação do PJe trouxe vários benefícios, dentre eles a celeridade no processamento das ações. Contudo, o sistema precisa ser melhorado em alguns pontos, principalmente, nas tarefas relacionadas ao julgamento colegiado.

A propósito, foi citado que, havendo numa pauta de 400 processos, após o julgamento, eles são encaminhados para a confirmação do inteiro teor dos acórdãos, o que é feito de maneira individualizada. Após a assinatura dos documentos pelo magistrado, os processos retornam numa outra tarefa: a de lançar a movimentação processual, que também é feita individualmente. Ou seja, dentro de um curto espaço de

tempo, acabam trabalhando com o mesmo processo duas vezes. Se houvesse um modo de lançar a movimentação processual no mesmo momento em que fazem a confirmação do inteiro teor do acórdão, já facilitaria bastante. Com isso, após a assinatura, os processos seriam encaminhados diretamente para a subsecretaria, como ocorre com os despachos e as decisões. Nessa parte, o GEDPRO era mais célere, pois o resultado era lançado na ocasião de elaboração da minuta de voto e, eventualmente, quando necessário, ajustado.

Ainda com relação ao PJe, o sistema é “engessado” no tocante à implantação de melhorias e adaptações para suprir as necessidades, já que, por ser utilizado por outros tribunais do País, depende da aprovação do CNJ. Mesmo sabendo do trabalho constante e consistente realizado pela equipe responsável pelo PJe no Tribunal, essa situação, por vezes, dificulta o trabalho com o próprio sistema.

Também foi apontado que os filtros do *B.I.* ainda necessitam de muitas melhorias a fim de propiciar melhores levantamentos estatísticos.

Por fim, de modo a obter um melhor desempenho das suas atividades, a unidade salientou que, partindo do planejamento traçado, estão sempre buscando novas soluções para a melhoria do trabalho, a fim de alcançarem o objetivo pretendido. Isso torna o trabalho dinâmico e sujeito a alterações quando detectam algo que pode contribuir para a celeridade na prestação jurisdicional, sem perder a qualidade esperada.

A seguir, o Plano de Trabalho do Gabinete para o ano de 2020:

“PLANO DE TRABALHO PARA 2020

Missão: promover justiça, através de uma atuação jurisdicional célere, efetiva, responsável e de qualidade.

Visão: constituir uma unidade de prestação jurisdicional eficiente, sem prejuízo da análise zelosa dos casos submetidos à apreciação.

Valores: honestidade, transparência, equidade, acessibilidade e qualidade.

Linhas estratégicas:

1. Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.
2. Gerenciamento dos processos de trabalho.
3. Valorização das pessoas.
4. Comunicação.

Objetivos estratégicos:

1. Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.

1.1 Reduzir o número de processos pendentes de julgamento.

1.2 Atingir as metas instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça, em especial as denominadas “Meta 1” e “Meta 2”, bem como manter em dia os processos de competência da 3ª Seção, os mandados de segurança originários, assim como os agravos de instrumento.

1.3 Adotar soluções alternativas de conflito.

2. Gerenciamento dos processos de trabalho.

2.1 Manter o acervo organizado.

2.2 Padronizar rotinas de trabalho.

2.3 Identificar as dificuldades enfrentadas na execução das atividades.

3. Valorização das pessoas.

3.1 Qualificar o servidor.

3.2 Atender às necessidades de cada um, sem prejuízo da execução das atividades atribuídas.

3.3 Proporcionar um bom ambiente de trabalho.

4. Comunicação.

4.1 Aprimorar a comunicação interna.

4.2 Interagir com as demais unidades envolvidas.

Planos de ação, implantação e controle:

1. Estabelecimento de metas diárias de trabalho – de 1 a 3 processos ao dia, a depender da matéria envolvida, com majoração em até 30% quando o servidor estiver em teletrabalho –, com separação mensal dos feitos para análise, observada a data de distribuição no Tribunal, além do acréscimo de 2 a 3 processos por semana, em razão da necessidade de se aumentar a produtividade da unidade jurisdicional, de livre escolha do servidor, desde que englobados na meta abaixo estabelecida [Item 3]. Os incidentes – embargos de declaração e agravo interno – serão analisados dentro do próprio mês de conclusão, sem prejuízo das metas anteriormente estipuladas. Atualmente, temos 13 servidores atuando, em tempo integral, na atividade-fim, que, juntos, analisarão pouco mais de 160 processos por semana e algo em torno de 640 processos por mês.

2. Triagem dos processos para a identificação daqueles que são similares, bem como daqueles cuja matéria já fora objeto de pronunciamento das Cortes Superiores em sede de repercussão geral, recurso representativo da controvérsia, incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência,

com o destacamento de, ao menos, um servidor para efetuar tal tarefa. Triar para agilizar o fluxo de julgamentos.

3. Analisar e julgar os feitos mais antigos existentes no acervo, compreendendo os processos de benefício previdenciário ingressados nesta Corte até dezembro de 2017, assim como os de benefício assistencial distribuídos até dezembro de 2018, sem prejuízo daqueles mais recentes inseridos nas hipóteses acima especificadas, além dos encaminhados ao Tribunal por força da remessa necessária ou, então, com laudo pericial atestando a ausência de incapacidade laboral. Objetivamos terminar o ano de 2020 com, aproximadamente, 7.000 processos julgados.

4. Manter o gerenciamento diário dos incidentes, no intuito de incluir em pauta de julgamento todos os embargos de declaração e agravos internos que vierem à conclusão entre um “Peço dia” e outro.

5. Identificar os processos que retornam da Vice-Presidência para o exercício de eventual juízo de retratação, com criação de mecanismos para a análise e inclusão em pauta de julgamento, no menor tempo possível.

6. Manter em dia as declarações de voto, os votos-vista e as consultas de prevenção.

7. Determinar o sobrestamento dos processos quando a situação encontrar respaldo legal.

8. Identificar os processos passíveis de encaminhamento ao Gabinete da Conciliação.

9. Etiquetar os processos eletrônicos com indicação do mês/ano de distribuição no Tribunal, da matéria em questão e das especificidades do caso concreto, quando necessário.

10. Criar modelos de documentos aprovados no Sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe), a fim de otimizar o tempo despendido para a elaboração de minutas.

11. Readequar os núcleos de trabalho criados em 2017, reduzindo-os para sete, ajustando, também, a quantidade dos seus componentes, em virtude do volume do acervo envolvido e do conhecimento técnico de cada servidor. O novo formato, compreendendo o número de membros e a quantidade semanal de processos sob a responsabilidade de cada um, fica assim estabelecido:

Aposentadoria por tempo de serviço/contribuição e especial:

5 servidores/12 processos para cada, acrescidos do adicional estabelecido para aqueles em teletrabalho.

Aposentadoria por idade:

1 servidor/18 processos, acrescidos do adicional estabelecido quando em teletrabalho.

Obs.: Diante do número de feitos pendentes de primeiro julgamento, o núcleo será ampliado, à medida em que a meta for sendo cumprida pelas demais divisões.

Benefício por incapacidade e benefício assistencial:

3 servidores/18 processos para cada, acrescidos do adicional estabelecido para aqueles em teletrabalho.

Obs.: Diante do número de feitos pendentes de julgamento, o núcleo será ampliado, à medida em que a meta for sendo cumprida pelas demais divisões.

Revisão, auxílio-reclusão e salário-maternidade:

2 servidores/12 processos de revisão para cada ou, então, 18 processos de auxílio-reclusão e salário-maternidade, todos acrescidos do adicional estabelecido quando em teletrabalho.

Pensão por morte, cumprimento de sentença/execução, seguro-desemprego e matéria residual:

1 servidor/18 processos de pensão por morte e seguro-desemprego ou, então, 12 processos de cumprimento de sentença/execução e matéria residual, todos acrescidos do adicional estabelecido quando em teletrabalho.

Agravo de instrumento, pedido de efeito suspensivo ou de tutela antecipada antecedente e ação civil pública:

1 servidor/distribuição diária, à exceção da ação civil pública, além de, no mínimo, 15 minutas semanais de voto.

Processos de competência da 3ª Seção e mandado de segurança originário:

1 servidor/distribuição diária, além da elaboração de minuta de voto, à medida em que os processos forem sendo recebidos da unidade processante.

Obs.: A servidora também está à frente dos procedimentos afetos ao recebimento dos processos digitalizados, bem como do acompanhamento integral das pautas de julgamento da 3ª Seção e parcial das da 7ª Turma, sendo que, na falta das atividades listadas, auxiliará na elaboração de minutas de voto em processos com apelação cível.

12. Manter o trabalho remoto iniciado em setembro de 2018, com possibilidade de se requerer autorização para a ampliação do efetivo, desde que o servidor interessado cumpra as metas mensais com regularidade.

13. Identificar as qualidades e talentos de cada servidor, de forma a otimizar a análise dos processos e, com isso, aperfeiçoar o aproveitamento da força de trabalho do Gabinete em benefício da prestação jurisdicional.

14. Promover reuniões periódicas com a participação de todos, nas quais serão tratadas questões de interesse geral, assim como encontros menores atrelados a cada atividade desenvolvida.

15. Incentivar a participação dos servidores em cursos e palestras oferecidos pelo Tribunal, precipuamente naqueles vinculados à área de atuação.

16. Permitir a adequação do horário de trabalho, em virtude de questão particular envolvida, sempre que necessário e desde que não acarrete prejuízo ao rendimento das atividades desempenhadas.

17. Propiciar um ambiente de trabalho acolhedor, harmonioso e respeitoso.

18. Encaminhar e-mails com orientações de trabalho, como forma de manter todos os servidores informados das metodologias aplicadas, sem interrupção das atividades por eles desempenhadas.

19. Manter um bom relacionamento com os Gabinetes integrantes da 3ª Seção e da 7ª Turma, bem como com as respectivas Subsecretarias, com vistas à melhoria das atividades desenvolvidas.

Indicadores: primários: dados fornecidos pela Seção de Estatística, inclusive em cotejo com as metas estabelecidas pelo CNJ; secundários: volume e teor de expedientes encaminhados pela Ouvidoria.”

13. OBSERVAÇÕES

No que concerne à dinâmica processual, comparativamente à inspeção anterior, apurou-se que o acervo de processos conclusos no gabinete passou de 14.477 a 13.714, o que importou uma redução do seu número. Considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 15.630 feitos, e, no mês anterior à inspeção, eram 13.714.

Verificou-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 346, na última inspeção, para 318, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção. Destes, há 58 embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias. O mesmo se diga quanto aos agravos legais/regimentais, que reduziram de 30 para 13 em comparação à inspeção anterior, sendo oito com conclusão superior a 30 dias. Quanto a esses incidentes, percebe-se que houve um melhor monitoramento por parte da unidade.

Na inspeção anterior, existiam 149 processos com tutela provisória proferida há mais de 90 dias sem que tivessem sido levados para o exame do Colegiado. Esse número foi reduzido para 23 na inspeção atual.

Além disso, a unidade possui quatro ações civis públicas, 841 agravos de instrumento, 4.136 recursos em ações com preferência legal, nove mandados de segurança, oito conflitos de competência e três pedidos de vista.

Houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente. Nesse sentido, foram julgados 6.888 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 5.558, ou seja, o número de julgados superou o número de distribuídos (Meta 1 do CNJ) em 1.330 feitos.

No tocante à Meta 3, o registro de conciliações é inexpressivo.

Do quanto recomendado na inspeção anterior, com acompanhamento em processo SEI próprio da Corregedoria, sob n. 0002672-04.2019.4.90.8000, constatou-se que não remanescem pendências.

No exame dos processos objeto desta inspeção, constatou-se demora de lançamento de fases processuais na subsecretaria, além de inconsistências estatísticas.

Pertinente, ainda, situar o gabinete no contexto das demais unidades da 3ª Seção:

TABELA 1: ESTATÍSTICAS DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E BAIXADOS NO PERÍODO DE MAIO/2019 a ABRIL/2020 (12 MESES)

ÓRGÃO	MAGISTRADOS	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	PROCESSOS JULGADOS	PROCESSOS BAIXADOS	
TERCEIRA SEÇÃO	Gab. 22 - DF Inês Virginia	5.787	7.080	2.956	
	SÉTIMA TURMA	Gab. 23 - DF Toru Yamamoto	5.768	7.704	3.949
		Gab. 24 - DF Paulo Domingues	5.815	7.167	3.627
		Gab. 25 - DF Carlos Delgados	5.558	6.888	2.952
		Gab. 26 - DF Newton de Lucca	5.979	8.000	5.349
	OITAVA TURMA	Gab. 27 - DF Therezinha Cazerta	5.980	6.128	3.975
		Gab. 28 - DF David Dantas	5.896	7.277	4.948
		Gab. 29 - DF Luiz Stefanini	5.819	4.837	3.827
		Gab. 30 - DF Batista Gonçalves	5.870	5.205	3.538
	NONA TURMA	Gab. 31 - DF Daldice Santana	7.614	7.090	3.951
		Gab. 32 - Juiza Conv. Leila Paiva	5.765	7.227	4.031
		Gab. 33 - DF Gilberto Jordan	5.530	6.536	3.988
		Gab. 34 - DF Baptista Pereira	5.894	7.235	3.429
	DÉCIMA TURMA	Gab. 35 - DF Sergio Nascimento	6.022	6.374	4.022
		Gab. 36 - DF Lucia Ursaia	6.018	6.117	3.404
		Gab. 37 - DF Nelson Porfirio	5.790	7.516	4.122
	TOTAL GERAL		95.105	108.381	62.068

TABELA 2: ESTATÍSTICAS DE PROCESSOS CONCLUSOS, E EM TRAMITAÇÃO
 Nas inspeções de 2018 e 2020

ÓRGÃO		MAGISTRADOS	TRAMITAÇÃO Inspeção 2018	TRAMITAÇÃO Inspeção 2020	CONCLUSOS Inspeção 2018	CONCLUSOS Inspeção 2020
TERCEIRA SEÇÃO	SETIMA TURMA	Gab. 22 - DF Inês Virgínia	9.226	11.638	6.152	8.085
		Gab. 23 - DF Toru Yamamoto	8.266	8.266	4.117	4.628
		Gab. 24 - DF Paulo Domingues	12.298	14.038	9.170	10.341
		Gab. 25 - DF Carlos Delgado	17.972	19.421	14.477	13.714
	OITAVA TURMA	Gab. 26 - DF Newton de Lucca	10.554	10.601	7.479	7.129
		Gab. 27 - DF Therezinha Cazerta (Na Insp. 2018 era a DF Tânia M.)	3.221	5.580	303	3.017
		Gab. 28 - DF David Dantas	2.920	4.747	269	1.085
		Gab. 29 - DF Luiz Stefanini	10.972	13.248	8.516	11.103
	NONA TURMA	Gab. 30 - DF Batista Gonçalves (Na Insp. 2018 era a DF Mariza Santos)	7.280	10.859	4.964	8.496
		Gab. 31 - DF Daldice Santana	3.572	4.711	606	1.939
		Gab. 32 - Juiza Conv. Leila Paiva (Na Insp. 2018 era a DF Ana Pesarini)	12.817	15.704	10.267	12.823
	DÉCIMA TURMA	Gab. 33 - DF Gilberto Jordan	2.997	4.888	366	1.957
		Gab. 34 - DF Baptista Pereira	10.078	11.450	6.758	8.833
		Gab. 35 - DF Sergio Nascimento	2.990	5.754	478	3.443
		Gab. 36 - DF Lucia Ursaia	5.170	8.186	2.528	5.857
		Gab. 37 - DF Nelson Porfírio	6.396	6.142	3.437	3.869
	TOTAL GERAL			126.729	155.233	79.887

- Dados elaborados pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

Do exame da tabela acima, verifica-se que, em comparação às Turmas que integram a 3ª Seção do Tribunal, é o gabinete que possui o maior acervo em tramitação, com 19.421 processos, situação que merece adequada atenção.

Tempo médio entre a distribuição e o 1º julgamento no TRF3 por gabinete da 3ª Seção

Seção	Unidade	Média em meses	Média em anos
3 Seção	GAB. 22 - DES.FED. INÊS VIRGÍNIA	17	1,39
	GAB. 23 - DES.FED. TORU YAMAMOTO	11	0,93
	GAB. 24 - DES.FED. PAULO DOMINGUES	25	2,09
	GAB. 25 - DES.FED. CARLOS DELGADO	43	3,59
	GAB. 26 - DES.FED. NEWTON DE LUCCA	22	1,87
	GAB. 27 - DES.FED. THEREZINHA CAZERTA	5	0,43
	GAB. 28 - DES.FED. DAVID DANTAS	4	0,34
	GAB. 29 - DES.FED. LUIZ STEFANINI	23	1,92
	GAB. 30 - DES.FED. BATISTA GONÇALVES	15	1,23
	GAB. 31 - DES.FED. DALDICE SANTANA	5	0,42
	GAB. 32 - JUIZA CONV. LEILA PAIVA	20	1,66
	GAB. 33 - DES.FED. GILBERTO JORDAN	5	0,41
	GAB. 34 - DES.FED. BAPTISTA PEREIRA	21	1,72
	GAB. 35 - DES.FED. SERGIO NASCIMENTO	6	0,52
	GAB. 36 - DES.FED. LUCIA URSAIA	12	0,96
	GAB. 37 - DES.FED. NELSON PORFIRIO	9	0,75
	Média da 3ª Seção		15

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região - BI

Junto ao sistema B.I., pode-se verificar que o tempo médio gasto no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 43 meses, enquanto que o tempo médio na 3ª Seção equivale a 15 meses (tabela imediatamente anterior). Trata-se de indicador que pode ser aperfeiçoado.

Frente às inconsistências constatadas ao longo da inspeção e a fim de melhor compreender a complexidade do acervo, a equipe da Corregedoria extraiu novos dados estatísticos junto ao sistema B.I., verificando-se que, em 28/5/2020, a base de dados do repositório unificado foi reprocessada para aplicação de correções relativas à atualização das fases processuais, retroativamente a janeiro de 2018.

Solicitou-se, ainda, à Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos do Tribunal, o glossário do B.I, cumprindo transcrever sua versão resumida:

I. Aba Distribuídos:

Distribuídos:

Processos Distribuídos Originários e Recursais:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento de distribuição ou recebimento da denúncia no período e que tenham sido classificados pelo Justiça em Números como processos originários criminais, originários não criminais, recursais criminais, recursais não criminais, cartas ou procedimentos investigatórios.

II. Aba Acervo:

Tramitação Líquida:

Casos Pendentes Originários e Recursais:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento de distribuição ou recebimento da denúncia ou foram reativados e até o final do período de referência não tenha recebido o movimento de sobrestamento ou baixa definitiva.

Sobrestado:

Total de suspensos e sobrestados:

– Seleciona os processos que tiveram o movimento de Arquivamento Provisório, Suspensão ou Sobrestamento e que posteriormente não receberam movimento de Levantamento do sobrestamento ou movimento que indique a ativação do processo (conclusão, decisão, julgamento, baixa definitiva, lavratura de acórdão, remessa em grau de recurso ou por incompetência e publicação).

Conclusos – Pendentes:

Processos com conclusão pendente e não sobrestados (Conclusão em aberto):

– Seleciona os processos em que foi incluído o movimento de conclusão ou de remessa da distribuição ao gabinete e que não receberam movimento de despacho, decisão ou julgamento ou outra que indique o julgamento (baixa definitiva, cancelamento de distribuição, convertido em diligência, julgamento em diligência, deliberado em sessão, publicação, intimação eletrônica, intimação em secretaria,

lavratura de acórdão, trânsito em julgado ou Remessa em grau de recurso, em diligência, por devolução ao deprecante e por incompetência).

Tutela não apreciada – Conclusos há mais de 10 dias:

Processos com pedido de tutela não apreciado, conclusos há mais de 10 dias:

- Seleciona os processos em que consta registro de pedido de tutela nos dados do processo e não consta movimento que indique a apreciação da tutela;
- não estão sobrestados e que estão conclusos há mais de 10 dias.

Pendentes 1º Julgamento – Sem Sobrestados:

Processos ativos, pendentes de 1º julgamento:

- Seleciona os processos que receberam movimento de distribuição ou reativação, sem sobrestamento ou baixa posterior, em que não consta movimento processual que indique decisão terminativa ou julgamento;
- Desconsidera os processos que receberam movimento de cancelamento da distribuição, ou remessa em grau de recurso, por incompetência ou em diligência à origem.

Recursos Internos Pendentes – Conclusos:

Recursos internos conclusos:

- Processos que receberam o movimento de juntada de petição (tipos 41-agravo (inominado/legal), 49-embargos de declaração, 50-embargos infringentes, 66-recurso especial, 67-recurso extraordinário, 115-incidente de uniformização de jurisprudência, 200011-agravo); ou
- Receberam movimento de distribuição das classes (206-Agravo Regimental Cível, 208-Embargos infringentes, 216-Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade Cível, 233-Incidente de Uniformização de Jurisprudência, 421-Embargos infringentes e de Nulidade, 1208-Agravo Interno Cível, 1689-Embargo de Declaração Cível, 1729-Agravo Regimental Criminal);
- Tiveram o movimento de conclusão após o protocolo ou distribuição, sem identificação posterior de movimento de julgamento do recurso, baixa definitiva, cancelamento da distribuição ou conversão em diligência ou de sobrestamento.

Tutela Concedida – Conclusos há mais de 60 dias:

Processos com pedido de tutela deferido, sem julgamento posterior e conclusos há mais de 60 dias:

- Processos que tiveram o lançamento de movimento que indique o deferimento de tutela ou liminar e não tiveram movimento posterior que indique o julgamento ou não foram baixados e estão conclusos há mais de 60 dias.

Tutela Concedida – Conclusos há mais de 90 dias:

Processos com pedido de tutela deferido, sem julgamento posterior e conclusos há mais de 60 dias:

– Processos que tiveram o lançamento de movimento que indique o deferimento de tutela ou liminar e não tiveram movimento posterior que indique o julgamento ou não foram baixados e estão conclusos há mais de 90 dias.

Aba Baixados:

Baixados:

Total de baixados no período:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento baixa definitiva, cancelamento da distribuição, Remessas em grau de recurso, por devolução ao deprecante e por incompetência.

– São contabilizadas todas as baixas, independentemente de ser a 1ª e inclui todas as classes.

Aba Produtividade:

Total de Julgamentos:

– Apresentada o total de processos que receberam os movimentos de decisão ou julgamento, incluindo os recursos internos.

– No PJe, se o movimento estiver vinculado a um documento, considera apenas 1 movimento por documento. Se não estiver vinculado a documento, considera apenas 1 movimento por dia, a fim de evitar duplicidade, em razão dos procedimentos adotados pelos usuários.

– No SIAPRO, considera apenas 1 movimento por dia, em razão dos procedimentos adotados pelos usuários.

Recursos Internos Julgados:

– Contabiliza o total de julgamentos de Recursos Internos (Agravo (inominado/legal), Embargos de declaração, Embargos Infringentes, Incidente de uniformização de jurisprudência).

Julgamento Colegiado terminativo: são computadas as decisões proferidas em sessão colegiada;

Monocrático terminativo: são computadas as decisões proferidas pelo Desembargador Federal relator, de maneira monocrática, que extinguem o processo, com ou sem resolução do mérito, na forma da legislação processual;

Monocrática não terminativa: são computadas as decisões proferidas pelo Desembargador Federal relator, de maneira monocrática, que não extinguem o processo. (interlocutórias: tutela, liminar, prisão, incompetência)”.

A partir dessas informações, quanto aos novos dados apurados, na aba “Produtividade” do sistema B.I., no período de maio a dezembro de 2019, são computados 4.876 julgamentos junto ao Colegiado e 39 decisões monocráticas terminativas, enquanto, no período de janeiro a abril de 2020, são 2.805 julgamentos junto ao Colegiado, totalizando 7.720 julgamentos de ordem terminativa.

Para o mesmo período, consta distribuição de 5.557 processos no referido sistema.

Já na aba “Acervo”, utilizando-se o filtro “Pendente 1º Julgamento, Sem Sobrestado”, parte-se de 16.514, em abril de 2019, e chega-se, em abril de 2020, com 15.307.

Porém, somando-se 16.514 aos 5.557 distribuídos, obtém-se 22.071, dos quais, deduzindo-se os 7.720 julgados, chega-se a 14.351 feitos pendentes de primeiro julgamento, e não 15.307 como consta na coluna de Abril/2020 da referida aba.

Aliás, este último número opõe-se, inclusive, ao número de processos conclusos no gabinete em abril/2020, apontado pelo sistema como sendo de 13.713, pois, de regra, os feitos pendentes de primeiro julgamento devem se encontrar alocados no gabinete.

Aparentemente, há inconsistência interna no sistema, ou de ordem conceitual, a ser solvida pelo Tribunal, no sentido de conferir aos usuários uma ferramenta que lhes permita aferir, com segurança, os diversos nichos de trabalho para distribuição da sua força de trabalho.

Sob outro enfoque, mas ainda na aba “Produtividade” do sistema B.I., no período de janeiro/2019 a maio/2020, o gabinete produziu 10.173 decisões colegiadas terminativas e 74 decisões monocráticas terminativas, ou seja, julgou 10.247 feitos. No mesmo período, foram distribuídos 8.146 processos, o que inequivocamente retrata o esforço que vem sendo empenhado no sentido de reduzir o acervo, com êxito, que merece reconhecimento.

Vale mencionar que para o aludido período consta, na aba “Produtividade”, um “Total de Julgamentos” de 14.693, número que abrange embargos de declaração e agravos internos, como explicitado (glossário).

Do quanto apurado pela equipe da Corregedoria, registre-se que não há filtro de dados quanto aos processos remetidos para juízo de retratação, a despeito de já criado indicador na base de dados, o que também torna mais complexo o controle do acervo.

Outra questão que causa estranheza é o fato de o gabinete possuir, no mês de maio de 2020, um total de 15.040 processos pendentes de 1º julgamento, sem sobrestados, e 13.332 conclusos pendentes, o que só pode ser explicado a partir da

demora de conclusão ao relator, fato que, sem dúvida, inviabiliza o controle do acervo por parte do gabinete ao gerar dados contraditórios.

A propósito, na inspeção anterior, no que concerne ao fluxo processual, apurou-se 4.396 processos distribuídos e 5.179 julgados, também retratando os contínuos esforços do gabinete na redução do acervo.

Finalmente, impõe-se registrar que, durante a entrevista, foi apontada significativa dificuldade na utilização do novo sistema eletrônico, que ainda demanda inúmeros melhoramentos, bem ainda do sistema *B.I.*, cuja confiabilidade de dados e filtragem são essenciais ao controle e monitoramento do acervo, além de ser fundamental ao incentivo da equipe, refletindo o trabalho que vem sendo desenvolvido.

14. RECOMENDAÇÕES

Do quanto recomendado na inspeção anterior, não remanesce pendência.

Restou claro que o gabinete vem se esforçando no sentido de reduzir estoque, tanto em termos de antiguidade quanto quantidade. Contudo, trata-se de unidade que ainda possui um elevado acervo.

Oportuno, pois, que sejam tomadas medidas para continuar e acelerar o processo de regularização do acervo, com o incremento do número de julgamentos e baixas, sem prejuízo de outras que os gestores e a equipe reputarem recomendáveis.

Seguem medidas que podem ser adotadas para a continuidade do processo de evolução:

a) Promoção de estudos para readequação das metas voltadas ao enfrentamento do estoque de processos. Seria recomendável, neste momento, estabelecer metas individuais mistas, que contemplem um número de processos antigos e, outro, de processos de menor complexidade. Tratando-se de processos simples/repetitivos, é possível aumentar significativamente a produtividade, inclusive sem ofensa ao art. 12 do CPC, já que a maior quantidade de feitos possui algum critério de preferência legal. De se ressaltar que não constituindo desafio, as metas acabam por não se prestar ao objetivo a ser atingido.

b) Necessário, por outro lado, envidar esforços no sentido de manter reduzido o número de processos conclusos para o julgamento de embargos de declaração e agravo legal/regimental, sobretudo aqueles com prazo excedido. No caso dos embargos de declaração, como se trata de processo já julgado, e como em muitas situações a oposição se faz mais para fins de prequestionamento, o auxílio de estagiários, sob supervisão de um servidor detentor de CJ, permite ganho de escala. A preparação de minutas nos casos de embargos de declaração pode consistir nas metas dos estagiários, sob orientação de servidor, ocupando-se os servidores dos casos mais complexos.

No ponto, a coordenação do processo de triagem, pelo assessor, ou sob responsabilidade dele, é essencial. Adequado, pois, o estabelecimento de rotina para a permanente triagem, em especial dos embargos de declaração que ingressam no gabinete, destacando aqueles que visam somente prequestionamento, de baixa complexidade por demandarem apenas a utilização de modelo pré-definido, para pronto julgamento.

Igualmente importante continuar priorizando o julgamento das ações originárias, especialmente mandados de segurança e conflitos de competência e reclamações, bem como a apresentação dos pedidos de vista em prazo razoável.

c) Pertinente checar a regularidade do acervo tanto quanto possível, especialmente no que concerne às suas fases e situação processual (em movimento/sobrestado), que possam ocasionar a distorção de dados estatísticos, solicitando a sua imediata correção pelos órgãos de apoio.

d) No que se refere aos dados estatísticos, principal ferramenta de controle do acervo, oportuno formalizar expediente para submissão à Comissão Permanente de Informática do TRF3, com cópia ao CJF, relatando as inconsistências estatísticas apuradas e encaminhando cópia dos eventuais pedidos de correção formulados junto ao setor de TI, inclusive daqueles sem resposta, para análise e eventual consulta ao CNJ. No referido expediente, deverá, ainda, noticiar os achados desta inspeção e encaminhar as dificuldades e sugestões apresentadas para fins de aprimoramento dos sistemas processuais com fins à obtenção de melhores resultados, sem prejuízo a um alinhamento nacional de critérios de apuração de dados.

De fato, não existe gestão sem informação. O planejamento do trabalho pressupõe o conhecimento do acervo que, por sua vez, deve vir espelhado de forma fidedigna nos dados estatísticos.

Nesse sentido, o lançamento correto e tempestivo de fases e informações processuais, o uso correto das tabelas processuais unificadas e a ampla publicidade de seus conceitos (até para viabilizar a detecção de problemas para imediatas correções) são indispensáveis ao gestor.

Necessária, ainda, a disponibilização de dados que permitam ao usuário verificar com clareza os totais de entradas (distribuídos, redistribuídos, reativados, para juízo de retratação, levantamento de baixa, retorno de sobrestados) e os totais de saídas (julgados, redistribuídos, baixados, sobrestados etc). A disponibilização de tais dados aos usuários de forma alguma se contrapõe ao alinhamento ao glossário de movimentos do CNJ.

e) Caberá à unidade, ainda, cumprir as recomendações do item 11.

Cumprir recomendar a busca de constante aperfeiçoamento, bem como elogiar os esforços da equipe. O desafio que se impõe à unidade o de desenvolver e implantar um

plano de trabalho que viabilize a redução do acervo em velocidade maior, pois, mantido o atual quadro, a redução do estoque de processos a um número razoável, como já aconteceu com outros gabinetes integrantes da 3ª Seção, não será alcançada a curto ou médio prazo. O grande acervo de processos em tramitação e de processos conclusos acaba impactando no tempo médio, que é o maior da Seção. Necessário, pois, sejam estudadas medidas para aumento da produtividade, inclusive com a análise da possibilidade de realização de mutirão ou designação de unidade para auxílio.

Por fim, impõe-se registrar que as recomendações objeto deste relatório serão verificadas na próxima autoinspeção.

Unidade a ser incluída no Programa de Acompanhamento Permanente da Corregedoria-Geral.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL INÊS VIRGINIA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Desembargadora Federal Inês Virgínia.

2.2 Turma

7ª Turma, 3ª Seção Plenário.

2.3 Competência

Art. 10, § 3º do Regimento Interno do TRF 3ª Região: Previdenciária. Processar e julgar os processos relativos à previdência e à assistência social, excetuada a competência da 1ª Seção.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrada lotada no órgão (início da inspeção):

Desembargadora Federal Inês Virgínia Prado Soares.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

João Agripino Sena Junior, chefe de gabinete, CJ-2.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível superior	3

650

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*

Total em tramitação**	11.638
Processos suspensos/sobrestados	391
Processos conclusos	8.086
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	11.638
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	9.869
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	8.085
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	7.039
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	391
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	69

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrados, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

Houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	não
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	não
Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	0
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior).	0

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	262
Mandados de segurança	12
IRDR	2
Conflitos de competência	42
Reclamações	3

Ações rescisórias	195
Outros	8
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	11.376
Recursos em ações civis públicas	1
Recursos em ações com preferência legal	1.532
Outros	9.543
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações de desapropriação	0

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	11.376
Apelações cíveis	10.048
Agravos de instrumento	1.102
Outros	153

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	2
Outros	2
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	232
Por Recurso Especial	185
Por Recurso Extraordinário	1
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por IRDR	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	440
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	293
Agravos legais/regimentais	87
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	84
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	1
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	465
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	33

4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos concluídos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	-	-	51
Distribuídos em 2014	-	123	84
Distribuídos em 2015	730	354	209
Distribuídos em 2016	1.592	695	386
Distribuídos em 2017	3.094	1.397	724
Distribuídos em 2018	1.091	3.138	1.537
Distribuídos em 2019	-	1.139	3.707
Distribuídos em 2020	-	-	1.327
Total	6.507	6.846	8.025

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	19
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	5

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	8

Total como relator para o acórdão	10
-----------------------------------	----

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	5.787
Total de processos julgados	7.080
Total de processos baixados	2.956
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	- 1.293
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	2.831

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	84
Total de feitos não regularizados	24
Total de feitos verificados na inspeção anterior	87
Total de feitos não regularizados	1

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano corrente	1.699
Processos julgados no ano corrente	2.455
Processos distribuídos no ano anterior	6.040
Processos julgados no ano anterior	4.249

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5.566
Pendentes em 31/12/2019	121
Porcentagem de atendimento da meta	99,06%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.480
Pendentes em 31/12/2019	189
Porcentagem de atendimento da meta	110,59%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5.583
Pendentes no último dia do mês anterior	202
Porcentagem de atendimento da meta	96,51%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.490
Pendentes no último dia do mês anterior	277
Porcentagem de atendimento da meta	108,23%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	0
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	0
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	0
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	0

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	0

Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019

Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	0
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

A última inspeção ocorreu de 13 a 24/8/2018 e o relatório desta inspeção ordinária foi publicado em 2019. Na mencionada inspeção, houve as seguintes recomendações: a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3; b) adotar, em caráter permanente, e não apenas nos processos listados na recomendação anterior, mecanismos que impeçam ao máximo a possibilidade de processos com tutela antecipada sem que sejam julgados ou levados ao Colegiado em 90 dias; c) adotar metas individuais e coletivas mais fortes, para possibilitar a diminuição do acervo e priorizar o julgamento dos feitos mais antigos e das metas do CNJ. Já a autoinspeção ocorreu de 29/8/2019 a 3/10/2019 e o relatório com possíveis recomendações ainda não foi publicado.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Em complementação ao relatado na autoinspeção de 2019, posteriormente, foram tomadas as seguintes medidas: a) Antes da digitalização, organização de mutirão de

servidores para julgamento de embargos de declaração (da gestão anterior) e apelações (autos mais antigos e volumosos), reduzindo o volume digitalizado, gerando economia ao Tribunal e celeridade às partes; b) triagem diária dos processos no PJe, com etiquetagem, monitoramento do fluxo mensal, prioridades e tutelas; c) designação de tutelas e processos prioritários aos servidores responsáveis para elaboração de minutas de votos/decisões, com prazo para conclusão; d) dinamização da comunicação com os servidores, com apresentação periódica de números, metas e resultados, numa gestão transparente, participativa e motivadora; e) simplificação de votos-padrão, para o aumento da produção, sem a perda da qualidade; f) revisão periódica de metas de produção por matéria; g) elaboração de modelos de decisões monocráticas em casos de precedentes obrigatórios.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

A maioria das recomendações foi cumprida. Apesar do esforço, ainda não foi possível julgar mais processos que os distribuídos e isso se deu por dois fatores: a redução do quadro de servidores; a priorização de confecção do maior número de embargos de declaração possível para evitar a digitalização de processos. Quanto à redução do quadro, destaca-se: a) aposentadorias de seis servidores, um deles, afastado por licença médica por todo ano de 2019, se aposentou em janeiro de 2020. Como sua lotação era provisória, não há possibilidade de reposição, se não por agente, o que não auxiliaria na produção, razão pela qual o posto permanece vago; b) nos outros casos, o tempo médio para reposição dos postos foi de três meses. Alguns servidores ainda estão em treinamento; c) transferência, a pedido, de servidora para a Secretaria da 8ª Turma, sem reposição ainda, pela escassez de servidores; d) servidor em licença médica por cinco meses por quadro de saúde da filha, sem substituição no período.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim, deixou de atender a Meta 1 - Produtividade. Embora tenha julgado mais processos do que recebeu, cumpriu 73,87% da meta. Explica-se: a) inúmeros embargos de declaração julgados em momento anterior à digitalização do acervo do gabinete; b) 255 votos julgados em dez/2019, mas só publicados em jan/2020. Ambos os itens, "a" e "b", não foram computados na estatística de 2019 para apuração do atingimento da Meta 1. As iniciativas planejadas para atender a Meta 1 no ano em curso já estão em prática: a) triagem diária dos processos, identificando os prioritários; b) distribuição aos servidores para minuta de decisões e votos com prazo para cumprimento; c) controle do número de processos enviados a cada sessão de julgamento, para monitoramento do fluxo do gabinete; d) organização de mutirões por matéria; f) simplificação dos modelos de votos-padrão, para aumento da produção; g) elaboração de modelos de decisões monocráticas em casos em que existam precedentes obrigatórios.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Boas práticas adotadas no período: triagem e monitoramento dos processos; reuniões periódicas, presenciais ou virtuais, para exposição de metas, discussão de ideias e resultados; comunicação mais constante, transparente e próxima com todos os servidores, com o intuito de que o profissional se sinta mais valorizado, acolhido e motivado a cumprir suas metas; simplificação de votos-padrão, com redução do número de páginas e inserção de jurisprudência atualizada, possibilitando incrementar a produção, sem perder a qualidade; elaboração de modelos de decisões monocráticas em casos em que existam precedentes obrigatórios, agilizando a solução dos processos.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
00183280220184039999	26/7/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/providência: Processo suspenso a teor do art. 313, inciso I do CPC. Determinada renovação da intimação da autora, para que constitua novo advogado, eis que o antigo patrono está suspenso pela OAB.		
00080501720144036301	11/5/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/providência: Proferido despacho determinando que a secretaria publique o acórdão já lavrado e digitalizado.		
00231594020114039999	12/1/2015	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Acórdão lavrado, aguarda digitalização e posterior publicação.		
50000913420154039999	27/11/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/providência: Processo julgado na sessão de 13/4/2020.		
50008956520164039999	7/4/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/providência: Processo inserido na pauta de julgamento de 22/6/2020.		
50009398420164039999	8/4/2016	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Processo julgado na sessão de 13/4/2020.		
50000803420174039999	3/2/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/providência: Processo julgado na sessão de 13/4/2020.		
50013040720174039999	22/3/2017	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Apelação julgada na sessão de 13/4/2020.		
00049482120134036301	5/2/2015	1728 - Apelação Remessa Necessária
Observação/providência: Apelação julgada em 7/7/2015. INSS apresentou agravo, cuja apreciação foi sobrestada, em 3/5/2017, pois o feito versa sobre restituição de valores recebidos pelo segurado em razão de erro do INSS, questão afetada pelo STJ com determinação de suspensão dos feitos. Aguardando precedente STJ.		

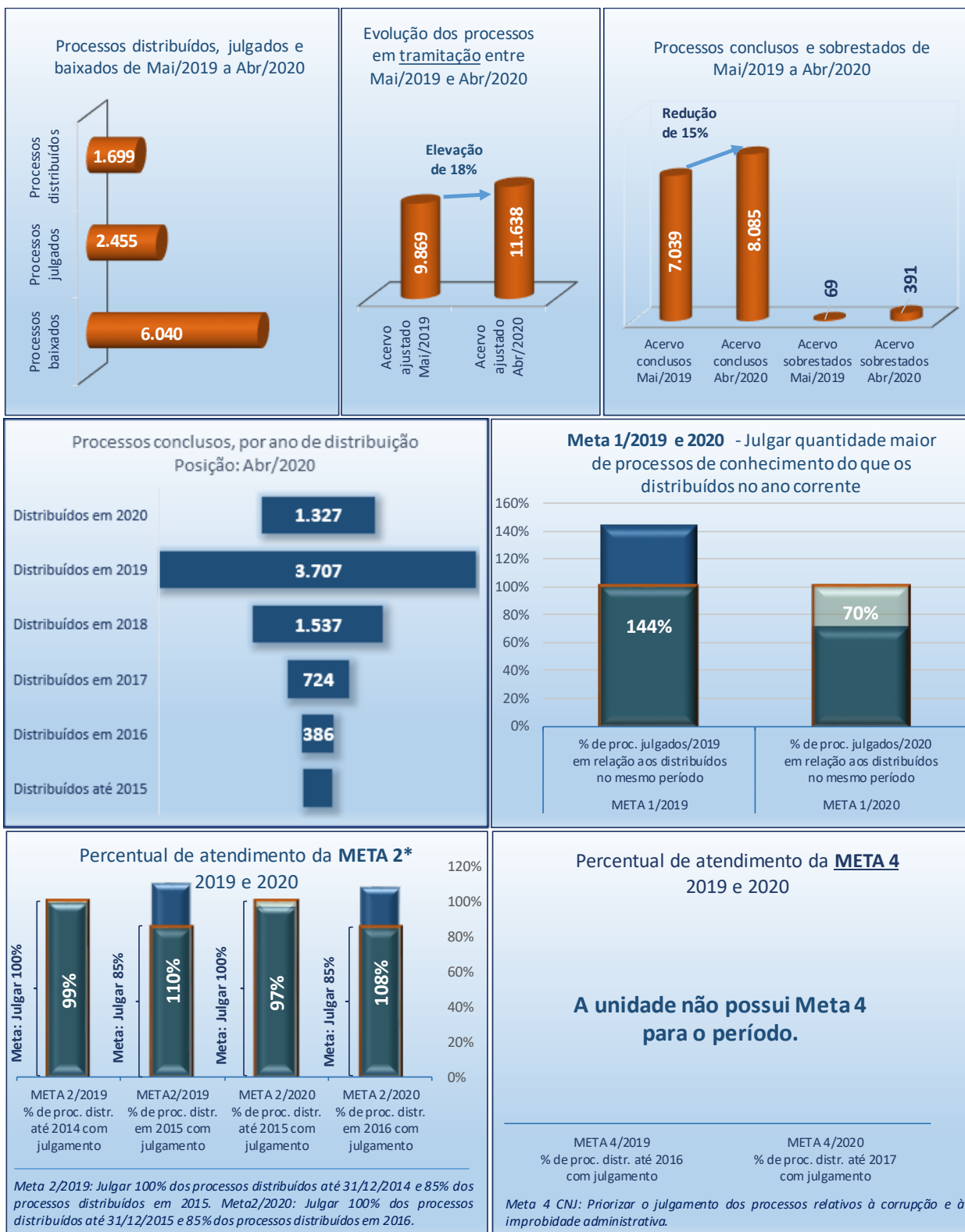
00001958220144036140	17/11/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/providência: Apelação julgada em 22/1/2016. INSS apresentou agravo, cuja apreciação foi sobrestada, em 3/5/2017, pois o feito versa sobre restituição de valores recebidos pelo segurado em razão de erro do INSS, questão afetada pelo STJ com determinação de suspensão dos feitos. Aguardando precedente no STJ.		
00068286920054036126	21/12/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/providência: Apelação julgada monocraticamente em 17/3/2016. O autor apresentou agravo, cuja apreciação foi sobrestada, em 22/6/2018, eis que a questão foi afetada pelo STJ (Tema 979), havendo determinação de suspensão nacional de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos (Art. 1.037, inciso II, do CPC).		
00056526320144036183	16/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Apelação julgada monocraticamente, reconhecendo o direito à readequação aos novos tetos instituídos pelas EC 20/98 e 41/2003, observada a prescrição quinquenal. O autor e o INSS interpuseram agravo, cuja apreciação foi sobrestada, considerando a determinação do STJ quando da afetação do Tema 1005.		
00063368520144036183	16/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Apelação julgada monocraticamente, reconhecendo o direito a readequação aos novos tetos instituídos pelas EC 20/98 e 41/2003, observada a prescrição quinquenal. O autor e o INSS interpuseram agravo, cuja apreciação foi sobrestada, considerando a determinação do STJ quando da afetação do Tema 1005.		
00128577120094036102	22/4/2013	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Proferida decisão de sobrestamento do feito, considerando que o recurso versa sobre questão afetada pelo STJ (Tema 975).		
50069439320184030000	6/4/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/providência: Processo em duplicidade na lista/mandado de segurança julgado em 8/5/2020.		
50243764720174030000	14/12/2017	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Processo listado em duplicidade/feito julgado em 11/5/2020.		
50120805620184030000	4/6/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/providência: Processo em duplicidade na lista. Mandado de segurança julgado em 8/5/2020.		
50086182820174030000	9/6/2017	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/providência: Mandado de segurança julgado em 8/5/2020.		
50134520620194030000	28/5/2019	221 - Conflito de competência
Observação/providência: Voto-vista será apresentado na sessão de 25.6.2020		
00037523320104036103	16/3/2016	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Acórdão lavrado, aguarda digitalização e posterior publicação.		
00236467320124039999	17/4/2017	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Acórdão lavrado, aguarda digitalização e posterior publicação.		
00020270720134036005	12/2/2016	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Acórdão lavrado, aguarda digitalização e posterior publicação.		
00019627620134036113	1º/10/2014	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Acórdão lavrado, aguarda digitalização e posterior publicação.		
00000649720194039999	10/1/2019	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Acórdão lavrado, aguarda digitalização e posterior publicação		
00079317820184039999	21/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Acórdão lavrado, aguarda digitalização e posterior publicação.		

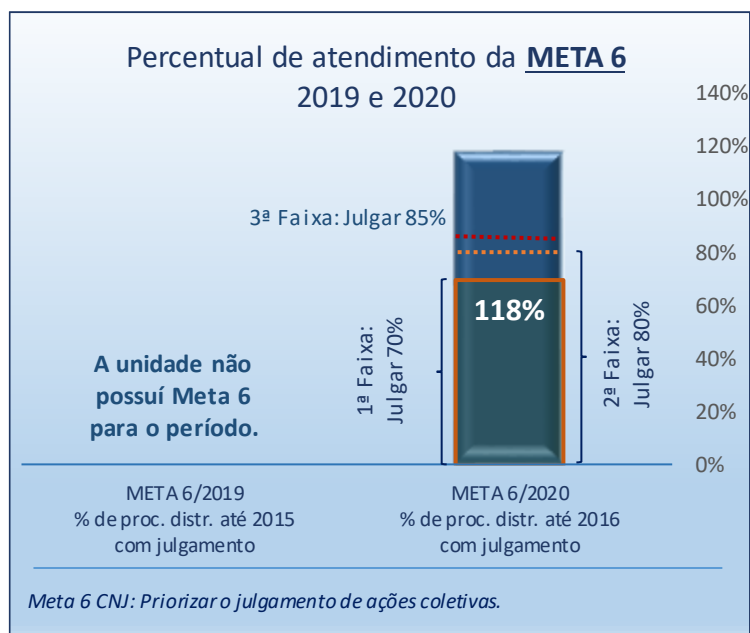
00007242820184039999	10/1/2018	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Acórdão lavrado, aguarda digitalização e posterior publicação.		
00090384220084036109	9/2/2012	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Proferido despacho determinando a intimação da parte autora para, querendo, manifestar-se sobre os embargos declaratórios do INSS. Voto dos embargos de declaração elaborado. Feito não inserido em pauta, tendo em vista a falta de intimação do embargado para responder aos aclaratórios.		
00450883220114039999	11/11/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/providência: Apelação julgada em 21/11/2016. O INSS opôs embargos, questionando a possibilidade de concessão de aposentadoria especial enquanto o segurado permanece na mesma atividade. Considerando o Ofício 0035/16 da Vice-Presidência do TRF3, foi determinado o sobrestamento do feito em 7/8/2017.		
00123649620164039999	15/4/2016	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Apelação julgada monocraticamente em 5/12/2016. O INSS apresentou embargos, cuja apreciação foi sobrestada, em 5/5/2017, por versar sobre questão afetada pelo STJ (Tema 979), havendo determinação de suspensão nacional de todos os processos pendentes (Art. 1.037, inciso II, CPC).		
00083744120124036183	30/7/2013	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Embargos de declaração apreciados. Proferido despacho determinando a regularização da publicação do respectivo acórdão.		
0004460-46.2011.4.03.6104	7/3/2013	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Processo inserido na pauta de julgamento de 22/6/2020.		
0004995-04.2013.4.03.6104	14/8/2014	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Proferida, em 11/5/2020, decisão determinando o sobrestamento da apelação, eis que o recurso versa sobre questão afetada pelo STJ (Tema 979), havendo determinação de suspensão nacional de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos (Art. 1.037, inciso II, CPC).		
0029311-02.2014.4.03.9999	10/10/2014	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Processo inserido na pauta de julgamento de 22/6/2020.		
0003438-13.2013.4.03.6126	18/11/2014	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Processo inserido na pauta de julgamento de 22/6/2020.		
0030825-87.2014.4.03.9999	21/10/2014	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Processo inserido na pauta de julgamento de 22/6/2020.		
0000031-49.2015.4.03.9999	5/1/2015	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Processo inserido na pauta de julgamento de 22/6/2020.		
0000678-44.2015.4.03.9999	12/1/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/providência: Processo inserido na pauta de julgamento de 22/6/2020.		
0005060-80.2015.4.03.9999	20/2/2015	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Proferida, em 11/5/2020, decisão determinando o sobrestamento da apelação, eis que o recurso versa sobre questão afetada pelo STJ (Tema 979), havendo determinação de suspensão nacional de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos (Art. 1.037, inciso II, CPC).		
0006358-10.2015.4.03.9999	27/2/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/providência: Processo inserido na pauta de julgamento de 22/6/2020.		
0007106-42.2015.4.03.9999	3/3/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/providência: Processo inserido na pauta de julgamento de 22/6/2020.		

0007496-12.2015.4.03.9999	5/3/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/providência: Processo inserido na pauta de julgamento de 22/6/2020.		
0003925-84.2015.4.03.6102	7/7/2016	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/providência: Processo inserido na pauta de julgamento de 22/6/2020.		
5004596-24.2017.4.03.0000	20/4/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/providência: Agravo de instrumento julgado em sessão realizada no dia 13/4/2020.		
5000751-21.2016.4.03.6110	11/9/2017	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/providência: Processo pautado para sessão de 8/6/2020		
5000387-12.2017.4.03.0000	2/2/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/providência: Processo inserido na pauta de julgamento de 22/6/2020.		
5011933-64.2017.4.03.0000	14/7/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/providência: Recurso julgado em 8/5/2020.		
5002222-11.2017.4.03.9999	13/6/2017	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/providência: Remessa necessária julgada em sessão realizada no dia 13/4/2020.		
0000210-52.2012.4.03.6130	27/10/2017	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/providência: Processo inserido na pauta de julgamento de 22/6/2020.		
5024376-47.2017.4.03.0000	14/12/2017	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/providência: Feito julgado em 11/5/2020.		
5021223-06.2017.4.03.0000	6/11/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/providência: Feito julgado em 8/5/2020.		
0052846-67.2008.4.03.9999	21/10/2008	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Processo inserido na pauta de julgamento de 22/6/2020.		
5008618-28.2017.4.03.0000	9/6/2017	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/providência: Mandado de segurança julgado em 8/5/2020.		
5006943-93.2018.4.03.0000	6/4/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/providência: Mandado de segurança julgado em 8/5/2020.		
5024636-90.2018.4.03.0000	3/10/2018	244 - Reclamação
Observação/providência: Feito julgado em 9/5/2020.		
5029866-16.2018.4.03.0000	27/11/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/providência: Proferida, em 1º/4/2020, decisão determinando a redistribuição do feito, tendo em vista que a questão objeto do recurso se insere na competência da Primeira Seção do Tribunal.		
5031853-87.2018.4.03.0000	17/12/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/providência: Feito julgado em 9/5/2020.		
5022063-45.2019.4.03.0000	28/8/2019	12375 - Reclamação
Observação/providência: Proferido despacho requisitando à UFOR as informações necessárias para a apreciação do pedido de providências formulado.		
0004679-02.2000.4.03.6183	21/3/2006	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Processo inserido na pauta de julgamento de 22/6/2020.		
0002595-68.2001.4.03.6126	7/7/2006	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Proferida decisão de levantamento do sobrestamento em 11/5/2020		
0002505-39.2008.4.03.6183	29/9/2008	198 - Apelação Cível
Observação/providência: Processo inserido na pauta de julgamento de 22/6/2020.		

0001565-13.2005.4.03.6108	24/06/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/providência: Processo inserido na pauta de julgamento de 22/6/2020.		
0003256-70.2001.4.03.6183	20/10/2003	208 - Embargos Infringentes
Observação/providência: Embargos infringentes julgados em sessão do dia 26/3/2020.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 59 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 17 físicos e 42 eletrônicos.

Os feitos físicos foram inspecionados a partir dos extratos de movimentação processual mediante consulta ao site do TRF3.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) regularizar a fase processual no sistema e/ou promover o andamento em até 10 dias:

00049482120134036301	00001958220144036140	00068286920054036126
00056526320144036183	00063368520144036183	00128577120094036102
00000649720194039999	00450883220114039999	00123649620164039999
0004995-04.2013.4.03.6104	0005060-80.2015.4.03.9999	00080501720144036301

b) julgar o processo em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

00090384220084036109	0030825-87.2014.4.03.9999	0000678-44.2015.4.03.9999
0002595-68.2001.4.03.6126	5022063-45.2019.4.03.0000	

c) lavrar o acórdão em até 10 dias:

00037523320104036103	00236467320124039999	00020270720134036005
00019627620134036113	00079317820184039999	00231594020114039999

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria realizou entrevistas por meios eletrônicos com a Desembargadora Federal Inês Virgínia Prado Soares, com a Assessora Patricia Previde Guimarães Quartim Barbosa e com o Chefe de Gabinete João Agripino Sena Junior, que se mostraram solícitos em relação a todos os questionamentos efetuados.

Apurou-se que, atualmente, o gabinete é composto por dezesseis servidores, embora a lotação seja de dezessete. Foi pontuado que sempre houve dificuldade em repor servidores que se aposentassem ou fossem realocados, situação que se acentuou com a pandemia e o conseqüente trabalho remoto. Todos os dezesseis servidores executam atividades-fim, sendo efetuada a distribuição de atividades em equipes especializadas por matéria.

Segundo apurado, há seis grupos de trabalho:

- aposentadorias, por tempo de contribuição e especial, inclusive revisões de benefícios, com cinco servidores;
- agravos de instrumento e execuções, uma servidora, com auxílio do chefe de gabinete;
- benefícios de rurícolas (tempo de serviço e idade), com duas servidoras;
- pensões, com três servidores, um dos quais auxilia, também, nos benefícios por incapacidade;
- benefícios por incapacidade, com quatro servidores, um dos quais responsável pelos processos de LOAS;
- LOAS, auxílio-reclusão e salário-maternidade, de atribuição da assessora, com o auxílio dos servidores do grupo anterior e mais estagiários.

No que se refere aos feitos da 3ª Seção, são atribuição do chefe de gabinete, que também atua como líder no grupo das ações revisionais.

Os conflitos de competência ficam a cargo da assessora.

Ordinariamente, a unidade autoriza oito servidores a exercerem suas funções em regime de teletrabalho, com regime integral com trabalho presencial uma vez por semana. Suas metas são fixadas pela complexidade da matéria, exemplificativamente, três minutas de votos por dia em matérias mais complexas, como aposentadoria especial, e cinco minutas de votos por dia em matérias menos complexas, como benefício assistencial. O controle dos trabalhos é efetuado por relatório semanal, a fim de apurar o cumprimento de metas. Caso não haja o atingimento da meta, há uma reunião com a chefia para verificação dos motivos e tentativa de resolução ou, em último caso, alteração de matéria.

No que concerne à triagem dos feitos, esta é realizada pela chefia, e os líderes de cada grupo (organizados por matéria) fazem uma triagem mais apurada.

Os processos encontram-se organizados por etiquetas por matéria/servidor.

O controle do acervo ocorre por meio das etiquetas lançadas nos processos, pela triagem e pela análise dos dados estatísticos fornecidos mensalmente pelo Tribunal.

Há controle periódico de processos sem movimentação, mediante a análise dos dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal e pelo controle manual de etiquetagem no PJe. No entanto, esse controle ainda é um desafio, porque os dados estatísticos não são disponibilizados com a constância esperada. Ademais, não há no PJe uma forma simples de controle, senão a etiquetagem de todos os processos ali constantes e a triagem permanente de novos processos.

O gabinete possui metas individuais de produtividade, como já mencionado, além de metas coletivas, sendo estas o envio de pelo menos 800 votos para sessões de julgamento ao mês.

Foi pontuado que a unidade conta com política de recompensas vinculada ao atingimento dessas metas. Foi referido que, apesar das poucas ferramentas disponíveis, fazem tal recompensa por intermédio das substituições em férias e licenças das chefias. Estão analisando outras formas de recompensas.

Os feitos com prioridade legal, ou que estejam inseridos em meta do CNJ, possuem tratamento específico, sendo triados e designados para elaboração de minuta com prazos determinados, enquanto os feitos relativos às metas do CNJ são controlados pelos dados estatísticos quando fornecidos pelo Tribunal. Também são priorizados os casos em que há pedido em razão de doença, idade a partir de 60/65 anos e os benefícios assistenciais.

A unidade se socorre de decisões terminativas, bem como adota a utilização de modelos para votos/decisões, mas sem prejudicar a singularidade dos feitos.

Com relação à capacitação para servidores, foi pontuado que é feita mediante indicação e incentivo na participação de cursos e palestras, envio de notícias relevantes por redes sociais e solicitação de obras doutrinárias atualizadas.

Atualmente, há diversas matérias que vêm sendo objeto de sobrestamento, destacando-se: a) readequação de tetos previdenciários (IRDR); b) temas diversos sobrestados pelos tribunais superiores, como, por exemplo, os Temas 999, 1005, 1013, 1018 do STJ.

A propósito da Meta 3, foi informado que há contato periódico com a Procuradoria do INSS para conversas sobre temas possíveis às propostas de conciliação. No entanto, no ano de 2019, não houve retorno daquele órgão com proposta de temas, nem tampouco houve o envio de processo para o gabinete de conciliação, e que não

observaram iniciativas tendentes à conciliação por parte deste órgão. Foi consignado que a conciliação em segundo grau, em especial em ações previdenciárias, é mais difícil.

O gabinete não recebeu qualquer tipo de auxílio entre maio/2019 a abril/2020.

Em relação aos processos com pedido de vista, foi registrado que há um empenho no sentido de que não ocorram, apresentando as declarações de voto na própria sessão. Há uma orientação interna para que os eventuais pedidos de vista sejam levados a julgamento dentro de um mês, o que nem sempre é possível, considerando a complexidade do feito. Destacaram haver diferenças entre os pedidos de vista realizados nas sessões da 7ª Turma e os da 3ª Seção, notadamente quanto ao procedimento de apresentação e à complexidade dos temas abordados.

Atualmente, durante a pandemia, o gabinete está funcionando normalmente. A unidade mantém contato direto com os servidores, fazem reuniões semanais e conseguem, inclusive, produzir mais, para surpresa dos gestores. Foi destacado que o gabinete não enfrentou dificuldades tendo em vista que, já antes da pandemia, havia sido instituída uma comunicação fluída com os servidores, por meio de grupos de WhatsApp previamente constituídos. Há frequentes reuniões, mesmo por aplicativos, com os que já realizavam trabalho remoto, para fins de acompanhamento, resolução de dúvidas e controle de produção. Foram citadas algumas dificuldades inerentes ao confinamento, tais como questões de infraestrutura domiciliar, estresse inerente à situação, além da conciliação das tarefas domésticas e familiares com o cumprimento das metas profissionais. Destacaram que às três servidoras do gabinete, com filhos menores de 12 anos, houve uma flexibilização nas metas habituais de produção.

O atendimento aos advogados e às partes está sendo feito por e-mail ou por WhatsApp, a ser respondido em até 48 horas. O contato com a magistrada é feito por telefone ou por videoconferência pela plataforma *Microsoft Teams*.

Foram citadas as principais dificuldades enfrentadas pela unidade: (a) adaptação técnica dos servidores à matéria previdenciária – considerando que a desembargadora ingressou em 2018 no Tribunal e os servidores, que com ela foram trabalhar vieram de um gabinete criminal; (b) demora e dificuldade de reposição de servidores que se aposentaram ou trocaram de setor (houve o registro de que a reposição de servidores é um procedimento que deve partir do Gabinete, porque não há servidores disponibilizados pelo Tribunal e todos os Gabinetes têm essa dificuldade, com isso nunca conseguiram ocupar as 17 lotações disponíveis); (c) licença de servidores por motivos de saúde. Nesse aspecto, destacou-se o caso de uma servidora com câncer, que ficou afastada por quase um ano, e aposentou por invalidez, e de um servidor, que teve uma filha com problemas cardíacos, necessitando se afastar por mais de cinco meses, voltando a trabalhar por dois meses e está licenciado novamente, para acompanhar a segunda cirurgia e recuperação da bebê; e (d) inconsistência de dados do B.I.

Por fim, de modo a obter um melhor desempenho das suas atividades, a unidade apresentou algumas sugestões: (a) que haja um gatilho da administração permitindo a reposição rápida de servidores, por exemplo, um banco de dados dos servidores disponíveis para entrevistas, facilitando o processo; (b) disponibilização dos dados estatísticos com frequência de tempo menor, já que, às vezes, estes são disponibilizados com intervalo superior a um mês; (c) melhoria das ferramentas tecnológicas para desenvolvimento do trabalho, com o cruzamento de informações e redução do travamento do PJe, que tem ocorrido habitualmente durante a pandemia; e (d) disponibilização de assistência técnica gratuita, pelo Tribunal, aos servidores que realizam teletrabalho, já que atualmente os custos com a adequação e manutenção de computadores são arcados pelos próprios servidores.

13. OBSERVAÇÕES

No que concerne à dinâmica processual, em comparação à inspeção anterior, apurou-se que o acervo de processos conclusos no gabinete passou de 6.152 a 8.085, o que importou um aumento de seu número. Considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 9.869 feitos, e, no mês anterior à inspeção, eram 8.085.

Verificou-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 828, na última inspeção, para 440, segundo levantamento efetuado para esta inspeção. Destes, há 293 embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias. O mesmo se diga quanto aos agravos legais/regimentais, que reduziram de 313 para 87 comparativamente à inspeção anterior, sendo 84 com conclusão superior a 30 dias. Quanto a esses incidentes, percebe-se que houve um melhor monitoramento por parte da unidade, mas que pode ser aprimorado.

Na inspeção anterior, existiam 203 processos com tutela provisória proferida há mais de 90 dias sem que tivessem sido levados para o exame do Colegiado. Esse número foi reduzido para 33 na inspeção atual.

Além disso, a unidade possui uma ação civil pública, 1.102 agravos de instrumento, 1.532 recursos em ações com preferência legal, 12 mandados de segurança, 42 conflitos de competência, 2 IRDRs, 3 reclamações e 19 pedidos de vista, sendo cinco conclusos há mais de 30 dias, além de oito processos pendentes de lavraturas de acórdão como relatora e 10 como relatora para o acórdão. Também constam nas listagens dois processos com réus presos.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente. Nesse sentido, foram julgados 7.080 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 5.787, ou seja, o número de julgados superou o número de distribuídos (Meta 1 do CNJ) em 1.293 feitos.

No tocante à Meta 3, o registro de conciliações é inexpressivo.

Do quanto recomendado na inspeção anterior, com acompanhamento em processo SEI próprio da Corregedoria, sob n. 0002673-87.2019.4.90.8000, constatou-se que não remanescem pendências.

No exame dos processos objeto da presente inspeção, constatou-se demora de lançamento de fases processuais na subsecretaria, além de inconsistências estatísticas.

Pertinente situar o gabinete no contexto das demais unidades da 3ª Seção:

TABELA 1: ESTATÍSTICAS DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E BAIXADOS NO PERÍODO DE MAIO/2019 a ABRIL/2020 (12 MESES)

ÓRGÃO	MAGISTRADOS	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	PROCESSOS JULGADOS	PROCESSOS BAIXADOS	
TERCEIRA SEÇÃO	SÉTIMA TURMA	Gab. 22 - DF Inês Virgínia	5.787	7.080	2.956
		Gab. 23 - DF Toru Yamamoto	5.768	7.704	3.949
		Gab. 24 - DF Paulo Domingues	5.815	7.167	3.627
		Gab. 25 - DF Carlos Delgados	5.558	6.888	2.952
	OITAVA TURMA	Gab. 26 - DF Newton de Lucca	5.979	8.000	5.349
		Gab. 27 - DF Therezinha Cazerta	5.980	6.128	3.975
		Gab. 28 - DF David Dantas	5.896	7.277	4.948
		Gab. 29 - DF Luiz Stefanini	5.819	4.837	3.827
	NONA TURMA	Gab. 30 - DF Batista Gonçalves	5.870	5.205	3.538
		Gab. 31 - DF Daldice Santana	7.614	7.090	3.951
		Gab. 32 - Juiza Conv. Leila Paiva	5.765	7.227	4.031
		Gab. 33 - DF Gilberto Jordan	5.530	6.536	3.988
	DÉCIMA TURMA	Gab. 34 - DF Baptista Pereira	5.894	7.235	3.429
		Gab. 35 - DF Sergio Nascimento	6.022	6.374	4.022
		Gab. 36 - DF Lucia Ursaiá	6.018	6.117	3.404
		Gab. 37 - DF Nelson Porfirio	5.790	7.516	4.122
	TOTAL GERAL		95.105	108.381	62.068

TABELA 2: ESTATÍSTICAS DE PROCESSOS CONCLUSOS, E EM TRAMITAÇÃO Nas inspeções de 2018 e 2020

ÓRGÃO	MAGISTRADOS	TRAMITAÇÃO Inspeção 2018	TRAMITAÇÃO Inspeção 2020	CONCLUSOS Inspeção 2018	CONCLUSOS Inspeção 2020	
TERCEIRA SEÇÃO	SETIMA TURMA	Gab. 22 - DF Inês Virgínia	9.226	11.638	6.152	8.085
		Gab. 23 - DF Toru Yamamoto	8.266	8.266	4.117	4.628
		Gab. 24 - DF Paulo Domingues	12.298	14.038	9.170	10.341
		Gab. 25 - DF Carlos Delgado	17.972	19.421	14.477	13.714
	OITAVA TURMA	Gab. 26 - DF Newton de Lucca	10.554	10.601	7.479	7.129
		Gab. 27 - DF Therezinha Cazerta (Na Insp. 2018 era a DF Tânia M.)	3.221	5.580	303	3.017
		Gab. 28 - DF David Dantas	2.920	4.747	269	1.085
		Gab. 29 - DF Luiz Stefanini	10.972	13.248	8.516	11.103
	NONA TURMA	Gab. 30 - DF Batista Gonçalves (Na Insp. 2018 era a DF Mariza Santos)	7.280	10.859	4.964	8.496
		Gab. 31 - DF Daldice Santana	3.572	4.711	606	1.939
		Gab. 32 - Juiza Conv. Leila Paiva (Na Insp. 2018 era a DF Ana Pizarini)	12.817	15.704	10.267	12.823
		Gab. 33 - DF Gilberto Jordan	2.997	4.888	366	1.957
	DÉCIMA TURMA	Gab. 34 - DF Baptista Pereira	10.078	11.450	6.758	8.833
		Gab. 35 - DF Sergio Nascimento	2.990	5.754	478	3.443
		Gab. 36 - DF Lucia Ursaiá	5.170	8.186	2.528	5.857
		Gab. 37 - DF Nelson Porfirio	6.396	6.142	3.437	3.869
	TOTAL GERAL		126.729	155.233	79.887	106.319

- Dados elaborados pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

Do exame da tabela acima, verifica-se que, em comparação às Turmas que integram a 3ª Seção do Tribunal, é o gabinete que possui o 5º maior acervo em tramitação, com 11.638 processos, situação que merece adequada atenção.

Tempo médio entre a distribuição e o 1º julgamento no TRF3 por gabinete da 3ª Seção

Seção	Unidade	Média em meses	Média em anos
3 Seção	GAB. 22 - DES.FED. INÊS VIRGÍNIA	17	1,39
	GAB. 23 - DES.FED. TORU YAMAMOTO	11	0,93
	GAB. 24 - DES.FED. PAULO DOMINGUES	25	2,09
	GAB. 25 - DES.FED. CARLOS DELGADO	43	3,59
	GAB. 26 - DES.FED. NEWTON DE LUCCA	22	1,87
	GAB. 27 - DES.FED. THEREZINHA CAZERTA	5	0,43
	GAB. 28 - DES.FED. DAVID DANTAS	4	0,34
	GAB. 29 - DES.FED. LUIZ STEFANINI	23	1,92
	GAB. 30 - DES.FED. BATISTA GONÇALVES	15	1,23
	GAB. 31 - DES.FED. DALDICE SANTANA	5	0,42
	GAB. 32 - JUIZA CONV. LEILA PAIVA	20	1,66
	GAB. 33 - DES.FED. GILBERTO JORDAN	5	0,41
	GAB. 34 - DES.FED. BAPTISTA PEREIRA	21	1,72
	GAB. 35 - DES.FED. SERGIO NASCIMENTO	6	0,52
	GAB. 36 - DES.FED. LUCIA URSAIA	12	0,96
	GAB. 37 - DES.FED. NELSON PORFIRIO	9	0,75
	Média da 3ª Seção		15

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região - BI

Junto ao sistema B.I., pode-se verificar que o tempo médio gasto pelo gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 17 meses, enquanto que o tempo médio, na 3ª Seção, equivale a 15 meses. Trata-se de indicador que pode ser aperfeiçoado.

Frente às inconsistências constatadas ao longo da inspeção e a fim de melhor compreender a complexidade do acervo, a equipe da Corregedoria-Geral extraiu novos dados estatísticos junto ao sistema B.I., verificando-se que, em 28/5/2020, a base de dados do repositório unificado foi reprocessada para aplicação de correções relativas à atualização das fases processuais, retroativamente a janeiro de 2018.

Solicitou-se à Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos do Tribunal, o glossário do B.I, cumprindo transcrever sua versão resumida:

“I. Aba Distribuídos:

Distribuídos:

Processos Distribuídos Originários e Recursais:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento de distribuição ou recebimento da denúncia no período e que tenham sido classificados pelo Justiça em Números como processos originários criminais, originários não criminais, recursais criminais, recursais não criminais, cartas ou procedimentos investigatórios.

II. Aba Acervo:

Tramitação Líquida:

Casos Pendentes Originários e Recursais:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento de distribuição ou recebimento da denúncia ou foram reativados e até o final do período de referência não tenha recebido o movimento de sobrestamento ou baixa definitiva.

Sobrestado:

Total de suspensos e sobrestados:

– Seleciona os processos que tiveram o movimento de Arquivamento Provisório, Suspensão ou Sobrestamento e que posteriormente não receberam movimento de Levantamento do sobrestamento ou movimento que indique a ativação do processo (conclusão, decisão, julgamento, baixa definitiva, lavratura de acórdão, remessa em grau de recurso ou por incompetência e publicação).

Conclusos – Pendentes:

Processos com conclusão pendente e não sobrestados (Conclusão em aberto):

– Seleciona os processos em que foi incluído o movimento de conclusão ou de remessa da distribuição ao gabinete e que não receberam movimento de despacho, decisão ou julgamento ou outra que indique o julgamento (baixa definitiva, cancelamento de distribuição, convertido em diligência, julgamento em diligência, deliberado em sessão, publicação, intimação eletrônica, intimação em secretaria, lavratura de acórdão, trânsito em julgado ou Remessa em grau de recurso, em diligência, por devolução ao deprecante e por incompetência).

Tutela não apreciada – Conclusos há mais de 10 dias:

Processos com pedido de tutela não apreciado, conclusos há mais de 10 dias:

- Seleciona os processos em que consta registro de pedido de tutela nos dados do processo e não consta movimento que indique a apreciação da tutela;

- não estão sobrestados e que estão conclusos há mais de 10 dias.

Pendentes 1º Julgamento – Sem Sobrestados:

Processos ativos, pendentes de 1º julgamento:

– Seleciona os processos que receberam movimento de distribuição ou reativação, sem sobrestamento ou baixa posterior, em que não consta movimento processual que indique decisão terminativa ou julgamento;

– Desconsidera os processos que receberam movimento de cancelamento da distribuição, ou remessa em grau de recurso, por incompetência ou em diligência à origem.

Recursos Internos Pendentes – Conclusos:

Recursos internos conclusos:

– Processos que receberam o movimento de juntada de petição (tipos 41-agravo (inominado/legal), 49-embargos de declaração, 50-embargos infringentes, 66-recurso especial, 67-recurso extraordinário, 115-incidente de uniformização de jurisprudência, 200011-agravo); ou

– Receberam movimento de distribuição das classes (206-Agravo Regimental Cível, 208-Embargos infringentes, 216-Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade Cível, 233-Incidente de Uniformização de Jurisprudência, 421-Embargos infringentes e de Nulidade, 1208-Agravo Interno Cível, 1689-Embargo de Declaração Cível, 1729-Agravo Regimental Criminal);

– Tiveram o movimento de conclusão após o protocolo ou distribuição, sem identificação posterior de movimento de julgamento do recurso, baixa definitiva, cancelamento da distribuição ou conversão em diligência ou de sobrestamento.

Tutela Concedida – Conclusos há mais de 60 dias:

Processos com pedido de tutela deferido, sem julgamento posterior e conclusos há mais de 60 dias:

– Processos que tiveram o lançamento de movimento que indique o deferimento de tutela ou liminar e não tiveram movimento posterior que indique o julgamento ou não foram baixados e estão conclusos há mais de 60 dias.

Tutela Concedida – Conclusos há mais de 90 dias:

Processos com pedido de tutela deferido, sem julgamento posterior e conclusos há mais de 60 dias:

– Processos que tiveram o lançamento de movimento que indique o deferimento de tutela ou liminar e não tiveram movimento posterior que indique o julgamento ou não foram baixados e estão conclusos há mais de 90 dias.

Aba Baixados:

Baixados:

Total de baixados no período:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento baixa definitiva, cancelamento da distribuição, Remessas em grau de recurso, por devolução ao deprecante e por incompetência.

– São contabilizadas todas as baixas, independentemente de ser a 1ª e inclui todas as classes.

Aba Produtividade:

Total de Julgamentos:

– Apresentada o total de processos que receberam os movimentos de decisão ou julgamento, incluindo os recursos internos.

– No PJe, se o movimento estiver vinculado a um documento, considera apenas 1 movimento por documento. Se não estiver vinculado a documento, considera apenas 1 movimento por dia, a fim de evitar duplicidade, em razão dos procedimentos adotados pelos usuários.

– No SIAPRO, considera apenas 1 movimento por dia, em razão dos procedimentos adotados pelos usuários.

Recursos Internos Julgados:

– Contabiliza o total de julgamentos de Recursos Internos (Agravo (inominado/legal), Embargos de declaração, Embargos Infringentes, Incidente de uniformização de jurisprudência).

Julgamento Colegiado terminativo: são computadas as decisões proferidas em sessão colegiada;

Monocrático terminativo: são computadas as decisões proferidas pelo Desembargador Federal relator, de maneira monocrática, que extinguem o processo, com ou sem resolução do mérito, na forma da legislação processual;

Monocrática não terminativa: são computadas as decisões proferidas pelo Desembargador Federal relator, de maneira monocrática, que não extinguem o processo. (interlocutórias: tutela, liminar, prisão, incompetência)”.

A partir dessas informações, quanto aos novos dados apurados, na aba “Produtividade” do sistema B.I., no período de maio a dezembro de 2019, são computados 3.505 julgamentos junto ao Colegiado e 106 decisões monocráticas terminativas, enquanto, no período de janeiro a abril de 2020, são 2.806 julgamentos junto ao Colegiado, totalizando 6.417 julgamentos de ordem terminativa.

Para o mesmo período, consta distribuição de 5.787 processos no referido sistema.

Já na aba “Acervo”, utilizando-se o filtro “Pendente 1º Julgamento, Sem Sobrestado”, parte-se de 7.501, em maio de 2019, e chega-se, em abril de 2020, com 8.183.

Porém, somando-se 7.501 aos 5.787 distribuídos, obtém-se 13.288, dos quais, deduzindo-se os 6.417 julgados, chega-se a 6.871 feitos pendentes de primeiro julgamento, e não 8.183 como consta na coluna de abril/2020 da referida aba. Aliás, este último número se opõe inclusive ao número de processos conclusos no gabinete em abril/2020, apontado pelo sistema como sendo de 8.085, pois, de regra, os feitos pendentes de primeiro julgamento devem se encontrar alocados no gabinete.

Aparentemente, há inconsistência interna no sistema, ou de ordem conceitual, a ser solvida pelo Tribunal, no sentido de conferir aos usuários uma ferramenta que lhes permita aferir, com segurança, os diversos nichos de trabalho para distribuição da sua força de trabalho.

Sob outro enfoque, mas ainda na aba “Produtividade” do sistema B.I., no período de janeiro/2019 a maio/2020, o gabinete produziu 8.115 decisões colegiadas terminativas e 134 decisões monocráticas terminativas, ou seja, julgou 8.249 feitos. No mesmo período, foram distribuídos 8.207 processos, o que retrata o esforço que vem sendo empenhado no sentido de controlar o acervo.

Vale mencionar, ainda, que, para o aludido período, consta, na aba “Produtividade”, um “Total de Julgamentos” de 9.552, número que abrange embargos de declaração e agravos internos, como explicitado no glossário.

Do quanto apurado pela equipe da Corregedoria, impõe-se registrar que não há filtro de dados em relação aos processos remetidos para juízo de retratação, a despeito de já criado indicador na base de dados, o que também torna mais complexo o controle do acervo.

Outra questão que causa estranheza é o fato de o gabinete possuir, no mês de maio de 2020, um total de 8.434 processos pendentes de 1º julgamento, sem sobrestados, e 8.037 conclusos pendentes, o que só pode ser explicado a partir da demora de conclusão ao relator, fato que inviabiliza não só o controle do acervo por parte do gabinete como o próprio cumprimento da Meta 1.

A propósito, na inspeção anterior, no que concerne ao fluxo processual, apurou-se 4.274 processos distribuídos e 3.410 julgados, revelando que houve progresso na redução do acervo nesta inspeção.

Impõe-se registrar que, durante a entrevista, foi apontada significativa dificuldade na utilização do novo sistema eletrônico, que demanda inúmeros melhoramentos, bem como do sistema B.I., cuja confiabilidade de dados e filtragem são essenciais ao controle e monitoramento do acervo, além de ser fundamental ao incentivo da equipe, refletindo o trabalho que vem sendo desenvolvido, inclusive com a disponibilização de dados com maior frequência.

Finalmente, constatou-se, pela equipe, a existência de dois processos relativos a réus presos, cujos dados seguem, consoante informações prestadas pela assessoria da unidade:

1) 5000010-53.2016.4.03.6183 - Trata-se de apelação interposta contra sentença que julgou parcialmente o pedido, condenando o INSS a pagar auxílio-doença ao autor. A apelação foi julgada em 13/4/2020 e o acórdão, publicado em 4/5/2020. Há nos autos elementos que indicam que o segurado, quando ajuizou a ação previdenciária para recebimento de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, estava internado em

hospital de custódia e tratamento, para cumprimento de medida de segurança, tendo, segundo o laudo pericial, recebido alta em julho/2017, oportunidade em que foi posto em liberdade. Sendo assim, por não se tratar de processo envolvendo réu preso, deve ser corrigida a anotação respectiva; e

2) 5017853-48.2019.4.03.0000 - habeas corpus cível, impetrado por segurado, preso, que buscou a percepção do benefício de auxílio-reclusão pela sua família. Proferida decisão indeferindo liminarmente o pedido em 3/3/2020, determinando a intimação da Defensoria Pública da União para verificar a possibilidade de nomear defensor ao impetrante/paciente. Certificado o trânsito em julgado, com baixa definitiva em 17/6/2020.

14. RECOMENDAÇÕES

Do quanto recomendado na inspeção anterior, não remanesce qualquer pendência.

O gabinete vem se esforçando no sentido de reduzir estoque. Contudo, trata-se de equipe relativamente nova na matéria, pois costumavam atuar em matéria criminal.

Oportuno, pois, sejam tomadas medidas para continuar e acelerar o processo de regularização do acervo, com o incremento do número de julgamentos e baixas, sem prejuízo de outras que os gestores e a equipe reputarem recomendáveis.

Seguem medidas que podem ser adotadas para a continuidade do processo de evolução:

a) Recomendável seja estudada a possibilidade de reestruturação funcional do gabinete, mediante o aperfeiçoamento da definição das tarefas entre os servidores, com redistribuição das atividades a partir da especialização por matérias, bem como das preferências e facilidades apresentadas pelos servidores (que proporciona um aumento da produtividade).

De fato, constatou-se que uma servidora é responsável pelo exame de processos em que há discussão sobre tempo rural, cabendo-lhe apreciar esse tópico, inclusive em processos de outros colegas, enquanto há cinco servidores atuando nas aposentadorias e tempo especial, processos que geralmente não gozam de preferências legais. Para o exame de agravos de instrumento e execuções, foi designada apenas uma servidora, o que, embora se conte com o auxílio do chefe de gabinete, mostra-se insuficiente, considerando que o chefe também atua em outras frentes, como as ações revisionais e feitos da 3ª Seção.

Sugere-se um intercâmbio com outros gabinetes, a fim de verificar estruturas alternativas, que contemplem uma maior vazão no julgamento de agravos de instrumento, feitos da 3ª Seção e outras prioridades.

Seria de grande valia o treinamento de outros servidores para o exame de tempo de serviço rural, competência essencial à navegação entre as diversas matérias da

unidade, bem como a ampla participação de todos os servidores em cursos de Direito Previdenciário ofertados pelo Tribunal.

Recomendável, nesse sentido, estabelecer metas individuais diferenciadas para as diversas matérias, de acordo com a sua complexidade, mesclando, para cada uma delas, processos de menor complexidade (em maior número) e maior (em menor número). Tratando-se de processos simples/repetitivos é possível aumentar significativamente a produtividade. De se ressaltar que não se constituindo um desafio, as metas acabam por não se prestar ao objetivo a ser atingido.

b) Necessário, por outro lado, envidar esforços no sentido de manter reduzido o número de processos conclusos para o julgamento de embargos de declaração e agravo legal/regimental, sobretudo aqueles com prazo excedido. No caso dos embargos de declaração, como se trata de processo já julgado, e como em muitas situações a oposição se faz mais para fins de prequestionamento, o auxílio de estagiários, sob supervisão de um servidor detentor de CJ, permite ganho de escala. A preparação de minutas nos casos de embargos de declaração pode consistir nas metas dos estagiários, sob orientação de servidor, ocupando-se os servidores dos casos mais complexos.

No ponto, a coordenação do processo de triagem, pelo assessor, ou sob responsabilidade dele, é essencial. Adequado, pois, o estabelecimento de rotina para a permanente triagem, em especial dos embargos de declaração que ingressam no gabinete, destacando aqueles que visam apenas prequestionamento, de baixa complexidade por demandarem somente a utilização de modelo pré-definido, para pronto julgamento.

Igualmente importante continuar priorizando o julgamento das ações originárias, especialmente mandados de segurança e conflitos de competência, IRDR e reclamações, bem como a apresentação dos pedidos de vista em prazo razoável.

c) Aconselhável promoção de estudos para a instituição de política de recompensas, vinculada ao atingimento de metas e alinhada ao planejamento estratégico da Justiça Federal. Nesse sentido, a busca pela efetiva redução do acervo (qualitativa e quantitativamente) pode contemplar recompensas atrativas que promovam integração, adesão e comprometimento da equipe, à semelhança do que ocorre em outras unidades do Tribunal, com comprovado êxito.

d) Pertinente checar a regularidade do acervo tanto quanto possível, especialmente no que concerne às suas fases e à situação processual (em movimento/sobrestado), que possam ocasionar a distorção de dados estatísticos, solicitando a sua imediata correção pelos órgãos de apoio.

Nesse sentido, cabível promover a correção da anotação de réu preso na ação n. 5000010-53.2016.4.03.6183.

e) No que se refere aos dados estatísticos, de absoluta necessidade para a organização e controle do acervo, recomendável à unidade:

e.1) formalizar expediente para submissão à Presidência, relatando as inconsistências estatísticas apuradas, encaminhando-se-lhe cópia dos pedidos de correção formulados junto à Secretaria de T.I, bem como de fases e anotações impróprias, como a de réu preso supramencionada, para as providências que entender pertinentes junto à Secretaria Judiciária;

e.2) oficiar ao CJF, dando-se-lhe ciência, para fins de acompanhamento, do expediente encaminhado à Presidência; e

e.3) formalizar expediente para submissão à Comissão Permanente de Informática do TRF3, com cópia ao CJF, relatando as inconsistências estatísticas apuradas e encaminhando cópia dos eventuais pedidos de correção formulados junto ao setor de TI, inclusive daqueles sem resposta, para análise e eventual consulta ao CNJ. No referido expediente, deverá noticiar os achados desta inspeção e encaminhar as dificuldades e sugestões apresentadas no item 12 para fins de aprimoramento dos sistemas processuais para obtenção de melhores resultados, sem prejuízo a um alinhamento nacional de critérios de apuração de dados.

De fato, não existe gestão sem informação. O planejamento do trabalho pressupõe o conhecimento do acervo que, por sua vez, deve vir espelhado de forma fidedigna nos dados estatísticos.

Nesse sentido, o lançamento correto e tempestivo de fases e informações processuais, o uso correto das tabelas processuais unificadas e a ampla publicidade de seus conceitos (até para viabilizar a detecção de problemas para imediatas correções) são indispensáveis ao gestor.

Necessária, também, a disponibilização de dados que permitam ao usuário verificar, com clareza, os totais de entradas (distribuídos, redistribuídos, reativados, para juízo de retratação, levantamento de baixa, retorno de sobrestados) e os totais de saídas (julgados, redistribuídos, baixados, sobrestados etc.). A disponibilização de tais dados aos usuários não se contrapõe ao alinhamento ao glossário de movimentos do CNJ.

f) Caberá à unidade cumprir as recomendações do item 11 deste relatório.

Recomenda-se a busca de constante aperfeiçoamento, bem como elogios aos esforços da equipe, a qual, após um período de adaptação à matéria, vem demonstrando produtividade crescente, o que projeta um cenário de melhora contínua e gradativa na gestão do acervo e, conseqüentemente, na entrega de boa e célere prestação jurisdicional.

Por fim, registre-se que as recomendações objeto deste relatório serão verificadas na próxima autoinspeção.

Unidade a ser incluída no Programa de Acompanhamento Permanente da Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL DAVID DANTAS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal David Dantas

2.2 Turma

8ª Turma/3ª Seção

2.3 Competência

Previdenciária

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal David Dantas

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não.

3.4 Servidora responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Tatiana Rita Doro - Chefe de Gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	17, sendo dois agentes de segurança.
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	1
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*

Total em tramitação**	4.747
Processos suspensos/sobrestados	394
Processos conclusos	1.085 (esse dado está incorreto - há mais de 230 processos na subsecretaria da 8ª Turma que foram computados como conclusos no gabinete). Foi solicitada a correção junto ao setor estatístico, mas até o prazo final para resposta ao questionário não foi corrigido.
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	Dados não informados pelo setor estatístico do TRF3
Processos em mutirão, Turma suplementar	Dados não informados pelo setor estatístico do TRF3

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses:

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	4.747
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	4.354
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	1.085
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	784
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	394
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	90

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrados, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Prejudicado.
Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Prejudicado.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior).	Prejudicado.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Prejudicado.

Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Prejudicado.
--	--------------

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	117
Mandados de segurança	4
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	9
Reclamações	2
Ações rescisórias	96
Outros	6

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	4.630
Recursos em mandados de segurança coletivos	1
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	685
Outros	3.938

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	4.630
Apelações cíveis	4.088
Agravos de instrumento	443
Outros	96

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0

Outros	0
--------	---

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	24
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	21
Agravos legais/regimentais	108
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	95
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	49
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	3

4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos

	Processos concluídos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	9	1	-
Distribuídos em 2014	6	-	-
Distribuídos em 2015	14	5	2
Distribuídos em 2016	32	8	3
Distribuídos em 2017	344	26	6
Distribuídos em 2018	197	385	34
Distribuídos em 2019	-	352	396
Distribuídos em 2020	-	-	642
Total	602	777	1.083

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	0
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de processos distribuídos	5.896
Total de processos julgados*	7.277
Total de processos baixados	4.948
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	- 1.381
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	948

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	43
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	34
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	6.151
Processos julgados no ano anterior	4.794

Processos distribuídos no ano corrente	1.719
Processos julgados no ano corrente	1.922

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	5
Porcentagem de atendimento da meta	99,95%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	1
Porcentagem de atendimento da meta	117,65%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.505
Pendentes no último dia do mês anterior	5
Porcentagem de atendimento da meta	99,67%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.163
Pendentes no último dia do mês anterior	5
Porcentagem de atendimento da meta	117,33%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.
Pendentes em 31/12/2019	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.

Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.
------------------------------------	--

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução

Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.
Pendentes em 31/12/2019	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica ao acervo cuja competência é previdenciária.

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?
Sim. Priorizar o julgamento dos embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias; priorizar o julgamento de agravos internos com conclusão superior a 90 dias; priorizar o julgamento dos processos com tutela provisória concedida pelo relator, por decisão monocrática, há mais de 90 dias; e manter método de trabalho que merece elogio.
6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).
Há constante pesquisa (ainda manual - via SIAPRO) para que sejam identificados os processos nas condições acima listadas. O setor de estatística para a realização da autoinspeção ocorrida em 2019 implementou novo sistema para controle de dados

estatísticos (BI - *Business Intelligence*), porém ao término da Autoinspeção os dados ficaram congelados. O gabinete, em janeiro de 2020, solicitou novamente a disponibilização dos dados atualizados por meio dessa nova ferramenta de controle estatístico, o que ocorreu em 20 de janeiro de 2020.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

As medidas recomendadas foram cumpridas.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim. Para gabinete que trabalha com a distribuição, é impossível o cumprimento da Meta 1 do CNJ. Em janeiro, fevereiro e março de 2020, havia, no setor da Distribuição (UFOR), 1.153, 1.129 e 752, respectivamente, processos distribuídos ao magistrado (David Dantas), entretanto não haviam sido encaminhados ao gabinete para julgamento. Logo, há um saldo de processos que consta como "distribuído", mas de fato, não estão com o relator para elaboração de decisões e posterior inclusão em pauta de julgamento. Para que a Meta 1 do CNJ seja cumprida, é necessário que os processos distribuídos sejam, em um curto espaço de tempo encaminhados à conclusão deste magistrado. Desde março de 2020, o gabinete identificou aumento em 50% de feitos remetidos à conclusão em 12/5/2020, acredita-se que a distribuição e a remessa dos feitos ao gabinete estejam ajustadas. Ex. Feito n. 5000349-83.2020.4.03.614 distribuído em 7/5/2020 e encaminhado ao gabinete em 12/5/2020.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Podem-se melhorar as práticas e a produtividade no momento em que o servidor é visto como ser humano, proporcionando a este qualidade de vida. O sucesso administrativo da adoção de modelo de gestão deu-se em razão da adoção do teletrabalho, flexibilização do horário da jornada de trabalho e plano de metas (individuais, setoriais e globais). Particularmente, o teletrabalho é ainda mais eficiente porquanto o colaborador que esteja inserido nesse regime fica adstrito a metas de produção mais elevadas do que aqueles que colaboram na sistemática tradicional de trabalho presencial. Recebe comodidade e devolve, para a Administração da Justiça, produtividade. Com isso, atinge-se o desiderato constitucional e dos órgão de controle – interno e externo – da magistratura: decisões adequadas em tempo razoável.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

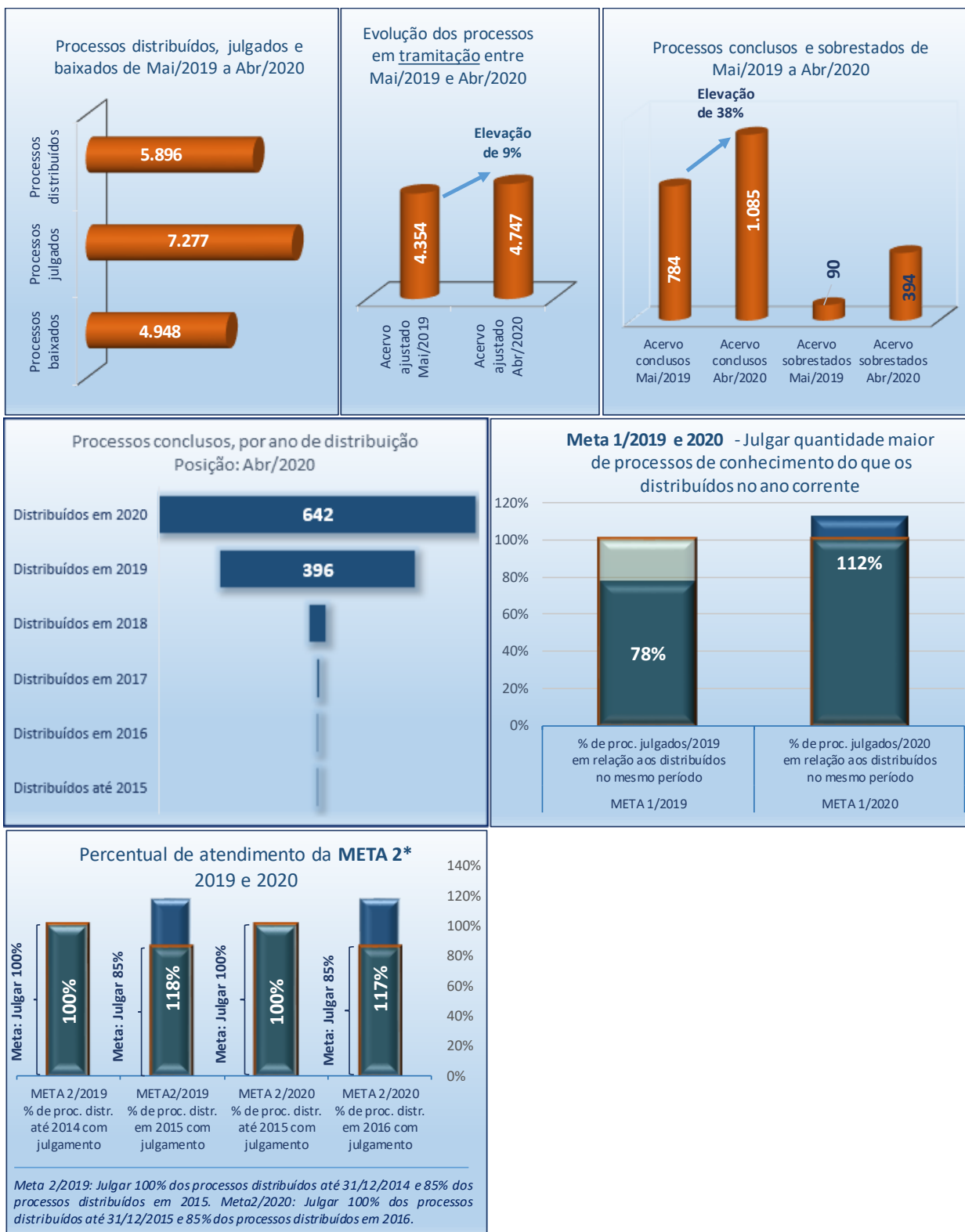
Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
00010860720074036122	18/7/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O feito foi julgado na sessão de 27/4/2020. O acórdão foi assinado pelo desembargador em 30/4/2020.		
50280912920194030000	28/10/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Al distribuído em 5/11/2019. Efeito suspensivo concedido em 5/12/2019. Autos retornaram conclusos para julgamento em 4/3/2020. Em 2/4/2020, o feito foi incluído na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 27/4/2020. Agravo de instrumento julgado em 27/4/2020. Acórdão assinado em 30/4/2020.		
50294804920194030000	12/11/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Al distribuído em 18/11/2019. Efeito suspensivo concedido em 5/12/2019. Autos retornaram conclusos para julgamento em 16/3/2020. Em 2/4/2020, o feito foi incluído na pauta de julgamento da sessão a ser realizada em 27/4/2020. Agravo de instrumento julgado em 27/4/2020. Acórdão assinado em 30/4/2020.		
50028229720184036183	27/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Agravo interno interposto em 28/8/2019. O feito chegou à conclusão no gabinete em 3/2/2020, após realizada diligência no empregador da PA. Em 6/3/2020 foi incluído na pauta de julgamento da sessão que deveria ter ocorrido em 6/4/2020, porém, em razão da Covid-19, foi redesignada para 1º/6/2020.		
50032454020174036103	28/11/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Agravo interno interposto em 26/2/2019. O feito chegou à conclusão no gabinete em 27/1/2020, após realizada diligência no empregador da PA. Em 6/3/2020, foi incluído na pauta de julgamento da sessão que deveria ter ocorrido aos 6/4/2020, porém, em razão da Covid-19, foi redesignada para 1º/6/2020.		
55293507520194039999	17/4/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Agravo interno interposto em 12/6/2019, porém o feito chegou à conclusão no gabinete em 7/11/2019. Em 6/3/2020, foi incluído na pauta de julgamento da sessão que deveria ter ocorrido em 6/4/2020, porém, em razão da Covid-19, foi redesignada para 1º/6/2020.		
00069549320154036183	6/3/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Agravo interno interposto em 4/7/2019, porém o feito chegou à conclusão no gabinete em 7/11/2019. Em 6/3/2020, foi incluído na pauta de julgamento da sessão que deveria ter ocorrido em 6/4/2020, porém, em razão da Covid-19, foi redesignada para 1º/6/2020.		
55687968520194039999	27/4/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito incluído na pauta da sessão de 10/2/2020. O advogado postulou pela sustentação oral. Processo retirado de pauta. Feito incluído na pauta de julgamento de 8/6/2020, porém a subsecretaria, em 12/5/2020, informou que a sessão em que será realizada a videoconferência ocorrerá em 22/6/2020.		
56706719820194039999	22/5/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Agravo interno interposto em 13/8/2019 e remetido ao gabinete em 14/11/2019. Proferida decisão terminativa em 7/5/2020, publicada em 13/5/2020.		
00284830620144039999	4/6/2019	1728 - Apelação / Remessa Necessária
Observação/Providência: Agravo interno interposto em 9/9/2019, porém o feito chegou à conclusão no gabinete aos 14/2/2020. Em 6/3/2020, foi incluído na pauta de julgamento da		

sessão que deveria ter ocorrido em 6/4/2020, porém, em razão da Covid-19, foi redesignada para 1º/6/2020.		
50001630720194036143	6/3/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Agravo interno interposto em 19/8/2019, porém o feito chegou à conclusão no gabinete em 6/11/2019. Em 6/3/2020, foi incluído na pauta de julgamento da sessão que deveria ter ocorrido em 6/4/2020, porém, em razão da Covid-19, foi redesignada para 1º/6/2020.		
00008426220174036111	24/4/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Agravo interno interposto em 28/8/2019, porém o feito chegou à conclusão no gabinete em 7/2/2020. Em 6/3/2020, foi incluído na pauta de julgamento da sessão que deveria ter ocorrido em 6/4/2020, porém, em razão da Covid-19, foi redesignada para 1º/6/2020.		
50004044320204030000	13/1/2020	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Em 28/4/2020, foi proferida decisão conferido efeito suspensivo ao recurso de apelação que ainda não foi distribuída ao TRF.		
50268891720194030000	16/10/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Em 28/4/2020, foi proferida decisão conferido efeito suspensivo ao recurso de apelação que ainda não foi distribuída ao TRF.		
00222675920144036303	2/2/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O feito ficou suspenso de 6/8/2018 a 10/12/2019. Retornaram conclusos no gabinete para julgamento do embargo declaratório em 7/2/2020. Em 6/3/2020, foi incluído na pauta de julgamento da sessão que deveria ter ocorrido em 6/4/2020, porém, em razão da Covid-19, foi redesignada para 1º/6/2020.		
00101273320124036183	6/2/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O feito ficou sobrestado de 22/2/2019 a 9/12/2019. Retornou conclusos ao gabinete em 12/2/2020. Em 6/3/2020, foi incluído na pauta de julgamento da sessão que deveria ter ocorrido em 6/4/2020, porém, em razão da Covid-19, a sessão de 6.4.2020 foi redesignada para 1º/6/2020.		
00256836320184039999	28/12/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O feito para julgamento dos embargos de declaração, retornou conclusos ao gabinete em 22/1/2020. Em 6/3/2020, foi incluído na pauta de julgamento da sessão que deveria ter ocorrido em 6/4/2020, porém, em razão da Covid-19, foi redesignada para 1º/6/2020.		
00180820620184039999	23/7/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O feito - com os embargos de declaração - chegou à conclusão no gabinete em 27/1/2020. Em 3/4/2020, foi incluído na pauta de julgamento da sessão ocorrida em 11/5/2020. Embargos de declaração julgados.		
50200731920194030000	7/8/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Embargos de declaração opostos em 28/8/2019. Em 24/10/2019, os autos vieram conclusos ao gabinete. Em 11/12/2019, foi proferida decisão que reconsiderou a decisão embargada, julgando prejudicado os embargos de declaração opostos. O agravo de instrumento foi julgado na sessão de 27/4/2020.		
00032121920194039999	25/4/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O feito, com os embargos de declaração, veio conclusos ao gabinete em 18/3/2020. Em 27/3/2020, foi incluído na pauta de julgamento da sessão que ocorreu em 27/4/2020. Embargos de declaração julgados.		
0076198-49.2006.4.03.0000	2/8/2006	183 - Cautelar Inominada

Observação/Providência: Processo julgado e apensado à ação principal. Ambos feitos estão na 1ª instância arquivados. Foi solicitada, em 4/5/2020, junto à Subsecretaria da 8ª Turma, a regularização da fase no sistema processual. Em 8/5/2020, a Divisão de Sistemas Judiciários lançou a fase "Baixa definitiva".		
5007206-40.2017.4.03.6183	28/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Apelação cível sobrestada desde 18/6/2018 (matéria discutida - devolução de valores auferidos de boa-fé - Tema 979/STJ).		
5003284-31.2017.4.03.6105	25/4/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Apelação cível sobrestada desde 16/5/2019 (matéria discutida - termo inicial da prescrição quinquenal - ajuizamento da ação ou ACP - nos casos dos tetos das EC 20/98 e 41/03).		
5013130-83.2019.4.03.0000	24/5/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo de instrumento sobrestado desde 28/5/2019 (matéria discutida - devolução de valores auferidos em sede de tutela antecipada - proposta de afetação n. 47).		
0007522-06.2013.4.03.6143	12/5/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito físico distribuído em 2/7/2019. Encaminhado diretamente pela UFOR para digitalização. Autos chegaram ao gabinete em 22/8/2019. Em 23/4/2020, o feito foi incluído na pauta de julgamento da sessão que ocorrerá em 25/5/2020 (a matéria envolve cálculos o que demanda mais tempo na análise).		
0000744-61.2015.4.03.6139	20/5/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Os autos aportaram no gabinete em 6/9/2019. Em 12/9/2019, foi despachado. O feito foi encaminhado ao gabinete da Juíza Federal convocada Vanessa Mello para verificação de prevenção. Até a presente data não retornaram.		
5793926-93.2019.4.03.9999	28/6/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O feito distribuído em 20/9/2019. Em 24/9/2019, foi proferido despacho de mero expediente. Houve expedição de Carta de Ordem. A Carta de Ordem distribuída ao Juízo de Direito da 4ª Vara de Atibaia/SP pende de cumprimento (autos n. 0007423-03.2019.8.26.0048).		
0016235-37.2016.4.03.9999	5/5/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito distribuído em 31/7/2019. Chegou conclusos ao gabinete em 2/10/2019. Em 6/3/2020, foi incluído na pauta de julgamento da sessão que deveria ter ocorrido em 6/4/2020, porém, em razão da Covid-19, foi redesignada para 1º/6/2020. Matéria envolve cálculos, o que demanda mais tempo na análise.		
0004529-48.2002.4.03.9999	16/8/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito físico distribuído em 16/8/2019. Encaminhado diretamente pela UFOR para digitalização. Autos chegaram ao gabinete em 2/10/2019. Em 23/4/2020, o feito foi incluído na pauta de julgamento da sessão que ocorrerá em 25/5/2020 (a matéria envolve cálculos, o que demanda mais tempo na análise).		
0038938-45.2005.4.03.9999	3/7/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo foi julgado em 15/4/2020 (proferida decisão terminativa).		
0001694-33.2015.4.03.9999	9/2/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado em razão do Tema 979 (necessidade ou não de devolução de valores auferidos de boa-fé).		
0038403-48.2007.4.03.9999	27/9/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O feito aportou ao gabinete em 14/11/2019 da digitalização. Foi proferido despacho de mero expediente. Os autos retornaram conclusos em 22/1/2020 Em 30/4/2020, o processo foi incluído na pauta de julgamento da sessão que ocorrerá em 8/6/2020. A matéria envolve cálculos e demanda mais tempo na análise.		

0001267-32.2007.4.03.6114	30/5/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos aportaram conclusos no gabinete em 23/1/2020 para análise de eventual juízo de retratação. Em 10/4/2020, foi proferida decisão (juízo de retratação positivo - embargos de declaração acolhidos com efeitos infringentes).		
0204801-50.1995.4.03.6104	3/2/1997	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos aportaram conclusos no gabinete em 31/1/2020 para análise de eventual juízo de retratação. Em 15/4/2020, foi proferida decisão (juízo de retratação positivo - embargos de declaração acolhidos com efeitos infringentes).		
0044189-83.2001.4.03.9999	8/8/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo foi julgado em 17/4/2020 (foi proferida decisão terminativa).		
0025048-47.2015.4.03.6100	18/10/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 7/2/2017 foi suscitado conflito de competência. A subsecretaria desta Turma realiza pesquisas periódicas a fim de verificar se há decisão (Conflito de Competência n. 0001885-34.2017.4.03.0000). Em 4/5/2020, foi realizada consulta e o feito ainda não foi julgado pelo Órgão Especial.		
0001340-06.2014.4.03.6131	28/4/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O feito chegou conclusivo ao gabinete em 21/2/2020, redistribuído do gabinete da Juíza Federal convocada Vanessa Mello. Em 30/4/2020, o processo foi incluído na pauta de julgamento da sessão que ocorrerá em 8/6/2020.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 37 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, um físico e 36 eletrônicos.

O processo físico foi inspecionado com base no extrato de movimentações processuais em consulta ao site do TRF3.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) providenciar abaixo do feito em até 10 dias: 50280912920194030000.

b) julgar o processo em 60 dias:

56706719820194039999	0038938-45.2005.4.03.9999
----------------------	---------------------------

c) regularizar a fase processual no sistema e regularizar o andamento em 10 dias: 50268891720194030000.

d) noticiar ao gabinete da Juíza Federal convocada Leila Paiva que o processo foi objeto desta inspeção e será incluído na próxima autoinspeção: 0000744-61.2015.4.03.6139.

e) providenciar nova juntada de extrato processual e oficiar ao juízo deprecado, solicitando informações em até 10 dias: 5793926-93.2019.4.03.9999.

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Registre-se, inicialmente, que a equipe da Corregedoria-Geral realizou entrevistas por meios eletrônicos com o Desembargador Federal David Diniz Dantas, com o Assessor Arnaldo Bernardo e com a Chefe de Gabinete Tatiana Rita Doro, que se mostraram solícitos em relação a todos os questionamentos efetuados.

Apurou-se que o gabinete integra a 3ª Seção – especializada em matéria previdenciária – e compõe a 8ª Turma. Seu quadro é composto por dezessete servidores, sendo dois agentes de segurança. Quatorze servidores trabalham na área-fim e uma servidora executa tarefas na área-meio (rotinas administrativas), totalizando quinze servidores. Há uma vaga de analista judiciário para lotação.

O assessor é responsável pela tramitação e preparação de minutas dos feitos de competência da 3ª Seção (há auxílio esporádico do assessor II), bem como pela preparação e pelo acompanhamento das sessões de julgamento.

A chefe de gabinete é responsável pela gestão do gabinete (organização, divisão de tarefas e planejamento de trabalho), tramitação dos feitos de competência da 8ª Turma, preparação e acompanhamento das sessões de julgamento, bem como cuida das rotinas administrativas do gabinete (nessa tarefa é auxiliada por uma servidora).

O assessor II é responsável pelos agravos em impugnação ao cumprimento de sentença, embargos à execução e auxilia na tarefas da 3ª Seção, quando solicitado.

Os demais servidores minutam despachos, decisões e votos. Aqueles que possuem FC-04 minutam cinco processos no gabinete ou sete processos no teletrabalho e os que possuem FC-03 minutam quatro processos no gabinete ou seis no teletrabalho. Essas metas são diárias.

Os servidores da área-fim têm conhecimento em todas as matérias, porém a chefia de gabinete conhece as “preferências e facilidades” de cada colega, realizando a triagem e separação de acordo com o perfil de cada um. Essa prática de distribuição dos processos mostrou maior produtividade e comprometimento da equipe.

Ordinariamente (cenário fora da pandemia), a unidade autoriza 50% dos servidores a exercerem suas funções em regime de teletrabalho parcial, que é o percentual máximo autorizado pelo TRF3. Há necessidade de comparecimento, pelo menos, uma vez por semana ao gabinete. Foi registrado que há fila de espera para o ingresso nesse sistema de trabalho.

As metas/cotas são fixadas conforme a demanda de feitos distribuídos (atualmente, o gabinete trabalha com os processos distribuídos na semana). Assim, se forem distribuídos 100, minutam os 100, se distribuídos 70, minutam os 70, pois não há estoque de processos.

O acompanhamento da produtividade é feito diariamente (conferência das minutas). Essa sistemática de controle é adotada também para os servidores que executam suas atividades presenciais no gabinete. Nunca houve o não cumprimento das metas por servidor em regime de teletrabalho.

No que concerne à triagem dos feitos, foi informado que não há mais processos físicos em tramitação no gabinete. Somente trabalham com processos eletrônicos (PJe). Os feitos oriundos do Setor da Distribuição e das subsecretarias da 8ª Turma e da 3ª Seção são triados por matéria e etiquetados com o nome do servidor que minutará o processo.

Os processos chegam ao gabinete de dois modos: triagem de gabinete ou recebidos da unidade processante, competindo à chefe de gabinete triar a matéria, etiquetar com o nome do servidor e enviar à tarefa – analisar tipo de decisão a proferir. Todas as sextas-feiras, os processos devidamente triados e selecionados (analisar tipo de decisão a proferir) são encaminhados à tarefa (minutar ato judicial). Nessa tarefa os servidores minutam os despachos/decisões/votos e os encaminham para a tarefa “revisar ato judicial” (hipótese em que foram feitos despachos ou decisões) ou para a tarefa “aptos para julgamento” (processos que serão incluídos em pauta de julgamento). Das tarefas mencionadas, a chefe de gabinete confere as minutas e dá o devido encaminhamento, qual seja, envia os processos para o desembargador conferir e assinar (tarefa – “assinar ato judicial”) ou encaminha para a tarefa aguardando sessão (processos pautados).

O controle do acervo ocorre mediante a utilização de listas fornecidas pelos sistemas de acompanhamento processuais (SIAPRO e B.I.). Como trabalham com os processos recentemente distribuídos, não há necessidade de controle periódico de processos sem movimentação. Porém, fazem o controle de processos convertidos em diligência.

O gabinete possui metas individuais de produtividade, contando com política de recompensas vinculada ao atingimento dessas metas. O desembargador sempre adotou, ao longo dos seis anos, políticas de recompensa como forma de incentivo. Foi mencionado que o desembargador, durante os dois anos e seis meses iniciais no gabinete, desde a sua posse em 4/10/2013, fixou metas. O acervo inicial de processos para primeiro julgamento era de 17.000 processos. A fixação das metas foram as seguintes: 17.000 para 12.000 para 8.000 para 3.000 para 1000 para 500 processos. Essa evolução do acervo em curto espaço de tempo só foi possível em razão das políticas de recompensas adotadas. Nesse sentido, exemplificativamente, na ocasião da redução do acervo de 17.000 para 12.000 processos, a recompensa foi de um dia de folga. Ao reduzir o acervo para 8.000 feitos, foi viabilizado o teletrabalho. Atualmente, a unidade trabalha com os processos da distribuição, sempre primando pelas boas relações entre todos e a manutenção de um ambiente de compreensão por parte das chefias.

Os feitos com prioridade legal ou relativos às metas do CNJ possuem tratamento específico, sendo identificados e imediatamente minutados.

A unidade utiliza-se de decisões terminativas, bem como adota a utilização de modelos para votos/decisões.

Em relação à capacitação para servidores, é proporcionada pelo Tribunal com a organização de cursos e palestras.

Atualmente, há diversas matérias objeto de sobrestamento, sendo destacadas:

Tema 979/STJ: Devolução ou não de valores recebidos de boa-fé, a título de benefício previdenciário;

Tema 1013/STJ: Possibilidade de recebimento de benefício por incapacidade do Regime Geral de Previdência Social de caráter substitutivo da renda (auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez) concedido judicialmente em período de abrangência concomitante ao que o segurado estava trabalhando e aguardando o deferimento do benefício;

Tema 982/STJ: Aferir a possibilidade da concessão do acréscimo de 25%, previsto no art. 45 da Lei n. 8.213/1991, sobre o valor do benefício, em caso de o segurado necessitar de assistência permanente de outra pessoa, independentemente da espécie de aposentadoria;

Tema 1011/STJ: Incidência ou não do fator previdenciário no cálculo da renda mensal inicial da aposentadoria por tempo de contribuição de professor, quando a implementação dos requisitos necessários à obtenção do benefício se der após a edição da Lei n. 9.876/1999;

Tema 1031/STJ: Possibilidade de reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante, exercida após a edição da Lei n. 9.032/1995 e do Decreto n. 2.172/1997, com ou sem o uso de arma de fogo;

Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas n. 5022820-39.2019.4.03.0000: a questão posta em debate versa sobre os critérios de readequação dos benefícios concedidos antes do advento da CF/1988 aos tetos de salário-de-contribuição de R\$ 1.200,00 e de R\$ 2.400,00, fixados, respectivamente, pelas EC n. 20/98 e EC n. 41/2003;

Proposta de afetação n. 47/STF: possibilidade de, em fase de cumprimento de sentença, o segurado do Regime Geral de Previdência Social receber parcelas pretéritas de aposentadoria concedida judicialmente até a data inicial de aposentadoria concedida administrativamente pelo INSS enquanto pendente a mesma ação judicial, com implantação administrativa definitiva dessa última por ser mais vantajosa, sob o enfoque do art. 18, § 2º, da Lei n. 8.213/1991; e

Questão de Ordem no Recurso Especial n. 1.734.685 - SP (2018/0082173-0), devolução dos valores auferidos em sede de tutela antecipada.

A propósito da Meta 3 do CNJ, foi informado que a unidade apenas segue sistema criado no âmbito do próprio TRF3. Os processos, embora distribuídos, antes de serem enviados à conclusão, passam pelo setor de conciliação, de tal maneira que não há necessidade de rotina específica voltada ao tema, ressalvadas hipóteses excepcionais.

O gabinete não recebeu qualquer tipo de auxílio entre maio/2019 a abril/2020.

Em relação aos processos com pedido de vista, foi registrado que são levados a julgamento na sessão seguinte. Não há pedidos de vista pendentes no gabinete.

Atualmente, durante a pandemia (Covid-19), o gabinete está funcionando 100% em regime de teletrabalho, sem quaisquer intercorrências ou dificuldades.

A principal dificuldade enfrentada pela unidade na condução de suas atividades é a quantidade do número de processos distribuídos. Percebeu-se, desde dezembro de 2019, um aumento de cerca de 50% no número de processos distribuídos, e que o Setor da Distribuição – nesses últimos meses – trabalhou sábados, domingos e feriados, mas o gabinete não, havendo, portanto, uma avalanche de processos. Como a gestão é feita semana a semana, esse aumento foi acompanhado de perto e medidas foram tomadas para que não houvesse acúmulos de processos.

Por fim, de modo a obter um melhor desempenho das suas atividades, a unidade, questionada, apresentou algumas sugestões: (a) melhorar as práticas e produtividade no momento em que o servidor é respeitado e visto como ser humano, proporcionando

a ele qualidade de vida. O retorno em produtividade e qualidade no trabalho aparece imediatamente; (b) é necessário adotar-se a padronização de procedimentos processuais, o aprimoramento do controle estatístico com a “limpeza” e correção dos dados fornecidos e a melhora nas rotinas do PJe.

Houve o registro de que essas correções eliminariam dezenas de consultas e despachos, bem como seriam de grande valia e otimização dos trabalhos.

13. OBSERVAÇÕES

No que concerne à dinâmica processual, em comparação à inspeção anterior, apurou-se que o acervo de processos conclusos no gabinete passou de 269 a 1.085, o que importou um aumento do seu número. Considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 784 feitos, e, no mês anterior à inspeção, eram 1.085.

Verificou-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 333, na última inspeção, para 24, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção. Destes, há 21 embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias. O mesmo se diga quanto aos agravos legais/regimentais, que reduziram de 170 para 108 comparativamente à inspeção anterior, sendo 95 com conclusão superior a 30 dias. Quanto a esses incidentes, percebe-se que houve um melhor monitoramento por parte da unidade.

Na inspeção anterior, existiam 34 processos com tutela provisória proferida há mais de 90 dias sem que tivessem sido levados para o exame do Colegiado. Esse número foi reduzido para apenas três na inspeção atual.

Além disso, a unidade possui 443 agravos de instrumento, 685 recursos em ações com preferência legal, quatro mandados de segurança, nove conflitos de competência e duas reclamações. Inexistem pedidos de vista pendentes de julgamento.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente. Nesse sentido, foram julgados 7.277 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 5.896, ou seja, o número de julgados superou o número de distribuídos (Meta 1 do CNJ) em 1.381 feitos.

No tocante à Meta 3 do CNJ, o registro de conciliações é inexpressivo.

Do quanto recomendado na inspeção anterior, com acompanhamento em processo SEI próprio da Corregedoria-Geral, sob n. 0002677-19.2019.4.90.8000, constatou-se que não remanescem pendências.

No exame dos processos objeto desta inspeção, constatou-se demora de lançamento de fases processuais na subsecretaria, além de inconsistências estatísticas.

Outra questão que merece apontamento é o grande lapso temporal que se constatou entre a distribuição do feito e a remessa ao gabinete. A título de exemplo, citam-se os processos: (1) 5977879-75.2019.4.03.9999 – distribuído em 29/9/2019; remetido ao gabinete em 7/11/2019; (2) 0370121-33.2020.4.03.9999 - distribuído em 13/1/2020; remetido ao gabinete aos 30/3/2020; (3) 6081736-25.2019.4.03.9999 - distribuído em 30/7/2019; remetido ao gabinete em 29/10/2019; e (4) 6221688-18.2019.4.03.9999 - distribuído em 20/12/2019; remetido ao gabinete em 27/3/2019.

Também foram constatados inúmeros equívocos de autuação, especialmente quanto ao nome das partes: (1) 5004172-50.2020.4.03.9999; (2) 5266284-71.2020.4.03.9999; (3) 5270945-93.2020.4.03.9999; (4) 5268858-67.2020.4.03.9999; e (5) 5266359-13.2020.4.03.9999.

Há de referir, ainda, casos de processos de competência da 2ª Seção, que têm sido sistematicamente distribuídos à 3ª: (1) 5010032-56.2020.4.03.0000; (2) 5005364-54.2020.4.03.6183; (3) 5001097-18.2020.4.03.6114; (4) 5001087-02.2019.4.03.6116; e (5) 5006964-13.2019.4.03.6183.

Pertinente, ainda, situar o gabinete no contexto das demais unidades da 3ª Seção:

TABELA 1: ESTATÍSTICAS DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E BAIXADOS NO PERÍODO DE MAIO/2019 a ABRIL/2020 (12 MESES)

ÓRGÃO		MAGISTRADOS	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	PROCESSOS JULGADOS	PROCESSOS BAIXADOS
TERCEIRA SEÇÃO	SÉTIMA TURMA	Gab. 22 - DF Inês Virgínia	5.787	7.080	2.956
		Gab. 23 - DF Toru Yamamoto	5.768	7.704	3.949
		Gab. 24 - DF Paulo Domingues	5.815	7.167	3.627
		Gab. 25 - DF Carlos Delgados	5.558	6.888	2.952
	OITAVA TURMA	Gab. 26 - DF Newton de Lucca	5.979	8.000	5.349
		Gab. 27 - DF Therezinha Cazerta	5.980	6.128	3.975
		Gab. 28 - DF David Dantas	5.896	7.277	4.948
		Gab. 29 - DF Luiz Stefanini	5.819	4.837	3.827
	NONA TURMA	Gab. 30 - DF Batista Gonçalves	5.870	5.205	3.538
		Gab. 31 - DF Daldice Santana	7.614	7.090	3.951
		Gab. 32 - Juiza Conv. Leila Paiva	5.765	7.227	4.031
		Gab. 33 - DF Gilberto Jordan	5.530	6.536	3.988
	DÉCIMA TURMA	Gab. 34 - DF Baptista Pereira	5.894	7.235	3.429
		Gab. 35 - DF Sergio Nascimento	6.022	6.374	4.022
		Gab. 36 - DF Lucia Ursoia	6.018	6.117	3.404
		Gab. 37 - DF Nelson Porfirio	5.790	7.516	4.122
	TOTAL GERAL			95.105	108.381

TABELA 2: ESTATÍSTICAS DE PROCESSOS CONCLUSOS, E EM TRAMITAÇÃO
 Nas inspeções de 2018 e 2020

ÓRGÃO		MAGISTRADOS	TRAMITAÇÃO Inspeção 2018	TRAMITAÇÃO Inspeção 2020	CONCLUSOS Inspeção 2018	CONCLUSOS Inspeção 2020
TERCEIRA SEÇÃO	SETIMA TURMA	Gab. 22 - DF Inês Virgínia	9.226	11.638	6.152	8.085
		Gab. 23 - DF Toru Yamamoto	8.266	8.266	4.117	4.628
		Gab. 24 - DF Paulo Domingues	12.298	14.038	9.170	10.341
		Gab. 25 - DF Carlos Delgado	17.972	19.421	14.477	13.714
	OITAVA TURMA	Gab. 26 - DF Newton de Lucca	10.554	10.601	7.479	7.129
		Gab. 27 - DF Therezinha Cazerta (Na Insp. 2018 era a DF Tânia M.)	3.221	5.580	303	3.017
		Gab. 28 - DF David Dantas	2.920	4.747	269	1.085
		Gab. 29 - DF Luiz Stefanini	10.972	13.248	8.516	11.103
		Gab. 30 - DF Batista Gonçalves (Na Insp. 2018 era a DF Mariza Santos)	7.280	10.859	4.964	8.496
	NONA TURMA	Gab. 31 - DF Daldice Santana	3.572	4.711	606	1.939
		Gab. 32 - Juiza Conv. Leila Paiva (Na Insp. 2018 era a DF Ana Pesarini)	12.817	15.704	10.267	12.823
		Gab. 33 - DF Gilberto Jordan	2.997	4.888	366	1.957
	DÉCIMA TURMA	Gab. 34 - DF Baptista Pereira	10.078	11.450	6.758	8.833
		Gab. 35 - DF Sergio Nascimento	2.990	5.754	478	3.443
		Gab. 36 - DF Lucia Ursala	5.170	8.186	2.528	5.857
		Gab. 37 - DF Nelson Porfírio	6.396	6.142	3.437	3.869
	TOTAL GERAL			126.729	155.233	79.887

Do exame da tabela anterior, verifica-se que, em comparação às Turmas que integram a 3ª Seção do Tribunal, é o gabinete que possui o 2º menor acervo em tramitação, com 4.747 processos, situação que merece destaque e reconhecimento à equipe pelo excelente trabalho desenvolvido.

Tempo médio entre a distribuição e o 1º julgamento no TRF3 por gabinete da 3ª Seção

Seção	Unidade	Média em meses	Média em anos
3 Seção	GAB. 22 - DES.FED. INÊS VIRGÍNIA	17	1,39
	GAB. 23 - DES.FED. TORU YAMAMOTO	11	0,93
	GAB. 24 - DES.FED. PAULO DOMINGUES	25	2,09
	GAB. 25 - DES.FED. CARLOS DELGADO	43	3,59
	GAB. 26 - DES.FED. NEWTON DE LUCCA	22	1,87
	GAB. 27 - DES.FED. THEREZINHA CAZERTA	5	0,43
	GAB. 28 - DES.FED. DAVID DANTAS	4	0,34
	GAB. 29 - DES.FED. LUIZ STEFANINI	23	1,92
	GAB. 30 - DES.FED. BATISTA GONÇALVES	15	1,23
	GAB. 31 - DES.FED. DALDICE SANTANA	5	0,42
	GAB. 32 - JUIZA CONV. LEILA PAIVA	20	1,66
	GAB. 33 - DES.FED. GILBERTO JORDAN	5	0,41
	GAB. 34 - DES.FED. BAPTISTA PEREIRA	21	1,72
	GAB. 35 - DES.FED. SERGIO NASCIMENTO	6	0,52
	GAB. 36 - DES.FED. LUCIA URSAIA	12	0,96
	GAB. 37 - DES.FED. NELSON PORFIRIO	9	0,75
	Média da 3ª Seção		15

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região - BI

Junto ao sistema B.I., pode-se verificar que o tempo médio gasto pelo gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de quatro meses, enquanto que o tempo médio, na 3ª Seção, equivale a 15 meses. Trata-se de indicador que também merece destaque, caracterizando-se por ser o menor tempo médio da seção respectiva.

Frente às inconsistências constatadas ao longo da inspeção e a fim de melhor compreender a complexidade do acervo, a equipe da Corregedoria-Geral extraiu novos

dados estatísticos junto ao sistema B.I., verificando que, em 28/5/2020, a base de dados do repositório unificado foi reprocessada para aplicação de correções relativas à atualização das fases processuais, retroativamente a janeiro de 2018.

Solicitou-se, ainda, à Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos do Tribunal, o glossário do B.I, cumprindo transcrever sua versão resumida:

I. Aba Distribuídos:

Distribuídos:

Processos Distribuídos Originários e Recursais:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento de distribuição ou recebimento da denúncia no período e que tenham sido classificados pelo Justiça em Números como processos originários criminais, originários não criminais, recursais criminais, recursais não criminais, cartas ou procedimentos investigatórios.

II. Aba Acervo:

Tramitação Líquida:

Casos Pendentes Originários e Recursais:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento de distribuição ou recebimento da denúncia ou foram reativados e até o final do período de referência não tenha recebido o movimento de sobrestamento ou baixa definitiva.

Sobrestado:

Total de suspensos e sobrestados:

– Seleciona os processos que tiveram o movimento de Arquivamento Provisório, Suspensão ou Sobrestamento e que posteriormente não receberam movimento de Levantamento do sobrestamento ou movimento que indique a ativação do processo (conclusão, decisão, julgamento, baixa definitiva, lavratura de acórdão, remessa em grau de recurso ou por incompetência e publicação).

Conclusos – Pendentes:

Processos com conclusão pendente e não sobrestados (Conclusão em aberto):

– Seleciona os processos em que foi incluído o movimento de conclusão ou de remessa da distribuição ao gabinete e que não receberam movimento de despacho, decisão ou julgamento ou outra que indique o julgamento (baixa definitiva, cancelamento de distribuição, convertido em diligência, julgamento em diligência, deliberado em sessão, publicação, intimação eletrônica, intimação em secretaria, lavratura de acórdão, trânsito em julgado ou Remessa em grau de recurso, em diligência, por devolução ao deprecante e por incompetência).

Tutela não apreciada – Conclusos há mais de 10 dias:

Processos com pedido de tutela não apreciado, conclusos há mais de 10 dias:

- Seleciona os processos em que consta registro de pedido de tutela nos dados do processo e não consta movimento que indique a apreciação da tutela;
- não estão sobrestados e que estão conclusos há mais de 10 dias.

Pendentes 1º Julgamento – Sem Sobrestados:

Processos ativos, pendentes de 1º julgamento:

- Seleciona os processos que receberam movimento de distribuição ou reativação, sem sobrestamento ou baixa posterior, em que não consta movimento processual que indique decisão terminativa ou julgamento;
- Desconsidera os processos que receberam movimento de cancelamento da distribuição, ou remessa em grau de recurso, por incompetência ou em diligência à origem.

Recursos Internos Pendentes – Conclusos:

Recursos internos conclusos:

- Processos que receberam o movimento de juntada de petição (tipos 41-agravo (inominado/legal), 49-embargos de declaração, 50-embargos infringentes, 66-recurso especial, 67-recurso extraordinário, 115-incidente de uniformização de jurisprudência, 200011-agravo); ou
- Receberam movimento de distribuição das classes (206-Agravo Regimental Cível, 208-Embargos infringentes, 216-Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade Cível, 233-Incidente de Uniformização de Jurisprudência, 421-Embargos infringentes e de Nulidade, 1208-Agravo Interno Cível, 1689-Embargo de Declaração Cível, 1729-Agravo Regimental Criminal);
- Tiveram o movimento de conclusão após o protocolo ou distribuição, sem identificação posterior de movimento de julgamento do recurso, baixa definitiva, cancelamento da distribuição ou conversão em diligência ou de sobrestamento.

Tutela Concedida – Conclusos há mais de 60 dias:

Processos com pedido de tutela deferido, sem julgamento posterior e conclusos há mais de 60 dias:

- Processos que tiveram o lançamento de movimento que indique o deferimento de tutela ou liminar e não tiveram movimento posterior que indique o julgamento ou não foram baixados e estão conclusos há mais de 60 dias.

Tutela Concedida – Conclusos há mais de 90 dias:

Processos com pedido de tutela deferido, sem julgamento posterior e conclusos há mais de 60 dias:

– Processos que tiveram o lançamento de movimento que indique o deferimento de tutela ou liminar e não tiveram movimento posterior que indique o julgamento ou não foram baixados e estão conclusos há mais de 90 dias.

Aba Baixados:

Baixados:

Total de baixados no período:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento baixa definitiva, cancelamento da distribuição, Remessas em grau de recurso, por devolução ao deprecante e por incompetência.

– São contabilizadas todas as baixas, independentemente de ser a 1ª e inclui todas as classes.

Aba Produtividade:

Total de Julgamentos:

– Apresentada o total de processos que receberam os movimentos de decisão ou julgamento, incluindo os recursos internos.

– No PJe, se o movimento estiver vinculado a um documento, considera apenas 1 movimento por documento. Se não estiver vinculado a documento, considera apenas 1 movimento por dia, a fim de evitar duplicidade, em razão dos procedimentos adotados pelos usuários.

– No SIAPRO, considera apenas 1 movimento por dia, em razão dos procedimentos adotados pelos usuários.

Recursos Internos Julgados:

– Contabiliza o total de julgamentos de Recursos Internos (Agravo (inominado/legal), Embargos de declaração, Embargos Infringentes, Incidente de uniformização de jurisprudência).

Julgamento Colegiado terminativo: são computadas as decisões proferidas em sessão colegiada;

Monocrático terminativo: são computadas as decisões proferidas pelo Desembargador Federal relator, de maneira monocrática, que extinguem o processo, com ou sem resolução do mérito, na forma da legislação processual;

Monocrática não terminativa: são computadas as decisões proferidas pelo Desembargador Federal relator, de maneira monocrática, que não extinguem o processo. (interlocutórias: tutela, liminar, prisão, incompetência)”.
”

A partir dessas informações, quanto aos novos dados apurados, na aba “Produtividade” do sistema B.I., no período de maio a dezembro de 2019, são computados 4.422 julgamentos junto ao Colegiado e 10 decisões monocráticas terminativas, enquanto, no período de janeiro a abril de 2020, são 2.315 julgamentos junto ao Colegiado e sete decisões monocráticas terminativas, totalizando 6.754 julgamentos de ordem terminativa.

Para o mesmo período, consta distribuição de 5.896 processos no referido sistema.

Já na aba “Acervo”, utilizando-se o filtro “Pendente 1º Julgamento, Sem Sobrestado”, parte-se de 1.815, em abril de 2019, e chega-se, em abril de 2020, com 2.174.

Porém, somando-se 2.174 aos 5.896 distribuídos, obtém-se 8.070, dos quais, deduzindo-se os 6.754 julgados, chega-se a 1.316 feitos pendentes de primeiro julgamento, e não 2.174 como consta na coluna de abril/2020 da referida aba. Aliás, este último número opõe-se ao número de processos conclusos no gabinete em abril/2020, apontado pelo sistema como sendo de 1.085, pois, de regra, os feitos pendentes de primeiro julgamento devem se encontrar alocados no gabinete.

Aparentemente, há inconsistência interna no sistema, ou de ordem conceitual, a ser solvida pelo Tribunal, no sentido de conferir aos usuários uma ferramenta que lhes permita aferir, com segurança, os diversos nichos de trabalho para distribuição da sua força de trabalho.

Sob outro enfoque, mas ainda na aba “Produtividade” do sistema B.I., no período de janeiro/2019 a maio/2020, o gabinete produziu 9.717 decisões colegiadas terminativas e 51 decisões monocráticas terminativas, ou seja, julgou 9.768 feitos. No mesmo período, foram distribuídos 8.513 processos, o que inequivocamente espelha o controle do acervo, com êxito, que merece reconhecimento.

Vale mencionar que para o aludido período consta, na aba “Produtividade”, um “Total de Julgamentos” de 10.587, número que abrange embargos de declaração e agravos internos, como explicitado no glossário.

Do quanto apurado pela equipe da Corregedoria-Geral, impõe-se registrar que não há filtro de dados em relação aos processos remetidos para juízo de retratação, a despeito de já criado indicador na base de dados, o que também torna mais complexo o controle do acervo.

Outra questão que causa estranheza é o fato de o gabinete possuir, no mês de maio de 2020, um total de 1.949 processos pendentes de 1º julgamento, sem sobrestados, e 1.016 conclusos pendentes, o que só pode ser explicado a partir da demora de conclusão ao relator, fato que inviabiliza não só o controle do acervo por parte do gabinete como o próprio cumprimento da Meta 1 do CNJ.

A propósito, na inspeção anterior, no que concerne ao fluxo processual, apurou-se 4.233 processos distribuídos e 3.260 julgados, o que demonstra que o gabinete adotou medidas eficazes para o aprimoramento do quadro.

Finalmente, registre-se que, durante a entrevista, foi apontada significativa dificuldade na utilização do novo sistema eletrônico, o qual ainda demanda inúmeros melhoramentos, bem como do sistema B.I., cuja confiabilidade de dados e filtragem são essenciais ao controle e monitoramento do acervo, além de ser fundamental ao incentivo da equipe, refletindo o trabalho que vem sendo desenvolvido.

14. RECOMENDAÇÕES

Do quanto recomendado na inspeção anterior, não remanesce qualquer pendência.

Restou claro que o gabinete vem realizando um excelente trabalho na área previdenciária, entregando aos jurisdicionados prestação jurisdicional com observância do princípio da razoável duração do processo. Constatou-se bom controle do acervo, apresentando a unidade números que a colocam em posição de destaque no Tribunal.

De todo modo, seguem medidas para a continuidade do processo de evolução:

a) Recomendável a manutenção das práticas adotadas pela unidade no que se refere ao planejamento, metas, controle de atividades e políticas desenvolvidas para a produtividade alcançada, inclusive de reconhecimento da equipe;

b) Igualmente importante continuar priorizando o julgamento das ações originárias, especialmente mandados de segurança e conflitos de competência e reclamações, bem como o julgamento de embargos de declaração e agravos internos com prazo excedido.

c) Pertinente checar a regularidade do acervo tanto quanto possível, especialmente no que concerne às suas fases e situação processual (em movimento/sobrestado), que possam ocasionar a distorção de dados estatísticos, solicitando a sua imediata correção pelos órgãos de apoio.

d) No que se refere aos dados estatísticos, principal ferramenta de organização e controle do acervo, revela-se oportuno:

d1) formalizar expediente para submissão à Presidência, relatando os problemas detectados quanto à distribuição dos feitos para as providências que entender pertinentes junto à secretaria judiciária;

d2) formalizar expediente para submissão à Comissão Permanente de Informática do TRF3, com cópia ao CJF, relatando as inconsistências estatísticas apuradas, encaminhando cópia dos eventuais pedidos de correção formulados junto ao setor de TI, inclusive daqueles sem resposta, para análise e eventual consulta ao CNJ. No referido expediente, deverá noticiar os achados desta inspeção e encaminhar as dificuldades e sugestões apresentadas para fins de aprimoramento dos sistemas processuais com fins

à obtenção de melhores resultados, sem prejuízo a um alinhamento nacional de critérios de apuração de dados.

De fato, não existe gestão sem informação. O planejamento do trabalho pressupõe o conhecimento do acervo que, por sua vez, deve vir espelhado de forma fidedigna nos dados estatísticos.

Nesse sentido, o lançamento correto e tempestivo de fases e informações processuais, o uso correto das tabelas processuais unificadas e a ampla publicidade de seus conceitos (até para viabilizar a detecção de problemas para imediatas correções) são indispensáveis ao gestor.

A título de exemplo, no Processo n. 0000744-61.2015.4.03.6139, não há fase de remessa/conclusão ao órgão destinatário do exame de prevenção, indispensável à transparência para os jurisdicionados.

Necessária, também, a disponibilização de dados que permitam ao usuário verificar com clareza os totais de entradas (distribuídos, redistribuídos, reativados, para juízo de retratação, levantamento de baixa, retorno de sobrestados) e os totais de saídas (julgados, redistribuídos, baixados, sobrestados etc.). A disponibilização de tais dados aos usuários não se contrapõe ao alinhamento ao glossário de movimentos do CNJ.

e) Caberá à unidade cumprir as recomendações do item 11.

Cumprir recomendar a continuidade do processo de constante aperfeiçoamento, o que, percebeu-se, constitui objetivo permanente da unidade, a qual apresenta excelentes resultados, evidenciando adequada gestão de pessoas e de processos.

Por fim, impõe-se registrar que as recomendações objeto deste relatório serão verificadas na próxima autoinspeção.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL NEWTON DE LUCCA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Newton De Lucca.

2.2 Turma

8ª Turma.

2.3 Competência

Benefícios Previdenciários e Assistenciais.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Newton De Lucca.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não.

3.4 Servidora responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Simone Sayuri Yoshinaga Bacili, chefe de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):

Servidores efetivos	18
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	0

Outros	0
--------	---

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*

Total em tramitação**	10.601
Processos suspensos/sobrestados	422
Processos conclusos	7.129
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	10.601
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	10.978
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	7.129
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	6.943
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	422
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	284

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

Houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Não se aplica.
Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Não se aplica.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior).	Não se aplica.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis

Total de feitos originários cíveis	138
Mandados de segurança	3

IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	14
Reclamações	3
Ações rescisórias	110
Outros	8

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação

Total de feitos recursais cíveis	10.463
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	1.091
Outros	9.079

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe

Total de feitos	10.463
Apelações cíveis	9.561
Agravos de instrumento	763
Outros	90

4.7 Feitos originários criminais em tramitação

Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe

Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação

Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0

Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Outros	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	221
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	205
Agravos legais/regimentais	71
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	69
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	480
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	5

4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos conclusos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos até 2013	836	535	373
Distribuídos em 2014	921	554	397
Distribuídos em 2015	1.281	803	560
Distribuídos em 2016	1.476	843	595
Distribuídos em 2017	1.715	978	642
Distribuídos em 2018	699	1.564	834
Distribuídos em 2019	-	824	2.119
Distribuídos em 2020	-	-	1.048
Total	6.928	6.101	6.568

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	0
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	5.979
Total de processos julgados	8.000
Total de processos baixados	5.349
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-2.021
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	630

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	100
Total de feitos não regularizados	1
Total de feitos verificados na inspeção anterior	192
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	6.165
Processos julgados no ano anterior	5.928
Processos distribuídos no ano corrente	1.742
Processos julgados no ano corrente	2.061

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	1.210
Porcentagem de atendimento da meta	81,19%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	622
Porcentagem de atendimento da meta	85,45%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	6.949
Pendentes no último dia do mês anterior	1.560
Porcentagem de atendimento da meta	77,50%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.908
Pendentes no último dia do mês anterior	568
Porcentagem de atendimento da meta	94,30%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2019 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	0
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	0
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	0
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	0

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0

Porcentagem de atendimento da meta	0
------------------------------------	---

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	0
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?
Houve recomendação na inspeção de 2018: a) cumprir as recomendações dos itens 2 e 3 (proceder à baixa e regularização no sistema, bem como promover o julgamento dos processos relacionados no relatório); b) aumentar o número de colaboradores dedicados à atividade-fim; c) julgar todos os processos relativos à Meta 2; d) dar andamento aos processos em que não houve movimentação, a partir dos mais remotos; e) reduzir e controlar o tempo de tramitação processual; f) priorizar o julgamento dos embargos de declaração, especialmente dos conclusos há mais de 30 dias; g) priorizar o julgamento dos processos com tutela provisória concedida há mais

de 90 dias (221); h) priorizar o julgamento dos agravos internos, em especial daqueles com conclusão superior a 30 dias; i) diminuir o tempo de lavratura de acórdãos; j) checar a regularidade do acervo, bem como sanar eventuais inconsistências no respectivo controle, com o concurso dos órgãos técnicos do Tribunal; e k) manter método de trabalho, que merece elogio.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) Houve a regularização no sistema, bem como o julgamento dos processos relacionados no relatório, excetuados os casos em que houve a necessidade de sobrestamento (recurso repetitivo); b) houve o aumento de um servidor para a atividade-fim; alíneas "c", "d" e "e": foi designado número maior de servidores para a análise de processos mais remotos e referentes à Meta 2, a fim de que os recursos sejam julgados de forma mais célere; alíneas "f" e "h": houve a redução do acervo de embargos de declaração e agravos internos, de 934 recursos para 292 recursos, sem prejuízo do julgamento dos novos embargos e agravos que ingressaram no período; g) segundo informações do setor de Estatística, remanescem cinco processos com tutela provisória concedida; i) todos os acórdãos são assinados no mesmo dia ou, no máximo, na data subsequente em que o material é liberado, pela subsecretaria processante, para o gabinete; j) as inconsistências têm sido informadas ao setor competente.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Com relação à recomendação para o julgamento dos processos relacionados à Meta 2, informo ter havido a designação de mais três servidores para atuar na análise desses processos distribuídos em data mais remota, além dos três servidores já existentes. Tal procedimento está sendo verificado, de forma diária e cautelosa, a fim de que não haja, por outro lado, o descumprimento da Meta 1 nem a majoração do acervo de embargos de declaração, agravos internos e retratação. Com relação ao processo da autoinspeção (00279946620144039999) baixado em diligência à vara de origem, houve a expedição do Ofício n. 18/2019 à comarca de origem, em 22/8/2019, solicitando informações sobre o cumprimento da diligência. Conforme consulta no sítio do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, foi proferido despacho pelo MM. juiz para que a diligência fosse cumprida. Considerando que o processo não retornou ao Tribunal, foi solicitado ao juízo de 1º Grau, em 8/5/2020, a devolução dos autos a esta Corte.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Com relação à Meta 2, foram adotadas as providências mencionadas no item 6.3.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Os números informados neste questionário foram fornecidos pela Divisão de Estatística desta Corte. No entanto, observo várias inconsistências. O número de "Processos conclusos" encontra-se totalmente incorreto, pois foram computados feitos já baixados à vara de origem, com recurso especial, incluídos em pauta de julgamento etc. O número de tutelas provisórias não apreciadas pelo magistrado (total de 480) também não reflete a realidade: 00001954520174036183, 00002122720174036007 e 00005367120174036183, v.g., já tiveram a tutela apreciada no 1º grau, não havendo sequer recurso sobre referida matéria, sendo que o Processo 00014439220134036116 encontra-se na Vice-Presidência desta Corte desde 17/5/2018. O fornecimento de dados estatísticos inconsistentes dificulta sobremaneira o controle e a execução dos trabalhos, não refletindo, de forma fidedigna, o acervo existente no gabinete e o trabalho realizado para cumprimento das recomendações dadas nas inspeções anteriores e metas do C.CNJ.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
00085071520144036183	18/9/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso julgado, em 4/11/2019, com acórdão assinado e encartado aos autos. Recurso especial interposto pelo autor. Intimação pessoal do recorrente para esclarecimentos sobre o patrono. Determinada a intimação do INSS referente ao acórdão, em 12/5/2020.		
00013542820144036183	28/4/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo foi sobrestado em 26/6/2018, por força de recurso especial repetitivo. Houve o levantamento do sobrestamento em 10/12/2019, data em que foi remetido para a digitalização. Retornou ao gabinete em 9/1/2020. Foi incluído em pauta de julgamento da sessão de 22/6/2020.		
00018714420124036105	23/1/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Houve o sobrestamento do feito, em 15/5/2018, em razão de recurso especial repetitivo e levantamento em 10/12/2019. O processo foi incluído em pauta de julgamento da sessão de 22/6/2020.		
00021404320124036183	13/9/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Apelação julgada em 21/5/2018. Acórdão publicado em 6/6/2018. Houve sobrestamento (recurso repetitivo) e levantamento em 10/12/2019. Retorno ao gabinete em 9/1/2020 para julgamento dos embargos de declaração. Despacho proferido, em 11/5/2020, tendo em vista documentos novos juntados.		
50001683320164030000	28/4/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O pedido de efeito suspensivo foi considerado prejudicado, em 3/8/2016. O agravo de instrumento está sendo analisado, a fim de que o recurso possa ser incluído em pauta de julgamento o mais breve possível.		
50003900420164036110	19/6/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Não há pedido de decisão liminar ou antecipação da tutela. A apelação foi incluída em pauta de julgamento na sessão de 22/6/2020.		
50004239420164036109	28/7/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária

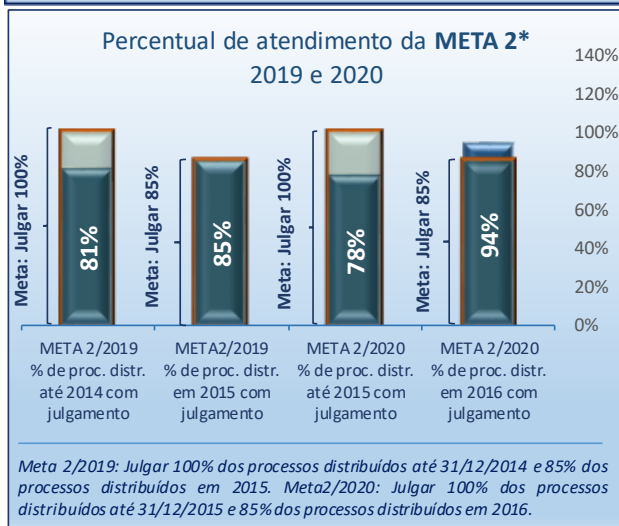
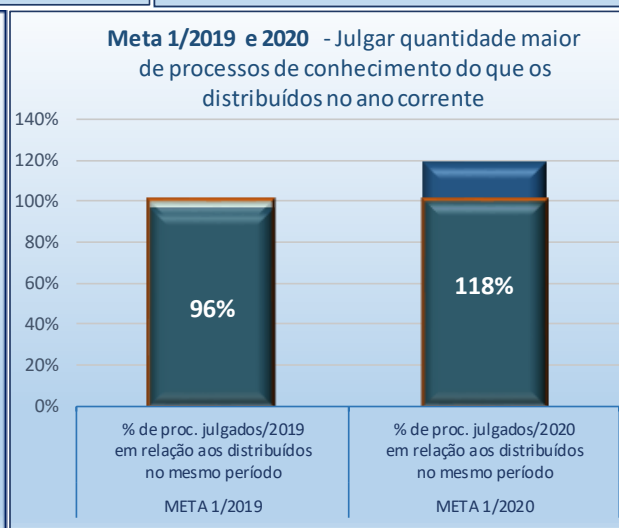
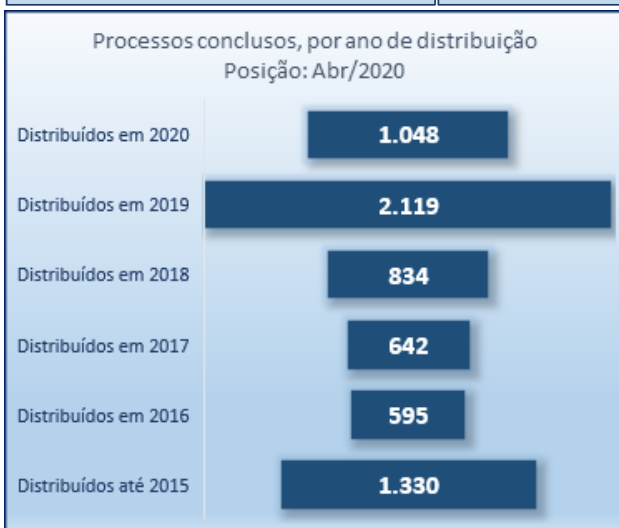
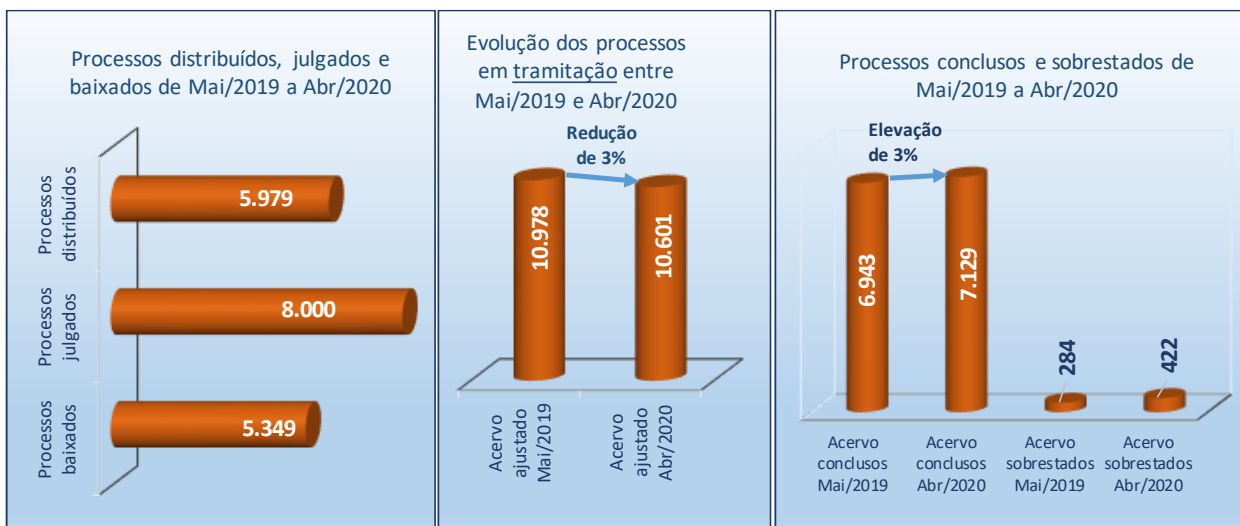
Observação/Providência: Não há pedido de decisão liminar ou antecipação de tutela a ser apreciada. A apelação foi incluída em pauta de julgamento na sessão de 22/6/2020.		
50001510320164036109	14/8/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: A apelação foi incluída em pauta de julgamento para a sessão de 22/6/2020, ocasião em que o pedido de tutela de urgência será apreciado.		
50007585120174036183	26/10/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Não há pedido de decisão liminar ou antecipação de tutela a ser apreciado. A apelação foi incluída em pauta de julgamento na sessão de 22/6/2020.		
00078977920134039999	14/3/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O agravo legal foi incluído em pauta de julgamento da sessão de 22/6/2020.		
00036173620114036119	28/6/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O agravo legal foi julgado em 12/5/2020.		
00196668420134039999	28/6/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O agravo legal foi julgado em 11/5/2020.		
00407127120094039999	23/11/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído a esta relatoria em 10/4/2014. Tendo em vista o julgamento proferido pelo Superior Tribunal de Justiça na Proposta de Afetação no Recurso Especial n. 1.831.371/SP, o agravo legal foi sobrestado em 11/5/2020.		
00003545220094036123	17/5/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O agravo legal foi incluído em pauta de julgamento da sessão de 22/6/2020.		
00048042320074036183	6/8/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O agravo legal foi incluído em pauta de julgamento na sessão de 22/6/2020.		
00038933520124036183	17/9/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O agravo legal foi julgado em 11/5/2020.		
00041400220114036102	19/6/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado, com levantamento em 6/12/2019. Foi proferido, em 7/5/2020, despacho para as partes se manifestarem sobre matéria de ordem pública não aventada anteriormente nos autos. Após o retorno dos autos, o agravo legal será apreciado.		
00042168620174030000	28/11/2017	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Serão solicitadas informações complementares para a autoridade coatora.		
50102441420194030000	25/4/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: O Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação foi julgado prejudicado, em 12/5/2020, tendo em vista o julgamento da Apelação Cível n. 5001458-61.2018.4.03.6128.		
50136539520194030000	30/5/2019	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: O Pedido de Tutela Cautelar Antecedente foi julgado prejudicado, em 11/5/2020, tendo em vista o julgamento da Apelação Cível n. 0014324-42.2010.4.03.6105.		
50011958020184030000	31/1/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Trata-se da própria apelação (e não de pedido de efeito suspensivo à apelação), equivocadamente distribuído pela autora. Foi determinado, em 11/5/2020, o cancelamento da distribuição, devendo a autora regularizar a interposição do recurso perante o juízo de 1º grau.		
50280319020184030000	5/11/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente

Observação/Providência: O pleito de tutela antecipada antecedente foi julgado, em 11/5/2020, prejudicado, tendo em vista a apreciação da Apelação Cível n. 5052967-24.2019.4.03.9999.		
50137820320194030000	31/5/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: O pedido de efeito suspensivo foi julgado prejudicado, em 11/5/2020, tendo em vista o pleito de tutela de urgência formulado na Apelação Cível n. 6210837-18.2019.4.03.9999, incluída em pauta de julgamento na sessão de 8/6/2020.		
00017044420104036122	17/5/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os embargos de declaração foram incluídos em pauta de julgamento para a sessão de 22/6/2020.		
00049537220144036183	30/1/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Trata-se de apelações cíveis interpostas pela parte autora e pelo INSS contra a sentença proferida. O processo foi incluído em pauta de julgamento da sessão de 22/6/2020.		
00064522120164039999	24/2/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os embargos de declaração foram incluídos em pauta de julgamento da sessão de 22/6/2020.		
00202773720134039999	3/7/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os embargos de declaração foram incluídos em pauta de julgamento da sessão de 22/6/2020.		
00046444920144039999	14/2/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os embargos de declaração foram incluídos em pauta de julgamento da sessão de 22/6/2020.		
00142882320124036301	19/11/2015	1728 - Apelação Remessa Necessária
Observação/Providência: Os embargos de declaração foram incluídos em pauta de julgamento da sessão de 22/6/2020.		
0009006-36.2010.4.03.9999	22/3/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído a esta relatoria em 10/4/2014. O recurso foi julgado em 11/5/2020.		
0014312-83.2010.4.03.9999	20/4/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído a esta relatoria em 10/4/2014. O recurso foi incluído em pauta de julgamento da sessão de 22/6/2020.		
0020605-69.2010.4.03.9999	31/0/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído a esta relatoria em 10/4/2014. O recurso foi incluído em pauta de julgamento na sessão de 22/6/2020.		
0024207-68.2010.4.03.9999	20/7/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído a esta relatoria em 10/4/2014. O recurso foi incluído em pauta de julgamento para a sessão de 22/6/2020.		
0032729-84.2010.4.03.9999	26/8/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído a esta relatoria em 10/4/2014. O recurso foi incluído em pauta de julgamento para a sessão de 22/6/2020.		
0032791-27.2010.4.03.9999	27/8/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo redistribuído a esta relatoria em 10/4/2014. O recurso foi incluído em pauta de julgamento para a sessão de 22/6/2020.		
0035932-54.2010.4.03.9999	13/9/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído a esta relatoria em 10/4/2014. O recurso foi incluído em pauta de julgamento para a sessão de 22/6/2020.		
0051518-10.2005.4.03.9999	8/6/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Trata-se de processo já julgado, o qual foi requisitado do juízo a quo para instruir o julgamento da apelação cível interposta nos autos dos embargos à		

execução (0016636-46.2010.4.03.9999). Assim, foi determinado o cadastramento do feito como autos findos em 11/5/2020.		
0016636-46.2010.4.03.9999	3/5/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído a esta relatoria em 10/4/2014. O recurso foi incluído em pauta de julgamento para a sessão de 22/6/2020.		
0039552-74.2010.4.03.9999	19/10/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo redistribuído a esta relatoria em 10/4/2014. O recurso foi incluído em pauta de julgamento para a sessão de 22/6/2020.		
0001542-24.2011.4.03.9999	13/1/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo redistribuído para esta relatoria em 10/4/2014. Houve a inclusão do processo em pauta de julgamento para a sessão de 22/6/2020.		
0001815-03.2011.4.03.9999	18/1/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Houve a inclusão do processo em pauta de julgamento para a sessão de 22/6/2020.		
0022145-06.2015.4.03.0000	26/10/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O agravo de instrumento está sendo analisado, a fim de que o recurso possa ser incluído em pauta de julgamento o mais breve possível.		
0003466-50.2013.4.03.6103	8/3/2016	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O recurso foi incluído em pauta de julgamento para a sessão de 22/6/2020.		
0007319-23.2011.4.03.6108	9/6/2016	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O processo foi encaminhado para digitalização em 9/10/2019. No entanto, o setor responsável digitalizou os autos de forma equivocada, inserindo-os no Processo 0001351-35.2014.4.03.6325. Digitalização regularizada em 12/5/2020. Processo em análise para inclusão em pauta.		
0019141-91.2015.4.03.6100	5/9/2016	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O processo foi incluído em pauta de julgamento para a sessão de 22/6/2020.		
0010506-03.2014.4.03.6183	19/9/2016	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O processo foi julgado em 11/5/2020.		
0005055-48.2016.4.03.0000	31/3/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O agravo de instrumento está sendo analisado, a fim de que o recurso possa ser incluído em pauta de julgamento o mais breve possível.		
0014374-40.2016.4.03.0000	12/8/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O agravo de instrumento está sendo analisado, a fim de que o recurso possa ser incluído em pauta de julgamento o mais breve possível.		
5000168-33.2016.4.03.0000	28/4/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O pedido de efeito suspensivo foi considerado prejudicado, em 3/8/2016. O agravo de instrumento está sendo analisado, a fim de que o recurso possa ser incluído em pauta de julgamento o mais breve possível.		
5001195-80.2018.4.03.0000	31/1/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Trata-se da própria apelação (e não de pedido de efeito suspensivo à apelação), equivocadamente distribuído pela autora. Foi determinado, em 11/5/2020, o cancelamento da distribuição, devendo a autora regularizar a interposição do recurso perante o juízo de 1º grau.		
0004216-86.2017.4.03.0000	28/11/2017	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Serão solicitadas informações complementares para a autoridade coatora.		

5010244-14.2019.4.03.0000	25/4/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: O pedido de efeito suspensivo à apelação foi julgado prejudicado, em 12/5/2020, tendo em vista o julgamento da Apelação Cível n. 5001458-61.2018.4.03.6128.		
5013653-95.2019.4.03.0000	30/5/2019	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: O pedido de tutela cautelar antecedente foi julgado prejudicado, em 11/5/2020, tendo em vista o julgamento da Apelação Cível n. 0014324-42.2010.4.03.6105.		
5028031-90.2018.4.03.0000	5/11/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: O pleito de tutela antecipada antecedente foi julgado, em 11/5/2020, prejudicado, tendo em vista a apreciação da Apelação Cível n. 5052967-24.2019.4.03.9999.		
0023174-58.2001.4.03.9999	9/4/2001	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: A apelação foi julgada em 18/6/2012. Houve interposição de RE e REsp. e posterior sobrestamento na Vice-Presidência (recurso repetitivo) desta Corte, com devolução ao gabinete em 12/9/2019. Processo foi incluído em pauta de julgamento da sessão de 22/6/2020.		
0044892-62.2011.4.03.9999	10/11/2011	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo redistribuído à minha relatoria em 10/4/2014. Houve o sobrestamento (recurso repetitivo) em 25/3/2019 e levantamento em 5/11/2019. O processo físico foi encaminhado para digitalização em 6/11/2019, com retorno eletrônico (PJe) em 29/11/2019. O recurso foi julgado em 14/5/2020.		
0001514-82.1999.4.03.6117	23/9/2003	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: A apelação foi julgada em 23/8/2010. Houve sobrestamento na Vice-Presidência (recurso repetitivo), com devolução ao gabinete em 12/9/2019. Determinada a remessa à contadoria em 7/10/2019. Em razão da digitalização para o PJe, os autos foram remetidos para a contadoria em 30/1/2020.		
0001480-10.1999.4.03.6117	24/11/2006	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: A apelação foi julgada em 17/1/2011. Houve sobrestamento na Vice-Presidência (recurso repetitivo), com devolução ao gabinete em 19/9/2019. Determinada a remessa à contadoria em 7/10/2019. Em razão da digitalização para o PJe, o autos foram remetidos para a contadoria em 30/1/2020.		
0060956-07.1998.4.03.9999	1º/12/2006	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: A apelação foi julgada em 23/11/2009. Houve sobrestamento na Vice-Presidência (recurso repetitivo), com devolução ao gabinete em 12/9/2019. Determinada a remessa à contadoria em 7/10/2019. Em razão da digitalização para o PJe, o autos foram remetidos para a contadoria em 30/1/2020.		
0001981-84.2001.4.03.9999	23/1/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os autos retornaram da Vice-Presidência desta Corte para juízo de retratação, em 15/8/2019. Houve novo julgamento em 27/4/2020. Acórdão disponibilizado no DJ Eletrônico em 7/5/2020.		
0002870-33.2004.4.03.9999	30/1/2004	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Contra acórdão prolatado em 27/6/2012, houve interposição de RE e REsp. Sobrestamento do feito, com retorno ao gabinete em 19/9/2019. Remessa à contadoria judicial, retornando em 21/2/2020. Despacho proferido, em 29/4/2020, para as partes se manifestarem sobre informação do contador.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 56 processos selecionados, todos eram eletrônicos e foram inspecionados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar o processo em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

0004216-86.2017.4.03.0000	0001514-82.1999.4.03.6117	0001480-10.1999.4.03.6117
0060956-07.1998.4.03.9999	0002870-33.2004.4.03.9999	5029320-24.2019.4.03.0000

b) regularizar a fase processual no sistema e/ou promover o andamento em até 10 dias:

00021404320124036183	00041400220114036102
----------------------	----------------------

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria-Geral realizou entrevistas por meios eletrônicos com o Desembargador Federal Newton De Lucca, com a Assessora Ana Cláudia Fernandes Scartezini e com a Chefe de Gabinete Simone Sayuri Yoshinaga Bacili, que se mostraram solícitos em relação a todos os questionamentos efetuados.

Apurou-se que o quadro do gabinete é composto por quinze servidores em atividade-fim e três servidores em atividades-meio, encontrando-se dividido em equipes:

- A chefe de gabinete possui uma equipe de 11 servidores, que a auxilia nos processos de competência da 8ª Turma (apelações cíveis e remessas oficiais);

- A assessora conta com um servidor, que a auxilia nos processos de competência do Órgão Especial e da 3ª Seção;

- Ao assessor-II compete o exame dos agravos de instrumento e liminares em ações originárias da 8ª Turma;

- Uma servidora é designada para realizar as atividades administrativas do gabinete; e

- Dois agentes de segurança auxiliam o desembargador federal em seus traslados.

Na equipe da chefia de gabinete, até o advento do novo Código de Processo Civil, os servidores trabalhavam em forma de mutirão, por matéria. Dessa maneira, todos analisavam processos de mesmo benefício previdenciário, facilitando e agilizando a elaboração de minutas de votos e decisões monocráticas. No entanto, após 18/3/2016, a distribuição de atividades passou a ser realizada da seguinte forma:

- um servidor prioriza a análise dos feitos que retornam da Vice-Presidência da Corte para reexame do acórdão recorrido, a fim de dar cumprimento ao disposto no art. 12, § 6º, inciso II, do CPC, bem como elabora minutas de agravos internos e embargos de declaração;

- cinco servidores analisam os processos com data de conclusão mais remota (Meta n. 2), sendo que a maioria dos feitos referem-se às aposentadorias especiais e por tempo de contribuição;

- cinco servidores analisam processos mais recentes para dar cumprimento à Meta n. 1, bem como feitos nos quais figuram, como parte autora ou ré, pessoas idosas (Lei n. 10.741/03 – Estatuto do Idoso) e/ou portadoras de incapacidade (Lei n. 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência).

A chefia de gabinete coordena as atividades de sua equipe, ficando responsável pela triagem dos processos recebidos da subsecretaria processante, elaboração de minutas de despachos, decisões interlocutórias, declarações de voto e votos-vista, bem como acompanha o relator nas sessões de julgamento da 8ª Turma.

O servidor que compõe a equipe da assessoria dedica-se aos processos individualizados e não repetitivos. A assessoria presta apoio a esse servidor, supervisiona o trabalho e assessora o magistrado nas sessões de julgamento da 3ª Seção, do Órgão Especial e das Plenárias.

Ordinariamente, no período anterior ao isolamento social, cinco servidores executavam as atividades em teletrabalho, de forma parcial (1, 2 ou 3 dias por semana), sendo que aqueles que minutam aposentadorias por tempo de contribuição e especial não fazem teletrabalho. As metas são fixadas com base na matéria analisada pelo servidor e sempre superiores às fixadas no trabalho presencial. O acompanhamento do desempenho é realizado com base na planilha de controle interno do gabinete, a qual fica disponibilizada na rede do setor. São raras as ocasiões em que o servidor não cumpre a cota. Na hipótese de ocorrer, de forma reiterada, o não cumprimento da meta, a chefia realiza uma reunião com o servidor para conhecimento dos motivos pelos quais a cota não está sendo cumprida.

No período de isolamento (a partir de 17/2/20), houve a modificação das metas, conforme “Tabela de Metas-Isolamento”. O servidor deve cumprir a meta estipulada ou trabalhar o período de 7 horas diárias. Para esse período, as metas foram assim estipuladas: os servidores que trabalham com diversas matérias têm meta de cinco processos/dia (Meta 1) – em condições normais de trabalho, esses servidores têm meta diária de seis processos; os que minutam aposentadoria por tempo de contribuição ou especial possuem meta de 13 processos por semana (10 de Meta 2 e 3 demais anos, com prioridade); para a minuta de embargos de declaração, agravos internos e juízo de retratação são 5 processos/dia, priorizando a Meta 2; para o servidor que trabalha com agravos de instrumento a meta é examinar todos os pedidos de efeitos suspensivos e, ao menos, minutar dois votos/dia; e, para o servidor que trabalha com matérias da 3ª Seção e Órgão Especial, a meta é de cinco processos para voto por semana e algumas tutelas provisórias.

No que concerne à triagem dos feitos, foi informado que:

a) Todos os processos eletrônicos recebidos no gabinete são, inicialmente, triados por matéria, etiquetados com o nome da respectiva matéria e dos servidores para elaboração de minutas de votos, de decisões monocráticas ou de despachos;

b) Os processos recebidos para voto-vista e declaração de voto são verificados diretamente pela chefia de gabinete ou assessoria;

c) Os agravos de instrumento distribuídos e as liminares em ações originárias da 8ª Turma são verificados diretamente pelo Assessor-II;

d) Os pedidos de tutela provisória em rescisórias, liminares em mandado de segurança do Órgão Especial e conflitos de competência são diretamente verificados pela assessora; e

e) Os processos físicos são diretamente recebidos pela chefia de gabinete e assessoria.

No tocante à organização do acervo, verificou-se que, no segundo semestre de 2019, houve a digitalização e inserção no PJe de todos os processos físicos que se encontravam no gabinete. Dessa forma, os processos eletrônicos passaram a ser organizados por meio de inserção de etiquetas com os nomes das matérias e dos servidores que estão analisando os autos. Nos processos mais antigos, houve também a inserção de etiquetas contendo o ano de distribuição do processo no Tribunal.

Todos os processos físicos digitalizados foram devolvidos aos gabinetes dos respectivos relatores para posterior encaminhamento a local a ser designado pela Presidência da Corte, futuramente, para fins de arquivamento.

Os processos físicos não digitalizados são os que se encontravam em outros setores do Tribunal, que não participaram do procedimento de digitalização. No gabinete, até o início do isolamento, retornaram apenas dois processos físicos da Vice-Presidência.

Para fins de controle do acervo, com relação às apelações cíveis e remessas oficiais, o gabinete possui uma planilha própria, denominada “Planilha de controle”, que permite o controle diário, semanal e mensal dos seguintes dados:

a) Produção de cada servidor;

b) Número de processos com votos para julgamento colegiado;

c) Número de processos com decisões monocráticas terminativas;

d) Número de processos recebidos no gabinete;

e) Número de processos que saíram do gabinete; e

f) Diferença entre o número de processos que entraram e saíram do gabinete.

O controle de agravos internos e embargos de declaração é realizado pelo servidor responsável pela análise e elaboração de minutas de votos dos referidos recursos.

As apelações cíveis – nas quais há pedidos de tutelas de urgência – são examinadas para possível inclusão em pauta de julgamento, a fim de que o pleito possa ser analisado pelo Órgão Colegiado.

Foi informado que o gabinete não efetua o controle periódico de processos sem movimentação, tendo em vista que a equipe está trabalhando com os processos mais remotos. O setor de estatística não disponibiliza, de forma atualizada e fidedigna, os dados relativos a processos sem movimentação, sendo que eventual levantamento de dados sobre tais feitos acabaria por atrasar demasiadamente as atividades a serem executadas no gabinete.

O gabinete possui metas individuais e coletivas de produtividade. No início de cada mês, é estipulada uma meta desejável para cada servidor, sendo que a meta mais importante é a estipulada para a equipe. Dessa forma, todos os servidores têm conhecimento prévio da quantidade de minutas de votos e decisões monocráticas a ser produzida no mês de referência. Na hipótese de um servidor não conseguir cumprir sua meta individual, outro servidor poderá cumpri-la. Ao proceder dessa maneira, verifica-se maior união e colaboração entre os colegas, tendo em vista que o fim precípua é o alcance da meta mensal estipulada para a equipe, para que haja o cumprimento da meta anual. Toda a produção (individual ou da equipe) é preenchida na planilha do gabinete, a qual fica disponibilizada em rede para acesso e controle de todos os servidores lotados no setor. No final de cada mês, é aferida a produtividade do gabinete, sendo que o resultado é apresentado e debatido com toda a equipe.

A unidade adota política de recompensas vinculadas às metas. Foi pontuado que, com essa prática, é valorizado o trabalho realizado e o servidor torna-se consciente de que a sua atividade individual contribuiu para o resultado final da equipe.

Os feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ nem sempre possuem tratamento específico. Isso porque cerca de 90% dos feitos em tramitação constituem processos com prioridade legal, o que prejudica a outorga de um tratamento diferenciado. Com relação às Metas do CNJ, há preferência para o seu cumprimento, em especial no que tange às Metas n. 1 e 2.

A unidade se utiliza de decisões terminativas. No entanto, após o advento do novo CPC, apenas os processos que versem sobre matérias já julgadas em recursos repetitivos pelos tribunais superiores são apreciados de forma monocrática. Além disso, o gabinete adota modelos para a minuta de votos/decisões. Nesse sentido, todos os votos ou decisões novos são submetidos à apreciação do Magistrado. Após a aprovação, são inseridos na rede do gabinete para utilização como modelos.

Em relação à capacitação para servidores, é proporcionada pelo Tribunal, os quais são disponibilizados pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal. Além disso, há servidores que, por conta própria, participam de cursos jurídicos, de especialização e de aperfeiçoamento externos ao Tribunal.

Atualmente, há diversas matérias que vêm sendo objeto de sobrestamento. O gabinete elaborou uma “Tabela de Matérias Sobrestadas”. Referida tabela e respectivas ementas ficam disponibilizadas em rede para acesso e conhecimento de todos os servidores do gabinete. São elas:

- REsp. 1.788.700 - "Possibilidade de recebimento de benefício por incapacidade do Regime Geral de Previdência Social de caráter substitutivo da renda (auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez) concedido judicialmente em período de abrangência concomitante ao que o segurado estava trabalhando e aguardando o deferimento do benefício";

- QO no REsp 1.734.685 - "A reforma da decisão que antecipa a tutela obriga o autor da ação a devolver os benefícios previdenciários indevidamente recebidos.";

- REsp. 1.803.154 - "Possibilidade de, em fase de cumprimento de sentença, o segurado do Regime Geral de Previdência Social receber parcelas pretéritas de aposentadoria concedida judicialmente até a data inicial de aposentadoria concedida administrativamente pelo INSS enquanto pendente a mesma ação judicial, com implantação administrativa definitiva dessa última por ser mais vantajosa, sob o enfoque do artigo 18, § 2º, da Lei 8.213/1991";

- REsp. 1.799.305/PE e REsp. 1.808.156/SP. - Incidência ou não do fator previdenciário no cálculo da renda mensal inicial da aposentadoria por tempo de contribuição de professor;

- REsp. 1.761.874 - "Fixação do termo inicial da prescrição quinquenal, para recebimento de parcelas de benefício previdenciário reconhecidas judicialmente, em ação individual ajuizada para adequação da renda mensal aos tetos fixados pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/2003, cujo pedido coincide com aquele anteriormente formulado em ação civil pública";

- REsp. 1.831.371 - Reconhecimento da atividade especial exercida por vigilante, sem porte de arma de fogo, após 28/4/95;

- REsp. 1.589.069 - “Delimitação da controvérsia: (a) análise da sistemática de cálculo da renda mensal inicial no período de vigência da Consolidação das Leis da Previdência Social de 1984; e (b) a incidência do critérios elencados no art. 144 da Lei 8.213/1991 e, conseqüentemente, a possibilidade de se mesclar as regras de cálculos ínsitas na legislação revogada com a nova aos benefícios concedidos no denominado período *Buraco Negro*”;

- Ag.Rg. na Pet. 8002 (STF) - Possibilidade de aplicar o art. 45 da Lei n. 8.213/1991 (acréscimo de 25% no valor da aposentadoria por invalidez) a outras espécies de aposentadoria;

- REsp. 1.381.734 - Devolução ou não de valores recebidos de boa-fé, a título de benefício previdenciário, por força de interpretação errônea, má aplicação da lei ou erro da Administração da Previdência Social; e

- IRDR 5022820-39.2019.4.03.0000 (TRF3) - Aplicação dos Tetos das Emendas Constitucionais n. 20/1998 e 41/2003 nos benefícios concedidos antes da CF/88.

A propósito da Meta 3, foi informado que raramente há estímulo à conciliação, pois o INSS dificilmente concorda com a proposta formulada pela parte autora.

O Gabinete não recebeu qualquer tipo de auxílio entre maio/2019 a abril/2020.

Os pedidos de vista, em regra, são levados a julgamento na primeira ou, no máximo, segunda sessão posteriores ao recebimento dos autos no gabinete.

Durante a pandemia (Covid-19), todos os servidores estão exercendo as atividades em teletrabalho. As comunicações diárias são realizadas por e-mail ou WhatsApp (individual e em grupo) e as reuniões são feitas pela plataforma *Microsoft Teams*.

O atendimento aos advogados e às partes está sendo feito por e-mail institucional ou videoconferência, quando necessário.

As principais dificuldades enfrentadas pela unidade na condução de suas atividades, segundo informado, são:

1) O fornecimento de dados estatísticos inconsistentes, que dificulta sobremaneira o controle e a execução dos trabalhos, não refletindo, de forma fidedigna, o acervo existente no gabinete e o trabalho realizado para cumprimento das recomendações dadas nas inspeções anteriores e Metas do CNJ. A divulgação de dados incorretos e fictícios acaba por desmotivar toda a equipe, a qual tem trabalhado de forma engajada e responsável para a redução de acervo no gabinete e o cumprimento das metas anuais estipuladas pelo magistrado até o ano de 2022.

O gabinete noticiou a existência de equívocos de dados, mediante ofícios dirigidos à Corregedoria-Geral da Justiça Federal e à Presidência deste TRF3, relatando algumas das mais variadas inconsistências verificadas nos dados estatísticos fornecidos pelo setor responsável, bem como a utilização de parâmetros equivocados para a extração dos números.

2) O PJe tem apresentado inúmeros problemas, acarretando atrasos na execução do trabalho, tais como excessiva demora na resolução de problemas técnicos, bem como banco de dados e pesquisa processual inexistentes.

Por fim, de modo a obter um melhor desempenho das suas atribuições, a unidade, questionada, referiu que foram propostas sugestões para a Presidência deste TRF3, em 10/12/2019, sobre a parametrização dos dados, especialmente no que se refere à obtenção dos dados de cumprimento da Meta n. 1 do CNJ e acervo de processos conclusos, a fim de que os números fornecidos pelo setor de estatística pudessem

melhor refletir a realidade existente nos gabinetes. Em resposta, sobreveio a “Informação Conjunta ADEG/DEGE nº 2/2019”, contendo declarações com as quais o Desembargador Federal Newton De Lucca não concordou, motivo pelo qual houve a expedição do Ofício n. 07/2020) para a Ministra Corregedora-Geral da Justiça Federal.

A despeito de haver inconsistências reconhecidas na informação Conjunta, não houve qualquer alteração na estatística divulgada.

13. OBSERVAÇÕES

No que concerne à dinâmica processual, em comparação à inspeção anterior, apurou-se que o acervo de processos conclusos no gabinete passou de 7.479 a 7.129, o que importou uma redução do seu número. Considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 6.943 feitos e, no mês anterior à inspeção, eram 7.129.

Verificou-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 513, na última inspeção, para 221, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção. Destes, há 205 embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias. O mesmo se diga quanto aos agravos legais/regimentais, que reduziram de 421 para 71 em relação à inspeção anterior, sendo 69 com conclusão superior a 30 dias. Quanto a esses incidentes, percebe-se que houve um melhor monitoramento por parte da unidade.

Na inspeção anterior, existiam 221 processos com tutela provisória proferida há mais de 90 dias sem que tivessem sido levados para o exame do Colegiado. Esse número foi reduzido para apenas cinco na inspeção atual.

Além disso, a unidade possui 763 agravos de instrumento, 1.091 recursos em ações com preferência legal, três mandados de segurança, 14 conflitos de competência e três reclamações. Inexistem pedidos de vista pendentes de julgamento.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente. Nesse sentido, foram julgados 8.000 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 5.979, ou seja, o número de julgados superou o número de distribuídos (Meta 1 do CNJ) em 2.021 feitos.

No tocante à Meta 3, o registro de conciliações é pouco expressivo.

Do quanto recomendado na inspeção anterior, com acompanhamento em processo SEI próprio da Corregedoria, sob n. 0002675-49.2019.4.90.8000, constatou-se que não remanescem pendências.

No exame dos processos objeto desta inspeção, constatou-se demora de lançamento de fases processuais na subsecretaria, além de inconsistências estatísticas.

A título de exemplo, verificou-se que constavam na lista de conclusos da unidade:

(1) o Processo n. 0007038-36.2011.403.6183, já baixado. Da sua movimentação processual, extrai-se que houve o trânsito em julgado em outubro de 2019 e petição de cumprimento do acórdão em 27/11/2019, sendo o feito concluso ao relator apenas em 27/2/2020;

(2) o Processo n. 0003150-13.2018.403.9999, que teve embargos de declaração julgados pelo Colegiado em 7/10/2019, sendo o acórdão disponibilizado no Diário Eletrônico em 21/10/2019; o INSS foi intimado do acórdão em 20 de fevereiro de 2020, protocolando REsp em 30/4/2020. A despeito do julgamento pela Turma, quando da extração de dados para este Conselho, ainda constava como concluso ao relator.

Pertinente situar o gabinete no contexto das demais unidades da 3ª Seção do Tribunal:

TABELA 1: ESTATÍSTICAS DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E BAIXADOS NO PERÍODO DE MAIO/2019 a ABRIL/2020 (12 MESES)

ÓRGÃO		MAGISTRADOS	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	PROCESSOS JULGADOS	PROCESSOS BAIXADOS
TERCEIRA SEÇÃO	SÉTIMA TURMA	Gab. 22 - DF Inês Virgínia	5.787	7.080	2.956
		Gab. 23 - DF Toru Yamamoto	5.768	7.704	3.949
		Gab. 24 - DF Paulo Domingues	5.815	7.167	3.627
		Gab. 25 - DF Carlos Delgados	5.558	6.888	2.952
	OITAVA TURMA	Gab. 26 - DF Newton de Lucca	5.979	8.000	5.349
		Gab. 27 - DF Therezinha Cazerta	5.980	6.128	3.975
		Gab. 28 - DF David Dantas	5.896	7.277	4.948
	NONA TURMA	Gab. 29 - DF Luiz Stefanini	5.819	4.837	3.827
		Gab. 30 - DF Batista Gonçalves	5.870	5.205	3.538
		Gab. 31 - DF Daldice Santana	7.614	7.090	3.951
		Gab. 32 - Juiza Conv. Leila Paiva	5.765	7.227	4.031
	DÉCIMA TURMA	Gab. 33 - DF Gilberto Jordan	5.530	6.536	3.988
		Gab. 34 - DF Baptista Pereira	5.894	7.235	3.429
Gab. 35 - DF Sergio Nascimento		6.022	6.374	4.022	
Gab. 36 - DF Lucia Ursaia		6.018	6.117	3.404	
Gab. 37 - DF Nelson Porfirio		5.790	7.516	4.122	
TOTAL GERAL			95.105	108.381	62.068

TABELA 2: ESTATÍSTICAS DE PROCESSOS CONCLUSOS, E EM TRAMITAÇÃO Nas inspeções de 2018 e 2020

ÓRGÃO		MAGISTRADOS	TRAMITAÇÃO Inspeção 2018	TRAMITAÇÃO Inspeção 2020	CONCLUSOS Inspeção 2018	CONCLUSOS Inspeção 2020
TERCEIRA SEÇÃO	SETIMA TURMA	Gab. 22 - DF Inês Virgínia	9.226	11.638	6.152	8.085
		Gab. 23 - DF Toru Yamamoto	8.266	8.266	4.117	4.628
		Gab. 24 - DF Paulo Domingues	12.298	14.038	9.170	10.341
		Gab. 25 - DF Carlos Delgado	17.972	19.421	14.477	13.714
	OITAVA TURMA	Gab. 26 - DF Newton de Lucca	10.554	10.601	7.479	7.129
		Gab. 27 - DF Therezinha Cazerta (Na Insp. 2018 era a DF Tânia M.)	3.221	5.580	303	3.017
		Gab. 28 - DF David Dantas	2.920	4.747	269	1.085
	NONA TURMA	Gab. 29 - DF Luiz Stefanini	10.972	13.248	8.516	11.103
		Gab. 30 - DF Batista Gonçalves (Na Insp. 2018 era a DF Mariza Santos)	7.280	10.859	4.964	8.496
		Gab. 31 - DF Daldice Santana	3.572	4.711	606	1.939
		Gab. 32 - Juiza Conv. Leila Paiva (Na Insp. 2018 era a DF Ana Pesarini)	12.817	15.704	10.267	12.823
	DÉCIMA TURMA	Gab. 33 - DF Gilberto Jordan	2.997	4.888	366	1.957
		Gab. 34 - DF Baptista Pereira	10.078	11.450	6.758	8.833
Gab. 35 - DF Sergio Nascimento		2.990	5.754	478	3.443	
Gab. 36 - DF Lucia Ursaia		5.170	8.186	2.528	5.857	
Gab. 37 - DF Nelson Porfirio		6.396	6.142	3.437	3.869	
TOTAL GERAL			126.729	155.233	79.887	106.319

- Dados elaborados pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

Do exame da tabela acima, verifica-se que, em comparação às Turmas que integram a 3ª Seção do Tribunal, é o gabinete que possui o oitavo maior acervo em tramitação, com 10.601 processos, situação que se encontra estável desde a inspeção anterior.

Tempo médio entre a distribuição e o 1º julgamento no TRF3 por gabinete da 3ª Seção

Seção	Unidade	Média em meses	Média em anos
3 Seção	GAB. 22 - DES.FED. INÊS VIRGÍNIA	17	1,39
	GAB. 23 - DES.FED. TORU YAMAMOTO	11	0,93
	GAB. 24 - DES.FED. PAULO DOMINGUES	25	2,09
	GAB. 25 - DES.FED. CARLOS DELGADO	43	3,59
	GAB. 26 - DES.FED. NEWTON DE LUCCA	22	1,87
	GAB. 27 - DES.FED. THEREZINHA CAZERTA	5	0,43
	GAB. 28 - DES.FED. DAVID DANTAS	4	0,34
	GAB. 29 - DES.FED. LUIZ STEFANINI	23	1,92
	GAB. 30 - DES.FED. BATISTA GONÇALVES	15	1,23
	GAB. 31 - DES.FED. DALDICE SANTANA	5	0,42
	GAB. 32 - JUIZA CONV. LEILA PAIVA	20	1,66
	GAB. 33 - DES.FED. GILBERTO JORDAN	5	0,41
	GAB. 34 - DES.FED. BAPTISTA PEREIRA	21	1,72
	GAB. 35 - DES.FED. SERGIO NASCIMENTO	6	0,52
	GAB. 36 - DES.FED. LUCIA URSAIA	12	0,96
	GAB. 37 - DES.FED. NELSON PORFIRIO	9	0,75
	Média da 3ª Seção		15

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região - BI

Junto ao sistema B.I., pode-se verificar que o tempo médio gasto pelo gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 22 meses, enquanto que o tempo médio, na 3ª Seção, equivale a 15 meses. Trata-se de indicador que pode ser aprimorado.

Frente às inconsistências constatadas ao longo da inspeção e a fim de melhor compreender a complexidade do acervo, a equipe da Corregedoria extraiu novos dados estatísticos junto ao sistema B.I., onde se verificou que em 28/5/2020 a base de dados do repositório unificado foi reprocessada para aplicação de correções relativas à atualização das fases processuais, retroativamente a janeiro de 2018.

Solicitou-se à Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos do Tribunal, o glossário do B.I, cumprindo transcrever sua versão resumida:

“I. Aba Distribuídos:

Distribuídos:

Processos Distribuídos Originários e Recursais:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento de distribuição ou recebimento da denúncia no período e que tenham sido classificados pelo Justiça em Números como processos originários criminais, originários não criminais,

recursais criminais, recursais não criminais, cartas ou procedimentos investigatórios.

II. Aba Acervo:

Tramitação Líquida:

Casos Pendentes Originários e Recursais:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento de distribuição ou recebimento da denúncia ou foram reativados e até o final do período de referência não tenha recebido o movimento de sobrestamento ou baixa definitiva.

Sobrestado:

Total de suspensos e sobrestados:

– Seleciona os processos que tiveram o movimento de Arquivamento Provisório, Suspensão ou Sobrestamento e que posteriormente não receberam movimento de Levantamento do sobrestamento ou movimento que indique a ativação do processo (conclusão, decisão, julgamento, baixa definitiva, lavratura de acórdão, remessa em grau de recurso ou por incompetência e publicação).

Conclusos – Pendentes:

Processos com conclusão pendente e não sobrestados (Conclusão em aberto):

– Seleciona os processos em que foi incluído o movimento de conclusão ou de remessa da distribuição ao gabinete e que não receberam movimento de despacho, decisão ou julgamento ou outra que indique o julgamento (baixa definitiva, cancelamento de distribuição, convertido em diligência, julgamento em diligência, deliberado em sessão, publicação, intimação eletrônica, intimação em secretaria, lavratura de acórdão, trânsito em julgado ou Remessa em grau de recurso, em diligência, por devolução ao deprecante e por incompetência).

Tutela não apreciada – Conclusos há mais de 10 dias:

Processos com pedido de tutela não apreciado, conclusos há mais de 10 dias:

- Seleciona os processos em que consta registro de pedido de tutela nos dados do processo e não consta movimento que indique a apreciação da tutela;
- não estão sobrestados e que estão conclusos há mais de 10 dias.

Pendentes 1º Julgamento – Sem Sobrestados:

Processos ativos, pendentes de 1º julgamento:

– Seleciona os processos que receberam movimento de distribuição ou reativação, sem sobrestamento ou baixa posterior, em que não consta movimento processual que indique decisão terminativa ou julgamento;

– Desconsidera os processos que receberam movimento de cancelamento da distribuição, ou remessa em grau de recurso, por incompetência ou em diligência à origem.

Recursos Internos Pendentes – Conclusos:

Recursos internos conclusos:

– Processos que receberam o movimento de juntada de petição (tipos 41-agravo (inominado/legal), 49-embargos de declaração, 50-embargos infringentes, 66-recurso especial, 67-recurso extraordinário, 115-incidente de uniformização de jurisprudência, 200011-agravo); ou

– Receberam movimento de distribuição das classes (206-Agravo Regimental Cível, 208-Embargos infringentes, 216-Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade Cível, 233-Incidente de Uniformização de Jurisprudência, 421-Embargos infringentes e de Nulidade, 1208-Agravo Interno Cível, 1689-Embargo de Declaração Cível, 1729-Agravo Regimental Criminal);

– Tiveram o movimento de conclusão após o protocolo ou distribuição, sem identificação posterior de movimento de julgamento do recurso, baixa definitiva, cancelamento da distribuição ou conversão em diligência ou de sobrestamento.

Tutela Concedida – Conclusos há mais de 60 dias:

Processos com pedido de tutela deferido, sem julgamento posterior e conclusos há mais de 60 dias:

– Processos que tiveram o lançamento de movimento que indique o deferimento de tutela ou liminar e não tiveram movimento posterior que indique o julgamento ou não foram baixados e estão conclusos há mais de 60 dias.

Tutela Concedida – Conclusos há mais de 90 dias:

Processos com pedido de tutela deferido, sem julgamento posterior e conclusos há mais de 60 dias:

– Processos que tiveram o lançamento de movimento que indique o deferimento de tutela ou liminar e não tiveram movimento posterior que indique o julgamento ou não foram baixados e estão conclusos há mais de 90 dias.

Aba Baixados:

Baixados:

Total de baixados no período:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento baixa definitiva, cancelamento da distribuição, Remessas em grau de recurso, por devolução ao deprecante e por incompetência.

– São contabilizadas todas as baixas, independentemente de ser a 1ª e inclui todas as classes.

Aba Produtividade:

Total de Julgamentos:

– Apresentada o total de processos que receberam os movimentos de decisão ou julgamento, incluindo os recursos internos.

– No PJe, se o movimento estiver vinculado a um documento, considera apenas 1 movimento por documento. Se não estiver vinculado a documento, considera apenas 1 movimento por dia, a fim de evitar duplicidade, em razão dos procedimentos adotados pelos usuários.

– No SIAPRO, considera apenas 1 movimento por dia, em razão dos procedimentos adotados pelos usuários.

Recursos Internos Julgados:

– Contabiliza o total de julgamentos de Recursos Internos (Agravo (inominado/legal), Embargos de declaração, Embargos Infringentes, Incidente de uniformização de jurisprudência).

Julgamento Colegiado terminativo: são computadas as decisões proferidas em sessão colegiada;

Monocrático terminativo: são computadas as decisões proferidas pelo Desembargador Federal relator, de maneira monocrática, que extinguem o processo, com ou sem resolução do mérito, na forma da legislação processual;

Monocrática não terminativa: são computadas as decisões proferidas pelo Desembargador Federal relator, de maneira monocrática, que não extinguem o processo. (interlocutórias: tutela, liminar, prisão, incompetência)”.

A partir dessas informações, quanto aos novos dados apurados, na aba “Produtividade” do sistema B.I., no período de maio a dezembro de 2019, são computados 4.789 julgamentos junto ao Colegiado e 149 decisões monocráticas terminativas, enquanto, no período de janeiro a abril de 2020, são 2.368 julgamentos junto ao Colegiado e duas decisões monocráticas terminativas, totalizando 7.308 julgamentos de ordem terminativa.

Para o mesmo período, consta distribuição de 5.980 processos no referido sistema.

Já na aba “Acervo”, utilizando-se o filtro “Pendente 1º Julgamento, Sem Sobrestado”, parte-se de 8.069, em abril de 2019, e chega-se, em abril de 2020, com 7.466.

Porém, somando-se 7.466 aos 5.980 distribuídos, obtém-se 13.446, dos quais, deduzindo-se os 7.308 julgados, chega-se a 6.138 feitos pendentes de primeiro

juízo, e não 7.466 como consta na coluna de Abril/2020 da referida aba. Aliás, este último número opõe-se ao número de processos conclusos no gabinete em abril/2020, apontado pelo sistema como sendo de 7.129, pois, de regra, os feitos pendentes de primeiro julgamento devem se encontrar alocados no gabinete.

Aparentemente, há inconsistência interna no sistema, ou de ordem conceitual, a ser solvida pelo Tribunal, no sentido de conferir aos usuários uma ferramenta que lhes permita aferir, com segurança, os diversos nichos de trabalho para distribuição da sua força de trabalho.

Sob outro enfoque, mas ainda na aba “Produtividade” do sistema B.I., no período de janeiro/2019 a maio/2020, o gabinete produziu 9.630 decisões colegiadas terminativas e 232 decisões monocráticas terminativas, ou seja, julgou 9.862 feitos. No mesmo período, foram distribuídos 8.543 processos, o que espelha a redução do acervo, que merece reconhecimento.

Vale mencionar que para o aludido período consta, na aba “Produtividade”, um “Total de Julgamentos” de 10.898, número que abrange embargos de declaração e agravos internos, como explicitado no glossário.

Do quanto apurado pela equipe da Corregedoria, impõe-se registrar que não há filtro de dados em relação aos processos remetidos para juízo de retratação, a despeito de já criado indicador na base de dados, o que também torna mais complexo o controle do acervo.

Outra questão que causa estranheza é o fato de o gabinete possuir, no mês de maio de 2020, um total de 7.836 processos pendentes de 1º julgamento, sem sobrestados, e 7.350 conclusos pendentes, o que só pode ser explicado a partir da demora de conclusão ao relator, fato que sem dúvida inviabiliza o controle do acervo por parte do gabinete ao gerar dados contraditórios.

A propósito, na inspeção anterior, no que concerne ao fluxo processual, apurou-se 4.418 processos distribuídos e 4.549 julgados, o que demonstra que o gabinete adotou medidas eficazes para o incremento do número de julgados.

Finalmente, impõe-se registrar que, durante a entrevista, foi apontada significativa dificuldade na utilização do novo sistema eletrônico, que ainda demanda inúmeros melhoramentos, bem ainda do sistema B.I., cuja confiabilidade de dados e filtragem são essenciais ao controle e monitoramento do acervo, além de ser fundamental ao incentivo da equipe, refletindo o trabalho que vem sendo desenvolvido. Foi reportada, ainda, excessiva demora na resolução de problemas técnicos, bem como banco de dados e pesquisa processual inexistentes.

14. RECOMENDAÇÕES

Do quanto recomendado na inspeção anterior, não remanesce qualquer pendência.

Restou claro que o gabinete vem se esforçando no sentido de reduzir estoque, tanto em termos de antiguidade quanto quantidade. Contudo, trata-se de unidade que ainda possui um elevado acervo.

Oportuno, pois, que sejam tomadas medidas para continuar e acelerar o processo de regularização do acervo, com o incremento do número de julgamentos e baixas, sem prejuízo de outras que os gestores e a equipe reputarem recomendáveis.

Seguem medidas que podem ser adotadas para a continuidade do processo de evolução:

a) A promoção de estudos para readequação das metas voltadas ao enfrentamento do estoque de processos. Seria recomendável neste momento, estabelecer metas individuais mistas, que contemplassem um número de processos antigos e, outro, de processos de menor complexidade. Tratando-se de processos simples/repetitivos, é possível aumentar significativamente a produtividade, sem ofensa ao art. 12 do CPC, já que a maior quantidade de feitos possui algum critério de preferência legal. De se ressaltar que não constituindo desafio, as metas acabam por não se prestar ao objetivo a ser atingido.

b) Necessário, por outro lado, envidar esforços no sentido de manter reduzido o número de processos conclusos para o julgamento de embargos de declaração e agravo legal/regimental, sobretudo aqueles com prazo excedido. No caso dos embargos de declaração, como se trata de processo já julgado, e como em muitas situações a oposição se faz mais para fins de prequestionamento, o auxílio de estagiários, sob supervisão de um servidor detentor de CJ, permite ganho de escala. A preparação de minutas nos casos de embargos de declaração pode consistir nas metas dos estagiários, sob orientação de servidor, ocupando-se os servidores dos casos mais complexos.

No ponto, a coordenação do processo de triagem, pelo assessor, ou sob responsabilidade dele, é essencial. Adequado, pois, o estabelecimento de rotina para a permanente triagem, em especial dos embargos de declaração que ingressam no gabinete, destacando aqueles que visam apenas prequestionamento, de baixa complexidade por demandarem apenas a utilização de modelo predefinido, para pronto julgamento.

Igualmente importante continuar priorizando o julgamento das ações originárias, especialmente mandados de segurança e conflitos de competência e reclamações, bem como manter o controle periódico de feitos sem movimentação.

c) Pertinente checar a regularidade do acervo tanto quanto possível, especialmente no que concerne às suas fases e situação processual (em movimento/sobrestado), que

possam ocasionar a distorção de dados estatísticos, solicitando a sua imediata correção pelos órgãos de apoio.

d) No que se refere aos dados estatísticos, principal ferramenta de organização e controle do acervo, revela-se oportuno:

d1) formalizar expediente para submissão à Presidência, relatando os problemas detectados quanto à demora de lançamento de fases, para as providências que entender pertinentes junto à secretaria judiciária;

d2) formalizar expediente para submissão à Comissão Permanente de Informática do TRF3, com cópia à Corregedoria-Geral da Justiça Federal, relatando as inconsistências estatísticas apuradas, encaminhando cópia dos eventuais pedidos de correção formulados junto ao setor de TI, inclusive daqueles sem resposta, para análise e eventual consulta ao CNJ. No referido expediente, deverá noticiar os achados desta inspeção e encaminhar as dificuldades e sugestões apresentadas para fins de aprimoramento dos sistemas processuais para obtenção de melhores resultados, sem prejuízo a um alinhamento nacional de critérios de apuração de dados.

De fato, não existe gestão sem informação. O planejamento do trabalho pressupõe o conhecimento do acervo que, por sua vez, deve vir espelhado de forma fidedigna nos dados estatísticos.

Nesse sentido, o lançamento correto e tempestivo de fases e informações processuais, o uso correto das tabelas processuais unificadas e a ampla publicidade de seus conceitos (até para viabilizar a detecção de problemas para imediatas correções) são indispensáveis ao gestor.

A título de exemplo, no Processo n. 0007038-36.2011.403.6183, verificou-se que houve o trânsito em julgado em outubro de 2019 e petição de cumprimento do acórdão em 27/11/2019, sendo o feito concluso ao relator apenas em 27/2/2020.

Necessária a disponibilização de dados que permitam ao usuário verificar com clareza os totais de entradas (distribuídos, redistribuídos, reativados, para juízo de retratação, levantamento de baixa, retorno de sobrestados) e os totais de saídas (julgados, redistribuídos, baixados, sobrestados etc.). A disponibilização de tais dados aos usuários de forma alguma se contrapõe ao alinhamento ao glossário de movimentos do CNJ;

d3) encaminhar cópia dos expedientes também à Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça Federal para fins de juntada ao processo SEI da inspeção correspondente e eventual acompanhamento.

e) Caberá à unidade, ainda, cumprir as recomendações do item 11.

Cumprir recomendar a continuidade no processo de busca de constante aperfeiçoamento, bem como elogiar os esforços da equipe, uma vez que o gabinete, no período objeto da inspeção, foi o que mais julgou processos. De todo modo, como a

unidade, a despeito dos progressos alcançados, ainda tem números de processos em tramitação e de processos conclusos acima da mediana do conjunto representado pelas Turmas integrantes da 3ª Seção, e apresenta o 4º maior tempo médio do grupo, importante que sejam mantidos os esforços para a melhora dos referidos indicadores, sem prejuízo do enfrentamento – que já vem ocorrendo –, dos processos mais antigos.

Por fim, impõe-se registrar que as recomendações objeto deste relatório serão verificadas na próxima autoinspeção.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL THEREZINHA CAZERTA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Desembargadora Federal Therezinha Cazerta

2.2 Turma

8ª Turma / 3ª Seção

2.3 Competência

Previdenciário

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrada lotada no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Tendo exercido o cargo de Presidente desta Corte Regional, eleita conforme Ata da 277ª Sessão Plenária Extraordinária Administrativa para o biênio 2018 - 2020, realizada aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, termo de posse lavrado ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezoito, a Desembargadora Federal Therezinha Cazerta assumiu o acervo n. 30 (até então sob relatoria da Desembargadora Federal Marisa Santos), em 2 de março de 2020, com acervo de 6.529 processos judiciais conclusos pendentes de apreciação (Ato n. 2544). Em decorrência de remoção superveniente, assumiu o atual acervo, n. 27 (anteriormente sob relatoria da Desembargadora Federal Diva Malerbi), em 28 de abril de 2020, com total de, aproximadamente, 2.300 processos judiciais conclusos pendentes de apreciação (Ato 2625). O gabinete n. 30 passou à relatoria do Desembargador Federal Batista Gonçalves.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Desembargadora Federal Tânia Marangoni, de 4/10/2013 a 15/9/2019; Juiz Federal Alessandro Diaferia, convocado de 16/9/2019 a 1º/10/2019 (Ato n. 2243); Desembargadora Federal Diva Malerbi, de 2/10/2019 (Ato n. 2227) a 24/4/2020 (Ato n. 2618); Juíza Federal Leila Paiva Morrison convocada de 24/4/2020 a 27/4/2020 (Ato n. 2635).

3.4 Servidores responsáveis pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Paulo Roberto Serraglio Júnior, técnico judiciário, assessor da Desembargadora Federal Therezinha Cazerta, início da inspeção: 16/5/2020.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	5.580
Processos suspensos/sobrestados	212
Processos conclusos	3.017

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	5.580
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	4.496
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	3.017
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.654
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	212
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	79

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	63
IRDR	1
Conflitos de competência	21
Ações rescisórias	38
Outros	3

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	5.516
Recursos em ações civis públicas	4
Recursos em ações com preferência legal	791
Outros	4.716

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	5.516
Apelações cíveis	4.930
Agravos de instrumento	521
Outros	62

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	1
Inquéritos	1

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	85
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	82
Agravos legais/regimentais	12
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	12

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	313
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	5

4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos concluídos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	9	4	8
Distribuídos em 2014	-	5	1
Distribuídos em 2015	4	4	3
Distribuídos em 2016	26	10	4
Distribuídos em 2017	531	39	13
Distribuídos em 2018	379	604	67
Distribuídos em 2019	-	988	1.907
Distribuídos em 2020	-	-	1.042
Total	949	1.654	3.045

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como relator	2
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	5.980
Total de processos julgados	6.128
Total de processos baixados	3.975
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos – total de processos julgados)	-148
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos – total de processos baixados)	2.005

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	81
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	36
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	6.150
Processos julgados no ano anterior	5.087
Processos distribuídos no ano corrente	1.768

Processos julgados no ano corrente	1.363
------------------------------------	-------

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	-
Porcentagem de atendimento da meta	100,38%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	-
Porcentagem de atendimento da meta	117,92%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	555
Pendentes no último dia do mês anterior	4
Porcentagem de atendimento da meta	99,10%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.191
Pendentes no último dia do mês anterior	3
Porcentagem de atendimento da meta	117,15%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica ao 2º grau
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica ao 2º grau
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica ao 2º grau
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica ao 2º grau

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica
Processos baixados no ano anterior	Não se aplica
Processos julgados no ano anterior	Não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	Não se aplica
Processos baixados no ano corrente	Não se aplica
Processos julgados no ano corrente	Não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes em 31/12/2019	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	Não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	0
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1. Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim. Adotar as seguintes práticas, a serem verificadas na próxima autoinspeção: "a) cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3" (cumprir a Meta 1 do CNJ; e julgar, no prazo de 90 dias, os Processos n. 00110412920144036183 e n. 00428624420174039999); "b) priorizar o julgamento dos embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias; c) priorizar o julgamento dos processos com tutela provisória concedida pela relatora, por decisão monocrática, há mais de 90 dias; d) diminuir o tempo de lavratura de acórdãos, de modo que ele não seja superior a 10 dias após o respectivo julgamento do processo; e) envidar esforços para checar a regularidade do acervo, bem como para sanar eventuais inconsistências no respectivo controle, com o concurso dos órgãos técnicos do Tribunal; e f) Manter método de trabalho, que merece elogio."

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) 00110412920144036183 - foram julgados os embargos de declaração em 24/9/2018; 00428624420174039999 - foram julgados os embargos de declaração em 25/2/2019; b) os dados atuais indicam a existência de EDs e AIs com conclusão superior a 30 dias. Contudo, isso possivelmente se deve às mudanças sucessivas de relatoria do acervo e à digitalização dos feitos físicos; c) os dados atuais indicam que foram priorizados; d) o PJe tem recebido reiteradas melhorias, permitindo a lavratura dentro do prazo de 10 dias, mas ainda se trata de trabalho manual que demanda muito tempo em sessões com muitos itens; e) desde a assunção do acervo se busca realizar um trabalho de triagem e regularização das pendências, com apoio das áreas técnicas; f) as boas práticas do método de trabalho elogiado estão sendo adotadas pela nova gestão.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Mostra-se necessário adotar método de trabalho que permita o julgamento de número de processos maior que o distribuído. Necessário atentar para que embargos de declaração e agravos internos não permaneçam conclusos por muito tempo. Isso se pretende alcançar mediante um trabalho intenso de triagem, com céleres medidas de encaminhamento e acompanhamento rotineiro do acervo, em especial com o uso dos painéis de *Microsoft BI*.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Em 2019, a Meta 1 não foi cumprida (84,77% de cumprimento). Vê-se da análise dos gráficos estatísticos que os meses de menor produtividade coincidiram com as implementações da ação de digitalização do acervo físico. Pretende-se implantar plano de trabalho para permitir célere triagem dos feitos, distribuição às equipes responsáveis, com uso de métodos inovadores para julgar mais processos do que são distribuídos, em que pese a atuação ter sido prejudicada nos primeiros meses de gestão do acervo, em decorrência da pandemia.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Tendo passado a gerir o acervo há pouco tempo, a atual equipe da Dra. Therezinha constata que foram tomadas providências para continuidade do bom trabalho da equipe da Dra. Tânia Marangoni, antiga titular do acervo, que se aposentou, bem como pela equipe que se seguiu na gestão do acervo (Dra. Diva Malerbi), apesar de atuarem de maneiras distintas, o que é natural. Enfrentaram-se, ainda, as dificuldades da indispensável digitalização dos feitos físicos. Agora, com o retorno da Dra. Therezinha para a atividade-fim, após quase cinco anos na Administração, atuando com sistemas novos e em contexto de pandemia, pretende-se implementar as melhores e mais inovadoras práticas para reduzir o acervo pendente, atendendo-se a todas as metas e prioridades, bem como garantindo uma prestação jurisdicional célere e de qualidade.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
00078959120124036104	19/12/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico sobrestado (11/1/2018). Sobrestamento levantado para juízo de retratação (18/9/2019). Digitalizado (14/10/2019). Conclusos (25/11/2019). Fluxo no PJe regularizado. Localizado na tarefa "Preparar relatório e voto".		
00253172420184039999	7/12/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico sobrestado (7/1/2019). Sobrestamento levantado para digitalização (18/9/2019). Conclusos (25/11/2019). Localizado na tarefa "Preparar relatório e voto."		
00027341620164039999	28/11/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico sobrestado (20/3/2018). Levantado sobrestamento para digitalização. Digitalizado (14/12/2019). Fluxo no sistema PJe corrigido e autos remetidos ao gabinete em 22/1/2020. Tema 995 no STJ. Localizado na tarefa "Preparar relatório e voto".		
00421297820174039999	19/12/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo físico sobrestado (6/3/2019). Sobrestamento levantado para digitalização (12/2/2019). Conclusos (23/1/2020). Fluxo no PJe regularizado. Embargos de declaração. Localizado na tarefa "[Sessão - ED] - Preparar relatório e voto".		
50021318120184039999	19/3/2018	198 - Apelação Cível

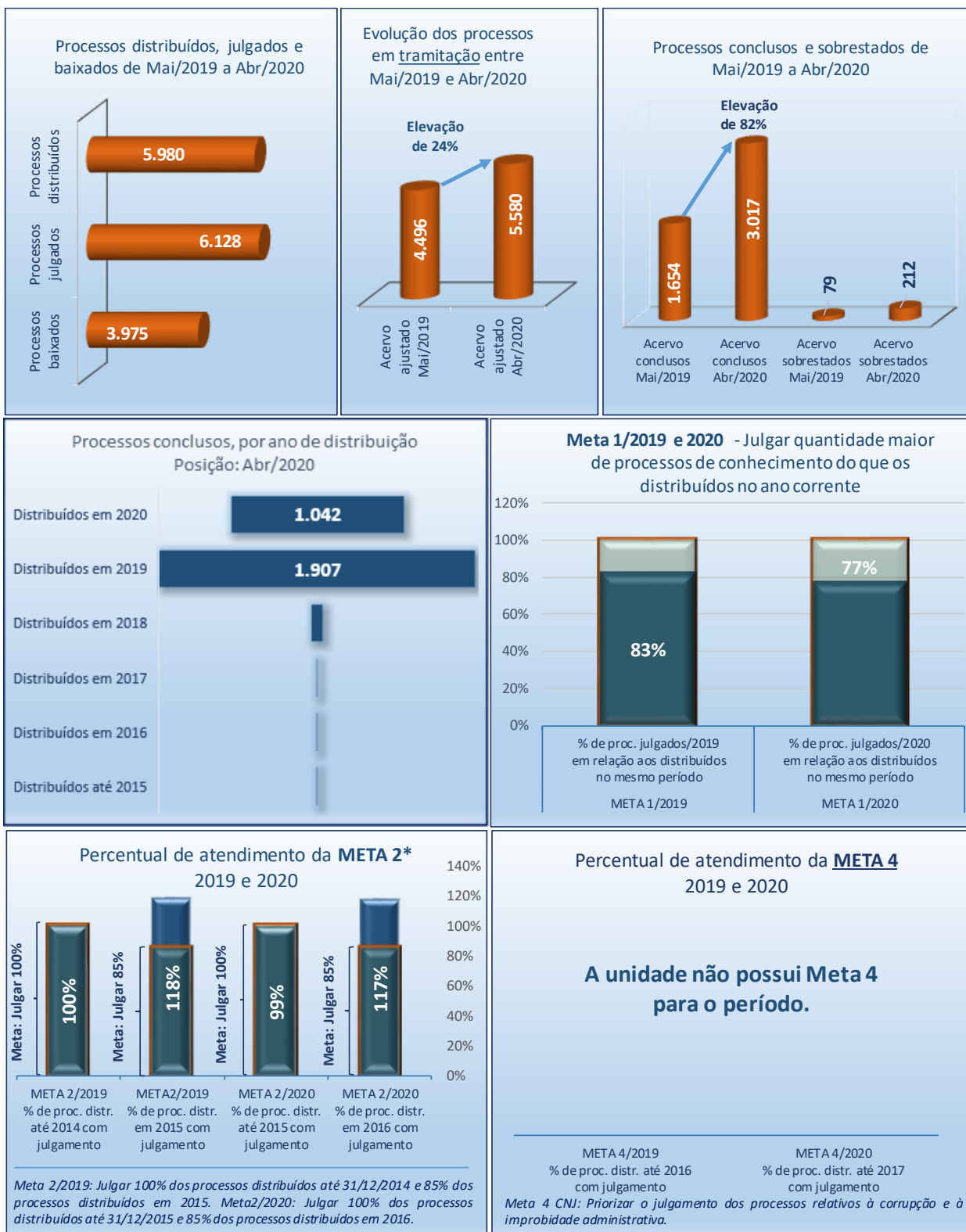
Observação/Providência: Processo sobrestado desde 21/3/2018. (Item repetido na listagem).		
50014405520184036123	7/6/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 11/5/2020. Localizado na Subsecretaria da 8ª Turma, na tarefa "[Sessão] - Preparar Intimação de acórdão".		
50033331120184036114	28/6/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Apelação em MS. Distribuído em 28/6/2019. Remetidos ao MPF para parecer, apresentado em 20/8/2019. Fluxo no PJe regularizado. Processo na tarefa "Preparar relatório e voto". Não há pedido de liminar ou antecipação de tutela a apreciar.		
50087867120184036183	20/5/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo distribuído em 20/5/2019. Conclusos em 9/9/2019. Fluxo no PJe regularizado. Não há pedido de liminar ou antecipação de tutela pendente de análise. Localizado na tarefa "Preparar relatório e voto".		
50022725220174036114	20/5/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso distribuído em 20/5/2019. Conclusos em 11/9/2019. Fluxo no PJe regularizado. Localizado na tarefa "Preparar relatório e voto". Não há pedido de liminar ou antecipação de tutela pendente de apreciação.		
50027957820194039999	12/9/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Apelação distribuída em 12/9/2019. Fluxo no PJe regularizado. Localizado em sessão - Preparar relatório e voto. Não há pedido de efeito suspensivo ou liminar pendente de análise.		
50063369220174036183	21/5/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo distribuído em 21/5/2019. Conclusos em 12/9/2019. Fluxo regularizado no PJe. Não há pedido de efeito suspensivo ou liminar a ser apreciado. Localizado na tarefa "Preparar relatório e voto".		
50028226120194039999	13/9/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da sessão de 22/6/2020. Não há pedido liminar ou antecipação de tutela a apreciar.		
00387012119994039999	4/3/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado em 3/9/2019. Conclusos em 14/11/2019. Incluído em pauta de julgamento de 6/4/2020. Sessão redesignada para 1º/6/2020. Processo incluído em pauta para 1º/6/2020, 14h, sala de sessão da 8ª Turma.		
50032304020184036102	15/3/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento da sessão de 6/4/2020, redesignada para 1º/6/2020.		
50056817420194030000	11/3/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído na pauta de julgamento da sessão de 27/4/2020. Retirado de pauta. Localizado na tarefa "Preparar relatório e voto" para adequação ao entendimento da desembargadora federal relatora.		
53754723320194039999	16/3/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em sessão de 11/5/2020. Localizado na Subsecretaria da 8ª Turma na tarefa [Sessão] "Preparar intimação de acórdão".		
00369775920114039999	26/6/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Apelação julgada monocraticamente em 28/11/2019. Interposto agravo interno, foram apresentadas contrarrazões (12/3/2019). O feito foi incluído em pauta na sessão de 27/4/2020. Retirado de pauta. Processo localizado na tarefa "Preparar relatório e voto", para adequação ao entendimento da atual relatora.		
56785600620194039999	24/5/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído para julgamento na pauta da sessão de 6/4/2020, redesignada para 1º/6/2020. Aguarda julgamento.		

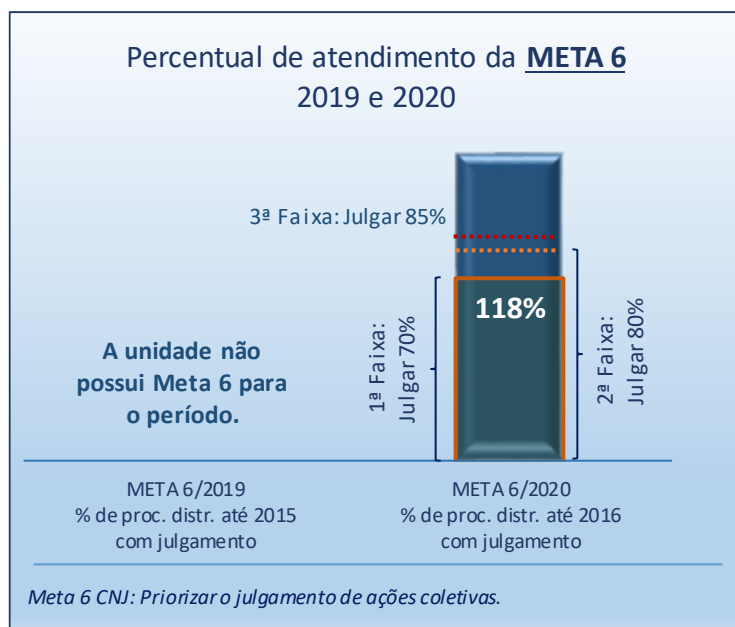
50309640220194030000	28/11/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo distribuído em 28/11/2019. Redistribuído para relatora em 3/12/2019. Conclusos. Fluxo no PJe regularizado. Foi dado vista ao INSS. A apelação, no processo principal, foi incluída pra julgamento na sessão de 22/6/2020. (Item repetido nesta lista).		
00007035220184039999	10/1/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Fluxo no PJe corrigido. Incluído na sessão de 6/4/2020, redesignada para 1º/6/2020. Localizado na tarefa "[ED] Aguardando sessão".		
00017644520184039999	16/1/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico digitalizado (8/8/2019). Conclusos (12/8/2019). Peticionamentos solicitando prioridade (12/3/2020 e 24/4/2020). Embargos de declaração pendentes de julgamento. Fluxo no PJe corrigido. Localizado na tarefa "[Sessão - ED] - Preparar relatório e voto".		
00380375720174039999	21/11/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo físico sobrestado em 23/8/2018. Levantado o sobrestamento e digitalizado (13/12/2019). Conclusos em 7/2/2020. Embargos de declaração a serem apreciados. Processo localizado na tarefa "[Sessão - ED] Preparar relatório e voto".		
00122525920184039999	2/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico sobrestado (29/8/2018). Sobrestamento levantado para digitalização (13/12/2019). Fluxo corrigido no PJe. Conclusos (26/3/2020). Embargos de declaração. Localizado na tarefa "[Sessão - ED] - Preparar relatório e voto."		
50002668420184036131	16/4/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Convertido em diligência (7/1/2019). Processo remetido à Seção de Cálculos - analisar embargos de declaração. Informações prestadas (23/9/2019). Dado vista às partes (30/9/2019 e 29/10/2019). Fluxo no PJe regularizado. Conclusos (18/12/2019). Será apresentado na sessão de julgamento de 6/7/2020.		
50081288120174036183	12/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado (1º/4/2019). Sobrestamento levantado em 10/12/2019. Fluxo no PJe regularizado. Embargos de declaração. Localizado na tarefa "[Sessão - ED] - Preparar relatório e voto".		
5000879-43.2018.4.03.9999	9/2/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado desde 19/3/2018.		
5002131-81.2018.4.03.9999	19/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso desde 21/3/18. (Item repetido na listagem)		
5000242-16.2018.4.03.6112	6/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado desde 20/4/2018.		
5005103-24.2018.4.03.9999	5/9/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado desde 14/9/2018.		
5005753-71.2018.4.03.9999	30/10/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado desde 5/11/2018.		
5083118-07.2018.4.03.9999	7/12/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Preferida decisão monocrática (3/4/2020, Desembargadora Federal Diva Malerbi). Negado provimento ao recurso. Disponibilizada no DJE 16/4/2020. Prazo recursal em aberto para as partes.		
5062670-13.2018.4.03.9999	19/10/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Competência delegada. Remetido sem as mídias (19/10/2018, Id. 7324290). Mídias requeridas em despacho (7/1/2019). Arquivos digitais recebidos e juntados ao processo. Conclusos para decisão (19/3/2019). Localizado na tarefa "Preparar relatório e voto".		

5216962-19.2019.4.03.9999	12/2/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Competência delegada. Problemas na remessa ao TRF3. Recebido e distribuído em 12/2/2019. Despacho para retirar anotação de "processo sigiloso" (25/3/2019). Cumprido em 27/3/2019. Fluxo no PJe regularizado. Conclusos. Localizado na tarefa "Preparar relatório e voto".		
5375177-93.2019.4.03.9999	16/3/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Recurso distribuído em 16/3/2019. Distribuição retificada em 15/4/2019. Conclusos. Fluxo no PJe regularizado. Processo localizado na tarefa "Preparar relatório e voto".		
5392611-95.2019.4.03.9999	18/3/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso distribuído em 18/3/2019. Juntados documentos enviados em mídia (14/5/19). Conclusos. Fluxo no PJe regularizado. Processo localizado na tarefa "Preparar relatório e voto".		
5413999-54.2019.4.03.9999	23/3/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso distribuído em 23/3/2019. Promovida juntada de documentos remetidos em mídia (8/5/2019). Petição solicitando seja intimado o INSS a implementar o benefício, nos termos da antecipação de tutela concedida na sentença (17/6/2019). Fluxo no PJe regularizado. Determinada intimação do INSS.		
5483242-85.2019.4.03.9999	6/4/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso distribuído no tribunal em 6/4/2019. Redistribuído em 14/5/2019. Conclusos. Fluxo no PJe regularizado. Localizado na tarefa "Preparar relatório e voto".		
0013680-41.2015.4.03.6100	22/2/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico digitalizado no 1º grau. Apelação remetida ao TRF (22/2/2020). Redistribuído por prevenção (17/5/2019). Fluxo regularizado no PJe. Localizado na tarefa "Preparar relatório e voto".		
5499364-76.2019.4.03.9999	9/4/2019	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso distribuído em 9/4/2019. Conclusos em 22/5/2019. Fluxo no PJe regularizado. Processo localizado na tarefa "Preparar relatório e voto".		
0008212-12.2013.4.03.6183	1º/3/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico digitalizado pela parte em 1º grau. Remetido ao TRF em 1º/3/2019. Redistribuído por prevenção em 23/5/2019. Fluxo no PJe regularizado. Processo localizado na tarefa "Preparar relatório e voto".		
5511598-90.2019.4.03.9999	13/4/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para sessão de julgamento de 6/4/2020, que foi redesignada para 1º/6/2020.		
5010803-68.2019.4.03.0000	2/5/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Distribuído AI sem pedido liminar (2/5/2019). Intimadas as partes (27/5/2019). Conclusos (2/8/2019). Fluxo no PJe regularizado. Processo localizado na tarefa "Minutar relatório e voto".		
0005959-70.2008.4.03.6104	29/4/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O sistema de pesquisa do PJe informa que o processo está na pasta [digitalizado] - Triagem de processos digitalizados GAB (Gabinete 26/Desembargador). Na autuação consta Relator Desembargador Federal Newton de Lucca. Abrimos um chamado no Callcenter n. 10309644 para solucionar o problema.		
0000101-51.2019.4.03.0000	31/5/2019	46 - Restauração de Autos
Observação/Providência: Processo físico original destruído. Ação de Restauração de Autos digitalizada (30/7/19). Fluxo no PJe corrigido em 12/9/2019. Intimadas as partes para manifestação (19/9/2019). Conclusão (8/11/2019). Petição intercorrente (27/4/2020). Localizado em "Minutar ato judicial".		

0024142-83.2004.4.03.9999	18/8/2004	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico sobrestado (13/10/2014). Decisão da VP (retorno para juízo de retratação, 12/9/2019). Digitalizado (4/10/2019). Fluxo no sistema PJe corrigido e autos remetidos ao gabinete em 25/11/2019. Triado. Tarefa "[Sessão] - Preparar relatório e voto".		
0024027-91.2006.4.03.9999	3/8/2006	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico sobrestado (29/5/2013). Decisão da VP (retorno para juízo de retratação, 5/9/2019). Digitalizado (4/10/2019). Fluxo no sistema PJe corrigido e autos remetidos ao gabinete em 25/11/2019. Triado. Tarefa "[Sessão] Preparar relatório e voto".		
0004574-15.2006.4.03.6183	24/3/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico sobrestado (8/6/2015). Decisão da VP (retorno para juízo de retratação, 27/9/2019). Digitalizado (14/10/2019). Fluxo no sistema PJe corrigido e autos remetidos ao gabinete em 25/11/2019. Triado. Tarefa "[Sessão] Preparar relatório e voto".		
0009128-31.2009.4.03.6104	6/9/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico sobrestado (6/7/2015). Decisão da VP (retorno para juízo de retratação, 23/9/2019). Digitalizado (18/10/2019). Fluxo no sistema PJe corrigido e autos remetidos ao gabinete em 26/11/2019. Triado. Tarefa "[Sessão] Preparar relatório e voto".		
5028136-33.2019.4.03.0000	29/10/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo de competência da 3ª Seção. Julgado em 23/4/2020. Relatoria da Desembargadora Federal Diva Malerbi. Aguarda resposta a chamado aberto no callcenter n. 10296053 pelo então gabinete para possibilitar assinatura do inteiro teor no PJe, tendo em vista a sucessão de acervo.		
5030964-02.2019.4.03.0000	28/11/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo distribuído em 28/11/2019. Redistribuído para relatora em 3/12/2019. Conclusos. Fluxo no PJe regularizado. Foi dado vista ao INSS. A apelação, no processo principal, foi incluída pra julgamento na sessão de 22/6/2020. (Item repetido nesta lista).		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 47 processos selecionados, todos eram eletrônicos e foram inspecionados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar o processo em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

00078959120124036104	50033331120184036114	50087867120184036183
50022725220174036114	50027957820194039999	50063369220174036183
50032304020184036102	50056817420194030000	56785600620194039999
00017644520184039999	50002668420184036131	5062670-13.2018.4.03.9999
5216962-19.2019.4.03.9999	5392611-95.2019.4.03.9999	5413999-54.2019.4.03.9999
5483242-85.2019.4.03.9999	0013680-41.2015.4.03.6100	5499364-76.2019.4.03.9999
0008212-12.2013.4.03.6183	5010803-68.2019.4.03.0000	0005959-70.2008.4.03.6104
0024142-83.2004.4.03.9999	0024027-91.2006.4.03.9999	0004574-15.2006.4.03.6183
0009128-31.2009.4.03.6104	5375177-93.2019.4.03.9999	

b) regularizar a fase processual no sistema e/ou promover o andamento em até 10 dias:

00027341620164039999	00253172420184039999	00421297820174039999
00380375720174039999	00122525920184039999	50081288120174036183
0000101-51.2019.4.03.0000		

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A equipe da Corregedoria-Geral realizou entrevistas por meios eletrônicos com a Desembargadora Federal Therezinha Cazerta, com o Assessor Paulo Roberto Serraglio Júnior e com o Chefe de Gabinete Matheus Henrique de Paiva Carvalho, que se mostraram solícitos em relação a todos os questionamentos efetuados.

Inicialmente, houve o registro de que a desembargadora assumiu o atual acervo, n. 27 (anteriormente sob relatoria da Desembargadora Federal Diva Malerbi), em 28 de abril de 2020, com o total de, aproximadamente, 2.300 processos judiciais conclusos pendentes de apreciação (Ato 2625), após longo período afastada das atividades jurisdicionais em razão do regular exercício de cargos na Administração (dois anos e meio como Corregedora Regional e dois anos como Presidente do TRF3).

O retorno à atividade-fim deu-se em contexto marcado não apenas pela consolidação de novo sistema de tramitação processual eletrônico PJe (demandando natural fase de adaptação, inclusive dos servidores, igualmente afastados da atividade de gabinete há anos, e anteriormente acostumados a processamento de feitos físicos em sistemas processuais legados), mas também de pandemia causada pela Covid-19, que impôs distanciamento social e adequações a outras ferramentas eletrônicas para atuação a distância, permitindo a coordenação da equipe, a preparação de minutas, a análise de processos e a realização de sessões virtuais ou eletrônicas de julgamento.

Foi mencionado que, afora a atuação perante a 8ª Turma e a 3ª Seção, a magistrada compõe o Órgão Especial do Tribunal e foi designada para, no biênio 2020-2022, assumir a Diretoria da Escola de Magistrados da 3ª Região – EMAG, demandando intensa dedicação à relevante função, desempenhada sem prejuízo de quaisquer de suas atribuições jurisdicionais.

Desse modo, a desembargadora fixou, juntamente com os servidores, um plano de trabalho baseado, inicialmente, na triagem dos acervos, para conhecimento das questões mais prementes e com maior recorrência, com distribuição inicial de tarefas às equipes recém-formadas, em especial para tratamento às prioridades legais de atuação.

Em observância ao art. 12 do Código de Processo Civil (que, ao estabelecer a observância à ordem cronológica de conclusão, estipula, entre as exceções, as preferências legais e as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça), criou-se plano para julgamento dos feitos mais antigos e dos que gozam de prioridade. Foi salientado que a matéria previdenciária e assistencial de competência da 3ª Seção, por sua própria natureza, impõe distribuição mensal de grande monta e envolve jurisdicionados que, em regra, se inserem nos quesitos de priorização, como idosos, pessoas com deficiência ou portadores de enfermidades, afetando, assim, significativa parcela do acervo.

No que concerne à organização da unidade, apurou-se que a equipe é composta por dezessete servidores e, em razão da pandemia, nenhum estagiário tem prestado apoio (estavam em processo de contratação). Desses, dois servidores ocupam o cargo de agente de segurança, não atuando em atividade-fim. Os demais quinze servidores atuam, sem exceção, na atividade-fim, sem prejuízo de atribuições administrativas (atividade-meio) exercidas por um servidor, em apoio à chefia de gabinete (há outra servidora em treinamento para tanto, de modo a evitar paralisação de atividades). Os servidores são distribuídos em subequipes, por matéria ou natureza da ação, sendo que

alguns transitam por mais de uma equipe, em razão da experiência acumulada e conhecimento adquirido.

A assessoria (CJ-3) e a chefia de gabinete (CJ-2) da desembargadora federal atuam no apoio direto à magistrada e no atendimento às partes e advogados, bem como na análise e preparação das pautas de julgamento do Órgão Especial e Plenário, da 3ª Seção e da 8ª Turma. As atividades administrativas (frequência de servidores, férias, patrimônio, controle de expedientes administrativos e caixa de e-mail institucional etc.) e as relacionadas à triagem de processos e administração do acervo são centralizadas na chefia de gabinete, que conta com o apoio de um servidor com vasta experiência (ocupante de FC-4). A assessoria coordena, sob supervisão direta da magistrada e com o apoio da chefia de gabinete, toda a parte técnica e jurídica do gabinete, incluindo a elaboração de textos e minutas, com a submissão à desembargadora federal e controle de aprovação; o acompanhamento das sessões de julgamento; a fixação de entendimentos e informação às equipes; a distribuição dos temas aos demais servidores atuantes na área-fim; a conferência das adaptações realizadas a partir dos materiais disponibilizados e outras atividades inerentes. Os casos mais sensíveis e de maior complexidade, em geral, são minutados pelo assessor II (FC-6), que centraliza, igualmente, as atividades do setor responsável pelos agravos de instrumento, sempre com orientação prévia e conferência da assessoria e chefia de gabinete. Entre os gestores e também entre as subequipes, a unidade procura observar o sistema de revisão por pares (*peer review*), de modo a reduzir a incidência de equívocos e diminuir a quantidade de embargos de declaração.

Os demais servidores são subdivididos em equipes por assunto ou por natureza, de acordo com critério de quantidade de acervo/distribuição e relevância/sensibilidade da matéria/ação, abarcando, entre outros temas: tempo de serviço; idade rural; benefícios por incapacidade; pensão por morte e benefício assistencial; agravo de instrumento; embargos de declaração e demais assuntos. Dentro de cada equipe, a orientação é selecionar os processos por critérios de antiguidade e de atendimento a metas do CNJ.

Segundo informado, para fins de distribuição dos trabalhos, a intenção é a de que os servidores não fiquem especializados apenas em um assunto. Além disso, é necessário conhecer as características do acervo e o perfil dos servidores para colocá-los na(s) matéria(s) adequadas. Atualmente, foram destacados quatro servidores para minutarem tempo de serviço em geral, inclusive especial, dois para benefícios por incapacidade, três voltados para aposentadoria por idade rural, benefícios assistenciais e pensões, bem como três que se ocupam com tarefas administrativas e agravos de instrumento. No que se refere aos processos de competência do Órgão Especial e da 3ª Seção, são atribuições dos dois assessores e chefe de gabinete, sendo que o assessor II atua na parte do processamento das ações rescisórias. Todas as minutas passam pela revisão desses três servidores.

Tendo em vista o início das atividades já no contexto de pandemia, inicialmente os servidores de grupos de risco foram alocados em teletrabalho e, posteriormente, a quase totalidade dos servidores, incluindo a chefia de gabinete e a assessoria, passaram ao teletrabalho em regime integral. Há, atualmente, apenas um servidor que permanece comparecendo presencialmente, em horário reduzido, com autorização de ingresso com veículo próprio na garagem do edifício.

Como inexistia padrão de produtividade anteriormente a ser fixado como meta, bem como ainda não havendo entendimentos atualizados firmados pela desembargadora, não foram estabelecidas metas, mesmo porque parte dos temas necessitavam de pesquisa, com submissão à magistrada, adequação dos servidores às regras internas para proceder à confecção das minutas, as quais eram todas submetidas, nesse momento inicial, aos gestores e, na sequência, à magistrada. Ademais, os servidores, em razão do distanciamento social, com suspensão das aulas de filhos e demais questões de saúde e dificuldades de adaptação das rotinas, viram-se inicialmente com grande dificuldade para ofertar uma produtividade consistente.

O acompanhamento da produtividade é feito de acordo com as janelas de “peço dia” das sessões para inclusão em pauta de julgamento: é verificada a produtividade individual de cada servidor e de cada equipe, para avaliar quantos feitos foram disponibilizados para conferência e, após a aprovação da magistrada, para inclusão em pauta. Essa técnica de acompanhamento permite não apenas avaliar a produtividade dos servidores em si, mas também a sistemática fixada com a participação direta dos gestores no fluxo. Uma vez constatada baixa produtividade, são analisados os processos (para avaliação, por exemplo, de sua eventual complexidade diferenciada) e, individualmente ou em equipe, realizadas reuniões para avaliação e orientações. Foram realizadas já mudanças pontuais de atribuição na equipe até este momento, com redirecionamento de servidores a outras matérias, por exemplo, considerando o perfil de cada um ou mesmo a característica do acervo.

No que concerne à triagem dos feitos, foi informado que o gabinete não recebeu processos físicos, até este momento, seja porque houve a digitalização da integralidade do acervo no ano anterior, seja por conta da suspensão das atividades presenciais e do andamento dos processos físicos. Não obstante, fixado fluxo em que todos os processos físicos que ingressem no gabinete devem ser encaminhados ao chefe de gabinete, a quem incumbe a triagem inicial, com eventual direcionamento às providências necessárias. Os processos eletrônicos ingressam via PJe, nas unidades em que atua a magistrada (Órgão Especial, 3ª Seção e 8ª Turma), bem como via SEI (Órgão Especial e Plenário). São provenientes de outros gabinetes ou da UFOR (para avaliação de prevenção); da distribuição (triagem padrão); da unidade processante (subsecretaria) e das sessões de julgamento (votos-vista, declarações de voto etc.).

Nos primeiros dias, na ocasião da assunção do acervo pela desembargadora federal, foi realizado esforço concentrado, contando com a colaboração de grande parte

dos servidores, para fazer a triagem de todos os processos que não haviam sido ainda objeto de análise inicial pela equipe da anterior titular do acervo. Após, foi estabelecido fluxo de triagem dos feitos do Órgão Especial e da 3ª Seção, de responsabilidade dos gestores, e dos processos em geral da 8ª Turma, atividade sob incumbência de subequipe inicialmente composta por dois servidores e que logo acabou recebendo o reforço de mais um funcionário. A equipe é orientada a triar os processos em geral ao menos uma vez por semana, enquanto a triagem dos agravos de instrumento deve ser feita todos os dias. Todos os processos recebem etiqueta própria, ferramenta do sistema PJe que permite a sua identificação e o agrupamento, em geral por tema e, também, considerando o fluxo do processo. Os embargos de declaração são de responsabilidade do servidor que minutou o voto ou a decisão embargada. Os declaratórios opostos contra decisões dos relatores que eram titulares do acervo são atualmente objeto de esforço concentrado por subequipe formada especialmente para essa finalidade.

Quanto à organização, os processos físicos, quando ingressarem, serão organizados em armários, com localizações próprias, individualizadas por prateleiras, enquanto não forem digitalizados.

Os embargos de declaração contra acórdãos contam com pasta própria no sistema PJe (“[SESSÃO - ED] PREPARAR RELATÓRIO E VOTO”); já os opostos contra decisões monocráticas recebem a etiqueta identificadora e são remetidos para a pasta “MINUTAR ATO JUDICIAL”.

Os demais processos não possuem pastas próprias, como agravos internos ou agravos de instrumento, de modo que são todos remetidos, após triagem e etiquetagem, para as pastas “[SESSÃO] PREPARAR RELATÓRIO E VOTO” e “MINUTAR ATO JUDICIAL”. Os servidores de cada equipe, então, usando os filtros que o sistema oferece, buscam ali os processos para atuarem.

O controle do acervo ocorre por meio de novos painéis de acompanhamento estatístico de acervo, em sistema BI (*Business Intelligence*), com separação de processos a serem enfrentados com prioridade.

Semanalmente os gestores avaliam os processos informados pela equipe de agravo de instrumento, para controle da regular apreciação de pedidos urgentes, bem como a entrada de embargos de declaração. Está sendo implementado meio para controlar os processos remetidos a outros setores, solicitando-se apoio da subsecretaria processante correspondente, em especial quanto a processos baixados em diligência para o 1º grau. Ainda, quanto às urgências, há acompanhamento constante da caixa de e-mails institucionais, com separação e indicação à equipe responsável para avaliação de eventuais pleitos, com posterior submissão à magistrada.

Com a consolidação dos fluxos e do trabalho das equipes, bem como à vista da ferramenta de BI, oferecida pela Administração, o controle dos feitos sem movimentação será implementado pela chefia de gabinete, com apoio da assessoria e

acompanhamento direto da desembargadora federal, com avaliação mensal da antiguidade dos processos no acervo.

O gabinete possui metas individuais (em estudo) e coletivas de produtividade. A meta coletiva inicialmente estabelecida é a de vencer, mensalmente, a elevada distribuição (cerca de 480 processos por mês), bem como, dentro do prazo de seis meses a um ano, atingir padrão de produtividade que permita, mais adiante, reduzir o acervo até que se alcance o patamar de trabalhar com a distribuição mensal.

As metas individuais estão sendo estudadas e serão estabelecidas pelos gestores, com prévio conhecimento e sob orientação direta da desembargadora federal, a partir da avaliação da produtividade nesses primeiros meses de trabalho da equipe, com a consolidação dos entendimentos, adaptação dos servidores ao teletrabalho etc.

Em razão da ausência de metas individuais, pelo momento, a unidade não estabeleceu política de recompensas, tema ainda a ser avaliado pela desembargadora federal.

Os feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ possuem tratamento específico. Como já mencionado, em observância ao art. 12 do Código de Processo Civil (que, ao estabelecer a observância à ordem cronológica de conclusão, estipula, entre as exceções, as preferências legais e as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça), criou-se plano para julgamento dos feitos mais antigos e dos que gozam de prioridade. Foi salientado que a matéria previdenciária e assistencial de competência da 3ª Seção, por sua própria natureza, impõe distribuição mensal de grande monta e envolve jurisdicionados que, em regra, se inserem nos quesitos de priorização, como idosos, pessoas com deficiência ou portadores de enfermidades, afetando, assim, significativa parcela do acervo.

Na data da entrevista, foi referido que o gabinete possuía 79 agravos de instrumento conclusos, dos quais 25 já minutados.

A aplicabilidade de decisões terminativas tem sido objeto de estudo junto aos demais gabinetes da Turma e da Seção, de modo a identificar temas que sejam passíveis de decisões monocráticas por parte dos relatores, nos termos previstos no CPC. O gabinete ainda não fez uso de decisões terminativas, mas há perspectiva de implementar a sistemática em questão para o julgamento, por exemplo, de conflitos de competência em que a matéria sob discussão esteja sumulada no âmbito das Cortes superiores ou mesmo do próprio Tribunal.

Os entendimentos da magistrada são formalizados em textos padrão, para ciência de toda a equipe e orientação, para análise dos processos e preparação de minutas. Tais textos podem ser usados, estando disponíveis no aplicativo *Microsoft Teams* e na pasta da rede interna do Tribunal, devendo ser aplicados com as necessárias modificações caso a caso, após sendo submetidos a conferência da assessoria e da chefia de gabinete.

Em relação à capacitação, desde o início dos trabalhos, todos os servidores da equipe foram incentivados a realizar cursos para capacitação tanto nas ferramentas tecnológicas (especialmente o PJe, mediante cursos personalizados oferecidos pela Administração) quanto em matéria previdenciária e processual civil.

Segundo dados estatísticos disponíveis, o acervo de feitos sobrestados totalizou, para o mês de maio de 2020, 212 processos (sendo 140 eletrônicos e 72 físicos), referentes às mais variadas matérias. Parte do plano de trabalho fixado para o gabinete é, dentro dos próximos meses, avaliar todos os feitos suspensos para verificar eventual aplicabilidade de temas consolidados, bem como para permitir a criação de um documento interno que viabilize maior controle, haja vista os dados estatísticos do PJe não oferecerem tal possibilidade.

Sobre as matérias que têm sido objeto atual de determinação de sobrestamento, periodicamente, o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes da Vice-Presidência do TRF3 remete comunicação eletrônica a todos os gabinetes, contendo boletim em que informa os temas e matérias em que se tem determinação das Cortes superiores para sobrestamento (ou para levantamento de sobrestamento). Na página da internet do Tribunal, consta tabela onde estão descritos e detalhados todos os temas previdenciários, consolidando as informações dos boletins, a qual é consultada sempre que preciso avaliar eventual necessidade de suspensão ou levantamento.

A título de exemplo, foi citada recente decisão (28/5/2020) do STJ no RE no REsp 1596203 que, admitindo recurso extraordinário, determinou sobrestamento acerca do tema comumente chamado “revisão para a vida toda” (“aplicação da regra definitiva do art. 29, incisos I e II, da Lei n. 8.213/1991 ou da regra de transição do art. 3º da Lei 9.876/1999”).

A propósito da Meta 3, foi informado que, em todos os processos em que exista possibilidade de acordo, especialmente naqueles em que há proposta por uma das partes, são as demais intimadas a se manifestarem. Nesse caso, o processo é remetido ao gabinete da conciliação, o qual, igualmente, por vezes solicita a remessa de processos para tentativa de acordo, sendo imediatamente atendidos.

O gabinete não recebeu qualquer tipo de auxílio entre maio/2019 a abril/2020.

Em relação aos processos com pedido de vista, a orientação da desembargadora federal é a que sejam levados na sessão seguinte. Até o momento, contudo, em razão da sucessão de acervo e de redesignações de sessões dos órgãos julgadores, decorrentes da pandemia, em múltiplas sessões por semana, restou inviabilizada a apresentação em sessão subsequente. Há atualmente, no acervo, dois pedidos de vista no âmbito da 8ª Turma (sessão de 8/6), afora os três pedidos de vista a serem apresentados no âmbito da 3ª Seção e outros três pedidos a serem apresentados no âmbito da 9ª Turma, estes casos em que se depende de convocação, por se tratar de

acervo atualmente sob relatoria de outros magistrados, com perspectiva de serem apresentados no próximo mês.

Durante a pandemia (Covid-19), o gabinete conta com um servidor que, por motivos de ordem pessoal, continua a atuar presencialmente nas dependências do TRF3. Todos os demais estão em teletrabalho, realizando reuniões rotineiras por meio do aplicativo *Microsoft Teams*, inclusive com a presença da desembargadora federal, bem como se organizando em grupos de WhatsApp para cada equipe e contando com o e-mail institucional para comunicação de documentos e minutas.

O atendimento ao público se dá por e-mail e, quando solicitado, pela magistrada, por videoconferência. As sessões de julgamento têm sido realizadas virtualmente e, neste mês corrente, será realizada a primeira sessão por videoconferência, com sustentações orais.

A principal dificuldade enfrentada pela unidade está relacionada ao retorno à atividade-fim, em contexto de processo integralmente eletrônico e de distanciamento social (impondo o teletrabalho) causado pela pandemia, após muitos anos dedicados à Administração, tanto por parte da desembargadora federal quanto da quase totalidade da equipe. Todos se viram obrigados a adquirir equipamentos ou modificar estrutura em suas residências para poder continuar atuando, ao que se somam as questões individuais de saúde (especialmente mental) e as dificuldades domiciliares (filhos em aulas on-line, demandando atenção; impossibilidade de contratação de profissionais para apoio em tarefas domésticas etc.). Afora isso, a elevada distribuição característica da matéria previdenciária e o quadro incompleto de servidores tornam a alocação dos recursos humanos disponíveis tarefa complexa. Os gestores e a magistrada, em especial, têm atuado intensamente, com grande carga de trabalho neste momento inicial de retorno ao gabinete, causando significativos desgastes físico e mental. Por fim, apesar da disponibilização de variados recursos tecnológicos pela Administração, é complexa e, por vezes, desgastante a orientação da equipe exclusivamente a distância, sem o convívio com os colegas e a facilidade que a presença física traz para a apresentação de sugestões e novas soluções por parte da equipe.

Por fim, de modo a obter melhor desempenho das suas atividades, a unidade, questionada, ponderou que, apesar do contexto de restrições orçamentárias e de nomeações de novos servidores, seria aconselhável que se tivesse completado o quadro para a lotação ideal. Ainda, buscar uma sistemática que otimize ainda mais o relacionamento com os servidores, no dia a dia, a distância, neste instante em que o teletrabalho se impôs inevitavelmente a todos, pode ser de relevo, até mesmo para que tenham bem compreendida e possam tirar dúvidas acerca do tratamento específico às prioridades e às metas fixadas, mesmo que os gestores e a desembargadora federal, a todo o momento, se disponibilizem para todo o necessário.

13. OBSERVAÇÕES

No que concerne à dinâmica processual, em comparação à inspeção anterior, apurou-se que o acervo de processos conclusos no gabinete passou de 303 a 3.017, o que importou um aumento do seu número. Considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 1.654 feitos, e, no mês anterior à inspeção, eram 3.017.

Verificou-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 461, na última inspeção, para 85, segundo levantamento efetuado para esta inspeção. Destes, há 82 embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias. O mesmo se diga quanto aos agravos legais/regimentais, que reduziram de 30 para 12 em relação à inspeção anterior, todos com conclusão superior a 30 dias. Quanto a esses incidentes, percebe-se que houve um melhor monitoramento por parte da unidade.

Na inspeção anterior, existiam seis processos com tutela provisória proferida há mais de 90 dias sem que tivessem sido levados para o exame do Colegiado. Esse número foi reduzido para cinco na inspeção atual.

Além disso, a unidade possui quatro ações civis públicas, um IRDR, 521 agravos de instrumento, 791 recursos em ações com preferência legal, 21 conflitos de competência. Também há um feito originário criminal, de competência da Corte Especial, que tramita sob sigilo. Não há pedidos de vista pendentes de julgamento.

Houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente. Nesse sentido, foram julgados 6.128 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 5.980, ou seja, o número de julgados superou o número de distribuídos (Meta 1 do CNJ) em 148 feitos.

No tocante à Meta 3, o registro de conciliações é pouco expressivo.

Do quanto recomendado na inspeção anterior, com acompanhamento em processo SEI próprio da Corregedoria, sob n. 0002674-68.2019.4.90.8000, constatou-se que não remanescem pendências.

No exame dos processos objeto da presente inspeção, constatou-se demora de lançamento de fases processuais na subsecretaria, além de inconsistências estatísticas.

Pertinente, ainda, situar o gabinete no contexto das demais unidades da 3ª Seção:

TABELA 1: ESTATÍSTICAS DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E BAIXADOS NO PERÍODO DE MAIO/2019 a ABRIL/2020 (12 MESES)

ÓRGÃO		MAGISTRADOS	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	PROCESSOS JULGADOS	PROCESSOS BAIXADOS
TERCEIRA SEÇÃO	SÉTIMA TURMA	Gab. 22 - DF Inês Virgínia	5.787	7.080	2.956
		Gab. 23 - DF Toru Yamamoto	5.768	7.704	3.949
		Gab. 24 - DF Paulo Domingues	5.815	7.167	3.627
		Gab. 25 - DF Carlos Delgados	5.558	6.888	2.952
	OITAVA TURMA	Gab. 26 - DF Newton de Lucca	5.979	8.000	5.349
		Gab. 27 - DF Therezinha Cazerta	5.980	6.128	3.975
		Gab. 28 - DF David Dantas	5.896	7.277	4.948
		Gab. 29 - DF Luiz Stefanini	5.819	4.837	3.827
	NONA TURMA	Gab. 30 - DF Batista Gonçalves	5.870	5.205	3.538
		Gab. 31 - DF Daldice Santana	7.614	7.090	3.951
		Gab. 32 - Juiza Conv. Leila Paiva	5.765	7.227	4.031
		Gab. 33 - DF Gilberto Jordan	5.530	6.536	3.988
	DÉCIMA TURMA	Gab. 34 - DF Baptista Pereira	5.894	7.235	3.429
		Gab. 35 - DF Sergio Nascimento	6.022	6.374	4.022
		Gab. 36 - DF Lucia Ursoia	6.018	6.117	3.404
		Gab. 37 - DF Nelson Porfirio	5.790	7.516	4.122
	TOTAL GERAL			95.105	108.381

TABELA 2: ESTATÍSTICAS DE PROCESSOS CONCLUSOS, E EM TRAMITAÇÃO Nas inspeções de 2018 e 2020

ÓRGÃO		MAGISTRADOS	TRAMITAÇÃO Inspeção 2018	TRAMITAÇÃO Inspeção 2020	CONCLUSOS Inspeção 2018	CONCLUSOS Inspeção 2020
TERCEIRA SEÇÃO	SETIMA TURMA	Gab. 22 - DF Inês Virgínia	9.226	11.638	6.152	8.085
		Gab. 23 - DF Toru Yamamoto	8.266	8.266	4.117	4.628
		Gab. 24 - DF Paulo Domingues	12.298	14.038	9.170	10.341
		Gab. 25 - DF Carlos Delgado	17.972	19.421	14.477	13.714
	OITAVA TURMA	Gab. 26 - DF Newton de Lucca	10.554	10.601	7.479	7.129
		Gab. 27 - DF Therezinha Cazerta (Na Insp. 2018 era a DF Tânia M.)	3.221	5.580	303	3.017
		Gab. 28 - DF David Dantas	2.920	4.747	269	1.085
		Gab. 29 - DF Luiz Stefanini	10.972	13.248	8.516	11.103
	NONA TURMA	Gab. 30 - DF Batista Gonçalves (Na Insp. 2018 era a DF Mariza Santos)	7.280	10.859	4.964	8.496
		Gab. 31 - DF Daldice Santana	3.572	4.711	606	1.939
		Gab. 32 - Juiza Conv. Leila Paiva (Na Insp. 2018 era a DF Ana Pizarini)	12.817	15.704	10.267	12.823
		Gab. 33 - DF Gilberto Jordan	2.997	4.888	366	1.957
	DÉCIMA TURMA	Gab. 34 - DF Baptista Pereira	10.078	11.450	6.758	8.833
		Gab. 35 - DF Sergio Nascimento	2.990	5.754	478	3.443
		Gab. 36 - DF Lucia Ursoia	5.170	8.186	2.528	5.857
		Gab. 37 - DF Nelson Porfirio	6.396	6.142	3.437	3.869
	TOTAL GERAL			126.729	155.233	79.887

- Dados elaborados pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

Do exame da tabela acima, verifica-se que, em comparação às Turmas que integram a 3ª Seção do Tribunal, é o gabinete que possui o quarto menor acervo em tramitação, com 5.580 processos.

Tempo médio entre a distribuição e o 1º julgamento no TRF3 por gabinete da 3ª Seção

Seção	Unidade	Média em meses	Média em anos
3 Seção	GAB. 22 - DES.FED. INÊS VIRGÍNIA	17	1,39
	GAB. 23 - DES.FED. TORU YAMAMOTO	11	0,93
	GAB. 24 - DES.FED. PAULO DOMINGUES	25	2,09
	GAB. 25 - DES.FED. CARLOS DELGADO	43	3,59
	GAB. 26 - DES.FED. NEWTON DE LUCCA	22	1,87
	GAB. 27 - DES.FED. THEREZINHA CAZERTA	5	0,43
	GAB. 28 - DES.FED. DAVID DANTAS	4	0,34
	GAB. 29 - DES.FED. LUIZ STEFANINI	23	1,92
	GAB. 30 - DES.FED. BATISTA GONÇALVES	15	1,23
	GAB. 31 - DES.FED. DALDICE SANTANA	5	0,42
	GAB. 32 - JUIZA CONV. LEILA PAIVA	20	1,66
	GAB. 33 - DES.FED. GILBERTO JORDAN	5	0,41
	GAB. 34 - DES.FED. BAPTISTA PEREIRA	21	1,72
	GAB. 35 - DES.FED. SERGIO NASCIMENTO	6	0,52
	GAB. 36 - DES.FED. LUCIA URSAIA	12	0,96
	GAB. 37 - DES.FED. NELSON PORFIRIO	9	0,75
	Média da 3ª Seção		15

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região - BI

Junto ao sistema B.I., verifica-se que o tempo médio gasto pelo gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de cinco meses, enquanto que o tempo médio na 3ª Seção equivale a 15 meses (tabela imediatamente anterior). Trata-se de excelente indicador que deve ser mantido.

Frente às inconsistências constatadas ao longo da inspeção e a fim de melhor compreender a complexidade do acervo, a equipe da Corregedoria-Geral extraiu novos dados estatísticos junto ao sistema B.I., onde se verificou que, em 28/5/2020, a base de dados do repositório unificado foi reprocessada para aplicação de correções relativas à atualização das fases processuais, retroativamente a janeiro de 2018.

Solicitou-se, ainda, à Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos do Tribunal, o glossário do B.I, cumprindo transcrever sua versão resumida:

“I. Aba Distribuídos:

Distribuídos:

Processos Distribuídos Originários e Recursais:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento de distribuição ou recebimento da denúncia no período e que tenham sido classificados pelo Justiça em Números como processos originários criminais, originários não criminais, recursais criminais, recursais não criminais, cartas ou procedimentos investigatórios.

II. Aba Acervo:

Tramitação Líquida:

Casos Pendentes Originários e Recursais:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento de distribuição ou recebimento da denúncia ou foram reativados e até o final do período de referência não tenha recebido o movimento de sobrestamento ou baixa definitiva.

Sobrestado:

Total de suspensos e sobrestados:

– Seleciona os processos que tiveram o movimento de Arquivamento Provisório, Suspensão ou Sobrestamento e que posteriormente não receberam movimento de Levantamento do sobrestamento ou movimento que indique a ativação do processo (conclusão, decisão, julgamento, baixa definitiva, lavratura de acórdão, remessa em grau de recurso ou por incompetência e publicação).

Conclusos – Pendentes:

Processos com conclusão pendente e não sobrestados (Conclusão em aberto):

– Seleciona os processos em que foi incluído o movimento de conclusão ou de remessa da distribuição ao gabinete e que não receberam movimento de despacho, decisão ou julgamento ou outra que indique o julgamento (baixa definitiva, cancelamento de distribuição, convertido em diligência, julgamento em diligência, deliberado em sessão, publicação, intimação eletrônica, intimação em secretaria, lavratura de acórdão, trânsito em julgado ou Remessa em grau de recurso, em diligência, por devolução ao deprecante e por incompetência).

Tutela não apreciada – Conclusos há mais de 10 dias:

Processos com pedido de tutela não apreciado, conclusos há mais de 10 dias:

- Seleciona os processos em que consta registro de pedido de tutela nos dados do processo e não consta movimento que indique a apreciação da tutela;

- não estão sobrestados e que estão conclusos há mais de 10 dias.

Pendentes 1º Julgamento – Sem Sobrestados:

Processos ativos, pendentes de 1º julgamento:

– Seleciona os processos que receberam movimento de distribuição ou reativação, sem sobrestamento ou baixa posterior, em que não consta movimento processual que indique decisão terminativa ou julgamento;

– Desconsidera os processos que receberam movimento de cancelamento da distribuição, ou remessa em grau de recurso, por incompetência ou em diligência à origem.

Recursos Internos Pendentes – Conclusos:

Recursos internos conclusos:

– Processos que receberam o movimento de juntada de petição (tipos 41-agravo (inominado/legal), 49-embargos de declaração, 50-embargos infringentes, 66-recurso especial, 67-recurso extraordinário, 115-incidente de uniformização de jurisprudência, 200011-agravo); ou

– Receberam movimento de distribuição das classes (206-Agravo Regimental Cível, 208-Embargos infringentes, 216-Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade Cível, 233-Incidente de Uniformização de Jurisprudência, 421-Embargos infringentes e de Nulidade, 1208-Agravo Interno Cível, 1689-Embargo de Declaração Cível, 1729-Agravo Regimental Criminal);

– Tiveram o movimento de conclusão após o protocolo ou distribuição, sem identificação posterior de movimento de julgamento do recurso, baixa definitiva, cancelamento da distribuição ou conversão em diligência ou de sobrestamento.

Tutela Concedida – Conclusos há mais de 60 dias:

Processos com pedido de tutela deferido, sem julgamento posterior e conclusos há mais de 60 dias:

– Processos que tiveram o lançamento de movimento que indique o deferimento de tutela ou liminar e não tiveram movimento posterior que indique o julgamento ou não foram baixados e estão conclusos há mais de 60 dias.

Tutela Concedida – Conclusos há mais de 90 dias:

Processos com pedido de tutela deferido, sem julgamento posterior e conclusos há mais de 60 dias:

– Processos que tiveram o lançamento de movimento que indique o deferimento de tutela ou liminar e não tiveram movimento posterior que indique o julgamento ou não foram baixados e estão conclusos há mais de 90 dias.

Aba Baixados:

Baixados:

Total de baixados no período:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento baixa definitiva, cancelamento da distribuição, Remessas em grau de recurso, por devolução ao deprecante e por incompetência.

– São contabilizadas todas as baixas, independentemente de ser a 1ª e inclui todas as classes.

Aba Produtividade:

Total de Julgamentos:

– Apresentada o total de processos que receberam os movimentos de decisão ou julgamento, incluindo os recursos internos.

– No PJe, se o movimento estiver vinculado a um documento, considera apenas 1 movimento por documento. Se não estiver vinculado a documento, considera apenas 1 movimento por dia, a fim de evitar duplicidade, em razão dos procedimentos adotados pelos usuários.

– No SIAPRO, considera apenas 1 movimento por dia, em razão dos procedimentos adotados pelos usuários.

Recursos Internos Julgados:

– Contabiliza o total de julgamentos de Recursos Internos (Agravo (inominado/legal), Embargos de declaração, Embargos Infringentes, Incidente de uniformização de jurisprudência).

Julgamento Colegiado terminativo: são computadas as decisões proferidas em sessão colegiada;

Monocrático terminativo: são computadas as decisões proferidas pelo Desembargador Federal relator, de maneira monocrática, que extinguem o processo, com ou sem resolução do mérito, na forma da legislação processual;

Monocrática não terminativa: são computadas as decisões proferidas pelo Desembargador Federal relator, de maneira monocrática, que não extinguem o processo. (interlocutórias: tutela, liminar, prisão, incompetência)”.

A partir dessas informações, quanto aos novos dados apurados, na aba “Produtividade” do sistema B.I., no período de maio a dezembro de 2019, são computados 4.009 julgamentos, junto ao Colegiado, e 11 decisões monocráticas terminativas, enquanto, no período de janeiro a abril de 2020, são 1.642 julgamentos junto ao Colegiado e oito decisões monocráticas terminativas, totalizando 5.670 julgamentos de ordem terminativa.

Para o mesmo período, consta distribuição de 5.981 processos no referido sistema.

Já na aba “Acervo”, utilizando-se o filtro “Pendente 1º Julgamento, Sem Sobrestado”, parte-se de 2.460, em abril de 2019, e chega-se, em abril de 2020, com 3.625.

Porém, somando-se 2.460 aos 5.981 distribuídos, obtém-se 8.441, dos quais, deduzindo-se os 5.670 julgados, chega-se a 2.771 feitos pendentes de primeiro julgamento, e não 3.625, como consta na coluna de Abril/2020 da referida aba. Aliás, este último número se opõe ao número de processos conclusos no gabinete em

abril/2020, apontado, pelo sistema, como sendo de 3.017, pois, de regra, os feitos pendentes de primeiro julgamento devem se encontrar alocados no gabinete.

Aparentemente, há inconsistência interna no sistema, ou de ordem conceitual, a ser solvida pelo Tribunal, no sentido de conferir aos usuários uma ferramenta que lhes permita aferir, com segurança, os diversos nichos de trabalho para distribuição da sua força de trabalho.

Sob outro enfoque, mas ainda na aba “Produtividade” do sistema B.I., no período de janeiro/2019 a maio/2020, o gabinete produziu 7.770 decisões colegiadas terminativas e 35 decisões monocráticas terminativas, ou seja, julgou 7.805 feitos. No mesmo período, foram distribuídos 8.564 processos, o que retrata o esforço da equipe para alcançar a distribuição.

Vale mencionar que, para o aludido período, consta, na aba “Produtividade”, um “Total de Julgamentos” de 8.515, número que abrange embargos de declaração e agravos internos, como explicitado no glossário.

Do quanto apurado pela equipe da Corregedoria-Geral, registre-se que não há filtro de dados em relação aos processos remetidos para juízo de retratação, a despeito de já criado indicador na base de dados, o que também torna mais complexo o controle do acervo.

Outra questão que causa estranheza é o fato de o gabinete possuir, no mês de maio de 2020, um total de 4.171 processos pendentes de 1º julgamento, sem sobrestados, e 3.733 conclusos pendentes, o que só pode ser explicado a partir da demora de conclusão ao relator, fato que inviabiliza não só o controle do acervo por parte do gabinete como o próprio cumprimento da Meta 1.

A propósito, na inspeção anterior, no que concerne ao fluxo processual, apurou-se 4.255 processos distribuídos e 3.257 julgados, ocasião em que também o número de julgados foi inferior ao número de processos distribuídos.

Por fim, impõe-se registrar que, durante a entrevista, foi apontada significativa dificuldade na retomada da atividade-fim em momento de distanciamento social.

14. RECOMENDAÇÕES

Do quanto recomendado na inspeção anterior, não remanesce qualquer pendência.

Trata-se de equipe que retornou às atividades jurisdicionais recentemente, após quatro anos e meio atuando na administração do Tribunal. Possui, assim, tarefa desafiadora de se situar no acervo e nos entendimentos atuais, bem como de organização da dinâmica necessária ao seu enfrentamento.

Oportuno, pois, que sejam tomadas medidas para continuar o processo de regularização do acervo, sem prejuízo de outras que os gestores e a equipe reputarem recomendáveis.

Seguem medidas que podem ser adotadas para a continuidade do processo de evolução:

a) Recomendável seja estudada a possibilidade de reestruturação funcional do gabinete, mediante o aperfeiçoamento da definição das tarefas entre os servidores, com redistribuição das atividades a partir da especialização por matérias, bem ainda das preferências e facilidades apresentadas pelos servidores (que proporciona um aumento da produtividade).

Sugere-se um intercâmbio com outros gabinetes, ainda que por videoconferências, a fim de verificar estruturas alternativas, que contemplem uma vazão desejável no julgamento dos feitos.

Seria de grande valia a ampla participação de todos os servidores em cursos de Direito Previdenciário ofertados pelo Tribunal.

Recomendável, nesse sentido, estabelecer metas individuais diferenciadas para as diversas matérias, de acordo com o grau de dificuldade, mesclando, para cada uma delas, processos de menor complexidade (em maior número) e maior (em menor número). Tratando-se de processos simples/repetitivos, é possível aumentar significativamente a produtividade, sem ofensa ao art. 12 do CPC, já que a maior quantidade de feitos possui algum critério de preferência legal. De se ressaltar que, não constituindo desafio, as metas acabam não atingindo o objetivo.

b) Necessário, por outro lado, envidar esforços no sentido de manter reduzido o número de processos conclusos para o julgamento de embargos de declaração e agravo legal/regimental, sobretudo aqueles com prazo excedido, o que de resto já vem sendo efetuado pela unidade. No caso dos embargos de declaração, como se trata de processo já julgado, e, como em muitas situações a oposição se faz mais para fins de prequestionamento, o auxílio de estagiários, sob supervisão de um servidor detentor de CJ, permite ganho de escala. A preparação de minutas nos casos de embargos de declaração pode consistir nas metas dos estagiários, sob orientação de servidor, ocupando-se os servidores dos casos mais complexos.

No ponto, a coordenação do processo de triagem, pelo assessor, ou sob responsabilidade dele, é essencial. Adequado, pois, o estabelecimento de rotina para a permanente triagem, em especial dos embargos de declaração que ingressam no gabinete, destacando aqueles que visam apenas prequestionamento, de baixa complexidade por demandarem apenas a utilização de modelo predefinido, para pronto julgamento.

Igualmente importante continuar priorizando o julgamento das ações originárias, especialmente os conflitos de competência.

c) Aconselhável a promoção de estudos para a instituição de política de recompensas, vinculada ao atingimento de metas e alinhada ao planejamento estratégico da Justiça Federal. Nesse sentido, a busca pela efetiva redução do acervo (qualitativa e quantitativamente) pode contemplar recompensas atrativas que promovam a integração, adesão e comprometimento da equipe, à semelhança do que ocorre em outras unidades do Tribunal, com comprovado êxito.

d) Pertinente checar a regularidade do acervo tanto quanto possível, especialmente no que concerne às suas fases e situação processual (em movimento/sobrestado), que possam ocasionar a distorção de dados estatísticos, solicitando a sua imediata correção pelos órgãos de apoio.

e) No que se refere à capacitação, cabível formalizar expediente para submissão à EMAG e ao RH, relatando a grande necessidade do gabinete de se atualizar na área de Direito Previdenciário, consoante constatado nesta inspeção.

f) Caberá à unidade cumprir as recomendações do item 11 deste relatório.

O gabinete apresenta bons números se comparado com as demais unidades integrantes da 3ª Seção (3º menor tempo médio, 4º menor acervo de processos em tramitação e 4º menor acervo de processos conclusos). Cumpre, assim, recomendar a continuidade na busca de constante aperfeiçoamento dos trabalhos, bem como elogiar os esforços da equipe neste retorno à jurisdição.

Por fim, impõe-se registrar que as recomendações objeto deste relatório serão verificadas na próxima autoinspeção.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ STEFANINI

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1. Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Luiz Stefanini.

2.2 Turma

Oitava Turma

2.3 Competência

Processar e julgar os feitos relativos à Previdência e Assistência Social, excetuada a competência da Primeira Seção (Regimento Interno, art. 10, § 3º).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção):

Desembargador Federal Luiz de Lima Stefanini.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não houve remoção do magistrado nos últimos dois anos.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não houve outro magistrado responsável pelo órgão nos últimos 12 meses.

3.4 Servidores responsáveis pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Chefe de Gabinete: Rita Jacob Simas; Assessor: Marcelo Damasceno Silveira

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	3

Outros	0
--------	---

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*

Total em tramitação**	13.248
Processos suspensos/sobrestados	124
Processos conclusos	11.103
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	13.248
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	11.725
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	11.103
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	8.397
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	124
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	152

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Sim.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Sim, o critério foi separar os processos de execução, por ordem de antiguidade, pegando os mais antigos.
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Encaminhamos cerca de 500 processos para o auxílio, mas não há como precisar quantos foram efetivamente julgados.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Não temos como informar a evolução, os processos não foram julgados de uma só vez, foram incluídos em pautas diferentes, alguns foram adiados, retirados de pauta.

Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	141
Mandados de segurança	5
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	22
Reclamações	1
Ações rescisórias	107
Outros	6

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	13.107
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	9
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	1.520
Outros	11.472

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	13.107
Apelações cíveis	11.628
Agravos de instrumento	1.189
Outros	207

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0

Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Outros	1

4.10. Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	5 Ações Cíveis Públicas
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	505
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	497
Agravos legais/regimentais	267
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	257
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	1
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	1.272
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	28

4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos

	Processos concluídos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos até 2013	482	143	94
Distribuídos em 2014	515	218	113
Distribuídos em 2015	855	424	208
Distribuídos em 2016	1.537	841	566
Distribuídos em 2017	3.191	1.615	1.151
Distribuídos em 2018	1.015	3.569	2.458
Distribuídos em 2019	-	1.364	4.957
Distribuídos em 2020	-	-	1.378
Total	7.595	8.174	10.925

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	1
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	1

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como redator	182
Total como relator para o acórdão	1

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de processos distribuídos	5.819
Total de processos julgados	4.837
Total de processos baixados	3.827
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	982
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	1.992

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	114
Total de feitos não regularizados	24
Total de feitos verificados na inspeção anterior	187
Total de feitos não regularizados	12

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	6.170
Processos julgados no ano anterior	4.331

Processos distribuídos no ano corrente	1.606
Processos julgados no ano corrente	858

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	153
Porcentagem de atendimento da meta	97,92%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	117
Porcentagem de atendimento da meta	113,60%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015):

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	9.873
Pendentes no último dia do mês anterior	237
Porcentagem de atendimento da meta	97,60%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.031
Pendentes no último dia do mês anterior	452
Porcentagem de atendimento da meta	99,37%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	não se aplica ao 2º grau, segundo informado pelo setor de estatística.
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	não se aplica ao 2º grau, segundo informado pelo setor de estatística.
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	não se aplica ao 2º grau, segundo informado pelo setor de estatística.
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	não se aplica ao 2º grau, segundo informado pelo setor de estatística.

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes em 31/12/2019	1
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes no último dia do mês anterior	1
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 - Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019

Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	0
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO**6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?**

a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3 (julgar os processos elencados nos itens); b) diversificar o rol das matérias enfrentadas pela unidade, a fim de que todas elas sejam analisadas pelo gabinete; c) dar andamento aos processos em que não houve movimentação desde a sua distribuição, principiando por aqueles com distribuição mais remota; d) julgar a totalidade dos processos relativos à Meta 2 do CNJ; e) reduzir o tempo de tramitação processual de todas as classes processuais, considerando-se a data de sua entrada no Tribunal até a data da lavratura do respectivo acórdão; f) priorizar o julgamento dos embargos de declaração, com especial atenção àqueles processos em que há conclusão superior a 30 dias; g) priorizar o julgamento dos processos com tutela provisória concedida por decisão monocrática, há mais de 90 dias; h) julgar os processos em que há apelação e remessa necessária em mandado de segurança, observando-se a celeridade própria dessa classe processual.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) Determinamos a análise e confecção de minutas dos processos inspecionados nos anos de 2018 e 2019, elencados nos itens 2 e 3; há pendências em relação a esses feitos, mas que estão sendo regularizadas; b) designamos servidores para analisar todas as matérias existentes no gabinete; c) e d) o foco foi e continua sendo julgar os feitos mais antigos, por ordem de distribuição; e), f), g), h) atualizar lembretes para que o prazo não seja ultrapassado; designamos, também, o assessor II para ajudar na análise das tutelas de evidência e agravos de instrumento.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Há pendências ainda a serem resolvidas; a maioria delas é relacionada a temas mais complexos e que demandam análise mais acurada pelos servidores junto à chefia, mas que já estão sendo paulatinamente supridas, com o estudo desses casos. Ademais, continuaremos mantendo o foco no julgamento dos feitos por ordem de distribuição (Meta 2), bem como em aumentar a produtividade, já que o quadro de servidores, que, em 2019, reduziu-se por conta da saída de quatro pessoas e mais a licença-maternidade de uma servidora, agora está se regularizando, faltando apenas uma vaga ainda em aberto a ser preenchida, daí por que aguardamos melhores resultados em 2020.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

As metas aplicáveis são: Meta 1/CNJ, Meta 2/CNJ e Meta 6/CNJ. As Metas 1 e 2 não foram integralmente cumpridas, mas o gabinete está focado tanto na melhoria de sua produtividade - que teve queda significativa em 2019 em razão da perda de quatro servidores e da concessão de licença-maternidade a uma servidora, quanto no julgamento dos feitos mais antigos, o que já vem sendo feito por todos os servidores. Nosso planejamento continua sendo manter a especialização dos servidores por matéria, a fim de melhorar a agilidade na confecção das minutas. Designou-se o assessor II para ajudar na análise das tutelas de evidência/urgência e nos agravos de instrumento. Em relação à Meta 6, consigna-se que as ações civis públicas existentes no gabinete estão no aguardo de julgamento de incidente de inconstitucionalidade pelo Órgão Especial do Tribunal, ainda não julgado até a presente data.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Boas práticas: a especialização dos servidores por matéria, a manutenção do *home office*, metas individuais e sua mensal fiscalização pela chefia, além do bom relacionamento com os gabinetes da Oitava Turma. Dificuldades: os processos mais antigos e com maior complexidade dificultam o cumprimento da meta pelos servidores. No ano de 2019, quatro servidores encerraram a lotação no gabinete, por diferentes motivos, o que resultou em diminuição da produtividade e conseqüente aumento do acervo, já que não houve reposição imediata destes e os servidores que preencheram as vagas demoraram um tempo para aprender a matéria. Além dos quatro servidores, uma servidora passou a maior parte dos meses de 2019 em licença-maternidade. Por fim, a digitalização dos autos faz com que o manuseio e estudo dos autos demande mais tempo quando comparado aos autos físicos.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

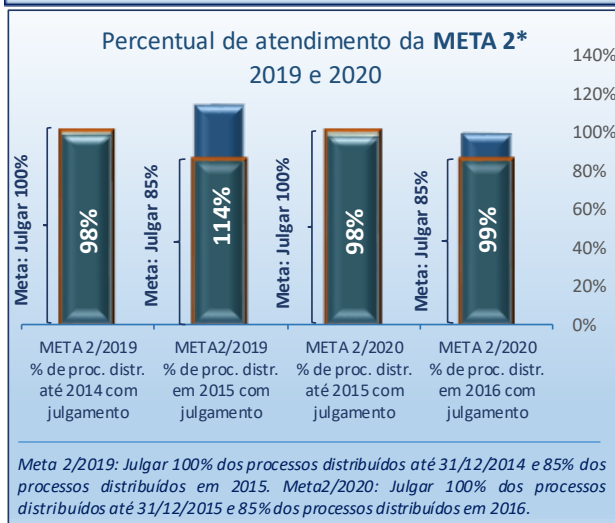
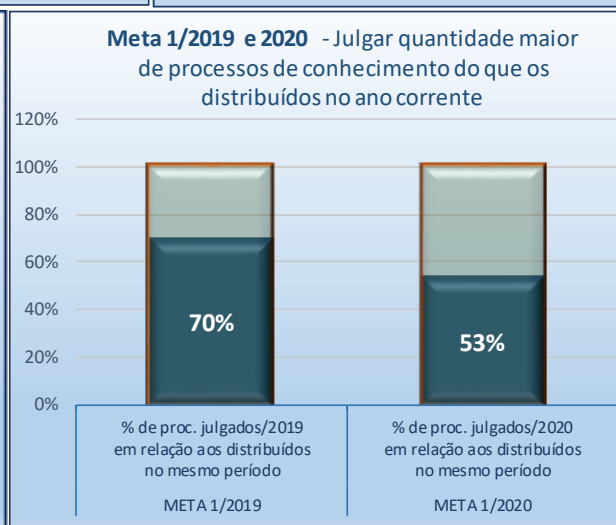
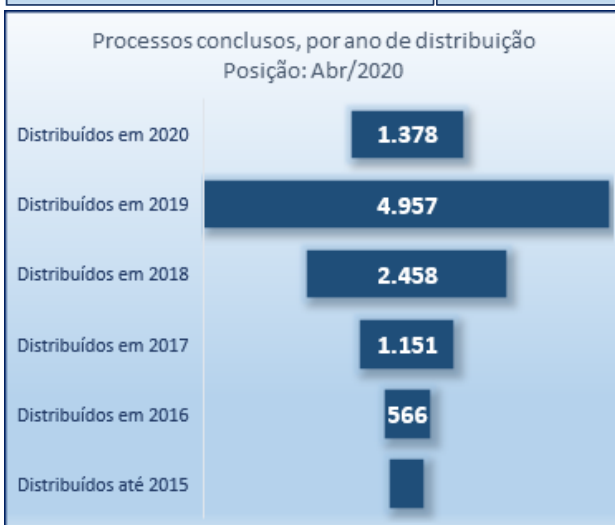
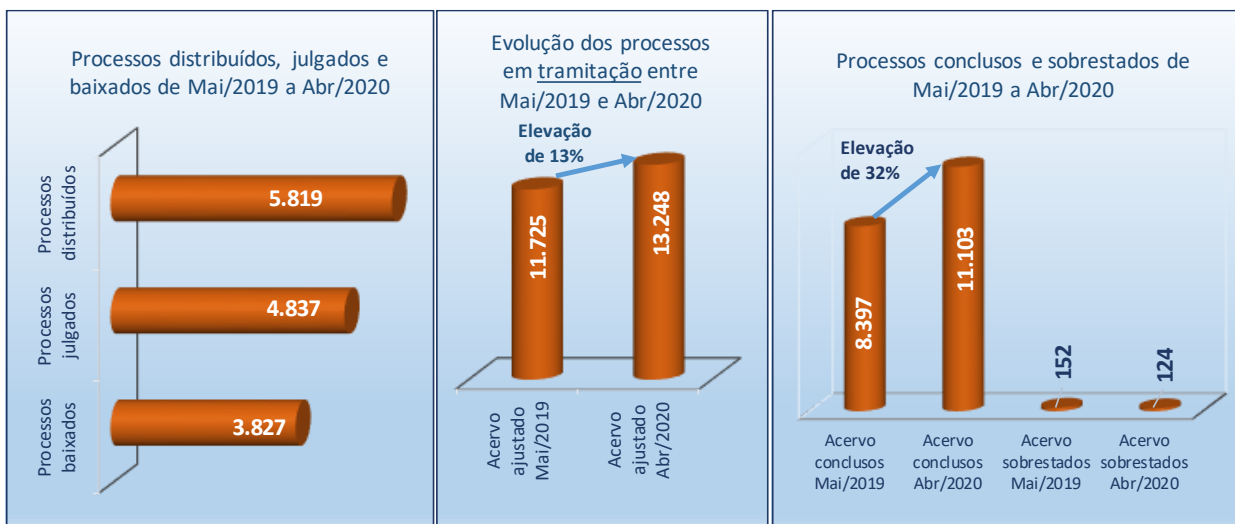
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
00056626320134036112	17/10/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito suspenso aguardando julgamento pelo STJ do Tema 995 - reafirmação da DER. Sobrestamento levantado em 9/12/2019. Embargos de declaração com minuta pronta. Convertido em diligência em 11/5/2020 para regularizar representação processual, por renúncia do advogado.		
00005264220084036183	23/5/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito suspenso em razão de pendência de julgamento pelo STJ de recurso repetitivo quanto à reafirmação da DER - Tema 995. Com o julgamento de referido Tema, os autos retornaram conclusos em 9/12/2019 para julgamento. Decisão monocrática terminativa proferida em 11/5/2020.		
00049352020124036119	30/8/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito estava suspenso desde 20/7/2018. Levantado o sobrestamento em 9/12/2019. Voto pronto para julgamento. Será incluído em pauta imediatamente.		
00082972720154036183	16/8/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo estava suspenso aguardando julgamento pelo STJ de tema repetitivo sobre a reafirmação da DER. Sobrestamento levantado em 9/12/2019. Embargos de declaração serão incluídos em pauta em breve. Minuta pronta.		
50000047820154039999	12/11/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 7/11/2018. Decisão publicada pela Turma em 4/5/2020.		
50001346820154039999	11/12/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 13/5/2020.		
50001399020154039999	11/12/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Voto pronto. Feito será incluído em pauta imediatamente.		
50001135820164039999	19/2/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão terminativa de mérito proferida em 13/5/2020.		
50001360420164039999	23/2/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Por despacho de 29/4/2020 foram requisitadas as mídias de audiência ao primeiro grau de jurisdição. Aguardando cumprimento da diligência. Será incluído em pauta assim que enviadas as mídias ao Tribunal.		
50001534020164039999	25/2/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Apelação julgada em 5/5/2020.		
00106658220104036183	5/12/2012	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo suspenso no aguardo do julgamento pelo STJ do Tema repetitivo 979. Tema ainda não julgado. Processo continuará suspenso.		
00137640920154030000	17/7/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Autos enviados à contadoria para parecer. Decisão monocrática proferida em 12/5/2020. Recurso prejudicado.		
50007231620174030000	14/2/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Voto pronto para julgamento. Será incluído em pauta em breve.		
00220801620174039999	17/7/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Voto pronto para julgamento. Será incluído em pauta imediatamente.		
00019185520074036117	15/10/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso em razão de arguição de inconstitucionalidade pendente de julgamento no Órgão Especial do Tribunal. Arguição distribuída no Órgão Especial em 7/8/2019, não julgada até o presente momento.		

00045800720154036183	28/9/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Agravo interno do INSS julgado na sessão de 27/4/2020. Aguardando publicação do acórdão pela Turma.		
0012433-65.2010.4.03.0000	5/5/2010	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Agravo de instrumento apensado à ação civil pública n. 0000500-51.2008.4.03.6116, suspensa em razão de arguição de inconstitucionalidade pendente de julgamento no Órgão Especial do Tribunal. Arguição distribuída no Órgão Especial em 7/8/2019, não julgada até o presente momento.		
0031906-03.2011.4.03.0000	14/10/2011	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: É um agravo de instrumento apensado à Ação Civil Pública n. 0004911-28.2011.4.03.6183, já julgada pelo Tribunal em 20/5/2019. Nesta última foi minutada decisão em embargos de declaração em 12/5/2020.		
0011726-11.2007.4.03.6109	26/3/2013	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo suspenso em razão de arguição de inconstitucionalidade pendente de julgamento no Órgão Especial do Tribunal. Arguição distribuída no Órgão Especial em 7/8/2019, não julgada até o presente momento.		
00225565420124030000	27/7/2012	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Cautelar apensada à ação civil pública n. 0000500-51.2008.4.03.6116, suspensa em razão de arguição de inconstitucionalidade pendente de julgamento no Órgão Especial do Tribunal. Arguição distribuída no Órgão Especial em 7/8/2019, não julgada até o presente momento.		
50313879320184030000	13/12/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Pedido analisado em 11/5/2020. Concedido efeito suspensivo à apelação.		
50030939420194030000	13/2/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Feito analisado em 11/5/2020. Pedido de efeito suspensivo deferido.		
50248005520184030000	4/10/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Autos encaminhados ao Desembargador Federal Nelson Porfírio para análise de prevenção. Autos devolvidos com despacho não reconhecendo a prevenção em 15/5/2020. Será dado andamento imediato ao feito.		
50156614520194030000	19/6/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Julgado extinto o incidente, sem resolução do mérito, em 11/5/2020.		
50060890220184030000	27/3/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Pedido analisado em 11/5/2020.		
50093365420194030000	16/4/2019	244 - Reclamação
Observação/Providência: Pedido analisado em 11/5/2020. Processo extinto sem resolução do mérito.		
50203019120194030000	9/8/2019	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Pedido analisado em 11/5/2020. Declinada a competência.		
50197140620184030000	16/8/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: O voto está pronto para julgamento. O feito será incluído em pauta imediatamente.		
00112633420114036140	4/9/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Voto pronto para julgamento. Feito será imediatamente incluído em pauta.		
00018113720144036126	30/11/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Minuta de embargos de declaração já confeccionada. Será incluído em pauta em breve.		
00331483620124039999	20/8/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso em 12/3/2020 no aguardo de julgamento pelo STJ do Tema repetitivo n. 979.		
0027157-74.2015.4.03.9999	13/7/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 13/5/2020 proferido despacho para intimação do Ministério Público Federal, em razão de a autora ter sido interdita e estar representada por sua irmã, nomeada curadora. Assim que retornar do MPF, será minutada decisão para pronto julgamento.		
0011202-73.2013.4.03.6183	20/7/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão monocrática terminativa proferida em 15/5/2020.		
5000051-52.2015.4.03.9999	17/11/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão monocrática terminativa proferida em 14/5/2020.		
5000066-21.2015.4.03.9999	23/11/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito já julgado em 7/11/2018. Decisão ainda não publicada. Foi solicitada à secretaria a publicação da decisão imediatamente.		
5000004-78.2015.4.03.9999	12/11/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 7/11/2018. Decisão publicada pela Turma em 4/5/2020.		
5000119-02.2015.4.03.9999	7/12/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão proferida em 12/5/2020 declinando da competência.		
5000134-68.2015.4.03.9999	11/12/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática terminativa em 13/5/2020.		
5000139-90.2015.4.03.9999	11/12/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Voto pronto. Feito será incluído em pauta imediatamente.		
0005425-73.2014.4.03.6183	7/12/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão monocrática terminativa proferida em 15/5/2020.		
0003231-71.2013.4.03.6107	11/12/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado por decisão monocrática em 14/5/2020.		
5000113-58.2016.4.03.9999	19/2/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão terminativa de mérito proferida em 13/5/2020.		
5000124-87.2016.4.03.9999	22/2/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Voto pronto. Feito será incluído em pauta imediatamente.		
5000136-04.2016.4.03.9999	23/2/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Por despacho de 29/4/2020, foram requisitadas as mídias de audiência ao primeiro grau de jurisdição. Aguardando cumprimento da diligência. Será incluído em pauta assim que enviadas as mídias ao Tribunal.		
5000153-40.2016.4.03.9999	25/2/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Apelação julgada em 5/5/2020.		
5000204-51.2016.4.03.9999	29/2/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Voto pronto. Feito será incluído em pauta imediatamente.		
5000130-94.2016.4.03.9999	22/2/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Apelação julgada em 5/5/2020.		
5000835-92.2016.4.03.9999	5/4/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com minuta de voto pronta. Aguardando inclusão em pauta, em breve.		
5002207-03.2016.4.03.0000	21/10/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Voto pronto para julgamento. Será incluído em pauta em breve.		
5002229-61.2016.4.03.0000	24/10/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Voto pronto para julgamento. Será incluído em pauta em breve.		

5000290-70.2016.4.03.6103	28/7/2017	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Voto pronto. Feito será incluído em pauta imediatamente.		
5000534-45.2017.4.03.6141	30/11/2017	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Decisão monocrática terminativa proferida em 13/5/2020.		
5006089-02.2018.4.03.0000	27/3/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Pedido analisado em 11/5/2020.		
0022556-54.2012.4.03.0000	27/7/2012	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Cautelar apensada à Ação Civil Pública n. 0000500-51.2008.4.03.6116, suspensa em razão de arguição de inconstitucionalidade pendente de julgamento no Órgão Especial do Tribunal. Arguição distribuída no Órgão Especial em 7/8/2019, não julgada até o presente momento.		
5024800-55.2018.4.03.0000	4/10/2018	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Autos encaminhados ao Desembargador Federal Nelson Porfírio para análise de prevenção. Autos devolvidos com despacho não reconhecendo a prevenção em 15/5/2020. Será dado andamento imediato ao feito.		
5031387-93.2018.4.03.0000	13/12/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Pedido analisado em 11/5/2020. Concedido efeito suspensivo à apelação.		
5003093-94.2019.4.03.0000	13/2/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Feito analisado em 11/5/2020. Pedido de efeito suspensivo deferido.		
5009336-54.2019.4.03.0000	16/4/2019	244 - Reclamação
Observação/Providência: Pedido analisado em 11/5/2020. Processo extinto sem resolução do mérito.		
0057073-81.2000.4.03.9999	26/3/2004	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo devolvido pela Vice-Presidência em 14/3/2019 para análise de possível retratação. Decisão de análise da retratação minutada em 12/5/2020.		
0002850-91.2003.4.03.6114	9/11/2006	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Devolvidos os autos da Vice-Presidência para eventual juízo de retratação, em face de recurso especial interposto pelo autor. Autos conclusos em 29/4/2019. O voto está pronto para julgamento. Será incluído em pauta em breve.		
0004555-70.2002.4.03.0000	20/2/2002	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Devolvidos os autos da Vice-Presidência para eventual juízo de retratação, em face de recurso especial interposto. Autos conclusos em 2/9/2019. Voto pronto para julgamento. Será incluído em pauta em breve.		
0024337-44.1999.4.03.9999	28/5/1999	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Autos devolvidos pela Vice-Presidência em 17/9/2019 para análise de juízo de retratação. Voto pronto para julgamento. Será incluído em pauta em breve.		
0062453-56.1998.4.03.9999	3/8/1998	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito incluído na pauta de julgamento de 8/6/2020.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 51 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, dois físicos e 49 eletrônicos.

Os processos físicos foram inspecionados com base no extrato de movimentação processual mediante consulta ao site do TRF3.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) regularizar o andamento e as fases processuais em até 10 dias:

0010665-82.2010.4.03.6183	0031906-03.2011.4.03.0000	5000153-40.2016.4.03.9999
5006089-02.2018.4.03.0000		

b) julgar o processo em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

0005662-63.2013.4.03.6112	0008297-27.2015.4.03.6183	0001918-55.2007.4.03.6117
0012433-65.2010.4.03.0000	0011726-11.2007.4.03.6109	5019714-06.2018.4.03.0000
0011263-34.2011.4.03.6140	0027157-74.2015.4.03.9999	5000119-02.2015.4.03.9999
0003231-71.2013.4.03.6107	5000136-04.2016.4.03.9999	5000130-94.2016.4.03.9999
5000835-92.2016.4.03.9999	0022556-54.2012.4.03.0000	0002850-91.2003.4.03.6114

c) examinar o pedido de liminar em até 10 dias: 5024800-55.2018.4.03.0000.

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Registre-se, inicialmente, que a equipe da Corregedoria-Geral realizou entrevistas, por meios eletrônicos, com Desembargador Federal Luiz Stefanini, com o Assessor Marcelo Damasceno Silveira e com a Chefe de Gabinete Rita Jacob Simas, que se mostraram solícitos em relação a todos os questionamentos efetuados.

Apurou-se que, atualmente, a unidade possui um servidor em atividade-meio e quatorze servidores em atividade-fim, além de uma vaga em aberto.

Assim que chegam ao gabinete, os processos são triados por servidor designado, que os etiqueta por assuntos. Para cada matéria, há, no mínimo, um servidor, distribuídos da seguinte forma:

- um servidor para execuções;
- um servidor para revisões;
- um servidor para pensão por morte;
- dois servidores para auxílio-doença e aposentadoria por invalidez;
- dois servidores para aposentadoria por idade;
- três servidores para aposentadorias especial e por tempo de serviço;

- dois servidores para agravos de instrumento, sendo um deles o Assessor II;

- o assessor é responsável pelas ações originárias, ações rescisórias, mandados de segurança originários, ações civis públicas e conflitos de competência, além da análise das pautas da turma e seção e do Órgão Especial, em caso de convocação. O assessor também é responsável pela coordenação processual e revisão dos trabalhos dos servidores, quando apresentadas dúvidas, bem como pela remessa das dúvidas ao desembargador, para deliberações;

- o assessor II atualmente está designado para as liminares e decisões de mérito nos agravos de instrumento; e

- a chefe de gabinete atua na área administrativa do gabinete, bem como na análise da pauta da Turma e controle de estatística junto ao assessor. É responsável ainda pela administração da agenda do desembargador.

Ordinariamente, sem considerar a excepcionalidade do momento em função da Covid-19, a unidade autoriza seis servidores a exercerem suas funções em regime de teletrabalho parcial, sob o seguinte formato: cinco servidores comparecem ao gabinete duas vezes por semana e um, uma vez por semana.

As metas são traçadas considerando os servidores que estão em teletrabalho, variando de acordo com a complexidade da matéria. Os servidores que trabalham apenas presencialmente possuem meta mensal 15% inferior, como determina resolução da Presidência do Tribunal. Assim, para as aposentadorias por tempo de contribuição ou especial, a meta é de três decisões de mérito por dia; para os benefícios por incapacidade e agravos de instrumento, a meta é de cinco decisões por dia; para as revisionais, tanto de índices quanto de tempo, também é de cinco por dia; para as execuções, é de três por dia. Para esse fim, não contam as minutas de embargos de declaração e agravos legais.

Todos os servidores encaminham relatório mensal de produtividade por e-mail, com os números de todos os processos minutados, sendo confrontados pelo assessor com os relatórios gerenciais do PJe e arquivados em pasta eletrônica própria. Caso não haja cumprimento da cota, o servidor volta ao trabalho exclusivamente presencial. Se muito baixa a produtividade, ou ruim o trabalho prestado, procuram conversar e orientar o servidor, mas caso não haja melhora em período de tempo razoável, encerram a lotação. Houve poucos casos em que isso foi necessário.

No que concerne à triagem dos feitos, foi informado que, atualmente, há somente processos eletrônicos no gabinete. A triagem é feita por um servidor designado, que os etiqueta por assuntos, sob a orientação do assessor e dos demais servidores de cada matéria respectiva.

Os processos eletrônicos estão localizados em tarefas. Recebem etiquetas por assunto, nome do servidor responsável pela matéria e outras informações relevantes para auxiliar na triagem de quem irá estudá-los.

O controle do acervo é feito mensalmente pelo assessor, mediante a análise da estatística oficial disponibilizada no site do Tribunal para verificar as alterações no acervo, o número de feitos que ingressaram, que foram baixados e julgados. As metas individuais de cada servidor são também mensalmente analisadas pelo assessor, por meio de planilhas que cada servidor o envia por e-mail com o número de cada processo minutado e com a espécie de decisão – se monocrática, voto, liminar etc.

Além disso, todos os servidores são orientados a triar os processos eletrônicos por antiguidade, a fim de ser dado cumprimento à Meta 2, existindo ferramenta no PJe que permite esse controle. O sistema possibilita, também, o controle dos feitos com prioridade legal, vindo da distribuição com uma seta na autuação, indicativa de tratar-se de prioridade. Quanto aos embargos de declaração, o próprio sistema identifica essa espécie recursal e, sendo corretamente lançada a fase pelo servidor da subsecretaria da Turma, o feito é automaticamente alocado no sistema na rotina de “embargos de declaração”, já os agravos legais não possuem essa mesma sistemática, de maneira que, ao chegar o processo no gabinete, o servidor responsável faz a triagem e coloca a etiqueta com o nome do servidor que minutará a decisão correspondente. Por fim, os casos de urgência são prontamente analisados.

Não há controle periódico de processos sem movimentação, uma vez que procuram julgar os feitos por ordem de antiguidade e eventuais pedidos de urgências em feitos sem movimentação, quando realizados, são encaminhados ao assessor para análise. O gabinete informou que está procurando dar prioridade ao primeiro julgamento dos feitos, sempre na ordem de distribuição, deixando, com isso, os embargos de declaração e os agravos legais para apreciação oportuna.

Os feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ possuem tratamento específico. Em cumprimento às metas do CNJ, em especial à Meta 2, o gabinete é voltado ao julgamento dos feitos por ordem de distribuição, dando sempre preferência aos processos mais antigos. No ano de 2020, em observância àquela meta, estão voltados a zerar o acervo de feitos distribuídos até o ano de 2016. É orientação, dentro dessa rotina, que se dê preferência aos feitos com prioridade legal, cujo destaque nos processos é feito pelo próprio PJe. Assim, a Meta 2 é o principal foco do trabalho do gabinete, sendo excepcionadas as questões urgentes, inclusive para integrar as quotas de cada servidor.

O gabinete possui metas individuais, que variam de acordo com a complexidade da matéria. Não há, propriamente, uma política de recompensas vinculada às metas. Segundo apurado, a “recompensa” para quem consegue cumprir a meta é continuar no regime de teletrabalho. Foi pontuado que, por enquanto, o acervo ainda é muito grande para pensar em algum outro tipo de recompensa.

A unidade se socorre de decisões terminativas, bem como adota a utilização de modelos para votos/decisões. A propósito das decisões terminativas, buscam fundamentar os modelos com julgamentos em recursos repetitivos ou com repercussão geral dos tribunais superiores, para, assim, poderem utilizá-las com maior frequência. Além disso, possuem modelos de votos e decisões para todas as matérias, os quais são frequentemente atualizados, sempre que ocorre alteração de posicionamento do desembargador ou em razão de mudança na jurisprudência dos tribunais superiores.

Em relação à capacitação, é proporcionada ocasionalmente pelo Tribunal, mas, em geral, os servidores não têm participado, em razão da necessidade de cumprimento das metas. No tópico, a unidade esclareceu que sempre defere a participação dos servidores nos cursos, sendo que estes não possuem interesse. Além disso, os cursos oferecidos, segundo relatado, não são muitos, e o setor dos cursos não faz consulta sobre as necessidades dos servidores.

Atualmente, há diversas matérias objeto de sobrestamento, sendo destacadas:

Tema 1011/STJ - Incidência ou não de fator previdenciário na aposentadoria por tempo de contribuição de professor;

Tema 1013/STJ - Possibilidade de recebimento de benefício por incapacidade concedido judicialmente no período em que o segurado estava trabalhando e aguardando o deferimento do benefício;

Tema 692/STJ - Devolução de valores em casos de tutela antecipada cassada em razão da improcedência do pedido;

Tema 1018/STJ - Possibilidade de, em fase de cumprimento de sentença, o segurado do Regime Geral de Previdência Social receber parcelas pretéritas de aposentadoria concedida judicialmente até a data inicial de aposentadoria concedida administrativamente pelo INSS;

Tema 979/STJ - Devolução ou não de valores recebidos de boa-fé, a título de benefício previdenciário, por força de interpretação errônea, má aplicação da lei ou erro da Administração da Previdência Social;

Tema 1031/STJ – Possibilidade de reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante, exercida após a edição da Lei n. 9.032/1995 e do Decreto 2.172/1997, com ou sem o uso de arma de fogo; e

Tema 1005/STJ – Termo inicial da prescrição quinquenal em ação individual ajuizada para adequação da renda mensal aos tetos fixados pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/2003, cujo pedido coincide com aquele anteriormente formulado em ação civil pública.

Foi mencionado, ainda, o sobrestamento das ações civis públicas relacionadas ao PAS – Plano de Assistência Social aos trabalhadores da indústria sucroalcooleira, em

razão de arguição de inconstitucionalidade da Lei n. 12.865/2013, suscitada perante o Órgão Especial do Tribunal, ainda não julgada.

A propósito da Meta 3, foi informado que os feitos são enviados ao setor de conciliação apenas quando ocorre a solicitação de, ao menos, uma das partes, ou quando formulada proposta de acordo também por uma delas.

O gabinete não recebeu qualquer tipo de auxílio entre maio/2019 a abril/2020.

Em relação aos processos com pedido de vista, foi registrado que, em geral, são levados na próxima sessão de julgamento, ou, dependendo da complexidade da causa, em prazo razoável. Não temos pedidos de vista feitos pelo Desembargador Luiz Stefanini pendentes de julgamento.

Atualmente, durante a pandemia, o gabinete está funcionando diariamente. Grande parte dos servidores tem manifestado maior dificuldade para o cumprimento das metas, em razão de estarem conciliando as atividades profissionais com as tarefas de casa e auxílio aos filhos menores. Apesar disso, todos têm trabalhado diariamente e apresentado produção, embora, em alguns casos, menor do que apresentavam antes da pandemia. A maioria vem cumprindo as metas estabelecidas.

O atendimento aos advogados e partes continua sendo feito, porém agora exclusivamente por e-mail.

A principal dificuldade enfrentada pela unidade na condução de suas atividades, atualmente, é a perda de servidores.

Foi referido que em 2019, a unidade perdeu quatro servidores por motivos diversos, o que contribuiu para uma significativa redução de produtividade. A reposição é demorada e, quando feita, é necessário muito tempo para treinamento do servidor. Ainda estão com uma vaga em aberto, há mais de um ano, e sem perspectiva de lotação. Além disso, tiveram uma servidora em licença-maternidade e, depois, licença-médica, que permaneceu ausente quase em todo o ano de 2019, o que também prejudicou a produtividade naquele ano.

Outra dificuldade apontada é a análise dos feitos digitalizados, ou seja, que antes eram físicos, perdendo-se mais tempo com a confecção das minutas, já que mais difícil e lento o manuseio da documentação.

Por fim, de modo a obter um melhor desempenho das suas atividades, a unidade, questionada, apresentou algumas sugestões: (a) a nomeação e reposição rápida, pelo Tribunal, de servidores com formação jurídica é o principal ponto, pois a perda de servidores acarreta inevitável impacto na produtividade e o conseqüente aumento do acervo; (b) assim que designada a lotação, o servidor deveria ser treinado pelo Tribunal, por meio de cursos on-line de capacitação e de pequena duração, voltados à área de sua futura atuação. Com isso, o servidor chegaria ao seu novo ambiente de trabalho melhor preparado para o exercício de suas funções.

13. OBSERVAÇÕES

No que concerne à dinâmica processual, em comparação à inspeção anterior, apurou-se que o acervo de processos conclusos no gabinete passou de 8.516 a 11.103, o que importou um aumento do seu número. Considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 8.397 feitos, e, no mês anterior à inspeção, eram 11.103.

Verificou-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 839, na última inspeção, para 505, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção. Destes, há 497 embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias. Diversamente, os agravos legais/regimentais aumentaram de 82 para 267 comparativamente à inspeção anterior, sendo 257 com conclusão superior a 30 dias. Quanto a estes últimos incidentes, percebe-se que houve um significativo aumento, que demanda controle.

Na inspeção anterior, existiam 182 processos com tutela provisória proferida há mais de 90 dias sem que tivessem sido levados para o exame do Colegiado. Esse número foi reduzido para 28 na inspeção atual. Além disso, a unidade possui 1.189 agravos de instrumento, 1.520 recursos em ações com preferência legal, cinco mandados de segurança, 22 conflitos de competência, uma reclamação e um pedido de vista, concluso há mais de 30 dias.

Percebe-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente. Nesse sentido, foram julgados 4.837 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 5.819, ou seja, o número de julgados não superou o número de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No tocante à Meta 3, o registro de conciliações é irrisório.

No exame dos processos objeto desta inspeção, constatou-se demora de lançamento de fases processuais na subsecretaria, além de inconsistências estatísticas.

Pertinente situar o gabinete no contexto das demais unidades da 3ª Seção:

TABELA 1: ESTATÍSTICAS DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E BAIXADOS NO PERÍODO DE MAIO/2019 a ABRIL/2020 (12 MESES)

ÓRGÃO		MAGISTRADOS	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	PROCESSOS JULGADOS	PROCESSOS BAIXADOS
TERCEIRA SEÇÃO	SÉTIMA TURMA	Gab. 22 - DF Inês Virgínia	5.787	7.080	2.956
		Gab. 23 - DF Toru Yamamoto	5.768	7.704	3.949
		Gab. 24 - DF Paulo Domingues	5.815	7.167	3.627
		Gab. 25 - DF Carlos Delgados	5.558	6.888	2.952
	OITAVA TURMA	Gab. 26 - DF Newton de Lucca	5.979	8.000	5.349
		Gab. 27 - DF Therezinha Cazerta	5.980	6.128	3.975
		Gab. 28 - DF David Dantas	5.896	7.277	4.948
		Gab. 29 - DF Luiz Stefanini	5.819	4.837	3.827
	NONA TURMA	Gab. 30 - DF Batista Gonçalves	5.870	5.205	3.538
		Gab. 31 - DF Daldice Santana	7.614	7.090	3.951
		Gab. 32 - Juiza Conv. Leila Paiva	5.765	7.227	4.031
		Gab. 33 - DF Gilberto Jordan	5.530	6.536	3.988
	DÉCIMA TURMA	Gab. 34 - DF Baptista Pereira	5.894	7.235	3.429
		Gab. 35 - DF Sergio Nascimento	6.022	6.374	4.022
		Gab. 36 - DF Lucia Ursaia	6.018	6.117	3.404
		Gab. 37 - DF Nelson Porfirio	5.790	7.516	4.122
	TOTAL GERAL			95.105	108.381

TABELA 2: ESTATÍSTICAS DE PROCESSOS CONCLUSOS, E EM TRAMITAÇÃO Nas inspeções de 2018 e 2020

ÓRGÃO		MAGISTRADOS	TRAMITAÇÃO Inspeção 2018	TRAMITAÇÃO Inspeção 2020	CONCLUSOS Inspeção 2018	CONCLUSOS Inspeção 2020
TERCEIRA SEÇÃO	SETIMA TURMA	Gab. 22 - DF Inês Virgínia	9.226	11.638	6.152	8.085
		Gab. 23 - DF Toru Yamamoto	8.266	8.266	4.117	4.628
		Gab. 24 - DF Paulo Domingues	12.298	14.038	9.170	10.341
		Gab. 25 - DF Carlos Delgado	17.972	19.421	14.477	13.714
	OITAVA TURMA	Gab. 26 - DF Newton de Lucca	10.554	10.601	7.479	7.129
		Gab. 27 - DF Therezinha Cazerta (Na Insp. 2018 era a DF Tânia M.)	3.221	5.580	303	3.017
		Gab. 28 - DF David Dantas	2.920	4.747	269	1.085
		Gab. 29 - DF Luiz Stefanini	10.972	13.248	8.516	11.103
	NONA TURMA	Gab. 30 - DF Batista Gonçalves (Na Insp. 2018 era a DF Mariza Santos)	7.280	10.859	4.964	8.496
		Gab. 31 - DF Daldice Santana	3.572	4.711	606	1.939
		Gab. 32 - Juiza Conv. Leila Paiva (Na Insp. 2018 era a DF Ana Pizarini)	12.817	15.704	10.267	12.823
		Gab. 33 - DF Gilberto Jordan	2.997	4.888	366	1.957
	DÉCIMA TURMA	Gab. 34 - DF Baptista Pereira	10.078	11.450	6.758	8.833
		Gab. 35 - DF Sergio Nascimento	2.990	5.754	478	3.443
		Gab. 36 - DF Lucia Ursaia	5.170	8.186	2.528	5.857
		Gab. 37 - DF Nelson Porfirio	6.396	6.142	3.437	3.869
	TOTAL GERAL			126.729	155.233	79.887

- Dados elaborados pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

Do exame da tabela acima, verifica-se que, em comparação às Turmas que integram a 3ª Seção do Tribunal, é o gabinete que possui o 4º maior acervo em tramitação, com 13.248 processos, situação que merece adequada atenção.

Tempo médio entre a distribuição e o 1º julgamento no TRF3 por gabinete da 3ª Seção

Seção	Unidade	Média em meses	Média em anos
3 Seção	GAB. 22 - DES.FED. INÊS VIRGÍNIA	17	1,39
	GAB. 23 - DES.FED. TORU YAMAMOTO	11	0,93
	GAB. 24 - DES.FED. PAULO DOMINGUES	25	2,09
	GAB. 25 - DES.FED. CARLOS DELGADO	43	3,59
	GAB. 26 - DES.FED. NEWTON DE LUCCA	22	1,87
	GAB. 27 - DES.FED. THEREZINHA CAZERTA	5	0,43
	GAB. 28 - DES.FED. DAVID DANTAS	4	0,34
	GAB. 29 - DES.FED. LUIZ STEFANINI	23	1,92
	GAB. 30 - DES.FED. BATISTA GONÇALVES	15	1,23
	GAB. 31 - DES.FED. DALDICE SANTANA	5	0,42
	GAB. 32 - JUIZA CONV. LEILA PAIVA	20	1,66
	GAB. 33 - DES.FED. GILBERTO JORDAN	5	0,41
	GAB. 34 - DES.FED. BAPTISTA PEREIRA	21	1,72
	GAB. 35 - DES.FED. SERGIO NASCIMENTO	6	0,52
	GAB. 36 - DES.FED. LUCIA URSAIA	12	0,96
	GAB. 37 - DES.FED. NELSON PORFIRIO	9	0,75
	Média da 3ª Seção		15

Fonte: Tribunal Regional Federal da 3ª Região - BI

Junto ao sistema B.I., pode-se verificar que o tempo gasto pelo gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 23 meses, enquanto que o tempo médio, na 3ª Seção, equivale a 15 meses (tabela imediatamente anterior). Trata-se de indicador que merece ser aperfeiçoado.

Frente às inconsistências constatadas ao longo da inspeção e a fim de melhor compreender a complexidade do acervo, a equipe da Corregedoria-Geral extraiu novos dados estatísticos junto ao sistema B.I., onde se verificou que, em 28/5/2020, a base de dados do repositório unificado foi reprocessada para aplicação de correções relativas à atualização das fases processuais, retroativamente a janeiro de 2018.

Solicitou-se, ainda, à Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos do Tribunal, o glossário do B.I., cumprindo transcrever sua versão resumida:

“I. Aba Distribuídos:

Distribuídos:

Processos Distribuídos Originários e Recursais:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento de distribuição ou recebimento da denúncia no período e que tenham sido classificados pelo Justiça em Números como processos originários criminais, originários não criminais, recursais criminais, recursais não criminais, cartas ou procedimentos investigatórios.

II. Aba Acervo:

Tramitação Líquida:

Casos Pendentes Originários e Recursais:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento de distribuição ou recebimento da denúncia ou foram reativados e até o final do período de referência não tenha recebido o movimento de sobrestamento ou baixa definitiva.

Sobrestado:

Total de suspensos e sobrestados:

– Seleciona os processos que tiveram o movimento de Arquivamento Provisório, Suspensão ou Sobrestamento e que posteriormente não receberam movimento de Levantamento do sobrestamento ou movimento que indique a ativação do processo (conclusão, decisão, julgamento, baixa definitiva, lavratura de acórdão, remessa em grau de recurso ou por incompetência e publicação).

Conclusos – Pendentes:

Processos com conclusão pendente e não sobrestados (Conclusão em aberto):

– Seleciona os processos em que foi incluído o movimento de conclusão ou de remessa da distribuição ao gabinete e que não receberam movimento de despacho, decisão ou julgamento ou outra que indique o julgamento (baixa definitiva, cancelamento de distribuição, convertido em diligência, julgamento em diligência, deliberado em sessão, publicação, intimação eletrônica, intimação em secretaria, lavratura de acórdão, trânsito em julgado ou Remessa em grau de recurso, em diligência, por devolução ao deprecante e por incompetência).

Tutela não apreciada – Conclusos há mais de 10 dias:

Processos com pedido de tutela não apreciado, conclusos há mais de 10 dias:

- Seleciona os processos em que consta registro de pedido de tutela nos dados do processo e não consta movimento que indique a apreciação da tutela;

- não estão sobrestados e que estão conclusos há mais de 10 dias.

Pendentes 1º Julgamento – Sem Sobrestados:

Processos ativos, pendentes de 1º julgamento:

– Seleciona os processos que receberam movimento de distribuição ou reativação, sem sobrestamento ou baixa posterior, em que não consta movimento processual que indique decisão terminativa ou julgamento;

– Desconsidera os processos que receberam movimento de cancelamento da distribuição, ou remessa em grau de recurso, por incompetência ou em diligência à origem.

Recursos Internos Pendentes – Conclusos:

Recursos internos conclusos:

– Processos que receberam o movimento de juntada de petição (tipos 41-agravo (inominado/legal), 49-embargos de declaração, 50-embargos infringentes, 66-recurso especial, 67-recurso extraordinário, 115-incidente de uniformização de jurisprudência, 200011-agravo); ou

– Receberam movimento de distribuição das classes (206-Agravo Regimental Cível, 208-Embargos infringentes, 216-Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade Cível, 233-Incidente de Uniformização de Jurisprudência, 421-Embargos infringentes e de Nulidade, 1208-Agravo Interno Cível, 1689-Embargo de Declaração Cível, 1729-Agravo Regimental Criminal);

– Tiveram o movimento de conclusão após o protocolo ou distribuição, sem identificação posterior de movimento de julgamento do recurso, baixa definitiva, cancelamento da distribuição ou conversão em diligência ou de sobrestamento.

Tutela Concedida – Conclusos há mais de 60 dias:

Processos com pedido de tutela deferido, sem julgamento posterior e conclusos há mais de 60 dias:

– Processos que tiveram o lançamento de movimento que indique o deferimento de tutela ou liminar e não tiveram movimento posterior que indique o julgamento ou não foram baixados e estão conclusos há mais de 60 dias.

Tutela Concedida – Conclusos há mais de 90 dias:

Processos com pedido de tutela deferido, sem julgamento posterior e conclusos há mais de 60 dias:

– Processos que tiveram o lançamento de movimento que indique o deferimento de tutela ou liminar e não tiveram movimento posterior que indique o julgamento ou não foram baixados e estão conclusos há mais de 90 dias.

Aba Baixados:

Baixados:

Total de baixados no período:

– Contabiliza os processos que tiveram o movimento baixa definitiva, cancelamento da distribuição, Remessas em grau de recurso, por devolução ao deprecante e por incompetência.

– São contabilizadas todas as baixas, independentemente de ser a 1ª e inclui todas as classes.

Aba Produtividade:

Total de Julgamentos:

– Apresentada o total de processos que receberam os movimentos de decisão ou julgamento, incluindo os recursos internos.

– No PJe, se o movimento estiver vinculado a um documento, considera apenas 1 movimento por documento. Se não estiver vinculado a documento, considera apenas 1 movimento por dia, a fim de evitar duplicidade, em razão dos procedimentos adotados pelos usuários.

– No SIAPRO, considera apenas 1 movimento por dia, em razão dos procedimentos adotados pelos usuários.

Recursos Internos Julgados:

– Contabiliza o total de julgamentos de Recursos Internos (Agravo (inominado/legal), Embargos de declaração, Embargos Infringentes, Incidente de uniformização de jurisprudência).

Julgamento Colegiado terminativo: são computadas as decisões proferidas em sessão colegiada;

Monocrático terminativo: são computadas as decisões proferidas pelo Desembargador Federal relator, de maneira monocrática, que extinguem o processo, com ou sem resolução do mérito, na forma da legislação processual;

Monocrática não terminativa: são computadas as decisões proferidas pelo Desembargador Federal relator, de maneira monocrática, que não extinguem o processo. (interlocutórias: tutela, liminar, prisão, incompetência)”.

A partir dessas informações, quanto aos novos dados apurados, na aba “Produtividade” do sistema B.I., no período de maio a dezembro de 2019, são computados 2.377 julgamentos junto ao Colegiado e 1.029 decisões monocráticas terminativas, enquanto, no período de janeiro a abril de 2020, são 2.518 julgamentos junto ao Colegiado e 607 decisões monocráticas terminativas, totalizando 6.531 julgamentos de ordem terminativa.

Para o mesmo período, consta distribuição de 5.821 processos no referido sistema.

Já na aba “Acervo”, utilizando-se o filtro “Pendente 1º Julgamento, Sem Sobrestado”, parte-se de 9.152, em abril de 2019, e chega-se, em abril de 2020, com 10.738.

Porém, somando-se 9.152 aos 5.821 distribuídos, obtém-se 14.973, dos quais, deduzindo-se os 6.531 julgados, chega-se a 8.442 feitos pendentes de primeiro julgamento, e não 10.738 como consta na coluna de Abril/2020 da referida aba.

Aparentemente, há inconsistência interna no sistema, ou de ordem conceitual, a ser solvida pelo Tribunal, no sentido de conferir aos usuários uma ferramenta que lhes permita aferir, com segurança, os diversos nichos de trabalho para distribuição da sua força de trabalho.

Sob outro enfoque, mas ainda na aba “Produtividade” do sistema B.I., no período de janeiro/2019 a maio/2020, o gabinete produziu 5.394 decisões colegiadas terminativas e 1.642 decisões monocráticas terminativas, ou seja, julgou 7.036 feitos. No mesmo período, foram distribuídos 8.267 processos, o que revela uma preocupante dificuldade na redução quantitativa do acervo.

Vale mencionar que, para o aludido período, consta, na aba “Produtividade”, um “Total de Julgamentos” de 7.532, número que abrange embargos de declaração e agravos internos, como acima explicitado (glossário).

Do quanto apurado pela equipe da Corregedoria-Geral, impõe-se registrar que não há filtro de dados relativamente aos processos remetidos para juízo de retratação, a despeito de já criado indicador na base de dados, o que também torna mais complexo o controle do acervo.

A propósito, na inspeção anterior, no que concerne ao fluxo processual, apurou-se 4.349 processos distribuídos e 3.937 julgados, já revelando um aumento do saldo processual no gabinete.

Impõe-se registrar que, durante a entrevista, foi apontada significativa dificuldade na reposição de servidores.

Nesta inspeção, foi constatada pela equipe a existência de um processo com réu preso, que, consoante informações prestadas pela assessoria da unidade, se trata de auxílio-reclusão (Processo n. 5000107-47.2018.4.03.6130).

Finalmente, do quanto recomendado na inspeção anterior, com acompanhamento em processo SEI próprio da Corregedoria, sob n. 0002676-20.2019.4.90.8000, constatou-se que remanescem pendências quanto aos seguintes feitos:

00106658220104036183 – suspenso pelo Tema 979/STJ em 8/2/2018. Inspeccionado em 15/8/2018. Digitalizado em 17/12/2019. Concluso em 4/3/2020. Falta informação expressa de que o processo está suspenso.

5000136-04.2016.4.03.9999 – desde 21/8/2018 sem movimentação. Despacho em 5/5/2020 solicitando as mídias da audiência.

00070587320164030000 – nada foi feito após a Inspeção 2018, só digitalizado.

00254155820084039999 – 15/8/2018 foi inspeccionado. Despacho mandando para a contadoria em 28/8/2018. Concluso em 27/11/2019. Despacho em 27/5/2020 dando ciência às partes do cálculo da contadoria.

00068006320164030000 – 15/8/2018 foi inspecionado. Incluído na pauta de 9/9/2019, mas foi retirado pelo relator. Digitalizado. Concluso novamente em 3/2/2020.

00005005120084036116 – inspecionado em 7/6/2016 e 16/8/2018. Digitalizado em 17/12/2019. Concluso em 4/3/2020.

00245669519984036100 – inspecionado em 15/8/2018. Digitalizado em 17/12/2019. Concluso em 4/3/2020.

00234302020094039999 – inspecionado em 15/8/2018. Remetido à contadoria em 28/8/2018. Retorno em 13/11/2018. Digitalizado em 13/8/2019. Concluso em 27/9/2019. Despacho em 9/6/2020 dando vista dos cálculos às partes.

00135388020054036102 – inspecionado em 2018. Digitalizado em 17/3/2019. Concluso em 4/3/2019.

00124336520104030000 – concluso desde 23/8/2018. Aparentemente não foi digitalizado ainda.

00240390320094039999 – inspecionado em 15/8/2018. Remetido à contadoria em 28/8/2018. Retorno em 21/11/2018. Digitalizado em 13/8/2019. Concluso em 27/9/2019. Despacho em 9/6/2020 dando vista dos cálculos às partes.

0007058-73.2016.4.03.0000 – inspecionado em 15/8/2018. Digitalizado em 19/11/2019. Concluso em 3/2/2020.

0013524-96.2005.4.03.6102 – inspecionado em 15/8/2018. Digitalizado em 17/12/2019. Concluso em 4/3/2020.

0010665-82.2010.4.03.6183 – inspecionado em 15/8/2018. Digitalizado em 17/12/2019. Concluso em 4/3/2020.

0013538-80.2005.4.03.6102 – inspecionado em 15/8/2018. Digitalizado em 17/12/2019. Concluso em 4/3/2020.

0022556-54.2012.4.03.0000 – concluso desde 23/8/2018.

0012433-65.2010.4.03.0000 – concluso desde 23/8/2018.

0004844-32.2009.4.03.9999 – inspecionado em 15/8/2018. Remetido à contadoria em 28/8/2018. Retorno em 27/11/2018. Digitalizado em 13/8/2019. Concluso em 27/9/2019. Despacho em 9/6/2020 dando vista dos cálculos às partes.

0020896-83.2016.4.03.0000 – inspecionado em 16/8/2018. Remetido à contadoria em 9/9/2019. Juntados os cálculos em 22/4/2020, quando foi novamente concluso.

0006800-63.2016.4.03.0000 – inspecionado em 15 de agosto de 2018. Incluído na pauta da sessão de 9/9/2019, mas retirado de pauta por indicação do relator. Digitalizado em 19/11/2019 e novamente concluso em 3 de fevereiro de 2020.

0011601-74.2006.4.03.6110 – inspecionado em 15/8/2018. Remetido à contadoria em 28/8/2018. Retorno em 27/11/2018. Digitalizado em 19/7/2019. Concluso em 27/9/2019. Despacho em 9/6/2020 dando vista dos cálculos às partes.

0005480-93.2007.4.03.6110 – inspecionado em 15/8/2018. Remetido à contadoria em 28/8/2018. Retorno em 27/11/2018. Digitalizado em 19/7/2019. Concluso em 27/9/2019. Despacho em 9/6/2020 dando vista dos cálculos às partes.

14. RECOMENDAÇÕES

Restou claro que o gabinete vem se esforçando desde a assunção do acervo, em 22/12/2015, no sentido de reduzir a antiguidade dos feitos, o que sem dúvida se revela medida necessária e salutar. Efetivamente, na inspeção anterior a unidade contava 1.393 processos distribuídos até 2014, número reduzido ao patamar de 207 nesta inspeção. Porém, de outro lado, em termos de fluxo processual, tem havido um progressivo aumento do estoque de processos, o que exige um novo olhar e plano de ação.

Oportuno, pois, que sejam tomadas medidas para continuar e acelerar o processo de regularização do acervo, com o incremento do número de julgamentos e baixas, sem prejuízo de outras que os gestores e a equipe reputarem recomendáveis.

Seguem medidas que podem ser adotadas para a continuidade do processo de evolução:

a) A promoção de estudos para a instituição de política de recompensas, vinculada ao atingimento de metas e alinhada ao planejamento estratégico da Justiça Federal. Nesse sentido, a busca pela efetiva redução do acervo (qualitativa e quantitativamente) pode contemplar recompensas atrativas que promovam a integração, adesão e comprometimento da equipe, à semelhança do que ocorre em outras unidades do Tribunal, com comprovado êxito. As políticas de recompensa se prestam exatamente como estímulo à produtividade, de extrema importância para a redução de acervos.

b) Já tendo o gabinete atingido certo controle da antiguidade do acervo, seria recomendável, neste momento, estabelecer metas individuais mistas, que contemplem um número de processos antigos e, outro, de processos de menor complexidade. Tratando-se de processos simples/repetitivos é possível aumentar significativamente a produtividade, sem ofensa ao art. 12 do CPC, já que a maior quantidade de feitos possui algum critério de preferência legal. De se ressaltar que não constituindo desafio, as metas acabam por não se prestar ao objetivo almejado.

c) Necessário, por outro lado, envidar esforços no sentido de manter reduzido o número de processos conclusos para o julgamento de embargos de declaração e agravo legal/regimental, sobretudo aqueles com prazo excedido. No caso dos embargos de declaração, como se trata de processo já julgado, e como em muitas situações a

oposição se faz mais para fins de prequestionamento, o auxílio de estagiários, sob supervisão de um servidor detentor de CJ, permite ganho de escala. A preparação de minutas nos casos de embargos de declaração pode consistir nas metas dos estagiários, sob orientação de servidor, ocupando-se os servidores dos casos mais complexos.

No ponto, a coordenação do processo de triagem, pelo assessor, ou sob responsabilidade dele, é essencial. Apropriado, pois, o estabelecimento de rotina para a permanente triagem, em especial dos embargos de declaração que ingressam no gabinete, destacando aqueles que visam apenas prequestionamento, de baixa complexidade por demandarem apenas a utilização de modelo pré-definido, para pronto julgamento.

Igualmente importante continuar priorizando o julgamento das ações originárias, especialmente mandados de segurança e conflitos de competência e reclamações, bem como a apresentação dos pedidos de vista em prazo razoável.

Também indispensável haver controle periódico de processos sem movimentação.

d) Pertinente checar a regularidade do acervo tanto quanto possível, especialmente no que concerne às suas fases e situação processual (em movimento/sobrestado), que possam ocasionar a distorção de dados estatísticos, solicitando a sua imediata correção pelos órgãos de apoio.

Nesse sentido, cabível promover a correção da anotação de réu preso na ação de auxílio-reclusão.

e) No que se refere à dificuldade para a reposição de servidores, recomendável à unidade formalizar expediente para submissão à Presidência, considerada a natureza dos feitos em questão e o volume do acervo.

f) Relativamente à capacitação, oportuno formalizar expediente para submissão à EMAG e ao RH, solicitando a intensificação de cursos na área previdenciária para aprimoramento e desenvolvimento dos servidores, sobretudo de servidores novos, a partir do quanto apurado na presente Inspeção.

g) Caberá à unidade, ainda, cumprir as recomendações do item 11 do presente Relatório, bem como dar especial atenção à regularização dos feitos objeto da Inspeção anterior, conforme listagem constante do item 13, parte final, acima.

Cumprir recomendar a busca de constante aperfeiçoamento, bem como elogiar os esforços da equipe no sentido de procurar prestar adequada jurisdição. O gabinete já tem bom controle sobre a antiguidade do acervo. Os desafios que se apresentam dizem respeito à redução do tempo médio, que é o 3º maior da 3ª Seção, e também dos acervos de processos em tramitação (3º maior da Seção) e de processos conclusos (3º maior da Seção). Como ultimamente os acervos apresentam tendência de aumento, recomendável o estudo de medidas para reverter a curva, a fim de incrementar o número

de julgamentos, com mutirão ou auxílio, se necessário, pois, mantido o quadro atual, não há perspectivas de diminuição da quantidade de processos na unidade.

Por fim, impõe-se registrar que as recomendações objeto deste relatório serão verificadas na próxima autoinspeção.

Unidade a ser incluída no Programa de Acompanhamento Permanente da Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

GABINETES INTEGRANTES DA 9ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL DALDICE SANTANA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Desembargadora Federal Daldice Santana.

2.2 Turma

Nona Turma.

2.3 Competência

Previdenciária (3ª Seção).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrada lotada no órgão (início da inspeção):

Desembargadora Federal Daldice Santana, desde a assunção ao cargo (22/12/2010).

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não houve essa ocorrência.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

- Juiz Federal Rodrigo Zacharias nos períodos de: 17/8/2017 a 23/8/2019, em virtude do afastamento das atividade jurisdicionais da Desembargadora Federal Daldice Santana para exercer o mandato de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça; 15/6/2019 a 26/9/2019 (férias da Desembargadora Federal Daldice Santana).

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Renato Ramos de Quadros - chefe de gabinete - 5/5/2020.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17
Servidores sem vínculo	não há.
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	4
Outros	não há

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	4.711
Processos suspensos/sobrestados	281
Processos conclusos	1.939

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal **vinculados ao gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	4.711
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	3.574
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	1.939
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.369
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	281
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	69

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrados, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, em que já tenha atuado e atribuídos ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	52
IRDR	1
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	8
Reclamações	0
Ações rescisórias	43
Outros	0

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	4.661
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	771
Outros	3.863

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	4.661
Apelações cíveis	4.122
Agravos de instrumento	463
Outros	68

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Não se aplica.

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Não se aplica.

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Não se aplica.

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	4
Por Recurso Especial	3

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	199
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	197
Agravos legais/regimentais	21
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	20
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	137
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	6

4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos concluídos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	23	7	1
Distribuídos em 2014	13	2	1
Distribuídos em 2015	75	8	2
Distribuídos em 2016	189	15	11
Distribuídos em 2017	756	48	19
Distribuídos em 2018	666	486	49
Distribuídos em 2019	-	785	965
Distribuídos em 2020	-	-	885
Total	1.722	1.351	1.933

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	0
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como relator	0
Total como relator para o acórdão	1

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	7.614
Total de processos julgados	7.090
Total de processos baixados	3.951
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	524
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	3.663

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	173
Total de feitos verificados na inspeção anterior	52
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos não regularizados	22

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	8.345
Processos julgados no ano anterior	4.831
Processos distribuídos no ano corrente	1.230
Processos julgados no ano corrente	2.020

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.844
Pendentes em 31/12/2019	3
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.098
Pendentes em 31/12/2019	4
Porcentagem de atendimento da meta	117%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.227
Pendentes no último dia do mês anterior	1
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.093
Pendentes no último dia do mês anterior	5
Porcentagem de atendimento da meta	117%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica.

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
--	---

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	Não se aplica.
--	----------------

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.
--	----------------

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não se aplica.
--	----------------

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019

Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	Não se aplica.
--	----------------

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

a) proceder à baixa no sistema de 15 processos eletrônicos indicados; b) envidar esforços para zerar o quantitativo com distribuição até o ano de 2017 ainda remanescente para julgamento; c) envidar esforços para concluir o processamento da Ação Rescisória n. 2013.03.00.029997-6, a fim de possibilitar o seu julgamento; d) adotar ações no sentido de reduzir o quantitativo de processos com recursos internos pendentes de julgamento, bem como levar a julgamento todos os processos com tutela provisória deferida há mais de 90 dias; e) continuar e intensificar os excelentes projetos de conciliação desenvolvidos pelo Gabinete; f) manter a excelente organização implementada.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) O Setor PJe implementou a fase "REMETIDOS OS AUTOS (BAIXA) PARA JUÍZO DE ORIGEM" e a subsecretaria procedeu, em dezembro de 2018, ao respectivo lançamento da baixa no sistema; b) os processos anteriores a 2017 que vieram conclusos foram priorizados e receberam o primeiro julgamento; c) concluído o processamento da AR n. 2013.03.00.029997-6, julgada na sessão de 11/4/2019, rejeitados os embargos de declaração em 12/9/2019; d) estabeleceu-se prazo máximo de 30 dias, a contar da conclusão (após contrarrazões), para a análise e a inclusão em pauta dos recursos internos. Em 31/8/2019, apenas nove processos excediam esse prazo. Os processos com tutela provisória deferida foram todos julgados. e) o gabinete está permanentemente atento na identificação de situações aptas a ensejar a adoção de métodos para solução consensual de conflitos; f) a organização básica do Gabinete restou mantida, com os devidos ajustes pontuais que se mostram necessários no desenvolvimento dos trabalhos.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há essa ocorrência.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Não foi possível atender a Meta 1 do CNJ, em virtude de erro de distribuição pelo sistema PJe em outubro de 2019. Enquanto para os outros quinze gabinetes da 3ª Seção foram distribuídos, em média, 820 processos, para este gabinete foram distribuídos cerca de 3.500 feitos, ou seja, mais do que o quádruplo da média. Somente em fevereiro de 2020, esse problema foi identificado, reportado e solucionado no Processo SEI n. 0007564-06.2020.4.03.8000.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A estratégia de trabalho está baseada em: cumprir metas coletivas de produtividade; vencer a distribuição; não exceder o prazo de 100 dias para julgamento dos feitos. Como boas práticas de gestão, destacam-se: imediata triagem e identificação interna de processos; controle estatístico interno (acervo e produtividade); prioridade no julgamento dos feitos mais antigos; estabelecimento de metas coletivas de produtividade; divisão do trabalho por equipes especializadas no tema. As dificuldades atuais referem-se à reposição de servidores (quase zero) e ao atendimento e solução

dos problemas apresentados no PJe (funcionalidades), sobretudo aqueles relacionados à integração com o sistema processual do TJSP. Obs.: Os dados numéricos acima mencionados foram fornecidos pelo Setor de Estatística desta Corte.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

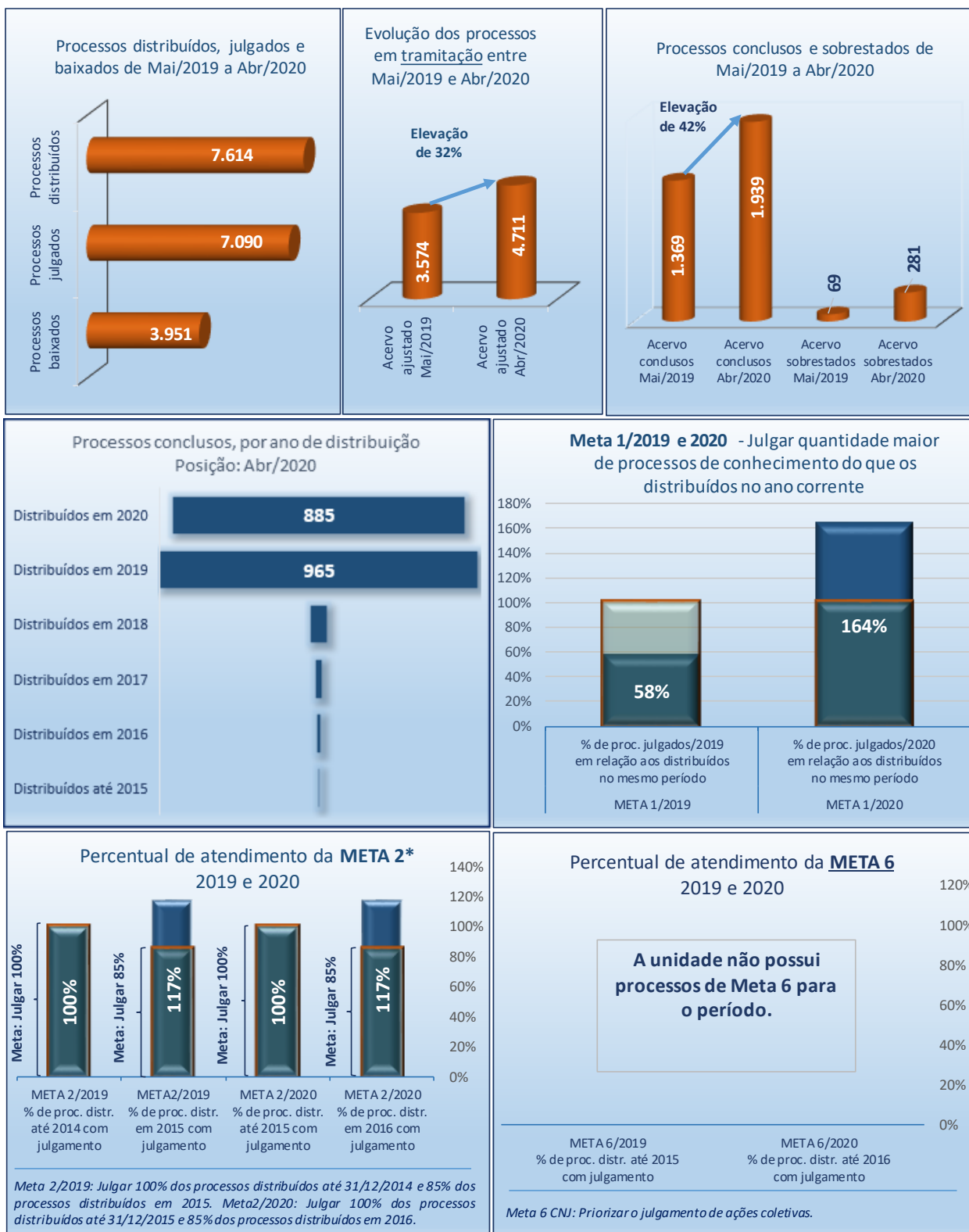
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
00007570820104036116	28/11/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado, recebido no gabinete em 14/11/2019 - pautado para a sessão de 3/6/2020 - tramitação regular.		
00014989220174039999	20/1/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recebido com embargos de declaração em 11/3/2020 - pautado para a sessão de 3/6/2020 - tramitação regular.		
57886179120194039999	27/6/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 1º/4/2020 - interpostos embargos de declaração em processamento na subsecretaria - tramitação regular.		
50007734520184036131	18/1/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 3/6/2020 - tramitação regular.		
50018215420184036126	12/6/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 3/6/2020 - tramitação regular.		
50002150420174036133	29/4/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado e acórdão publicado em 4/5/2020 - tramitação regular.		
50141303320184036183	19/9/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado e acórdão publicado em 12/5/2020 - tramitação regular.		
50015801120174036128	5/6/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 3/6/2020 - tramitação regular.		
50034802420184036183	12/6/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 1º/4/2020 - interpostos embargos de declaração em processamento na subsecretaria - tramitação regular.		
50198723920184036183	1º/10/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Pautado para a sessão de 3/6/2020 - tramitação regular.		
50044424520184036119	8/7/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 22/4/2020 - interpostos embargos de declaração em processamento na subsecretaria - tramitação regular.		
00437663520154039999	24/11/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado e acórdão publicado em 4/5/2020 - tramitação regular.		
00094095820174039999	23/3/2017	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Processo recebido em 5/3/2020 e suspenso - Tema 975, em 27/4/2020 - tramitação regular.		
00055164520154036114	6/12/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado recebido no gabinete em 5/3/2020 - pautado para a sessão de 17/6/2020 - tramitação regular.		
50008696920184036128	22/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 17/6/2020 - tramitação regular.		
50006773220194039999	27/2/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado e acórdão publicado em 12/5/2020 - tramitação regular.		
50019253320194039999	11/4/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado e acórdão publicado em 4/5/2020 - tramitação regular.		
55820936220194039999	30/4/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado e acórdão publicado em 4/5/2020 - tramitação regular		
00044042120184039999	21/2/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado, recebido no gabinete em 23/1/2020 - julgado agravo interno em 6/5/2020 - tramitação regular.		
50059822120194030000	13/3/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Problemas técnicos de inclusão do voto no sistema PJ-e - foi aberto chamado na CAU (n. 10306989) - previsão para a inclusão na pauta da sessão de 25/6/2020 - tramitação regular.		
00163924420154039999	27/4/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo recebido em 5/3/2020 e suspenso - Tema 975, em 5/5/2020 - tramitação regular.		
00040142720084036111	2/10/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico, atribuído a outro magistrado (atualmente no Gab. 32 - Juíza Federal Leila Paiva), encontra-se suspenso (Tema 692) - tramitação regular neste gabinete (aguarda, entretanto, providências em outro gabinete).		
00397094220134039999	18/11/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico, atribuído a outro magistrado (atualmente no Gab. 32 - Gab. Juíza Federal Leila Paiva), encontra-se suspenso (Tema 692) - tramitação regular neste gabinete (aguarda, entretanto, providências em outro gabinete).		
00073374120114036109	24/5/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico, atribuído a outro magistrado (atualmente no Gab. 32 - Gab. Juíza Federal Leila Paiva), encontra-se suspenso (Tema 692) - tramitação regular neste gabinete (aguarda, entretanto, providências em outro gabinete).		
00022391320124036183	12/7/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo com acórdão publicado em 29/4/2020 - tramitação regular.		
00202406820174039999	3/7/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo recebido em 5/3/2020 e suspenso - Tema 975, em 5/5/2020 - tramitação regular.		

5058346-77.2018.4.03.9999	9/10/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo recebido em 26/11/2018 e suspenso - Tema 979, em 19/12/2018 - tramitação regular.		
5000773-45.2018.4.03.6131	18/1/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 3/6/2020 - tramitação regular.		
5011924-46.2018.4.03.6183	28/1/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo recebido em 31/1/2019 e suspenso - Tema 979, em 11/2/2019 - tramitação regular.		
5001821-54.2018.4.03.6126	12/6/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 3/6/2020 - tramitação regular.		
5004108-47.2017.4.03.6183	29/4/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 1º/4/2020 - interpostos embargos de declaração em processamento na subsecretaria - tramitação regular.		
0009474-59.2012.4.03.6109	9/5/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 3/6/2020 - tramitação regular.		
0004293-03.2019.4.03.9999	5/7/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 1º/4/2020 - tramitação regular.		
5070163-41.2018.4.03.9999	28/11/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado e acórdão publicado em 4/5/2020 - tramitação regular.		
5458804-92.2019.4.03.9999	31/3/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado e acórdão publicado em 4/5/2020 - tramitação regular.		
0005431-12.2016.4.03.6183	17/6/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado em 1º/4/2020 - interpostos embargos de declaração em processamento na subsecretaria - tramitação regular.		
5201043-87.2019.4.03.9999	8/2/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado e acórdão publicado em 4/5/2020 - tramitação regular.		
5008704-28.2019.4.03.0000	9/4/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgado e acórdão publicado em 4/5/2020 - tramitação regular.		
5016004-41.2019.4.03.0000	24/6/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado em 22/4/2020 - interpostos embargos de declaração em processamento na subsecretaria - tramitação regular.		
0005721-42.2007.4.03.6183	12/2/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado e acórdão publicado em 4/5/2020 - tramitação regular.		
5003653-77.2017.4.03.6120	27/10/2019	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Julgado, decisão publicada em 11/5/2020 - tramitação regular.		
0014548-11.2005.4.03.9999	28/3/2005	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Processo julgado e acórdão publicado em 4/5/2020 - tramitação regular.		
0002250-18.2007.4.03.6183	1º/9/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 6/5/2020 - tramitação regular.		
0041876-71.2004.4.03.0000	20/7/2004	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 6/5/2020 - tramitação regular.		
0004718-27.2009.4.03.6104	5/4/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 6/5/2020 - tramitação regular.		
0059897-47.1999.4.03.9999	2/8/1999	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 6/5/2020 - tramitação regular.		
0023408-30.2007.4.03.9999	16/7/2007	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 3/6/2020 - tramitação regular.		
0059949-43.1999.4.03.9999	17/9/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo pautado para a sessão de 3/6/2020 - tramitação regular.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 48 processos selecionados, todos foram inspecionados, via PJe. Desses, apenas um único processo, com embargos de declaração pendentes de julgamento há mais de 180 dias, estava pautado para a sessão de 25 de junho de 2020 e teve o julgamento adiado para a sessão de 23 de julho. Os demais estavam em dia, sem que haja recomendações a serem indicadas.

Sendo assim, a única observação a ser apontada é no sentido de que o Processo n. 5005982-21.2019.4.03.0000 seja julgado na nova sessão em que está incluído (23 de julho de 2020).

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Registre-se que, apesar de a inspeção ter sido realizada de modo remoto, em razão da pandemia do novo coronavírus, os trabalhos transcorreram da melhor maneira possível, por meio da realização de entrevista por videoconferência entre a equipe da Corregedoria-Geral e os servidores que exercem as funções de assessoria especial e de chefia de gabinete. Ambos se apresentaram solícitos e diligentes na prestação de informações e esclarecimentos buscados junto à unidade inspecionada.

Esses dois servidores estão vinculados ao gabinete da Desembargadora Daldice Santana desde sua posse no TRF3 em 2010.

O quadro da unidade inspecionada é composto por 14 servidores na atividade-fim; um servidor em função administrativo-judicial (atividades fim e meio) e dois agentes de segurança (atividade-meio). Além dos servidores, há também cinco estagiários, sendo um deles de ensino médio e os demais, estudantes universitários.

Desse total, no período ordinário, seis servidores realizavam seus trabalhos em regime de teletrabalho, dos quais cinco compareciam ao gabinete uma vez por semana, e o sexto, que se encontra em acompanhamento de cônjuge, comparece a cada três meses, durante cinco dias úteis.

Agora, em razão da pandemia, todos os servidores estão em regime de teletrabalho, o que, segundo os entrevistados, não tem atrapalhado a realização e o acompanhamento das atividades pela equipe. Também os estagiários estão realizando suas atividades remotamente.

As dificuldades atinentes à realização do trabalho remoto citadas decorrem da necessidade de adiamento da sessão de julgamento naqueles feitos em que há pedido de sustentação oral e também quanto à análise dos processos cujo julgamento depende do acesso às mídias físicas com gravação das audiências. Apesar disso, reportou-se que a produtividade permanece alta.

Também se noticiou que o quadro de servidores do gabinete não se encontra completo, porém, foi relatada a dificuldade para o preenchimento da vaga, em razão da não realização de novos concursos, diante da necessidade de contenção de gastos, o que gera um deficit não apenas na unidade inspecionada, mas também em outros gabinetes, impedindo, inclusive, a cessão de servidores de um gabinete para outro.

Quanto ao acervo do gabinete, atualmente, é composto apenas por processos eletrônicos, vinculados ao PJe.

O acervo é distribuído internamente aos servidores por matéria ou por tipo de processo e a quantidade de servidores designada é definida a partir dos levantamentos internos, combinados com os dados estatísticos do Tribunal (BI), bem como a depender da complexidade e do tempo que cada uma das matérias/processos exige.

Exemplificativamente, levando-se em consideração o grau de complexidade das matérias e o quantitativo de processos distribuídos, são quatro os servidores responsáveis pelas demandas relacionadas a tempo de contribuição e dois servidores para demandas relativas à invalidez.

Uma etapa relatada como de extrema importância para o controle do acervo é a triagem feita pelo servidor responsável pela atividade administrativa-judicial, auxiliado por estagiários.

São triados os processos recebidos da distribuição e da unidade processante. Por essa triagem se inicia o controle do acervo, na medida em que, diariamente, são atribuídas etiquetas aos processos recebidos no gabinete, os quais são catalogados por matéria (revisão, tempo de serviço, execução, aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez e demais temas previdenciários), por tipo de recurso (primeiro julgamento, embargos de declaração e agravos internos), e, também, por necessidade de diligências preliminares ao julgamento (por exemplo, encaminhamento ao MPF, análise de prevenção ou de incompetência, suspensão por tema repetitivo, se tem procuração, se subiu por remessa, entre outros).

Nesse ponto, registrou-se que o PJe possui tarefas que permitem visualizar o quantitativo de processos que aguardam triagem inicial, primeiro julgamento e apreciação de pendentes, ferramentas que contribuem com a organização dos trabalhos.

Mensalmente, faz-se a contagem do acervo, que é registrada em planilhas (Excel), por meio das quais é possível acompanhar a produtividade individualizada por matéria e feita com base em critérios internos, cujo resultado, muitas vezes, não coincide com a estatística oficial do TRF3, mas, segundo a equipe, não deixa de ser um instrumento facilitador no controle do acervo.

Além do controle pela triagem, há a priorização dos processos parados há mais de 100 dias, cuja identificação é verificada a cada trimestre e foi facilitada pela implantação do Sistema BI.

Mencionou-se que processos com tutela recebem etiqueta específica antes de serem encaminhados ao servidor responsável. Em muitos casos, como o acervo do gabinete está controlado, a tutela será julgada na ocasião de exame do mérito, seja por decisão monocrática ou colegiada, para não comprometer o julgamento definitivo. Diante do prazo dilatado para agravo interno, poderia prejudicar a celeridade.

Quanto aos agravos de instrumento, as minutas são atribuídas a um servidor, que, por vezes, é ajudado por outro, quando o volume aumenta. A eles cabe também analisar os eventuais pedidos de liminar.

Dentro da matéria, o servidor destacado fica responsável por todas as demandas relacionadas ao processo, inclusive pelos embargos de declaração e agravo interno, bem como por petições correlatas ao processo.

Além da triagem, o servidor responsável pela atividade administrativa judicial recebe e mantém o controle interno das mídias oriundas do TJSP nos processos de competência delegada; alimenta o resultado do julgamento depois da assinatura dos acórdãos; elabora minutas de despachos e de decisões de menor complexidade (ex.: suspensão de processos por tema repetitivo); realiza o levantamento quantitativo e qualitativo dos processos; e faz a manutenção e o controle do material de consumo e dos materiais duráveis.

No tocante à meta coletiva, a equipe sempre demonstrou comprometimento com os objetivos a serem atingidos, entre os quais dar prioridade ao julgamento dos processos mais antigos, reduzir o acervo para trabalhar apenas com os processos vindos da distribuição, além da rápida solução aos recursos internos. A média de processos pautados pelo gabinete em cada sessão quinzenal da 9ª Turma é de 250 a 300 processos. Para facilitar o trabalho, há diversos modelos padronizados para todas as matérias.

Quanto à cota individual, tendo em vista o comprometimento coletivo, o gabinete não estabelece um quantitativo mínimo por pessoa. No entanto, diante da exigência normativa de um percentual maior para aqueles servidores que aderiram ao teletrabalho, há uma distribuição interna de cerca de 20% a mais e o acompanhamento do trabalho se faz, semanalmente, a partir de relatório encaminhado pelos servidores com a indicação dos processos minutados.

Embora não haja uma determinação de quantitativo mínimo individual, o gabinete detém o controle da produtividade, já que as minutas de votos ficam vinculadas ao login do servidor e, a partir desse dado, faz-se uma lista interna com o quantitativo elaborado por cada um dos membros da equipe.

Não há política de recompensa pelo cumprimento dos objetivos atingidos pela equipe. Apesar disso, foi relatado que a rotatividade na equipe é muito baixa e há uma excelente integração entre os servidores. Quanto à capacitação, mencionou-se apenas que o TRF3 disponibiliza cursos, mas não foi relatado incentivo interno à realização.

Em relação às metas do CNJ, especialmente à Meta 1, que recebe uma atenção especial da unidade, sublinhou-se não ter sido possível seu cumprimento no ano de 2019, em razão de erro na distribuição de processos. Nesse tocante, explicou-se que a desembargadora responsável estava exercendo a função de Conselheira no CNJ até setembro de 2019 e, com seu retorno ao TRF3, o sistema interpretou como se um novo gabinete houvesse sido criado. Com isso, o acumulador de processo aparecia zerado e, enquanto os outros 15 gabinetes que compõem a 3ª Seção receberam, em média, 820 processos, para a unidade inspecionada foram distribuídos, em outubro de 2019, cerca de 3.500 feitos. Esse problema só veio a ser identificado, reportado e solucionado em fevereiro de 2020, consoante Processo SEI n. 0007564-06.2020.4.03.8000. Por consequência, houve prejuízo no cumprimento da Meta 1, diante da excessiva quantidade de processos erroneamente atribuída ao gabinete em outubro de 2019.

Além da Meta 1, busca-se dar cumprimento às demais metas estabelecidas pelo CNJ, sem esquecer da análise prioritária com base na qualidade da parte, a partir de critérios como idade, hipossuficiência e doença grave.

Quanto ao incentivo à conciliação, mencionou-se que a desembargadora sempre busca resoluções conciliatórias e saídas extrajudiciais para os processos. Para tanto, ela mantém diálogo constante com o INSS em busca de encontrar novos caminhos que possam auxiliar na resolução das demandas. Nessa linha, quando tomou posse em 2010, o gabinete tinha mais de 3.000 processos de execução aguardando julgamento há bastante tempo. A saída encontrada foi encaminhá-los ao INSS para que fossem apresentados novos cálculos e muitos feitos foram resolvidos via acordo, mediante a concordância da parte contrária com os valores atualizados.

De forma a buscar soluções diversas da judicial, foram feitos outros trabalhos que obtiveram resultados positivos. O mais recente, relativo à aplicação da taxa referencial na condenação, propiciou a homologação de 104 acordos entre fevereiro de 2017 e julho de 2018. Outros acordos também foram homologados no ano de 2019, porém, em razão da pandemia, não foi possível acessar os dados.

Já no que se refere aos processos sobrestados, foram enumeradas várias matérias atinentes à afetação:

- Tema 692 – devolução de tutela revogada;
- Tema 975 – decadência das questões não apreciadas pela Administração;
- Tema 951 – cálculo dos benefícios concedidos no “buraco negro”;
- Tema 979 – devolução de valores decorrente de erro administrativo;
- Tema 862 – termo inicial do auxílio-acidente;
- Tema 982 (Pet 8.002 STF) – 25% para benefício diverso da invalidez;
- Tema 999 – revisão da vida toda;

- Tema 1.005 – prescrição quinquenal a contar da ACP sobre os novos tetos*;
- Tema 1.011 – fator previdenciário na aposentadoria do professor;
- Tema 1.013 – desconto de período de atividade nos benefícios por incapacidade;
- Tema 1.018 – execução do benefício judicial até o início do administrativo;
- Tema 1.031 – vigilante;
- IRDR (TRF) – teto antes da CF.

Informou-se que, na triagem inicial, é observado se a demanda é referente a algum desses temas e, caso seja, é proferida decisão de sobrestamento. Os processos sobrestados na fase inicial são remetidos à subsecretaria do TRF3 e, quando há o julgamento no STJ ou no STF, o gabinete solicita à subsecretaria a conclusão para julgamento dos feitos referentes ao tema decidido.

Em relação aos processos de competência delegada, que dependem do envio das mídias pelo TJSP, foi relatada a demora no envio desses arquivos. Nesses casos, aguarda-se o decurso de 45 dias e, se a mídia não chegar, solicita-se novo envio à vara de origem.

Quanto aos processos de competência delegada, informou-se fato prejudicial à celeridade dos julgamentos. Ao retornarem à vara de origem do TJSP, seja para execução ou para alguma diligência, há grande demora na recepção dos feitos, os quais, durante certo período, ficam num “limbo”: o processo sai do TRF3, mas não chega ao TJSP, e vice-versa.

Quanto à recomendação da inspeção de 2018, no sentido de zerar os processos de 2017, a fim de qualificar ainda mais o acervo, registrou-se que o objetivo foi atingido e que, atualmente, os processos anteriores a outubro de 2019 são aqueles que retornam do STJ com Recurso Especial provido.

Entre as dificuldades, relatou-se, especificamente quanto ao período de pandemia, que a suspensão dos prazos acarretou a conclusão cumulativa de grande número de processos com recursos internos, o que fez com que a equipe reformulasse a meta coletiva para o atendimento dessa demanda represada. Também se sublinhou a necessidade de reposição de servidores e a necessidade de maior integração entre os sistemas do TRF3 e do TJSP.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do acervo de processos conclusos, de 606, em julho de 2018, para 1.939 processos, no mês anterior à inspeção.

E, uma vez considerado o período de 12 meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior à inspeção, eram 1.369 feitos e, no mês anterior à inspeção, eram 1.939 processos.

Verifica-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 608, na última inspeção, para 199 processos, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Quanto à produtividade, comparando-se o quantitativo de processos julgados entre agosto/2017 e julho/2018, 3.759 processos, e o número de julgados no ano anterior a esta inspeção, 4.831 processos, houve evolução.

O tempo médio gasto pelo gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de cinco meses, enquanto a 3ª Seção apresenta tempo médio de 15 meses, a indicar o excelente desempenho da unidade.

Por fim, considera-se importante destacar a necessidade, apontada pela unidade inspecionada, de maior integração entre os sistemas do TRF3 e do TJSP, para que questões operacionais, quanto ao envio e ao recebimento de autos eletrônicos, não interfiram no tempo de julgamento dos processos de competência delegada.

14. RECOMENDAÇÕES

Adotar as seguintes práticas, a serem verificadas na próxima autoinspeção:

- a) atentar para a observação do item 11;
- b) aprimorar ainda mais os trabalhos, manter o controle dos prazos dos recursos internos, para que os embargos de declaração e agravos internos sejam julgados dentro do prazo máximo de 180 dias;
- c) manter os excelentes trabalhos de incentivo à conciliação e a outros métodos de resolução não judicial dos conflitos;
- d) manter o excelente patamar de produtividade, para permanecer com o acervo controlado.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 9ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL GILBERTO JORDAN

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Gilberto Jordan

2.2 Turma

Nona Turma

2.3 Competência

Matéria previdenciária.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção):

Desembargador Federal Gilberto Rodrigues Jordan

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não houve remoção.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não houve.

3.4 Servidora responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Maria Luiza Basseto Alves - chefe de gabinete.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	18
Estagiários de nível superior	1
Servidores sem vínculo	zero
Estagiários de nível médio	zero
Outros	Não há.

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	4.888
Processos suspensos/sobrestados	86
Processos conclusos	1.957
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	1
Processos em mutirão, Turma suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	4.888
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	3.805
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	1.957
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.438
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	86
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	84

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, em que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Prejudicado.

Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao Gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Prejudicado.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior).	Prejudicado.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Prejudicado.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Prejudicado.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	138
Mandados de segurança	3
Conflitos de competência	24
Ações rescisórias	110
Outros	1
IRDR	zero
IAC	zero
Arguição de inconstitucionalidade	zero
Reclamações	zero

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	4.729
Recursos em ações civis públicas	1
Recursos em ações com preferência legal	767
Outros	3.961
Recursos em mandados de segurança coletivos	zero
Recursos em ações populares	zero
Recursos em ações de improbidade administrativa	zero
Recursos em ações de desapropriação	zero

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	4.729
Apelações cíveis	4.147
Agravos de instrument	481
Outros	101

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	zero
Ações penais	zero
Inquéritos	zero
Habeas corpus	zero
Revisões criminais	zero
Outros	zero

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	zero
Apelações	zero
Recursos em sentido estrito	zero
Recursos em habeas corpus	zero
Recursos em mandado de segurança	zero
Embargos infringentes e de nulidade	zero
Outros	zero

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	zero
Apelações	zero
Ações penais	zero
Inquéritos	zero
Habeas corpus	zero
Outros	zero

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	zero
Por IRDR	zero
Por IAC	zero
Por Arguição de Inconstitucionalidade	zero
Por Recurso Especial	zero
Por Recurso Extraordinário	zero

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	135
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	135
Agravos legais/regimentais	18
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	18
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	zero
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	zero

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	136
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado.	18

4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos conclusos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	3	4	4
Distribuídos em 2014	10	8	2
Distribuídos em 2015	13	7	4
Distribuídos em 2016	79	16	12
Distribuídos em 2017	436	49	36
Distribuídos em 2018	543	450	55
Distribuídos em 2019	-	889	1.429
Distribuídos em 2020	-	-	411
Total	1.084	1.423	1.953

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	8
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	8

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como relator	3
Total como relator para o acórdão	zero

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	5.530
Total de processos julgados	6.536
Total de processos baixados	3.988
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-1.006
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	1.542

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos não regularizados	zero
Total de feitos não regularizados	zero
Total de feitos verificados na inspeção anterior	57
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	80

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	6.153
Processos julgados no ano anterior	4.985
Processos distribuídos no ano corrente	1.331
Processos julgados no ano corrente	1.706

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	6
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	5
Porcentagem de atendimento da meta	117,57%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.691
Pendentes no último dia do mês anterior	6
Porcentagem de atendimento da meta	99,86%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.524
Pendentes no último dia do mês anterior	10
Porcentagem de atendimento da meta	116,62%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não pertinente.
Pendentes em 31/12/2019	não pertinente.
Porcentagem de atendimento da meta	não pertinente.

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não pertinente.
Pendentes no último dia do mês anterior	não pertinente.
Porcentagem de atendimento da meta	não pertinente.

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	não pertinente.
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	não pertinente.
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	não pertinente.
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	não pertinente.

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	zero

Pendentes em 31/12/2019	zero
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica.

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	zero
Pendentes no último dia do mês anterior	zero
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica.

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	Não pertinente.
Processos julgados no ano anterior	Não pertinente.
Processos distribuídos no ano corrente	Não pertinente.
Processos baixados no ano corrente	Não pertinente.
Processos julgados no ano corrente	Não pertinente.
Processos baixados no ano anterior	Não pertinente.

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não pertinente.
Pendentes em 31/12/2019	Não pertinente.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	Não pertinente.
Pendentes no último dia do mês anterior	Não pertinente.
Porcentagem de atendimento da meta	Não se aplica.

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	Não pertinente.
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	Não pertinente.

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendação na última inspeção? Quais?

Sim. a) Dar cumprimento aos apontamentos lançados nos processos inspecionados (item 3) e aos demais processos em condições semelhantes; b) envidar esforços para zerar o quantitativo com distribuição até o ano de 2017, ainda remanescentes para julgamento, de modo a qualificar ainda mais o acervo da unidade; c) adotar ações no sentido de reduzir o quantitativo de processos com embargos de declaração e agravos pendentes de julgamento e levar a julgamento todos os processos com tutela provisória deferida há mais de 90 dias (item 3.13 do questionário); d) continuar e intensificar os projetos de conciliação desenvolvidos pelo gabinete, que constituem uma via alternativa importante para a solução de conflitos; e e) manter método de trabalho, que merece elogio.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) Os processos constantes do item 3 da última inspeção já estavam, em sua maioria, pautados para julgamento e os demais estavam sobrestados, aguardando julgamento pelo STJ do Resp 1.233.182/ PB. b) Este gabinete tem envidado esforços para eliminar os processos mais antigos, mediante implantação de melhores métodos de treinamento de servidores e aumento da meta individual de produtividade. c) Este gabinete sempre priorizou o julgamento dos processos com embargos de declaração e agravos. Os processos com tutela provisória deferida, em sua maioria nas ações rescisórias, são julgados logo após a fase instrutória. d) Este gabinete aderiu prontamente ao programa, principalmente nos feitos referentes às aposentadorias por invalidez, aos auxílios-doença e aos embargos à execução, nos quais se discutem as questões da correção monetária e juros moratórios. e) A busca pela entrega da prestação jurisdicional em tempo e modo devidos é uma preocupação constante de todos os nossos servidores.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Somente não foram cumpridas, totalmente, as recomendações referentes ao julgamento de processos distribuídos até 2017 e dos processos que tiveram tutela provisória deferida e estão pendentes de julgamento. Como já explicado no item anterior, temos ações rescisórias em que é necessária a finalização da fase instrutória

para se proceder ao julgamento. E nos demais casos, excetuando-se os processos que se encontram sobrestados, este gabinete prioriza o julgamento dos processos mais antigos, utilizando-se do critério cronológico de entrada do processo.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim. Meta 1 do CNJ. Foi cumprida 81,01%. Houve aumento da distribuição no final do ano. Está sendo incrementada a produtividade para recuperar o não atendimento da Meta 1 no ano em curso.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Continuamos com a triagem dos processos, que são separados quando da distribuição do feito ao gabinete. Os processos que devem ser redistribuídos, regularizados, despachados para fins de diligência e encaminhados ao MPF são imediatamente despachados. Os processos, após identificação (etiquetados), são separados por matéria, sendo que as repetitivas têm pronto julgamento. Os demais são separados por matéria, etiquetados e disponibilizados na caixa (tarefa) do servidor. Periodicamente, são efetuados levantamentos de dados para identificação de processos mais antigos para julgamento prioritário. Os servidores trabalham em equipe, inclusive com a subsecretaria da Turma, de modo a se entregar a prestação jurisdicional em tempo e modo devidos. A visão criada dentro do setor, de que trabalhamos com vidas e não com números, faz com que os servidores tenham a satisfação de efetivamente atender, no menor tempo e da melhor maneira, quem busca uma resposta do Judiciário.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

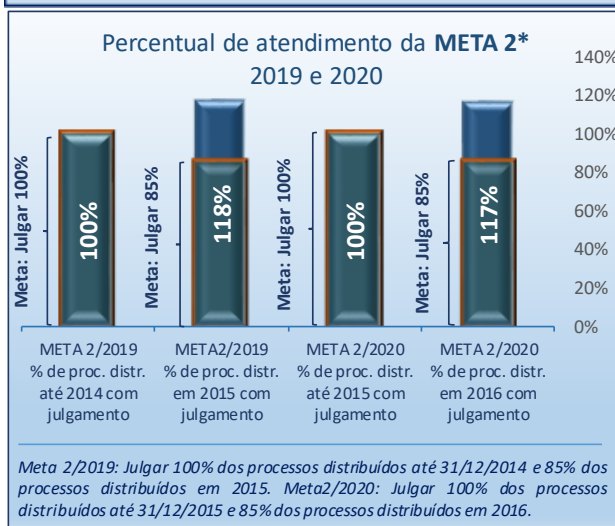
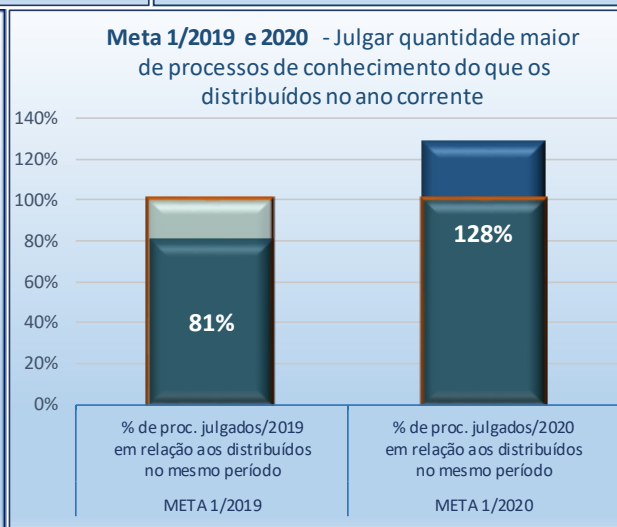
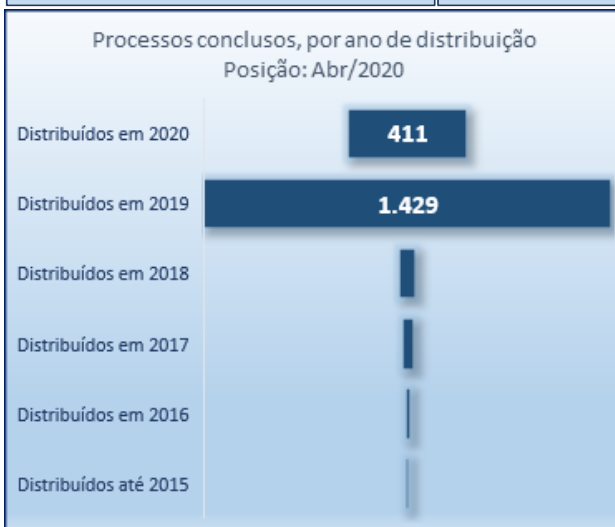
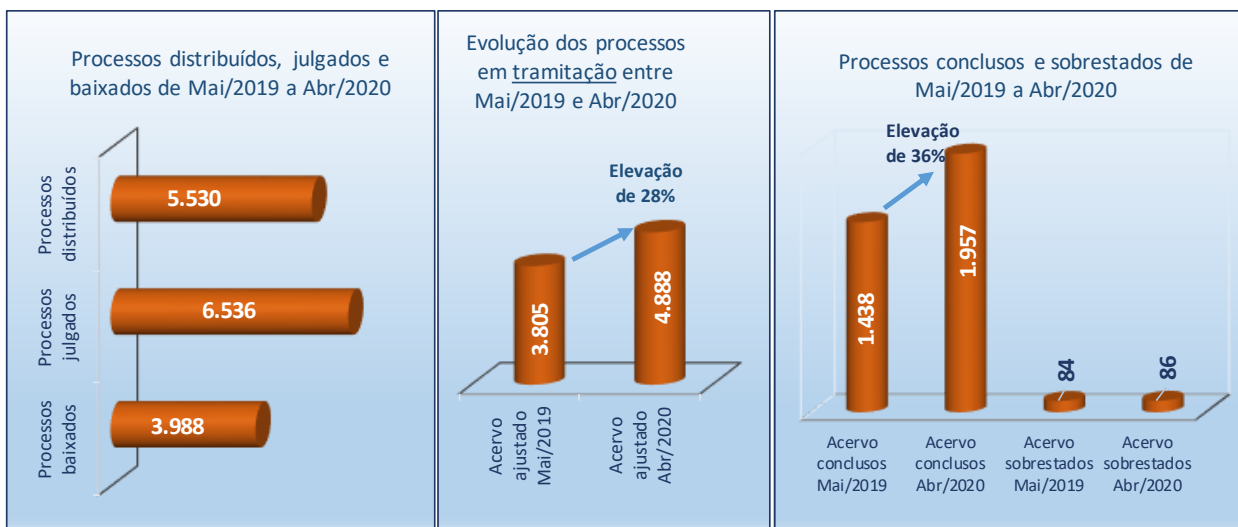
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50277431120194030000	24/10/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Acórdão proferido na sessão do dia 2/4/2020.		
50278826020194030000	25/10/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Acórdão proferido na sessão do dia 2/4/2020.		
50281501720194030000	29/10/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Acórdão proferido na sessão do dia 2/4/2020.		
50021976120184039999	20/3/2018	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Processo suspenso conforme Tema Repetitivo n. 979 do Superior Tribunal de Justiça.		
50145835020184030000	27/6/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo suspenso conforme Tema Repetitivo n. 982 do Superior Tribunal de Justiça.		
50108690320184036105	19/9/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta. Data prevista para a sessão: 17/6/2020.		
50060369420184036119	28/5/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo aguardando lavratura de acórdão vencedor no gabinete da Desembargadora Federal Marisa Santos.		
50030088420194039999	29/10/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta. Data prevista para a sessão: 17/6/2020.		
50005050620174036105	11/6/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão proferido na sessão do dia 6/5/2020.		
50024574320184036183	8/2/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão proferido, em agravo interno, na sessão do dia 2/4/2020.		
50162036320194030000	26/6/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Acórdão proferido, em agravo interno, na sessão do dia 2/4/2020.		
57263707420194039999	6/6/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão proferido, em agravo interno, na sessão do dia 2/4/2020.		
50274937520194030000	22/10/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Acórdão proferido, em agravo interno, na sessão do dia 2/4/2020.		
50303170720194030000	21/11/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído em pauta. Data prevista para a sessão: 17/6/2020.		
00140921220154039999	5/2/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta. Data prevista para a sessão: 17/6/2020.		
50285572320194030000	4/11/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Acórdão proferido, para o agravo de instrumento e o regimental, na sessão do dia 2/4/2020.		
50060437620194030000	13/3/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído em pauta. Data prevista para a sessão: 20/5/2020.		
50059683720194030000	13/3/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo no gabinete da conciliação para a análise de proposta de acordo.		
50080755420194030000	3/4/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo aguardando vista no Gabinete da Desembargadora Federal Inês Virgínia.		

50040405120194030000	21/2/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo aguardando vista no Gabinete da Desembargadora Federal Inês Virgínia.		
50022435220184036183	11/4/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão proferido, em embargos de declaração, na sessão de 6/5/2020.		
50090728320174036183	25/4/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão proferido, em embargos de declaração, na sessão de 24/4/2020.		
00128146820184039999	10/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta. Data prevista para a sessão: 17/6/2020.		
50028978620174036114	4/7/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta. Data prevista para a sessão: 17/6/2020.		
50008157520184036105	11/6/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão proferido, em embargos de declaração, na sessão de 24/4/2020.		
50103161320184036183	20/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão proferido, em embargos de declaração, na sessão de 6/5/2020.		
5003983-77.2017.4.03.9999	28/12/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso conforme Tema Repetitivo n. 979 do Superior Tribunal de Justiça.		
5000003-82.2017.4.03.6100	4/12/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso conforme Tema Repetitivo n. 979 do Superior Tribunal de Justiça.		
5002197-61.2018.4.03.9999	20/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso conforme Tema Repetitivo n. 979 do Superior Tribunal de Justiça.		
5001033-85.2018.4.03.6111	3/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta. Data prevista para a sessão: 17/6/2020.		
5004931-82.2018.4.03.9999	23/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso conforme Tema Repetitivo n. 979 do Superior Tribunal de Justiça.		
5004936-07.2018.4.03.9999	23/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso conforme Tema Repetitivo n. 979 do Superior Tribunal de Justiça.		
5012927-58.2018.4.03.0000	12/6/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo suspenso conforme Tema Repetitivo n. 692, do Superior Tribunal de Justiça.		

5014583-50.2018.4.03.0000	27/6/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo suspenso conforme Tema Repetitivo n. 982, do Superior Tribunal de Justiça.		
0013541-35.2005.4.03.6102	23/4/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído em pauta. Data prevista para a sessão: 17/6/2020.		
0004413-46.2019.4.03.9999	25/7/2019	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Aguardando mídia física com os depoimentos das testemunhas, indispensável para a análise dos autos. O recebimento daquela está prejudicado pelas restrições impostas pelas normas de controle sanitário da pandemia. Aguardando solução institucional para o recebimento dos arquivos.		
0006396-68.2008.4.03.6183	1º/10/2008	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Acórdão proferido, em embargos de declaração, na sessão de 1º/4/2020. Localização atual: subsecretaria da Terceira Seção.		
0003112-66.2011.4.03.6112	7/2/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso conforme Tema Repetitivo n. 979 do Superior Tribunal de Justiça.		
0041622-30.2011.4.03.9999	10/10/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso conforme Tema Repetitivo n. 979 do Superior Tribunal de Justiça.		
0000151-43.2011.4.03.6116	9/8/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso conforme Tema Repetitivo n. 979 do Superior Tribunal de Justiça. Os autos digitais se encontram inacessíveis por problemas de ordem técnica do TRF. Os setores responsáveis já foram comunicados. O gabinete aguarda a resolução da questão.		
0031268-14.2009.4.03.9999	27/8/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico concluso para juízo de retratação na data de 2/3/2020. O julgamento não é possível no momento, tendo em vista as restrições impostas pelas normas institucionais de controle sanitário da pandemia do novo coronavírus. Assim que a situação permita, será levado à sessão.		
0000979-53.1999.4.03.6118	14/10/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão proferido, em juízo de retratação, na sessão do dia 6/5/2020.		
0049352-58.2012.4.03.9999	11/12/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Acórdão proferido, em juízo de retratação, na sessão do dia 6/5/2020.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 43 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, 42 são eletrônicos, já que os físicos foram quase todos digitalizados, exceto o 00312681420094039999, que retornou da Vice-Presidência para juízo de retratação, mas de forma física, de modo que ainda deve ser digitalizado.

Em relação aos processos listados da amostra, apenas dois mereceram recomendação específica:

a) incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias): 00135413520054036102.

b) outra recomendação: Processo físico que retornou da Vice-Presidência para juízo de retratação. Entretanto, em razão da pandemia, não foi possível ainda proceder à digitalização. Assim que houver o retorno à normalidade, proceder à digitalização: 00312681420094039999.

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Inicialmente, registra-se que, apesar de a inspeção ter sido realizada de modo remoto, em razão da pandemia do novo coronavírus, os trabalhos transcorreram da melhor forma possível, por meio da realização de entrevista por videoconferência entre a equipe da Corregedoria-Geral e os servidores que exercem as funções de assessor especial e de chefia de gabinete. Ambos foram muito cordiais e se apresentaram solícitos para com a prestação de informações e esclarecimentos buscados junto à unidade inspecionada.

Atualmente, a equipe de servidores está completa e é composta por 18 servidores, além de um estagiário de nível superior, cujo contrato se encerrou em 30/6/2020. Há vagas para estagiários que não podem ser preenchidas em decorrência da pandemia.

Quanto ao regime de teletrabalho, em razão da pandemia, todos os servidores estão realizando suas atividades de forma remota, incluindo a estagiária. Anteriormente, no período ordinário, nove servidores desempenhavam suas atividades em regime de teletrabalho, sendo oito com comparecimento ao gabinete uma vez por semana e um servidor que comparece dois dias por semana, havendo um acréscimo de 20% na meta dos servidores submetidos ao regime de teletrabalho.

O teletrabalho tem sido avaliado de forma muito positiva, inclusive foi informada a percepção do aumento da produtividade.

Salientou-se que há uma meta individual, sendo o critério para a sua fixação dependente da matéria a ser analisada. Quanto maior a complexidade da matéria *sub judice*, menor a cota e vice versa. O acompanhamento da cota é semanal, porém, o acompanhamento do desempenho é mensal. Caso não haja o cumprimento da cota, o

servidor tem a oportunidade de que, no mês subsequente, proceda à complementação e tornando-se possível o atingimento da meta coletiva: que é de 250 a 300 processos por sessão de julgamento. Deve-se considerar que as sessões de julgamento da Turma ocorrem quinzenalmente, sendo a meta coletiva mensal fixada entre 500 e 600 processos julgados, dependendo da complexidade dos processos.

Quanto às metas, foi informado que a cota individual pode ser alterada em decorrência do acervo/distribuição de processos, para que se atinja a meta do gabinete. Há, também, um sistema de recompensas vinculadas às metas, sendo concedido um dia de folga para ser gozado em data a ser combinada com a chefia de gabinete.

No que concerne à organização dos trabalhos, relatou-se que os processos são triados por um servidor, assim que distribuídos (pelo PJe) ao gabinete. Observa-se se o caso é de intervenção do Ministério Público Federal e, em caso positivo, é, imediatamente, despachado para abertura de vista. Também se observa a competência do TRF3, bem como da Seção. Verifica-se se houve produção prova testemunhal e se a mídia respectiva está nos autos. Nos casos de competência delegada (art. 109 da CF), aguarda-se, por 30 dias, o envio da mídia. Após esse prazo, oficia-se ao juízo *a quo*, solicitando a remessa dessa mídia.

Ainda, foi relatado que o controle dos feitos é realizado por meio de etiquetagem no PJe, designando o processo ao servidor competente para a matéria específica. O acervo é distribuído por matéria/servidor, com atenção ao órgão julgador, de maneira que, com base no número de processos e na complexidade, a assessora está vinculada ao acervo da 3ª Seção, enquanto os demais são vinculados ao acervo da Turma. A estagiária remanescente estava vinculada aos processos da Turma.

Foi destacado que a meta e as prioridades legais são controladas por meio de planilha do Excel e as urgências são devidamente comunicadas diretamente ao servidor responsável pelo processo, pelo e-mail ou pelo aplicativo *WhatsApp*.

Relatou-se que o acompanhamento do acervo de competência da 9ª Turma está sob a supervisão da chefia de gabinete, enquanto os processos da 3ª Seção estão sob a supervisão da assessoria.

Quanto aos embargos de declaração, já são triados pelo próprio PJe, aparecendo em pasta diferenciada na ocasião da juntada da petição pela parte embargante. As minutas são elaboradas pelo servidor responsável pela matéria.

Quanto aos modelos, informou-se que são utilizados, já que o desembargador se encontra lotado no gabinete há, aproximadamente, cinco anos e tem entendimento consolidado sobre muitas matérias. Quando há alguma alteração de entendimento, o fato é comunicado imediatamente aos servidores para as alterações nos modelos de minutas.

Foi relatado que, na maioria das vezes, as decisões são levadas ao julgamento colegiado. O gabinete também profere decisões monocráticas, porém, em número bem menor. A maioria das decisões proferidas são terminativas, salvo raríssimas exceções.

Em relação aos processos sobrestados vinculados ao gabinete são, no total, 410. Há vários temas que aguardam julgamento, especialmente pelo STJ, em sua maioria, vinculados ao Tema 979 (devolução de valores recebidos de boa-fé pelos segurados). Há, também, processos vinculados aos Temas 692, 862, 951, 975, 979, 982, 995, 999, 1005, 1011, 1013, 1018 e 1031. Por fim, o IRDR-5022820-39.2019.403.0000, do TRF da 3ª Região, que trata de readequação aos tetos estabelecidos pelas ECs 20/98 e 41/2003 dos benefícios concedidos antes da CF/88. Na sistemática adotada, uma vez verificada a temática, os processos são encaminhados à subsecretaria, onde permanecem até o julgamento do tema. O acompanhamento dos julgamentos desses temas é realizado tanto pela subsecretaria quanto pelo gabinete.

Não existem processos físicos pendentes de digitalização, além do Processo n. 00312681420094039999. Tal processo físico retornou da Vice-Presidência para juízo de retratação. Entretanto, em razão da pandemia, não foi possível, ainda, proceder à digitalização.

No que se refere à Meta 1, em relação ao ano passado, mencionou-se o cumprimento de 81,01%, em decorrência do aumento da distribuição no final do ano. O gabinete reportou que está sendo incrementada a produtividade para recuperar o não atendimento da Meta 1, no ano em curso, o que já está sendo verificado pelos números apresentados. As demais metas foram integralmente cumpridas. O gabinete prioriza o julgamento dos processos mais antigos, utilizando-se do critério cronológico de entrada.

Quanto a votos-vista, não há nenhum pendente, já que são levados a julgamento, sempre que possível, na sessão seguinte ao pedido.

No que tange às conciliações, foi apontado pela unidade inspecionada que não é tão comum ocorrer, em decorrência da especialização da matéria (previdenciária). Então, apesar de o TRF da 3ª Região estimular a conciliação, apenas em alguns casos, o INSS abre a possibilidade de acordos, razão pela qual poucos processos são enviados à conciliação.

Por último, a unidade relatou que as maiores dificuldades se relacionam às mídias (sistema de gravação audiovisual) dos processos recebidos da competência delegada do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, na maioria das vezes, não são juntadas aos processos quando remetidos à Justiça Federal. Essa demora no envio das mídias atrasa o julgamento dos processos correspondentes.

Outra dificuldade apontada pela unidade diz respeito à baixa dos autos, também nos casos de competência delegada, em decorrência da ausência de integração adequada dos sistemas de processo eletrônico da Justiça Federal e da Justiça do Estado de São Paulo, o que impede a execução do julgado.

Foram, também, relatadas dificuldades, quanto à falta de automação de rotinas no PJe para trabalhos repetitivos e no processamento da assinatura das ementas/ acórdãos no PJe em caso de divergências.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos, de 366 para 1.957. Uma vez considerado o período de 12 meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 1.438 feitos e, no mês anterior à inspeção, eram 1.957.

Verifica-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 411, na última inspeção, para 135, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente. Foram julgados, em 2019, 4.985 processos e, no relatório da inspeção anterior, 3.369.

O tempo médio gasto, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de cinco meses, enquanto que o tempo médio na 3ª Seção é de 15 meses. Trata-se de indicador que merece destaque.

No mais, observou-se que o gabinete está muito bem organizado, possuindo metodologia e atos de gestão nas rotinas de trabalho, desde o momento da distribuição até o julgamento dos processos, estando a unidade inspecionada engajada no propósito constante de aumento de produtividade para redução do acervo de processos, para uma melhor prestação jurisdicional.

14. RECOMENDAÇÕES

Adotar as seguintes práticas, a serem verificadas na próxima autoinspeção:

- a) cumprir as recomendações do item 11;
- b) envidar esforços para dar cumprimento à Meta 1 CNJ;
- c) manter o método de trabalho e desempenho, que merece elogio.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 9ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL BATISTA GONÇALVES

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal João Batista Gonçalves.

2.2 Turma

9ª Turma / 3ª Seção

2.3 Competência

Direito Previdenciário e Assistência Social

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrados lotados no órgão (início da inspeção)

No período da 1ª fase da inspeção: Juíza Federal Convocada Leila Paiva
Magistrado atual: Desembargador Federal João Batista Gonçalves.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Posse como Desembargador Federal em 23/4/2020. Designação para o gabinete 3092, a partir de 23/4/2020, Ato Pres 2.629, de 24/4/2020, acervo 15.241 Remoção para o gabinete 3093, a partir de 7/5/2020, Ato Pres 2.638, de 27/4/2020, acervo 9.946.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Desembargadora Federal Marisa Santos - 20/10/2014 a 29/2/2020; Desembargadora Federal Therezinha Cazerta – 1º/3/2020 a 28/4/2020.

3.4 Servidora responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Cristina Paula Maestrini, assessora.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	13
Estagiários de nível superior	2
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	10.859
Processos suspensos/sobrestados	186
Processos conclusos	8.496
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal **vinculados ao gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	10.859
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	8.195
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	8.496
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	6.085
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	186
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	80

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrados ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, em que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Não se aplica.
Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Não se aplica.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior).	Não se aplica.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	104
Mandados de segurança	4
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	11
Reclamações	0
Ações rescisórias	83
Outros	6

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	10.754
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	1
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	1.215
Outros	8.426

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	10.754
Apelações cíveis	9.392
Agravos de instrumento	1.062
Outros	115

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	1
Outros	1
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	não se aplica
Apelações	não se aplica
Recursos em sentido estrito	não se aplica
Recursos em habeas corpus	não se aplica
Recursos em mandado de segurança	não se aplica
Embargos infringentes e de nulidade	não se aplica
Outros	não se aplica

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	não se aplica
Apelações	não se aplica
Ações penais	não se aplica
Inquéritos	não se aplica
Habeas corpus	não se aplica
Outros	não se aplica

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	2
Por Recurso Especial	2

Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	169
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	168
Agravos legais/regimentais	149
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	149
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	886
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	2

4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos concluídos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	98	20	6
Distribuídos em 2014	257	46	7
Distribuídos em 2015	623	182	35
Distribuídos em 2016	1.211	770	387
Distribuídos em 2017	2.254	1.390	953
Distribuídos em 2018	853	2.538	1.408
Distribuídos em 2019	-	1.094	4.194
Distribuídos em 2020	-	-	1.494
Total	5.296	6.040	8.484

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	9
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como relator	6
Total como relator para o acórdão	9

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	5.870
Total de processos julgados	5.205
Total de processos baixados	3.538
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	665
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	2.332

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	120
Total de feitos não regularizados	não há informação disponível, diante da recente troca de acervo
Total de feitos verificados na inspeção anterior	134
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano corrente	1.663
Processos julgados no ano corrente	919
Processos distribuídos no ano anterior	6.161
Processos julgados no ano anterior	4.041

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.261
Pendentes em 31/12/2019	8
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.032
Pendentes em 31/12/2019	53
Porcentagem de atendimento da meta	114,58%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.864
Pendentes no último dia do mês anterior	29
Porcentagem de atendimento da meta	99,28%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.358
Pendentes no último dia do mês anterior	353
Porcentagem de atendimento da meta	99,59%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes no último dia do mês anterior	1
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	não se aplica
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	não se aplica

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes em 31/12/2019	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	não se aplica
Processos baixados no ano anterior	não se aplica
Processos julgados no ano anterior	não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	não se aplica
Processos baixados no ano corrente	não se aplica
Processos julgados no ano corrente	não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes em 31/12/2019	não se aplica

Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica
------------------------------------	---------------

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019

Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	não se aplica
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim, houve a recomendação para a adoção das seguintes práticas: a) dar cumprimento, com prioridade, aos apontamentos lançados nos processos inspecionados, bem como em relação aos demais processos em condições semelhantes eventualmente existentes no acervo; b) envidar esforços para zerar o quantitativo com distribuição até o ano de 2017 ainda remanescente para julgamento; c) dar andamento aos processos pendentes da inspeção anterior, a adoção de ações no sentido de reduzir o quantitativo de processos com embargos de declaração e agravos pendentes de julgamento, bem como levar a julgamento todos os processos com tutela provisória deferida há mais de 90 dias; d) atentar para os processos de competência originária, buscando reduzir o quantitativo, notadamente de ações rescisórias; e) adotar ações objetivando a inversão do fluxo processual do gabinete, momentaneamente deficitário; e f) manter o método de trabalho. Informações obtidas no relatório de 2019.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

a) Insp/2018: 00088216320114036183 e 00025755120134036128: baixa def.; julgamento em 90 dias: foram decididos, exceto 00390339420134039999 e 0111507620114036109: sobrestados/Tema 979; ACP00004371820154036007: julgada; 0120615320144039999: julgada, atualmente na Conciliação; b) acervo até 2017: busca-se constante/ a redução do acervo, não conseguindo obter ainda o resultado almejado, contudo, em determinadas teses: LOAS - Sal. mat. - Aux. recl. -

MS, o julgamento se dá à medida q os processos são distribuídos. Estão sendo julgados, prioritariamente, os distribuídos em 2015/2016, exceto os em fase de execução, que ainda restam alguns de anos anteriores; c) Insp/2017: 201103990415486 previsão julgamento 30/10/19; 201303990258353 e 201203990304140: sobrestados/Tema 979; 201603990401278: retorno do TJ 8/2019. Qto aos ED e AG/feitos tut. prov. deferida, esforços no sentido do julgamento constante desses recursos; d) Comp. Orig.: 34 rescisórias pendentes, três anteriores a 2017: 201303000240404/201503000276572. Informações do relatório 2019.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há pendências em relação à inspeção 2018, segundo relatório apresentado em 2019.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

As metas *1/2020 e * 2/2020, relativas aos processos distribuídos até 31/12/2015, 99,28%. Os processos serão analisados em caráter prioritário e verificadas as condições levados a julgamento.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O Desembargador Federal João Batista Gonçalves foi recentemente empossado no cargo, em 23/4/2020, em promoção por antiguidade, e assumiu o acervo do gabinete 30 em 7/5/2020. A equipe de funcionários pertencia ao gabinete da então Juíza Federal convocada Vanessa Mello e está desenvolvendo os trabalhos da melhor forma, sendo a atribuição de cada servidor estabelecida por assunto ou classe processual. Em tempos de pandemia, ainda não foi possível uma reunião presencial, mantendo-se a metodologia que já vinha sendo adotada, com perspectiva de bons resultados na prestação jurisdicional. As dificuldades decorrem da natureza da atividade, complexa e de grande responsabilidade, agravadas pela crise sanitária que o mundo atravessa, sendo que os trabalhos hoje ocorrem por teletrabalho.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50233980220194030000	11/9/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
50284559820194030000	31/10/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
50006264020174036103	13/6/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
50042974720174030000	17/4/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
50031334720174030000	31/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
50023964420174030000	22/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
50025359320174030000	24/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
50052501120174030000	28/4/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
50155191220174030000	25/8/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
50142243720174030000	9/8/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
00036405920134036103	26/12/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado por força do Tema 979 STJ, Resp. 1381734/RN.		
00419014020164039999	19/12/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		

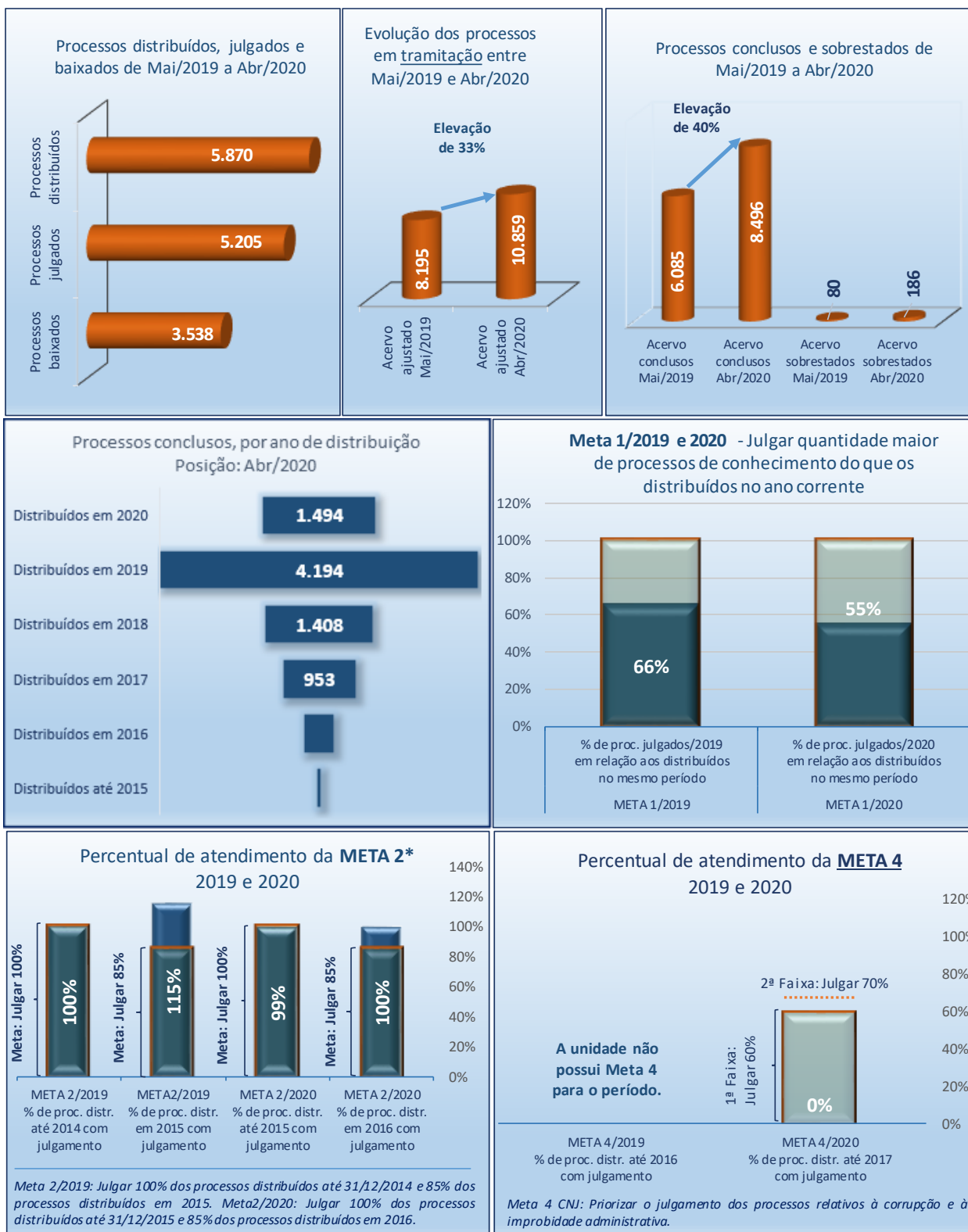
00107820320124036119	21/1/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado nos termos do Tema 979 STJ, Resp. 1381734/RN.		
00052202420134036104	3/7/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado, representativo de controvérsia.		
00156877520174039999	25/5/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando inclusão em pauta, após ser retirado de pauta em 21/2/2020, em vista da mudança de acervo.		
50233458920174030000	1º/12/2017	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
00304141520124039999	27/7/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado pelo Tema 979 STJ, Resp 1381734/RN.		
00022469520154039999	5/2/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será retirado do sobrestamento, triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
50225513420184030000	13/9/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
00036253820144036109	2/3/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo suspenso por força do Tema 979 STJ - Resp.1381734/RN		
50027447220164039999	23/11/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo está concluso no gabinete 32 para lavrar acórdão em embargos de declaração.		
50080371320174030000	2/6/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
00219728420174039999	3/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: A proposta de homologação de acordo será analisada e remetida a julgamento.		
50003976320174036141	13/12/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
50095603820174036183	19/12/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
0030923-38.2015.4.03.9999	14/8/2015	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
0015875-39.2015.4.03.9999	24/4/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
0000792-19.2014.4.03.6183	13/1/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
0000253-78.2015.4.03.6131	7/1/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
0010598-18.2011.4.03.6140	28/1/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
0003436-59.2016.4.03.9999	4/2/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
0007177-37.2011.4.03.6102	12/2/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
0003498-94.2014.4.03.6111	15/2/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
0004973-90.2016.4.03.9999	18/2/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
0007096-61.2016.4.03.9999	29/2/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
0007678-61.2016.4.03.9999	7/3/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
0007814-58.2016.4.03.9999	8/3/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
0003474-71.2016.4.03.9999	4/2/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
0008806-19.2016.4.03.9999	11/3/2016	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
0005871-06.2016.4.03.9999	22/2/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
0005868-51.2016.4.03.9999	22/2/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
0004379-76.2016.4.03.9999	12/2/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
0004381-92.2009.4.03.6183	6/6/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
0000289-67.2013.4.03.6139	13/6/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
0023097-24.2016.4.03.9999	6/7/2016	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
5003201-31.2016.4.03.0000	15/12/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
5001749-83.2016.4.03.0000	26/9/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
5000822-83.2017.4.03.0000	17/2/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
5023345-89.2017.4.03.0000	1º/12/2017	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Processo contabilizado na listagem em duplicidade		
5022551-34.2018.4.03.0000	13/9/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo contabilizado em duplicidade		
5117487-27.2018.4.03.9999	14/12/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
5819997-35.2019.4.03.9999	4/7/2019	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		

0054574-46.2008.4.03.9999	4/11/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo retirado de pauta em 21/2/2020 em vista de mudança de acervo. O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
0005067-94.2003.4.03.6183	9/8/2006	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será analisado e remetido a julgamento com prioridade		
0014654-70.2005.4.03.9999	28/3/2005	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo será analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		
0005340-73.2003.4.03.6183	10/12/2007	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo será triado, analisado e remetido a julgamento no segundo semestre.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 56 processos selecionados, todos foram inspecionados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

50023964420174030000	00230972420164039999	00309233820154039999
50008228320174030000	00053407320034036183	00088061920164039999

b) regularizar a fase processual no sistema e promover o andamento: 50006264020174036103.

c) outras recomendações: priorizar o julgamento do Mandado de Segurança vinculado à apelação: 00545744620084039999.

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Inicialmente, registra-se que, apesar de a inspeção ter ocorrido de forma remota, em razão da pandemia, os trabalhos transcorreram da melhor forma possível, por meio da realização de entrevista por videoconferência entre a equipe da Corregedoria-Geral e os servidores que exercem as funções de assessor especial e de chefia de gabinete. Ambos foram muito cordiais e se apresentaram solícitos para com a prestação de informações e esclarecimentos buscados junto à unidade inspecionada.

Antes de apresentar os dados, faz-se necessário compreender o contexto em que a unidade inspecionada se encontra.

O gabinete inspecionado tem o Desembargador Federal João Batista Gonçalves como titular, o qual tomou posse no TRF da 3ª Região, em 23/4/2020, e assumiu a unidade inspecionada, em 7/5/2020.

Da mesma forma, os servidores, que prestaram informações à equipe da corregedoria acerca da organização dos trabalhos, assumiram suas funções no gabinete inspecionado em 4/5/2020, de modo que eles próprios ainda estão se ambientando com a equipe lotada na unidade, com os novos trabalhos, com o acervo, bem como definindo as estratégias a serem adotadas para atingir os objetivos.

Além do curto período em que o desembargador está à frente da unidade inspecionada, desde a sua posse, por causa da pandemia, os trabalhos estão sendo realizados, por toda a equipe, de modo remoto. Não houve, portanto, reunião presencial entre o desembargador e os servidores, bem como entre os novos membros da equipe, ora entrevistados, e os demais servidores. Apesar disso, foi relatado o excelente

acolhimento de todos que compõem o gabinete, bem como a demonstração de comprometimento com as necessidades apresentadas.

Diante dessas questões, os trabalhos permanecem, por ora, sendo realizados da maneira como a equipe já os fazia anteriormente, seguindo a metodologia já adotada, descrita a seguir.

Atualmente, a equipe é composta por 14 servidores, além de dois estagiários de nível superior. Há duas vagas para servidores, mas, apesar de haver interessados em integrar o gabinete, registrou-se dificuldade para esse preenchimento, especialmente pela ausência de novos concursados. Também há vagas para estagiários que não podem ser preenchidas, por ora, em decorrência da pandemia.

Quanto ao regime de teletrabalho, em razão da suspensão do atendimento presencial, todos os servidores estão realizando suas atividades de forma remota, incluindo os estagiários.

Anteriormente, no período ordinário, eram três os servidores que desempenhavam suas atividades de forma remota, com comparecimento ao gabinete uma vez por semana, e não havia meta individual predeterminada.

Salientou-se que, apesar de não haver uma meta individual, a partir das etiquetas postas nos processos, é possível aferir a produtividade de cada servidor, que tem sido avaliada de forma muito positiva. Inclusive foi informada a percepção de aumento da produtividade desde a posse do desembargador. Registrou-se, também, que, após a experiência do teletrabalho, alguns servidores, que antes não o exerciam, manifestaram interesse de permanecer desempenhando suas atividades nessa modalidade.

No que concerne à organização dos trabalhos, o acervo é distribuído por matéria/servidor, com atenção ao órgão julgador, de maneira que, com base no número de processos e na complexidade da matéria, dois servidores estão vinculados ao acervo da 3ª Seção, enquanto os demais, no total de 12, são vinculados ao acervo da 9ª Turma. As estagiárias estão vinculadas aos processos turmários e a elas são atribuídas as tarefas de triagem e minutas de embargos de declaração.

Relatou-se que o acompanhamento do acervo de competência da 9ª Turma é realizado pela assessoria, enquanto os processos da 3ª Seção estão sob a supervisão da chefia de gabinete.

Quanto aos embargos de declaração, há uma divisão interna: aqueles dependentes de uma análise mais precisa são repassados para o servidor responsável pela matéria; caso se trate de embargos de cunho protelatório, para os quais possam ser utilizados modelos, as minutas são elaboradas pelas estagiárias e, posteriormente, conferidos pela assessoria.

Quanto à adoção de modelos, informou-se que são utilizados, porém, como a chegada do desembargador é muito recente, as teses estão sendo construídas agora, para, a partir delas, serem elaborados novos modelos.

A meta atual é a redução do acervo. Para isso, passou-se a realizar uma triagem mais específica, pois se verificou que os processos, apesar de se encontrarem triados, estavam numa pasta de triagem geral, sem as subdivisões necessárias para agilizar a execução dos trabalhos.

Nessa linha, a equipe está providenciando uma nova triagem para que os processos possam ser alocados em pastas específicas, o que facilitará a realização das providências correlatas e o uso dos modelos respectivos.

Em relação aos processos sobrestados, há vários temas que aguardam julgamento, especialmente pelo STJ, entre os quais foram citados os Temas 692, 1009, 1011, 1018 e 1075. Na sistemática adotada pelo gabinete, uma vez verificado o enquadramento do processo à temática, há o encaminhamento à subsecretaria, onde os autos permanecem até o julgamento do tema respectivo. Nesse ponto, registrou-se o recente encaminhamento à subsecretaria de vários processos que, apesar de se referirem a temas sobrestados, foram localizados no acervo interno do gabinete.

Quanto ao quantitativo de processos físicos pendentes de digitalização, não foi repassado um número preciso, tendo em vista que a equipe está trabalhando de maneira remota, sem que, desde a posse do desembargador, tenham tido acesso presencial ao gabinete. Além disso, o próprio acervo passou por contínuas sucessões, a dificultar tal análise.

No que concerne aos feitos com prioridade legal, relatou-se que, em razão do grande volume e de a maioria dos processos se enquadrar como prioridade, tem-se procurado agilizar aqueles pedidos de preferência que chegam pelos diversos canais disponibilizados pelo TRF3, como e-mail e ouvidoria.

Já no que se refere à Meta 1 do CNJ, mencionou-se a dificuldade de cumpri-la diante do grande volume de processos distribuídos. Assim, a estratégia adotada é a de priorizar os processos de acordo com as demais metas do CNJ, a começar pela Meta 2. A pretensão é julgar os distribuídos até 2015; posteriormente, os distribuídos até 2016, e assim por diante, sempre com foco nos processos mais antigos.

Relatou-se que outro foco está nos processos de remessa necessária que, diante das mudanças promovidas pelo novo CPC, ficaram inócuos.

Quanto a votos-vista, mencionou-se que os processos com essa pendência eram de outros relatores, que não conseguiam acessar e lançar os votos no PJe, mas que as providências necessárias já haviam sido tomadas junto ao *call center* do TRF3. Informou-se, também, não haver pendência em pedido de vista pelo Desembargador João Gonçalves.

Por último, a unidade relatou que as maiores dificuldades se relacionam ao excesso de processos e à necessidade de completar o quadro funcional.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve significativo aumento do número de processos conclusos em 3.532.

Uma vez considerado o período de 12 meses contados desta inspeção, verifica-se que houve um incremento do acervo em mais de 2.000: no início do 12º mês anterior, eram 6.085 feitos e, no mês anterior à inspeção, eram 8.496.

No tocante a esse aumento, ressalta-se que a unidade inspecionada está há apenas dois meses sob a gestão do Desembargador João Batista Gonçalves e que a equipe demonstrou estar atenta à necessidade de redução do acervo, com especial ênfase aos processos mais antigos.

Em relação aos embargos de declaração, verifica-se uma significativa redução: enquanto, na última inspeção, eram 440 os recursos que aguardavam julgamento, nesta inspeção, constam 169 embargos pendentes.

Analisando os dados dos processos julgados nos últimos 12 meses, houve aumento da produtividade (enquanto, na inspeção anterior, foram julgados 3.338 em 12 meses, agora este número corresponde a 4.041 processos).

O tempo médio entre a distribuição e o primeiro julgamento, na unidade, é de 15 meses, sendo esse, também, o tempo médio da 3ª Seção. Apesar de se apresentar dentro da média da 3ª Seção, os índices de vários gabinetes se revelam melhores, o que indica a possibilidade de aperfeiçoamento dessa média pela unidade inspecionada.

Por fim, não obstante os processos inspecionados estejam, em sua quase totalidade, julgados – ou pautados para sessão de julgamento a ocorrer no mês de julho de 2020 –, observou-se, em muitos deles, longo transcurso de tempo entre a data da conclusão e a data do julgamento do recurso.

14. RECOMENDAÇÕES

Adotar as seguintes práticas, a serem verificadas na próxima autoinspeção:

- a) cumprir as recomendações listadas no item 11;
- b) envidar esforços no sentido de diminuir o quantitativo de embargos de declaração e de agravos internos pendentes de julgamento há mais de 180 dias;
- c) encontrar alternativas que contribuam para a redução do acervo, mediante aperfeiçoamento do planejamento estratégico, com especial foco para aqueles processos mais antigos, em observância às metas do CNJ; e

d) promover esforços no sentido de diminuir o tempo entre a distribuição/ conclusão e o primeiro julgamento.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 9ª TURMA

JUÍZA FEDERAL CONVOCADA LEILA PAIVA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1. Denominação da unidade:

Primeiramente, mister esclarecer, em que pese constar do cabeçalho a indicação do Desembargador Federal João Batista Gonçalves como responsável pelo acervo do gabinete 32, diante do Ato Pres n. 2657/2020, proferido na vigência da fase preliminar da inspeção, as informações referentes a esse gabinete serão prestadas pela equipe da Juíza Federal Leila Paiva Morrison, atualmente convocada para continuidade dos trabalhos afetos ao presente acervo (gabinete 32). A realização dos trabalhos nos moldes indicados foi orientada pelo Conselho da Justiça Federal, por meio do Ofício n. 0120254/CJF: "em virtude da sucessão de acervos ocorrida no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, no último dia 7, os gabinetes que participaram da troca deverão responder aos questionários de inspeção conforme o novo acervo assumido." Portanto, em resposta a este quesito, a unidade responsável pelo acervo do gabinete 32 denomina-se Gabinete da Juíza Federal convocada Leila Paiva.

2.2 Turma

9ª Turma (3ª Seção)

2.3 Competência

Feitos relativos a previdência e assistência social, excetuada a competência da Primeira Seção (art. 10, § 3º, do Regimento Interno do TRF3).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal João Batista Gonçalves (4/5/2020) e, a partir de 7/5/2020, passou a ser conduzido pela Juíza Federal convocada Leila Paiva (Ato PRES n. 2657/2020).

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Sim. A Juíza Federal Leila Paiva Morrison, titular da 10ª Vara Cível de São Paulo/SP, foi convocada, com prejuízo de suas atribuições, para atuar neste Tribunal a partir de 17/3/2020, em vaga decorrente da aposentadoria da Desembargadora Federal Cecília Marcondes (Gabinete 8 (2034)/ 3ª Turma/2ª Seção), por meio do ATO PRES n. 2578/2020. Na sequência, o ATO PRES n. 2641, de 27/4/2020, convocou a Juíza Federal Leila Paiva Morrison para atuar no Gabinete 30 (3093), da 9ª Turma, 3ª Seção, em virtude da remoção da Desembargadora Federal Therezinha Cazerta, no período de 28 de abril a 6 de maio de 2020. Finalmente, a partir de 7/5/2020, a Juíza Federal Leila Paiva Morrison está convocada no gabinete 32 (3092), da 9ª Turma, 3ª Seção, em virtude da remoção do Desembargador Federal Batista Gonçalves ao gabinete 30, por meio do ATO PRES n. 2657, de 7/5/2020.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Desembargadora Federal Ana Pezarini - período de 16/2/2016 a 6/2/2019; Juíza Federal convocada Vanessa Mello - período de 7/2/2019 a 22/4/2020; Desembargador Federal Batista Gonçalves - período de 23/4/2020 a 6/5/2020.

3.4 Servidores responsáveis pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Érika Mayumi Nati Ohara - chefe de gabinete (em 4/5/2020) e Paulo Cezar de Souza - assessor (em 4/5/2020).

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	13 servidores lotados na atividade-fim e 2 agentes de segurança
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	15.704
Processos suspensos/sobrestados	309
Processos conclusos	12.823
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0

Processos em mutirão, Turma suplementar	0
---	---

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal **vinculados ao gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	15.704
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	14.597
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	12.823
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	12.940
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	309
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	77

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, em que já tenha atuado e atribuídos ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Não se aplica.
Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Não se aplica.
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior).	Não se aplica.
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	181
Mandados de segurança	5
IRDR	0
IAC	0

Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	12
Reclamações	3
Ações rescisórias	153
Outros	6

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	14.691
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	1.960
Outros	12.731

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	14.691
Apelações cíveis	13.352
Agravos de instrumento	1.146
Outros	193

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	não se aplica
Ações penais	não se aplica
Inquéritos	não se aplica
Habeas corpus	não se aplica
Revisões criminais	não se aplica

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	não se aplica
Apelações	não se aplica
Recursos em sentido estrito	não se aplica
Recursos em habeas corpus	não se aplica

Recursos em mandado de segurança	não se aplica
Embargos infringentes e de nulidade	não se aplica

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	não se aplica
Apelações	não se aplica
Ações penais	não se aplica
Inquéritos	não se aplica
Habeas corpus	não se aplica

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	108
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	107
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	638
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	634
Agravos legais/regimentais	137
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	137
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	991
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do colegiado	35

4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos

	Processos concluídos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	656	605	954
Distribuídos em 2014	2.711	980	452
Distribuídos em 2015	3.365	2.102	695
Distribuídos em 2016	1.069	2.293	1.442
Distribuídos em 2017	-	3.267	1.651
Distribuídos em 2018	-	1.896	1.945
Distribuídos em 2019	-	-	3.653
Distribuídos em 2020	-	-	1.538
Total	7.801	11.143	12.330

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes

Processos concluídos para voto-vista	0
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	0

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão

Total como relator	0
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses

Total de processos distribuídos	5.765
Total de processos julgados	7.227
Total de processos baixados	4.031
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	- 1.462
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	1.734

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	121
Total de feitos não regularizados	3
Total de feitos verificados na inspeção anterior	175
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	6.027
Processos julgados no ano anterior	4.504
Processos distribuídos no ano corrente	2.085
Processos julgados no ano corrente	1.686

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014):

Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	1.784
Porcentagem de atendimento da meta	75,90%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	636
Porcentagem de atendimento da meta	60,97%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.225
Pendentes no último dia do mês anterior	2.276
Porcentagem de atendimento da meta	46,01%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.603
Pendentes no último dia do mês anterior	1.346
Porcentagem de atendimento da meta	73,49%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes em 31/12/2019	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	não se aplica
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	não se aplica

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes em 31/12/2019	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	não se aplica
Processos baixados no ano anterior	não se aplica
Processos julgados no ano anterior	não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	não se aplica
Processos baixados no ano corrente	não se aplica
Processos julgados no ano corrente	não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes em 31/12/2019	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	não se aplica
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim. São elas: a) realizar o diagnóstico da unidade a partir de mapeamento dos processos, de modo a apurar os dados gerenciais ao conhecimento quantitativo e

qualitativo do acervo, a fim de subsidiar métodos eficientes de organização e a realização do planejamento do trabalho; b) distribuição dos trabalhos pelos gestores com precisa identificação e definição das tarefas aos servidores, levando-se em conta o perfil de cada um para buscar melhores resultados; c) dar prioridade aos processos inspecionados bem como aos demais semelhantes existentes no acervo geral da unidade, notadamente aqueles contidos nas metas do CNJ; d) elaboração de plano de gestão, contemplando metas gerais e específicas, com objetivo de incrementar a redução do estoque, priorizando os mais antigos.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

No ano seguinte à r. Inspeção de 2018, deu-se a aposentadoria da Exma. Desembargadora Federal Ana Pezarini, em 6/2/2019, seguindo a condução pela Exma. Juíza Federal convocada Vanessa Mello, até 22/4/2020, quando a vaga foi provida pelo Exmo. Desembargador Federal Batista Gonçalves, que atuou até a sua remoção ao Gabinete 30, em 7/5/2020, quando assumiu o acervo a Juíza Federal convocada Leila Paiva Morrison. O diagnóstico da unidade, a distribuição dos trabalhos, a priorização das tarefas e a elaboração do plano de gestão, conforme determinados, sofreram diversas alterações, mormente em função da digitalização dos autos físicos. Foi necessário estabelecer novos fluxos de distribuição das tarefas, mediante a implementação de adaptações em diversas frentes, com o objetivo de dar cumprimento às determinações da C. Corregedoria Geral na Inspeção 2018.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

A situação do gabinete decorre do grande volume de estoque de processo somado à distribuição mensal. A digitalização, embora configure providência essencial, durante determinado período, dificultou sobremaneira a manutenção do fluxo de trabalho. Merece registro, ainda, a necessidade de adaptação da equipe às rotinas do sistema PJe. As medidas efetivas que já estão sendo adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes e a redução do acervo, determinadas por essa E. Corregedoria Geral, fazem parte do plano estratégico de trabalho do Gabinete 32, cujo resumo está indicado no item 7.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

SIM, as Metas 1 e 2 do CNJ. Iniciativas planejadas: Mapear os processos observando a antiguidade de distribuição. Estabelecer fluxo de prioridades: processos inspecionados, Meta 2/CNJ, Meta 1/CNJ, prioridades legais, pedidos de tutela, embargos de declaração e agravos internos pendentes. Definir divisão de tarefas por assunto. Fixar metas quantitativas individuais e coletivas para magistrada e servidores.

Verificar temas para conciliação. Elaborar e revisar minutas de decisão e votos. Otimizar o fluxo de análise dos processos. Elaboração de formulários e mapas mentais para facilitar a análise dos feitos. Identificar casos semelhantes. Discussão sobre os assuntos observada a divisão de trabalho. Buscar novas práticas. Fixar cronograma de treinamento dos servidores. Utilizar ferramentas eletrônicas para treinamento. Acompanhar cursos e debates *on line* especialmente os oferecidos pelas Escolas Oficiais. Acompanhar permanentemente a saúde de todos durante o home office em decorrência da Covid-19.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

As etapas da digitalização do grande número de processos físicos foram quase todas superadas. Assim, apontada como dificuldade inicialmente, a digitalização transmutou-se, passando a evidenciar a sua vocação essencial como verdadeiro instrumento de trabalho a serviço do impulso processual célere. As rotinas continuam sendo revisadas. O trabalho realizado nos últimos 12 meses evidencia que, segundo a estatística, houve distribuição de 5.765 processos e julgamento de 7.227 feitos, o que demonstra o esforço para dar cumprimento às determinações da Corregedoria-Geral da Justiça Federal. Acreditamos que a observância do plano estratégico, aliado ao compromisso e ao empenho da magistrada e da equipe, será de crucial importância ao cumprimento das determinações pendentes, das metas do CNJ e da redução do acervo, com o objetivo precípuo de oferecer a prestação jurisdicional previdenciária justa e célere.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
00106637120144039999	29/4/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Recebido da Vice-Presidência para exercício de juízo de retratação em set./2019. Será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
00218800920124030000	31/7/2012	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Recebido da Vice-Presidência para exercício de juízo de retratação em set./2019. Será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
00104881620104036120	12/12/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Recebido da Vice-Presidência para exercício de juízo de retratação em set./2019. Será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		

50282429220194030000	30/10/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado pela 9ª Turma desta Corte na sessão de julgamento de 1º/4/2020.		
50000081820154039999	12/11/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
50000746120164039999	18/2/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
50004799720164039999	15/3/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
50001620220164039999	25/2/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
50024918420164039999	18/10/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte de 20/5/2020.		
50000587320174039999	1º/2/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
50001182520164036105	2/5/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
00217741820154039999	3/6/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado, desde 30/9/2019, em razão da identidade de controvérsia com os recursos repetitivos STJRR1.767.789/PR e STJRR1.803.154/RS.		
00157819120154039999	23/4/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância, em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Falecimento do autor. Suspensão do processo forte no art. 313, inciso I, CPC. Processo em fase de localização dos dependentes habilitados ou sucessores legais (Lei n. 8.213/1991, art. 112).		
00010383720144036111	10/9/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
00401982120094039999	17/11/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 20/5/2020.		
00012634620134036126	11/4/2014	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
00237688120154039999	16/6/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
50217493620184030000	5/9/2018	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 3ª Seção desta Corte em 25/6/2020.		
50123801820184030000	6/6/2018	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo em fase de regularização processual para a imediata inclusão em pauta.		
5026255520184030000	17/10/2018	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 3ª Seção desta Corte em 25/6/2020.		
50121036520194030000	15/5/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incidente autônomo cadastrado por equívoco do peticionante, uma vez que se trata de petição referente ao feito n. 0001519-58.2013.4.03.6103, concluso neste gabinete. Determinado o cancelamento da distribuição e juntada da petição no feito correspondente para análise imediata.		
50124812120194030000	20/5/2019	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática em 29/4/2020, nos termos do art. 955, parágrafo único, inciso I, do Código de Processo Civil.		
50137405120194030000	30/5/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incidente autônomo cadastrado por equívoco do peticionante, uma vez que se trata de embargos de declaração referente ao feito n. 0002643-52.2009.4.03.6124, em trâmite na Vice-Presidência desta Corte. Encaminhamento ao setor para providências necessárias.		
50260699520194030000	8/10/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Indeferido o pedido de efeito suspensivo à apelação.		
00420899620174039999	19/12/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado no PJe 5469950-33.2019.4.03.9999. Encontra-se em baixa definitiva à vara de origem com certidão de trânsito em julgado em 28/11/2019.		
00253988020124039999	2/7/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Abertura de vistas do recurso interposto à parte embargada. Com a vinda da manifestação, terá análise imediata.		
00055428620094036103	11/4/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária

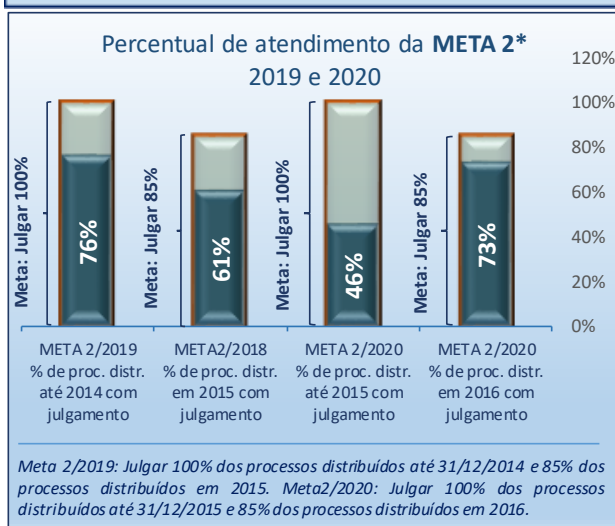
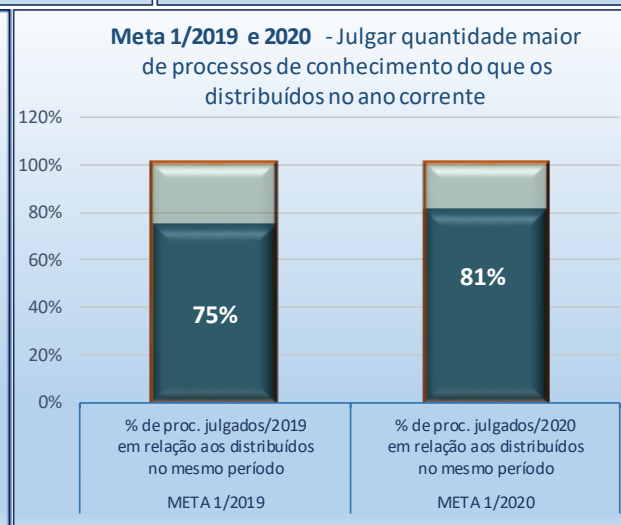
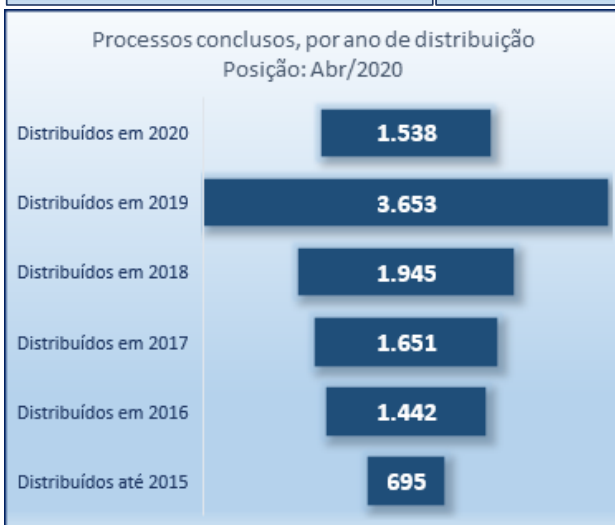
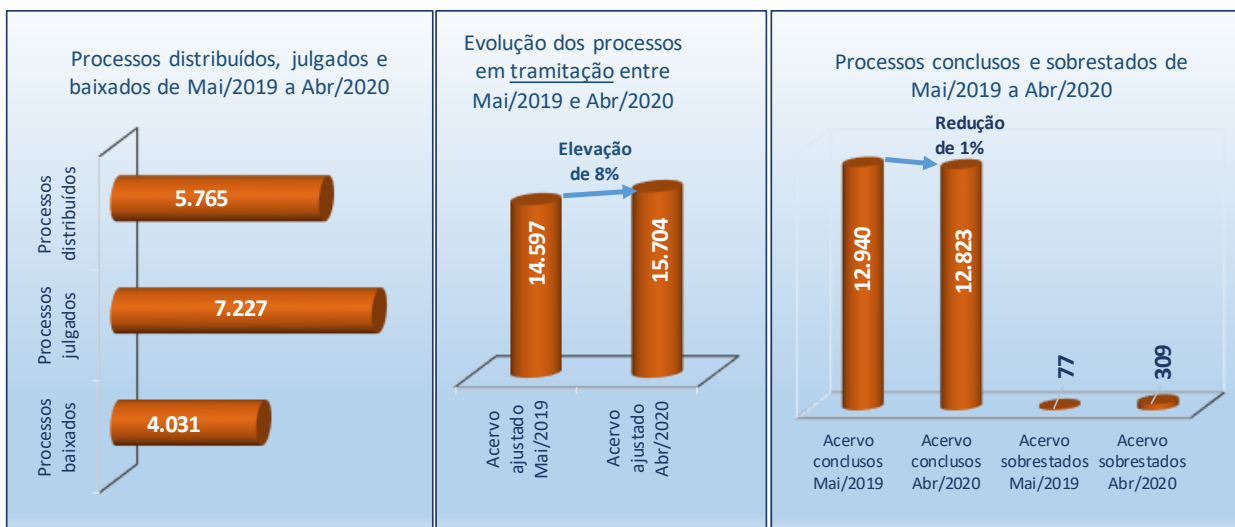
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Abertura de vistas do recurso interposto à parte embargada. Com a vinda da manifestação, terá análise imediata.		
00180726420154039999	8/5/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo com prazo em curso (abertura de vistas do recurso interposto à parte embargada). Com a vinda da manifestação, será incluído na pauta subsequente.		
00369832720154039999	28/9/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Verificação da regularidade da digitalização dos autos e análise imediata.		
0008066-15.2006.4.03.6183	12/2/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
0000573-21.2005.4.03.6183	8/3/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
0004859-42.2005.4.03.6183	9/3/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
0013394-38.2007.4.03.6102	19/3/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
0002471-64.2008.4.03.6183	26/4/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
0015714-05.2010.4.03.9999	28/4/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
0017315-46.2010.4.03.9999	7/5/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
0019575-96.2010.4.03.9999	26/5/2010	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
0001506-63.2008.4.03.6126	1º/7/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
0017526-82.2010.4.03.9999	7/5/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
0006617-22.2006.4.03.6183	16/7/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
0029667-36.2010.4.03.9999	16/8/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
0006676-38.2006.4.03.6109	26/8/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte de 1º/7/2020.		
0012754-14.2007.4.03.6303	24/8/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
0003054-16.2013.4.03.6105	11/11/2014	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
0037364-18.2008.4.03.6301	2/1/2015	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
0014995-59.2009.4.03.6183	6/11/2014	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
0017243-69.2004.4.03.9999	14/4/2004	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
5002948-43.2016.4.03.0000	6/12/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado em 16/5/2020.		
5001170-04.2017.4.03.0000	2/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Abertura do contraditório para a inclusão em pauta imediata.		
5000629-05.2016.4.03.0000	29/6/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Notícia de falecimento do agravante. Processo em fase de regularização com possibilidade de suspensão do feito (art. 313, inciso I, CPC).		
5021749-36.2018.4.03.0000	5/9/2018	221-Conflito de competência
Observação/Providência: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 3ª Seção desta Corte, que se realizará em 25/6/2020.		
5012380-18.2018.4.03.0000	6/6/2018	221 - Conflito de competência
Observação/Providência: Processo em fase de regularização processual para a imediata inclusão em pauta.		
5012103-65.2019.4.03.0000	15/5/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incidente autônomo cadastrado por equívoco do peticionante, uma vez que se trata de petição referente ao feito n. 0001519-58.2013.4.03.6103, concluso neste gabinete. Determinado o cancelamento da distribuição e a juntada da petição no feito correspondente para análise imediata.		
5013740-51.2019.4.03.0000	30/5/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Incidente autônomo cadastrado por equívoco do peticionante, uma vez que se trata de embargos de declaração referente ao feito n. 0002643-52.2009.4.03.6124, em trâmite na Vice-Presidência desta Corte. Encaminhamento ao setor para providências necessárias.		
0003747-03.2004.4.03.6109	15/7/2005	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo redistribuído em dez/2019 ao gabinete 32 por reconhecimento da incompetência, via questão de ordem, da 2ª Turma para julgamento da matéria. Será incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 1º/7/2020.		
0044473-06.1995.4.03.6183	9/4/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 17/6/2020.		
0030678-86.1999.4.03.9999	4/6/1999	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: processo incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 20/5/2020.		
0001161-42.1999.4.03.6117	14/3/2001	1728 - Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância, em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte, que se realizará em 20/5/2020.		
0001058-29.1999.4.03.9999	3/3/1999	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo incluído na pauta da sessão de julgamento da 9ª Turma desta Corte em 20/5/2020.		
0015082-13.2009.4.03.9999	13/6/2014	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Processo no gabinete 22, com pedido de vista pela Desembargadora Federal Inês Virgínia.		
0017678-62.2012.4.03.9999	22/5/2012	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo será incluído na pauta da sessão de julgamento da 3ª Seção desta Corte em 25/6/2020.		
0071038-77.2005.4.03.0000	8/9/2005	47 - Ação Rescisória
Observação/Providência: Manifestação do INSS, em 15/5/2020, informando o correto endereço das testemunhas arroladas com o objetivo de que se proceda à oitiva, mediante expedição de cartas precatórias. Situação: Em fase de instrução para julgamento.		
0081579-63.1996.4.03.9999	21/10/1996	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Abertura de vista do recurso interposto à parte embargada. Com a vinda da manifestação, será incluído na pauta subsequente.		
0025081-73.1998.4.03.9999	15/4/1998	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Processo digitalizado nesta instância em cumprimento à Resolução PRES n. 278/2019. Situação: Abertura de vista do recurso interposto à parte embargada. Com a vinda da manifestação, será incluído na pauta subsequente.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 61 processos selecionados, 59 foram inspecionados. Destes, todos são eletrônicos. Os dois processos não inspecionados ou não estavam na unidade ou não eram da relatoria da Juíza convocada Leila Paiva. Foi verificado que o Processo n. 00150821320094039999 se encontra no gabinete da Desembargadora Federal Inês Virgínia, a qual solicitou vista dos autos após a sessão de julgamento do dia 14/11/2019. O Processo n. 00420899620174039999, por sua vez, é da relatoria do Desembargador Federal Gilberto Jordan. Esse último, entretanto, já se encontra com baixa definitiva desde 28/11/2019.

Nenhum dos processos listados da amostra mereceu recomendação específica, já que, no momento da inspeção, foram encontrados em dia (mormente porque já julgados ou pautados para sessão próxima); arquivados/baixados, após o trânsito em julgado; em tramitação em outras unidades (na Vice-Presidência ou em outro gabinete); com conclusão recente ao gabinete; ou sobrestados, por força de decisão de tribunal superior, em razão de recurso submetido à sistemática dos repetitivos.

No entanto, impende consignar que, em muitos desses processos, observou-se longo transcurso de tempo entre a data da conclusão e a data da inclusão em pauta ou do julgamento do recurso.

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Inicialmente, registra-se que, apesar de a inspeção ter sido realizada de modo remoto, em razão da pandemia do novo coronavírus, os trabalhos transcorreram da melhor forma possível, por meio da realização de entrevista por videoconferência entre a equipe da Corregedoria-Geral e os servidores que exercem as funções de assessor especial e de chefia de gabinete. Ambos foram muito cordiais e se apresentaram solícitos para com a prestação de informações e esclarecimentos buscados junto à unidade inspecionada.

Antes de apresentar os dados, faz-se necessário compreender o contexto em que a unidade inspecionada se encontra.

A unidade inspecionada tem como desembargadora a Juíza Federal convocada Leila Paiva, que assumiu acervo do gabinete n. 32 do TRF3, em 7/5/2020, há, aproximadamente, 3 meses, em decorrência da aposentadoria da Desembargadora Federal Cecília Marcondes, que se deu em 16/3/2020.

Da mesma forma, os servidores, que prestaram informações à equipe da Corregedoria-Geral acerca da organização dos trabalhos, assumiram suas funções no gabinete inspecionado em 7/5/2020, de modo que eles próprios ainda estão se ambientando com a equipe lotada na unidade, com a matéria previdenciária, com os

novos trabalhos, com o acervo, bem como definindo as estratégias que serão adotadas para atingir os objetivos pretendidos.

Ademais, para além do exíguo tempo em que a juíza convocada está à frente da unidade inspecionada, em razão da pandemia, praticamente desde a sua posse, os trabalhos se realizam de maneira remota, motivo pelo qual só foi possível o contato presencial entre a referida juíza e os servidores por apenas dois dias. Ademais, houve considerável movimentação de lotação de servidores, até definir a sua configuração atual, estando a equipe ainda incompleta. Anteriormente, a equipe da Desembargadora Cecília Marcondes era responsável por processos especializados em matéria tributária, sendo necessária a familiarização da equipe com a matéria previdenciária. Apesar disso, foi relatado o excelente acolhimento por parte da equipe, bem como a demonstração de comprometimento com as necessidades apresentadas.

Atualmente, a equipe é composta por 15 servidores, sem estagiários. Há vagas para servidores, entretanto, apesar de haver interessados em integrar a equipe, há dificuldades para esse preenchimento, especialmente pela ausência de novos concursados. Há vagas para estagiários que não podem ser preenchidas em decorrência da pandemia.

Desses 15 servidores, 13 atuam na atividade-fim, ressaltando-se apenas um servidor que alterna seus trabalhos em triagem, levantamento de dados estatísticos do setor, execução de decisões terminativas e despachos de mero expediente. Por fim, há dois agentes de segurança lotados na unidade que não exercem atividade interna.

Quanto ao regime de teletrabalho, em razão da pandemia, todos os servidores estão realizando suas atividades de forma remota. Quanto ao regime de teletrabalho ordinário, quando for possível, após o retorno geral, a ferramenta será disponibilizada aos servidores que se interessarem, observado o limite regulamentar do Tribunal, pois tem sido uma experiência positiva no momento.

Salientou-se que foi estabelecida uma meta para cada servidor, de acordo com a complexidade dos assuntos; quanto maior a complexidade da matéria analisada, menor a cota do servidor. Assim a meta individual varia entre dois e seis processos por pauta. As sessões de julgamento são quinzenais. A partir das etiquetas postas nos processos é possível aferir a produtividade individual, que tem sido avaliada positivamente.

No que concerne à organização dos trabalhos, o acervo é distribuído por matéria/servidor, com atenção ao órgão julgador, de maneira que, com base no número de processos e na complexidade, um servidor está vinculado ao acervo da 3ª Seção (assessor), enquanto os demais se encontram vinculados ao acervo da Turma.

Relatou-se que a organização dos trabalhos realiza-se mediante a divisão de tarefas entre os servidores, buscando a especialização por matéria. Foram destacados grandes temas como, por exemplo: aposentadoria por tempo de contribuição; aposentadoria e tempo especial; aposentadoria por idade urbana, rural e híbrida; auxílio-

doença e aposentadoria por invalidez; pensão por morte; e benefício assistencial. Quanto à adoção de modelos, informou-se que são utilizados, porém, como a chegada da desembargadora convocada é muito recente, as teses ainda estão sendo construídas para, a partir delas, elaborar novos modelos.

A meta atual é a redução do acervo. Para isso, passou-se a realizar uma triagem mais específica. Nessa linha, a equipe está providenciando uma nova triagem, de forma que os processos possam ser alocados em pastas mais precisas, o que facilitará a realização das providências correlatas. A triagem está concentrada em dois servidores: Francisco (que executa triagem por assunto) e a chefe de gabinete Érika, que está identificando os assuntos a serem desenvolvidos, separando os casos de sobrestamento, bem como as metas e as prioridades legais.

Após uma breve triagem geral, os processos estão sendo distribuídos aos servidores responsáveis pela execução da matéria, que cuidam da análise e da elaboração de minutas de decisão.

Os processos eletrônicos estão organizados por assunto, sendo identificados por etiquetas afixadas no processo no PJe.

A equipe não teve acesso aos autos físicos do acervo, os quais estão localizados em armários no gabinete do Desembargador Federal João Batista Gonçalves, uma vez que a troca de acervo ocorreu em meio à pandemia e apenas foi possível o acesso ao acervo eletrônico.

Em relação aos processos sobrestados, foi relatado que há vários temas que aguardam julgamento, especialmente pelo STJ. Diversos feitos tratam de temas relacionados a matérias de sobrestamento, em cumprimento às determinações dos tribunais superiores, a exemplo dos Temas 692 (revisão de tese pelo STJ), 862, 951, 975, 979, 982 (conjunto com Pet. 8002/STF), 999, 1.005, 1.011, 1.013, 1.018 e 1.031, todos do colendo Superior Tribunal de Justiça. No âmbito do TRF da 3ª Região, há o IRDR n. 03/TRF, vinculado ao Processo Paradigma n. 5022820-39. 2019.4.03.0000.

Em relação ao quantitativo de processos físicos pendentes de digitalização, não foi repassado um número preciso, tendo em vista que a equipe está trabalhando de maneira remota, sem que tenha tido acesso ao acervo físico do gabinete. Além disso, o próprio acervo passou por contínuas sucessões, o que dificultou a análise.

No que concerne aos feitos com prioridade legal, relatou-se que foi elaborado um plano de trabalho pela magistrada e pelos servidores que visa, entre os objetivos estratégicos, agilizar o impulso processual, mediante o acompanhamento permanente dos feitos incluídos nas metas do CNJ e daqueles identificados com prioridade legal.

Já no que se refere à Meta 1, mencionou-se a dificuldade de cumpri-la diante do grande volume de processos distribuídos. A estratégia adotada no sentido de reduzir o acervo é dar prioridade aos processos de acordo com as demais metas do CNJ.

Quanto a votos-vista, no momento da inspeção, não havia nenhum pendente. Mencionou-se que as divergências são, em regra, dirimidas na própria sessão de julgamento.

Por último, a unidade relatou que as maiores dificuldades se relacionam à necessidade de identificação precisa dos assuntos e das fases dos processos, especialmente daqueles recentemente virtualizados, bem como a revisão das práticas, devido à digitalização do acervo do gabinete e das rotinas até então utilizadas por todos os servidores. Outra dificuldade apontada refere-se à adaptação emergencial e abrupta ao sistema de teletrabalho.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento do montante de processos conclusos, de 10.267 para 12.823, uma vez considerado o período de 12 meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 14.597 feitos e, no mês anterior à inspeção, eram 15.704.

Verifica-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 486, na última inspeção, para 638, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente, já que, pelos dados constantes na última inspeção, foram julgados 2.315 processos, enquanto nos últimos 12 meses, foram julgados 7.227 processos.

O tempo médio gasto pelo gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 20 meses, enquanto que o tempo médio na 3ª Seção equivale a 15 meses. Trata-se de indicador que pode ser aperfeiçoado.

Faz-se mister considerar que, não obstante todos os processos da lista de inspeção terem sido impulsionados e regularizados, foi observado que os processos analisados estavam parados por um lapso temporal considerável antes do seu julgamento. Tal fato, porém, não pode ser imputado à equipe atual, que apenas assumiu o acervo há quase três meses, em meio a uma situação extremamente delicada, pandemia da Covid-19. Verificou-se que o acervo do gabinete 32 passou por sucessivas trocas de desembargadores e servidores. Ainda, o montante de processos físicos que foi submetido à digitalização foi responsável por um atraso, de imediato, na análise de vários feitos.

Desse modo, a equipe atual mostrou-se muito eficiente na resolução das pendências dos processos constantes no rol da inspeção, devendo continuar a envidar esforços para impulsionar os processos e reduzir o acervo com o mesmo empenho que já demonstrou.

14. RECOMENDAÇÕES

Adotar as seguintes práticas, a serem verificadas na próxima autoinspeção:

- a) Cumprir as recomendações do item 11;
- b) envidar esforços no sentido de regularizar os embargos de declaração e agravos internos pendentes de julgamento; e
- c) encontrar alternativas que contribuam para a redução do acervo, mediante aperfeiçoamento do planejamento estratégico, com especial foco para aqueles processos mais antigos, em observância às metas do CNJ.

GABINETES INTEGRANTES DA 10ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL BAPTISTA PEREIRA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Baptista Pereira

2.2 Turma:

10ª Turma

2.3 Competência:

Direito Previdenciário (3ª Seção)

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Baptista Pereira

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Douglas de Almeida Cedro, chefe de gabinete, 4/5/2020

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	18
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*

Total em tramitação**	11.450
Processos suspensos/sobrestados	2
Processos conclusos	8.833
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculados ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	11.450
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	10.295
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	8.833
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	8.044
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	2
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	0

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao Relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado ou, em caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, em que já tenha atuado, atribuídos ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo

Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	-

Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	-
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior).	-
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	101
Mandados de segurança	4
IRDR	1
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	16
Reclamações	4
Ações rescisórias	71
Outros	6

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	11.345
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	1
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	1.428
Outros	9.903

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	11.345
Apelações cíveis	10.404
Agravos de instrumento	737
Outros	202

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	3
Ações penais	0
Inquéritos	1
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	2

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	1
Apelações	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Outros	1

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	190
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	161
Agravos legais/regimentais	12
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	12
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	1
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	1

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	864
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	1

4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos conclusos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	41	35	10
Distribuídos em 2014	32	9	2
Distribuídos em 2015	251	11	5
Distribuídos em 2016	2.005	293	11
Distribuídos em 2017	3.537	2.352	243
Distribuídos em 2018	1.031	4.089	2.140
Distribuídos em 2019	-	1.255	5.106
Distribuídos em 2020	-	-	1.316
Total	6.897	8.044	8.833

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	4
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	4

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como relator	2
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	5.894
Total de processos julgados	7.235
Total de processos baixados	3.429
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	- 1.341
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	2.465

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	83
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	82
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	6.229
Processos julgados no ano anterior	4.827
Processos distribuídos no ano corrente	1.618
Processos julgados no ano corrente	1.845

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.078
Pendentes no último dia do mês anterior	9
Porcentagem de atendimento da meta	99,78%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.468
Pendentes no último dia do mês anterior	2
Porcentagem de atendimento da meta	117,58%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	0
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	0
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	0
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	0

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0

Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	0
Processos baixados no ano anterior	0
Processos julgados no ano anterior	0
Processos distribuídos no ano corrente	0
Processos baixados no ano corrente	0
Processos julgados no ano corrente	0

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	0
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Recebemos três recomendações: a) Cumprir todas as recomendações dos itens 2 e 3, sobretudo no que diz respeito aos processos analisados na inspeção, os quais se encontram sem movimentação há 2 ou 3 anos; b) movimentar em 60 dias o processo de outro relator com pendência no gabinete, há mais de 30 dias, para voto-vista (2014.61.11.005517-2); e c) envidar esforços no sentido de levar, para exame do Colegiado, os 179 processos com tutela provisória, há mais de 90 dias.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

a) Os processos analisados foram incluídos em pauta no prazo máximo de 60 dias, após o término da inspeção. b) o voto-vista referente ao Processo 2014.61.11.005517-2 foi assinado em 12/9/2018, tendo sido publicado o acórdão em 25/9/2018; c) os 179 processos com tutela provisória foram levados a julgamento no prazo máximo de 120 dias após o término da inspeção.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há pendências.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Não.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Adoto este questionário como relatório de autoinspeção.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
00569561220084039999	13/11/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em secretaria aguardando decurso de prazo para contrarrazões de embargos de declaração.		
00178512820084039999	18/4/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado monocraticamente, em juízo de retratação (arts. 1.040, inciso II, e 932, inciso V, "b", do CPC), no dia 6/5/2020.		
50001746520154036114	25/10/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 26/5/2020.		
50004545220174036183	26/10/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado dia 30/4/2020. Atualmente, aguarda decurso de prazo em secretaria.		
50038893220174039999	27/12/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 9/6/2020.		
50014877720174036183	30/11/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado dia 30/4/2020. Atualmente, aguarda decurso de prazo em secretaria.		
50007227020184039999	7/2/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 16/6/2020.		
50019382720174036111	10/1/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 9/6/2020.		
50030326220174036126	15/1/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 19/5/2020.		
50011029320184039999	20/2/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 16/6/2020.		
50012414520184039999	22/2/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 16/6/2020.		
50017758620184039999	9/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 16/6/2020.		

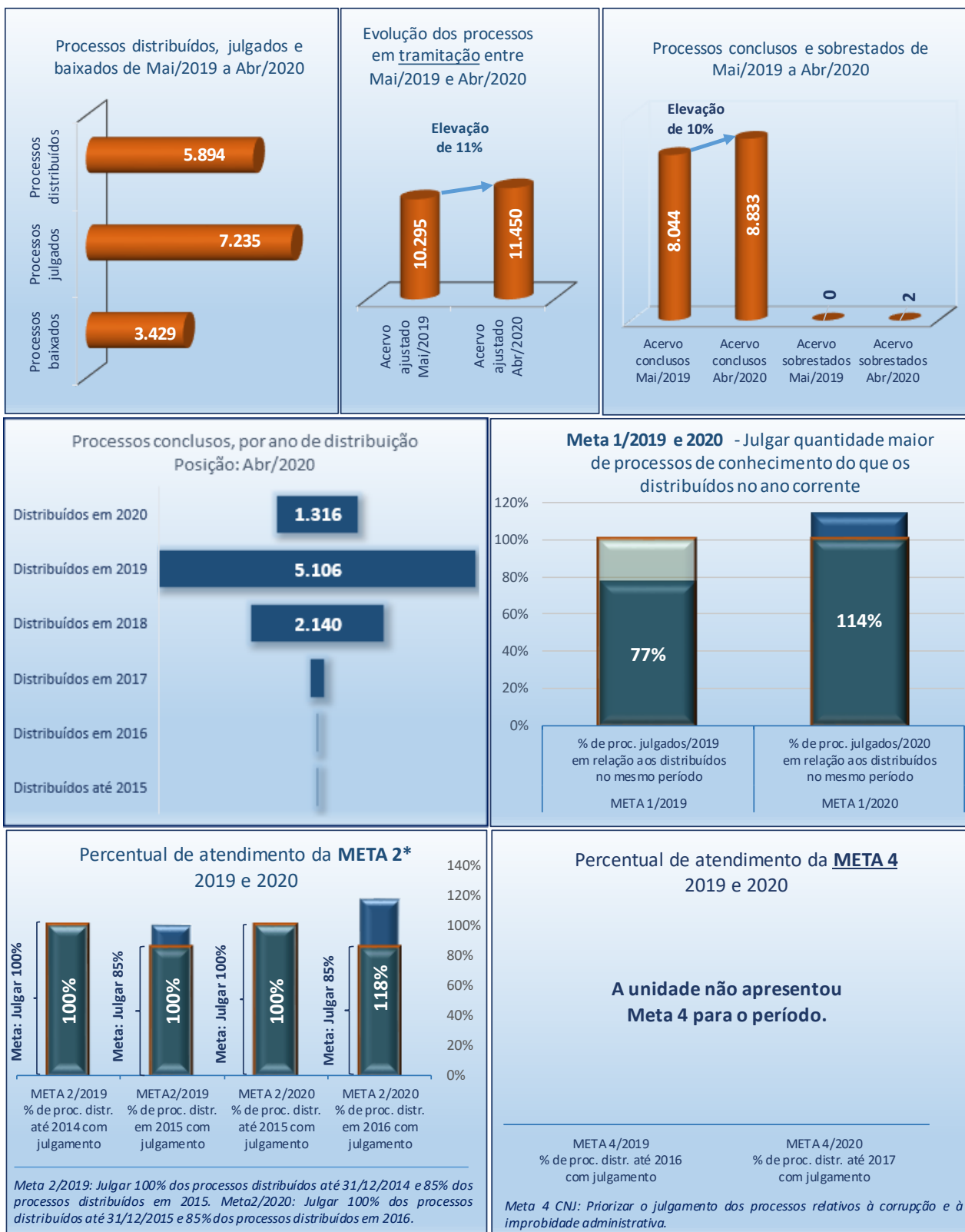
50021097820174036112	20/2/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 16/6/2020.		
00104038620174039999	31/3/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Agravo interno julgado dia 1º/4/2020 e acórdão disponibilizado em 4/4/2020. Atualmente, encontra-se em secretaria, aguardando decurso de prazo.		
00007757320174039999	13/1/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 16/6/2020.		
00146042420174039999	18/5/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão de homologação de acordo celebrado entre as partes proferida em 6/5/2020.		
00198110420174039999	30/6/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Agravo interno julgado dia 1º/4/2020 e acórdão publicado em 4/4/2020. Atualmente, aguarda decurso de prazo em secretaria.		
50129881620184030000	12/6/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado dia 1º/4/2020 e acórdão disponibilizado dia 4/4/2020. Atualmente, encontra-se em secretaria, aguardando decurso de prazo.		
50075706320194030000	28/3/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 9/6/2020.		
50032957120194030000	14/2/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo julgado dia 1º/4/2020 e acórdão disponibilizado dia 4/4/2020. Atualmente, encontra-se em secretaria, aguardando decurso de prazo.		
00439984720154039999	26/11/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão do dia 12/5/2020. Aguarda decurso de prazo em secretaria.		
50075056820194030000	28/3/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo extinto por decisão monocrática proferida em 7/5/2020.		
50196722020194030000	2/8/2019	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Mandado de Segurança julgado em 4/5/2020. Atualmente, encontra-se aguardando decurso de prazo em secretaria.		
50316936220184030000	17/12/2018	244 – Reclamação
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados em 5/5/2020. Atualmente, aguarda decurso de prazo em secretaria.		
00176109720164030000	26/9/2016	12085 - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
Observação/Providência: Julgamento do IRDR iniciado em 9/10/2019 e interrompido com pedido de vista do Desembargador Federal Fabio Prieto. Os autos foram conclusos ao referido magistrado, em 11/10/2019, onde se encontram até o presente momento.		
50228429720194030000	5/9/2019	221 - Conflito de competência

Observação/Providência: Conflito de competência julgado monocraticamente em 27/4/2020.		
00032797620174030000	14/6/2017	12375 – Reclamação
Observação/Providência: Reclamação incluída em pauta na sessão de 24/6/2020, que é a próxima sessão de julgamento disponível do Órgão Especial desta Corte.		
50022272620184036110	27/7/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo não se encontra em termos para julgamento, tendo baixado em diligência, em 4/5/2020, para corrigir irregularidade na representação processual do apelado.		
50158237420184030000	10/7/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados por decisão monocrática, proferida em 5/5/2020. Atualmente, encontram-se em secretaria, aguardando decurso de prazo.		
00028085920154036134	23/2/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados em 14/4/2020 e acórdão disponibilizado em 24/4/2020. Atualmente, encontra-se aguardando decurso de prazo.		
5002396-20.2017.4.03.9999	4/7/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 16/6/2020.		
5000210-03.2016.4.03.6105	12/6/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão do dia 12/5/2020. Aguarda decurso de prazo em secretaria.		
5002553-90.2017.4.03.9999	10/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 16/6/2020.		
5002069-75.2017.4.03.9999	9/6/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 9/6/2020.		
5000054-81.2017.4.03.6104	16/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão do dia 12/5/2020. Aguarda decurso de prazo em secretaria.		
5002667-29.2017.4.03.9999	28/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 9/6/2020.		
5000457-81.2017.4.03.6126	7/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão do dia 12/5/2020. Aguarda decurso de prazo em secretaria.		
5000198-41.2017.4.03.6141	29/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão do dia 12/5/2020. Aguarda decurso de prazo em secretaria.		
5000059-58.2017.4.03.6119	4/9/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 12/5/2020. Aguarda decurso de prazo em secretaria.		
5002825-84.2017.4.03.9999	21/9/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 9/6/2020.		

5002834-46.2017.4.03.9999	22/9/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 9/6/2020.		
5000141-28.2016.4.03.6183	15/9/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão do dia 12/5/2020. Aguarda decurso de prazo em secretaria.		
5003000-78.2017.4.03.9999	19/10/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 9/6/2020.		
5003105-55.2017.4.03.9999	26/10/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 9/6/2020.		
5008085-69.2017.4.03.0000	2/6/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 26/5/2020.		
5003457-13.2017.4.03.9999	24/11/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo julgado dia 1º/4/2020 e acórdão disponibilizado dia 4/4/2020. Atualmente, encontra-se aguardando decurso de prazo em secretaria.		
5003786-25.2017.4.03.9999	20/12/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 9/6/2020.		
5000316-25.2017.4.03.6106	23/1/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo julgado dia 1º/4/2020 e acórdão disponibilizado em 4/4/2020. Atualmente, aguarda decurso de prazo em secretaria.		
5001591-33.2018.4.03.9999	6/3/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo julgado na sessão de 12/5/2020. Aguarda decurso de prazo em secretaria.		
5001377-66.2018.4.03.0000	1º/2/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 19/5/2020.		
5002954-55.2018.4.03.9999	26/4/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo julgado dia 16/4/2020 e acórdão disponibilizado dia 25/4/2020. Atualmente, encontra-se em secretaria aguardando decurso de prazo.		
5011883-04.2018.4.03.0000	30/5/2018	12083 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 9/6/2020.		
5010358-84.2018.4.03.0000	16/5/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 9/6/2020.		
5031693-62.2018.4.03.0000	17/12/2018	244 – Reclamação
Observação/Providência: Embargos de declaração julgados em 5/5/2020. Atualmente, aguarda decurso de prazo em secretaria.		
5007505-68.2019.4.03.0000	28/3/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo extinto por decisão monocrática proferida em 7/5/2020.		
5019672-20.2019.4.03.0000	2/8/2019	120 - Mandado de Segurança Cível

Observação/Providência: Mandado de Segurança julgado em 4/5/2020. Atualmente, encontra-se aguardando decurso de prazo em secretaria.		
0003279-76.2017.4.03.0000	14/6/2017	12375 – Reclamação
Observação/Providência: Reclamação incluída em pauta na sessão de 24/6/2020, próxima sessão de julgamento disponível do Órgão Especial desta Corte.		
0056956-12.2008.4.03.9999	13/11/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo em secretaria, aguardando decurso de prazo para contrarrazões de embargos de declaração.		
0003077-39.2001.4.03.6183	26/2/2003	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído em pauta na sessão de julgamento de 9/6/2020.		
0000643-74.2007.4.03.6116	18/12/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado monocraticamente, em juízo de retratação (arts. 1.040, inciso II, e 932, inciso V, "b", do CPC), no dia 6/5/2020.		
0017851-28.2008.4.03.9999	18/4/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado monocraticamente, em juízo de retratação (artigos 1.040, II, e 932, V, "b", do CPC), no dia 6/5/2020		
0020538-41.2009.4.03.9999	10/6/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado monocraticamente, em juízo de retratação (arts 1.040, inciso II, e 932, inciso V, "b", do CPC), no dia 6/5/2020.		
0091772-40.1996.4.03.9999	31/7/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado monocraticamente, em juízo de retratação (artigos 1.040, inciso II, e 932, inciso V, "b", do CPC), no dia 4/5/2020.		
0001516-65.2007.4.03.9999	17/1/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Apelação em embargos à execução julgada em 26/8/2009, com declaração de inexigibilidade do título executivo. Após interposição de REx e Resp, foi sobrestado até 18/9/2019, quando retornou para juízo de retratação. Atualmente, encontra-se em baixa em diligência para a realização de perícia contábil.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 58 processos selecionados, todos foram inspecionados. Destes, apenas um é processo físico e os demais 57 são eletrônicos.

Os autos físicos, Processo 00176109720164030000, não se encontram localizados na unidade, trata-se de um IRDR levado a julgamento na sessão do dia 9/10/2019, quando o Desembargador Federal Fábio Prieto pediu vista do feito, encontrando-se, no seu gabinete, até a presente data.

Em relação aos processos listados, recomenda-se regularizar a fase processual no sistema e promover o andamento, em relação aos seguintes feitos:

- Processo n. 00015166520074039999 foi remetido à contadoria, para o cumprimento de diligência em 13/5/2020. Uma vez que se encontra há mais de 30 dias no setor, recomenda-se a sua cobrança, quanto ao cumprimento da diligência, em 20 (vinte) dias.	- Processo n. 00032797620174030000, incluído em pauta de julgamento em 24/6/2020. O processo ficou adiado, em face do pedido de retirada da sessão virtual para julgamento presencial. Recomenda-se reincluir em pauta (telepresencial) em 10 dias, para julgar em 60 dias.	- Processo n. 50022272620184036110, julgado em 4/12/2018, com embargos de declaração opostos pelo INSS em 30/1/2019. Foi verificada a ausência de intimação para as contrarrazões ao recurso de apelação e expedida carta de ordem para citar a parte apelada. Distribuída a carta de ordem em 15/5/2020. Recomenda-se cobrar o cumprimento da diligência em 20 dias.
---	---	---

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Foi realizada entrevista com o servidor Douglas de Almeida Cedro, chefe de gabinete do Desembargador Federal Baptista Pereira, contando, também, com a participação do assessor Ivan Alexandre da Conceição.

A equipe do desembargador é composta de 16 servidores, todos integrantes do quadro de pessoal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, exercendo as atividades inerentes à área-fim, ou seja, a confecção de minutas de votos, decisões e despachos, além de dois agentes de segurança. A assessoria do desembargador elabora minutas para os processos da Turma, da 3ª Seção e do Órgão Especial, e confere trabalhos da equipe e das tarefas da área-meio.

Os trabalhos do gabinete encontram-se divididos em função do tipo de benefício (Turma especializada em matéria previdenciária) e tipo de recurso. Um servidor é responsável pelas tutelas de urgência, seja em agravo de instrumento ou mandado de segurança, e outro servidor é responsável pelos embargos declaratórios e agravos internos. Os demais servidores cuidam da produção de minutas de apelações, com a

divisão dos processos em razão do tipo de benefício previdenciário: aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por invalidez, auxílio doença, aposentadoria por idade, benefício assistencial etc.

Há oito servidores em regime de teletrabalho parcial, sendo-lhes exigido o comparecimento presencial semanal, para a reunião de planejamento e avaliação da atividade com a chefia. Há acompanhamento semanal da produtividade realizado pela assessoria de acordo com a divisão por matéria. Os servidores que se encontram em teletrabalho não possuem cotas majoradas, trabalhando com o mesmo número exigido para aqueles servidores que trabalham de forma presencial no gabinete. As cotas são fixadas de acordo com a complexidade dos feitos, como, por exemplo, os feitos que tratam de aposentadoria por tempo de contribuição apresentam tendência a maior complexidade e, nestes casos, aplica-se a cota mínima de três processos diários. Nos processos mais simples, chega-se a minutar cerca de cinco processos por dia.

A triagem dos processos dá-se em duas frentes: processos vindos da distribuição e da subsecretaria processante. As apelações distribuídas são separadas por localizador identificando a matéria (tipo de benefício) e o mês de distribuição, o que indica a ordem de julgamento em cumprimento ao art. 12 do CPC.

Os agravos de instrumento e mandados de segurança também são identificados no localizador pela classe para controle de tutelas de urgência. Os conclusos recebem etiquetas do próprio PJe, que permitem filtrar o acervo e localizar os processos por matéria, existência de tutela de urgência, tempo de conclusão e tipo de recurso pendente.

Já os processos conclusos a partir da subsecretaria processante são identificados por etiqueta que identifica o tipo de recurso pendente: embargos declaratórios ou agravo interno. Ademais, o PJe foi configurado para fluxo em tarefas distintas dos processos nesta situação. Resumindo, o acervo é controlado e organizado pelo uso de etiquetas e de localizador. A etiqueta virtual permite o controle dos processos de metas, haja vista a indicação do tempo de conclusão e, da mesma forma, dos embargos de declaração, agravos internos e tutelas de urgência.

Quanto ao controle das prioridades legais, foi relatado que o gabinete possui um complicador, no sentido de que, por se tratar de gabinete especializado em matéria previdenciária, a grande maioria das partes goza de prioridade legal, conforme previsto no estatuto do idoso. Aplica-se, entretanto, o critério de identificação de tais prioridades na triagem, dos processos cujas partes são maiores de 80 anos (Lei n. 13.466/2017) e dos portadores de doenças crônicas (Lei n. 7.713/88).

Além das metas individuais diferenciadas já mencionadas, em razão da complexidade dos feitos, o gabinete trabalha com a meta coletiva de redução do acervo, julgamento dos processos da Meta 2, bem como com o objetivo de não ultrapassar dois anos de conclusão dos feitos.

Foi informado, na entrevista, que a utilização de decisões terminativas foi sensivelmente reduzida após a vigência do novo CPC, utilizando-se, ainda, nas hipóteses de aplicação de súmulas ou tese firmada por julgamento em regime de repercussão geral.

O gabinete trabalha com a utilização de modelos de teses que se repetem na maioria dos processos, através de uma rede interna do gabinete. Relataram, entretanto, que a mudança para o PJe trouxe um prejuízo, no que tange ao sistema de pesquisa, relatando a superioridade do antigo sistema de acompanhamento processual do Tribunal.

O gabinete possui uma política de estímulo à qualificação dos servidores, procurando sempre atender aos pedidos de participação em cursos. Foi relatada a necessidade de realização de cursos de capacitação, especificamente em relação aos temas atinentes às recentes reformas do sistema previdenciário. O gabinete não adota qualquer política de recompensas pelo atingimento das metas.

De acordo com o questionário preparatório da inspeção, não há processos sobrestados no gabinete. Entretanto, foi informado, na entrevista, que existem cerca de 300 feitos sobrestados na Secretaria da Turma em função da admissão do IRDR, Processo n. 5022820-39.2019.4.03.0000, de relatoria da Desembargadora Inês Virgínia, cujo objeto é a revisão do benefício previdenciário para readequação aos novos tetos constitucionais. Não há feitos sobrestados, quanto aos demais Temas, tendo em vista que estes já ficam paralisados na 1ª Instância.

Consta do relatório preparatório de inspeção, no item 4.12, o número de 864 processos conclusos há mais de 10 dias, com requerimento de tutela não apreciado. Em relação a essa informação, foi destacado que o referido número não corresponde à realidade e essa distorção é decorrente, certamente, de alguma marcação realizada no PJe, talvez pelo próprio advogado e em relação ao qual o gabinete não possui a “permissão” de desmarcar. O mesmo ocorre, por exemplo, com a marcação do segredo de justiça. Foi dito, ainda, que quem possui a funcionalidade de desmarcação é a secretaria da Turma.

Os pedidos de vista, em geral, são levados sempre na sessão presencial seguinte.

Quanto às políticas de estímulo à conciliação, foi informado que os temas com maior incidência de conciliação são encaminhados desde a distribuição, para o gabinete de conciliação, de modo que cabe ao gabinete, apenas, a homologação dos acordos que surgem nos autos dos processos em trâmite na unidade.

O gabinete não recebeu nenhum tipo de auxílio no período de maio/2019 a abril/2020.

O gabinete, no período da pandemia, está funcionando de acordo com as resoluções do CNJ e as portarias do Tribunal, em regime de teletrabalho, desde o dia

19/3/2020, sendo realizado o atendimento dos advogados e das partes via e-mail e por via telefônica, quando necessário.

A unidade relatou dificuldades, quanto ao grande volume de distribuição das Turmas da 3ª Seção, se comparadas às demais, além das dificuldades na ação de digitalização do acervo físico, realizada no 2º semestre de 2019, que desmobilizou boa parte da equipe para a atividade. A despeito da dificuldade, relata reputar positiva a referida ação, para o bom andamento dos processos no futuro. Ainda quanto à digitalização, relata dificuldades no manuseio dos processos digitalizados, haja vista a nomeação dos documentos de forma aleatória, sem a necessária nomeação exata das peças.

Por fim, informa dificuldade no acesso às mídias físicas (audiência) vinculadas aos processos, tendo em vista que estas não ficam juntadas ao sistema PJe, principalmente levando em conta o grande número de feitos oriundos da Justiça Estadual, em face da competência delegada.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve um aumento dos processos conclusos de 6.758 para 8.833. Uma vez considerado o período de 12 meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 8.044 feitos e, no mês anterior à inspeção, eram 8.833.

Verifica-se, ainda, que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 525, na última inspeção, para 190, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução, em relação à produtividade do gabinete, no período recente. Considerando que, na última inspeção, o gabinete julgou 2.409 processos nos últimos 12 meses anteriores à inspeção de 2018, enquanto que, nos últimos 12 meses anteriores à presente inspeção, foram julgados 7.235 processos.

O gabinete leva, entre a distribuição e o primeiro julgamento, 21 meses, enquanto que o tempo médio na 3ª Seção é de 15 meses. Trata-se de indicador que pode ser aperfeiçoado.

14. RECOMENDAÇÕES

Adotar as seguintes práticas, a serem verificadas na próxima autoinspeção:

a) cumprir as recomendações do item 11;

b) envidar esforços para reduzir o estoque de embargos de declaração pendentes de exame, notadamente aqueles em que houve excedimento do prazo para julgamento;

c) promover esforços para reduzir o tempo de espera, para o primeiro julgamento, tendo em vista que foi verificado, na análise dos processos inspecionados, um grande número de feitos conclusos por período superior a 2 anos; e

d) buscar alternativas, inclusive mediante aperfeiçoamento do planejamento estratégico, com vistas à contenção do aumento do acervo geral e de processos conclusos, incremento que tem sido contínuo, consoante se infere dos números constantes dos relatórios: em julho de 2018, o acervo total correspondia a 10.078 processos, enquanto que o de conclusos, a 6.758 feitos; em início de maio de 2019, o acervo total era de 10.295 processos, enquanto que os conclusos, naquele momento, somavam 8.044; em final de abril de 2020, o acervo total era de 11.450 e os conclusos correspondiam, naquele instante, a 8.833 feitos.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 10ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL SÉRGIO NASCIMENTO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Sérgio Nascimento

2.2 Turma

Décima Turma

2.3 Competência

Ações Relativas à previdência e assistência social

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Sérgio Nascimento

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não se aplica

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Carla Sisino – RF 1340 - chefe de gabinete

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):	
Servidores efetivos	(Total 18): Maria Emilia Maldaun Cabral - Carla Sisino - Raul Correa de Almeida César Jr. - Sidney Dias dos Santos - Olavo Felício Ferragonio - Marcia Boer - Mirela Sartorato Jorge - Juliana Carneim de Oliveira Bueno - Carolina Nudelman Hess Douek - Gisele Motta Revito - Angela Rachel Martins Ramos - Mayra Mitie Yano - Luis Renato Coelho Oliveira - Erika Jaqueto de Barros Pinheiro - Ana Carolina Chehin Batista - Cleverson Martins Nolacio de Oliveira - Antonio Hebling Chiardelli e Claudinei Dantas de Souza
Estagiários de nível superior	(Total 3): Sofia Marcelino Feliciano - Renata Moreira Guimarães - Lucas Preto Barrella

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	5.754
Processos suspensos/sobrestados	244
Processos conclusos	3.443
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal **vinculados ao gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	5.754
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	4.672
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	3.443
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.843
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	244
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	45

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do

gabinete em todo o tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrados, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Não se aplica
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz)	Não se aplica
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior).	Não se aplica
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não se aplica
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não se aplica

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	74
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	9
Reclamações	1
Ações rescisórias	63
Outros	1

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	5.679
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0

Recursos em ações com preferência legal	789
Outros	4.828

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	5.679
Apelações cíveis	5.070
Agravos de instrumento	490
Outros	85

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Revisões criminais	0
Outros	0

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	0
Apelações	0
Recursos em sentido estrito	0
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	0
Outros	0

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	0
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	0
Outros	0
Apelações	0

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	150
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	116
Agravos legais/regimentais	36
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	30
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	308
Tutela provisória concedida pelo Relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	6

4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos conclusos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos até 2013	11	4	2
Distribuídos em 2014	36	7	-
Distribuídos em 2015	660	11	5
Distribuídos em 2016	785	28	7
Distribuídos em 2017	-	755	10
Distribuídos em 2018	-	976	39
Distribuídos em 2019	-	-	2.134
Distribuídos em 2020	-	-	1.241
Total	1.492	1.781	3.438

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	2
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	2

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como relator	1
Total como relator para o acórdão	0

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	6.022
Total de processos julgados	6.374
Total de processos baixados	4.022
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-352
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	2.000

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	84
Total de feitos verificados na inspeção anterior	47
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano corrente	1.767
Processos julgados no ano corrente	1.571
Processos distribuídos no ano anterior	6.200
Processos julgados no ano anterior	4.215

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	4

Porcentagem de atendimento da meta	100,86%
------------------------------------	---------

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	117,83%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.415
Pendentes no último dia do mês anterior	8
Porcentagem de atendimento da meta	99,44%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.564
Pendentes no último dia do mês anterior	5
Porcentagem de atendimento da meta	117,26%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2019 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes em 31/12/2019	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução

Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	não se aplica
--	---------------

Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	não se aplica
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	não se aplica

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes em 31/12/2019	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	não se aplica
Processos baixados no ano anterior	não se aplica
Processos julgados no ano anterior	não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	não se aplica
Processos baixados no ano corrente	não se aplica
Processos julgados no ano corrente	não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes em 31/12/2019	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	não se aplica
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim. a) Movimentar em 60 dias a AR 2015.03.00.014875-2, para voto-vista; b) Levar ao Colegiado os 15 feitos com tutela provisória há mais de 90 dias; c) Rever a estatística do número de embargos de declaração pendentes de julgamento; d) Reavaliar a estatística referente ao cômputo das decisões terminativas (número de processos julgados pelo gabinete).

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

a) Voto-vista apresentado pelo Desembargador Federal Sérgio Nascimento, na sessão de 25/10/2018. Feito de relatoria da Desembargadora Federal Marisa Santos; b) Feitos incluídos em pautas de julgamento; c) Na última inspeção, constatou-se que os dados da estatística estavam discrepantes. Os embargos de declaração são incluídos em pauta de julgamento com certa prioridade, após recebimento da unidade processante. Ressalto que há um intervalo de tempo maior do que 30 dias entre a data da juntada do recurso até o recebimento conclusivo no gabinete para apreciação. A equipe de trabalho se organiza na rápida inclusão em julgamento. d) Os dados fornecidos pelo Setor de Estatística do Tribunal estão sendo adequados ao novo projeto (*Business Intelligence* - BI) que indicará o total de feitos conclusivos, julgados e pendentes de julgamento mais perto da realidade de cada unidade, independentemente da organização interna do gabinete, incluindo, também os processos virtuais.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Entendo que as recomendações das alíneas (c) e (d) estão sendo cumpridas dentro da organização interna do gabinete principalmente com relação aos feitos virtuais. Com relação aos embargos de declaração dos feitos virtuais, ressalto que os servidores sempre são orientados a dar prioridade à inclusão em pauta de julgamento, na medida em que são recebidos no gabinete, na tarefa "Recebidos com Embargos de Declaração", conforme mencionado no tópico anterior.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Dentro da divisão de tarefas e do método de trabalho adotado no gabinete, entendo que as metas do CNJ estão sendo cumpridas a contento.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O trabalho é dividido por matérias entre os servidores, respeitando, dentro do possível, a afinidade de cada um com os diferentes assuntos. Todas as práticas utilizadas estão sempre sendo aprimoradas, com o engajamento dos funcionários do gabinete, inclusive, no aprendizado para utilização do Sistema do Processo Judicial Eletrônico. O fluxo dos processos virtuais se mostra mais célere e a quantidade de feitos distribuídos mostra um razoável aumento no acervo do gabinete. Contudo, a celeridade na prestação jurisdicional continua sendo a maior preocupação e felizmente vem sendo alcançada, apesar do acúmulo de algumas poucas matérias (aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria por invalidez, por exemplo, cujo número de feitos distribuídos tem aumentado significativamente). Porém, devem ser destacados o empenho e dedicação da equipe na diminuição do acervo e entrega da prestação jurisdicional. (Obs.: PJe n. 5213280-22.2020.4.03.9999 não pertence à classe criminal. É invalidez)

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
50000738220174036138	12/4/2019	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Distribuído em 12/4/2019, na relatoria do Desembargador Federal Hélio Nogueira. Em 20/5/2019, declinou da competência. Recebido em 23/5/2019. Por decisão

de 11/5/2020, foi suscitado conflito negativo de competência p/ exame do Órgão Especial. Feito na Subsecretaria da 10ª Turma com prazo em curso.		
50060108620194030000	13/3/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recebido no gabinete em 15/3/2019. Em despacho de 20/3/2019, não foi apreciado o efeito suspensivo e o agravado foi intimado para apresentar contraminuta (art. 1019, inciso II, do CPC). Concluso para julgamento em 27/5/2019. Terminativa em 8/5/2020. Feito na Turma com prazo em curso.		
50077507920194030000	1º/4/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recebido no gabinete em 3/4/2019. Incluído e julgado na pauta de 31/3/2020. Na subsecretaria da 10ª Turma. Acórdão publicado no DJE em 4/5/2020. Feito com prazo em curso.		
50145902020184036183	25/4/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recebido no gabinete em 25/6/2019. Despacho proferido em 23/4/2020, determinando a comunicação ao INSS para esclarecimentos relativos aos benefícios ativos referentes à parte autora para instrução da ação previdenciária. Feito na subsecretaria da 10ª Turma com prazo em curso.		
50018408320184036183	29/4/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recebido no gabinete em 27/6/2019. Proferida decisão monocrática em 4/5/20. Publicada no DJE de 8/5/2020. Feito na subsecretaria da 10ª Turma com prazo em curso.		
50031269420184036119	30/4/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recebido no gabinete em 2/7/2019. Em despacho de 30/4/2020, o julgamento foi convertido em diligência, com retorno à Vara de origem para realização de prova pericial. Feito na Subsecretaria da 10ª Turma com prazo em curso.		
50110133420184036183	3/4/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recebido no gabinete em 11/7/2019. Julgado por decisão terminativa em 30/4/2020. Em 4/5/2020, expedição de comunicação via sistema. Feito na Subsecretaria da 10ª Turma com prazo em curso.		
00076170820164036183	15/7/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática em 27/4/2020. Publicada no DJE de 7/5/2020. Feito na Subsecretaria da 10ª Turma com prazo em curso.		
56693806320194039999	22/5/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recebido no gabinete em 25/7/2019. Proferida decisão monocrática em 6/5/2020. Publicada no DJE em 9/5/2020. Feito com prazo em curso.		
00247439820184039999	21/11/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos físicos distribuídos em 21/11/2018. Terminativa em 8/8/2019. Interposição de agravo interno em 26/8/2019. Digitalizado e concluso para julgamento em 13/2/2020. Decisão monocrática em 12/5/2020. Feito na Turma com prazo em curso.		
50058918020184036105	1º/12/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recebido em 1º/2/2019. Terminativa em 9/9/2019. Agravo legal julgado em 31/3/2020. Publicado no DJE de 4/4/2020. Interposição de embargos de declaração com inclusão na pauta de 9/6/2020. Feito na tarefa aguardando sessão.		

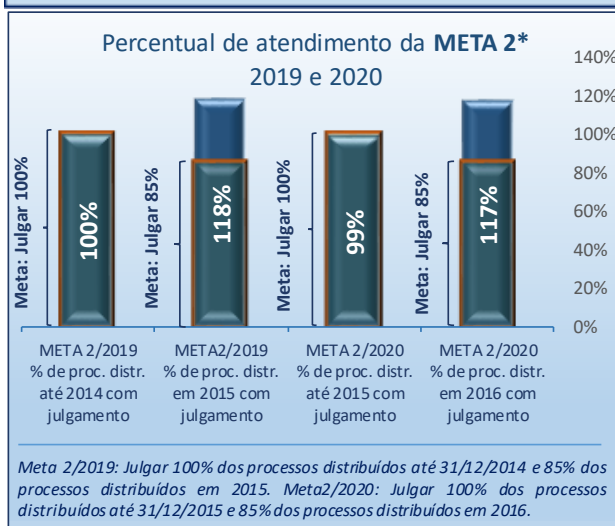
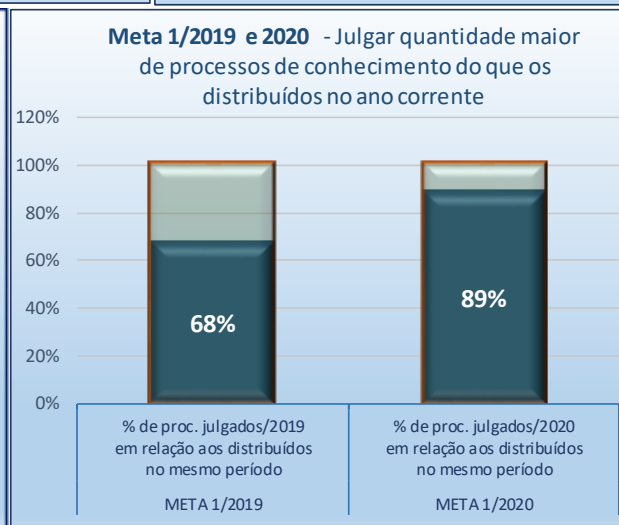
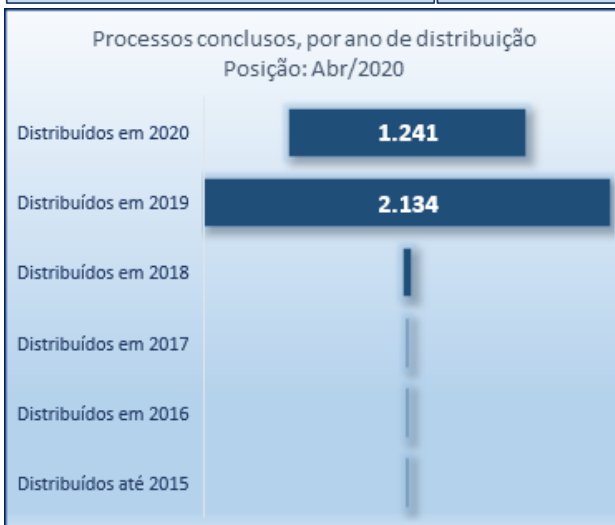
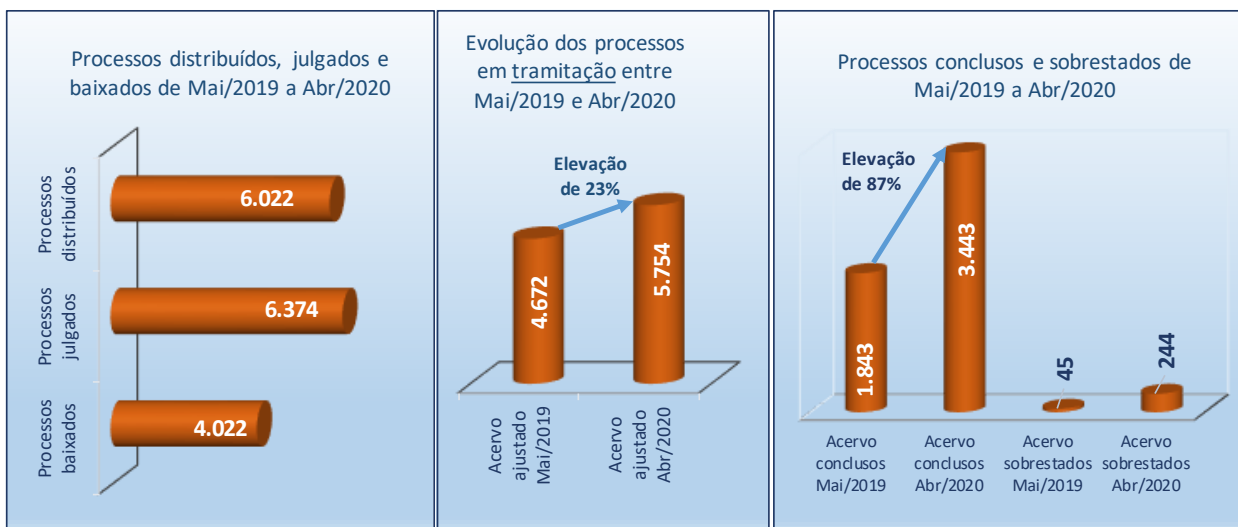
53574900620194039999	12/3/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recebido no gabinete em 9/4/2019. Julgado por decisão monocrática em 9/9/2019. Interposição de agravo legal em 18/9/2019. Concluso para apreciação do recurso em 29/11/2019. Incluído agravo interno na pauta de julgamento de 19/5/2020. Feito na tarefa aguardando sessão.		
50000746120174036140	8/2/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recebido no gabinete em 4/4/2019. Terminativa proferida em 3/9/2019. Publicada no DJE de 17/9/2019. Juntada de agravo interno e concluso para julgamento em 18/11/2019. Incluído em pauta de 12/5/2020. Feito na tarefa aguardando sessão.		
50013088920174036104	1º/2/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recebido no gabinete em 29/3/2019. Terminativa proferida em 2/10/2019. Publicada no DJE de 7/10/2019. Juntada de agravo interno e concluso para julgamento em 22/11/2019. Incluído em pauta de 12/5/2020. Feito na tarefa aguardando sessão.		
00877070820144036301	12/3/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recebido no gabinete em 29/5/2019. Proferida decisão monocrática em 2/10/2019. Publicada no DJE de 7/10/2019. Juntada de agravo interno e concluso para julgamento em 29/11/2019. Incluído em pauta de 12/5/2020. Feito na tarefa, aguardando sessão.		
00094232020144036128	18/1/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 15/5/2018. Interposição de embargos de declaração em 7/8/2018. Feito sobrestado. Levantado o sobrestamento. Digitalizado e concluso. Julgados os embargos declaratórios em 14/4/2020. Publicado acórdão em 18/4/2020. Feito na Subsecretaria com prazo em curso.		
00092196120184039999	4/4/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 5/6/2018. Interposição de embargos de declaração em 13/8/2018. Feito sobrestado. Levantado o sobrestamento. Digitalizado e conclusos em 30/3/2020. Julgados em 28/4/2020 os embargos de declaração. Publicado acórdão em 6/5/2020. Feito na subsecretaria com prazo em curso.		
00120862720184039999	27/4/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado em 24/7/2018. Interposição de embargos declaratórios em 9/8/2018. Feito sobrestado. Levantado o sobrestamento. Digitalizado e conclusos em 6/3/2020. Embargos Declaratórios julgados em 28/4/2020. Publicado acórdão em 7/5/2020. Feito na Subsecretaria com prazo em curso.		
00009905620144036183	14/12/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado em 6/3/2018. Julgados Emb. Decl. em 21/8/2018. Novos Emb. Decl. interpostos em 26/9/2018. Sobrestamento do feito. Digitalizado e concluso em 6/3/2020. Levantado o sobrestamento. Julgado em 28/4/2020. Publicado DJE de 6/5/2020. Feito na Turma com prazo em curso.		
00147061220184039999	19/6/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 9/10/2018. Interposição de Emb. Decl. em 19/12/2018. Feito sobrestado. Levantado o sobrestamento em 5/12/2019. Digitalizado e concluso em		

6/3/2020. Julgados Emb. Decl. em 28/4/2020. Publicado acórdão em 7/5/2020. Feito na Turma com prazo em curso.		
50039643420184036120	10/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 11/12/2018. Conclusos Emb. Decl. em 15/3/2019. Feito sobrestado em 12/4/2019. Levantado o sobrestamento em 5/12/2019. Incluído na pauta de 26/5/2020, para julgamento dos Emb. Decl. Feito na tarefa aguardando sessão.		
5003749-61.2018.4.03.9999	29/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Distribuído e recebido no gabinete em 29/5/2018. Em despacho de 4/6/2018, foi determinado o sobrestamento. Feito na Subsecretaria da 10ª Turma.		
5001268-07.2018.4.03.6126	9/10/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recebido em 5/11/2018. Despacho de mero expediente proferido em 17/12/2018. Por conta de equívocos na tramitação do feito na 10ª Turma, a publicação intimando as partes se deu no DJE em 12/5/2020. Previsão para julgamento em 30 dias.		
5054207-82.2018.4.03.9999	28/9/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recebido no gabinete em 12/11/2018. Conversão em diligência à vara de origem em 11/12/2018. Os autos retornaram da origem em 3/4/2020 conclusos para julgamento. Terminativa em 5/4/2020. Publicação no DJE em 4/5/2020. Feito na Turma com prazo em curso.		
5004271-52.2017.4.03.6110	22/11/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recebido em 27/11/2018. Matéria que ficou pendente, aguardando posição entre os integrantes da Turma. Em 8/5/2020, com despacho de sobrestamento do feito (IRDR n. 5022820-39.2019.4.03.0000). Feito na Subsecretaria da 10ª Turma.		
5000488-13.2016.4.03.6102	4/7/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Distribuído em 4/7/2018 na relatoria do Desembargador Federal Cotrim Guimarães. Redistribuição para a 3ª Seção em 27/8/2018. Recebido em 11/9/2018. Incluído e retirado da pauta de 6/11/2018. Feito sobrestado em 10/12/2018. Feito na Subsecretaria da 10ª Turma.		
5081174-67.2018.4.03.9999	7/12/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recebido no gabinete em 2/1/2019. Julgado por decisão terminativa em 7/4/2020. Interposição de agravo legal em 16/4/2020. Feito na subsecretaria da 10ª Turma com prazo em curso.		
5082438-85.2019.4.03.9999	14/1/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recebido no gabinete em 1º/2/2019, contudo, com visibilidade para o gabinete na tarefa triagem de gabinete apenas no dia 24/3/2020. Proferida decisão monocrática em 6/5/2020. Publicada no DJE em 9/5/2020. Feito com prazo em curso.		
5084649-94.2019.4.03.9999	15/1/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recebido no gabinete em 1º/2/2019. Julgado por decisão monocrática em 17/4/2020. Decisão publicada no DJE em 25/4/2020. Feito na subsecretaria da 10ª Turma com prazo em curso.		
5002259-34.2018.4.03.6109	15/1/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recebido no gabinete em 11/2/2019. Julgado por decisão terminativa em 12/5/2020. Feito na Turma com prazo em curso.		

5119008-70.2019.4.03.9999	22/1/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recebido no gabinete em 13/2/2019. Julgado monocraticamente em 15/4/2020. Juntada de embargos de declaração em 30/4/2020. Feito na subsecretaria da 10ª Turma com prazo em curso.		
5132670-04.2019.4.03.9999	25/1/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recebido no gabinete em 15/2/2019. Com decisão terminativa em 12/5/2020. Feito na subsecretaria da Turma com prazo em curso.		
5000608-97.2019.4.03.9999	25/2/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Distribuído e recebido no gabinete em 25/2/2019. Feito com voto minutado na tarefa aptos para julgamento, aguardando inclusão na pauta de 16/6/2020.		
5006010-86.2019.4.03.0000	13/3/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recebido no gabinete em 15/3/2019. Em despacho de 20/3/2019, não foi apreciado o efeito suspensivo e o agravado foi intimado para apresentar contraminuta (art. 1019, inciso II, do CPC). Concluso para julgamento em 27/5/2019. Terminativa em 8/5/2020. Feito na Turma com prazo em curso.		
5007750-79.2019.4.03.0000	1º/4/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recebido no gabinete em 3/4/2019. Incluído e julgado na pauta de 31/3/2020. Na subsecretaria da 10ª Turma. Acórdão publicado no DJE em 4/5/2020. Feito com prazo em curso.		
0003184-63.2013.4.03.6183	28/3/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Recebido no gabinete em 17/6/2019. Proferido despacho em 18/6/2019, determinando a juntada da mídia com os depoimentos testemunhais. Concluso para julgamento em 27/6/2019. Terminativa em 13/5/2020. Feito na subsecretaria da 10ª Turma, com prazo em curso.		
5002361-89.2019.4.03.9999	28/5/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Distribuído e recebido no gabinete em 28/5/2019. Com vista ao MPF e concluso em 1º/7/2019. Incluído em pauta de 31/3/2020. Publicado acórdão em 4/5/2020. Feito na subsecretaria para cumprimento e prazo em curso.		
5663859-40.2019.4.03.9999	20/5/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão monocrática em 31/3/2020. Na subsecretaria da 10ª Turma com juntada de agravo legal em 10/4/2020. Feito com prazo em curso.		
5607506-77.2019.4.03.9999	7/5/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Recebido no gabinete em 27/6/2019. Incluído e julgado na pauta de 31/3/2020. Na subsecretaria da 10ª Turma com publicação do acórdão em 4/5/2020. Feito com prazo em curso.		
5008714-72.2019.4.03.0000	9/4/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recebido no gabinete em 11/4/2019. Despacho em 15/4/2019, não apreciado efeito suspensivo e agravado intimado para contraminuta. Petição de 24/4/2019. Adv. não atua no caso, há algum tempo. Retificada a autuação. Adiado da pauta de 3/3/2020. Incluído na pauta de 9/6/2020. Aguardando sessão.		
0002088-96.2002.4.03.6183	20/5/2009	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Terminativa em 3/6/2009. Interposição de REsp. Sobrestamento do feito. Em 27/3/2019, devolução à Turma Julgadora. Retratação em 30/7/2019. Embargos Declaratórios em 26/7/2019. Digitalizados e conclusos em 4/12/2019. Incluídos embargos declaratórios na pauta de 26/5/2020. Feito na tarefa, aguardando sessão.		
0008515-70.2006.4.03.6183	2/12/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Decisão monocrática em 9/2/2010. Interposição de REsp. Feito sobrestado em 22/2/2017. Em 27/3/2019, devolução à Turma Julgadora. Juízo de retratação em 30/7/2019. Embargos. Decl. em 15/8/2019. Digitalizados e conclusos em 30/1/2020. Feito incluído na pauta de 9/6/2020. Aguardando sessão.		
0000994-16.2002.4.03.6183	4/6/2003	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão em 28/8/2007. Interposição de REsp. Sobrestamento do feito. Em 16/8/2019, devolução à Turma Julgadora. para retratação. Digitalizados e conclusos em 3/9/2019. Julgado na pauta de 14/4/2020. Publicado DJE de 4/5/2020. Feito na Turma com prazo em curso.		
0004888-92.2005.4.03.6183	8/3/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Terminativa em 16/6/2010. Interposição de REsp. Sobrestamento. Em 28/3/2019, devolução à Turma Julgadora. Decisão da retratação em 18/6/2019. Embargos Declaratórios em 26/7/2019. Digitalizados e conclusos em 5/2/2020. Publicado no DJE de 4/5/2020, acórdão dos Embargos Declaratórios na Turma com prazo em curso.		
0000253-74.2007.4.03.6126	6/11/2009	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Decisão em 19/11/2009. Interposição de REsp. Sobrestamento. Devolução à Turma Julgadora. Exercido juízo de retratação em 18/6/2019. Digitalizados e conclusos em 25/9/2019. Embargos Declaratórios julgados em 11/2/2020. Novos embargos em 6/3/2020. Incluído na pauta de 9/6/2020. Aguardando sessão.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 43 processos selecionados, todos foram inspecionados, sendo eles eletrônicos, inexistindo, na referida amostra, processos físicos ou feitos tramitando em segredo de justiça.

Nenhum dos processos listados mereceu recomendação específica, já que, no momento da inspeção, foram encontrados em dia (mormente porque já julgados ou pautados (cinco deles para as sessões de 14 ou 21 de julho do ano em curso); baixados, após o trânsito em julgado; em tramitação em outras unidades (na Vice-Presidência, processando REsp ou RE, ou em outro gabinete, em virtude de redistribuição por incompetência, por exemplo); com conclusão recente ao gabinete; ou sobrestados, por força de decisão de Tribunal superior, em razão de recurso submetido à sistemática dos repetitivos, ou do próprio TRF3, no IRDR 50228203920194030000.

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Inicialmente, registra-se que, em todos os contatos realizados, mediante entrevista eletrônica, via *Microsoft Teams*, a equipe da Corregedoria foi cordialmente atendida pelo desembargador federal e por sua assessoria e chefia de gabinete, que se mostraram bastante solícitos e diligentes na prestação das informações e esclarecimentos buscados junto à unidade inspecionada.

O gabinete integra a 3ª Seção, especializada em previdência e assistência social, e compõe a 10ª Turma.

A unidade pontuou que, com o acervo atualmente todo digitalizado, a organização do trabalho passou a ter nova forma e a equipe foi orientada a movimentar os feitos no PJe de modo harmonioso e padronizado, já que há a possibilidade de vários servidores atuarem nos processos ao mesmo tempo.

Nessa padronização, o grupo faz uso de várias etiquetas, eletronicamente atribuídas, que indicam determinado movimento do feito, inclusive para qual servidor ele foi direcionado. Essas etiquetas são standardizadas, com o intuito de não serem criadas várias com nomes diversos, indicando uma mesma situação.

Relatou-se que as atividades são distribuídas de acordo com a afinidade de cada servidor com relação às diversas matérias, salientando-se que alguns possuem mais experiência em matérias específicas e assim desenvolvem as minutas com maior facilidade.

A equipe é composta por 18 servidores, entre os quais, dois agentes de segurança e um servidor que realiza apenas atividade-meio (de suporte), todos os demais, incluindo assessorias e chefia de gabinete, voltados à atividade-fim. Indicou-se que quatro servidores trabalham com os agravos de instrumento, inclusive examinando os pleitos de tutela liminar recursal dentro da própria semana em que chegados à unidade,

dividindo essa incumbência com a pertinente à preparação das minutas referentes às apelações que lhes são dirigidas por matéria.

Acerca da existência de servidores em regime de teletrabalho, narrou-se que, antes da atual forma de trabalho, por conta da pandemia, em que todos os servidores estão trabalhando remotamente, o gabinete funcionava com um total de 30% de servidores em regime de teletrabalho (seis servidores), cada qual com seu plano de atividade e quantidade de dias presenciais no gabinete (alguns trabalham de forma presencial um dia da semana, outros dois ou três dias, de modo a sempre garantir a presença de um mínimo de servidores na unidade). Assim, o regime de teletrabalho implantado no gabinete é parcial.

Sobre as cotas definidas para esse corpo de servidores em teletrabalho, são diferenciadas, em razão da complexidade das matérias. Exemplificou-se que, no caso de feitos pertinentes à concessão de benefício de aposentadoria por idade ou invalidez, de revisão de benefícios previdenciários ou de benefício de prestação continuada, fixou-se um mínimo de cinco feitos por dia; ao passo que, para os casos em que se discute o direito à pensão por morte ou à aposentadoria por tempo de contribuição, definiu-se um mínimo de três processos/dia.

Apurou-se que, no dia de trabalho presencial, o servidor traz a relação dos processos minutados durante o teletrabalho, indicando a respectiva matéria, e o controle da produção é feito por servidor específico.

Com a pandemia, em que todos estão trabalhando remotamente, cada servidor envia a relação da sua produção, em determinado dia da semana, para o e-mail da chefia, que tem a atribuição de fazer o acompanhamento e o controle da produtividade.

De regra, a cota, desde o início do teletrabalho, vem sendo cumprida; e, se por alguma razão, não é atingida, o servidor se compromete a completá-la, na oportunidade seguinte, imperando, assim, a regra ao servidor, de que sempre deverá repor o número não alcançado. Para o eventual desatendimento dessa norma, prevê-se a possibilidade de redução da quantidade de dias autorizados em *home office*, o que já aconteceu em um caso concreto.

Em recente deferimento mediante Processo SEI n. 00085069820204038000, o percentual de servidores em teletrabalho foi alargado para 50% do total, o que, contudo, na prática, não chegou a ser implementado, por conta da pandemia do novo coronavírus, que obrigou toda a equipe ao regime de teletrabalho.

Acerca das características do acervo, asseverou-se, *ab initio*, que poucos são os feitos que ainda tramitam de modo físico. Informou-se que alguns desses, referentes a matérias sobrestadas (um total de 45 processos), foram digitalizados e aguardam no gabinete seu envio. Outros quatro processos (00096353320174039999, 20080399063790-3, 00119292520154039999 e 00016998420174039999) retornaram da Vice-Presidência, para juízo de retratação, encontrando-se minutados e aguardando

a abertura de pauta no antigo sistema GEDPRO pela subsecretaria, para a devida inclusão e o julgamento pelo Colegiado, haja vista que não foram virtualizados, quando estavam na Vice-Presidência.

Com relação aos feitos eletrônicos, que totalizam o acervo do gabinete, à exceção daqueles físicos, enfatizou-se que trouxeram nova forma de trabalho, que está sendo adaptada diariamente.

Relatou-se que os feitos chegam distribuídos pela UFOR, na tarefa “Triagem de Gabinete”, sendo, então, triados por servidor específico, que coloca a etiqueta de acordo com a matéria e o ano do recurso (ex.: AC 2019, INVALIDEZ, IDADE, TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO e PENSÃO, entre outras). Nessa primeira checagem, são separados os feitos que necessitam de algum despacho específico, como, por exemplo, entre outras ocorrências, de remessa ao MPF, e aqueles cujas mídias não vieram da vara de origem (varas estaduais, em função da competência delegada). Nesse ponto, foi destacado um primeiro embaraço aos trabalhos, consistente na necessidade, em geral, de solicitação da mídia digital do processo (com a gravação das audiências, por exemplo), considerando a sua não incorporação ao sistema PJe.

Consignou-se que os processos que já estão prontos para aguardar o julgamento, sem necessidade de qualquer outra providência prévia, são direcionados para a tarefa “Analisar Tipo de Decisão a Proferir”.

Essa tarefa funciona como uma espécie de “armário físico”, onde os feitos ficam conclusos, aguardando julgamento. Nessa localização, os processos são identificados por etiquetas que apenas indicam a matéria e o ano da apelação (ex.: INVALIDEZ – AC 2016).

A partir desse posicionamento, os feitos são retirados para a elaboração de minuta, levando em conta a data de chegada no gabinete, bem como o ano da apelação, em atenção ao cumprimento às metas do CNJ.

Quando o processo é retirado da referida tarefa, coloca-se etiqueta com o nome do servidor e o feito é a ele direcionado, para o seu manuseio.

A partir daí, elabora-se a minuta da decisão, seja monocrática ou relatório/voto/acórdão, e, então, o feito é transferido para as tarefas “Revisar Ato Minutado” ou “Aptos para Julgamento”, respectivamente.

O desdobramento dessa sequência compreende o direcionamento, mediante rotulagem própria, à assessoria, que fará uma primeira correção, antes do feito ser encaminhado ao desembargador federal, para a correção definitiva, com a assinatura da decisão, quando monocrática, ou a sua inclusão em pauta de julgamento, nos casos de feitos a serem decididos no Colegiado.

Em síntese, portanto, os feitos eletrônicos são organizados dentro das tarefas do PJe com etiquetas criadas com essa finalidade, indicando a matéria, o nome do servidor

que irá elaborar a minuta, o ano do recurso, se há pedido de preferência e o mês do recebimento dos embargos de declaração e agravos internos.

Na tarefa “Analisar Tipo de Decisão a Proferir”, ficam os feitos que aguardam julgamento e que prescindem de qualquer providência anterior imediata. Com o movimento do processo, ele é deslocado para outras tarefas padronizadas pelo próprio PJe (ex.: “Minutar Ato Judicial”, “Preparar Relatório e Voto”, “Aptos para Julgamento” e “Aguardando Sessão”).

Apesar dos deslocamentos entre as tarefas, a etiqueta com o nome do servidor que está com o feito não pode ser retirada.

Além das etiquetas, o gabinete faz uso intenso de outra ferramenta fornecida pelo PJe, que são os chamados “Lembretes”, ou seja, é possível fazer anotações dentro do processo com o qual se está trabalhando, com visibilidade para todos do gabinete, o que facilita muito a comunicação entre os colegas, com a assessoria, a chefia e o próprio desembargador federal.

O grupo também faz uso da ferramenta por meio da qual se “favorita” determinada etiqueta para um controle individual.

Apurou-se que o controle do acervo, bem como dos pedidos de prioridade/urgência é feito rotineiramente. As diversas tarefas existentes no PJe permitem que o grupo tenha uma visão geral dos feitos que estão aguardando julgamento, suas respectivas matérias, assim como a quantidade deles.

Através das etiquetas atribuídas para cada feito, desde a triagem inicial e o filtro com base em algum dado (ex.: nome do servidor, matéria do processo, ano do recurso, pedido de preferência, dentre outros), o processo é localizado com certa facilidade, desde que esteja no movimento conclusivo no gabinete, pois, no momento em que é direcionado para a subsecretaria com alguma determinação, deixa-se de ter a visibilidade das etiquetas e dos lembretes, que só aparecem quando retornam conclusos.

Quanto às prioridades legais, realçou-se que, sendo a 3ª Seção especializada em Direito Previdenciário e Assistencial, inúmeros são os processos com a prioridade legal.

Em relação a essas situações prioritárias, por determinação legal, afirmou-se que os processos chegam separados pelo próprio sistema dos demais, em determinada ordem de data e posição indicada por uma seta.

No tocante aos pedidos de preferência formulados pelo advogado ou pela própria parte, os feitos são separados com lembrete e há a atribuição de etiquetas de pedido de preferência e nome do servidor que irá minutar para ser dada certa agilidade no atendimento do pedido. O servidor é informado que aquele processo que lhe foi atribuído tem pedido de preferência.

Os servidores são sempre orientados a selecionar os feitos conclusos há mais tempo no gabinete, que normalmente recebem uma etiqueta “mutirão”. A conclusão para

o primeiro julgamento é trabalhada e acompanhada para que não exceda, a princípio, o período entre um ano e um ano e meio do recebimento do feito no gabinete.

Com relação aos embargos de declaração, eles chegam da subsecretaria em tarefa específica “Recebidos com Embargos de Declaração” e, de pronto, são repassados aos servidores que minutaram a decisão originária. A própria etiqueta que lhe foi atribuída facilita o retorno ao servidor. Ainda é acrescentada nova etiqueta, indicando o mês do recebimento dos embargos de declaração. O servidor acompanha esses recebimentos e, semanalmente, deve mesclar as suas atividades rotineiras com a elaboração de minutas dos embargos de declaração, evitando acúmulos.

Quanto aos agravos internos, mencionou-se que a sistemática é a mesma. Eles chegam da subsecretaria com outros feitos de diligências diversas na tarefa “Recebidos da Unidade Processante”. Na triagem, recebem a etiqueta de agravo interno e são repassados aos servidores que minutaram as decisões agravadas.

No pertinente aos incidentes, a unidade inspecionada sublinhou que existe um intervalo razoável de dias, entre a data da juntada dos embargos de declaração e agravos internos pelas partes e a data da conclusão ao gabinete (às vezes superior a 30 dias), merecendo crítica, assim, a leitura do sistema da Estatística, de que estão aguardando julgamento por um período superior a 30 dias, o que pode não corresponder à realidade, considerando-se o momento em que o processo efetivamente ingressa ao gabinete, para apreciação.

No que tange ao controle periódico de processos sem movimentação – apontado como semanal, na entrevista –, o gabinete inspecionado reforçou que as diversas tarefas existentes no PJe permitem que o grupo tenha uma visão geral dos feitos que estão aguardando julgamento, suas respectivas matérias, bem como a quantidade deles (para a unidade em inspeção, os filtros do PJe são eficientes para essa finalidade). Todos os servidores têm a etiqueta com seu nome “favoritado”, o que facilita o acompanhamento, quando um feito é a ele atribuído.

Há, também, um controle rotineiro com relação àqueles feitos que estão na tarefa “Analisar Tipo de Decisão a Proferir”, que não foram atribuídos a qualquer servidor. Considera-se, nesse acompanhamento, a data em que o processo foi colocado nessa tarefa, sendo possível identificar, a partir daí, os feitos mais antigos, para que sejam repassados aos colegas com certa prioridade.

A unidade inspecionada informou que, já há algum tempo, vem trabalhando com metas individuais, que são diferenciadas entre os servidores, conforme estejam em regime de teletrabalho ou executando as suas atividades de forma presencial no gabinete.

Também há diferença entre metas (quantidade de processos), com relação às diversas matérias minutadas pelos servidores.

Informou-se, por outro lado, que a unidade inspecionada não possui metas coletivas.

A unidade inspecionada relatou que o gabinete sempre trabalhou mediante política de recompensas, constituída, basicamente, pela existência de um banco de horas, reconhecido aos servidores, após atingida a meta proposta pela assessoria e pela chefia de gabinete, a qual era acertada em reuniões realizadas a cada dois ou três meses, com essa finalidade, após aprovação do desembargador federal. Reportou, no entanto, que, infelizmente, isso não se faz mais possível, diante do grande número de feitos distribuído mensalmente e, principalmente, após a obrigatoriedade do ponto eletrônico, que tornou inviável a utilização de banco de horas pelos servidores que não realizam teletrabalho, o que é apontado pela unidade inspecionada como uma das importantes dificuldades de gestão, no que se relaciona à manutenção do ânimo produtivo da equipe, sobretudo diante das novas circunstâncias a serem enfrentadas, inclusive por conta da pandemia, a exigir uma reinvenção de posturas.

Acerca do tratamento conferido às prioridades legais e às metas do CNJ, a unidade inspecionada sublinhou que, dentro da rotina, os feitos com prioridade legal (indicados pelo PJe por meio de uma seta) são atendidos levando em conta a data de chegada na tarefa. Eles são separados com a atribuição de etiqueta “Mutirão” e com o nome do servidor que irá elaborar a minuta. Narrou que a mesma dinâmica é aplicada, para a identificação e o tratamento das metas do CNJ, já que aos feitos são atribuídas etiquetas do ano da respectiva apelação (ex.: “AC 2018”, “AC 2017” e assim por diante).

Essa sistemática, especificamente quanto às metas do CNJ, vem funcionando a contento. Com efeito, os percentuais de cumprimento das metas do CNJ, informados no questionário preparatório da inspeção, são reveladores desse compromisso do setor. Sublinhe-se que, em 2019, o gabinete cumpriu 100,86% da Meta 2/2019 CNJ (julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014) e 117,83% da Meta 2/2019 CNJ (julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015). Ademais, no último dia do mês anterior à inspeção, já houvera cumprido 99,44% da Meta 2/2020 CNJ (julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015) e 117,26% da Meta 2/2020 CNJ (julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016). Esses dados denotam que a equipe inspecionada faz o devido monitoramento, conferindo preferência às metas.

Na unidade inspecionada, faz-se amplo uso de decisões terminativas, equivalendo essa modalidade a 80% da produtividade relacionada às apelações.

Ademais, constatou-se que a unidade busca padronizar, quando possível, os modelos de decisões e votos, objetivando a harmonia na elaboração das minutas pelos diversos servidores, encontrando-se esses modelos acessíveis a todos os servidores por intermédio do *Google Drive*.

No momento da concepção de novo entendimento, em determinado assunto, a assessoria tem o cuidado de repassar, mediante reuniões ou mensagens ao grupo, a nova posição a ser utilizada a partir de então e esclarecer as dúvidas que surgem com o grupo, levando até mesmo ao próprio desembargador federal.

Acerca das iniciativas de capacitação do corpo funcional, foi informado que o Tribunal tem proporcionado aos servidores diversos cursos. Contudo, sendo a 3ª Seção especializada em Direito Previdenciário e Assistencial e, diante da nova Emenda Constitucional n. 103/2019 já em vigor, a atualização neste campo específico do conhecimento seria de grande valia, por conta de uma prática processual que, logo, irá se impor com as futuras demandas previdenciárias, baseando-se na nova legislação, sendo que, até o presente momento, ainda não houve a disponibilização de curso de capacitação sobre a novel legislação previdenciária.

Em relação à situação de sobrestamento processual, decorrente de decisões proferidas pelo STF, pelo STJ e pelo próprio TRF3, a unidade inspecionada informou que vêm sendo suspensos os processos nos quais se discutem as seguintes matérias: TEMA 692 - Proposta de Revisão de Entendimento firmado em tese repetitiva firmada pela Primeira Seção relativa ao Tema 692/STJ, quanto à devolução dos valores recebidos pelo litigante beneficiário do Regime Geral da Previdência Social – RGPS, em virtude de decisão judicial precária, que venha a ser posteriormente revogada; TEMA 975 - Questão atinente à incidência do prazo decadencial sobre o direito de revisão do ato de concessão de benefício previdenciário do regime geral (art. 103 da Lei n. 8.213/91), nas hipóteses em que o ato administrativo da autarquia previdenciária não apreciou o mérito do objeto da revisão; TEMA 979 - Devolução ou não de valores recebidos de boa-fé a título de benefício previdenciário, por força de interpretação errônea, má aplicação da lei ou erro da Administração da Previdência Social; TEMA 982 - Aferir a possibilidade da concessão do acréscimo de 25% previsto no art. 45 da Lei n. 8.213/91 sobre o valor do benefício em caso de o segurado necessitar de assistência permanente de outra pessoa, independentemente da espécie de aposentadoria; TEMA 999 - Possibilidade de aplicação da regra definitiva prevista no art. 29, incisos I e II, da Lei n. 8.213/91, na apuração do salário de benefício, quando mais favorável do que a regra de transição contida no art. 3º da Lei n. 9.876/99, aos segurados que ingressaram no sistema antes de 26/11/1999 (data de edição da Lei n. 9.876/1999) - REsp 1.554.596/SC; TEMA 1013 - Possibilidade de recebimento de benefício por incapacidade do Regime Geral de Previdência Social de caráter substitutivo da renda (auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez) concedido judicialmente em período de abrangência concomitante ao que o segurado estava trabalhando e aguardando o deferimento do benefício; e IRDR n. 5022820-39.2019.4.03.0000 - Trata da questão relativa à possibilidade de readequação do reajuste dos benefícios concedidos antes da promulgação da Constituição da República de 1988 aos novos tetos fixados pelas Emendas Constitucionais n. 20/98 e n. 41/2003.

Quanto à dinâmica processual, no período de um ano, verificou-se acréscimo de 87% no número de processos conclusos no Ggabinete – eram 1.843, no início de maio de 2019, e passaram a 3.443, no final de abril de 2020 –, constatando-se, outrossim, quanto ao total em tramitação, uma elevação de 23% – no início de maio de 2019, eram 4.672 processos e, no final de abril de 2020, passaram a 5.754.

Comparativamente à última inspeção, ocorrida em agosto/2018, houve um aumento expressivo no número de processos conclusos no gabinete, de 478 para 3.443, igualmente subindo o total em tramitação – em julho de 2018, eram 2.990; e, em abril de 2020, 5.754.

Para esse cenário, contribuíram, sobretudo, segundo relatado pela unidade inspecionada, os procedimentos associados à virtualização dos processos físicos, impactando na produtividade; o aumento expressivo no número de processos distribuídos (notadamente, em decorrência de medidas compensatórias, em razão de erro verificado na distribuição, envolvendo outro gabinete); as dificuldades em se proceder ao aumento da produtividade, considerando a existência de servidores em gozo de licenças, capacitação e médica.

Foi relatado, outrossim, o aumento do acervo, com relação às matérias de tempo de contribuição e aposentadoria por invalidez, o que, no dia a dia, pesa, pela complexidade, trazendo dificuldade em vencer a distribuição e, assim, alcançar uma diminuição do número de feitos.

Acerca da produtividade, os reflexos desse estado de coisas são evidentes. Embora nos últimos 12 meses (maio de 2019 a abril de 2020), os dados estatísticos informados no questionário preparatório da inspeção apontem para o cumprimento da Meta 1 do CNJ, sendo distribuídos 6.022 processos e julgados 6.374, quando se toma por parâmetro o ano de 2019, verifica-se a grande diferença entre o quantitativo de processos distribuídos e o de julgados – foram 6.200 contra 4.215, respectivamente – não tendo sido cumprida, assim, a Meta 1 do CNJ.

No que respeita aos embargos de declaração e aos agravos internos pendentes de exame no gabinete, segundo o questionário preparatório da inspeção, eram, na data do seu preenchimento, 150, os primeiros, e 36, os segundos, dos quais 116 e 30, respectivamente, estão conclusos há mais de 30 dias, o que revela a existência de um aumento dos incidentes aguardando julgamento, comparativamente à inspeção anterior, na qual foram informados, nessa condição, 99 embargos de declaração e 2 agravos legais/regimentais.

Neste ponto, cumpre mencionar que, segundo o questionário preparatório da inspeção, 308 processos estariam conclusos na unidade, há mais de 10 dias, com requerimento de tutela provisória não apreciado. No entanto, o gabinete informou que esse dado não corresponde à realidade, destacando, então, o problema crônico que o Tribunal vivencia, no tocante à sua estatística.

Sobre o estímulo à conciliação, afirmou-se que, quando alguma parte formula pedido de acordo e havendo a concordância da outra, a transação é homologada. O feito tem seu trâmite normal até que a subsecretaria, após o trânsito em julgado, devolva à origem para seu regular prosseguimento.

O setor não recebeu qualquer tipo de auxílio entre maio de 2019 e abril de 2020.

Sobre os pedidos de vista, de forma geral, são apresentados na sessão seguinte. Contudo, com relação aos feitos de competência da 3ª Seção, com calendário intercalando entre sessões presenciais e virtuais, normalmente aguarda-se para que o voto-vista seja apresentado em sessão presencial.

Sobre o funcionamento durante a pandemia, foi dito que o gabinete inteiro foi colocado em teletrabalho, de forma repentina, fazendo com que os servidores que não trabalhavam desta forma se adaptassem a ela.

Dentro da rotina do período de confinamento, o contato com o grupo é mantido diariamente. As dúvidas são esclarecidas por meio de mensagens trocadas com todos via *WhatsApp*, ligações ou e-mails. A plataforma do aplicativo *Microsoft Teams* colocada à disposição também já foi utilizada para realização de reuniões.

A unidade inspecionada enfatizou que este momento vivido, por conta da pandemia, é muito atípico e com certeza todas questões existentes no entorno, a nova forma de trabalho, à qual todo grupo precisou se adaptar repentinamente, cada qual com sua rotina de vida pessoal, social e de trabalho, terá o condão de afetar a produção, que, na sua percepção, não será a mesma de antes.

Contudo, segundo o gabinete, o que está sendo levado em conta é o bem estar físico e mental de cada servidor e, apesar de tudo, a equipe, mesmo a distância, tem se empenhado em cumprir dentro do razoável com sua cota, visando ao objetivo principal: a rapidez na entrega da prestação jurisdicional considerando a necessidade cada vez maior dos segurados em ter acesso à Previdência Social.

Foi consignado que, diante do quadro da grave pandemia, está sendo planejada, junto ao desembargador federal e à sua equipe, a retomada parcial das atividades presenciais com rodízio de funcionários, observando o distanciamento mínimo de dois metros entre as estações de trabalho dos servidores no mesmo dia, bem como determinados cuidados a serem tomados na utilização dos materiais no local de trabalho.

A assessoria e a chefia de gabinete em inspeção revelaram preocupação e tristeza, ao relatarem que, mesmo antes da pandemia, a unidade estava desassistida de materiais de higiene básicos, como sabonete líquido e papel-toalha, tratando, então, das dificuldades de enfrentamento do desestímulo dos servidores, que não podiam contar com esses recursos fundamentais à garantia da saúde.

Acerca das principais dificuldades vivenciadas pela unidade, além das anteriormente mencionadas, o gabinete asseverou que fatores de ordem interna e

externa estão refletindo, cada vez mais, no comportamento do grupo, que sempre se mostrou comprometido e empenhado com suas atividades. Listou, então, os seguintes aspectos:

- Com o fim do acervo físico – na época (agosto de 2019), o gabinete enviou ao setor de digitalização apenas dois feitos físicos –, o grupo, que já vinha se adaptando ao novo sistema, passou a se dedicar exclusivamente aos eletrônicos, fazendo com que todos os servidores se empenhassem ao aprendizado, incluindo aqueles ainda não tão familiarizados. No dia a dia, no entanto, percebeu-se, segundo o relato colhido, a exigência de uma forma mais trabalhosa para o manuseio dos feitos, sobretudo na leitura das peças, embora o PJe tenha agregado facilidades na rapidez do trâmite processual.

Na entrevista realizada, o gabinete mencionou a necessidade de melhorias no PJe, principalmente no que diz respeito ao tempo de resposta, pelo setor de suporte, aos chamados abertos pela unidade, para a correção de erros do sistema, a exemplo das falhas que têm sido verificadas na assinatura dos acórdãos, em caso de julgamento não unânimes.

Além da dificuldade do manejo do PJe, referiu-se o volume maior de processos distribuídos. No segundo semestre do ano de 2019, a unidade recebeu junto da distribuição diária normal, um fluxo grande de feitos, em torno de 400, por conta de correção na falha ocorrida no sistema do PJe, noticiada por meio do processo SEI;

- A alteração do CPC/2015, com relação à forma de impugnação à homologação dos cálculos da execução por meio de agravo de instrumento, trouxe dificuldade para apreciação dessa matéria tão específica, já que nem todos os servidores possuem afinidade com ela. Foi preciso destacar servidor que cuidava das apelações nos embargos à execução para se inteirar dos agravos de instrumento, além das próprias execuções existentes. Consignou-se que qualquer alteração na forma de trabalho com a equipe demanda tempo para o estabelecimento de nova rotina até o resultado almejado;

- A percepção de desmotivação da equipe também trouxe preocupação com o novo sistema de adaptação e a utilização do ponto eletrônico. Segundo o gabinete, essa sistemática não está totalmente regulamentada e seria de grande valia um sistema que desse ênfase a um banco de horas. A impossibilidade de utilização de dias extraoficiais alcançados por conta de metas atingidas trouxe muita indignação por parte dos servidores. O ponto eletrônico também evidenciou diferença entre os servidores que trabalham em regime de teletrabalho e os que estão de forma presencial no gabinete, já que os primeiros podem utilizar eventuais dias em banco de horas sem preocupação com o ponto eletrônico e os demais, não.

A unidade inspecionada acentuou que todas essas questões vêm refletindo de alguma forma no grupo, em termos de produção, motivação, dedicação e valorização

para o trabalho, exigindo, cada vez mais, dos gestores uma postura aberta de escuta para uma melhor solução do que está ao seu alcance.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à última inspeção, houve aumento significativo do montante de processos conclusos, de 478 a 3.443.

Igualmente, considerado o período de 12 meses contados da inspeção, constata-se que o acervo de processos conclusos no início do 12º mês anterior era de 1.843 e, no mês anterior à inspeção, era de 3.443.

Verifica-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 99, na última inspeção, para 150, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção, dos quais 116 estão conclusos há mais de 30 dias.

Houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente. É que, nos últimos 12 meses (de maio de 2019 a abril de 2020), foram julgados 6.374 processos, o que revela uma melhora importante, se considerado o ano anterior (2019), em que foram julgados 4.215 processos, e também, os achados na inspeção anterior (2018), com 4.304 processos julgados, no período por ela abarcado (agosto de 2017 a julho de 2018). No entanto, na entrevista que foi realizada, a unidade inspecionada expressou a sua grande preocupação com a redução dos índices de produtividade, ao passo que a distribuição vem aumentando significativamente.

O tempo médio gasto pelo gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de seis meses, enquanto o tempo médio, na 3ª Seção, é de 15 meses. Trata-se de indicador que merece destaque.

14. RECOMENDAÇÕES

Adotar as seguintes práticas, a serem verificadas na próxima autoinspeção:

a) Buscar alternativas, inclusive mediante aperfeiçoamento do planejamento estratégico, com vistas à contenção do aumento do acervo;

b) envidar esforços para reduzir o estoque de embargos de declaração e agravos internos pendentes de exame, notadamente aqueles em que houve excedimento do prazo para julgamento; e

c) estreitar o diálogo institucional com os setores do Tribunal incumbidos do gerenciamento e do suporte do PJe, bem como da apuração dos dados estatísticos, reportando problemas e dificuldades, para o desenvolvimento e o aprimoramento de soluções.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 10ª TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL LÚCIA URSAIA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Desembargadora Federal Lucia Ursaia

2.2 Turma

10ª Turma

2.3 Competência

3ª Seção - Matéria Previdenciária

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrada lotada no órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Lucia Ursaia

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não.

3.4 Servidoras responsáveis pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Paula Alessandra Motta Molinari - RF 2188 - chefe de gabinete; Mariana Maria Telles - RF 2240 – assessora.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	18
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	2
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*

Total em tramitação**	8.186
Processos suspensos/sobrestados	138
Processos conclusos	5.857
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal **vinculados ao gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	8.186
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	6.235
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	5.857
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	4.120
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	138
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	77

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrados ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, em que já tenha atuado e atribuídos ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	0
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	0
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior).	0
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	151
Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	12
Reclamações	0
Ações rescisórias	131
Outros	7

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	8.035
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	1
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	1.198
Outros	6.817

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	8.035

Apelações cíveis	7.325
Agravos de instrumento	555
Outros	153

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Não se aplica à 3ª Seção
Ações penais	Não se aplica à 3ª Seção
Inquéritos	Não se aplica à 3ª Seção
Habeas corpus	Não se aplica à 3ª Seção
Revisões criminais	Não se aplica à 3ª Seção
Outros	Não se aplica à 3ª Seção

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Não se aplica à 3ª Seção
Apelações	Não se aplica à 3ª Seção
Recursos em sentido estrito	Não se aplica à 3ª Seção
Recursos em habeas corpus	Não se aplica à 3ª Seção
Recursos em mandado de segurança	Não se aplica à 3ª Seção
Embargos infringentes e de nulidade	Não se aplica à 3ª Seção
Outros	Não se aplica à 3ª Seção

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Não se aplica à 3ª Seção
Apelações	Não se aplica à 3ª Seção
Ações penais	Não se aplica à 3ª Seção
Inquéritos	Não se aplica à 3ª Seção
Habeas corpus	Não se aplica à 3ª Seção
Outros	Não se aplica à 3ª Seção

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0

Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	248
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	224
Agravos legais/regimentais	51
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	48
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado.	611
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado.	4

4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos concluídos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos até 2013	399	57	10
Distribuídos em 2014	573	118	12
Distribuídos em 2015	1.120	192	39
Distribuídos em 2016	837	346	77
Distribuídos em 2017	-	2.186	129
Distribuídos em 2018	-	1.164	819
Distribuídos em 2019	-	-	3.444
Distribuídos em 2020	-	-	1.314
Total	2.929	4.063	5.844

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	3
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	5

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como relator	6
Total como relator para o acórdão	3

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	6.018
Total de processos julgados	6.117
Total de processos baixados	3.404
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-99
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	2.614

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	101
Total de feitos verificados na inspeção anterior	88
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	6.239
Processos julgados no ano anterior	3.646
Processos distribuídos no ano corrente	1.742
Processos julgados no ano corrente	1.671

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.142
Pendentes em 31/12/2019	23
Porcentagem de atendimento da meta	99,35%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	50
Porcentagem de atendimento da meta	115,18%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.133
Pendentes no último dia do mês anterior	28
Porcentagem de atendimento da meta	99,32%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.893
Pendentes no último dia do mês anterior	42
Porcentagem de atendimento da meta	114,80%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica à 3ª Seção
Pendentes em 31/12/2019	não se aplica à 3ª Seção
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica à 3ª Seção

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - Número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica à 3ª Seção
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica à 3ª Seção
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica à 3ª Seção

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	não se aplica

Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	não se aplica

5.9 META 6/2019 CNJ Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica à 3ª Seção
Pendentes em 31/12/2019	não se aplica à 3ª Seção
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica à 3ª Seção

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica à 3ª Seção
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica à 3ª Seção
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica à 3ª Seção

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	não se aplica à 3ª Seção
Processos baixados no ano anterior	não se aplica à 3ª Seção
Processos julgados no ano anterior	não se aplica à 3ª Seção
Processos distribuídos no ano corrente	não se aplica à 3ª Seção
Processos baixados no ano corrente	não se aplica à 3ª Seção
Processos julgados no ano corrente	não se aplica à 3ª Seção

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica à 3ª Seção
Pendentes em 31/12/2019	não se aplica à 3ª Seção
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica à 3ª Seção

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica à 3ª Seção
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica à 3ª Seção
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica à 3ª Seção

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	não se aplica à 3ª Seção
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica à 3ª Seção

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim. Recomendou-se priorizar o julgamento dos processos listados no item 3 do Relatório, bem como os processos da Meta 2 do CNJ pendentes de julgamento. Foram recomendados esforços para que os embargos de declaração fossem levados a julgamento com celeridade e para exame do Colegiado os processos com tutela provisória há mais de 90 dias. Recomendou-se, ainda, a revisão da estatística alusiva aos embargos de declaração pendentes de julgamento em julho/2018, devido à divergência verificada, bem como a correção da contabilização, na estatística, dos processos baixados, mas que continuavam como ativos, com localização na 10ª Turma.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

Quanto aos processos listados no item 3 do relatório, foram tomadas as providências necessárias e levados a julgamento. No tocante aos processos da Meta 2 do CNJ pendentes de julgamento, houve mutirão para a determinada redução dos processos com data de distribuição mais antiga neste Tribunal, tendo sido alcançado o aumento dos percentuais de cumprimento da referida meta, conforme se observa dos dados estatísticos contidos nos itens 5.2 a 5.5 do atual questionário. Houve, também, mutirão para julgamento dos embargos de declaração, tal como recomendado. Foi priorizado, também, o julgamento pelo Colegiado dos processos com tutela provisória pendente. As correções nos dados estatísticos tem sido comunicadas, com frequência, ao Setor responsável pelos dados fornecidos, porém, inclusive para esta inspeção, ainda foram

verificadas inconsistências, muitas vezes sem baixa em processos baixados ou que não se encontram mais neste gabinete.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há pendências referentes à Inspeção de 2018.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Para efetivar o cumprimento das Metas 1 e 2 do CNJ no ano em curso, não integralmente cumpridas no ano anterior, deu-se continuidade ao trabalho de mutirão de parte dos servidores para o julgamento dos processos incluídos na Meta 2 do CNJ. Outrossim, no segundo semestre do ano passado, foi priorizado o julgamento dos processos físicos remanescentes neste acervo, objetivando enviar o menor número possível de autos para digitalização, o que demandou maior tempo de análise, uma vez que, entre os processos físicos, encontravam-se os mais antigos e de maior complexidade. Dos processos físicos remanescentes, que foram digitalizados, foi dada continuidade, no primeiro semestre deste ano, à inclusão em pauta e julgamento. Quanto ao planejamento para o cumprimento da Meta 1, o gabinete tem concentrado esforços no aperfeiçoamento da triagem, medida necessária após a unificação dos feitos em meio digital, para otimização da confecção de minutas, priorizando as decisões monocráticas.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A unificação do acervo em meio digital, efetivada no segundo semestre de 2019, exigiu alterações no processo de trabalho do gabinete, especialmente para o aperfeiçoamento da triagem, limitado ao que permite o sistema de pastas utilizado pelo TRF3, para maior eficácia na identificação das matérias repetitivas para imediato julgamento, sobrestamento ou medidas cabíveis, preferencialmente por decisões monocráticas. A objetividade na distribuição de temas entre os servidores capacitados para a elaboração das minutas se tornou essencial para o aumento do número de feitos levados a julgamento com maior rapidez. Os servidores são divididos em equipes direcionadas ao tipo de benefício previdenciário a ser analisado, ações rescisórias e agravos de instrumento. Os mutirões realizados para o aumento de julgamentos da Meta 2 do CNJ, efetivando seu integral cumprimento, possibilitarão melhor enfoque ao cumprimento da Meta 1. A falta de exatidão da estatística dificulta o planejamento mensal.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
00191145920164036105	4/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito sobrestado por determinação dos tribunais superiores - Tema 979 - em fase de habilitação da parte autora		
00168089320114036105	11/1/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Proferida decisão, homologando desistência de recurso de embargos de declaração da parte.		
00356772320154039999	18/9/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão em juízo de retratação em 7/5/2020.		
50317885820194030000	6/12/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado em sessão de 28/4/2020.		
50001877820174039999	9/2/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento em 9/6/2020.		
50000198920164036126	30/6/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 7/5/2020.		
50003185520174036183	5/9/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 7/5/2020.		
50003183820164036103	6/9/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 7/5/2020.		
50003782820174036183	26/10/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferido despacho de mero expediente em 7/5/2020 (juntada de documentos).		
50025296220174039999	9/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso de embargos de declaração julgados em 14/4/2020, acórdão publicado em 4/5/2020.		
50022721020174036128	19/12/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 12/5/2020.		
50229868120184039999	10/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído em pauta para julgamento em 26/5/2020.		
00227831020184039999	3/10/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento em 16/6/2020.		
00204912820134039999	4/7/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento em 9/6/2020.		
50035798620184036120	10/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento em 26/5/2020.		

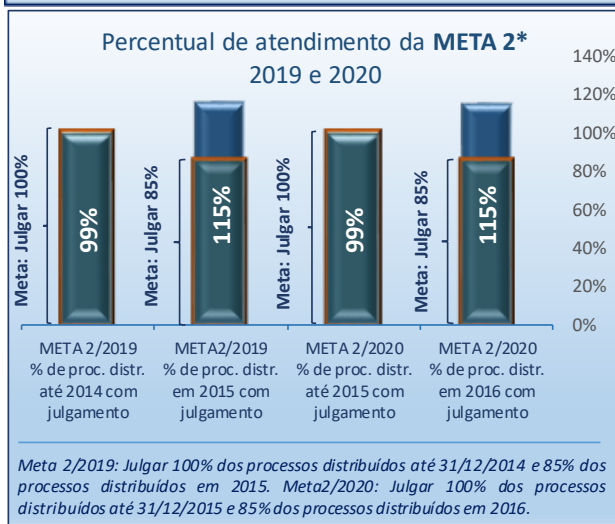
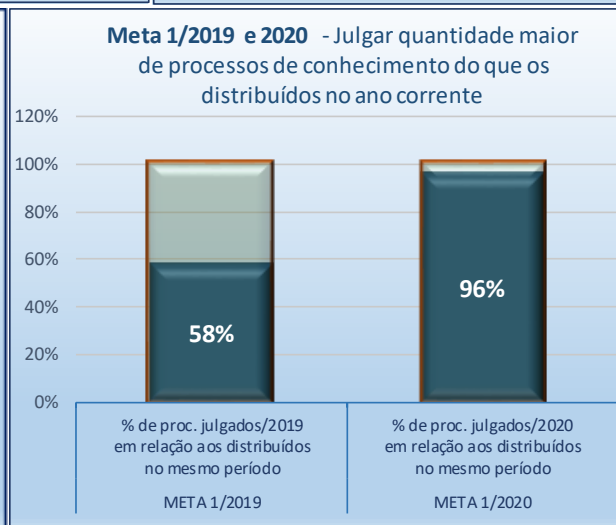
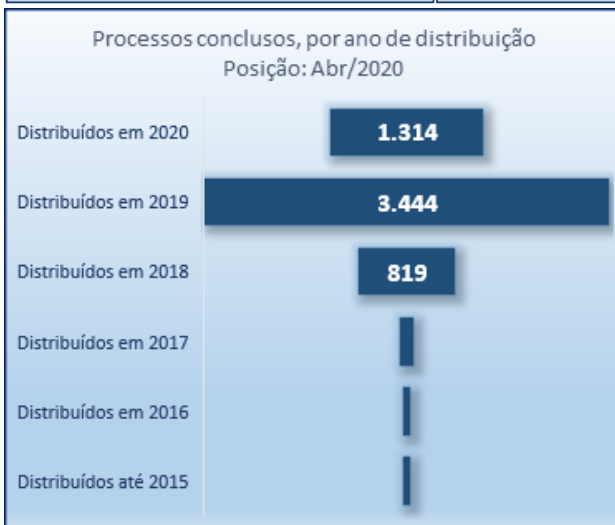
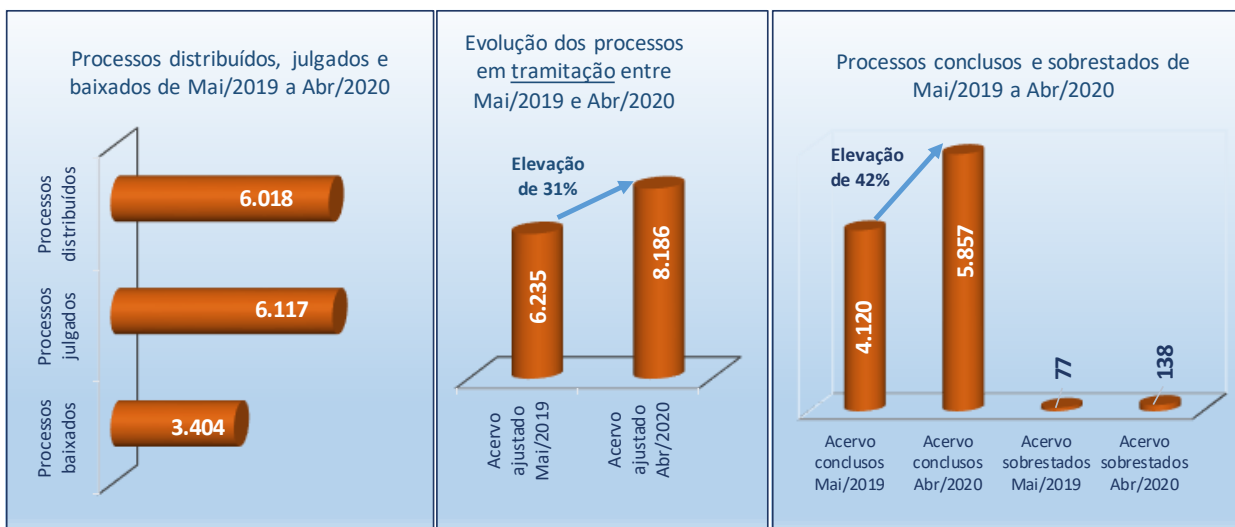
50004931020184036120	23/4/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento em 26/5/2020.		
50055980720174036183	13/5/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento em 26/5/2020.		
50016295220174036128	26/3/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento em 26/5/2020.		
50203425820194030000	9/8/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado em sessão de julgamento em 28/4/2020.		
50993318820184039999	10/12/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento em 9/6/2020.		
50046274420174030000	20/4/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Proferida decisão em 15/5/2020.		
50249036220184030000	5/10/2018	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Proferido despacho de mero expediente em 7/5/2020, determinando o cumprimento de decisão de redistribuição prolatada em 9/1/2019. Autos na Vice-Presidência.		
50135849720184030000	18/6/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Proferida decisão.		
50109379520194030000	3/5/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa.		
50084753920174030000	7/6/2017	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Proferida decisão em 15/5/2020.		
50252119820184030000	8/10/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Proferida decisão.		
50222704420194030000	30/8/2019	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 22/5/2020.		
50202813720184030000	22/8/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Após julgamento colegiado com voto vista, o processo permaneceu em pasta do PJe que não permitia a assinatura por falha no sistema, regularizado e assinado em 15/5/2020.		
50237421720184030000	25/9/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Após julgamento colegiado, o processo permaneceu em pasta do PJe que não permitia a assinatura do relatório/voto por falha no sistema, regularizado e assinado em 15/5/2020.		
50016691720194030000	1º/2/2019	202 - Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Após julgamento colegiado em 27/8/2019, após voto-vista, o processo permaneceu em pasta do PJe, que não permitia a assinatura do rel/voto por falha no sistema, regularizado e assinado em 15/5/2020		
00028210820154036183	12/9/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento em 9/6/2020.		
00023962120164036126	3/1/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento em 16/6/2020.		
50009049220174036183	8/6/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento em 9/6/2020.		
00029897820134036183	30/7/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento em 9/6/2020.		
50028000820164039999	1º/12/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento em 9/6/2020.		
50005795420164036183	24/04/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta de julgamento em 9/6/2020.		
0002020-34.2011.4.03.6183	16/6/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento em 9/6/2020.		
0001230-35.2013.4.03.6133	14/9/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento em 9/6/2020.		
0000393-20.2012.4.03.6131	8/1/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento em 16/6/2020.		
0015848-22.2016.4.03.9999	4/5/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento em 9/6/2020.		
0066954-29.1993.4.03.9999	16/5/2016	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento em 9/6/2020.		
0052570-62.2014.4.03.6301	22/6/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento em 9/6/2020.		
5000293-98.2016.4.03.0000	19/5/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 12/5/2020.		
0002150-48.2016.4.03.6183	1º/9/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento em 9/6/2020.		
0001018-49.2015.4.03.6131	24/10/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento 9/6/2020.		
0000776-94.2014.4.03.6141	25/11/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento 9/6/2020.		
5000109-51.2016.4.03.6109	7/11/2016	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 13/4/2020.		
0041514-25.2016.4.03.9999	16/12/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento em 16/6/2020.		
0041513-40.2016.4.03.9999	16/12/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento em 16/6/2020.		
5004627-44.2017.4.03.0000	20/4/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Proferida decisão em 15/5/2020.		
5000524-34.2016.4.03.6109	20/7/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Inclusão em pauta para julgamento em 16/6/2020.		
5013584-97.2018.4.03.0000	18/6/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Proferida decisão.		
5001154-37.2018.4.03.6104	17/4/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Proferida decisão, rejeitando embargos de declaração em 12/5/2020.		
5011339-16.2018.4.03.0000	25/5/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso sobrestado por determinação dos tribunais superiores - Tema 979 REsp 1.381.734.		
5029582-81.2018.4.03.9999	24/8/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 25/3/2020.		
5045277-75.2018.4.03.9999	10/9/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 12/5/2020.		
5062580-05.2018.4.03.9999	19/10/2018	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 12/5/2020.		
5024903-62.2018.4.03.0000	5/10/2018	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Proferido despacho de mero expediente em 7/5/2020, determinando o cumprimento de decisão de redistribuição prolatada em 9/1/2019. Autos na Vice-Presidência.		
5010147-48.2018.4.03.0000	15/5/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Recurso julgado em sessão de julgamento de 12/5/2020.		
5008475-39.2017.4.03.0000	7/6/2017	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Proferida decisão em 15/5/2020.		
5025211-98.2018.4.03.0000	8/10/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Proferida decisão.		
5022270-44.2019.4.03.0000	30/8/2019	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Proferida decisão terminativa em 12/5/2020.		
5015556-05.2018.4.03.0000	5/7/2018	202 - Agravo de Instrumento

Observação/Providência: Após julgamento colegiado com voto vista, o processo permaneceu em pasta do PJe que não permite a assinatura do relatório/voto, solicitada a regularização com urgência.		
0005978-78.2006.4.03.6126	3/12/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Recurso de embargos de declaração julgados em 28/4/2020.		
0000869-02.2009.4.03.9999	12/1/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão de retratação.		
0007878-15.2009.4.03.9999	12/3/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Proferida decisão de retratação.		
0029820-16.2003.4.03.9999	10/11/2003	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Proferida decisão de retratação.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 68 processos selecionados, todos foram inspecionados. Todos os processos da unidade são eletrônicos, tendo em vista o trabalho realizado pelo gabinete para o andamento dos processos físicos priorizados, a fim de evitar o processo de digitalização, realizado pelo Tribunal no segundo semestre de 2019.

Em relação aos processos listados, recomenda-se regularizar a fase processual no sistema e promover o andamento:

Processo n. 00191145920164036105, foi expedida carta de ordem, para a regularização da representação da parte apelada. O feito se encontrava suspenso pelo Tema 979 do STJ, entretanto, com o óbito da ré, foi promovida a habilitação dos seus sucessores. O feito se encontra sem movimentação desde 12/9/2019. Examinar promoção do MPF, em 20 dias.	Processo n. 00227831020184039999, agravo interno do INSS ainda não julgado. Processo concluso em 24/2/2020. Pautar em 10 dias, para julgar em 60 dias.	Processo n. 50155560520184030000. Petição pendente de apreciação desde 12/9/2019. Decidir em 20 dias.
---	--	---

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

A entrevista foi realizada com a Assessora Mariana Maria Telles e com a Chefe de Gabinete Paula Alessandra Motta Molinari. A equipe da Desembargadora Federal Lucia Ursaia é composta de 18 servidores efetivos, incluindo-se, neste quantitativo, dois agentes de segurança e dois estagiários do curso de Direito. Com exceção dos agentes de segurança, todos os servidores desempenham atividade-fim, ou seja, a elaboração de minutas de despachos, decisões e votos com as atividades distribuídas de acordo com o assunto e com o órgão julgador. Os feitos são distribuídos, levando-se em consideração o conhecimento e a afinidade dos servidores com a matéria.

O gabinete conta com seis servidores, exercendo suas atividades, em regime de teletrabalho. O comparecimento presencial é feito duas vezes por semana em sistema de revezamento, a fim de equalizar e não prejudicar o andamento presencial do gabinete. A fixação das metas individuais é estabelecida conforme o tipo de processo a ser minutado, dependendo, também, do órgão julgador, da classe processual ou da matéria.

O acompanhamento do cumprimento das metas é semanal, ficando a conferência a cargo da chefia de gabinete, por meio dos relatórios enviados/entregues pelos

servidores em cotejo com o próprio PJe. Havendo não cumprimento injustificado das metas estabelecidas o gabinete se reúne, para identificar os eventuais problemas enfrentados e buscar soluções.

A triagem é realizada por uma servidora específica que desempenha, também, a tarefa de distribuição dos processos para os demais servidores. A atividade supervisionada pela assessora e pela chefe de gabinete. Essa servidora é auxiliada por um estagiário.

A triagem também é exercida, a fim de identificar os processos que necessitam de despacho imediato, como a abertura de vistas ao Ministério Público Federal, bem aqueles que serão separados para julgamento ou para outras providências. Nesse momento, identificam-se, também, aqueles processos que tiveram a oposição de embargos de declaração ou a interposição de agravos internos e que necessitam de prolação de decisões interlocutórias. Como não há mais processos físicos, a triagem é realizada mediante o uso de etiquetas do PJe.

Na época em que ainda havia processos físicos, o acervo era organizado em armários, separados por classe processual/assunto ou tipo de benefício, e disposto por ordem numérica, bem como cadastrada a localização física no sistema Siapro.

No PJe, os processos estão organizados por etiquetas próprias por assuntos e, em alguns casos, pela sigla inicial dos servidores já designados para a análise, levando-se em consideração o conhecimento e a afinidade com a matéria. Foi relatado, entretanto, uma deficiência nos filtros do PJe, deixando a desejar no que diz respeito à tarefa de localização dos processos de meta e que demandam maior atenção para a verificação de eventuais atrasos.

O controle do acervo é realizado mensalmente, tomando como base a estatística fornecida pelo Tribunal, publicada mensalmente com os dados referentes às entradas e saídas de processos, aos julgamentos e outros marcadores, como metas e datas de julgamento. Por meio dela, verifica-se o alcance das metas previamente estabelecidas e analisa-se a necessidade de eventuais ajustes. Como já dito anteriormente, há uma servidora responsável pela triagem que identifica os processos que possuem petições com necessidade de análise imediata, prioridade legal ou urgência. No tocante à inserção de processos na pauta de julgamento, à conferência dos julgados e ao envio para assinatura da desembargadora federal, a movimentação é feita pela chefe de gabinete e pela assessora.

Há controle de processos sem movimentação. Na medida em que esses são identificados, são deslocados para as etiquetas dos servidores e alertados a dar andamento aos feitos.

A meta coletiva do gabinete tem sido o atingimento da Meta 1 do CNJ, ou seja, o julgamento dos processos em maior número que a distribuição, bem como no ano de

2019, a redução do acervo físico, a fim de que restasse o menor número possível de processos para digitalização.

As metas individuais têm sido estabelecidas de acordo com o assunto/espécie de benefício, variando de 22 a 16 processos semanais, considerando o seu grau de dificuldade. Os servidores que realizam teletrabalho possuem uma meta diferenciada (maior).

Não há política de recompensa vinculada ao atingimento das metas, mas se estuda um sistema para premiar o desempenho dos servidores. A opção pelo trabalho remoto foi condicionada à produtividade dos servidores, uma espécie de recompensa, portanto.

O gabinete informou que, quando existem gargalos em determinados assuntos ou demandas, costuma-se realizar mutirões internos. Foi realizado, recentemente, mutirão para intensificar e aumentar o julgamento de processos da Meta 2 do CNJ, tendo tido bons resultados. Estão sendo concentrados esforços para o cumprimento da Meta 1 do CNJ.

Quanto às prioridades legais, como a seção é especializada em matéria previdenciária, a grande maioria dos processos já possui prioridade legal, tendo em vista a idade dos segurados e os problemas de saúde. Utiliza-se, entretanto, na eleição de prioridades, o critério do octogenário e a existência de doenças graves. Também se costuma priorizar processo em que há o comparecimento pessoal das partes no Tribunal, conforme orientação da desembargadora.

A utilização de decisões terminativas para o julgamento dos processos foi intensificada desde o final de 2019, por meio de decisões monocráticas, nos casos previstos no NCPC.

O gabinete utiliza modelos pré-aprovados pela desembargadora para a confecção de minutas.

A capacitação dos servidores é realizada por meio de cursos disponibilizados pelo Tribunal ou, mesmo, mediante cursos patrocinados pelos próprios servidores. Essa qualificação sempre é incentivada e facilitada pelos gestores.

Há 138 processos sobrestados, conforme informação constante no item 4.1 do quadro de distribuição geral, para o acervo do gabinete. Entretanto, foi afirmado pelas servidoras que esse não é um número exato e a quantidade de feitos sobrestados é maior do que o número apontado. Os feitos sobrestados referem-se aos temas de suspensão nacional do STJ, como, por exemplo, os Temas 979, 982, 1005 e 1013. Foi mencionada, ainda, a suspensão de cerca de 300 processos, em face do IRDR, Processo n. 5022820-39.2019.4.03.0000, de relatoria da Desembargadora Federal Inês Virgínia, cujo objeto é a revisão do benefício previdenciário para readequação aos novos tetos constitucionais.

No mesmo sentido, foi apontado, na entrevista, que o número de feitos com pedido de tutela provisória pendente de apreciação, há mais de 10 dias, no total de 611, conforme o item 4.12 do relatório preparatório da inspeção, não corresponde ao número real. Foi afirmado que o referido número certamente decorre de marcação efetuada pelos advogados, quando do ajuizamento da ação, muitas vezes desde o 1º grau. Informam que os gabinetes não possuem permissão para “desmarcar” esses pedidos de tutela.

Os processos que possuem proposta de acordo são despachados para manifestação das partes, visando, prioritariamente, à sua homologação. Nos demais casos em que há convocação do setor de conciliação de temas específicos, todos os processos, cuja matéria versa sobre o assunto, são enviados prontamente.

O gabinete não recebeu auxílio, no período entre maio/2019 e abril/2020.

O acervo possui poucos pedidos de vista e são levados com prioridade, dependendo do quórum das sessões, se possível dentro do mesmo mês.

O gabinete está funcionando desde o dia 18/3/2020, em regime de teletrabalho, em sua totalidade de servidores, após as Portarias Conjuntas PRES/CORE ns 1 e 2/2020. Os planos de trabalho dos servidores que ainda não realizavam o trabalho remoto foram encaminhados via SEI – Sistema Eletrônico de Informações. A comunicação entre os gestores e os servidores é realizada por e-mail e pelos aplicativos de *WhatsApp* e, recentemente, adotamos o *Microsoft Teams*. O atendimento ao público é feito pela chefia de gabinete, pelo e-mail corporativo.

Quanto às dificuldades enfrentadas, relatam que a distribuição de feitos aumentou com a adoção do processo eletrônico, dificultando o cumprimento das metas.

O sistema PJe – Processo Judicial Eletrônico não permite uma triagem específica de cada gabinete, pois possui as pastas já constituídas que não atendem uma visualização rápida, permitindo o planejamento das atividades de forma visual e precisa. O sistema de localização de modelos também não se mostra eficiente.

O gabinete vem encontrando dificuldade no momento da assinatura dos votos, principalmente após votos-vista, e, muitas vezes, feitos julgados têm sua liberação atrasada por problema no PJe que independe de atitude do gabinete. Foi relatado, também, um problema, em relação aos processos baixados, que, mesmo baixados, continuam ativos.

Os dados estatísticos, muitas vezes, não são coerentes com os números apresentados nas pastas, o que dificulta o planejamento, no cumprimento de metas, e a dimensão precisa do acervo do gabinete. Foi relatada a existência de um gargalo no acompanhamento numérico dos processos, tendo em vista a mudança de sistema de acompanhamento processual - SIAPRO, durante o período de 3 meses. Tal período coincidiu com o período em que o gabinete estava realizando um mutirão, para julgar o máximo de processos físicos e, assim, evitar a sua digitalização. Houve, por tal razão,

um aumento de processos, principalmente dos pedidos de aposentadoria por invalidez, conforme relatado na entrevista.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve um aumento do montante de processos conclusos, de 2.528 a 5.857. Uma vez considerado o período de 12 meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 4.120 feitos e, no mês anterior à inspeção, eram 5.857.

Verifica-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 867, na última inspeção, para 248, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução, em relação à produtividade do gabinete, no período recente. Considerando que, na última inspeção, o gabinete julgou 4.227 processos, nos últimos 12 meses anteriores à inspeção de 2018, enquanto que, nos últimos 12 meses anteriores a esta inspeção, foram julgados 6.117 processos.

O tempo médio gasto pelo gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 12 meses, enquanto que o tempo médio na 3ª Seção é de 15 meses. Trata-se de indicador que merece algum destaque, tendo em vista as dificuldades enfrentadas com o trabalho de mutirão realizado para o julgamento dos processos físicos.

14. RECOMENDAÇÕES

Adotar as seguintes práticas, a serem verificadas na próxima autoinspeção:

a) Cumprir as recomendações do item 11;

b) envidar esforços para reduzir o estoque de embargos de declaração pendentes de exame, notadamente aqueles, mais de 220 processos, em que houve excedimento do prazo para julgamento; e

c) buscar alternativas, inclusive mediante aperfeiçoamento do planejamento estratégico, com vistas à contenção do aumento do acervo geral e de processos conclusos, incremento que tem sido contínuo, consoante se infere dos números constantes dos relatórios: em julho de 2018, o acervo total correspondia a 5.170 processos, enquanto que o de conclusos, a 2.528 feitos; em início de maio de 2019, o acervo total era de 6.235 processos, enquanto que os conclusos, naquele momento, somavam 4.120; em final de abril de 2020, o acervo total era de 8.186 e os conclusos correspondiam, naquele instante, a 5.857.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 10ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL NELSON PORFÍRIO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Nelson Porfírio

2.2 Turma

10ª Turma e 3ª Seção

2.3 Competência

Previdenciária

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Juiz convocado em 26/1/2016 e promovido a desembargador em 16/2/2016.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não houve.

3.4 Servidores responsáveis pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Regina Célia de Oliveira, analista judiciário, assessora, 4/5/2020 e Carlos Henrique Vita Biazolli, técnico judiciário, chefe de gabinete, 4/5/2020.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	2
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*

Total em tramitação**	6.142
Processos suspensos/sobrestados	125
Processos conclusos	3.869
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal **vinculados ao gabinete**, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses

Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	6.142
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	6.005
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	3.869
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	3.312
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	125
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	63

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrado ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, em que já tenha atuado e atribuídos ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não houve
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Prejudicado
Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Prejudicado
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (Informar n. na data anterior e n. na data posterior)	Prejudicado
Houve modificação da competência? Se sim, especificar	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados)	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	103
Mandados de segurança	1
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	22
Reclamações	1
Ações rescisórias	77
Outros	2

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação:	
Total de feitos recursais cíveis	6.029
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	2
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	948
Outros	5.079

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	6.029
Apelações cíveis	5.512
Agravos de instrumento	441
Outros	76

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	Não se aplica
Ações penais	Não se aplica
Inquéritos	Não se aplica
Habeas corpus	Não se aplica
Revisões criminais	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	Não se aplica
Apelações	Não se aplica
Recursos em sentido estrito	Não se aplica
Recursos em habeas corpus	Não se aplica
Recursos em mandado de segurança	Não se aplica
Embargos infringentes e de nulidade	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	Não se aplica
Apelações	Não se aplica
Ações penais	Não se aplica
Inquéritos	Não se aplica
Habeas corpus	Não se aplica
Outros	Não se aplica

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	0
Por IRDR	0

Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	0

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	414
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	364
Agravos legais/regimentais	3
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	2
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	321
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	4

4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos conclusos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	105	24	8
Distribuídos em 2014	66	6	3
Distribuídos em 2015	345	20	3
Distribuídos em 2016	1.406	85	11
Distribuídos em 2017	2.078	389	52
Distribuídos em 2018	987	1.752	284
Distribuídos em 2019	-	1.036	2.269
Distribuídos em 2020	-	-	1.239
Total	4.987	3.312	3.869

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	3
Processos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias	3

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como relator	1
Total como relator para o acórdão	3

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses:	
Total de processos distribuídos	5.790
Total de processos julgados	7.516
Total de processos baixados	4.122
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-1.726
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	1.668

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	87
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	127
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	6.129
Processos julgados no ano anterior	5.854
Processos distribuídos no ano corrente	1.617
Processos julgados no ano corrente	1.734

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	19.062
Pendentes em 31/12/2019	10
Porcentagem de atendimento da meta	99,99%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1.359
Pendentes em 31/12/2019	8
Porcentagem de atendimento da meta	117,27%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5.555
Pendentes no último dia do mês anterior	5
Porcentagem de atendimento da meta	99,91%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.390
Pendentes no último dia do mês anterior	7
Porcentagem de atendimento da meta	117,39%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2019 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes em 31/12/2019	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	não se aplica

Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	não se aplica
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	não se aplica

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.11 META ESPECÍFICA 1 Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	não se aplica
Processos baixados no ano anterior	não se aplica
Processos julgados no ano anterior	não se aplica
Processos distribuídos no ano corrente	não se aplica
Processos baixados no ano corrente	não se aplica
Processos julgados no ano corrente	não se aplica

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes em 31/12/2019	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	não se aplica
Pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica
Porcentagem de atendimento da meta	não se aplica

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019):	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	não se aplica
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	não se aplica

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim. Foram recomendados: a) Movimentar os processos parados há dois ou três anos, especialmente os feitos analisados na inspeção; b) movimentar em 60 dias o Processo n. 0017421-44-2009.4.03.6183 com voto-vista há mais de 30 dias; c) levar ao Colegiado os 15 processos com tutela provisória há mais de 90 dias; d) manter o método de trabalho, que merece elogio.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

a) Foram julgados todos os processos indicados; b) foi levado a julgamento o feito em questão; c) foram levados a julgamento os feitos mencionados; d) foi mantido o método de trabalho.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

A Meta 2 não foi integralmente cumprida, quanto ao julgamento de 100% dos mais antigos. Entretanto, a diferença é bem pequena, em 2019, foi cumprida 99,99% e, em 2020, houve o cumprimento de 99,91%.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Como descrição do trabalho e boas práticas, destacamos a triagem inicial de todos os processos distribuídos (qual a matéria?, a sentença foi com mérito ou sem?, a tese já está sendo julgada no gabinete?, o processo deve ser sobrestado?, há necessidade de envio ao MPF? Etc.); os embargos de declaração e os agravos internos são julgados tão logo chegam; todos os agravos de instrumento que chegam são triados para verificação de regularidade formal (tempestividade, custas, peças obrigatórias etc.). Verificando-se necessidade de regularização, já são despachados. Não enfrentamos grandes dificuldades.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
00013746820154036123	26/6/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Em elaboração de minuta de voto de juízo de retratação/não retratação para inclusão nas próximas pautas.		
00021348720194039999	14/3/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado. Tema 1007.		
00300612420024039999	4/9/2002	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Disponibilizado no diário eletrônico em 14/5/2020.		
00009621320194039999	6/2/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado. Tema 1007.		
50013155720174036112	29/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Será julgado em 26/5/2020		
50083216220184036183	3/9/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso em razão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) n. 5022820-39.2019.4.03.0000.		

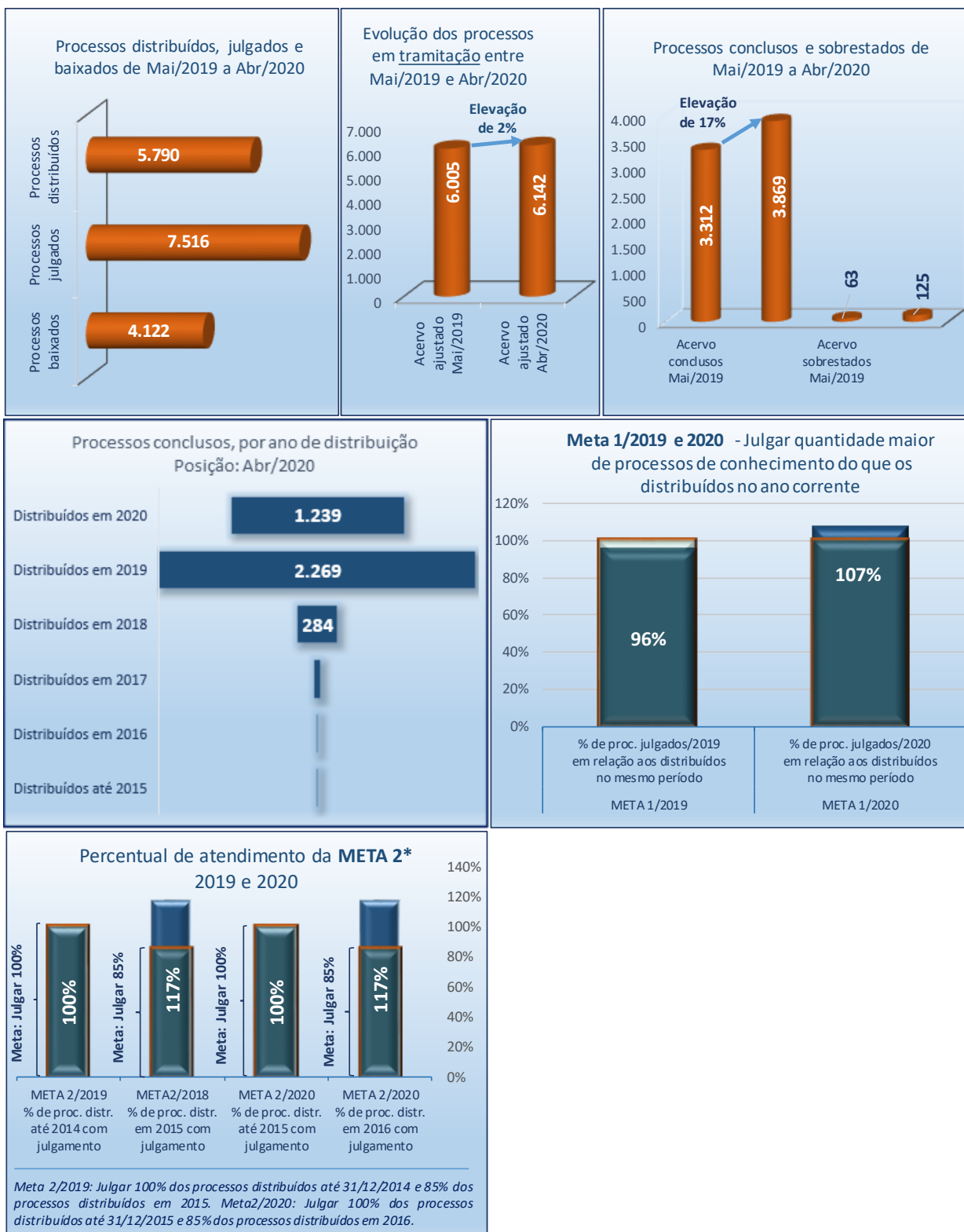
50035868120184036119	13/12/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso em razão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) n. 5022820-39.2019.4.03.0000.		
50010191620174036183	16/12/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Será encaminhado para julgamento nas próximas pautas.		
50323994520184030000	30/12/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo encaminhado a este gabinete pela aba "órgão especial" à qual não temos acesso. Aberto chamado para devolução a quem o remeteu, para que venha pela aba correta.		
50109821420184036183	18/1/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Será encaminhado para julgamento nas próximas pautas.		
00252990320184039999	4/12/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Será julgado em 19/5/2020.		
50004156520184036136	28/9/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Será julgado em 19/5/2020.		
5016891-93.2017.4.03.0000	12/9/2017	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Julgado em 10/12/2019, aguardando julgamento dos embargos de declaração, que serão incluídos nas próximas pautas.		
50313165720194030000	3/12/2019	221 - Conflito de Competência
Observação/Providência: Minuta em elaboração para encaminhar os autos ao Órgão Especial, em razão de decisão, em caso semelhante, pela 3ª Seção.		
50001783820204030000	8/1/2020	221 - Conflito de Competência
Observação/Providência: Será encaminhado para julgamento nas próximas pautas.		
50030336820174039999	20/10/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Será encaminhado para julgamento nas próximas pautas.		
50253184520184030000	9/10/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguardando regularização do PJe para lavratura do acórdão. Chamado já aberto.		
50176768420194030000	12/7/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguardando regularização do PJe para lavratura do acórdão. Chamado já aberto.		
50320036820184030000	18/12/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Aguardando regularização do PJe. Processo já julgado, acórdão lavrado, mas "sumiu" do processo. Chamado já aberto.		
00277689020164039999	18/8/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 14/4/2020.		
00069190220164036183	14/9/2017	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Será encaminhado para julgamento nas próximas pautas.		
50048044720184039999	10/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado em 31/3/2020.		
50640411220184039999	23/10/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Será encaminhado para julgamento nas próximas pautas.		
00103090720184039999	11/4/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Será encaminhado para julgamento nas próximas pautas.		
00116888020184039999	23/4/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Será encaminhado para julgamento nas próximas pautas.		
5000531-41.2016.4.03.6104	6/4/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso em razão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) n. 5022820-39.2019.4.03.0000.		
5000141-23.2017.4.03.6141	29/8/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Será encaminhado para julgamento nas próximas pautas.		
5001321-22.2017.4.03.6126	10/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso em razão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) n. 5022820-39.2019.4.03.0000.		
5009532-70.2017.4.03.6183	11/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso em razão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) n. 5022820-39.2019.4.03.0000.		
5002696-58.2017.4.03.6126	5/6/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso em razão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) n. 5022820-39.2019.4.03.0000.		
5000428-18.2018.4.03.6119	10/7/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso em razão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) n. 5022820-39.2019.4.03.0000.		
5000248-81.2017.4.03.6104	13/7/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso em razão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) n. 5022820-39.2019.4.03.0000.		
5000323-14.2018.4.03.6128	13/7/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso em razão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) n. 5022820-39.2019.4.03.0000.		
5002625-45.2018.4.03.6183	28/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Será encaminhado para julgamento nas próximas pautas.		
5003992-41.2017.4.03.6183	30/7/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso em razão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) n. 5022820-39.2019.4.03.0000.		
5001790-23.2017.4.03.6141	6/7/2018	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Processo suspenso em razão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) n. 5022820-39.2019.4.03.0000.		
5002268-65.2018.4.03.6183	7/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso em razão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) n. 5022820-39.2019.4.03.0000.		
5006569-55.2018.4.03.6183	7/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso em razão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) nº 5022820-39.2019.4.03.0000.		
5001295-42.2018.4.03.6141	10/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso em razão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) n. 5022820-39.2019.4.03.0000.		
5000948-57.2017.4.03.6104	10/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso em razão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) n. 5022820-39.2019.4.03.0000.		
5000652-26.2018.4.03.6128	13/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso em razão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) n. 5022820-39.2019.4.03.0000.		
5004563-75.2018.4.03.6183	21/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso em razão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) n. 5022820-39.2019.4.03.0000.		
5000337-35.2017.4.03.6127	22/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Será encaminhado para julgamento nas próximas pautas.		
5032399-45.2018.4.03.0000	30/12/2018	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo encaminhado a este gabinete pela aba "órgão especial" à qual não temos acesso. Aberto chamado para devolução a quem o remeteu, para que venha pela aba correta.		
5133437-76.2018.4.03.9999	17/12/2018	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo se encontra aguardando a mídia para posterior julgamento. E-mail encaminhado ao juízo de origem.		
5010982-14.2018.4.03.6183	18/1/2019	1728 - Apelação / Remessa Necessária
Observação/Providência: Será encaminhado para julgamento nas próximas pautas.		
5008175-77.2017.4.03.0000	5/6/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Será encaminhado para julgamento nas próximas pautas.		
5018169-32.2017.4.03.0000	26/9/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgado em 28/4/2020.		
5023552-88.2017.4.03.0000	5/12/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Será encaminhado para julgamento nas próximas pautas.		
0012552-41.2006.4.03.9999	17/4/2006	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Julgado em 12/5/2020.		
0030061-24.2002.4.03.9999	4/9/2002	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado em 12/5/2020.		
0022523-94.1999.4.03.9999	28/5/1999	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Será encaminhado para julgamento nas próximas pautas.		
0301302-67.1998.4.03.6102	8/9/1999	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Será encaminhado para julgamento nas próximas pautas.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 50 processos selecionados, todos foram inspecionados, sendo eles eletrônicos (originariamente ou virtualizados), inexistindo, na referida amostra, processos físicos ou feitos tramitando em segredo de justiça.

Ressalta-se que um dos processos selecionados como pertencente ao acervo do gabinete inspecionado (50320036820184030000) por ele não tramitou em qualquer das suas fases, tratando-se de processo vinculado ao gabinete da Desembargadora Federal Lúcia Ursaia.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 (sessenta) dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

00013746820154036123	50003373520174036127	50010191620174036183
50081757720174030000	50235528820174030000	51334377620184039999

b) lavrar o acórdão em 30 dias: 50176768420194030000.

Ainda a respeito dos processos inspecionados da amostra, cumpre consignar duas observações:

A primeira diz respeito aos processos conclusos há mais de 180 dias no gabinete (a conclusão mais antiga é de 18/3/2018; a mais recente, de 8/11/2019), que foram encontrados, no momento da inspeção, incluídos em pauta para julgamento na sessão de 14/7/2020, razão pela qual, a despeito do tempo de conclusão, não foram objeto de recomendação específica.

São os seguintes os processos nessa situação:

00021348720194039999	50001412320174036141	50026254520184036183
50030336820174039999	50109821420184036183	

Segundo registro importante concerne aos processos conclusos há mais de 180 dias na unidade (a conclusão mais antiga remonta a 9/8/2017; a mais nova, a 17/12/2018), que se encontram suspensos, por força da decisão proferida pela 3ª Seção do TRF3, em 12/12/2019 (publicada em 21/1/2020), no IRDR n. 5022820-39.2019.4.03.0000 (ainda não julgado), nos termos da qual foi determinado o sobrestamento de todos os feitos que tenham, como objeto, a readequação dos benefícios previdenciários concedidos antes da CF/88 aos tetos das Emendas Constitucionais ns 20/98 e 41/2003 (e, por isso, também não foram objeto de recomendação específica).

Os processos nessa posição são os seguintes:

50002488120174036104	50003231420184036128	50004281820184036119
50005314120164036104	50006522620184036128	50009485720174036104
50012954220184036141	50013212220174036123	50017902320174036141
50022686520184036183	50026965820174036126	50035868120184036119
50039924120174036183	50045637520184036183	50065695520184036183
50083216220184036183	50095327020174036183	

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Inicialmente, registra-se que, em todos os contatos realizados, a equipe da Corregedoria-Geral foi cordialmente atendida pelo desembargador federal e pelas assessoria e chefia de gabinete, que se mostraram bastante solícitos e diligentes na prestação das informações e dos esclarecimentos buscados junto à unidade inspecionada.

A partir das entrevistas realizadas com o Desembargador Federal Nelson Porfírio, a assessora (Regina Célia de Oliveira) e o chefe de gabinete (Carlos Henrique Vita Biazolli), complementadas pelas informações registradas no questionário preparatório da inspeção, chegou-se aos achados, a seguir detalhados, dessa unidade que integra a 3ª Seção, especializada em previdência e assistência social.

Apurou-se que todos os servidores lotados no gabinete – num total de 15 – trabalham na área-fim, minutando despachos, decisões e votos, em maior ou menor escala, havendo especialização por matérias, que foram distribuídas entre os servidores, a partir de consultas a eles feitas, acerca da sua familiaridade com os vários temas.

Nesse ponto, cumpre realçar que o quadro de pessoal da unidade não está completo, havendo três vagas, duas para analista judiciário e uma para técnico judiciário.

Ainda acerca do aspecto organizacional, apontou-se que há um servidor designado para trabalhar com os agravos de instrumento, que acompanha essa modalidade recursal, desde a sua chegada ao gabinete até o seu desfecho (minuta tanto as decisões atinentes aos pedidos de tutela recursal liminar ou outros despachos e decisões, quanto, adiante, os votos, para julgamento em sessão).

Consignou-se, ademais, acerca da organização do trabalho, que a assessora e o chefe de gabinete conferem toda a produção de minutas de processos da unidade, examinam os processos minutados pelos demais gabinetes que integram os órgãos julgadores de que o desembargador federal participa, acompanhando-o, outrossim, nas sessões de julgamento.

Conquanto pelas circunstâncias do momento (isolamento social decorrente da pandemia), todos os servidores estejam em teletrabalho, na rotina normal da unidade inspecionada, há seis servidores que executam atividades em teletrabalho, em regime parcial, com comparecimento pessoal no gabinete, uma vez por semana. O critério de fixação das cotas de produtividade, para eles, foi estabelecido de acordo com a média

de trabalho presencial, com pequeno acréscimo, o que vem resultando numa produtividade individual mensal de cerca de 40 votos. O acompanhamento das tarefas desses servidores é feito por meio da conferência dos votos e com a utilização de recursos comunicacionais, como e-mail e *WhatsApp*. Relatou-se que essa sistemática está funcionando a contento, com bom desempenho dos servidores, sem registro de descumprimento. Asseverou-se, por outro ângulo, haver procedimento previsto para a hipótese de não cumprimento da cota, consistente na convocação do servidor, para fins de verificação dos motivos pelos quais, eventualmente, o bom andamento dos trabalhos esteja sendo prejudicado.

A triagem inicial foi indicada como uma das boas práticas adotadas pelo gabinete, o que, com efeito, deve ser destacado, por permitir o amplo conhecimento do acervo e, conseqüentemente, o seu adequado manejo. Foi informado que a unidade inspecionada não possui processos físicos, apenas eletrônicos, bem como que, chegados ao gabinete, os processos passam, de logo, pela triagem, sobretudo para fins de apuração de eventuais problemas que possam prejudicar o julgamento.

Nesse ponto, a unidade inspecionada relatou que tem recebido, com frequência, muitos processos duplicatas de outros anteriormente distribuídos e mesmo já julgados, referenciando, inclusive, que já houve situação de um mesmo processo ter sido julgado duas vezes, por gabinetes distintos, porque, por alguma disfunção, o PJe sequer acusa a prevenção. Narrou que esse problema tem ocorrido com processos que chegam da Justiça Estadual, pelo exercício de competência delegada.

O gabinete alertou, igualmente, que o PJe tem apresentado outras falhas de funcionamento, a exemplo do “desaparecimento” de processos, no instante em que estão sendo trabalhados, e que apenas “reaparecem” na tarefa, com a abertura de chamado no setor de suporte ao sistema. Segundo a assessoria e a chefia de gabinete, para abrirem o chamado, precisam informar o número do processo, de modo que problema de maior seriedade surge quando, antes do “desaparecimento” do processo, o servidor não teve tempo hábil para anotar o respectivo número, o que pode indicar a existência de processos num “limbo”, fora do conhecimento ou alcance da unidade inspecionada.

Ainda, a título de problemas com a utilização do PJe, foi informada na entrevista – em sintonia com o que se ouviu em conferências realizadas com outros gabinetes – a existência de dificuldades com a lavratura de acórdãos, reportando-se a unidade inspecionada, em particular, à situação do Processo n. 50176768420194030000, julgado em 10/9/2019, cujo acórdão, até o momento, não foi assinado, porque a falha do sistema ainda não foi resolvida pela equipe de suporte do PJe.

Outra dificuldade salientada pelo setor em inspeção, quanto ao PJe, diz respeito ao seu editor de texto, que, segundo a unidade, desconstrói a formatação do texto que para ele é transportado, gerando retrabalho – e, conseqüentemente, perda de tempo – com a reorganização textual.

Voltando, em específico, à triagem, segundo o Gabinete inspecionado, essa verificação inaugural serve à minuta dos despachos por meio dos quais se determina o cancelamento da distribuição, nos casos de processos duplicados, bem como dos despachos de encaminhamento dos feitos ao MPF, quando se trata de situação de obrigatoriedade de participação do *Parquet*, entre outras providências preliminares que antecedam o julgamento.

No mais, essa triagem inicial presta-se à identificação das matérias, das situações de sobrestamento e de outras situações relevantes à organização e ao tratamento do acervo; e, apurando-se, a partir dela, que o processo se encontra em termos para julgamento, o feito recebe uma etiqueta e é localizado na pasta “Analisar tipo de decisão a proferir”, na qual aguardará a minuta do voto.

Consoante informado pelo Gabinete, os processos estão organizados, na unidade, por matéria (aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por idade, benefícios previdenciários decorrentes de incapacidade, auxílio-reclusão, LOAS, entre outras), em função das quais são etiquetados e localizados na pasta “Analisar tipo de decisão a proferir”. A partir dessa localização, os servidores, especializados por matéria, analisam os feitos a serem minutados e a chefia realiza o acompanhamento, para garantir que não restem processos sem o exame devido.

Essa é, a propósito, a principal modalidade de controle do acervo asseverada pelo gabinete inspecionado, que se ressentir de uma ferramenta de controle processual mais eficaz no PJe, além de relatar a falta de precisão dos dados estatísticos do Tribunal, com os quais, portanto, concretamente, não podem contar para efeito de observação e condução do conjunto de processos sob a sua responsabilidade.

Acerca dessa inexatidão de dados, por exemplo, a unidade inspecionada confirmou com a equipe da Corregedoria-Geral não ser real o número informado de 321 processos, com base naqueles registros, no item 4.12 do questionário preparatório, como de feitos conclusos há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado, afirmando que são pouquíssimos os processos que podem estar nessa situação, já que, ao chegarem à unidade, esses pleitos de urgência são, de logo, direcionados aos servidores responsáveis para apreciação.

Essa carência de instrumentos tecnológicos e estatísticos de controle fica ainda mais evidente diante da afirmação da unidade inspecionada, de que o acompanhamento de movimentação dos processos remetidos a outros setores se dá pela anotação em papel, sendo que, a toda evidência, essa forma não se reveste da necessária exatidão, notadamente à vista do tamanho do acervo gerenciado e da movimentação que lhe é inerente, sem falar que a informação, em si, fica represada no servidor que procedeu à anotação e nos demais com os quais ele a tenha, eventualmente, compartilhado.

Quanto ao controle do atingimento das metas, a unidade inspecionada informou que é feito mediante conferência dos votos, haja vista que, pela assessoria e pela chefia de gabinete, passa toda a produção de votos do gabinete.

Acerca dos embargos de declaração, foi dito que estão localizados em pasta específica do PJe, o que possibilita o controle visual desse acervo; sobre as urgências e os agravos internos, identificados na triagem, são repassados ao servidor responsável, para a análise prioritária devida.

Em relação às hipóteses de prioridade legal, a unidade inspecionada apontou para o perfil de jurisdicionado atendido nos processos afetos ao gabinete (especializado em matéria previdenciária), o que faz com que um grande universo de demandas deva ter tratamento prioritário, seja em razão da idade, seja por questões de saúde, e considerando a natureza alimentar dos benefícios postulados. Assim, em função dessas características, a prioridade legal é atendida, dentro do possível.

De acordo com as informações prestadas, é quinzenal a conferência dos processos, para fins de apuração de situações de ausência de movimentação (tomando-se por parâmetro a data da entrada do processo no gabinete), e esse controle periódico é realizado no PJe, pela assessora do desembargador federal.

Além das metas individuais de produtividade, que são sopesadas em função da complexidade dos processos e giram em torno de 10 processos por semana, há meta coletiva, que consiste, fundamentalmente, na diminuição dos processos que aguardam julgamento.

Acerca da adoção de política de recompensas vinculadas ao cumprimento de metas, a unidade inspecionada salientou que são limitadas as possibilidades a esse título, no âmbito do serviço público. Noticiou, contudo, que, quando possível, o servidor é autorizado a se ausentar, mediante compensação de horário. A unidade inspecionada adicionou, nesse ponto, que as melhores funções comissionadas também são distribuídas aos que melhor cumprem as obrigações, servindo, assim, também, como medida estimuladora.

No que tange às metas do CNJ, o gabinete inspecionado enfatizou, por sua especialização, os processos referentes à Meta 2 (mais antigos), asseverando que, como julga por antiguidade, os feitos são analisados sem necessidade de tratamento específico. Dessa forma, os percentuais de cumprimento das metas do CNJ, informados no questionário preparatório da inspeção são reveladores desse compromisso do setor. Sublinhe-se que, em 2019, o gabinete cumpriu 99,99% da Meta 2/2019 CNJ (julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014) e 117,27% da Meta 2/2019 CNJ (julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015). Ademais, no último dia do mês anterior à inspeção, já houvera cumprido 99,91% da Meta 2/2020 CNJ (julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015) e 117,39% da Meta 2/2020 CNJ (julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016). Esses

dados denotam que a equipe inspecionada faz o devido monitoramento, conferindo preferência às metas.

Isso fica visível, também, na resposta ao item 4.13 do questionário preparatório da inspeção, em que são consignados os quantitativos de processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos três últimos anos:

Ano da distribuição	Mês/Ano da conclusão		
	Abril 2018	Abril 2019	Abril 2020
2013	105	24	8
2014	66	6	3
2015	345	20	3
2016	1.406	85	11
2017	2.078	389	52
2018	987	1.752	284
2019	-	1.036	2.269
2020	-	-	1.239

Na unidade inspecionada, faz-se uso de decisões terminativas, para os casos em que não há obrigatoriedade de julgamento no órgão colegiado, como as que não conhecem de recursos ou declinam da competência (essas últimas, sobretudo para o Tribunal Estadual, nos casos de matéria acidentária), embora essas decisões monocráticas sejam poucas, notadamente após as mudanças trazidas pelo CPC/ 2015.

O gabinete informou, também, que, como a matéria previdenciária é muito repetitiva, há modelos (acessíveis através da rede interna da unidade) para quase todos os casos, bastando pequenas alterações, para fins de adequação ao caso concreto. Deu a conhecer, outrossim, especificamente quanto aos embargos de declaração, que, quando esses recursos ingressam no gabinete, o servidor responsável pela triagem, ao identificar, de logo, que se trata de declaratórios de mera rediscussão, separa-os para julgamento com minuta de voto padronizada.

Conforme relato colhido na entrevista, o Tribunal frequentemente oferece cursos de capacitação no PJe. Salientou-se, ademais, que a todos os servidores é dado acesso a cursos EAD disponibilizados pelo Tribunal e por outros órgãos da Administração Pública. Por outro lado, em razão de sua especialização, a unidade inspecionada apontou a necessidade de que sejam oferecidos cursos de atualização em matéria previdenciária, com foco nos tribunais superiores, o que ainda não ocorreu.

Em relação à situação de sobrestamento processual, decorrente de decisões proferidas pelo STF, pelo STJ e pelo próprio TRF3, a unidade inspecionada informou que vêm sendo suspensos os processos nos quais se discutem as seguintes matérias:

Tema 979 - Devolução ou não de valores recebidos de boa-fé, a título de benefício previdenciário, por força de interpretação errônea, má aplicação da lei ou erro da Administração da Previdência Social; Tema 982 - Aferir a possibilidade da concessão do acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento), previsto no art. 45 da Lei n. 8.213/1991, sobre o valor do benefício, em caso de o segurado necessitar de assistência permanente de outra pessoa, independentemente da espécie de aposentadoria; Tema 999 - Possibilidade de aplicação da regra definitiva prevista no art. 29, incisos I e II, da Lei n. 8.213/1991, na apuração do salário de benefício, quando mais favorável do que a regra de transição contida no art. 3º da Lei n. 9.876/99, aos segurados que ingressaram no sistema antes de 26/11/1999 (data de edição da Lei n. 9.876/1999); Tema 1011 - Incidência ou não do fator previdenciário no cálculo da renda mensal inicial da aposentadoria por tempo de contribuição de professor, quando a implementação dos requisitos necessários à obtenção do benefício se der após a edição da Lei n. 9.876/1999; Tema 1013 - Possibilidade de recebimento de benefício por incapacidade do Regime Geral de Previdência Social de caráter substitutivo da renda (auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez) concedido judicialmente em período de abrangência concomitante ao que o segurado estava trabalhando e aguardando o deferimento do benefício; Tema 1018 - Possibilidade de, em fase de cumprimento de sentença, o segurado do Regime Geral de Previdência Social receber parcelas pretéritas de aposentadoria concedida judicialmente até a data inicial de aposentadoria concedida administrativamente pelo INSS, enquanto pendente a mesma ação judicial, com implantação administrativa definitiva dessa última por ser mais vantajosa, sob o enfoque do art. 18, § 2º, da Lei n. 8.213/1991; Tema 1031 - Possibilidade de reconhecimento da especialidade da atividade de vigilante, exercida após a edição da Lei n. 9.032/1995 e do Decreto n. 2.172/1997, com ou sem o uso de arma de fogo; IRDR n. 5022820-39.2019.4.03.0000 - Revisão dos tetos para benefícios concedidos antes da Constituição Federal/1988.

De acordo com as informações obtidas com a entrevista, a decisão proferida pela 3ª Seção do TRF3, em 12/12/2019, no IRDR n. 5022820-39.2019.4.03.0000, gerou, apenas na unidade inspecionada, a paralisação do andamento de cerca de 240 processos.

Quanto à dinâmica processual, no período de um ano, verificou-se o acréscimo de 17% (dezessete por cento) no número de processos conclusos no gabinete – eram 3.312, no início de maio de 2019, e passaram a ser 3.869, no final de abril de 2020 –, permanecendo, por outro lado, praticamente estável o total em tramitação, com uma elevação de apenas 2% (dois por cento) – no início de maio de 2019, eram 6.005 e, no final de abril de 2020, passaram a ser 6.142.

Comparativamente à última inspeção, ocorrida em agosto/2018, houve um aumento no número de processos conclusos no gabinete, de 3.437 para 3.869, embora

o total em tramitação tenha sofrido ligeira redução – em julho de 2018, eram 6.396; em abril de 2020, 6.142.

A despeito dos aumentos no número de processos conclusos anteriormente referidos, no período de um ano e no intervalo entre inspeções, impõe-se destacar o incremento produtivo verificado na unidade inspecionada. No relatório referente à inspeção anterior, consignou-se que, entre agosto de 2017 e julho de 2018, foram julgados 5.394 processos, restando, assim, cumprida a Meta 1 do CNJ, porquanto, no mesmo período, foram distribuídos 4.110. No questionário preparatório desta inspeção, foi informado que, em 2019, foram julgados 5.854 processos (ou seja, 460 processos a mais, comparativamente com o período abrangido pela inspeção anterior), o que, no entanto, não foi suficiente para o atingimento da Meta 1 do CNJ, já que distribuídos, no ano anterior, 6.129 processos, isto é, 2.019 processos a mais, em comparação com a distribuição revelada na inspeção de 2018. Mais ainda, no mesmo relatório preparatório da inspeção de 2020, foi historiado que, no intervalo de maio de 2019 a abril de 2020, a unidade inspecionada julgou 7.516, batendo, com folga, uma distribuição de 5.790 processos, no mesmo período.

O aumento na distribuição foi apontado pelo gabinete como a razão pela qual houve um momento de dificuldade no cumprimento das metas. Para a unidade, esse incremento foi resultado de alguns fatores, desde a maior celeridade da Justiça Federal de 1º grau, repercutindo na instância recursal, até o represamento de processos na Justiça Estadual, que desaguaram de uma só vez no Tribunal, problema sentido até meados de setembro do ano passado.

No que respeita aos embargos de declaração e aos agravos internos, segundo o questionário preparatório da inspeção, eram, na data do seu preenchimento, 414, os primeiros, e três, os segundos, dos quais 364 e dois, respectivamente, estão conclusos há mais de 30 dias, o que revela a existência de um aumento dos embargos de declaração aguardando julgamento, comparativamente à inspeção anterior, na qual foram informados, nessa condição, 335 embargos de declaração. E, no momento desta entrevista, o número de embargos de declaração aguardando apreciação já havia aumentado para 479. Quanto aos agravos internos, houve redução de acervo, porque, na inspeção anterior, eles eram nove.

No tocante à Meta 3, a unidade inspecionada indicou que poucos são os processos que seguem à conciliação, em razão do interesse público indisponível, a maior parte deles encaminhados ao gabinete de conciliação, a pedido do INSS, que indica as matérias passível de efetivação de acordo.

O setor informou que não recebeu qualquer tipo de auxílio entre maio/2019 e abril/2020.

Quanto ao funcionamento do gabinete durante a pandemia, a unidade inspecionada salientou que todos os servidores se encontram em teletrabalho; que o

atendimento ao público é feito apenas por e-mail (excepcionalmente, por telefone); e que, até o momento, apenas realizaram sessões virtuais de julgamento, porque, embora já tenham sido regulamentadas as sessões telepresenciais, elas ainda não foram aprazadas pela Presidência da 10ª Turma.

No que respeita aos pedidos de vista, foi informado pela unidade inspecionada que eles são devolvidos, sempre que possível, na sessão seguinte, embora, em algumas situações, quando o desembargador federal ainda não tem entendimento formado acerca do assunto, essa devolução pode demorar mais tempo. Quando do preenchimento do questionário preparatório da inspeção, havia três processos conclusos no gabinete, há mais de 30 dias, em razão de pedido de vista, e outros três processos, aguardando a lavratura de acórdão, por voto-vencedor. No momento da entrevista, havia cinco processos, para voto-vista, e um, para lavratura de acórdão, em virtude de voto-vencedor. Esse último é o Processo n. 50176768420194030000, julgado desde setembro de 2019 e que ainda se encontra sem acórdão, porque o suporte do PJe não conseguiu, até o presente instante, resolver o problema surgido na assinatura.

Questionada acerca de eventuais dificuldades, a unidade inspecionada respondeu, a princípio, inexistirem. No entanto, ao longo da entrevista, ficou claro que os maiores embaraços enfrentados são pertinentes ao funcionamento do sistema PJe, como antes já destacado.

Finalmente, impende consignar que, segundo informações prestadas pelo gabinete inspecionado, todas as recomendações feitas na inspeção anterior foram atendidas. Recomendações: movimentar os processos parados há mais de dois anos, especialmente os feitos analisados na inspeção; b) movimentar, em 60 dias, o Processo n. 0017421-44.2009.4.03.6183, com voto-vista há mais de 30 dias; c) levar ao Colegiado os 15 processos com tutela provisória há mais de 90 dias; d) manter o método de trabalho, que foi elogiado. Providências adotadas, respectivamente: a) foram julgados todos os processos indicados; b) foi levado a julgamento o Processo n. 0017421-44.2009.4.03.6183; c) foram levados a julgamento os processos com tutela provisória; d) foi mantido o método de trabalho.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à última inspeção, houve aumento do montante de processos conclusos, de 3.437 para 3.869.

Igualmente, considerado o período de 12 meses contados da inspeção, constata-se que o acervo de processos conclusos, no início do 12º mês anterior, era de 3.312 e, no mês anterior à inspeção, era de 3.869.

Verifica-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento aumentou de 335, na última inspeção, para 414, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção, dos quais 364 estão conclusos há mais de 30 dias.

No entanto, por outro lado, percebe-se que houve evolução, em relação à produtividade do gabinete no período recente. É que, no período abrangido pela inspeção anterior (agosto de 2017 a julho de 2018), foram julgados 5.394 processos, ao passo que, em 2019, foram julgados 5.854 e, nos últimos 12 meses anteriores a esta inspeção (maio de 2019 a abril de 2020), foram julgados 7.516.

O tempo médio gasto pelo gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de nove meses, enquanto o tempo médio, na 3ª Seção, equivale a 15 meses. Trata-se de indicador que merece destaque.

14. RECOMENDAÇÕES

Adotar as seguintes práticas, a serem verificadas na próxima autoinspeção:

- a) Cumprir as recomendações do item 11;
- b) priorizar o julgamento dos processos que se encontram suspensos por força do IRDR n. 5022820-39.2019.4.03.0000, assim que resolvido o incidente, ante a anciandade da conclusão;
- c) envidar esforços para reduzir o estoque de embargos de declaração pendentes de exame, notadamente aqueles em que houve excedimento do prazo para julgamento;
- d) buscar alternativas, inclusive mediante aperfeiçoamento do planejamento estratégico, com vistas à contenção do aumento do acervo; e
- e) estreitar o diálogo institucional com os setores do Tribunal incumbidos do gerenciamento e do suporte do PJe, bem como da apuração dos dados estatísticos, reportando problemas e dificuldades, para o desenvolvimento e o aprimoramento de soluções.

GABINETES INTEGRANTES DA 11ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL NINO TOLDO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Nino Toldo.

2.2 Turma

Décima Primeira Turma, integrante da Quarta Seção.

2.3 Competência

Às Turmas integrantes da Quarta Seção cabe processar e julgar os feitos relativos à matéria criminal, ressalvada a competência do Órgão Especial. Além disso, há no acervo feitos cíveis remanescentes e anteriores à instalação da Quarta Seção.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Nino Toldo.

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não houve.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não houve.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Leandro Funck - chefe de gabinete - analista judiciário.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	17
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	3
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	2.226
Processos suspensos/sobrestados	5
Processos conclusos	1.675
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	1
Processos em mutirão, Turma suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	2.226
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	2.557
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	1.675
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	2.003
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	5
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	6

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrados, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não houve auxílio no último ano.
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Prejudicado
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Prejudicado
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior).	Prejudicado
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não.
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não.

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	5
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0
Ações rescisórias	4
Outros	1

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	497
Recursos em mandados de segurança coletivos	0
Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	1

Recursos em ações de desapropriação	3
Recursos em ações com preferência legal	10
Outros	483

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	497
Apelações cíveis	483
Agravos de instrumento	11
Outros	3

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	200
Ações penais	0
Inquéritos	10
Habeas corpus	149
Revisões criminais	21
Outros	20

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	1.524
Apelações	1.416
Recursos em sentido estrito	20
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	34
Outros	12

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	113
Apelações	36
Ações penais	0
Inquéritos	0
Habeas corpus	60
Outros	17

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	2
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	1

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	114
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	110
Agravos legais/regimentais	20
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	19
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	32
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	32

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	1
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	5

4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos conclusos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	1.211	587	319
Distribuídos em 2014	278	167	55
Distribuídos em 2015	230	153	43
Distribuídos em 2016	366	197	79
Distribuídos em 2017	471	274	200
Distribuídos em 2018	175	434	276
Distribuídos em 2019	-	191	515
Distribuídos em 2020	-	-	188
Total	2.731	2.003	1.675

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	2
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	Dois, considerando a emergência sanitária decorrente da pandemia da Covid-19.

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	8
Total como relator para o acórdão	30. Atualmente, são 4.

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	848
Total de processos julgados	2.116
Total de processos baixados	1.108
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-1.268
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	-260

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	82 (autoinspeção – 29/8/2019 a 3/10/2019)
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	91 (inspeção – 13/8/2018 a 24/8/2018)
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	873
Processos julgados no ano anterior	1.671
Processos distribuídos no ano corrente	206
Processos julgados no ano corrente	393

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.916
Pendentes em 31/12/2019	284
Porcentagem de atendimento da meta	94,22%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	609
Pendentes em 31/12/2019	40
Porcentagem de atendimento da meta	110,05%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	4.014
Pendentes no último dia do mês anterior	265
Porcentagem de atendimento da meta	93,39%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	616
Pendentes no último dia do mês anterior	82
Porcentagem de atendimento da meta	102,06%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	378 pendentes em 31/12/2018, com julgamento de 229 no ano de 2019.
Pendentes em 31/12/2019	109
Porcentagem de atendimento da meta	119%

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	760
Pendentes no último dia do mês anterior	183
Porcentagem de atendimento da meta	126,54%

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	Não se aplica a 2º grau (de acordo com a Divisão de Estatística deste Tribunal)
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	Não se aplica a 2º grau (de acordo com a Divisão de Estatística deste Tribunal)
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	Não se aplica a 2º grau (de acordo com a Divisão de Estatística deste Tribunal)
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	Não se aplica a 2º grau (de acordo com a Divisão de Estatística deste Tribunal)

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	prejudicado

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	prejudicado

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano anterior	872
Processos baixados no ano anterior	928
Processos julgados no ano anterior	1.671

Processos distribuídos no ano corrente	206
Processos baixados no ano corrente	126
Processos julgados no ano corrente	393

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016:

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2
Pendentes em 31/12/2019	2
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	8
Pendentes no último dia do mês anterior	5
Porcentagem de atendimento da meta	37,50%

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019

Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	Em princípio, não se aplica às Turmas e Seção criminais, não tendo sido fornecidos dados pela Divisão de Estatística deste Tribunal
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	Em princípio, não se aplica às Turmas e Seção criminais, não tendo sido fornecidos dados pela Divisão de Estatística deste Tribunal

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim. Recomendou-se a redução do número de feitos de réus presos e daqueles relacionados à Meta 2 e a delitos praticados contra a Administração Pública. Na ocasião foram inspecionados 91 processos e feitas recomendações.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

O número de feitos relacionados à Meta 2 tem sido reduzido sensivelmente, conforme dados expostos neste questionário. Quanto aos feitos referentes a réus presos, o gabinete tem julgado os recursos em, no máximo 90 dias, contados da conclusão, salvo quando se tratar de operações com muitos réus e de alta complexidade, a exigir maior tempo para o preparo dos votos. Também foram atendidas as recomendações relacionadas aos feitos inspecionados.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Conforme dados expostos neste questionário, ainda há um saldo de processos cíveis. No entanto, pretende-se julgá-los nos próximos meses. Acerca dos feitos relacionados a delitos praticados contra a Administração Pública e daqueles objeto da Meta 2, têm sido julgados no maior número possível, sem descuidar do cumprimento das demais metas do CNJ.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

Sim. A Meta 2 ainda não foi atendida. O gabinete vem acompanhando mês a mês a evolução do acervo quanto aos feitos correspondentes, com planos para o julgamento dos feitos cíveis nos próximos meses. Quanto aos processos criminais, da mesma forma, há acompanhamento dos dados pelo gabinete, com esforço para o julgamento dos recursos no menor prazo possível, sem descuidar do cumprimento das demais metas.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O trabalho é planejado mediante o controle dos feitos segundo a matéria, a complexidade, a data de entrada e prazos de prescrição penal. Assim que chegam ao gabinete, são triados e as informações são lançadas em aplicativo do próprio gabinete, podendo ser gerados relatórios. Quando julgados, o sistema é alimentado com essa informação. Com isso, são atribuídas listas aos servidores para preparo de minutas, as quais são conferidas pelo desembargador federal. A fim de atingir os objetivos fixados, são realizadas reuniões periódicas com os servidores e, eventualmente, são replanejadas as estratégias de gestão. De todo modo, são priorizados os julgamentos de feitos com réus presos e habeas corpus, valendo ressaltar que se procura julgar

mensalmente um número maior de feitos do que o dos distribuídos, além de julgar o remanescente cível. A grande dificuldade encontrada diz respeito aos dados estatísticos fornecidos por este Tribunal, os quais são inconsistentes ou incompletos.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50266094620194030000	14/10/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Autuação em 14/10/2019. Deferido em 25/10/2019 o pedido de liminar em favor do paciente Vitório Prearo para suspender a ação penal n. 0001435-15.2013.403.6117, apenas em relação ao crime do art. 337-A, inciso III, do Código Penal, até o julgamento do writ pela Turma. Julgamento provável na sessão de 28/5/2020.		
50307674720194030000	27/11/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Julgado em 23/4/2020.		
50241255820194030000	19/9/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Autuação em 19/9/2019. Decisão julgando prejudicado o pedido de liminar em 12/11/2019. Aguardando julgamento, previsto para os próximos 45 (quarenta e cinco) dias.		
00247486620074036100	5/8/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Distribuído em 5/8/2008. Decisão monocrática em 19/8/2015. Aguardando julgamento do agravo legal. Previsão de inclusão em pauta com a maior brevidade possível, pois há impedimento de integrante da Turma, composta por apenas três desembargadores.		
00010159620114036111	25/8/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos conclusos na Vice-Presidência. Julgado agravo (CPC, art. 557) em 20/3/2012 pelo Desembargador Federal Johonsom Di Salvo. Feito pendente de julgamento de agravo legal/regimental de decisão proferida pela Vice-Presidência.		
00006364120144036115	27/10/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Dist. em 27/10/2015. Conclusos em 29/3/2016. Sobrestado em 9/8/2019. Interposto agravo pelo MPF em 14/8/2019. Levantado sobrestamento e prejudicado o agravo 16/4/2020, com base decisão do STF no RE 1.055.941/SP. Aguardando julgamento, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 90 dias.		
00155337020144036181	17/8/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Dist. em 17/8/2016. Conclusos em 11/10/2016. Sobrestado em 1º/8/2019. Interposto agravo regimental pelo MPF em 16/8/2019. Levantado sobrestamento e prejudicado agravo em 16/4/2020, com base em decisão do STF no RE 1.055.941/SP. Ag. julgamento da apelação, c/ previsão de inclusão em pauta em 90 dias.		
0007720-32.2000.4.03.6100	10/9/2018	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Retorno da vara de origem em 12/9/2018, para novo julgamento em razão de decisão proferida pelo STJ. Previsão de inclusão em pauta com a maior brevidade possível, pois há impedimento de integrante da Turma, composta por apenas três desembargadores.		

0002562-10.1997.4.03.6000	4/10/2018	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Julgado em 12.4.2011. Conclusos em 23.10.2018, retornando da vara de origem após decisão proferida pelo STJ. A ser decidido nos próximos 90 dias.		
50150291920194030000	12/6/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Autuação em 12/6/2019. Deferido parcialmente o pedido de liminar em 26/6/2019, para determinar a suspensão da ação penal n. 0009735-60.2016.403.6181, até o julgamento de mérito deste habeas corpus pelo Colegiado. Julgamento provável na sessão de 28/5/2020.		
50140956120194030000	4/6/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Distribuído em 4/6/2019. Indeferida a medida liminar em 18/6/2019. Aguardando julgamento, previsto para os próximos 45 dias.		
50137044320184030000	19/6/2018	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Distribuído em 19/6/2018. Indeferida a medida liminar em 5/7/2018. Aguardando julgamento, previsto para os próximos 90 dias.		
00023616520184036102	5/8/2019	1727 - Petição Criminal
Observação/Providência: Distribuído por dependência e apensado aos autos principais ACR 0025429-66.2008.403.0000. Aguardando julgamento.		
50259495220194030000	8/10/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Autuação em 8/10/2019. Decisão julgando prejudicado o pedido de liminar em 10/10/2019. Aguardando julgamento, previsto para os próximos 45 dias.		
50221243720184030000	10/9/2018	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Julgado em 11/10/2019. Encaminhado ao gabinete do Desembargador Federal Fausto De Sanctis em 5/11/2019, para juntada do voto vencido.		
00121248120174036181	1º/4/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Distribuído em 1º/4/2019. Conclusos após baixa em diligência em 11.10.2019. Incluído em pauta de julgamento da sessão do dia 28/5/2020.		
00001769320194036110	18/11/2019	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Distribuído em 26/11/2019. Conclusos em 19/12/2019. Aguardando julgamento, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 45 dias.		
50237419520194030000	16/9/2019	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Autuação 16/9/2019. Conclusos em 4/12/2019. Aguardando julgamento, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 90 dias.		
00008517320174036127	2/10/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Distribuído em 2/10/2019. Conclusos após baixa em diligência em 18/12/2019. Aguardando julgamento, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 45 dias.		
00001064920194036119	26/11/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Distribuído em 26/11/2019. Conclusos em 19/12/2019. Aguardando julgamento, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 45 dias.		
00014219420144036117	12/11/2018	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade

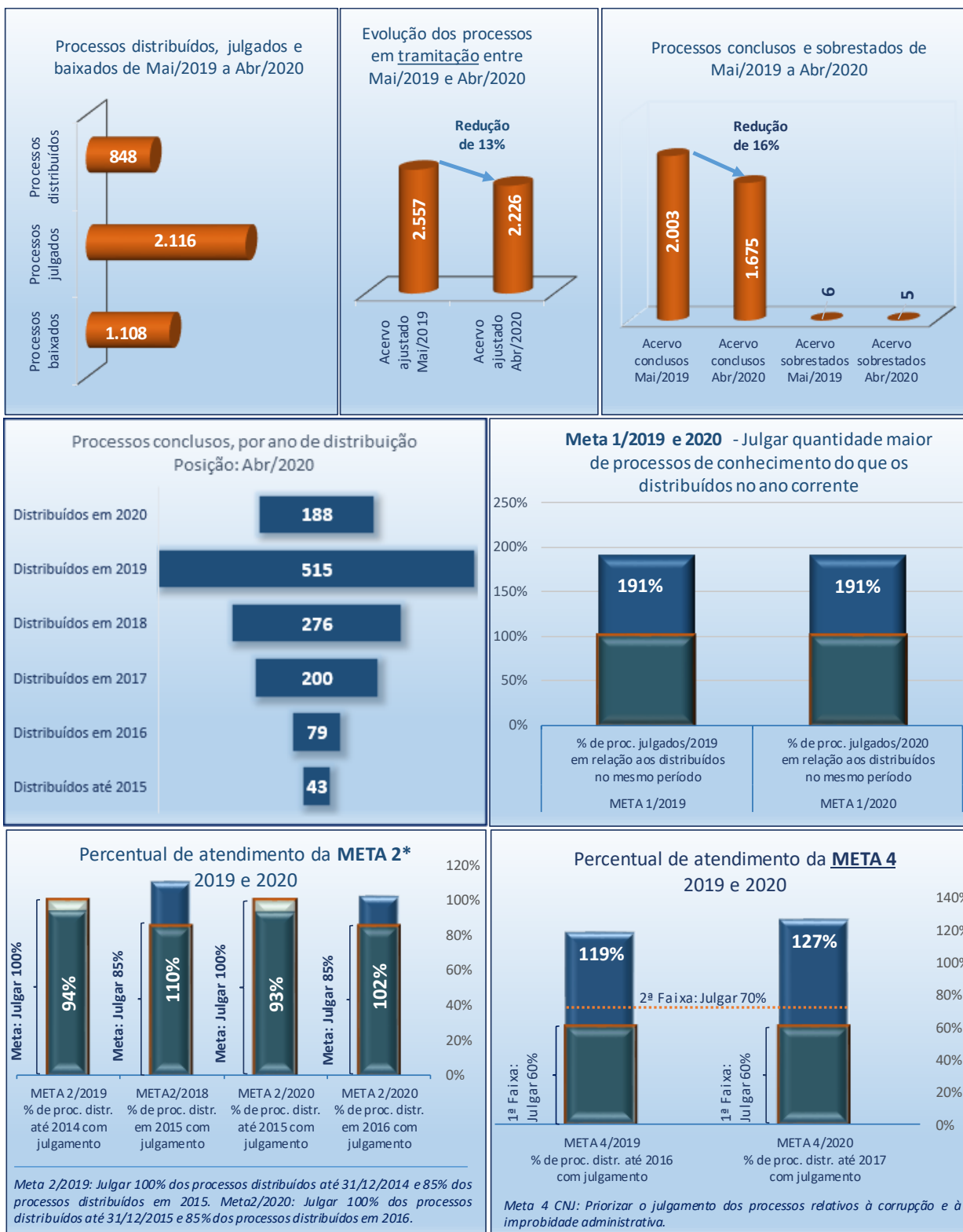
Observação/Providência: Previsto para julgamento na pauta da Quarta Seção de 18/6/2020.		
00010224420184036111	20/5/2019	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Acórdão já lavrado.		
01035611019974036181	11/7/2019	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Acórdão já lavrado.		
00085319720164036110	14/5/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Acórdão já lavrado.		
00020886219994036002	4/11/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgada a apelação em 8/3/2016. Aguardando julgamento dos embargos de declaração, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 90 dias.		
00164011020084036100	17/9/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Distribuído em 17/9/2009. Conclusos em 12/11/2009. Decisão terminativa em 24/11/2010. Julgado agravo legal em 8/11/2011. Retorno para juízo de retratação em 16/7/2015. Julgado retratação em 24/10/2017. Julgados os embargos de declaração na sessão do dia 14/5/2020.		
00077427020124036100	14/11/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Decisão monocrática em 18/12/2015. Agravo legal julgado em 20/3/2018. Aguardando julgamento de embargos de declaração, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 90 dias.		
00248352320114039999	10/6/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Julgados os embargos de declaração em 14/5/2020.		
00186353320064036100	24/3/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Distribuído em 24/3/2008. Conclusos em 24/4/2008. Julgado recurso em 22/5/2018. Aguardando julgamento dos embargos de declaração, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 90 dias.		
0065181-21.2003.4.03.0000	20/10/2003	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Trânsito em julgado do acórdão em 19/6/2006. Apensado aos autos 0027175-75.2003.403.6100, baixado em 30/11/2007.		
0005630-56.2002.4.03.6108	27/12/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Distribuído em 27/12/2010. Redistribuído por sucessão em 22/10/2012. Aguardando julgamento, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 90 dias.		
0002250-21.2013.4.03.6114	11/12/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Distribuído em 11/12/2013. Conclusos em 16/12/2013. Aguardando julgamento, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 90 dias.		
0000955-41.2012.4.03.6127	10/6/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Distribuído em 10/6/2013. Conclusos em 2/7/2013. Aguardando julgamento, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 90 dias.		
0024932-56.2006.4.03.6100	4/11/2013	198 - Apelação Cível

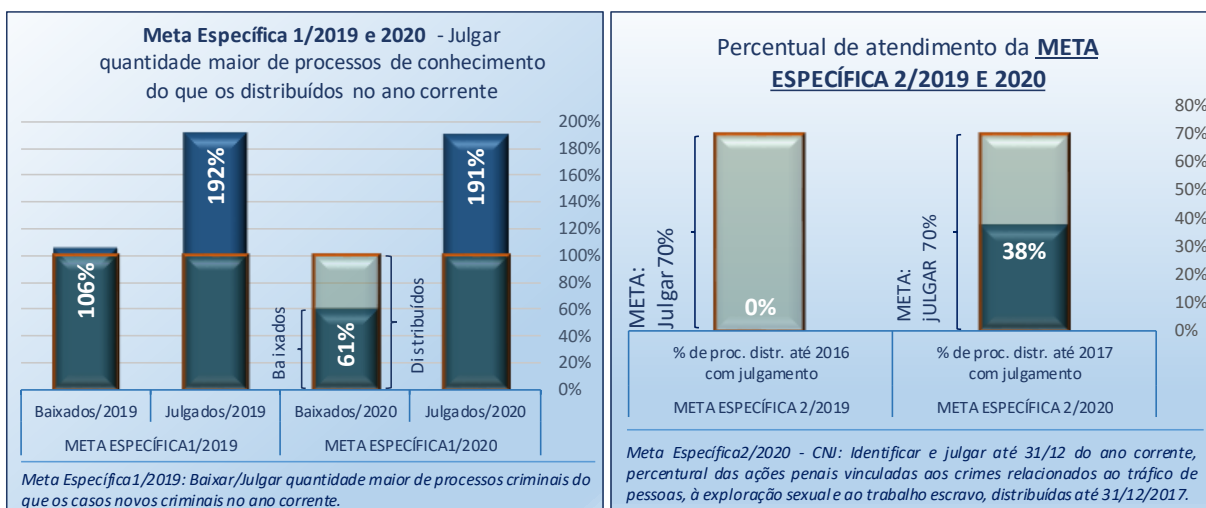
Observação/Providência: Distribuído em 4/11/2013. Conclusos em 11/11/2013. Aguardando julgamento, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 90 dias.		
0011055-46.2011.4.03.6109	18/11/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Distribuído em 18/11/2013. Conclusos em 22/11/2013. Aguardando julgamento, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 90 dias.		
0035149-32.2004.4.03.6100	1º/2/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Distribuído em 1º/2/2012. Conclusos em 22/10/2012. Aguardando julgamento, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 90 dias.		
0019367-43.2008.4.03.6100	5/5/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Distribuído em 5/5/2011. Conclusos em 9/3/2012. Aguardando julgamento, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 90 dias.		
0015942-37.2002.4.03.6126	27/12/2012	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Dist. em 19/1/2006. Cls. em 26/3/2009. Decisão interlocutória que anulou as decisões monocráticas proferidas e determinou a baixa para intimação da União em 27/3/2012. Conclusos após retorno da origem em 7/1/2013. Aguardando julgamento, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 90 dias.		
0000955-67.2008.4.03.6002	4/3/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Distribuído em 4/3/2013. Conclusos em 21/3/2013. Aguardando julgamento, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 90 dias.		
0003665-59.2010.4.03.6109	28/11/2012	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Julgado em 14/5/2020.		
0006403-51.2013.4.03.6000	9/12/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Distribuído em 9/12/2015. Conclusos em 19/2/2016. Aguardando julgamento, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 90 dias.		
0004387-69.2014.4.03.6104	19/2/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Distribuído em 28/11/2012. Conclusos em 3/12/2012. Incluído em pauta de julgamento da sessão do dia 28/5/2020.		
0004956-49.2009.4.03.6103	2/1/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Distribuído em 2/1/2015. Conclusos após baixa em diligência em 12/5/2015. Aguardando julgamento, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 90 dias.		
0003446-82.2014.4.03.6181	7/3/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Distribuído em 7/3/2016. Conclusos em 21/3/2016. Aguardando julgamento, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 90 dias.		
0002716-22.2011.4.03.6005	6/4/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Distribuído em 6/4/2016. Conclusos em 26/4/2016. Aguardando julgamento, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 90 dias.		
0003717-86.2017.4.03.6181	18/1/2018	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Distribuído em 18/1/2018. Conclusos em 6/2/2018. Aguardando julgamento, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 90 dias.		
0033179-46.1994.4.03.6100	19/6/2018	199 - Remessa Necessária Cível

Observação/Providência: STJ determinou retorno ao Tribunal para juízo de retratação/conformidade em 1º/8/17. Retornaram conclusos em 18/7/2018, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 90 dias.		
0002725-44.2017.4.03.0000	17/5/2017	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Distribuído em 31/3/2017. Conclusos após baixa em diligência em 23/6/2017. Aguardando julgamento, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 90 dias.		
5013704-43.2018.4.03.0000	19/6/2018	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Distribuído em 19/6/2018. Indeferida a medida liminar em 5/7/2018. Aguardando julgamento, previsto para os próximos 45 dias.		
5014095-61.2019.4.03.0000	4/6/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Distribuído em 4/6/2019. Indeferida e medida liminar em 18/6/2019. Aguardando julgamento, previsto para os próximos 90 dias.		
0013259-07.2012.4.03.6181	21/9/2016	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Embargos infringentes redistribuídos em 30/4/2019. Conclusos em 2/5/2019. Previsto para julgamento na pauta da Quarta Seção de 18/6/2020.		
5003632-60.2019.4.03.0000	18/2/2019	1710 - Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Mandado de segurança incluído na pauta de 7/11/2019. Adiado o julgamento ante a necessidade de maior reflexão sobre o tema, bem como pelo fato de a questão encontrar-se em discussão no STF.		
5020247-28.2019.4.03.0000	8/8/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Distribuído em 8/8/2019. Deferido o pedido de liminar em 27/8/2019, para suspender o curso da ação penal n. 0002338-13.2018.4.03.6105 até o julgamento deste habeas corpus pelo Colegiado. Aguardando julgamento.		
0001004-14.2018.4.03.6114	27/8/2018	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Distribuído em 27/8/2018. Conclusos em 10/9/2018. Aguardando julgamento, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 90 dias.		
0000458-65.2018.4.03.0000	18/12/2018	1231 - Exceção de Suspeição
Observação/Providência: Julgamento em 30/4/2020, que decidiu levantar o sobrestamento, declarar prejudicado o agravo interno do Incra e julgar improcedente a exceção de suspeição.		
5024757-84.2019.4.03.0000	25/9/2019	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Julgado em 30/4/2020.		
5019203-71.2019.4.03.0000	29/7/2019	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Julgado em 30/4/2020.		
0017562-06.2008.4.03.6181	6/7/2016	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Embargos infringentes redistribuídos em 26/11/2019. Conclusos em 2/12/2019. Aguardando julgamento, com previsão de inclusão em pauta nos próximos 90 dias.		
0005827-34.2012.4.03.6181	8/10/2014	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade

Observação/Providência: Embargos infringentes redistribuídos em 3/12/2019. Incluído em pauta de julgamento da sessão do dia 30/4/2020. Adiado o julgamento para a sessão da Quarta Seção de 21/5/2020.		
0000162-43.2018.4.03.0000	9/3/2018	12135 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Tutela antecipada antecedente julgada extinta em 30/1/2019. Transitou em julgado em 2/3/2020. Apensada ao feito principal ACR 0002951-40.2017.4.03.6114.		
0008049-33.2017.4.03.6105	21/9/2017	318 - Exceção de Suspeição
Observação/Providência: Tornada sem efeito a decisão que havia declarado prejudicada esta exceção de suspeição, que passou a tramitar com a exceção de suspeição 0007567-85.2017.4.03.6105. Exceções levadas a julgamento em 14/5/2020, tendo um dos Desembargadores pedido vista dos autos.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 61 processos selecionados, 53 foram inspecionados. Destes, 41 físicos e 12 eletrônicos.

Em relação aos demais processos da listagem, dois processos constaram em duplicidade, os de n. 5013704-43.2018.4.03.0000 e 5014095-61.2019.4.03.0000. Outros seis processos não foram inspecionados, porque não se encontravam na unidade, os quais serão listados ao final deste tópico.

Os autos físicos foram inspecionados exclusivamente por meio de consulta à movimentação processual, sendo que, em relação aos processos n. 0005827-34.2012.4.03.6181, 0008049-33.2017.4.03.6105, 0017562-06.2008.4.03.6181 e 5003632-60.2019.4.03.0000, que tramitam com sigilo, a inspeção foi realizada por meio do extrato processual fornecido à equipe inspecionadora pela unidade.

A fim de viabilizar o registro uniforme dos trabalhos, foram considerados todos os movimentos processuais realizados e registrados no sistema processual até o dia 1º/7/2020, bem como os julgamentos ocorridos até o dia 10/7/2020.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Incluir em pauta em 10 dias, ou apresentar em mesa, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

0000955-67.2008.4.03.6002	0001004-14.2018.4.03.6114	0002725-44.2017.4.03.0000
0003717-86.2017.4.03.6181	0005630-56.2002.4.03.6108	0007742-70.2012.4.03.6100
0015942-37.2002.4.03.6126	0018635-33.2006.4.03.6100	0019367-43.2008.4.03.6100
0033179-46.1994.4.03.6100	5003632-60.2019.4.03.0000	5013704-43.2018.4.03.0000

b) remeter ao revisor para inclusão prioritária em pauta (processos conclusos há mais de 180 dias):

0000636-41.2014.4.03.6115	0002361-65.2018.4.03.6102	0002716-22.2011.4.03.6005
---------------------------	---------------------------	---------------------------

0003446-82.2014.4.03.6181	0006403-51.2013.4.03.6000	0015533-70.2014.4.03.6181
0017562-06.2008.4.03.6181	5023741-95.2019.4.03.0000	

c) julgar os processos da Meta Específica 2 de 2019 (*ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016*), tendo em vista que o relatório aponta dois processos nessa condição.

d) julgar os processos identificados na meta específica regularizar a fase processual no sistema e promover o andamento:

0000636-41.2014.4.03.6115	0015533-70.2014.4.03.6181
---------------------------	---------------------------

Os seis processos que não inspecionados por não se encontrarem na unidade são os seguintes:

0000162-43.2018.4.03.0000	Processo de tutela antecipada que, em tese, esgotou seu objeto, apensada à apelação criminal e que se encontra na secretaria.
0000955-41.2012.4.03.6127	Processo com declinação da competência e redistribuição para outro gabinete em 5/6/2020.
0001015-96.2011.4.03.6111	Processo que está na Vice-Presidência desde 2018.
0002250-21.2013.4.03.6114	Processo com declinação da competência e redistribuição para outro gabinete em 5/6/2020.
0011055-46.2011.4.03.6109	Processo com declinação da competência e remessa para a secretaria em 15/6/2020.
5022124-37.2018.4.03.0000	Processo com despacho de 5/11/2019 determinando a remessa ao gabinete de outro desembargador para juntada de voto vencido, com o que a partir dessa data estava em trâmite na secretaria ou no gabinete de outro desembargador do Colegiado.

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Foram entrevistados o Desembargador Federal Nino Toldo e a assessoria, Denis (assessor) e Leandro (chefe de gabinete), em 22/6/2020.

O gabinete tem competência criminal, mas, como os demais integrantes do Colegiado (11ª Turma), também acumula competência cível para feitos remanescentes, que não foram redistribuídos quando instituída a especialização em matéria penal e criada a 4ª Seção do Tribunal. Conta com 17 servidores (uma vaga em aberto) e três estagiários; os dois agentes de segurança também auxiliam nas tarefas administrativas, recebimento e remessa de processos físicos, e triagem, e uma servidora está deslocada das atividades do gabinete, assessorando o desembargador federal na Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais do TRF3 (GACO).

Em razão do grande acervo inicial, nos anos de 2014 e 2015, a equipe deu maior ênfase aos processos cíveis, hoje reduzidos a aproximadamente 160 processos, todos físicos, com exceção de três digitalizados; a partir de 2016, além de outros controles de prioridades, adotou como meta fixa para os feitos criminais julgar mais do que a distribuição; e atualmente, o gabinete mantém três critérios fixos de prioridades: réus presos, prescrição, e antiguidade. A previsão do gabinete para o primeiro semestre de 2020 era o julgamento de grande número de embargos de declaração em matéria cível, muitos com pedido de efeitos infringentes, mas a suspensão das atividades presenciais acabou prejudicando esse planejamento.

A organização do gabinete começa com a utilização de uma ferramenta própria para controle de andamento processual, desenvolvida por servidores com base em planilha *access* – que já havia sido usada pelo desembargador federal no controle de execuções penais na vara de origem –, na qual são lançados todos os dados relevantes de cada processo, permitindo o levantamento de dados e estatísticas pela própria unidade, além de otimizar sobremaneira a identificação do acervo e o controle da atividade fim do gabinete.

Um servidor, auxiliado pelos agentes de segurança e estagiários, cuida da parte administrativa da unidade (e-mails, documentos, frequência, pedidos de material etc.) e faz a triagem dos processos, que consiste na verificação de prevenção, despachos de instrução (com supervisão do assessor), identificação da matéria, tipo de processo, prioridades legais e metas do CNJ na capa dos autos físicos ou por etiquetas no PJe, e localização dos autos em armários ou localizadores eletrônicos, conforme o assunto. As informações de cada processo são catalogadas em planilha *excel* para controle da prescrição e outros dados, com o auxílio de um dos agentes de segurança que faz a digitação. Os habeas corpus, recursos criminais em sentido estrito, conflitos de competência e agravos em execução penal são triados por outro servidor, e os embargos de declaração e agravos internos são repassados diretamente a quem minutou o voto ou decisão.

Após a triagem e inclusão dos dados na planilha *access*, os processos são repassados à equipe pelo assessor, com base nos indicadores de prioridades, com distribuição mensal de 13 feitos por servidor, de acordo com o assunto ou tipo de processo, seguindo a organização interna definida pelo assessor e chefe de gabinete. Dois servidores elaboram todos os habeas corpus (às vezes auxiliados pelo assessor e chefe de gabinete); um servidor cuida dos feitos cíveis; um servidor trabalha com processos de tráfico, moeda falsa e contrabando/descaminho; uma servidora cuida dos processos mais complexos da competência da Turma, dos embargos infringentes e parte das revisões criminais (os demais feitos da seção criminal são de responsabilidade do assessor e chefe de gabinete); e o restante do acervo e as medidas de urgência são distribuídos à equipe de acordo com o assunto, sendo que os processos mais complexos, geralmente, são analisados pelos servidores com mais experiência.

Assim como outras atividades, a revisão de pauta, o acompanhamento das sessões e a elaboração de votos-vista ou divergentes é dividida entre o assessor e o chefe de gabinete, auxiliados, quando necessário, pelos servidores mais experientes da equipe, e ambos, sob a orientação do desembargador federal, gerenciam o trabalho, mantêm atualizados os modelos de minutas e fazem o controle de processos e produtividade, determinando qual a estratégia a ser adotada pela equipe, conforme a situação do acervo e as demandas do gabinete, a fim de atender às prioridades da unidade – réus presos, prescrição, e antiguidade – e reduzir o acervo.

A atividade-fim é executada pelos servidores de acordo com a distribuição mensal do assessor e a organização dos processos em armários ou localizadores conforme a matéria, especialização ou tipo de processo, sempre observando os critérios prioritários definidos (processos com réus presos, prescrição e antiguidade), e a conferência de todas as minutas é feita direta e pessoalmente pelo desembargador federal; há metas individuais, variáveis e flexibilizadas conforme a complexidade dos feitos, e também metas coletivas, como mutirões pontuais (já zeraram moeda falsa, por exemplo), de modo a equilibrar e atender também a antiguidade do acervo, processos com réus presos e casos mais complexos que demandam mais tempo; a unidade faz uso de decisões terminativas monocráticas sempre que possível, e de modelos e “textos-base” do sistema GEDPRO, com formato e conteúdo já aprovados pelo desembargador federal, mediante consulta no próprio sistema GEDPRO, cuja pesquisa é rápida e organizada; e adota como prioridade, embora nem sempre possível, a apresentação de votos-vista em, no máximo, duas sessões a partir do recebimento dos autos, ressaltando-se que, em alguns casos, há demora na remessa do processo.

A unidade já utilizava o sistema de teletrabalho, e antes da pandemia eram seis servidores nessa modalidade, com metas individuais de 15 processos ao mês por servidor, também flexibilizadas de acordo com a complexidade dos feitos. A partir da suspensão das atividades ordinárias presenciais, todos estão trabalhando remotamente; a digitalização de autos físicos está prevista para a segunda quinzena de agosto, mas como a data ainda não foi formalizada, os próprios servidores têm se deslocado até o Tribunal, uma vez por mês, para buscar os processos.

A conciliação é estimulada, principalmente nos processos cíveis da Caixa Econômica Federal; a unidade não adota política de recompensas; possui dos feitos sobrestados, aguardando decisão do STF (uma ação rescisória em matéria tributária e um processo criminal relativo à utilização de provas); e a capacitação dos servidores é estimulada pelo desembargador federal, que incentiva a participação em cursos, quando oferecidos.

Mesmo durante a suspensão das atividades presenciais em razão da pandemia, a unidade vem mantendo o trabalho e a comunicação normalmente, utilizando todas as ferramentas disponíveis para a interação da equipe, elucidação de dúvidas e continuidade das atividades do gabinete, tais como o acesso remoto à máquina virtual,

e-mails, aplicativos de mensagens em grupo (*WhatsApp*), telefonemas e videochamadas, e o atendimento aos advogados na véspera das sessões tem sido feito presencialmente pelo assessor.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas pela unidade foram destacadas: a) a composição do Colegiado com apenas três magistrados, o que compromete o andamento dos feitos nos casos de suspeição, impedimento ou ausência justificada; b) as dificuldades na geração de estatísticas e obtenção de dados diretamente nos sistemas do Tribunal, compartilhadas inclusive pelo setor de TI do Tribunal – a inconsistência das informações obtidas, geralmente incompletas, contraditórias e insuficientes, e a constante alternância de critérios para pesquisa; c) as limitações do PJe, que apresenta uma série de problemas e inconsistências; duplicidade de ementas (a mais grave atualmente), impossibilidade de aditamento de pauta, impossibilidade de cada magistrado assinar seu próprio voto (a assinatura é feita ‘*em combo*’, somente pelo relator ou relator para o acórdão, para todos os documentos), dentre outras; d) as limitações do editor de textos do PJe, que já acarretaram a perda de diversos documentos, razão pela qual criam todos os documentos no *Word*, ou no GEDPRO por acesso remoto à máquina virtual, quando possível, para posterior “colagem” no PJe; e e) a dificuldade de preencher vagas de servidor e estagiários durante a pandemia. O Desembargador Federal, consignou, ainda, especial preocupação com o sistema de ponto eletrônico recentemente implementado na Corte, cuja flexibilização de acordo com cada gabinete, já reportada à Presidência, reputa extremamente necessária, sob pena de comprometer o fluxo ideal dos trabalhos até então existente.

Todos os processos listados pelo CJF foram inspecionados – com exceção dos que se encontravam em unidade diversa, listados no relatório final – e as pendências existentes foram apontadas na ficha de inspeção, recomendando-se a análise dos apontamentos lançados, mas também a manutenção dos métodos de trabalho e das metas prioritárias (réus presos, prescrição, e antiguidade), merecendo destaque a otimização dos agentes de segurança, por também auxiliarem nas atividades do gabinete, e o espírito de colaboração e comprometimento da equipe, cuja dedicação e empenho foram fortemente sublinhados pelo desembargador federal, e cujos resultados, gestão responsável do acervo e planejamento com metas factíveis para o gabinete, merecem elogios, além de especial menção à criação, pela unidade, de ferramenta própria utilizada para o controle processual.

A título de colaboração, sugere-se que os problemas relativos ao PJe sejam discutidos entre os órgãos do Colegiado, compilados e reportados à Presidência e ao setor de TI para aprimoramento e correções.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve expressiva diminuição do montante de processos conclusos (de 2.527 a 1.675), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 2.003 feitos (2.929 em relação à inspeção anterior), e, no mês anterior à inspeção, eram 1.675 (2.527 em relação à inspeção anterior).

Verifica-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 149, na última inspeção, para 114, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção, o que ainda é um número elevado.

Percebe-se, então, que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio gasto no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 40 meses, enquanto que o tempo médio, na 4ª Seção, equivale a 22 meses. Trata-se de indicador que deve ser aperfeiçoado, sendo a média mais elevada dentre os gabinetes que compõem a seção.

Em relação aos processos da última inspeção, constatou-se que o Processo 0002088-62.1999.4.03.6002 foi incluído na pauta da sessão de 23/7/2020, não havendo outras pendências.

14. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 11, dando preferência aos processos referentes a réu preso e à Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça, notadamente os Processos n. 0005630-56.2002.4.03.6108 (Meta 2 de 2014), 0015942-37.2002.4.03.6126 (Meta 2 de 2016), 0019367-43.2008.4.03.6100 (Meta 2 de 2016) e 0000955-67.2008.4.03.6002 (Meta 2 de 2018) e outros dois identificados na Meta Específica 2 de 2019 (ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distribuídas até 31/12/2016);

b) avaliar medidas de aperfeiçoamento na triagem, para aferição da competência em tempo mais breve, tendo em vista a declinação de competência de processos distribuídos no ano de 2013;

c) tendo em vista os resultados positivos atingidos com a redução do acervo e do controle de prescrição e de réus presos, recomenda-se que essas estratégias de tratamento prioritário sejam mantidas e acrescentadas de priorização dos processos antigos – especialmente os processos distribuídos antes da modificação da competência

do gabinete, ocorrida há seis anos (2014) –, relativos às metas do CNJ, notadamente à Meta 2, e incidentes que impactam na jurisdição de 1º grau;

d) observar os termos da Resolução n. 88/2017, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, para os processos físicos que aportarem no Tribunal, tendo em vista que o referido ato normativo, alterado pela Resolução n. 265/2019, estabeleceu a data de 5/8/2019 como limite para o seu cumprimento quanto a ações e recursos de competência criminal; e

e) manter os métodos de trabalho que se mostraram convergentes com as necessidades, como já constatado no relatório do item 12, sempre objetivando a redução e a qualificação do acervo, alcançando maior celeridade na resolução das demandas.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 11ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ LUNARDELLI

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal José Lunardelli

2.2 Turma

11ª Turma

2.3 Competência

Criminal e residual cível

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal José Lunardelli

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não.

3.4 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Alexandros Pereira Christopoulos – assessor.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	18
Estagiários de nível superior	3

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	642
Processos suspensos/sobrestados	11
Processos conclusos	148

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete - excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	642
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	539
Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	148
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	276
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	11
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	8

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o Tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos ao magistrados, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, Turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer,	Prejudicada
Produtividade no período do mutirão, turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Prejudicada
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior).	Prejudicada

Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	1
Ações rescisórias	1

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	44
Recursos em ações com preferência legal	1
Outros	43

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	44
Apelações cíveis	28
Agravos de instrumento	15
Outros	1

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	108
Inquéritos	6
Habeas corpus	72
Revisões criminais	17
Outros	13

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	489
Apelações	537
Recursos em sentido estrito	17
Embargos infringentes e de nulidade	13
Outros	4

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	125

Apelações	54
Habeas corpus	51
Outros	20

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	1
Por Recurso Extraordinário	1

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	13
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	9
Agravos legais/regimentais	2

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluso há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado.	1

4.13. Processos conclusos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos conclusos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	4	17	1
Distribuídos em 2014	4	4	3
Distribuídos em 2015	4	1	1
Distribuídos em 2016	8	5	2
Distribuídos em 2017	65	12	4
Distribuídos em 2018	110	87	11
Distribuídos em 2019	-	145	53
Distribuídos em 2020	-	-	72
Total	195	271	147

4.14 Processos conclusos de outros gabinetes	
Processos conclusos para voto-vista	2

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	12
Total como relator para o acórdão	7

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	903
Total de processos julgados	1.396
Total de processos baixados	770
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-493
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	133

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	135
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	24
Total de feitos não regularizados	0

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	
Processos distribuídos no ano corrente	250
Processos julgados no ano corrente	240
Processos distribuídos no ano anterior	855
Processos julgados no ano anterior	900

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014	
Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	8
Porcentagem de atendimento da meta	99,41%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	10
Porcentagem de atendimento da meta	118,60%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	700
Pendentes no último dia do mês anterior	11
Porcentagem de atendimento da meta	98,57%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	281
Pendentes no último dia do mês anterior	6
Porcentagem de atendimento da meta	114,60%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes em 31/12/2019	1
Porcentagem de atendimento da meta	168,54%

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	21
Pendentes no último dia do mês anterior	1
Porcentagem de atendimento da meta	116,88%

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	0
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	0
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	0
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	0

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0

Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	0

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Processos distribuídos no ano anterior	855
Processos baixados no ano anterior	dado não disponível
Processos julgados no ano anterior	881
Processos distribuídos no ano corrente	259
Processos baixados no ano corrente	não disponível
Processos julgados no ano corrente	236

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar, até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	0
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	dados não fornecidos pelo setor de estatística
Pendentes no último dia do mês anterior	dados não fornecidos pelo setor de estatística
Porcentagem de atendimento da meta	dados não fornecidos pelo setor de estatística

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019

Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	dados não fornecidos pelo setor de estatística
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	dados não fornecidos pelo setor de estatística

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim. 1 - Julgar em 60 dias a Revisão Criminal n. 00036218720174030000; 2 - Manter a qualidade de gestão processual desenvolvida na unidade; 3 - Manter o método de trabalho.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

A Revisão Criminal n. 00036218720174030000 foi julgada em sessão realizada em 18/10/2018 e transitou em julgado em 26/11/2018.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

A unidade tem percentuais superiores a 100% nas metas do CNJ, exceto na Meta 2-2019, relativa a processos de 2014, onde alcançou 99,41% e Meta 2-2020, referente a processos 2015. A estatística aponta que não foram apreciados oito processos. Contudo, são 2 (dois). O restante foi baixado, é da Vice-Presidência, ou não é do nosso acervo.

Esses dois processos são relativos ao mesmo caso (ação principal e agravo de instrumento), envolvendo Banco Auxiliar e, até dez/2019, Banco Central, agora sucedido pela União, por força de medida provisória. É um processo que envolve cifras elevadas e foi objeto de sucessivos pedidos de suspensão pois havia a tratativa de acordo que envolveu sucessivos governos, diretorias do Bacen e AGU. A previsão é que encontre uma solução neste ano.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

O gabinete, atualmente, julga o que é distribuído. Não há acúmulo de processos. Há alguns processos físicos, o que dificultou um pouco na atual situação de afastamento e obrigou a digitalização de alguns feitos pelo próprio gabinete. A separação de trabalho é feita por matéria e os habeas corpus são apreciados por todos os servidores e distribuídos sequencialmente, pela ordem de chegada. Uma servidora é responsável pela análise de ações cíveis, que retornam com determinação das Cortes superiores ou da Vice-Presidência, de retratação em razão de recursos repetitivos, o que impede o gabinete de finalizar o acervo cível, competência que não tem desde de 2014. Considerando que não há mais processos pendentes, o controle de produtividade é feito somente em relação àqueles processos que estão sob a responsabilidade de cada servidor(a).

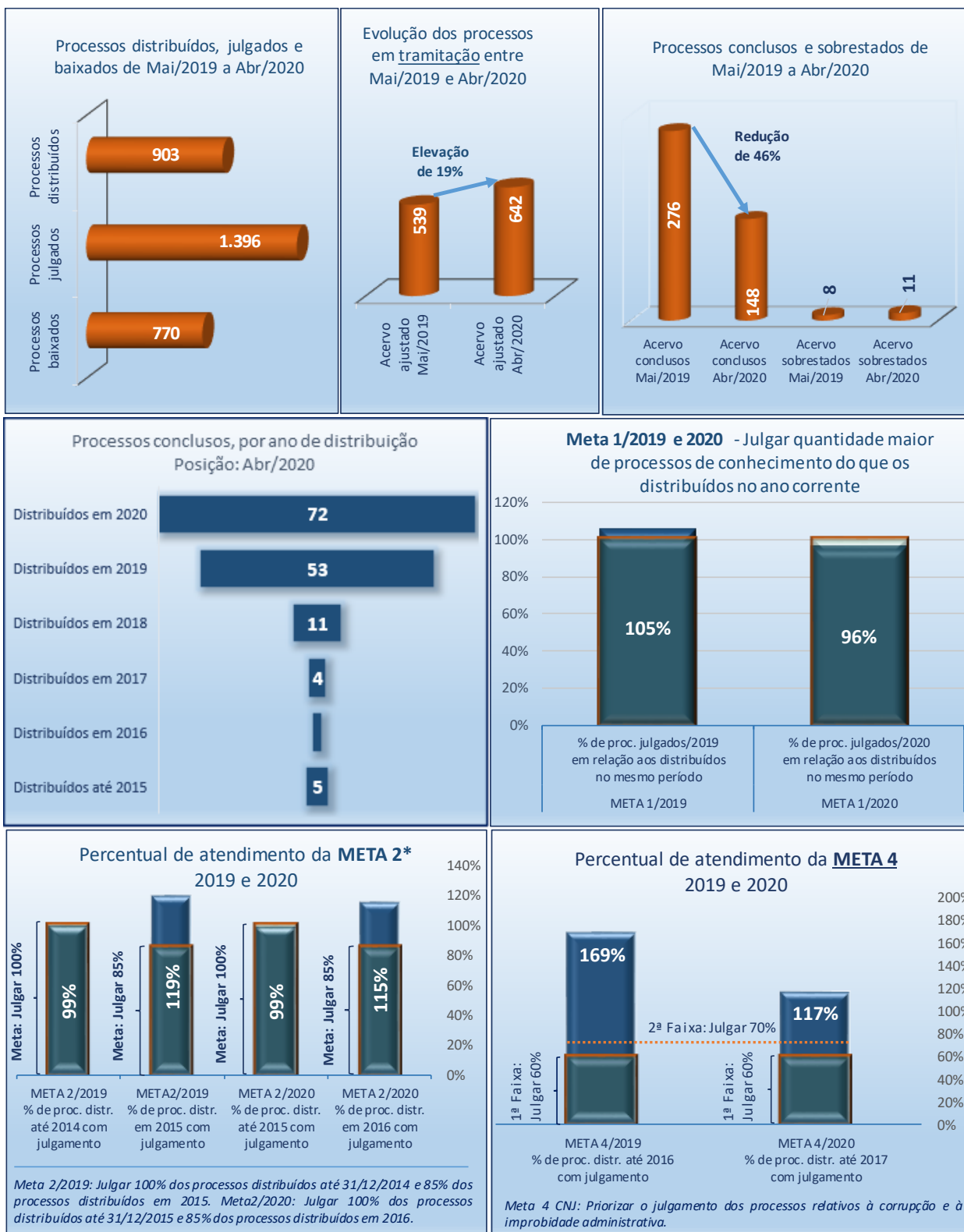
9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

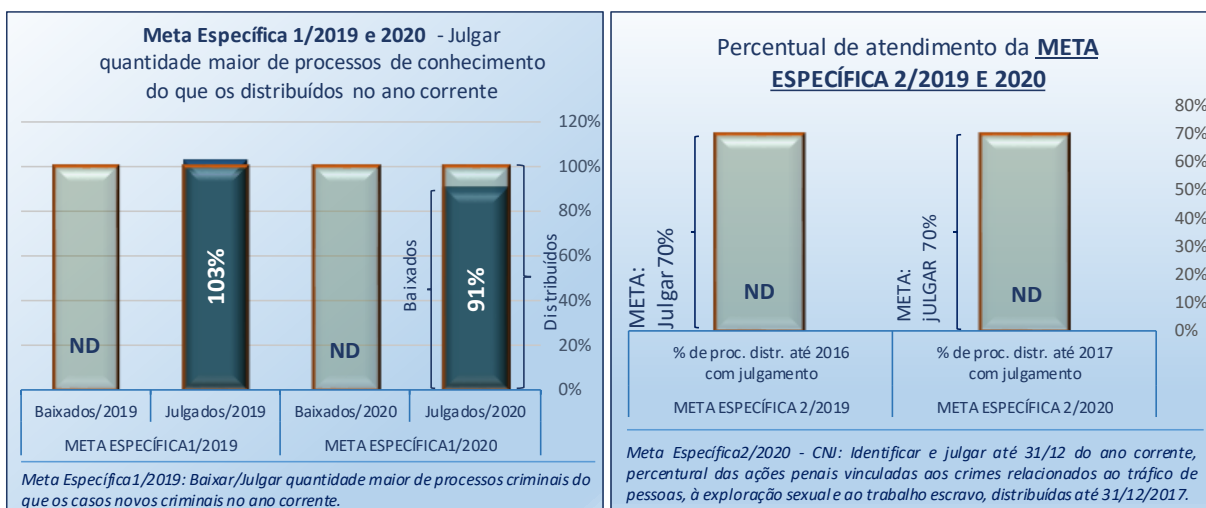
Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
00097490620104036100	5/5/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo é da Vice-Presidência desde 2011.		
50295690920184030000	23/11/2018	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico julgado em 30/9/2019. Houve oposição de embargos de declaração em razão da ausência do voto vencido. Processo encaminhado ao gabinete do Desembargador Maurício Kato para juntada de voto divergente, em 16/1/2020.		
50295812320184030000	23/11/2018	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Processo eletrônico julgado em 30/9/2019. Houve oposição de embargos de declaração em razão da ausência do voto vencido. Processo encaminhado ao gabinete do Desembargador Maurício Kato para juntada de voto divergente, em 16/1/2020.		
00000430620184036007	26/6/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: processo físico distribuído ao gabinete em 16/7/2019. Minuta de voto pronta. Pauta provável: 25/6/2020.		
00009196420184036005	2/8/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo físico. Há informação de prevenção nos autos. Nessa data, o gabinete está providenciando o envio dos autos ao gabinete do Desembargador Federal Nino Toldo, para consulta de prevenção.		
00022884120044036181	8/2/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo físico. Minuta de voto pronta. Entretanto, a Turma é composta por três desembargadores e um deles está impedido. Aguardando convocação de outro desembargador para compor o julgamento, o que deve ser feito pelo presidente da Turma, do Desembargador Federal Nino Toldo.		

00113572220134036104	11/9/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo físico. Foi julgado em 23/4/2019. O voto do relator restou vencido pelo apresentado pelo do Desembargador Federal Fausto de Sanctis, relator para acórdão. Foram opostos embargos de declaração e compete ao referido desembargador levar a julgamento os referidos embargos.		
00063992620054036119	18/12/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo físico. Embargos de declaração apresentados na sessão de 23/4/2020. Houve pedido de vista por parte do do Desembargador Federal Nino Toldo		
00021074420134036110	6/3/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo físico. Previsão de julgamento dos embargos de declaração: 28/5/2020.		
0051397-40.2004.4.03.0000	2/7/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com baixa definitiva em 28/7/2005.		
0036556-40.2004.4.03.0000	2/7/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com baixa definitiva há mais de dezenove anos, mais precisamente em 29/12/2005.		
0012813-04.2008.4.03.6000	28/2/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico que retornou do STJ, em 12/3/2020, para nova análise de embargos de declaração. Pautado para julgamento em 28/5/2020.		
0010296-31.2009.4.03.6181	10/4/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo físico. minuta de voto pronta. Previsão de julgamento: 25/6/2020.		
0000043-06.2018.4.03.6007	26/6/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo físico distribuído ao gabinete em 16/7/2019. Minuta de voto pronta. Pauta provável: 25/6/2020.		
0004328-49.2011.4.03.6181	5/4/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo físico. Pautado para julgamento na sessão de 28/5/2020.		
0046534-07.2010.4.03.9999	26/8/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 1º/9/2015. Foi interposto Recurso Especial e, desde então, é de competência da Vice-Presidência desta Corte.		
0038980-79.2009.4.03.0000	5/3/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo físico e volumoso, distribuído ao Desembargador José Lunardelli, em 5/3/2018. Trata-se de caso complexo, envolvendo ex-juiz da Justiça Federal. A minuta está em fase final de elaboração e em breve será pautado para julgamento.		
5029909-16.2019.4.03.0000	18/11/2019	325 - Conflito de Jurisdição
Observação/Providência: Julgado em 4/5/2020. Acórdão publicado em 7/5/2020.		
0001907-02.2011.4.03.6112	11/9/2015	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Processo físico distribuído em 8/5/2019. Julgado em 21/11/2019. Embargos de declaração julgados em 30/4/2020. Acórdão disponibilizado em 8/5/2020.		

0006302-95.2010.4.03.6104	22/2/2012	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo físico. Recebido da Vice-Presidência em 24/1/2020 para juízo de retratação. Pautado para julgamento em 4/6/2020.		
0020264-86.1999.4.03.6100	4/12/2008	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo físico recebido em 28/5/2019, para juízo de retratação. Julgado em 10/10/2019. Embargos declaratórios opostos e julgados em 23/4/2020. Acórdão disponibilizado em 7/5/2020.		
0008475-51.2008.4.03.6108	18/7/2018	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Processo físico. Minuta de voto pronta. Processo pautado para sessão de 21/5/2020. Terá de ser adiado, pois houve renúncia do advogado da parte nessa data.		
0005150-51.2011.4.03.6112	11/1/2017	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Processo físico julgado em 21/11/2019. Embargos de declaração julgados em 30/4/2020. Acórdão disponibilizado em 8/5/2020.		
0008022-55.2013.4.03.6181	3/9/2014	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Processo físico julgado em 17/10/2019. Embargos de declaração julgados em 19/12/2019. Novos embargos de declaração julgados em 30/4/2020. Acórdão disponibilizado em 8/5/2020.		
0005616-66.2010.4.03.6181	8/6/2016	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Processo físico apresentado em sessão de 18/7/2019. Houve pedido de vista pelo Desembargador Federal Fausto de Sanctis, que o levou seu voto em 30/4/2020. Acórdão disponibilizado em 8/5/2020.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 25 processos selecionados, 19 foram inspecionados. Destes, 16 físicos e três eletrônicos.

Em relação aos demais processos da listagem, o Processo n. 0000043-06.2018.4.03.600 constou em duplicidade e outros cinco processos não foram inspecionados porque não se encontravam na unidade, os quais serão listados ao final deste tópico.

Os autos físicos foram inspecionados exclusivamente por meio de consulta à movimentação processual, sendo que, em relação aos Processos n. 0001907-02.2011.4.03.6112, 0005150-51.2011.4.03.6112, 0005616-66.2010.4.03.6181 e 0008022-55.2013.4.03.6181, que tramitam com sigilo, a inspeção foi realizada por meio do extrato processual fornecido à equipe inspecionadora pela unidade.

A fim de viabilizar o registro uniforme dos trabalhos, foram considerados todos os movimentos processuais realizados e registrados no sistema processual até o dia 1º/7/2020, bem como os julgamentos ocorridos até o dia 10/7/2020.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema:

0036556-40.2004.4.03.0000	0051397-40.2004.4.03.0000
---------------------------	---------------------------

b) incluir em pauta em 10 dias, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias), assim que esgotado o prazo deferido à nova defesa constituída de acesso à íntegra do Processo 0008475-51.2008.4.03.6108.

c) remeter ao revisor para inclusão prioritária em pauta quando do retorno oficial às atividades presenciais: 0038980-79.2009.4.03.0000.

Os cinco processos que não foram inspecionados por não se encontrarem na unidade são os seguintes:

0009749-06.2010.4.03.6100	Localizado na Vice-Presidência
0011357-22.2013.4.03.6104	Concluso com embargos de declaração no gabinete do relator o acórdão
0036556-40.2004.4.03.0000	Agravo de instrumento com baixa nos anos de 2005 e 2011
0046534-07.2010.4.03.9999	Localizado na Vice-Presidência após digitalização PJe
0051397-40.2004.4.03.0000	Agravo de instrumento com base no ano de 2005

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Entrevistados o Desembargador Federal José Lunardelli e os assessores Alexandros (assessor) e Vivian (assessora 02 – FC-06), no dia 24/6/2020.

O gabinete tem competência criminal, mas, como os demais integrantes do Colegiado (11ª Turma), também acumula competência cível para feitos remanescentes, que não foram redistribuídos quando instituída a especialização em matéria penal e criada a 4ª Seção do Tribunal. Conta com 18 servidores e três estagiários (duas vagas em aberto, por opção, em razão da falta de demanda), sendo que um dos agentes de segurança, bacharel em Direito, atua nas tarefas administrativas de recebimento e remessa de processos físicos, faz a triagem dos processos, inclusive os eletrônicos e auxilia a chefe de gabinete quando necessário.

O gabinete está em dia e não tem processos sem movimentação; atualmente julga o que é distribuído em matéria penal e só recebe processos cíveis que retornam para retratação ou por decisão de instâncias superiores, situação que libera a assessoria do controle de critérios prioritários como prescrição, réus presos ou metas do CNJ, bem como daqueles que tratam das dificuldades estatísticas do PJe; e é dividido por áreas de especialização, nas quais o servidor encarregado é responsável por todos os feitos relacionados à matéria, de competência da Turma ou da Seção, inclusive despachos de instrução e medidas urgentes.

A organização do gabinete começa com a triagem dos processos, feita pelo agente de segurança com formação em Direito, que identifica a matéria e tipo de processo na capa dos autos físicos ou etiquetas no PJe e distribuiu os feitos diretamente ao servidor responsável, conforme a área de especialização.

Uma servidora cuida de todos os feitos cíveis; todos os servidores (exceto a assessoria) trabalham com os habeas corpus, distribuídos em sistema de rodízio e por ordem de chegada, um para cada servidor. Exceto os relativos às grandes operações, são todos analisados pelo servidor que recebeu o primeiro caso. Dois servidores e a chefe de gabinete cuidam dos processos diversos e dos feitos sensíveis; o restante do acervo criminal é distribuído à equipe de acordo com a especialização. Os embargos de

declaração e agravos internos são repassados diretamente a quem minutou o voto ou decisão.

Toda a revisão de pauta, incluindo eventuais despachos, é realizada pela chefe de gabinete e assessora 02, valendo-se do auxílio dos especialistas, quando necessário. O assessor cuida da parte administrativa da unidade (e-mails, documentos, frequência, pedidos de material etc.), e das condições de trabalho da equipe, com acompanhamento individual no caso de eventuais dificuldades que possam repercutir no resultado coletivo. Os três integrantes da assessoria dividem a organização e gestão dos trabalhos do gabinete, sempre sob a orientação do desembargador federal.

A atividade-fim é executada pelos servidores de acordo com a especialização em cada matéria e pela ordem de chegada; todo o trabalho é desenvolvido no Word, a conferência das minutas – previamente alinhadas quanto à forma e conteúdo – é feita pelo desembargador federal, e, após aprovação, são inseridas no PJe. O gabinete nunca trabalhou com metas individuais, baseando-se no comprometimento e responsabilidade de cada membro da equipe, método que sempre se revelou muito eficaz, comprovado pelos resultados obtidos; a unidade faz uso de decisões terminativas monocráticas sempre que possível, inclusive em habeas corpus; faz uso sistemático de modelos (de praticamente todos os assuntos), indexados pela ementa e organizados pelo assessor em pasta própria na rede do gabinete, que avisa a equipe quando há novidade ou alteração de entendimento; e adota como prioridade a apresentação de votos-vista na sessão seguinte, ou, no máximo, em duas sessões, sempre apresentando o feito em mesa.

A unidade já utilizava o sistema de teletrabalho e, antes da pandemia, eram cinco servidores nessa modalidade, que realizavam atividades presenciais uma vez por semana. Assim como os servidores que trabalham presencialmente, não tinham meta de produtividade definida, exceto um habeas corpus a mais para os servidores de teletrabalho, seguindo o sistema de rodízio da distribuição. A partir da suspensão das atividades ordinárias presenciais, todos estão trabalhando remotamente, com exceção do assessor, que tem ido ao gabinete quase todos os dias e digitalizou os poucos processos físicos existentes, disponibilizando-os na rede da unidade para acesso remoto pelos colegas. Houve aumento na produtividade, o que pode motivar aumento dessa modalidade de trabalho quando retomadas as atividades ordinárias.

Não há demanda processual para conciliação nem processos sobrestados. A unidade adota política de recompensas (sistema de rodízio de folgas, com “pontes” em feriados; rodízio de duas FCs 04 para os servidores que recebem FC 03; flexibilização de horário, sempre que necessário, dentre outras), o que gera e alimenta a harmonia da equipe e o comprometimento especial de todos. A capacitação dos servidores é fortemente estimulada pelo desembargador federal, que já implementou iniciativas próprias nesse sentido, a par das oferecidas pelo Tribunal.

Mesmo durante a suspensão das atividades presenciais em razão da pandemia, a unidade vem mantendo o trabalho (com aumento da produtividade) e a comunicação normalmente, utilizando todas as ferramentas disponíveis para a interação da equipe, elucidação de dúvidas e continuidade das atividades do gabinete, tais como o acesso remoto à máquina virtual, e-mails e aplicativos de mensagens em grupo (*WhatsApp*).

Dentre as principais dificuldades enfrentadas pela unidade destacaram-se: a) as dificuldades do PJe, que apresenta uma série de problemas e inconsistências, tais como: duplicidade de ementas; injustificada duplicação de feitos; não permite despacho de retirada de pauta; precário sistema de pesquisa de documentos, que praticamente inviabiliza a atividade no PJe, dentre outros, além da dificuldade e demora para as respectivas soluções, situação que, mesmo com colaboração da equipe de TI do Tribunal, compromete o regular andamento dos trabalhos do gabinete; b) as limitações do editor de textos do PJe, com recorrente perda de documentos, na totalidade ou em partes, impossibilidade de utilização de imagens ou tabelas, razão pela qual todos os documentos são criados no Word para posterior “colagem” no PJe; c) as dificuldades na geração de estatísticas e obtenção de dados, e a falta de um sistema mais estável de controle, com critérios mais estáveis, pois a cada levantamento, sem razão aparente, processos já baixados, arquivados, de outro relator ou devolvidos à origem reaparecem no acervo, demandando tempo e tarefas de busca pelo gabinete até serem identificados como erro estatístico.

Todos os processos listados pelo CJF foram inspecionados – com exceção dos que estavam em outra unidade, elencados no relatório final – e as pendências existentes foram apontadas na ficha de inspeção, recomendando-se a análise dos apontamentos lançados, mas também a manutenção dos métodos de trabalho, merecendo especial destaque a organização da unidade e a gestão da equipe, com participação direta do desembargador federal, no sentido de criar e manter um ambiente de confiança mútua e extrema dedicação e comprometimento dos servidores, cujos resultados, gestão responsável do acervo e planejamento com metas factíveis para o gabinete, merecem elogios.

A título de colaboração, sugere-se que os problemas relativos ao PJe sejam discutidos entre os órgãos do Colegiado, compilados e reportados à Presidência e ao setor de TI para aprimoramento e correções, o mesmo ocorrendo no tocante aos sistemas de estatística e levantamento de dados.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve diminuição do montante de processos conclusos (de 187 a 148), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 276 feitos (152 em relação

à inspeção anterior), e, no mês anterior à inspeção, eram 148 (187 em relação à inspeção anterior).

Verifica-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 30, na última inspeção, para 13, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio gasto pelo gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de seis meses, enquanto que o tempo médio, na 4ª Seção, equivale a 22 meses. Trata-se de indicador que merece destaque, sendo a segunda melhor média da seção.

Importa considerar que o gabinete, a par de atingir a Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça, uma das metas que exigem mais ritmo e equilíbrio do gabinete, verificou apenas dois processos distribuídos até 21/12/2014 identificados como relacionados à Meta 2 de 2019 do CNJ, os quais são feitos conexos que se mantiveram sem julgamento por conta de ações convergentes com uma terceira meta nacional do CNJ, a de estimular a conciliação (Meta 3 do CNJ), o que indica o amplo engajamento nas propostas institucionais.

14. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 11;
- b) manter os métodos de trabalho de sucesso, como já constatado no relatório do item 12.

GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 11ª TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL FAUSTO DE SANCTIS

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete do Desembargador Federal Fausto De Sanctis

2.2 Turma

11ª Turma

2.3 Competência

Criminal

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado lotado no órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Fausto De Sanctis

3.2 Houve remoção do magistrado nos últimos dois anos? Em caso positivo, informar a data da remoção, a origem/destino (Turma), o acervo assumido e deixado na origem e o acervo assumido no destino?

Não.

3.3 Outros magistrados responsáveis pelo órgão, por período superior a 60 dias, nos últimos 12 meses (nome e período)?

Não houve outros magistrados responsáveis pelo órgão por período superior a 60 dias.

3.4 Servidores responsáveis pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

José Antonio Monteiro e Noêmia Maria Ferreira Fonseca, analistas judiciários.

3.5 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	1) José Antonio Monteiro - RF 3638; 2) Noêmia Maria Ferreira Fonseca - RF 2877; 3) Tatyane Costa - RF 3718; 4) Danilo Moysés Elian - RF 4003; 5) Denise Toscano - RF 3390; 6) Fernando Capello Calazans - RF 3844; 7) Maísa Martins de Siqueira - RF 1567; 8) Cláudia Pires Matsuo Dias da Silva - RF 3405; 9) Valéria Gouvea Fernandes - RF 1783; 10) Angélica Rodrigues Macedo - RF 2920; 11) Carlos Henrique Massena Naso - RF 4013; 12) Telma Cristina Alves Cividanes - RF 2847; 13) Fernanda Bortoletto Martinatti - RF 3924; 14) Luiz Felipe Silva Bento - RF 3847; 15) Marcela Gradella Dênis - RF 3067; 16) Roberta Cristina Ligório - RF 2770; 17) Ricardo Jeferson Fonseca Justino - RF 4115; 18) Walmor da Silva Prado Moreira - RF 1414
Estagiários de nível superior	1) Bianca dos Santos Souza; 2) Joshuah Alves Nylander; 3) Guilherme Silva Possar; 4) Mariana Riveira Gasquez Rufino; 5) Tereza Ferro Carvalho Rodrigues.

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Distribuição geral do acervo do gabinete*	
Total em tramitação**	1.742
Processos suspensos/sobrestados	9
Processos conclusos	1.244
Processos no Núcleo Consensual para Resolução de Conflitos	0
Processos em mutirão, Turma suplementar	0

Notas: *Distribuição geral do acervo - corresponde aos processos em andamento no Tribunal vinculado ao gabinete, excluídos os suspensos e sobrestados.

**Total de processos em tramitação do gabinete – excluem-se aqueles encaminhados à Vice-Presidência, cujos dados serão demonstrados em relatórios próprios.

4.2 Evolução do acervo nos últimos doze meses	
Acervo ajustado no TRF* (ao final do mês anterior)	1.742
Acervo ajustado no TRF (ao início do 12º mês anterior)	1.809

Acervo de conclusos no gabinete (ao final do mês anterior)	1.244
Acervo de conclusos no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	1.410
Acervo de sobrestados no gabinete (ao final do mês anterior)	9
Acervo de sobrestados no gabinete (ao início do 12º mês anterior)	3

*O acervo ajustado no TRF corresponde aos processos atribuídos ao relator, em tramitação, subtraídos os processos suspensos e sobrestados. Quando seu valor for menor que o acervo do gabinete em todo o tribunal, é sinal de que ainda restam processos a serem redistribuídos aos magistrados, ou, caso contrário, é indicativo de que o desembargador ainda possui processos de outra unidade, que já tenha atuado e atribuído ao seu nome.

4.3 Fatores externos atuantes na evolução do acervo	
Houve mutirão, turma suplementar ou qualquer outra forma de auxílio para julgamento de processos do gabinete? Informar se sim ou não.	Não
Houve critério objetivo para seleção dos processos para o mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio? Esclarecer.	Prejudicado
Produtividade no período do mutirão, Turma suplementar ou auxílio ao gabinete (informar número de processos julgados por desembargador e juiz).	Prejudicado
Indicar a evolução do acervo, antes e depois, da atuação do mutirão, Turma suplementar ou outra forma de auxílio: (informar n. na data anterior e n. na data posterior).	Prejudicado
Houve modificação da competência? Se sim, especificar.	Não
Houve redistribuição do acervo? Especificar totais (recebidos e enviados).	Não

4.4 Ações e incidentes originários cíveis	
Total de feitos originários cíveis	4
Mandados de segurança	0
IRDR	0
IAC	0
Arguição de inconstitucionalidade	0
Conflitos de competência	0
Reclamações	0
Ações rescisórias	4

4.5 Feitos recursais cíveis em tramitação	
Total de feitos recursais cíveis	21
Recursos em mandados de segurança coletivos	0

Recursos em ações populares	0
Recursos em ações de improbidade administrativa	0
Recursos em ações civis públicas	0
Recursos em ações de desapropriação	0
Recursos em ações com preferência legal	0
Outros	21

4.6 Feitos recursais em tramitação por classe	
Total de feitos	21
Apelações cíveis	19
Agravos de instrumento	2
Outros	0

4.7 Feitos originários criminais em tramitação	
Total de feitos originários criminais	138
Ações penais	0
Inquéritos	7
Habeas corpus	92
Revisões criminais	26
Outros	13

4.8 Feitos recursais criminais em tramitação por classe	
Total de feitos recursais criminais	1.579
Apelações	1.481
Recursos em sentido estrito	47
Recursos em habeas corpus	0
Recursos em mandado de segurança	0
Embargos infringentes e de nulidade	23
Outros	8

4.9 Feitos com réus presos em tramitação	
Total de feitos com réus presos	180
Apelações	87
Ações penais	0

Inquéritos	0
Habeas corpus	66
Outros	27

4.10 Processos sobrestados no gabinete	
Total de feitos	4
Por IRDR	0
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	0
Por Recurso Extraordinário	4

4.11 Processos com recursos internos para julgamento	
Embargos de declaração	11
Embargos de declaração com conclusão superior a 30 dias	11
Agravos legais/regimentais	3
Agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias	2
Recurso Extraordinário ou Especial (art. 1.030, inciso II, do CPC)	0
Recurso Extraordinário ou Especial com conclusão superior a 30 dias	0

4.12 Processos com tutela provisória pendente	
Concluído há mais de 10 dias com requerimento de tutela provisória não apreciado	4
Tutela provisória concedida pelo relator, por decisão unipessoal, há mais de 90 dias, e não submetidas ao exame do Colegiado	0

4.13. Processos concluídos no gabinete, por ano de distribuição, nos últimos três anos			
	Processos concluídos em:		
	Abril_2018	Abril_2019	Abril_2020
Distribuídos em 2013	285	148	21
Distribuídos em 2014	67	31	15
Distribuídos em 2015	136	57	42
Distribuídos em 2016	271	140	60
Distribuídos em 2017	504	316	173
Distribuídos em 2018	188	492	302
Distribuídos em 2019	-	226	491
Distribuídos em 2020	-	-	140
Total	1.451	1.410	1.244

4.14 Processos concluídos de outros gabinetes	
Processos concluídos para voto-vista	1
Processos concluídos para voto-vista há mais de 30 dias	1

4.15 Pendentes de lavraturas de acórdão	
Total como redator	4
Total como relator para o acórdão	5

4.16 Fluxo processual nos últimos 12 meses	
Total de processos distribuídos	928
Total de processos julgados*	1.449
Total de processos baixados	843
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos julgados)	-521
Fluxo ou saldo de processos (total de processos distribuídos - total de processos baixados)	85

4.17 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção anterior	92
Total de feitos verificados na inspeção anterior	78
Total de feitos não regularizados	39
Total de feitos não regularizados	4

5. METAS

5.1 META 1/CNJ – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Processos distribuídos no ano corrente	246
Processos julgados no ano corrente	261
Processos distribuídos no ano anterior	925
Processos julgados no ano anterior	1.006

5.2 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2014

Pendentes em 31/12/2014 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.825
Pendentes em 31/12/2019	35
Porcentagem de atendimento da meta	98,72%

5.3 META 2/2019 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2015 a 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	3.310
Pendentes em 31/12/2019	74
Porcentagem de atendimento da meta	115,02%

5.4 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos até 31/12/2015

Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	2.294
Pendentes no último dia do mês anterior	73
Porcentagem de atendimento da meta	96,86%

5.5 META 2/2020 CNJ – Julgar processos mais antigos distribuídos de 1º/1/2016 a 31/12/2016

Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	473
Pendentes no último dia do mês anterior	53
Porcentagem de atendimento da meta	104,27%

5.6 META 4/2019 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	-
Pendentes em 31/12/2019	98
Porcentagem de atendimento da meta	121,32%

5.7 META 4/2020 CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2017	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	516
Pendentes no último dia do mês anterior	220
Porcentagem de atendimento da meta	85,06%

5.8 META 5/CNJ – Impulsionar processos à execução	
Execuções não fiscais distribuídas no ano anterior	0
Execuções não fiscais baixadas no ano anterior	0
Execuções não fiscais distribuídas no ano corrente	0
Execuções não fiscais baixadas no ano corrente	0

5.9 META 6/2019 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015	
Pendentes em 31/12/2015 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	5
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.10 META 6/2020 CNJ – Priorizar o julgamento das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes no último dia do mês anterior	0
Porcentagem de atendimento da meta	100%

5.11 META ESPECÍFICA 1 – Baixar número maior de feitos criminais do que casos novos criminais no ano corrente/Julgar número maior de feitos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	
Processos distribuídos no ano corrente	246
Processos baixados no ano corrente	141
Processos distribuídos no ano anterior	923
Processos baixados no ano anterior	695
Processos julgados no ano anterior	882
Processos julgados no ano corrente	257

5.12 META ESPECÍFICA 2/2019 – Identificar e julgar até 31/12/2019, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo distrib. até 31/12/2016:	
Pendentes em 31/12/2016 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	1
Pendentes em 31/12/2019	0
Porcentagem de atendimento da meta	142,86%

5.13 META ESPECÍFICA 2/2020 – Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, percentual de ações penais vinculadas aos crimes de tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo	
Pendentes em 31/12/2017 - número de processos distribuídos no período de referência e não julgados	7
Pendentes no último dia do mês anterior	2
Porcentagem de atendimento da meta	102,04%

5.14 META 12/2020 CNJ – Identificar e impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019	
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes em 31/12/2019	0
Número de processos distribuídos no período de referência, pendentes no último dia do mês anterior	0

6. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

6.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

a) Julgar, no prazo de 90 dias, o mandado de segurança 00141986120164030000; b) julgar, no prazo de 90 dias, as apelações com réus presos - 00093242720064036000,

00003596020114036105, 00052354920114036108, 00004586820134036005, 00072981720144036181, 00014323720154036005, 00041517720154036106, 00118477020154036105 e 00167080220154036105; c) julgar o mais rápido possível as demais 134 apelações criminais relativas a réus presos.

6.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

a) O mandado de segurança 00141986120164030000 já foi julgado e atualmente encontra-se na Vice-Presidência em razão da interposição de recurso especial; b) os Processos 00093242720064036000, 00003596020114036105, 00052354920114036108, 00072981720144036181, 00014323720154036005, 00041517720154036106 e 00118477020154036105 já foram julgados e baixados à Primeira Instância, o Processo 00167080220154036105 já foi julgado e encontra-se na Vice-Presidência, tendo em vista a interposição de Recurso Especial; c) julgar o mais rápido possível as demais apelações criminais com réus presos. Após o equacionamento dos processos com prescrição iminente, foi dada prioridade ao julgamento dos processos com réus presos, cujas apelações, ainda não julgadas, montavam ao final de abril de 2020, de acordo com os dados do setor de estatística, 87 processos, o que representa uma decréscimo de 39% no número desses feitos.

6.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

1) O Processo 00004586820134036005 está sendo objeto de análise e deverá ser incluído em pauta de julgamento até o final do corrente mês. Trata-se de processo com algo grau de complexidade, com prazo prescricional distante (ano de 2026), que teve sua resolução postergada, tendo em vista a necessidade de julgamento de processos com prescrição próxima. 2) Em relação ao acervo de processos relativos a réus presos, já houve uma diminuição de 40% no número de feitos em tramitação. Foram destinados três servidores para a análise desses processos, que trabalham em regime de dedicação quase exclusiva, a fim de, ainda este ano, passarmos a trabalhar somente com a distribuição nesse setor. Não foi possível resolução mais célere, tendo em vista que ainda havia inúmeros processos com prescrição iminente, o que demandou trabalho em mutirão para o solucionamento dessa situação e hoje o gabinete trabalha com processos com prazo prescricional a partir do ano de 2021.

7. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

7.1 A unidade deixou de atender metas do CNJ no ano anterior? Em caso positivo, quais? Especificar as iniciativas planejadas para atender as metas correspondentes no ano em curso.

A unidade deixou de atender às metas 2/2019 CNJ (julgamento dos feitos distribuídos até 31/12/2014) e 2/2020 CNJ (julgamento dos feitos distribuídos até 31/12/2015), cujos índices de cumprimento ficaram, respectivamente, em 98,72% e 96,86%. Tendo em vista o equacionamento das questões mais prementes, visto que havia grande número

de processos com prescrição iminente, os processos que se enquadrarem nas metas mencionadas serão identificados e pautados para julgamento em até 90 dias.

8. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

8.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Os processos são encaminhados para cálculo prescricional logo após a distribuição e cadastrados em planilha do Excel. A data de prescrição constitui o fator prioritário para a ordem de cumprimento. Os processos com réus presos e demais feitos prioritários são distribuídos para servidores específicos, a fim de serem julgados de maneira mais célere. Os processos da 4ª Seção, os habeas corpus, os mandados de segurança e os recursos em sentido estrito tramitam sem atrasos. O gabinete conseguiu julgar todo o acervo residual cível, remanescendo apenas quatro ações rescisórias ainda pendentes de primeiro julgamento. Além disso, os feitos com prescrição para o ano de 2020 já foram analisados e serão julgados até o final do mês de junho do corrente ano. No ano de 2019, o gabinete se viu desfalcado de duas servidoras em razão de licença maternidade. Porém, atualmente o gabinete julga mais processos que os distribuídos, o que denota uma tendência de diminuição do acervo.

9. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
00079095620094036112	9/5/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo julgado em 30/1/2020.		
50068537220194036104	12/11/2019	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Providenciar análise do pedido de liminar ou antecipação de tutela em até 30 dias.		
00032615820124036102	6/5/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Apresentar em mesa para julgamento em até 30 dias.		
50085752320194030000	8/4/2019	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
50132251620194030000	27/5/2019	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
50047090720194030000	27/2/2019	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
00002182920174036138	15/7/2019	333 - Insanidade Mental do Acusado
Observação/Providência: Determinada a intimação em 6/9/2019 da curadora para constituição de novo defensor. Processo aguardando cumprimento da diligência.		

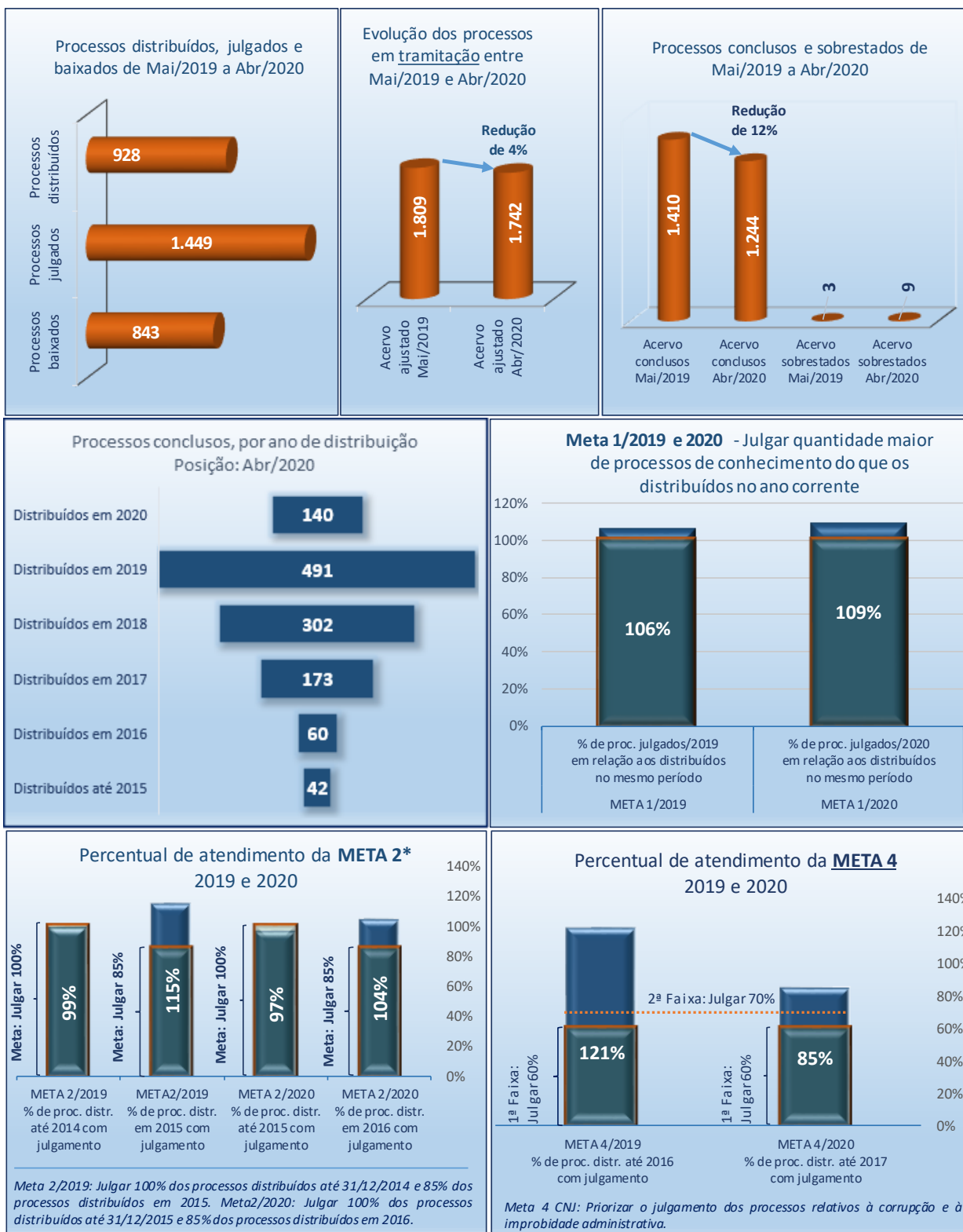
00045656220164036002	29/11/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
00121649720164036181	18/8/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
00011434720164036142	14/9/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo já minutado. Encaminhado para revisão para inclusão em pauta para julgamento.		
00144795920164036000	7/11/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
00004925020174036119	7/3/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo em análise, devendo ser pautado para julgamento em até 30 dias.		
00017059120174036119	16/2/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 60 dias.		
00011449420124036102	20/12/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
00017190520124036005	13/8/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
00035604520064036102	9/8/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Levar em mesa para julgamento em até 30 dias.		
00003101220184036125	19/3/2019	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Julgar os embargos de declaração no prazo de 30 dias.		
00075289620114036138	10/8/2016	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Levar em mesa para julgamento em até 30 dias.		
00001389420144036130	27/12/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Embargos de Declaração julgados em 23/4/2020.		
50259088520194030000	7/10/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Levar processo para julgamento em até 30 dias.		
00122734320184036181	29/1/2019	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Autos encaminhados em 29/1/2020 para o relator do acórdão para apreciação dos embargos de declaração.		
0000017-83.2009.4.03.6181	7/10/2013	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0000954-49.2004.4.03.6123	7/1/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo com análise ultimada. Será pautado para julgamento em até 30 dias.		
0006851-29.2006.4.03.6110	7/5/2013	417 - Apelação Criminal

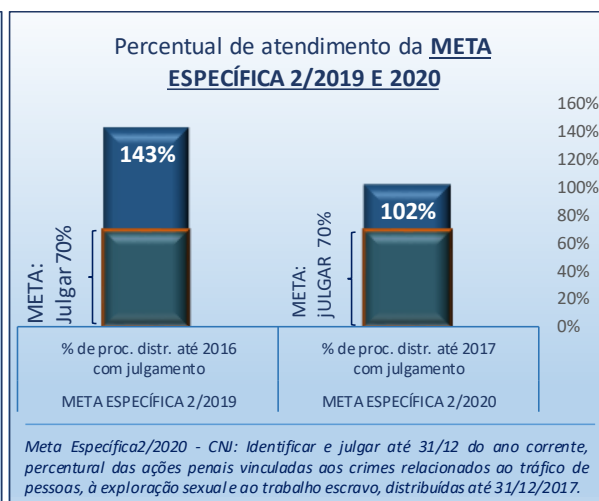
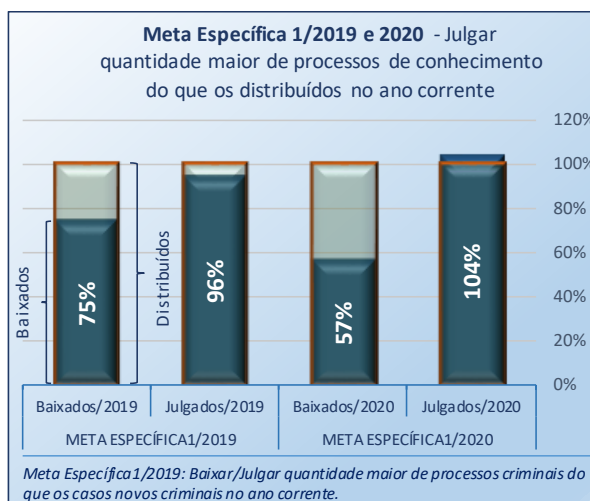
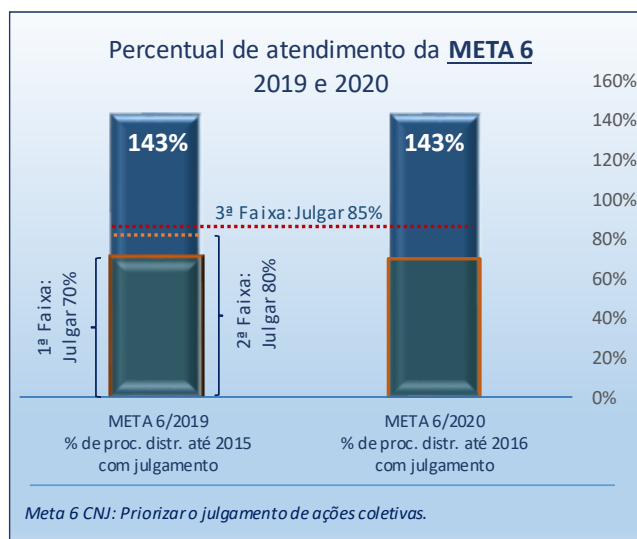
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0017401-93.2008.4.03.6181	5/6/2013	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0000646-97.2009.4.03.6006	7/5/2013	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0000631-56.2009.4.03.6127	12/8/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0000979-56.2003.4.03.6104	5/8/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0002884-49.2010.4.03.6105	15/8/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0013724-16.2012.4.03.6181	15/9/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0013309-38.2010.4.03.6105	21/8/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0001345-93.2011.4.03.6111	24/10/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0708606-20.1997.4.03.6124	22/10/2012	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0005173-83.2009.4.03.6106	13/2/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0010043-72.2007.4.03.6000	9/3/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0010930-66.2005.4.03.6181	10/4/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0001389-91.2011.4.03.6118	7/5/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0014727-16.2013.4.03.6134	8/5/2015	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0007840-66.2010.4.03.6119	11/11/2014	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0077261-46.2005.4.03.0000	30/9/2005	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Autos digitalizados em 10/10/2019 e distribuídos ao Desembargador Federal Peixoto Júnior.		
0000991-73.2017.4.03.6106	16/2/2018	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		

0015828-05.2017.4.03.6181	29/5/2018	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0005467-24.2013.4.03.6130	14/6/2018	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0002076-20.2014.4.03.6003	29/12/2017	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0000842-75.2017.4.03.6139	24/7/2018	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0000796-92.2016.4.03.6116	5/3/2018	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0012043-98.2018.4.03.6181	22/11/2018	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Pautado para julgamento em 25/6/2020.		
5008575-23.2019.4.03.0000	8/4/2019	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0000456-95.2018.4.03.0000	12/12/2018	313 - Pedido de Prisão Preventiva
Observação/Providência: Processo apensado à Ação Penal n. 0004726-27.403.6114.		
5013225-16.2019.4.03.0000	27/5/2019	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
5004709-07.2019.4.03.0000	27/2/2019	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0001732-62.2003.4.03.6120	23/7/2019	427 - Remessa Necessária Criminal
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
0000093-74.2019.4.03.0000	27/5/2019	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Pautado para julgamento na sessão de 25/6/2020.		
0001444-83.2013.4.03.6114	5/11/2013	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		
5025908-85.2019.4.03.0000	7/10/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Levar processo para julgamento em até 30 dias.		
0005514-51.2010.4.03.6114	15/3/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo já julgado, com trânsito em julgado para as partes em 17.12.2019.		
0000001-49.2017.4.03.6117	15/10/2018	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Pautar processo para julgamento em até 90 dias.		

0003334-27.2017.4.03.0000	23/6/2017	1710 - Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Processo já julgado. Houve interposição de embargos de declaração pelo Ministério Público Federal. Publicação em 28/4/2020 para que o réu apresentasse contrarrazões.		

10. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





11. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 59 processos selecionados, 54 foram inspecionados, sendo que, além dos 58 processos listados no item 9, foi incluído na inspeção o Agravo de Instrumento n. 0034747-05.2010.4.03.0000, relacionado à Apelação Cível n. 0005514-51.2010.4.03.6114. Destes, 50 físicos e quatro eletrônicos.

Em relação aos demais processos da listagem, quatro processos constaram em duplicidade, os de n. 5004709-07.2019.4.03.0000, 5008575-23.2019.4.03.0000, 5013225-16.2019.4.03.0000 e 5025908-85.2019.4.03.0000.

O Processo n. 0077261-46.2005.4.03.0000 não foi inspecionado porque se encontra concluso no gabinete do desembargador relator para o acórdão, para fins de juízo de retratação.

Os autos físicos foram inspecionados exclusivamente por meio de consulta à movimentação processual, sendo que, em relação aos Processos n. 0000017-83.2009.4.03.6181, 0005514-51.2010.4.03.6114, 0034747-05.2010.4.03.0000 e

0001389-91.2011.4.03.6118, que tramitam com sigilo, a inspeção foi realizada por meio do extrato processual fornecido à equipe inspecionadora pela unidade.

A fim de viabilizar o registro uniforme dos trabalhos, foram considerados todos os movimentos processuais realizados e registrados no sistema processual até o dia 1º/7/2020, bem como os julgamentos ocorridos até 10/7/2020.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Proceder à baixa no sistema: 0000456-95.2018.4.03.0000;

b) incluir em pauta em 10 dias, ou apresentar em mesa, para julgamento em até 60 dias (processos conclusos há mais de 180 dias):

0000310-12.2018.4.03.6125	0000796-92.2016.4.03.6116	0000842-75.2017.4.03.6139
0000991-73.2017.4.03.6106	0001732-62.2003.4.03.6120	0002076-20.2014.4.03.6003
0003261-58.2012.4.03.6102	0003560-45.2006.4.03.6102	0005467-24.2013.4.03.6130
0007528-96.2011.4.03.6138	0015828-05.2017.4.03.6181	

c) remeter ao revisor para inclusão prioritária em pauta quando do retorno oficial às atividades presenciais:

0000017-83.2009.4.03.6181	0000631-56.2009.4.03.6127	0000646-97.2009.4.03.6006
0000954-49.2004.4.03.6123	0000979-56.2003.4.03.6104	0001144-94.2012.4.03.6102
0001345-93.2011.4.03.6111	0001389-91.2011.4.03.6118	0001444-83.2013.4.03.6114
0001705-91.2017.4.03.6119	0001719-05.2012.4.03.6005	0002884-49.2010.4.03.6105
0004565-62.2016.4.03.6002	0005173-83.2009.4.03.6106	0006851-29.2006.4.03.6110
0007840-66.2010.4.03.6119	0010043-72.2007.4.03.6000	0010930-66.2005.4.03.6181
0012164-97.2016.4.03.6181	0013309-38.2010.4.03.6105	0013724-16.2012.4.03.6181
0014479-59.2016.4.03.6000	0014727-16.2013.4.03.6134	0017401-93.2008.4.03.6181
0708606-20.1997.4.03.6124	5004709-07.2019.4.03.0000	5008575-23.2019.4.03.0000
5013225-16.2019.4.03.0000		

d) proferir despacho, em 10 dias: 0000218-29.2017.4.03.6138;

e) efetuar a cobrança para restituição do processo em carga, com prazo vencido, após o retorno oficial às atividades presenciais:

0005514-51.2010.4.03.6114	0000456-95.2018.4.03.0000
---------------------------	---------------------------

12. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Foram entrevistados o Desembargador Federal Fausto de Sanctis e a assessoria, Noêmia (assessora) e José Antonio (chefe de gabinete), em 22/6/2020.

O gabinete tem competência criminal, mas como os demais integrantes do Colegiado (11ª Turma), também acumula competência cível para feitos remanescentes, que não foram redistribuídos quando instituída a especialização em matéria penal e

criada a 4ª Seção do Tribunal. Conta com 18 servidores e cinco estagiários; os dois agentes de segurança também auxiliam nas tarefas administrativas de recebimento e remessa de processos físicos, e, no ano de 2019, a força de trabalho foi temporariamente reduzida em razão de duas licenças maternidade.

A equipe trabalhava com Direito Previdenciário, e em 2018, quando passaram para a competência criminal, enfrentaram sérias dificuldades, pela inexperiência da equipe na matéria e pelas peculiaridades do acervo, com inúmeros processos com prescrição iminente, com réus presos, além de muitos feitos complexos e antigos, mas obtiveram êxito na organização inicial dos trabalhos (não há mais processos com prescrição em menos de um ano) e vêm reduzindo e qualificando o acervo, julgando mais que a distribuição mensal, o que permite atual priorização de processos com réus presos, ou muito complexos, e a tramitação sem atrasos dos processos da 4ª Seção, dos habeas corpus, mandados de segurança, recursos criminais em sentido estrito e agravos de execução penal. Foi destacado pela unidade que no início da inspeção o relatório apontava 134 feitos com réus presos, reduzidos atualmente a aproximadamente 40 feitos.

A organização do gabinete segue a data de prescrição, critério prioritário em todos os feitos, e a triagem dos processos inicia pelo cálculo da prescrição nas apelações criminais, recursos criminais e agravos em planilha Excell (pela pena mínima em abstrato – critério mais seguro), seguida da identificação da matéria, tipo de processo e eventual prioridade, após o que os processos são passados diretamente ao servidor ou grupo responsável, com dados, prioridades e informações registrados na capa do processo físico ou em etiquetas do PJe, ou guardados em armários ou com localizadores específicos, de acordo com matéria ou tipo de feito, seguindo a organização interna definida pela assessora e chefe de gabinete. Duas servidoras elaboram todos os habeas corpus e agravos em execução penal, um servidor cuida das medidas urgentes e processos da 4ª Seção (e mantém atualizado o banco de modelos), um servidor trabalha com falsidades e crimes diversos, e os demais processos são distribuídos entre os membros da equipe do mesmo modo, sendo que os embargos de declaração e agravos internos são repassados diretamente a quem minutou o voto ou decisão.

A assessora confere todas as minutas do relator, faz o controle de produtividade e de metas, e também o controle de conteúdo e formatação dos documentos que, após aprovados, passam a integrar o banco de modelos do gabinete, organizado por um servidor em arquivo indexado e disponibilizado a todos na rede da unidade. O chefe de gabinete cuida da parte administrativa da unidade (e-mails, documentos, frequência, pedidos de material etc.), elabora os despachos de instrução, revisa a pauta, acompanha a sessão e se encarrega de eventuais divergências e votos-vista; e ambos, sob a orientação do desembargador federal, gerenciam o trabalho e fazem o controle de processos, determinando qual a estratégia a ser adotada pela equipe conforme a situação do acervo e as demandas do gabinete, a fim de atender às prioridades da

unidade – data de prescrição, processos relativos a réus presos, metas do CNJ e recomendações do CJF – e reduzir o acervo.

A atividade-fim é executada pelos servidores de acordo com a organização dos processos, em armários ou localizadores, seguindo a planilha de prescrição, mas conforme a matéria, especialização ou tipo de processo, sempre observando os critérios prioritários definidos (evitar a prescrição, processos com réus presos e metas e recomendações do CNJ e do CJF). Há metas individuais, variáveis e flexibilizadas, conforme a complexidade dos feitos, e também metas coletivas como mutirões pontuais, de modo a equilibrar e atender também a antiguidade do acervo, processos referentes a réus presos e casos mais complexos que demandam mais tempo, sendo que a expectativa atual do gabinete é julgar os remanescentes com réus presos e os relativos às Metas 2/2019 e 2/2020 do CNJ em até 90 dias. A unidade faz uso de decisões terminativas monocráticas sempre que possível, bem como de modelos e “textos-base” do sistema GEDPRO, com formato e conteúdo já aprovados pelo desembargador federal, organizados por um servidor em arquivo indexado e disponibilizado a todos na rede do gabinete (banco de modelos); e adota como prioridade, embora nem sempre seja possível, a apresentação de votos-vista em no máximo duas sessões.

A unidade já utilizava o sistema de teletrabalho. Antes da pandemia, eram cinco servidores nessa modalidade, com metas individuais superiores aos presenciais em 15/20%, também flexibilizadas de acordo com a complexidade dos feitos. A partir da suspensão das atividades ordinárias presenciais, todos estão trabalhando remotamente, e como não há previsão para digitalização dos autos físicos, ainda em grande número, os próprios servidores têm se deslocado até o Tribunal para buscar os processos, em frequências variadas e sucessivas.

Não há demanda processual para conciliação, nem processos sobrestados. A unidade não adota política de recompensas, e a capacitação dos servidores é amplamente estimulada pelo desembargador federal, que disponibiliza materiais de palestras e cursos e estimula rodas de estudos e de discussão com ampla liberdade a todos, e pelo Tribunal, que oportuniza a aquisição de material bibliográfico para o gabinete.

Mesmo durante a suspensão das atividades presenciais em razão da pandemia, a unidade vem mantendo o trabalho e a comunicação normalmente, utilizando todas as ferramentas disponíveis para a interação da equipe, elucidação de dúvidas e continuidade das atividades do gabinete, tais como o acesso remoto à máquina virtual, e-mails, aplicativos de mensagens em grupo (*Whatsapp*), telefonemas e vídeochamadas.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas pela unidade foram destacadas: a) a inexistência de um sistema de cálculo de prescrição na plataforma do processo eletrônico; b) as dificuldades na geração de estatísticas e obtenção de dados; c) as dificuldades do PJe, que apresenta uma série de problemas e inconsistências:

duplicação de feitos, autuação indevida de apensos, travamentos, dentre outros, além da demora com que são resolvidos os problemas técnicos, apesar da colaboração da equipe de TI do Tribunal; d) as limitações do editor de textos do PJe, com recorrente perda de documentos, e utilização e pesquisa muito comprometidas (os textos são feitos no Word e depois inseridos no PJe, e as pesquisas são feitas no Sistema GEDPRO e planilhas e índices próprios da unidade).

Todos os processos listados pelo CJF foram inspecionados – com exceção dos que se encontravam em unidade diversa, listados no relatório final – e as pendências existentes foram apontadas na ficha de inspeção, recomendando-se a análise dos apontamentos lançados, mas também a manutenção dos métodos de trabalho e das metas previstas para os próximos 90 dias (colocar em dia os processos relativos a réus presos e às Metas 2/2019 e 2/2020 do CNJ), merecendo destaque a otimização dos agentes de segurança, por também auxiliarem nas atividades do gabinete, e o espírito de colaboração e comprometimento da equipe, cuja dedicação e empenho foram especialmente sublinhados pelo desembargador federal, e cujos resultados, gestão responsável do acervo e planejamento com metas factíveis para o gabinete merecem elogios, especialmente por se tratar de equipe oriunda de um gabinete previdenciário, com apenas dois anos de experiência em matéria penal, e que recebeu um acervo criminal delicado, com muitos processos apresentando prescrição iminente, além de feitos muito antigos, complexos e com réus presos.

A título de colaboração, sugere-se que os problemas relativos ao PJe sejam discutidos entre os órgãos do Colegiado, compilados e reportados à Presidência e ao setor de TI para aprimoramento e correções, o mesmo ocorrendo no tocante aos sistemas de estatística e levantamento de dados.

13. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, houve aumento mínimo do montante de processos conclusos (de 1.200 a 1.244), uma vez considerado o período de doze meses contados da inspeção, constata-se que, no início do 12º mês anterior, eram 1.410 (1.454 em relação à inspeção anterior), e, no mês anterior à inspeção, eram 1.244 (1.200 em relação à inspeção anterior).

Verifica-se que o total de embargos de declaração aguardando julgamento diminuiu de 69, na última inspeção, para 11, segundo o levantamento efetuado para esta inspeção.

Percebe-se que não houve evolução em relação à produtividade do gabinete no período recente.

O tempo médio gasto no gabinete, entre a distribuição e o primeiro julgamento, é de 21 meses, enquanto que o tempo médio, na 4ª Seção, equivale a 22 meses. Trata-se de indicador que pode ser aperfeiçoado.

Importa ressaltar que a unidade está atuando desde 2017, início na titularidade do acervo de processos, com foco da preservação da utilidade da jurisdição, visto que, àquela época, se percebeu um número elevado de processos que já estavam atingidos pela prescrição, nos quais houve prejuízo a todo o trabalho anteriormente realizado no Poder Judiciário.

14. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

a) Cumprir as recomendações do item 11, dando preferência aos processos de réu preso e identificados com a Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça, notadamente o Processo n. 0708606-20.1997.4.03.6124 (Meta 2 de 2017);

b) tendo em vista os resultados positivos atingidos com a priorização de processos com prescrição iminente – os processos foram zerados e desde então o gabinete mantém em dia esse critério –, o que deve se repetir com relação aos processos referentes a réus presos ainda pendentes de julgamento – atualmente seis, consoante a listagem do CJF, mas já com previsão de julgamento em 90 dias, recomenda-se que essas estratégias de tratamento prioritário sejam mantidas com relação a prescrição e réus presos e adotadas e mantidas também com relação aos processos antigos, relativos às metas do CNJ, notadamente à Meta 2, e incidentes que impactam na jurisdição de primeiro grau; e

c) manter os métodos de trabalho que se mostraram acertados, como já constatado no relatório do item 12, sempre objetivando a redução e a qualificação do acervo, alcançando celeridade na resolução das demandas como um todo.

E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO

SUBSECRETARIA DOS FEITOS DA VICE-PRESIDÊNCIA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (UVIP). A subsecretaria é dividida em duas seções: Divisão de Admissibilidade de Recursos Excepcionais (DARE) e Divisão de Agravo em Recursos Excepcionais (DAEX).

2.2 Competência

Procedimentos cartorários atinentes ao juízo de admissibilidade dos recursos excepcionais. A DARE é responsável pelos feitos criminais ou por feitos em que o recurso excepcional tenha sido admitido. Já a DAEX é responsável por coordenar o processamento dos feitos em que ao menos um dos recursos excepcionais tenha sido inadmitido.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Servidores responsáveis pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Amelino Rabelo Custódio, técnico judiciário, diretor da UVIP (CJ-2); Eliana Oliveira dos Santos, técnica judiciária, diretora da DARE (CJ-1) e Márcia Regina Pereira de Jesus Cardoso, técnica judiciária, diretora da DAEX (CJ-1).

3.2 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	DARE: 16; DAEX: 16. Total: 33 (incluindo os diretores).
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	DAEX = 1

Estagiários de nível superior	DARE: 5; DAEX: 3. Total: 8
Outros	Dois terceirizados e dois colaboradores (apenados), divididos em ambas as diretorias

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências	
Publicação de acórdão/decisão	49 (processos físicos) na DAEX, além dos recebidos para triagem: 707. Total no momento da apuração: 756
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	DARE: 9; DAEX: 10. Total no momento da apuração: 19 (processos físicos)
Análise/triagem	No PJe, em “Analisar determinações do magistrado”: 251
Juntada	DARE: 66; DAEX: 325. Total no momento da apuração: 391 (processos físicos)
Conclusão	DARE: 40; DAEX: 89 Total no momento da apuração: 129 (processos físicos)
Extraviados/por restaurar	DARE: Processo n. 0048375-47.2007.4.03.6182 (2 volumes). Os demais apensos foram localizados, mas quanto a este as buscas pararam em razão do isolamento social. É necessário verificar em vários locais de guarda de processos, e isso será retomado tão logo possível.
Em carga com prazo vencido	No mínimo 4, já apontados nas fichas para verificação, mas é possível que existam mais alguns. Não houve tempo para apurar os números, diante da pandemia.
Outros	Aguardando respostas a mandados de intimação e cartas de ordem: 54 na DARE e 141 na DAEX. Total aproximado: 195 (processos físicos)

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade	
Total	37.025 físicos e eletrônicos
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/Resp repetitivo, IRDR ou IAC	37.013

Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	12
---	----

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	63 processos. Conforme relatório da Inspeção CJF/2018, 88 processos foram selecionados. Porém, 25 não foram inspecionados por não se encontrarem no Tribunal à época, sendo 24 físicos e um eletrônico (fl. 569 do relatório, item 4).
Total de feitos não regularizados	Como mencionado na autoinspeção, todos foram regularizados.
Total de feitos verificados na autoinspeção	236, conforme registros da ficha de processos da autoinspeção.
Total de feitos não regularizados	O anterior gestor não relatou quaisquer pendências e não houve tempo para a nova gestão conferir, em razão da pandemia.

4.4 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	4.246
Tempo médio	210 dias
Publicações em prazo superior a 10 dias	1.970
Pendentes de publicação	748
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0022444-51.2013.4.03.0000, desde 15/8/2019

4.5 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação	
Há mais de 30 dias	18.739
Há mais de 60 dias	11.456
Há mais de 90 dias	1.279
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	231: 00214161920114030000 (16/4/2012), 00290012520114030000 (11/12/2014), 00340162420064039999 (28/8/2018), 00260355520124030000 (5/10/2018), 00178724220004036100 (28/1/2019), 00501076220004036100 (12/2/2019), 00483754720074036182 (15/2/2019), 00024400320124036119 (28/5/2019),

	50023798120174036119 (28/5/2019), 50055270520174036183 (28/5/2019) e 50053286820184030000 (31/5/2019).
--	--

4.6 Processos sobrestados na Secretaria de Recursos	
Total de feitos	28.217
Por IRDR	2.040
Por IAC	0
Por Arguição de Inconstitucionalidade	0
Por Recurso Especial	9.953
Por Recurso Extraordinário	16.040

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim. Além de recomendações específicas para os processos listados no item 4 do relatório da Inspeção CJF/2018 (fls. 569/573), foram apontadas no item 7 do relatório (fls. 576 e 577) as seguintes recomendações: a) Concentrar os atos processuais, de modo que cada unidade possa promover o maior número de atos possível, evitando deslocamento desnecessário dos autos; b) proceder à baixa dos processos no sistema de informação processual imediatamente após a certificação do trânsito em julgado; c) lançar as fases processuais no sistema ao mesmo tempo em que as executar nos processos; d) abrir conclusão dos autos à Vice-Presidência assim que se fizer necessário; e e) desenvolver junto ao setor responsável ferramenta capaz de apresentar estatística de publicação de decisões e despachos.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

Os diretores informam que foram resolvidas todas as inconsistências técnicas ou procedimentais. Para as recomendações feitas no item 7, têm-se os seguintes apontamentos: a) Como exemplo de concentração dos atos processuais, foi sugerido que a intimação das partes para apresentação de contrarrazões aos recursos excepcionais ocorresse na própria secretaria do órgão julgador. No entanto, o equacionamento de tal medida depende da Presidência do Tribunal; b) o NURT (Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores), órgão responsável pela baixa dos processos no Tribunal, somente recebe os processos físicos às segundas-feiras e quartas-feiras; c) e d) estão sendo colocadas em prática; e e) o desenvolvimento de ferramenta cibernética de estatística também é atribuição de outro órgão do Tribunal.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Consoante respondido no item anterior, as recomendações de ordem técnico-procedimental foram todas cumpridas. As outras situações encontram-se justificadas no item anterior.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE**6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.**

No PJe, a falta de automação e inteligência é um fator preponderante para os atrasos. Um dos piores exemplos refere-se à comunicação de decisões liminares. No processo físico, o ato era imediato mas no processo eletrônico demora dias, pois o trabalho para comunicar uma simples decisão ou encaminhar peças é feito de forma artesanal, por mais contraditório que pareça. O PJe tem potencial, mas funciona mal, pois é travado, burocrático, com excessivos “cliques” desnecessários, o que já foi objeto de reclamações anteriores. Outro fator também de demora é a publicação no DJe. Alguns tribunais regionais, como o TRF4, dispõem de publicações via sistema, com isso a automatização ganha inteligência e velocidade, não dependendo de servidores para envio de matérias para publicidade. Outro procedimento que traria enorme velocidade no processamento seria o referente às expedições de cartas de ordem. Partindo-se da ideia de que o sistema eletrônico é único, bastaria aplicar o mesmo tratamento dado aos mandados.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
00035132320104036105	16/8/2012	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: Este processo teve exatos sete julgamentos colegiados e todos os acórdãos foram regularmente publicados. O órgão informa não entender a razão desta pendência.		
00043380520124036102	26/7/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Não há pendência public. de acórdão. Talvez a questão seja a intimação da Prefeitura de Bebedouro que nos termos do NCPC deve ser pessoal. Foram expedidas duas cartas de ordem para intimação, até que uma retornou e foi juntada em 27/1 int. positiva, ao retornar exped. Trânsito		
00171221620144030000	24/7/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Intimação p/ contraminuta à Prefeitura Municipal de Tres Lagoas - MS - juntada carta de ordem cumprida em 23/1/2020.		
00224445120134030000	10/9/2013	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Decisão Resp não admitido da ANEEL em 15/8/2019 - falta intimação. Apensado ao Proc.0007217-18.2013.4.03.6112.		

00018801720144030000	30/1/2014	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Este processo está sob responsabilidade da Segunda Seção, enviaremos e-mail para informá-los quanto a observação do CJF.		
00135778719994036102	6/6/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado e em andamento no PJe. A Vice-Presidência, em 2014, deferiu o pedido de antecipação da tutela e determinou a implantação imediata do benefício reconhecido no venerando acórdão da Quinta Turma, sem efeitos retroativos Proc. foi suspenso RESP 1205946.		
00791276020034030000	18/12/2003	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Suspenso/sobrestado por decisão da Vice-Presidência - em 14/6/2012 Motivo: STJ RESP 1.201.993/SP.		
00154424020074030000	1º/3/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Suspenso/sobrestado por decisão da Vice-Presidência - em 14/6/2012 Motivo: STJ RESP 1.201.993/SP		
00246421220044036100	23/11/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Suspenso/sobrestado por decisão da Vice-Presidência - em 12/6/2012 Motivo: STF RE 570.122/RS;		
00014956620004036109	5/3/2004	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Suspenso/sobrestado por decisão da Vice-Presidência - em 23/9/2015 Motivo: STF RE 398.365/RS		
00329609619954036100	17/12/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Suspenso/sobrestado por decisão da Vice-Presidência - em 24/2/2017 Motivo: STF RE 591.340/SP.		
00071720220034036100	11/10/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Suspenso/sobrestado por decisão da Vice-Presidência - em 23/1/2015 Motivo: STF RE 627.106/PR.		
00315939519994036100	23/8/2007	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Suspenso/sobrestado por decisão da Vice-Presidência - em 12/6/2012 Motivo: STF RE 570.122/RS.		
00148597419964036100	2/5/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Suspenso/sobrestado por decisão da Vice-Presidência - em 13/6/2012 Motivo: STF RE 591.340/SP.		
00247079020124030000	16/8/2012	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Apenso ao Processo 0007333-70.2007.4.03.6100 (retirado pelo adv. em 6/3/2020-prazo p/ contraminuta - (regular devido suspensão de prazos a partir de 17/3/2020).		
00166957220024036100	13/11/2006	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Não há a pendência apontada, tendo em vista que a decisão agravada foi reconsiderada, para consignar que ao recurso extraordinário interposto nos presentes autos deve ser aplicada a totalidade do quanto decidido no RE 630.898, publicada em 19/4/2016.		

00000461320134030000	7/1/2013	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Sobrestado - aguardando julgamento do paradigma do processo apenso - em 31/1/2017. Apensado ao Processo 2008.61.04.007490-0.		
0021504-23.2012.4.03.0000	8/2/2017	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Sobrestado REsp 1.377.019.		
0118499-11.2006.4.03.0000	11/11/2014	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Arquivado na 10ª vara capital, utilizada fase inadequada para a regularização, como se fosse processo digitalizado no PJe.		
0012934-47.2013.4.03.6100	11/12/2013	63 - Ação Civil Coletiva
Observação/Providência: Em 3/10/2019, decisão da Vice-Presidência determinando o sobrestamento da análise do agravo interno até final julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da ADI n. 5090 Em 15/5, o NUGE efetuou o sobrestamento dos autos.		
0001894-66.2012.4.03.6112	16/11/2016	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo estava em fase de intimação, em razão da morte do co-réu Rafael Cesar Ruiz, noticiada às folhas 366, e da necessidade de se regularizar o polo passivo do feito, suspenso o curso do processo e várias cartas de ordem atrasaram o andamento.		
0012365-44.2007.4.03.6104	28/3/2014	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Recebido dia 25/11 c/ despacho. De fato, há atraso e deve ser verificado <i>in loco</i> , consta como localizado na publicação DX-PUB-65D. Destacaremos um dia para ir ao TRF3 para verificar a ocorrência.		
0001913-38.2008.4.03.6104	20/8/2013	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Recebido dia 25/11 c/ despacho. De fato há atraso e deve ser verificado <i>in loco</i> , consta como localizado na publicação DX-PUB-65D. Destacaremos um dia para ir ao TRF3 para verificar a ocorrência.		
0014066-40.2007.4.03.6104	16/4/2009	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Admitidos os recursos, este processo aguarda remessa eletrônica às Cortes superiores. Encaminhamos e-mail ao setor (RINV/NURT/SEJU) para dar preferência no envio em razão da inspeção do CJF. Resposta do NURT em 15/5: O diretor irá na segunda-feira (18/5) providenciar os serviços.		
0002373-30.2005.4.03.6104	7/8/2009	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Tramitando em situação normal, há demora ante a intimação de parte por carta de ordem.		
0092085-39.2007.4.03.0000	24/9/2007	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Aguarda remessa ao STJ. Processo na RINV. Solicitaremos, excepcionalmente, o deslocamento de servidor para execução dos serviços de digitalização e envio eletrônico.		
0000438-90.2007.4.03.6004	16/2/2009	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Decurso de prazo em 13/3, véspera das suspensões de prazo em razão da pandemia COVID-19. Processo será remetido à conclusão para julgamento de agravo interno, posteriormente deverá ser processado o AGRESP.		

0027898-65.2001.4.03.6100	21/8/2009	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Intimação do MPF pendente para contrarrazões. Será regularizado quando retornarmos às atividades normais.		
0018144-55.2008.4.03.6100	30/9/2009	63 - Ação Civil Coletiva
Observação/Providência: Processo foi digitalizado no PJe e recentemente foram intimadas as partes em relação às decisões denegatórias de admissibilidade.		
0047857-27.1998.4.03.6100	14/4/2004	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo na Primeira Turma.		
00151537820054030000	3/10/2006	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Com <i>status</i> MOVIMENTO, desde 6/10/2006. Em pesquisa ao sistema MUMPS, verificamos o andamento no primeiro grau com lançamento de arquivo em 30/11/2006. Pacote 134455 Regularizado: Lançamento de fase Certidão de Autos findos com o esclarecimento supra.		
00056745620084030000	18/2/2008	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Falha no lançamento de fase de baixa dos autos, foi apensado ao 0044517-75.1998.4.03.6100, com regular baixa ao juízo de origem em 28/8/2012. Regularizado mediante lançamento de certidão de autos findos, com a menção do arquivamento no juízo de origem.		
00461520920084030000	25/11/2008	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Arquivado na 8ª Vara de São Paulo.		
00039147220084030000	1º/2/2008	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Falha no lançamento de fase de baixa dos autos, foi apensado ao 0052827-36.1999.4.03.6100, com regular baixa ao juízo de origem em 14/4/2011. Regularizado mediante lançamento de certidão de autos findos, com a menção do arquivamento no juízo de origem.		
00028809120104030000	4/2/2010	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Processo desde 2010 estava no arquivo após decisão de extinção do processo principal com julgamento de mérito, em razão da renúncia ao direito sobre que se funda a ação (fls.172/173), julgou extinta. Em 13/5 a Div. de Arquivo lançou arquivamento dos autos.		
00304817220104030000	29/9/2010	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Arquivado recentemente, dia 13/5/2020, pela DAGE.		
00214161920114030000	28/7/2011	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Sobrestado REsp 1.377.019		
00064256720134030000	21/3/2013	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Este processo está sob responsabilidade do NURT/SEJU, enviamos e-mail para que nos informem a respeito da situação atual dos autos Resp. o diretor do NURT irá na segunda-feira (dia 18/5) verificar a informação no sistema que os autos estariam naquele setor.		
00209072020134030000	23/8/2013	183 - Cautelar Inominada

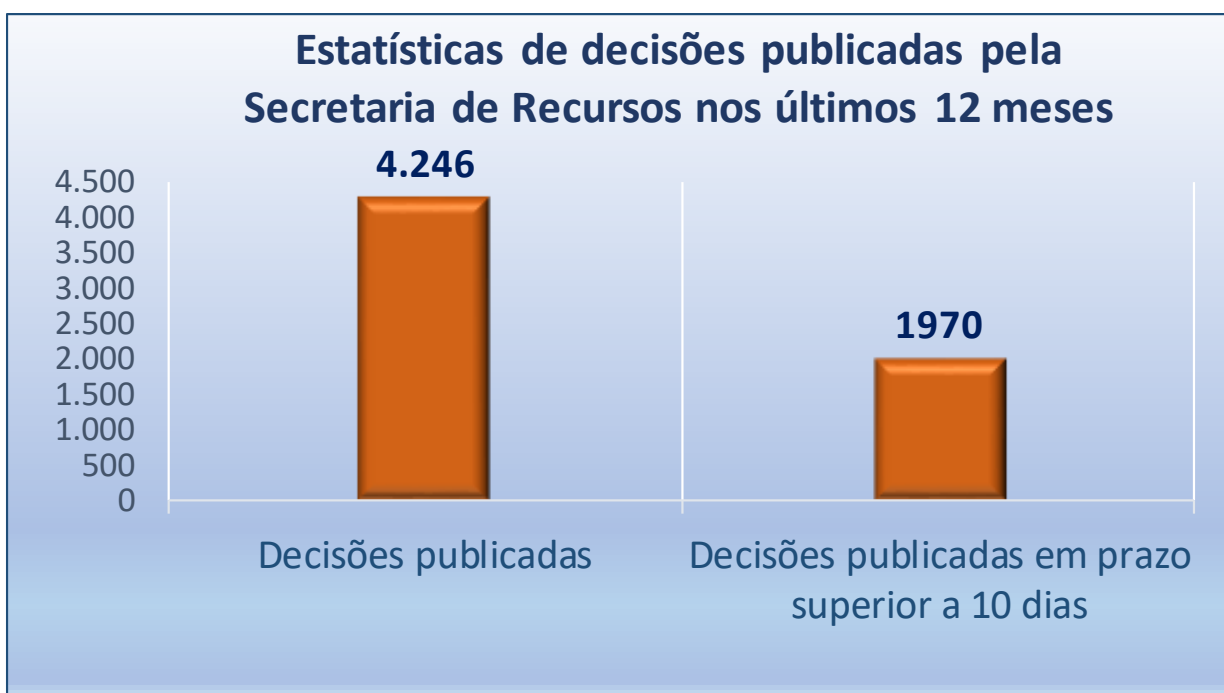
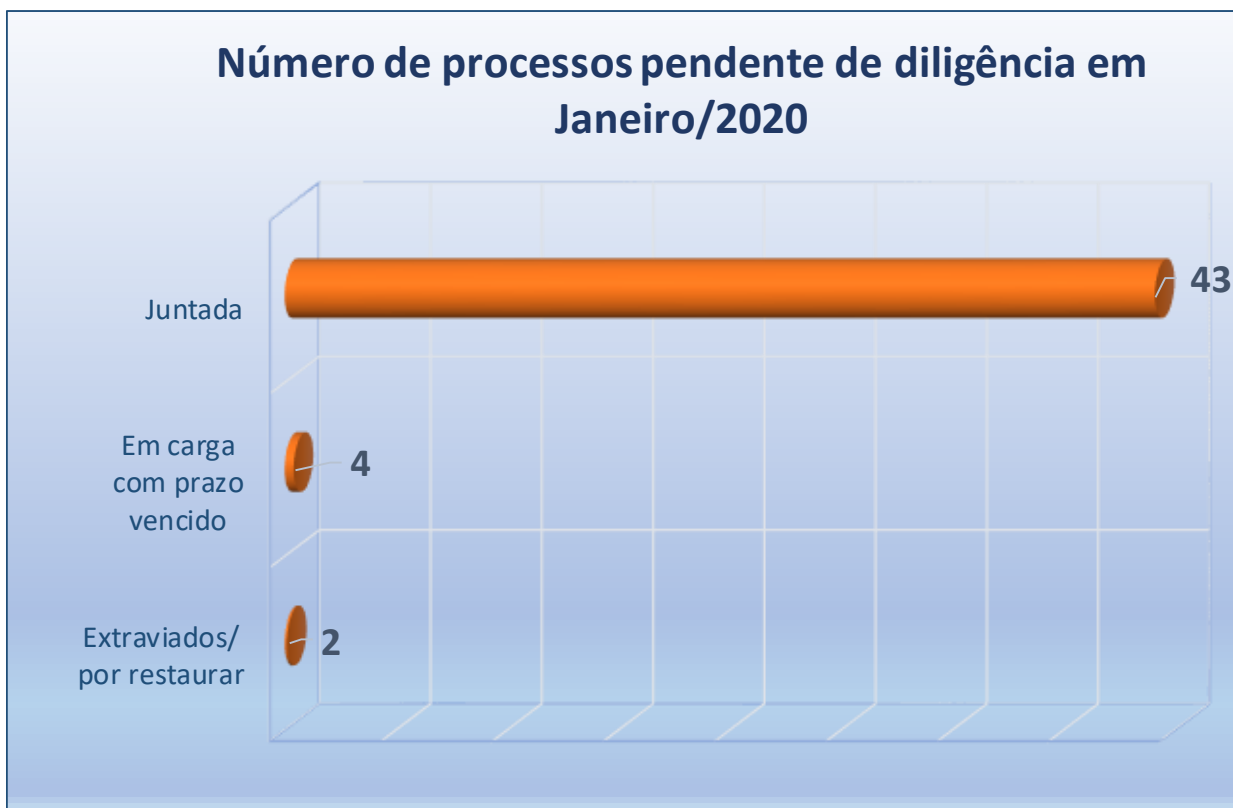
Observação/Providência: Arquivado na 5ª Vara previdenciária de São Paulo - regularizado em nosso sistema mediante uso da fase Certidão de Autos Findos, com a menção do arquivamento na vara.		
00107598120124030000	5/12/2014	1727 - Petição Criminal
Observação/Providência: Baixada como apenso ao processo 0005827-49.2003.4.03.6181 4ª vara criminal SP Não deveria ter aparecido no relatório já que o "status" está como FINDO no SIAPRO.		
00005373020034036124	23/6/2017	283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário
Observação/Providência: Processo arquivado DAGE, encaminhado pela UPLE.		
00424107320084030000	1º/7/2019	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo com trânsito em julgado - aguarda baixa.		
00424098820084030000	19/8/2019	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Processo com trânsito em julgado - aguarda baixa.		
50167539220184030000	18/7/2018	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: 5016753-92.2018.4.03.0000 - Arquivado em 14/5/2020 Classe judicial não cadastrada - 428, para obter essa informação foi necessário consultar processo de referência no sistema PJe e detalhar na coluna à direita.		
00141994620164030000	4/8/2016	1710 - Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: STJ-AREsp 1685204 11-5-2020.		
00771229420054030000	21/6/2006	203 - Agravo de Instrumento em Recurso Especial
Observação/Providência: Processo com <i>status</i> FINDO, arquivado na DAGE.		
00646254820054030000	25/7/2006	203 - Agravo de Instrumento em Recurso Especial
Observação/Providência: Processo com <i>status</i> FINDO, arquivado na DAGE.		
00236544520104030000	27/5/2014	1712 - Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
Observação/Providência: Sobrestado STF RE 625.263/PR.		
00129049120094036119	23/12/2010	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Baixado e Arquivado em 2017 na 2ª Vara Guarulhos/SP. Nota crítica: O nosso sistema TRF3 não nos permite consulta básica sobre o processo, mas no primeiro grau conseguimos todas as informações.		
00090440220154036110	26/9/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Sobrestado RE 979962.		
00064845820174036000	29/1/2018	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Sobrestado RE 593818.		
00069224620054036181	2/3/2011	417 - Apelação Criminal

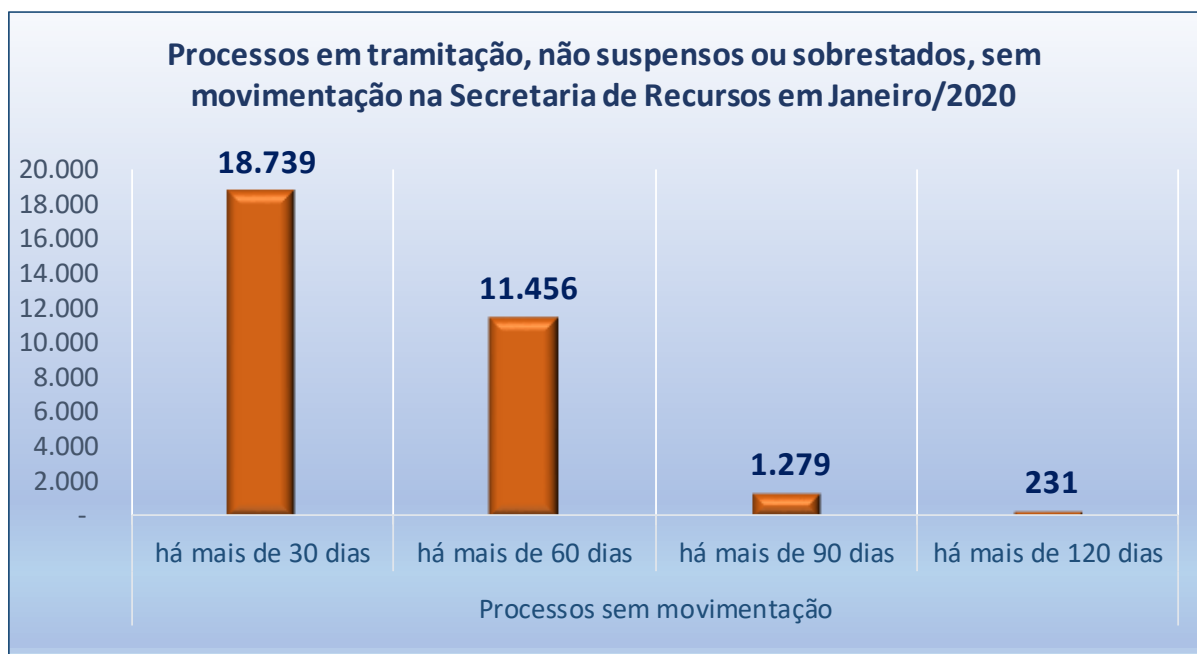
Observação/Providência: Processo na 9ª Vara Federal, suspenso /sobrestado por decisão judicial em 14/9/2017 Certidão de autos findos irregular no SIAPRO, menciona PJe (fase correta é sem a menção do sistema).		
00087270420154036110	13/5/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Sobrestado RE 979962.		
00030493420174030000	16/5/2017	428 - Revisão Criminal
Observação/Providência: Sobrestado RE 593818.		
00002517020164036100	22/11/2019	-
Observação/Providência: Continua em carga para a AGU em que pese várias cobranças via sistema. Em 14/5 contatamos a AGU por telefone e e-mail solicitando imediata devolução dos autos.		
00008186720084036105	22/11/2019	-
Observação/Providência: Continua em carga para a AGU em que pese várias cobranças via sistema. Em 14/5 contatamos a AGU por telefone e e-mail solicitando imediata devolução dos autos.		
00111926020084036100	22/11/2019	-
Observação/Providência: Continua em carga para a AGU em que pese várias cobranças via sistema. Em 14/5 contatamos a AGU por telefone e e-mail solicitando imediata devolução dos autos.		
00100965220084036183	18/12/2019	-
Observação/Providência: Em que pese estar em carga desde 18/12/2019, este processo foi digitalizado e está tramitando normalmente no sistema eletrônico PJe. Há uma petição da advogada requerendo a guarda dos autos. Comunicaremos a assessoria da Vice-Presidência sobre esta ocorrência.		
00010480720124036126	22/1/2020	-
Observação/Providência: Em verdade, este processo não está em carga há mais de 60 dias. O 30º dia útil foi em 10/3/2020, na semana que antecedeu a suspensão do expediente. De qualquer forma superado os 30 dias úteis, solicitaremos os autos, por e-mail.		
00514097419924030000	28/8/1992	203 - Agravo de Instrumento em Recurso Especial
Observação/Providência: Remessa ao STF em 3/2/1994 Localização: Supremo Tribunal Federal (NI) - Não consegui localizar o número no STF.		
00303705019944030000	1º/9/1998	203 - Agravo de Instrumento em Recurso Especial
Observação/Providência: Julgado - Recebido do STJ em 1º/9/1998. Localização: Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores-NURT(NI), em razão do tempo decorrido questionaremos o setor se os autos continuam em seu poder ou se foram baixados ou arquivados, sem fase no sistema processual.		
00019188819984030000	25/11/1998	203 - Agravo de Instrumento em Recurso Especial

Observação/Providência: Julgado-Recebido do STJ em 25/11/1998. Localização: Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores-NURT. Dado o tempo, solicitaremos verificação pelo setor se os autos permanecem lá ou se baixaram à origem.		
00845764319964030000	3/12/1998	203 - Agravo de Instrumento em Recurso Especial
Observação/Providência: Autos findos, apensado ao Processo 199103010042083 Localização: Juízo de Direito da 4ª Vara de Jaú – SP.		
00776738919964030000	15/3/1999	203 - Agravo de Instrumento em Recurso Especial
Observação/Providência: Julgado - Recebido do STJ em 15/3/1999. Localização: Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores - NURT, em razão do tempo decorrido questionaremos o setor se os autos continuam em seu poder ou se foram baixados ou arquivados, sem fase no sistema processual.		
00096552119934030000	17/3/1999	203 - Agravo de Instrumento em Recurso Especial
Observação/Providência: Julgado - Recebido do STJ em 17/3/1999. Localização: Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores-NURT(NI).		
00742569419974030000	10/5/1999	203 - Agravo de Instrumento em Recurso Especial
Observação/Providência: Julgado - Recebido do STJ em 10/5/1999. Localização: Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores-NURT(NI).		
01119348519934030000	23/8/1999	203 - Agravo de Instrumento em Recurso Especial
Observação/Providência: Julgado - Recebido do STF em 23/8/1999. Localização: Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores - NURT, em razão do tempo decorrido questionaremos o setor se os autos continuam em seu poder ou se foram baixados ou arquivados, sem fase no sistema processual.		
00363719420074030000	20/4/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Suspenso/sobrestado por decisão da Vice-Presidência - em 12/6/2012. Motivo: STF STF RE 627.106/PR.		
00193056720084030000	27/5/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Suspenso/sobrestado por decisão da Vice-Presidência - em 1º/6/2017. Motivo: STJ RESP 1.340.553/RS.		
00188000319944036100	29/9/1998	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo está sobrestado. Há necessidade de verificação – “in loco”. Repassaremos ao NUGE, por e-mail. Resposta em 15/5 do NUGE, impossibilidade em razão da pandemia de acesso aos autos.		
00155446220074030000	13/3/2007	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Suspenso/sobrestado por decisão da Vice-Presidência - em 14/6/2012. Motivo: STJ RESP 1.201.993/SP.		
00152626220044036100	14/5/2007	1728 - Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Aparentemente os embargos foram analisados em 21/9/2009, posteriormente suspenso/sobrestado. Há necessidade de verificação “in loco”. Repassaremos ao NUGE, por e-mail Resposta em 15/5 do NUGE, impossibilidade em razão da pandemia de acesso aos autos.		
09009632120054036100	20/9/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Suspenso/sobrestado por decisão da Vice-Presidência - em 7/4/2016. Motivo: STF RE 570.122/RS.		

8. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE





9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 80 processos selecionados para aferição, todos foram inspecionados.

Os autos físicos não foram inspecionados *in loco*, sendo feita a análise por meio dos respectivos extratos processuais, em razão de a inspeção ter sido realizada de modo virtual.

Em relação aos processos aferidos, recomenda-se:

a) No que tange aos Processos n. 0042410-73.2008.4.03.0000 e n. 0042409-88.2008.4.03.0000, dar baixa no sistema, no prazo de 20 dias;

b) No que tange aos Processos n. 0021504-23.2012.4.03.0000 e n. 0118499-11.2006.4.03.0000, regularizar a fase processual, no prazo de 20 dias, para constar a baixa no sistema;

c) No que tange aos Processos n. 0003513-23.2010.4.03.6105, n. 0004338-05.2012.4.03.6102, n. 0017122-16.2014.4.03.0000 e n. 0002373-30.2005.4.03.6104, promover o andamento do feito, no prazo de 20 dias, tendo em vista as juntadas de cartas de ordem positivas em janeiro de 2020;

d) No que tange ao Processo n. 0022444-51.2013.4.03.0000, promover o andamento do feito, no prazo de 20 dias, tendo em vista a decisão de admissibilidade de recurso especial proferida em 15/8/2019;

e) No que tange ao Processo n. 0013577-87.1999.4.03.6102, promover o andamento do feito, no prazo de 20 dias, ante o julgamento definitivo do REsp n. 1.205.946/SP, sob a sistemática dos recursos repetitivos, pelo Superior Tribunal de Justiça (Tema 905), com trânsito em julgado em 18/12/2019;

f) No que tange aos Processos n. 0079127-60.2003.4.03.0000, n. 0015442-40.2007.4.03.0000 e n. 0015544-62.2007.4.03.0000, promover o andamento dos feitos, no prazo de 20 dias, ante o julgamento definitivo do REsp n. 1.201.993/SP, sob a sistemática dos recursos repetitivos, pelo Superior Tribunal de Justiça (Tema 444) em 12/12/2019, com trânsito em julgado em 17/2/2020;

g) No que tange ao Processo n. 0019305-67.2008.4.03.0000, promover o andamento do feito, no prazo de 20 dias, ante o julgamento definitivo do REsp n. 1.340.553/RS, sob a sistemática dos recursos repetitivos, pelo Superior Tribunal de Justiça (Temas 566 a 571) em 13/3/2019, com trânsito em julgado em 14/5/2019;

h) No que tange aos Processos n. 0032960-96.1995.4.03.6100 e n. 0014859-74.1996.4.03.6100, promover o andamento do feito, no prazo de 20 dias, ante o julgamento definitivo do RE n. 591.340/SP, sob a sistemática da repercussão geral, pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 117) em 3/2/20, com trânsito em julgado em 6/3/20;

i) No que tange ao Processo n. 0004089-56.2014.4.03.0000, promover o andamento do feito, no prazo de 20 dias, ante o julgamento definitivo do REsp n. 1.366.721/BA, sob a sistemática dos recursos repetitivos, pelo Superior Tribunal de Justiça, em 19/9/2014 (Tema 701), bem como dos embargos de declaração em 3/6/15;

j) No que tange aos Processos n. 0001894-66.2012.4.03.6112 e n. 0001048-07.2012.4.03.6126, promover o andamento do feito, no prazo de 20 dias, tendo em vista as petições protocoladas em 17/12/2019 (n. 2019159516) e em 9/3/2020 (n. 2020010044), ainda não juntadas;

k) No que tange aos Processos n. 0012365-44.2007.4.03.6104 e n. 0001913-38.2008.4.03.6104, publicar, no prazo de 20 dias, as decisões proferidas em 25/11/2019;

l) No que tange ao Processo n. 0000438-90.2007.4.03.6004, promover o andamento do feito no prazo de 20 dias;

m) No que tange aos Processos n. 0027898-65.2001.4.03.6100 e n. 0013103-38.2007.4.03.6102, promover o andamento do feito, no prazo de 20 dias, mediante intimação do Ministério Público Federal para apresentação de contrarrazões ao recurso interposto;

n) No que tange ao Processo n. 0000251-70.2016.4.03.6100, promover o andamento do feito, no prazo de 20 dias, tendo em vista o retorno dos autos em 4/6/2020, remetidos à União (AGU) em 22/11/2019;

o) No que tange aos Processos n. 0000818-67.2008.4.03.6105 e n. 0011192-60.2008.4.03.6100, remetidos à União (AGU) em 22/11/2019, adotar as providências pertinentes para sanar o ponto, como: oficial a Fazenda Nacional; ou determinar a busca e apreensão dos autos físicos; e

p) No que tange ao Processo n. 0010955-46.2015.4.03.0000 e n. 0001185-65.2007.4.03.6125, promover o andamento do feito, no prazo de 20 dias, tendo em vista a juntada de respostas aos agravos em 5/3/2020 e em 19/2/2020, respectivamente.

No que tange ao Processo n. 0005777-18.2016.4.03.6100, constatou-se que o feito se encontra localizado na subsecretaria da 2ª Turma, tendo sido encaminhado para digitalização após apreciado recurso de apelação.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida, via videoconferência, pelo Diretor da UVIP, Amelino Rabelo Custódio, e pelas Diretoras da DARE e da DEAX, Eliana Oliveira dos Santos e Márcia Regina Pereira de Jesus Cardoso, respectivamente.

É elogiável o método de organização da subsecretaria e o comprometimento dos servidores com o trabalho. A equipe conta com 33 servidores e nove estagiários. Na Inspeção CJF/2018, a unidade contava com 51 servidores. A diferença decorre principalmente da ausência de reposição de cargos vagos e do deslocamento de alguns servidores para o NUGE.

A subsecretaria é dividida em dois setores, a Divisão de Admissibilidade de Recursos Excepcionais (DARE) e a Divisão de Agravo em Recursos Excepcionais (DAEX), cada um com 16 servidores.

A DARE é a seção responsável por verificar as regularidades formais dos feitos que chegam à UVIP e proceder à abertura de vista para contrarrazões aos recursos interpostos. Cabe também ao setor o processamento das decisões positivas de admissibilidade e de mero expediente, além do trato de todos os processos de natureza criminal, desde a entrada até a saída para baixa ou remessa às Cortes superiores.

Por sua vez, a DAEX é responsável por tramitar os processos em que tenha sido proferida decisão negativa de admissibilidade, com o envio às Cortes superiores, a abertura de conclusão para despacho ou decisão ou a remessa ao Órgão Especial. No TRF3, o Órgão Especial é responsável pelo processamento dos feitos em que interposto agravo interno ou embargos de declaração contra a decisão da Vice-Presidência.

Há 37.025 processos sobrestados na unidade, sendo 26.960 físicos e 10.065 eletrônicos (conforme dados coletados em 12/5/20).

Os processos físicos chegam previamente separados, de acordo com as divisões da UVIP, pela Assessoria Judiciária da Vice-Presidência (AJUV) conforme decisões proferidas. Isso facilita o tratamento dos feitos em lotes. As anotações de prioridade são identificadas, diretamente pela subsecretaria, a partir do pedido das partes, por etiquetas indicativas na capa dos autos e lembretes no sistema SIAPRO, nos termos da Ordem de Serviço n. 2/2016.

A equipe considera como pontos negativos do acervo físico o espaço ocupado para o seu armazenamento, o peso dos feitos com muitos volumes e a dificuldade para juntada de documentos.

A triagem dos processos eletrônicos, por sua vez, é feita pelos servidores da secretaria, mediante uso de etiquetas que identifiquem a seção responsável pelo processamento do feito.

A equipe considera como um dos pontos fracos do PJe a impossibilidade de trabalhar em lotes e a falta de seguimento automático de atos. Também se relatou a dificuldade em obter informações sobre os feitos, além de constantes casos de lançamentos de fases indevidas, o que prejudica o acesso transparente aos processos.

Por outro lado, a unidade destacou que, no sistema PJe, as preferências sempre aparecem no início de cada tarefa, simplificando o controle.

Não são fixadas metas individuais ou coletivas de produtividade e de resultados. A atuação e organização da equipe pode variar conforme o volume de trabalho. Caso haja aumento de demanda em determinado setor ou fase, haverá o deslocamento de outros servidores para auxílio. Um exemplo é o levantamento dos processos sobrestados quando julgado o tema 810 de repercussão geral do STF.

De modo geral, a divisão de atividades nos setores é coerente e eficiente. Existem servidores que executam prioritariamente os serviços de cumprimento de liminares, especialmente na DARE, assim como servidores especializados nos feitos criminais. Em ambas as divisões, há especialização por fase processual, ainda que a maioria dos servidores conheça os trâmites em geral.

Como informado em entrevista, o controle de metas é efetuado diretamente pela AJUV, cabendo à subsecretaria o processamento dos feitos no menor tempo possível.

Já o controle de acervo, de movimentações e de processos remetidos a outros setores e órgãos é efetuado pela estatística do TRF3.

Quanto ao controle de processos sem movimentação, a equipe informou que o próprio sistema identifica as cargas com prazos vencidos, mediante e-mail para o advogado e para a caixa de e-mails da UVIP, além de lançamento de fase no SIAPRO, mencionando a cobrança. Por sua vez, processos que requerem intimações pessoais, por meio de cartas precatórias às comarcas da capital e outros Estados, acabam sendo prejudicados quanto à movimentação. Não existe um sistema único de comunicação, e a maneira de tentar agilizar o andamento desses feitos é a cobrança das cartas perante os juízos distribuidores (por telefone ou mensagem eletrônica). Quanto às cartas de ordem direcionadas ao PJe do 1º grau, é possível realizar o acompanhamento por meio do sistema PUSH.

No atual momento de pandemia, o atendimento aos advogados é realizado por meio de comunicação eletrônica. Em geral, a tramitação dos processos físicos está

paralisada, excetuados os casos urgentes que, após prévia análise da AJUV, são processados no âmbito eletrônico, com mandados de intimação expedidos por e-mail, mediante prévia aquiescência da entidade pública, sendo efetuadas publicações para ciência aos demais advogados particulares via Diário Eletrônico.

Conforme Portaria Conjunta PRES/CORE N. 9/2020, os prazos dos processos judiciais e administrativos físicos em tramitação no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região estão suspensos até 26/7/2020.

A equipe destacou que, em razão do trabalho realizado pela anterior gestão da Presidência, com a digitalização de boa parte do acervo físico do TRF3, o teletrabalho tem ocorrido de forma satisfatória, apesar das deficiências do sistema PJe.

Os processos físicos criminais com réus presos, na medida do possível, estão sendo analisados e decididos e os que já tinham condições de prosseguimento, especialmente aqueles em situação de prescrição próxima, foram remetidos eletronicamente às Cortes superiores.

A equipe aponta a previsão feita pela atual gestão da Presidência de efetuar a digitalização nas próximas semanas de todos os processos criminais do Tribunal, o que viabilizaria o seu regular andamento (os prazos dos processos eletrônicos, suspensos desde 17/3/20, voltaram a fluir em 4/5/2020, conforme Portaria Conjunta PRES/CORE n. 5/2020).

Por fim, no que tange à recomendação da Inspeção CJF/2018, ela foi cumprida e não há pendência.

11. RECOMENDAÇÕES

a) Cumprir as recomendações constantes no item 9;

b) consoante se extrai do item 4.5, existem 1.279 processos sem movimentação na subsecretaria há mais de 90 dias e 231 há mais de 120 dias, de modo que deve ser regularizada a situação de tais processos, verificando-se se é o caso de sobrestamento ou de regular prosseguimento do feito; e

c) diante do volume de feitos, insistir na aferição sobre se é o caso de as intimações das partes para contrarrazões aos recursos excepcionais ocorrerem na própria secretaria do órgão julgador, de modo a desafogar o setor e dividir trabalho. De resto, manter o método de trabalho e boas práticas, especialmente as voltadas à redução do tempo de trâmite do acervo.

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – NUGE.

2.2 Competência

Prestar informações ao CNJ, mantendo canais permanentes e com dados atualizados, a fim de permitir a integração entre os tribunais do País; uniformizar, nos termos da Resolução n. 235/2016 do CNJ, o gerenciamento dos procedimentos administrativos decorrentes da aplicação de precedentes com repercussão geral, de julgamentos de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência; acompanhar a tramitação dos recursos selecionados pelo Tribunal como representativos da controvérsia encaminhados ao STF e ao STJ; manter, disponibilizar e alimentar o banco de dados previsto no art. 5º da Resolução n. 235, com informações atualizadas sobre os processos sobrestados na 3ª Região; informar a publicação e o trânsito em julgado dos acórdãos paradigmas para os fins dos arts. 985; 1.035, § 8º; 1.039; 1.040 e 1.041 do CPC; e tramitar os feitos com determinação de sobrestamento, em razão de recurso repetitivo ou com repercussão geral, no âmbito da Vice-Presidência; tudo conforme artigos 7º da Resolução n. 235/2016 do CNJ e 3º da Resolução Conjunta PRES-VIPR n. 1/2016 do TRF da 3ª Região.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Cristino Alves Brandão, analista judiciário, diretor de Núcleo.

3.2 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	7 - Cristino Alves Brandão, Rogério Pellegrinelli Moreira de Souza (Diretor da DGEP), Adauto Mercaldo Coelho, Danielle Ribeiro Santos, Luiz Joel Martins da
---------------------	---

	Conceição, Juliana de Carli Barros Pinto e Manuel Francisco de Sousa
Servidores sem vínculo	1 - Cláudia Lobo Arruda (cedida)
Estagiários de nível superior	1 - Thuany Cardoso Weirich

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

A Inspeção CJF/2020 é a primeira em que o NUGE terá relatório próprio. Na Inspeção CJF/2018, o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes constou no relatório de inspeção da Vice-Presidência. No relatório, recomendou-se a regularização de fase no sistema e nos autos físicos do Processo n. 0069223-45.2005.4.03.0000 (item 3, letra d, do relatório de 2018).

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas)

O feito teve regular andamento e as fases foram atualizadas no sistema.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

As maiores dificuldades decorrem do PJe. O sistema ainda precisa de adequação para a remessa das informações exigidas pelas Resoluções n. 235 e n. 286, ambas do CNJ, ao Banco Nacional de Dados de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios (BNPR), bem como para a emissão de relatórios de processos sobrestados. O controle de processos sobrestados no PJe ainda ocorre de forma manual (mediante uso de etiqueta para identificação dos temas). Verificam-se, também, dificuldades para realização de algumas tarefas no PJe, como expedição de carta de ordem, precatórias e mandados, para as quais o sistema exige vários comandos, levando tempo excessivo na execução de uma única tarefa.

6. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida, via videoconferência, pelo Diretor do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, Cristino Alves Brandão.

Não foram listados processos para inspeção na unidade.

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGE) foi previsto pela Resolução Conjunta PRES/VIPR N. 1/2016 - PRESI/GABPRES/ADEG/DPED, em cumprimento ao disposto na Resolução n. 235/16 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O NUGE é subordinado à Divisão de Gerenciamento de Precedentes e Procedimentos Diversos (DGEP), cuja finalidade é coordenar as atividades relacionadas ao gerenciamento dos processos com repercussão geral e multiplicidade de recursos, bem como organizar o acervo concluso à Vice-Presidência, conforme Resolução CATRF3R N. 27/2016.

Até então, tinham-se a Divisão de Procedimentos Diversos (DDVP), subordinada ao Gabinete da Vice-Presidência (GABV) e o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURE), subordinado à DDPV. Com a Resolução CATRF3R N. 27/2016, que modificou a estrutura organizacional do gabinete da Vice-Presidência, foram alteradas as denominações das referidas unidades, e com a edição da Resolução Conjunta, as competências do NUGE foram adequadas à Resolução do CNJ.

Além do diretor, integram o Núcleo mais sete servidores, sendo um deles o Diretor da Divisão de Gerenciamento de Precedentes e Procedimentos Diversos (Rogério Pellegrinelli Moreira de Souza), conforme item 3.2.

O NUGE é responsável pela divulgação ao Tribunal e às Seções Judiciárias sobre a atualização de jurisprudência e julgamentos de recursos repetitivos e de repercussão geral, de incidentes de assunção de competência e de incidentes de resolução de demandas repetitivas. Essa divulgação dá-se por meio de e-mail funcional, informativos e boletins dos tribunais superiores.

A atualização de jurisprudência é feita em conjunto com a Vice-Presidência e em contato com os responsáveis pelos Núcleos de Gerenciamento de Precedentes dos Tribunais Superiores. Dúvidas e esclarecimentos quanto à interpretação dos temas afetados também são levadas ao Núcleos do STJ e do STF.

O Núcleo também é responsável pela tramitação dos processos em que proferida decisão de sobrestamento e pelo armazenamento dos processos físicos, no prédio localizado na Av. Presidente Wilson. Como informado na entrevista, no ano de 2019 foram digitalizados cerca de 18.000 processos sobrestados.

Quanto aos recursos repetitivos e de repercussão geral, em atendimento à recomendação feita na Inspeção CJP/2018, não se aguarda mais o trânsito em julgado do tema para que os processos tenham seu sobrestamento levantado.

Atualmente, publicada a decisão dos tribunais superiores, o NUGE, em atuação coordenada com as instruções do gabinete da Vice-Presidência, inicia o levantamento dos processos sobrestados, inclusive dos físicos, ainda que não digitalizados. O controle do acervo é feito por meio de sistema próprio e independente do sistema de estatísticas do Tribunal.

Em razão da pandemia, os servidores estão atuando em regime de teletrabalho, conforme Portarias Conjuntas PRES/CORE n. 1 e n. 2/2020.

Na entrevista, o diretor do Núcleo reiterou o apontamento feito no item 5.1 quanto às dificuldades referentes ao uso do sistema processual eletrônico (PJe).

Como apontado nos itens 4.1 e 4.2, a recomendação referente ao Processo n. 0069223-45.2005.4.03.0000, constante no relatório da Vice-Presidência da Inspeção CJP/2018, foi cumprida.

7. RECOMENDAÇÕES

a) Insistir, com o setor de informática, para procurar corrigir a reclamação do órgão, sobre o aperfeiçoamento do PJe, quanto a superar a necessidade de operar vários comandos para única fase (item 5.1); e

b) De resto, manter o método de trabalho e boas práticas, atentos para a permanente interação entre o Núcleo e os gabinetes e Seções Judiciárias, de modo que as informações cheguem com velocidade e clareza aos destinatários e aplicadores dos dados.

SUBSECRETARIA DO ÓRGÃO ESPECIAL E PLENÁRIO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário - UPLE

2.2 Competência

Resposta enviada, em pdf, para o e-mail estatistica@cjf.jus.br, em 15/5/2020, por ser o espaço disponibilizado insuficiente para responder o item.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Presidente Mairan Maia

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)?

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta - período 1/3/2018 até 1/3/2020.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Renata Maria Gavazi Dias - Diretora da Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário.

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	10
Estagiários de nível superior	2
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências

Publicação de acórdão/decisão	0
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	0
Análise/triagem	0
Juntada	0
Conclusão	0
Extraviados/por restaurar	0
Em carga com prazo vencido	0

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade

Total	4
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	2
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	0

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na inspeção anterior	14
Total de feitos verificados na autoinspeção	30
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos não regularizados	0

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos

Pendentes de publicação	0
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0
Total de publicações nos últimos 12 meses	1.020
Média de dias do julgamento à publicação	5
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	23

4.5 Fluxo de publicação de decisões

Total de publicações	201 despachos e 87 decisões
Tempo médio	1 dia
Publicações em prazo superior a 10 dias	0
Pendentes de publicação	0

O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0
---	---

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação

Há mais de 60 dias	1
Há mais de 30 dias	219, a grande maioria são processos físicos aguardando retorno do prazo, após publicação de acórdão em 10/3/2020.
Há mais de 90 dias	0
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	0

4.7 Ausências de membros do Colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar).

Resposta enviada, em pdf, para o e-mail estatistica@cjf.jus.br, em 15/5/2020, por ser o espaço disponibilizado insuficiente para responder o item.

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

Sessões do Órgão Especial - de 1/4/2019 a 30/4/2020: 1. Judiciárias - 17 (ordinárias - 2019) + 5 (ordinárias - 2020) = 22; 2. Administrativas - 10 (9 ordinárias e 1 extraordinária - 2019) + 4 (3 ordinárias e 1 extraordinária - 2020) = 14 Sessões Plenárias: 7 (2019) + 4 (2020) = 11

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

a) Cobrar processo que estavam no MPF com prazo superior a 60 dias; b) contabilizar todos os processos físicos em tramitação, objetivando apurar com precisão o acervo existente e o informado no sistema de movimentação processual; c) acompanhar os relatórios emitidos pelo setor de estatística do Tribunal, objetivando sanar inconsistências observadas em relação à realidade da secretaria; d) elaborar estatística do volume de decisões monocráticas publicadas.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

a) Encaminhado novo e-mail à Procuradora Chefe do Ministério Público Federal solicitando a devolução de todos os processos que estavam no MPF com prazo superior a 60 dias. Não houve mais atrasos na devolução por parte do MPF; b) abrir chamado para sanar as discrepâncias. Os processos da Vice-Presidência, com agravos internos, incluídos em pauta de julgamento pelo Órgão Especial passaram a

ser computados na subsecretaria do Órgão Especial; c) abrir chamado para sanar as discrepâncias. Houve melhora significativa nos relatórios fornecidos pelo setor de estatística do tribunal, mas ainda fazemos alguns controles manuais e, quando detectada a divergência, entramos em contato com o setor de estatística para correção. d) abrir chamado para sanar as discrepâncias, mas ainda apresenta inconsistências.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Todas as medidas foram adotadas a fim de darmos cumprimento às recomendações. O setor de estatística do Tribunal está, na medida do possível, sanando as irregularidades apresentadas nos relatórios do BI concernentes à subsecretaria do Órgão Especial e Plenário.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Como boa prática, reforço sempre a importância de se cultivar um bom ambiente de trabalho para se alcançar uma melhor prestação de serviço.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
00259816420084036100	3/10/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Fase Atual: 6/3/2020 - remessa para ciência do acórdão à Fazenda Nacional (Processo físico. Prazo suspenso. Agravo interno julgado na sessão do Órgão Especial de 27/2/2020 - advogado tomou ciência no balcão e abriu mão de prazo recursal. Remetido para a Fazenda Nacional para ciência do acórdão).		
00305148620154030000	23/12/2015	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: (Proc físico. Prazo suspenso. Remetido para PRF3 FUNAI em 9/3/2020 - para ciência do despacho de 9/3/2020: INT. FUNAI sobre se remanesce interesse...). OBS.: Fase lançada pelo gabinete gerada pelo GEDPRO posteriormente à remessa do processo para ciência do despacho pela Procuradoria Federal.		
00116449420134036100	8/4/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Último lançamento Siapro: sobrestado - Fase Atual: 23/1/20 disponibilizado no diário eletrônico decisão/despacho no dia 2020-1-23. 8:30 (Expediente Processual (Despacho/Decisão) 67090/2020). Órgão atual. : SP01P3000 subs. de feitos da Vice-Presidência NURE 18 F		
50205114520194030000	12/8/2019	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Após parecer do MPF, em 17/4/2020, os autos foram conclusos para a desembargadora federal relatora no mesmo dia.		
0006722-54.2006.4.03.6100	14/10/2009	65 - Ação Civil Pública

Observação/Providência: Último lançamento Siapro: Fase Atual: 10/3/2020 disponibilizado no diário eletrônico acordão no dia 2020-3-10. 8:30 (Boletim de Acordão 29689/2020) (Processo físico. Prazo suspenso. Agravo interno julgado na sessão do Órgão Especial de 27/2/2020).		
00044223720164030000	7/3/2016	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Remetido ao arquivo geral em 6/7/2016. Enviei e-mail para a divisão de arquivo para a regularização da baixa para o arquivo: Fase: 0000009350. Data e Hora: 12/5/2020 às 08:50:47. Descrição: arquivado CX 4463. Lançamento corrigido.		
00892523919934030000	17/1/2003	272 - Representação Criminal/Notícia de Crime
Observação/Providência: Siapro: certidão de autos findos - regularização da baixa no siapro - processo findo remetido para a divisão de assuntos da magistratura em 17/1/2003 para arquivo - Fase: 7000. Data e Hora: 17/1/2003 às 12:54:29. Descrição: remessa guia n.: 2003005487. Destino: Divisao de Assuntos da Magistratura.		
00388151819984030000	2/10/2019	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Situação: autos findos - Fase Atual: 16/4/2020 certidão de autos findos para regularização da baixa - Processo remetido ao STJ em 20/5/1999 - Descrição: remessa a outros tribunais - guia n.: 990038531. Destino: Superior Tribunal de Justiça.		
00089469720044030000	2/3/2004	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Lançamento Siapro em 4/8/2010: Descrição: informação - apensado à APN 128 (2003.03.00.065344-4). Em 11/11/2005 - autos no STJ. Órgão atual: Núcleo de Remessa aos tribunais superiores [NURT 167A]. Fase atual: 8712. Certidão de autos findos – Correção.		
00101862420044030000	4/3/2004	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Lançamento Siapro em 4/8/2010: Descrição: informação - apensado à APN 128 (2003.03.00.065344-4) em 11/11/2005 - autos no STJ. Órgão atual: Núcleo de Remessa aos tribunais superiores - NURT 167ª. Fase Atual: 14/5/2020 arquivado aguardando decisão do STJ.		
00706720920034030000	11/11/2003	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Siapro em 4/7/2005: apensado aos autos do INQ n. 533 (2003.03.00.048044-6 - estão no STJ). Fase atual: 8712 - Certidão de autos findos - Correção. Localização: Núcleo de Remessa aos tribunais superiores. Órgão atual: Núcleo de Remessa aos trib superiores - NURT 167A		
00797312120034030000	29/12/2003	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Siapro em 4/8/2010 - apensado à APN 128 (2003.03.00.065344-4) em 10.8.04 - autos no STJ processo no STJ - Órgão atual: Núcleo de Remessa aos tribunais superiores NURT 167A Situação: Arquivado. Fase Atual: 13/5/20 arquivado aguardando decisão do STJ.		
00755888620034030000	4/12/2003	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Siapro - Fase anterior: informação processo no STJ - apensado à APN 128 (2003.03.00.065344-4). Órgão atual: Núcleo de Remessa aos tribunais superiores - NURT 167A Situação: Arquivado. Fase Atual: 13/5/20 arquivado aguardando decisão do STJ. Correção.		
00040061920174036181	4/7/2017	279 - Inquérito Policial

Observação/Providência: Último lançamento Siapro: 11/5/2020 informação regularização da fase no siapro - inquérito com tramitação direta - Resolução 63 Secr. Resp.: SP01P1000 Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário órgão. Resp: SP01J1000. Órgão Especial. órgão Atual: SP01E2030 Superintendência Regional da Polícia Federal.		
00006481220194036105	9/1/2020	279 - Inquérito Policial
Observação/Providência: Processo não encontrado (3). (00006481220194036105). [PRESS RETURN] Resultado da pesquisa realizado no Siapro. Enviado e-mail para a gestora da Siapro Márcia Novoletti e Setor de Estatística do TRF3.		
50177064020194036105	11/2/2020	279 - Inquérito Policial
Observação/Providência: Não tenho acesso a esse processo. Solicitei auxílio da divisão de PJe e obtive a informação de que trata-se de um conflito de jurisdição, de relatoria do Desembargador Federal Nino Toldo, da Quarta Seção, e encontra-se na tarefa: IPL - triagem de gabinete (gabinete 40 - Des. Fed. - 4 Seção).		
00751615520044030000	21/12/2004	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Siapro - Fase em: 30/8/2019 informação processo no STJ - apensado à APN 128 (2003.03.00.065344-4). Órgão atual: Núcleo de Remessa aos tribunais superiores - NURT 167A. Situação: arquivado. Fase Atual: 13/5/2020 - arquivado aguardando decisão do STJ. Correção.		
00752507820044030000	27/12/2004	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Siapro - Fase em: 30/8/2019 - informação processo no STJ - apensado à APN 128 (2003.03.00.065344-4). Órgão atual: Núcleo de Remessa aos tribunais superiores - NURT 167A Situação: arquivado. Fase Atual: 13/5/20 arquivado aguardando decisão do STJ. Correção.		
00751598520044030000	21/12/2004	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Siapro - Fase em: 30/8/2019 informação processo no STJ - apensado à APN 128 (2003.03.00.065344-4). Órgão atual: Núcleo de Remessa aos tribunais superiores - NURT 167A Situação: arquivado Fase Atual: 13/5/2020 arquivado aguardando decisão do STJ. Correção.		
00751624020044030000	21/12/2004	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Siapro - Fase em: 30/8/2019 - informação processo no STJ - apensado à APN 128 (2003.03.00.065344-4). Órgão atual: Núcleo de Remessa aos tribunais superiores - NURT 167A Situação: arquivado. Fase Atual: 13/5/20 arquivado aguardando decisão do STJ. Correção.		
00151580320054030000	4/4/2005	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Siapro - Fase em: 30/8/2019 - informação processo no STJ - apensado à APN 128 (2003.03.00.065344-4). Órgão atual: Núcleo de Remessa aos tribunais superiores - NURT 167A Situação: arquivado. Fase Atual: 13/5/20 arquivado aguardando decisão do STJ. Correção.		
00752516320044030000	27/12/2004	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Siapro - Fase em: 30/8/2019 - informação processo no STJ - apensado à APN 128 (2003.03.00.065344-4). Órgão atual: Núcleo de Remessa aos tribunais superiores - NURT 167A Situação: arquivado. Fase Atual: 13/5/20 arquivado aguardando decisão do STJ. Correção.		
00751607020044030000	21/12/2004	241 - Petição Cível

Observação/Providência: Siapro - Fase em: 30/8/2019 - informação processo no STJ - apensado à APN 128 (2003.03.00.065344-4). Órgão atual: Núcleo de Remessa aos tribunais superiores - NURT 167A Situação: arquivado. Fase Atual: 13/5/20 arquivado aguardando decisão do STJ. Correção.		
00751632520044030000	21/12/2004	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Siapro - Fase em: 30/8/2019 - informação processo no STJ - apensado à APN 128 (2003.03.00.065344-4). Órgão atual: Núcleo de Remessa aos tribunais superiores - NURT 167A Situação: arquivado. Fase Atual: 13/05/20 arquivado aguardando decisão do STJ. Correção.		
00090740520134030000	22/10/2013	1298 - Processo Administrativo
Observação/Providência: Situação: autos findos. Fase Atual: 25/10/2013 remessa de autos findos a(o) ao gabinete da Corregedoria Regional do TRF3 (para arquivamento). Enviei e-mail para a supervisora da DEJU (Siapro) e Estatística, para verificação do motivo pelo qual apareceu na estatística.		
00090775720134030000	22/10/2013	1298 - Processo Administrativo
Observação/Providência: Situação: autos findos. Fase Atual: 25/10/2013 remessa de autos findos a(o) ao gabinete da Corregedoria Regional do TRF3 (para arquivamento). Enviei e-mail para a supervisora da DEJU (Siapro) e Estatística, para verificação do motivo pelo qual apareceu na estatística.		
00090472220134030000	22/10/2013	1298 - Processo Administrativo
Observação/Providência: Situação: autos findos. Fase atual: 25/10/2013 remessa de autos findos a(o) ao gabinete da Corregedoria Regional do TRF3 (para arquivamento). Enviei e-mail para a supervisora da DEJU (siapro) e Estatística, para verificação do motivo pelo qual apareceu na estatística.		
00090541420134030000	22/10/2013	1298 - Processo Administrativo
Observação/Providência: Situação: autos findos. Fase atual: 25/10/13 remessa de autos findos a(o) ao gabinete da Corregedoria Regional do TRF3 (para arquivamento). Enviei e-mail para a supervisora da DEJU (Siapro) e Estatística, para verificação do motivo pelo qual apareceu na estatística.		
00090559620134030000	22/10/2013	1298 - Processo Administrativo
Observação/Providência: Situação: autos findos. Fase atual: 25/10/2013 remessa de autos findos a(o) ao gabinete da Corregedoria Regional do TRF3 (para arquivamento). Enviei e-mail para a supervisora da DEJU (Siapro) e Estatística, para verificação do motivo pelo qual apareceu na estatística.		
00090576620134030000	22/10/2013	1298 - Processo Administrativo
Observação/Providência: Situação: autos findos. Fase atual: 25/10/2013 remessa de autos findos a(o) ao gabinete da Corregedoria Regional do TRF3 (para arquivamento). Enviei e-mail para a supervisora da DEJU (Siapro) e Estatística, para verificação do motivo pelo qual apareceu na estatística.		
00090585120134030000	22/10/2013	1298 - Processo Administrativo
Observação/Providência: Situação: autos findos. Fase atual: 25/10/2013 remessa de autos findos a(o) ao gabinete da Corregedoria Regional do TRF3 (para arquivamento). Enviei e-mail para a supervisora da DEJU (Siapro) e Estatística, para verificação do motivo pelo qual apareceu na estatística.		

00090593620134030000	22/10/2013	1298 - Processo Administrativo
Observação/Providência: Situação: autos findos. Fase atual: 25/10/2013 remessa de autos findos a(o) ao gabinete da Corregedoria Regional do TRF3 (para arquivamento). Enviei e-mail para a supervisora da DEJU (Siapro) e Estatística, para verificação do motivo pelo qual apareceu na estatística.		
00020038020124036112	9/11/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Último lançamento Siapro: Fase Atual: 22/3/2017 suspenso/sobrestado por decisão da Vice-Presidência Secr. Resp. SP01P3000 Subs. de Feitos da Vice Presidencia. Órgão Resp: SP01J1307 Sétima Turma. Órgão Atual: SP01P3000 Subs. de Feitos da Vice-Presidência.		
00005129820094036126	9/3/2011	1728-Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Último lançamento Siapro: Fase Atual: 11/4/2017 suspenso/sobrestado por decisão da Vice-Presidência Secr. Resp.: SP01P3000 Subs. de Feitos da Vice Presidencia. Órgão Resp: SP01J1307 Sétima Turma. Órgão Atual : SP01P3000 Subs. de Feitos da Vice-Presidência.		
00062482920114036126	15/5/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Último lançamento Siapro: Fase Atual: 16/3/17 suspenso/sobrestado por decisão da Vice-Presidência Secr. Resp.: SP01P3000 Subs. de Feitos da Vice-Presidência. Órgão Resp: SP01J1308 Oitava Turma. Órgão Atual: SP01P3000 Subs. de Feitos da Vice-Presidência PW-REP180B.		
00056021920114036126	21/5/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Último lançamento Siapro: Fase Atual: 16/3/17 suspenso/sobrestado por decisão da Vice-Presidência Secr. Resp.: SP01P3000 Subs. de Feitos da Vice-Presidência. Órgão Resp: SP01J1307 Sétima Turma. Órgão Atual:SP01P3000 Subs. de Feitos da Vice-Presidência PW-REP180B.		
00017488020124036126	8/11/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Último lançamento Siapro: Fase Atual: 18/4/17 suspenso/sobrestado por decisão da Vice-Presidência Secr. Resp.: SP01P3000 Subs. de Feitos da Vice-Presidência. Órgão Resp: SP01J1310 Décima Turma. Órgão Atual: SP01P3000 Subs. de Feitos da Vice-Presidência.		
00024314320124036183	5/2/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Último lançamento Siapro: Fase Atual: 29/3/17 sobrestado por decisão da Vice-Presidência Secr. Resp.: SP01P3000 Subs. de Feitos da Vice-Presidência. Órgão Resp: SP01J1308 Oitava Turma. Órgão Atual Subs. de Feitos da Vice-Presidência PW-REP182C.		

8. HISTÓRICO DO ACERVO DO GABINETE



9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 29 processos selecionados, todos foram inspecionados mediante consulta processual.

Em relação aos feitos, não houve recomendação.

Os processos listados abaixo constam como pertencentes ao acervo da Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário, mas, na realidade, tramitam em outras unidades:

00090740520134030000	00090775720134030000	00090472220134030000
00090541420134030000	00090559620134030000	00090576620134030000
00090585120134030000	00090593620134030000	00020038020124036112
00005129820094036126	00062482920114036126	00056021920114036126
00017488020124036126	00024314320124036183	00116449420134036100

A subsecretaria administra a realização de duas sessões por mês, tendo havido, entre abril/2019 a abril/2020, 22 Judiciárias, 14 Administrativas (12 ordinárias e duas extraordinárias) e 11 Plenárias. Não houve cancelamento de sessões no período.

Considerado o volume de processos em tramitação na subsecretaria e nos órgãos que a integram, bem como o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente. O volume de pendências na subsecretaria é baixo.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral entrevistou, por videoconferência, a Diretora da Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário, Renata Maria Gavazi Dias. Ela está à frente da direção da Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário desde 2007 e, na entrevista, discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo setor.

Contando com 10 servidores em atividade, outros dois licenciados, a subsecretaria tem apenas uma divisão, qual seja, a de processamento, que conta com cinco servidores, incluído o diretor.

Após o pedido de dia de pauta pelo desembargador, o processo vai para o setor de julgamento, composto pela diretora e outros quatro servidores. Esse é o setor responsável pela sessão, sendo que quem a secretaria é a diretora.

O Pleno trata das matérias administrativas (ex.: eleição para direção, eleição para a vaga do órgão especial; processos de vitaliciamento, posses de desembargadores etc). O Órgão Especial realiza duas sessões por mês, sendo que as pautas se dividem da seguinte forma:

- Pauta administrativa (pauta dos processos inseridos no SEI): remoção, permuta, ausência para curso etc.
- Pauta judiciária: agravos internos contra negativa de seguimento de RE ou RESP por paradigma; conflitos de competência (órgão especial); IRDR; MS; ações rescisórias etc.

No setor de julgamento não há diretor, de modo que o diretor da Divisão de Processamento, a diretora da subsecretaria e outro servidor, o qual foi designado pelo presidente do TRF, cuidam desse setor.

Os processos são triados pelo setor de processamento por meio do último número antes do dígito. No setor de julgamento não há triagem.

A diretora informou que os feitos físicos ficam localizados em armários para a guarda de processos, conforme os prazos ou se sobrestados. Atualmente, são quatro feitos que estão sobrestados na unidade. A maioria é eletrônico. Os processos da Vice-Presidência não foram digitalizados.

O controle dos processos físicos remetidos e em carga é realizado pelo próprio Siapro, que dispara um e-mail de cobrança. São mensagens para solicitar a devolução dos feitos com cargas vencidas. O controle é feito semanalmente.

Fazem uma revisão periódica nas caixas e localizadores, para checar se existe algum parado. Checam uma vez por semana. Atualmente, conforme relatado pela diretora, o acervo é de cerca de 150 processos em secretaria, o que permite ter condições de fazer a checagem.

A distribuição de tarefas entre os servidores é feita pela diretora. Já se experimentou a divisão por rodízio, que também serviu como avaliação para se saber o rendimento de cada um e as aptidões individuais, por meio dos resultados e desempenho nas funções. Atualmente, os servidores estão fixos em suas atribuições, de modo que as tarefas se dividem de acordo com a aptidão.

Antes da pandemia, não havia teletrabalho na unidade. Agora todos estão trabalhando remotamente. A diretora informou que o rendimento da unidade tem se mostrado bastante satisfatório durante esse período. Acredita que terão condições de manter o teletrabalho após o retorno. Observou-se também que as atividades permanecem normais durante esse período de pandemia, com grande volume de conflitos de competência, de decisões monocráticas, além do fato de as sessões seguirem mantidas e realizadas sem alterações. Complementa, ainda, informando que a demanda só não aumentou em virtude dos processos de competência da Vice-Presidência, em que muitos dos processos ainda são físicos, e, por isso, não entraram em pauta. A maior parte dos prazos em excesso ocorre nos autos físicos. Os processos eletrônicos estão com tramitação normal.

Uma das atividades da diretora é controlar a movimentação dos processos semanalmente, processo a processo, em razão do baixo número de feitos na secretaria. Atualmente são 150 processos em trâmite na unidade, segundo relatado. Nesse contexto, não se pode dizer que a unidade trabalhe com metas de produtividade. Há, no entanto, como objetivo único tratar os processos imediatamente, após a entrada no setor. Isso vale, inclusive, para os feitos com prioridade legal ou Meta do CNJ. Como medida adotada, cada servidor recebe um processo para trabalhar dentro do prazo de até dois dias. Nesse formato, tem estado a subsecretaria em dia.

O atendimento às partes e advogados normalmente é feito no balcão, com escala de servidores, ou ainda, por telefone e e-mail. Durante a pandemia, a unidade estabeleceu o atendimento apenas por e-mail.

O controle das remessas externas é realizado por meio do Siapro, que dispara alerta de prazo esgotado. A cobrança, por sua vez, é automática. No caso do Ministério Público, a carga é realizada diariamente. Os demais órgãos têm remessa uma vez por semana. A cobrança, segundo informado, é periódica.

A unidade informou que não há petições pendentes de juntada. Durante a pandemia, apenas três deram entrada por e-mail.

As cartas de ordem são distribuídas pelo PJe, onde também é realizado o monitoramento, cumprimento (em regra, de 30 dias) e devolução à unidade. Quando há atraso no cumprimento, o desembargador relator é informado, que despacha solicitando informações. Antes do PJe, o contato era feito diretamente com a unidade, e, em caso de atraso, o relator determinava solicitação de providências.

O controle de processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes é feito diretamente no sistema e também na modalidade manual, por meio de tabela criada para essa finalidade.

A unidade não tem poderes amplos para praticar atos meramente ordinatórios (art. 203, § 4º, do CPC), restritos apenas à juntada de substabelecimento.

A subsecretaria administra a realização de duas sessões mensais, uma na primeira quarta-feira do mês e a outra na última quarta-feira, sendo uma administrativa e a outra judiciária.

A inclusão de processos físicos em pauta obedece ao critério do pedido de dia, de acordo com um cronograma estabelecido pela Presidência, que assina a pauta, após a confirmação da inclusão pela Secretaria. No PJe, o próprio gabinete inclui na caixa da pauta. O sistema registra a pauta e gera a respectiva intimação.

Como referência de prática adotada que a unidade considere modelo foi apontado o ambiente respeitoso, em que todos se ajudam.

Não houve relatos de dificuldades enfrentadas.

11. RECOMENDAÇÕES

- Sem recomendações específicas.

SUBSECRETARIA DAS SEÇÕES

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria das Seções

2.2 Competência

Processamento, coordenação e julgamento de todos os feitos de competência das quatro seções especializadas do Tribunal.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrada Presidente do órgão (início da inspeção):

Desembargadora Federal Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Nery da Costa Júnior.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Wanderley Francisco de Souza - Diretor de Subsecretaria

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):

Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	2
Estagiários de nível superior	2

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências

Juntada	6
Publicação de acórdão/decisão	16
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	0
Análise/triagem	12 (triagem digitalizados)
Conclusão	0
Extraviados/por restaurar	0
Em carga com prazo vencido	2

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade

Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	16
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	0
Total	16

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente

Total de feitos verificados na inspeção anterior	26
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção	34
Total de feitos não regularizados	0

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos

Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0034542-34.1995.4.03.6100, desde 17/1/2020
Total de publicações nos últimos 12 meses	2.034 - (1ª Seção: 395 - 2ª Seção: 230 - 3ª Seção: 1.022 - 4ª Seção: 387)
Média de dias do julgamento à publicação	4 - (1ª Seção: 3 - 2ª Seção: 4 - 3ª Seção: 4 - 4ª Seção: 4)
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	44 - (1ª Seção: 8 - 2ª Seção: 3 - 3ª Seção: 32 - 4ª Seção: 1)
Pendentes de publicação	6 - (1ª Seção: 0 - 2ª Seção: 0 - 3ª Seção: 2 - 4ª Seção: 4)

4.5 Fluxo de publicação de decisões

Pendentes de publicação	12
-------------------------	----

O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	00890370920064030000, desde 19/3/2020 (não é caso publicação no diário eletrônico, intimação somente da UF)
Total de publicações	461 (dados fornecidos pelo setor de estatísticas)
Tempo médio	52 (dados fornecidos pelo setor de estatísticas)
Publicações em prazo superior a 10 dias	121

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação

Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando).	Total: 17 (0061545-47.2003.4.03.0000 (22/4/19), 5028909-15.2018.4.03.0000 (26/4/19), 5007787-09.2019.4.03.0000 (4/9/19), 0044609-49.2000.4.03.0000 (15/10/19), 0018602-34.2011.4.03.0000 (25/10/19), 50110504920194030000 (28/11/19), 50289426820194030000 (10/12/19), 50237384320194030000 (11/12/19) e 50025950320164030000 (18/12/19)
Há mais de 30 dias	844
Há mais de 60 dias	190
Há mais de 90 dias	36

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar).

Em virtude do limitado número de caracteres, um relatório em formato PDF, com as informações de ausências de membros dos colegiados foi enviado para o e-mail estatistica@cjf.jus.br, bem como inspecao@cjf.jus.br, em 15/5/2020, às 19h15.

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

61 sessões de julgamento realizadas nos últimos doze meses, sendo: 11 da Primeira Seção; 12 da Segunda Seção; 22 da Terceira Seção e 16 da Quarta Seção.

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

1. Cumprir as determinações dos itens 2 e 3; 2. Elaborar estatística do volume de decisões monocráticas publicadas; 3. Realizar constantemente a contabilização de todos os processos físicos em tramitação, objetivando apurar a exatidão entre o acervo

existente e o informado no sistema de movimentação processual; 4. Acompanhar os relatórios emitidos pelo setor de estatística do tribunal, objetivando sanar as inconsistências observadas em relação à realidade na subsecretaria.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

1. Verifico que todos os feitos relacionados nesse tópico foram devolvidos pelo Ministério Público Federal e as movimentações processuais regularizadas. 2. No tocante à elaboração de estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, a subsecretaria ainda não possui ferramenta que possibilite esse controle de forma eficaz. 3. Assim que assumi a gestão do setor, há pouco mais de dois meses, promovi a contagem dos feitos físicos e as poucas divergências identificadas foram solucionadas. Atualmente estamos em regime de teletrabalho em face da pandemia, mas assim que retornarmos as atividades presenciais no Tribunal continuaremos com esse procedimento. Ressalto que atualmente há poucos processos físicos na subsecretaria em face da virtualização dos feitos e inserção no PJe, promovida pela Presidência do Tribunal, especialmente no segundo semestre de 2019. 4. O acompanhamento dos relatórios gerenciais é feito com frequência, é um hábito que já tinha quando gestor em outra subsecretaria.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Quanto ao controle estatístico das decisões monocráticas publicadas, para atendimento a essa demanda, será solicitado ao setor de estatística do Tribunal a disponibilização para a subsecretaria de ferramenta que viabilize a contagem de forma eficaz.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

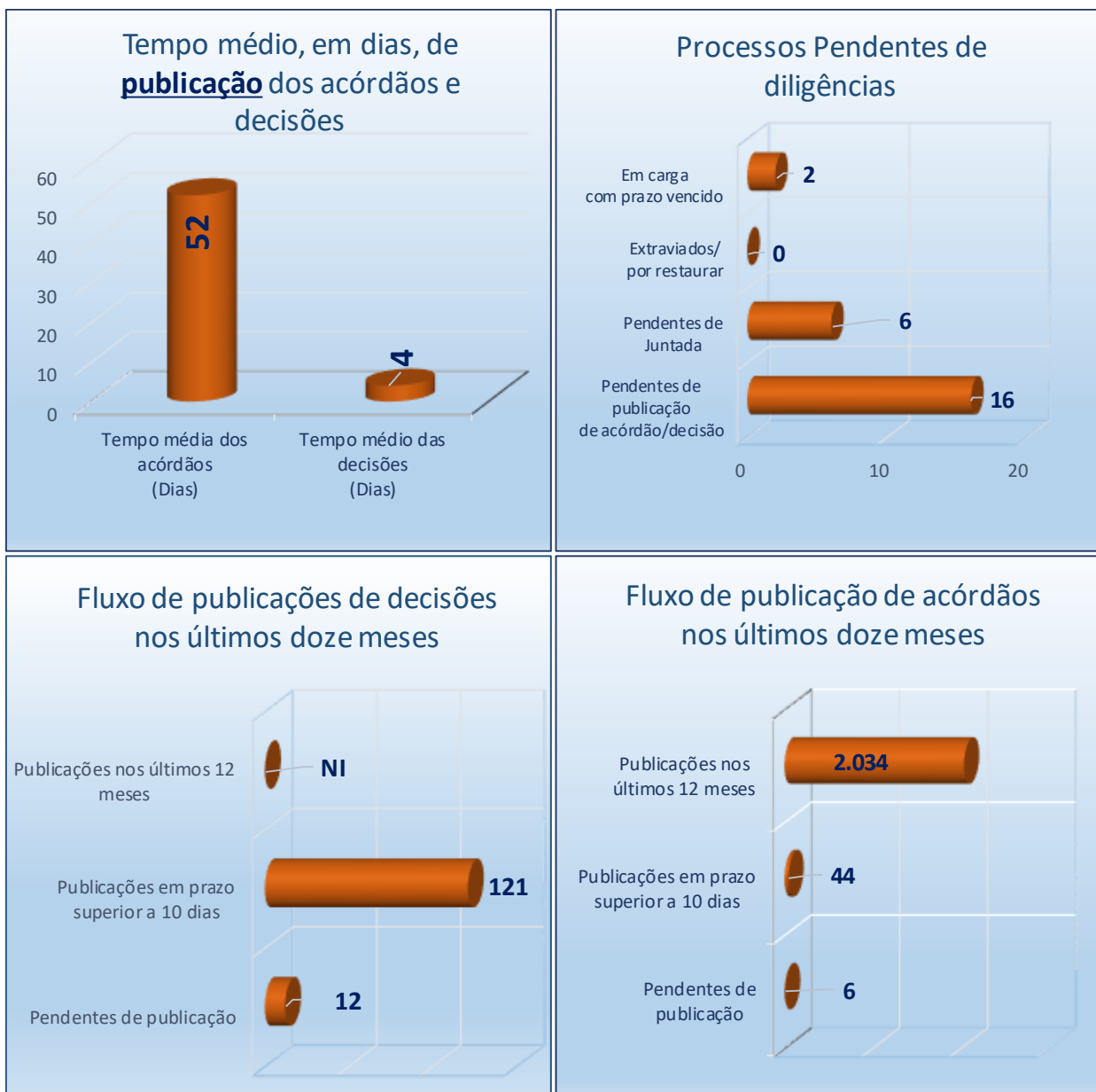
6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A subsecretaria das seções conta com servidores extremamente comprometidos com o trabalho, com bastante experiência, e um ambiente harmônico. São três divisões internas, uma divisão de processamento, que atende as quatro seções, e duas divisões de julgamento, uma responsável pela 1ª e 4ª Seção, outra pela 2ª e 3ª Seção. As tarefas são bem divididas internamente, de forma igualitária, evitando sobrecarga. Como excelente experiência e boa prática, vale destacar a divisão homogênea do trabalho, de acordo com o dígito final do processo, no setor de processamento. A título de sugestão, facilitaria muito o trabalho das subsecretarias o retorno das comunicações automáticas ao juízo de origem ou com um simples comando no PJe, de decisões, acórdãos, trânsitos. Retificação da autuação nos conflitos de competência pode ser melhorada com padronização das nomenclaturas dos juízos federais no sistema ou banco de dados para a busca. Ampliar a possibilidade de intimações no PJe pelo próprio sistema.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
00219987720154030000	5/5/2017	279 - Inquérito Policial
Observação/Providência: A decisão interlocutória proferida em 5/2017 não foi publicada no Diário Eletrônico, uma vez que destinava-se somente ao Ministério Público Federal, o qual foi intimado pessoalmente com a remessa dos autos à PRR3 em 23/5/2017.		
00003339720184030000	10/8/2018	310 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Observação/Providência: Trata-se de feito em que houve julgamento de Questão de Ordem em 8/11/2018, com dispensa da lavratura do acórdão, nos termos do art. 84, inciso IV, do Regimento Interno do TRF3. Para regularização no sistema, providenciei o registro no SIAPRO da fase "informação - dispensada a publicação de acórdão".		
00012248920114036006	27/3/2014	421 - Embargos Infringentes e de Nulidade
Observação/Providência: Acórdão publicado em 8/5/2020.		
5007803-94.2018.4.03.0000	17/4/2018	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Conflito de competência cível, distribuído em 17/4/2018, suscitado no Mandado de Segurança n. 0009460-63.2016.4.03.6100. O conflito de competência encontra-se conclusos com o relator na tarefa "Aguardando Julgamento colegiado". A subsecretaria comunicou ao gabinete do relator, por e-mail, a inspeção neste feito.		

8. ESTATÍSTICAS GERAIS DA UNIDADE PROCESSANTE



9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos quatro processos selecionados, todos foram inspecionados mediante consulta processual.

Em relação aos feitos, não houve recomendação.

O Processo 5007803-94.2018.4.03.0000 consta como pertencente ao acervo da subsecretaria de seções, mas, na realidade tramita em outra unidade.

A subsecretaria administra a realização de sessões mensais da 1ª e 2ª Seções e quinzenais das 3ª e 4ª Seções. O diretor informou que não houve cancelamento de sessões nas 1ª e 2ª Seções. Já a 3ª Seção cancelou a do dia 23/1/2020, por falta de quórum regimental. Na 4ª Seção, as sessões presenciais de 19/3/2020 e 16/4/2020 não foram realizadas em virtude das Portarias Conjuntas PRES/CORE 1 e 2 (referentes à pandemia), ficando o julgamento dos feitos redesignado para a sessão virtual de 30/4/2020.

No período da pandemia, houve a conversão de algumas sessões presenciais em virtuais.

Considerado o volume de processos em tramitação na subsecretaria e nos órgãos que a integram, bem como o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente. O volume de pendências na subsecretaria é baixo.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral entrevistou, por videoconferência, o Diretor da Subsecretaria das Seções, Wanderley Francisco de Souza. Ele está à frente da direção da subsecretaria das seções desde março do corrente ano e, na entrevista, discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo setor.

Com a unificação das subsecretarias das seções, há cinco anos, a unidade ficou assim dividida:

- Divisão de Processamento: conta com sete servidores, incluído o diretor;
- Divisão de Julgamento: subdividida em 1ª e 4ª Seções, com três servidores (1 diretor e dois servidores), e outra subdivisão para 2ª e 3ª Seções, com quatro servidores (um diretor e três servidores);

A Divisão de Processamento atua na execução de despachos ou decisões monocráticas proferidas. Os servidores trabalham desde o início ao fim com o feito; Atuam, também, na remessa e recebimento dos processos dos órgãos externos.

A Divisão de Julgamento só trabalha com processos inseridos em pauta ou em mesa. Os processos são de responsabilidade dessa equipe até o trânsito em julgado, isto é, mesmo depois do julgamento permanecem na divisão.

Quando o processo chega à secretaria, a Divisão de Processamento, por meio de um servidor e um estagiário, certifica o recebimento. Nos casos em que o feito é sigiloso, quem o recebe é o diretor da subsecretaria ou o diretor do processamento. A distribuição entre a equipe é feita pelo dígito do processo e cada servidor tem dois dígitos. No PJe, o processo vai para pastas específicas, ficando o diretor da Divisão responsável pela triagem dos processos do PJe.

A maioria do acervo é composta por processos eletrônicos. A 4ª Seção ainda possui processos físicos e, segundo o diretor, é a que conta com maior acervo físico entre as seções.

Na organização do acervo, são verificadas as preferências legais. Os processos inseridos nas metas do CNJ, em princípio, são preocupação dos gabinetes. porém são prioridades na secretaria no aspecto do cumprimento das decisões urgentes.

Os processos sem movimentação são gerenciados mediante relatórios fornecidos pelo SIAPRO e PJe. O diretor realiza conferência quinzenalmente. O diretor relatou que, recentemente, assumiu a diretoria da unidade, e que ainda não conseguiu implantar um controle.

Atualmente, todos os servidores estão em trabalho remoto. Antes da pandemia, em situação de atividades normais, não havia servidores em teletrabalho, inclusive, essa forma de trabalho não havia sido permitida pela Presidente das Seções, a Desembargadora Federal Consuelo Yoshida.

Não há metas numéricas individuais. Há metas coletivas – inclusão em pauta dentro do cronograma, publicação de acórdãos em dez dias, cobrança de documentos expedidos etc. A verificação do cumprimento das metas coletivas é atribuição da Divisão de Processamento através dos dígitos, sob responsabilidade dos servidores.

Durante a pandemia, a equipe tem mantido o funcionamento da unidade através de reuniões semanais realizadas por videoconferências, além da utilização de e-mails e *WhatsApp*. Os relatos são de que a produção está maior, se comparada ao período presencial, o que exige maior atenção com o trabalho. Destacou-se, porém, que os servidores estão mais comunicativos entre si. Quando há problemas com processo físico, por exemplo, algum servidor tem de ir ao Tribunal cumprir alguma diligência/medida urgente, normalmente, ocorrendo rodízio entre servidores ou o diretor de processamento para a execução dessa necessidade.

O atendimento às partes e advogados é feito por um servidor (o mesmo que recebe os processos físicos) e um estagiário. Na ausência desse servidor, é deslocado algum outro do setor de processamento.

O controle das remessas ao Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União é realizado através dos relatórios gerenciais emitidos pelos sistemas.

A unidade tem atualmente poucas petições pendentes de juntada, porque ao tomar posse na subsecretaria das seções, o atual diretor solicitou aos gabinetes a devolução dos autos para proceder a juntada das petições mais antigas. A mesma medida de cobrar os feitos, no entanto, não adotou para os órgãos externos, tendo em vista a suspensão dos prazos processuais nos processos físicos, por conta da pandemia.

O controle das cartas de ordem é feito por relatórios gerenciais extraídos mensalmente. Normalmente, cada servidor cuida do seu processo e controla esses expedientes, com a supervisão do diretor da unidade que utiliza planilhas no Excel.

Os processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes recebem o controle da Divisão de Julgamento em arquivo próprio, mantido no sistema interno. Semanalmente esse arquivo é enviado aos gabinetes para ciência e evitar que perdue a demora.

A unidade não tem ordem específica para praticar atos meramente ordinatórios (art. 203, § 4º, do CPC), mesmo assim executa alguns atos, tais como intimações nos embargos de declaração, nos agravos internos, juntadas de petições, além de outras diligências no decorrer do processo.

No tocante à inclusão de feitos na pauta de julgamento, somente os gabinetes o fazem. A secretaria, por sua vez, fica responsável pelo fechamento da pauta e as intimações necessárias.

Segundo informado, a unidade sempre acompanha e observa as recomendações das inspeções anteriores, bem assim, o seu cumprimento por meio das providências adotadas.

A subsecretaria das seções apontou algumas práticas que considera como modelo e sem a qual o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade. São elas:

- Divisão pelo dígito do processo. O diretor entende que é uma divisão igualitária, além do que todos se tornam responsáveis pelo processo em todas as fases do processo. Amplia o conhecimento dos servidores.

- A equipe trabalha bem com e-mails, a triagem e os indicadores utilizados nas mensagens eletrônicas são reconhecidos no grupo como facilitadores na rotina de trabalho da unidade.

Foram também apontadas as dificuldades enfrentadas no âmbito da secretaria:

- Lentidão no PJe e as muitas rotinas dentro do sistema. Além disso, na autuação direta – feita pela parte –, muitas vezes, ocorre com erros de digitação na identificação e qualificação do titular, gerando retrabalho para a Turma que precisa atentar para a

correção. O sistema, ainda, conta com impulsos que são feitos sem automação, de modo pouco prático e ágil; todavia, durante o período da pandemia a equipe ressalta que houve esforço da TI para melhorar o sistema do PJe.

11. RECOMENDAÇÕES

- Continuar com o bom trabalho que tem sido realizado.

SUBSECRETARIA DA 1ª TURMA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1. Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2. Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3. Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria da Primeira Turma

2.2 Competência

1) Contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); 2) Matéria de Direito Privado: a) domínio e posse; b) locação de imóveis; c) família e sucessões; d) direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; 3) matéria trabalhista de competência residual; 4) propriedade industrial; 5) registros públicos; 6) servidores civis e militares; 7) desapropriações e apossamentos administrativos.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Wilson Zauhy Filho

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

A Subsecretaria da Primeira Turma é presidida pelo Desembargador Federal Wilson Zauhy desde agosto de 2018.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Mikaela Fabiana Mota Garcia - Diretora de Secretaria.

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	14
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	3
Outros	-

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências	
Conclusão	0
Extraviados/por restaurar	0
Em carga com prazo vencido	4
Outros	-
Publicação de acórdão/decisão	55
Análise/triagem	0
Juntada	1
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	8, com base nas pastas do sistema PJe.

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade	
Total	606
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	581
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	18

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	55
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção	85
Total de feitos não regularizados	3 processos, todos com prazo em curso ainda.

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	12.881

Média de dias do julgamento à publicação	5
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	535
Pendentes de publicação	39
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	00092061020094036109 - processo recebido da digitalização em 2.1.2020, com erros de digitalização dos apensos, por isso ficou sem andamento. Já regularizado.

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Tempo médio	17
Publicações em prazo superior a 10 dias	431
Pendentes de publicação	24
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	Agravo de Instrumento n. 5001113-78.2020.4.03.0000, decisão proferida em 31/1/2020. Foi comunicado ao Juízo de origem e expedido ofício para intimação do agravado, haja vista a ausência de procurador cadastrado, mas por equívoco a decisão não foi publicada do diário eletrônico, o que já foi regularizado.
Total de publicações	3.339

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação	
Há mais de 30 dias	2.300
Há mais de 60 dias	910
Há mais de 90 dias	366
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	154 - 50099018520184036100 (2018-10-30); 50002705820164036110 (2018-9-21); 00668243919934039999 (2016-12-19); 00668287619934039999 (2016-12-19); 00668313119934039999 (2016-12-19); 00671682019934039999 (2016-12-19); 00488586319934039999 (2016-12-19); 00691778619924039999 (2016-12-19); 00802038119924039999 (2016-12-19); 199903990074541 (2000-2-25)

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)

Desembargador Hélio Nogueira em uma sessão ordinária, em razão de férias regulamentares. Desembargador Valdeci dos Santos que se encontra em licença médica desde 3 de dezembro de 2019 até a presente data, tendo se ausentado de 12 sessões de julgamento da subsecretaria da Primeira Turma.

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

Foram realizadas 32 sessões de julgamento desde maio de 2019 até esta data.

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim. a) Providenciar a baixa dos autos: 00021362320154030000; 00123310920114030000; 00149942620094036102. b) Regularizar o registro no sistema sobre petição pendente: 10045787219974036111; 00269012419974036100; 0068907820054036104; 00229017819974036100; 00220616819974036100; 00540284419914036100; 09019228920054036100; 00491052420054039999; 00482354619994036100; 01142547419994039999. c) Remeter para UVIP para processamento do RE/REsp: 00033099420154036107; 00064281320134036114; 00024048320154036109; 00064281320134036114; 12050436519954036112; 00104704520074036105. d) Verificar junto ao setor competente, se o lançamento de informações automáticas pelo PJE, ou apresentação de petição está inadvertidamente reativando processos já arquivados: 5000115-52.2016.4.03.0000; 5000699-22.2016.4.03.0000; 5000003-20.2015.4.03.0000. e) Desapensar e arquivar: 0066592-65.2004.403.0000. f) Remeter para os respectivos gabinetes para julgamento em até 90 dias e g) Certificar trânsito em julgado.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

Quanto ao item A, informo que foram baixados. Com relação ao item B, as petições de interposição de agravos denegatórios de recursos especial/extraordinário, com autuação em apartado, embora regularizadas e não pendentes no sistema SIAPRO constaram dos dados estatísticos. Referida inconsistência foi objeto de chamado junto à TI sob o n. 10227971, que informou: "Nas parametrizações do SIAPRO, de responsabilidade do setor de protocolo do TRF3, a petição do tipo Agravo Denegatório de RESP está parametrizada para ser considerada pendente em protocolos somente a partir de 1º/1/2013, portanto, as petições deste tipo nos processos elencados não estão pendentes de juntada, visto serem anteriores a esta data". No que se refere ao item C, o feito n. 00104704520074036105 foi julgado e aguarda decurso de prazo da UF. Os processos do item D foram regularizados pelo PJe. No que tange aos itens E, F e G, as providências foram tomadas.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Foi determinado a certificação do trânsito dos processos ns 0000138-78.2014.403.6103 e 0006968-94.2013.403.6103, no entanto, no feito 0000138-78.2014.403.6103 foram julgados embargos de declaração em 12/3/2019 e juntada petição de recurso especial, todavia, não foram enviados à UVIP haja vista que encontram-se apensados ao principal que, por sua vez, foi julgado nos termos do art. 942 do CPC que, após a remessa para a digitalização, aguarda decurso de prazo da União. O Processo 0006968-94.2013.403.6103 também encontra-se apensado a apelação cível julgada nos termos do art. 942 do CPC que tem prazo em curso. Foi determinada a remessa do feito n. 00104704520074036105 para a UVIP, no entanto, o aludido processo estava na pauta de 3/10/2019, foi julgado e em razão da suspensão dos prazos, ainda encontra-se pendente de prazo para a União.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Hoje todos os servidores estão em *home office* e essa prática é nova para a Subsecretaria da Primeira Turma. Cada servidor fica responsável por um número final de processo, o que facilita o controle do trabalho pela verificação das pastas no sistema PJe. Este sistema tem ficado excessivamente lento, o que acarreta atraso no trabalho e, principalmente, no encerramento das sessões, quando temos que gravar, em média, 700 processos um a um e, com a lentidão, gastamos muitas horas, às vezes dias. Outra dificuldade que passamos foi a digitalização de todo o acervo do Tribunal no ano passado. Ao final do contrato da empresa digitalizadora, em dezembro de 2019, os processos começaram a retornar para a Secretaria no início de 2020 em um número muito grande, o que causou enorme transtorno para a conferência de todos os feitos pela Secretaria, tendo inúmeros processos retornados com erros na digitalização.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

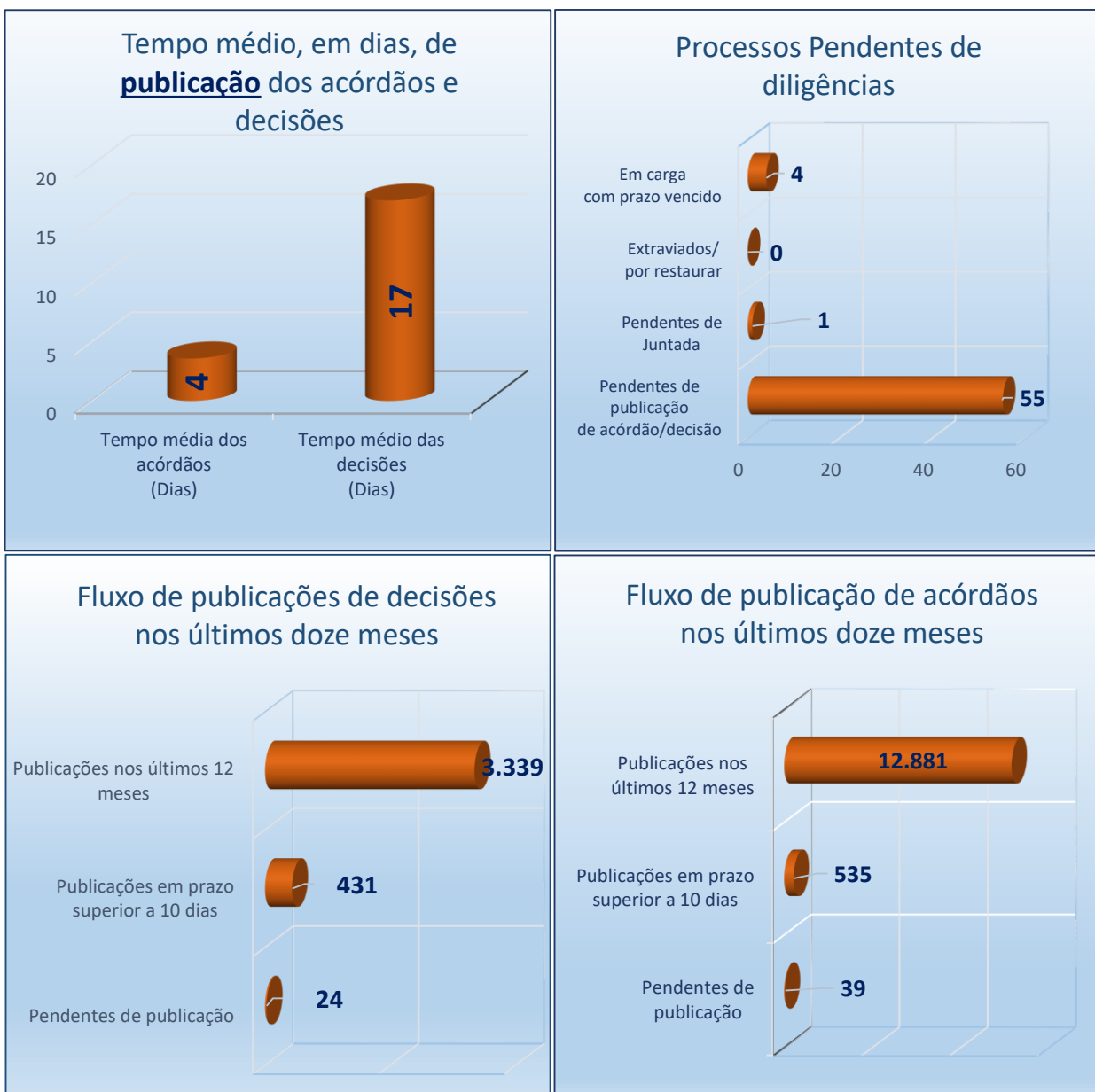
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50193194720184036100	28/9/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência por determinação do relator em 5/7/2019.		
00250981119944036100	21/1/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo recebido da central de digitalização em 16/1/2020 para conferência. Constatado problemas da digitalização. Processo regularizado.		
00141467420114036100	24/8/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo recebido da central de digitalização em 27/1/2020 com problemas na digitalização do apenso. Processo regularizado.		

00282152020124039999	17/7/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo recebido da central de digitalização em 16/1/2020 para conferência. Constatado erro de digitalização. Processo regularizado.		
50319193320194030000	9/12/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão que deferiu a antecipação de tutela recursal em 23/3/2020, durante a suspensão dos prazos processuais.		
50250488420194030000	27/9/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Foi juntada contraminuta e agravo regimental, tendo sido expedida comunicação para apresentação de contraminuta ao agravo regimental.		
50328815620194030000	18/12/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Proferida decisão que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela recursal, não foram localizados os agravados. Expedido edital. Decorrido Prazo. Processo concluso ao relator.		
50005022820204030000	14/1/2020	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em 17/4/2020, foi proferida decisão que julgou prejudicado o recurso. A decisão foi publicada e o feito encontra-se aguardando prazo para recursos.		
00005324920044036002	8/3/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo recebido da central de digitalização em 10/3/2020 para conferência. Conferido e processado.		
04011956219974036103	16/1/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo arquivado pela 2ª Vara de São José dos Campos em 27/11/2018. Regularizado no sistema Siapro.		
00088754020094036105	25/6/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sob responsabilidade da Vice-Presidência.		
50127612620184030000	11/6/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo concluso com o relator.		
00021539420034036106	1º/9/2006	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo recebido da central de digitalização em 7/1/2020, com problemas de digitalização do apenso. Processo regularizado.		
00158652320134036100	22/2/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sob responsabilidade da 5ª Turma.		
5002591-75.2017.4.03.6128	3/12/2018	63 - Ação Civil Coletiva
Observação/Providência: Feito sobrestado por determinação do relator em razão da Medida Cautelar na Ação Direita de Inconstitucionalidade n. 5.090-DF.		
0006972-09.2014.4.03.6100	25/9/2019	63 - Ação Civil Coletiva
Observação/Providência: Processo concluso com o gabinete do relator - pasta preparar relatório e voto.		
0000341-24.2017.4.03.6139	23/6/2017	65 - Ação Civil Pública

Observação/Providência: Processo recebido da central de digitalização em 20.1.2020, com erro de digitalização. Já regularizado.		
00001267520114036004	10/1/2013	326 - Restituição de Coisas Apreendidas
Observação/Providência: Em 9/5/2013, foi proferida decisão monocrática terminativa determinando a remessa para a 5ª Vara de Campo Grande/SP para analisar o pedido de restituição. O feito encontra-se arquivado em primeiro grau desde 1º/12/2015.		
01017083020074030000	29/11/2007	241 - Petição Cível
Observação/Providência: Processo localizado na 25ª Vara Federal de São Paulo, apensado ao feito 00218005420074036100 arquivado em 3/9/2012. Enviado e-mail requisitando informações sobre o processo.		
00036772320174030000	24/8/2017	12121 - Auto de Prisão
Observação/Providência: Remessa ao juízo de origem em 4/9/2017 e trasladada cópia integral do feito ao Processo 00050971820114036000 que baixou definitivamente à origem em 10/10/2018.		
00147588719904039999	5/3/1990	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com baixa em diligência em 17/6/1994 à comarca de São José do Rio Preto/SP. Encaminhado e-mail solicitando informações.		
199903990074541	8/4/1999	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo sob responsabilidade da 5ª Turma.		
00003646519964039999	26/6/2002	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recurso julgado pela 1ª Turma e encaminhado para a Vice-Presidência em razão de interposição de RESP/RES em 15/7/1996. A Vice-Presidência baixou em diligência para a 1ª Vara Federal de Avaré/SP em 25/10/2002.		
00786246419934039999	19/6/2002	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência em 29/10/2002 para a Justiça Estadual, 1ª Vara da Comarca de Cravinhos/SP. Enviado e-mail solicitando informações.		
00175125020004039999	21/3/2000	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência em 6/11/2002 para a Comarca da Justiça Estadual de Santa Cruz do Rio Pardo. Encaminhado e-mail requisitando informações.		
00416668419904039999	12/12/2003	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência para a 1ª Vara da Comarca de Itaquaquecetuba/SP em 15/12/2003. Enviado e-mail requisitando informações.		
00010933120084036003	28/6/2010	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Feito sob responsabilidade da Segunda Turma.		
00027784020034036103	3/12/2009	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Processo baixado em diligência por determinação judicial em 22/9/2011. Em consulta ao site da Justiça Federal de primeiro grau verifica-se que o feito encontra-se em andamento.		
00003841520064036181	22/2/2013	426 - Recurso em Sentido Estrito

Observação/Providência: RESP anulou o acórdão, declarou extinta a punibilidade do recorrido e determinou a baixa dos autos ao juízo de origem. Feito baixado em 2/5/2013 e arquivado definitivamente, em primeiro grau, em 19/3/2014.		
00074949120004030000	15/2/2000	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sob responsabilidade da 11ª Turma.		
00128011020104036100	11/1/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sob responsabilidade da Vice-Presidência. Em consulta ao sistema de informação processual, consta que está suspenso/sobrestado por determinação da Vice-Presidência.		
50149951520174030000	18/8/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo concluso com o relator. Havia sido incluído em pauta para julgamento dos embargos de declaração, mas foi retirado em razão da renúncia dos advogados da agravada.		
00011365120164030000	29/1/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Por um erro no sistema, não decorreu o prazo da publicação do despacho. Processo regularizado.		
00226705120164030000	16/12/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgamento dos embargos suspenso em observância ao quanto determinado pelo Órgão Especial dessa Corte nos autos do IRDR 6 - Processo n. 0017610-97.2016.4.03.0000.		
50165486320184030000	17/7/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo sobrestado por determinação do relator.		

8. ESTATÍSTICAS GERAIS DA UNIDADE PROCESSANTE



9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 40 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados mediante consulta processual.

Em relação aos feitos, não houve recomendação.

Os processos listados a seguir constam como pertencentes ao acervo da Subsecretaria da 1ª Turma, mas, na realidade tramitam em outras unidades:

00088754020094036105	00003646519964039999	00128011020104036100
00010933120084036003	00158652320134036100	199903990074541
00074949120004030000	50214679520184030000	00027784020034036103

A subsecretaria administra a realização de duas sessões por mês, tendo havido 32 entre maio/2019 a abril/2020. Houve os cancelamentos a seguir:

- 28/11/2019 - ordinária - julgamento do art. 942 na forma presencial. Motivo: falta de quórum.

- 6/2/2020 - extraordinária - julgamento do art. 942 na forma presencial. Motivo: falta de quórum.

- 12/3/2020 - extraordinária - julgamento do art. 942 na forma presencial. Motivo: falta de quórum.

- 2/4/2020 - extraordinária - julgamento do art. 942 na forma presencial. Motivo: Portaria 1/20 da Presidência do Tribunal (Covid-19).

Considerado o volume de processos em tramitação na subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma, bem como o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente. O volume de pendências na subsecretaria é baixo.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral entrevistou, por videoconferência, a Diretora da Subsecretaria da 1ª Turma, Mikaela Fabiana Mota Garcia, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo setor.

A unidade conta com 14 servidores, dentre eles, um cedido e que, no momento da pandemia, não exerceu atividades remotamente, por dificuldade de adaptação ao teletrabalho. De acordo com a subsecretaria, o servidor terá de compensar as horas com base em Portaria editada pelo TRF 3.

A subsecretaria está dividida em três setores: processamento, procedimentos diversos e julgamento.

No setor de processamento, atuam dois servidores que trabalham com o processo desde sua chegada, quando recebido do gabinete, e têm como meta a manutenção da pasta sempre vazia ao final do dia. Já no setor procedimentos diversos, há dois servidores responsáveis pela expedição de ofícios, mandados, cartas de ordem, precatórias, entre outras demandas. Por fim, o setor de julgamento conta com 10 servidores que cuidam dos processos prontos para julgamento e dividem os feitos do setor conforme o número final.

A Turma julga, em média, 600 a 700 processos por sessão. Em maio, período da pandemia, as sessões foram semanais, com mesma perspectiva em junho. A diretora

informou que a primeira sessão por videoconferência foi realizada em 18 de junho do corrente ano.

A triagem dos feitos é realizada por cada servidor, de acordo com o dígito. Os processos vêm do gabinete, todos para a pasta “avaliar determinações”. Os servidores, então, entram nesta pasta e olham, cada um pelo seu final. Têm por meta esvaziar essa pasta todos os dias.

Os processos criminais são físicos, atualmente possuem apenas quatro, segundo informado pela diretora, enquanto os cíveis já foram todos digitalizados.

O controle do acervo é realizado pelo PJe, que informa prazo vencido. A unidade faz a cobrança após alerta do sistema. Já quando os processos estão sem movimentação, o PJe emite a relação dos feitos há mais de 90 dias parados e a unidade faz o controle, a cada dois meses. O referido controle fica sob a responsabilidade da diretora de processamento.

A unidade não adotou o cumprimento de meta individual, mas tem, de modo conjunto e diariamente, o cumprimento e avaliação das determinações, além de manter as pastas em dia. Os supervisores atuam em conjunto nesse controle.

Antes da pandemia, não havia teletrabalho na unidade, mas foi adotado esse regime com bom resultado. Segundo relatado, no início, alguns servidores tiveram dificuldades com equipamento e com o sistema. Usam VPN para acessar a rede interna do Tribunal, na qual há os modelos de trabalho, o SIAPRO para os processos físicos, e o PJe para os eletrônicos. Atualmente está correndo de forma tranquila.

Não é adotado tratamento específico na tramitação de feitos com prioridades legais. Os eletrônicos possuem etiquetas colocadas pelo gabinete, quando é o caso. Todavia, a subsecretaria não faz a diferenciação se é meta ou não do CNJ ou se é prioridade legal, uma vez que os processos são movimentados em conjunto.

O atendimento a advogados e partes é realizado conforme escala entre os servidores para atender no balcão. Durante a pandemia, foi adotada a comunicação por e-mail, pela diretora da unidade e pela diretora do processamento.

O controle de remessas ao Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União é feito pelo PJe, conforme prazos da remessa, que sinaliza também a cobrança para o caso dos prazos vencidos.

Petições pendentes de juntada não é um problema atualmente na unidade, porque há muito pouco a juntar nos processos físicos e, nos eletrônicos, o próprio PJe faz a juntada das petições.

A diretora informa que o PJe, ao tempo em que controla o cumprimento da carta de ordem expedida, também encerra o prazo de acompanhamento. Os servidores executam consulta ao PJe do 1º grau, e caso não esteja cumprida, fazem cobrança por telefone.

Com relação aos processos com pedido de vista, esses são encaminhados aos gabinetes após o término de cada sessão. Na data da entrevista, havia 11 processos nessa condição pendentes há mais de 30 dias. No caso de processos pendentes de declaração de voto, não há necessidade de fazer conclusão para essa fase no PJe. Antes de começar a sessão, as declarações de voto já ficam no 'espelho' do processo, de modo que, ao seu término, as declarações de voto já se encontram disponíveis no processo.

A unidade possui poderes para praticar atos meramente ordinatórios (art. 203, § 4º, do CPC) no tocante às intimações para apresentar contraminuta e intimação para conferência das digitalizações.

Há sessão da Turma às terças-feiras, a cada duas semanas, sendo uma presencial e, a outra, virtual. Há sessão da seção nas primeiras quintas-feiras do mês.

No caso das sessões de Colegiado ampliado, art. 942 do CPC, a ocorrência tem sido virtual, sem possibilidade de sustentação oral. Para as sessões presenciais, são encaminhados os processos com pedido de sustentação oral. Para essas, houve em torno de 5 adiamentos, por falta de quórum. De acordo com o regimento, são chamados dois desembargadores da 2ª Turma para compor o quórum. Eles são convidados, segundo um rodízio. São consultados acerca da disponibilidade. Se um não pode, há consulta a um terceiro magistrado. O regimento tem uma solução para caso os desembargadores estejam indisponíveis, mas não tem tido sucesso. A Secretária da Turma se responsabiliza pela organização das sessões. Há sessões da Seção a cada 15 dias, às quintas-feiras, mas não há tempo para julgar.

A diretora informa que, para a sessão de 2 de julho deste ano, havia 30 processos pautados para julgamento pelo art. 942 do CPC, e que, para a sessão ocorrer o Desembargador Federal Marcelo Saraiva, membro da 4ª Turma, se candidatou para participar, para completar o quórum, uma vez que os Desembargadores da 2ª Turma se escusaram de participar.

Atualmente, o presidente da Turma é o Desembargador Federal Wilson Zahuy.

Como boa prática desenvolvida na unidade, a equipe destacou o mutirão simultâneo realizado com todos os servidores da Turma conectados, por meio do aplicativo *Teams*. O resultado foi a redução do passivo de processos existente até o período da pandemia. As boas relações interpessoais são outra prática apontada.

Entre as dificuldades apresentadas pelo grupo estão: a ocorrência de erros na fase de digitalização dos processos, cerca de 400 foram digitalizados de forma errada e exigindo retrabalho da equipe nos ajustes e correções, além de que muitos acabaram ficando nessa fase sem movimentação. Outro ponto negativo levantado consiste na fase inicial do trabalho remoto, as dificuldades de adaptação aos sistemas por parte dos servidores.

11. RECOMENDAÇÕES

Verifica-se que a designação das sessões ampliadas, na forma do art. 942 do CPC, já era um problema na última inspeção. Constatou-se, nesta inspeção, que o problema não apenas persiste, mas também se agravou.

De acordo com art. 260, combinado com art. 53, § 2º, do Regimento Interno, o Colegiado ampliado é formado com a adição de dois membros da outra Turma que compõe a seção. O regimento interno, entretanto, não deixa claro como será a escolha dos desembargadores convocados. Segundo se apurou, os desembargadores atendem ou não à convocação de acordo com a própria agenda.

Verifica-se, ainda, que os membros do tribunal não têm a agenda tão comprometida com as sessões, a ponto de inviabilizar a realização da reunião. As sessões das 1ª e 2ª Turmas ocorrem a cada duas semanas, sendo que apenas uma a cada duas delas é presencial. As sessões da seção ocorrem apenas uma vez por mês. Até mesmo os desembargadores envolvidos com a Corte Especial teriam condições de realizar reuniões periódicas.

Assim, determine-se ao Presidente da Turma que:

- (I) Elabore escala de sessões do Colegiado ampliada, até o final do ano, em periodicidade não inferior a uma por mês;
- (II) Convoque os desembargadores da 2ª Turma, de acordo com a escala apresentada, de forma alternada;
- (III) Convoque o outro membro da turma, em caso de recusa ou não comparecimento dos membros da Turma ou dos convocados;
- (IV) Comunique a esta Corregedoria o calendário, as recusas e ausências.

SUBSECRETARIA DA 2ª TURMA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1. Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2. Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria da Segunda Turma (UTU2)

2.2 Competência

Processamento e julgamento de feitos das matérias definidas no art. 10, § 1º, do Regimento Interno do TRF3, no âmbito das Turmas da 1ª Seção, a saber: I - às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); II - à matéria de direito privado, dentre outras: a) domínio e posse; b) locação de imóveis; c) família e sucessões; d) direitos reais sobre a coisa alheia; e) constituição, dissolução e liquidação de sociedades; III - à matéria trabalhista de competência residual; IV - à propriedade industrial; V - aos registros públicos; VI - aos servidores civis e militares; VII - às desapropriações e apossamentos administrativos.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Cotrim Guimarães

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Peixoto Junior, exclusivamente em substituição regimental, nos períodos de férias/compensação do titular. Início: 22/7/2019. Término: 30/7/2019; Início: 4/9/2019. Término: 22/9/2019; Início: 4/11/2019. Término: 11/11/2019; Início: 13/11/2019. Término: 14/11/2019; Início: 18/11/2019. Término: 18/11/2019; Início: 3/2/2020. Término: 10/2/2020; Início: 12/2/2020. Término: 20/2/2020.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Marcelo Poço Reis - RF 3604 (Diretor da Subsecretaria da Segunda Turma).

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	13
Servidores sem vínculo	zero
Estagiários de nível médio	zero
Estagiários de nível superior	7

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências	
Publicação de acórdão/decisão	29 processos - dado fornecido pela Divisão de Estatística
Juntada	0 - data de referência 15/5/20
Conclusão	1 (00046486220134036106 - aguardando solução de chamado de TI n. 10291752) - data de referência: 15/5/2020
Extraviados/por restaurar	0
Análise/triagem	190 processos - data de referência: 15/5/2020
Em carga com prazo vencido	1 (0000870-62.2014.4.03.6102)
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	2 processos (mais antigo - 0031002-85.1989.403.6109, carta de ordem assinada em 14/5/20) - conferido em 15/5/2020

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade	
Total	531
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	210
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	16

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	28
Total de feitos não regularizados	zero

Total de feitos verificados na autoinspeção	80
Total de feitos não regularizados	zero

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	6.509 (Dados fornecidos pela Divisão de Estatística)
Média de dias do julgamento à publicação	4 (Dados fornecidos pela Divisão de Estatística)
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	153 (Dados fornecidos pela Divisão de Estatística)
Pendentes de publicação	12 (Dados fornecidos pela Divisão de Estatística)
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0004150-06.2012.4.03.6104, desde 12/11/2019

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	3.093 (Dados fornecidos pela Divisão de Estatística)
Tempo médio	21 (Dados fornecidos pela Divisão de Estatística e questionados pela Direção da Subsecretaria, porquanto manifestamente discrepantes da situação real da unidade, em que o tempo médio de publicação de decisões é de 3 dias úteis)
Publicações em prazo superior a 10 dias	408 (Dados fornecidos pela Divisão de Estatística e contestados pela Direção da Subsecretaria)
Pendentes de publicação	19 (Dados fornecidos pela Divisão de Estatística)
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	00204752920164036100 - decisão proferida em 24/4/20 e publicada em 4/5/2020

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação	
Há mais de 30 dias	1.652
Há mais de 60 dias	346
Há mais de 90 dias	93
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	48 - os 10 mais antigos: 50271504920184036100 (9/10/2019),

	50000503020174036141, (16/10/19), 00043424620124036133 (6/11/19), 00015159220164036110 (12/11/19), 00503227820034036182 (14/11/19), 00050209019994036109 (18/11/19), 00020186920144036115 (19/11/19), 00235681520074036100 (19/11/19), 06608686519844036100 (19/11/19), 00022093520144036109 (em 26/11/2019) ,
--	--

4.7 Ausências de membros do Colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)

Desembargador Federal Souza Ribeiro (férias), na sessão de julgamento de 4/6/2019; e Desembargador Federal Cotrim Guimarães (férias), na sessão de julgamento de 10/9/2019.

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

No período indicado, a Segunda Turma realizou 23 sessões de julgamento.

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

a) Cumprir a recomendação do item 2 (solicitar devolução dos autos n. 0005227-07.2014.403.6128 ao MPF; b) permanecer alimentando os dados estatísticos com relação ao volume de decisões monocráticas publicadas; c) realizar constantemente a contabilização de todos os processos físicos em tramitação, objetivando apurar a exatidão entre o acervo existente e o informado no sistema de movimentação processual; e d) acompanhar os relatórios emitidos pelo setor de estatística do tribunal, objetivando sanar as inconsistências observadas em relação à realidade na subsecretaria.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

Item "a": Solicitou-se a devolução dos autos n. 0005227-07.2014.403.6128 ao gabinete do Procurador Regional da República Synval Tozzini, por contato telefônico, bem como prosseguiu-se com o envio de e-mails de solicitação de restituição ao setor responsável da Procuradoria Regional da República da 3ª Região, em um total de 23 comunicações ao longo do período de carga excedida. Autos retornaram à subsecretaria em 3/12/2018, tendo sido remetidos à UVIP em 6/12/2018. Itens "c" e "d": a unidade mantém as práticas recomendadas, tendo procedido à abertura de chamado de Tecnologia da Informação n. 10179532, no tocante ao registro equivocado de agravos denegatórios de recursos excepcionais autuados em apartado como petições pendentes de juntada. No tocante ao item "b", foi mantida a prática nos processos

físicos, não dispondo a unidade de ferramenta eficiente no sistema PJe para levantamento de estatística de decisões publicadas nos processos eletrônicos.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Avaliamos que a unidade tem demonstrado grande empenho e capacidade de adaptação ao enfrentar as transformações nos processos de trabalho e os desafios que surgiram desde a adoção do Processo Judicial Eletrônico. Desde o início da implementação do sistema PJe, a direção da subsecretaria atribuiu tarefas no sistema a todos os servidores da unidade, ajustando a divisão de tarefas de maneira a espelhar o quanto possível a organização de trabalho adotada para os processos físicos. Com a ação de virtualização de todo o acervo físico do Tribunal, no 2º semestre de 2019, a secretaria teve trabalho destacado na extensa conferência da digitalização dos feitos, concomitante às atividades rotineiras. Por fim, a equipe tem vencido, com responsabilidade e motivação, o desafio de se transformar em uma secretaria virtual no contexto de teletrabalho emergencial decorrente da pandemia, no que contribuiu o seu pioneirismo na adoção do teletrabalho dentre as secretarias deste Tribunal.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

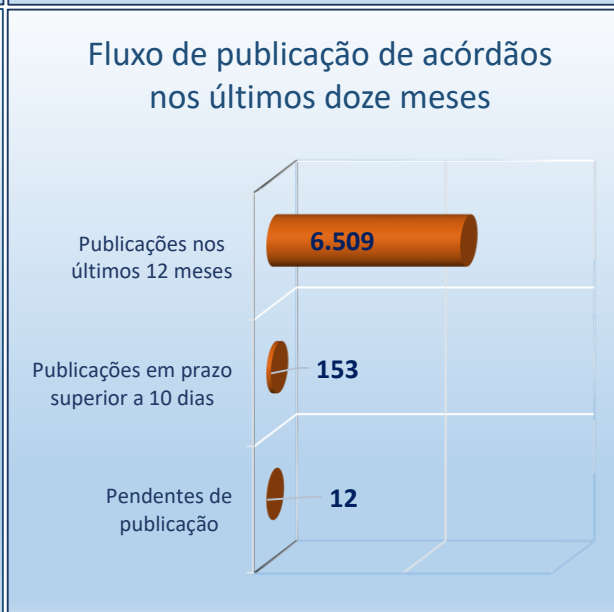
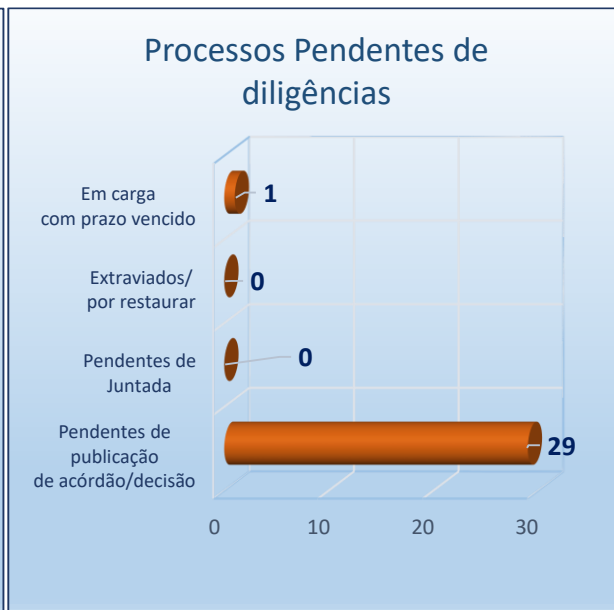
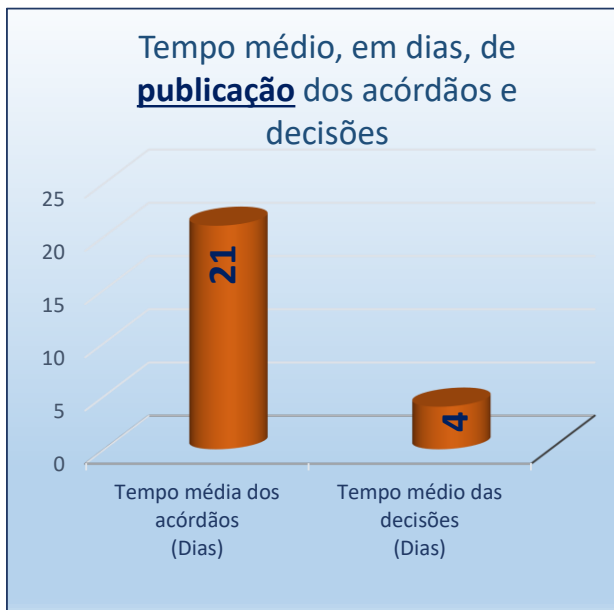
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
00074733120124036100	11/3/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Recebido com acórdão em 5/12/2019. Conforme recomendação da Diretoria-Geral, foi encaminhado para a digitalização logo após a lavratura do acórdão, encontrando-se o suporte físico ainda no fluxo da ação de virtualização. Acórdão publicado em 14/5/2020 no sistema PJe.		
00002317220134036104	20/5/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recebido com acórdão em 14/11/2019. Conforme recomendação da Diretoria-Geral, foi encaminhado para a digitalização logo após a lavratura do acórdão, encontrando-se o suporte físico ainda no fluxo da ação de virtualização. Acórdão publicado em 14/5/2020 no sistema PJe.		
00021305220114036112	4/11/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Recebido com acórdão em 5/12/2019. Conforme recomendação da Diretoria-Geral, foi enviado para a digitalização logo após a lavratura do acórdão, e recebido na secretaria em 16/3/2020, véspera da suspensão do trabalho presencial. Acórdão publicado em 14/5/2020 no sistema PJe.		

00035875620104036112	20/8/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo atribuído à 1ª Turma, em virtude de reestruturação promovida por força da Emenda Regimental n. 13 de 12/9/2012, e posterior transferência do gabinete e respectivo acervo para aquele órgão julgador. Relatoria atual do Desembargador Federal Wilson Zauhy.		
00090458120154030000	28/4/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Conclusos desde 6/11/2015. Autos remetidos pelo gabinete do relator à Central de Digitalização em 6/9/2019 para a ação de virtualização ao PJe.		
00000810220154030000	15/1/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Sobrestado desde 16/7/2019, em cumprimento a decisão proferida pelo relator em 6/5/2019. Após a digitalização dos autos, foi lançada fase de sobrestamento no PJe em 14/5/2020.		
00045358620144036102	15/4/2015	1728 - Apelação / Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo redistribuído à 8ª Turma em 24/10/2016, em cumprimento a decisão proferida pelo Desembargador Federal Cotrim Guimarães em 30/9/2016, a qual declinou da competência para as Turmas da 3ª Seção. Relatoria atual do Desembargador Federal Newton de Lucca.		
09103979819864036100	11/12/1996	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Remetidos à Subs. de Feitos da Vice-Presidência em 14/5/2012 para processamento de recursos excepcionais. Petição classificada como Agravo Legal/Regimental n. 2016/250300, juntada em 21/11/2016, naquele órgão. Digitalizado para remessa ao STJ pela Seção de Validação e Indexação.		
00047529220014036100	29/10/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Autos digitalizados no PJe em 25/9/2019, encontram-se conclusos no gabinete do relator. Lançamento de fase de conclusão, em 15/5/2020, para correção de falha de encaminhamento no PJe ocorrida durante a ação de virtualização.		
0004976-44.2012.4.03.6100	9/8/2019	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Conclusos desde 14/8/2019. Autos remetidos pelo gabinete do relator para digitalização em 17/9/2019, encontrando-se o suporte físico na central de digitalização até a presente data.		
0000789-91.2016.4.03.9999	26/1/2016	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Enviado pelo gabinete do relator para Central de Digitalização em 3/9/2019. No PJe, o processo se encontra na tarefa [DIGITALIZADO] Triagem de Processos Digitalizados - Gabinete. Não tramitou na secretaria até a presente data.		
5000312-83.2017.4.03.6139	30/10/2019	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Distribuído em 30/10/2019, no PJe. Após juntada de parecer do MPF, os autos foram à conclusão do relator em 9/4/2020.		
5000557-26.2019.4.03.6139	9/11/2019	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Distribuído em 9/11/2019, no PJe. Após juntada de parecer do MPF, os autos foram à conclusão do relator em 23/4/2020.		
00674970720034030000	7/7/2015	307 - Habeas Corpus Criminal

Observação/Providência: Desarquivado em 8/7/2015 e baixado em diligência em 20/7/2015 para vista à Procuradoria República em Campinas. A 9ª VF/Campinas informou que, cumprida a diligência, os autos ficaram acautelados, por equívoco, juntamente com os autos da ação penal originária e serão restituídos ao TRF3		
00112708420094030000	3/4/2009	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Certificado o trânsito em julgado de decisão e remetido ao setor de passagem de autos em 5/5/2017. Regularização de fase de baixa definitiva pelo TDEA (setor de passagem de autos) em 10/5/2020.		
00042621720134030000	26/2/2013	332 - Incidente de Falsidade
Observação/Providência: Baixados em diligência em 9/10/2018, em cumprimento a despacho proferido em 4/10/2018. Em consulta ao sistema da JF-SP, constatou-se que prosseguem em trâmite as diligências determinadas, com última movimentação em 17/2/2020.		
00003204420124036100	29/1/2020	-
Observação/Providência: Recebido da Central de Digitalização em 28/1/2020, e retirado em carga em 29/1/2020 para conferência, nos termos do art. 10 da Resolução PRES 278/2019. Comunicação de carga expirada lançada em 20/3/2020, após suspensão do atendimento presencial (Port. Conj. PRES/CORE n. 2/2020).		
00008859220054036119	26/8/2010	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Baixado em diligência em 2/4/2013, em cumprimento a decisão proferida em 4/3/2013, que determinou a suspensão da ação penal e do prazo prescricional, devido a parcelamento tributário. Permanece sobrestado na vara de origem, conforme consulta realizada em 7/5/2020.		
00166629620044036105	1º/6/2012	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Baixado em diligência em 18/7/2013 em virtude de decisão que suspendeu a ação penal por adesão a parcelamento tributário. Na vara de origem, transitou em julgado decisão de extinção da punibilidade. Lançamento de fase de certidão de autos findos para regularização no SIAPRO.		
00010446520144036104	28/5/2014	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Baixados definitivamente ao juízo de origem em 15/8/2014. Foi lançada, para regularização, a fase de trânsito em julgado da decisão monocrática terminativa proferida em 29/7/2014.		
00023429120124036127	5/9/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Certificado o trânsito em julgado e remetido ao setor de passagem de autos em 16/9/2014. Regularização de fase de baixa definitiva pelo TDEA (setor de passagem de autos) em 11/5/2020.		
00002354020134036127	27/8/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Certificado o trânsito em julgado e remetido ao setor de passagem de autos em 16/9/2014. Regularização de fase de baixa definitiva pelo TDEA (setor de passagem de autos) em 5/5/2020.		
00034436620124036127	25/7/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Certificado o trânsito em julgado e remetido ao setor de passagem de autos em 16/9/2014. Regularização de fase de baixa definitiva pelo TDEA (setor de passagem de autos) em 11/5/2020.		

00040556720134036127	26/5/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Certificado o trânsito em julgado e remetido ao setor de passagem de autos em 16.9.2014. Regularização de fase de baixa definitiva pelo TDEA (setor de passagem de autos) em 11.5.2020.		
00040539720134036127	26/5/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Certificado o trânsito em julgado e remetido ao setor de passagem de autos em 16/9/2014. Regularização de fase de baixa definitiva pelo TDEA (setor de passagem de autos) em 11/5/2020.		
00023989020134036127	5/12/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Certificado o trânsito em julgado e remetido ao setor de passagem de autos em 16/9/2014. Regularização de fase de baixa definitiva pelo TDEA (setor de passagem de autos) em 5/5/2020.		
00137114520114036183	22/6/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído à 8ª Turma em 8/11/2016, em cumprimento a decisão proferida pelo Desembargador Federal Cotrim Guimarães em 4/10/2016, a qual declinou da competência para as Turmas da 3ª Seção. Relatoria atual do Desembargador Federal Newton de Lucca.		
00278785020154030000	27/11/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Sobrestado desde 19/8/2019, por determinação dos tribunais superiores por se enquadrar no regime de recursos repetitivos (Tema 961), em cumprimento a decisão proferida em 25/6/2019. Após digitalização dos autos, foi lançada fase de sobrestamento no PJe, em 14/5/2020.		
00291638820094030000	21/8/2009	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Sobrestado por determinação dos tribunais superiores desde 31/5/2019, em cumprimento a decisão proferida em 24/4/2019, pois enquadrado no regime de recursos repetitivos (Tema 961). Após digitalização, foi lançado registro do sobrestamento no PJe em 20/2/2020.		
00044229520154036103	3/4/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Digitalizado, com tramitação no PJe iniciada em 2/4/2020. Em 3/4/2020, foi proferida decisão que levantou sobrestamento em virtude de julgamento de recurso repetitivo, com prazo de intimação para ciência das partes até 21/5/2020, após o que retornarão à conclusão.		
00046486220134036106	23/8/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Digitalizado, com tramitação no PJe iniciada em 2/4/2020. Em 3/4/2020, foi proferida decisão que levantou sobrestamento em virtude de julgamento de recurso repetitivo, publicada em 4/5/2020, ao serem retomados os prazos processuais no e.TRF3. Autos conclusos em 11/5/2020.		
00043222620134036002	5/7/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Após a digitalização do processo, foi proferido despacho em 18/3/2020, determinando a intimação do acórdão à apelada Fund. Univ. Fed. Grande Dourados, com vencimento de prazo em 6/6/2020. Aguarda o decurso do prazo recursal para conclusão para exame dos embargos de declaração.		

8. ESTATÍSTICAS GERAIS DA UNIDADE PROCESSANTE



9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 36 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados mediante consulta processual.

Em relação aos feitos, não houve recomendação.

Os processos listados a seguir constam como pertencentes ao acervo da Subsecretaria da 2ª Turma, mas, na realidade tramitam em outras unidades:

09103979819864036100	00035875620104036112	00045358620144036102
00137114520114036183	0000789-91.2016.4.03.9999	

A subsecretaria administra a realização de duas sessões por mês, tendo havido, entre maio/2019 a abril/2020, 23 ordinárias. Houve o cancelamento de apenas uma sessão de julgamento (sessão ordinária de 21/5/2020), em virtude de insuficiência de quórum decorrente da impossibilidade de comparecimento de integrante da Turma por motivo de força maior.

Considerado o volume de processos em tramitação na subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma, bem como o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente. O volume de pendências na subsecretaria é baixo.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral entrevistou, por videoconferência, o Diretor da Subsecretaria da 2ª Turma, Marcelo Poço Reis, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo setor, que conta com 13 servidores e seis estagiários, distribuídos em três divisões: processamento, procedimentos diversos e coordenação e julgamento.

A divisão de processamento, com quatro servidores, atua no trabalho prévio da sessão. Cuida dos feitos relacionados aos despachos e decisões monocráticas que são recebidos dos gabinetes. Já a divisão de coordenação e julgamento atua com cinco servidores no trabalho a partir da inclusão dos feitos em pauta. São responsáveis pela organização das sessões e a publicação das decisões. A divisão de procedimentos diversos, por sua vez, conta com três servidores e faz o trabalho após a disponibilização do acordão, até o trânsito em julgado e a baixa do processo.

Os servidores, segundo informado, fazem rodízio semanalmente dentro das divisões, para que todos realizem os serviços, eventualmente.

O diretor da Subsecretaria da Segunda Turma também secretaria as sessões de julgamento.

Nos processos eletrônicos, a triagem ocorre a partir do momento em que os feitos entram com despacho na pasta “avaliar determinações”. É a principal porta de entrada

da subsecretaria. A diretora de processamento faz uma triagem prévia e distribui o trabalho, com auxílio de um servidor. Os decursos de prazos e petições ingressadas também são avaliados pela diretora de processamento.

Não há processos físicos em tramitação. Há um ou dois processos criminais sobrestados em secretaria. Além desses, há alguns no fluxo de digitalização, que estão em fase de correção.

Na organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos, de acordo com o relatado, há um problema da forma de uso pelos usuários externos, advogados, o que dificulta o controle do próximo evento dos fluxos. Se a parte junta uma petição sem encerrar o expediente em andamento, a petição aparece na “árvore”, mas não abre uma nova tarefa, visível para a secretaria. Isso dificulta o controle da tarefa, sendo necessário fazer várias revisões de triagem no acervo. A ocorrência também se verifica nas petições em processos pautados, o que faz com que todos os processos da pauta sejam revisados para checar pedidos de adiamento ou outra informação relevante que entram após a inclusão em pauta.

Noutra via, o controle dos fluxos é realizado com base nas tarefas, por meio do relatório gerencial do PJe, mensalmente ou em casos excepcionais em prazo menor.

Antes da pandemia, a unidade contava com seis servidores em teletrabalho. Todos estavam em teletrabalho parcial, com uma ou duas vezes por semana em *home office*. Estabeleciam as metas de acordo com as atividades dos servidores. Por exemplo, cada servidor ficava com 30 a 35 feitos para triar, ou cerca de 50 ou 60 processos para intimação de pauta. Outros servidores, que trabalham com uma função específica, têm a meta de zerar diária ou semanalmente a pasta de trabalho. Não houve casos de servidores que não atingiram a meta. Os servidores selecionados ao teletrabalho são da confiança da direção, o que significa que não basta apenas o interesse unilateral do servidor.

De um modo geral, todos trabalham em função de metas, de acordo com as atividades. A divisão de coordenação e julgamento é estruturada em função de metas, para cumprir o cronograma. Trabalham com prazos de encaminhamento para a pauta, fechamento, intimações, publicação em 10 dias dos acórdãos etc. No processamento, a equipe persegue o objetivo de ter os processos que tramitam no setor com andamento regularmente em dia, busca o controle e acompanhamento dos prazos vencidos, com o devido encaminhamento dentro da mesma semana.

Com relação aos processos com prioridade legal ou metas do CNJ, a unidade informou que os próprios gabinetes executam esse controle. Caso haja anotação no processo, a turma procura dar prioridade, antes mesmo da ordem cronológica. Medidas urgentes são sempre atendidas e os processos anotados como prioritários.

O atendimento às partes e advogados é executado no balcão, sob a supervisão das divisões que coordenam o rodízio semanalmente. Os estagiários também atuam,

fazendo o atendimento inicial, supervisionados por um servidor. Todavia, na pandemia, o atendimento está ocorrendo exclusivamente por e-mail.

O controle de remessas ao Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União é realizado diretamente pelo PJe. Na ocorrência de prazo esgotado, há a migração do processo para a pasta em tarefa específica.

Segundo informado, não há petições pendentes de juntada na unidade.

O controle das cartas de ordem e dos mandados de intimação expedidos é objeto de verificação uma vez por semana pela divisão de processamento. O setor cuida do cumprimento, realiza consultas em primeira instância, promove as intimações de pauta, observando se o prazo de cinco dias foi devidamente atendido.

A Turma informa periodicamente aos gabinetes acerca da quantidade de processos com pedido de vista. O controle é feito por anotações em planilha. Já os processos pendentes de declaração de voto são controlados juntamente aos pendentes de publicação de acórdão. Todo o acompanhamento dessa tarefa cabe à diretora de julgamento.

A unidade tem poderes para praticar atos meramente ordinatórios (art. 203, § 4º, do CPC), como intimação para resposta de agravo interno. Já nos embargos de declaração, o padrão é remeter os autos conclusos ao gabinete.

A Subsecretaria da Segunda Turma foi pioneira no Tribunal na realização de sessões virtuais. As sessões de julgamento são quinzenais, alternando duas sessões virtuais para cada presencial. As virtuais são apenas pelo módulo de julgamento, sem tele-reunião dos julgadores. O índice de divergência na Segunda Turma, segundo informado, é baixo, cerca de 2%. Havendo votação não unânime, o julgamento é sobrestado, para fins do art. 942. Para a realização das sessões com quórum ampliado, há necessidade de compatibilizar a agenda dos membros da Turma com a de, ao menos, dois membros da 1ª Turma. A última sessão ocorreu no dia 31 de março último, mas a quantidade de processos era muito pequena, conforme mencionado. Na ocorrência de pedido de sustentação oral, a Presidência da Turma é informada, para que seja presencial. Há, ainda, alternância das convocações dos desembargadores que compõem a 1ª Turma.

O funcionamento da subsecretaria durante a pandemia foi estruturado em duas semanas após ser decretado o trabalho a distância. Naquele momento, a digitalização dos processos já estava na etapa final. A equipe se ajustou ao trabalho remoto, com comunicação com os membros da equipe mantida por meio do *WhatsApp* e reuniões pelo *Teams*. Parte dos estagiários está trabalhando a distância. De acordo com o diretor da unidade, o trabalho tem sido mais objetivo, sem ter havido rendimento comprometido, a despeito da falta de interação entre todos.

A Turma tem algumas práticas que foram adotadas pelos outros órgãos. Foi a primeira a fazer sessões e sustentações orais virtuais. Realizou a conferência dos processos digitalizados. Outro procedimento adotado como prática de bom reconhecimento foi a implementação de regime de teletrabalho mesmo antes do início da quarentena, com bons resultados de produtividade e constatada melhoria da qualidade de vida dos servidores.

E, dentre as dificuldades enfrentadas, a unidade destacou conviver com dois sistemas e a maior de todas, as rotinas para a sessão inseridas no PJe. Foi apontado que as sessões de julgamento têm um suporte particularmente ruim na base do PJe. Outro aspecto negativo do sistema é a juntada de petições sem aviso quando os processos já estão pautados. Essa ocorrência leva os servidores a retrabalho, ou seja, conferir cada processo individualmente.

11. RECOMENDAÇÕES

- Sem recomendações específicas.

SUBSECRETARIA DA 3ª TURMA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria da Terceira Turma

2.2 Competência

Direito Público: matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da Primeira e Terceira Seções; licitações; nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da Primeira e Terceira Seções; ensino superior; Inscrição e exercício profissional; tributos em geral e preços públicos; contribuições, excetuadas as de competência da Primeira Seção (art. 10, § 2º, RITRF3).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Antonio Cedenho

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Nelton Dos Santos, de 1º/3/2018 a 29/2/2020

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Edmilson Ferraroli, Diretor da Subsecretaria

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	0

Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	2

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências	
Publicação de acórdão/decisão	4
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	6
Análise/triagem	0
Juntada	0
Conclusão	1
Extraviados/por restaurar	0
Em carga com prazo vencido	0
Outros	2

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade	
Total	1.279
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	1.109
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	170

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	52
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção	80
Total de feitos não regularizados	0

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	8.487
Média de dias do julgamento à publicação	10 - Dados fornecidos pelo setor de estatística do TRF - costuma-se publicar os acórdãos com 7 dias em média
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	707 - Dados fornecidos pelo setor de estatística do TRF não condizentes. As sessões se realizam as quartas-feiras, e o setor costuma receber os acórdãos assinados na sexta, iniciando sua

	publicação imediatamente, de modo que sejam publicados na semana seguinte, dentro do prazo de 10 dias.
Pendentes de publicação	02
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	00606057720144036182, 10/3/2020 - Conselho regional intimado pelo sistema e outra parte sem advogado (não formada a relação processual em primeira instância).

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	248
Tempo médio	400 - Dados fornecidos pelo setor de estatística não condizentes. Costuma-se publicar as decisões imediatamente, mas nunca ultrapassando sete dias em média, para casos não urgentes.
Publicações em prazo superior a 10 dias	9
Pendentes de publicação	11
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	50070965820204030000, 14/4/2020 - parte agravante intimada pelo sistema e agravada por mandado de intimação.

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação:	
Há mais de 30 dias	1.759
Há mais de 60 dias	461
Há mais de 90 dias	89
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	30: 50012452420184036106 - 27/3/2019; 50057541020184036102 - 27/3/2019; 50034174820184036102 - 21/5/2019; 50002731220174036002 - 13/8/2019; 50008454420184036127 - 9/9/2019; 50012364620194036100 - 18/9/2019; 50015916020184036110 - 1º/10/2019; 50003169120184036105 - 7/10/2019; 00012624520154036141 - 17/10/2019; 50027100820184036126 - 21/10/2019

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar).

Desembargadora Federal Cecilia Marcondes na sessão de 16/10/2019, por motivo de compensação de recesso; Desembargador Federal Mairan Maia nas sessões de 3/7, 24/7, 7/8 e 2/10/2019, por motivo de férias; Desembargador Federal Nelton dos Santos na sessão de 24/7/2019, por motivo de férias; Desembargador Federal Antonio Cedenho nas sessões de 6 e 19/11/2019, por motivo de férias; e Desembargador Federal Nery Junior, na sessão de 18/3/2020, por motivo de licença-saúde.

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

25 sessões, sendo quatro delas extraordinárias

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim: a) Solicitação de devolução de nove processos que se encontravam com carga/vista com prazo superior a 60 dias; b) promoção de andamento do feito em 30 dias (seis processos); c) feitura de conclusão em 30 dias (dois processos); e d) baixa dos autos em 30 dias (um processo).

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

a) Todos devolvidos e processados; b) todos devidamente processados; c) todos regularizados; e d) processo arquivado. Demais processos citados no corpo do relatório também foram objeto de providências.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há pendências.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Há muito esforço, comprometimento e empenho por parte dos diretores e servidores, que procuram dar conta e vazão à alta demanda de trabalho envolvida, sobretudo considerando a deficiência do PJe. Procura-se manter em dia o andamento dos feitos e devidamente mapeado o setor, a fim de não deixar acumular o serviço, utilizando-se de mutirão quando necessário. Cabe registrar que o processo de digitalização de feitos por que passou recentemente o Tribunal, apesar de muito útil e de extrema

necessidade, foi feito de forma muito repentina e abrupta, muitas vezes tumultuando os trabalhos, além da ocorrência de muitas irregularidades e falhas no processo de digitalização, ensejando retrabalho.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

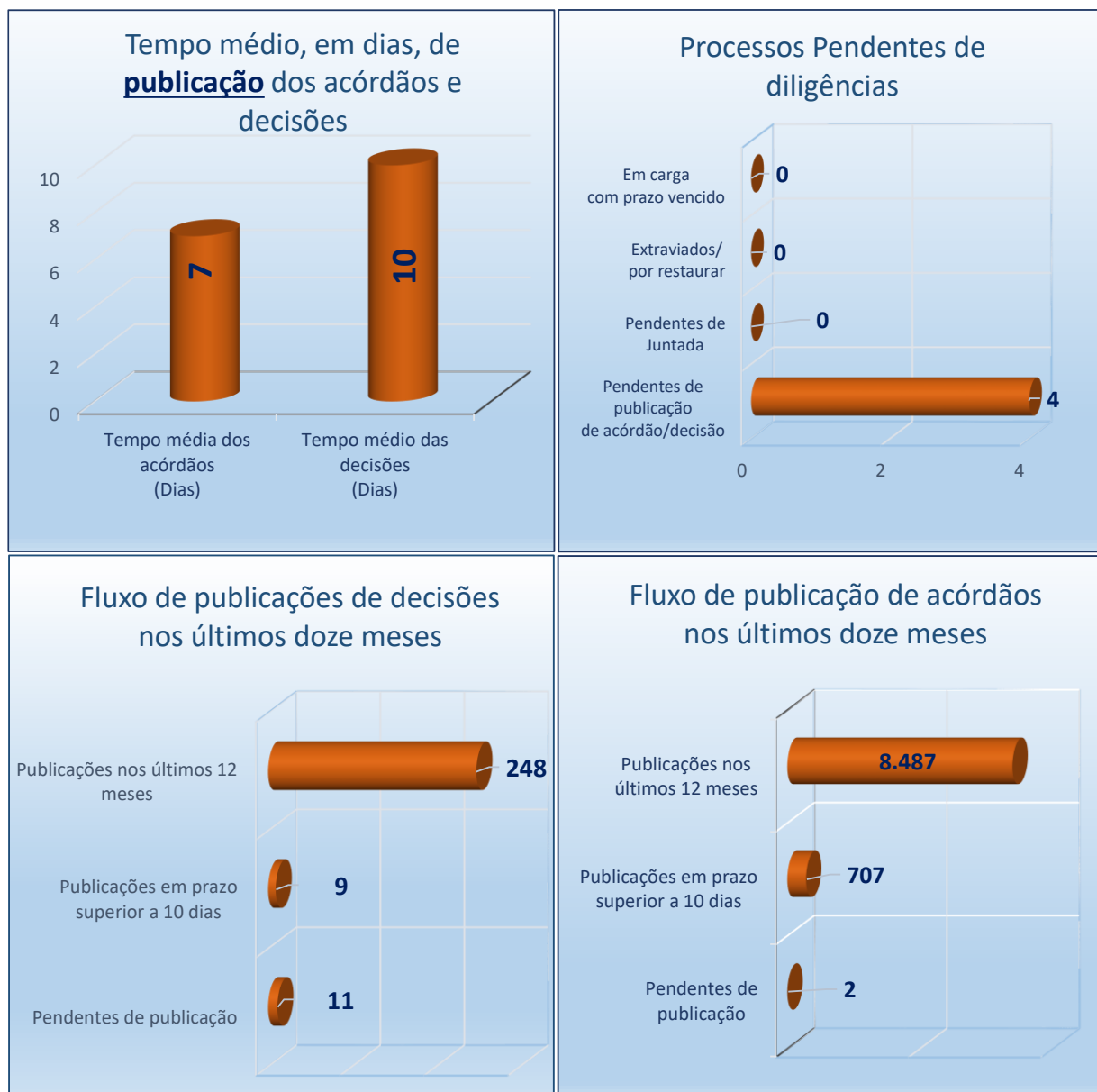
Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
50008670820184036126	19/10/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Devolvidos os autos ao juízo de origem em 30/11/2019 em razão de inexistência de recurso pendente.		
50008454420184036127	5/7/2019	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Baixados em diligência ao juízo de origem em 9/9/2019. Periodicamente são solicitadas informações ao juízo sobre cumprimento da diligência.		
00231774620154030000	21/10/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Intimado o agravante da decisão que não conheceu de seu recurso em 4/5/2020.		
50122831820184030000	5/6/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo aguardando prazo das partes para manifestação sobre decisão do relator (prazo 8/maio), com remessa a conclusão em 11/maio. Houve muitas cartas de ordem expedidas para intimação.		
50291107020194030000	8/11/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo despacho aguardando prazo da agravante, intimada pelo sistema em 18/3/2020.		
50295619520194030000	13/11/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo aguardando cumprimento do mandado de intimação do agravado, expedido em 12/2/2020. Solicitada informações à central de mandados (secretaria judiciária) em 7/5/2020 por e-mail.		
50291400820194030000	8/11/2019	12084 - Tutela Cautelar Antecedente
Observação/Providência: Processo com prazo para delegado da Receita Federal. Enviado à conclusão em 6/5/2020.		
50321644420194030000	11/12/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: processo conclusos em 27/5/2020, com resposta ao agravo interno da Fazenda Nacional.		
00107486920094036301	16/6/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestados por determinação de tribunal superior. Há pedido da parte de guarda de documentos em face da digitalização dos autos. Questão pendente até o retorno das atividades presenciais (pandemia Covid-19).		
00125449520094036301	25/6/2010	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Sobrestados por determinação de tribunal superior. Há pedido da parte de guarda de documentos em face da digitalização dos autos. Questão pendente até o retorno das atividades presenciais (pandemia Covid-19).		
00006291020094036120	22/7/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestados por determinação de tribunal superior		
00400930520084030000	20/10/2008	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Problemas com a digitalização dos autos; processo físico na central de digitalização para correção.		
00028490820094030000	6/2/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo conclusos ao relator em 13/4/2020		
00073418620084036108	19/4/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo da 1ª Turma		
50212152920174030000	6/11/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com decisão publicada em 4/5/2020 - aguardando prazo das partes e trânsito em julgado.		
50119544020174030000	14/7/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Publicada decisão de não conhecimento de recurso em 4/5/2020, aguardando trânsito em julgado.		
5005952-87.2017.4.03.6100	7/10/2019	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Processo conclusos ao relator desde 1º/4/2020.		
5001713-94.2018.4.03.6103	19/12/2019	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Processo estava com manifestação inicial do MPF pendente desde 22/1/2020, indo à conclusão em 6/5/2020		
00081318020164030000	2/5/2016	244 - Reclamação
Observação/Providência: Processo findo. Apensado ao 00272431120164039999. Regularizada fase processual em 16/4/2020.		
00312645920134030000	11/12/2013	144 - Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela
Observação/Providência: Processo com trânsito em julgado, digitalizado, apensado ao 0001671-91.2013.4.03.6108. Está com problemas na digitalização, aguardando o retorno das atividades presenciais, bem como a reativação do programa de digitalização, para regularização.		
00323616019954036100	6/10/1997	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência ao juízo de origem em 12/1/2005. Solicitadas informações ao juízo de origem em 5/5/2020.		
00045370919934036000	9/2/2006	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo redistribuído ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região em 9/2/2006.		
00738403819924036100	17/10/2007	199 - Remessa Necessária Cível

Observação/Providência: Autos findos desde 17/10/2007.		
00023074520094036125	6/6/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência ao juízo de origem em 9/2/2012. Regularizada a fase processual no sistema para autos findos, tendo em vista que o processo se encontra arquivado na origem.		
00028574020094036125	10/6/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência ao juízo de origem em 15/2/2012. Regularizada a fase processual no sistema para autos findos, tendo em vista que o processo se encontra arquivado na origem.		
00024417220094036125	3/6/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência ao juízo de origem em 15/2/2012. Regularizada a fase processual no sistema para autos findos, tendo em vista que o processo se encontra arquivado na origem.		
00023836920094036125	3/6/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência ao juízo de origem em 15/3/2012. Regularizada a fase processual no sistema para autos findos, tendo em vista que o processo se encontra arquivado na origem.		
07599044619854036100	26/3/1996	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência ao juízo de origem em 2/7/2012. Regularizada a fase processual no sistema para autos findos, tendo em vista que o processo se encontra arquivado na origem.		
00128944020104036110	1º/6/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência ao juízo de origem em 26/3/2013. Solicitadas informações ao juízo de origem em 5/5/2020.		
00191921620134039999	24/6/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo baixado em diligência ao juízo de origem em 29/7/2013. Solicitadas informações ao juízo de origem em 5/5/2020.		
00109885320084036120	9/3/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestados por determinação de tribunal superior. Há pedido da parte de guarda de documentos em face da digitalização dos autos. Questão pendente até o retorno das atividades presenciais (pandemia Covid-19).		
00004743120094036112	19/4/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestados por determinação de tribunal superior.		
00006177520094036126	25/2/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestados por determinação de tribunal superior.		
00082361920094036106	8/3/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Expedido edital em 5/5/2020.		
00073161320074036107	11/3/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestados por determinação de tribunal superior. Processo com fase regularizada.		

00035237420094036114	16/6/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestados por determinação de tribunal superior.		

8. ESTATÍSTICAS GERAIS DA UNIDADE PROCESSANTE



9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 36 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados mediante consulta processual.

Em relação aos feitos, não houve recomendação.

Os processos listados a seguir constam como pertencentes ao acervo da Subsecretaria da 3ª Turma, mas, na realidade tramitam em outras unidades:

00073418620084036108

00045370919934036000

A subsecretaria administra a realização de duas sessões por mês, tendo havido 25 no período entre maio/2019 a abril/2020, sendo quatro extraordinárias.

Houve apenas duas ocorrências quanto a sessões de julgamento. A sessão da Terceira Turma, de 10/12/2019, foi transferida para 24/1/2020, em razão de convocação do Desembargador Federal Nelton dos Santos para sessão do Tribunal Regional Eleitoral, encontrando-se em gozo de férias o Desembargador Federal Antonio Cedenho, sem tempo hábil para convocação de outro magistrado para compor quórum. A sessão de 20/5/2020, foi transferida para 29/5/2020, em razão da antecipação de feriados municipais e estadual, motivada pela pandemia.

Considerado o volume de processos em tramitação na subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma, bem como o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente. O volume de pendências na subsecretaria é baixo.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral entrevistou, por videoconferência, o Diretor da Subsecretaria da 3ª Turma, Edmilson Ferraroli, o qual está da direção da Turma desde 2017, e que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo setor.

Segundo o informado, a subsecretaria está dividida em três setores, quais sejam:

- Coordenação de Julgamento: atua na preparação da pauta de julgamento, intimações das partes e na composição dos trabalhos voltados para as sessões até as intimações decorrentes do acórdão. O setor conta com quatro servidores, além do diretor da divisão.

- Coordenação de Procedimento Diversos: quando havia acervo físico, a divisão cuidava dos agravos. Atualmente, no PJe, esta divisão cuida dos processos eletrônicos na fase de adoção de providências e cumprimento desde as primeiras decisões, como as liminares, até as determinações nos processos oriundos dos gabinetes. São três servidores e o diretor da divisão, os responsáveis pelo setor.

- Processamento: era responsável pelas apelações nos processos físicos. No PJe, atua nas tarefas de processamento posterior, remessa aos órgãos externos, bem como a outros gabinetes, a remessa e baixa à origem. São quatro servidores e o diretor em atuação na unidade.

O diretor de secretaria atua supervisionando as divisões, conforme a distribuição e cumprimento das atribuições entre os servidores.

A triagem inicial é feita pela divisão de processamento diversos.

O número de feitos físicos é pequeno, segundo relatado, e é constituído especialmente por processos sobrestados. O grande acervo, no entanto, constitui-se de

processos eletrônicos, com controle realizado diretamente por relatórios extraídos do PJe, inclusive os feitos parados sem movimentação são controlados por ferramenta no PJe.

Antes da pandemia, não havia servidor em teletrabalho. Todavia, no período de isolamento, a equipe se organizou para o trabalho remoto, que, a despeito das dificuldades iniciais, conseguiu se adaptar, utilizando comunicação por *WhatsApp* e outras tecnologias, não interferindo nos resultados e na manutenção das sessões de julgamento.

De acordo com o informado pelo diretor, o controle dos feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ não é atribuição da subsecretaria, ficando os gabinetes encarregados de controlar essas metas. Todavia, caso o processo chegue à Turma com etiqueta de “prioridade” destacada pelo gabinete, ela é atendida imediatamente.

O atendimento a advogados e partes é feito presencialmente ou por telefone, dividindo-se entre dois servidores por dia. Durante a pandemia, o atendimento está sendo realizado por e-mail. Os diretores de cada divisão ficaram responsáveis pelas respostas, com escala de revezamento diária.

No caso de processos remetidos a órgãos externos, nos processos físicos, existia a rotina dentro do próprio SIAPRO. No PJe, o próprio sistema prevê o prazo da intimação e controla o retorno no caso de remessas externas.

No período da entrevista, não havia petições pendentes de juntada na unidade.

No tocante às cartas de ordens expedidas, há o controle e conferência no sistema, bem como da cobrança daquelas com atraso no cumprimento. A unidade considera demora no cumprimento, entre 30 e 60 dias após a expedição.

O diretor relatou que os gabinetes que compõem a Turma são bem organizados e possuem seus próprios controles. As declarações de voto são feitas no PJe no dia da própria sessão. Quando a sessão é encerrada, os processos já contam com todos os votos. O diretor afirma que o PJe tem o relatório de votos-vista pendentes, mas são os próprios gabinetes que fazem esse controle diretamente. Em caso de maior demora, os gabinetes recebem alertas da secretaria.

A secretaria não tem poderes para a prática de atos ordinatórios.

As sessões da Turma são às quartas-feiras, na primeira e terceira semana do mês. Alternam-se entre virtual e presencial. Quando a 3ª Turma verifica a ocorrência de divergência, uma sessão específica é marcada, convocando-se um magistrado da 4ª Turma (art. 942 do CPC). Não há data fixa para as sessões, porém são realizadas periodicamente, para evitar acúmulo.

Dentre as boas práticas relacionadas para bom andamento da unidade estão o mapeamento do PJe, a rotina que localiza os processos parados. Além disso, a

verificação das necessidades eventuais de cada divisão, faze com que se mantenha um trabalho com um bom andamento em geral, evitando acúmulos.

E, como destaque das dificuldades enfrentadas, foi citado o funcionamento do PJe, que, segundo descrito, é um sistema que não promove facilidade na tarefa de intimação para a sessão de julgamento, uma vez que precisa ser feita processo a processo. O mesmo ocorre com os resultados dos julgamentos e as publicações. A grande queixa é a demora do sistema para lançar os andamentos, especialmente em dias de sessão.

11. RECOMENDAÇÕES

- manter o bom funcionamento da unidade.

SUBSECRETARIA DA 4ª TURMA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria da Quarta Turma do TRF3

2.2 Competência

Compete à 4ª Turma processar e julgar feitos relativos ao direito público, salvo aqueles de competência da 1ª, 3ª e 4ª Seções. O art. 10, § 2º, do RITRF3R enumera alguns casos, sem prejuízo de outros. - I - matéria constitucional, incluindo nacionalidade, opção e naturalização, excetuadas as competências do Órgão Especial, da 1ª e 3ª Seções; II - licitações; III - nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da Primeira e Terceira Seções; IV - ensino superior; V - inscrição e exercício profissional; VI - tributos em geral e preços públicos; VII - contribuições, excetuadas as de competência da 1ª Seção.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Marcelo Saraiva.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Marcelo Saraiva - maio 2019-2021.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Marcelo Ribeiro Gonçalves Teotonio, Diretor da Subsecretaria, técnico judiciário, RF 2256.

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	14
Estagiários de nível médio	1
Estagiários de nível superior	1

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências	
Juntada	Três (dados fornecidos pelo setor de estatística)
Publicação de acórdão/decisão	Acórdão total: 212 e decisões e despachos total: 860 (dados fornecidos pelo setor de estatística)
Extraviados/por restaurar	Não consta
Análise/triagem	Não se aplica
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	Dados não fornecidos pelo setor de estatística
Conclusão	Dados não fornecidos pelo setor de estatística
Em carga com prazo vencido	Dados não fornecidos pelo setor de estatística

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade	
Total	5.927 (dados fornecidos pelo setor de estatística)
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	5.749 (dados fornecidos pelo setor de estatística)
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	154 (dados fornecidos pelo setor de estatística)

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	Foram inspecionados 51 feitos na inspeção anterior
Total de feitos não regularizados	Não houve
Total de feitos verificados na autoinspeção	100
Total de feitos não regularizados	Regularizados

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	9.227 (dados fornecidos pelo setor de estatística)
Média de dias do julgamento à publicação	8 dias
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	1.905 (dados disponibilizados pelo setor de estatística)
Pendentes de publicação	Total 17 (dados disponibilizados pelo setor de estatística)
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	00014513120154036106, desde 15/1/2020 (dados disponibilizados pelo setor de estatística)

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	5.651
Tempo médio	53
Publicações em prazo superior a 10 dias	1.176
Pendentes de publicação	94
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	00028052120154036000, desde 13.3.2020 (dados fornecidos pelo setor de estatísticas)

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação	
Há mais de 30 dias	3.477 (dados fornecidos pelo setor de estatísticas)
Há mais de 60 dias	654 (dados fornecidos pelo setor de estatísticas)
Há mais de 90 dias	134 (dados fornecidos pelo setor de estatísticas)
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	Total 68 (dados fornecidos pelo setor de estatísticas) - 199703010620380, 23/3/1999; 199803010721801, 8/4/1999; 199803011019993, 8/4/1999; 0659906-95.1991.4.03.6100, 10/3/2000; 0041344-24.2009.4.03.0000, 19/9/2016; 00421778219904039999, 19.12.2016; 0036366-77.2012.4.03.6182, 19/12/2016; 0039437-48.2008.4.03.0000, 19/12/2016; 5002926-48.2017.4.03.0000, 8/6/2017; 5005771-53.2017.4.03.0000, 14/6/2017

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)

Ausências justificadas: 27/6/2019 - Desembargadora Federal Marli Ferreira (férias); 4/7/2019 - Desembargadora Federal Marli Ferreira (férias - substituída pelo Juiz Federal convocado Silva Neto); 18/7/2019 - Desembargadora Federal Marli Ferreira (férias - convocado Juiz Silva Neto) e Desembargadora Federal Mônica Nobre (férias); 1º/8/2019 - Desembargadora Federal Mônica Nobre (férias); 15/8/2019 - Desembargador Federal Marcelo Saraiva (férias); 29/8/2019 - Desembargador Federal Marcelo Saraiva (férias) e Desembargadora Federal Marli Ferreira (participação na Correição Geral Ordinária e de Inspeção Administrativa de Avaliação em Presidente Prudente (Portaria CORE 1710, de 2/8/2019)); 30/1/2020 - Desembargador Federal André Nabarrete (férias - convocado Juiz Marcelo Guerra); 13/2/2020 - Desembargador Federal André Nabarrete (férias - convocado Juiz Marcelo Guerra); 27/2/2020 - Desembargador Federal André Nabarrete (férias - convocado Juiz Marcelo Guerra); 12/3/2020 - Desembargador Federal Marcelo Saraiva (férias); 16/4/2020 - Desembargador Federal Marcelo Saraiva (férias).

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

25 sessões (16/5/2019 até 14/5/2020)

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Houve. Seguem as recomendações: "Em relação a processos, recomenda-se: a) Regularizar atraso na juntada de documentos/ofícios/mandados, sendo o mais antigo n. 2009.61.820296240, desde 29/8/2017.**Informações colhidas pelo diretor da Subsecretaria da 4ª Turma, em 22/8/2018; b) fazer conclusão e remeter ao relator: 07095819619974036106 00000640420124036100 5000055-97.2016.4.03.6105; c) certificar trânsito em julgado e baixar os autos: 00029684520144036126 00525031719974036100 00609192320064030000 00084834820104030000; d) regularizar tramitação: 00022315020014036109 00018624820134036105 00057370420104036114; e) cobrar devolução: 00092408620084036119 00261533620144039999.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

a) Incluído em pauta cuja data de julgamento ocorrerá em 30/5/2019; b) 07095819619974036106: houve decisão disponibilizada no diário em 26/4/2019 00000640420124036100: conclusos em 31/8/2018; 5000055-97.2016.4.03.6105: baixado à origem em 7/5/2019; c) 00029684520144036126: baixado em 27/8/2018 00525031719974036100: baixado em 27/8/2018 00609192320064030000: Houve lançamento de certidão de autos findos em 20/8/2018. Feito localizado na Vice-Presidência. 00084834820104030000 (apensado ao feito 0009878-15.2009.4.03.6110): certidão de autos findos lançada em 20/8/2018. Principal foi

remetido à subsecretaria da Vice-Presidência; d) 00022315020014036109: na Vice-Presidência 00018624820134036105: baixado à vara de origem em 5/12/2018 00057370420104036114: baixado à vara de origem em 26/9/2; e) 00092408620084036119: devolvido e foi à conclusão em 28/8/2018, 00261533620144039999: Carta de ordem juntada. Aguardando-se o transcurso de prazo para a parte.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não houve.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A subsecretaria tem separado o trabalho entre os servidores por relatoria, com o fito de facilitar o cumprimento, bem como facilitar a observação do andamento dos feitos. Sugestão: No sistema do processo eletrônico, poderia haver uma comunicação direta entre o 1º grau e o 2º grau no tocante ao cumprimento de carta de ordem. Uma vez cumprida, o sistema deveria possibilitar o envio (juntada) direto da certidão de cumprimento no feito do 2º grau, pois no cadastro da carta de ordem pelo setor do TRF no PJe da 1ª instância já constou a informação do processo referência e demais dados.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

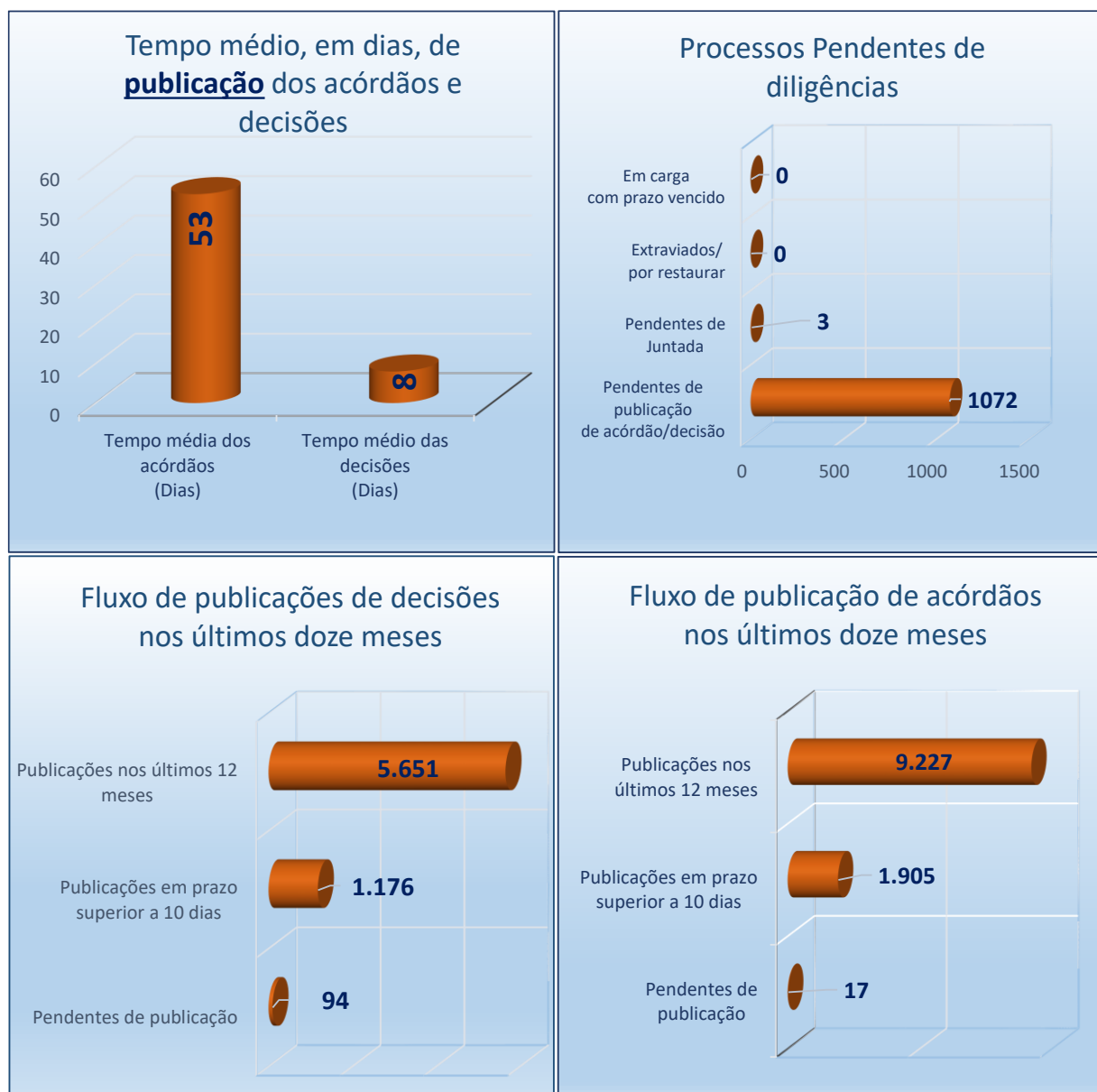
Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
50050603520184036104	26/9/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Determinando o cancelamento da distribuição e o prosseguimento da ação na origem.		
00032210920084036105	28/3/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Digitalizado o feito após julgamento. Abertura de chamado para o setor do PJe alterar o fluxo para inclusão de acórdão pela relatoria.		
50004607220184036135	13/2/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Determinado o cancelamento da distribuição e o prosseguimento na origem.		
00025874820154030000	23/2/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Sobrestado em 26/2/2020 (decisão).		
00256596420154030000	13/11/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito no gabinete. Digitalizado.		
00294009220084036100	4/9/2009	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Feito digitalizado. Efetuada a publicação da decisão digitalizada no PJe em 4/5/2020.		
00109550820084036106	27/8/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: No setor de distribuição para redistribuição do feito (suspeição do desembargador).		
00051872920074036109	11/11/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado.		
00049362020084036127	28/7/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado.		
00130614020084036106	25/2/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado o feito.		
00104276220084036109	27/5/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado.		
00018895820094036109	8/6/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito foi digitalizado e foi efetuada a disponibilização da decisão no PJe em 5/5/2020.		
00095257620084036120	20/7/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito digitalizado. Efetuada a publicação da decisão digitalizada no PJe em 4/5/2020.		
00128750820084036109	8/6/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito digitalizado. Efetuada a publicação da decisão digitalizada no PJe em 5/5/2020.		
00052029520074036109	22/6/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito digitalizado. Efetuada a publicação da decisão digitalizada no PJe em 5/5/2020.		
00052557620074036109	27/5/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito digitalizado. Efetuada a publicação da decisão digitalizada no PJe em 5/5/2020.		
0009661-56.2015.4.03.0000	18/5/2015	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Agravo que foi baixado e, na digitalização do principal, foi digitalizado como apenso. Será regularizada a fase de autos findos no sistema Siapro.		
0004122-90.2007.4.03.6111	12/1/2010	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Feito está em trâmite na Subsecretaria da Vice-Presidência.		
0006919-96.2012.4.03.6100	26/3/2013	119 - Mandado de Segurança Coletivo
Observação/Providência: Feito está na conclusão.		
00217304320034030000	18/10/2011	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Processo teve baixa definitiva.		

50074907020174030000	26/5/2017	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: sobrestado.		
00128171820164030000	8/7/2016	12135 - Tutela Antecipada Antecedente
Observação/Providência: Sistema Siapro consta como digitalizado, mas, no PJe, não aparece o feito na consulta. Terá de ser reportado ao setor competente por chamado.		
00107916820074036109	1º/7/2008	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: Gabinete. Triagem de processos digitalizados oriundos da UFOR – distribuição.		
00069282520124030000	24/8/2017	-
Observação/Providência: Feito em trâmite na Vice-Presidência.		
199003010311946	7/8/1990	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Baixa em diligência 24/4/1991 (..)		
00358914819904036100	5/8/1991	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Baixa em diligência 17/9/1991 - determinada a diligência a origem em razão de falta de folha no feito.		
00866678119924036100	31/1/1994	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Constava baixa em diligência em vez de definitiva (houve homologação de desistência). Foi lançada fase de certidão de autos findos para regularização.		
00418015719944039999	8/6/1994	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Baixa em diligência em 22/8/1994. Determinando o envio à origem para cumprimento do artigo 526 do CPC.		
00680261719944039999	26/8/1994	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Baixa em diligência em 7/3/1995 - determinação para que o juízo a quo apontasse a decisão agravada.		
00680253219944039999	26/8/1994	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Baixa em diligência em 7/3/1995 - determinação para que o juízo a quo apontasse a decisão agravada.		
00873895319954039999	13/11/1995	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Baixa em diligência em 2/12/96. (...)(Art. 526 do CPC)		
199503010913920	21/10/1998	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Foi lançada fase de certidão de autos findos para regularização de fases. Baixa definitiva.		
199703010620380	24/9/1997	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Baixa em diligência em 23/3/1999 - Julgamento fora convertido em diligência pelo informado no andamento processual.		
199803010721801	18/9/1998	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Baixa em diligência 8/4/1999 - Julgamento fora convertido em diligência pelo informado no andamento processual.		
00326495120084036100	13/8/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito digitalizado. Efetuada a publicação da decisão digitalizada no PJe em 4/5/2020.		
00049353520084036127	28/7/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feitos conclusos ao gabinete.		
00329335920084036100	2/6/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito digitalizado. Efetuada a publicação da decisão digitalizada no PJe em 4/5/2020.		
00059075220094036100	11/3/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito digitalizado. Efetuada a publicação da decisão digitalizada no PJe em 5/5/2020.		
00168668220094036100	10/6/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito digitalizado. Efetuada a publicação da decisão digitalizada no PJe em 4/5/2020.		
00052047420084036127	5/3/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado.		

8. ESTATÍSTICAS GERAIS DA UNIDADE PROCESSANTE



9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 39 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados mediante consulta processual.

Em relação aos processos, recomenda-se:

a) Dar baixa no prazo de 20 dias: 00217304320034030000.

Os processos listados abaixo constam como pertencentes ao acervo da Subsecretaria da 5ª Turma, mas, na realidade, tramitam em outras unidades:

0004122-90.2007.4.03.6111

00069282520124030000

A subsecretaria administra a realização de duas sessões por mês, tendo havido, entre maio/2019 a maio/2020, 25 sessões. Não houve cancelamento de sessões no período. Sessões são às quintas-feiras. A sessões alternam-se entre duas virtuais e uma presencial.

Considerado o volume de processos em tramitação na subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma, bem como o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente. O volume de pendências na subsecretaria é baixo.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral entrevistou, por videoconferência, o Diretor Marcelo Ribeiro Gonçalves Teotônio, à frente da unidade desde maio de 2018. Na entrevista, discorreu acerca das atividades desenvolvidas pela Subsecretaria da Quarta Turma, assim dividida:

- Divisão de Procedimentos Diversos: é o setor de “passagens de autos”, com atribuições de cuidar dos processos físicos remanescentes, da remessa dos feitos a outros órgãos e recebimento de processos.

- Divisão de Processamento: cuida do cumprimento de despachos e decisões. A divisão do trabalho se dá por relatoria entre quatro servidores que a compõe. Cada um cuida dos feitos de cada um dos desembargadores integrantes da Turma.

- Divisão de Coordenação e Julgamento: prepara a pauta, verifica impedimento, cuidam dos autos até a publicação dos acórdãos.

De acordo com o diretor da secretaria, recentemente um servidor entrou em licença e outra pediu aposentadoria, encontrando-se, portanto, desfalcada.

A triagem inicial dos feitos dá-se no próprio PJe, quando os processos entram na pasta “avaliar determinação”. Os servidores têm acesso à tarefa, na qual promovem os andamentos. Quando retornados de carga ou remessa e com petições, os processos vão para a pasta “avaliar manifestação”, disponível para avaliação de todos. Havendo prazo em andamento, o usuário devolve o feito para a tarefa “prazos em curso”.

O acervo da unidade é composto, em sua grande maioria, por processos eletrônicos. No entanto, a secretaria ainda conta com feitos físicos, em razão daqueles que retornam da Vice-Presidência para juízo de retratação.

A organização do acervo é basicamente verificada com o auxílio do PJe. Foi informado que os processos baixados em diligência para a primeira instância não são mais controlados, por isso há processos assim paralisados. A Subsecretaria só tem a notícia desses feitos quando o Setor de Estatística manda a listagem, normalmente isto

ocorre próximo à inspeção. Informou, ainda, que para que o processo não fique como ativo, é preciso que lancem a fase de “autos findos”.

No caso de processo eletrônico parado, o controle é direto no PJe, mensalmente, pelo setor de procedimento diverso. Nos processos físicos, há rotinas gerenciais no Siapro, que realiza cobrança automática daqueles feitos que estão com prazo excedido, seja com advogados ou em poder de órgãos externos.

A unidade não havia adotado o teletrabalho, mas passou a ter trabalho remoto a partir da pandemia. Utilizam a comunicação por *WhatsApp* e fazem o trabalho funcionar apesar das dificuldades.

No tocante aos feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ, a unidade informou que os gabinetes fazem esse controle e normalmente quando retornam dos relatores com avisos de prioridades, a secretaria cuida atentamente. A principal meta da secretaria, no entanto, é a de cumprir as publicações em até 10 dias úteis.

O atendimento às partes e aos advogados no balcão era feito por um servidor. A rotina era um servidor por dia. Depois, passou-se a adotar o sistema de se ter um servidor em atendimento a cada hora, além do uso de comunicação por e-mail e telefone. Durante a pandemia, a comunicação passou a ser feita apenas por e-mail.

O controle de remessas ao Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União nos processos físicos é realizado através do SIAPRO, que controla o prazo. A cobrança é feita por e-mail automático gerado pelo sistema. Caso não haja devolução, a turma faz contato telefônico para cobrança. No PJe, o controle também é feito de forma automática.

Segundo informado, não há petições pendentes de juntada e o controle das cartas de ordem não cumpridas é verificado uma vez por semana.

A unidade adotou um controle para acompanhar os processos pendentes de conclusão de julgamento. Sempre que termina a sessão, atualizam a pauta interna e encaminham aos gabinetes.

Relativamente à prática de atos meramente ordinatórios (art. 203, § 4º, do CPC), a unidade informou que podem realizar a intimação dos embargos de declaração.

As sessões são realizadas às quintas-feiras, alternadas entre duas virtuais e uma presencial e, na fase da pandemia, a Turma promoveu a realização de uma sessão extraordinária por videoconferência. A sessão da seção ocorre na primeira terça-feira do mês. A sessão do art. 942 do CPC, para o Colegiado ampliado, convocam um membro da 6ª Turma, para a própria sessão da Turma. Se há divergência, já é resolvida na própria sessão. Os membros anotam as possíveis divergências com uma semana de antecedência, para evitar adiar o julgamento.

Como boa prática adotada, a unidade mencionou a realização do rodízio por hora para o atendimento no balcão, o que não sobrecarrega o atendente.

Já como dificuldade enfrentada, foi relatada a expedição de carta de ordem na base do PJe. Segundo informado, o PJe da 1ª instância não tem comunicação direta com o PJe do Tribunal. Uma vez cadastrada a carta de ordem na 1ª instância, no retorno, o PJe não avisa ao 2º grau acerca do cumprimento do expediente, gerando à Turma a necessidade de constante acompanhamento e consultas.

11. RECOMENDAÇÕES

- Manter o bom trabalho.

SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria da 5ª Turma - UTU5

2.2 Competência

Competência Criminal, ressalvada a do Órgão Especial

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal André Nekatschalow

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Paulo Fontes, período de 22/4/2019 a 10/5/2019 e 10/7/2019 a 8/8/2019, em razão das férias do Presidente. Desembargador Federal Maurício Kato, período de 7/1/2020 a 7/2/2020, em razão de férias do Presidente.

3.3 Servidora responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Margareth Mariko Watanabe Perdigão - Diretora da Subsecretaria

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	2
Estagiários de nível superior	3
Servidores efetivos	13

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências	
Publicação de acórdão/decisão	14
Extraviados/por restaurar	1
Em carga com prazo vencido	14
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	0
Análise/triagem	dados não informados
Juntada	41
Conclusão	0

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade	
Total	4
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	3
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	1

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	28 processos
Total de feitos verificados na autoinspeção	15
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos não regularizados	0

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Pendentes de publicação	6
Total de publicações nos últimos 12 meses	3.293
Média de dias do julgamento à publicação	5 dias
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	186
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0003567-47.2013.4.03.6181, desde 20/1/2020.

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Pendentes de publicação	13
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	5006010-52.2020.403.0000, desde 14/3/2020
Tempo médio	9 dias

Publicações em prazo superior a 10 dias	27
Total de publicações	714 (decisões) e 3.428 (despachos/decisões)

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação	
Há mais de 30 dias	417
Há mais de 60 dias	83
Há mais de 90 dias	7
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	2: 00105795620074036106 (desde 6/9/19 - processo extraviado) e 0016707920094030000, desde 23/9/20, aguardando julgamento no apenso.

4.7 Ausências de membros do Colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar).	
Desembargador Federal André Nekatschalow: 29/7/2019, 20/1/2020 e 3/2/2020 (todos em razão de férias); Desembargador Federal Paulo Fontes: 30/9/2019, 14/10/2019, 28/10/2019, 11/11/2019, 2/12/2019 e 20/1/2020 (todos em razão de férias); Desembargador Federal Mauricio Kato: 15/5/2019, 27/5/2019, 10/6/2019 e 11/11/2019 (todos em razão de férias).	

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses	
Total de 21 sessões.	

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?	
Sim, são elas: a) Solicitar a devolução dos processos com carga/vista com prazo superior a 60 dias relacionados na letra "a" do item 2 daquele relatório; b) publicar, no prazo máximo de 10 dias, todos os acórdãos pendentes, relacionados na letra "b" daquele relatório; e c) regularizar atrasos ou registros de juntada de documentos, ofícios e mandados, relacionados na letra "c" do item 2 daquele relatório.	

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).	
Foram adotadas as seguintes medidas: a) Quanto ao item "a" (processos remetidos com carga/vista com prazo superior a 60 dias): todos os processos foram novamente requisitados e, encontram-se regularizados; b) com relação ao item "b": os acórdãos pendentes foram publicados; c) referentes às recomendações do item "c": foram	

realizadas as juntadas de documentos/ofícios/mandados com a devida regularização no sistema.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

As recomendações determinadas no relatório foram cumpridas.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

A subsecretaria é composta por três divisões: processamento, procedimentos diversos e coordenação e julgamento. Cada divisão tem sua atribuição. Quando verificamos que uma divisão está com sobrecarga de trabalho, seja por excesso de serviços, seja por ausência de algum servidor, realizamos um mutirão para deixar o serviço regularizado. As dificuldades são: sistema de processo eletrônico PJe muito lento, que, muitas vezes, trava e demora para carregar, dificultando a celeridade do trabalho, bem como a existência de muitos processos físicos que exige a juntada manual de petições, o transporte de processos etc.

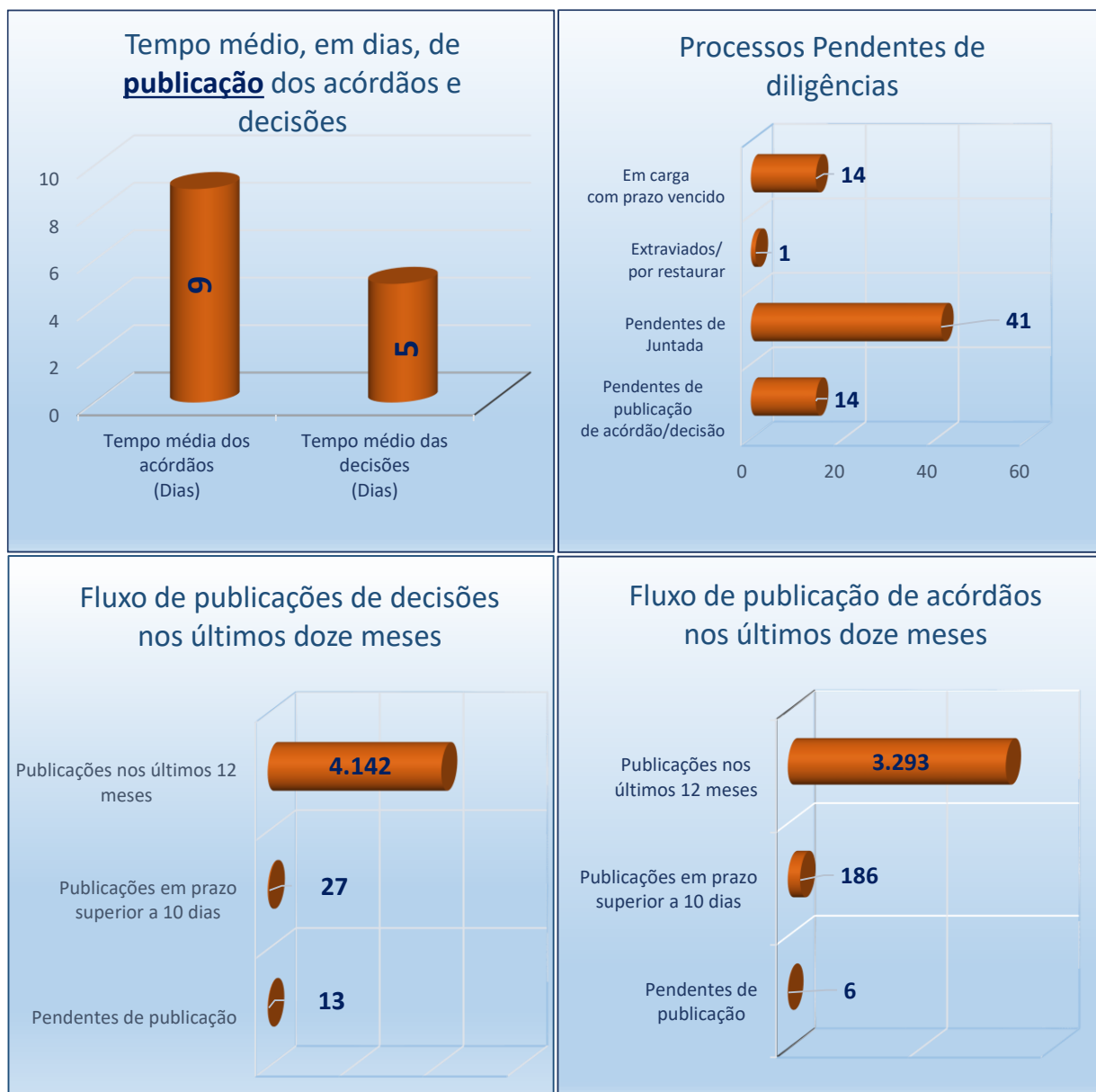
7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
00084778220084036120	24/4/2009	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Competência da Vice-Presidência.		
0034340-96.2010.4.03.0000	16/11/2010	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Competência da Vice-Presidência.		
00095382420164030000	23/5/2016	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Processo arquivado, solicitaremos ao setor competente, no caso, a divisão de arquivo, para regularizar o sistema.		
00288157020094030000	18/8/2009	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Processo arquivado: será solicitado ao setor responsável a regularização no sistema.		
00182128820164030000	30/9/2016	1710 - Mandado de Segurança Criminal
Observação/Providência: Os autos serão requisitados para regular processamento.		
00001421820194030000	16/8/2019	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: Setor competente: Subsecretaria de Registros e Informações Processuais.		
00003425920184030000	21/8/2018	413 - Agravo de Execução Penal

Observação/Providência: Os autos serão requisitados para regular processamento.		
00004006220184030000	31/10/2018	413 - Agravo de Execução Penal
Observação/Providência: Os autos serão requisitados para regular processamento.		
00012204520174036005	12/2/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Os autos serão requisitados para regular processamento.		
00001724820174036006	8/11/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Os autos serão requisitados para regular processamento.		
00004873620134036000	3/4/2017	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Os autos serão requisitados para regular processamento.		
00071073020184036181	10/5/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Será certificado eventual trânsito em julgado, tão logo, os prazos processuais dos processos físicos sejam restabelecidos.		
00105795620074036106	2/5/2018	-
Observação/Providência: Autos extraviados pelo advogado: serão regularizados, tão logo seja julgado o Processo 2018.03.00.000378-7/SP.		
00323997819964039999	10/5/1996	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo de competência da 1ª Turma.		
00050358220064036119	28/12/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado e baixado, procederemos à regularização no sistema.		
00222431620004030000	8/5/2000	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Será solicitado ao setor responsável a regularização no sistema.		
00230944520114039999	10/6/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo de competência da Vice-Presidência.		
00650416520004039999	11/10/2000	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo está baixado. Quando é lançado uma movimentação no sistema ela ativa os autos. Procederemos à sua regularização.		
00445308019994039999	6/7/1999	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado e arquivado, procederemos à regularização no sistema.		
00175899720114030000	1º/7/2011	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo de competência da Vice-Presidência.		
00076932520094036103	13/9/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Solicitaremos a devolução dos autos ao Ministério Público Federal.		
00299826820034036100	23/7/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os autos serão julgados tão logo os prazos processuais dos processos físicos voltem a fluir.		

00000363720064036006	15/12/2010	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Os autos serão incluídos em pauta tão logo os prazos processuais dos processos físicos voltem a fluir.		
00015756020004036002	13/2/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os embargos de declaração serão julgados tão logo os prazos processuais dos processos físicos sejam restabelecidos.		
00029363420044036112	3/1/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Os embargos de declaração serão julgados tão logo os prazos processuais dos processos físicos sejam restabelecidos.		
00056119120094036112	8/1/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Situação regular: os embargos de declaração foram julgados por decisão monocrática.		

8. ESTATÍSTICAS GERAIS DA UNIDADE PROCESSANTE



9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 25 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados mediante consulta processual.

Em relação aos feitos, não houve recomendação.

Os processos listados abaixo constam como pertencentes ao acervo da Subsecretaria da 5ª Turma, mas, na realidade tramitam em outras unidades:

00084778220084036120	00343409620104030000	00230944520114039999
00175899720114030000	00323997819964039999	

A subsecretaria administra a realização de duas sessões por mês, tendo havido 21 sessões no período entre maio/2019 a abril/2020.

A Subsecretaria da 5ª Turma, entre maio/2019 a maio/2020, transferiu a sessão de 23/3/2020 para 4/5/2020, por não haver tempo hábil para intimação das partes (advogados dativos) acerca da conversão da sessão presencial em virtual.

Considerado o volume de processos em tramitação na subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma, bem como o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente. O volume de pendências na subsecretaria é baixo.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral entrevistou, por videoconferência, a Diretora Margareth Mariko Watanabe Perdigão, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pela Subsecretaria da Quinta Turma.

Com competência especializada em matéria criminal, a subsecretaria se encontra ainda na transição da digitalização dos feitos, contando com muitos processos físicos. Assim, atuam na elaboração de um cronograma para julgamento, com efetiva disponibilização aos gabinetes. A unidade está assim dividida:

- Divisão de Coordenação e Julgamento: cuida dos processos vinculados a este setor. Assim, preparam desde a inclusão dos feitos em sessão de julgamento até o trânsito em julgado, e, para tanto, contam com cinco servidores.

- Divisão de Processamento: trabalha com quatro servidores que são responsáveis pelo cumprimento de decisões monocráticas.

- Divisão de Procedimentos Diversos: trata dos processos retornados de órgãos externos ou carga e dão os encaminhamentos, e atua com dois servidores.

A triagem inicial dos processos é feita pela Divisão de Processamento. Nesse momento, há a verificação das prioridades legais nos feitos, se há casos de réus presos, entre outras condições. Segundo informado, no caso das decisões cautelares, as decisões são cumpridas pelo próprio Tribunal se o processo já está em grau de apelação. Caso contrário, comunicam a primeira instância.

A organização do acervo é feita em escaninhos correspondentes a cada andamento do processo, tendo como orientação a verificação e a localização dos feitos conforme os decursos de prazo das determinações nos processos.

Os critérios de organização do acervo antes da pandemia obedeciam o critério de que alguns servidores trabalhavam apenas com o PJe, outros com os físicos. A partir do período em que todos passaram a trabalhar remotamente, a equipe inteira passou receber todos processos, quer físicos, quer eletrônicos.

Foi informado que o sistema não gera relatórios dos processos parados. No período da inspeção, no entanto, foram solicitados e fornecidos pelo setor de estatística do TRF3 os dados atualizados relativos a processos sem movimentação. Os dados, segundo a diretora da secretaria, nem sempre são obtidos pela estatística com razoável facilidade.

Não há fixação de metas na unidade, mas foi adotada como medida determinante na gestão a tramitação regular dos feitos, bem como o imediato cumprimento das providências proferidas nos processos da secretaria. Praticamente não há processos relativos à meta do CNJ. De um modo geral, as prioridades são observadas pelos gabinetes, segundo informado.

Os servidores não trabalham em regime de teletrabalho. Todavia, no período da pandemia, a atividade foi adaptada para o formato remoto. A equipe informou que trabalha com o deficit de quatro servidores em licença médica, e, portanto enfrentou dificuldades principalmente em relação aos processos físicos e os relacionados a réu preso. Uma das medidas encontradas foi o recebimento das petições autônomas no PJe para os casos de pedido de liberdade. Apesar das dificuldades, a unidade conseguiu, no mês de maio, concluir o julgamento dos processos que já se encontravam pautados antes da pandemia.

O atendimento de partes e advogados é realizado com base em escala horária pelos servidores da unidade.

O controle de remessas ao Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União é observado por levantamento mensal dos processos com carga externa, e, nos casos de excedido atraso, a unidade oficia ao órgão solicitando a devolução dos autos.

Foi informado que existem cerca de 40 petições pendentes de juntada. No caso dos feitos que se encontram em Secretaria, a juntada é imediata e requisitados os autos daqueles processos que se encontram fora ou nos gabinetes.

As cartas de ordem expedidas são controladas quinzenalmente. Quando não há a devolução, são solicitadas informações à vara deprecada, bem como a devolução do expediente com urgência. Em grande parte, as cartas de ordem expedidas são para intimação de advogados dativos acerca da pauta das sessões de julgamento.

Normalmente, a secretaria publica os acórdãos dentro dos dez dias que o CNJ determina. E, sobre os processos pendentes de declaração de voto, se não os recebem no prazo, lançam os processos conclusos.

São exemplos de poderes da unidade para praticar atos meramente ordinatórios os arquivamentos de autos e as intimações ao Ministério Público Federal.

As sessões de Colegiado ampliado (art. 942 do CPC) ocorrem a cada duas semanas, sempre às segundas-feiras. Até a data da realização da entrevista (junho de

2020) ainda não havia tido necessidade do Colegiado ampliado, o que deve ao pequeno acervo cível em tramitação, de, no máximo, 50 processos.

Atualmente, não há divisão rígida de atribuições entre os servidores. A Secretaria organizou-se no formato em que todos atuam em todas as fases processuais, o que permite resultados satisfatórios apesar do quadro defasado de funcionários.

11. RECOMENDAÇÕES

- Sem recomendações específicas.

SUBSECRETARIA DA 6ª TURMA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria da Sexta Turma

2.2 Competência

1) Matéria constitucional, incluindo nacionalidade e opção de naturalização excetuadas as competências do Órgão Especial, da 1ª e 3ª Seções; 2) licitações; 3) nulidade e anulabilidade de atos administrativos, excetuada a matéria da 1ª e 3ª Seções; 4) ensino superior; 5) inscrição no exercício profissional; 6) tributos em geral e preços públicos; 7) contribuições, excetuadas as de competência da 1ª Seção.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Fábio Prieto de Souza (desde 3/10/2019).

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargadora Federal Diva Prestes Marcondes Malerbi (de fevereiro de 2018 a 2/10/2019).

3.3 Servidora responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Eneida Gagete, Diretora da Subsecretaria (início em 2/3/2020), Técnica Judiciária, RF 1635

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	12
Estagiários de nível médio	1

1137

Estagiários de nível superior	5
-------------------------------	---

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências	
Publicação de acórdão/decisão	44 (dados fornecidos pelo setor de estatística do TRF3, em 14/5/2020)
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	160 Situação em 11/5/20 - ofícios e mandados pendentes de expedição - suspensão de expediente presencial - Portarias 02,03,04,05 e 06 - PRES/CORE TRF3- dados obtidos pelo painel do PJe
Análise/triagem	1.040 - processos digitalizados aguardando conferência e movimentação - situação de 14/5/2020 - dados obtidos pelo painel do PJe
Juntada	7 petições para juntada, protocolo em 18/3/2020, quando já estava instituído o teletrabalho devido à pandemia - 4 petições referentes a processos localizados em gabinetes, sendo a mais antiga protocolada em 15/1/2020 - dados obtidos pelo Relatório Gerencial do SIAPRO
Conclusão	Dados não fornecidos pelo setor de estatística do TRF3
Extraviados/por restaurar	15 - Recebidos da Vice-Presidência, responsável pelos autos à época do extravio (dados obtidos pelo painel do PJe)
Em carga com prazo vencido	0 - único processo em carga - 0004468-58.2015.4.03.6114 - dentro do prazo, pois prazos estão suspensos desde 17/3/2020 - Relatório Gerencial - SIAPRO

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade	
Total	552 (Dado obtido pelo setor de estatística do TRF3)
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/Resp repetitivo, IRDR ou IAC	439 (Dado obtido pelo setor de estatística do TRF3)
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	20 (Dado obtido pelo setor de estatística do TRF3)

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	42
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na auto inspeção	82
Total de feitos não regularizados	0

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	7.246 (dado disponibilizado pelo setor de estatística do TRF)
Média de dias do julgamento à publicação	4 (dado disponibilizado pelo setor de estatística do TRF)
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	85 (dado disponibilizado pelo setor de estatística do TRF)
Pendentes de publicação	3 (dado disponibilizado pelo setor de estatística do TRF)
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	000607295.2011.403.0000 - julgado em 19/9/2019. Em 24/9/2019 a parte peticionou requerendo a anulação do julgamento ocorrido em ambiente virtual, uma vez que havia apresentado oposição na ocasião da intimação de pauta de julgamento. O processo foi remetido à digitalização em 19/11/2020, recebido em 31/1/2020, encontrando-se no prazo para manifestação das partes acerca da regularidade da digitalização, (prazos suspensos desde 17/3/2020).

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	2.620 (dado disponibilizado pelo setor de estatística do TRF)
Tempo médio	115 (dado disponibilizado pelo setor de estatística do TRF)
Publicações em prazo superior a 10 dias	620 (dado disponibilizado pelo setor de estatística do TRF)
Pendentes de publicação	48
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	50273230620194030000 - Não realizada a publicação, uma vez que a intimação do agravante deve ser pessoal (Mandado de

	Intimação expedido em 4/2/2020) e do agravado, por ofício co AR, pois não havia advogado constituído à época. Mandado de Intimação juntado e 18/2/20 - processo com prazo em curso.
--	---

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação

Há mais de 30 dias	3.786 (dados fornecidos pelo setor de estatística do TRF3) – Obs.: Prazos e expediente presencial suspensos desde 17/3/2020 - Portarias 02, 03, 04, 05 e 06 PRES/CORE TRF3.
Há mais de 60 dias	1.454 (dados fornecidos pelo setor de estatística do TRF3) – Obs.: Prazos e expediente presencial suspensos desde 17/3/2020 - Portarias 02, 03, 04, 05 e 06 PRES/CORE TRF3.
Há mais de 90 dias	912 (dados fornecidos pelo setor de estatística do TRF3) – Obs.: Prazos e expediente presencial suspensos desde 17/3/2020 - Portarias 02, 03, 04, 05 e 06 PRES/CORE TRF3.
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	17: 1) 50003563820174036128 em 29/8/2019; 2) 00023206520134036105 em 4/9/2019; 3) 00121668220084036105 em 4/9/2019; 4) 500021577220184036002 em 4/9/2019; 5) 50002806720184036002 em 4/9/2019; 6) 50043287920184036128 em 16/9/2019; 7) 50208544520174036100 em 20/9/2019; 8) 50229422220184036100 em 20/9/2019; 9) 50303728920184030000 em 1º/10/2019; 10) 00004023920074036007 em 2/10/2019;

4.7. Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar)

Desembargador Federal Fábio Prieto: 9/5, 23/5 e 6/6/2019 - férias (P. 1472); 18/7/2019 - presença em sessão do TRE/SP (P.1142); 23/1, 6/2 e 20/2/2020 - férias (P.1741); Desembargador Federal Johonsom Di Salvo: 27/6/2019 - férias (P. 1430), 8/8 e 22/8/2019 - férias (P.1505), 17/10 e 7/11/2019 - férias; Desembargador Federal Souza Ribeiro: 12/12/2019 - férias; Desembargadora Federal Diva Malerbi: 6/6/2019 - férias (P. 1469), 18/7/2019 - férias, 5/9/2019 - Licença Médica.
--

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

24

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim, e todas foram relatadas no questionário de 2019: baixa definitiva dos autos: 50010898920164030000 50025482920164030000 50023249120164030000 50011877420164030000 50000661120164030000 50001588620164030000 50002454220164030000 50003960820164030000 50000055320164030000 50000141520164030000 50000549420164030000 00273614520154030000 00187584220074036182 00026386420124030000 00215851620054030000 00198383120054030000 00457961920054030000 00367535820054030000. a) Cobrança dos autos com carga externa: 00046173120164036108; b) e c) providenciar a conclusão dos autos 00070441920164036102 e 00003786620114036105; d) tramitação dos feitos 00273614520154030000 e 00187584220074036182; e) certificação dos sobrestamentos nos feitos 002034562019934036104, 06581781919914036100, 00071164719954036100, 00093115720134036105 e 00096952020134036105; f), g) e h) conclusão dos feitos 00469086619994036100, 50001061420164036104 e 50025742720164030000; e j) baixa da petição no feito 00051830520154030000.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

Regularizadas as movimentações (desarquivados e arquivados novamente): 50010898920164030000; 50025482920164030000; 50023249120164030000; 50000661120164030000; 50001588620164030000; 50002454220164030000; 50003960820164030000; 50000055320164030000 e 50000549420164030000; 50011877420164030000 e 50000141520164030000. Regularizadas as baixas definitivas dos autos 0021585-16.2005.403.0000, 0019838-31.2005.403.0000, 0045796-19.2005.403.0000 e 0036753-58.2005.403.0000 - apensados ao feito principal processo n. 0030814-78.2005.4.03.6182. Processo 0002638-64.2012.4.03.0000, apenso ao principal 0034239-63.2008.4.03.6100, sobrestado no gabinete do relator. Quanto às recomendações "a", "b" e "c": feitos devolvidos no mês de agosto/2018 e regularmente processados; item d) 00273614520154030000 e 00187584220074036182, devolvidos e baixados à origem; e) certificado o sobrestamento e mantidos no gabinete do relator; f, g, h: pendências regularizadas no sistema; j) baixa do protocolo no sistema.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento)

Não restaram pendências, de acordo com o antigo diretor, responsável pelas medidas mencionadas.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Eu e os outros três diretores assumimos a Subsecretaria no dia 2/3 deste ano, com a saída simultânea dos quatro antigos diretores. Encontramos o quadro desfalcado, uma vez que, além dos diretores, outros dois servidores também se afastaram, e ainda havia mais duas vagas em aberto, além de cerca de 1500 processos digitalizados desde 2019, para conferência. Em 17/3/2020, o expediente presencial do TRF3 foi suspenso, e assim permanece até hoje, em função da pandemia. Temos trabalhado de forma remota, pois a grande maioria de nossos processos é eletrônica e a organização dos servidores segue a mesma da antiga gestão, com tarefas divididas pelos servidores, de acordo com a atribuição das funções de cada Divisão. Contudo, o gerenciamento e a implementação de novas práticas de produção e controle ficam extremamente prejudicados com o afastamento compulsório que vivemos. Além disso, há uma considerável quantidade de processos físicos, que aguardam o retorno do expediente normal.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
00010275320154036117	26/8/2016	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo foi julgado em 10/11/2016 e o acórdão foi disponibilizado em 24/11/2016 - DJE. Embargos de declaração julgados em 16/3/2017 e acórdão disponibilizado no DJE em 28/3/2017. Devolvido à Turma pela UVIP em 24/9/2019 para juízo de retratação. Aguarda conferência de digitalização e andamento.		
00010518120154036117	14/9/2016	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 10/11/2016 e o acórdão disponibilizado em 24/11/2016 - DJE. Embargos de declaração julgados em 16/3/2017 e acórdão disponibilizado no DJE em 28/3/2017. Devolvido à Turma em 30/9/2019 para juízo de retratação. Aguarda conferência de digitalização e andamento.		
00010197620154036117	15/9/2016	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo foi julgado em 10/11/2016 e o acórdão disponibilizado em 24/11/2016 - DJE. Após remessa para Vice-Presidência, processo foi devolvido à Turma em 24/9/2019 para juízo de retratação. Atualmente, encontra-se na triagem de digitalizados, aguardando conferência e andamento.		
00010361520154036117	26/8/2016	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 10/11/2016 e o acórdão disponibilizado em 24/11/2016 - DJE. Embargos de declaração julgados em 16/3/2017 e acórdão disponibilizado no DJE em 28/3/2017. Devolvido pela UVIP à Turma em 30/9/2019 para juízo de retratação. Aguarda conferência de digitalização e andamento.		
50281528420194030000	29/10/2019	202 - Agravo de Instrumento

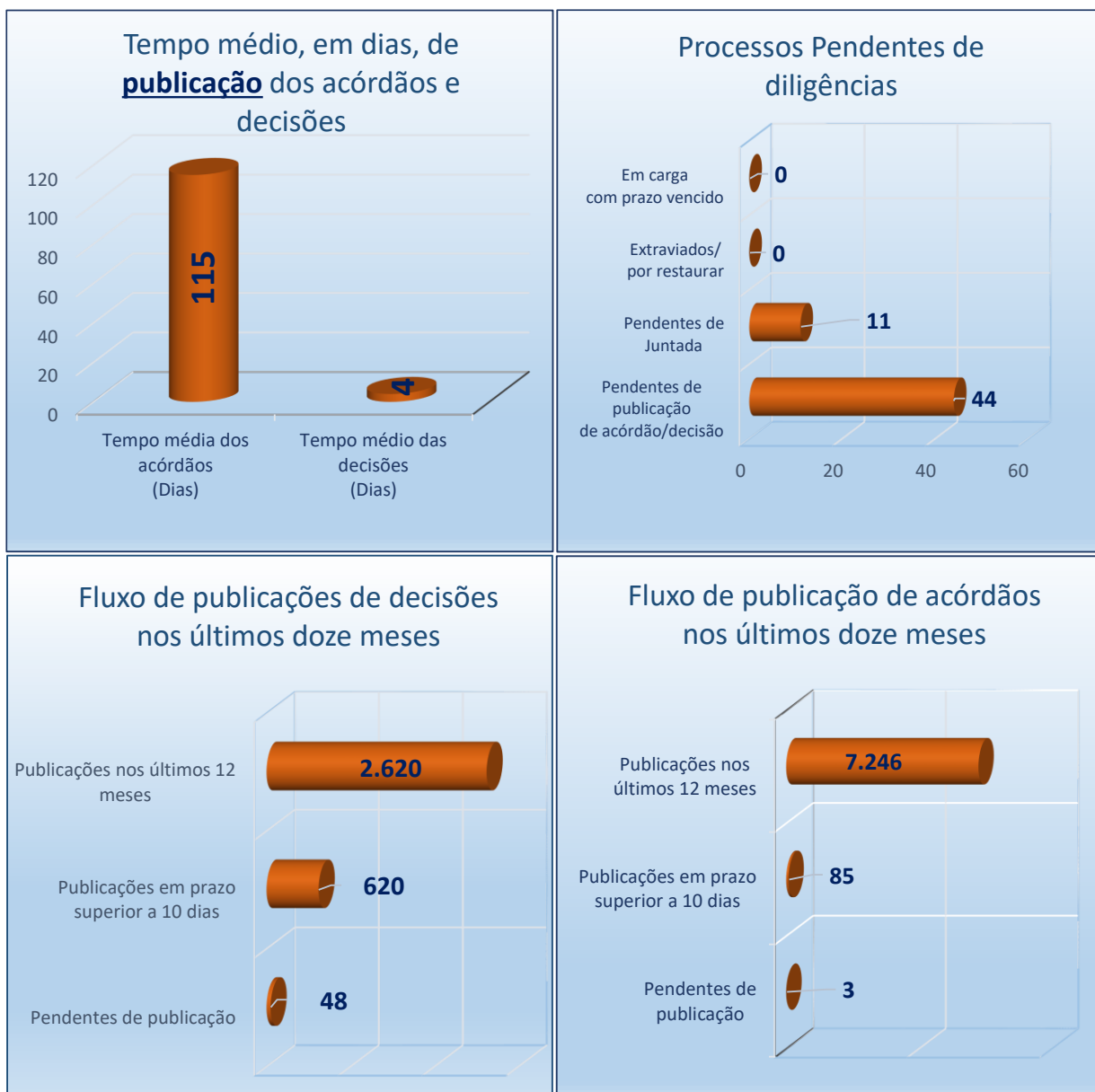
Observação/Providência: Concedida a antecipação de tutela em 18/11/2019. Em 28/2/2020, proferida decisão determinando o sobrestamento do feito por recurso repetitivo (Resp n. 1812449/SC). Processo encontra-se com prazo em curso. Após o transcurso do prazo, registrar sobrestamento no sistema.		
50282844420194030000	30/10/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Concedida a antecipação da tutela em 18/11/2019. Interposição de Agravo Interno pela Fazenda Nacional em 20/1/2020, processado na forma do artigo 1.021, § 2º, do CPC, int. do MPF em 28/2/2020. Em 7/5/2020, com a manifestação do Ministério Público, os autos foram conclusos ao relator para julgamento.		
50284516120194030000	31/10/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Concedida antecipação da tutela em 18/11/2020. Em 7/4/2020, o recurso foi julgado, por decisão monocrática – recurso conhecido e provido – e, em 4/5/2020, foi publicada a decisão, encontrando-se o processo com prazo em curso e não havendo nada a regularizar no momento.		
50285511620194030000	3/11/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Concedida a antecipação da tutela em 19/12/2019. Interposição de Agravo Interno pela agravada em 10/1/2020, processado na forma do artigo 1.021, § 2º, do Código de Processo Civil; manifestação da União em 13/5/2020. Processo encontra-se com prazo em curso para manifestação sobre o agravo legal.		
50292630620194030000	11/11/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Concedida em parte a antecipação da tutela em 21/11/2019, expedidas de cartas de ordem, resposta da agravada juntada em 20/2/2020. Ciência da parte agravante - Petição ID 123091296 e 126199262. Encerrei expediente que aguardava o retorno da carta de ordem, tendo em vista a ciência e remeti à conclusão para julgamento.		
50305328020194030000	25/11/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Concedida a antecipação de tutela em 29/11/2019. Em 10/3/2020, proferida decisão determinando o sobrestamento do feito por recurso repetitivo (Resp n. 1812449/SC). Processo encontra-se com prazo em curso. Após o transcurso do prazo, será registrado o sobrestamento no sistema.		
00092472920084036103	23/2/2010	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado desde 7/11/2019 - Repercussão Geral.		
00016626320084036122	7/4/2010	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado por repercussão geral em 6/12/2019.		
00105425020084036120	13/4/2010	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Em 12/11/2019 foi proferida decisão julgando extinto o processo com julgamento do mérito, uma vez que as partes entraram em acordo. Decisão transitada em julgado em 9/12/2019. Em 20/12/2019 os autos foram recebidos do setor de digitalização, com prazo para manifestação das partes acerca da digitalização.		
00129747520084036109	20/12/2010	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado desde 14/6/2011 - Recurso Extraordinário 632.212 - São Paulo. Foi digitalizado em 21/2/2020, encontrando-se no prazo para manifestação das partes acerca da regularidade das peças digitalizadas.		
00034469420074036127	14/2/2011	198 – Apelação Cível

Observação/Providência: Sobrestado desde 18/6/2014 - Recurso Extraordinário 632.212 - São Paulo		
00003870220094036104	17/9/2010	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado desde 14/6/2011 - Recurso Extraordinário 632.212 - São Paulo.		
00334410520084036100	21/1/2011	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado desde 30/5/2018 - Recurso Extraordinário 632.212 - São Paulo.		
00111349720084036119	20/6/2011	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado desde 27/7/2018 - Recurso Extraordinário 632.212 - São Paulo.		
00337900820084036100	16/9/2010	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado desde 24/6/14 - Recurso Extraordinário 632.212 - São Paulo.		
00006215120094036114	18/5/2011	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado desde 6/4/2018 - Recurso Extraordinário 632.212 - São Paulo.		
5030372-89.2018.4.03.0000	4/12/2018	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Carta de ordem não juntada apesar de devidamente cumprida em 10/10/2019. Em 13/5 juntada para mera ciência, certificado trânsito em julgado. Processo pronto para remessa ao TJ de SP, aguardando o retorno da normalização do sistema de malote digital para envio.		
0026125-72.2007.4.03.6100	25/07/2013	64 - Ação Civil de Improbidade Administrativa
Observação/Providência: Processo julgado em 4/10/2018. Embargos de declaração julgados em 6/6/2019. Interposição de recursos, juntados em 9/8/2019. Em 16/8/19, remetidos para digitalização e recebidos em 11/10/199, encontrando-se aguardando conferência e andamento.		
0006059-30.2010.4.03.6112	12/5/2014	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo julgado por decisão monocrática em 17/8/2018. Embargos de declaração julgados em 22/5/2019. Interposição de Recurso Especial - juntada em 12/7/2019. Autos digitalizados em 11/10/2019, aguardando conferência e andamento.		
0005122-18.2008.4.03.6103	7/1/2015	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo julgado em 3/5/2018. Embargos de declaração julgados em 14/3/2019. Interposto Recurso especial, juntado em 14/5/2019. O processo foi digitalizado em 11/10/2019, encontrando-se aguardando conferência e andamento.		
00038765620144036109	7/10/2014	183 – Cautelar Inominada
Observação/Providência: Processo julgado por decisão monocrática terminativa, em 8/10/2014, decisão publicada no DJE em 13/10/2014. Decurso de prazo para interposição de recursos certificado em 25/1/2015 e remetido à Divisão de Arquivo em 23/1/2015, onde se encontra no momento.		
00243465920014030000	23/7/2015	183 – Cautelar Inominada

Observação/Providência: O processo encontra-se na Subsecretaria de Registros e Informações Processuais, para onde foi remetido em 11/10/2019. Em 6/5/2020, a seguinte consta informação no sistema: feito remetido a digitalização, chamado 10308172 para solucionar a inserção no PJe.		
00009667920074036116	20/10/2009	198 - ApelaçãoCível
Observação/Providência: Processo julgado por decisão monocrática terminativa em 28/10/2012, com certidão de decurso de prazo para interposição de recurso em 14/12/2012 e encaminhado ao TDEA (antiga DPAS) para baixa definitiva. Última fase consta como recebido no NURT – Núcleo Remessa Tribunais Superiores.		
00150713620034036105	9/6/2010	199 – Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: Processo remetido à TDEA (antiga DPAS) para baixa definitiva em 17/5/2013. Em 29/4/2020 os autos foram efetivamente baixados à 2ª vara de Campinas por aquele órgão, segundo consta no sistema.		
00054740520154030000	26/3/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Julgado por decisão monocrática em 8/4/2015 e remetidos para Baixa Definitiva em 15/5/2020 - localizados no NURT – Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores. Verifiquei que não houve a publicação da decisão. Necessário localizar os autos naquele órgão para regularização.		
00123182720084036107	20/1/2011	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado desde 14/6/2011 - Recurso Extraordinário 632.212 - São Paulo - Localização atual do processo é no gabinete Desembargador Federal Fábio Prieto.		
00089705620074036100	7/4/2008	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado desde 14/6/2011 - Recurso Extraordinário 632.212 - São Paulo.		
00183511820084036112	11/9/2015	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado desde 17/9/15 - Recurso Extraordinário 632.212 - São Paulo - Localização atual do processo é no gabinete Desembargador Federal Fábio Prieto.		
00037488720104036105	19/5/2011	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado desde 14/6/2011 - Recurso Extraordinário 632.212 - São Paulo.		
00145477220084036102	2/12/2010	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Sobrestado desde 24/6/2014 - Recurso Extraordinário 632.212 - São Paulo - Localização atual do processo é gabinete Desembargador Federal Fábio Prieto.		
00201169020144039999	1º/8/2014	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Incluído na pauta de 22/8/2019, mas adiado por oposição do advogado ao julgamento virtual. Incluído novamente em pauta de 5/9/2019 e adiado por indicação da relatora. Mais uma vez incluído em pauta - 3/10/2019 e, retirado de pauta. Autos digitalizados em 21/11/2019 aguardando conferência e andamento.		
50023788620184030000	14/2/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em 2/8/2019, protocolo de pedido de suspensão por 90 dias - artigo 313, inciso II, do CPC. Nova petição em 27/1, requerendo mais 90 dias de suspensão. Em		

26/3/2020, petição da agravante, comunicando renúncia na ação principal e requerendo a prejudicialidade do AI. Autos conclusos para apreciação da petição.		
00161759820154039999	27/4/2015	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Julgado por decisão monocrática em 29/8/2018, opostos embargos de declaração e, juntados em 18/9/2018. Em 1º/10/2019, proferido despacho para que a União se manifestasse sobre trânsito em julgado da decisão proferida no MS 2004.61.05.0117550. Recebidos em 21/2/2020 da digitalização, em prazo para manifestação das partes.		
00218232420124036100	29/3/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Em 9/3/2020, incluído em pauta, em sessão extraordinária de 23/3/2020, para apresentação de voto-vista e continuidade do julgamento. Porém, em razão da suspensão do expediente pela Portaria Conjunta PRES/CORE 2/2020, a sessão fora cancelada. Aguarda-se o retorno do expediente presencial.		
00003885320104036006	27/9/2016	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Foi incluído em pauta em sessão extraordinária de julgamento da 6ª Turma, de 23/3/2020, que, posteriormente, fora cancelada, devido à Portaria conjunta PRES/CORE 02/2020, que suspendeu o expediente presencial no TRF3, devido à pandemia. Aguardando retorno das		
50027186420174030000	27/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Concedida a antecipação de tutela em 18/11/2019. Em 28/2/2020, proferida decisão de sobrestamento do feito por recurso repetitivo (Resp n. 1812449/SC). Processo com prazo em curso. Após transcurso do prazo, será registrado o sobrestamento no sistema.		

8. ESTATÍSTICAS GERAIS DA UNIDADE PROCESSANTE



9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 40 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados mediante consulta processual.

Em relação aos processos, recomenda-se:

a) Proceder à regularização/baixa no sistema dos seguintes processos: 00038765620144036109; 5030372-89.2018.4.03.0000;

b) registrar o sobrestamento no sistema do Processo 50305328020194030000.

A subsecretaria administra a realização de duas sessões por mês, tendo havido, entre maio/2019 a abril/2020, 22 ordinárias e nenhuma extraordinária. Houve cancelamento de uma sessão extraordinária que iria ocorrer no dia 23/3/2020, mas foi cancelada em virtude da pandemia.

Considerado o volume de processos em tramitação na subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma, bem como o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente, tendo em vista que o total de pendências verificadas pode ser considerado baixo frente o serviço demandado.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral entrevistou, mediante videoconferência, a Diretora da Subsecretaria, Eneida Gagete, em conjunto com os três diretores das divisões existentes.

A subsecretaria é composta por três divisões com atribuições específicas, considerado o estágio em que os processos se encontram dentro de seu fluxo. A **Divisão de Processamento** é responsável pelo recebimento e triagem de despachos, decisões em geral e decisões monocráticas terminativas, assim como pelo seu integral cumprimento, expedindo tudo o que for necessário, como comunicação ao juízo de primeiro grau, intimações pela imprensa, sistema, ou pessoais (mandados de intimação, cartas de ordem, cartas precatórias, ofícios com AR etc.). Também é nessa divisão que são analisadas as petições após a manifestação de alguma das partes do processo.

À **Divisão de Procedimentos Diversos** cabe a análise de decurso de prazo e/ou trânsito em julgado das decisões e o andamento do processo a partir de então – conclusão, certificação de trânsito em julgado, arquivamento (nos casos de ação/recurso originários), com a consequente comunicação à vara de origem, baixa das apelações ao juízo de origem, além da atribuição da expedição das certidões de objeto e pé e movimentação processual e o controle da conferência e andamento dos processos que foram digitalizados e transformados em eletrônicos. Cabe-lhe, também, o controle dos processos sobrestados.

A **Divisão de Julgamentos** responde pelas atividades atinentes à inclusão em pauta de julgamentos, tais como: intimações, pela imprensa, sistema, ou pessoais (mandados de intimação, cartas de ordem ou precatórias), verificação de eventuais impedimentos dos julgadores envolvidos em determinada sessão, controle de petições após a intimação da pauta, controle do retorno das intimações pessoais cumpridas. Também é responsável pela esquematização das sessões de julgamento, realizadas de duas formas: a primeira de cada mês é presencial e a segunda é realizada em ambiente exclusivamente eletrônico. Atualmente, com a suspensão do trabalho presencial, as sessões de julgamento presenciais ocorrem por meio de videoconferência, nos termos da Resolução 343/2020, da Presidência desta Corte.

Ainda estão entre as suas atribuições a comunicação aos juízos de origem do julgamento dos agravos de instrumento, as intimações dos acórdãos, o controle de prazos e a análise dos decursos ou interposição de recursos, bem como a certificação do trânsito em julgado e baixa definitiva ou arquivamento.

Atualmente há oito servidores em toda a subsecretaria, com três vagas em aberto, mais quatro diretores. Conta, ainda, com cinco estagiários, porém, sem funções, no momento, devido à suspensão do expediente presencial.

Lotação por Divisão:

Divisão de Processamento: a diretora, dois servidores e um estagiário;

Divisão de Procedimentos Diversos: o diretor, três servidores e dois estagiários;

Divisão de Coordenação e Julgamentos: a diretora, três servidores e dois estagiários;

Subsecretaria: Uma diretora.

No que tange à triagem inicial de processos, apurou-se que os físicos são recebidos dos gabinetes para determinado fim, como publicação de despachos e decisões, juntada de petição ou inclusão em pauta. Geralmente os gabinetes já mencionam, na própria guia de remessa, a finalidade, não exigindo alguma outra ação de triagem.

Os processos eletrônicos chegam no painel da subsecretaria em tarefas específicas, cabendo apenas a conferência prévia e realização da tarefa. A grande necessidade de triagem está na Tarefa “Avaliar determinações”, local em que chegam todas as decisões e despachos dos gabinetes. A diretora da Divisão de Processamento e outro servidor da divisão buscam as decisões urgentes para cumpri-las com prioridade, imediatamente realizando comunicação ao juízo de origem, quando o caso, publicando, expedindo mandados, cartas de ordem e precatórias, conforme a situação. As demais são cumpridas na sequência, também realizando imediatamente as publicações, comunicações e outras eventuais providências. Os feitos em que uma das partes deve ser intimada pessoalmente são identificados por etiquetas para em momento posterior serem expedidos os mandados, cartas de ordem, precatórias e ofícios encaminhados por carta, com aviso de recebimento.

Da tarefa “avaliar determinações”, muitos processos são encaminhados para a tarefa “analisar resultado de diligência ou recurso”, cabendo ao diretor da Divisão de Procedimentos Diversos a triagem, distribuição e coordenação dos serviços. Um dos servidores é responsável pela certificação de trânsito em julgado e baixa dos autos à origem, ou arquivamento dos processos originários; outro, é responsável pela certificação de trânsito em julgado, comunicação ao juízo de origem e arquivamento de processos originários. Há também um servidor responsável pela elaboração de certidões de objeto e pé. No entanto, embora haja funções específicas, todos dominam as tarefas, o que possibilita a ajuda mútua nos momentos porventura ociosos.

Atualmente, existem 218 processos físicos na Subsecretaria. Destes, aproximadamente metade chegou no início de março para publicação de decisão, tendo sido acomodados em prateleiras, com identificação da data de disponibilização no Diário Eletrônico e a localização física anotada no SIAPRO. O restante está em situações diversas, não resolvidas devido ao afastamento compulsório da atividade presencial e estão localizados em prateleiras anotadas no SIAPRO, para futuro andamento e digitalização.

No que se refere à organização do acervo, alguns controles de movimentação são feitos mediante aposição de etiquetas, prática que possibilita rastreá-los facilmente a partir de consulta periódica. As prioridades legais são anotadas na função “características do processo” para ficarem visíveis na autuação e são devidamente certificadas nos autos.

Segundo a diretora, que assumiu a subsecretaria em 2/3/2020, as ferramentas de controle de processos sem movimentação foram utilizadas somente por ocasião da entrega do questionário da inspeção, em maio deste ano. Informou, entretanto, que há um relatório no SIAPRO, no caso de autos físicos, e um gerencial no PJe, e que a ideia é utilizar essas ferramentas a cada dois meses para melhor monitoramento dos processos.

Não há na unidade servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho.

As metas periódicas de produtividade são estabelecidas a partir das tarefas, de acordo com sua especificidade, como, por exemplo: realizar todas as intimações de decisões que entrarem na tarefa do dia, certificar todos os trânsitos do dia etc.

Quanto à política de recompensas, a diretora respondeu não existir, pelo menos por enquanto, pois logo que assumiram os cargos tiveram de se afastar devido à pandemia.

Durante o isolamento imposto pela pandemia, está trabalhando de forma remota. Em relação aos processos eletrônicos, há algumas etapas do processamento paralisadas, pois dependem da normalidade de outros setores do Tribunal, como a Divisão de Comunicações, responsável pelo envio de correspondência via Correios ou Malote da Justiça Federal.

Também estão paralisadas, até o retorno do expediente presencial, aquelas tarefas que exigem a consulta aos autos físicos que foram digitalizados, cópias das mídias que não foram juntadas aos autos eletrônicos, por exemplo.

Os processos físicos, de igual modo, também estão paralisados, inclusive, eventuais petições são apresentadas por e-mail.

Quanto a tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ, a diretora informou que são situações mais afetadas aos procedimentos dos gabinetes e que as prioridades da unidade são com as medidas urgentes.

O atendimento a partes e advogados ocorre normalmente via telefone e no balcão. Atualmente, apenas via e-mail institucional.

Segundo informado, há poucos processos físicos em processamento na subsecretaria. Contudo, existem meios de fazer o controle de remessas de processos por meio dos relatórios gerenciais do SIAPRO. Desde que a atual diretoria assumiu a subsecretaria, não houve remessa a órgãos externos, tendo em vista que, em 17/3/2020, iniciaram no teletrabalho. Assim, não foi possível informar se havia controle antes.

O controle das petições juntadas, nos processos eletrônicos, é feito a partir das tarefas “Analisar Manifestação Parcial” e “Analisar Resultado de Diligência ou Recurso”, no PJe, no momento do transcurso do prazo das intimações. Além disso, existe uma ferramenta, por meio dos relatórios gerenciais do PJe, que a unidade utiliza para verificar a entrada de petições nas pautas de julgamento. Nos processos físicos, as petições protocolizadas são acondicionadas em caixas próprias, separadas pela data de protocolo. Quando os processos se encontram nos gabinetes, é feita a requisição para juntada. Até a data da suspensão do expediente, havia apenas cinco petições pendentes, sendo que já havia sido feita a solicitação dos processos. Também existe um relatório gerencial no SIAPRO, que pode ser utilizado para controle dos processos com petição pendente de juntada, mas ainda não foi necessária sua utilização devido ao número reduzido de petições físicas.

Os processos eletrônicos com cartas de ordem e precatórias expedidas são identificados com etiquetas e, periodicamente, ocorrem consultas às tarefas do PJe em busca dos processos com as etiquetas correspondentes para saber há quanto tempo a carta foi expedida e, caso necessário, encaminha-se e-mail solicitando informações à unidade judiciária responsável pelo cumprimento.

O controle de declaração de voto e pedido de vista é feito pelos próprios gabinetes. A subsecretaria tem apenas o controle dos processos adiados e dos que tiveram o julgamento suspenso pelo art. 942 do CPC.

Quando a diretoria atual assumiu a Turma, em 2 de março de 2020, havia em torno de 1.600 processos para conferência e, nas duas semanas de trabalho presencial, avançou-se muito pouco nessa tarefa, uma vez que foi necessário priorizar outras atividades devido ao déficit de servidores. Durante o atual período de teletrabalho, aproveitando os primeiros dias em que houve suspensão dos prazos também nos processos eletrônicos, houve considerável redução do número de processos a conferir. A conferência, no entanto, não está sendo feita com a comparação dos autos digitalizados com os físicos, mas com uma minuciosa vista por todo o processo, conferindo-se a numeração das folhas, a integridade dos documentos, a falta de mídias

e a autuação, comparando-se com o que consta no registro do processo físico no SIAPRO. Na semana da inspeção, foi elaborado um plano de trabalho para incluir os estagiários na conferência desses processos, uma vez que foi autorizada a realização de estágio a distância. A meta é conferir todo o saldo até final de julho.

A unidade tem poderes para praticar atos meramente ordinatórios (art. 203, § 4º, do CPC), inclusive a intimação, por atos ordinatórios, dos agravados (agravo interno) e embargados.

Nas sessões virtuais, normalmente é convocado um desembargador/juiz convocado de outra Turma da mesma seção para compor *quorum*, de forma a viabilizar o julgamento nos moldes do art. 942 do CPC. Quando existe oposição ao julgamento virtual, por parte dos advogados, o processo é adiado para sessão presencial. A subsecretaria controla os processos com julgamento suspenso devido ao referido artigo e, sempre que possível, a critério do Presidente da Turma, os processos são pautados para uma sessão presencial, com a convocação de desembargador/juiz convocado de outra Turma.

A Resolução 343/2020 – PRES/TRF3 regulamentou a realização das sessões de julgamento por videoconferência, de forma que, mesmo durante a pandemia, ocorrem sessões virtuais, porém com *status* de presencial, pois há a possibilidade de realização de sustentação oral pelos advogados.

Sobre boas práticas adotadas pela unidade, devido ao pouquíssimo tempo na subsecretaria, aliadas ao fato de estarem todos afastados do convívio mútuo, a diretora não se sentiu em condições de avaliar. Informou que optou por não alterar nenhum procedimento, principalmente durante o trabalho remoto, para não paralisar o processamento, pois considera que qualquer mudança exige um bom treinamento prévio.

Como dificuldades enfrentadas no desempenho das atividades, a unidade destacou:

- Na rotina normal, a deficiência do sistema PJe, que, não obstante as frequentes melhorias, ainda se mostra muito aquém das necessidades em processamento de uma quantidade muito grande de feitos. Lentidão, falta de opções de trabalho em lote, problemas recorrentes no painel de secretário da sessão, falta de alerta mais objetivo quando uma petição é protocolizada, por exemplo, são alguns dos problemas mais frequentes;

- deficit considerável no quadro de funcionários, o que, entre outras consequências, dificulta a análise mais célere das petições anexadas aos processos diariamente;

- durante a pandemia, a dificuldade de comunicação entre as pessoas da equipe e de treinamento/orientação dos estagiários, e as falhas de conexão nas sessões por videoconferência.

Em tópico aberto para apresentar sugestões, a unidade apresentou como sugestão em relação ao PJe os seguintes itens:

- Lançamento de resultados em lote; sistema de alerta de petições juntadas mais eficiente; inclusão da vara de origem na autuação para facilitar as comunicações com o primeiro grau, em qualquer etapa do processamento;

- comunicação de julgamento ao primeiro grau nos casos de agravos de instrumento, habeas corpus e mandados de segurança (hoje em dia, a comunicação automática, como tarefa, só é possível no recebimento de decisões/despachos dos gabinetes).

Contudo, nas ações elencadas, há a necessidade de comunicação imediata ao juízo de origem, após o julgamento, e isso só pode ser feito por e-mail, uma vez que não existe, nessa fase do processo, possibilidade de comunicação automática);

- emissão de certidão, como no SIAPRO, dos processos adiados, retirados de pauta, suspensos pelo art. 942 do CPC e com pedido de vista, pois, atualmente, o sistema não emite as certidões (são juntadas manualmente pelos servidores, sendo este o único modo de esclarecer a quem consulta o processo o que aconteceu no julgamento);

- abrir a opção de colocar etiquetas nos processos durante o fechamento da pauta (relação de julgamento), para poder identificar a data da pauta, sem precisar “etiquetar” um a um, na tarefa “Aguardando Julgamento Colegiado”.

11. RECOMENDAÇÕES

Cumprir as recomendações do item 9.

SUBSECRETARIA DA 7ª TURMA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria da 7ª Turma

2.2 Competência

Processar e julgar feitos relativos à previdência e assistência social, excetuada a competência da 1ª Seção (ar. 10, § 3º, do Regimento Interno do TRF).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Paulo Domingues, a partir de 29/3/2020.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Toru Yamamoto, Presidente da Turma até 29/3/2020.

3.3 Servidora responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Suely Leiko Miura - Diretora da Subsecretaria da 7ª Turma

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	12
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	2
Estagiários de nível superior	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências	
Publicação de acórdão/decisão	267
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	0
Análise/triagem	0
Juntada	0
Conclusão	0
Extraviados/por restaurar	0
Em carga com prazo vencido	0

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade	
Total	688
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	624
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	60

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	42
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção	80
Total de feitos não regularizados	15

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	24.253
Média de dias do julgamento à publicação	17
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	2.535
Pendentes de publicação	34
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0001944-12.2009.403.6108 desde 10/1/2020

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	721
Tempo médio	162
Publicações em prazo superior a 10 dias	6

Pendentes de publicação	233
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	5081411-04.2018.4.03.9999 -15/4/2020

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação	
Há mais de 30 dias	7.684
Há mais de 60 dias	2.324
Há mais de 90 dias	529
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	233 - 0023585-08.2013.4.03.0000 (28/3/2016) 0025431-12.2008.4.03.9999 (16/10/2018) 0008818-28.2014.4.03.0000 (9/4/2019) 5000027-98.2017.4.03.6104 (15/4/2019) 5001392-13.2018.4.03.6183 (10/5/2019) 5017927-39.2018.4.03.0000 (10/5/2019) 5004576-72.2018.4.03.6119 (4/6/2019) 5007627-15.2018.4.03.6112 (6/6/2019) 5037129-75.2018.4.03.9999 (11/6/2019) 5002486-98.2017.4.03.6128 (1º/7/2019)

4.7 Ausências de membros do colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar).
- Dra Inês Virgínia - 29/4/2019 e 13/5/2019 - férias e compensação - 4/11/2019 e 27/1/2020 – férias; - Dr. Paulo Domingues - 24/6/2019 - férias; - Dr. Carlos Delgado - 25/11/2019 - férias.

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses
21 sessões

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?
Sim. a) Solicitar devoluções dos processos com carga/vista com prazo superior a 60 dias dos processos com carga no Ministério Público Federal; b) efetuar conclusão dos processos 5000645-32.2016.4.03.9999, 00087791420114036183, 00004162320084036125, 5000313-65.2016.4.03.9999, 5000481-67.2016.4.03.9999 e 5001753-96.2016.4.03.9999; c) regularizar atraso na juntada de documentos: 00017780320064036005 e 00012324420034036104; d) efetuar a baixa definitiva dos processos 5000018-62.2015.4.03.9999, 5000034-16.2015.4.03.9999, 5000054-07.2015.4.03.9999, 5000098-26.2015.4.03.9999, 5000106-03.2015.4.03.9999,

5000070-58.2015.4.03.9999, 5000105-18.2015.4.03.9999, 5000005-63.2015.4.03.9999, 5000093-04.2015.4.03.9999 e 5000103-48.2015.4.03.9999; e) diminuir o acervo em relação aos processos sem movimentação há mais de 90 dias.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

Com relação aos processos citados no item “a”, tratava-se de autos com carga/vista ao Ministério Público Federal, foram expedidos reiterados ofícios e todos foram devolvidos. Os processos com determinação de efetuar conclusão, citados no item “b”, informo que os processos do PJe, já se encontravam conclusos à época da inspeção. Quanto aos processos físicos n. 0008779-14.2011.403.6183 e n. 0000416-23.2008.4.03.6125 foram conclusos em 20/8/2018 e 28/8/2018, respectivamente. Os citados no item “c”, com atraso na juntada de documentos, foram todos juntados. Todos os processos citados no item “d” já se encontram baixados.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

A partir de julho de 2019, com a digitalização de todos os feitos que tramitam no Tribunal, a subsecretaria encaminhou para o setor de digitalização cerca de 7.000 processos. Todos foram triados para a correta inclusão dos metadados, visando a celeridade no andamento em seu retorno. Ainda temos feitos em fase de conferência/ajuste em face da adoção de trabalho remoto, os quais constam de nosso acervo como os mais antigos e pendentes de andamento. Tais feitos terão prioridade no retorno às atividades normais. Em relação aos processos digitais, a subsecretaria, em que pese as dificuldades em face da ausência de servidores e o acúmulo de feitos físicos que tramitaram em conjunto, tem conseguido cumprir as metas.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Conforme informado na questão anterior, a secretaria enfrentou muitas mudanças com a virtualização, reduzido número de servidores e com grande tramitação de processos. Com o PJe, foi reestruturado as funções de cada servidor de acordo com cada divisão. Há metas de trabalho conforme a demanda e controle do serviço pelos gestores.

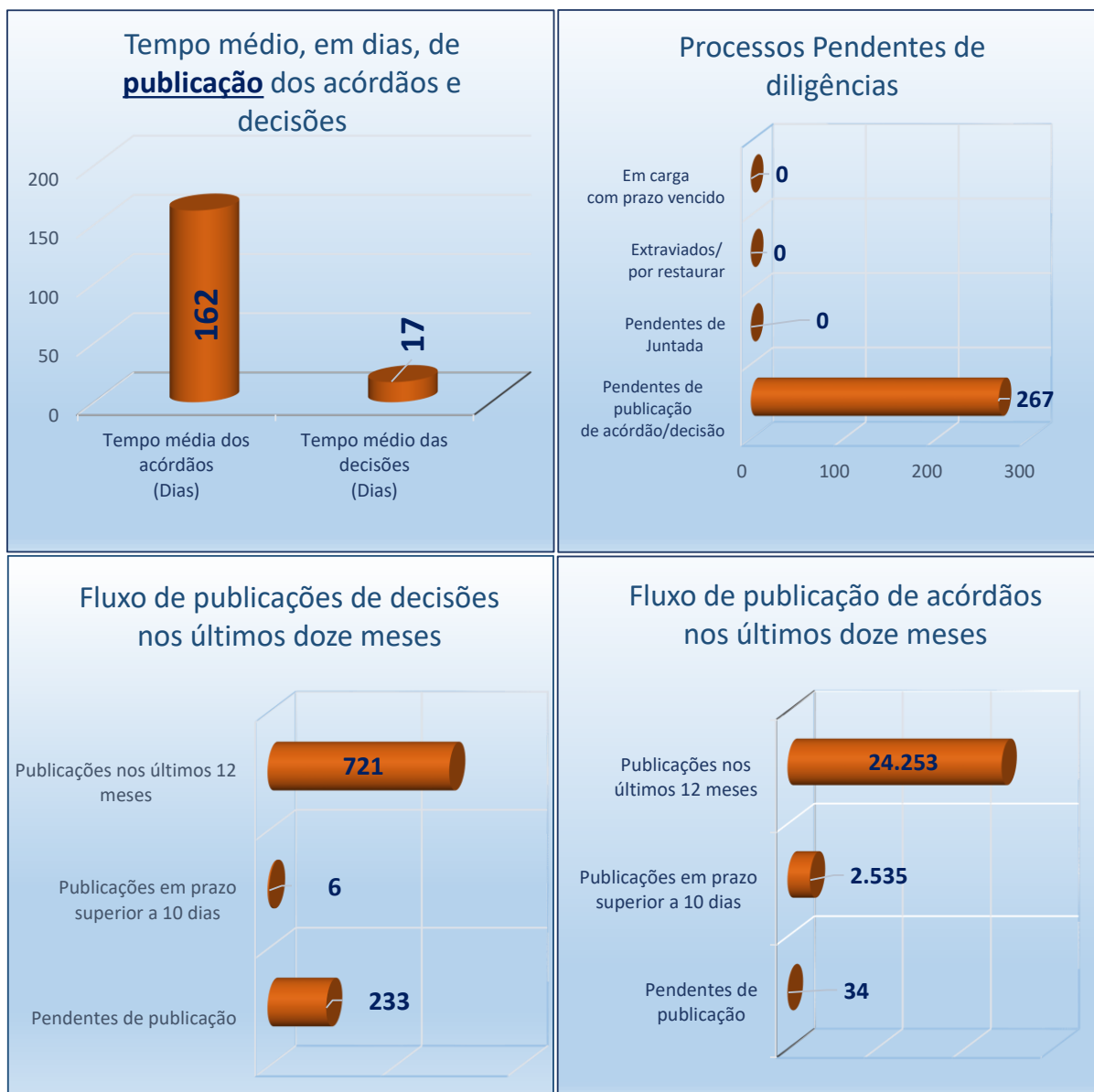
7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
50038243720174039999	21/12/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: 22/5/2019 - Julgado com gabinete <i>callcenter</i> para regularização.		
50037715620174039999	12/12/2017	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: 22/5/2019 - Julgado com gabinete <i>callcenter</i> para regularização.		
00218004520174039999	14/7/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: 29/4/2020 - Publicado - ag. decurso		
00065087920104036114	11/7/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: 9/5/2012 - Vice-Presidência		
00009923220114036118	22/8/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: 18/2/2020- Sobrestado em face do Tema repetitivo 979.		
00014447020154036128	28/11/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: 24/4/2020 - Conclusos para julgamento.		
50015797720174030000	10/3/2017	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: 28/2/2020 - Publicado - decisão - ag. Decurso.		
00078105420034036126	10/9/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: 15/4/2020 - Conclusos para decisão.		
00015063320114036102	26/12/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: 18/2/2020- Sobrestado em face do Tema repetitivo 979.		
50168404820184030000	19/7/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: 12/12/2019 - Sobrestado em face do Tema repetitivo 692.		
00107298720134036183	28/5/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: 20/2/2020 - Sobrestado em face do Tema repetitivo 995.		
01099969820064030000	16/11/2006	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Baixa em diligência - 1ª Vara de Nuporanga/SP - oficiado e reiterado.		
00006140220164036183	13/3/2017	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: 27/4/2020 - Remetidos os autos (baixa) para juízo de origem.		
00053603120094036126	1º/6/2010	120 - Mandado de Segurança Cível
Observação/Providência: 21/4/2020 - Ag. decurso de prazo - acordão - juízo de retratação.		
00172039220014039999	20/3/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Baixa em diligencia - 1ª Vara de Mogi das Cruzes - oficiado e reiterado.		
00538797320004039999	22/8/2000	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: físico - Baixa em diligência - 1ª Vara de Itaporanga arquivado na origem.		
00326578819964039999	7/2/2001	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Baixa em diligência - 9ª Vara de Santo André oficiado e reiterado.		
00260276920034039999	8/10/2003	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Baixa em diligencia - 1ª Vara de Angatuba oficiado e reiterado.		
00306975320034039999	10/11/2003	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Baixa em diligência - 2ª Vara de Capivari arquivado na origem.		
00133234820034030000	21/3/2003	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Baixa em diligencia - 1ª Vara de Santa Fé do Sul oficiado e reiterado.		
00478718519974039999	12/8/1997	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: físico - Baixa em diligência - 6ª Vara de Santo André arquivado na origem.		
00996625919984039999	4/12/1998	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Baixa em diligência - 1ª Vara de Fernandópolis - oficiado e reiterado.		
00054908120094036106	30/6/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: 5/10/2018 - Sobrestado ag. julgamento do incidente de inconstitucionalidade.		
00186259220074039999	25/6/2007	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: 18/2/2020 - Sobrestado em face do Tema repetitivo 979.		
00186241020074039999	25/6/2007	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: 21/2/2020 - Sobrestado em face do Tema repetitivo 979.		
00098982420094036104	1º/6/2010	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: 18/2/2020- Sobrestado em face do Tema repetitivo 979.		
00276432520164039999	17/8/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: 2/3/2020 - Decisão - publicado - ag. decurso		
00181331220164030000	6/10/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: 3/4/2020 - Conclusos para julgamento		

8. ESTATÍSTICAS GERAIS DA UNIDADE PROCESSANTE



9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 28 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 11 físicos e 17 eletrônicos.

Em relação aos processos, recomenda-se:

a) Impulsionar os feitos, em 10 dias:

50038243720174039999	50037715620174039999
----------------------	----------------------

b) Solicitar ao juízo deprecado informações sobre o cumprimento da diligência, em até 10 dias:

01099969820064030000	00326578819964039999	00172039220014039999
----------------------	----------------------	----------------------

A subsecretaria administra a realização de duas sessões por mês, sendo uma presencial e outra virtual. Atualmente a sessão presencial passou a ser realizada por videoconferência, com o fim de dar aos advogados oportunidade de fazerem as sustentações orais, tendo havido, entre maio/2019 a abril/2020, 19 ordinárias e uma extraordinária. Houve cancelamento da sessão prevista para 10/2/2020, nos termos da Portaria PRES n. 1804 que suspendeu o expediente interno e externo em virtude dos transtornos causados em razão da intensa chuva que atingiu a cidade de São Paulo naquela data. No entanto, essa sessão foi transferida para uma extraordinária no dia 5/3/2020.

Considerado o volume de processos em tramitação na subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é satisfatório, atendendo às expectativas de produtividade. São baixas as pendências na subsecretaria, pois, dos 28 processos inspecionados, cinco se encontravam com atraso na tramitação.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral entrevistou, por videoconferência, a Diretora Suely Leiko Miura, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas.

Tendo em vista que atualmente 99% dos processos da subsecretaria são digitais, as tarefas foram reorganizadas e divididas considerando o final do número do processo e todos os servidores foram, ou estão sendo, treinados para lidar com o PJe e cumprir as diversas fases processuais. A subsecretaria está dividida em três divisões:

- Divisão de Processamento com três servidores, responsável por três finais;
- Divisão de Procedimentos Diversos, com quatro servidores, responsável por quatro finais;
- Divisão de Coordenação e Julgamento, com quatro servidores, responsável por três finais, mais o controle e a realização das sessões de julgamento.

Não há mais processos físicos novos. Os eletrônicos são movimentados e cumpridas as determinações observando-se a ordem de antiguidade e prioridade. Cabe a cada divisão monitorar o fluxo das caixas. Dos processos físicos, restaram apenas os sobrestados pelo art. 942 do CPC, em torno de 150, e os oriundos da Vice-Presidência para retratação, aproximadamente, 50. Estão armazenados em armários com placas de identificação.

O controle e a organização do acervo são feitos por meio de etiquetas e pelas tarefas dentro das caixas específicas. Os processos são cumpridos à medida que ingressam nas caixas por antiguidade e por ordem de prioridade, com exceção da caixa específica de “cumprimento urgente”, cujo processamento é imediato.

O controle de processos sem movimentação é regularmente realizado pela diretora, que promove a triagem em todas as caixas de tramitação do sistema para conferir a possibilidade de haver processos que ensejam movimentação.

À exceção do período da pandemia, não há teletrabalho na subsecretaria.

Há controle de produtividade semanal apresentada pelos servidores de modo a propiciar a regularidade de todas as atividades afetas à Subsecretaria. Não há política de recompensas vinculadas às metas.

Durante a pandemia, praticamente todas as atividades foram mantidas, à exceção de alguns processos digitalizados, cuja regularidade da digitalização precisa ser aferida com o retorno das atividades no Tribunal.

Não há tratamento específico para os processos com prioridade legal ou relacionados à meta do CNJ porque, à medida que os feitos ingressam nas caixas, são cumpridos obedecendo a antiguidade. Com relação à prioridade legal, o próprio sistema já separa (com e sem prioridade), colocando-os à frente.

O atendimento às partes e aos advogados é realizado no balcão, inicialmente, pelos estagiários e, depois, pelos servidores. No período de teletrabalho, o atendimento tem sido cumprido por e-mail, divulgado no site do Tribunal, e pelo telefone da secretaria, o qual foi redirecionado para o celular da diretora.

As remessas ao Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União são feitas e controladas pelo próprio PJe.

Nos físicos não há mais petições pendentes de juntada considerando a virtualização de praticamente todo o acervo. Não há petições pendentes nos processos eletrônicos, pois são juntadas diretamente no sistema.

As cartas de ordem expedidas são monitoradas periodicamente dentro das caixas. Eventualmente a cobrança é feita por contato telefônico e por e-mail.

Atualmente, no PJe, a declaração de voto é juntada antes do fechamento da sessão de julgamento, não havendo pendências. Quanto aos processos com pedido de vista, os gabinetes controlam e os apresentam em julgamento.

Praticamente todo o acervo de 7.000 processos digitalizados foi conferido, restando em torno de 200 processos que precisam ser comparados com o físico ou remetidos novamente à digitalização, aguardando o retorno das atividades presenciais.

A unidade tem poderes para praticar atos meramente ordinatórios (art. 203, § 4º, do CPC), nos termos da Ordem de Serviço n. 13, de 17/3/2016, conforme segue:

Artigo 11. A Subsecretaria, após certificar a tempestividade do Agravo Interno, independentemente de despacho, abrirá vista para manifestação do agravado, nos termos do art. 1021, § 2º, do CPC, e, após, com ou sem manifestação, caso em que será certificado o decurso de prazo, fará os autos conclusos ao Relator.

Artigo 13. Serão assinados pelo(a) Diretor(a) da Subsecretaria, independentemente de despacho:

I - a resposta a ofícios das partes interessadas e Diretores de Secretarias e Varas acerca do andamento de feitos em trâmite perante a Sétima Turma;

II - os ofícios de ordem dos respectivos Relatores, nos moldes do art. 33, II, do Regimento Interno desta Corte;

III - os ofícios expedidos às Diretorias das Varas de Origem, às Subsecretarias das Turmas e às Seções de Divisão de Arquivos deste Tribunal solicitando a remessa de autos a esta Subsecretaria.

Além disso, é possível abertura de vista às partes em feitos que retornam da contadoria e a regularização de advogados no sistema, quando necessário.

Durante a pandemia, foram designadas sessões nas datas de 20/7, 3/8 e 17/8/2020 para o julgamento dos processos sobrestados. Oportunamente, o Presidente da Turma fará a designação de sessões para o julgamento dos feitos atinentes ao art. 942 do CPC eventualmente remanescentes.

Considerando que o PJe é relativamente novo e com frequentes atualizações, a boa comunicação e colaboração entre os servidores e gestores tem auxiliado positivamente para o andamento dos trabalhos, sendo essa a boa prática ressaltada pela unidade.

Reduzido quadro de servidores, sem possibilidade de reposição dos cargos vagos a curto prazo, bem como problemas técnicos do PJe, principalmente nas sessões de julgamento, considerando o grande volume de processos em trâmite nesta secretaria, foram algumas dificuldades apontadas pela equipe durante a pandemia e durante a rotina normal de trabalho.

11. RECOMENDAÇÕES

- Cumprir as recomendações do item 9;
- Não obstante a ausência de paralisações indevidas e/ou injustificadas é aconselhável que os processos sejam movimentados observando-se eventual prioridade legal ou judicial e não apenas, como relatado, a ordem de antiguidade na tarefa; e
- Manter a rotina atual de trabalho, que tem se mostrado exitosa.

SUBSECRETARIA DA 8ª TURMA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria da Oitava Turma.

2.2 Competência

À subsecretaria cabe processar os feitos da Oitava Turma relativos à previdência e assistência social, excetuada a competência da Primeira Seção.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal David Dantas.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Biênio: 22/5/2017 a 21/5/2019 - Presidente: Desembargadora Federal Tânia Marangoni; Biênio 22/5/2019 a 21/5/2021 - Presidente: Desembargador Federal David Dantas.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Pedro Bonassi Neto - Diretor da Subsecretaria da Oitava Turma

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção):

Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	6

Outros	0
--------	---

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências	
Publicação de acórdão/decisão	53 (Posição: 30/4/2020)
Juntada	1 (Posição: 23/4/2020)
Conclusão	Dados não fornecidos pela Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos - DEGE.
Extraviados/por restaurar	83 feitos eletrônicos recebidos da UVIP. "Trata-se de procedimento objetivando a restauração dos autos de processos físicos que foram atingidos pelo incêndio ocorrido nas dependências do prédio da Presidente Wilson em 30/11/2017".
Em carga com prazo vencido	0 (Posição: 23/4/2020)
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	4 (Posição 15/5/2020)
Análise/triagem	342 (Posição 15/5/2020)
Outros	Expedição de e-mail solicitando mídia: 43 (Posição: 15/5/2020)

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade	
Total	1.146 (Posição: 30/4/2020)
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	708
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	259

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	77
Total de feitos verificados na autoinspeção	88
Total de feitos não regularizados	2 (5000272-66.2017.4.03.6183 - chamado 10258125, aberto em 18/9/2019) e (5001236-35.2018.4.03.6115 - chamado 10258716, aberto em 20/9/2019).

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	13.908
Média de dias do julgamento à publicação	6 (Foi detectada inconsistência. Está em análise pela Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos - DEGE).
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	1.399 (Foi detectada inconsistência. Está em análise pela Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos - DEGE).
Pendentes de publicação	9 (Posição: 30/4/2020)
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	Os 9 acórdãos - todos referentes à sessão de julgamento de 27/4/2020 - não mais estão pendentes de publicação.

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	1.923 (Foi detectada inconsistência. Está em análise pela Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos - DEGE).
Tempo médio	211 (Foi detectada inconsistência. Está em análise pela Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos - DEGE).
Publicações em prazo superior a 10 dias	932 (Foi detectada inconsistência. Está em análise pela Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos - DEGE).
Pendentes de publicação	45 (Posição: 30/4/2020)
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	5008024-09.2020.4.03.0000 (a decisão não mais está pendente de publicação).

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação	
Há mais de 30 dias	6.922 (Posição: 30/4/2020)
Há mais de 60 dias	1.405 (Posição: 30/4/2020)
Há mais de 90 dias	318 (Posição: 30/4/2020)
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	97 (Posição: 30/4/2020) 5000272-66.2017.4.03.6183 (26/9/2018), 5087377-11.2019.4.03.9999 (3/4/2019), 5190752-

	62.2018.4.03.9999 (3/4/2019), 5034630-21.2018.4.03.9999 (3/4/2019), 5020752-29.2018.4.03.9999 (18/6/2019), 5003126-31.2017.4.03.9999 (16/7/2019), 5437489-08.2019.4.03.9999 (6/8/2019), 5001236-35.2018.4.03.6115 (20/9/2019), 5615557-77.2019.4.03.9999 (21/9/2019) e 5731420-81.2019.4.03.9999 (21/9/2019)
--	--

4.7 Ausências de membros do Colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar).

(Período de maio/2019 a abril/2020). Desembargadora Federal Diva Malerbi: 10/2/2020 (Port.1804 - Pres, de 10/2/2020). Desembargador Federal Newton De Lucca: 8/7/2019 (Port.6-CATRF3R, de 4/7/19, e férias), 22/7/2019 (férias), 21/10/2019 (férias), 27/1/2020 (férias) e 10/2/2020 (Port.1804 - Pres, de 10/2/2020). Desembargador Federal Luiz Stefanini: 8/7/2019 (Port.6 - CATRF3R, de 4/7/2019), 5/8/2019 (férias), 19/8/2019 (férias) e 10/2/2020 (Port.1804 - Pres, de 10/2/2020). Desembargadora Federal Tânia Marangoni: 6/5/2019 (férias), 8/7/19 (Port.6-CATRF3R, de 4/7/2019) e 22/7/2019 (férias). Desembargador Federal David Dantas: 8/7/2019 (Port.6 - CATRF3R, de 4/7/2019), 21/10/2019 (auxílio à equipe do CJF na inspeção do TRF5R - ausência deferida pela Presidência do TRF3), 25/11/2019 (férias), 10/2/2020 (Port.1804-Pres, de 10/2/2020) e 28/2/2020 (compromissos docentes na faculdade de Direito da USP de Ribeirão Preto). Juíza Federal Leila Paiva: 27/4/2020 (não houve tempo hábil para o exame dos 948 feitos pautados. A convocação p/ o gabinete 3083 se deu para o período de 24 a 27/4/2020 - Ato 2635 - Pres, de 24/4/2020).

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

(Período de maio/2019 a abril/2020) - Foram realizadas 19 sessões de julgamento - 18 ordinárias e uma extraordinária.

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim. Recomendações: a) Adotar as providências necessárias à devolução dos processos que se encontram com carga/vista com prazo superior a 60 dias; b) regularizar os processos pendentes de publicação há mais de 10 dias (Meta 4/2010, do CNJ); c) reduzir tempo médio para a juntada de petições; e d) gestionar junto aos órgãos competentes para que seja promovida a regularização dos processos pendentes de baixa.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

a) Semanalmente, foi expedido ofício solicitando a devolução de autos de processos com carga/vista com prazo superior a 60 dias; b) foram publicados todos os acórdãos que, no período da inspeção, encontravam-se pendentes de publicação há mais de 10 dias; c) semanalmente, por e-mail, foi solicitada a remessa dos autos dos processos localizados nos gabinetes dos desembargadores integrantes desta Turma, para a juntada das petições pendentes. As referentes aos processos com carga/vista foram juntadas pouco tempo após a devolução dos autos; e d) em atendimento ao chamado n. 10202044, a Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação - AGES - promoveu a regularização dos processos pendentes de baixa no PJe.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes de cumprimento.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Graças ao empenho e à dedicação de sua equipe, esta subsecretaria consegue dar vazão à elevada quantidade de feitos recebidos dos gabinetes que compõe a Oitava Turma, podendo ser elencadas como boas práticas: a consulta habitual de relatórios gerenciais, a utilização de procedimentos operacionais escritos, a cooperação entre as divisões, o treinamento constante de funcionários e estagiários e a realização de reuniões periódicas. Outrossim, é importante ressaltar que, com o apoio da Presidência desta Turma, visando ao bom andamento dos trabalhos, foram elaborados cronogramas que contemplam o tempo em que serão cumpridos atos processuais de feitos que aqui tramitam. Com relação às dificuldades enfrentadas, é necessário destacar a baixa quantidade de FCs distribuídas às subsecretarias, bem como a existência de falhas e a ausência de importantes funcionalidades no PJe. Isto posto, sugere-se o aumento da quantidade de FCs destinadas às subsecretarias e o desenvolvimento de melhorias no PJe.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

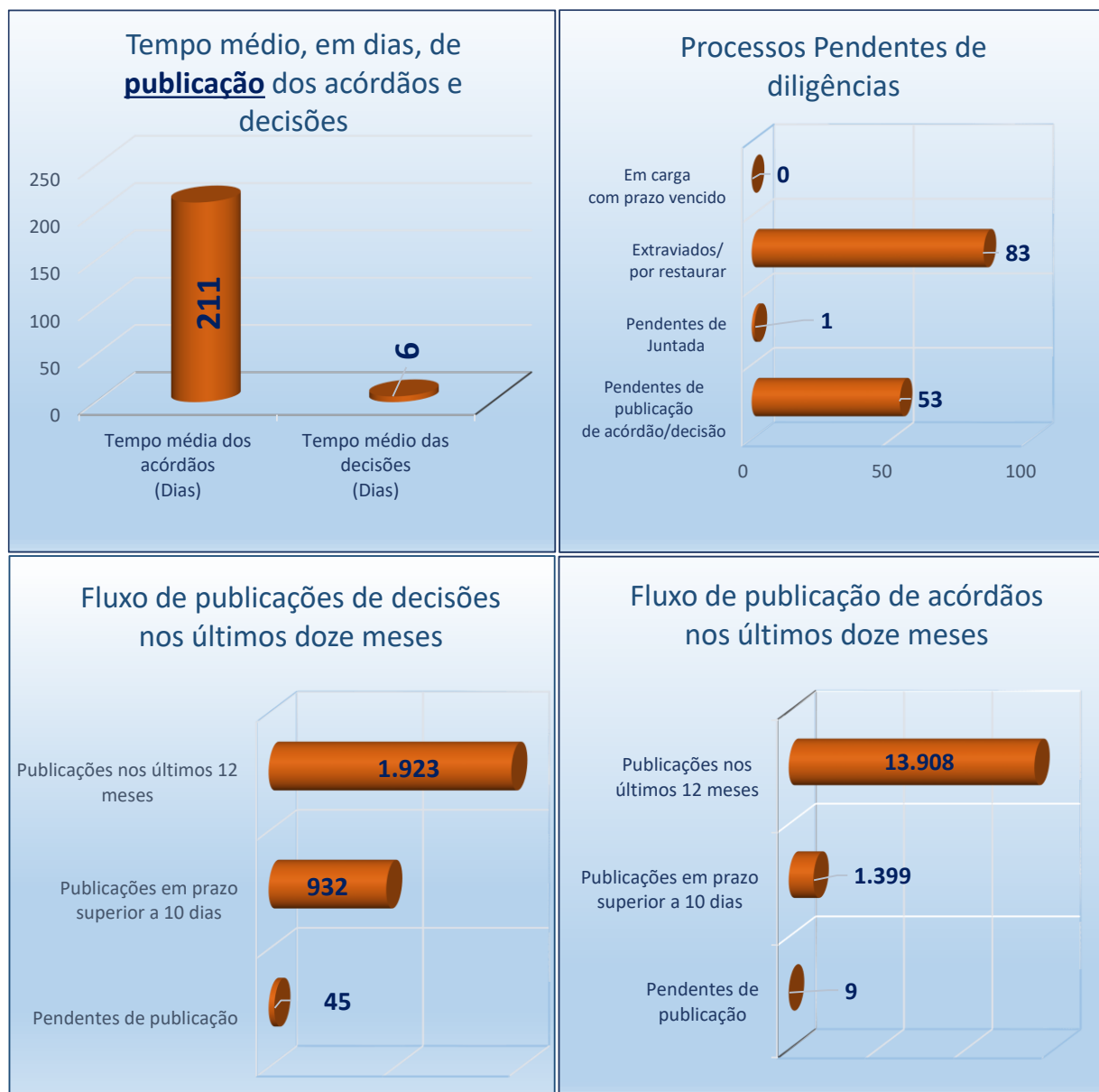
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
50126492320194030000	21/5/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Não há acórdão proferido. Feito incluído na pauta de 8/6/2020.		
00009105720094036122	23/3/2012	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Em 23/4/2018, a Oitava Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso. Em 9/5/2018: Foi disponibilizado no Diário Eletrônico o acórdão.		
00001236320114036314	23/5/2017	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 10/7/17: a Oitava Turma, por unanimidade, deu provimento à apelação. Em 24/7/17: Foi disponibilizado no Diário Eletrônico o acórdão. Em 27/11/2017: A Oitava Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração. Em 12/12/2017: Foi disponibilizado no Diário Eletrônico o acórdão.		
00054872920094036106	12/6/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 10/6/2016: Considerando a arguição de inconstitucionalidade, suscitada na AC n. 2005.61.22.000663-4, a ser dirimida pelo Órgão Especial desta Corte, o relator determinou a suspensão do feito. Em 4/8/2016: Sobrestado.		
00078197120114036114	4/2/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 26/4/2019: O(a) relator(a) determinou a suspensão do feito, tendo em vista o julgamento proferido pelo Superior Tribunal de Justiça na Questão de Ordem no Recurso Especial n. 1.734.685-SP. Fase atual: 14/6/2019 - Sobrestado por recurso repetitivo.		
00000451420124036127	10/8/2012	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Em 7/8/2018: O(a) relator(a) determinou a suspensão do feito até o julgamento final, pelo STJ, do Tema 979. Fase atual: 2/10/2018 - Sobrestado por recurso repetitivo.		
00050776620134036126	26/3/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 6/11/18: O(a) relator(a) determinou a suspensão do feito, tendo em vista o julgamento proferido pelo Superior Tribunal de Justiça na Proposta de Afetação no Recurso Especial n. 1.381.734-RN. Fase atual: 24/1/2019 - Sobrestado por recurso repetitivo.		
00013769620094036107	3/9/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 1º/8/19: O(a) relator(a) determinou a suspensão do feito, tendo em vista o julgamento proferido pelo Superior Tribunal de Justiça na Proposta de Afetação no Recurso Especial n. 1.381.734-RN. Fase atual: 17/9/2019 - Sobrestado por recurso repetitivo.		
00072631720154036183	29/2/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 28/7/2016: O(a) relator(a) proferiu despacho suspendendo o julgamento destes embargos à execução, até final decisão da Ação Rescisória n. 2016.03.00.009877-7. Em 9/11/2016 - Sobrestado.		
00896061020064030000	20/9/2006	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: Em 2010: Foi certificado o trânsito em julgado e o feito foi remetido à DPAS, para arquivamento. Em 13/5/2020: Foi enviado e-mail à DAGE solicitando a regularização do andamento processual. Em 13/5/2020: A DAGE prestou informações e regularizou o andamento processual.		
00761984920064030000	2/8/2006	183 - Cautelar Inominada
Observação/Providência: O andamento processual foi regularizado a pedido do gabinete do desembargador federal relator. Fase atual: 8/5/2020 - Baixa definitiva à comarca de origem.		
03055306119934036102	26/3/1996	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: Em 10/9/2019: O juízo de origem prestou informações. Em 14/5/2020: o andamento processual foi regularizado, por determinação do gabinete do(a) relator(a).		
00217324720074039999	13/7/2007	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 13/5/2020: foi expedido e-mail ao juízo de origem solicitando informações acerca do andamento do processo.		
00149282420114039999	19/4/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 14/5/2020: O juízo de origem prestou informações. Em 15/5/2020: o andamento processual foi regularizado, por determinação do gabinete do(a) relator(a).		
00031976020134039999	30/1/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 13/5/2020: O juízo de origem prestou informações. Em 14/5/2020: o andamento processual foi regularizado, por determinação do gabinete do(a) relator(a).		
00134923020114039999	9/11/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 28/8/2019: Foi expedido ofício (7738178-UTU8) ao juízo de origem, encaminhando cópia do Ofício 18/2019, que solicitou informações sobre o cumprimento da diligência. Em 13/5/2020: Foi expedido e-mail ao juízo de origem solicitando informações acerca do andamento do processo.		
00503494120124039999	19/12/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 14/5/2020: O juízo de origem prestou informações. Em 15/5/2020: o andamento processual foi regularizado, por determinação do gabinete do(a) relator(a).		
00030387520124036112	22/4/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 15/9/2014: Os autos foram remetidos ao TDEA para baixa definitiva. Em 12/5/2020: Foi enviado e-mail à NURT/PASSAGEM DE AUTOS solicitando informações e regularização. Em 12/5/2020: A NURT/PASSAGEM DE AUTOS prestou informações e regularizou o andamento processual.		
00154960620124039999	4/5/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 13/5/2020: Foi expedido e-mail ao juízo de origem solicitando informações acerca do andamento do processo.		
00044218320104036104	20/7/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Em 10/10/2017: O(a) relator(a) determinou a(o) suspensão/sobrestamento do feito. Fase atual: 10/10/2017 – Sobrestados: 200861080054160 - 201061100127594 - 201103990299590 - 201261190043997.		
00002291820134036326	16/3/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Em 21/11/2016: Levando-se em conta que a presente demanda discute a inviabilidade de devolução dos valores recebidos de boa-fé por segurado(a) do RGPS, o(a) relator(a) determinou o sobrestamento do feito. Em 16/1/2017 - Sobrestado por recurso repetitivo.		
00088539720134036183	17/12/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Em 21/11/2016: Levando-se em conta que a presente demanda discute a inviabilidade de devolução dos valores recebidos de boa-fé por segurado(a) do RGPS, o(a) relator(a) determinou o sobrestamento do feito. Em 16/1/2017 - Sobrestado por recurso repetitivo.		
00102473520164039999	30/5/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 21/11/2016: Levando-se em conta que a presente demanda discute a inviabilidade de devolução dos valores recebidos de boa-fé por segurado(a) do RGPS, o(a) relator(a) determinou o sobrestamento do feito. Em 16/1/2017 - Sobrestado por recurso repetitivo.		
00048728420154036120	21/1/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 21/11/2016: Levando-se em conta que a presente demanda discute a inviabilidade de devolução dos valores recebidos de boa-fé por segurado(a) do RGPS, o(a) relator(a) determinou o sobrestamento do feito. Em 16/1/2017 - Sobrestado por recurso repetitivo.		
00008923720154036183	16/9/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Este processo está tramitando na Sétima Turma.		

8. ESTATÍSTICAS GERAIS DA UNIDADE PROCESSANTE



9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 24 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, oito físicos e 14 eletrônicos.

Não há recomendação para a unidade inspecionada.

A subsecretaria administra a realização de duas sessões por mês, tendo havido 19 entre maio/2019 e abril/2020, sendo 18 ordinárias e uma extraordinária.

Houve o cancelamento de duas sessões: 1) 8/7/2019, em virtude da Port. 06-CATRF3R, de 4/7/2019, que suspendeu o expediente forense no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, no dia 8 de julho de 2019; e 2) 10/2/2020, em virtude da Portaria n. 1804-Pres, de 10/2/2020, que suspendeu o expediente interno e externo e os prazos processuais no Tribunal Regional Federal da 3ª Região no dia 10 de fevereiro de 2020.

Considerado o volume de processos em tramitação na subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma, bem como o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente. Não existem pendências na subsecretaria, pois, dos 24 processos inspecionados, nenhum se encontrava com atraso na tramitação.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral esteve reunida, por videoconferência, com o Diretor Pedro Bonassi Neto, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas.

No que tange à organização, são 15 servidores contando com o diretor e seis estagiários de nível superior, das sete vagas existentes. O quadro de servidores está completo, mas em comparação com as demais Turmas, que não atuam com a matéria previdenciária, mostra-se aquém do necessário, tendo em vista o volume de processos recebidos e o acervo. Entretanto, adaptou-se com o efetivo que dispõe.

Conta com três seções, sob a supervisão direta dos diretores de Divisão:

- Coordenação e Julgamento;
- Procedimentos Diversos; e
- Processamento.

A distribuição das atividades entre os servidores é flexível, havendo periódica revisão, com a cooperação dos integrantes das divisões no desempenho das atividades de toda equipe. Nas Divisões de Coordenação e Julgamento e Procedimentos Diversos, os servidores conhecem e executam as tarefas, com auxílio mútuo. A distribuição do trabalho na Divisão de Processamento é feita por tema, conforme as aptidões dos servidores.

A triagem inicial dos processos é feita observando-se o tipo de providência a ser tomada, dando-se preferência, sempre que possível, às urgentes.

A subsecretaria conta com 90% do acervo já devidamente digitalizado e existente na base do PJe. O acervo físico ainda em trâmite é acondicionado na própria subsecretaria, agrupados por situação, data de disponibilização ou tipo de providência, organizado cronologicamente nos armários de modo a proporcionar rápida localização. Atualmente, excluindo-se os virtualizados, 434 processos físicos estão tramitando na unidade (415 sobrestados, cinco remetidos ao INSS e 14 diversos). Segundo informado,

entre fevereiro/2019 e janeiro/2020, nas sessões, foram julgados 6.195 processos físicos e 10.022 eletrônicos.

O acervo é organizado pelo tipo de providência, com preferência àquelas com urgência ou relacionadas à meta do CNJ. O Sistema de Acompanhamento Processual – SIAPRO é usado para o controle das movimentações. Quanto aos processos que tramitam eletronicamente, utiliza-se a ferramenta 'vinculação/remoção de etiqueta' para melhor gestão e controle do acervo eletrônico. Para o controle do conteúdo, localização e situação, recorre-se aos relatórios gerenciais, lembretes e etiquetas, ferramentas disponíveis no Sistema de Acompanhamento Processual - SIAPRO e/ou PJe; planilhas onde são lançados dados estatísticos diversos; bem como placas para identificação dos armários. Nos feitos físicos, a tramitação prioritária é anotada no Siapro e na etiqueta da capa. Já nos eletrônicos, o sistema ordena automaticamente pela data de recebimento na subsecretaria, além de indicar os prioritários, agrupando-os nas primeiras páginas de cada tarefa.

Com relação aos processos físicos, a partir da disponibilização do acesso aos controles estatísticos, pelo Setor de Informática do TRF3, a subsecretaria, habitualmente, utiliza o relatório gerencial 'Consulta processos no órgão' para localizar aqueles sem movimentação. Para a celeridade da prestação jurisdicional, a unidade processante traçou a meta diária de inexistirem feitos físicos sem movimentação há mais de 60 dias. Quanto aos eletrônicos, periodicamente, é utilizada a ferramenta 'vinculação/remoção de etiqueta' para melhor gestão do acervo e controle dos processos sem movimentação.

Desconsiderada a situação excepcional atualmente vivenciada por todos, não há servidores que executam suas atividades em regime de teletrabalho.

A fixação de metas individuais ou coletivas de produtividade é diária, de acordo com a demanda. O controle de produtividade é feito diariamente/semanalmente pelos diretores, consultando-se, no PJe, as tarefas realizadas e, no Sistema de Acompanhamento Processual - SIAPRO, relatórios gerenciais que apresentam dados que refletem as atividades desenvolvidas pela unidade.

Quanto à política de recompensas, em cada divisão, um servidor, com experiência na área de atuação, é designado para exercer a função comissionada FC-3, assistente técnico, auxiliando o respectivo diretor na coordenação e desenvolvimento dos trabalhos. Considerando o comprometimento e o atingimento das metas estabelecidas, cinco funções comissionadas, FC-3, assistente técnico, e duas FC-2, assistente operacional, são revezadas entre os demais servidores lotados na subsecretaria.

Durante a pandemia, continua funcionando normalmente, ressaltado o comprometimento da equipe, sem alteração da produtividade, apesar de vedada a designação de atos presenciais. O Presidente da Oitava Turma converteu em virtuais as sessões ordinárias presenciais previstas no cronograma de julgamentos do ano de 2020

e, por seu turno, o Presidente do TRF3 instituiu, provisoriamente, o uso da ferramenta de videoconferência nas sessões de julgamento para fins de sustentações orais, desde que as partes sejam devidamente intimadas se a sessão designada comportará sustentações orais e qual a ferramenta de videoconferência será utilizada. Praticar atos e dar andamento em processos físicos são atividades que também não foram autorizadas durante a pandemia. É importante mencionar que, na Oitava Turma, quase a totalidade dos processos tramita eletronicamente e que os prazos dos físicos estão suspensos.

Por se tratar de Turma especializada em matéria previdenciária/assistencial, muitos processos tramitam sob a prioridade prevista no art. 71 da Lei n. 10.741/2003.

A subsecretaria da 8ª Turma, sempre que possível, persegue a celeridade na tramitação dos feitos tidos legalmente como prioritários ou referentes à meta do CNJ.

Para o atendimento às partes e aos advogados, previamente, é elaborada listagem com os nomes dos servidores e estagiários responsáveis em determinado dia. Se necessário, outros servidores colaboram para o bom andamento dos trabalhos. No período da inspeção, o atendimento estava sendo realizado pelo e-mail institucional, de segunda à sexta-feira, das 9 às 19 horas, sem prejuízo do atendimento pela equipe escalada para prestar apoio ao plantão judiciário em funcionamento fora do horário de expediente e durante o final de semana e feriado.

Semanalmente, a unidade efetua a consulta do Relatório Gerencial 'Consulta processos no órgão', com o intuito de se verificar a existência de processos físicos com prazo excessivo de vista/carga. Sendo necessário, a subsecretaria, por determinação do Presidente da Oitava Turma, expede ofício/e-mail ao(à) MPF, INSS, Fazenda Nacional, União, Defensoria Pública da União etc., cobrando a devolução dos autos dos processos que se enquadrem na situação descrita.

Em relação aos processos eletrônicos, findo o prazo para manifestação, no PJe, tem conseguido dar andamento nos processos. Quanto aos físicos, semanalmente, após a utilização do relatório gerencial 'Petições Pendentes por Órgão', solicita-se, por e-mail, a remessa dos processos localizados nos gabinetes dos desembargadores integrantes da turma para a juntada das petições pendentes. As petições pendentes daqueles que se encontram com carga/vista são juntadas pouco após sua devolução. Com relação ao controle de petições juntadas nos processos eletrônicos, diariamente, após a realização de triagem, os feitos são etiquetados ou movimentados para outras tarefas.

A subsecretaria utiliza a ferramenta 'vinculação/remoção de etiqueta', no PJe, para controlar a cobrança de cartas de ordem. Após a expedição de carta de ordem, vincula-se à etiqueta 'AGUARDANDO CARTA DE ORDEM CUMPRIDA'. Com isso, os processos ficam agrupados, facilitando o acompanhamento e a eventual cobrança junto à primeira instância.

Quanto aos processos físicos pendentes nos gabinetes para declaração de voto ou pedido de vista, atualmente inexistem relatórios gerenciais disponíveis às unidades processantes para o efetivo controle. Com relação aos processos com pedido de vista ou julgamento suspenso nos termos dos arts. 942 do CPC e 53 e 260 do RI do TRF3, antes de enviar os autos conclusos, a subsecretaria adesiva a capa para facilitar a identificação de tais situações e insere lembrete no Sistema de Acompanhamento Processual - SIAPRO para melhor controle das movimentações processuais. Quanto aos processos eletrônicos, antes do início da sessão de julgamento, ao apresentar divergência, o votante já insere, no PJe, a sua declaração de voto. Os feitos com pedido de vista são etiquetados e movimentados para o gabinete do magistrado que a pediu e, posteriormente, reincluídos em pauta de julgamento. A unidade possui planilha, no Excel, onde são anotados os processos com julgamentos suspensos e pedidos de vista.

A conferência dos processos digitalizados durante a pandemia, segundo informado, somente poderá continuar a ser feita após o retorno do trabalho presencial, tendo em vista que, entre outras atribuições, cabe à unidade que inseriu os metadados dos feitos no ambiente virtual do PJe avaliar a conformidade do processo digitalizado com relação ao físico. No momento, poucos processos se encontram com tal pendência.

A secretaria tem poderes para praticar, de ofício, os atos meramente ordinatórios.

No cronograma de julgamentos da Oitava Turma, elaborado anualmente, existe a previsão das sessões que serão realizadas com o Colegiado ampliado. Havendo processos, o Presidente convoca desembargador para aplicação de técnica de julgamento estipulada no art. 942 do CPC. Busca-se, sempre que possível, evitar o acúmulo de muitos feitos. No período de 28/11/2016 a 8/6/2020, foram realizadas 15 sessões de Colegiado ampliado, sendo, em 2020, duas (9/3/2020 e 8/6/2020). A sessão de julgamento designada para 20 de julho de 2020 também contará com a participação de desembargador convocado para viabilizar o prosseguimento dos julgamentos suspensos. Durante a pandemia, as sessões presenciais foram convertidas em virtuais e continuam sendo realizadas normalmente. Além disso, a Presidência do TRF3 instituiu, provisoriamente, o uso da ferramenta de videoconferência nas sessões de julgamento, para fins de sustentações orais, desde que as partes sejam devidamente intimadas se a sessão designada comportará sustentações orais e qual a ferramenta de videoconferência será utilizada.

Entre as boas práticas adotadas estão a utilização de procedimentos operacionais escritos; a consulta habitual de relatórios gerenciais; a cooperação entre as divisões (Coordenação e Julgamento, Procedimentos Diversos e Processamento); o treinamento constante de funcionários e estagiários; e a realização de reuniões periódicas, para avaliação do ambiente de trabalho e da produtividade, bem como para captação de sugestões e suas formas de implementação. Outrossim, é importante ressaltar que, com o apoio da Presidência desta Turma, foram elaborados cronogramas que contemplam o tempo em que serão cumpridos atos processuais de feitos em trâmite na unidade.

Apesar de o PJe ser um sistema em constante desenvolvimento, a existência de falhas e ausência de importantes funcionalidades podem retardar o trâmite do processo na subsecretaria, conforme registrado, tendo sido relatadas as seguintes dificuldades emprestadas pelo sistema durante a pandemia, e também no período normal de trabalho: lentidão, instabilidade ou indisponibilidade; limitações quanto ao formato e tamanho do arquivo a ser juntado; não integração com o TJ-MS; impossibilidade de realização em lote de determinados atos; deficiência nas rotinas de julgamento colegiado; erro na tarefa 'Remeter ao 1º Grau'; demasiada quantidade de cliques e operações para execução de algumas tarefas.

Durante o teletrabalho, adotou-se como indispensável o uso da Rede Privada Virtual – VPN para a realização de algumas atividades relacionadas ao julgamento colegiado. Porém, com frequência, houve dificuldades para acessar remotamente o PJe, sendo necessária a abertura de chamados de Tecnologia da Informação – CallCenter, para suporte técnico. Também durante o teletrabalho, algumas vezes, o e-mail institucional apresenta instabilidade/indisponibilidade, prejudicando temporariamente a comunicação por tal ferramenta.

Foram apontadas algumas sugestões para melhor funcionamento das unidades processantes no Tribunal:

- 1) A alteração da estrutura organizacional das subsecretarias, em especial as da 3ª Seção, com o aumento da quantidade de funções comissionadas e servidores de seus respectivos quadros, equalizando-se a força de trabalho;
- 2) o aperfeiçoamento dos controles estatísticos; e
- 3) o desenvolvimento de melhorias no PJe.

11. RECOMENDAÇÕES

Tendo em vista a regularidade dos serviços verificada durante a inspeção, não há recomendações específicas. Tão somente sugere-se a manutenção dos procedimentos que vêm sendo adotados em busca de manter as atuais condições do serviço e, bem ainda, atenção constante o fluxo dos processos de modo a evitar a paralisação indevida e/ou excessiva que possam comprometer a celeridade da prestação jurisdicional.

SUBSECRETARIA DA 9ª TURMA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria da Nona Turma

2.2 Competência

3ª Seção - processar e julgar feitos relativos à previdência e assistência social, excetuada a competência da 1ª Seção (RI-TRF3, art. 10, § 3º).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrada Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargadora Federal Daldice Santana (desde 7/1/2020)

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Federal Gilberto Jordan (de 29/8/2017 a 6/1/2020).

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Shirley Catani Mariani, RF 1440, servidora efetiva (desde 5/3/2020).

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	13
Servidores sem vínculo	1
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	7

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências	
Publicação de acórdão/decisão	Dado não disponível no Relatório Estatístico BI da 3ª Região (consulta em 15/5/2020)
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	Dado não disponível no Relatório Estatístico BI da 3ª Região (consulta em 15/5/2020)
Análise/triagem	Dado não disponível no Relatório Estatístico BI da 3ª Região (consulta em 15/5/2020)
Juntada	Dado não disponível no Relatório Estatístico BI da 3ª Região (consulta em 15/5/2020)
Conclusão	Dado não disponível no Relatório Estatístico BI da 3ª Região (consulta em 15/5/2020)
Extraviados/por restaurar	Dado não disponível no Relatório Estatístico BI da 3ª Região (consulta em 15/5/2020)
Em carga com prazo vencido	Dado não disponível no Relatório Estatístico BI da 3ª Região (consulta em 15/5/2020)

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade	
Total	1.002 (dado disponível no Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 15/5/2020)
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	662 (dado disponível no Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 15/5/2020)
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	327 (dado disponível no Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 15/5/2020)

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na inspeção anterior	22
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na autoinspeção	87

Total de feitos não regularizados	0
-----------------------------------	---

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	20.581 (dado disponível no Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 15/5/2020)
Média de dias do julgamento à publicação	4 (dado disponível no Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 15/5/2020)
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	251 (dado disponível no Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 15/5/2020)
Pendentes de publicação	1 (dado disponível no Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 15/5/2020)
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	00036809020134039999 (14/4/2020) - processo aguardando digitalização (acórdão será publicado após digitalização para evitar prejuízo recursal)

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	2.416 (dado disponível no Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 15/5/2020)
Tempo médio	56 dias (dado disponível no Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 15/5/2020)
Publicações em prazo superior a 10 dias	232 (dado disponível no Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 15/5/2020)
Pendentes de publicação	5 (dado disponível no Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 15/5/2020)
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	50031853820204030000 - 24/3/202 - remetido à Contadoria

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação	
Há mais de 30 dias	5.019 (dado disponível no Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 15/5/2020)
Há mais de 60 dias	715 (dado disponível no Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 15/5/2020)

Há mais de 90 dias	111 (dado disponível no Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 15/5/2020)
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	81 (10 mais antigos: 50003745220184039999 (21/8/2018), 50424985020184039999 (28/11/2018), 50701747020184039999 (30/1/2019), 50414367220184039999 (5/2/2019), 50413328020184039999 (9/2/2019), 50553735220184039999 (20/2/2019), 50566146120184039999 (20/2/2019), 50064448520184039999 (22/2/2019), 50807208720184039999 (13/3/2019), 50723857920184039999 (14/3/2019) - processos localizados nas fases "baixa em diligência competência delegada MS" e "decorrido prazo integração TJSP" (dados disponíveis no Relatório Estatístico BI da 3ª Região - consulta em 15/5/2020)

4.7 Ausências de membros do Colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar).

Desembargadora Federal Marisa Santos (ausência em virtude de férias): 8 e 22/5/2019; 18/9/2019 e 2/10/2019; Desembargadora Federal Daldice Santana (ausência para participar de curso na ENFAM, em Brasília): 5/2/2020; Juiz Federal convocado Rodrigo Zacharias (ausência em virtude da Portaria PRES n. 1.494/2019): 5/6/2019.

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

25 sessões (ordinárias) de julgamento (abril/2019 a abril/2020)

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

De acordo com o item 5 do Relatório da Inspeção realizada no período de 13 a 24/8/2018, a 9ª Turma recebeu as seguintes recomendações: "a) providências no sentido do encaminhamento formal, aos órgãos competentes, da questão referente aos constantes casos de excesso de prazo nos processos com vista ao Ministério Público Federal, identificados como um problema pontual que ocorre na esfera de atuação de determinado Procurador; b) nos demais aspectos, manter a excelente organização e efetiva gestão verificadas, que vem gerando expressivos resultados nos trabalhos da Subsecretaria, com a busca do permanente saneamento e qualificação do acervo dos processos em tramitação, revelados pelo pequeno quantitativo de processos com pendências de qualquer natureza."

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

a) Edição da Portaria UTU9 n. 3/2019, publicada no DJE de 28/3/2019, por meio da qual foi instituída a cobrança periódica de autos com carga e prazo excedido, mediante a expedição de ofício aos órgãos competentes, contendo a relação de processos e o prazo de dez dias para devolução dos autos, prorrogável por mais cinco dias, permitida a busca e apreensão; abertura do Processo SEI n. 010113-83.2019.4.03.8000 para registro e expedição de ofício ao procurador, com prazo de 48 horas para devolução de autos com carga desde 2017; b) compromisso dos servidores no desempenho das atividades de competência da subsecretaria, para garantia de eficiência e efetividade, da seguinte forma: (I) cumprimento das determinações judiciais no mesmo dia em que são recebidas na subsecretaria, senão, em até 2 dias depois do recebimento; (II) certificação do trânsito em julgado dos processos no dia seguinte ao decurso do prazo; (III) publicação dos acórdãos no prazo regulamentar (10 dias).

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes de cumprimento.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Os processos são recebidos nas tarefas próprias do PJe e distribuídos, após triagem, entre as divisões, para respectiva tramitação e cumprimento de determinações judiciais. A distribuição é feita por tipo de tarefa a ser cumprida e fase de processamento. O acompanhamento da movimentação no PJe é diário e contínuo, gerando o cumprimento imediato de todas as determinações judiciais. O controle da produtividade é feito pelas tarefas do PJe e monitorado pelos diretores de divisão, que realizam reuniões periódicas com os servidores. A subsecretaria mantém diálogo permanente com os gabinetes dos relatores para garantia do bom fluxo operacional e alinhamento de procedimentos. O PJe precisa de aperfeiçoamento quanto às funcionalidades inerentes às atribuições da subsecretaria (faltam ferramentas de análise de processos, há erros de fluxo, de fechamento de pauta, de proclamação do julgamento e do encerramento das sessões).

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
50023260320174039999	27/6/2017	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Irregularidade constatada pela subsecretaria em abril/2020, registrada e documentada no Processo SEI n. 0013693-87.2020.4.3.8000; encaminhamento ao relator para deliberação; acórdão publicado em 6/5/2020; processo com prazo em curso.		
00036809020134039999	17/5/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo encaminhado para digitalização na fase de publicação do acórdão (Resolução PRES n. 278/2019); atualmente localizado na tarefa "Digitalizado - aguardando inserção de peças"; acórdão será publicado após a digitalização para evitar prejuízo recursal.		
00223374120174039999	21/7/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo físico encaminhado para a digitalização na fase de publicação do acórdão (Resolução PRES n. 278/2019); atualmente na tarefa "Digitalizado - aguardando inserção de peças"; acórdão será publicado após a digitalização para evitar prejuízo recursal.		
00017087920124036003	9/12/2015	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo físico sobrestado em 21/11/2017; encaminhado para a digitalização em 28/11/2019 (Resolução PRES n. 278/2019), devolvido em 4/3/2020; conclusão em 13/11/2020 para deliberação quanto ao retorno à situação de sobrestamento (tema 979).		
00056230820144036120	21/9/2015	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico sobrestado em 2/10/2017 (Tema 979); levantamento do sobrestamento para digitalização em 9/10/2019; despacho para retorno do processo ao sobrestamento publicado em 4/2/2020; decurso do prazo em 7/5/2020; processo sobrestado em 8/5/2020.		
00134736020104036183	24/9/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo físico sobrestado em 2/10/2017 (Tema 979); levantamento de sobrestamento em 9/10/2019 para digitalização; conclusão em 29/1/2020; despacho para retorno ao sobrestamento publicado pelo sistema em 16/3/2020; processo com prazo em curso.		
00031126620114036112	7/2/2013	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico sobrestado em 17/10/2017 (Tema 979); levantamento de sobrestamento em 9/10/2019 para digitalização; conclusão em 28/1/2020; despacho para retorno ao sobrestamento publicado em 4/5/2020; processo com prazo em curso.		
00053233420134036103	29/6/2015	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo sobrestado em 17/10/2019 (Tema 979); levantamento de sobrestamento para digitalização em 9/10/2019; conclusão em 28/1/2020; despacho para retorno ao sobrestamento publicado em 4/5/2020; processo com prazo em curso.		
00314450220144039999	28/10/2014	198 – Apelação Cível

Observação/Providência: Processo físico sobrestado em 8/8/2019 (Tema 979); levantamento do sobrestamento para digitalização em 9/10/2019; conclusão em 28/1/2020; despacho para retorno ao sobrestamento publicado em 4/5/2020; processo com prazo em curso.		
00120933620094036183	28/1/2015	1728 - Apelação Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo físico sobrestado em 17/10/2017 (Tema 979); levantamento de sobrestamento para digitalização em 9/10/2019; conclusão em 28/1/2020; despacho para retorno ao sobrestamento publicado em 4/5/2020; processo com prazo em curso.		
00068532720134036183	30/3/2017	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico sobrestado em 3/4/2018; encaminhado para digitalização em 28/11/2019; conclusão em 5/3/2020; decisão de retorno ao sobrestamento publicada em 12/3/2020; processo com prazo em curso.		
00031813120164036110	3/1/2017	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado em 5/10/2017 (Tema 979); encaminhado para digitalização em 28/11/2019; retorno em 6/1/2020; conclusão em 6/2/2020; decisão de retorno ao sobrestamento publicada em 12/3/2019; processo com prazo em curso.		
00042414820154036183	28/11/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo devolvido à situação de sobrestamento em 11/5/2020, após digitalização.		
00008912920114036139	4/11/2013	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com trânsito em julgado certificado em 29/7/2014; arquivado desde 2/10/2014 na origem (1ª Vara Federal de Itapeva).		
00029785220114036140	19/3/2015	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo com trânsito em julgado certificado em 18/5/2015, arquivado desde 18/9/2015 na origem (1ª Vara Federal de Mauá).		
00100617020154030000	8/5/2015	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo com decurso de prazo certificado em 11/3/2016; remessa à TDEA em 11/3/2016 para baixa definitiva; processo originário do agravo (0001211-05.2015.4.03.6183) arquivado em 19/10/2018.		
00274131720154039999	14/7/2015	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão monocrática terminativa transitada em julgado em 6/5/2016; processo remetido à TDEA para baixa à origem (recebido em 9/5/2016).		
00368529120114039999	13/9/2011	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo sobrestado por decisão da Vice-Presidência em 17/9/2015; redistribuição por sucessão ao gabinete do Desembargador Gilberto Jordan em 15/2/2017.		
00622998620084039999	28/7/2016	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Decisão monocrática terminativa com trânsito em julgado certificado em 27/3/2017; processo remetido à TDEA para baixa à origem (recebido em 29/3/2017).		
00277751920154039999	14/7/2015	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo suspenso por 60 dias para regularização da representação processual (despacho de 9/1/2020, publicado em 21/1/2020); processo com prazo em curso.		

00114001320134036183	22/6/2016	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico digitalizado em 23/10/2019; decisão de sobrestamento em 25/3/2020; embargos de declaração interpostos contra a decisão de sobrestamento em 20/4/2020; ato ordinatório para apresentação de contrarrazões expedido em 22/4/2020 e publicado em 4/5/2020; processo com prazo em curso.		
50028056120184036183	28/8/2018	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 22/1/2020 e retirado pelo relator; decisão de sobrestamento (tema IRDR) publicada em 12/3/2020; processo com prazo em curso.		
00069150720094039999	5/3/2009	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo físico sobrestado em 25/9/2019 (Tema 979); interpostos embargos de declaração; concessão de efeito suspensivo em 5/2/2020 até julgamento dos ED; decisão publicada em 10/2/2020; remessa ao INSS para suspensão de descontos (11/2/2020); processo com prazo em curso.		
00005871220194039999	24/1/2019	198 – Apelação Cível
Observação/Providência: Processo enviado para a digitalização (Resolução PRES n. 278/2019) em 27/6/2019 (pelo gabinete do relator); devolução em 16/9/2019; despacho proferido em 5/3/2020, publicado em 10/3/2020; processo com prazo em curso.		
00052061720014036183	10/3/2004	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Processo físico na fase de conclusão por ocasião da remessa à digitalização, em 17/10/2019 (Resolução PRES n. 278/2019); retorno da digitalização em 19/11/2019; conclusão pós-digitalização em 9/5/2020.		

8. ESTATÍSTICAS GERAIS DA UNIDADE PROCESSANTE



9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 25 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados.

A subsecretaria administra a realização de duas sessões por mês, tendo havido, entre abril/2019 a abril/2020, 25 ordinárias e nenhuma extraordinária. Não houve cancelamento no período.

Considerado o volume de processos em tramitação na subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável. Não há pendências relativamente às atribuições da unidade.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral entrevistou, mediante videoconferência, a Diretora da Subsecretaria, Shirley Catani Mariani.

A Subsecretaria da 9ª Turma é composta por 14 servidores (13 efetivos e um comissionado sem vínculo) e, ainda, sete estagiários de nível superior, distribuídos em 3 Divisões:

- 1) Divisão de Processamento;
- 2) Divisão de Procedimentos Diversos; e
- 3) Divisão de Coordenação e Julgamento.

Os processos eletrônicos são recebidos nas tarefas próprias do PJe e distribuídos, após triagem, entre as divisões, para respectiva tramitação e cumprimento de determinações judiciais. A distribuição é feita por tipo de tarefa a ser cumprida e fase de processamento. O acompanhamento da movimentação no PJe é diário e contínuo, gerando o cumprimento imediato de todas as determinações judiciais.

O controle da produtividade é feito pelas tarefas do PJe e monitorado pelos diretores de divisão, que realizam reuniões periódicas com os subordinados. A subsecretaria mantém diálogo permanente com os gabinetes dos relatores para garantia do bom fluxo operacional e alinhamento de procedimentos. Diretores de Divisão e servidores participam de cursos ofertados pelo Tribunal.

Os processos eletrônicos são recebidos pela subsecretaria na tarefa “Avaliar - Determinações” do PJe. A triagem inicial é feita pela Divisão de Processamento diariamente, mediante análise de cada um dos processos recebidos e indexação por “etiquetas” (ferramenta do sistema), pelas quais são separados por tipo de determinação a ser cumprida e por fase de processamento. Após isso, cada uma das Divisões busca os processos pelo filtro do sistema (etiquetas) e inicia a respectiva tramitação e o cumprimento das determinações judiciais. A subsecretaria não tem recebido processos físicos para triagem inicial.

Não possui processos físicos em tramitação. Todo o acervo foi digitalizado, restando apenas 14 processos no setor de digitalização, pendentes de devolução e conferência, para posterior retorno à tramitação. Tem sob sua responsabilidade somente os autos físicos já digitalizados, localizados na unidade e acondicionados em armários, por ordem numérica de processo, no aguardo de deliberação da Presidência do TRF3 acerca de sua destinação. Todos os processos físicos digitalizados encontram-se regularizados no sistema SIAPRO, contendo os respectivos registros (informação sobre a digitalização, anotação do número recebido no PJe e localização dos autos físicos).

A organização do acervo e o controle de movimentação interna dos processos são feitos pelas tarefas próprias do PJe. As Divisões utilizam ferramentas do sistema –

“etiquetas” e “lembretes” – em todos os processos para controle. Situações específicas que demandem acompanhamento diferenciado por ausência de funcionalidade no sistema são monitoradas por meio de planilhas e/ou controles internos das Divisões.

Existe o controle periódico de processos sem movimentação. Via de regra, esse controle é feito mediante o acompanhamento das tarefas do PJe (por exemplo: processos remetidos ao INSS para cumprimento de decisão; processos sobrestados por tribunais superiores; processos remetidos à contadoria). Há situações, porém, em que as Divisões utilizam planilhas internas (fora do sistema) para fazer o acompanhamento da movimentação. É o caso dos processos baixados em diligência, em que a Divisão de Processamento faz o controle da movimentação em periodicidade mensal, mediante consulta ao andamento processual no primeiro grau e, se necessário, envio de e-mail à origem, e abertura de chamado no callcenter.

A respeito do estabelecimento de metas periódicas (individuais e/ou coletivas) de produtividade para a unidade, foi informado que, consideradas as características das atividades desempenhadas, têm-se os seguintes indicadores de aferição de eficiência e efetividade: (I) cumprimento das determinações judiciais no mesmo dia em que são recebidos os processos na subsecretaria, senão, em caráter excepcional, em até dois dias depois do recebimento; (II) certificação do trânsito em julgado dos processos no dia seguinte ao decurso do prazo, exceto se houver alguma pendência a ser sanada no processo; (III) conclusão imediata dos processos aos respectivos relatores; (IV) realização, com prioridade, das tarefas resultantes das sessões de julgamentos para publicação dos acórdãos no prazo legal (10 dias). O controle é feito pelas tarefas disponíveis no PJe e monitorado pelos diretores das respectivas divisões da subsecretaria, bem como pela diretora da subsecretaria.

Não existem servidores em regime de teletrabalho nos termos da Resolução n. 227 do CNJ. Atualmente, está em teletrabalho em razão das diretrizes fixadas pela Presidência do TRF3 – Portarias PRES/CORE n. 1, 2, 3, 5, 6,7, 8 e 9/2020 (pandemia – Covid-19).

Os estagiários também estão realizando teletrabalho, cumprindo a respectiva jornada diária (4 horas).

A interação entre diretores, servidores e estagiários tem sido feita por telefone, mensagens de aplicativo (*WhatsApp*), videoconferência e e-mails.

O atendimento presencial de partes e advogados (balcão) é feito por servidores e estagiários, diariamente, em sistema de rodízio. Além do atendimento presencial, há o atendimento às partes e advogados também por telefone e por e-mail. Atualmente, os advogados e as partes têm sido atendidos por telefone (o ramal da diretoria está desviado para a residência da diretora da subsecretaria) e por e-mail. Apenas o atendimento presencial a advogados e partes deixou de ser realizado durante a pandemia.

Sobre a existência de tratamento específico para feitos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ, foi esclarecido que a ordem de prioridade observada é a de recebimento do processo na subsecretaria. As determinações são cumpridas diariamente tanto nos processos eletrônicos quanto nos processos físicos (esporadicamente recebidos). Nos processos eletrônicos, o controle é feito mediante indexação com o uso de etiquetas, bem como pelo acompanhamento das tarefas no PJe. Nos processos físicos esporadicamente recebidos, o controle é feito por meio de anotação na etiqueta do processo. Considerado o cumprimento das determinações judiciais no mesmo dia em que os processos são recebidos na subsecretaria, senão, em caráter excepcional, em até dois dias depois do recebimento, torna-se desnecessário tratamento diverso do já adotado, seja por matéria, seja por assunto ou meta.

Quanto ao controle de remessas, é feito pelas tarefas do PJe. No caso de manifestação inicial do Ministério Público, os autos permanecem na tarefa “aguardando parecer do MPF”. Nos demais casos – intimações de pauta, de despachos, decisões e acórdãos – permanecem nas respectivas tarefas de tramitação e o controle é feito por meio de etiquetas e lembretes.

Já o controle das petições juntadas nos processos eletrônicos é feito por meio da ferramenta “AGRUPADORES” do PJe. A “caixa” dos agrupadores é monitorada diariamente por servidor da subsecretaria. Nela são recebidas, em média, 300 petições por dia. A análise dessas petições é feita da seguinte forma: (I) petições intercorrentes são relacionadas em mensagem de e-mail, a qual é encaminhada aos gabinetes dos respectivos relatores para análise e eventual deliberação; (II) petições relativas à interposição de agravos legais, embargos de declaração e recursos especiais ou extraordinários recebem etiquetas específicas, direcionadas ao cumprimento das providências subseqüentes pelas respectivas Divisões, quais sejam, elaboração de ato ordinatório de intimação para contrarrazões e, no caso de recursos especiais ou extraordinários, encaminhamento à Vice-Presidência do Tribunal após o decurso do prazo para apresentação de resposta pela parte recorrida.

A identificação dos processos em que há expedição de carta de ordem é feita por meio de “etiquetas” (ferramenta do PJe). O controle do prazo de devolução é feito periodicamente, com base nas etiquetas. A tramitação processual da carta de ordem também é acompanhada pela subsecretaria. Em caso de demora na autuação do processo nas varas estaduais, a Divisão de Processamento, responsável pelo cumprimento das cartas de ordem, envia e-mail ao distribuidor para solicitar providências. Via de regra, as cartas de ordem têm sido cumpridas sem intercorrências.

A Divisão de Coordenação e Julgamento organiza a realização de cada uma das sessões de julgamento por meio de planilhas, nelas anotando os resultados dos votos de cada relator e, ao final, o resultado da votação. Nessas planilhas ficam registrados todos os resultados do julgamento. Contudo, não havia, até março de 2020, fluxo de integração com os gabinetes para controle dessas pendências, por receio de

interferência na atividade daquelas Unidades. Diante disso, e sobretudo diante da alteração da composição da Turma e respectiva mudança de acervo entre três gabinetes no primeiro semestre, foi formalizada consulta à Presidente da Turma sobre como proceder nesses casos, à vista das pendências. A Presidente da Turma tratou do assunto pessoalmente com os magistrados (ex-integrantes da Turma), tendo sido estabelecido fluxo de procedimento com os gabinetes, bem como deliberado o auxílio da subsecretaria na resolução das pendências, mediante o levantamento/apontamento dos processos, abertura de chamado no callcenter e/ou de processo administrativo no SEI, quando necessário.

Em razão do questionamento feito nesta inspeção, a Presidência da Turma determinou, em reforço às providências anteriormente adotadas, a abertura de processo SEI para controle regular dos processos com pedido de vista além do prazo legal.

A subsecretaria possui regulamentação interna (ordens de serviço da Presidência da Turma) autorizadora da prática dos seguintes atos ordinatórios, independentemente de despacho do relator: (I) no agravo interno, a intimação do agravado para manifestar-se sobre o recurso, nos termos do art. 1.021, § 2º, do CPC; (II) nos embargos de declaração, a intimação do embargado para manifestar-se, nos termos do artigo 1.023, § 2º, do CPC; (III) intimação de partes acerca da inclusão de feitos em pauta de julgamento; (IV) encaminhamento à UVIP dos processos nos quais tenha havido interposição de recurso especial e/ou extraordinário, após decurso de todos os prazos para apresentação de recurso em face de acórdão; (V) alteração da autuação do processo em caso de apresentação de substabelecimento em reserva de poderes, devidamente protocolado, mediante aposição de certidão de conferência da regularidade nos autos.

As sessões de colegiado ampliado (art. 942 do CPC) são realizadas bimestralmente, no modelo virtual, conforme cronograma elaborado anualmente. Durante a pandemia o procedimento permaneceu o mesmo. Os magistrados que participarão da sessão são convidados por meio de ofício da Presidente da Turma, cujos dados são inseridos no PJe pela Divisão de Coordenação e Julgamento, que também mantém contato com os gabinetes para tratativas sobre o encaminhamento da votação.

Sobre boas práticas adotadas, vale ressaltar as que permitem a execução do trabalho de forma eficiente e efetiva, com repercussão no trâmite processual. Nas Divisões de Processamento, de Procedimentos Diversos e de Coordenação e Julgamento: distribuição de trabalho entre os servidores mediante o critério do número final do processo; realização de reuniões periódicas com os servidores; diálogo permanente com os gabinetes. Na Divisão de Coordenação e Julgamento: elaboração de tutoriais para uniformização da execução das tarefas pelos servidores; utilização de “programa” elaborado pela Divisão para acompanhamento da votação na sessão de julgamento, no qual são anotados impedimentos, sobrestamentos, adiamentos, retiradas de pauta, pedidos de vista e dados relevantes para a finalização dos resultados no

PJe/GEDPRO. O registro desses dados permite a verificação, durante a sessão, da necessidade de ampliação de quórum de votação (art. 942 do CPC).

A respeito das principais dificuldades enfrentadas pelo setor, foi enfatizado que, durante a pandemia, os servidores têm relatado algumas dificuldades decorrentes do teletrabalho: ausência de estrutura física de trabalho em suas residências (por exemplo, de cadeiras e mesas ergonômicas, computadores com dois monitores). A comunicação somente por meio virtual (aplicativos de mensagens, telefone e e-mail) torna mais demorado o fluxo de trabalho, levando à frequente extensão da jornada diária para possibilitar o efetivo cumprimento de todas as tarefas diárias. O teletrabalho exigiu adaptação da vida funcional à vida familiar.

No tocante ao exercício das atividades diárias, as principais dificuldades decorrem de falhas operacionais do PJe e da inexistência de funcionalidades específicas para gerenciamento de tarefas (relatórios gerenciais, por exemplo), as quais retardam a execução dos procedimentos de tramitação regular dos processos: falta de ferramentas de análise dos processos e da consequente movimentação em lote, lentidão do sistema PJe, congelamento de telas, falha nas operações, erros de fluxo, do fechamento de pauta, da proclamação do julgamento e do encerramento das sessões de julgamento. Sobre o encerramento das sessões de julgamento, inclusive, cabe registrar que, durante o dia, foi relatado que não se consegue realizar a rotina de procedimentos no sistema para encerrar a sessão; quanto maior o número de processos na pauta, maior a demora. Cada um dos comandos do procedimento (encerrar a sessão, registrar movimentação, emitir certidão, assinar certidão) leva muito tempo para ser concluído e, na maioria das vezes, ocorre falha e não há conclusão, o que faz com que tenham que repetir o procedimento inúmeras vezes até conseguir finalizá-lo. Cita-se, como exemplo, uma sessão realizada em 19 de fevereiro deste ano, com uma pauta de quase 2 mil processos, em que a subsecretaria passou o dia seguinte inteiro tentando encerrá-la no sistema, sem conseguir êxito. No final do dia, foi necessário solicitar o apoio da Assessoria de Gestão de Sistemas da Informação (AGES) e, somente por volta de 23h, o assessor conseguiu concluir os procedimentos no PJe.

Apesar dos aperfeiçoamentos constantes do PJe, as subsecretarias aguardam ansiosamente o aprimoramento do Painel do Secretário na Sessão, sobretudo da funcionalidade de encerramento da sessão de julgamento. Enquanto isso não ocorre, realiza os procedimentos de encerramento fora do horário regular de expediente, quando o sistema está menos sobrecarregado.

Registra-se, por fim, que os controles manuais, as falhas no sistema de integração com o TJSP e a falta de integração com o TJMS tornam o trabalho muito burocrático. A título de esclarecimento, cita-se o exemplo da baixa definitiva de processos às comarcas do Estado de Mato Grosso do Sul. Nesses casos, além de todas as verificações feitas, pois o sistema não destaca os processos que tenham o prazo encerrado para todas as partes, após a certificação do trânsito em julgado da decisão, ainda é necessário

converter as peças produzidas no TRF em arquivo PDF, identificar o juízo de origem e remeter essas peças por outro sistema, o malote digital. Após isso, volta-se ao PJe para certificar essa remessa.

Foi relatado, também, a dificuldade de fluxo de integração com o TJSP quanto aos processos baixados em diligência ou baixados definitivamente como ocorre, segundo informado pela AGES (Processo SEI n. 0039155-80.2019.4.03.8000), da seguinte forma: o processo encaminhado pelo TRF3 deve ser recepcionado pelo sistema do TJSP, no qual terá a movimentação retomada. Por vezes, essa integração entre os sistemas (PJe e e-SAJ) não ocorre e os processos não são efetivamente recepcionados pelo sistema do TJSP. Independentemente disso, o PJe registra, nos processos encaminhados, a movimentação do decurso do prazo de integração e respectiva data. Essa situação gera reclamação das partes, pois, apesar de constar nos autos o movimento da remessa à origem, a origem, de fato, não recebeu o processo. Nas situações de baixa definitiva, a subsecretaria orienta as partes a acionarem o TJSP, pois a baixa foi realizada conforme diretrizes fixadas em comunicado do TJSP (n. 1.823/2018). Para esses casos, o melhor seria a criação de uma fase para registro da comprovação do recebimento pela vara de origem.

Em relação aos processos baixados em diligência, há problema também no fluxo de retorno do processo ao TRF3. A Nona Turma tem processos nessa situação há um ano sem movimentação. Durante esse período, foram abertos vários chamados no callcenter para registro e solução do problema. Levantamento interno realizado em maio apontou a existência de 80 processos baixados em diligência, relativos à competência delegada (TJSP). Desses, 57 estão em andamento, 16 estão na fila para devolução ao TRF (com diligência cumprida), oito não foram recebidos na origem. Nesses casos, a subsecretaria está monitorando a tramitação desses processos na primeira instância da seguinte forma: (I) envio de e-mail à origem solicitando informações sobre o andamento dos processos não recebidos (8); (II) abertura de chamado no callcenter para os processos com diligência cumprida, parados na fila de devolução ao TRF3 (16); (III) acompanhamento periódico dos demais processos (57).

No caso de baixa ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), não há fluxo de integração. As peças são digitalizadas (arquivos PDF) e encaminhadas por malote digital ao TJMS. Essa providência é certificada nos autos. Quando há reclamação das partes, verifica-se, nas tarefas do sistema do Malote Digital, se o malote foi recebido e quem o recebeu para, então, prestar a informação. Nos casos de baixa em diligência ao TJMS, também há problemas na recepção e na devolução dos processos. Igualmente, nessas situações, a subsecretaria mantém controle acerca da tramitação dos processos, realizando acompanhamento periódico. Tal como ocorre com o TJSP, quando os processos retornam ao TRF3 com a diligência cumprida, é necessário abrir chamado para movimentar os processos.

Outro problema mencionado foi a questão do fluxo de remessa para o INSS. O encaminhamento das decisões/acórdãos ao INSS para fins de cumprimento de decisão judicial (implantação, cassação, cessação, revisão ou alteração de benefício) é feito, atualmente, por meio do PJe. Foram criados fluxos específicos para remessa e devolução dos autos de forma eletrônica. Dessa forma, os processos encaminhados ao INSS permanecem na tarefa de tramitação regular do processo, conforme a fase em que se encontrem, e na tarefa “remetidos ao INSS para cumprimento de decisão”. O controle da devolução desses processos é feito por meio das tarefas “recebidos do INSS – decisão cumprida” e “recebidos do INSS – sem cumprimento de decisão”. Ocorre que, via de regra, o INSS não faz a devolução dos processos pelas tarefas do PJe. Com isso, os processos ficam “bloqueados” para tramitação regular no PJe, o que, por vezes, impede a baixa à de origem nos casos em que já houve o trânsito em julgado. Trata-se de medida relevante para evitar a dupla tramitação do feito em duas instâncias.

Para regularizar os processos que se encontram nessa situação, com a respectiva finalização da tarefa no PJe, é preciso abrir chamado no callcenter e contar com o auxílio do setor técnico. Na busca de solução definitiva para esse problema, foi estabelecido diálogo com a Assessoria de Gestão de Sistemas da Informação (AGES) da Presidência do TRF3, responsável pelo PJe, e sugerido a realização de reunião com o INSS (setor administrativo) para tratar do assunto. A reunião foi realizada em maio e, nela, o INSS relatou dificuldades para devolver os processos pelas tarefas do PJe, basicamente pelo fato de que, após recebê-los, faz uma triagem para posterior distribuição interna (sistema próprio), perdendo, assim, o controle da data de recebimento e dos prazos para cumprimento da decisão. A sugestão apresentada pelo INSS, na ocasião, foi a criação de um relatório gerencial contendo esses dados, a ser enviado à eles periodicamente, o que já foi feito pela AGES. Como medidas paliativas, até a criação do relatório citado, foram sugeridos: (I) o uso de etiquetas, como é feito na Subsecretaria, contendo o tipo de ato a cumprir (implantação, cassação etc.) e o prazo de cumprimento; (II) elaboração de tutorial para os servidores do INSS, contendo o passo a passo para a devolução dos autos pelo PJe; (III) preparação de videoaulas destinadas aos servidores do INSS. Na ocasião, foram confeccionadas duas planilhas contendo a relação de processos com trânsito em julgado, impedidos de serem baixados em razão da pendência de devolução pelo INSS (maior preocupação), e encaminhado ao INSS. Com essas medidas, a quantidade de processos nas três tarefas referidas já começou a reduzir, embora ainda timidamente.

Recentemente, foi criada uma nova tarefa no PJe – “aviso de pendências - baixa ou arquivamento” – cuja função é impedir a baixa ou o arquivamento do processo que ainda estiver em alguma outra tarefa pendente de devolução ou cumprimento.

Quanto ao PJe, foi dito que o sistema precisa de aperfeiçoamento no que se refere às funcionalidades inerentes às atribuições da subsecretaria (faltam ferramentas de análise de processos, há erros de fluxo, de fechamento de pauta, de proclamação do

juízo e do encerramento das sessões). Dentre os erros de fluxos, destacam-se: (I) erro no fluxo da assinatura do acórdão do voto vencido - quando o relator do acórdão não é o relator originário, no momento da assinatura do acórdão, todos os documentos são assinados por aquele, inclusive o voto e a ementa vencidos; (II) impossibilidade de cumprimento de determinação ou de publicação de despacho/decisão quando o processo já foi pautado várias vezes; (III) processos direcionados para tarefas diversas da que seria a correta; (IV) impossibilidade de remessa à conclusão de forma automática no caso de interposição de embargos de declaração em face de acórdão, quando o relator do acórdão não é o relator originário. Dentre a ausência de funcionalidades, as mais relevantes são: (I) a falta de comunicação automática de decisões proferidas em agravos de instrumento, mandados de segurança e pedidos de efeito suspensivo às apelações; (II) ausência de ferramenta para o acompanhamento do decurso do prazo recursal. O sistema não possui fluxo para busca dos processos que tiveram os prazos encerrados para todas as partes. O controle do decurso do prazo é feito com o uso de etiquetas (inseridas nos processos conforme a data da intimação) ou individualmente, mediante acesso ao expediente de cada processo – lembrando que há diversos prazos para serem controlados (despachos, decisões terminativas, acórdãos, contrarrazões de agravo interno e de embargos de declaração). Foi dito que o ideal seria a criação de um filtro nas tarefas para seleção de todos os processos com expedientes fechados (prazos encerrados); (III) ausência de relatórios gerenciais acerca das tarefas.

Inclui-se nessa questão, a situação referente ao encerramento da sessão de julgamento, já reportada anteriormente.

Em tópico aberto na entrevista, foi informado pela Shirley Catani Mariani que, ao assumir a direção da subsecretaria, em 5/3/2020, encontrou uma unidade bem organizada quanto ao desenvolvimento do trabalho, com tarefas executadas de forma integrada entre as equipes, sem pendências de cumprimento no que tange às atribuições da própria unidade. Há algumas pendências, cujas providências para solução não competem à subsecretaria. Ainda assim, nesses casos, a subsecretaria tem sido diligente e possui fluxo de procedimento para registrar as ocorrências e encaminhá-las aos setores que possam resolvê-las: abertura de processos no SEI, abertura de chamados no *callcenter*, diálogo institucional com os setores do Tribunal que tenham gestão sobre as demandas.

No tocante à indagação acerca da quantidade de processos paralisados a mais de 30, 60, 90 e 120 dias, cabe esclarecer que os dados registrados no primeiro questionário encaminhado ao CJF contém informações extraídas do relatório BI (Estatística do TRF3), as quais levaram em conta situações decorrentes da suspensão dos prazos em razão da pandemia, no período de 17 de março a 3 de maio. Durante esse período, todo o trabalho continuou sendo realizado, inclusive os atos ordinatórios de publicação e as intimações (despachos, decisões terminativas e acórdãos), os quais somente se efetivaram a partir de 4 de maio, com o retorno da fluência dos prazos. Desse modo, no

quantitativo apontado no BI foram computados nessa categoria – paralisados/sem movimentação – processos localizados em várias tarefas do PJe (analisar manifestação parcial, processo com prazo em curso, juntada de petições intercorrentes, atos ordinatórios, sobrestados por determinação de tribunais superiores, baixa em diligência, entre outras).

Outro esclarecimento refere-se aos processos destacados na ficha de inspeção. Boa parte teve sua tramitação regular interrompida por força da implantação do Projeto 100% Pje. Na ocasião, a Presidência do TRF3 determinou o envio dos autos físicos para a digitalização independentemente da fase em que se encontrassem, e, por isso, houve significativa demora no retorno dos autos eletrônicos à tramitação. Uma outra parte dos processos inspecionados é relativa ao problema do fluxo de integração com o TJSP, conforme já mencionado.

11. RECOMENDAÇÕES

Em relação às pendências, cujas providências para solução não competem exclusivamente à subsecretaria, recomenda-se que continuem a registrar as ocorrências e encaminhá-las aos setores competentes, conforme já vem sendo feito com abertura de processos no SEI, de chamados no *callcenter* e diálogo institucional com os setores do Tribunal que tenham gestão sobre as demandas.

No restante, cabe elogiar o desempenho e recomendar que se mantenha a excelente organização e efetiva gestão verificada, que vem gerando expressivos resultados nos trabalhos, revelados pela inexistência de processos com pendências de cumprimento no que tange às atribuições da própria unidade.

SUBSECRETARIA DA 10ª TURMA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria da Décima Turma

2.2. Competência:

Previdenciário

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Baptista Pereira – 4/5/2020.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Não houve.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

João Soares - Diretor de Subsecretaria – 4/5/2020.

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	13
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	5
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências	
Publicação de acórdão/decisão	9
Extraviados/por restaurar	0
Em carga com prazo vencido	0
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	0
Análise/triagem	0
Juntada	0
Conclusão	0
Outros	0

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade	
Total	505
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	364
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	132

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	61 processos
Total de feitos verificados na autoinspeção	82
Total de feitos não regularizados	0

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	21.043
Média de dias do julgamento à publicação	4
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	3
Pendentes de publicação	8
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0007899-13.2013.4.03.6131 desde 30/4/2020

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	2.180
Tempo médio	19
Publicações em prazo superior a 10 dias	370

Pendentes de publicação	3
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	5032949-06.2019.4.03.0000 desde 14/4/2020

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação	
Há mais de 30 dias	3.705
Há mais de 60 dias	1.188
Há mais de 90 dias	86
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	58

4.7 Ausências de membros do Colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar).
Desembargador Federal Sergio Nascimento - ausente, em virtude de férias regulamentares, nas seguintes sessões de julgamentos: 16/7/2019; 30/7/2019; 13/8/2019; 22/10/2019 e 12/11/2019. Desembargadora Federal Lucia Ursaia - ausente, em virtude de férias regulamentares, nas seguintes sessões de julgamentos: 11/6/2019; 18/6/2019; 26/11/2019; 10/12/2019 e ausente justificadamente na sessão do dia 17/12/19. Desembargador Federal Nelson Porfirio - ausente, em virtude de férias regulamentares, na seguinte sessão de julgamentos: 2/7/2019.

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses
No período de abril/2019 a abril/2020, foram realizadas 31 sessões de julgamentos.

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1. Houve recomendações na última inspeção? Quais?
Sim. 1) Em relação aos feitos inspecionados, indicados no item 2 deste relatório, que encontram com vista ao Ministério Público Federal há mais de um ano, recomenda-se solicitar a devolução dos referidos processos e não deixar que situações dessa forma se repitam; 2) Adotar providências para que seja retificada a estatística referente ao número de acórdãos lavrados no período de agosto/2017 a julho/2018, uma vez que os dados oficiais fornecidos pelo TRF3 são inverossímeis (276), mormente quando cotejados com o quantitativo de acórdãos publicados no mesmo período (21.409); 3) Envidar esforços no sentido de que seja corrigida a prática de contabilizar na estatística do TRF3 processos já baixados (no momento da inspeção eram 973 processos), mas que continuam como ativos, aparentando, de forma equivocada, que se encontram sem movimentação no acervo da Décima Turma (841 há mais de 90 dias) e no acervo ajustado no TRF relativo aos gabinetes (Desembargador Federal Sergio Nascimento - 530 processos baixados).

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

1 - Quanto ao item 1 das recomendações, foi encaminhado, naquela oportunidade, ofício do Presidente da Turma, ao Procurador-Chefe do Ministério Público Federal da 3ª Região, solicitando a devolução dos referidos processos. Conforme consulta ao SIAPRO, verificou-se que todos os processos foram devolvidos entre os dias 20 e 22 de agosto de 2018. Quanto à determinação para que situações como essa não se repitam, informo que, por ordem do Presidente da Décima Turma, são encaminhados mensalmente ofícios à Procuradora Chefe do Ministério Público Federal solicitando a devolução dos processos que lá se encontram há mais de 60 dias. 2 - Quanto ao item 2 das recomendações, informo que foi encaminhado ofício ao setor de Estatística do TRF3 a fim de que sejam adotadas providências para retificação dos dados estatísticos. 3 - Quanto ao item 3 - tal providência já foi tomada pelo gestor do PJe, pois foi eliminada a prática de contabilizar na estatística do TRF3 processos já baixados.

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes, todas foram cumpridas integralmente.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

No que tange à metodologia de trabalho e às boas práticas da unidade, resalto que com a virtualização do acervo de autos físicos em tramitação no TRF3 e sua inserção no Sistema Processual Eletrônico - PJe, resultou na implementação de mudanças na distribuição dos trabalhos no âmbito da subsecretaria, sempre levando em consideração as três divisões (coordenação e julgamento, processamento e procedimentos diversos). No tocante à Divisão de Coordenação e julgamento, as publicações dos acórdãos ficaram mais dinâmicas, pois, assim que os processos com acórdãos são disponibilizados para a secretaria, são publicados imediatamente. Com relação ao trânsito em julgado e conseqüente baixa definitiva, agora é realizada exclusivamente pela Divisão de Procedimento Diversos. À Divisão de Processamento coube a expedição dos ofícios ao INSS, bem como o processamento dos despachos e controle dos processos com baixa em diligência.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

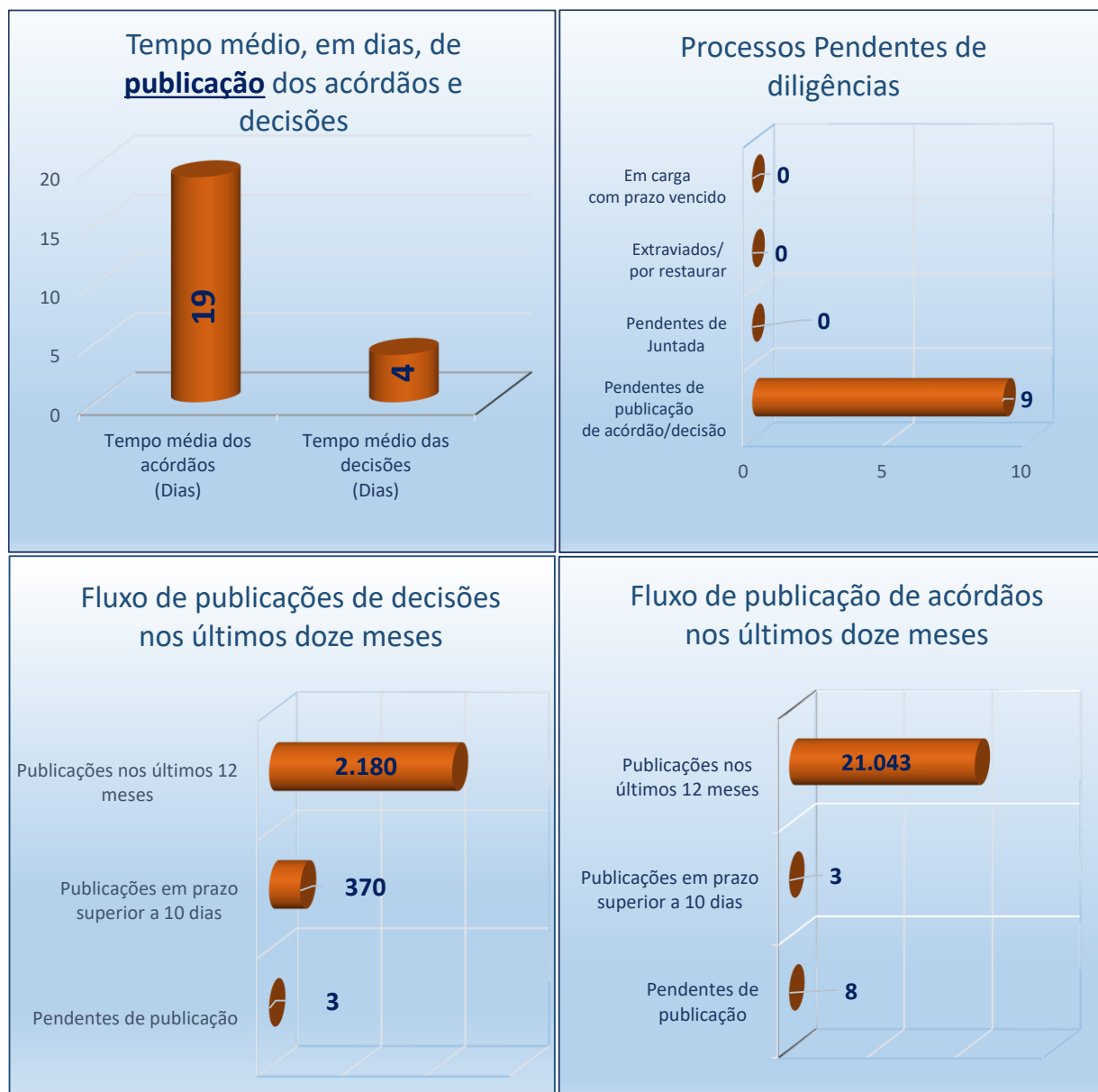
Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
00004305420154036127	22/8/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo foi encaminhado à Vice-Presidência em 20/10/2019. Em 17/4/2020, foi proferida decisão negando provimento ao recurso extraordinário.		

00016476620124036183	15/8/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo encaminhado em 14/4/2020 à Vice-Presidência para processamento de recursos.		
00014997820114036122	29/5/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo encaminhado em 3/4/2020 à Vice-Presidência para processamento de recursos.		
50278834520194030000	25/10/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O prazo do INSS vai até 20/5/2020, para manifestação sobre a decisão que determinou o arquivamento dos autos.		
50275838320194030000	23/10/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Publicado o acórdão no dia 7/5/2020.		
00038279520134036126	18/6/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 10/8/2018, foi proferida decisão determinando o sobrestamento por determinação dos tribunais superiores.		
50003149120184036115	29/3/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 28/2/2020, foi proferida decisão para que a parte apresentasse o PPP. Após a apresentação dos documentos, foi dada vista ao INSS, cujo prazo vai até o dia 25/5/2020.		
50205893920194030000	13/8/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em 11/2/2020, foi proferida decisão dando provimento ao agravo interno, para atribuir efeito suspensivo ao agravo de instrumento. Intimado, o INSS tem o prazo até o dia 20/5/2020 para se manifestar.		
00038046320194039999	12/6/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 12/5/2020 decorreu o prazo para as partes se manifestarem sobre a digitalização dos autos.		
50160252920184036183	3/9/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 12/3/2020, foi proferida decisão determinando sobrestamento do feito por um ano. Foi dada vista ao INSS, cujo prazo para o INSS vai até o dia 15/5/2020.		
58969088820194039999	23/7/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Conclusão dos autos, para julgamento, em 11/5/2020.		
50093980920184036183	4/9/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 16/3/2020, foi proferida decisão determinando o sobrestamento do feito, por um ano. Foi dado vista ao INSS, cujo prazo vai até o dia 1º/6/2020.		
0000042-92.2016.4.03.6006	22/9/2017	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Processo foi digitalizado e o Ministério Público do Trabalho não constava no rol de partes para serem cadastradas no PJe. Após a habilitação do MPT, foi realizada a sua intimação cujo prazo vai até o dia 17/6/2020.		
0002472-29.2016.4.03.6002	22/9/2017	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: O acórdão foi publicado no dia 13/3/2020.		
00058723020024036103	12/6/2012	198 - Apelação Cível

Observação/Providência: O processo encontra-se no Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores.		
00031995920154039999	11/2/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 12/5/2020 - baixa definitiva a comarca de origem.		
00301011020144030000	3/12/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo encontra-se no Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores desde 14/5/2015.		
00331772320114039999	18/8/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 1º/9/2015, baixa em diligência ao juízo de Direito da 1ª Vara de Serrana. Em consulta ao e-SAJ do Tribunal de Justiça de São Paulo, os autos foram recebidos da Procuradoria do INSS em 4/3/2020.		
00011821520134036121	23/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Baixa definitiva a vara de origem em 12/5/2020.		
00061225820154039999	18/3/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 12.5.2020 - Baixa definitiva à comarca de origem.		
00400128520154039999	22/10/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo encontra-se no Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores desde 10/8/2016.		
00379077720114039999	20/9/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo encontra-se no Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores desde 29/1/2017.		
00081148820144039999	25/3/2014	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Em 12.5.2020 - Baixa definitiva à comarca de origem.		
00035057420084036183	2/1/2015	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O processo encontra-se no setor Núcleo de Remessa aos Tribunais Superiores desde 29/1/2017.		
50003488520184036141	17/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 25/11/2019, suspensão do processo por determinação dos tribunais superiores.		
00130727820184039999	16/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 27/4/2020 - Processo concluso para julgamento.		
50000806720184036129	30/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Em 8/5/2020 - decorreu prazo para manifestação do espólio em resposta ao edital. Em 14/5/2020 - conclusão para decisão.		
50058597820184036104	3/9/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Foi proferida decisão em 14/4/2020, para habilitação dos herdeiros. Em 13/5/2020, foi juntada petição em cumprimento ao despacho e em 14/5/2020, os autos foram conclusos para julgamento.		
00035028620134036105	18/2/2016	1728 - Apelação/Remessa Necessária

Observação/Providência: Em 4/12/2019, foi certificado o levantamento de sobrestamento. Em 18/3/2020, foi dada vista ao INSS, cujo prazo vai até o dia 15/5/2020.		
50023893020174036183	4/4/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Houve pedido de suspensão do processo por 90 dias, que foi deferido, cujo prazo expira em 22/6/2020.		

8. ESTATÍSTICAS GERAIS DA UNIDADE PROCESSANTE



9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 30 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 12 eram físicos e 18, eletrônicos.

Não há recomendações para a unidade inspecionada.

A subsecretaria administra a realização de três sessões ordinárias por mês, tendo havido, entre maio/2019 e abril/2020, 28 ordinárias e nenhuma extraordinária. Não houve cancelamento no período.

Considerado o volume de processos em tramitação na subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente.

Pela amostra processual examinada, 30 processos, pode-se dizer que não há pendências, visto que nenhum se encontrava com atraso na tramitação.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida, por videoconferência, pelo Diretor José Soares, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas.

No que tange à organização, são 13 servidores, incluído o diretor. O quadro de pessoal não está completo porque há falta de dois servidores para a lotação ideal, mas a subsecretaria vem se adaptando.

A unidade conta com três seções sob a supervisão direta dos diretores de Divisão:

- Coordenação e Julgamento com quatro servidores;
- Processamento com três servidores; e
- Procedimentos Diversos, que conta com cinco servidores.

A triagem inicial dos processos é feita de acordo com as Divisões. No painel do usuário do PJe existem caixas, as quais são nominadas, de acordo com a responsável pelo feito. Por exemplo, a Divisão de Processamento tem como caixas: avaliar determinações; baixados em diligências, cumprir determinações etc. A Divisão de procedimentos diversos - caixas: analisar resultado de diligência ou recurso; fazer cls: preparar certidão de trânsito em julgado etc. A Divisão de Coordenação e Julgamento - caixas: preparar intimação de acórdãos; no painel do secretário são providenciadas abertura das sessões de julgamento, intimação da pauta, preparação e acompanhamento dos processos na sessão de julgamentos.

Não existem processos físicos na unidade, conforme informado. Todo acervo foi digitalizado até dezembro de 2019 e está na plataforma do PJe.

Há organização e o controle de movimentação no PJe, por meio de etiquetas colocadas em cada processo e fora dele, por meio de planilhas Excel, no caso das baixas em diligência, e também por meio de fichas criadas manualmente para os casos de carta de ordem, carta precatória, ofícios, distribuição de conflito de competência.

Há controle periódico de processos sem movimentação e ocorre nas situações em que o expediente no PJe não se encerra por algum motivo. Por meio do controle, o processo é devolvido ao andamento normal.

O diretor desenvolveu método de trabalho que dispensou o estabelecimento de metas individuais. Há, no entanto, exigência para cumprimento do processamento diário dos feitos recebidos. Cada diretor de Divisão distribui os processos aos seus servidores, cobrando diariamente o efetivo cumprimento.

A subsecretaria não adotou o regime de teletrabalho para execução das atividades pelos seus servidores. Todavia, durante a pandemia, não houve alternativa se não aderir ao trabalho a distância, excluídas, apenas, as atividades não passíveis de realização por esse método, quais sejam:

- Juntada das mídias, mas, por um acordo com alguns gabinetes, em caso de urgência, é realizado contato com as comarcas solicitando o envio dos depoimentos por e-mail para a devida juntada desses áudios/vídeos no processo. Em vários casos, com êxito;

- expedição de ofícios, via Correios; contudo, foi encontrada como alternativa entrar em contato, por telefone com as empresas, a obtenção dos respectivos e-mails para a expedição de documentos e comunicações.

Durante o período da pandemia, a unidade executa a conferência de alguns processos digitalizados, a partir de fotos das capas, sequência lógica das páginas, folha a folha, nomes das partes, bem como dos apensos no PJe.

Por se tratar de Turma especializada em Direito Previdenciário, há grande número de processos prioritários, razão pela qual procura dar celeridade em todos os atos processuais, com maior zelo àqueles com prioridade legal ou relacionados à meta do CNJ.

O atendimento às partes e aos advogados é feito conforme escala e rodízio de servidores, auxiliados pelos estagiários. No período da pandemia, essa atividade ficou restrita aos e-mails.

O controle de remessas ao Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União é feito pelo próprio PJe, pois quando o prazo se expira, o processo retorna automaticamente, sem a necessidade de se cobrar a devolução.

O controle de petições juntadas no PJe é feito diariamente. Existe uma tarefa denominada “agrupadores”, na qual todos as petições juntadas e não lidas são verificadas, havendo em seguida o andamento pertinente. No caso dos processos que se encontram nos gabinetes dos desembargadores, são enviados e-mails informando-os da existência de petições aptas a serem juntadas.

Os processos pendentes de declaração de voto e com pedido de vista nos gabinetes são controlados pelos próprios gabinetes. Aqueles com pedidos de vista, normalmente são levados a julgamento na sessão seguinte, a fim de que não haja necessidade de nova inclusão dos processos em pauta.

Existe delegação para práticas de atos ordinatórios (ordens de serviços do Presidente da Turma n. 01/2012 e 01/2016).

Quando o julgamento inicial não é unânime, no caso das sessões de colegiado ampliado (art. 942 do CPC), o Presidente da Turma colhe o voto do quarto integrante do Colegiado, a cada dois meses. Durante a pandemia, esse tipo de julgamento foi suspenso.

Não foram mencionadas dificuldades enfrentadas durante a pandemia ou nem em período normal, apenas deficiência no PJe que vem gerando atraso no andamento dos processos e agregando mais rotinas de trabalho para a subsecretaria. Segundo informado, desde maio deste ano, o PJe não permite a baixa de processos que estão com a tarefa REMETIDOS AO INSS PARA CUMPRIMENTO DE DECISÃO. Os processos que o INSS ainda não cumpriu as tutelas vão para uma outra tarefa chamada: AVISO DE PENDÊNCIAS: BAIXA OU ARQUIVAMENTO.

11. RECOMENDAÇÕES

- Sem recomendações específicas.

SUBSECRETARIA DA 11ª TURMA

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Subsecretaria da 11ª Turma (UT11)

2.2 Competência

Criminal (Resolução n. 493, de 25 de junho de 2014).

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Nino Toldo.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Nenhum.

3.3 Servidor responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção):

Luiz Fernando Pacheco (Diretor de Subsecretaria).

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)	
Servidores efetivos	12
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	7
Outros	0

4. DADOS ESTATÍSTICOS

4.1 Pendentes de diligências	
Publicação de acórdão/decisão	71 (em 30/4/2020) - dados fornecidos pelo Setor de Estatística do TRF3.
Em carga com prazo vencido	20 processos (3 com advogado e 17 com entidade) - entretanto os prazos dos feitos físicos estão suspensos desde 17/3/2020 (até 31/5/2020, a princípio).
Juntada	44 petições físicas - entretanto os prazos dos feitos físicos, bem como o protocolo, estão suspensos desde 17/3/2020 (até 31/5/2020, a princípio).
Conclusão	5 - em razão da pandemia e da suspensão do expediente e prazos, temos feito as conclusões dos processos físicos apenas uma vez por semana.
Extraviados/por restaurar	3 - agravos de instrumento recebidos, da Vice-Presidência, para restauração de autos.
Expedição de carta/mandado/edital/ofício	15 - todos processos criminais físicos - mas em razão da suspensão dos prazos e do atendimento externo, temos feito as expedições paulatinamente, tendo em vista a necessidade de deslocamento presencial até o TRF3.
Análise/triagem	15 - todos processos criminais físicos - mas em razão da suspensão dos prazos e do atendimento externo, temos feito as expedições paulatinamente, tendo em vista a necessidade de deslocamento presencial até o TRF3.

4.2 Processos sobrestados ou suspensos na unidade	
Total	16 (Dados fornecidos pelo Setor de Estatística do TRF-3).
Aguardando decisão do STF/STJ em RE/REsp repetitivo, IRDR ou IAC	16 (Dados fornecidos pelo Setor de Estatística do TRF-3).
Aguardando decisão de tribunal de segunda instância em IRDR/IAC	0

4.3 Processos inspecionados ou autoinspecionados anteriormente	
Total de feitos verificados na autoinspeção	82
Total de feitos não regularizados	0
Total de feitos verificados na inspeção anterior	15
Total de feitos não regularizados	0

4.4 Fluxo de publicação de acórdãos	
Total de publicações nos últimos 12 meses	3.287 (Dados fornecidos pelo Setor de Estatística do TRF3).
Média de dias do julgamento à publicação	5 dias (Dados fornecidos pelo Setor de Estatística do TRF3).
Número de publicações em prazo superior a 10 dias	140 (Dados fornecidos pelo Setor de Estatística do TRF3).
Pendentes de publicação	60 (Dados fornecidos pelo Setor de Estatística do TRF3).
Mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0006563-73.2014.4.03.6119 - desde 12/3/2020. (Dados fornecidos pelo Setor de Estatística do TRF3).

4.5 Fluxo de publicação de decisões	
Total de publicações	911 (Dados fornecidos pelo Setor de Estatística do TRF3).
Tempo médio	10 dias (Dados fornecidos pelo Setor de Estatística do TRF3).
Publicações em prazo superior a 10 dias	36 (Dados fornecidos pelo Setor de Estatística do TRF3).
Pendentes de publicação	11 (Dados fornecidos pelo Setor de Estatística do TRF3).
O mais antigo pendente de publicação em (indicar número e desde quando)	0001365-79.2019.4.03.6119 (desde 13/4/2020). (Dados fornecidos pelo Setor de Estatística do TRF3).

4.6 Processos em tramitação, não suspensos ou sobrestados, sem movimentação:	
Há mais de 30 dias	409. (Dados fornecidos pelo Setor de Estatística do TRF3). Os prazos dos feitos físicos estão suspensos desde 17/3/2020 (até 31/5/2020, a princípio).

Há mais de 60 dias	127. (Dados fornecidos pelo Setor de Estatística do TRF3). Os prazos dos feitos físicos estão suspensos desde 17/3/2020 (até 31/5/2020, a princípio).
Há mais de 90 dias	17. (Dados fornecidos pelo Setor de Estatística do TRF3). Os prazos dos feitos físicos estão suspensos desde 17/3/2020 (até 31/5/2020, a princípio).
Há mais de 120 dias (indicar o total, o n. dos 10 mais antigos e desde quando)	8. (Dados fornecidos pelo Setor de Estatística do TRF3). 0015411-47.2007.4.03.6102 (desde 13/12/2019-aguardando devolução de C.O); 0001801-68.2001.4.03.9999 (desde 26/11/2019 - processo da UVIP); 0201038-17.1990.4.03.6104 (feito arquivado na origem, regularizada a fase no sistema); 0301938-14.1990.4.03.6102 (feito arquivado na origem, regularizada a fase no sistema); 0305643-20.1990.4.03.6102 (feito arquivado na origem, regularizada a fase no sistema).

4.7 Ausências de membros do Colegiado em sessões de julgamento, nos últimos 12 meses (especificar).

Sessão de 8/8/2019 - Ausência do Desembargador Federal José Lunardelli (reunião do Conselho Superior da Enfam); Sessão de 22/8/2019 - Ausência do Desembargador Federal Nino Toldo (Presidente da Comissão na prova oral do XIX Concurso do TRF-3); Sessão de 26/9/2019 - Ausência do Desembargador Federal José Lunardelli (9ª Conferência Internacional de Treinamento do Judiciário, na Cidade do Cabo - África do Sul); Sessão de 24/10/2019 - Ausência do Desembargador Federal José Lunardelli (participação na inspeção realizada no TRF5); Sessão de 7/11/2019 - Ausência do Desembargador Federal Fausto De Sanctis (fruição de férias); Sessão de 28/11/2019 - Ausências do Desembargador Federal Fausto De Sanctis e Desembargador Federal Nino Toldo (fruição de férias); Sessão de 12/12/2019 - Ausência do Desembargador Federal Nino Toldo (fruição de férias); Sessão de 12/3/2020 - Ausência do Desembargador Federal Fausto De Sanctis (fruição de férias).

4.8 Número de sessões de julgamento realizadas nos últimos 12 meses

20.

5. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

5.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

Sim, conforme informado no relatório de nossa última autoinspeção, segundo segue:
a) Diligenciar o prazo de carga dos Processos 00047787120174036119 e 00095326420174036181, encaminhados ao MPF há mais de 60 dias; e b) diligenciar, constantemente, acerca da existência de petições pendentes de juntada, ainda que os processos estejam nos gabinetes, dando-se baixa no sistema processual, a exemplo dos Processos 00050326720084036181, 00004277020084036119 e 00044334920154036128.

5.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

1. Quanto ao item "a", houve a requisição da devolução dos autos da ACR 0004778-71.2017.4.03.6119 pelo MPF em 30/7/2018, sendo que os autos retornaram à subsecretaria em 20/8/2018 e foram encaminhados à conclusão ao gabinete do desembargador federal relator em 22/8/2018; quanto aos autos da ACR 0009532-64.2017.4.03.6181, foram devolvidos em 20/7/2018 e analisados pela equipe da Corregedoria-Geral da Justiça Federal em 16/8/2018. 2. Quanto ao item "b", houve a juntada das respectivas petições nos processos relacionados, conforme segue: ACR 0005032-67.2008.4.03.6181 (petição foi juntada em 25/4/2018, sendo que o processo foi examinado pela equipe da Corregedoria-Geral em 16/8/2018); ACR 0000427-70.2008.4.03.6119 (feito foi julgado em 24/7/2018 e analisado pela equipe da Corregedoria-Geral em 16/8/2018) e ACR 0004433-49.2015.4.03.6128 (petição foi juntada em 1º/8/2018, sendo que o processo foi examinado pela equipe da Corregedoria-Geral em 16/8/2018).

5.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Todas as recomendações da Inspeção passada foram atendidas.

6. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

6.1 Tópico aberto para descrição do processo de trabalho, narrativa de boas práticas, de dificuldades ou sugestões.

Sentimos recentemente a perda de três FC-4, além de uma vaga de técnico judiciário, sendo que a falta de concurso público para nomeação de novos servidores tem acarretado esvaziamento das Turmas e falta de estímulo e reconhecimento para os servidores que permanecem; ademais, estamos com três vagas de técnico judiciário em aberto, sem preenchimento há meses (inclusive com FC-2 e FC-3 disponíveis), gerando atrasos, stress e sobrecarga de serviço aos servidores atuais da Turma; em que pese o PJe (que funciona com muita instabilidade, o que acarreta muita dificuldade

e insegurança no seu manuseio, além de várias falhas procedimentais no fluxo correto dos processos criminais), as Turmas criminais continuam com excessivo volume de processos físicos, o que por vezes demanda alto esforço humano e desgaste na sua tramitação.

7. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data Distribuição	Classe do Processo
00055828420174036104	22/3/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Apelação Criminal na qual houve decisão interlocutória proferida em 19/2/2020. Autos remetidos à DPU em 6/3/2020. Prazos suspensos desde 17/3/2020 em razão da Covid-19. Aguardando retorno dos prazos e devolução dos autos para prosseguimento.		
00026137420104036126	16/5/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito atualmente no acervo e responsabilidade da Subsecretaria da Vice-Presidência (UVIP). Sobrestado em 8/5/2018.		
00334501619984036100	7/8/2006	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: Feito atualmente no acervo e responsabilidade da Subsecretaria da Vice-Presidência (UVIP). Sobrestado em 23/11/2017.		
00154941120034036100	9/3/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Apelação Cível com despacho disponibilizado em 3/3/2020 para as partes se manifestarem quanto ao agravo regimental interposto pela Caixa. Aguarda o retorno do prazo processual dos processos físicos (Covid-19) para prosseguimento do feito.		
00010038220114030000	21/1/2011	231 - Impugnação ao Valor da Causa
Observação/Providência: Feito do acervo da 1ª Turma. Processo transitado e remetido ao arquivo em 28/3/2011.		
50005049520204030000	14/1/2020	307 - Habeas Corpus Criminal
Observação/Providência: HC aguardava devolução de carta de ordem para intimação de advogada dativa. Regularizado o andamento do feito com a juntada da carta de ordem cumprida, contagem de prazo e conclusão ao gabinete do desembargador federal relator em 15/5/2020.		
00119292020004036108	1º/1/1900	426 - Recurso em Sentido Estrito
Observação/Providência: Feito antigo do acervo/tramitação da 2ª Turma - feito com trânsito e baixado definitivamente à origem em 12/9/2006 - Baixa definitiva na 2ª Vara Federal de Bauru/SP em 11/9/2019 - Provável inconsistência do sistema/estatística.		
00044539020064036181	9/10/2013	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Apelação Criminal do acervo da 1ª Turma. Feito baixado em diligência à vara de origem por aquela Turma em 3/12/2013. Feito arquivado definitivamente na origem em 15/10/2019.		
00021982220174036005	12/3/2019	417 - Apelação Criminal

Observação/Providência: Apelação Criminal baixada em diligência à 2ª Vara Federal de Ponta Porã/MS em 4/6/2019. Feito convertido/digitalizado ao PJe pela vara de origem. Aguardando o retorno do feito para processamento.		
00011970820174036003	8/5/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: ACR remetida com baixa em diligência à 1ª Vara Federal de Três Lagoas/MS em 5/8/2019. Aguardamos seu retorno físico (ou via PJe).		
00056854320174036120	16/7/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: ACR remetida com baixa em diligência à 1ª Vara Federal de Araraquara/SP em 4/9/2019. Aguardamos seu retorno físico para darmos processamento do feito.		
00016942820184036119	2/9/2019	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Apelação Criminal - incluída na pauta de julgamentos do dia 28/5/2020.		
00224653819924039999	30/4/1992	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito antigo do acervo/tramitação da 1ª Turma - feito com baixa em diligência em 7/7/1992 à Justiça Estadual - Impossível sua localização no site do TJ/SP - Provável inconsistência do sistema/estatística - Enviado e-mail à vara de origem solicitando informações para regularização no Siapro.		
00258728119944039999	15/4/1994	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito antigo do acervo/tramitação da 1ª Turma - feito com baixa em diligência em 28/11/1994 à Justiça Estadual - Impossível sua localização no site do TJ/SP - Provável inconsistência do sistema/estatística - Enviado e-mail à vara de origem solicitando informações para regularização no Siapro.		
00081076319954039999	27/1/1995	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito antigo do acervo/tramitação da 1ª Turma - feito com baixa em diligência em 27/3/1995 à Justiça Estadual - Impossível sua localização no site do TJ/SP - Provável inconsistência do sistema/estatística - Enviado e-mail à vara de origem solicitando informações para regularização no Siapro.		
00081154019954039999	27/1/1995	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito antigo do acervo/tramitação da 1ª Turma - feito com baixa em diligência em 27/3/1995 à Justiça Estadual - Impossível sua localização no site do TJ/SP - Provável inconsistência do sistema/estatística - Enviado e-mail à vara de origem solicitando informações para regularização no Siapro.		
00081379819954039999	27/1/1995	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito antigo do acervo/tramitação da 1ª Turma - feito com baixa em diligência em 27/3/1995 à Justiça Estadual - Impossível sua localização no site do TJ/SP - Provável inconsistência do sistema/estatística - Enviado e-mail à vara de origem solicitando informações para regularização no Siapro.		
00081197719954039999	27/1/1995	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito antigo do acervo/tramitação da 1ª Turma - feito com baixa em diligência em 27/3/1995 à Justiça Estadual - Impossível sua localização no site do TJ/SP - Provável inconsistência do sistema/estatística - Enviado e-mail à vara de origem solicitando informações para regularização no Siapro.		

00081327619954039999	27/1/1995	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Feito antigo do acervo/tramitação da 1ª Turma - feito com baixa em diligência em 27/3/1995 à Justiça Estadual - Impossível sua localização no site do TJ/SP - Provável inconsistência do sistema/estatística - Enviado e-mail à vara de origem solicitando informações para regularização no Siapro.		
01027216419934036108	1º/1/1900	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Feito antigo do acervo/tramitação da 2ª Turma - feito com trânsito e baixado definitivamente à origem em 6/9/2006 - Arquivado na 2ª Vara Federal de Bauru/SP em 12/9/2019 - Provável inconsistência do sistema/estatística.		
00297509120014030000	2/7/2014	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Agravo de instrumento apensado à Apelação Cível 0011461-65.2000.4.03.6105, ambos do acervo/tramitação da 1ª Turma. Feito baixado em 24/1/2012 e arquivado definitivamente na origem em 23/3/2012. Procedida à inativação no Siapro.		
00019873620104036100	11/9/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Feito atualmente no acervo e responsabilidade de Subsecretaria da Vice-Presidência. Sobrestado em 31/8/2017.		
00052994420074036126	15/8/2013	417 - Apelação Criminal
Observação/Providência: Apelação Criminal com EDE. Houve renúncia de defensor e intimação do réu para constituir novo advogado. Teve suspensão por repercussão geral determinada em função da decisão proferida no RE n. 1.055.941/SP. Aguarda o retorno do prazo processual dos processos físicos (Covid-19) para prosseguimento.		
00135153320024036105	6/3/2008	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Apelação Cível com despacho disponibilizado em 9/3/2020, para contrarrazões de EDE pela parte contrária. Aguarda o retorno do prazo processual dos processos físicos (Covid-19) para prosseguimento do feito.		
00129168720084036104	26/8/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Apelação Cível remetida à AGU em 9/3/2020 para contrarrazões de EDE da outra parte. Aguarda o retorno do prazo processual dos processos físicos (Covid-19) e a devolução dos autos para prosseguimento do feito.		

8. ESTATÍSTICAS GERAIS DA UNIDADE PROCESSANTE



9. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 25 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 24 físicos e um eletrônico.

Foram identificados sete processos de tramitação originária da 1ª Turma, atualmente pertencentes ao acervo da 11ª Turma, com baixa, em meados da década de 1990, à Justiça Estadual, porém sem a devida baixa no sistema do Tribunal. Recomenda-se a imediata regularização:

00224653819924039999	00258728119944039999	00081076319954039999
00081154019954039999	00081379819954039999	00081197719954039999

00081327619954039999		
----------------------	--	--

A subsecretaria administra a realização de duas sessões por mês, tendo havido, entre maio/2019 a abril/2020, 18, sendo 16 ordinárias e duas extraordinárias. Houve cancelamento de quatro sessões, em 7/5/2019, 12/9/2019 e 23/1/2020, em razão de ausência de quorum regimental (ausência de membro da Turma) e da sessão de 2/4/2019, em razão da pandemia do Covid-19.

Considerado o volume de processos em tramitação na subsecretaria e nos órgãos que integram a Turma e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é suficiente, merecendo atenção, apenas, com relação ao controle dos lançamentos no sistema de modo a se evitarem inconsistências como as registradas acima (processos baixados à Justiça Comum Estadual, mas ainda constante dos registros no Tribunal). As pendências são baixas, pois, dos 25 processos inspecionados, sete se encontram com inconsistências de informações no sistema e de importância diminuta para a avaliação geral da unidade.

10. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi atendida, por videoconferência, pelo Diretor Luiz Fernando Pacheco, que discorreu acerca das atividades desenvolvidas.

No que tange à organização, existem 12 servidores, já computado o diretor. O quadro de pessoal não está completo, havendo três vagas.

São três seções sob a supervisão direta dos diretores de Divisão:

- Coordenação e Julgamento, com três servidores;
- Processamento, com dois servidores;
- Procedimentos Diversos, com dois servidores.

A equipe trabalha por volume dos processos, por fase e classe processual. A distribuição dos feitos ocorre dentro de cada divisão específica, conforme as determinações dos magistrados, isto é, decisões, despachos ou acórdãos. A separação dos criminais e cíveis, com relação ao residual existente, é feita visando melhor controle dos prazos e do atendimento externo.

A triagem inicial dos processos é feita de acordo com a determinação exarada pelo magistrado, ou seja, com base nos despachos, nas decisões e nos acórdãos, encaminhando-os para a devida tramitação por cada Divisão responsável. Nos físicos, o recebimento dos gabinetes é realizado de forma manual, sendo, em seguida, distribuídos entre os servidores dentro de cada divisão e de acordo com a fase processual. Nos eletrônicos, há tratamento assemelhado, porém a divisão é feita conforme o dígito final do processo, ficando cada servidor responsável por um dígito fixo.

Tem competência criminal e residual cível, a maioria dos processos criminais é física e a partir da distribuição são confiados aos servidores para imediato cumprimento. Na fase de publicação de decisões, acórdãos, pauta, são separados e organizados em armários, identificados por data e tipo de publicação, momento também em que se realiza a contagem final do prazo, em ordem numérica dos processos para facilitar a localização e atendimento às partes e advogados.

Quando não estão em armários, os processos recebem localização no Siapro, sistema de acompanhamento processual. Há a separação dos feitos criminais e dos feitos cíveis (acervo residual), cujo objetivo é de facilitar a localização e controle dos prazos diferenciados.

Atualmente, tramitam na unidade 1.337 processos físicos (com prazos suspensos, a princípio, até 26/7/2020).

A organização interna da unidade é baseada na fase e classe processual, sendo ainda separados e refinada a identificação dos feitos, conforme as prioridades dentro de cada grupo, quais sejam: réus presos, prioridades legais etc.

Há controle mensal de prazos, remessas, cargas/devoluções, publicações, petições pendentes e movimentações usando as ferramentas estatísticas do Siapro, PJe e GEDPRO, a despeito das limitações impostas pelos sistemas processuais. Além disso, há também o controle de forma visual, identificando os processos por etiquetas de publicações e prazos.

Há controle periódico (mensal) de processos sem movimentação, observando-se prazos, remessas, cargas/devoluções, publicações, petições pendentes e movimentações. Identificada demora injustificada ou prazos já decorridos, é feita a cobrança aos órgãos externos, sendo os servidores orientados a regularizarem as situações processuais da forma mais célere e eficaz.

Excluindo-se a atuação no período da pandemia (onde todos estão afastados do serviço presencial), normalmente não há servidores em teletrabalho, tendo em vista que a maioria de processos são físicos, além de haver a necessidade de atendimento presencial de partes e advogados no balcão da subsecretaria. Como existem processos físicos e criminais, inclusive relacionados a réus presos, durante a pandemia, apenas os diretores têm comparecido ao TRF3, de forma revezada e apenas um por dia, evitando contato social e risco de contágio, para dar andamento nos feitos que não são possíveis pelo teletrabalho. De forma combinada e agendada, os processos podem ser recebidos dos três gabinetes para as devidas conclusões. Nas quintas-feiras, são recebidos os processos físicos do MPF e da DPU, seguindo sempre os protocolos sanitários. O atendimento aos advogados, foi mantido apenas de forma excepcional e urgente com determinação/autorização superior para vista/carga de feito físico, mediante prévia solicitação formal diretamente ao gabinete e com agendamento por correio eletrônico.

Não há fixação de metas individuais ou coletivas. Trabalha-se de acordo com a fase processual e o volume de serviço. Os diretores realizam, com frequência, reuniões para estabelecerem planos, definirem prioridades, dirimirem problemas e dificuldades enfrentadas pelas Divisões e a Turma de um modo geral. Ao final, são repassadas as orientações e determinações aos servidores. Nessas reuniões também são estimuladas as trocas de experiências, o feedback dos servidores, ouvindo-se sugestões e dificuldades do cotidiano da equipe. Não há política de recompensas, tendo em vista que o trabalho é coletivo e unitário, sempre com a união das Divisões para o melhor encadeamento das fases e processamento dos feitos.

Existe tratamento específico para os processos com prioridade legal ou relativos à meta do CNJ. Conforme separação por classe e matéria, os feitos são divididos, levando em conta volume, fase e classe processual. Para tanto, são usadas etiquetas nos processos físicos e, nos virtuais, separação por escaninhos, lembretes e etiquetas no PJe e Siapro.

Em situação normal, o atendimento a advogados é feito no balcão da subsecretaria, das 9h às 19h, conforme escala de atendimento diário, de forma que todos os servidores atuam, mas em horários reduzidos e determinados. O atendimento inicial é efetuado pelos estagiários, dentro de cada escala e divisão, e posteriormente, o servidor realiza o atendimento final, efetuando a carga, tirando dúvidas etc. e sempre com auxílio e supervisão dos Diretores de Divisão e da Turma.

Para o controle de remessas ao Ministério Público, Fazenda Pública, Advocacia-Geral da União, são utilizados escaninhos/armários, devidamente identificados, de acordo com o órgão externo, além de ter dias convencionados de remessa semanal: às segundas-feiras, remessa para Fazenda Nacional, União e Procuradoria Regional Federal e, diariamente, remessas para o MPF e DPU, especialmente nos criminais e com réus presos, além das remessas para outros gabinetes e órgãos internos do Tribunal. Mensalmente é realizado controle das remessas (e eventuais vencimentos de prazos) com o auxílio das tarefas estatísticas dos sistemas processuais, sendo cobrada a devolução dos feitos, via correio eletrônico aos órgãos externos e advogados.

O controle de juntada das petições nos feitos eletrônicos é feito diretamente no PJe na tarefa “Agrupadores”, dentro de “Documentos não lidos”. Já nos feitos físicos, são recebidas diariamente e ficam acondicionadas em caixas, de acordo com a data do protocolo. Os processos conclusos nos gabinetes são solicitados para juntada e naqueles que estão em secretaria ocorre imediatamente, com movimentação em seguida de acordo com os prazos e publicações, conclusão, remessa a outro órgão etc.

O controle de cobrança das cartas de ordem expedidas é feito em armários/prateleiras separados, com etiquetas na capa dos processos informando a data de expedição e a subseção judiciária deprecada. Mensalmente, há o controle desses feitos com o auxílio das tarefas estatísticas dos sistemas processuais, sendo cobrada a

devolução daquelas que estiverem há mais de 60 dias pendentes de devolução, via correio eletrônico às subseções judiciárias.

Em relação aos feitos pendentes de declaração de voto, essa atribuição foi deslocada diretamente para cada gabinete. Quanto aos pedidos de vista, é feita listagem, sendo a informação encaminhada a cada 15 dias para todos os gabinetes, que atuam nesse controle.

Atualmente, não há feitos em tarefas de digitalização, porque não entrou no escopo de digitalização realizado em 2019 pelo TRF3. A Resolução PRES N. 362, de 29 de junho de 2020, disciplina a virtualização de feitos criminais com previsão para o ano em curso.

Possui poderes para a prática de atos meramente ordinatórios (art. 203, § 4º, do CPC), como ordens de serviço que autorizam a realização de diversos atos de ofício, gerando rapidez na prestação dos serviços às partes e advogados.

Como o volume de processos cíveis é muito reduzido, há poucos casos a serem julgados pela sistemática do art. 942 do CPC; foram apenas três casos nos últimos dois anos. O Presidente da Turma solicita a participação de dois componentes da 5ª Turma, para finalização do julgamento, em sessão previamente agendada.

No aspecto de boas práticas a destacar, foram apontadas as seguintes, com foco na presteza, eficiência e efetividade pretendidas:

- Há sete ordens de serviço editadas para auxiliar a subsecretaria, diminuindo etapas e otimizando o tempo gasto na realização de diversas tarefas meramente ordinatórias, como anotação de advogados, expedição de certidões, envio de ofícios e correios eletrônicos, reiteração de informações ou solicitação de cumprimento;

- Controle dos processos nas diversas fases processuais;

- Ambiente amistoso e cooperativo que por vezes compensa a falta de servidores, o excedido número de feitos em tramitação na unidade e as cobranças diversas;

- A triagem inicial de processos, classificação e separação física regularmente realizadas;

- A especialização de servidores.

A principal dificuldade, segundo apontado, é a falta aguda e crescente de servidores para as subsecretarias. A sobrecarga de tarefas e responsabilidades, geradores de sentimento de desprestígio do serviço público que, a despeito, é realizado de forma célere e eficaz possível. Atualmente, a unidade carece de três técnicos judiciários, inclusive com FC-3 e FC-2 disponíveis, sem a necessária composição.

Foi relatada a necessidade de maior espaço físico, falta de armários para acondicionar os feitos físicos com publicações realizadas, ainda que com o prazo suspenso (decisões, despachos e acórdãos), deficiências verificadas mesmo durante o

regime de teletrabalho durante a pandemia, tendo em vista que as pautas e sessões continuaram normalmente, inclusive, em maior volume. Contando com mais de 1.337 processos físicos, vem utilizando praticamente todos os armários, além das mesas dos servidores que estão em teletrabalho e até mesmo o chão para organizar o acervo.

No tópico aberto, foi informada a existência de três vagas de técnico judiciário, inclusive com FC-2 e FC-3 disponíveis, sem reposição, bem como lamentada a perda há alguns anos de três FC- 4, e de uma vaga de técnico judiciário. Há na equipe manifesto desalento diante da falta de nomeação de novos servidores e o conseqüente esvaziamento das Turmas, gerando atrasos, estresse e sobrecarga de serviço aos servidores atuais. Outro ponto de preocupação revela-se no PJe, que, segundo informado, funciona com muita instabilidade, gerando dificuldade e insegurança e graves falhas procedimentais no fluxo correto dos processos criminais. Por fim, foi apontado o excessivo volume de processos físicos nas Turmas Criminais, o que por vezes demanda alto esforço humano e desgaste na sua tramitação, resumiu.

11. RECOMENDAÇÕES

- Cumprir as recomendações do item 9.

F. UNIDADES ESPECIAIS

COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 3ª REGIÃO

1. UNIDADE INSPECIONADA

1.1 Nome do coordenador dos Juizados Especiais Federais

Desembargador Federal Nino Oliveira Toldo

1.2 Competência

A competência está prevista no art. 2º da Resolução n. 443/2005, do Conselho da Justiça Federal, destacando-se (I) a coordenação administrativa dos Juizados Especiais Federais, incluindo suas Turmas Recursais, propondo ao Tribunal as medidas necessárias para o seu adequado funcionamento; (II) cumprir e fazer o cumprir os regulamentos acerca dos Juizados, editando normas complementares relativas à padronização dos procedimentos; (III) convocar e presidir a Turma Regional de Uniformização. Também, nos termos da Resolução n. 142/2004 - TRF3, fiscalizar o cumprimento dos regulamentos relativos aos juizados especiais federais e turmas recursais, especialmente os editados pelo Conselho da Justiça Federal, e demais atribuições constantes do referido normativo.

1.3 Tempo de atuação na coordenadoria dos Juizados Especiais Federais

Desde 11 de março de 2020.

2. RECURSOS HUMANOS

2.1 Servidores em atividade

Servidores efetivos	4
Estagiários de nível superior	1

2.2 Cargos e Funções Comissionadas em atividade

CJ-2	1
CJ-3	1
FC-4	2

2.3 Força de trabalho em atividade-fim

Total de processos em tramitação no gabinete	0 (a Coordenadoria dos JEFs é um órgão administrativo e não tem acervo de processos judiciais).
Número de servidores em atividade-fim	0

Relação de processos por servidor em atividade-fim	0
--	---

3. DADOS ESTATÍSTICOS

3.1 Distribuição geral do acervo da CJEF/TRU (sempre utilizar para todos os subitens a mesma data, de posição ou período, informada no item 3)

Total em tramitação na COJEF/TRU	711
Processos concluídos	Dos 711 processos, 318 já julgados (informação da Sec. da TR).
Processos sobrestados/suspensos	3
Processos baixados em diligência à 1ª instância no período	0
Outras situações (especificar)	0

3.2 Histórico do acervo de processos concluídos na COJEF/TRU

Na assunção	745 (em tramitação)
Na inspeção anterior	355 (em tramitação)
Na inspeção atual	711 (em tramitação)

3.3 Total de feitos recursais criminais e ações criminais em tramitação na COJEF/TRU

Não há feitos criminais em tramitação.

3.4 Ações em tramitação na COJEF/TRU por ano de distribuição

Processos distribuídos em 2015	263
Processos distribuídos em 2016	429
Processos distribuídos em 2017	1
Processos distribuídos em períodos anteriores a 2014 (inclusive)	261

3.5 Processos extraviados e restaurados

Processos extraviados e restaurados	0
Processos extraviados e não restaurados	0
O mais antigo extraviado e não restaurado (indicar número e desde quando)	0

3.6 Processos conclusos e ainda sem julgamento na COJEF/TRU	
Desde a distribuição	0
Há mais de 2 anos	1
Há mais de 1 ano	145 (em tramitação)
Há mais de 5 anos	0
Há mais de 4 anos	0
Há mais de 3 anos	0

3.7 Processos distribuídos na COJEF/TRU	
Total	541
Maior distribuição em	7/2019
Menor distribuição em	08 e 09/2019 e 02 e 04/2020.

3.8 Processos sobrestados	
Total	3
Processos de Metas CNJ	0
Por decisão do STF/STJ	3
Outras situações processuais	0

3.9 Total de decisões proferidas na COJEF/TRU	
1.276 decisões.	

3.10 Total de processos na condição de META2/CNJ da COJEF/TRU	
Meta 2/2018 (Atual)	0
Anos anteriores	Indisponível

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?	
Não.	

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).	
N/A	

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

N/A

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

Tendo em vista a recente designação do desembargador federal como coordenador dos JEFs (3/2020), ainda não temos resultados de gestão de pessoal e recursos materiais, tampouco de metas fixadas. No entanto, pretende-se manter e aperfeiçoar, no que for possível, as boas práticas desenvolvidas na gestão anterior, priorizando a padronização dos atos normativos regulamentares e procedimentos dos JEFs e Turmas Recursais, bem como do processamento de autos eletrônicos. Frise-se a previsão de mudança do atual sistema SisJEF para o PJe e a criação de grupo de trabalho, por iniciativa desta coordenadoria, com vistas à essa transposição. A constante redução do acervo da TRU é também meta desta gestão, mantendo-se a divulgação dos julgados na página da coordenadoria. Destaca-se, diante das limitações ao atendimento presencial nos bancos por conta da pandemia, a criação de formulários no sistema de peticionamento eletrônico a permitir o levantamento de valores de RPVs, via transferência bancária.

6. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Foram entrevistados o Desembargador Federal Nino Toldo e a assessora Christiana Elinora da Costa Marchant Rios.

A unidade está organizada em setor único e conta com quatro servidoras, sendo uma assessora (CJ-3), uma chefe de gabinete (CJ-2) e duas servidoras assistentes (FC-4). O atual quadro de servidores atende demandas de 51 de Juizados Especiais Federais, distribuídos entre Unidades Autônomas e Adjuntos (44 na Seção Judiciária de São Paulo e 7 na Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul) e 17 Turmas Recursais (15 na Seção Judiciária de São Paulo e 2 na Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul), além de magistrados, advogados, procuradores e partes. A assessora desempenha as seguintes funções: (i) auxilia e secretaria o desembargador federal nas sessões da TRU, desde a designação de data e a elaboração de cronograma das rotinas e de planilhas no *google drive*, até a publicação dos acórdãos; (ii) consolida e coleta os dados estatísticos, inclusive reportando-se aos órgãos do Tribunal (ADEG) sempre que solicitadas informações ou dados, e acompanha o cumprimento das metas; (iii) responde pela padronização das normas editadas pela coordenadoria e procedimentos das Turmas Recursais, mantendo contato direto com os servidores; (iv) participa da Comissão de Estatística, Multidisciplinar de Governança Tecnologia da Informação e Comunicação (COMIT) e, como auxiliar, do Comitê de Gestão Estratégica; (v) realiza a

triagem e elabora minutas de decisões monocráticas do desembargador federal Coordenador nos feitos da TRU; e (vi) elabora minutas em expedientes diversos e outras demandas do desembargador federal coordenador. A chefe de gabinete, por sua vez: (i) gerencia a entrada de expedientes e/ou demandas no Gabinete, via e-mail, SEI, *callcenter* e malote digital, atendendo-os ou encaminhando-os a integrante da equipe ou setor externo responsável, e dividindo os expedientes mais relevantes com a assessora; (ii) atende, via telefone e e-mail, usuários internos (servidores e magistrados) e externos (advogados e partes), esclarecendo dúvidas sobre o funcionamento dos sistemas afetos aos JEFs, bem como do peticionamento eletrônico e serviço de alternância on-line SAO; (iii) responde aos expedientes da Ouvidoria; (iv) integra o CORETAB - Comitê Regional de Tabelas, que trata da implantação, análise de novas demandas e atualização das Tabelas Únicas do CNJ e o Grupo de Trabalho instituído para a transição do sistema SISJEF para o PJe; (v) auxilia o grupo que estuda a implantação das Certidões Únicas Nacionais; (vi) atualiza as páginas da Coordenadoria na intranet e internet; (vii) responde pela padronização de normas e procedimentos dos JEFs, mantendo contato direto com os servidores; e (viii) elabora minutas em expedientes diversos e outras demandas do desembargador federal coordenador. Nessas tarefas, a assessoria e a chefia são auxiliadas pelas servidoras Fabiana Zaccanini Matsuda Couto e Mirna Brenda de Magalhães Salmazio.

A Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais é um órgão eminentemente administrativo. As atividades são administrativas e registradas em expedientes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, a partir de demandas dos juizados, Turmas Recursais, outros órgãos do Tribunal, entes externos, advogados, partes e procuradores. É importante destacar que o desembargador federal coordenador preside a Turma Regional de Uniformização e que, desde a gestão passada, a análise e elaboração de minutas de decisões monocráticas, bem como a organização geral das sessões de julgamento, são atribuições do gabinete da coordenadoria.

Não há processos judiciais na unidade, porque há setor próprio para tratar da TRU, na estrutura da Secretaria Única das Turmas Recursais, nos termos da Resolução CJF3R 4/2016 (DIRE – Divisão de Recursos Extraordinários, de Pedido de Uniformização e da Turma Regional de Uniformização).

Em relação a tais processos, a unidade não realiza os atos de secretaria. Conforme mencionado, na Secretaria Única das Turmas Recursais, há a Divisão (DIRE) responsável pelo processamento dos feitos da TRU.

Quanto ao controle interno dos expedientes, a divisão de tarefas e expedientes é realizada de acordo com o assunto e as funções desempenhadas, levando-se em conta a área de atuação e experiência de cada servidora, bem como respeitando as atribuições dadas pelo desembargador federal coordenador.

O atendimento às partes e aos advogados é feito por e-mail, telefone e presencialmente (antes da pandemia da Covid-19).

Neste período de pandemia, o atendimento às partes e aos advogados está sendo feito exclusivamente por e-mail, recebidos diretamente pelo setor ou via ouvidoria (SEI).

Não há metas de trabalho, tendo em vista o caráter dinâmico da atividade administrativa. Os expedientes são controlados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que permite a classificação com marcadores de prazos, providências pendentes de outros setores, dentre outros destaques. Ademais, na caixa de correio da unidade, existem pastas com a divisão das demandas encaminhadas por e-mail e atendidas diariamente.

As quatro servidoras estão em regime de teletrabalho, em face das Portarias Conjuntas editadas pela Presidência do Tribunal e CORE, em virtude da pandemia. Conforme já registrado, não há metas, mas sim, a divisão por atribuição e assunto. As atividades são cumpridas a contento e no prazo demandado. No regime anterior (normal) de trabalho, as duas servidoras (Mirna Brenda de Magalhães Salmazio e Fabiana Zaccanini Matsuda Couto) que não exercem chefia trabalham em regime de teletrabalho parcial, comparecendo uma ou duas vezes por semana, respectivamente, para troca de informações e recebimento de orientações.

Durante a pandemia, conforme disciplinado nas Portarias Conjuntas Pres/Core 1, 2, 3, 5, 6, 7 e 8, todas de 2020, a coordenadoria está funcionando em regime de teletrabalho, atendendo às demandas via e-mail, SEI, *call center* e realizando reuniões, tanto com outros setores do Tribunal e órgãos externos, como com a equipe, por meio de ferramentas de videoconferência (*Microsoft Teams*), além do contato diário da equipe por grupo formado no aplicativo *WhatsApp*.

Tendo em vista a recente designação do desembargador federal como coordenador dos JEFs (11/3/2020), a primeira sessão da TRU desta gestão foi designada para o próximo dia 17 de agosto. Pretende-se manter a periodicidade de sessões realizadas no biênio anterior (gestão anterior), a cada dois ou três meses.

Quando da realização presencial da sessão dos membros da TRU, que é formada pelos Juízes Presidentes das 17 TRs desta Região, há gastos com passagens e diárias para os Presidentes das 2 Turmas Recursais da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul. Na modalidade virtual, não há custos.

Em face da pandemia, a próxima sessão será a primeira a ser realizada por videoconferência, nos termos da Resolução PRES n. 343, de 14 de abril de 2020. As sessões anteriores foram presenciais.

No que pertine aos planos e projetos em andamento, conforme constou do Relatório Anual de Atividades desta Coordenadoria de 2020 (exercício 2019), o objetivo estratégico da gestão (biênio 2018/2020) foi o de resgatar e executar as missões institucionais do órgão, notadamente quanto à padronização de procedimentos e atividades exercidas pelos juizados especiais e Turmas Recursais, com vistas à racionalização, celeridade e valorização da prestação jurisdicional, além da organização eficiente da atividade administrativa, com interação e solução eficazes as demandas

administrativas, sem descuidar da manutenção das atividades já desenvolvidas. Vários projetos foram executados, como: a implantação do Certificado Digital no Sistema de Peticionamento dos JEFs; participação no grupo de estudos da Reestruturação das Contadorias Judiciais da Seção Judiciária de São Paulo; a adequação do SisJEF, para remessa de processos à Turma Nacional de Uniformização - TNU; conclusão do Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI, que possibilitou o acesso a dados e peças processuais via *link* de intercomunicação com entes públicos; realização do V Encontro dos Juizes Federais de Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais da 3ª Região; a consolidação das normas editadas pela Coordenadoria dos Juizados e Turmas Recursais e atualização das páginas *inter* e *intranet*, especialmente quanto à padronização de procedimentos; treinamento SisJEF – modalidade ensino à distância; e a proposta de criação de Grupo de Estudo para a transição dos Sistemas Processuais SisJEF/PJe. A atual gestão da Coordenadoria, que assumiu em março deste ano, em meio à pandemia, tem dado continuidade aos projetos, especialmente a participação no Grupo de Estudo para a transição do Sistema Processual SisJEF para o PJe; bem como as atividades posteriores de suporte e treinamento dos JEFs e TRs; a participação no Grupo de Trabalho para padronização e levantamento de dados estatísticos; o acompanhamento do cumprimento das Metas do CNJ pelos JEFs e TRs; a participação nas reuniões da Comissão de Gestão Estratégica deste Tribunal; a organização e o acompanhamento das sessões das TRU, que são presididas pelo Desembargador Federal Coordenador; o suporte e auxílio às iniciativas de conciliação, nas quais estão os projetos “Fluxo Célere de Conciliação”, “Pauta Incapacidade”, ambos dos JEFs, “Pauta Pensão por Morte” e “Pauta CEF”; e também aos novos projetos - “Projeto de Implantação de Benefícios Semiautomática” e as conciliações nos processos de Auxílio Emergencial, juntamente com o Gabinete da Conciliação.

O cumprimento da Meta 2 do CNJ é acompanhado pela TRU e a Coordenadoria orienta as unidades judiciárias dos JEFs e TRs para que também fiscalizem o cumprimento. A Meta 3 não se aplica à TRU, mas o seu cumprimento é incentivado pela coordenadoria junto aos JEFs e às TRs.

Em virtude da equipe diminuta (quatro servidores), o modelo de trabalho empregado, que viabiliza a continuidade das atividades, sempre, inclusive nos períodos de férias, é a disseminação do conhecimento, das atividades e providências adotadas por todos os integrantes da equipe, a fim de que todos estejam a par dos assuntos, apesar da divisão dos expedientes e demandas recebidas por objeto. Costuma-se também treinar individualmente e acompanhar as atividades desenvolvidas pelos dois estagiários à disposição da unidade.

Atualmente, as principais dificuldades surgiram com a necessidade de adaptação ao novo modelo de trabalho imposto pelas medidas de enfrentamento à pandemia da Covid-19, com destaque para a obrigatoriedade do teletrabalho, a impossibilidade de atendimentos presenciais e via telefone, a limitação ao trabalho dos estagiários e do

contato direto com os demais servidores. Apontou-se, ainda, as variadas demandas que surgiram com a impossibilidade do atendimento presencial pelos JEFs e agências bancárias, em especial as relativas à ausência de perícias, tanto médicas como sociais, e as dificuldades para o levantamento de RPVs, obrigando a coordenação a direcionar esforços para minimizar os impactos sofridos. Nesse ponto, ressaltou-se o Comunicado Conjunto da Corregedoria Regional e da Coordenação dos Juizados Especiais Federais, editado em razão das limitações ao atendimento presencial nas agências bancárias (CEF e BB), a fim de viabilizar, por meio da criação de formulário no Sistema de Peticionamento Eletrônico - *Pepweb*, a indicação, pelos advogados, das contas bancárias para a transferência das importâncias depositadas a título de requisitório, nas ações em tramitação perante os JEFs.

7. RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações específicas a serem feitas, uma vez que a unidade exerce de forma satisfatória as suas atribuições.

GABINETE DA CONCILIAÇÃO

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade

Gabinete da Conciliação

2.2 Competência

O Gabinete da Conciliação é responsável pela produtividade e metas da solução consensual das demandas da 3ª Região. Possui atribuições administrativas, jurisdicionais e de coordenação. No âmbito das atividades jurisdicionais, o gabinete é dividido em dois Núcleos, sendo um Núcleo de Processamento que envolve o INSS e as demais matérias. O outro é o Núcleo das Ações Sensíveis e Complexas (em geral ações coletivas). O gabinete conta também com o Núcleo de Estatísticas próprio que controla a estatística relativas às atividades de conciliação pré processual e de demandas judicializadas em 1ª e 2ª instâncias. Por fim, o Núcleo de Formação e Reciclagem, que envolve as atividades relativas ao controle de entidades formadoras de Conciliadores (CNJ, CJF, TRF3 e CECOs), além de manter os cadastros regionais de instrutores, de conciliadores e de mediadores, bem como as relações com os cadastros nacionais, geridos pelo CNJ.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Magistrado Presidente do órgão (início da inspeção)

Desembargador Federal Paulo Domingues, desde 12 de março de 2020.

3.2 Outros magistrados que presidiram a unidade nos últimos 12 meses (nome e período)

Desembargador Paulo Fontes, até 11 de março de 2020.

3.3 Servidores responsáveis pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Elaine Aparecida Jorge Feniar Helito, chefe de gabinete, e Sergio Luiz de Matteo, assessor.

3.4 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	15
Servidores sem vínculo	Um analista judiciário prestando serviço
Estagiários de nível médio	4 sendo 3 do curso de Direito e 1 do curso de Contabilidade

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

1. Nos autos do Processo 0003359-10.2008.4.03.6126 (Meta CNJ 2/2015) com tramitação atrasada, especificamente quanto à ausência de tentativa de conciliação. 2. Nos autos do Processo 0004294-40.2008.4.03.6000 com tramitação atrasada especificamente quanto à ausência de conciliação. Elaborar plano de trabalho para solucionar o litígio.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

1. Nos atos do Processo 0003359-10.2008.4.03.6126 a decisão homologatória de conciliação foi disponibilizada no Diário Eletrônico em 10/5/2019, transitou em julgado em 1º/7/2019 e teve baixa definitiva à origem em 1º/7/2019. 2. Nos autos do Processo 0004294-40.2008.4.03.6000, sendo infrutífera a tentativa de conciliação, o gabinete remeteu os autos à Subsecretaria de Feitos da Vice Presidência, em 29/3/2019.

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Não há recomendações pendentes.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

Em 2018/2019, o GABCONCI padronizou procedimentos, promoveu a organização de fluxos de trabalho, regularizou cadastros e sistemas, aprofundou o diálogo com entes e setores atuantes na conciliação e buscou novos projetos passíveis de conciliação. Foram revistos e aperfeiçoados o funcionamento do Projeto TR e do Núcleo de Ações Sensíveis e Complexas; foi retomado o projeto PRORREST e iniciado o projeto "fluxo célere para conflitos repetitivos"; foram iniciados ou renovados convênios com Conselhos de Classe Profissional e foi instituído o NUPEMEC, cadastrado na ENFAM, como entidade formadora de mediadores. Assim, o TRF3 foi a primeira Corte Federal apta a formar mediadores e conciliadores. Convênios com os conselhos de classe profissional e padronização das minutas. Assinatura do Termo de Cooperação com a PRFN3. Acordo de cooperação com o NUPEMEC do TJSP. A criação de uma Plataforma de Conciliação

para solucionar conflitos decorrentes da situação de emergência em saúde pública da COVID19.

6. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
00017838020064036116	28/10/2009	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo foi remetido pelo gabinete da conciliação para a Quarta Turma, em 26/11/2019, foi digitalizado e a localização física é PJe 4ª Turma.		
50018138820194030000	4/2/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo foi remetido ao órgão processante, subsecretaria da Nona Turma, em 31/5/2019.		
50067857120184036100	5/6/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo julgado em 14/5/2020 pela Primeira Turma.		
50154068720194030000	17/6/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo localizado na Subsecretaria da Oitava Turma.		
50028951920174036114	13/12/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo remetido pelo gabinete da conciliação à Subsecretaria da Primeira Turma, em 10/1/2020.		
50004206320174036123	13/2/2019	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Estamos aguardando resposta para e-mail encaminhado à CEF para se manifestar sobre a possibilidade de audiência de conciliação, requerida pela autora.		
50022740920174036183	6/11/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo localizado na Subsecretaria da Nona Turma.		
0020397-11.2011.4.03.6100	19/2/2013	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Realizada audiência de conciliação por videoconferência em 13/5/2020, sendo designada a próxima, também por videoconferência, para 15/6/2020. Processo SEI n. 0009747-44.2019.4.03.8000.		
0000219-30.2010.4.03.6115	25/5/2011	65 - Ação Civil Pública
Observação/Providência: Realizada audiência de conciliação por videoconferência em 13/5/2020, sendo designada a próxima, também por videoconferência para 15/6/2020. Processo SEI n. 0009747-44.2019.4.03.8000.		
0052171-79.1999.4.03.6100	17/3/2016	66 - Ação Popular
Observação/Providência: Processo digitalizado e localizado na Subsecretaria da Sexta Turma.		
50238328820194030000	17/9/2019	12357 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação
Observação/Providência: Processo localizado no gabinete do relator, Desembargador Federal Paulo Fontes.		
00194367520084036100	14/10/2019	-

Observação/Providência: O gabinete da conciliação acompanha de perto e cobra a devolução dos processos retirados em carga pela CEF. Quando voltarmos as atividades presenciais, será cobrada a devolução ao advogado da CEF.		
50010156420184036111	7/5/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Para este processo foi aberto um chamado para a Divisão do PJe porque a decisão foi transitada em julgado, mas não teve baixa à vara de origem e não está em nenhuma pasta do gabinete da conciliação. Esse é problema recorrente no PJE.		
50002382620164039999	1º/3/2016	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo tem certidão de baixa definitiva à vara de origem, em 3/5/2019.		
00028014220014036107	3/12/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado e localizado na Subsecretaria da Nona Turma.		
50135580220184030000	18/6/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O INSS foi intimado para se manifestar sobre os embargos de declaração opostos pelo autor, sendo a data-limite para manifestação 15/5/2020.		
50018623720164030000	30/9/2016	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo localizado na Subsecretaria da Quarta Turma.		
0000300-98.1999.4.03.6103	18/12/2006	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo localizado a Subsecretaria da Segunda Turma, com certidão de autos findos.		
0010288-79.2004.4.03.6100	31/1/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo foi digitalizado e está localizado no gabinete do relator Desembargador Federal Peixoto Junior.		
0002949-10.2011.4.03.6105	9/8/2012	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado e localizado no gabinete do relator Desembargador Federal Peixoto Junior		
0000291-06.2013.4.03.6117	19/11/2015	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo digitalizado e remetido ao gabinete do relator, Desembargador Federal Wilson Zauhy.		
5003287-31.2018.4.03.0000	26/2/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Em 18/5/2020 decorreu o prazo para manifestação das partes em relação a proposta de acordo oferecida pelo INSS.		
0010105-30.2012.4.03.6100	23/12/2013	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Houve despacho de homologação de acordo, disponibilizado em 20/3/2020. O processo físico será encaminhado à vara de origem quando o gabinete voltar as atividades presenciais no Tribunal.		
5020742-09.2018.4.03.0000	27/8/2018	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: Processo localizado na Subsecretaria da Vice-Presidência.		
5069252-29.2018.4.03.9999	23/11/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Processo localizado na Subsecretaria da Décima Turma.		

5000324-90.2018.4.03.6130	16/8/2018	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: A parte foi intimada para se manifestar sobre a proposta de acordo oferecida pela CEF em 4/5/2020, sendo a data-limite 18/5/2020. Será reiterada a proposta e aguardada a manifestação da parte autora.		
5001813-88.2019.4.03.0000	4/2/2019	202 - Agravo de Instrumento
Observação/Providência: O processo foi remetido ao órgão processante, subsecretaria da Nona Turma, em 31/5/2019.		
0002337-34.2004.4.03.6100	4/6/2014	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Foi encaminhado email para CEF em 3/3/2020 e estamos aguardando resposta para incluir em pauta para tentativa de conciliação.		
0003823-07.2007.4.03.6114	2/8/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: Aguardando para inclusão no próximo mutirão da poupança na Cecon São Paulo.		
0001968-17.2008.4.03.6127	6/6/2011	198 - Apelação Cível
Observação/Providência: O processo físico está localizado no gabinete da conciliação, aguardando manifestação do autor sobre a proposta de acordo oferecida pela CEF. Por ser processo físico, terá andamento no retorno das atividades presencial no Tribunal.		
0005325-05.2008.4.03.6127	26/8/2011	198-Apelação Cível
Observação/Providência: Foi encaminhada para parte, por e-mail, em 3/3/2020, proposta de acordo com a CEF (poupança - planos econômicos).		
0009452-14.2001.4.03.6100	27/4/2007	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo foi remetido à Cecon de São Paulo em 17/3/2020 para mutirão de conciliação dos expurgos inflacionários. A pauta foi adiada por conta da pandemia.		
0600017-11.1994.4.03.6100	28/3/2005	1728 - Apelação/Remessa Necessária
Observação/Providência: O processo físico foi incluído em pauta na Cecon - São Paulo e foi recebido pelo gabinete da conciliação em 17/3/2020. Será dado andamento aos autos quando voltarmos as atividades presencias.		
0001153-02.2015.4.03.6183	17/11/2016	199 - Remessa Necessária Cível
Observação/Providência: O processo foi remetido pelo gabinete da conciliação à Procuradoria do INSS, em 2/3/2020.		
0003936-23.1995.4.03.6100	13/5/1999	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: O processo foi digitalizado e está localizado na Subsecretaria da Segunda Seção.		
0023331-69.1993.4.03.6100	30/7/1999	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: O processo físico foi incluído em pauta na Cecon - São Paulo e foi recebido pelo gabinete da conciliação em 17/3/2020. Será dado andamento aos autos quando voltarmos as atividades presencias.		
0046557-59.2000.4.03.6100	6/6/2008	208 - Embargos Infringentes
Observação/Providência: O processo foi digitalizado e está localizado na Subsecretaria da Segunda Seção.		

7. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 37 processos selecionados, 27 foram inspecionados. Destes, 13 físicos e 14 eletrônicos.

O Processo n. 5001813-88.2019.4.03.0000 constou em duplicidade na lista dos processos selecionados. Além disso, nove processos não foram inspecionados, por se encontrarem em unidade diversa, sendo eles os Processos n. 0000300-98.1999.4.03.6103, 0002949-10.2011.4.03.6105, 0010288-79.2004.4.03.6100, 0046557-59.2000.4.03.6100, 0052171-79.1999.4.03.6100, 5000238-26.2016.4.03.9999, 5001813-88.2019.4.03.0000, 5001862-37.2016.4.03.0000 e 5002274-09.2017.4.03.6183.

Os autos físicos foram inspecionados exclusivamente por meio de consulta à movimentação processual.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Proceder à baixa no sistema:

5001015-64.2018.4.03.6111	5023832-88.2019.4.03.0000
---------------------------	---------------------------

b) Realizar a intimação de parte em 10 dias, providenciando o andamento, na forma das recomendações individualizadas constantes da lista de processos:

0001153-02.2015.4.03.6183	0001968-17.2008.4.03.6127	0002337-34.2004.4.03.6100
0005325-05.2008.4.03.6127	0019436-75.2008.4.03.6100	

c) Priorizar a tramitação quando do retorno oficial às atividades presenciais:

0009452-14.2001.4.03.6100	0023331-69.1993.4.03.6100	0600017-11.1994.4.03.6100
---------------------------	---------------------------	---------------------------

d) Ajustar a movimentação processual no sistema e outras providências indicadas nas recomendações individualizadas constantes da lista de processos:

0000291-06.2013.4.03.6117	0010105-30.2012.4.03.6100	5006785-71.2018.4.03.6100
5015406-87.2019.4.03.0000	5069252-29.2018.4.03.9999	

8. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Foram entrevistados o Desembargador Federal Paulo Sérgio Domingues, coordenador, e a assessoria do gabinete, Elaine (chefe de gabinete) e Sérgio (assessor), no dia 19/6/2020.

O gabinete atua na solução consensual das demandas de toda a 3ª Região, com atribuições administrativas, jurisdicionais e de coordenação; conta com 15 servidores, dois deles prestando serviços à unidade, cedidos de outros setores do Tribunal, e quatro

estagiários de nível médio; e é coordenado pelo Desembargador Federal Paulo Sérgio Domingues, que preside o órgão desde 12/3/2020.

De acordo com o relato da assessoria, nos anos de 2018/2019 a unidade promoveu diversas atividades (padronização de procedimentos, organização de fluxos de trabalho, regularização de cadastros e sistemas, além de aprofundar o diálogo com entes e setores atuantes na conciliação e buscar novos projetos passíveis de conciliação), acompanhou a instituição do NUPEMEC, cadastrado junto à ENFAM como entidade formadora de mediadores - o TRF3 tornou-se a primeira Corte Federal apta à formação de mediadores e conciliadores - e criou uma Plataforma de Conciliação voltada à solução de conflitos decorrentes da situação de emergência em saúde pública causada pela pandemia, mas o sucesso da ferramenta pré-processual - cuja dinâmica permite, também, a tramitação concomitante das tratativas conciliatórias e de eventual demanda judicial - ampliou o objeto inicial, alcançando também questões não-relacionadas à saúde pública, como as relativas ao pagamento do auxílio emergencial, que, atualmente, representam a maior demanda da plataforma.

As atividades jurisdicionais do gabinete são divididas em dois Núcleos - Núcleo de Processamento, que trata dos projetos com grande número de processos e conta com uma servidora contadora para a realização dos cálculos; e Núcleo de Ações Sensíveis e Complexas, que se ocupa da conciliação em ações coletivas -, mas o gabinete também conta com o Núcleo de Estatísticas, que faz o controle das atividades de conciliação pré-processual e das demandas judicializadas em 1ª e 2ª instâncias, centralizando e enviando os dados ao CNJ (Meta 3); e com o Núcleo de Formação e Reciclagem, responsável pelo controle de entidades formadoras de Conciliadores (CNJ, CJF, TRF3 e CECONs), pela manutenção dos cadastros regionais de instrutores, conciliadores e mediadores, e das relações com os cadastros nacionais geridos pelo CNJ; ressalta-se que todos da equipe são qualificados conciliadores (ou estão em formação) e se ajudam mutuamente sempre que necessário, independentemente do núcleo de atuação.

A organização do gabinete inicia com a triagem feita pelo supervisor do Núcleo de Processamento, que identifica a matéria e a entidade envolvida, registra essas informações em lembretes na capa dos processos físicos (com utilização do SIAPRO) ou etiquetas do PJe, com a indicação do servidor responsável (que cuidará do processo até a homologação) seguindo critério próprio da unidade (pelo dígito final do número do processo), e localiza os autos em armários ou localizadores específicos, de acordo com matéria, entidade e servidor responsável, seguindo a organização interna da unidade.

Com exceção da parte administrativa da unidade (e-mails, documentos, frequência, pedidos de material etc.), que é responsabilidade exclusiva da chefe de gabinete, os atos de gestão competem à assessoria, sob a orientação direta do desembargador federal coordenador, no sentido de manter permanente contato com os entes públicos envolvidos, estimulando o indispensável engajamento à composição consensual de

conflitos – principal ferramenta para alcançar a Meta 3 preconizada pelo Conselho Nacional de Justiça.

A atividade-fim é executada por todos os servidores da equipe seguindo o critério de distribuição, mas sempre em colaboração mútua, em qualquer Núcleo, e cada servidor é responsável pelos seus processos, da chegada até a homologação do acordo, inclusive pelos atos processuais típicos de secretaria (intimação das partes, publicações, expedição e telegramas etc.), não havendo necessidade de controle de metas, seja pela própria atividade de conciliação, seja porque a equipe é muito comprometida; quando necessário – pela grande capilarização da 3ª Região, ou em razão de grandes demandas (ações do INSS e CEF, p. ex.), utilizam a estrutura dos CECONs, delegando a realização de audiências, cujo controle é feito por guias de remessa (carga e retorno de autos); as audiências que objetivam acordo em demandas complexas, ou de grande relevo ou repercussão, como o levantamento de remanescentes ósseos do Cemitério de Perus/SP, são feitas no TRF3, pelo gabinete da Conciliação.

A seleção de processos com possibilidade de conciliação dá-se por demanda, seja por petição do advogado e remessa dos autos pelo relator, seja por contato direto da parte com o gabinete de Conciliação que, além de atender o pedido individual, faz o levantamento de casos similares, inclusive mediante tratativas prévias com a AGU e procuradorias especializadas, conforme o caso, a fim de otimizar a possibilidade de acordo em determinada matéria; e não há tempo médio de tramitação dos feitos na Unidade, tendo em vista a diversidade dos projetos ou causas envolvidas e as variadas situações que surgem no desenrolar do trabalho (falecimento do beneficiário e a necessidade de habilitação de herdeiros, por exemplo.), sendo destacado pela equipe que essa informação não alteraria a dinâmica do setor.

Na Plataforma COVID, o fluxo de trabalho é diferenciado, realizado de modo ainda mais informal, a fim de obter a melhor solução para o caso, no menor tempo possível. As demandas são enviadas por e-mail à plataforma por qualquer interessado, inclusive os próprios entes públicos, com explicitação do caso, processo ou documentos, e a partir daí o gabinete assume as tratativas prévias à conciliação, como a verificação do local, a existência de CECON na cidade, consulta ao ente público sobre a possibilidade de acordo e, em caso de concordância, proposta em até 48 horas encaminhada ao órgão de origem. Na prática, entretanto, a utilização da ferramenta ainda requer ajustes, mesmo com a manutenção de reuniões quinzenais da equipe com as entidades participantes, no sentido de obter soluções (Ministério da Cidadania, DATAPREV, dentre outros), seja porque os entes públicos seguem requerendo audiências por videoconferência, nem sempre viável, seja porque a AGU ainda não tem autorização para conciliar nas demandas relativas ao Auxílio Emergencial.

Pelas peculiaridades inerentes à atividade de conciliação, antes da pandemia a unidade não adotava o teletrabalho, mas a partir da suspensão das atividades ordinárias presenciais, treze servidores estão trabalhando remotamente, sendo que algumas

atividades podem ser executadas regularmente a distância (atos processuais e atividades do Núcleo de Processamento, p. ex.), mas as audiências ainda encontram óbice nas medidas de isolamento social, razão pela qual o gabinete ainda estuda como promover a continuidade da melhor forma.

A unidade tem planos de qualificação de temas e enfrentamento preventivo de demandas; já tem concluído, e pretende lançar em breve, talvez em agosto, um Curso de Formação de Conciliadores, para juízes e servidores, já adaptado à modalidade on-line, a fim de atingir o maior número de interessados; e dos projetos em andamento, o mais recente é a Plataforma COVID-19, mas também foram citados o projeto de conciliação relativo aos expurgos inflacionários nas cadernetas de poupança, e um convênio assinado no final de 2019 com a Procuradoria da Fazenda Nacional, que viabilizou a adesão de devedores com execuções fiscais em andamento a programa de parcelamento de dívidas diretamente no *site* da Fazenda Nacional. Foram destacados, ainda, os atendimentos à população fora da sede do Tribunal, a exemplo de um evento em Osasco/SP, sobre expurgos inflacionários, e a experiência conjunta com o TJSP na Semana Nacional da Conciliação, e o prêmio *Conciliar Legal 2018*, recebido pelo gabinete relativamente ao projeto de Causas Complexas.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas pela unidade foram apontadas, para fins de reflexão: a) a descontinuidade dos trabalhos a cada dois anos, em razão da alternância na gestão da unidade e possibilidade de alteração da equipe, situação que também se repete na gestão dos entes públicos envolvidos (CEF, INSS, AGU etc.), em periodicidades variadas e não concomitantes, o que, eventualmente, pode comprometer, postergar ou retardar a continuidade dos projetos e a manutenção da política de conciliação que deve ser permanente; b) a falta de alguma forma de remuneração aos servidores que também atuam como conciliadores, pois acumulam suas atribuições regulares a essa função, sem contrapartida econômica pelas atividades de conciliação.

Todos os processos listados pelo CJF foram inspecionados - com exceção dos que se encontravam em unidade diversa, listados no Relatório final - e as pendências existentes foram apontadas na Ficha de Inspeção, recomendando-se a análise dos apontamentos lançados, mas também a manutenção dos métodos de trabalho. Merece destaque o espírito de colaboração e concreto comprometimento da equipe, cuja dedicação e empenho à solução consensual de conflitos foram especialmente sublinhados pelo Desembargador Federal que preside o órgão, e cujos resultados, iniciativas e forma de condução dos trabalhos merecem elogios, destacando-se a excelência da Unidade, evidenciada pela continuidade de projetos de relevância social, como o levantamento e identificação de remanescentes ósseos em valas clandestinas no Cemitério de Perus/SP e o tratamento eficaz de questões de extrema importância, pelo volume de feitos litigiosos resolvidos, e pela natureza emergencial de determinadas demandas.

A título de colaboração, sugere-se a utilização de plataforma virtual para a realização de audiências por videoconferência, o que além de viabilizar a continuidade plena das atividades, caracterizaria verdadeiro incremento às já exitosas soluções consensuais da Unidade.

9. OBSERVAÇÕES

Em termos de dados estatísticos, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, no ano de 2019, teve ampliado o número de casos encerrados com conciliação, o que demonstra o resultado dos trabalhos do gabinete de conciliação. Destaca-se, ademais, para a realização das audiências e processamento próprio, a sensibilização das autoridades de outros órgãos quanto à disseminação do conhecimento e do método de solução das demandas.

No ano de 2017 foram 14.951 conciliações realizadas em 43.065 casos; no ano de 2018, 40.132 conciliações em 71.198 casos; e em 2019, 63.961 conciliações em 132.731 casos.

De tais dados, aliados à crescente diversificação de casos com solução pretendida por meio da conciliação, por conta das causas complexas, conclui-se que houve aumento no desempenho do Gabinete da Conciliação.

10. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

- a) Cumprir as recomendações do item 7.
- b) Extrair relatório completo e verificar os processos parados há mais de 60 dias, devolvendo os que estiverem tramitando com o relator.
- c) Manter os métodos de trabalho de sucesso, como já constatado no relatório do item 8.

ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome da Escola de Magistratura

Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região - EMAG

1.2 Região:

3ª Região (São Paulo e Mato Grosso do Sul)

1.3 Diretor da Escola

Desembargadora Federal Therezinha Astolphi Cazerta

1.4 Responsável pela resposta

Dayana Rosa dos Santos

2. FORMAÇÃO CONTINUADA

2.1 Relate as dificuldades no planejamento e execução das atividades de formação (explícite em relação a cada público: desembargadores e juízes):

JUÍZES: Dificuldade no deslocamento para a Escola; pagamento de diárias e passagens; e indicação de magistrados substitutos pelo tempo necessário para a frequência aos cursos de interesse e para o cumprimento da carga horária mínima exigida pela Enfam.

DESEMBARGADORES: Falta de adesão aos cursos de capacitação oferecidos pela Emag. Atrair desembargadores na qualidade de discentes revela-se um grande desafio. Pelos registros, verifica-se a baixa frequência desse público em cursos realizados pela Emag, o que não significa que não frequentem cursos credenciados em outras instituições de ensino, tendo em vista que não é competência da Emag o registro de cursos externos.

Além disso, para ambos os públicos, verifica-se a insuficiência de capital humano por parte Escola para atender à crescente demanda de treinamento e de capacitação dos juízes e dos desembargadores federais.

Sobre os impactos financeiros nas atividades mínimas obrigatórias de formação estabelecidas pela Enfam e oferecidas pela Emag, cumpre registrar que a dotação anual tende a ser insuficiente se houver, no mesmo ano, a realização de um curso de formação inicial, com pelo menos 480 horas, além de 40 horas para formação continuada, 60 horas para formação continuada de juízes vitaliciandos e 20 horas para Formação de Formadores, levando-se em consideração o pagamento integral a todas as atividades docentes (coordenação, formação e/ou tutoria). Diante das atividades obrigatórias a serem realizadas, os docentes tendem a não se dispor a atuar na Escola ou a renunciar a parte da retribuição a ser paga, de modo que o pagamento integral da carga horária de um curso para coordenador e para formador tem sido a exceção e não

a regra. De outra parte, também resta dificultada a contratação de juristas renomados ou estrangeiros, diante das normas restritivas ou do desinteresse em razão dos valores pagos.

2.2 Anexe lista nominal dos desembargadores e o total de carga horária em atividades credenciadas pela Enfam a partir da última inspeção.

DF MAIRAN MAIA - Presidente 0
DF DIVA PRESTES MARCONDES MALERBI 0
DF PAULO OCTAVIO BAPTISTA PEREIRA 0
DF ANDRÉ NABARRETE NETO 0
DF MARLI MARQUES FERREIRA 0
DF NEWTON DE LUCCA 0
DF OTÁVIO PEIXOTO JÚNIOR 0
DF FÁBIO PRIETO DE SOUZA 0
DF THEREZINHA ASTOLPHI CAZERTA 0
DF NERY DA COSTA JÚNIOR - 0
DF LUIS CARLOS HIROKI MUTA 0
DF CONSUELO YATSUDA MOROMIZATO 0
DF MARISA FERREIRA DOS SANTOS - 0
DF LUÍS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO 0
DF NELTON AGNALDO MORAES DOS SANTOS 34
DF SÉRGIO DO NASCIMENTO 0
DF ANDRÉ CUSTÓDIO NEKATSCHALOW 0
DF LUIZ DE LIMA STEFANINI 0
DF LUÍS PAULO COTRIM GUIMARÃES 0
DF ANTÔNIO CARLOS CEDENHO 0
DF MARIA LUCIA LENCASTRE URSAIA 0
DF JOSÉ MARCOS LUNARDELLI 40
DF DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA 0
DF FAUSTO MARTIN DE SANCTIS 0
DF PAULO GUSTAVO GUEDES FONTES 20
DF NINO OLIVEIRA TOLDO 0
DF MÔNICA AUTRAN MACHADO NOBRE 0
DF TORU YAMAMOTO 0
DF MARCELO MESQUITA SARAIVA 0
DF LUIZ ALBERTO DE SOUZA RIBEIRO 0
DF DAVID DINIZ DANTAS 0
DF MAURICIO YUKIKAZU KATO 0
DF GILBERTO RODRIGUES JORDAN 0
DF HÉLIO EGYDIO DE MATOS NOGUEIRA 0
DF PAULO SÉRGIO DOMINGUES 60h30
DF WILSON ZAUHY FILHO 0
DF NELSON DE FREITAS PORFIRIO JÚNIOR 19h30
DF VALDECI DOS SANTOS 0
DF CARLOS EDUARDO DELGADO 0
DF INÊS VIRGÍNIA PRADO SOARES 20

DF JOSÉ CARLOS FRANCISCO 20
DF JOÃO BATISTA GONÇALVES 0

3. FORMAÇÃO DE FORMADORES

3.1 Quantos magistrados da Região são formadores (participaram de curso de formação de formadores)?

Magistrados com curso de Formação de Formadores:

Desembargadores: 16 (sendo dois aposentados)

Juizes: 72 (sendo um aposentado)

Nível e Módulo	Juiz	Desembargador
N1 M1 M2 M3	23	5
N1 M1	13	5
N1 M2	4	0
N1 M1 M2	5	2
N1 M1 M3	0	1
N1 M1 e N2	1	0
N1 M2 e N2	1	0
N1 M1 M2 e N2	3	0
N1 e N2 (completos)	14	3
N2	6	0
Somente Tutoria	2	0
Total	72	16

Nota: A EMAG registra 16 tutores, sendo 15 juizes federais e um desembargador federal.

3.2 Anexar lista nominal dos formadores que atuaram nas atividades da Escola (nome e tribunal de origem) e o total de horas-aula ministradas a partir da última inspeção.

		N1 - M1	N1 - M2	N1 - M3	N2	Tutoria	Horas-aula ministradas na EMAG de 26/08/2018 a maio/2020
	Desembargadores						
1	CARLOS DELGADO	✓	✓	✓			7h30
2	CONSUELO YOSHIDA	✓					9h30
3	DALDICE SANTANA	✓	✓	✓	✓	✓	6h

4	INES VIRGINIA PRADO SOARES	✓	✓				13h
5	JOSÉ CARLOS FRANCISCO	✓	✓	✓			10h
6	JOSE MARCOS LUNARDELLI	✓	✓	✓	✓		13h45
7	LUIS CARLOS MUTA	✓	✓	✓	✓		0
8	MAIRAN MAIA	✓					1h30
9	NELTON AGNALDO MORAES DOS SANTOS	✓		✓			3h
10	NINO OLIVEIRA TOLDO	✓	✓				15h30
11	PAULO GUSTAVO GUEDES FONTES	✓	✓	✓			5h45
12	PAULO SERGIO DOMINGUES	✓					28h15
13	SOUZA RIBEIRO	✓	✓	✓			0
14	THEREZINHA CAZERTA	✓					0
	Juízes Federais						
1	ADRIANA DELBONI TARICCO	✓	✓	✓	✓		9h
2	ALESSANDRA NUYENS AGUIAR ARANHA	✓	✓	✓			6h15
3	ALESSANDRO DIAFERIA				✓		41h45
4	ANA LÚCIA PETRI BETTO	✓	✓	✓			0
5	BARBARA DE LIMA ISEPPI	✓	✓	✓			26h
6	BRUNO TAKAHASHI	✓	✓	✓	✓		15h45
7	BRUNO CÉSAR LORENCINI					✓	32h45
8	CARLOS ALBERTO NAVARRO PERES	✓	✓	✓	✓		19h
9	CAROLINA CASTRO COSTA		✓				0
10	CAROLINE SCOFIELD	✓	✓	✓	✓	✓	9h30
11	CRISTIANE FARIAS RODRIGUES					✓	0
12	DANIELA PAULOVICH DE LIMA	✓	✓	✓			0
13	DÉCIO GABRIEL GIMENEZ	✓	✓	✓			6h50
14	DINAMENE NASCIMENTO NUNES	✓					0
15	DOUGLAS CAMARINHA	✓	✓				0
16	ELIANA BORGES DE MELLO MARCELO		✓				0
17	EMERSON JOSÉ DO COUTO	✓	✓	✓	✓	✓	41h
18	ETIENE COELHO MARTINS	✓					17h15
19	EURICO ZECCHIN MAIOLINO				✓	✓	63h
20	FABIO KAIUT NUNES	✓					0
21	FERNANDO CEZAR CARRUSCA				✓	✓	0
22	FERNAO POMPEU DE CAMARGO	✓	✓	✓			30 m
23	GISELLE DE AMARO FRANÇA	✓	✓		✓		3h
24	HERBERT CORNÉLIO P. B. JUNIOR	✓	✓	✓	✓		31h30
25	IVANA BARBA PACHECO	✓	✓	✓			19h
26	JAMILLE MORAIS SILVA FERRARETTO		✓				0
27	JOÃO EDUARDO CONSOLIM	✓	✓	✓			0
28	JOSÉ DENILSON BRANCO	✓	✓	✓		✓	16h
29	KATIA HERMINIA LAZARANO	✓	✓	✓	✓	✓	21h40
30	LEILA PAIVA MORRISON	✓	✓		✓	✓	27h15
31	LEONARDO JOSE CORREA GUARDA				✓		0
32	LEONARDO VIETRI ALVES DE GODOI	✓	✓				4h30

33	LESLEY GASPARINI	✓	✓	✓			0
34	LOUISE VILELA LEITE FILGUEIRAS BORER	✓					0
35	LUCIANA ORTIZ TAVARES COSTA ZANONI	✓	✓				12h30
36	MARCELO GUERRA MARTINS				✓		9h30
37	MARCELO LELIS AGUIAR	✓			✓		0
38	MARCIA HOFFMANN	✓	✓	✓	✓		142h50
39	MARCIO FERRO CATAPANI	✓	✓	✓			15h45
40	MARCO AURELIO DE MELLO CASTRIANI	✓					2h40
41	MARILAIN ALMEIDA SANTOS	✓	✓	✓			0
42	MARISA CLAUDIA GONÇALVES CUCIO	✓					35h15
43	MONIQUE MARCHIOLI LEITE	✓	✓	✓	✓		14h20
44	NILSON MARTINS LOPES	✓	✓	✓	✓		43h30
45	OTAVIO HENRIQUE MARTINS PORT	✓	✓	✓			3h
46	PAULO ALBERTO SARNO	✓	✓	✓			0
47	PAULO BUENO DE AZEVEDO	✓	✓	✓			6h30
48	PAULO CEZAR NEVES	✓	✓	✓			6h15
49	PEDRO LUIS PIEDADE NOVAES	✓	✓	✓		✓	0
50	RAPHAEL JOSE DE OLIVEIRA SILVA	✓					1h
51	RAFAEL ANDRADE DE MARGALHO	✓					0
52	RAFAEL MINERVINO BISPO	✓	✓				0
53	RAQUEL FERNANDEZ PERRINI	✓					0
54	RAUL MARIANO JUNIOR	✓	✓	✓	✓		22h20
55	RENATA ANDRADE LOTUFO	✓	✓	✓	✓	✓	116h
56	RENATO BARTH PIRES		✓				1h
57	RENATO CAMARA NIGRO	✓	✓	✓			0
58	RICARDO DE CASTRO NASCIMENTO	✓	✓	✓			36h
59	RICARDO MENDONÇA CARDOSO	✓	✓	✓			19h
60	RICARDO WILLIAM DOS SANTOS		✓		✓	✓	0
61	ROBERTO LIMA CAMPELO	✓	✓				0
62	RODRIGO ZACHARIAS	✓	✓	✓			1h30
63	ROGÉRIO VOLPATTI POLEZZE	✓	✓	✓	✓	✓	27h15
64	ROSANA FERRI	✓					0
65	SAMUEL DE CASTRO BARBOSA MELO				✓	✓	0
66	SERGIO NOJIRI	✓	✓	✓			1h
67	SIDMAR DIAS MARTINS	✓					0
68	SILVIO CESAR AROUCK GEMAQUE	✓					22h
69	SYLVIA MARLENE C. FIGUEIREDO	✓	✓	✓	✓		0
70	VALDIRENE RIBEIRO DE SOUZA FALCAO	✓	✓	✓			0
71	VALTER ANTONIASSI MACCARONE	✓					0
	Magistrados Aposentados						
1	VERA JUCOVSKY	✓	✓	✓			0
2	TANIA REGINA MARANGONI	✓					0
3	ELIDIA APARECIDA CORREA	✓	✓		✓	✓	0
	Magistrados de outros Tribunais que deram aula na EMAG						

1	Juíza Federal Adriana Alves dos Santos Cruz (TRF 2)	✓	✓	✓	✓		1h30
2	Juíza Federal Clara da Mota Santos Pimenta Alves (TRF 1)	✓			✓	✓	1h30
3	Juíza Federal Célia Regina Ody Bernardes (TRF 1)	✓	✓	✓	✓		21 h
4	Juiz de Direito Egberto de Almeida Penido (TJ SP)	✓	✓	✓		✓	1h30
5	Juiz Federal Marco Bruno Miranda Clementino (TRF 5)					✓	6 h
6	Desembargador Roberto Portugal Bacellar (TJ PR)	✓	✓		✓		24 h
7	Juiz de Direito Rodrigo Rodrigues Dias (TJ PR)	✓	✓	✓			24 h
	Magistrados de outros Tribunais que deram aula na EMAG, mas que não constam do Banco Nacional de Formadores ENFAM						
1	Ministro Antonio Herman V. Benjamin (STJ)						40 m
2	Juíza Federal Jane Reis Gonçalves Pereira (TRF 2)						1h30
3	Juiz de Direito Marcelo Nalesso Salmaso (TJ SP)						1h30
4	Ministro Marcelo Navarro Ribeiro Dantas (STJ)						1h30
5	Juiz de Direito Marcos Zilli (TJ SP)						40 m
6	Desembargador Federal Ney de Barros Bello Filho (TRF 1)						2h
7	Ministro Og Fernandes (STJ)						2h
8	Juíza Federal Osmane Antonio dos Santos (TRF 1)						30 m
9	Juíza Federal Rafael Leite Paulo (TRF 1)						1h30
10	Ministro Vlademir Passos de Freitas (STJ)						1h30
11	Ministro Rogério Schietti Cruz (STJ)						5h

4. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Foi entrevistada a Desembargadora Federal Therezinha Astolphi Cazerta, Diretora da EMAG.

O quadro de pessoal da Escola é composto por 22 servidores no total, sendo: 12 Técnicos Judiciários, Área Administrativa; 1 Técnico Judiciário, Apoio Especializado em Operação de Computador; 1 Técnico Judiciário, Área Administrativa, Eletricidade e Comunicação; 2 Analistas Judiciários, Área Judiciária; 1 Analista Judiciário, Área Administrativa; 1 Analista Judiciário, Apoio Especializado em Taquigrafia; 1 ocupante de cargo em comissão; 2 requisitados (Técnicos Judiciários, Área Administrativa); 1 Técnico Judiciário cedido, Área Administrativa; e 1 estagiário.

Ao todo, há 17 cargos e funções comissionadas, sendo 2 CJ-1, 1 FC-6, 5 FC-5, 1 FC-4 e 8 FC-3.

A EMAG tem por missão “definir diretrizes, políticas e estratégias para a realização dos eventos/cursos de formação, aperfeiçoamento e atualização dos magistrados federais, para os concursos e as divulgações de responsabilidade da Escola”. Suas atribuições são: promover o curso de formação de magistrados; proporcionar atualização e aperfeiçoamento aos magistrados, mediante a realização de eventos (cursos, palestras, seminários etc.); promover cursos de especialização e pós-graduação *lato sensu* para magistrados; promover a divulgação dos feitos da EMAG e de conteúdos técnicos de interesse dos profissionais do direito; firmar contratos e fazer parcerias com instituições; e disponibilizar ao desembargador federal Presidente da comissão de concurso os recursos humanos e materiais necessários à realização dos certames para juiz federal substituto.

Todos os servidores da EMAG estão em regime de teletrabalho. São 21 servidores, em regime integral, sendo o critério fixado pelas Portarias Conjuntas PRES/CORE 01/2020, 02/2020, 03/2020, 05/2020, 06/2020, 07/2020 e 08/2020. O acompanhamento do desempenho desses servidores é feito pelas duas chefias imediatas (assessora e diretora de Divisão da EMAG), com interação diária, e consolidado em relatório mensal de atividades. Além disso, há a realização de reuniões, conforme as particularidades das atividades de cada seção ou evento programado, com frequência semanal ou quinzenal, havendo, por parte da diretoria, ao menos uma reunião mensal. Caso o desempenho não seja o esperado, ou a chefia recorre ao diálogo e ajustes com o servidor ou, retomadas as atividades presenciais, apuradas as demandas não atendidas ou as jornadas incompletas, pode ser atribuída falta justificada ao servidor, compensando-se, sob atesto da chefia imediata, as horas devidas.

Sobre o funcionamento da EMAG durante a pandemia da COVID-19, ainda que a sede da Escola esteja fechada e as atividades presenciais estejam temporariamente suspensas, passados os primeiros dias em regime de teletrabalho, com regularização de acesso e fixação dos meios mais efetivos de comunicação (e-mail, *WhatsApp* e *Microsoft Teams*), houve o alinhamento de toda a equipe com a nova dinâmica de trabalho e o desenvolvimento de uma série de atividades e eventos delineados e definidos pela diretoria da EMAG, alguns por iniciativa própria, outros em parceria, conforme a seguir descrito:

Eventos realizados e programados: 27/4/2020 – “Temas Relevantes em Matéria de Saúde” – EMAG/ EAGU; 20/5/2020 – “*Visual Law* – A Influência do *Design* no Direito e nas Atividades do Poder Público” – EMAG/EAGU; 1º/6/2020 – “A Saúde Emocional em Tempos de Pandemia” – EMAG/EAGU; 5/6/2020 – “Precedentes nos Tribunais Superiores – Observância, Distinção e Superação de Precedentes” – EMAG/EAGU; 18/6/2020 – “Benefícios Previdenciários e Assistenciais em Tempos de Covid 19” – EMAG/EAGU; 25/6/2020 – “Covid-19: Cenários e Perspectivas” – EMAG.

EMAGConecta: o Projeto EMAGConecta foi lançado no dia 2 de abril de 2020, com a finalidade principal de oferecer conteúdo imprescindível ao aperfeiçoamento da

prestação jurisdicional e de capacitação dos membros e dos servidores do Poder Judiciário, em especial no âmbito da Justiça Federal, bem como do público em geral, considerando que o sítio eletrônico da EMAG é de acesso aberto, garantindo incremento à formação de magistrados, agentes públicos, servidores, estudantes etc.

A estreia do projeto homenageou o professor Luiz Flávio Gomes, com a disponibilização de aula por ele ministrada, no curso “Dilemas do Magistado Contemporâneo”. O dia anterior, 1º de abril, foi a data de falecimento do acadêmico, que também foi promotor, juiz de direito, advogado e deputado federal. O EMAGConecta compõe-se, por ora, de 4 conjuntos de material didático: (I) gravações audiovisuais de aulas realizadas pela Escola, cujo teor permanece atual; (II) vídeos sobre a pandemia da Covid-19 e seus reflexos no sistema de Justiça e na sociedade; (III) verbetes com dicas da Língua Portuguesa, para esclarecer dúvidas recorrentes, até mesmo para quem domina a norma culta; e (IV) eventos *on-line* realizados no período.

Cursos revisitados: “Dilemas do Magistado Contemporâneo”; “Ética e Saúde Global”; “Direito, Gênero e Sexualidade”; “Interpretação Judicial e Mutações nos 30 Anos da Constituição Federal de 1988: Realizações e Promessas”; “Encarceramento Feminino Visto de Perto: Gênero, Maternidade e Prisões de Estrangeiras”; “Subtração Internacional de Crianças e a Convenção de Haia de 1980”; “O Avanço da Inteligência Artificial e a Justiça: Reconhecimento Facial (Utilização e Implicações)” – Brasil e EUA; “Meios Consensuais na Justiça Federal: Onde estamos e para onde vamos?”; “O Futuro da Previdência Social”; e “Segurança da Informação – Questões Práticas”.

Conexões: “Obrigações Tributárias e Covid-19” – Paulo Cesar Conrado, Juiz Federal da 12ª Vara de Execuções Fiscais; “Audiências em Tempos de Covid” – Renata Andrade Lotufo, Juíza Federal da 4ª Vara Federal Criminal de São Paulo; “Pandemia, Direitos Humanos e o Poder Judiciário” – Deisy Ventura, Professora Titular da Universidade de São Paulo e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade; “O Papel do Judiciário na Crise Sanitária” – Ari Sundfeld, Professor da FGV Direito São Paulo; “Covid-19 e Sistema Carcerário” – Rogerio Schietti Cruz, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; “O Art. 268 do CP no Contexto da Pandemia” – João Paulo Orsini Martinelli, Advogado Criminalista e Professor do IBMEC/SP; “Propriedade Intelectual e Covid-19” – Jacques Labrunie, Advogado e Professor de Direito Comercial e de Direito da Propriedade Intelectual na PUC/SP; “Pandemia, Recessão e Inexigibilidade de Conduta Diversa” – João Paulo Orsini Martinelli, Advogado Criminalista e Professor do IBMEC/SP; “Controle da Covid-19, Federação e Restrição do Acesso a Ubatuba” – Cecilia Mello, Advogada e Desembargadora Federal aposentada do TRF3; “As Prisões Cautelares e as Medidas Cautelares Diversas da Prisão Frente à Pandemia da Covid-19” – Douglas Fischer, Procurador Regional da República e Professor de Processo Penal; “Auxílio Emergencial a Povos Indígenas” – Júlio José Araújo Júnior, Procurador da República e Mestre em Direito Público pela UERJ; “Pandemia e Suspensão de Direitos e Garantias” – Matheus Puppe, Advogado no Brasil, Portugal e

Alemanha; “Garantismo Penal Integral” – Douglas Fischer, Procurador Regional da República e Professor de Processo Penal; “Isolamento Social Deve Intensificar Crimes Econômicos e Cibernéticos” – Matheus Puppe, Advogado no Brasil, Portugal e Alemanha; “Direitos Humanos nas Américas em Tempos de Pandemia” – Flávia Piovesan, Procuradora do Estado e Professora da PUC –SP; “Educação em Tempos de Pandemia” – Alessandra Gotti, Presidente do Instituto Articule; “O Impacto da Covid-19 nos Contratos Bancários – Paulo Henrique dos Santos Lucon, Advogado e Professor de Direito Processual Civil da Universidade de São Paulo e Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP); “Direitos Culturais e Pandemia” - Humberto Cunha Filho, Advogado da União e Professor da Universidade de Fortaleza; e “Mulheres e a Perspectiva de Gênero Frente à Pandemia” - Melina Girardi Fachin – Advogada e Professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

ConexãoEMAG – Língua Portuguesa - Verbetes publicados: “A ponto de / Ao ponto de”; “Ao invés de / Em vez de”; “Na medida em que / À medida que”; “Acerca de / Cerca de / Há cerca de”; “Ao encontro de / De encontro a”; “Há pouco / A pouco”; “Cuidam-se de crianças? ou Cuida-se de crianças?”; “Há ... atrás na mesma frase?”; “Por que / Por quê?”; “Mais bem escrita? ou Melhor escrita?”; “Covid-19”; “Pode ou Podem haver consequências?”; “Quem canta seus males espanta”; “Bastante / Bastantes”; “Conjetura / Conjuntura”; e “Venha ‘o quanto antes’ ou ‘quanto antes’”?

Conect@ados: “Temas Relevantes em Matéria de Saúde”; “*Visual Law* – A Influência do *Design* no Direito e nas Atividades do Poder Público”; “A Saúde Emocional em Tempos de Pandemia”; “Precedentes nos Tribunais Superiores – Observância, Distinção e Superação de Precedentes”; e “Benefícios Previdenciários e Assistenciais em Tempos de Covid19”.

Outrossim, a EMAG criou seu perfil oficial no Instagram, para incrementar a divulgação, somando-se aos canais já existentes, como a própria plataforma do projeto no *site* da Escola, o canal do órgão no *YouTube* e o envio de *emails*.

Procurando otimizar os seus recursos orçamentários, de forma a empregá-los em ações formativas que priorizem o atendimento às exigências da ENFAM, a EMAG está trabalhando com o seguinte cronograma de cursos na modalidade a distância ou por acesso remoto: “Direito e Economia: Indivíduos e Sociedade”, de 19/6 a 7/8; “Gestão Cartorária no PJE”, de 20/7 a 30/7; “Conciliação e Mediação: Novo CPC e a Justiça Federal”, de 8/7 a 23/8 (previsão); “Tempo de Pensar – Interloquções entre Direito, Arte e Filosofia”, de 17/8 a 18/9; “Direito Aduaneiro”, em setembro; e “Aposentadoria Especial da Pessoa com Deficiência”, a definir.

Diante do cenário de 2020, após consolidado o seu cronograma de atividades até dezembro deste ano, a EMAG pretende disponibilizar o seu saldo orçamentário, até outubro, para que a Presidência do TRF3 possa utilizá-lo conforme suas prioridades, de tal forma que eventual não execução de toda a dotação desta Escola não venha a comprometer o exercício corrente e os anos vindouros, assim como atenda aos

princípios da boa gestão. Registrou-se, ainda, que várias ações formativas têm sido realizadas sem custo para a EMAG, em função de parcerias firmadas (em especial, com a AGU e com a FGV/Rio), bem como pela atuação sem ônus de muitos docentes. Ainda que impedida de realizar cursos presenciais ou semipresenciais, afirmou-se que a EMAG está em pleno funcionamento na modalidade a distância, dando continuidade à efetivação de sua missão e levando a bom termo as suas atribuições.

Conforme relatado, a receptividade às ações implementadas pela EMAG durante o isolamento social tem sido muito positiva, além de efetiva. Entre 2/4 e 17/6/2020, foram computadas 9.181 visualizações no canal no *YouTube*, o que representa aumento de acessos em 249% desde o início do projeto EMAGConecta, oportunizando o contato mais próximo com o acervo on-line disponível no canal da EMAG no *YouTube*.

Cursos realizados: 44 magistrados formados: 203, sendo 180 magistrados da Justiça Federal da 3ª Região/TRF3 e 23 magistrados de outros tribunais.

Apesar de logo após o início da atual gestão da EMAG, em 2 de março de 2020, a sua diretoria ter sido surpreendida com a suspensão das atividades, no dia 19 de março de 2020, em razão da pandemia, já se pode indicar algumas boas práticas: reuniões periódicas com a equipe de trabalho (quinzenais com as chefias imediatas e mensais com a diretoria); incentivo à participação da equipe de trabalho nos eventos promovidos pela EMAG e por suas parceiras; estabelecimento de parcerias com instituições afins, de modo a ampliar a oferta de cursos, eventos, e a abranger variados campos do conhecimento, o que também contribui para a formação humanística dos magistrados; otimização dos recursos já existentes (mão de obra especializada, programas de *internet* e redes sociais), sem custo adicional para a instituição e sem comprometimento da qualidade de informação.

5. RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações específicas a serem feitas, uma vez que a Unidade exerce de forma satisfatória as suas atribuições.

SUBSECRETARIA DOS FEITOS DA PRESIDÊNCIA (PRECATÓRIOS)

1. DADOS DA INSPEÇÃO

1.1 Tribunal/Região: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.2 Tipo de Inspeção: Inspeção Ordinária

1.3 Período: 4/5/2020 a 10/7/2020

2. UNIDADE INSPECIONADA

2.1 Denominação da unidade:

Subsecretaria dos Feitos da Presidencia - UFEP - Precatórios

2.2 Competência

Finalidade: Coordenar as atividades relativas ao processamento de requisições de pagamento oriundas do Juízo da Execução, à elaboração de proposta orçamentária de Precatórios e requisição para pagamento mensal das Requisições de Pequeno Valor - RPV e aos respectivos pagamentos.

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Servidora responsável pela chefia da unidade (nome e cargo, início da inspeção)

Virginia Brandao Martins - RF 2034 - Técnico Judiciario - Diretora de Subsecretaria – CJ-2

3.2 Servidores e estagiários lotados na unidade (início da inspeção)

Servidores efetivos	21
Servidores sem vínculo	0
Estagiários de nível médio	0
Estagiários de nível superior	1

4. PENDÊNCIAS DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

4.1 Houve recomendações na última inspeção? Quais?

A título de recomendações, a equipe de inspeção sugere: a) que seja dada atenção permanente ao perfil da unidade - que atualmente é organizada, adota metodologias

adequadas e possui ótimo desempenho - para que ele seja mantido e, na medida do possível, aperfeiçoado; b) que sejam mantidas e, na medida do possível, ampliadas as políticas de qualificação da equipe, de disseminação interna de conhecimentos ligados às atividades exercidas e de treinamento das unidades externas incumbidas de expedir precatórios e RPs; e c) que sejam aperfeiçoadas ainda mais as rotinas de controle, processamento e pagamento de precatórios, para que elas sejam realizadas com grau cada vez maior de eficiência e segurança, especialmente tendo-se em conta os altos valores envolvidos; e d) manutenção do método de trabalho de sucesso, que merece elogio.

4.2 Informar as medidas adotadas para o cumprimento das recomendações atendidas (especificar de acordo com as alíneas).

Conforme consignado no expediente SEI próprio, Processo 0009565-58.2019.4.03.8000, recomendações alinhadas e respondidas na Informação n. 4607985/2019 - SEPE disponível no link abaixo.
<http://web.trf3.jus.br/anexos/download/H2C967DD03>

4.3 Informar as medidas a serem adotadas para o cumprimento das recomendações pendentes (detalhar as situações e justificar o não atendimento).

Nenhuma pendência.

5. AUTOAVALIAÇÃO DA UNIDADE

5.1 Tópico aberto para narrativa detalhada de dificuldades, indicação de sugestões e relato de boas práticas e resultados alcançados.

Está no arquivo em anexo boas práticas - dificuldades, disponível no link
<http://web.trf3.jus.br/anexos/download/F24252D5AB>

6. LISTA DE PROCESSOS INSPECIONADOS

Número do Processo	Data de Distribuição	Classe do Processo
00310174420144030000	5/12/2014	144 - Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela
Observação/Providência: O arquivo Processos Inspeção CJF Junho 2020 está disponível para download no link http://web.trf3.jus.br/anexos/download/D1386D73C4 Att. precatortrf3@trf3.jus.br		
50249056620174030000	26/12/2017	144 - Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela
Observação/Providência: O arquivo Processos Inspeção CJF Junho 2020 está disponível para download no link http://web.trf3.jus.br/anexos/download/D1386D73C4 Att. precatortrf3@trf3.jus.br		

00001526220194030000	30/9/2019	261 - Carta Precatória Cível
Observação/Providência: O arquivo Processos Inspeção CJF Junho 2020 está disponível para download no link http://web.trf3.jus.br/anexos/download/D1386D73C4 Att. precatoriotrf3@trf3.jus.br		
00001534720194030000	11/10/2019	355 - Carta Precatória Criminal
Observação/Providência: O arquivo Processos Inspeção CJF Junho 2020 está disponível para download no link http://web.trf3.jus.br/anexos/download/D1386D73C4 Att. precatoriotrf3@trf3.jus.br		
00399992820064030000	29/5/2007	1266 - Requisição de Pequeno Valor
Observação/Providência: O arquivo Processos Inspeção CJF Junho 2020 está disponível para download no link http://web.trf3.jus.br/anexos/download/D1386D73C4 Att. precatoriotrf3@trf3.jus.br		
00550953519964030000	7/5/2009	1265 - Precatório
Observação/Providência: O arquivo Processos Inspeção CJF Junho 2020 está disponível para download no link http://web.trf3.jus.br/anexos/download/D1386D73C4 Att. precatoriotrf3@trf3.jus.br		
00550988719964030000	7/5/2009	1265 - Precatório
Observação/Providência: O arquivo Processos Inspeção CJF Junho 2020 está disponível para download no link http://web.trf3.jus.br/anexos/download/D1386D73C4 Att. precatoriotrf3@trf3.jus.br		
00518732519974030000	19/8/1997	1265 - Precatório
Observação/Providência: O arquivo Processos Inspeção CJF Junho 2020 está disponível para download no link http://web.trf3.jus.br/anexos/download/D1386D73C4 Att. precatoriotrf3@trf3.jus.br		
00841549719984030000	27/11/2007	1265 - Precatório
Observação/Providência: O arquivo Processos Inspeção CJF Junho 2020 está disponível para download no link http://web.trf3.jus.br/anexos/download/D1386D73C4 Att. precatoriotrf3@trf3.jus.br		
00453298419984030000	19/06/1998	1265 - Precatório
Observação/Providência: O arquivo Processos Inspeção CJF Junho 2020 está disponível para download no link http://web.trf3.jus.br/anexos/download/D1386D73C4 Att. precatoriotrf3@trf3.jus.br		
00461172020064030000	7/11/2006	1266 - Requisição de Pequeno Valor
Observação/Providência: O arquivo Processos Inspeção CJF Junho 2020 está disponível para download no link http://web.trf3.jus.br/anexos/download/D1386D73C4 Att. precatoriotrf3@trf3.jus.br		
00271925419984030000	5/7/2011	1265 - Precatório
Observação/Providência: O arquivo Processos Inspeção CJF Junho 2020 está disponível para download no link http://web.trf3.jus.br/anexos/download/D1386D73C4 Att. precatoriotrf3@trf3.jus.br		

7. PROCESSOS INSPECIONADOS DA AMOSTRA

Dos 12 processos selecionados, 10 foram inspecionados. Destes, 9 físicos e um eletrônico.

Os Processos n. 0000152-62.2019.4.03.0000 e 0000153-47.2019.4.03.0000 não foram inspecionados, por se tratarem de cartas precatórias que não pertencem à unidade inspecionada.

Os autos físicos foram inspecionados exclusivamente por meio de consulta à movimentação processual

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Efetuar registro em sistema processual:

0027192-54.1998.4.03.0000	0045329-84.1998.4.03.0000	0084154-97.1998.4.03.0000
---------------------------	---------------------------	---------------------------

8. RESULTADO DA ENTREVISTA DA EQUIPE COM A UNIDADE

Foi entrevistada a Diretora da Subsecretaria, Virgínia Brandão Martins, no dia 19/6/2020.

A subsecretaria coordena as atividades relativas ao processamento de requisições de pagamento oriundas dos juízos de execução, à elaboração de proposta orçamentária de Precatórios, à requisição para pagamento mensal das Requisições de Pequeno Valor – RPV, e aos respectivos pagamentos; é organizada em duas Divisões (Análise e Pagamentos) e sete Seções; e conta com 21 servidores (dez na Divisão de Análise, nove na Divisão de Pagamentos, e dois servidores na manutenção de propostas).

Todo o trabalho é eletrônico, inclusive quanto aos feitos oriundos da competência delegada estadual e dos Juizados Especiais Federais, que possuem sistemas próprios, mas todas as informações convergem para o banco de dados único do Tribunal, que garante o respeito à ordem cronológica de entrada; os poucos processos físicos ainda em tramitação, ou estão sobrestados, ou vêm sendo resolvidos pela Lei do Estorno e embora antigos, não são considerados urgentes; há controle periódico através de planilhas para monitorar o andamento dos feitos e a existência de eventual recurso que tenha repercussão no processamento das requisições (situação que é comunicada ao juiz da causa e monitorada); e a gestão da unidade é exercida pela diretora da subsecretaria que desempenha a função há 12 anos.

Mesmo contando com um sistema de processamento autônomo e eletrônico, quando os processos chegam à Unidade são direcionados à Divisão de Análise que faz uma verificação geral de requisitos nos precatórios e RPVs e de possíveis pagamentos em duplicidade, que, se identificados, são examinados em separado; as requisições oriundas da Justiça Estadual são processadas no sistema *PRECWEB*, que faz diversas verificações e aponta eventuais inconsistências; e após a conferência todos os

processos são encaminhados às seções de pagamento, conforme a espécie de requisição (Precatório ou RPV) para validação, disponibilização ao juiz, para assinatura com certificado digital, e posterior transmissão ao Tribunal. Como o PJe ainda não tem módulo de precatórios – circunstância que foi destacada como não-prejudicial às atividades desenvolvidas -, a Unidade também utiliza o *PRECWEB* para processamento dos feitos eletrônicos.

A unidade também trabalha com expedientes administrativos que chegam diariamente em quantidades muito variadas, oriundos de pedidos dos juízes de 1º grau feitos diretamente no sistema SEI, ou enviados por e-mail, que são triados, enviados *por html* às seções competentes e autuados no mesmo sistema, no qual passam a tramitar.

Na data da entrevista (19/6/2020), a unidade possuía 14.492 requisições em tramitação (11.124 Requisições de Pequeno Valor (RPVs) e 3.368 Precatórios); e de acordo com informação da Unidade, a distribuição dos Precatórios e RPVs protocolados no Tribunal no ano de 2019 se deu nos seguintes percentuais: a) Justiça Estadual - 28,35%; b) Juizados Especiais Federais - 54,35%; c) Justiça Federal - 17,28%; e d) Tribunal - 0,02%.

No que diz respeito aos montantes, no período desta Inspeção foram processados e pagos 15.917 Precatórios (R\$ 4.636.696.035,50) e 55.800 RPVs (R\$ 416.972.204,60); e no período de maio/2019 a abril/2020 foram pagos 143.434 Precatórios (num total de R\$ 15.161.004.720,30) e 286.868 RPVs (totalizando 30.322.009.440,60).

A atualização dos precatórios segue a Lei de Diretrizes Orçamentárias anual (atualmente o índice utilizado é o IPCA-e) e é feita automaticamente pelo sistema, com base em parâmetros pré-definidos (data da conta, de distribuição da requisição, índice de atualização monetária e incidência e percentual de juros – estes calculados da data da conta até a entrada da proposta); os cálculos são conferidos por amostragem, e a proposta fechada é encaminhada ao CJF.

Não há atraso no pagamento de precatórios orçamentários; os extra-orçamentários (destinados a entidades estaduais, municípios e regime especial, com prazo maior) são controlados pelos Tribunais de Justiça; e há Estados sem expectativa de pagamento para essas requisições.

Com relação à vedação do art. 35 da Resolução CJF n. 305/2014, foi relatado que, antigamente, quando a AJG não dispunha de recursos, esses valores eram requisitados por precatório, mas desde a vedação pelo CNJ, o Setor não processa nem efetua o pagamento se a requisição não for realizada pelo Sistema AJG. Como não há acesso ao Sistema AJG, o controle é feito pelo próprio sistema de precatórios, que impede o protocolo da requisição se não há informação do trânsito em julgado no campo específico e obrigatório. Havendo bloqueio para a unidade judiciária, a Subsecretaria orienta sobre a vedação e informa ao juízo que a impossibilidade de envio decorre da falta de trânsito em julgado. Quando o pagamento relativo à AJG é feito pelo órgão, a unidade judiciária

preenche requisição de pagamento separada, em nome da Justiça, para que a entidade pública condenada efetue o reembolso dos valores adiantados pela instituição a título de AJG.

A unidade não adotava o teletrabalho antes da pandemia, nem possuía estrutura para essa modalidade, mas a partir da suspensão das atividades ordinárias presenciais, todos os servidores estão trabalhando remotamente, tendo como meta dar andamento à distribuição diária (processos, e-mails, ofícios); quando necessário fazem impressão de peças em “pdf”, e as atividades seguem normalmente e estão em dia, graças ao comprometimento e dedicação da equipe.

Dentre as boas práticas foi destacado o sistema operacional utilizado na Unidade, que foi desenvolvido por um ex-Diretor, está em constante atualização e é a base das atividades do Setor. Possibilita a importação de dados processuais, possui rotinas indispensáveis à conferência, consultas de requisitórios e análise de CPFs, e por ter sido reconhecido, em auditoria, como importante ferramenta, será incorporado ao sistema do TRF, medida que já se encontra em desenvolvimento pela área de TI do Tribunal.

A Unidade não enfrenta dificuldades dignas de nota, pois se encontra em dia, com rotinas plenamente sistematizadas e equipe entrosada e organizada, mencionando apenas, e a título de comentário, a frequente alteração legislativa e o receio de comprometimento das atividades caso ocorra a migração do sistema atual para o PJe.

Todos os processos listados pelo CJF foram inspecionados - com exceção dos feitos não processados pela Subsecretaria (Cartas Precatórias ns 0000152-62.2019.4.03.0000 e 0000153-47.2019.4.03.0000) -, e as pendências existentes foram apontadas na Ficha de Inspeção, recomendando-se a análise dos apontamentos lançados, mas também a manutenção dos métodos de trabalho e boas práticas, merecendo destaque o comprometimento da equipe, cuja dedicação e empenho foram sublinhados pela Diretora da Subsecretaria, e cujos resultados merecem elogios.

9. OBSERVAÇÕES

Em comparação à inspeção anterior, a unidade manteve a regularidade nas suas atividades, não havendo observações adicionais a serem feitas.

10. RECOMENDAÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para o aprimoramento da unidade:

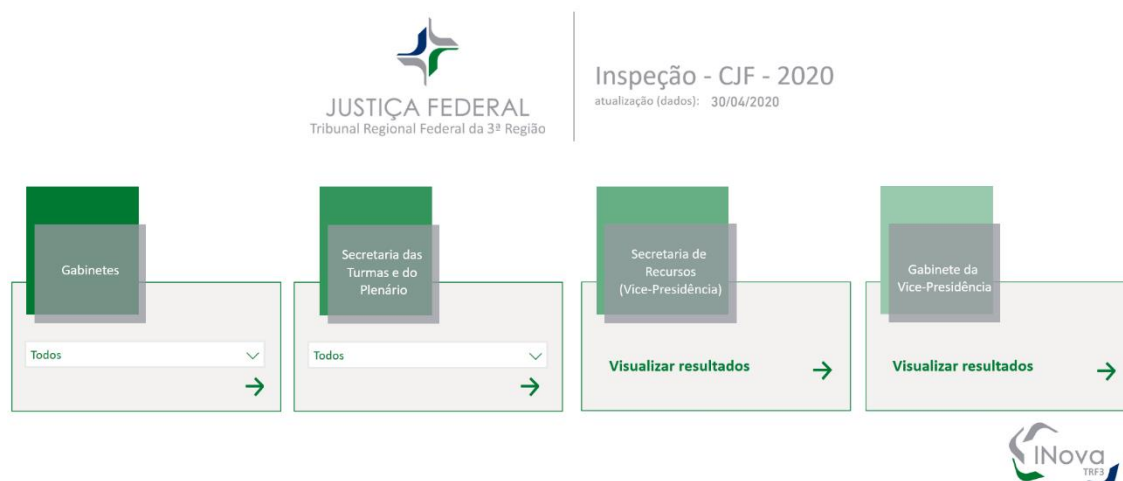
- a) Cumprir as recomendações do item 7.
- b) Manter os métodos de trabalho de sucesso, como já constatado no relatório do item 8.

ESTATÍSTICA

1. ANÁLISE DA BASE DE DADOS E DE OUTRAS INFORMAÇÕES OBTIDAS DURANTE A INSPEÇÃO

Na etapa preparatória da inspeção, realizou-se, para fins de seleção dos processos a serem auditados, análise de toda a base processual em tramitação no Tribunal, por meio de metodologia própria que leva em consideração informações conjugadas, tais como: o número do processo, data da última movimentação, data da primeira distribuição, data da última conclusão, descrição da última fase e da classe processual, tempo de publicação do acórdão ou da decisão, prazos para votos-vista e revisor, petições pendentes de juntada, processos com carga há mais de 60 dias, dentre outras.

Os resultados desse trabalho preliminar permitiram perceber que o Tribunal, por meio de seu sistema eletrônico (PJe) que detêm 91,23% do acervo em tramitação e físico (SIAPRO) com 8,77% dos feitos, tem envidado, nos últimos dois anos, todos os esforços para implantar a nova ferramenta de *Business Intelligence* e validar, com o apoio de gabinetes e unidades processantes, os dados produzidos e os métodos de controle do acervo processual. Os dados coletados nessa inspeção foram obtidos diretamente da plataforma (*Power BI*) que dispõem de relatórios dinâmicos próprios para a Corregedoria-Geral da Justiça Federal. A imagem abaixo ilustra uma das telas utilizadas.



No painel acima, é possível coletar todas as informações quantitativas do questionário de inspeção disponibilizado para cada unidade auditada.

Os gabinetes e unidades processantes possuem diversos tipos de relatórios dinâmicos que contribuem para a gestão do acervo e a produção de métricas que ajudam no processo de tomada de decisão.

Para demonstrar a diversidade de informações, as telas a seguir ilustram outros tipos de relatórios com parâmetros de acompanhamento mensal, por acervo, por assunto e por meta. Para cada tipo de medida, o gabinete ou unidade processante pode exportar a relação dos processos e consultá-lo.

Movimentação processual - Gabinetes
atualização(dados): 31/08/2020

1ª SEÇÃO			2ª SEÇÃO				3ª SEÇÃO				4ª SEÇÃO		
1ª TURMA			3ª TURMA				7ª TURMA				5ª TURMA		
GAB. 1 DES. FED. VALDECI DOS SANTOS	GAB. 2 DES. FED. WILSON ZAUHY	GAB. 3 DES. FED. HÉLIO NOGUEIRA	GAB. 7 DES. FED. NERY JÚNIOR	GAB. 8 DES. FED. CARLOS MUTA	GAB. 9 DES. FED. NELTON DOS SANTOS	GAB. 10 DES. FED. ANTONIO CEDENHO	GAB. 22 DES. FED. INÊS VIRGÍNIA	GAB. 23 DES. FED. TORU YAMAMOTO	GAB. 24 DES. FED. PAULO DOMINGUES	GAB. 25 DES. FED. CARLOS DELGADO	GAB. 15 DES. FED. ANDRÉ NEKATSCHALOW	GAB. 16 DES. FED. PAULO FONTES	GAB. 17 DES. FED. MAURICIO KATO
2ª TURMA			4ª TURMA				8ª TURMA				11ª TURMA		
GAB. 4 DES. FED. PEIXOTO JUNIOR	GAB. 5 DES. FED. COTRIM GUIMARÃES	GAB. 6 DES. FED. CARLOS FRANCISCO	GAB. 11 DES. FED. ANDRÉ NABARRETE	GAB. 12 DES. FED. MARLI FERREIRA	GAB. 13 DES. FED. MÔNICA NOBRE	GAB. 14 DES. FED. MARCELO SARAIVA	GAB. 26 DES. FED. NEWTON DE LUCCA	GAB. 27 DES. FED. THEREZINHA CAZERTA	GAB. 28 DES. FED. DAVID DANTAS	GAB. 29 DES. FED. LUIZ STEFANINI	GAB. 38 DES. FED. FAUSTO DE SANCTIS	GAB. 39 DES. FED. JOSÉ LUNARDELLI	GAB. 40 DES. FED. NINO TOLDO
			6ª TURMA				9ª TURMA				ÓRGÃOS DIRETIVOS		
			GAB. 18 DES. FED. SOUZA RIBEIRO	GAB. 19 DES. FED. FÁBIO PRIETO	GAB. 20 DES. FED. DIVA MALERBI	GAB. 21 DES. FED. JOHNSOM DI SALVO	GAB. 30 DES. FED. BATISTA GONÇALVES	GAB. 31 DES. FED. DALDICE SANTANA	GAB. 32 DES. FED. JUÍZA CONV. LEILA PAIVA	GAB. 33 DES. FED. GILBERTO JORDAN	PRESIDÊNCIA		VICE-PRESIDÊNCIA
							10ª TURMA						
							GAB. 34 DES. FED. BAPTISTA PEREIRA	GAB. 35 DES. FED. SÉRGIO NASCIMENTO	GAB. 36 DES. FED. LUCIA URSAIA	GAB. 37 DES. FED. NELSON PORFÍRIO			
TOTAL DO TRF3											CORREGEDORIA		

Ao clicar em qualquer unidade acima, a ferramenta abre o relatório a seguir, onde os gráficos possuem links dinâmicos e com *driv down* que permite ao usuário acesso a níveis hierárquicos das informações até o menor grão, para que todas as unidades possam fazer gestão pontual do seu acervo.



A ferramenta de *Business Intelligence* desenvolvida pela Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos, vinculada à Assessoria de Desenvolvimento integrado e Gestão Estratégica, constitui uma excelente prática adotada e demonstra o compromisso, ao longo dos últimos dois anos, em manter o conjunto de dados processuais, físicos e eletrônicos, à disposição de todo o tribunal. Representa um projeto estratégico na gestão dos dados e controle do acervo do 2º grau.

2. Cenário atual das informações produzidas pela Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos do Tribunal

Durante os trabalhos realizados, por videoconferência, foi possível constatar que, de fato, a estrutura à disposição da unidade de estatística recebeu todo o aporte necessário da Presidência do Tribunal para construção da nova ferramenta de *Business Intelligence*. No entanto, algumas deficiências oriundas de erros históricos de lançamento de fases, ou ainda, as dificuldades na busca de parâmetros, dentro do sistema processual, para construção de dados consistentes, representam um grande desafio para o tribunal. Por exemplo, foi constatado, a partir de processos coletado pelo sistema de BI do Tribunal, que alguns feitos conclusos para o gabinete da conciliação não apresentam em seu histórico de movimentação o registro de remessa ou devolução e ainda possui, em seu último lançamento, a “Certidão de autos findos”. A unidade de estatística analisou, identificou e corrigiu o erro, que derivou de uma falha no sistema processual (Siapro) que não registra, em sua série histórico, as remessas para a conciliação, e alterou a regra no lançamento da fase “Certidão de autos findos” para que o sistema torne o processo permanentemente inativo e fora da base processual. Outras inconsistências foram relatadas pelas equipes, porém todos entendem que esse processo de validação é complexo, contínuo e demanda tempo de desenvolvimento entre as unidades de tecnologia, estatística e judiciária.

A Divisão de Estatística em conjunto com outras áreas, mesmo diante de todos os entraves provocados pela implantação do PJe que exigiu grande esforço e tempo das unidades judiciárias no trabalho de digitalização dos processos físicos, tem cumprido de forma exemplar as suas atribuições. Porém, é imprescindível que o setor permaneça trabalhando, junto à Presidência do Tribunal, a conscientização dos servidores sobre a importância do lançamento correto de cada movimento e do *feedback* das eventuais inconsistências encontradas na ferramenta de BI.

A política de valorização da informação como instrumento de controle e melhoria das atividades exige da administração, além do investimento em tecnologia, o estímulo contínuo à realização de fóruns de discussão entre áreas fins e meio, produção de tutoriais, e, em outros níveis, workshops que abordem o acesso à informação como mecanismo para gestão do acervo e otimização dos recursos.

É importante perceber que, para a viabilização de um projeto dessa natureza é fundamental, nessa fase inicial, que a etapa de validação dos dados seja intensificada pelas unidades judiciárias e que seja de caráter permanente.

Recomendação: Manter grupo de trabalho, conforme estabelecido na Portaria PRES. n. 1306, de 5/11/2018, e Portaria PRES. n. 1477, de 6/5/2019, a fim de garantir a evolução do projeto de **Business Intelligence - BI** e permitir a continuidade do complexo trabalho de validação de todos os dados produzidos.

3. DETALHAR A ESTRUTURA E O AMBIENTE DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DOS SETORES DE ESTATÍSTICA

A Divisão de Estatística e Gerenciamento de Dados Estratégicos - DEGE, responsável pelos dados estatísticos do TRF da 3ª Região, integra a estrutura da Assessoria de Desenvolvimento Integrado e Gestão Estratégica - ADEG, vinculada à Presidência do Tribunal, e possui competência para planejar, coletar, gerir, e analisar todos os dados e indicadores do Tribunal.

A equipe é muito bem preparada para exercer suas atividades, tem conhecimento multidisciplinar e é composta por técnicos e analistas especialistas em estatística (MBA - *Company em Gestão Pública*), engenharia de produção (pós-graduado em *Business Intelligence*), Direito (pós-graduado em gestão de documentos de arquivos), Linguística (Doutorado) e Filosofia. A unidade possui seis servidores, sendo quatro da DEGE e dois da ADEG.

Composição atual: Seis Servidores, sendo três analistas judiciários e três técnicos judiciários:

- a) Um Diretor de Divisão – CJ-1;
- b) Um Assistente II, FC-3 B;
- c) Três Assistentes I, FC4 B;
- d) Um Assessor II – FC-6;

4 . VERIFICAR O CUMPRIMENTO DO PROVIMENTO N. 2, DE 22 DE JUNHO DE 2009

O Provimento n. 2 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal tem por finalidade promover a divulgação dos dados estatísticos das atividades dos Tribunais Regionais Federais e dos órgãos judiciários de primeiro grau, no portal da internet, a partir de um padrão estabelecido.

A Divisão de Estatística informou que os dados previstos no Provimento n. 2 do CJF, de 22/6/2009, estão sendo incluídos gradativamente no painel de movimentação processual, em conjunto com outros itens que faltam para incrementar o painel.

Recomendação: Desenvolver e publicar no painel da movimentação processual, criado na ferramenta de *Business Intelligence*, todos os dados faltantes, de primeiro e segundo graus, conforme previsto no Provimento n. 2 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, de 22 de junho de 2009.

SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS

Durante a inspeção, foram realizadas consultas à Secretaria de Tecnologia de Informação – SETI, bem como à Subsecretaria de Registro e Informações Processuais - UFOR, no intuito de fornecer informações a respeito dos sistemas judiciais utilizados pelo Tribunal e procedimentos adotados nesses sistemas.

A inspeção consistiu em examinar as documentações apresentadas, bem como os sistemas processuais, conforme as seguintes vertentes:

- **Infraestrutura de suporte aos sistemas processuais**

Análise dos aspectos relativos à infraestrutura de suporte aos sistemas de processo eletrônico do Tribunal com base nas Resoluções CJF n. 477, de 28 de fevereiro de 2018, e CNJ n. 211, de 15 de dezembro de 2015.

- **Distribuição processual**

Análise dos sistemas e rotinas de trabalho adotados na distribuição processual, no âmbito do Tribunal, tanto para os processos físicos quanto eletrônicos, com a aplicação de vários testes em ambiente computacional controlado e análise de códigos-fonte, consoante a Resolução CJF n. 441, de 9 de junho de 2005.

- **Conformidade com a Resolução CJF n. 6, de 7 de abril de 2008**

Verificação da manutenção dos documentos exigidos na mencionada resolução, bem como da implementação dos comitês, comissões, políticas e planos nela previstos.

- **Atendimento às recomendações da inspeção realizada em 2018**

1. Infraestrutura de suporte aos sistemas processuais

1.1. Do quadro de pessoal da área de Tecnologia da Informação

Conforme planilha disponibilizada referente ao quadro de pessoal da Secretaria de Tecnologia da Informação, dentre os 124 servidores que compõem a força de trabalho, podem ser destacadas as seguintes divisões:

Cargo	Quantitativo
Ana. Jud.-Informática	31
Ana. Jud.-Informática (Banco de Dados)	1
Ana. Jud.-Informática (Infraestrutura)	4
Téc. Jud. Informática	36
Tec. Jud. (Oper.Computadores)	9
Tec. Jud. (Digitação)	5
Tec. Jud.-Telec e Eletricidade	1
Ana. Jud. (outros)	1
Téc. Jud. (outros)	33
Ana. Jud. Informática (rem./req.)	0
Téc. Jud. Informática (rem./req.)	2
Téc. Jud. Outros (rem./req.)	1
Terceirizados	14

Dos 122 servidores, nem todos possuem cargos relacionados à área de TI, é o caso de dois analistas e 33 técnicos da área administrativa e cinco com cargo de digitador, embora entre estes servidores vários tenham formação acadêmica relacionada à área.

O Tribunal conta ainda com 14 prestadores terceirizados atuando na área.

Percebe-se que o quadro de pessoal está muito abaixo do mínimo requerido pela Resolução CNJ n. 211/2015, mesmo levando em conta os servidores com cargos sem relação com atividades de TI. Para o Tribunal, seriam necessários 205 servidores do quadro permanente (baseado no cálculo constante no anexo da referida Resolução), havendo um déficit de 81 servidores.

Em atenção ao questionamento sobre o atendimento ao disposto no art. 15 da Resolução CNJ n. 211/2015, foi apresentado o Memorando Doc SEI 5431772 com propostas de treinamento feitas pela SETI. No entanto tal proposta não teve o devido andamento.

Recomenda-se ao Tribunal elaborar estudo para verificar se o atual quadro de profissionais de TI é suficiente para enfrentar os desafios atuais e futuros advindos da implantação do Processo Eletrônico e da crescente demanda por soluções de TIC, levando em conta os quantitativos mínimos dispostos na Resolução CNJ n. 211/2015 bem como a realidade do órgão.

1.2 Infraestrutura e sistemas

1.2.1 Arquitetura e redundâncias dos sistemas

As informações prestadas pela STI sobre o tema são as seguintes:

SERVIDORES

A infraestrutura de rede do TRF3 atualmente conta com servidores baseados em arquitetura física do tipo *Blade* e também do tipo *Rack*. Na tecnologia *Blade*, são utilizadas 61 lâminas, de capacidade variada, distribuídas em cinco chassis distintos, sendo dois do fabricante IBM, um do fabricante Cisco e dois do fabricante Dell. Quanto aos servidores do tipo *Rack*, todos eles são do fabricante *Dell*, contabilizando 18 servidores, incluindo os servidores de *backup*. Em cada fórum da JFSP e JFMS, excetuando-se basicamente os fóruns da grande São Paulo, há um servidor local da marca *Dell* provisionando arquivos e serviços de rede.

ARMAZENAMENTO

Na solução de armazenamento de dados, utilizam-se storages do tipo SAN, sendo dois do fabricante Hitachi, dois do fabricante IBM e dois do fabricante Huawei. Os storages Hitachi utilizam discos SAS. Os storages do fabricante IBM utilizam a tecnologia Flash baseada em memórias SSD. Os storages Huawei são híbridos, possuindo discos NL-SAS, SAS e SSD. Esses storages armazenam, aproximadamente, 600 TB de informações.

CONECTIVIDADE

Todos os switches de Acesso da JF3R operam a 1 Gbps. Nos dois prédios do TRF3 e no Fórum Pedro Lessa esses *switches* convergem para um switch de Distribuição que trabalha em 40 Gbps. A comunicação entre eles é realizada por meio de fibra óptica. Nos demais fóruns o *switch* de Distribuição trabalha a 1 Gbps e a comunicação com os switches de acesso acontece em 1 Gbps.

COMUNICAÇÃO

Todos os fóruns se comunicam com o TRF3 mediante links de dados com velocidade entre 4 Mbps e 300 Mbps. Em alguns deles é utilizada a tecnologia DMVPN. Para cerca de 90% dos fóruns há um link de alta velocidade via rádio/micro-ondas ou fibra óptica com velocidades que variam de 100 a 300Mbps.

INTERNET

O serviço de internet é composto por três links de dados de operadoras distintas. Dois links trabalham em velocidade de 750 Mbps. Um link, de ligação ao PTT de SP, projeto IX.br, tem velocidade de 1 Gbps. O acesso à internet e a utilização de correio eletrônico estão normatizados de acordo com as Resoluções 255/2011 e 278/2012, respectivamente.

VIRTUALIZAÇÃO

É empregada a técnica de virtualização baseada na tecnologia VMware cujo objetivo é a redução da quantidade de equipamentos físicos, redução do espaço dentro do datacenter, bem como a redução do consumo de energia elétrica e climatização. Atualmente existem mais de 600 máquinas virtuais em execução.

AUTENTICAÇÃO

O ambiente de diretórios é híbrido e sincronizado. Baseia-se na tecnologia Microsoft Active Directory e no eDirectory da NetIQ/Micro Focus. Com o eDirectory há integração ao sistema de Recursos Humanos via ferramenta de Gerenciamento de Identidades, o IDM.

BACKUP

A solução de backup é composta por 10 servidores do tipo Rack, do fabricante Dell, divididos igualmente entre os dois Datacenters. Cada servidor comporta até 90 TB de dados. O software que gerencia essa solução é o Netbackup do fabricante Veritas. Os dados são gravados de forma cruzada a fim de manter os dados de produção em um Datacenter e seu backup no outro. Todas as operações de backup e restore são baseadas em Jobs.

DATACENTER

O ambiente central de TI da JF3R dispõe de 2 Datacenters, localizados em prédios distintos, que propiciam ambientes com acesso restrito, climatizado e com funcionamento nestas condições sob o regime 24x7, a saber:

- Sala Cofre instalada no fórum Pedro Lessa.
- Sala segura localizada no 10º andar do edifício Sede do TRF3.



Data Center Fórum Pedro Lessa



Data Center Edifício Sede

Em relação à infraestrutura o Tribunal conta com equipamentos atuais e de grande capacidade, conectados por links redundantes e com dois datacenters em locais distintos. Embora não tenham sido vistoriados a configuração apresentada é moderna e capaz de dar suporte aos desafios que o Tribunal deve enfrentar com a expansão do uso do processo eletrônico.

2. Autuação, Distribuição Processual e Prevenção

2.1 Procedimentos de autuação, distribuição e prevenção

2.1.1 Autuação

Conforme informação prestada pela SETI/AGES:

Os feitos físicos em grau de recurso da Justiça do Estado de São Paulo são recebidos semanalmente, e, após triagem que permita a devolução de feitos que versam matérias não inseridas na competência deste Tribunal, são inseridos no sistema SIAPRO, mediante o cadastramento de dados básicos (classe processual, assuntos, partes, patronos e incidentes processuais), sendo distribuídos e, em seguida, inseridos no “digitalizador PJe” para a tramitação no PJe.

Após, os feitos físicos são encaminhados à central de digitalização que tem a atribuição de realizar as imagens e inseri-las no feito registrado no PJe.

Os feitos físicos ficam aguardando a publicação de edital de intimação que permita às partes a indicação de documentos que desejam retirar dos autos ou mesmo que desejam melhorar a imagem, antes da devolução dos feitos físicos ao primeiro grau de jurisdição.

Os feitos eletrônicos são cadastrados no PJe pelo patrono da parte e ao finalizar o cadastramento, ocorre a protocolização seguida da livre distribuição.

Questionado sobre a necessidade de se autuar o processo no SIAPRO para em seguida enviar ao PJe, a SETI informou que essa necessidade não mais existe desde que foi concluída a integração via conector que realiza pesquisa de prevenção e/ou processos conexos na base dos sistemas legados (SIAPRO).

2.1.2 Prevenção

Após distribuídos, os feitos são encaminhados à Subsecretaria de Registro e Informações Processuais - UFOR para a retificação da autuação, análise de possível prevenção e a redistribuição do feito ao Magistrado prevento.

Os servidores de UFOR relataram que a rotina de prevenção do PJe não funciona a contento e que em função disso necessitam acessar vários outros sistemas para verificar a ocorrência ou não de prevenção.

A SETI, por sua vez, informou que realizou ajustes na exibição dos processos conexos e que a nova rotina se encontra operacional, embora ainda não homologada. A nova busca é realizada tanto no sistema PJe quanto no sistema legado (SIAPRO).

Segundo a SETI, a nova funcionalidade possibilitará diminuir sensivelmente a atividade extra exercida na verificação dos processos pela UFOR.

A SETI informou que vem investindo na utilização de inteligência artificial para análise de similaridade de petições e recursos. A previsão de disponibilização dessa ferramenta está datada para agosto de 2020, com a possibilidade de identificação e exibição comparativa das peças iniciais e de recursos para análise de eventual prevenção ou dependência.

2.1.3 Impedimentos

O sistema SIAPRO permite a inclusão de impedimentos no processo de distribuição, de forma que um magistrado impedido em relação a uma das partes do processo (ou seus representantes) não concorre na distribuição deste processo. Já no PJe este cadastro não existe, devendo o impedimento ser declarado nos autos.

Embora haja possibilidade de se cadastrar impedimentos, o sistema SIAPRO não permite a qualquer usuário a exclusão do magistrado impedido após o sorteio, sendo uma funcionalidade restrita. Além disso a etiqueta impressa com a observação dos impedimentos ocorridos não pode ser alterada, a menos que haja uma redistribuição.

2.1.4 Retificação da autuação

Após serem distribuídos, os processos são conferidos pelos servidores da UFOR a fim de verificar possíveis erros no cadastramento das partes, classe processual, assuntos e possibilidade de prevenção.

Nesses casos, quando a retificação dos dados da autuação se faz necessária e há mudança de competência, o setor oficia o magistrado para que o mesmo, se assim entender, despache pela redistribuição. Da mesma forma procedendo quando é detectada prevenção em relação a processo afeto a outro magistrado.

Foi relatado pelos servidores do setor que há elevado número de processos em que ocorrem erros de cadastramento por parte dos advogados.

Existe a possibilidade de tentativa de burla à prevenção nos casos em que o advogado cadastra apenas uma das partes de um processo, evitando incluir uma parte que possa ensejar prevenção ou mesmo impedimento. Após a distribuição, caso não seja feito de ofício, poderá solicitar a retificação dos dados.

Como a rotina de prevenção é disparada no momento da distribuição no PJe, caso sejam realizadas alterações nas classes, assuntos e dados das partes é necessário que seja disparada novamente a rotina de prevenção, a fim de evitar tentativas de burlar este mecanismo.

Foi verificado que, no caso de inclusão de uma parte no processo, não é lançado movimento, já quando uma parte é excluída o sistema lança uma movimentação.

Apesar de o sistema não realizar exclusão de fato e apenas inativar o registro da parte, o não lançamento de movimentação impede que a contraparte seja notificada (inclusive via *push*) da alteração nos dados do processo, dificultando a fiscalização pelos interessados. Em um universo de milhares de processos em tramitação no Tribunal, dificilmente a inclusão de uma parte no processo seria notada a menos que haja um registro histórico visível às demais partes, notadamente um movimento.

Recomenda-se que sempre que for realizada qualquer alteração dos dados da autuação, notadamente na classe, assuntos e dados das partes, seja lançada uma movimentação, indicando a ocorrência de retificação.

2.2 Testes nas rotinas de distribuição

Por se tratar de processo eletrônico em que a autuação do processo é feita pelo próprio advogado/procurador e visto que a distribuição ocorre no momento do protocolo, é necessário que o sistema impeça qualquer tentativa de direcionamento de processos, implementando mecanismos de segurança em nível lógico e negocial.

Na distribuição por sorteio assume-se a premissa de que, havendo mais de um juízo competente, não é facultada a nenhuma das partes a escolha do juízo em que pretenda litigar. Pode-se concluir que a regra a prevalecer é a da aleatoriedade na distribuição. Uma distribuição com comportamento sequencial (ou alternado) permite a inferência do resultado do sorteio.

Ao permitir que a sequência de distribuição seja determinística o sistema processual eletrônico abre uma brecha para que o processo seja protocolizado em instante determinado, quando a probabilidade de ser “sorteado” a determinado magistrado é maior, ou que determinado magistrado, que se deseje evitar, tenha baixa probabilidade no sorteio.

O PJe possui um algoritmo de distribuição baseado em pesos para diversos fatores como Peso de Classe, Peso de Órgão Julgador, Peso de Partes (onde podem ser estabelecidas faixas por quantidade e com pesos distintos) etc. Estes pesos, se mal configurados, podem levar o algoritmo a ter comportamento determinístico.

Questionada sobre a configuração dos pesos a equipe da SETI informou que utiliza a configuração padrão disponibilizado pelo CNJ (com pesos =1).

Para a realização dos testes foi agendada uma videoconferência com a participação desta equipe de inspeção e de servidores da SETI bem como da UFOR.

Conforme informado pela UFOR, os processos físicos são cadastrados no sistema SIAPRO para posterior digitalização das peças (até 1000 páginas) e remessa ao PJe.

Foi informado pela SETI que o sistema SIAPRO se encontra em processo de desativação e que não ocorre mais distribuição de novos processos. Assim, não houve teste na distribuição deste sistema, visando conferir a aleatoriedade do algoritmo.

Foram distribuídos 18 processos no PJe que não possuíam ainda processo relacionado na base de dados de segundo grau, de forma que a distribuição ocorresse por sorteio (distribuição livre), todos com classe “Agravo de Instrumento” e competências relacionadas ao mesmo conjunto de órgãos julgadores.

A sequência obtida no sorteio foi a seguinte:

sorteio	Gabinete sorteado
1	GAB 31
2	GAB 01
3	GAB 20
4	GAB 13
5	GAB 28
6	GAB 02
7	GAB 14
8	GAB 31
9	GAB 05
10	GAB 09
11	GAB 36
12	GAB 28
13	GAB 24
14	GAB 33
15	GAB 01
16	GAB 02
17	GAB 21
18	GAB 18

A distribuição apresenta elevada entropia (aleatoriedade) atendendo ao princípio desejado de não permitir que o impetrante possa inferir para qual gabinete um processo será ou não sorteado.

2.3 Recomendações

- Que o sistema lance andamento de retificação de autuação sempre que houver alteração nos dados da autuação, notadamente quando ocorrer alteração de parte ou mudança de classe e/ou assuntos, para que todas as partes sejam notificadas de tal mudança.

- Que sejam completadas e devidamente testadas as integrações necessárias para a verificação automática da prevenção.

3 Conformidade com a Resolução CJF n. 6, de 7 de abril de 2008

3.1 Comissão Local de Segurança da Informação - CLSI

O TRF3 conta com uma CLSI com formação ativa e dinâmica. O Doc SEI [5858809](#) apresenta um resumo das principais atividades da comissão, bem como a ata da reunião de 1º/6/2020. Também foram apresentadas as atas do dia 17/1 e 18/1 demonstrando a regularidade das reuniões. Ainda são listados alguns processos do SEI relativos às ações da comissão, todos com datas de última movimentação recentes. A formação mais recente de CLSI consta da Portaria n. 1854 de 16/3/2020 – SEI 0007562-38.2016.4.03.8000.

3.2 Comissão local de resposta a incidentes de segurança da informação – CLRI

A CLRI está constituída e ativa no TRF3 atuando na análise e prevenção e registro nos incidentes. No período de 09/2018 a 06/2020, foram abertos 94 chamados no *callcenter* referentes à incidente de segurança da informação, conforme relatório anexo *ChamadosAtendidospelaCLRI.xlsx*. A **Portaria Pres. n. 1916, de 30 de abril de 2020**, estabelece a formação atual da comissão.

3.3 Documentos acessórios de Política de Segurança da Informação

Muitos documentos da Política de Segurança da Informação já foram criados, publicados e estão sendo atualizados, de acordo com as informações recebidas no Doc SEI 5842050. Convém frisar que alguns documentos importantes listados abaixo estão em andamento:

A Política de Gestão de Riscos está sendo elaborada no Processo 0042052-86.2016.4.03.8000, desde 2016, com a participação das áreas críticas do TRF3, contudo continua pendente de implantação.

Política de Classificação de Informações tratada no Processo 0039685-84.2019.4.03.8000 que se encontra em fase de minuta Doc SEI 5132445.

O Plano de Continuidade de Negócios, objeto do Processo 0020762-73.2020.4.03.8000 está em fase inicial de elaboração, mesmo que a definição das atividades críticas esteja em fase adiantada de definição no processo 0042052-86.2016.4.03.8000 que também trata da Gestão de Riscos.

No que se refere aos documentos anexos, 10.1 da Resolução 006 de 7/4/2008, estão pendentes de definição os Termos de Responsabilidade do Agente Público, do Administrador de TI e do Técnico de Atendimento.

O Comitê Gestor de TI tem se reunido regularmente como pode ser constatado nas Atas das últimas: Processos SEI 0049569-40.2019.4.03.8000 - Ata 5504383 de 17/1/2020 e 0017680 - 34.2020.4.03.8000 – Ata 5784369 de 18/5/2020.

O PDTI foi revisado para o biênio 2018-2020 e está publicado em https://www.trf3.jus.br/documentos/adeq/Governanca_e_Estrategia/Planejamento_Estrategico/Port_PRES_2018_1080_PDTI_2018_2020_consolidado_v.1.0.pdf, contudo não constam, nem nos foi apresentado, os percentuais executados do Plano de Iniciativas que revela a efetiva aplicação do PDTI e seus reflexos na prestação jurisdicional.

O Memorando 2 – a SETI apresenta o Plano de Capacitação 2020, Doc SEI 5431772, contudo, segundo informações do Diretor da SETI, o plano foi pensado antes da Covid-19 e foi postergado para 2021.

3.4 Recomendações

O TRF3 teve grande evolução na governança dos processos de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, em relação às inspeções de 2016 e 2018. O comitê Gestor de TI e as comissões de Local de Segurança da Informação de Resposta a Incidentes estão constituídos e atuantes. A despeito do esforço empreendido na consolidação da governança na TI, alguns processos importantes ainda estão pendentes de implantação, dentre eles: Política de Gestão de Riscos, a Política de Classificação de Informações, o Plano de Continuidade de Negócios e o Plano de Capacitação 2020.

Assim, recomendamos que sejam empreendidos esforços no sentido de finalizar e implementar esses processos de gestão.

4. Atendimento às recomendações da Inspeção 2018

Analisando as informações do TRF3 no OFÍCIO PRES 5183578 PRESI/DIRG, a partir da página 2, referentes aos achados nos Sistemas de Distribuição processual e Tecnologia da informação informo o que segue:

Recomendações:

Sobre o sigilo dos processos:

Deve ser adotado um procedimento formal para que os processos físicos sigilosos não transitem desvelados e sem precauções quanto a visibilidade do seu conteúdo. Este procedimento deve ser adotado desde a vara/comarca de origem até o gabinete do relator:

Atendido:

O TRF3 informa que adotam as recomendações da Res n. 59/08 do e CNJ e 58/09 do CJF. Sobre a falta de equivalência da tabela de documentos entre os sistemas dos TJs tabela de documentos do PJE, já anotada na Inspeção anterior.

A UFOR deve solicitar prioridade para a SETI a priorização nos ajustes necessários nas tabelas de equivalência.

Parcialmente atendido:

O TRF3 informa que a integração está sendo implantada através do MNI - Modelo Nacional de Interoperabilidade pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, ocasião em que a Assessoria de Gestão de Sistemas definiu em conjunto com aquele órgão a correlação dos documentos. O mesmo procedimento deverá ser adotado com o TJ do Mato Grosso do Sul a partir de agosto.

Sobre a necessidade de maior automação do PJe quanto à alocação dos processos em tarefas específicas, a UFOR deve solicitar prioridade para a SETI nos ajustes necessários nas tabelas de equivalência.

Atendido:

Os fluxos de tramitação da UFOR foram ajustados, sendo criadas diversas entradas para cada tipo de processo (originário, recursal, HC, criminal, entre outras), bem como inserindo tarefa de finalização da tramitação na UFOR, o que ajudou a levar à considerável diminuição de mais de 27 mil processos para pouco menos de 1,7 mil em tramitação na UFOR.

Sobre as dificuldades na preparação dos relatórios de prevenção:

A UFOR deve solicitar prioridade junto à SETI para a ferramenta (*web service*)¹⁰ que vai possibilitar a pesquisa de prevenção automática de todas as bases processuais.

Atendido:

O TRF3 informa que foram tomadas várias providências, inclusive modificações no PJe, pela própria equipe do tribunal, que deverá ser submetida aos responsáveis pelo PJe Nacional, e que as mesmas estão em fase de testes. Pendente de ajustes finos em determinados casos.

Sobre a retenção de processos na UFOR:

A UFOR deve adotar procedimentos periódicos quinzenais para verificar os processos pendentes de solução e providenciar junto às unidades competentes o seu deslinde e providenciar o andamento do processo.

¹⁰ **Web Service** é uma solução utilizada na integração de sistemas e na comunicação entre [aplicações](#) diferentes. Com esta [tecnologia](#), é possível que novas aplicações possam interagir com aquelas que já existem e que sistemas desenvolvidos em [plataformas](#) diferentes sejam compatíveis.

Atendido:

O TRF3 informa que a retenção ocorre, na maioria das vezes, por ocorrência de arquivos corrompidos que vão pedir prioridade para estes casos. Ainda sobre o assunto, a Resolução n.º 88 garante ao Relator a possibilidade de intimação das partes para apresentar novamente os documentos do processo em casos de ilegibilidade ou arquivos corrompidos.

Sobre a permanência na UFOR, dos processos na tarefa “Processos baixados por cancelamento da distribuição” que aparecem nos relatórios de processos sob a guarda da unidade:

Os processos que findam sua movimentação na UFOR devem ser mantidos em tarefa específica e de acordo com a tabela de temporalidade, encaminhado ao arquivo intermediário para fins de eliminação de documentos de acordo com a política de Gestão Documental da Justiça Federal. O mesmo deve ser adotado para as outras unidades judiciárias e processantes.

Atendido:

O TRF3 informa que o PJe não dispõe de ferramenta que envie os processos com trânsito em Julgado ao Arquivo permanente. Que já foi solicitada solução para este caso à DPJe e que deverão reiterar a solicitação. Segundo a SETI, o sistema permite sim o envio de processos ao arquivo permanente, sendo esse envio utilizado amplamente. Também disponibilizou funcionalidade para que os novos processos arquivados sejam vistos em perfil específico e diverso do atualmente utilizado pela UFOR e pelas unidades processantes, evitando sobrecarga de processos sob suas visibilidades, bem como propiciando a consulta a qualquer tempo, inclusive para análise de eventual prevenção.

Sobre a falta de registro imediato do recebimento do processo oriundo do primeiro grau:

A UFOR deve registrar todos os processos oriundos do primeiro grau nos sistemas do TRF3 no momento do seu recebimento, por meio físico ou eletrônico, ainda que não tenha sido distribuído.

Atendido:

O TRF3 informa que a integração em curso entre o SAJ, sistema adotado pelos TJs, e o PJe deverá eliminar esta necessidade uma vez que os processos serão remetidos eletronicamente, tal Integração já está ativa com o TJSP amplamente em uso. Preveem para agosto a integração com o TJMS.

Sobre a maior autonomia dos usuários em relação a utilização dos equipamentos de videoconferência, liberando os técnicos de TI para tarefas mais estratégicas:

Atendido:

O TRF3 informa que promoveu treinamentos e disponibilizou material de apoio na Intranet.

Conclusão

O TRF3 conta com uma infraestrutura de equipamentos e redes compatíveis às suas necessidades, com aprimoramento previsto no PDTI 2018-2020. Os processos de Governança e Gestão de TI foram retomados e estão em fase final de implantação, devendo ser empreendidos os esforços necessários para suas finalizações e manutenção. O adiantado estágio de implantação do PJe e a consequente virtualização total dos ritos exigem maior efetividade da Tecnologia da Informação, que provou sua importância e competência pelos desafios impostos pela crise proveniente da Covid-19: As atividades do TRF3 não sofreram lapso de continuidade e a prestação jurisdicional restou garantida. Contudo, seu corpo técnico precisa ser incrementado, pareando com as determinações da Resolução n. 211 de 15/12/2015 a fim de suportar as pressões crescentes sobre a área e seus colaboradores, garantindo a continuidade e evolução dos recursos técnicos a serviço da missão institucional. Os recursos de automação e inteligência artificial já estão sendo largamente empregados nas instituições intervenientes e escritórios de advocacia, o que vai resultar em maior pressão da sociedade sobre o Judiciário Federal. Foi informado que o corpo técnico precisa estar bem dimensionado, treinado e com seus processos de gestão ajustados para fazer frente a esta nova realidade.

G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

Os trabalhos da inspeção foram encerrados no dia 10/7/2020, conforme estabelecido na Portaria CJF n. 206/2020, tendo sido elaborado posteriormente este Relatório.

Enviados os relatórios às unidades inspecionadas, o acompanhamento dos prazos para o atendimento das recomendações deverá ser realizado pela própria Secretaria da Corregedoria-Geral. Assim, uma vez certificado o transcurso dos prazos, deverá acompanhar e certificar nos autos os setores que responderam, procedendo à sua imediata remessa ao juiz auxiliar da Corregedoria-Geral para análise e manifestação, de maneira a verificar se as recomendações foram devidamente atendidas e se as áreas prestaram os esclarecimentos devidos.

Registro meus agradecimentos e cumprimentos a todos que colaboraram para a realização dos trabalhos de inspeção e para a apresentação deste Relatório, tanto aos integrantes da equipe da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, como aos membros e servidores do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

É o relatório.

Ministro **JORGE MUSSI**
Corregedor-Geral da Justiça Federal



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal
Corregedoria-Geral da Justiça Federal

